

ANAIS ENPEX 2021

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

**XX JORNADA
DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA**

**XV MOSTRA
DE EXTENSÃO**

**BRUSQUE/SC
BRASIL**



Sumário

APRESENTAÇÃO	15
ARTIGOS COMPLETOS	16
ADMINISTRAÇÃO	17
RECURSOS HUMANOS 4.0	18
ARQUITETURA	30
O PAPEL DA VEGETAÇÃO NO CONFORTO TÉRMICO DE AMBIENTES URBANOS	31
DESIGN DE MODA	46
APRENDIZAGEM POR IMAGENS: UMA ANÁLISE DA MODA NOS SÉCULOS XIX, XX E XXI A PARTIR DE FOTOGRAFIAS DE FAMÍLIAS DA CIDADE DE BRUSQUE	47
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA ACERCA DO SETOR TÊXTIL CATARINENSE	63
DESIGN NA CONSTITUIÇÃO DA SUPERFÍCIE TÊXTIL: MAPEAMENTO DE FORNECEDORES E SERVIÇOS EM BRUSQUE E REGIÃO	74
ESTAMPARIA TÊXTIL NA REGIÃO DE BRUSQUE: MAPEAMENTO DE FORNECEDORES E SERVIÇOS	91
DIREITO	104
A DEFESA DOS BENS PARTICULARES DO CIDADÃO OU EMPRESA QUE SÃO AMEAÇADOS E LESIONADO: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DA AÇÃO DE OPOSIÇÃO E EMBARGOS DE TERCEIRO	105
A GARANTIA DA POSSE DE IMÓVEIS PARA O REAL POSSUIDOR COM A REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DENOMINADOS INTERDITOS POSSESSÓRIOS	120
A NOVA POSSIBILIDADE EXPRESSA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015, DA APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL	137
O DESTINO DOS BENS DE HERANÇA QUANDO NÃO APARECEM HERDEIROS E DOS BENS DE PESSOAS QUE DESAPARECEM: SEUS EFEITOS PRÁTICOS ANALISADOS A PARTIR DA LEI N.º 13.105/2015	151
PROCEDIMENTO ESPECIAL DE EXIGIR CONTAS: A GARANTIA JUDICIAL DO CREDOR QUE RECEBE A ESPECIFICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE SEUS BENS E INTERESSES QUE ESTÃO NA MÃO DO DEVEDOR OU ADMINISTRADOR	171
PROCEDIMENTO ESPECIAL DE INVENTARIO E PARTILHA PARA REPASSAR O PATRIMÔNIO DO FALECIDO PARA O(S) HERDEIRO(S) COM DIREITO DE HERANÇA	184
PROCESSO DE CURATELA PARA GARANTIR OS DIREITOS DAQUELES QUE NECESSITAM DA AJUDA PARA EXERCER OS ATOS DA VIDA CIVIL PRIORIZANDO A DIGNIDADE HUMANA	198
EDUCAÇÃO FÍSICA	211

A DANÇA COMO FERRAMENTA DE ESTÍMULO ÀS CRIANÇAS COM AUTISMO: COMPARTILHANDO UMA EXPERIÊNCIA.....	212
ENGENHARIA CIVIL	227
AS ENERGIAS SUSTENTÁVEIS E A ENGENHARIA CIVIL	228
MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM EDIFICAÇÕES	239
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.....	256
ROBÓTICA EDUCACIONAL NA MATEMÁTICA DO ENSINO MÉDIO: UMA PROPOSTA DE TRILHA EDUCACIONAL	257
ENGENHARIA MECÂNICA	270
APLICAÇÃO DE UM DRONE OPEN-SOURCE PARA COMBATE A COVID-19.....	271
FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE FÍSICA.....	286
ENGENHARIA QUÍMICA.....	294
CENTRÍFUGA DE DISCO	295
OPERAÇÕES UNITÁRIAS: PROCESSOS DE SEPARAÇÃO SÓLIDO-LÍQUIDO VIA CENTRÍFUGA DECANTADORA.....	301
UTILIZAÇÃO DE UM SOFTWARE EDUCATIVO PARA PROJETO DA SEPARAÇÃO SÓLIDO-LÍQUIDO EM CENTRÍFUGAS TUBILARES	308
LETRAS – INGLÊS.....	316
A FORMAÇÃO POR MEIO DA LEITURA DE TEXTOS LITERÁRIOS NO ENSINO/APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA.....	317
PSICOLOGIA.....	337
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL NA OBSERVAÇÃO DE ATENDIMENTOS PSICOTERÁPICOS EM UMA CLÍNICA ESCOLA	338
SAÚDE DO SER MENSTRUANTE E AS POSSIBILIDADES DE COLETA DO FLUXO MENSTRUAL	351
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	363
PROTÓTIPO DE CHATBOT EM EQUIPES DE SERVICE DESK EM EMPRESAS DE MÉDIO PORTE	364
RESUMOS - PÔSTERES.....	379
ADMINISTRAÇÃO	380
A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES	381
AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA UMA ASSOCIAÇÃO EM BRUSQUE - SC.....	382
DOCUMENTO E MEMÓRIA.....	383
LOCALIZAÇÃO DE UM CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO.....	384
PRÁTICAS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EM UMA PEQUENA EMPRESA DO SETOR TÊXTIL DE BRUSQUE –SC	385

PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE – UNIFEDE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: relato de experiência	386
ARQUITETURA	387
O DESENHO UNIVERSAL APLICADO NA AVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: bloco B DA UNIFEDE	388
OS CONCEITOS DE GORDON CULLEN E KEVIN LYNCH APLICADOS NA LEITURA DA CIDADE: rua HERCÍLIO LUZ em BRUSQUE/ SC	389
PADRÃO DE QUALIDADE DOTS APLICADO NA ANÁLISE DA REGIÃO CENTRAL DE BRUSQUE/SC	390
PROPOSTA DE AJUSTE E ORIENTAÇÃO AO USO ACESSÍVEL DO PISO TÁTIL NO BLOCO A DA UNIFEDE	391
DESIGN DE MODA.....	392
A CUSTOMIZAÇÃO NO PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO	393
A MODA E A PESSOALIDADE	394
A RESSIGNIFICAÇÃO E A PERSONALIZAÇÃO DA MODA	395
A RESSIGNIFICAÇÃO POR MEIO DA MODA.....	396
ANÁLISE DO FIGURINO DO FILME MOULIN ROUGE	397
CUSTOMIZAÇÃO COM PROPÓSITO: um projeto entre o design de moda e a comunidade Bethânia	398
CUSTOMIZAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO.....	399
CUSTOMIZAÇÃO SOB O LEMA “O QUE VOCÊ TEM É O SUFICIENTE!”	400
CUSTOMIZAÇÃO: moda na comunidade Bethânia	401
CUSTOMIZANDO SONHOS, CONSTRUINDO HISTÓRIAS	402
EM VOGA NA MODA: CUSTOMIZAÇÃO.....	403
MATERIAL DIDÁTICO PARA AULAS TAKE-HOME: ADAPTAÇÃO AOS DIFERENTES ESTILOS DE APRENDIZAGEM	404
MODA E CUSTOMIZAÇÃO: um instrumento da fé	405
O DESIGN GRÁFICO NA GESTÃO DE MARCA DE INSTITUIÇÕES AMBIENTAIS ATUANTES NO VALE DO ITAJAÍ: Resultados preliminares	406
O QUE VOCÊ TEM É SUFICIENTE	407
PERSONALIZAÇÃO DE ROUPAS PARA UM CASAL DE FILHOS DE BETHÂNIA.....	408
PERSONALIZAR A ROUPA: um projeto na comunidade Bethânia.....	409
RECRIANDO MEMÓRIAS: a customização a partir de uma camiseta....	410
RESSIGNIFICAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO.....	411
STYLING DE MODA NO APOIO ÀS MULHERES EM TRATAMENTO CONTRA O CÂNCER DE MAMA	412

SUA GRAÇA ME GUIARÁ.....	413
UM ATO DE RESSIGNIFICAR	414
UM NOVO SIGNIFICADO POR MEIO DA ESTAMPA “SANTÍSSIMO” ...	415
DESIGN GRÁFICO	416
A TÉCNICA CRIATIVA BIÔNICA: PROPOSTA DE UM TÊNIS INSPIRADO NA VITÓRIA-RÉGIA	417
CRIAÇÃO DE CAMPANHA DE MATRÍCULA: do planejamento à execução da ação	418
DESIGN DA SEXTA EDIÇÃO DA REVISTA EXPERIMENTAL CHIMIA .	419
FAUNA BRASILEIRA: design de superfície por padronagem	420
FECHADOR DE PASTEL: design universal no desenvolvimento de utensílios do cotidiano	421
HALLOWEEN FELINO COMO TEMA NO DESIGN DE SUPERFÍCIE POR PADRONAGEM VAZADA.....	422
MATRIZ MORFOLÓGICA: a elaboração de uma proposta criativa no design gráfico	423
PROPOSTA DE POSTER PARA A DIVULGAÇÃO DE ASPECTOS DO DESIGN: estudo de caso de motion design.....	424
TIPOGRAFIA SEMIÓTICA: design de superfície por padronagem	425
URBAN JUNGLE COMO TEMA DE PADRONAGEM VAZADA	426
DIREITO	427
A CONSTITUCIONALIDADE DA INCIDÊNCIA DE IPVA SOBRE EMBARCAÇÕES E AERONAVES	428
A CONTRIBUIÇÃO DOS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS NO ACESSO À JUSTIÇA DIANTE DA CULTURA DO LITÍGIO	429
A PRESENÇA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS EM CONDOMÍNIOS.....	430
A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DEPÓSITO HOTELEIRO	431
APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO FAMILIAR PRÉ-PROCESSUAL E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES	432
AS CLÁUSULAS ABUSIVAS NOS CONTRATOS BANCÁRIOS.....	433
ASPECTOS JURÍDICOS DA MULTIPROPRIEDADE IMOBILIÁRIA.....	434
CONTRATO DE DEPÓSITO, A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ESTABELECIMENTOS QUE OFERTAM ESTACIONAMENTO GRATUITO E ONEROSO	435
CONTRATO DE EMPREITADA E SUBEMPREITADA E QUEM SUPORTA OS DIREITOS TRABALHISTAS	436
CONTRATO DE EMPREITADA: conceito e espécies	437
CONTRATO DE LOCAÇÃO E A RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DA LEI Nº 8.245/91.....	438

GANHEI, MAS NÃO É MEU, OS VÍCIOS DA DOAÇÃO.....	439
LEGITIMIDADE CONTRATUAL: contribuições em Rousseau	440
MEDIAÇÃO FAMILIAR E DIREITO SISTÊMICO NA ATUAÇÃO DA ADVOCACIA CONSENSUAL EM ÂMBITO	441
MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS PARA O BRASIL E A PANDEMIA DE COVID-19: uma análise sob a ótica dos direitos humanos dos migrantes	442
O ALCANCE DA EFICÁCIA NAS AUDIÊNCIAS VIRTUAIS COM A UTILIZAÇÃO DOS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS	443
O DUPLO DOMICÍLIO E A CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS DO MERCOSUL EM TERRITÓRIO NACIONAL	444
OBRIGAÇÕES E O DIREITO DE VIZINHANÇA EM RELAÇÃO A LIBERDADE DE TAPAGEM E CERCEAMENTO DE IMÓVEIS	445
OS DIREITO DE VIZINHANÇA: as atos nocivos, abusivos e ilegais.....	446
OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA	447
USO EXCLUSIVO DE IMÓVEL - pagamento de aluguéis ao ex-cônjuge	448
EDUCAÇÃO FÍSICA	449
A CAPOEIRA COMO PRÁTICA REGULAR DE EXERCÍCIO FÍSICO E ESTRATÉGIA DE SOCIALIZAÇÃO E INTERAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA	450
A INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO REGULAR NA QUALIDADE DO SONO	451
A PRÁTICA REGULAR DE EXERCÍCIO FÍSICO E SISTEMA IMUNOLÓGICO.....	452
ATIVIDADE FÍSICA E A OBESIDADE.....	453
CONHECENDO IN LOCO A COMUNIDADE LAR BETHÂNIA: curricularização da extensão do curso de Educação Física da UNIFEBe	454
EXERCÍCIOS FÍSICOS E SAÚDE MENTAL	455
ENGENHARIA CIVIL	456
A DRENAGEM E A DECLIVIDADE DE RUAS	457
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS EXIGÊNCIAS DE INFRAESTRUTURA PARA A EXECUÇÃO DE LOTEAMENTOS NA CIDADE DE GASPARG/SC	458
ANÁLISE DE INVESTIMENTO EM ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA	459
APROVEITAMENTO DE MADEIRAS DA CONSTRUÇÃO EM CALDEIRAS	460
CÁLCULO DE CARGAS DE SOLO SOBRE TUBOS DE CONCRETO...	461
CONSIDERAÇÕES SOBRE A GEOLOGIA DO MORRO DO BOI/SC	462

DENSIDADE DE PISCINAS EM IMÓVEIS RESIDENCIAIS NOS BAIRROS JARDIM MALUCHE E LIMEIRA BAIXA NA CIDADE DE BRUSQUE/SC	463
DESENHO ASSISTIDO POR COMPUTADOR (CAD) E SUA APLICAÇÃO EM PROJETOS DE ENGENHARIA	464
DESENHO DE PLANTA BAIXA DA UNIFEBE UTILIZANDO SOFTWARE AUTOCAD	465
DIFERENTES TIPOS DE PAVIMENTAÇÃO DE UM BAIRRO	466
DIMENSIONAMENTO DE UMA PONTE	467
EXPERIMENTO UTILIZANDO O PLUVIOMETRO CASEIRO	468
INFRAESTRUTURA URBANA DE GRANDE PORTE	469
LEVANTAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS NA PRODUÇÃO DA ARGAMASSA	470
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO COM A UTILIZAÇÃO DE DRONES	471
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO COM A UTILIZAÇÃO DE GNSS - RTK	472
O EMPREGO DA MADEIRA COMO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	473
PAVIMENTO INTERTRAVADO DE CONCRETO	474
PAVIMENTO PERMEÁVEL	475
PROJETO DE UMA PONTE PARA A CIDADE DE BRUSQUE	476
SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM ESTRUTURAS DE AÇO	477
TAXA DE OCUPAÇÃO E ÍNDICE DE PERMEABILIDADE EM BRUSQUE, BOTUVERÁ E GUABIRUBA CONFORME O PLANO DIRETOR	478
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	479
ANÁLISE DE CUSTO DE FABRICAÇÃO E PREÇO DE VENDA DE TRICICLOS ELÉTRICOS	480
ENGENHARIA MECÂNICA	481
CURRICULARIZAÇÃO 2021 – ENSAIO DE TRAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA A INDÚSTRIA	482
ENSAIO DE TRAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NA INDÚSTRIA	483
SISTEMA CAD E SUA IMPORTÂNCIA	484
ENGENHARIA QUÍMICA	485
ANÁLISE DA ÁGUA DO RIO ITAJAÍ MIRIM – PONTO GUARANI	486
ANÁLISE DE ÁGUA DO RIO ITAJAÍ MIRIM – PONTE SANTOS DUMONT	487
ANÁLISE DE FLÚOR, CROMO E PH NO RIO ITAJAÍ-MIRIM	488
ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DE ÁGUA BRUTA COLETADA EM BOTUVERÁ NO RIO ITAJAÍ MIRIM	489
INDICADORES NATURAIS DE PH	490
SECAGEM DE ARGILA POR CONVECÇÃO FORÇADA	491

TRANSPORTE DE LÍQUIDOS: A IMPORTÂNCIA DA VAZÃO DEFINIDA E SUA INFLUÊNCIA NA VIDA ÚTIL DOS EQUIPAMENTOS.....	492
UTILIZAÇÃO DO ESPECTROFOTÔMETRO NA PRÁTICA PARA ANÁLISE DE MOLÉCULAS.....	493
GESTÃO COMERCIAL.....	494
PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA A EMPRESA DE DESIDRATAÇÃO DE BANANA IN NATURA	495
LETRAS – INGLÊS.....	496
A EVOLUÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR: LINHA DO TEMPO E ASPECTOS HISTÓRICOS	497
A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA.....	498
ASPECTOS CULTURAIS E LINGÜÍSTICOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	499
COUNTRIES: países que possuem inglês como língua oficial - Irlanda..	500
DESAFIOS NO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA EM TEMPOS DE PANDEMIA	501
EDUCAÇÃO NA PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE O MODELO HÍBRIDO POR UM PROFESSOR DE ENSINO PÚBLICO.....	502
LITERATURA NO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA.....	503
O USO DE TEXTOS LITERÁRIOS NAS AULAS DE INGLÊS E SUAS AMPLITUDES.....	504
PAÍSES QUE POSSUEM O INGLÊS COMO LÍNGUA OFICIAL – ÁFRICA DO SUL E JAMAICA.....	505
PAÍSES QUE POSSUEM O INGLÊS COMO LÍNGUA OFICIAL - BAHAMAS E TRINIDAD E TOBAGO.....	506
PAÍSES QUE POSSUEM O INGLÊS COMO LÍNGUA OFICIAL - CANADÁ, INGLÊS E FUTURO: por que aprender o inglês?.....	507
PAÍSES QUE POSSUEM O INGLÊS COMO LÍNGUA OFICIAL: Austrália	508
PAÍSES QUE POSSUEM O INGLÊS COMO LÍNGUA OFICIAL - Escócia	509
PAÍSES QUE POSSUEM O INGLÊS COMO LÍNGUA OFICIAL- INGLATERRA.....	510
PROFESSORES E A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS AULAS REMOTAS DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19 EM BRUSQUE/SC.....	511
TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: entrevista com um professor	512
TECNOLOGIAS E SUAS AMPLITUDES, VERSANDO PARA A EDUCAÇÃO E O CONTEXTO ATUAL VIVENCIADO PELA PANDEMIA DA COVID-19	513

TRAÇOS CURRICULARES – teorias do currículo e suas considerações	514
MEDICINA	515
A ATENÇÃO PRIMÉRIA CONCEDIDA PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE FRENTE A ESCASSEZ DE PROFISSIONAIS: um relato de experiência	516
A CORRELAÇÃO ENTRE A OBESIDADE E A SÍNDROME DA APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO (SAOS).....	517
A DIFERENÇA ENTRE ARTRITE REUMATÓIDE E OSTEOARTRITE ..	518
A EXPERIÊNCIA DO ACADÊMICO DO CURSO DE MEDICINA COM O ESTÁGIO EXTRACURRICULAR NO SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA.....	519
A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO E DO EXAME FÍSICO, PORMENORIZADOS, EM PACIENTES COM TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA	520
A IMPORTÂNCIA DOS BIOMARCADORES CARDÍACOS.....	521
ANÁLISE MACROSCÓPICA DE SUTURAS CRANIANAS COMO MÉTODO DE ESTIMATIVA DE IDADE.....	522
ANÁLISE MORFOLÓGICA DO MÚSCULO PSOAS MENOR	523
ANÁLISE RADIOGRÁFICA DE LUXAÇÕES DE OSSOS DO CARPO: uma revisão bibliográfica sobre o índice de luxações perilunares no atendimento primário ao trauma.....	524
ASSISTÊNCIA EM SAÚDE DE INDIVÍDUOS TRANSGÊNERO	525
ASSOCIAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS PARA ESTUDANTES DE MEDICINA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19	526
ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE: relato de experiência	527
AVALIAÇÃO DE UMA FERRAMENTA ELETRÔNICA PARA A PREVENÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS EM PRESCRIÇÕES.....	528
AVALIAÇÃO OTORRINOLARINGOLÓGICA DO PACIENTE TRANSGÊNERO	529
BIFURCAÇÃO ALTA DA ARTÉRIA BRAQUIAL: anatomia e suas correlações clínicas	530
CARACTERIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CARDÍACAS NOS SOBREVIVENTES À SEPSIS: da fase aguda a sobrevivência.....	531
CONFEÇÃO DE MODELO PARA O ENSINO-APRENDIZADO DE DERMATOMOS.....	532
CONSCIENTIZAÇÃO ALIMENTAR PARA CRIANÇAS DE UM CMEI EM BRUSQUE: relato de um projeto de intervenção.....	533
CRIAÇÃO DE PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO (POP)	534
DEPRESSÃO EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA CARDÍACA E OS EFEITOS DO EXERCÍCIO FÍSICO	535
DESENVOLVIMENTO RACIONAL DE ANTICORPOS CONFORMACIONAIS CONTRA PROTEÍNAS QUINASES C	536

DIA DA GESTANTE: relato de um projeto de intervenção realizado em uma unidade básica de saúde	537
DISSECAÇÃO DE DURA-MATER CRANIANA EM PEÇA CADAVERICA EM LABORATÓRIO DE ANATOMIA HUMANA.....	538
DISTROFIA MUSCULAR DE DUCHENNE: uma revisão de literatura	539
EFEITO DA MANOBRA DE RECRUTAMENTO ALVEOLAR NA VARIAÇÃO DA PRESSÃO DE PULSO: um relato de caso	540
ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DOS TUMORES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL NO BRASIL	541
FATORES DE RISCO PREDITORES PARA OCORRÊNCIA DE INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO.....	542
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE LAUDO DE ELETROCARDIOGRAFIA REMOTOS EM UM HOSPITAL DO VALE DO ITAJAÍ	543
IMPORTÂNCIA DA DESCOBERTA PRECOCE DA RETINOPATIA DIABÉTICA PARA EVITAR A PERDA DA ACUIDADE VISUAL	544
IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PARA A SAÚDE COLETIVA	545
INCIDÊNCIA DE LESÕES PRECURSORAS E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO EM CIDADE DO SUL DO BRASIL: comparativo.....	546
INCIDÊNCIA DE SÍFILIS CONGÊNITA EM SANTA CATARINA NO ANO DE 2020.....	547
INTOXICAÇÃO POR CLORIDRATO DE BUPROPIONA EM PACIENTE JOVEM: relato de caso	548
MATERIAL INFORMATIVO ACERCA DOS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS: um relato de experiência	549
O JOGO COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	550
O MITO DA PRODUÇÃO DE ÁCIDO LÁCTICO DURANTE O EXERCÍCIO FÍSICO.....	551
O USO DO JAMBOARD® COMO RECURSO DIDÁTICO NO PBL	552
PERFIL DAS VÍTIMAS DE TRAUMA PÉLVICO ADMITIDOS NO ATENDIMENTO ORTOPÉDICO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DA CIDADE DE BRUSQUE (SC)	553
PREJUÍZOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL POR USO EXCESSIVO DE TECNOLOGIA	554
PRESENÇA DE FORAME TRANSVERSÁRIO ACESSÓRIO EM VÉRTEBRA CERVICAL.....	555
PREVENÇÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO DE INFECÇÃO PÓS-OPERATÓRIA EM CIRURGIAS ORTOPÉDICAS - revisão de literatura.	556
PROJETO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA: sexualidade na adolescência	557
PROJETO DE INTERVENÇÃO SOBRE PLANEJAMENTO FAMILIAR ..	558

PROJETO DE INTERVENÇÃO SOBRE VISITAS DOMICILIARES SEGURAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA	559
RELAÇÃO CAUSAL ENTRE ENDOMETRIOSE E INFERTILIDADE	560
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO ACERCA DA DIMINUIÇÃO DE INTERRUPÇÕES INDEVIDAS NAS CONSULTAS MÉDICAS.....	561
RELATO DE UM PROJETO DE INTERVENÇÃO ACERCA DA PROMOÇÃO DO EXAME CITOPATOLÓGICO EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	562
REVISÃO DO PERFIL FARMACOLÓGICO DA DIPIRONA	563
SIMULAÇÃO REALÍSTICA COMO MÉTODO DE APRENDIZADO NA PÓS- GRADUAÇÃO EM TERAPIA INTENSIVA	564
SÍNDROME DE BERERDINELLI-SEIP: alterações metabólicas.....	565
SÍNDROME DE HAKIM ADAMS NO DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL DE ALZHEIMER	566
TUTORIA NA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS	567
URBANORUM SPP: um relato de caso em Brusque	568
UTILIZAÇÃO DO REIKI COMO PRÁTICA INTEGRATIVA EM CUIDADOS PALIATIVOS.....	569
PEDAGOGIA	570
“A HEROÍNA DE DOIS MUNDOS”: criação e descrição de um jogo de tabuleiro de Anita Garibaldi.....	571
“A HISTÓRIA DE ANITA”: criação e descrição de um jogo de tabuleiro da vida de Anita Garibaldi.....	572
A EJA E A REALIDADE SOCIAL DOS ALUNOS COMO FATOR INFLUENCIADOR DA APRENDIZAGEM	573
A HISTÓRIA DE ANITA GARIBALDI EM MÚSICA: relatos de trabalho de um coral acadêmico.....	574
A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA APRENDIZAGEM	575
A IMPORTÂNCIA DE UTILIZAR VÍDEOS COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA	576
A OBSERVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	577
A SAÍDA DE CAMPO PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS: estudo de caso em Brusque - SC	578
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	579
ANITA GARIBALDI: teatro de fantoches como ferramenta pedagógica ..	580
ANITA GARIBALDI: uma encenação teatral: relatos da curricularização da extensão do curso de Pedagogia	581
ANITA GARIBALDI: uma história que deve ser contada	582
ANITAS: o legado de uma heroína	583

AS SAÍDAS A CAMPO COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	584
BOARD GAME CONSTRUINDO E RESSIGNIFICANDO ESPAÇOS DE SUSTENTABILIDADE: Curricularização da Extensão Curso de Pedagogia da UNIFEU	585
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: uma abordagem interdisciplinar, lúdica e contextual	586
EJA: o aluno como protagonista	587
ENSINO FUNDAMENTAL: linguagens e matemática	588
ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS: a criança como protagonista	589
HISTÓRIA EM QUADRINHOS DE ANITA GARIBALDI: uma heroína de todos os tempos	590
JOGO DE MEMÓRIA SOBRE OS OCEANOS: uma estratégia de ensino de ciências da natureza	591
JOGOS E BRINCADEIRAS NOS ANOS INICIAIS PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA	592
LABORATÓRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL	593
METODOLOGIA E DIDÁTICA EM SALA DE AULA NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA	594
O ENSINO DE GEOGRAFIA E SUAS PRÁTICAS	595
O USO DE UMA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	596
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROFESSOR ALFABETIZADOR	597
RELATO DE EXPERIÊNCIA DA TRAJETÓRIA DE UM COLETIVO DE EDUCADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19	598
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PLANO DE FRUIÇÃO ESTÉTICA EM UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE BRUSQUE (SC)	599
RELATOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO TEATRAL DE ANITA GARIBALDI: uma atividade de curricularização de extensão do curso de Pedagogia.....	600
SAPO CURURU: a exploração construtivista de uma cantiga.....	601
UM CACHORRO NA AULA: da ação à representação gráfica	602
PSICOLOGIA	603
A ESCUTA AO SUJEITO EM PROCESSO DE LUTO NA PANDEMIA PELO COVID-19	604
A EXAUSTÃO DO PROFISSIONAL DE SAÚDE FRENTE AO COVID-19.....	605
A FUNÇÃO DOS VIESES COGNITIVOS NOS JULGAMENTOS E TOMADAS DE DECISÕES NA PANDEMIA DO COVID-19	606

A IMPORTÂNCIA DOS SONHOS NO PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO HUMANA NA MEIA IDADE.....	607
ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO NA CESP E O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	608
ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS E SUA INFLUÊNCIA - COVID-19	609
ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO EM CLÍNICA ESCOLA NA PERSPECTIVA DA TEORIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL	610
ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM CONTEXTO DE SAÚDE PÚBLICA: a escuta psicanalítica na unidade básica de saúde	611
COMPREENSÃO EMOCIONAL, UMA ANÁLISE DE RESPOSTAS DE CRIANÇAS NO PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO.....	612
COMPULSÃO ALIMENTAR NA INFÂNCIA: quando se torna um transtorno?	613
DESENVOLVENDO A COMUNICAÇÃO ENTRE GRUPOS NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL.....	614
DIABETES MELLITUS TIPO 1, PSICANÁLISE E AS REDES SOCIAIS	615
DISCENTES QUE FOGEM ÀS NORMAS DE GÊNERO: a escola em (com)vivência.....	616
ESPAÇO DIÁLOGOS: masculinidades.....	617
ESTILOS PARENTAIS E O DESENVOLVIMENTO DE COMPULSÃO ALIMENTAR EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	618
INFLUÊNCIAS FAMILIARES NO PROCESSO DE GESTÃO	619
INTERAÇÃO ENTRE CRIANÇAS E RESPONSÁVEIS EM AMBIENTES DISTINTOS.....	620
JOVENS EM BUSCA DE EMPREGO: uma revisão de literatura	621
NECROBIOPOBER E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	622
O ENVELHECIMENTO E A SOLIDÃO: uma possibilidade de intervenção através da escrita	623
O MEU MUNDO É COLORIDO, E O SEU?.....	624
O QUE HÁ POR TRÁS DO PEJORATIVO	625
OFICINA DE ARTES EXPRESSIVAS: as emoções falam e tem cores... ..	626
ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COM ADOLESCENTES EM TREINAMENTO PARA ÁREA ESPORTIVA: o futebol	627
PADRÃO DE BELEZA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES.....	628
PARA ALÉM DA DOENÇA: abordagem centrada na pessoa e o atendimento psicológico em clínica médica hospitalar	629
PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL EM UMA ORGANIZAÇÃO DO RAMO TÊXTIL.....	630

PRECISAMOS FALAR SOBRE DEPRESSÃO NA ADOLESCÊNCIA! UMA INICIATIVA COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO	631
PROJETO DESCOMPLICANDO A LEITURA	632
RECORDANDO A TRAJETÓRIA DE VIDA NA TERCEIRA IDADE	633
RESGATE DA MEMÓRIA NO TRABALHO COM IDOSOS: relação entre idosos ativos e institucionalizados	634
TÉCNICAS DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL PARA O TRATAMENTO DE TRANSTORNOS DEPRESSIVOS	635
VISÃO VYGOTSKIANA NA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA	636
PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	637
A SINÉTICA COMO TÉCNICA CRIATIVA NA PUBLICIDADE	638
A UTILIZAÇÃO DO SCAMPER NA PUBLICIDADE	639
MARKETING NO AMBIENTE VIRTUAL: ESTRATÉGIAS PARA O SEGMENTO DE SUSTENTABILIDADE DE UMA EMPRESA REAL	640
O ESTÍMULO DA CRIATIVIDADE EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: estudo de caso UNIFEFE.....	641
O USO DA MATRIZ MORFOLÓGICA NA PUBLICIDADE E PROPAGANDA	642
PLANO DE MARKETING DE RELACIONAMENTO PARA UMA EMPRESA DE REVESTIMENTOS CERÂMICOS.....	643
PLANO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO COM ENFOQUE NO CAMPO INSTITUCIONAL	644

APRESENTAÇÃO

O Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão teve início em 2002, com a I Jornada de Iniciação Científica. Na época, foram aprovados 30 trabalhos. Com o tema Inovação à serviço da Educação, o ENPEX tem a pretensão de tornar a jornada acadêmica mais interessante, sem deixar de atender as necessidades da região.

Este evento, tem relação direta com o objetivo 4 da Organização de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que visa assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, para todos. A UNIFEBE considera que é a partir de ensino de qualidade, vinculado às ações de extensão e em novos questionamentos na pesquisa, que podemos contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local e regional. Entendemos que a extensão deve ser um espaço de troca, em que a instituição intervém, e é redimensionada pelas questões levantadas pela comunidade.

O ENPEX 2021, teve submissão de, aproximadamente, 300 trabalhos, na forma de artigo ou banner digital. Atingimos mais de 2000 pessoas, entre professores, acadêmicos e comunidade.

PROGRAMAÇÃO

13/12/2021 – Apresentação dos trabalhos aprovados no Evento.

14/12/2021 – Apresentação dos trabalhos aprovados no Evento

15/12/2021 – Mostra de Extensão: Apresentação do diagnóstico e propostas para a revitalização do Centro de Brusque; Conectividade Digital e Conexão Humana; Coleção de Calçados para a empresa Smidt Shoes; Campanha de Mídias Digitais em Eventos de Moda; desfile “O Folclore e a Moda”.

16/12/2021 – Apresentação dos projetos “Revitalizando Sonhos e (Re)Construindo Espaços: Sementes do Conhecimento”, “Fortalecendo Laços na Melhor Idade e Laço Esportivo”, “Biblioteca Ambulante” e “(Re)Pensar Lugares do Saber: Desenvolvimento de projeto arquitetônico piloto para escolas estaduais de ensino médio”.

ORGANIZAÇÃO

Prof^a. Edineia Pereira da Silva

Prof^o. Sidnei Gripa

Prof^a. Rafaela Bohaczuk Venturelli Knop

Prof^a. Luana Franciele Fernandes Alves

ARTIGOS COMPLETOS

ANAIIS ENPEX 2021

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ARTIGOS

ADMINISTRAÇÃO



**XX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV MOSTRA DE EXTENSÃO
BRUSQUE/SC - BRASIL**



UNIFEBE

É NOSSA. É DAQUI.

Rafael Kayan Tomasi, Mateus Klabunde, Bruno Henrique Lopes, Roberto Sgrott Júnior, Ronan Guilherme Schaefer, Gunther Lothar Pertschy
gunther@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de realizar uma abordagem em relação ao futuro do setor de Recursos Humanos, o RH 4.0, afim de entender essa transformação que já vem se tornando presente em muitas organizações, e que daqui á um certo tempo será fundamental para todas as demais se manterem competitivas e estratégicas no ramo em que atuam. Com esse estudo acerca do RH 4.0, será analisado essa nova forma do setor de Recursos Humanos atuar dentro da realidade de uma organização.

PALAVRAS-CHAVE: Recursos Humanos. Tecnologia. Transformação. Organização.

ABSTRACT: *This article aims to approach the future of the Human Resources sector, HR 4.0, in order to understand this transformation that is already taking place in many organizations, and which in a while will be fundamental for all the others remain competitive and strategic in the field in which they operate. With this study about HR 4.0, this new way for the Human Resources sector to act within the reality of an organization will be analyzed.*

KEYWORDS: Human Resources. Technology. Transformation. Organization.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o mundo como um todo está vivenciando a chamada Quarta Revolução Industrial, a qual segundo Klaus Schwab (2016), pode ser entendida de forma que se trata do processo de transição para os novos sistemas, os quais foram criados a partir da revolução digital, ou seja uma junção inteligente das máquinas com os processos digitais. Nesse sentido, esse novo período que está cada vez mais presente na vida das pessoas e das organizações, vem com a principal característica de integrar ainda mais o mundo inteiro com a ferramentas tecnológicas de ponta, o que acaba fazendo com que o modo de vida, o trabalho e os relacionamentos das pessoas sejam alterados em função dessa transformação.

Da mesma maneira, como a população em geral, as empresas também sofrerão profundas mudanças em todos os seus processos, sejam de produção, vendas, de gerenciamento, entre os demais, necessitando assim nesse cenário, se adaptar a nova realidade, tendo que mudar muitas vezes suas práticas, seus conceitos para que não perca a competitividade em relação às demais empresas

que também vão se modificar com as novas formas de trabalho, de se relacionar, da indústria inteligente.

Essa mudança dentro das organizações não é nenhuma exceção, e sim vale para todos os setores, em especial o de Recursos Humanos, o qual será objeto de estudo do presente trabalho. Essa transformação vivenciada na área de Recursos Humanos, é chamado de RH 4.0, que consiste no uso dessas novas tecnologias para analisar, monitorar e propor melhorias na organização, sendo assim uma área estratégica dentro da organização para que ela consiga se tornar cada vez mais competitiva no ramo em que atua.

Para poder entender melhor a transformação do RH 4.0 dentro das empresas, o grupo optou por estudar uma empresa do ramo supermercadista e analisar como é hoje o setor de Recursos Humanos, e a tendência para o futuro dessa organização em específico, promovendo algumas sugestões, afim de alinhar a empresa com a nova gestão de pessoas dentro das organizações.

A partir disso, na sequência do presente trabalho será abordada toda a contextualização do setor de Recursos Humanos, apresentando as mudanças de papel que teve ao longo do tempo até o presente momento onde vivencia uma grande modificação em função da indústria inteligente. Também serão expostas as tendências e os desafios do RH 4.0 num contexto geral, dos colaboradores e dos gestores, além do estudo da empresa citada anteriormente para analisar a sua área de Recursos Humanos, abrangendo a análise do cenário e a proposta de intervenções com o intuito de deixar a organização mais estratégica no ramo em que se situa.

A intenção da pesquisa é de buscar contribuir no aumento do conhecimento em relação à nova era dos Recursos Humanos, e de ter replicabilidade em outros estudos da área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão literária do presente artigo, foi baseada na pesquisa de bases de dados provenientes da internet e de livros. Na sequência serão apresentados oito tópicos, afim de explicar os Recursos Humanos como conceito, evolução da área, nova era (RH 4.0), tendências e desafios. Para ilustrar melhor as seguintes explicações, foi utilizada uma empresa do ramo voltado ao varejo para o estudo, onde se situam os três últimos tópicos do presente trabalho, onde será descrita a empresa, o cenário na atual gestão de pessoas e as propostas do grupo para a empresa.

2.1 CONCEITO DE RECURSOS HUMANOS

A área de Recursos Humanos dentro das organizações, é aquela responsável pela realização de diversas atividades relacionadas as pessoas que atuam em certa instituição. O departamento de RH abrange as técnicas e políticas voltadas à administração do capital humano das organizações, de forma que ao longo do tempo o conceito dessa área foi se modificando à medida que a visão sobre ela foi se abrangendo, deixando de ser uma área tão burocrática e operacional, passando a ser mais “humanizada”, de modo que as empresas passaram a perceber a importância que cada pessoa tem dentro da empresa, e a partir disso buscar formas de se ter um ambiente onde elas se sintam bem ao realizar seu trabalho.

Hoje a visão que se tem sobre Recursos Humanos está associada ao modelo de gerir as relações de trabalho dentro de uma organização, de modo que sejam atendidos os objetivos organizacionais e dos colaboradores, de forma que se tenha uma boa sintonia entre ambos. Para atingir essa reciprocidade dos dois, é utilizada diversas ações que são desenvolvidas, aplicadas e analisadas pelos profissionais de RH. Segundo Toledo (1999), os recursos humanos, podem ser entendidos como uma área que atuam na realização de estudos e atividades relacionadas aos seres humanos. Já Chiavenato (1981), aponta que a existência da área de recursos humanos está ligada a busca pela melhora da efetividade do funcionário, e consequentemente da empresa em que ele atua.

2.2 EVOLUÇÃO DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

A área de Recursos Humanos surgiu nas empresas em meados do século XX, e pouco mais de um século após, é visível as grandes transformações que esta área obteve, e a importância que possui hoje nas organizações, atuando como uma área estratégica e integrada com as demais.

Antigamente, os Recursos Humanos das empresas, era visto como um departamento pessoal, onde as atividades realizadas eram consideradas “engessadas” e burocráticas, ou seja, ligadas ao contrato dos funcionários. Ribeiro (2006), elenca algumas características do que chama “velho papel de Recursos Humanos”, entre elas estão:

- Controle rígido da carreira dos empregados: cobrança e gerenciamento pela produtividade do colaborador.
- Tudo que for ligado à área de Recursos Humanos, deve ser mantido em mistérios e segredos: as questões salariais e de benefícios não podiam ser expostas entre os membros da equipe, tornando-se dever do RH manter estas informações em sigilo.
- Conservar a imagem do RH como um departamento fechado e distante dos demais da empresa: O RH era um setor desintegrado dos demais, de forma que suas informações não eram utilizadas para tomada de decisão dos demais setores.
- Valorização excessiva da área, em detrimento dos objetivos estratégicos da organização: O alinhamento do RH com os objetivos da organização não existia tempos atrás, se tornando uma área remota da empresa como dito no tópico anterior.

No entanto, com o passar do tempo essa visão que era costumeira à área de Recursos Humanos foi se modificando, e os profissionais que atuam nesse setor passaram a realizar além das atividades burocráticas, tarefas voltadas aos objetivos estratégicos da organização. Dentro disso, passaram a desenvolver métodos que fizessem os colaboradores das empresas atingirem estes objetivos, por meio da avaliação de importantes aspectos de trabalho, como a motivação, liderança, clima organizacional, recrutamento e seleção, benefícios, dentre outras atividades que consigam melhorar os resultados, e consequentemente aumentando a produtividade e o lucro da empresa. Nesse

sentido, Ribeiro (2006), também classifica algumas características inerentes ao que chama de “novo papel de Recursos Humanos”, entre elas estão:

- Desenvolver e executar sistemas que possibilitem oportunidades de emprego e de desenvolvimento a todos: Diz respeito a realização de uma seleção de pessoal utilizando-se de métodos diferenciados e com uso da tecnologia.
- Suporte às demais áreas das empresas: Integração do RH com as demais áreas, utilizando a troca de informações para auxiliar na tomada decisão e na realização de planejamentos.
- Buscar a diversidade, afim de aumentar o capital intelectual com o objetivo de atualizar e inovar a empresa constantemente: Está relacionado à busca por profissionais que tragam consigo novas habilidades e conhecimentos para agregar com o restante da equipe, fazendo com que a empresa se reinvente nos processos de forma constante.
- Se utilizar do treinamento como uma ferramenta para reter o capital intelectual e desenvolver novas competências: Utilização de treinamento para deixar os colaboradores com maior domínio das tarefas que executam, e desenvolvendo seus talentos.
- Criar e avaliar métodos que possibilitem remuneração e benefícios aos colaboradores: Diz respeito às novas formas de compensar o colaborador pelo serviço prestado, procurando além do salário possibilitar benefícios para que as pessoas se sintam mais satisfeitas e motivadas.
- Dignificar o trabalho e o ser humano: Procura por auxiliar o colaborador em todas as questões de forma humanizada, fazendo ele se sentir cada vez mais próximo da equipe e da empresa.

Com estas características expostas sobre a atuação atual do RH, é possível observar que hoje essa área ganhou uma grande importância que antigamente não havia, no sentido de ser importante para todas demais áreas da empresa e que tem forte influência na busca dos objetivos organizacionais. Além disso é possível observar que a forma com que o colaborador é visto está mais humanizada hoje em dia, de forma que ele é hoje considerado uma parte importante da empresa, o que antes não era visto nesse ângulo. “As organizações já se deram conta da importância das pessoas e da forma como são administradas, diferentemente do que ocorria no passado, quando o foco recaía apenas na tecnologia do produto ou do processo, nos mercados protegidos ou regulamentados, no acesso a recursos financeiros e economias de escala” (LACOMBE, 2011, p. N.)

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO RH 4.0

A globalização foi um termo criado durante a década de 80, e que diz respeito ao processo de integração mundial nos âmbitos culturais, sociais, políticos e culturais, caracterizado pelos avanços tecnológicos que permitem um acesso às informações e a comunicação, de forma mais fácil e veloz. O fenômeno da globalização vem ocorrendo de forma cada vez mais intensa, fazendo com que as informações cheguem a todo planeta de forma instantânea, assim permitindo uma maior integração entre todos. Segundo Scholte (2002), a

globalização é resultado das conexões entre as pessoas independentemente de onde se está. Dessa forma a globalização diminui as barreiras conectando todos os países num mesmo lugar, possibilitando a todos conhecerem e terem acesso a tudo que ocorre no mundo inteiro.

Nesse contexto da globalização, que ainda hoje está ocorrendo sempre de forma a melhorar os processos, tornando-os mais otimizados, as organizações tiveram que mudar seu comportamento, no sentido de serem mais flexíveis, para que consigam se adaptar às condições dessas mudanças que ocorrem a cada segundo, de maneira que continuem competitivas dentro do seu ramo. Para isso ocorrer, as empresas passaram a evoluir seus processos em todos os seus setores, e para todos os colaboradores, desde os gestores, até o pessoal na base da hierarquia organizacional. Com o setor de RH não foi diferente, a chegada das tecnologias e as novas relações de trabalho permitiram uma mudança radical na visão e função dessa área nas empresas. O que antes era um departamento burocrático e engessado, passou a ser uma área de grande estratégia e integrada com as demais, fazendo com que se tornasse algo primordial para o bom funcionamento da empresa.

Atualmente, a globalização acabou gerando a chamada Quarta Revolução Industrial, que diz respeito a nova era tecnológica que vem para unir os sistemas físicos, com os digitais. Esse processo de união e transformações, acabou gerando o termo RH 4.0, o qual é a evolução do setor de Recursos Humanos para atender as novas necessidades de mercado.

O RH 4.0 é um resultado do processo do avanço tecnológico na área de Recursos Humanos das organizações, que segundo Sales, se baseia em três pilares principais: tecnologia, gestão comportamental e estratégia. A base tecnológica diz respeito segundo Sales, às diversas ferramentas digitais que otimizam e dinamizam os processos, já a gestão comportamental está associada à união da tecnologia com a estratégia, fazendo com que a empresa consiga gerir seu capital humano de forma inteligente, e por último a base estratégica, a qual usa da tecnologia para traçar planejamentos afim de que se chegue nos objetivos organizacionais. Estas são as bases para se chegar no sucesso em relação ao novo cenário da área de RH, permitindo assim uma organização adaptada e competitiva neste novo cenário onde a tecnologia vem quebrando os velhos paradigmas. Segundo Martins (2018), o RH 4.0 pode ser visto como uma nova realidade ocasionada pela Revolução 4.0, tornando o setor mais tecnológico de forma que assume um papel nas questões estratégicas da organização.

O trabalho nesse período será diferente, as pessoas terão que dividir seu ambiente de trabalho cada vez mais com máquinas e robôs, que estarão presentes para auxiliarem, com o objetivo de fazer a melhor atividade possível, com mínimo de erros e falhas.

Dessa forma pode-se entender que o RH 4.0 é o futuro da gestão de pessoas nas empresas, unindo alguns métodos tradicionais com os novos, os quais se voltam à tecnologia, afim de tornar todos os processos ligados ao RH (recrutamento e seleção, treinamentos, motivação, avaliação de desempenho, folhas de pagamento, e as demais atividades), que sejam cada vez mais rápidos, eficientes, de modo a estar mais próximo do alinhamento organizacional que cada empresa possui.

2.4 TENDÊNCIAS DO RH 4.0

A globalização, juntamente com os avanços tecnológicos vem trazendo consigo diversas tendências no mundo organizacional, especialmente na área de Recursos Humanos. Os processos estão se tornando digitais, mais rápidos e completos, de forma que permita o exercício do melhor trabalho pelos profissionais responsáveis pela gerência da área de RH.

As tendências da nova era dos Recursos Humanos são:

- **Inteligência Artificial:** A IA como também é conhecida, trata-se de um ramo abrangido pela ciência da computação, tendo como finalidade a simulação do raciocínio humano para perceber, entender, pensar, tomar decisões, procurando resolver eventuais problemas da mesma forma que um ser humano faz, sendo que tudo isso é realizado pelos aparatos tecnológicos que a IA possui, bem com os softwares, algoritmos, além da base de dados para que consiga diagnosticar necessidades e solucioná-las. Segundo Feigenbaum (1981, apud, FERNANDES, 2003), a inteligência artificial se trata de uma parte da ciência da computação que atua no desenvolvimento de sistemas que exibem características, de modo que estejam sintonizadas com a inteligência no comportamento dos humanos.

Atualmente a inteligência artificial é uma forte tendência nas organizações de modo que pode facilitar os processos, auxiliando os colaboradores, líderes e gestores da empresa. Essa tecnologia pode ser empregada nas atividades da área relacionada aos Recursos Humanos, assim como em todas as demais da empresa, sendo que nessa específica pode ter a finalidade de auxiliar nos processos de recrutamento e seleção, treinamentos, motivação, entre outras vertentes em que o RH se faz atuante, de forma que o trabalho seja tão bem realizado pela “máquina” quanto seria por um ser humano.

- **Decisões orientadas por dados:** todo o processo decisório em quaisquer setores da empresa, inclusive o de RH ocorrerá por meio dos dados, os quais por meio dos programas e ferramentas tecnológicas serão integrados e analisados para que seja tomada a decisão mais assertiva. Programas como a IA, entre outras ferramentas irão identificar, analisar, planejar e avaliar os resultados de cada tomada de decisão na organização. No âmbito do RH pode-se estabelecer que esses dados auxiliarão no processo de retenção de talentos, recrutamento e seleção, fatores de clima organizacional, entre outros aspectos relacionados à gestão de pessoas.

- **Cultura da inovação:** O RH 4.0 vem com a tendência de transformar a organização, tornando-a mais tecnológica, e nesse sentido as crenças, hábitos, missão, valores e tudo o que mais guia a organização será modelado com o potencial tecnológico, criando uma nova cultura na organização que esteja atrelada à tecnologia fazendo com que os processos sejam modificados para que se consiga uma adaptação bem-sucedida. Nesse sentido a inovação fará parte do ambiente da empresa, a qual irá procurar estar sempre a praticando, inovando seus processos, métodos e produtos para poder ter à disposição uma equipe qualificada e conseqüentemente uma forte concorrência no mercado em que está atuando.

- **Gestão descentralizada:** a forma de gerir as pessoas também será modificada com o forte avanço tecnológico do RH 4.0. A partir desse momento a hierarquia da organização será mais descentralizada, em que membros da base da pirâmide também irão participar, planejar e tomar decisões nos aspectos

ligados ao trabalho, fazendo com que todos estejam envolvidos e colaborativos nos processos. Esse novo modelo de gestão modifica também a forma dos líderes atuarem, onde terão um papel de tutor, para auxiliar os colaboradores no alcance das metas e objetivos, dando-os autonomia e conforme necessário realizar algum ajuste pontual.

- **Valorização da comunicação:** A comunicação é algo que deve ganhar grande importância em relação à gestão de pessoas, na medida que para se ter uma organização estratégica é necessário se ter um bom processo comunicativo, onde as informações sejam transmitidas a todos, e de forma que todos também participem dos processos, com planejamentos, opiniões, fazendo assim uma otimização das tarefas.

2.5 DESAFIOS DO RH 4.0

O RH 4.0 chega para otimizar processos, integrar ainda mais a organização através dos meios tecnológicos e também gerar uma transformação nas relações humanas. Porém, essas tendências anteriormente citadas, apresentam muitos desafios para serem implantadas e bem-sucedidas, o que faz com que os gestores e profissionais de Recursos Humanos saibam encontrar formas de superar estas dificuldades de forma que as novas tendências aconteçam tanto na parte tecnológica, quanto no que diz respeito aos colaboradores.

Ulrich (1999) entende que a competitividade da organização tem forte relação com a área de recursos humanos, no sentido da organização se adaptar às mudanças e superar os desafios.

Existem diversos desafios que devem ser enfrentados pelos profissionais de RH nessa nova era do setor, sendo os principais:

- **Gestão do capital humano:** Pode ser considerado como o principal desafio da nova era de RH, afinal as pessoas são consideradas o principal capital das organizações, à medida que cabe elas a responsabilidade de dar continuidade a existência das empresas. Gerir bem as pessoas dentro do meio tecnológico será algo essencial para o sucesso das atividades da empresa, e para que se consiga êxito nesse âmbito é necessária uma qualificação do pessoal, por meio de treinamentos e as demais ferramentas para que estejam habituados a trabalhar com a tecnologia em sincronia. A comunicação e o aspecto psicológico também terão maior importância, à medida que as transformações relacionadas as tecnologias vão exigir dos seres humanos, e para se obter bons resultados é imprescindível realizar essa preparação em todo o pessoal que compõe as organizações.

- **Liderança 4.0:** O emprazamento da liderança é um grande fator decisivo para a adaptação ao RH 4.0. A liderança precisa ter um papel diferenciado do que é realizado ainda em muitas organizações nos dias de hoje, e para isso acontecer é necessário ter à disposição líderes que além das habilidades do passado, consigam desenvolver as do futuro, como as novas dinâmicas que estão presentes no mercado, de forma que estejam familiarizados com as tecnologias, e as saibam utilizar a seu favor, melhorando os processos, o gerenciamento, afim de analisar possíveis necessidades e traçar planejamentos que as solucionem. Segundo Emanuele (2020), a liderança 4.0 é proveniente da ascensão digital, a qual provoca diversas mudanças nos processos, recaindo sobre as pessoas, as quais precisam se adequar, e para tal

é fundamental a presença de uma boa liderança, a qual ainda segundo Emanuele, para ser bem executada necessita de algumas qualidades, como: empatia, flexibilidade cognitiva, resiliência e senso de propósito, que são aspectos ligados ao novo perfil de liderança 4.0.

- Automação e modernização de processos: Outro desafio que tem grande importância para o sucesso do RH e consequentemente da empresa é a automação de processos, a qual condiz com investimentos financeiros em tecnologias e em pessoal capacitado de modo a operar esses sistemas. Os ganhos com esses investimentos são diversos, como uma modernização dos processos que o RH realiza, de forma que sejam mais rápidos, compactos, e que consigam trazer melhores estratégias para a empresa e os colaboradores, assim se fazendo uma organização mais competitiva no mercado em que atua.

Porém para a modernização ocorrer de forma correta, é necessário executar planejamentos de custos, se a empresa tem o pessoal capacitado para operar, entre outras variáveis, e vale ressaltar a importância de realizar este processo aos poucos, para que a organização e todos nela presente não sofram um impacto de uma mudança radical no seu ambiente, e sim que se adaptem dentro de um período de tempo

- Manutenção da produtividade diária: Para manter a motivação e o engajamentos dos colaboradores hoje em dia, não basta somente uma boa remuneração, mas sim existem outros fatores responsáveis pela manutenção do foco e o desempenho dos funcionários. Nesse sentido o RH 4.0 vem com a dinâmica de abandonar as “velhas” estratégias voltadas a produtividade, e agora passa a migrar para os demais fatores que são responsáveis por motivar seu colaborador, tendo ferramentas tecnológicas que permitam utilizar métodos que consigam manter o alto nível de performance das pessoas e consequentemente da empresa.

Com a apresentação dos desafios acima, pode-se identificar que a grande barreira que divide o sucesso do fracasso é a adaptação de cada organização. Na caminhada para o RH 4.0, e os demais setores na nova era organizacional é visível que para obter êxito existem alguns riscos que a tecnologia impõe, porém se forem bem trabalhados e planejados, as organizações tendem a conseguir ultrapassá-los e terem sucesso nas suas atividades. Os colaboradores também se incluem no quesito da adaptação, pois vão ter que se aperfeiçoar e trabalhar com as tecnologias designadas, caso não se empenhem nesse sentido certamente irão perder espaço no mercado de trabalho. Chiavenatto em um evento promovido pela Sólides no ano de 2020, diz que o mundo passa por transformações rapidamente tanto no ambiente físico, quanto no âmbito organizacional, sendo que as empresas que aprenderem a se adaptar e ajustar às demandas e as dificuldades que estarão presentes, vão conseguir se manter no mercado e com grande possibilidade de crescimento e desenvolvimento.

É possível observar que o principal recurso que permeia a nova era do setor de Recursos Humanos nas empresas está fortemente relacionado com a tecnologia, a qual é a fonte que guia o futuro do setor nas organizações, de maneira que estará presente em todos os processos e em todas as áreas.

São recursos que vão melhorar se forma significativa os processos realizados, porém que necessitam de um bom planejamento e adaptação, pois como visto são desafiadores no sentido de que as empresas vão ter que reformular suas estratégias, sua missão, seus valores, os métodos, de forma

que consigam se adequar a essa nova realidade digital, para assim se manterem competitivas no seu ramo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A empresa em estudo no presente trabalho será o Supermercado X, que pertence ao ramo do varejo, mais especificamente o supermercadista. Atua há mais de 15 anos na cidade de Botuverá-SC com duas lojas. Atualmente possui 28 colaboradores. Em relação ao seu setor de RH, são realizadas nele somente atividades relacionadas ao recrutamento e seleção dos colaboradores, as demais atividades são realizadas por empresa terceirizada.

Entre as funções realizadas, a empresa possui:

- 4 Sócios/ proprietários
- 1 Diretor
- 1 Auxiliar Administrativo
- 7 Caixas
- 6 Empacotadores/ repositores
- 2 Açougueiros
- 2 Auxiliares de açougue
- 2 Repositores de hortifruti
- 2 Padeiros
- 1 Auxiliar de padaria

Afim de entender os aspectos voltados à gestão de pessoas do Supermercado X, foi analisado por meio da pesquisa os fatores de liderança, motivação e os métodos utilizados pela empresa no que diz respeito aos seus colaboradores. Além do levantamento, o grupo procurou saber a opinião dos colaboradores sobre os fatores citados anteriormente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o estudo, foram evidenciadas algumas dificuldades da empresa em relação à sua gestão de pessoas. A organização possui algumas dificuldades de liderança, na forma de que não há a presença de um líder, fazendo com que muitas pessoas mandem, porém com formas de pensar diferentes, o que acaba deixando os colaboradores com dificuldades de entender o que deve ser realizado. Além do aspecto de liderança, a organização raramente fornece algum tipo de curso de aperfeiçoamento e treinamento para seus colaboradores, que acaba gerando uma perda de oportunidade de as tarefas serem executadas de melhor forma, e perda também para o colaborador, o qual poderia ter a oportunidade de ter maior aprendizado, conhecimentos, habilidades e domínio mais pleno da função que ele executa.

Além disso, outro problema verificado foi na seleção e contratação dos colaboradores, onde foi constatado que os processos para selecionar e recrutar colaboradores se baseiam nos métodos tradicionais, seguindo um padrão. Esse padrão se torna uma dificuldade, pois a empresa utiliza os mesmos métodos de roteirização de entrevista na procura de colaboradores seja para ocupar qualquer cargo, o que é equivocado, pois cada função deve adequar o processo de contratação com a sua realidade, tendo em vista a análise de cargos (tarefas,

habilidades, requisitos, entre outros) e também a roteirização, bem como perguntas, curiosidades devem ser remanejada.

A questão tecnológica também é limitada na empresa a qual foi estudada. Pelo setor de Recursos Humanos ser básico no sentido das atividades que executa, não possui uma gama tecnológica que permita uma otimização dos seus processos, seja na esfera da liderança, motivação, contratação, avaliações, entre outras atividades realizadas.

Na análise da gestão de pessoas, o aspecto da motivação foi bem-visto pelo grupo. A motivação foi algo que os próprios colaboradores afirmaram que se sentem engajados a trabalharem nesta empresa, confirmando assim o índice de baixa rotatividade e o clima organizacional favorável que a empresa possui. Um dos fatores apontados pelos funcionários é da boa relação com os superiores da empresa, o nível de autonomia que possibilitado a eles, além da questão de benefícios que a empresa disponibiliza.

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Todas as sugestões dispostas pelo grupo, visam a melhoria do processo de gestão dos seus colaboradores, sejam na parte de liderança, motivacional, e dos processos referentes a eles. Em todas sugestões o grupo procurou alinhar as principais tendências do RH 4.0 com as necessidades identificadas na empresa, para promover ações coerentes com o cenário descrito na organização em estudo.

Com o que foi descrito, é passível de observação que a empresa possui alguns aspectos que estão ligados á nova era da gestão de pessoas, principalmente no âmbito motivacional, onde a autonomia é estimulada, e a existência de um ambiente colaborativo, porém também por se tratar de uma empresa de pequeno porte, foram encontradas algumas necessidades, as quais serão descritas abaixo:

Entre os fatores, foi identificada a necessidade de implementação de sistemas tecnológicos, os quais podem auxiliar e otimizar todos os processos, seja de liderança, motivação e na busca por novos colaboradores. Esses sistemas como a IA por exemplo, identificam as necessidades e por meio da análise dos dados, tomam decisões, as quais no caso da empresa em estudo, vão guiar nas soluções dos líderes e gestores da organização, tornando não só o RH, como também a empresa cada vez mais estratégica.

No aspecto da liderança é sugerido que a empresa tenha a presença de um líder central, porém que esteja treinado e tenha as habilidades necessárias para gerir seus colaboradores no formato 4.0, onde se tenha a presença do líder como a de um tutor que vai guiando os seus comandados, e esteja aberto aos feedbacks destes.

A empresa também pode investir em outra vertente da nova gestão de pessoas, que é a de treinamento, onde foi identificada uma necessidade presente na realidade da empresa. A evolução constante das pessoas por meio do uso de tecnologias, faz que com que os colaboradores tenham novos aprendizados nas atividades em que realizam, além de adquirirem novas habilidades, o que acaba gerando ganhos para a empresa e também para o colaborador, no sentido de sentir mais confiante e motivado. Se trata, portanto, de um investimento no seu capital humano, que irá gerar uma maior qualificação

da equipe como um todo, tornando a empresa mais otimizada e estratégica nos negócios.

Por fim a empresa ainda pode buscar formas de medir os índices de desempenho, como as avaliações realizadas com os colaboradores e os líderes, no sentido de utilizar os resultados para identificar melhorias, e solucioná-las utilizando dos meios tecnológicos para tal, com o objetivo de tornar a organização mais otimizada e estratégica, o qual é o grande legado da nova era da área de Recursos Humanos nas organizações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste artigo, pode-se entender por meio dos conceitos apresentados, as opiniões expostas pelos autores e ainda o estudo da empresa Supermercado X, o que vem a ser os Recursos Humanos, a transformação que a área sofreu até chegar no RH 4.0, a forma como vai impactar a gestão das pessoas, evidenciando as tendências e os principais desafios desta nova era que já é realidade em muitas organizações.

Pode ser visto que é um processo que vai modificar muito do que é feito na atual gestão de pessoas, onde a tecnologia terá um papel forte afim de buscar as melhores soluções para a empresa, além de torna-lá mais estratégica, conseguindo se reinventar, produzindo bens e serviços que conquistem seus clientes, e consequentemente aumente o seu lucro.

Em relação ao estudo da empresa Supermercado X, foi analisado a gestão atual das pessoas, e a partir disso identificando necessidades e sugerindo ações para a empresa passar a cada vez mais adaptar no cenário do RH 4.0, que já está se tornando realidade nas empresas.

Nesse sentido a partir do estudo, e os objetivos propostos na pesquisa, pode-se constatar a importância de as empresas adaptarem seus processos à nova maneira de se fazer a gestão das pessoas, de como conciliar as tecnologias com os colaboradores, os métodos da nova forma de liderar e gerir os funcionários, para que estas organizações consigam se manter atualizadas neste novo cenário permanecendo competitivas entre as demais organizações, se tornando cada vez mais estratégicas.

O grupo, ainda considerou importante e relevante o estudo do tema, pois se trata de um tópico que estamos vivenciando em nossa vida profissional, podendo ao fim da pesquisa entender melhor o que vem a ser esse processo, como vai impactar, e o que deve ser feito para que tanto as empresas, quanto os colaboradores consigam uma boa adaptação e sucesso.

REFERÊNCIAS

Guia Sobre o RH 4.0: transforme sua gestão de pessoas. Blog.sólides, 2020. Disponível em: <https://blog.solides.com.br/guia-completo-sobre-o-rh-4-0/>. Acesso em: 11 de Maio de 2021.

O que é o RH 4.0 e quais os seus principais desafios? Blog.rhopen, 2018. Disponível em: <https://blog.rhopen.com.br/o-que-e-o-rh-4-0-e-quais-os-seus-principais-desafios/>. Acesso em: 11 de Maio de 2021.

FERNANDES, S. Entenda o que é RH 4.0 e qual a sua importância. Pontomais, 2020. Disponível em: <https://www.pontomais.com.br/blog/rh-4-0>. Acesso em: 11 de Maio de 2021.

EMANOELE, A. Entenda o que é o conceito da liderança 4.0 e como implementar na sua empresa. Blog Voittomais. Disponível em: <https://www.voitto.com.br/blog/artigo/lideranca-4-0>. Acesso em: 11 de Maio de 2021.

SALES, G. Humanização e tecnologia no RH. Blog Convenia. Disponível em: Acesso em 11 de Maio de 2021.

IDALBERTO, C. Recursos humanos: O capital humano das organizações. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LACOMBE, F. J. M. Recursos humanos: Princípio e tendências. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ULRICH, D. Os Campeões de Recursos Humanos: Inovando para obter os melhores resultados. 1º reimpressão. São Paulo: Futura, 1999.

RIBEIRO, A. L. Gestão de Pessoas. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SHOLTE, J. A. Globalization: A Critical Introduction. Palgrave macmillan, 2005.

DESSLER, G. Administração de Recursos Humanos. 2º ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

ANAIS ENPEX 2021

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ARTIGOS

ARQUITETURA E URBANISMO



XX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV MOSTRA DE EXTENSÃO
BRUSQUE/SC - BRASIL



UNIFEBE
É NOSSA. É DAQUI.

O PAPEL DA VEGETAÇÃO NO CONFORTO TÉRMICO DE AMBIENTES URBANOS**THE ROLE OF VEGETATION IN THE THERMAL COMFORT OF URBAN ENVIRONMENTS**

Daiana Maiara Daltoso, Alexssandra da Silva Fidelis

asfarquitetura@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: É de comum conhecimento que a vegetação exerce um papel predominante na atenuação da radiação solar, interferindo no microclima e ocasionando maiores condições de conforto. Vários estudos comprovam que a vegetação em áreas urbanas influencia positivamente no conforto térmico local e estimula o uso do espaço público. Fatores como a falta de planejamento dos espaços urbanos, a devastação da vegetação e a má implantação da arquitetura, originam as ilhas de calor dentro das cidades, tornando-as cada vez mais desconfortáveis termicamente para os seres humanos. Nesse contexto, esse artigo amparou-se em pesquisa bibliográfica, onde analisou diversos trabalhos da área de conforto térmico de ambientes urbanos, buscando conhecer e expor a importância da implantação estratégica de vegetação nas cidades em busca do conforto térmico.

PALAVRAS-CHAVE: Conforto térmico urbano. Vegetação urbana. Urbanização.

ABSTRACT: *It is common knowledge that vegetation plays a predominant role in attenuating solar radiation, interfering with the microclimate and causing greater comfort conditions. Several studies prove that vegetation in urban areas positively influences local thermal comfort and encourages the use of public space. Factors such as the lack of planning of urban spaces, the devastation of vegetation and the poor implementation of architecture, give rise to heat islands within cities, making them increasingly thermally uncomfortable for human beings. In this context, this article was supported by bibliographical research, where it analyzed several works in the area of thermal comfort in urban environments, seeking to know and expose the importance of strategic deployment of vegetation in cities in search of thermal comfort.*

KEYWORDS: *Urban thermal comfort. Urban vegetation. Urbanization.*

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização o mundo inteiro encontra-se em constante processo de urbanização. O crescimento desordenado das cidades vem alterando cada vez mais as características do meio urbano e consequentemente alterando as condições climáticas do local e qualidade de vida.

Apesar dos diferentes conceitos utilizados para referenciar elementos vegetais presentes no meio urbano, este artigo utiliza o termo *vegetação* como a união de elementos vegetais existentes em espaços abertos, independentemente da espécie, tamanho ou configuração.

Historicamente a vegetação tem função de embelezamento das cidades, entretanto pela ação que a utilização de plantas proporciona, esta acaba promovendo também o bem-estar aos seres humanos.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, § 1º, inciso III, defende o bem-estar da população e propõe a proteção ao meio ambiente, evidenciando que a preservação do meio ambiente é de responsabilidade da coletividade, visando as presentes e futuras gerações.

A vegetação exerce influência sobre o indivíduo através dos processos de cognição e percepção. Na percepção a experiência ocorre pelos sentidos, com predominância visual, sendo consequência de aspectos fisiológicos baseados no meio biológico. Já na cognição as sensações adquirem valores e significados, remetendo a memórias e pensamentos. Dessa forma, o estímulo da vegetação acontece através de suas cores e formas capaz de evocar memórias passadas.

O meio ambiente é afetado de maneira negativa pelo crescimento vertical e horizontal acelerado das cidades, a cobertura arbórea vem sendo cada vez mais substituída por edificações, pavimentação, aterros e outras obras construtivas. Como consequência, a soma desses fatores trouxe a formação das ilhas de calor na malha urbana alterando o microclima local, já que o microclima é influenciado pela topografia, áreas ocupadas, vegetação e arborização, poluição e tipo de piso da cidade.

O papel exercido pela vegetação no controle da incidência da radiação solar, da umidificação e depuração do ar, influencia beneficemente sobre o microclima urbano e a qualidade do ambiente construído, concomitante ao conforto térmico em espaços externos, o que proporciona melhora na vida urbana.

Por meio da análise bibliográfica proposta, deseja-se que os profissionais ligados ao planejamento e organização urbana considerem, mais intensamente, os elementos atrelados a arborização, vegetação e conforto térmico urbano. Para isso, analisou-se pesquisas sobre o papel da vegetação urbana associada ao conforto térmico urbano, conforme apontado em pesquisas de Romero, Mascaró, Bartholomei e Labaki, entre outros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A urbanização é um fenômeno global e crescente. As cidades nas últimas décadas vêm apresentando um grande crescimento do espaço urbano, da população e de atividades, alterando de forma drástica o ambiente natural e o ambiente construído. Os novos ambientes construídos vêm sofrendo alterações climáticas, prejudicando a qualidade de vida da população (LABAKI *et al.*, 2011). Segundo Shams, Giacomeli e Sucomine (2009 *apud* MÄHLMANN *et al.*, 2018), o processo de industrialização em larga escala e o aumento da população das cidades, que aconteceu de forma desordenada devido o êxodo rural, alterou as características locais e climáticas do meio urbano. Essas mudanças afetam em grande escala a qualidade de vida dos habitantes, trazendo a desarmonia entre área urbana e ambiente natural.

A urbanização é uma transformação da sociedade, os impactos ambientais promovidos pelas aglomerações urbanas são, ao mesmo tempo, produto e processo de transformação dinâmica e recíprocas da natureza e da sociedade estruturada em classes sociais (VIANA, 2007).

Os problemas ambientais são diretamente proporcionais ao crescimento populacional. Problemas como carência, precariedade das habitações, falta de saneamento e má gestão de resíduos sólidos, são causados pelo crescimento da população de forma desordenada o que consequentemente reduz as áreas verdes e aumenta a impermeabilização do solo, contribuindo para o aumento de temperatura e das enchentes nas áreas urbanas (ALBUQUERQUE; LOPES, 2015).

Gauzin-Müller (2011), aponta que a impermeabilização dos solos acelera o escoamento da água, sobrecarregando redes coletoras, córregos e rios. Dessa forma, a cobertura vegetal limita a vazão de pico enviada para a rede em caso de chuva forte, graças ao armazenamento provisório e ao escoamento lento e progressivo.

Amorim (2010), menciona que a transformação da paisagem ocasionada pela urbanização, altera a vegetação natural devido ao aumento de áreas urbanizadas necessárias às edificações, ao tráfego de veículos e outros usos. A impermeabilização do solo, a alteração do relevo e a verticalização urbana, além da emissão de gases poluente na atmosfera, incrementam o rol de interferências ambientais causadas pela urbanização e que resultam na formação de bolsões de ar quente, gerando o clima próprio dos centros urbanos. Concomitante a isso, Mählmann *et al* (2018) evidenciam que os microclimas são gerados pela massa edificada das cidades, ocasionando as ilhas de calor, resultantes da grande absorção de calor das pavimentações e dos materiais construtivos. Já as ilhas frias, que possuem clima mais frio, são causadas pela falta de insolação nos arredores de arranha-céus, por exemplo.

Microclima é definido como o conjunto de condições climáticas – temperatura, umidade, sensação térmica e chuvas – de uma determinada área dentro de uma cidade (MÄHLMANN *et al.*, 2018). Segundo Mascaró e Mascaró (2009), um conjunto de fatores, como a exposição ao sol, ao vento e a presença de vegetação, são responsáveis pela alteração do comportamento térmico em relação ao clima local, tornando a vegetação um fator aliado no microclima urbano, pois ela modifica a temperatura e a umidade do ar, a direção e velocidade do vento, contribuindo para o conforto térmico.

Alves (2016), evidencia em suas pesquisas que o emprego da vegetação ou a preservação dos grupos arbóreos no interior das áreas urbanas, é uma ação efetiva que contribui positivamente nas condições do microclima local. Na presença de um microclima favorável, os indivíduos passam a sentirem-se mais confortáveis no local, visto que há uma melhora na umidade do ar e na temperatura. Da Silva, Gonzalez e Silva Filho (2011), afirmam que em ambientes confortáveis o comportamento das pessoas é alterado de maneira que em dias de altas temperaturas as áreas abertas são procuradas para realização de atividades recreativas e de lazer, influenciando, de certa forma, no gasto energético do indivíduo, contribuindo indiretamente para uma vida mais saudável.

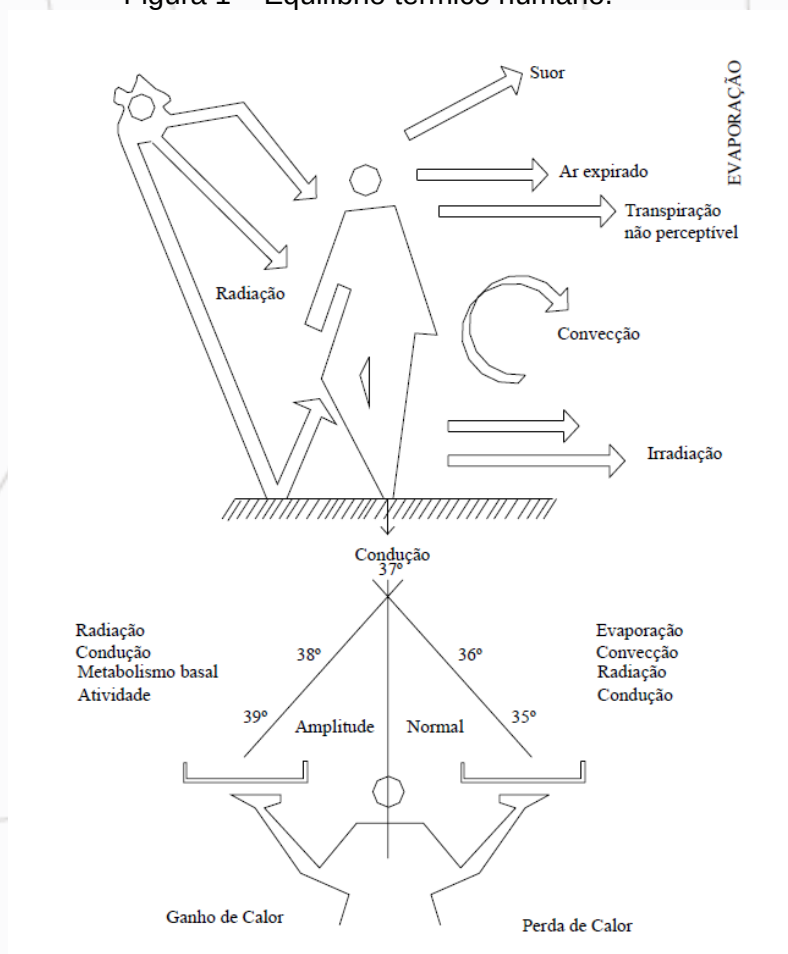
2.1 CONFORTO HUMANO

Mascaró e Mascaró (2009), esclarecem que o consumo energético em busca do conforto térmico, não é uma consequência apenas das condições climáticas e pode estar relacionado com a organização espacial urbana e arquitetônica em desacordo com o meio. A arquitetura deve servir ao homem e ao seu conforto térmico, oferecendo condições térmicas confortáveis para o ser humano, destacando o fato de que temos uma boa qualidade de vida e saúde quando nosso organismo não é submetido à fadiga ou estresse (PINHEIRO; CRIVELARO, 2014).

Frota e Schiffer (2003), afirmam que o homem é um ser homeotérmico, que mantém a temperatura do corpo sensivelmente constante através da energia gerada pelo metabolismo. Quando há uma perda de temperatura para o ambiente o ser humano apresenta um desconforto térmico. A Figura 1 representa esse processo.

Para Silva, González e Silva Filho (2011), fatores ambientais e humanos, como temperatura, umidade do ar e redução de consumo energético, interferem na sensação quanto ao conforto térmico, além de fatores mais subjetivos como sexo, idade, estado de saúde ou simplesmente preferências pessoais. Os fatores ambientais são diretamente ligados as trocas de calor por convecção, radiação e perda de calor latente, influenciados pela umidade relativa e velocidade do ar. Condições climáticas inadequadas se relacionam diretamente com a perda da qualidade de vida.

Figura 1 – Equilíbrio térmico humano.



Fonte: Romero (2000).

No meio urbano, o conforto térmico é vinculado a ventilação natural e a incidência da radiação solar direta, tanto nas pessoas quanto nas construções, que absorvem o calor em vez de interceptá-los, que é uma das funções do sombreamento proporcionado pelas árvores em conjunto com o vento (SILVA; GONZÁLEZ; SILVA FILHO, 2011).

2.2 VEGETAÇÃO URBANA

Segundo Mascaró e Mascaró (2005), a vegetação é um dos principais componentes que influenciam na melhoria da ambiência devido às funções que ela exerce no espaço urbano. Ela funciona como um termorregulador climático.

Nas áreas urbanas do mundo inteiro, o concreto, a pedra e o asfalto predominam. A presença de altos edifícios barra o vento e impede a renovação eficiente do ar, isso contribui para o clima típico das nossas grandes cidades: temperatura elevada, umidade mínima e grande concentração de poluentes. O plantio de vegetação em extensas superfícies de cobertura compensa, em partes, esse fenômeno e influi positivamente no microclima. Com a evaporação da água retida nas plantas e no solo, o ar ganha umidade, fica mais fresco e aglutina as partículas de pó. A vegetação também contribui para o isolamento

térmico da cobertura, proporcionando assim economia de energia e diminuição das emissões de gases na atmosfera (GAUZIN-MULLER, 2011).

Para Romero (2007), áreas com vegetação se diferem em relação a temperatura, a velocidade do vento, a turbulência, a umidade do ar e a temperatura radiante. A vegetação absorve e conduz quantidade menor de calor que os materiais construtivos e reduz significativamente a velocidade do vento. As folhas absorvem a radiação solar, diminuindo a reflexão e filtram as contaminações do ar. Em áreas verdes a taxa de evaporação é mais alta. Nos dias de calor intenso a existência de bosques permite que a população tenha momentos de lazer e convívio social sob sombras e temperaturas mais amenas (PINHEIRO; CRIVELARO, 2014).

A vegetação além de proporcionar uma experiência estética satisfatória, induz diferentes resultados positivos sobre o ser humano nos aspectos físico, psicológico e emocional. Essa influência atua no processo de percepção e cognição. A percepção ocorre através dos sentidos com domínio visual, através de cores e formas. Já na cognição, as sensações adquirem valores e significados, envolvendo reconhecimento, memória e pensamento (SCHVARSTZHAUPT; REIS, 2017).

Labaki *et al.* (2011), ressaltam ainda a importância da vegetação ciliar, conhecida também como ripária, um tipo de cobertura vegetal nativa encontrada das mais diversas formas e estruturas junto as nascentes e margens de rio, com a função de proteger a água e o solo. Estudos realizados pelos autores apontam a eficiência desse tipo de vegetação na redução e variação da radiação solar incidente, em conjunto com os cursos d'água apresentam amenização eficiente da temperatura ambiente e aumento da umidade relativa, evidenciando “a existência de uma relação direta entre a atenuação da radiação solar e a fisionomia da vegetação” (LABAKI *et al.*, 2011, p. 35).

As características das espécies vegetais, como copas amplas, alta densidade de folhas, tamanho e espessura das folhas, disposição e densidade de indivíduos arbóreos, podem interferir na percepção do conforto térmico, considerando o fato de que influenciam diretamente na quantidade de luz transmitida e calor absorvido. Nos centros urbanos a disposição das árvores costuma acontecer de forma combinada, contribuindo para um conforto térmico específico (LABAKI *et al.*, 2011), principalmente, por conta do sombreamento que as copas das árvores geram no entorno urbano. Segundo Peixoto, Labaki e Santos (1995), a estrutura arbórea é classificada de acordo com a disposição e densidade da estrutura vegetal. Afirmam ainda, que a densidade das árvores pode ser dividida em isolada, parcialmente isolada, agrupada/rarefeita e agrupada/densa. Quanto à disposição dos indivíduos classificam-se como casual, pontual, isolada, difusa, intersectante e aglomerada.

2.3 SOMBREAMENTO

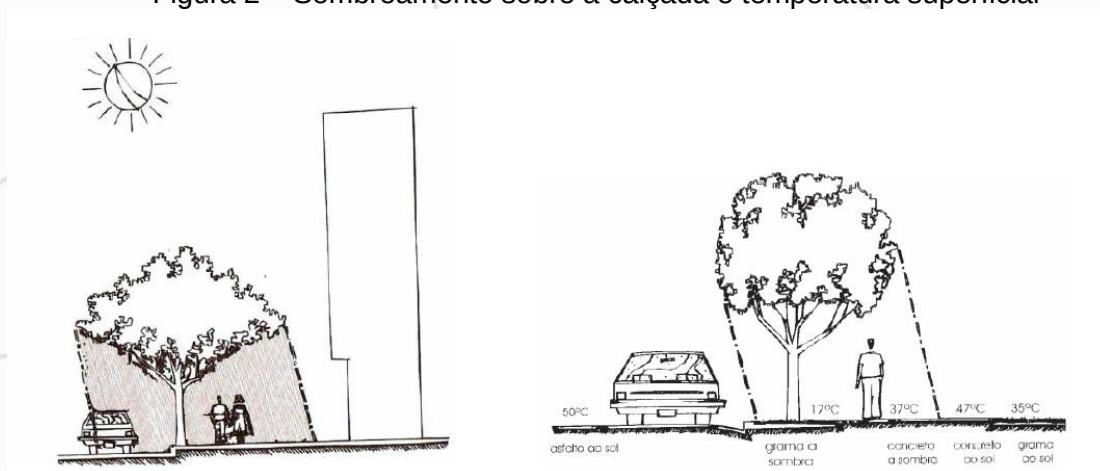
Considera-se o sombreamento como o principal benefício ambiental atmosférico proporcionado pelas árvores nos meios urbanos. Sombra é a interceptação da luz e do calor radiados pelo sol (LABAKI *et al.*, 2011).

As árvores atenuam a incidência da radiação solar, impedindo que sua totalidade atinja o solo ou as construções. A vegetação provoca resfriamento passivo por meio do sombreamento e da evapotranspiração. O sombreamento

provocado por ela, ameniza a radiação solar incidente e consequentemente o aquecimento das superfícies, reduzindo a temperatura superficial destas, portanto, a emissão da radiação de onda longa para o meio, conforme ilustrado na Figura 2. Através da evapotranspiração, ocorre o resfriamento das folhas e do ar adjacente, devido à retirada do calor latente (LABAKI *et al.*, 2011). Locais mais arborizados, com características próximas do natural, apresentam condições mais amenas e confortáveis (GOMES; AMORIN, 2003).

Segundo Mascaró e Mascaró (2001), o sombreamento é uma das funções principais da arborização, com a finalidade amenizar o rigor térmico em climas tropicais. Além de diminuir a temperatura do pavimento e das construções, tornando o ambiente mais confortável aos usuários.

Figura 2 – Sombreamento sobre a calçada e temperatura superficial



Fonte: Mascaró e Mascaró (2005).

De acordo com Labaki *et al* (2011), a arborização tem a capacidade de atenuar a radiação de onda curta, evitando os efeitos do contraste sombra/sol. Quanto as ondas longas, tem a capacidade de reduzir o aquecimento superficial e reduzir a conversão da energia radiante em calor sensível. A maior parte da energia absorvida é transformada em calor latente pela evapotranspiração, resfriando as plantas e o ar em sua volta.

Os arranjos arbóreos costumam ser compostos de conjuntos puros (de uma única espécie) ou mistos (de duas ou mais espécies), podendo ser homogêneas ou heterogêneas (LABAKI *et al.*, 2011). Mascaró e Mascaró (2009), ressaltam que árvores isoladas são separadas umas das outras sem que suas copas se unam. O agrupamento heterogêneo dispõe de diferentes espécies, enquanto o homogêneo geralmente é composto da mesma espécie, ou semelhantes, constituindo um grande grupo arbóreo que afeta a luminância em qualquer época do ano, na Figura 3 pode ser verificado um exemplo desse agrupamento arbóreo.

Figura 3 – Disposição e densidade das árvores



Fonte: Peixoto, Labaki e Santos (1995).

Segundo Paula (2004), considerando que o sombreamento é resultado da área da superfície sombreada, deve-se atentar a forma e ao porte da espécie com a trajetória solar nas estações do ano. Concordando com o autor, Mascaró e Mascaró (2001) afirmam que para a escolha da espécie arbórea adequada, todas as variáveis de projeto devem ser consideradas. E recomendam: praças, estacionamentos e caminhos de pedestres devem ser sombreados em pelo menos dois terços de sua área; limitar, pelo menos dois terços, a radiação no período quente nos locais de recreio infantil; garantir insolação por pelo menos quatro horas no período frio; garantir insolação na fachada das edificações norte, leste e oeste, por no mínimo duas horas no inverno nos horários entre final da manhã e início da tarde. Para o sombreamento eficaz deve ser usada uma massa arbórea considerável, com espécies de folhagens densas.

Segundo Furtado (1994), a vegetação quando usada na função de sombrear, além de possibilitar a economia de energia, cria espaços externos agradáveis a permanência humana.

2.4 UMIDADE DO AR

A umidade relativa do ar é “a razão entre o número de gramas de vapor d’água existente em 1 m³ de ar e a quantidade máxima de gramas d’água que 1 m³ pode conter, quando está saturado naquela temperatura” (RUAS, 1999 apud BARTHOLOMEI, 2003, p. 10). O vapor d’água existente no ar tem origem da evaporação natural da água, da evapotranspiração vegetal e de outros fatores menos relevantes (ROMERO, 2000).

Segundo Bartholomei (2003), a umidade do ar varia conforme a temperatura. Quando a temperatura do ar aumenta, a quantidade máxima de vapor d’água também aumenta, assim como, quando baixa a temperatura a quantidade de vapor diminui.

Conforme Weingartner (1994), o controle da radiação em conjunto com o aumento da umidade do ar, resulta em uma variação menor de temperatura, reduzindo a amplitude térmica sob a vegetação. No verão esse efeito é potencializado pois é a época do ano onde a densidade foliar e a evapotranspiração das plantas são mais intensas. No inverno a diferença de amplitude térmica entre as áreas externas e internas diminui devido a redução

da radiação e da temperatura, influenciada também pela alteração da fenologia das plantas, principalmente pela perda das folhas.

Inúmeros estudos apontam um aumento da umidade em áreas vegetadas em relação as não vegetadas, atribuindo a vegetação a capacidade de manter a umidade no solo, diminuindo o aquecimento por reter a irradiação (SILVA; GONZÁLEZ; SILVA FILHO, 2011).

Segundo Llandert (1982), a preservação da umidade pela vegetação pode acontecer de três formas: evaporação física direta das chuvas, transpiração fisiológica das plantas e a clorovaporização do vapor de água durante a assimilação clorofílica de CO₂ atmosférico, por meio da radiação. O autor afirma que a evaporação em lugares abertos chega a ser dez vezes maior do que sob a copa das árvores.

2.5 VENTILAÇÃO

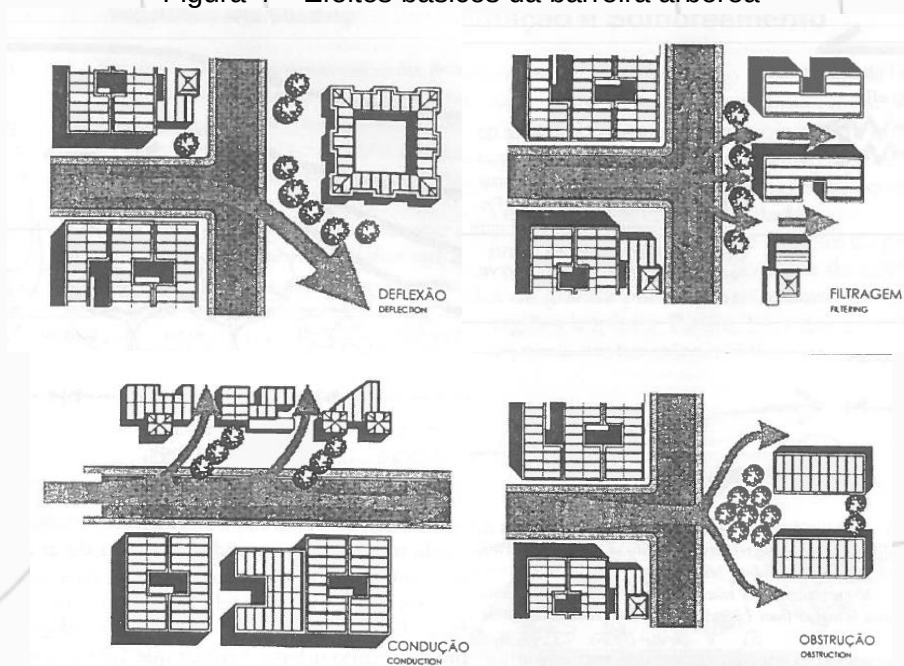
Vento é ar em movimento, resultado das variações barométricas devido ao desequilíbrio atmosférico. A diferença de pressão ou temperatura gera um fluxo de ar que se desloca das regiões mais frias (baixa pressão) para as mais quentes (alta pressão) que somadas a força gerada pelo movimento de rotação terrestre, definem a próxima circulação da atmosfera (ROMERO, 2000).

Segundo Romero (2000), além dos deslocamentos globais de massa de ar, os ventos locais atuam sobre o clima. Para o desenho urbano é fundamental conhecer como se processa os mecanismos desses ventos na camada mais baixa da atmosfera pois são eles que influenciam no conforto térmico do ambiente.

Em suas pesquisas, Mascaró e Mascaró (2005) apontam o vento como um fator importante na sensação de conforto e destacam a importância da vegetação no controle da corrente de ar, associado a filtragem das impurezas, redirecionamento ou obstrução do vento e redução da velocidade. Afirmam ainda que, a barreira de vegetação resulta em quatro efeitos básicos, que podem ser observados na Figura 4: obstrução, com bloqueio da corrente de ar; deflexão, desvia a direção da corrente; filtragem, reduz a velocidade; e condução, direciona o fluxo e altera a velocidade.

Silva, Gonzalez e Silva Filho (2011), destacam que a vegetação funciona parcialmente como um obstáculo para o fluxo de ar. Com baixa velocidade, o vento penetra pelas copas das árvores, mas quando a velocidade é alta o vento tende a circundá-la.

Figura 4 – Efeitos básicos da barreira arbórea



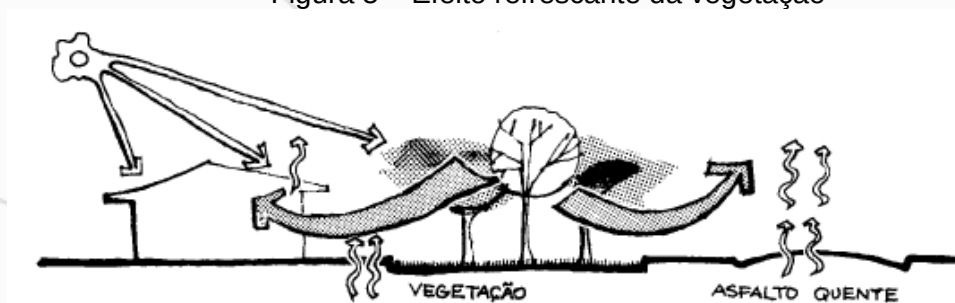
Fonte: Mascaró e Mascaró (2005).

2.6 AMBIÊNCIA URBANA E PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Ambiência urbana é o espaço arquitetonicamente organizado para proporcionar conforto e funcionalidade, em ambientes urbanos, aos usuários. Vem sendo constantemente estudada visando reverter a situação atual do urbanismo, que nos dias de hoje é considerado caótico, segregador e explosivo (SILVA; GONZÁLEZ; SILVA FILHO, 2011).

Estudos como os de Mascaró e Mascaró (2009), demonstram a eficiência de áreas verdes, associadas com a arborização urbana, na melhoria da ambiência urbana, principalmente ligadas ao conforto térmico. Segundo os autores, o ambiente arborizado diminui o fator céu aberto e consequentemente gera um resfriamento passivo do ambiente, conforme ilustrado na figura 5.

Figura 5 – Efeito refrescante da vegetação



Fonte: Romero (2000).

Para Silva, Gonzalez e Silva Filho (2011), as soluções construtivas e os materiais de utilizados na construção, são diretamente responsáveis pelo consumo energético. Sendo assim, a correta utilização dos recursos possibilita a diminuição dos gastos energéticos com climatização. Nesse contexto,

alternativas que utilizem recursos naturais para o conforto térmico são de interesse coletivo.

Para Veira (2004), as áreas verdes assumem diferentes papéis na sociedade como a função estética, social, educativa, ecológica e psicológica. Segundo McPherson e Simpson (2003), programas de plantio de árvores ressaltam uma oportunidade de melhoria na qualidade de vida do cidadão e do meio urbano, além de diminuir os custos com energia elétrica.

Muitos municípios, preocupados com a qualidade de vida no meio urbano, estão se conscientizando da questão sociocultural que representam a preservação de grandes áreas verdes, a proteção do patrimônio vegetal e da biodiversidade, assim como a valorização das margens dos rios (GAUZIN-MULLER, 2011).

Para Pinheiro e Crivelaro (2014), o paisagismo deve ser pensado com caráter estratégico de maneira integrada ao Plano Diretor dos municípios, buscando um equilíbrio entre o crescimento das cidades e a qualidade de vida, harmonizando com o ambiente.

Planejar adequadamente a arborização de uma cidade enriquece a paisagem e explora de forma harmoniosa todos os elementos do paisagismo, gerando benefícios ambientais e consequentemente uma melhora na qualidade de vida. A adesão de um plano de arborização facilita o processo de implantação e manutenção das espécies, além de priorizar o bioma local. O plano deve levar em consideração o incentivo ao plantio de gêneros nativos regionais, tornando o porte e a forma das árvores compatíveis com a área disponível. É de suma importância respeitar os afastamentos necessários, considerar o tipo de tráfego local e verificar a adaptação da espécie arbórea ao clima local, minimizando conflitos com a infraestrutura existente (CECCHETTO; CHRISTMANN; OLIVEIRA, 2014).

Para o correto planejamento, se deve adequar as características do clima, solo existente e tipos de árvores, na expectativa de melhor adaptação. O clima é o que mais influencia, pois para o solo existem maneiras de corrigir e adequá-lo à necessidade local. De modo geral, espécies com copas de sombras amplas são propícias para climas tropicais, desde que não dificultem a circulação do ar no local, com preferência para espécies com folhagem abundantes. Para climas frios, árvores de copas ralas são as mais indicadas. Para locais de inverno rigoroso, as melhores espécies são as que perdem suas folhas, possibilitando a insolação direta sobre o solo (SCHUCH, 2006).

Quando não existe um espaço na área urbana, uma proposta de arborização é o telhado verde, que já vem sendo utilizado nas grandes cidades do mundo, como é o caso de Nova York, onde a prefeitura criou subsídios para incentivar o plantio (PINHEIRO; CRIVELARO, 2014).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base no levantamento bibliográfico, pode-se observar a importância e os benefícios que a arborização e coberturas vegetais, atribuem aos centros urbanos. Como exemplo de práticas assertivas, relacionadas a arborização, a cidade de Fortaleza adotou programas de arborização, considerados necessários e com efeitos positivos para a sociedade, como é o caso do “Programa de Adoção de Praças e Áreas Verdes” e o “Árvore na Minha Calçada”, além de implementar um Plano de Arborização em seu Plano Diretor.

Capitais como Curitiba e Goiânia também se tornaram referência no tema. As capitais também implementaram Planos de Arborização e o resultado é visivelmente notável, por conta de uma arborização urbana planejada e que atende aos critérios de conforto térmico apontados, anteriormente.

Como apresentado nesse estudo, a arborização e vegetação urbana são elementos importantes e que relacionam-se aos aspectos cultural, ecológico, social, estético e paisagístico, porém, existe uma grande deficiência em seu planejamento e viabilização de ações a serem colocadas em prática para fazer com que seja possível atingir objetivos que qualifiquem os ambientes urbanos, principalmente relacionado aos fatores que garantam o conforto térmico urbano.

Com a qualificação climática em espaços urbanos comprovada, para validação das informações sugere-se a elaboração futura de estudo prático aplicado na cidade de Brusque (SC), analisando as características locais e sugerindo um plano de arborização adequado à cidade, levando em consideração as espécies arbóreas que se adaptam ao ambiente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca pelo conforto térmico e diminuição do consumo energético, é necessário a conscientização de planejadores urbanos quanto a incorporação de conceitos discutidos nesse artigo. A preocupação com a preservação da vegetação urbana deve ser uma constante para todos, tanto cidadão quanto poder público. Essa cumplicidade é a condição básica para o alcance de uma melhoria na qualidade de vida nos centros urbanos.

Existem inúmeros estudos e pesquisas de renomados especialistas, em diversas áreas de conhecimento, que podem ser utilizados como base para o planejamento dos ambientes, dedicando-se ao conforto térmico no meio urbano e diminuição das ilhas de calor.

O uso da vegetação como dispositivo de sombreamento, gerador e controlador de umidade e dispositivo de ventilação natural, mostra-se eficiente na minimização do consumo energético, já que através deles é possível alcançar um conforto térmico, além de ser uma alternativa que envolve pouco custo financeiro na implantação e manutenção.

Conhecidos os benefícios e possibilidades da arborização natural de ambientes urbanos nas cidades, conclui-se que sob os aspectos abordados na revisão bibliográfica é possível atingir o conforto térmico e contribuir para a eficiência energética, desde que o ambiente seja planejado da forma adequada, respeitando todas as regras arquitetônicas de planejamento.

O planejamento da arborização urbana deve levar em consideração a escolha da espécie adequada a ser plantada no local, dotando-se de critérios científicos e técnicos para curto e longo prazo. A paisagem sempre deve ser combinada com o relevo, solo, clima, vegetação animais e infraestruturas. Dessa forma, a arborização pode ser implantada tanto em praças e parques quanto em calçadas e ruas.

Diante do exposto, pode-se observar que a literatura estabelece muito bem que a arborização favorece o microclima urbano. Nesse contexto, a educação ambiental é uma ferramenta essencial na realização de ações para melhoria dos centros urbanos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos Machado de; LOPES, Wilza Gomes Reis. Influência da vegetação em variáveis climáticas: estudo em bairros da cidade de Teresina, Piauí. R.Ra'e Ga, Curitiba, v. 36, p. 38-68, abr. 2016.

ALVES, Washington Silva. A vegetação e sua influencia no microclima urbano. Élisé – Revista de Geografia da UEG, Anápolis, v. 5, n. 1, p. 205-221, jan./jun. 2016.

AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. Climatologia e gestão do espaço urbano. Mercator, Presidente Prudente, número especial, p. 71-90, dez. 2010.

BATHOLOMEI, Carolina Lotufo Bueno. Estudo da atenuação da radiação solar incidente por diferentes espécies arbóreas. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

BATHOLOMEI, Carolina Lotufo Bueno. Influência da vegetação no conforto térmico urbano e no ambiente construído. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CECCHETTO, Carise Taciane; CHRISTMANN, Samara Simon; OLIVEIRA, Tarcísio Dorn de. Arborização urbana: importância e benefícios no planejamento ambiental das cidades. XVI Seminário Internacional de Educação no Mercosul, Cruz Alta, ago. 2014.

FROTA, Anésia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de conforto térmico. 8. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

FURTADO, Adma Elias. Simulação e análise da utilização da vegetação como anteparo às radiações solares em uma edificação. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências da Arquitetura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

GAUZIN-MULLER, Dominique. Arquitetura ecológica. São Paulo: Editora Senac São Paulo: 2011.

GOMES, Marcos A. S.; AMORIM, Margareti C. C. T. Arborização e conforto térmico no espaço urbano: estudo de caso nas praças públicas de Presidente Prudente (SP). Caminhos de Geografia 7 (10), p. 94-116, 2003.

LABAKI, Lucila C.; SANTOS, Rozely F.; BUENO-BARTHOLOMEI, Carolina L.; ABREU, Loyde V. Vegetação e conforto térmico em espaços abertos. Fórum Patrimônio, Minas Gerais, v. 4, n. 1, p. 23-42, 2011.

LLANDERT, Luis Rodríguez Avial. Zonas verdes y espacios libres em la ciudad. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1982.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes urbanas: conceitos, usos e funções. *Ambiência – Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais*, Guarapuava, v. 1, n.1, p. 125-139, jan./jun. 2005.

MÄHLMANN, Fabiana G.; SCOPEL, Vanessa G.; MARIANO, Gabriela F.; CASTAGNA, Ana C.; MOURA, Patricia M. Conforto ambiental. Porto Alegre: Sagah, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027183/pageid>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MASCARÓ, Lucia; MASCARÓ, Juan. *Ambiência urbana*. Porto Alegre: Masquatro, 2009.

MASCARÓ, Lucia; MASCARÓ, Juan. *Vegetação urbana*. 2. ed. Porto Alegre: Masquatro, 2005.

MCPHERSON, Gregory; SIMPSON, James R. Potencial energy savings in buildings by na urban tree planting program in California. *Urban Forestry and Urban Greening* 2 (2003), California, pp. 73-86. Disponível em: https://www.fs.fed.us/psw/publications/mcpherson/psw_2003_mcpherson005.pdf. Acesso em: 04 out. 2021.

PAULA, Roberta Zakia Rigitano de. A influência da vegetação no conforto térmico do ambiente construído. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PEIXOTO, M. C.; LABAKI, L. C.; SANTOS, R. F. Conforto térmico em cidades: o efeito da arborização no controle da radiação solar. *In: ENTAC 95 – Tecnologia e Qualidade na Habitação*, 1995, Rio de Janeiro. Anais [...] Rio de Janeiro, 1995, p. 629-634.

PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca Bragança; CRIVELARO, Marcos. *Conforto ambiental: iluminação, cores, ergonomia, paisagismo e critérios para projetos*. São Paulo: Érica, 2014.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. *Arquitetura bioclimática do espaço público*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. *Princípios bioclimáticos para o desenho urbano*. São Paulo: CopyMarket.com, 2000.

SCHVARSTZHAUPT, Cristiane Cassol; REIS, Antônio Tarcísio. *Vegetação urbana e instrumentos legais*. XVII Enaper, São Paulo, 2017.

SCHUCH, Mara Ione Sarturi. *Arborização urbana: uma contribuição a qualidade de vida com o uso de geotecnologias*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geomática) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

SILVA, Isadora Mendes da; GONZÁLEZ, Luciana Ruggiero; SILVA FILHO, Demóstenes Ferreira da. Recursos naturais de conforto térmico: um enfoque urbano. REVSBAU, Piracicaba, v. 6, n. 4, p. 35-50, 2011.

VIANA, Bartira Araújo da S. Mineração de materiais para construção civil em áreas urbanas: impactos socioambientais dessa atividade em Teresina, PI/Brasil. 2007. Dissertação (Programa Regional de Pós Graduação e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2007.

VIEIRA, Paulo Barral de Hollanda. Uma visão geográfica das áreas verdes de Florianópolis, SC: estudo de caso do Parque Ecológico do Córrego Grande (PECG). 2004. Trabalho de conclusão de curso (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

WEINGARTNER, Gutemberg dos Santos. Análise do efeito termoluminoso do sombreamento da arborização urbana de Porto Alegre (RS). 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

ANAIIS ENPEX 2021

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ARTIGOS DESIGN DE MODA



**XX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV MOSTRA DE EXTENSÃO
BRUSQUE/SC - BRASIL**



UNIFEBE
É NOSSA. É DAQUI.

APRENDIZAGEM POR IMAGENS: UMA ANÁLISE DA MODA NOS SÉCULOS XIX, XX E XXI A PARTIR DE FOTOGRAFIAS DE FAMÍLIAS DA CIDADE DE BRUSQUE

TIME FRAMES: AN ANALYSIS OF FASHION IN CENTURIES XIX, XX AND XXI FAMILIES' PHOTOGRAPHS FROM THE CITY BRUSQUE

Luciana Klabunde, Edinéia Pereira da Silva
edineia@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo analisar a moda a partir de fotografias de família da cidade de Brusque, nos últimos três séculos, de forma cronológica. Examinando a relação simbólica dos trajes nos períodos em que foram fotografadas e verificando se as roupas utilizadas em cada época correspondiam com o que ditavam as capitais da moda. Os questionamentos, ou problemática que abarcaram a pesquisa, giraram em torno de como era a moda e como ela aparece nas fotografias de família, assim como a diferenciação simbólica do vestuário. Como metodologia classificou-se como qualitativa, utilizando-se da Pesquisa Histórica e Documental, nessa última utilizando-se de teóricos de imagem e fotografia para fazer a análise. Verificou-se, a partir de fotografias de família, que a moda esteve presente desde os primeiros tempos na cidade de Brusque, porém esteve permeada de valores tradicionais e preceitos de civilidade, trazendo a tona hierarquias e adaptações no estilo das vestimentas.

PALAVRAS-CHAVE: Moda. História. Fotografia.

ABSTRACT: *This research aimed to analyze the fashion from family photographs of the city of Brusque, in the last three centuries, chronologically. Examining the symbolic relationship of the costumes in the periods in which they were photographed and checking if the clothes used in each time corresponded with what dictated the fashion capital. The questions, or problems that encompassed research, revolved around how fashion was and how it appears in family photographs, as well as symbolic differentiation clothing. The methodology was classified as qualitative, using the Historical Research and Documentation, in the latter using image of theoretical and photography to do the analysis. It was from family photographs, that fashion was present this the first time in Brusque, but was imbued with traditional values and civility precepts, bringing out hierarchies and adaptations in the style of clothing.*

KEY-WORDS: *Fashion. History. Photography.*

1 INTRODUÇÃO

Os registros históricos da cidade de Brusque em Santa Catarina iniciam-se em quatro de agosto de 1860 que foi quando deu início a colonização da cidade. Atualmente temos conhecimento da história por meio de relatos, documentos e fotografias que retratam a história das primeiras famílias que colonizaram a cidade. Brusque herdou o legado cultural germânico, em razão da colonização alemã, que influenciou a arquitetura, gastronomia, festas típicas e trajes. Por conta das primeiras indústrias têxteis, a cidade é considerada “Berço da Fiação Catarinense e Cidade dos Tecidos” o que motivou o avanço deste segmento.

A forte influência europeia na cidade manifesta-se também pela moda. Os registros fotográficos da época mostram com mais precisão como eram as vestimentas. E é a partir das fotos de família que será analisada a moda do século XIX, XX e XXI, década distantes umas das outras em diferentes séculos, períodos diferentes, com grandes mudanças e avanços.

Considerando as fotografias analisadas e a moda, a problemática desta pesquisa girou em torno dos seguintes questionamentos: como era a moda e como ela aparece nas fotografias de família do século XIX, XX e XXI em Brusque? As roupas usadas correspondem com o que ditavam as capitais da moda? Qual a relação simbólica das roupas, entre as pessoas fotografadas no período em que foram registradas?

Tendo em vista esta problemática, a pesquisa teve como objetivo geral analisar a moda a partir de fotografias de família da cidade de Brusque. Tendo como recorte temporal curtos períodos dos séculos XIX, XX, e XXI. Os objetivos específicos examinou a relação simbólica das dos trajes no período em que foram fotografadas, verificando se as roupas utilizadas na época correspondem com o que ditavam as capitais da moda.

Nesta pesquisa a metodologia classifica-se como qualitativa. Esta metodologia visa explorar afim de responder uma problemática, segundo o autor Creswell (2014, p. 52) “essa exploração é necessária devido à necessidade de estudar um grupo ou população, identificar variáveis que não podem ser medidas facilmente”.

Esta pesquisa também se caracteriza como Histórica e Documental. Conforme Prodanov e Freitas (2013) o método histórico estuda fatos e situações que aconteceram no passado e analisam se os mesmos inspiram a comunidade nos dias atuais. Neste caso a cultura visual que permeia as imagens, como a hierarquia no posicionamento das pessoas fotografadas e os trajes, são elementos que inspiram os dias atuais. A pesquisa documental de acordo com Prodanov e Freitas (2013) se constitui de documentos que ainda não foram analisados e que serão aprimoradas conforme a pesquisa. Os documentos podem ser qualquer arquivo que transmita conhecimento para o pesquisador, neste caso serão abordadas as fotografias de época, ricas fontes para pesquisa científica.

No que se refere aos teóricos que serão as balizas desta análise, utilizou-se Mirian Moreira Leite (2001), autora que trata da imagem na história; Alberto Manguel (2011), exímio conhecedor da linguagem humana que, segundo autor é feita de palavras que se traduzem em imagens e de imagens que se traduzem em palavras, ou seja, buscou-se transformar as imagens impregnadas nas fotografias de época em textos de moda. Em se tratando de fotografias, optou-

se por Boris Kossoy (2012), que trabalha a fotografia de forma interdisciplinar, abordando as múltiplas relações entre o documento fotográfico e o complexo de informações do mundo visível que nele está impregnado.

O tema proposto justifica-se pela importância da temática - história da moda a partir de leitura de imagens de outros tempos - e por ser pouco discutido até o presente momento. A análise da moda por meio das fotos relata resultados originais e de grande importância histórica para a cidade de Brusque, ou seja, verificou-se que a cidade fora permeada pela cultura visual que envolvia todo o mundo ocidental em diferentes épocas dos três últimos séculos. A pesquisa é de extremo interesse do leitor, tanto da área de história regional, morador da cidade que busca conhecer mais sobre sua história como também para estudantes de cultural visual, aqui priorizando o segmento da moda.

A história da moda é constantemente usada como referência na criação de roupas na atualidade, segundo Jones (2011) é importante estar a par da história da moda não somente para conhecer sobre roupas e acessórios em si, mas também para entender o contexto social, econômico e ambiental que a sociedade do período estava inserida. As roupas apresentam uma aparência emocional que relembram padrões que já foram vividos e por isso são contempladas pelos detalhes e trabalho artesanal.

Por ser considerada “Berço da Fiação Catarinense e Cidade dos Tecidos” a cidade de Brusque tem uma interessante história que se mescla com a moda. Esse é um dos motivos porque deve ser resgatado o passado do vestuário na cidade. A pesquisa realizada em antigas fotos de família é significativa, pois a construção e desenvolvimento da cidade atualmente foi concretizada em virtude do empenho das mesmas.

As roupas nos comunicam e transmitem mensagens que, quem as veste busca informar, é possível ver claramente essa comunicação nas pessoas, e no passado podemos observar este fato por meio de fotografias. Os momentos registrados através de fotos compreendemos muito sobre a moda, história e contextos em que as pessoas fotografadas viveram. De acordo com Jones (2011, p. 27) “Em alguns casos, as roupas são a afirmação de uma rebelião contra a sociedade e a própria moda”, não foi o caso das imagens analisadas, mas que também demonstram uma época significativa.

De acordo com Rainho (2002) para compreender a história da moda, o historiador deve não apenas estudar o avanço da moda, mas também culturas que levaram a sociedade a costumes de uma época. Há tempos atrás conforme cita Rainho (2002, p. 9) “temas como família, sexualidade, gênero, moda, entre outros, deixaram de ser encarados como assuntos distantes do universo dos historiadores”.

De acordo com Lipovetsky (1994) somente depois da Idade Média que a moda passou a seguir uma sequência, além de se modificar com mais frequência. As linhas e estruturas começaram a se destacar e se tornar perdurável e então nasceu a moda. A história da indumentária para Lipovetsky (1994, p. 24) “é antes de tudo à luz das metamorfoses dos estilos e dos ritmos precipitados da mudança no vestir que se impõe essa concepção histórica da moda”, e essa metamorfose foi possível observar nas imagens analisadas.

2 UMA ANÁLISE DA MODA NOS RETRATOS!

A moda é efêmera e possui diversas definições. Os conceitos de moda variam de acordo com os autores que estudam sobre o assunto. Segundo Barthes (2009) a propagação da moda a partir de revistas populares alterou esse fenômeno e transformou seu rumo sociológico. O autor diz que:

Ao passar para a comunicação escrita, a Moda se torna objeto cultura autônomo, provido de uma estrutura original e, provavelmente, de uma nova finalidade; as funções sociais, ordinariamente atribuídas à moda indumentária, são substituídas ou complementadas por outras funções que, análogas às funções de toda a literatura, podem ser resumidas em poucas palavras, dizendo-se que, por meio da língua que dela se encarrega, a Moda se transforma em narrativa. (2009, p.407)

Para alguns pesquisadores é essencial compreender o momento inicial da moda e decifrar o passado para elaborar o real conceito da mesma. Na interpretação de Lipovetsky (1994, p. 23) é plausível identificar a “ordem própria da moda, a moda como sistema, com suas metamorfoses incessantes, seus movimentos bruscos, sua extravagância”. Ao longo de muitos anos a sociedade não cultuava a busca por novidades, e é após o final da Idade Média que a renovação da matéria fez nascer à moda.

A definição de Benjamin (2009) para conceituar a moda está conectada ao início dos diálogos entre a “mulher e a mercadoria, entre o desejo e o cadáver”. A visão filosófica de Benjamin (2009, p.102) revela que “a moda nunca foi outra coisa senão a paródia do cadáver colorido, provocação da morte pela mulher” [...] “Isso é a moda. Por isso ela muda tão rapidamente, faz cócegas na morte e já é outra, uma nova, quando a morte a procura com olhos para bater nela”. Pode-se perceber que Benjamin faz uma analogia para explicar a moda, mas que, em virtude da mudança constante deste fenômeno tão atrativo para mulheres é possível compreender.

Em se tratando do século XX, o estudo da história da moda passou por grandes avanços, principalmente nos últimos anos, para Bonadio e Mattos (2011, p. 17), o crescimento se deu “a partir do início dos anos 1990, com a criação dos primeiros cursos superiores de moda e com a necessidade de um conhecimento mais amplo sobre a história da roupa e da moda no mundo e no país”. Além da eclosão por meio do ensino superior as mudanças na historiografia também contribuíram para o aumento de estudos realizados nesta área, por meio de reflexões sobre a moda em seus vários níveis.

O fenômeno provoca o fascínio pela pesquisa do tema para profissionais da área da moda, da história e da sociologia. O consumo da moda proporciona personalidade para a sociedade o que permite segundo Crane (2006, p.9), um “campo para estudar como as pessoas interpretam determinada forma de cultura para seu próprio uso, forma essa que inclui normas rigorosas sobre aparência que se considera apropriada num determinado período”, essas normas são percebidas, principalmente, em fotos de família, quando se percebe a hierarquia retratada nas poses e trajes.

O estudo da fotografia é recente e está crescendo cada vez mais, já que a própria fotografia é recente para a história. Segundo Kossoy (2012), a

fotografia “tem papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística “. Os retratos consistem em um modo de resgatar histórias que já foram vividas, nesse caso história da moda. Segundo Kossoy:

As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou. (2012, p. 27)

Os pesquisadores, embora poucos, estão usufruindo dos documentos fotográficos para incrementar seus trabalhos o que faz com que de acordo com Leite (2012, p. 26) “o estudo de significado e conteúdo cultural da imagem que é encontrada, tomada como documentação histórica, para a qual é preciso recuperar uma construção ignorada, é uma das formas de estudo que conta com raros estudiosos”

A fotografia, é uma técnica criada no século XIX, que segundo Borges (2003, p. 37) é um terno grego, phôs, que Significa luz, ou ainda, a “arte de fixar luz de objetos mediante a ação de certas substâncias”. As fotografias são de grande importância para pesquisas, pois “além de confirmarem o que dizem os documentos escritos, as imagens visuais tornam mais palatável o entendimento do que as fontes textuais”, logo a combinação de documentos textuais e fotografias tendem a contribuir com a cientificidade em pesquisas com mais precisão.

Com a criação da máquina fotográfica, segundo Manguel (2011, p. 91) “a fotografia rapidamente tornou-se provedor de imagens da sociedade, conquistando tempo e espaço”. E sua relevância já vem sendo destacada desde sua criação, visto que “através do olho da lente, o passado tornou-se contemporâneo e o presente se resumiu a uma iconografia coletiva”.

O surgimento da fotografia se deu com as invenções de Niépce, por volta de 1829, e ao longo dos anos essa técnica foi se desenvolvendo e sendo aprimorada. Foi no ano de 1888 que segundo Borges (2011, p. 119) “George Eastman comercializa seu mais novo invento: a Kodak, primeiro aparelho fotográfico portátil contendo um rolo de filme que permitia sacar até 100 imagens, intitulado por ele de instantâneo”. Com o passar dos anos, fotógrafos e inventores passaram a criar aparelhos fotográficos que poderiam ser usados por amadores com mais facilidade e a aperfeiçoar as câmeras tornando-as cada vez mais modernas. Desde os primórdios as fotografias já eternizavam momentos, e nos dias atuais essas fotos auxiliam no estudo da história do passado.

Para poder identificar e interpretar a moda nas fotografias, foram selecionados alguns teóricos de imagem fotográfica, afim de contribuir com a Pesquisa Documental, os quais estabelecem uma abordagem cuidadosa para análise, indicando métodos específicos para fotografias. Entre eles estão: Mirian Moreira Leite (2001), que analisa fotografias de família; Boris Kossoy (2012), que se debruça no tema fotografia como um todo e Alberto Manguel (2011), que trabalha leitura de imagens.

A fotografia selecionada pelo pesquisador requer uma análise verdadeira e deve ser realizada de maneira cuidadosa, segundo Leite (2001, p. 31) fotografia “é um meio visual e mecânico - não alcança informações auditivas, nem verbais, assim como se altera de acordo com os progressos tecnológicos da arte fotográfica”. Além disso é preciso também “em certa medida, compreender por que e para que algumas imagens foram construídas”. Ou seja o contexto da imagem congelada pela fotografia. As fotografias são registros de momentos que ficam eternizados para sempre. Ainda segundo a autora, em se tratando de fotografias de família, estas “estão fundamentalmente ligados aos ritos de passagem - aqueles que marcam uma mudança de situação ou troca de categoria social, são registros de momentos sacralizados pela alteração do tempo normal e repetitivo” (2001, p. 159).

O primeiro passo para a análise de fotos conforme Leite (2001, p.31) é “Levantar as características externas gerais da coleção- tamanho, tipo, amplitude, data, local, fotógrafo, publicação, instituição de conservação, como veio a se formar a coleção” e a partir desta pesquisa é possível então a realizar a análise do corpus documental”. Sendo assim, iniciamos a análise pela fotografia abaixo, a qual faz parte do acervo de um importante Museu da cidade de Brusque.

Figura 1: Família Gonzaga



Fonte: Museu e Arquivo Histórico do Vale do Itajaí Mirim Casa Brusque

O documento fotográfico a ser explorado corresponde a uma fotografia de família da cidade de Brusque, registrada por volta de 1880, final do século XIX, e não se tem informações sobre o fotógrafo. A fotografia se encontra atualmente no acervo do Museu e Arquivo Histórico do Vale do Itajaí Mirim - Casa de Brusque. A foto é composta por um homem, que segundo registros do museu, seria João Gonzaga, uma mulher que aparenta ser a matriarca da família, e seus filhos - duas jovens meninas e cinco crianças, duas meninas e três meninos.

Tanto para Leite, quanto para Kossoy, a visão do pesquisador também deve ser considerada na hora da leitura das fotografias, no intuito de se ter cuidado, afim de não interpretar a imagem somente com os olhos do presente, pois “ao observarmos uma fotografia, devemos estar conscientes de que a nossa compreensão do real será forçosamente influenciada por uma ou várias interpretações anteriores”. As interpretações de quem analisa a imagem pode se revelar de inúmeras formas, visto que de acordo com Kossoy:

No esforço de interpretação das imagens fixas, acompanhadas ou não de textos, a leitura das mesmas se

abre em leque para diferentes interpretações daquilo que o receptor projeta de si, em função do seu repertório cultural, de sua situação socioeconômica, de seus preconceitos, de sua ideologia, razão por que as imagens sempre permitirão uma leitura plural. (2012, p. 127)

Para a análise interna da fotografia é imprescindível considerar o ambiente em que a foto foi registrada. Neste documento fotográfico se observa a presença de cadeiras, mesa e um tapete, no entanto fica evidente a parte externa de uma janela. Neste período, era comum montar um cenário, em frente a casa, já que era moda se apresentar imerso a natureza.

O próximo passo é examinar as roupas usadas pelos familiares, que constitui o foco principal desta pesquisa, a moda da época. Segundo Braga (2005, p. 56) podemos dividir a moda do século XIX em quatro períodos: Império, Romantismo, Era Vitoriana e Belle Époque. Porém, os períodos que nos interessam para esta pesquisa são a Era Vitoriana e a Belle Époque. A Era Vitoriana corresponde aproximadamente por volta de 1850 até a última década do século.

Neste período, “os tecidos empregados nessas roupas eram sofisticados e caros tais como seda, cetim, fina lã, tafetá, brocado, crepe, musseline, entre outros” e os enfeites eram comuns. No entanto, na Colônia Brusque, distante dos grandes centros da moda europeia impedia de se vestir com tal luxúria, porém, os babados, ainda que simples, se faziam presentes. Elementos que são característicos da época, que buscava a ostentação em detalhes como rendas, babados e outros. Os tecidos das roupas das senhoritas, possíveis filhas, aparentam ser mais leves e com padronagens, e o da senhora, talvez mãe, com tecido mais pesado e sem a presença de padronagens trazendo um ar de seriedade.

Entre os períodos Vitoriano e Belle Époque, houve uma mistura de estilos, as enormes saias amplas, que segundo Pollini (2007, p. 40) era “marcado pela criolina, que era uma serie de arcos de metal que armavam as saias, deixando-as enormemente rodadas”, deu lugar às discretas saias com apenas um babado nas extremidades, como é o caso das saias de uma das senhoritas e a senhora sentada ao centro. Os vestidos possuem ainda saia em formato de sino, mangas e golas altas volumosas O que demonstra que, embora com dificuldades, a moda permeava a Colônia.

A Bella Époque é um período que se inicia por volta de 1880 e termina em 1914 com a eclosão da primeira guerra mundial. Um período marcado por invenções e luxo no vestuário. Para Baudot (2002, p. 34) a mulher “além das variações que tocam principalmente ao colorido, aos tipos de tecido e à ornamentação dos vestidos, conserva mais ou menos a silhueta que apresentava desde a Renascença”, que tinha a cintura marcada, o principal elemento. Exatamente como se apresentam as duas senhoritas do lado esquerdo da fotografia.

Na moda infantil a partir do século XIX, as crianças passaram a ter uma moda específica para elas, pois segundo Braga (2005, p.68) até então “ela sempre havia sido uma cópia em miniatura da moda adulta”. O vestuário infantil possui grande influência do estilo marinheiro, pois o costume de tomar banho de mar cresceu neste período, o que influenciou na moda infantil. Todas as crianças mais novas da fotografia, tanto meninos quanto meninas, aparecem usando

roupas no estilo marinho, as meninas usam vestidos e os meninos conjuntos que apresentam listras e uma modelagem clássica e de alfaiataria, elementos característicos do período.

O vestuário masculino do século XIX é caracterizado pelo Dandismo. De acordo com Cosgrave

"O dandismo foi um movimento que buscava refinar o vestuário masculino ". Inspirados por esse movimento os homens passaram a se vestir "de modo mais sóbrio e impecável e eliminaram os excessos do vestuário [...] o dandismo introduziu os culotes, e as calças no vestuário masculino" (2012, p. 207).

O único homem adulto da fotografia, registrado nos documentos como João Gonzaga, veste-se de maneira formal, no estilo do Dandismo. Além de João, o adolescente retratado se veste no mesmo estilo. Utilizam calça comprida, um casaco tipo paletó, colete, camisa e gravata borboleta, peças típicas do estilo dândi. João aparece ainda com bigode que segundo Braga (2005) fez parte do visual masculino durante quase todo o século XIX. No final do século XIX e início do século XX, de acordo com Pollini (2007, p.41) o vestuário masculino, continuava formado "por colete, casaco e calças, normalmente feitas de cores escuras, principalmente o preto", conforme apresenta os homens retratados na fotografia.

Para complementar o traje segundo Cosgrave (2012, p.207) "Os acessórios de um dândi incluíam botões de latão em um casaco de tecido e um relógio de ouro preso por uma corrente." Ao analisar a foto podemos observar a presença de uma corrente no colete de João, homem mais velho da fotografia, o que possivelmente seria um relógio.

Para comparar se as roupas usadas pela família Gonzaga correspondem ao que ditavam as capitais da moda do período, considerou-se as imagens da revista La Última Moda, editada pela França na segunda metade do século XIX. Para complementar a pesquisa segundo Kossoy (2012, p. 69) existem várias fontes que englobam diferentes campos dentre eles estão: Fontes escritas, Fontes manuscritas, Fontes escritas impressas, Fontes Iconográficas, Fontes iconográficas originais, Fontes iconográficas impressas, Fontes orais, Fontes objetos. A revista é um exemplo destas fontes e apresenta ilustrações que representavam a moda no ano de 1890, período em que a moda viveu a Belle Époque.

A diferenciação simbólica das roupas é muito forte nos dias de hoje, mesmo que pertencentes ao mesmo grupo cada um possui um estilo particular, processo que sempre existiu. No documento examinado foi possível verificar a diferença entre as vestes da mãe e das filhas. A matriarca nos revela uma seriedade no vestuário, diferente das roupas das filhas que apresentam suas cinturas muito mais finas, a presença de padronagens e vestidos mais curtos, já que para a época era impróprio mostrar as canelas.

Na imagem a seguir serão analisados os mesmos aspectos, porém em épocas diferentes. A foto abaixo pertence ao Museu e Arquivo Histórico do Vale do Itajaí Mirim-Casa Brusque e foi fotografada por volta de 1910 e 1920, segundo registros do museu. Neste documento fotográfico encontram-se os familiares de Henrique Hoffmann, moradores de Brusque, cidade onde foi obtido o retrato. Na

foto da família existem oito pessoas, três mulheres, quatro homens e uma criança.

Figura 2: Família Hoffmann, Henrique



Fonte: Museu e Arquivo Histórico do Vale do Itajaí Mirim Casa Brusque

Para a realização da prática de análise de imagens, Leite (2001, p.38) afirma que é essencial considerar “estágio tecnológico alcançado pelos recursos fotográficos, por ocasião tomada”. As imagens a serem investigadas “devem passar por esse exame espacial interno, com lupa através de ampliações, a fim de chegar a uma leitura minuciosa do conteúdo”

Sendo assim, após análise com lupas, foi possível observar no canto inferior esquerdo a presença de escritos que dizem: Photo Rialto e alguma data que não é possível de ser identificada, ou seja, nesta fotografia é possível ter certeza de que houve um técnico responsável pela fotografia, dirigindo os fotografados. No entanto, os recursos fotográficos não eram muito avançados, em razão das sombras das pessoas projetadas na parede.

No que se refere a moda, neste período houveram intensas transformações, em razão do contexto político. Com a chegada da primeira guerra mundial houveram várias mudanças no mundo, e na moda não foi diferente. Mallalieu (1999, p. 194) afirma que “As modas do século XX podem ser divididas de acordo com o aumento ou diminuição das saias. [...] De 1910 à 1925 as saias puderam subir até o tornozelo ou até o meio da panturrilha...”. Ou seja, “Os excessos da moda no final do século XIX foram substituídos por roupas mais simples na década de 1910”. O que é possível perceber na imagem.

Conhecido como “anos loucos” a década de 20 foi um período de grandes mudanças e para Braga (2005, p. 72) “As mudanças foram tantas e tão marcantes que é difícil desvincular a palavra novo dessa década”. Nesta época a mulher rejeitou modelos que deixassem o corpo cheio de curvas o que proporcionou segundo Braga:

“A adesão ao aspecto tubular das roupas, fossem justas ou mais amplas; a cintura deslocada para a altura do quadril (a chamada “cintura baixa” ou “baixo quadril”); as mangas, quando compridas, criando dois outros tubos; os achatadores de seios (para não evidenciar os seus volumes) e as cintas que espremiavam anulando o volume do quadril deixaram a mulher dos anos 1920 absolutamente andrógina” (2005, p. 73)

As roupas usadas pelas mulheres foram simplificadas para dar mais funcionalismo a elas. Verifica-se na imagem que todas usam vestidos em formato tubular, corte reto, e a cintura dos mesmos está na altura do quadril, conhecida como cintura baixa. Os comprimentos dos vestidos variam entre o joelho e metade da batata da perna. Os vestidos das mulheres mais jovens são estilo regata e não possuem mangas, já o da senhora apresenta mangas em formato sino, que mostra uma abertura maior na barra.

As roupas das mulheres aparentam ser de tecidos leves, porém são ricos em detalhes, texturas e estampas. O vestido da senhorita mais jovem na direita da fotografia contém um tecido com textura na parte superior do vestido e um recorte com a presença de outro tecido, e ainda apresenta uma flor próxima ao ombro. A senhora que está no centro usa um vestido produzido em um tecido com uma espécie de estampa, e também exibe uma flor próxima ao ombro. Já a mulher que está no canto esquerdo veste um vestido com detalhes de padronagens em alguns pontos do vestido, como a barra, decote e cintura.

A única criança da fotografia usa o que parece ser um vestido solto, curto e confortável, isso se deve porque segundo Braga (2005, p. 75) “a moda infantil também aderiu a funcionalidade e praticidade o que possibilitou as crianças a brincarem e se movimentarem com mais facilidade”.

No documento analisado as mulheres fotografadas possuem um corte de cabelo conhecido como La Garçonne, que são cabelos curtos na altura da nuca com corte reto e franja acima da sobrancelha. O corte ficou conhecido após a atriz americana Louise Brooks aderir ao penteado. Examinando a fotografia é possível perceber ainda que as mulheres da prendiam suas franjas com grampos na lateral.

A moda masculina dos anos 20 trouxe inovações para o guarda-roupas dos homens. Para Braga

“Apesar de manter o mesmo aspecto, ganhou algumas novidades como o smocking para ocasiões mais formais; o tecido Príncipe d Galaes, sapatos bicolores, e também as famosas calças esportivas de golfe chamadas knickerbockers, que eram fofas e curtas, longa abaixo do joelho, presa por uma espécie de cós e usadas com meias xadrezadas. O colete caiu de moda e surgiu o paletó com abotoamento duplo chamado de jaquetão” (2005, p.75).

O vestuário masculino dos homens é composto por smocking. Todos os homens da fotografia usam calças de alfaiataria, camiseta social, paletó e gravata borboleta. Os paletós são abotoados, possuem uma lapela larga, um lenço no bolso e não são tão justos ao corpo. As calças são retas e as cores dos smocking são escuras. Os cabelos são penteados para trás e com corte curto. As barbas são aparadas e o único que apresenta um bigode curto é o mais velho.

Quando se fala de moda nos “anos loucos” é impossível deixar de fora Coco Chanel e Patou, grandes ditadores da moda da década de 20. Os dois são os maiores responsáveis pela revolução do guarda-roupa da época, e para Mendes (2003, p. 54) Chanel e Patou foram os principais influenciadores do estilo La Garçonne. Com base nessas informações é possível comparar o que ditavam as capitais da moda com as roupas usadas pelos retratados na imagem da cidade de Brusque.

A seguinte fotografia apresentada pertence a Gerda Klabunde. Registrada na cidade de Brusque por volta de 1950 estão presentes os familiares de Ricardo Klabunde.

Figura 3: Família Klabunde



Fonte: Acervo pessoal de Gerda Klabunde

A imagem se encontra armazenada em um tipo de envelope que possui as seguintes informações: Foto Brasil. T. Scharf – Brusque, o que demonstra a evolução do comércio de fotografias. Diferente das imagens anteriores, esta pertence a uma família, cujos alguns membros se encontram vivos, e seu testemunho diz que a imagem é de 1950. Segundo eles, a foto foi registrada em uma igreja, e na ocasião comemorava-se o casamento de bodas de prata do casal, que se encontram sentados no centro.

Nos anos de 1950, o desenvolvimento tecnológico teve grande avanço, uma consequência da segunda Guerra Mundial. Os eletrodomésticos surgiram para auxiliar nas tarefas do cotidiano, os jovens foram ouvidos e se tornaram influenciadores quando se fala de moda e cultura. Para Jones (2011 p.21) no vestuário a “silhueta em forma de ampulheta, saias mais longas e rodadas, meia calça de nylon, conjuntos de roupas e acessórios também coordenados, retornaram. Tecidos sintéticos leves e de fácil manutenção” foram inseridos nos guarda-roupas da época.

O retrato nos remete a um vestuário feminino em que as mulheres estão vestindo vestidos femininos com cintura marcada e com saias rodadas, porém com menos tecidos, se compararmos ao estilo do final do século XIX. Os vestidos possuem golas e são fechados na parte superior com botões, que segundo Braga (2005), é característico da época, chamados de vestidos chamisier com a frente aberta toda fechada com botões. Dois dos vestidos são estampados, floral e xadrez, e um deles é liso, porém possui bordados florais próximos à gola. Os tecidos são leves e os vestidos das mulheres mais jovens não possuem mangas, diferentes da roupa usada pela matriarca, seguindo a mesma diferenciação simbólica das imagens anteriores. Ou seja, a moda evolui, porém a simbologia e preceitos de civilidade permanecem nas modas apresentadas em famílias.

A beleza da década era marcada pela palidez e traços contornados imortalizando a imagem da mulher dona de casa perfeita. Os cabelos das mulheres da família Klabunde eram curtos, enrolados e penteados para trás, a

matriarca, em razão da data comemorativa usa acessório no cabelo. As mulheres mais jovens do retrato usam batom de cor escura.

O vestuário masculino da família Klabunde é formado por ternos. Os homens usam na imagem um paletó, alguns com 4 botões e alguns com 2, calças retas, camisetas sociais claras e gravatas estampas em xadrez ou listra. As cores são sobreas e escuras. O corte dos cabelos é estilo militar e flat-top - não tocam as orelhas. E a moda para as crianças masculinas, mais uma vez imitava as roupas usadas pelos adultos, elemento possível de ser identificado na fotografia.

Outro fator importante a ser levado em consideração são os jovens da fotografia, que apresentam comportamentos por meio de suas roupas diferentes dos demais jovens da época. Nos anos 50 de acordo com Braga (2005, p.85) os jovens buscavam sua própria identidade e eram conhecidos como rebeldes, as meninas usavam calças, sapatilhas e os rapazes calça jeans e camiseta, influenciados pelo cinema. As roupas usadas pelos jovens da família Klabunde não apresentam estas características citadas acima, eles vestem-se de maneira semelhante aos pais. O demonstra que a moda era seguida, porém, antes era priorizado os valores morais, hábitos e costumes tradicionais. O que não anula a moda, porém era seguida com certa prudência.

Figura 4: Família Floriani



Fonte: Acervo pessoal de Angelina Klabunde.

A imagem acima pertence ao acervo de Angelina Klabunde. Os retratos de família são produzidos em um momento diverso do cotidiano. Esta foi registrada em estúdios fotográfico que para Borges (2003, p. 54), “nas fotografias de família – fossem elas produzidas em estúdios ou não - o que interessava era a representação dos papéis sociais. É com eles que se cria a identidade do grupo e se institui a memória de seus membros”. Ou seja, embora o cenário é criado para criar o que se quer apresentar. Além disso “quando feita em estúdio, à autoimagem da família somava-se a interferência de um outro olhar: o do próprio fotógrafo, que também possuía seus critérios estéticos e seus condicionamentos técnicos”. A foto foi registrada no ano de 2008, pela empresa Cida fotografias, em um estúdio móvel criado em um restaurante da cidade de Brusque.

Na ocasião comemorava-se bodas de ouro de Bento Floriani e Cecília Floriani, presentes no centro da foto. O ambiente do retrato é um painel com flores montado pela fotografa e decoradora da festa. O próximo passo da pesquisa é analisar as roupas usadas pelos membros da imagem, objeto desta pesquisa.

Com o início de um novo século, uma geração completamente focada na era digital, a moda acontece de uma forma diferente, sem padrões e se massificando. A partir dos anos 2000 a moda passou a retomar elementos do passado aperfeiçoando as peças. Segundo Braga (2005, p. 106) agora a moda é “uma personalização na qual o usuário interfere subjetivamente na sua roupa, criando novas propostas e se diferenciando dos demais”, ou seja a moda é tende a se libertar de padrões impostos pelos grandes centros urbanos e o retorno por modas anteriores são frequentes. Não há somente o novo, mas um retorno às modas anteriores. Na imagem duas pessoas aparecem usando vestido preto ou casaca preta, peças de roupas que já usavam nos anos vinte. Nos dias de atuais, o vestido preto é usado em diversas ocasiões e “salva” as mulheres em várias situações, em uma época em que não existe preconceito em relação a cor, ele é um clássico principalmente em festas.

Um acessório que estava na moda era o cinto largo com fechamento na parte frontal, marcando a cintura, elemento que está aparente na imagem. Os sapatos utilizados são variados, uma das mulheres traz um peep toe prateado, assim como um dos homens, apresentando a liberdade da moda na atualidade. A menina mais jovem da imagem veste um vestido preto balonê (vestido que possui um volume na barra, que lembra um “balão”) um modelo de vestido usado em festas. A matriarca da família, Cecilia, veste-se com um conjunto de saia e blazer sociais, muito usado por senhoras em festas, mas que lembra o vestuário masculino, também introduzido nos anos vinte.

No vestuário masculino a moda mostra-se presente no retrato por meio de roupas formais. Os homens usam ternos ajustados ao corpo de cores sóbrias, compostos por camisetas e gravatas coloridas ou estampadas, calças e paletós com bolso flap. O menino mais jovem da imagem não utiliza o paletó, deixando assim o look da criança mais descontraído.

Para entender se a moda presente na imagem examinada corresponde as tendências da moda da época foram analisados desfiles e revistas do período em questão. Ao pesquisar o desfile da marca Osklen, verão 2008, observa-se que as características se assemelham com a imagem. O desfile apresenta vestidos balonê, cintos e a cor preta, elementos presentes no retrato. A revista analisada para comparar imagens foi a Elle, edição de julho de 2008. Na revista encontram-se editoriais e painéis de tendências aonde elementos como vestidos balonê e cintos são identificados, itens que são vistos na fotografia.

No retrato observa-se um vestuário muito diferente dos estudados até então, um período onde o mundo apresenta mudanças significativas, trazendo outros valores, porém alguns elementos ainda são preservados. Nos anos 2000 a sociedade desprende-se totalmente dos padrões e as pessoas tem liberdade de vestir o que quiserem. O preconceito em relação a cores, comprimentos e padrões diminui. Na fotografia observa-se que o comprimento dos vestidos para as mulheres varia de acordo com a idade. É perceptível o uso de roupas mais formais na ocasião através do uso do terno e dos vestidos pretos, elementos que são usados em momentos festivos, desde o século XIX.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a problemática levantada pela pesquisa, de verificar a presença dos elementos em acordo com a moda, e como eles se apresentam em Brusque no decorrer da história, desde a sua fundação na segunda metade

do século XIX, a partir de fotografias de época, foi possível verificar nitidamente a presença a partir de fotografias de família.

A partir das análises das fotografias, foi possível observar que as roupas possuíam características da moda de seus devidos períodos. No retrato da família Gonzaga o aspecto mais marcante são as cinturas marcadas e as crianças vestidas no estilo marinho, elemento que caracterizou o período em questão. Já nos anos vinte, época da figura 02 analisada, uma característica relevante foi à cintura baixa, representado nas roupas das mulheres retratadas. Na fotografia da família Klabunde, registrada nos cinquenta ou “anos dourados”, nota-se a diversidade de padronagens nos vestidos das mulheres. Já na imagem da família Floriani, fotografada em 2008, data mais recente, observou-se a liberdade de escolhas e a moda cíclica, onde utilizou-se um vestuário já usado em outros períodos da história. Uma forte característica da moda na atualidade.

Quanto à diferenciação simbólica que existe nas roupas usadas pelas famílias verificou-se que o contexto sociocultural possui grande influência sobre os valores do vestuário de cada período. Nota-se, portanto, que em todas as fotografias estudadas as mulheres mais velhas sempre usam vestidos mais longos que, embora seguissem a moda eram diferenciados, demonstrando uma aparência recatada, preservando os princípios de civilidade impostos pelas sociedades através dos tempos. Como a posição dos membros mais velhos da família, estão sempre localizados no meio da imagem, demonstrando a hierarquia entre os fotografados.

As escolhas das imagens analisadas são de diferentes períodos da história, com o intuito de verificar, de forma cronológica a moda na cidade. Devido à diferença de estilos, observadas nas fotos constata-se a evolução da história da moda também na cidade de Brusque. Por intermédio das roupas usadas pelas famílias, observa-se a grande diferença entre elas, aonde as roupas da figura 01, são de um período considerado mais intolerante em relação ao vestuário, fator que se altera no decorrer do tempo. Ou seja, com o passar dos anos a moda vai ficando mais flexível e os valores da sociedade também se modificam, condição que é possível de analisar se comparar o retrato da primeira imagem com as demais, perceptível já figura 02, e muito mais liberta na figura 04.

Entretanto foi possível alcançar o objetivo desta pesquisa e verificar que a moda esteve presente na cidade de Brusque desde os primeiros tempos, ainda no século XIX. Acompanhando as modificações propostas (ou impostas) pelos grandes centros da moda, no decorrer dos três século analisados, porém mantendo os preceitos de civilidade preservados no âmbito familiar. Embora não tenha sido objetivo desta pesquisa verificar como a moda chegava na cidade, é possível que tenha sido influenciada pela indústria têxtil, que estava em constante atualização em razão da necessidade de acompanhar a moda.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Passagens. São Paulo: Rolf Tiedemann, 2009.

BARTHES, Roland. Sistema da moda. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2009.

BONADIO, Maria Claudia; MATTOS, Maria de Fátima da S. Costa G. História e cultura de moda. São Paulo: Estação das letras e core, 2011.

BRAGA, João. História da moda: Uma narrativa. 4.ed. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2005.

BAUDOT, François. A moda do século. 2.ed. Cosac Naify, 2002.

BORGES, Maria Eliza Linhares. História & fotografia. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

COSGRAVE, Bronwyn. História da Indumentária e da moda: Da antiguidade aos dias atuais. Barcelona: GGmoda, 2012.

CALLAN, Georgina O'Hara. Enciclopédia da moda. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CRANE, Diana. A moda e seu papel social. Classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora Senac, 2006.

CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FAUX, Dorothy Schefer. Beleza do século. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

GRUMBACH, Didier. História da moda. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

JONES, Sue Jenkyn. Fashion Design: Manual do estilista. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

KOSSOY, Boris. Fotografia & História. 4. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LEITE, Miriam Moreira. Retratos de família. 3. Ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

MALLALIEU, Huon. História Ilustrada das Antiguidades. São Paulo: Livraria Nobel, 1999.

MANGUEL, Alberto. Lendo imagens. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2011.

MENDES, Valerie D.; DE LA HAYE, Amy. A moda do século XX. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

POLLINI, Denise. Breve História da moda. São Paulo: Claridade, 2007

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. A cidade e a moda. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

SANT'ANNA, Mara Rúbia; RECH, Sandra Regina. 4º ENPModa: Relações entre mercado e ensino no campo da moda. Florianopolos: Editora Udesc, 2014.

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA ACERCA DO SETOR TÊXTIL CATARINENSE

CONTRIBUTIONS TO THE HISTORIOGRAPHY ABOUT THE TEXTILE SECTOR OF SANTA CATARINA

Amanda Augusta Riffel, Edinéia Pereira da Silva
edineia@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo historicizar a identidade da cidade de Brusque em Santa Catarina, delineando a história da indústria têxtil e de confecção da cidade após os anos oitenta, evidenciando os principais polos de vendas do município com vistas a contribuição para a historiografia brusquense. A cidade é reconhecida como a Capital Nacional da Pronta entrega e a pesquisa vem resgatar e historicizar os elementos que contribuíram para que assim o ficasse conhecida. Apesar de ter sido uma das primeiras cidades de Santa Catarina a investir no setor têxtil, foi a partir de 1980 que a disseminação do setor alcança grandes proporções no setor vestuário – pronta entrega. A Pesquisa seguiu como método a Pesquisa Exploratória, utilizando-se da História Oral. O presente artigo delineou a história da indústria têxtil e de confecção desde a fundação das primeiras Fábricas de Tecidos até a fundação dos atuais shoppings da cidade, demonstrando que a identidade da cidade é permeada pelo setor devido as indústrias que, embora mudaram de segmento dentro do próprio setor, deixou a cidade envolvida economicamente e culturalmente com a indústria têxtil.

PALAVRAS-CHAVE: História. Brusque. Têxtil.

ABSTRACT: *This work aims historicizar the identity of the city of Brusque, outlining the history of the textile and clothing industries in the city of Brusque, Santa Catarina after the eighties, highlighting the main poles of sales of the municipality. The city is recognized as the National Capital of Prompt delivery and search and rescue comes historicizar the elements that contributed to the well-known stay. Despite being one of the first cities of Santa Catarina to invest in the textile sector, has been since 1980 that the spread of the sector reaches major in apparel industry - prompt delivery. A search ensued as the Exploratory Research method, using oral history. This article outlined the history of the textile and apparel industry since the founding of the first Fabric Mills until the foundation of the current city malls, demonstrating that the identity of the city is permeated by the industry because the industries that although changed segment within the sector itself, left the city economically and culturally involved with the textile industry.*

KEY-WORDS: History. Brusque. Textile.

1 INTRODUÇÃO

A história é uma das áreas que tem como fundamento, servir de entendimento para as demais áreas do conhecimento, procurando explicar a dimensão que o homem teve e tem em sociedade (BORGES, 1993, p. 49). Em todos os setores e diferentes níveis, a história se faz presente, e através dela é possível compreender e prever acontecimentos. Tendo em vista a importância da história para a sociedade o presente artigo caminhará pela história da cidade de Brusque, evidenciando o setor têxtil.

De acordo com o senso comum a cidade tem como identidade o envolvimento com a indústria têxtil. Assim como outras cidades, que se destacam em determinados segmentos, Brusque tem no setor têxtil as suas principais atividades econômicas. O tema certamente é o eixo em torno do qual giram os elementos formadores da identidade da cidade. Levando em conta que “A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo e orientam as opções do presente” (HALL, 2006. p. 38), a pesquisa teve como objetivo historicizar a identidade da cidade de Brusque, delineando a história da indústria têxtil e de confecção.

Sabe-se que a primeira fábrica de tecidos fundada em Brusque se deu em 1892, porém foi após os anos de 1980 que a indústria de confecção se despontou. O que contribuiu para o surgimento das primeiras indústrias têxteis em Brusque ainda no século XIX? Quais os motivos que fez com que surgisse uma gama de confecções na cidade nos últimos anos? Esses são alguns questionamentos que permearam a pesquisa.

Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa utilizou como método a Pesquisa Exploratória, visto que são poucas a bibliografias existentes sobre o tema nos últimos anos. Seguindo as investigações utilizou da metodologia da história oral, que foi uma das fontes essenciais da pesquisa, já que se refere a um tema recente, onde a memória dos entrevistados alcança os fatos (VERENA, 2005).

A presente pesquisa delineará um breve histórico das primeiras indústrias têxteis, objetivando uma breve contextualização e pontuando os motivos da fundação destas. Posteriormente, registra a história do setor têxtil após os anos de 1980, espaço de tempo delimitado pela pesquisa.

2 DA FUNDAÇÃO DA PRIMEIRA INDÚSTRIA TÊXTIL AO SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS CONFECÇÕES

A implantação das indústrias têxteis em Brusque, teve início ainda no final do século XIX. Após a chegada dos primeiros imigrantes europeus, quando da fundação da cidade em 1860, a vinda de produtos manufaturados era necessária na chamada Colônia Brusque, pois a região era coberta por mata nativa e sem maiores contato com cidades. Os colonizadores foram direcionados à agricultura. Logo, foi necessário importar diferentes produtos. (CABRAL, 1960)

Alguns imigrantes se dedicaram ao comércio, à época denominados de vendeiros. Os vendeiros se destacavam na Colônia, visto que havia necessidade por alguns produtos. Com o passar dos anos viu-se a necessidade de produzir alguns produtos na região, apesar de haverem alguns artesãos, como sapateiros e alfaiates, como destaca o primeiro relatório da Colônia, os produtos que se destacaram foram os tecidos.

No fim do século XIX chega à Colônia alguns tecelões de Lodz (Polônia). Logo os vendeiros perceberam a oportunidade de industrialização. O primeiro deles é Carlos Renaux, que fez os teares funcionarem, pela primeira vez, exatamente no dia 11 de março de 1892. Essa foi a primeira tentativa oficial de indústria têxtil em Brusque (RENAUX, 2010).

É possível observar ao longo da história a sua evolução. Dentro das circunstâncias e possibilidades da época, as empresas brusquenses, tidas como familiares, sempre buscaram aprimorar suas técnicas. Sete anos após a fundação, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux inaugura também, a primeira fábrica de fiação do Estado de Santa Catarina, fazendo com que Brusque fosse reconhecida como “Berço da fiação catarinense”. A fiação integrou-se em seguida uma tinturaria, com o passar dos anos, e se destaca no mercado internacional, com seus tecidos xadrezes.

Em seguida, em 1898 é a vez da E.von Buettner & Cia, fábrica de bordados, outra empresa que se destaca. “Sua fundação deu-se à extensão das habilidades domésticas de duas senhoras: a mulher e a nora do comerciante Eduardo Von Buettner, que se dedicavam à produção de aventais e toalhas bordadas (SEYFERTH, 1979). A empresa “Buettner”, exportou para diversos países, suas toalhas com finos bordados. E para complementar esse quadro, em 1911 é fundada a mais nova, das grandes indústrias têxteis de Brusque, a Companhia Industrial Schloesser S.A., que estaria completando cem anos¹, teve sua produção inicial voltada para tecidos populares, porém com um diferencial em suas técnicas, suas toalhas de mesa e rosto, eram bordadas com flores de jacquard, tornando-se conhecidas em todo país.

Além de integrarem ao núcleo das pioneiras na indústria têxtil no Estado de Santa Catarina, as fábricas brusquenses atingiram um nível tecnológico ímpar, e se destacaram entre as melhores fábricas do país.

Após a instalação das pioneiras fábricas do setor têxtil em Brusque, outras foram surgindo. Em 1925 foi fundada a empresa RenauxView contando com 18 colaboradores. A empresa de sociedade de Otto Renaux e Otto Neitsch foi pioneira na produção de tecidos decorativos e, por três décadas, abasteceu o mercado nacional com gobelins e madras. Mais tarde investiu no mercado de fios e, atualmente, produz soluções voltadas ao mercado de moda. (RENAUX, 2010)

Já na década de 1950, Brusque contava com grandes empresas fornecedoras de tecidos. Além das pioneiras, outras como Indústria de Tecidos Loureiro & Bauer Ltda, Tecelagem Santa Luzia S/A, Tecelagem São Luiz Ltda e Mesteiral estavam instaladas na cidade.

Com o passar dos anos, muitas outras tecelagens foram surgindo, como a Tecelagem Santo Antônio, Lufamar Tecidos, Tecelagem Argus, Tecelagem Montibeller e Cia Ltda, Tecelagem São Luiz Ltda, Tecelagem São Roque, Tecelagem Triunfo, Tecelagem Venturelli, Tecidos Rosa Ltda, Têxtil Cestari, Têxtil Maurici, Textil Unida Ltda, Fabril Brusque Ltda, Fábrica de Rendas Wilve, entre muitas outras. Contribuindo para o setor, constituíram-se também as malharias, entre elas a Coretex Indústria Têxtil Ltda, atual Marazul Malhas, fundada em 1977; Malharia LC, fundada em 1986; RVB Malhas, em 1991; Malharia Regina; Ceridó Malhas e Ciro Malhas.

¹ A empresa decretou falência no ano de 2010.

Por muitos anos as conhecidas indústrias, “Renaux”, “Buettner” e “Schloesser”, foram as grandes responsáveis pela economia da cidade, tornando a cidade conhecida nacionalmente como, a “Cidade dos tecidos” e “Berço da Fiação Catarinense - símbolos eficientes que se afirmam a partir da sua história (ANDERSON, 2008, p. 16). Em 2012 a cidade de Brusque comemora cento e vinte anos da instalação da primeira indústria Têxtil. Através do rico histórico, promovido pela vizinha cidade Blumenau, sabe-se que Brusque foi a segunda cidade do Estado de Santa Catarina a receber um pólo têxtil. Em 1940, a cidade chegou na ser considerada “essencialmente industrial” (ADAMI, 2005, p.371), porém, foi nos anos oitenta, quando a partir das tradicionais fábricas têxteis, emergiram centenas de pequenas e médias empresas no setor de malhas e confecções, com vistas à comercialização de pronta entrega (S&A, 2002, p.106).

3 RUA AZAMBUJA: O MAIOR SHOPPING AO CÉU ABERTO DO SUL DO BRASIL NOS ANOS OITENTA

A indústria têxtil impulsionou a economia Brusquense, mas foi a partir da década de oitenta que se viu uma quantidade significativa de pequenas confecções surgirem na cidade. Muitos dos funcionários das grandes fábricas de tecidos deixavam a indústria para iniciar seu próprio negócio. Brusque transforma-se na Capital Nacional do Turismo de Compras ou Polo da Pronta Entrega. A cidade iniciou com um grande shopping ao “céu aberto”, localizado na Rua Azambuja.

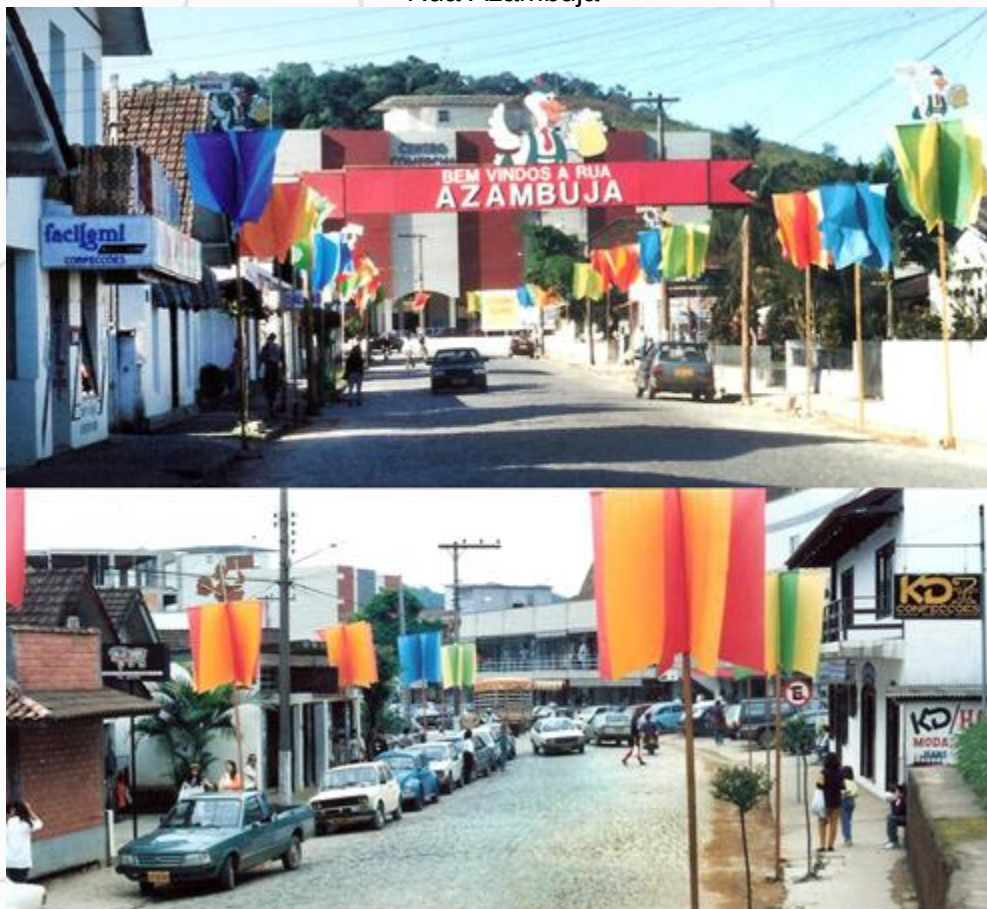
O comércio na Rua Azambuja por volta dos anos 80. As entrevistas orais realizadas com precursores do comércio nesta rua apontam para uma história permeada de sentimentos, valores, emoção e lágrimas nos olhos dos personagens que viveram aquele tempo. Segundo Salete Maria da Silva, que vivenciou o início e o fim daqueles dias, o desenvolvimento das confecções em Brusque se deve a “Rua Azambuja”. Ela afirma:

“As mulheres dos operários das fábricas trabalhavam em casa para garantir uma renda extra, costurando roupas e lingerie para parentes, amigos, vizinhos, e também para fora, utilizando, às vezes, alguns tecidos e sobras das grandes indústrias de Brusque. Por volta de 1986, começaram a surgir algumas lojas, na própria garagem de casa. Nós costurávamos camisetas gola polo, e foi a quinta loja a abrir aqui na Rua. Era incrível, o pessoal já vinha duas, três quatro horas da manhã bater na porta procurando nossos produtos, principalmente, de Curitiba. Chegava a faltar mercadorias. Muitas pessoas de fora se instalaram aqui. Porém, por volta de 1995, mudanças na economia brasileira, como o plano real, influenciaram muito na região de Brusque. As pessoas não tinham muito conhecimento de administrar o dinheiro e, além disso, surgiram outros pontos de venda além da Rua Azambuja, fazendo com que o movimento na região decaísse e chegasse ao ponto de várias lojas fecharem suas portas.”²

² Salete Maria da Silva, Professora aposentada. Entrevista concedida a Amanda Augusta Riffel.

De fato, as primeiras indústrias proporcionaram a matéria prima para o início deste polo que viria a se consolidar como confeccionador. De acordo com Luciano Hang, que também iniciou trabalhando na Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, as confecções na Rua Azambuja iniciaram com as sobras de tecidos das fábricas. Elas proporcionaram o nascimento deste novo segmento, o da confecção. As Fábricas davam fardos de restos e retalhos e isso foi sendo distribuído entre as famílias, que tinham a oportunidade de transformar em peças prontas, logo o setor foi crescendo. Porém o grande diferencial mesmo foi o momento em que surgem as primeiras malharias, pois este é um setor rápido.

Rua Azambuja



Fonte: Fan Page “Fotos antigas de Brusque”

Os jornais traziam matérias citando o novo fenômeno do deslocamento econômico – de funcionário a empresário.

“Quando o operário Euzalino Roux deixou o seu emprego de fiandeiro na fábrica Buettner S.A. Indústria e Comércio para registrar em 1974 a primeira confecção da região da Rua Azambuja, não imaginava que estava iniciando um dos mais importantes polos de turismo de compra do Sul do País.” (Jornal Gazeta Mercantil de vinte e nove de agosto de 1994)

A matéria apresenta o primeiro operário se deslocando dentro do mesmo setor, saindo da indústria de tecidos para confecção. O jornal complementava com a situação atual da década de noventa, onde informava que já eram 22

centros comerciais com 1,5 mil lojas de confecções por atacado no sistema pronta entrega. As primeiras excursões vieram entre 1978 e 1980, e ali fizeram suas compras. Aqueles primeiros fregueses, voltaram como guias, atraindo cada vez mais pessoas.

Segundo antigos moradores da Rua Azambuja, a primeira confecção constituída na região do bairro Azambuja foi a de Dona Madalena, a Confecções Roux. No mercado há mais de 50 anos, a Confecção Roux ainda está localizada em Brusque no mesmo bairro. Dona Madalena ainda relembra os tempos em que aquele local era o centro das atenções dos lojistas.

A Confecção Roux ainda está localizada em Brusque no mesmo bairro. Dona Madalena ainda relembra os tempos em que aquele local era o centro das atenções dos lojistas. Inicialmente as pessoas iam até sua casa pedindo que ela costurasse vestidos, sutiãs, etc. Mais tarde, seu marido, Sr. Ezaulino Roux, já falecido, fundou a confecção. Na época em que o bairro Azambuja era o centro de compras de Brusque, a confecção de Dona Madalena chegou a receber dois ônibus em uma só hora, atendendo com quatro balconistas. Hoje, porém, segundo Dona Madalena, o movimento na região e na confecção decaiu devido ao surgimento de novos shoppings na cidade.

Atualmente Dona Madalena, com 80 anos de idade, e seu filho ainda administra a confecção, e é responsável pela compra de materiais, pagamentos e outras atividades na empresa.

Após o sucesso da Rua Azambuja nos anos 80, foi a vez de outras regiões da cidade despontarem com seus centros de vendas. Eram muitos os ônibus vindos de outras cidades catarinenses e até de outros estados. As lojas, localizadas nas ruas, já não davam conta de recebê-los, a infraestrutura era carente, o momento era propício para reorganizar esse sucesso repentino do setor de confecções em Brusque. Sendo assim, feiras e shoppings foram sendo fundados em diferentes locais da cidade.

4 BRUSQUE: CAPITAL NACIONAL DO TURISMO DE COMPRAS

4.1 FIP: FEIRA DA MODA

Após o sucesso da Rua Azambuja nos anos 80, foi a vez de outras regiões da cidade despontarem com seus centros de vendas. Eram muitos os ônibus vindos de outras cidades catarinenses e até de outros estados. As lojas localizadas nas ruas já não davam conta de recebê-los e o momento era propício para reorganizar esse sucesso repentino do setor de confecções em Brusque.

Permeando uma visão empreendedora, foi implantada em Brusque, em 1991, a FIP - na época um dos maiores empreendimentos do segmento de confecções no sul do Brasil. Inicialmente com 48 e logo o espaço foi expandido para 103 salas comerciais. Em 1993 já possuía 155 lojas e 260 no ano seguinte.

Esse amplo crescimento impulsionou ainda mais o desenvolvimento da cidade, favorecendo a economia e o turismo e, por consequência, a qualidade de vida de seus moradores.



Fonte: Arquivos FIP

Um dos pavilhões e entrada principal da FIP atualmente.



Fonte: Arquivos FIP

4.2 HAVAN

A loja HAVAN, hoje uma grande loja de departamentos, com filiais em diversas cidades, também iniciou seus trabalhos com a venda de tecidos e Brusque.

Sua história começou em 1986, com Luciano Hang e seu sócio, em uma sala de apenas 45 m² na Avenida Primeiro de Maio – rua da pioneira Fábrica de Tecidos Carlos Renaux. Em 1989, com o crescimento do número de visitantes, a loja passou para uma nova sede na Rodovia Antônio Heil no intuito de favorecer o acesso dos seus clientes. Já em 1996, o espaço da Havan foi ampliado, expando também o seu mix de produtos. A primeira filial foi inaugurada em 1995 na cidade de Curitiba/PR. Desde então, periodicamente novas filiais são inauguradas³.

Atualmente a HAVAN é a maior loja de departamentos da cidade, contribuindo para a economia local. Pela diversidade de produtos é também um dos espaços mais procurados pelos brusquenses para as suas compras.

³ Histórico. Disponível em: <http://www.lojashavan.com.br/historia>.

Loja HAVAN nos primeiros tempos



Fonte: Arquivo HAVAN

Loja HAVAN Brusque



Fonte: Foto Divulgação

4.3 STOP SHOP – O NINHO DA MODA EM BRUSQUE

Em três de março de 1995, outro grande empreendimento foi inaugurado na cidade de Brusque: o Stop Shop, shopping considerado referência para compras no atacado e também no varejo.

O shopping foi fundado pelo Sr. Fernando Heil, que trouxe para o empreendimento a sua experiência de trabalho. O Sr. Fernando atuou na Fábrica de Tecidos Carlos Renaux por 13 anos e também fundou a sua própria fábrica de tapetes. Ainda, se dedicou a um negócio no ramo alimentício. Porém, percebendo a demanda na região somada à crise no bairro Azambuja, nos anos 80 e 90, empregou toda a sua experiência novamente no setor têxtil⁴.

O terreno no qual está instalado o Stop Shop, na rodovia Antonio Heil, pertencia à tradicional família Heil. O primeiro projeto do shopping foi elaborado em 1992, para apenas 32 lojas. Porém, diante da positiva demanda – já que havia cerca de seiscentos lojistas interessados em instalar suas lojas naquele local, o shopping foi reprojetoado e então reconstruído, comportando, a partir daquele momento, 190 pontos de venda num espaço de 14 mil metros quadrados⁵.

Atualmente o “Ninho da Moda” oferece mais de quinhentos empregos diretos e três mil empregos indiretos, contribuindo significativamente com a Capital Nacional da Pronta Entrega.

⁴ Fernando Heil, empresário. Entrevista concedida a Amanda Augusta Riffel

⁵ Sobre o Stop Shop. Disponível em: <http://www.stopshop.com.br/sobre.php>.

Shopping Stop Shop



Fonte: Arquivo Stop Shop

4.4 CATARINA MODA SHOPPING

O Catarina Moda Shopping nasceu em 2012 do empreendedorismo de seu diretor-presidente Fernando Heil, também fundador do Stop Shop. Com ousadia e know-how de mais de 17 anos no mercado de shopping centers atacadistas, construiu um empreendimento que trouxe um novo conceito de centro comercial voltado a este público.

Percebendo a crescente demanda deste mercado, o novo shopping se voltou totalmente ao cliente atacadista. Trouxe um modelo inovador de organização. Por meio de agentes de viagens, o shopping dedicou-se a construção de um ambiente específico para o acolhimento de clientes vindos de longe. Elegante e sofisticado, o Catarina Moda Shopping conta com uma área de 33 metros quadrados e 130 lojas de fábrica. Além de toda estrutura voltado à compra, o espaço possui um hotel anexo para melhor atender o seu cliente⁶.

Catarina Moda Shopping



Fonte: Arquivo Catarina Moda Shopping

O público interessado em fazer compras na cidade de Brusque segue em uma constante crescente, o comércio e indústria tem contribuído fortemente para o desenvolvimento da região. Além de empresas do setor de confecções que são fundados todos os anos, novos estabelecimentos para a venda desses produtos são pensados e concretizados, como é o caso da fundação de shoppings

⁶ Disponível em: <http://www.stopshop.com.br/sobre.php>.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo proposto, de historicizar a identidade da cidade de Brusque, o presente artigo delineou a história da indústria têxtil e de confecção desde a fundação das primeiras Fábricas de Tecidos até a fundação dos atuais shoppings da cidade, demonstrando que a identidade da cidade é permeada pelo setor devido as indústrias que, embora mudaram de segmento dentro do próprio setor, porém sempre deixou a cidade envolvida economicamente e culturalmente com a indústria têxtil.

A primeira a fábrica a ser fundada foi no fim do século XIX, e foi possível após a chegada dos primeiros imigrantes poloneses tecelões e de um grande empreendedor, que foi Carlos Renaux. A partir desta primeira empresa surgem outras duas, também fundadas por imigrantes europeus.

No entanto, foi somente a partir dos anos de 1980, que a indústria de confecção se desponta na cidade. As confecções surgem impulsionadas pelas pioneiras grandes empresas, que forneceram matéria prima para que as famílias pudessem confeccionar as primeiras peças para venda, que acontecia nas próprias residências. O primeiro polo de venda se deu na Rua Azambuja, um bairro tipicamente familiar.

Com o sucesso deste primeiro polo de venda, surgem os shoppings, que forneceu um aporte necessário para que as confecções pudessem se instalar e assim, melhor atender o público que chegavam de diversas cidades dos três estados do sul do Brasil.

É visível o contínuo investimento no setor, principalmente nos últimos trinta anos, embora pouco registros históricos se tem deste período. Junto à esses novos empreendimentos, que fez a cidade tornar-se conhecida como “Capital Nacional do turismo de compras e principal polo de pronta entrega” ou simplesmente, “Capital Nacional da Pronta Entrega”, a região passa a viver uma nova história, em segmentos diferentes, mas dentro do mesmo setor têxtil, o que garantiu a permanência desta identidade, que a cidade conquistou ao longo de 121 anos.

REFERÊNCIAS

ADAMI, Luiz Saulo. ROSA, Tina. Brusque cidade Schneeberg. Itajaí: S&T Editores, 2005.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. O que é história. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. Subsídios para o estudo de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: edição da Sociedade Amigos de Brusque, comemorativa do 1º Centenário de fundação da Colônia, 1960.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RENAUX, Maria Luiza. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. 2ª Ed. Florianópolis: Instituto Carl Hoepcke, 2010.

S&A Comunicação e Eventos. Brusque – Santa Catarina. Brusque: Editora Ana Paula Ltda, 2002.

SEYFERTH, Giralda. A Colonização alemã no Vale do Itajaí. Porto Alegre: Movimento, 1974.

VERENA, Alberti. Manual de história oral. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DESIGN NA CONSTITUIÇÃO DA SUPERFÍCIE TÊXTIL: MAPEAMENTO DE FORNECEDORES E SERVIÇOS EM BRUSQUE E REGIÃO

*DESIGN ON THE CONSTITUTION OF THE SURFACE TEXTILE:
PROVIDERS' MAPPING AND SERVICES IN BRUSQUE AND
SURROUNDINGS*

Daniele da Silva, Arina Blum
arina@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: Design de superfície é a área que estuda a constituição técnica e estética de superfícies, entre elas a têxtil. Brusque e região têm tradição nesse ramo, com empresas que atuam desde a constituição do fio a ser tecido até a confecção provinda desse fabrico, como são os produtos de moda. As características técnicas e estéticas da superfície têxtil são determinantes no desenvolvimento de tais produtos. Nesse contexto, questionou-se: quais são as empresas e os tipos de serviços por elas fornecidos na área da constituição da superfície têxtil em Brusque e região? Para responder a esta questão, foi proposta uma pesquisa vinculada ao Artigo 171 do Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina - UNIEDU com o objetivo geral de mapear fornecedores e serviços na área de constituição da superfície têxtil em Brusque e região. Este artigo relata a primeira parte dessa pesquisa, equivalente aos objetivos específicos de levantar informações sobre técnicas de constituição de superfície têxtil em uso na atualidade e listar empresas que atuam no ramo de design de superfície têxtil em Brusque e região. Como método, utilizou-se uma pesquisa de natureza aplicada, forma de abordagem qualitativa e exploratória quanto aos objetivos, utilizando procedimentos de observação e levantamento bibliográfico, em literatura técnica, e documental, em *websites* e materiais corporativos. Como resultado, houve o delineamento de um catálogo desenvolvido a partir do mapeamento de 75 fornecedores, a relação de serviços por eles prestados, indicativos de localização geográfica e organização dos contatos.

PALAVRAS-CHAVE: Moda. Design de superfície. Design têxtil.

ABSTRACT: Surface design is the area that studies the technical constitution and the surface aesthetics, and among them there is the textile. Brusque and surroundings have tradition in this branch, with companies that act from the constitution of the thread to be woven to the confection coming from this manufacture, as the fashion products are. The technical and aesthetical characteristics of the textile surface are determining in the development of such products. In this context, a question arises: what are the companies and the types of services provided by them in the constitution area of the textile surface in Brusque and surroundings? To answer that question, research was proposed linked to the Article 171 of the Scholarship Program of the State of Santa Catarina – UNIEDU. This research aims to map providers and services in the area of the

constitution of the textile surface in Brusque and surroundings. This article reports the first part of this research, equivalent to the specific objectives of raising information about techniques of the constitution of the textile surface that are being used currently and list companies that act in the branch of the design of the textile surface in Brusque and surroundings. The method used was the applied research, a way of qualitative and exploratory approach aiming the objectives, using observation procedures and bibliographic survey, in technical and documental literature, in corporative websites and material. As a result, there was an outline of a catalog developed from the mapping of 75 providers, the relation of services rendered by them, callsigns of geographic location and organization of the contacts.

KEYWORDS: *Fashion. Surface Design. Textile Design.*

1 INTRODUÇÃO

Design de superfície é a área que estuda a constituição técnica e estética de superfícies, entre elas a têxtil. A superfície têxtil é formada pelo entrelaçamento de fios ou de fibras de qualquer material, natural ou sintético, referindo-se aos tecidos do tipo plano e malharia e taos não-tecidos. As características técnicas e estéticas da superfície têxtil são determinantes para a sua escolha no desenvolvimento de produtos, por isso empresas atuam elaborando superfícies adequadas, a fim de fornecer artigos e insumos alinhados às tendências e coerentes com as necessidades contemporâneas. (LASCHUK, 2009; RÜTHSCHILLING, 2008; CHATAIGNIER, 2006)

Importante produtor têxtil na América Latina e no mundo, o setor têxtil brasileiro abrange uma ampla cadeia produtiva. Passando pela produção da matéria-prima, a transformação em tecido, a elaboração de produtos e a comercialização para o consumidor final, o Brasil possui, segundo a Associação Brasileira de Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), a maior cadeia têxtil completa do Ocidente (SEBRAE-SC, 2019, p.1). Dados de 2019 mostram que no sul do país – estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul – somavam-se cerca de 9.450 organizações voltadas à indústria criativa no ramo têxtil e de moda (FEBRATEX, 2019, p.1).

A região catarinense de Brusque, localizada no Vale do Rio Itajaí, têm tradição na indústria têxtil, com empresas que atuam desde a constituição do fio a ser tecido, a fiação, e a própria fabricação da superfície têxtil, a tecelagem e a conformação de não-tecidos, até a confecção provinda desse fabrico, como são os produtos de moda. Sendo reconhecido como importante polo têxtil do Brasil, em 2017, por exemplo, o município de Brusque, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), contava com 8,4 mil empresas formais, que geraram mais de 45 mil postos de trabalho, sendo só a indústria têxtil de vestuário e artefatos de tecidos responsável por 15,3 mil empregos (FARIAS, 2017, p.1).

Considerando esse contexto e o entendimento de que as características técnicas e estéticas da superfície têxtil são determinantes para a sua escolha no desenvolvimento de produtos e, portanto, empresas atuam elaborando superfícies a fim de fornecer artigos e insumos alinhados às tendências e coerentes com as necessidades contemporâneas (BARCELLOS, 2017; UDALE, 2009; LASCHUK, 2009; CHATAIGNIER, 2006), esse artigo apresenta a primeira

parte de uma pesquisa desenvolvida a partir do seguinte questionamento: quais são as empresas e os tipos de serviços por elas fornecidos na área da constituição da superfície têxtil em Brusque e região?

O objetivo geral da pesquisa foi o de mapear fornecedores e serviços na área de constituição da superfície têxtil em Brusque e região, tendo como objetivos específicos: levantar informações sobre técnicas de constituição de superfície têxtil em uso na atualidade; listar empresas que atuam no ramo de design de superfície têxtil em Brusque e região; relacionar quais são os serviços ofertados na região em relação aos produtos em voga. Este artigo apresenta o desenvolvimento equivalente aos dois primeiros objetivos específicos, em pesquisa realizada em 2021. O último objetivo específico citado será contemplado na segunda parte da pesquisa, que deverá ocorrer em 2022.

Essa primeira etapa ocorreu por meio de uma pesquisa de natureza aplicada, sob a forma de abordagem qualitativa e exploratória quanto aos objetivos. Foram utilizados procedimentos de observação e levantamento bibliográfico, em literatura técnica, e documental, em *websites* e materiais corporativos. Cade destacar que tal pesquisa é vinculada ao Artigo 171 do Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina – UNIEDU, tendo sido realizada no Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com base em literatura técnica na área, o referencial teórico para esse projeto se concentra na definição dos principais termos que permearão a pesquisa: 2.1 Têxtil; 2.2 Tecidos; 2.3 Tecelagem plana; 2.4 Malharia; 2.5 Não tecido; 2.6 Felpas.

2.1 TÊXTIL

Do latim *textilis*, que significa “tecido fiado”, têxtil, segundo Newman e Shariff (2011, p. 182), é “qualquer material de fibras ou fios entrelaçados, de origem natural ou sintética” e “faz referência a fibras ou fios adequados à criação de tecidos”. Conhecido como a área de produtos que tem na sua constituição o emprego de fibras, o têxtil abrange “todos os tipos de tecidos e não tecidos gerados a partir de diferentes métodos de entrelaçamento de fios (tecelagem, malharia, rendas, felpados, tapeçaria, etc.) e suas formas de acabamento e embelezamento”, conforme explica Rùthschilling (2013, p. 31).

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) usa o termo têxtil definindo-o nos seguintes contextos:

Produto têxtil aquele que é composto exclusivamente de fibras têxteis ou filamentos têxteis ou por ambos, em estado bruto, beneficiado ou semibeneficiado, manufaturado ou semimanufaturado, confeccionado ou semiconfeccionado. (BRASIL, 2021, p.4)

Fibra têxtil ou filamento têxtil é toda matéria natural, de origem vegetal, animal ou mineral, assim como toda matéria artificial ou sintética, que, pela alta relação entre seu comprimento e seu diâmetro, e, ainda, por suas características de flexibilidade,

suavidade, elasticidade, resistência, tenacidade e finura, está apta às aplicações têxteis. (BRASIL, 2021, p.5)

Para transformar fios em tecido, Udale (2009) explica que o fio deve passar por um processo de fabricação, onde as duas principais formas são a malharia e a tecelagem. Para Rüttschilling (2013, p. 15), a tecelagem é também tecnologia na civilização humana, considerando que “o conhecimento construído em mais de 5.000 anos é cumulativo e nunca subtraído”, visto que “as estruturas têxteis básicas permanecem inalteradas nos sistemas produtivos de tecnologia avançada contemporâneos”. Assim, “define-se o ofício têxtil como a confecção de um tecido, ou de um não tecido, fiando-se e tecendo-se fios de fibras naturais ou não” (BARCELLOS, 2017, p. 33).

Cabe destacar que um dos processos imprescindíveis e base na constituição dos tecidos é a fiação. Fiação é, segundo Lobo, Limeira e Marques (2014) “a transformação da manta ou pasta em fio, através do retorcimento e alongamento das fibras”. Nesse processo, pode-se obter um fio fino ou grosso, dependendo do seu manejo. Desta maneira, os fios são feitos de dois modos: fiação por anel e fiação por rotor. A fiação por anel, também chamada de convencional (CO), “é utilizada para fibras curtas e longas e em ambos os casos pode resultar em fios cardados e penteados” e a “fiação por rotor, também conhecida como fiação por *Open-End* (OE), tem custo menor por causa da simplificação do ciclo de formação do fio” (PEZZOLO, 2007, p. 141).

2.2 TECIDO

A palavra tecer é originária do latim *texere*, que significa trançar, tramar. “Tecer significa passar fios que se entrecruzam em diversos sentidos, ou seja, verticalmente – o urdume – e horizontalmente – a trama”. Os fios “podem ser de diferentes procedências, naturais – como o algodão, linho, lã, seda, rami e outras origens – animais e minerais ou elaborados quimicamente em laboratórios”. (CHATAIGNIER, 2006, p. 21)

O tecido, conforme explicam Lobo, Limeira e Marques (2014, p. 85) é um “composto de fibrilas, fibras e fios de material natural, artificial ou sintético, que, produzido por diversas tecnologias, transformam-se em coberturas de diversas características”. Udale (2009, p.41) sintetiza essa informação ao afirmar que os tecidos são “fundamentos feitos de fibras, que podem ser categorizados simplesmente como naturais, artificiais ou sintéticas, sendo que cada uma tem suas próprias características e qualidades”.

Para além das questões puramente técnicas de constituição do tecido, Briggs-Goode (2014, p. 123) afirma que “cada tipo de tecido levanta muitas questões éticas em sua trajetória – desde a matéria-prima até o fio e o produto”. Nesse sentido, Chataignier (2006, p. 12) destaca que “o tecido é um texto que responde a diferentes categorias de leituras: a visual, e tátil, a estesia”, sendo que

o texto têxtil possui uma organização específica que se revela por meio de vários processos e escolhas, que são determinadas desde a seleção do material, do tipo de fibra, da densidade do fio, do número de torções, da estrutura da trama, da coloração e

das possibilidades de tingimento, dos vários beneficiamentos, etc (CHATAIGNIER, 2006, p. 12).

Tecido, pela definição trazida por Newman e Shariff (2011, p.179), é “qualquer material feito por meio de técnicas de tecelagem, tricô, feltragem ou crochê, usando filamentos, fibras manufaturadas ou naturais”. Os autores informam, ainda, algumas nomenclaturas de tecidos: atoalhado; caracul; changeant / camaleão; cru; de açougueiro; de casca de árvore; de meia; esponja; felpudo; homespun; inteligente; marmorizado; nanquim; Ottoman; Oxford; penteado; stretch; veneziano; não tecido.

2.3 TECELAGEM PLANA

Tecelagem é o “local onde os fios são recebidos para serem entrelaçados e transformados em tecidos” (NEWMAN; SHARIFF, 2011, p.179). A tecelagem plana consiste em “entrelaçar fios dispostos verticalmente (urdume) com fios horizontais (trama) para se obter um tecido” (RÜTHSCHILLING, 2013, p. 34). Ou seja, o tecido plano é aquele que “é feito de fios dispostos paralelamente ao sentido do comprimento do tecido, conhecidos como fios de urdume, por entre os quais passam os fios da trama no sentido da largura do tecido” (UDALE, 2009, p. 70).

Em resumo, a tecelagem plana é a fabricação do tecido plano, também chamado de comum, obtido pelo entrelaçamento de dois conjuntos de fios que se cruzam em ângulo reto, ou seja, em ângulo de 90° (LOBO; LIMEIRA; MARQUES, 2014; CHATAIGNIER, 2006). A tecelagem plana passa por operações de preparação como o urdimento, a engomagem e a remetidão ou engrupagem e os métodos para tecer podem ser o manual e o mecânico – método de duas marchas (bastidor ou tear); método de pentes; método mecânico; método automático (CHATAIGNIER, 2006, p.21-22).

Udale (2009, p.70) explica que “o modo como fio de urdume e de trama são tramados juntos produz uma variedade de tecidos”. Entre eles, a autora destaca as variações que ocorrem na estrutura do tecido plano, exemplificando com os do tipo canelado, favo de abelha e anarruga. Cita alguns tecidos planos conhecidos – calicó; lona; cambraia; chifom; guingão; musseline; organdi; organza; voal – considerando que entre os principais tipos estão os em ligamento tela, ligamento sarja – algodão grosso (chino); brim; drill (cotim); espinha-de-peixe; tweed e pied-de-poule – e ligamento cetim – cetim dupla face; crepe de cetim; cetinetas; tecidos de cetim.

2.4 MALHARIA

Malharia é “o processo de tecimento tendo por base um só fio, ou seja, tricô feito por meio de máquinas industriais mecânicas e/ou computadorizadas” (RÜTHSCHILLING, 2013, p. 35). Os tecidos de malha são fabricados “a partir da interligação de laçadas, que podem ser tricotados ao longo da urdidura ou da trama, proporcionando uma qualidade elástica” (UDALE, 2009, p. 78).

A base da malharia é o tricô, que são tecidos que podem ser produzidos de modo manual ou mecânico, resultando da formação de “malhas provenientes de uma ou mais fios, que se interpenetram e se apóiam lateral e verticalmente por meio de agulhas” (PEZZOLO, 2007, p. 221). O tricô, segundo Udale (2009,

p. 76), remonta aos antigos egípcios, contudo o desenvolvimento aos moldes contemporâneos, de fabricação mecanizada, ocorreu a partir da segunda metade do século XVIII, na Europa.

Tecnicamente, como explica Barcellos (2017, p. 135) a malha “é um tecido sem urdume e sem trama”, onde o “entrelaçamento dos fios pode ser horizontal, quando se desenvolve por trama [largura], e vertical, quando se desenvolve por urdume”, constituindo tecidos que “podem ser planos [tear retilíneo] ou tubulares [tear circular]”. Conforme Lobo, Limeira e Marques (2014), a laçada é o elemento fundamental nesse tipo de tecido e consiste de cabeça, duas pernas e dois pés, formando uma sucessão de laçadas que formam a carreira de malha no sentido da largura do tecido e a coluna de malha pela sucessão de laçadas consecutivas no sentido do comprimento do tecido.

Newman e Shariff (2011, p.117) descrevem a malha por urdume e a malha canelada. A por urdume ou tricô é o tecido que pode ser produzido com fios duplos, singelos ou triplos, é “resistente e macio feito à máquina, caracterizado por nervuras finas que correm no sentido do comprimento no direito e em ligeira inclinação no avesso”. Os autores explicam que a malha por urdume utiliza filamentos como viscose, acetato, náilon, poliéster, seda e fibras têxteis como algodão e lã.

A malha canelada, também chamada de rib, é uma malha “com canelagem ou cordão pronunciados”, se apresentando como resistentes e maior flexibilidade do que as malhas comuns, sendo “muito usadas para fazer punhos, bainhas de cintura e golas de suéteres, cardigãs, jaquetas etc” (NEWMAN; SHARIFF, 2011, p.117). O nome “canelado” também é utilizado, segundo os autores, em referência às roupas fabricadas com esse tipo de malha.

Na malha são promovidos fatores como a elasticidade, o conforto e absorção, que fazem dela um tecido importante em diversos tipos de roupa, conforme afirma Udale (2009). Conforme explica a autora, ela tende a ser confortável por ser elástica, sendo contudo necessário observar que ela pode vir a esticar, deformar e encolher com o calor, sendo tecnicamente necessário também considerar que os acabamentos aplicados na fabricação alteram a qualidade desse tecido, interferindo na sua densidade e elasticidade.

2.5 NÃO TECIDO

Como o nome indica, não tecidos são aqueles que “não sofrem os procedimentos de tessitura provenientes do entrelaçamento dos fios do urdume com os da trama” (CHATAIGNIER, 2006, p. 45). São tecidos produzidos sem o uso de tear, portanto “não são fiados e não são malhas” (NEWMAN; SHARIFF, 2011, p.129). “São obtidos diretamente de camadas de fibras que se prendem umas às outras por meios físicos e/ou químicos, formando uma folha contínua” (CHATAIGNIER, 2006, p. 23).

Lobo, Limeira e Marques (2014, p. 98) explanam que “a produção de não tecidos aplica e combina tecnologia de diversas indústrias, como a têxtil, a papelreira, de couro e de plástico, podendo a qualquer momento implementar novas tecnologias”. A estrutura da manta do não-tecido pode, segundo os autores, ter as fibras dispostas com orientação em uma única direção, de forma cruzada ou mesmo ao acaso. O não tecido acaba, assim, por ser caracterizar por uma estrutura plana, flexível e porosa, constituída de véu ou manta de fibras (LASCHUK, 2009).

A consolidação das fibras ou filamentos para formação de véu ou da manta, é realizado por meio de três métodos básicos: “mecânico ou fricção, químico ou adesão, por resinagem ou térmico” (LOBO; LIMEIRA; MARQUES, 2014, p. 98). Entre os tipos de não tecido, há basicamente dois distintos, “os duráveis e os não duráveis, podendo ambos serem produzidos a partir de fibras naturais, artificiais ou sintéticas.” (LASCHUK, 2009, p. 75).

Udale (2009, p.86) destaca que os não tecidos são empregados “tanto nas roupas da moda, como em forros, acolchoamentos e no interior de calçados e bolsas” e que podem ser interessantes pela característica de não se desgastarem e nem descosturarem do mesmo modo que os tecidos tramados, “o que os torna adequados para roupas ou acessórios que precisam ser resistentes e confiáveis”. Entre os tipos, a autora cita os tecidos químicos e feitos à máquina pela compactação de fibras, os tecidos em spray borrifado e alguns que utilizam a tecnologia de impressão 3D. Ressalta que não-tecidos têm sido desenvolvidos como tecidos do futuro.

2.6 FELPAS

Além dos tecidos planos, malharia e não tecidos, um tipo têxtil de grande produção é o tecido felpado, ou simplesmente felpa, usado na fabricação de produtos como toalhas, tapetes, pantufas, panos de limpeza, tais como panos de copa, entre outros. Tecidos de felpas, segundo Newman e Shariff (2011, p.76) são “laços salientes que cobrem toda a superfície do tecido, resultando em uma textura macia” Ademais, “os tecidos que apresentam essa característica como cotelê, plush, veludo, belbutina, veludinha, são chamados de “tecidos felpudos” (*id.*).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos propostos na primeira parte do estudo do qual aborda o presente artigo, realizada uma pesquisa de natureza aplicada, forma de abordagem qualitativa e exploratória quanto aos objetivos, utilizando procedimentos de levantamento bibliográfico, em literatura técnica, e documental, em *homepages* e materiais corporativos. A pesquisa ocorreu em cinco etapas:

- Etapa 1 – Coleta de dados: levantamento de referenciais teóricos e materiais documentais de apoio e entendimento do contexto da pesquisa;
- Etapa 2 – Organização dos dados: agrupamento dos dados levantados em temas e utilizando ferramentas que propiciem a posterior análise;
- Etapa 3 – Análise dos dados: avaliação e seleção das partes de interesse e, se necessário, busca de dados complementares visando o mapeamento;
- Etapa 4 – Confecção do mapeamento: desenvolvimento de material-guia contendo a catalogação das informações coletadas;
- Etapa 5 – Relato da pesquisa: elaboração de artigo científico apresentando os resultados da pesquisa até o momento.

A etapa 1 foi realizada entre os meses de abril e junho de 2021. A etapa 2 deu-se entre junho e julho de 2021 e a etapa 3 entre julho e agosto de 2021. A etapa 4 ocorreu entre agosto e setembro de 2021, resultando em um catálogo

de fornecedores, e a etapa 5 entre setembro e outubro de 2021. Os instrumentos e formas de abordagem em cada etapa são relatados no item a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa se concentrou compreendendo o levantamento de empresas situadas entre a Grande Florianópolis, Foz e Médio Vale do Rio Itajaí, com maior enfoque em Brusque. O município de Brusque é considerado importante berço da indústria têxtil na região, possuindo vasto repertório de empresas atuantes desde a fiação até a confecção final de variados produtos têxteis. É, ainda, o município em que está localizada a instituição que aporta o projeto gerador dessa pesquisa. Além de Brusque, foram consideradas, também, cidades do entorno: Blumenau, Botuverá, Camboriú, Canelinha, Gaspar, Guabiruba, Itajaí e Nova Trento, totalizando nove cidades em levantamento realizado até 31 de agosto de 2021.

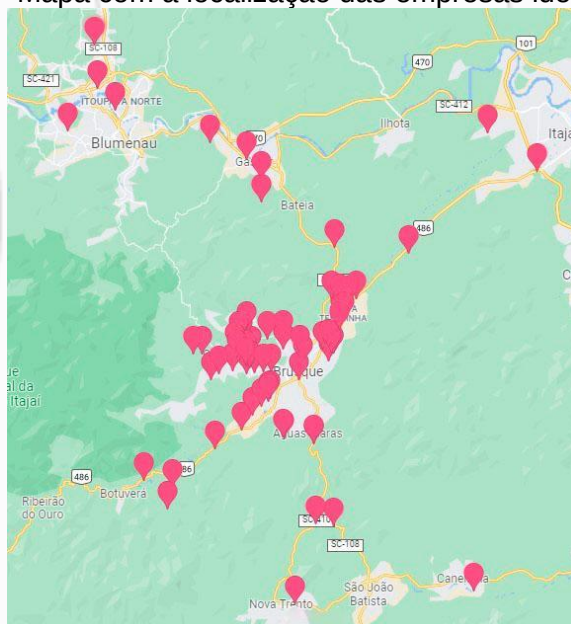
4.1 COLETA A ANÁLISE DE DADOS

Nos nove municípios citados, foi identificado, na coleta de dados, o total parcial de 75 (setenta e cinco) empresas fornecedoras de serviços de produtos têxteis. A identificação de tais empresas ocorreu, nesse momento, de duas formas: por meio de pesquisa *online* e com observação. No quesito de procura *online*, as informações foram obtidas com busca a ambientes virtuais de organizações da região, em especial a *websites* corporativos e/ou redes sociais das empresas e pesquisas gerais na plataforma *Google*. Já na condição de observação, eram registradas empresas encontradas nos trajetos percorridos pela pesquisadora.

Cada empresa identificada era registrada em uma planilha compartilhada, na qual constavam os seguintes tópicos a serem preenchidos: empresa; marca; "quem somos", produto(s); serviço(s); endereço; website; rede social; e-mail; telefone; contato; anexo. Em "empresa" era anotado o nome comercial da organização identificada, com preferência aos dados mais completos encontrados. Em "marca", eram apontadas quais as marcas detidas pela empresa. Em "quem somos" era descrito como a empresa se apresenta para o mercado, especialmente a partir do item "quem somos" em seus respectivos websites. Em "produto(s)", era listados quais os produtos vendidos pela empresa. Em "serviço(s)", quais os serviços oferecidos pela empresa. O "endereço" era anotado conforme o mais completo identificado, assim como os demais dados relativos ao "website" da empresa, seus perfis em "redes sociais", "e-mail" e "telefone". Em "contato", era anotado o nome da pessoa de contato na empresa, caso houvesse essa relação. Em "anexo" eram colocadas informações adicionais, tais como imagens de produtos ou outros dados que poderiam servir de apoio à pesquisa realizada.

Feito esse primeiro levantamento geral, com base nos endereços apresentados, as empresas identificadas foram indicadas em um mapa (Figura 1), com o intuito de observar a distribuição geográfica das mesmas.

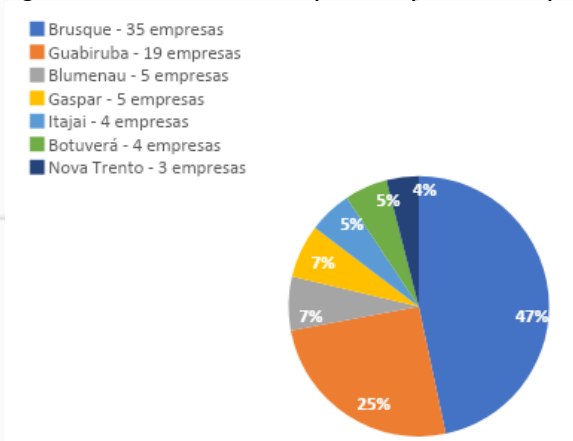
Figura 1 - Mapa com a localização das empresas identificadas.



Fonte: das autoras (2021).

Considerando empresas por município, das 75 (setenta e cinco) empresas identificadas, 35 (trinta e cinco) estão localizadas em Brusque, 19 (dezenove) em Guabiruba, 5 (cinco) em Blumenau, 5 (cinco) em Gaspar, 4 (quatro) em Itajaí, 4 (quatro) em Botuverá e 3 (três) em Nova Trento (Figura 2). As cidades de Camboriú e Canelinha não tiveram empresas localizadas nessa primeira abordagem da pesquisa.

Figura 2 - Gráfico de empresas por município.

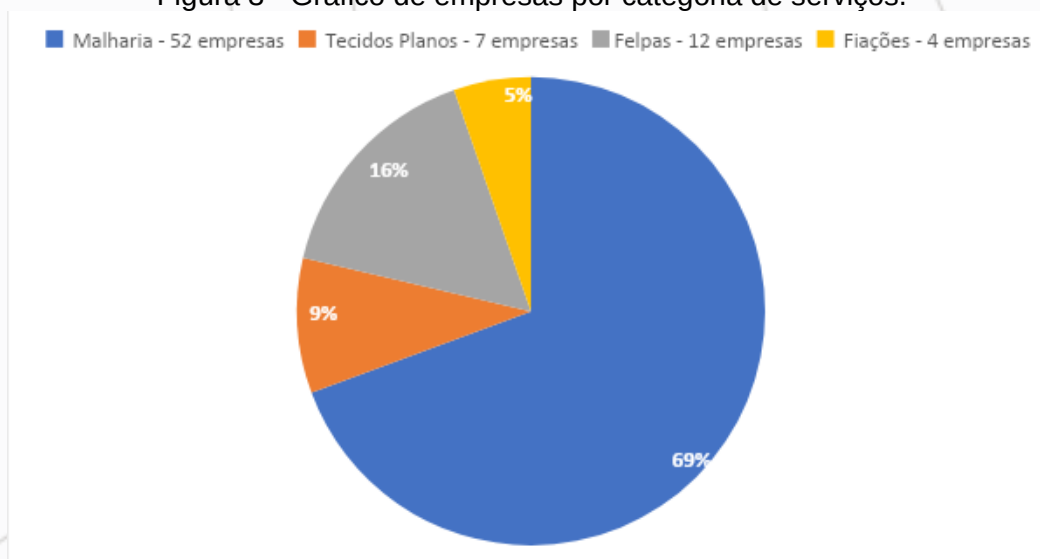


Fonte: das autoras (2021).

Em relação à categorização dos serviços têxteis prestados pelas empresas identificadas, foram constatados referência a quatro: malharia, tecido plano, felpas e fiações (Figura 3). Esses serviços eram parte dos processos têxteis previamente estudados para pesquisa, acrescidos, ainda, dos não-tecidos – categoria que não apareceu entre o levantamento realizado. Observou-se uma relevância nas empresas que trabalham com malharia, totalizando 52 (cinquenta e duas) das 75 (setenta e cinco) empresas. Ademais, 7 (sete)

trabalham com tecidos planos, 12 (doze) com produção de felpas e 4 (quatro) com fiação.

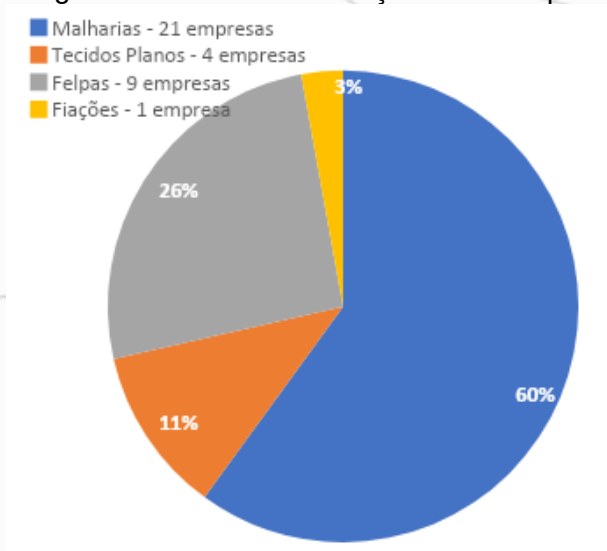
Figura 3 - Gráfico de empresas por categoria de serviços.



Fonte: das autoras (2021).

Dos serviços ofertados pelas empresas em Brusque (Figura 4): 21 (vinte e uma) são empresas de malharias; 4 (quatro) empresas de tecidos planos; 9 (nove) de felpas; 1 (uma) de fiação.

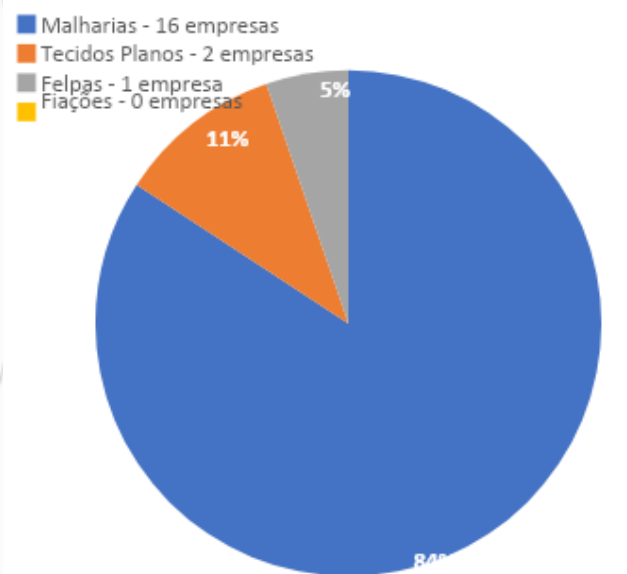
Figura 4 - Gráfico de Serviços em Brusque.



Fonte: das autoras (2021).

Na cidade de Guabiruba, das 19 (dezenove) empresas identificadas (Figura 5), observou-se relevância nos serviços de malharias, realizados por 16 (dezesesseis) empresas no município. Também foram constatadas 2 (duas) empresas produtoras de tecidos planos e 1 (uma) empresa de produção de felpa. Não foram localizadas empresas de não-tecidos e fiações na cidade de Guabiruba.

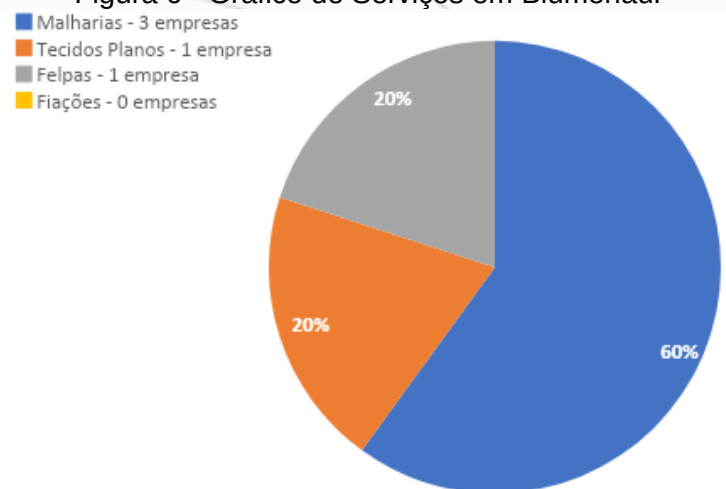
Figura 5 - Gráfico de Serviços em Guabiruba.



Fonte: das autoras (2021).

A pesquisa em Blumenau não identificou fiações, mas constatou 5 (cinco) empresas têxteis (Figura 6), sendo 3 (três) malharias, 1 (uma) de tecido plano e 1 (uma) produtora de felpas.

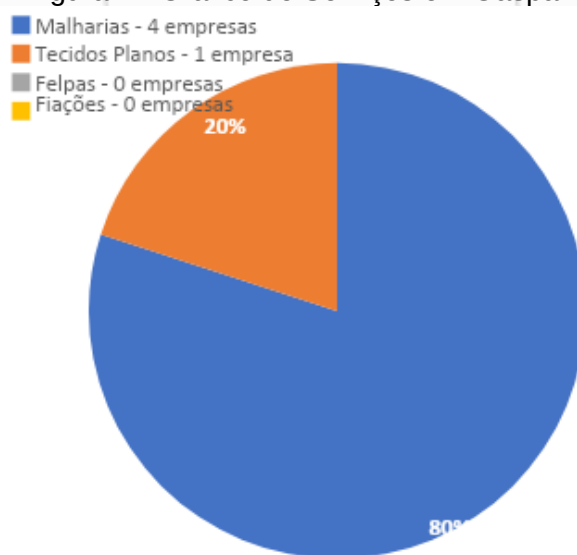
Figura 6 - Gráfico de Serviços em Blumenau.



Fonte: das autoras (2021).

Em Gaspar, 5 (cinco) empresas foram localizadas (Figura 7), sendo 4 (quatro) malharias e 1 (uma) empresa de tecido plano. Não foram encontradas empresas produtoras de felpas e fiações no município de Gaspar.

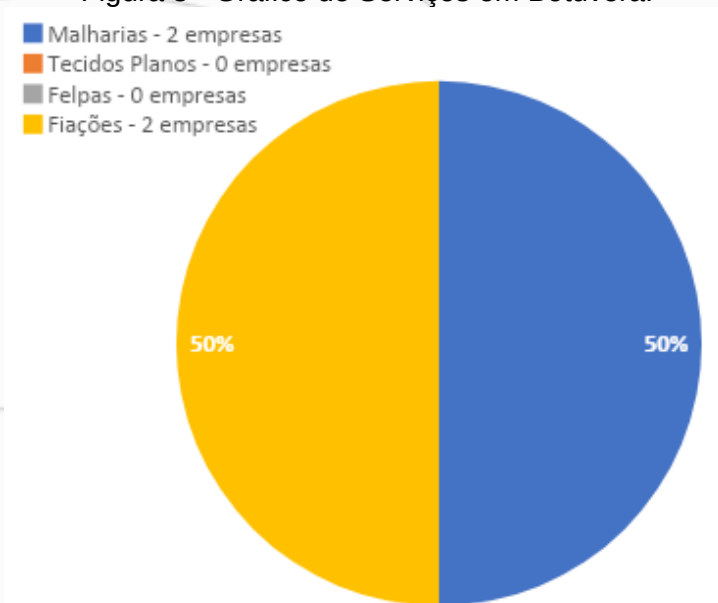
Figura 7 - Gráfico de Serviços em Gaspar.



Fonte: das autoras (2021).

No município de Botuverá, 4 (quatro) empresas foram encontradas (Figura 8), sendo localizadas 2 (duas) malharias e 2 (duas) fiações. Não foram encontradas empresas produtoras de tecidos planos e felpas nessa cidade.

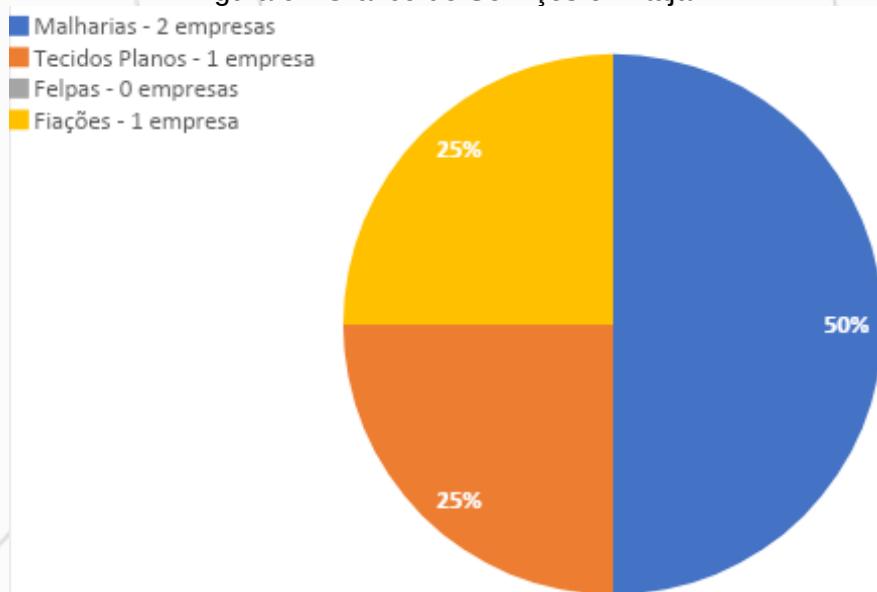
Figura 8 - Gráfico de Serviços em Botuverá.



Fonte: das autoras (2021).

Em Itajaí, 4 (quatro) empresas têxteis foram identificadas no processo de pesquisa (Figura 9), sendo 2 (duas) malharias, 1 (uma) empresa de tecido plano e 1 (uma) empresa de fiação. Não foram localizadas empresas têxteis que prestam serviços de produção de felpas em Itajaí.

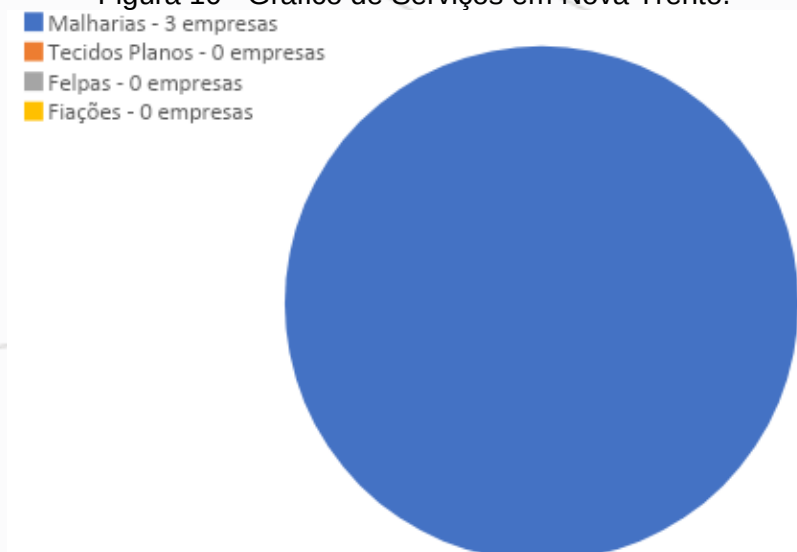
Figura 9 - Gráfico de Serviços em Itajaí.



Fonte: das autoras (2021).

Na cidade de Nova Trento, segundo a pesquisa realizada, foram identificadas 3 (três) empresas têxteis prestadoras de serviço de malharia (Figura 10). Demais serviços não foram localizados no município de Nova Trento.

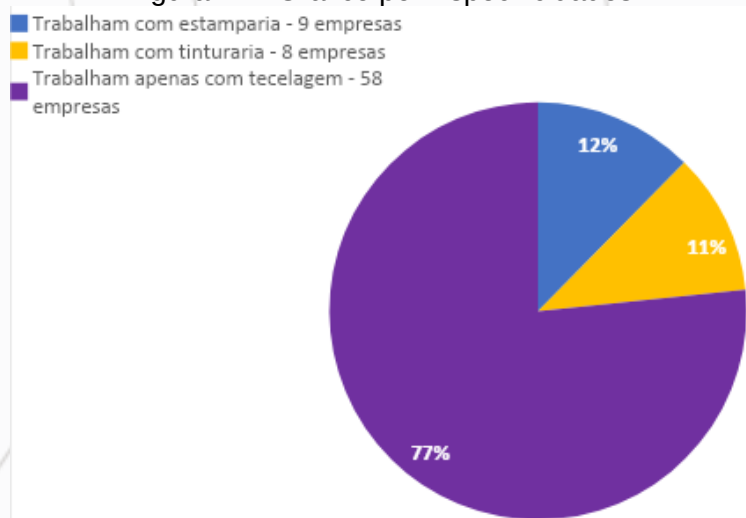
Figura 10 - Gráfico de Serviços em Nova Trento.



Fonte: das autoras (2021).

A pesquisa identificou que algumas empresas possuem especificidades de serviços oferecidos, apresentando mais diversidade de trabalhos têxteis em relação aos inicialmente traçados como foco no levantamento (Figura 11). Foram classificadas empresas que trabalham, também, com estamparia e tinturaria, além da sua produção têxtil. Foram identificadas 9 (nove) empresas que prestam o serviço de estamparia, 8 (oito) empresas que trabalham com tinturaria e empresas que trabalham apenas com tecelagem, somando 58 (cinquenta e oito) nessa classificação.

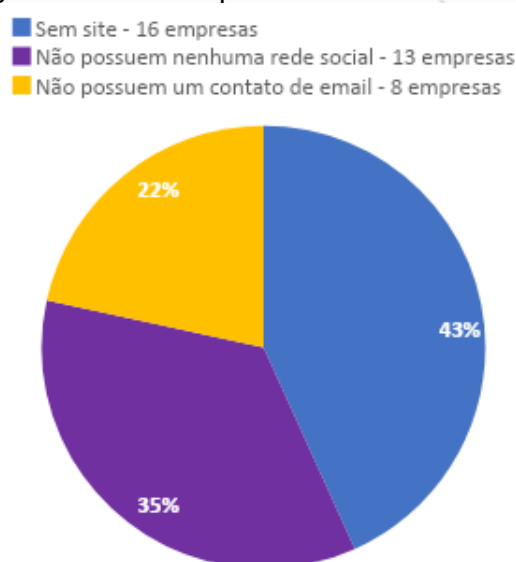
Figura 11 - Gráfico por Especificidades.



Fonte: das autoras (2021).

Cabe destacar que as empresas encontradas tanto no processo de pesquisa *online* quanto por observação passaram por uma checagem de dados de meios de comunicação, de forma que foi notável a porcentagem de empresas que ainda não possuem um *website*, forma de rede social ou contato para *e-mail* que estivesse disponível nos meios pesquisados (Figura 12). Ressalta-se, contudo, que apesar de 49,33% das empresas possuírem alguma defasagem na sua comunicação virtual, de todas foi localizado pelo menos um contato telefônico. Do total das 75 (setenta e cinco) empresas, de 16 (dezesesseis) não foi localizado um *website*, de 13 (treze) não foram identificadas redes sociais e de 8 (oito) não se encontrou um contato de correio eletrônico disponível.

Figura 12 - Gráfico por Meios de comunicação.



Fonte: das autoras (2021).

4.2 CATÁLOGO DE FORNECEDORES E SERVIÇOS

Com os dados coletados, inseridos em planilhas e analisados a partir da construção de gráficos que os categorizou, passou-se para o desenvolvimento do catálogo de fornecedores. Realizado em parceria com outra pesquisa que levantava dados similares – contudo mais focada no levantamento de fornecedores de estamparia – foi feito um estudo de design, visando projetar um leiaute e forma de visualização que facilitasse o acesso aos dados. Assim, optou-se por desenvolver um catálogo digital, disponível na plataforma *Google Drive*, de forma privada, desenvolvido no aplicativo *Apresentações Google*.

A organização do leiaute do catálogo (Figura 13) partiu da definição de onde seria sinalizado a categoria do produto, onde seriam posicionados os textos, imagens e demais componentes de localização e contatos. Foi estabelecido que estaria presente o nome da marca e/ou empresa, os serviços que esta empresa presta, assim como também os produtos que ela dispõe. Também optou-se por apresentar uma pequena parte sobre a empresa, seguindo o que a própria diz a respeito, por exemplo, de seu histórico, visão e seus processos. No leiaute também foi definido uma área para inserção do endereço e das mídias sociais de cada empresa, podendo, ainda, ter imagens de referência dos produtos, assim como a identificação (logotipo) da empresa, caso possua e tenha sido identificado pela pesquisa.

Figura 13 – Exemplo de uma página do catálogo (empresa fictícia).



Fonte: das autoras (2021).

Para melhor organização do catálogo, o mesmo foi dividido em sessões. A primeira foi voltada ao ramo de estamparia, com os dados preenchidos com levantamento realizado em outra pesquisa parceira. As sessões seguintes trouxeram as informações selecionadas dentre a presente pesquisa, por ordem de serviços, sendo primeiramente a categoria de malharias, seguido por tecidos planos, felpas e fiações. Em cada uma das sessões as empresas foram dispostas por ordem alfabética e diferenciadas por cores: estamparia em alaranjado, malharias em vermelho, tecidos planos em azul, felpas em verde e fiações em roxo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o desenvolvimento de produtos de moda depende de uma rede de colaboração que perpassa por fornecedores diversos e que, o ramo têxtil, nesse contexto, é extremamente intrínseco, o conhecimento sobre serviços ofertados por empresas na região e a organização dos dados em catálogo facilitam o acesso no momento de contatar ou propor parcerias. Essa é uma necessidade que foi percebida especialmente em projetos e atividades junto a disciplinas na área de Design de Moda, sendo o catálogo uma forma de organizar e gerenciar possíveis contatos.

O artigo relatou a primeira parte da pesquisa que objetivou mapear fornecedores e serviços na área de constituição da superfície têxtil em Brusque e região, tendo sido cumprida com o alcance dos objetivos específicos de levantar informações sobre técnicas de constituição de superfície têxtil em uso na atualidade e listar empresas que atuam no ramo de design de superfície têxtil em Brusque e região. O levantamento das informações sobre técnicas de constituição têxtil foi atendimento a partir do levantamento bibliográfico centrado no têxtil, em tecidos, tecelagem plana, malharia, não tecido e felpas. A listagem das empresas, realizada com levantamento documental e por observação, explanou 75 (setenta e cinco) empresas e as detalhou em termos de contato e localização em Brusque e mais seis municípios da região.

Consideram-se limitações da pesquisa o levantamento provindo de busca *on-line* sem, ainda, a constatação da veracidade e atualização dos dados constantes nas *homepages* e redes sociais das empresas, assim como a busca por observação que esteve restrita aos trajetos realizados pela pesquisadora bolsista. Também cabe constar que não foram identificados os serviços relativos a não tecidos, não sendo possível afirmar se a região não dispõe da fabricação desse tipo de produto ou se existem empresas não localizadas por essa pesquisa. Acredita-se ser hipótese essa última, dada a diversidade de organizações que atuam no ramo na região e que, por diversos motivos, podem não ter sido localizados no período em que a pesquisa foi realizada. O mesmo é possibilidade em relação aos municípios da região onde não foram localizados serviços têxteis, como em Camboriú e Canelinha.

Essa pesquisa tende a continuar no sentido de averiguação mais aprofundada dos dados pesquisados de forma *on-line*, assim como complementada com a ampliação da observação em mais regiões. Também almeja-se estudar demais municípios do entorno para maior detalhamento das informações até então coletadas. O aprofundamento em relação aos dados e a ampliação do catálogo deverão ser efetivados para contemplar o objetivo de continuação da pesquisa, que é o de relacionar quais são os serviços ofertados na região em relação aos produtos em voga.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, João. Estamparia: a humanidade contada entre tecidos e tintas da têxtil-serigrafia à estampa digital. São Paulo: Edicon, 2017.

BRASIL. Ministério da Economia. Portaria n. 118, de 11 de março de 2021. Aprova o Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos

Têxteis – Consolidado. Brasília: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, 2021.

BRIGGS-GOOD, Amanda. Design de estamparia têxtil. Porto Alegre: Bookman, 2014.

CHATAIGNIER, Gilda. Fio a fio: tecidos, moda e linguagem. São Paulo: Estação das Letras, 2006.

FARIAS, Miriany. Economia fortalecida pelo têxtil - Costurando histórias. O Município, Brusque, 25 mai. 2017. Disponível em: <https://omunicipio.com.br/economia-fortalecida-pelo-textil/>. Acesso em 01 mai. 2021.

FEBRATEX. Feira Brasileira para a Indústria Têxtil. Moda: descubra as oportunidades do setor têxtil no Sul do Brasil. Disponível em: <https://febratex.com.br/moda-descubra-as-oportunidades-do-setor-textil-no-sul-do-brasil/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

LASCHUK, Tatiana. Design têxtil: da estrutura à superfície. Porto Alegre: UniRitter, 2009.

LOBO, Renato N.; LIMEIRA, Erika T. N. P.; MARQUES, Rosiane N. Fundamentos da tecnologia têxtil. São Paulo: Érica, 2014.

NEWMAN, Alex; SHARIFF, Zakee. Dicionário ilustrado de moda de A a Z. São Paulo: Publifolha, 2011.

RÜTHSCHILLING, Evelise A. Design de superfície. Porto Alegre: Ufrgs, 2008.

SEBRAE-SC. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Santa Catarina. Mercado de confecção em Santa Catarina. Disponível em: <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/inteligencia/infografico/mercado-de-confeccao-em-santa-catarina>. Acesso em: 27 abr. 2021.

UDALE, Jenny. Tecidos e moda. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ESTAMPARIA TÊXTIL NA REGIÃO DE BRUSQUE: MAPEAMENTO DE FORNECEDORES E SERVIÇOS

TEXTILE PRINTING IN BRUSQUE AREA: MAPPING OF SUPPLIERS AND SERVICES

Isabelle Pires de Oliveira, Arina Blum

arina@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: A região de Brusque tem tradição no setor têxtil, com destaque no segmento de moda e vestuário. Roupas e acessórios recebem aplicações em estampa, que é uma imagem aplicada sobre o tecido para promover diferenciais estéticos e proporcionar valor agregado nos produtos. Alguns fatores influenciam a escolha do tipo de estampa em um projeto, como custo, técnicas, tecnologias e fornecimentos, de materiais e serviços, geograficamente mais próximos, que facilitem a logística e o acompanhamento da produção. Nesse cenário, apresentou-se uma pesquisa que partiu do seguinte questionamento: quais técnicas de estamparia têxtil estão disponíveis na região de Brusque e que empresas são fornecedoras delas? Com o objetivo geral de mapear as técnicas de estamparia têxtil e seus fornecedores na região de Brusque e com os objetivos específicos de realizar o levantamento de técnicas de estamparia têxtil utilizadas na contemporaneidade, organizar as técnicas por tipo e/ou por forma de aplicação e identificar os fornecedores da região relativos às técnicas levantadas, foi proposta uma pesquisa de natureza aplicada, qualitativa e exploratória, utilizando procedimentos de levantamento bibliográfico e documental. Como resultado foi desenvolvido um catálogo de fornecedores contendo mapeamento e classificação de serviços ofertados.

PALAVRAS-CHAVE: Moda. Design de superfície. Estamparia têxtil.

ABSTRACT: Brusque has a tradition in the textile sector, with an emphasis on the fashion and apparel segment. Clothes and accessories receive applications in prints, which are an image applied to the fabric to promote aesthetic differentials and provide added value to the products. Some factors influence the choice of the type of print in a project, such as a cost, techniques, technologies and supplies, geographically closer materials and services, which facilitate logistics and production monitoring. In this scenario, the research presented starts with the following question: Which textile printing techniques are available in Brusque, and which companies are their suppliers? With that in mind, the general objective is mapping textile printing techniques and their suppliers in the region of Brusque the specific purpose of surveying textile printing techniques used in contemporary times, organizing this technique by type or form of application, and identifying the suppliers in the region regarding the options surveyed, an applied, qualitative and exploratory research got started using bibliographic documental survey procedures. As a result, a supplier developed a catalog and containing the mapping and classification of services available.

KEYWORDS: *Fashion. Surface design. Textile printing.*

1 INTRODUÇÃO

A região catarinense de Brusque, localizada no Vale do Rio Itajaí, têm tradição na indústria têxtil, com empresas que atuam desde a constituição do fio a ser tecido, a fiação, e a própria fabricação da superfície têxtil, a tecelagem e a conformação de não-tecidos, até a confecção provinda desse fabrico, como são os produtos de moda. Sendo reconhecido como importante polo têxtil do Brasil, em 2017, por exemplo, o município de Brusque, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), contava com 8,4 mil empresas formais, que geraram mais de 45 mil postos de trabalho, sendo só a indústria têxtil de vestuário e artefatos de tecidos responsável por 15,3 mil empregos (FARIAS, 2017, p.1).

O design de superfície têxtil é uma das áreas que fazem parte do processo dessa produção que permeia a constituição do tecido e dos produtos de moda. Design de superfície, conforme Rüttschilling (2008, p.23), é “uma atividade criativa e técnica que se ocupa com a criação e desenvolvimento de qualidades estéticas, funcionais e estruturais” de superfícies constituídas ou tratadas, “adequadas ao contexto sócio-cultural e às diferentes necessidades e processos produtivos”. Assim, o tecido recebe por meio do trabalho de sua superfície, caracterizações tanto físicas quanto relacionadas aos aspectos simbólicos do produto.

A superfície dos tecidos é constituída por meio do tratamento do substrato têxtil. Depois de construídos, “padrões, cores e texturas podem ser adicionadas aos tecidos através de técnicas de impressão, alteração e embelezamento da superfície”, segundo explana Laschuk (2009, p.83). A cadeia desse processo perpassa pela definição dos atributos dos fios, em seguida pelos atributos dos tecidos produzidos com esses fios e pela caracterização física e estética que terão para, na sequência, estampas serem impressas sobre esses tecidos, dando algumas configurações para a construção de produtos de moda (RÜTHSCHILLING, 2008, p.25).

Considerando essa cadeia produtiva têxtil, esse trabalho tem o foco nos processos relativos à estamparia. Sendo o procedimento que ocorre após a construção básica do tecido, quando podem ser feitos diferentes acabamentos em sua superfície, desde impressos, bordados e inserção de texturas lisas ou tridimensionais, “a estamparia consiste no processo de aplicação de elementos gráficos na superfície do tecido através de pigmentos e corantes, entre outros” (LASCHUK, 2009, p.83). Estampa é, assim, a forma desenhada ou imagem aplicada sobre algum material, no caso do têxtil consideram-se, por exemplo, as impressões sobre parte ou sobre a totalidade da extensão do tecido e técnicas de aplique e bordado.

Roupas e acessórios produzidos a partir de tecidos ou outros materiais recebem aplicações em estampa que visam trazer diferenciais estéticos para as peças, promovendo valor agregado nos produtos. Por parte do designer, a necessidade de uso, a estética desejada e o orçamento para desenvolvimento são alguns dos fatores que influenciam a escolha de um ou outro tipo de estampa para determinado projeto. Também são determinantes as tecnologias e o arcabouço de técnicas disponíveis na região da confecção do produto.

Fornecimentos geograficamente mais próximos, por exemplo, facilitam a logística e o acompanhamento da produção. (UDALE, 2009)

Diante do contexto apresentado e a partir do entendimento de que o conhecimento sobre os fornecedores da região e o tipo de serviço que entregam é um facilitador do processo criativo para o desenvolvimento de produtos de moda, esse projeto apresenta a proposta de pesquisa que questiona: que técnicas de estamparia têxtil estão disponíveis na região de Brusque e quais empresas são fornecedoras delas? O objetivo geral da pesquisa foi mapear as técnicas de estamparia têxtil e seus fornecedores na região de Brusque, tendo como objetivos específicos: realizar o levantamento de técnicas de estamparia têxtil utilizadas na contemporaneidade; organizar as técnicas por tipo e/ou por forma de aplicação; identificar os fornecedores da região relativos às técnicas levantadas.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza aplicada, forma de abordagem qualitativa e exploratória quanto aos objetivos, utilizando procedimentos de levantamento bibliográfico, em literatura técnica, e documental, em *websites* e materiais corporativos. Destaca-se que essa pesquisa é resultado de benefício provindo do UNIEDU - Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina, Artigo 170. No relato do processo de pesquisa, descrito no presente artigo, são apresentados: o referencial teórico, destacando as definições de termos e técnicas de estamparia; os procedimentos metodológicos adotados; os resultados e discussões, com foco na coleta e análise de dados e no descritivo do catálogo desenvolvido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com base em literatura técnica na área, o referencial teórico se concentra no levantamento em duas bases: 2.1 Definições de termos; 2.2 Técnicas de estamparia.

2.1 DEFINIÇÕES DE TERMOS

Três tópicos principais de abordagem da pesquisa foram considerados para busca de definições técnicas: 2.1.1 Têxtil; 2.1.2 Tecido; 2.1.3 Estamparia

2.1.1 Têxtil

Do latim *textilis*, que significa “tecido fiado”, têxtil, segundo Newman e Shariff (2011, p. 182), é “qualquer material de fibras ou fios entrelaçados, de origem natural ou sintética” e “faz referência a fibras ou fios adequados à criação de tecidos”. Conhecido como a área de produtos que tem na sua constituição o emprego de fibras, o têxtil abrange “todos os tipos de tecidos e não tecidos gerados a partir de diferentes métodos de entrelaçamento de fios (tecelagem, malharia, rendas, felpados, tapeçaria, etc.) e suas formas de acabamento e embelezamento”, conforme explica Rùthschilling (2013, p. 31).

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) usa o termo têxtil definindo-o no contexto do produto, explicitando que produto têxtil é “aquele que é composto exclusivamente de fibras têxteis ou filamentos têxteis ou por ambos, em estado bruto, beneficiado ou semibeneficiado, manufaturado ou semimanufaturado, confeccionado ou semiconfeccionado”

(BRASIL, 2021, p.4). Nesse contexto, “define-se o ofício têxtil como a confecção de um tecido, ou de um não tecido, fiando-se e tecendo-se fios de fibras naturais ou não” (BARCELLOS, 2017, p. 33).

2.1.2 Tecido

A palavra tecer é originária do latim texere, que significa trançar, tramar. “Tecer significa passar fios que se entrecruzam em diversos sentidos, ou seja, verticalmente – o urdume – e horizontalmente – a trama”. Os fios “podem ser de diferentes procedências, naturais – como o algodão, linho, lã, seda, rami e outras origens – animais e minerais ou elaborados quimicamente em laboratórios”. (CHATAIGNIER, 2006, p. 21)

O tecido, conforme explicam Lobo, Limeira e Marques (2014, p. 85) é um “composto de fibrilas, fibras e fios de material natural, artificial ou sintético, que, produzido por diversas tecnologias, transformam-se em coberturas de diversas características”. Udale (2009, p.41) sintetiza essa informação ao afirmar que os tecidos são “fundamentos feitos de fibras, que podem ser categorizados simplesmente como naturais, artificiais ou sintéticas, sendo que cada uma tem suas próprias características e qualidades”.

Para além das questões puramente técnicas de constituição do tecido, Briggs-Goode (2014, p. 123) afirma que “cada tipo de tecido levanta muitas questões éticas em sua trajetória – desde a matéria-prima até o fio e o produto”. Nesse sentido, Chataignier (2006, p. 12) destaca que “o tecido é um texto que responde a diferentes categorias de leituras: a visual, e tátil, a estesia” e se revela por meio de vários processos e escolhas “que são determinadas desde a seleção do material, do tipo de fibra, da densidade do fio, do número de torções, da estrutura da trama, da coloração e das possibilidades de tingimento, dos vários beneficiamentos, etc” (CHATAIGNIER, 2006, p. 12).

2.1.3 Estamparia

Para Barcellos (2017, p.47), “falar de estamparia e de moda é falar da imagem em construção para suportes têxteis, mas também é falar de suportes vários que já integram a cultura têxtil”, considerando que a estampa é desenvolvida por um profissional que “faz estudos e realiza testes sobre mensagens e conceitos para produzir a ideia pictórica que, industrial e comercialmente, vai impactar produtos de uma marca, interferindo psicologicamente com as emoções/desejos do público”.

No contexto técnico, Newman e Shariff (2011, p. 72) explicam que estampa “em tecelagem, trata-se de desenho ou imagem impressos no tecido por meio de uma chapa ou cilindro de gravação. Pode ser repetida por toda extensão do tecido ou não”. A palavra estamparia tem origem no inglês printwork, que significa trabalho pintado, conforme explana Chataignier (2006, p. 82) complementando que

A arte de decorar um tecido, qualquer que seja a sua natureza ou qualidade, por meio de um motivo único ou desenhos variados, que podem ou não ser repetidos chegando mesmo à possibilidade de criar telas grandes como um quadro, nas quais exista uma espécie de cena em outros materiais – mesmo considerando-se que as antigas telas de pintores ou retratistas eram criadas sobre a superfície do linho – e é antiquíssima.

Segundo Laschuk (2009, p.83), “a estamparia consiste no processo de aplicação de elementos gráficos na superfície do tecido através de pigmentos e corantes, entre outros”. Chataignier (2006, p. 82) diz que estampar ou imprimir designa “diferentes procedimentos que têm como finalidade produzir desenhos [...] na superfície do tecido, como se fosse uma pintura localizada que se repete ao longo da metragem da peça e aplicada no seu lado conhecido como lado direito”. A autora complementa, ainda, informando que “essas figuras podem ou não possuir contornos, variantes que estão intimamente ligadas aos modismos e tendências de cada época”.

A aplicação de estampas na superfície têxtil pode ser feita, conforme Laschuk (2009, p.83), “através de estamparia a metro ou por cilindro, serigrafia por tela, estamparia digital, transfer ou estamparia manual”. Os procedimentos básicos da estamparia são a lavagem, a pigmentação e a transferência, utilizando técnicas como a direta e a corrosão e, além das já citadas estamparia com rolos (por cilindro) e com quadros (por tela), também outras como batik, tie die, flock, dévoré, entre outras (CHATAIGNIER, 2006).

2.2 TÉCNICAS DE ESTAMPARIA

São muitas as técnicas de estamparia utilizadas. O levantamento teórico aqui apresentado se concentrou nas principais citadas por autores da área: 3.3.1 Sublimação; 3.3.2 Serigrafia; 3.3.3 Bordado; 3.3.4 Aplique; 3.3.5 Digital; 3.3.5 Corrosão e devorê.

2.2.1 Sublimação

É chamada de sublimação a técnica de “conversão química por calor de um material, de sólido a vapor e novamente sólido com o resfriamento”, ou seja o processo que “não precisa passar pelo estado líquido” (BARCELLOS, 2017, p. 146). Alguns autores se referem a essa técnica como “transfer” ou “efeito transfer”, considerando que ela é realizada por meio da transferência de corante através de um papel para o tecido, onde o papel “é colocado em cima do tecido e submetido ao calor de uma prensa. Com o calor, o papel transfer libera o corante para o tecido” (LASCHUK, 2009, p. 83).

2.2.2 Serigrafia

Serigrafia é o “processo no qual se força a passagem de uma tinta através de uma malha fina”, também conhecido como silk screen (BRIGGS-GOODE, 2014, p.202). Esse método de estampar é um tipo de impressão de prática manual ou automática utilizando maquinário próprio e muito dinâmico, pois permite o uso de diversos tipos de tintas e, com isso, a aplicação sobre inúmeros tipos de materiais “tanto em superfície plana como cilíndricas, com a versatilidade tecnológica de o fazer em qualquer peça esférica, irregular, clara, opaca, brilhante, escura, independente das espessuras e dos tamanhos” (BARCELLOS, 2017, p. 58).

A impressão com serigrafia é feita sobre tecidos utilizando uma matriz que contém um desenho vazado. Essa matriz, chamada tela, conforme explica Laschuk (2009, p.83), “é colocada sobre o tecido, e a pasta preparada é aplicada sobre a tela, proporcionando o vazamento da tinta para o tecido nas áreas

localizadas do desenho”. A autora explica que cada tela gravada representa uma cor no tecido, o que, em geral, acaba por limitar a quantidade de cores utilizadas. No têxtil, a serigrafia ocorre em geral de duas diferentes formas: com estampas localizadas usando a serigrafia por quadro, também conhecida como serigrafia localizada, e com estampas contínuas feitas por meio de serigrafia rotativa.

2.2.2.1 Serigrafia localizada

A serigrafia localizada é a técnica realizada com uma matriz em forma de quadro, em que “a tinta é vazada sob pressão adequada de um rodo (ou puxador) através de uma tela [...] onde está ‘queimada’/gravada a imagem a ser reproduzida”. Essa tela foi “anteriormente desengordurada e emulsionada com material fotossensível” e é montada “num bastidor (ou quadro) que pode ser de madeira ou de alumínio”, sendo que “ao conjunto quadro-tela dá-se o nome de matriz” (BARCELLOS, 2017, p. 58).

2.2.2.2 Serigrafia rotativa

A serigrafia rotativa, conforme explana Briggs-Goode (2014, p. 26) é a realizada com “telas cilíndricas preenchidas com tinta de impressão” que “rodam na mesma velocidade que o tecido” e, assim, “a tinta é forçada contra o tecido à medida que é pressionada entre a placa e uma manta de borracha por impressão”, sendo uma técnica e um método relativamente rápido e econômicos em tecidos com grande metragem, para grande quantidade em estamparia contínua.

2.2.3 Aplique / transfer

O aplique, segundo Edwards (2012, p. 246), se dá por meio de “peças de pano cortadas e moldadas, que são costuradas em um tecido para criar um desenho ou padrão”. Mais especificadamente, conforme Newman e Shariff (2011, p. 29), o aplique é a “técnica de costura em que pedaços de tecido cortados, muitas vezes de cor ou textura contrastantes, são costurados ou colocados na superfície de um tecido base ou de uma roupa para criar padrões decorativos”.

2.2.4 Digital

Udale (2009, p.93) explica que a estamparia digital difere de outros tipos de procedimentos mecanizados, considerando que “a tinta é borrifada sobre a superfície do tecido de maneira controlada por meio de bicos injetores, que imprimem linha por linha”. O grupo de tintas empregado é, na base, constituído pelo ciano, magenta, amarelo e preto, visto que é um tipo de impressão que vem da indústria reprográfica. A autora destaca, ainda que “a estampa digital permite ao designer têxtil trabalhar diretamente do computador para o tecido sem desenhar no papel”, sendo possível “criar imagens de alta definição e imprimir muitas cores sem a necessidade de telas numerosas”, como ocorre na estamparia serigráfica.

2.2.5 Corrosão e devorê

A corrosão é também chamada de descolorante, nos casos de efeitos sobre tecidos que revelarão uma estampa por descoloramento. “A pasta alvejante é aplicada da mesma forma que na estamparia convencional, porém a mesma, ao invés de colorir o tecido, deverá descolori-lo (LASCHUK, 2009, p. 88). Um tecido já pigmentado é “impresso com uma substância que corrói o corante”, sendo uma “técnica útil se uma imagem de cor clara for estampada sobre um fundo escuro” (UDALE, 2009, p. 95).

O devorê também é uma técnica corrosiva, porém nesse caso um tipo de “padronagem têxtil em que o tecido com dois ou mais tipos de fibra é tratado com certos elementos químicos que destroem um deles, deixando os desenhos em realce” (NEWMAN; SHARIFF, 2011, p.66). Essa técnica pode ser aplicada, como explica Udale (2009, p. 95) em “tecidos em que o urdume e a trama são fabricados com fibras naturais e sintéticas e que podem ser estampados com uma pasta corrosiva conhecida por pasta devorê”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma pesquisa de natureza aplicada, forma de abordagem qualitativa e exploratória quanto aos objetivos, utilizando procedimentos de levantamento bibliográfico, em literatura técnica, e documental, em homepages e materiais corporativos. A pesquisa foi realizada em cinco etapas:

- Etapa 1 – Coleta de dados: levantamento de referenciais teóricos e materiais documentais de apoio e entendimento do contexto da pesquisa;
- Etapa 2 – Organização dos dados: agrupamento dos dados levantados em temas e utilizando ferramentas que propiciem a posterior análise;
- Etapa 3 – Análise dos dados: avaliação e seleção das partes de interesse e, se necessário, busca de dados complementares visando o mapeamento;
- Etapa 4 – Confecção do mapeamento: desenvolvimento de material-guia contendo a catalogação das informações coletadas;
- Etapa 5 – Relato da pesquisa: elaboração de artigo científico apresentando os resultados da pesquisa até o momento.

A etapa 1 foi realizada entre os meses de abril e junho de 2021. A etapa 2 deu-se entre junho e julho de 2021 e a etapa 3 entre julho e setembro de 2021. A etapa 4 ocorreu entre agosto e setembro de 2021, resultando em um catálogo de fornecedores, e a etapa 5 entre setembro e outubro de 2021. Os instrumentos e formas de abordagem em cada etapa são relatados no item a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa abrangeu o município de Brusque e cidades do entorno: Blumenau, Gaspar, Guabiruba e Indaial. A seguir, são apresentados os dados da coleta e análise, bem como o catálogo de fornecedores e serviços que foi desenvolvido a partir da pesquisa realizada.

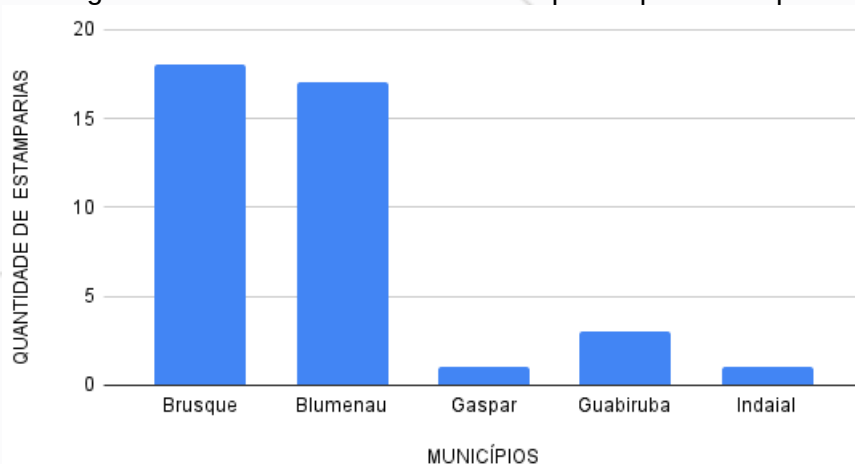
4.1 COLETA A ANÁLISE DE DADOS

Para coleta dos dados, ocorrida a partir de abril de 2021, e análise, que se estendeu até setembro de 2021, foi elaborada uma planilha contendo os seguintes pontos: nome da empresa; as marcas detidas pela mesma; o “quem somos” da empresa; quais produtos oferecem; quais serviços disponíveis; seu endereço; o website; as redes sociais; o e-mail; o telefone; e por último, anexos (caso houvessem fotos de algum serviço/produto disponível). Sucessivamente, de forma *online*, cada ponto foi preenchido minuciosamente e o mais integralmente possível. A planilha foi organizada utilizando o aplicativo *Planilhas Google*, disponível na plataforma *Google Drive*.

Após todas as informações serem planilhadas, as mesmas foram extraídas e organizadas em tabelas, para posteriormente gerar gráficos para evidenciação dos resultados. Dessa forma, foram levados em conta os seguintes tópicos para divisão por categoria: serigrafia localizada; serigrafia rotativa; transfer (aplique); estampa digital; sublimação. Houve também empresas cuja informação sobre tipo de serviço não foi identificada, formando o tópico denominado “não identificado”.

No resultado geral, foram listadas 40 (quarenta) empresas, sendo: 18 (dezoito) empresas localizadas na cidade de Brusque; 17 (dezessete) empresas na cidade de Blumenau; 1 (uma) empresa em Gaspar; 3 (três) empresas em Guabiruba; 1 (uma) empresa em Indaial. O gráfico gerado a partir da tabela preenchida (Figura 1), apresentou uma coluna à esquerda, que representa a quantidade de empresas de estamparia, e abaixo, o nome das cidades pesquisadas.

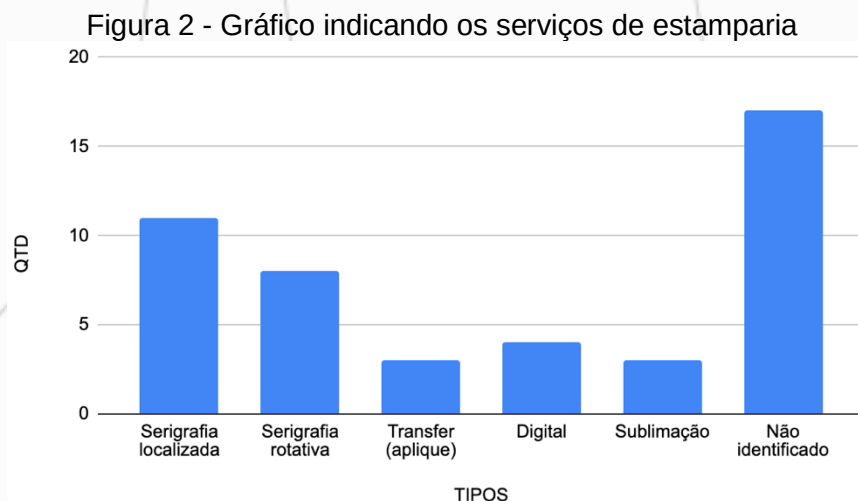
Figura 1 - Gráfico indicando as estamparias por município



Fonte: das autoras (2021)

Das 40 (quarenta) empresas localizadas, somente 22 (vinte e duas) apresentavam, pelos dados coletados, qual tipo de serviço disponibilizam, sendo dessas: 12 (doze) empresas localizadas na cidade de Brusque; 6 (seis) localizadas em Blumenau; 1 (uma) em Gaspar; 2 (duas) em Guabiruba; 1 (uma) em Indaial. Estas puderam então ser subdivididas por categoria. A soma total das “não identificadas” resultou em 18 (dezoito), correspondendo a: 6 (seis) empresas na cidade de Brusque; 11 (onze) em Blumenau; 1 (uma) em Guabiruba.

Sobre os diferentes tipos de serviço de estampa (Figura 2), foram encontrados 29 (vinte e nove). Nesse número, estão incluídas também as empresas que possuem mais de um serviço, sendo contabilizadas cada vez que apresentavam algum serviço distinto. Esse então resultou em: 11 (onze) empresas oferecendo serigrafia localizada; 8 (oito) oferecendo serigrafia rotativa; 3 (três) oferecendo aplicação de transfer; 4 (quatro) oferecendo estampa digital; 3 (três) oferecendo sublimação.

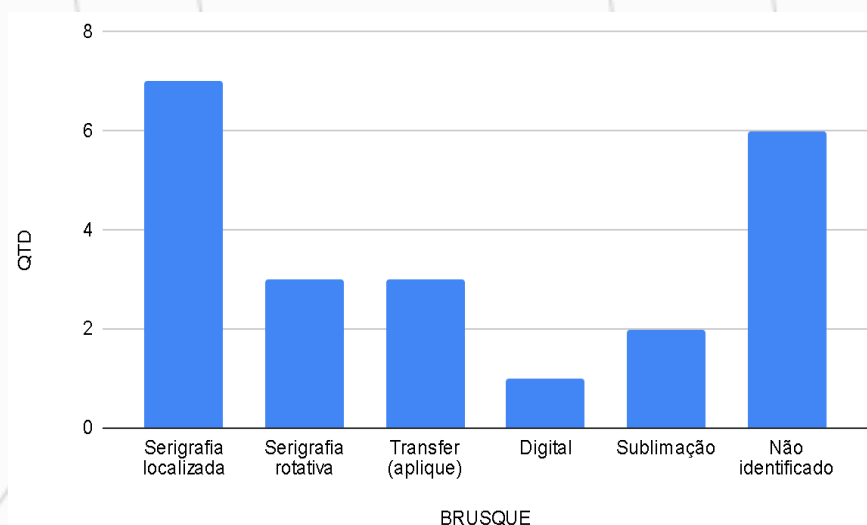


Fonte: das autoras (2021)

Dessa forma, o serviço de serigrafia localizada foi encontrado nas seguintes cidades: 7 (sete) disponíveis em Brusque; 4 (quatro) em Blumenau. Já a serigrafia rotativa: 3 (três) disponíveis em Brusque, 1 (um) em Blumenau; 1 (um) em Gaspar; 2 (dois) em Guabiruba; 1 (um) em Indaial. Sobre a aplicação de transfer, somente foi encontrado 3 (três) disponíveis em Brusque. A estampa digital: 1 (um) disponível em Brusque; 2 (dois) em Blumenau; 1 (um) em Guabiruba. E por último, o serviço de sublimação está disponível: 2 (dois) em Brusque; 1 (um) em Blumenau.

Foram gerados gráficos identificando a quantidade, por município, sobre os tipos de serviços encontrados. Começando pela cidade de Brusque: 7 (sete) oferecendo serviço de serigrafia localizada; 3 (três) oferecendo serigrafia rotativa; 3 (três) oferecendo aplicação de transfer; 1 (uma) oferecendo estampa digital; 2 (duas) oferecendo sublimação. No gráfico (Figura 3), “QTD” significa a quantidade de cada tipo de serviço encontrado no município de Brusque.

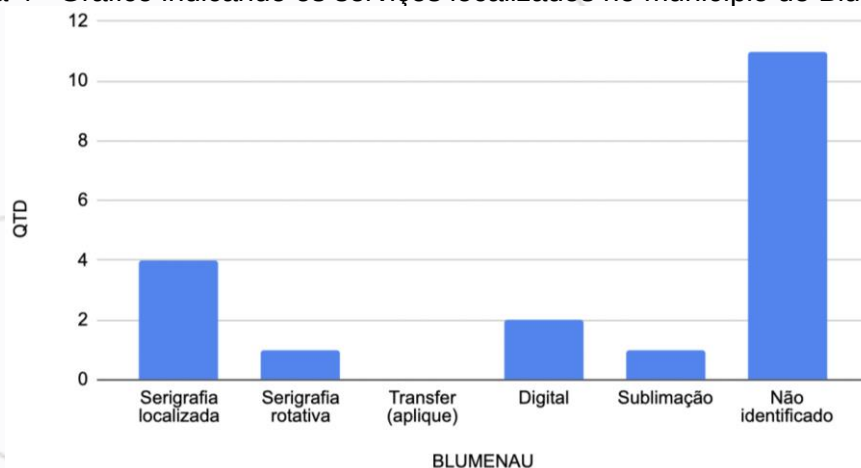
Figura 3 - Gráfico indicando os serviços localizados no município de Brusque.



Fonte: das autoras (2021).

Na cidade de Blumenau (Figura 4), foram identificadas: 4 (quatro) empresas oferecendo serigrafia localizada; 1 (uma) oferecendo serigrafia rotativa; 2 (duas) oferecendo estampa digital; 1 (uma) oferecendo sublimação. A cidade de Gaspar, conta, segundo levantamento realizado com 1 (uma) empresa oferecendo serigrafia rotativa. Já na cidade de Guabiruba, 2 (duas) empresas oferecem serigrafia rotativa; 1 (uma) oferece estampa digital. Na cidade de Indaial foi identificada 1 (uma) empresa oferecendo serigrafia rotativa. O mesmo gráfico realizado para Brusque foi também elaborado para as demais cidades.

Figura 4 - Gráfico indicando os serviços localizados no município de Blumenau.



Fonte: das autoras (2021).

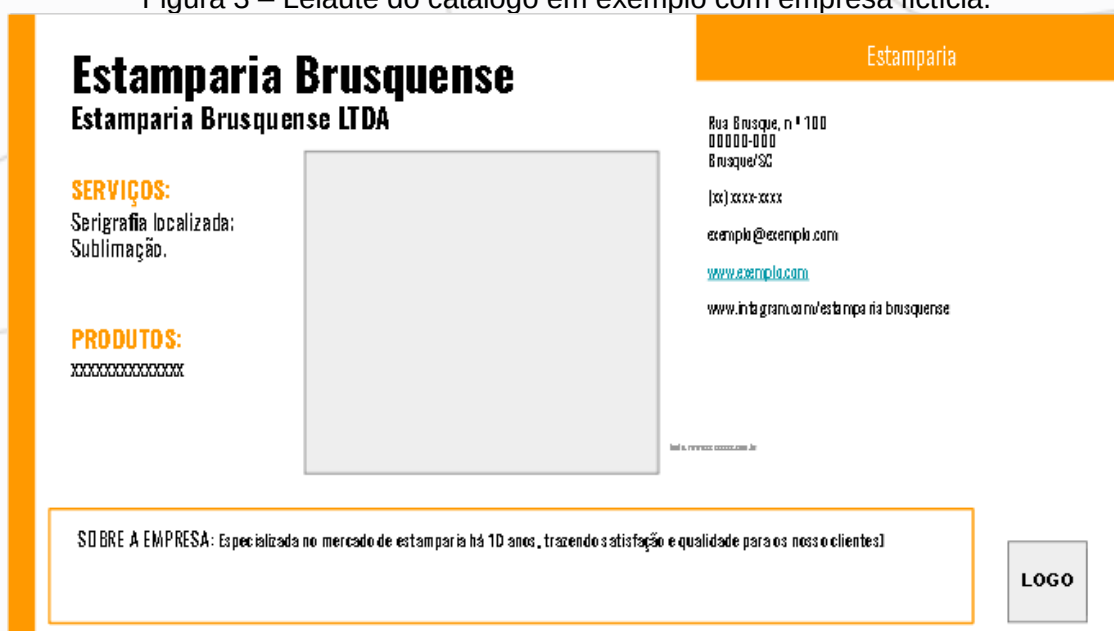
4.2 CATÁLOGO DE FORNECEDORES E SERVIÇOS

Com os dados coletados e planilhados e, após a geração dos gráficos que permitiram melhor leitura das informações levantadas, passou-se a definição do catálogo de fornecedores. O catálogo, desenvolvido entre o mês de agosto e setembro de 2021, foi elaborado em parceria com outra pesquisa de mesma natureza – essa outra se concentrado em levantamentos referentes aos serviços

têxteis – fabricantes de tecidos, fiações e similares. Para o catálogo, foram selecionados pontos principais da planilha: nome da empresa; serviços; produtos; “quem somos”; endereço; telefone; e-mail; website; redes sociais; foto de algum serviço/produto.

A definição do leiaute do catálogo ocorreu tendo por base que o mesmo seria montado de forma on-line e em plataforma que pudesse ser acessada por mais pesquisadores. Optou-se pelo uso do aplicativo *Apresentações Google*, da plataforma *Google Drive*. Uma base, tipo *template*, foi montada e os dados passaram a ser inseridos para construção geral do catálogo, que contou com sessões divididas por cores: estamparia em alaranjado, malharias em vermelho, tecidos planos em azul, felpas em verde e fiações em roxo. Este artigo explana a sessão de estamparia, portanto a parte alaranjada do catálogo (Figura 5), sendo as demais sessões relativas à pesquisa parceira, citada anteriormente.

Figura 3 – Leiaute do catálogo em exemplo com empresa fictícia.



Fonte: das autoras (2021).

Em destaque na página do catálogo de fornecedores, à esquerda e acima, optou-se por indicar o nome comercial da empresa. Logo abaixo, conforme o caso, esse nome poderia ser detalhado. Ainda à esquerda, foi descrito os serviços oferecidos pela determinada empresa, e os produtos, caso houvesse. No centro, fica disponível o espaço para colocar imagens relacionadas a essa empresa, como os produtos oferecidos ou até mesmo algum tipo de serviço sendo executado. Ao lado da imagem, colocou-se a fonte da mesma. O canto superior direito foi dedicado para colocar as informações gerais da empresa, como o seu endereço, telefone, e-mail, website e link de alguma rede social (se fosse o caso). A parte inferior do catálogo ficou organizada para inserção do “quem somos” da empresa, ou seja, como a empresa se apresenta no mercado. À direita inferior, se destinou um espaço onde pode ser colocada a identificação da empresa, o logotipo, quando esse estivesse disponibilizado ou tivesse sido encontrado no levantamento de dados.

No total, o catálogo contou com 115 (cento e quinze) páginas com informações de fornecedores, sendo 40 (quarenta) sobre estamparias e 75

(setenta e cinco) do levantamento realizado na parceria com outra pesquisa na mesma linha de abordagem. O catálogo está compartilhado entre as pesquisadoras ainda de forma privada, estando aberto a novas inserções e constatação de dados que permanecem sendo levantados, visando atualização e ampliação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os serviços de estamparia são complementares ao desenvolvimento de produtos de moda. Quando uma peça de vestuário é criada e determinado que será ornada com estampas, o tipo de tecido e de modelagem podem indicar o modo em que a estamparia será aplicada. Ainda, cabe lembrar que estampas são elementos de valorização nas peças de moda, sendo requeridas para contribuir com o valor estético e simbólico das mesmas. Nesse sentido, ter acesso fácil a um catálogo atualizado de fornecedores da região contribui para a facilitação de pesquisas quando projetos de moda são realizados.

Com esse intuito, os objetivos da pesquisa proposta foram alcançados. Por meio do estudo realizado, foi possível mapear e identificar os fornecedores de estamparia têxtil na cidade de Brusque e região, bem como construir um catálogo para melhor organizar essas informações. Além disso, os tipos de serviços de estamparia presente nos municípios pesquisados e a quantidade encontrada que cada um disponibiliza também foram apontados.

Salienta-se, contudo, que somente algumas cidades da região de Brusque foram alvo desta pesquisa e, dessas, é possível que nem todas empresas estejam listadas, dada a limitação da pesquisa no que se refere à listagem de dados conforme disponibilização pelas organizações e de forma on-line. Acredita-se, assim, que haja outras estamparias, porém devido à falta de informação pelo meio digital, não foi possível catalogá-las. Da mesma forma, houve também empresas que não disponibilizaram todos os dados mencionados no catálogo e, portanto, ainda devem receber complementação para melhor informação.

A facilitação pela busca por fornecedores na área de estamparia em Brusque e entorno foi iniciada com esse trabalho e acabou confirmando a importância desse polo têxtil em nossa região e apresentando um número expressivo de empresas. Cabe destacar que é um levantamento que seguirá sendo ampliado, especialmente no sentido de realizar o levantamento em mais cidades do Vale do Itajaí, assim como verificar outras empresas das cidades já mencionadas, que não foram citadas nesse artigo, e procurando identificar mais serviços similares, tais como de bordados. Espera-se, ainda, para continuação da pesquisa, realizar outros meios de acesso aos dados – como realização de ligações telefônicas, visitas e observação exploratória. Também é de interesse complementar todos os dados das empresas que ficaram em falta, se preciso fazendo uma reestruturação no catálogo já iniciado, mantendo a articulação com outras pesquisas parceiras.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, João. Estamparia: a humanidade contada entre tecidos e tintas da têxtil-serigrafia à estampa digital. São Paulo: Edicon, 2017.

BRASIL. Ministério da Economia. Portaria n. 118, de 11 de março de 2021. Aprova o Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis – Consolidado. Brasília: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, 2021.

BRIGGS-GOODE, Amanda. Design de estamparia têxtil. Porto Alegre: Bookman, 2014.

CHATAIGNIER, Gilda. Fio a fio: tecidos, moda e linguagem. São Paulo: Estação das Letras, 2006.

FARIAS, Miriany. Economia fortalecida pelo têxtil - Costurando histórias. O Município, Brusque, 25 mai. 2017. Disponível em: <https://omunicipio.com.br/economia-fortalecida-pelo-textil/>. Acesso em 01 mai. 2021.

LASCHUK, Tatiana. Design têxtil: da estrutura à superfície. Porto Alegre: UniRitter, 2009.

LOBO, Renato N.; LIMEIRA, Erika T. N. P.; MARQUES, Rosiane N. Fundamentos da tecnologia têxtil. São Paulo: Érica, 2014.

NEWMAN, Alex; SHARIFF, Zakee. Dicionário ilustrado de moda de A a Z. São Paulo: Publifolha, 2011.

RÜTHSCHILLING, Evelise A. Design de superfície. Porto Alegre: Ufrgs, 2008.

UDALE, Jenny. Tecidos e moda. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ANAIIS ENPEX 2021

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ARTIGOS DIREITO



**XX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV MOSTRA DE EXTENSÃO
BRUSQUE/SC - BRASIL**



UNIFEBE

É NOSSA. É DAQUI.

A DEFESA DOS BENS PARTICULARES DO CIDADÃO OU EMPRESA QUE
SÃO AMEAÇADOS E LESIONADO: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DA
AÇÃO DE OPOSIÇÃO E EMBARGOS DE TERCEIRO

*THE DEFENSE OF THE PRIVATE ASSETS OF A CITIZEN OR COMPANY
THAT ARE THREATENED AND DAMAGED THROUGH THE SPECIAL
PROCEDURES OF THE OPPOSITION AND EMBARGOS OF A THIRD
PARTY*

Alexandre Laion Junges, Andrielly de Oliveira Dias, Bruna Maira de Freitas
Lorenzi, Deliane Aparecida do Carmo Garda, Gustavo Gonzaga Pereira, Jaíne
Regina da Costa e Anna Lucia Martins Mattoso
anna.mattoso@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: O presente artigo prioriza uma análise mais detalhada sobre Embargos de Terceiro e Oposição, que são ações com procedimentos especiais e defendem o cidadão ou empresa que não é parte de relação jurídica processual e cujo objetivo é impedir ou socorrer seus bens de indevida ameaça ou lesão originária de ato judicial constritivo, ambas sendo procedimentos especiais. Os Embargos de Terceiro têm sua disciplina expressa no Código de Processo Civil de 2015 (Lei 13.101/2015), mais especificamente entre os artigos 674 a 681 da codificação processual, e a Oposição entre os artigos 682 a 686 do mesmo Código. A pesquisa utilizou o método indutivo, a partir da pesquisa bibliográfica pertinente à temática.

PALAVRAS-CHAVES: Embargo de Terceiro. Oposição. Special Procedures

ABSTRACT: *This article has the purpose to do a deeply analysis about the Third Party Embargoes and Oppositional Action, that are defensive actions available for those people who are not parts of a legal relationship, with the purpose of protect or rescue his goods of a improper threat or originary harmness of a constrictive act, both being special procedures. The Third Party Embargoes are predicted by the Code of Civil Procedure of 2015 (Law 13.131/2015), more specifically between the articles 674 and 681 of the Procedure Codex, and the Oppositional Action between the articles 682 and 686 of the same Codex. The research has utilized the inductive method, based on bibliographical research of the theme.*

KEYWORDS: *Third Party Embargoes. Opposition. Special Procedures.*

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente cabe salientar que embargos de terceiro e oposição são procedimentos especiais, tratando-se de ações autônomas e diferentes, estando

a primeira prevista nos artigos 674 a 681 do Código de Processo Civil, e a segunda nos artigos 682 a 686 do mesmo *Códex*.

Impõe citar que os procedimentos especiais possuem como objetivos a simplificação e a agilidade do trâmite processual, uma vez que distinguem-se dos procedimentos comuns, pois, contém expedientes específicos, modos de citação singulares, prazos próprios, e, por sua vez, mais adequados a determinada situação, reduzindo atos desnecessários para a solução do litígio.

Destaca-se que o Código de Processo Civil divide os procedimentos especiais em duas modalidades, são elas: as de jurisdição contenciosa e as de jurisdição voluntária. A jurisdição voluntária não possui conflito de interesses, portanto existe uma solução conjunta entre as partes envolvidas, atuando o judiciário apenas como homologador, enquanto que os de jurisdição contenciosa realmente tratam-se de processos controversos, voltados à decisão do juiz, pois as partes não conseguem negociar uma solução.

Neste passo, verifica-se que os procedimentos especiais tratados neste artigo são ações autônomas de procedimento contencioso. Cabe, desde já, esclarecer que ambos não se confundem, vez que na Oposição o oponente postula pronunciamento sobre o mérito da ação original, que é de natureza material, enquanto que nos Embargos de Terceiro, tem como mérito o próprio ato de constrição judicial que se pretende evitar ou desconstruir.

Assim sendo, o presente artigo científico objetiva o estudo e a simplificação dos principais aspectos processuais e cotidianos acerca da utilização dos Embargos de Terceiro e da Oposição, tendo em vista que são ações autônomas e distintas propostas por um sujeito estranho à lide principal até o momento, visando defender seus direitos ou bens de determinada ameaça imprópria. Ainda, busca-se esclarecer, de forma didática, em que momentos e quais medidas devem ser utilizadas, para que o terceiro, resguarde sua pretensão e/ou seu patrimônio.

O método de pesquisa utilizado é o indutivo, a partir da pesquisa bibliográfica pertinente à temática. Em síntese, a relevância das reflexões ora tecidas é expressiva, diante da recorrente utilização dos referidos procedimentos especiais em demandas judiciais.

2 A OPOSIÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Para entender a atual conjuntura correlata à oposição, faz-se necessário uma breve conceituação do que era no *Códex* Processual de 1973. “[...] No CPC de 1973, a oposição figurava entre as espécies de intervenção de terceiros” (GONÇALVES, 2017, p. 286).

Com o intuito de comparação o mesmo doutrinador, em sua obra de 2020, ao tratar da oposição no Código, preleciona o seguinte:

A oposição consiste em nova ação, que o terceiro ajuíza em face das partes originárias do processo. Pressupõe que o terceiro formule pretensão sobre o mesmo objeto já disputado entre as partes. O terceiro deduz uma pretensão que coincide com aquela posta em juízo entre o autor e o réu da demanda originária. O terceiro pretende obter o mesmo bem ou vantagem que é nela disputado. (GONÇALVES, 2020. p. 373).

Observa-se que, com o advento do Código de Processo Civil de 2015, a Oposição passou a possuir caráter de ação autônoma, atualmente disciplinada do artigo 682 ao 686 do CPC, enquadrada no Título III, tendo caráter de Procedimento Especial.

Tal ação deverá ser utilizada no caso de uma demanda, que é movida por uma pessoa, quando na verdade era de direito de outrem, conforme preceitua o artigo 682, do Código de Processo Civil: “Art. 682. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos”.

Importa salientar que, uma das peculiaridades deste procedimento encontra respaldo no artigo 684, do Código de Processo Civil, e instrui que, em um dos opostos reconhecendo o direito do proponente da demanda, este toma o daquele: “Art. 684. Se um dos opostos reconhecer a procedência do pedido, contra o outro prosseguirá o opoente”.

Ainda, conforme já aludido pelo doutrinador susodito, o caráter autônomo da ação, encontra esteio no artigo 685, do CPC: “Art. 685 Admitido o processamento, a oposição será apensada aos autos e tramitará simultaneamente à ação originária, sendo ambas julgadas pela mesma sentença”.

Por fim, importa ressaltar que, conforme preceitua o artigo 686, também do CPC “Cabendo ao juiz decidir simultaneamente a ação originária e a oposição, desta conhecerá em primeiro lugar”. Assim, o juiz deve julgar simultaneamente a ação principal e a ação de Oposição, o que torna o Recurso de Apelação, a forma cabível para atacar uma possível decisão inapropriada.

Dado que é distribuída por dependência, serão os opostos citados, perante seus respectivos advogados, para que se conteste o pedido no prazo comum de 15 (quinze) dias, não se falando em prazo dobrado, pela existência de advogados opostos. Se um dos contrários reconhecer a procedência do pedido, contra o outro prosseguirá o opoente (artigo 684 do Código de Processo Civil de 2015).

Uma situação prática pode ser exemplificada quando um bem é utilizado pelo devedor, que pode ser pessoa física ou empresa, para garantir uma negociação comercial ou um empréstimo bancário, porém o imóvel não pertence ao devedor, pois na realidade é de posse ou propriedade de terceiro, que para defender sua posse ou propriedade, entra com oposição para retirar seu imóvel como garantia de negociação de terceiros que não tem direitos sobre o imóvel.

3 MODALIDADES DA OPOSIÇÃO

O Código de Processo Civil (2015) a Oposição e a ação principal correm sempre simultaneamente e são julgadas em conjunto, em harmonia com o disposto no artigo 685, *caput* e parágrafo único, *in verbis*:

Art. 685. Admitido o processamento, a oposição será apensada aos autos e tramitará simultaneamente à ação originária, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.

Parágrafo único. Se a oposição for proposta após o início da audiência de instrução, o juiz suspenderá o curso do processo ao fim da produção das provas, salvo se concluir que a unidade

da instrução atende melhor ao princípio da duração razoável do processo.

Todavia, segundo Marcato (2017, p. 234) “mesmo diante da confusa redação do artigo 685 e parágrafo, tudo indica que o CPC/2015 também prevê, tal qual o CPC/1973 em seus arts. 59 e 60, a oposição interventiva e a oposição autônoma”.

Sob esta ótica, verifica-se que a Oposição ainda permanece com ambas as modalidades, contudo, não há mais possibilidade da Oposição ou da ação principal serem decididas em sentenças distintas. Nessa linha, Gonçalves (2020, p. 375) esclarece:

O que desaparece no CPC atual é a possibilidade, que havia no CPC anterior, de que a lide principal e a oposição fossem julgadas por sentenças diferentes, o que ocorria porque o processo da ação principal não podia ficar suspenso por mais de 90 dias, e às vezes o processo de oposição levava mais tempo para alcançar a mesma fase. O Código atual não limita o prazo de suspensão, que será o necessário para que a oposição, ainda que iniciada tardiamente, possa alcançar o mesmo estágio da ação principal, e o juiz sempre profira sentença conjunta.

No que se refere às modalidades, interventiva e autônoma, tem-se que:

Se a oposição for aforada antes do início da audiência de instrução e julgamento, ela tramitará simultaneamente à ação originária, sendo julgada pela mesma sentença. Haverá, portanto, uma única instrução e uma única sentença. Se aforada depois, haverá duas possibilidades: ou o juiz prossegue na audiência já iniciada na ação principal, concluindo-a e só então suspendendo o processo, caso em que não haverá unicidade de instrução, pois, oportunamente, será preciso realizar outra audiência da qual participe o oponente, que terá oportunidade de arrolar suas testemunhas; ou o juiz suspende o processo antes, para que a instrução possa ser conjunta, e realizar-se uma única vez, valendo para ambas as ações. No primeiro caso, haverá duas audiências, mas uma única sentença. No segundo caso, uma audiência e uma sentença. (GONÇALVES, 2020, p. 375).

Deste modo, a Oposição Interventiva será ajuizada antes do início da audiência de instrução do feito em andamento e processada conjuntamente com a ação originária, nesse mesmo processo, embora em autos apensados, operando-se nesse caso o cúmulo objetivo dessas demandas. Justifica-se, nesse caso, o aproveitamento da base processual já existente: como ainda não iniciada a fase de coleta de provas em audiência, esta servirá a seu tempo para a produção daquelas requeridas oportunamente tanto pelas partes originais (autor e réu opostos) quanto pelo oponente (MARCATO, 2017, p. 235).

Já a Oposição Autônoma, será:

Proposta depois do início da audiência de instrução; dará vida a novo processo, com seus próprios autos. Encerrada a instrução

probatória no processo original, este terá seu curso suspenso no aguardo do processamento completo da oposição, com o objetivo de propiciar o julgamento conjunto, em sentença única, da ação original e da oposição. Como essa suspensão não poderá exceder a um ano (NCPC, art. 313, V, a e § 4º), esgotado o prazo, o juiz julgará a ação original e, posteriormente, a seu tempo, a oposição – e, nesse caso, o oponente não ficará submetido aos efeitos da primeira sentença, pois terceiro em relação ao processo no qual foi proferida (NCPC, art. 506). Ainda estando em curso a fase instrutória do processo original, o juiz poderá concluir que a unidade da instrução melhor atenderá ao princípio da duração razoável do processo, hipótese em que determinará não a suspensão do processo original, mas sim a coleta das provas relacionadas à oposição, igualmente proferindo, no final, sentença única. (MARCATO, 2017, p. 235).

Imperativo trazer à tona que, cabe ao magistrado proceder ao julgamento, sempre simultaneamente, da ação originária e da Oposição, devendo, ainda, conhecer primeiro da Oposição, em harmonia aos artigos 685 e 686 do Código de Processo Civil (GONÇALVES, 2020, p. 375).

4 PROPOSIÇÃO DA OPOSIÇÃO

Verifica-se a seguir as regras sobre o peticionamento da Oposição, a possibilidade de relação litisconsorcial e as respostas dos opostos

4.1 PETICIONAMENTO E CITAÇÃO DOS OPOSTOS

Conforme já elencado anteriormente, a Oposição possui natureza jurídica de ação, portanto o oponente, terceiro que irá intervir, terá que confeccionar petição que supra todos os requisitos previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil.

Tendo em vista que este pleito interventivo possui vinculação com a ação original, deverá ser concedida para o mesmo juízo incumbido de julgar esta, e sendo acolhida, os opostos deverão ser citados, para apresentarem suas réplicas, no prazo de 15 (quinze) dias.

De acordo com o doutrinador Antônio Carlos Marcato (2017, p. 237 e 238), existem cinco observações principais, quanto ao peticionamento inicial e a devida citação dos opostos:

A primeira, é informado que, apesar da expressão “Distribuída a oposição” encontrada no parágrafo único do artigo 683, tal termo não terá eficácia, isto porque de acordo com o artigo 285, *caput*, do Código de Processo Civil, a distribuição deve ser alternada e aleatória, efeito este que não poderá ser aplicado para a Oposição, tendo em vista que obrigatoriamente esta deverá ser atribuída para o juízo onde já se processa a ação principal. Portanto, trata-se de uma atribuição por dependência, incumbida ao órgão jurisdicional que possui competência já preventiva. (MARCATO, 2017)

Como próxima análise, é elencado que o Juiz deverá negar o acolhimento da Oposição se estiver evidenciado desde logo a ilegitimidade ou a falta de interesse de agir, ou se mesmo após o oponente sendo intimado para emendar a inicial, este não atenda aos requisitos do artigo 319 do Código de Processo Civil.

Caso a oposição seja autônoma, o indeferimento deverá ocorrer por meio de sentença, esta que comporta apelação se assim requerer a parte ativa. (MARCATO, 2017)

Quanto à rejeição da petição de Oposição interventiva/incidental, resta duvidosa tanto a natureza do ato judicial correto, como de qual o recurso cabível deve ser utilizado. Isto acontece pois, considerando as características deste procedimento especial, o mesmo se enquadra tanto na categoria de decisão interlocutória quanto de sentença, sendo assim, acarretando em possibilidades de recursos cabíveis diferentes, dependendo de qual forma o juiz se pronunciou. Assim, se a Oposição for indeferida por decisão interlocutória, caberá o recurso de agravo de instrumento, utilizado por analogia ao disposto no artigo 1.015, inciso IX, do Código de Processo Civil, que permite seu cabimento nas decisões que admitem ou rejeitam intervenções de terceiros. Caso o julgamento se dê por sentença terminativa, o recurso a ser utilizado será a apelação, conforme previsão no artigo 1.009 do Código de Processo Civil. (MARCATO, 2017)

A terceira questão elenca que, em relação à citação dos opostos, a regra especial prevista no parágrafo único do artigo 683 do Código de Processo Civil, deve se ressaltar em relação à disposição geral. Tal rito para o conhecimento da lide será diretamente na pessoa de seus determinados advogados, podendo ser até mesmo eletronicamente, se o caso permitir, semelhante como decorre na citação do autor reconvinando.

O penúltimo ponto esclarece que se o réu-oposto não tiver advogado constituído ou se já for revel no processo original, este deverá ser citado através de edital, conforme inteligência do artigo 256 do Código de Processo Civil, salvo se sua defesa estiver a encargo de defensor público, devendo a citação ocorrer por este. (MARCATO, 2017)

Por fim, adverte-se que apesar dos opostos serem litisconsortes e certamente possuírem advogados diferentes, o prazo para a oferta de contestação, por ser comum e próprio, não será computado em dobro. Em mesmo sentido leciona Sá:

[...] a lei diz expressamente que o prazo dos opostos é comum. Referido dispositivo excepciona a regra geral (art. 229 do CPC/2015), que determina a contagem em dobro quando se tratar de litisconsórcio passivo com procuradores diferentes. (SÁ, 2020, p. 941 e 942).

Isto acontece, pois a regra específica prevista no artigo 683, parágrafo único do Código de Processo Civil, elenca que as partes deverão “[...] contestar o pedido no prazo comum de 15 (quinze) dias”.

4.2 A RELAÇÃO LITISCONSORCIAL

Após a citação dos opostos, entre esses “[...] instaura-se litisconsórcio passivo (originário ou ulterior), necessário, anômalo e unitário” (MARCATO 2017, p. 238). Se tratando da natureza unitária da mesma, esta não deve ser confundida com obrigatoriamente um julgamento igual para o contexto dos litisconsortes, determinando para ambos uma só imposição. A real finalidade com a unilateralidade litisconsorcial é a harmonia quanto a decisão a ser dada a estes, evitando resoluções incoerentes.

A principal diferença, portanto, será na natureza do litisconsórcio originário ou ulterior, sendo que, caso os opostos já figurem como parte passiva desde a propositura da ação, está considerada como autônoma, será um litisconsórcio passivo originário. Se tratando de relação que ocorre no curso do processo, ou seja, na modalidade interventiva, a categoria litisconsorcial será a ulterior.

4.3 QUANTO A RESPOSTAS DOS OPOSTOS

Após a devida citação, qualquer dos opostos poderá agir com determinadas formas além da contestação, podendo além desta, conhecer do pedido do oponente, utilizar-se da reconvenção ou quedar-se silente, permanecendo revel.

5 DIFERENÇA ENTRE OPOSIÇÃO E EMBARGOS DE TERCEIROS

A diferença fundamental é que mesmo apresentando pontos de contato, as ações de oposição e de embargos de terceiro são inconfundíveis, no que concerne tanto à estrutura das respectivas relações jurídico-processuais quanto aos seus objetos e aos limites subjetivos e objetivos da coisa julgada material (MARCATO, 2017, p. 236).

Distinguem-se da Oposição porque nesta o pedido é coincidente, no todo ou em parte, com o pedido da ação principal e tende a excluí-lo por uma relação de prejudicialidade.

Nessa linha, Gonçalves (2020, p. 374) explica referente à Oposição:

Para que tenha êxito, é preciso que ele afaste as pretensões de ambas as partes do processo principal. Por isso, elas devem obrigatoriamente figurar no polo passivo da oposição, em litisconsórcio necessário. No entanto, a pretensão do oponente em relação ao autor da ação principal é diferente daquela em relação ao réu. Ele pedirá que o juiz declare que o autor da ação principal não tem direito à tutela jurisdicional pretendida sobre o bem, e postulará que se conceda a ele, oponente, uma tutela sobre esse mesmo bem, que era objeto da ação principal.

A diferença entre ambos está na extinção do processo, define Sá, 2020, p. 939).

Difere-se dos embargos de terceiro na medida em que na oposição se ingressa no processo para discutir o bem ou direito como objeto litigioso da demanda. Já nos embargos de terceiro, o cerne da questão não é o bem ou o direito, mas uma indevida constrição em processo alheio cujo direito não lhe pertence, via de regra. Tanto que a procedência dos embargos não gera a extinção do processo, mas a oposição invariavelmente gerará.

Como supramencionado, a Oposição é típica ação interligada de conhecimento, voltada diretamente a discutir o direito ou a coisa disputada pelas partes na causa primitiva. O oponente ataca diretamente a pretensão daquelas partes e procura contrapor-lhe um outro direito capaz de excluir, em caráter

prejudicial, tanto o do autor como o do réu. Já nos embargos de terceiro, o objetivo visado não é o direito das partes em litígio, mas o ato estatal do juiz que indevidamente constringiu ou ameaçou constringir bem de quem não era parte no processo. (Sá, 2020)

Agora, passa-se à análise segundo o doutrinador (Marcato, 2017, p. 236):

Estruturalmente, a relação processual dos embargos de terceiro é integrada ativamente pelo embargante e passivamente pelo autor ou credor exequente no processo original – ou, ainda, qualquer desses dois últimos, em litisconsórcio passivo com seu adversário, quando for deste a indicação do bem objeto da constrição (NCPD, art. 677, § 4º); já na oposição o oponente assume a titularidade ativa, instaurando-se litisconsórcio passivo necessário entre o autor e o réu da ação original.

Isto porque, o que caracteriza a pretensão do terceiro é o fato do pedido ser relativo ao mesmo bem que as partes originárias disputam.

Desse modo, se a pretensão do terceiro coincidir com o que as partes postulam em juízo o caso será de oposição. Caso contrário, serão embargos de terceiro. Assim, se duas pessoas disputam determinado imóvel e o terceiro entende que lhe pertence, o caso será de oposição, pois as pretensões são idênticas (o imóvel). Porém, se numa dada execução, cujo objeto seja um crédito decorrente de um contrato, procede-se a penhora indevida de bem de terceiro, este ajuizará a ação de embargos, pois as pretensões não são as mesmas (proteção do imóvel e direito ao crédito) (SÁ, 2020, p. 939).

Vale destacar, que a Oposição não é mais modalidade de intervenção de terceiro mas, é um procedimento especial de uma ação, na qual um terceiro requer em juízo uma pretensão incompatível com os interesses do autor e do réu que estão em conflito.

A oposição deve ser oferecida até o momento de ser proferida a sentença, não havendo mais distinção se oferecida antes ou após a audiência. O oferecimento da oposição após a audiência acarreta apenas a suspensão do processo principal, como previsto nos artigos 682 a 686 do Código de Processo Civil.

Neste sentido, Gonçalves (2020, p. 374) explica:

A oposição não se confunde com os embargos de terceiro, ação em que terceiro postula ao juiz que faça cessar a constrição determinada no processo em que ele não é parte. Neles, não há incompatibilidade entre a pretensão do embargante e a das partes. O terceiro não disputa com elas o mesmo objeto litigioso, mas apenas busca fazer cessar uma constrição que, equivocadamente, recaiu sobre seu bem. Os embargos de terceiro não mantêm, por isso, relação de prejudicialidade com a ação originária, que poderá prosseguir, mesmo que eles sejam acolhidos.

Sendo assim, o interesse de agir para a oposição de embargos de terceiro surge em razão da realização ou da ameaça concreta e iminente de realização de ato de constrição judicial sobre um determinado bem sobre o qual o terceiro

tenha posse, propriedade ou direito incompatível com a prática desse ato, é possível a compreensão do art. 682, *caput*, que transcreve:

Art. 682. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.

Todavia, segundo GONÇALVES (2020, p. 374) “a oposição pode ter por objeto, no todo ou em parte, a pretensão já posta em juízo. Por isso, deve manter com o processo principal uma relação de total ou parcial prejudicialidade”.

Por fim, a ação de oposição deverá observar os requisitos para propositura da ação, artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil, devendo ser distribuída por dependência ao processo principal. Ambas ações serão julgadas na mesma sentença, sendo a ação de oposição prejudicial à ação principal.

6 LEGITIMIDADE E FINALIDADE DOS EMBARGOS DE TERCEIROS

É uma condição da ação processual, consiste em um elemento que é parte integrante do mérito. Por isso que Buzaid (2017, p. 89) a conceituava como a pertinência subjetiva da ação.

6.1 LEGITIMIDADE ATIVA

No Código, a legitimidade para a propositura da ação de Embargos de Terceiro é regulada pelo artigo 674 do Código de Processo Civil.

De Pontes de Miranda se tira que “não pode usar de embargos de terceiro quem quer que esteja sujeito à eficácia do ato judicial que pretende embargar”, ainda, compre-se ressaltar que, “a partir desta precisa lição, pode-se então identificar como terceiro, para fins de legitimação à propositura da ação de embargos de terceiro, aquele cujo patrimônio ou cujo bem específico não está sujeito à eficácia do ato judicial que pretende embargar” (2015, p. 23).

Na expressão de Donaldo Armelin (2017, p. 40-60) “a denominação desta ação como embargos de terceiro não é tão abrangente, como parece, vez que terceiros há que não estão legitimados ao seu aforamento, ao passo que partes, em determinadas circunstâncias, legitimam-se para tanto”.

Veja-se, portanto, que o regramento legal (artigo 674, § 2º, do Código de Processo Civil) apenas objetiva destacar algumas hipóteses recorrentes ou que guardam complexidade dignas de destaque para além do enunciado geral, não importando em restrição a outras situações jurídicas que permitam a utilização dos embargos de terceiros. Por tal razão, a legitimação ativa é ampla, abarcando todo aquele que preencher os requisitos do *caput* (RODRIGUES, 2016, p. 775).

Em síntese, será terceiro todo aquele que não integrar a relação jurídica da ação principal e que tenha interesse patrimonial em demandar incidentalmente para afrontar ato construtivo oriundo deste processo, ou em vias de sê-lo (DELFINO, 2016, p. 833). Verifica-se o exemplo de mulher que entre como terceira em relação realizada, sem sua ciência e anuência, envolvendo bens em que é meeira.

6.1.2 Promissória comprador

Tem legitimidade ativa para a ação de embargos de terceiro o promissário comprador cuja promessa não se encontra ainda inscrita no registro de imóveis (MAZENNI e GONÇALVES, 2018, p. 10).

6.1.3 Cônjuge ou companheiro para defesa de bem próprio ou de sua meação

É também legitimado “o cônjuge ou companheiro, quando defende a posse de bens próprios ou de sua meação, ressalvado o disposto no art. 843” (artigo 674, § 2º, inciso I, do Código de Processo Civil).

Existem hipóteses em que um dos cônjuges ou companheiro, não sendo parte no processo em que o outro cônjuge ou companheiro o é, tem um de seus bens próprios alcançados por ato constitutivo, em regra, conforme artigo 674, § 2º, inciso I, do Código de Processo Civil, busca exatamente assegurar que esse cônjuge ou companheiro, agora parte, possa oferecer embargos de terceiro ao lado dos embargos à execução (MAZENNI e GONÇALVES, 2018, p. 12).

6.1.4 O adquirente de bens cuja constrição decorreu de decisão que declara a ineficácia da alienação realizada em fraude à execução

Quando a alienação do bem se dá antes de estabelecida a litispendência, e existe ato de constrição incidente sobre o mesmo, tem-se caso típico para o manejo dos embargos de terceiro. Pontes de Miranda (2016, p. 775), a respeito, afirma:

Se a parte alienara antes do pleito a coisa, o sucessor dela é imune à coisa julgada material inter partes. É o tipo mesmo do terceiro legitimado à ação de embargos de terceiro, à reivindicação contra o vencedor da ação contra o alienante, etc. Não fora parte, nem sucedera a alguma das partes. [...] Dir-se-á que a sentença entre o alienante e o vencedor da ação prejudica, de certo modo, o sucessor que adquiriu antes da litispendência; e que, portanto, há eficácia da sentença contra esse sucessor. Essa eficácia é reflexa, ao passo que a eficácia da coisa julgada material quanto aos sucessores após a litispendência é eficácia direta, isto é, própria da sentença.

Pode ocorrer de forma comum embargos de terceiros envolvendo execuções, pois o devedor pode estar devendo para mais de um credor, abrindo a possibilidade dos bens envolvidos sofrerem arresto irregular.

6.1.5 Quem sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte

O Código de Processo Civil traz entre os seus artigos 133 e 137, regulamentações sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica. O reconhecimento judicial da desconsideração da personalidade jurídica pressupõe, pois, a observância de procedimento próprio, realizado em contraditório, sob pena de nulidade da decisão que atingir patrimônio do sócio

ou da pessoa jurídica (no caso de desconsideração inversa) (MAZENNI e GONÇALVES, 2018, p. 15).

6.1.6 O credor com garantia real para obstar expropriação judicial do objeto de direito real de garantia, caso não tenha sido intimado, nos termos legais dos atos expropriatórios respectivos

O bem gravado com garantia real não é imune à expropriação. Para que, contudo, o ato expropriatório, como, por exemplo, a alienação judicial seja levada a efeito em relação ao bem gravado com garantia real, o Código estabelece que o credor titular da garantia real seja intimado com antecedência mínima de 5 dias da data para a qual designado o leilão (artigo 889, V, do Código de Processo Civil), sendo que a não intimação prévia torna a alienação do bem ineficaz para o credor com garantia real (artigo 804, *caput*, do Código de Processo Civil) (MAZENNI e GONÇALVES, 2018, p. 18).

6.2 LEGITIMIDADE PASSIVA

Em outros termos, existirá litisconsórcio passivo necessário se a indicação do bem para constrição foi feita por parte diversa da que dela se beneficia; ou, do contrário, figurará como réu apenas a parte beneficiária da constrição (MAZENNI e GONÇALVES, 2018, p. 19).

Parece-nos igualmente acertado o entendimento sustentado por José Miguel Garcia Medina, de que o executado deve figurar como litisconsorte passivo nos embargos de terceiro quando, a despeito de não haver feito a indicação do bem para a constrição judicial, é intimado da penhora e não informa o juízo de que o bem não se sujeita à responsabilidade patrimonial. Esta conclusão decorre, em primeiro, da necessidade de preservação da boa-fé no processo (artigo 5º do Código de Processo Civil), e, também, da circunstância de o executado, indiretamente, acabar se aproveitando desta indevida constrição sobre patrimônio alheio (artigo 677, § 4º, primeira parte, do Código de Processo Civil) (MAZENNI e GONÇALVES, 2018, p. 20).

A finalidade dos embargos de terceiro é a proteção possessória, dominial ou de qualquer outro direito do bem, objeto de constrição, isto é, a proteção de patrimônio de terceiro que, não sendo parte em um processo, veja seu bem atingido por constrição judicial.

7 MOMENTO DA OPOSIÇÃO E DOS EMBARGOS DE TERCEIROS

Primeiramente, especificamente em relação aos Embargos de Terceiros, segundo o Código de Processo Civil Brasileiro, a saber, artigo 675, há dois momentos para a Oposição, veja-se:

Art. 675. Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até 5 (cinco) dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.

Feita a análise da redação do supramencionado artigo, é possível concluir que a Oposição ocorrerá: no caso de turbacão ou esbulho resultante de ato de constrição em processo de conhecimento, a qualquer tempo, a partir da data em que se concretizou a ofensa à posse, mas antes do trânsito em julgado da sentença; e/ou no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até cinco dias após a alienação do bem, sua adjudicação ou arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta (MARCATO, 2017, p. 225).

Em tempo, vale destacar a inovação, incluída com o advento do Código de Processo Civil de 2015, consignada no parágrafo único, ainda do mesmo artigo, o qual prevê que constatando a existência de terceiro titular de interesse em embargar o ato, o magistrado ordenará a intimação pessoal deste a fim de que possa, sendo o caso, opor os embargos.

A Oposição, por sua vez, à luz do artigo 685, da mesma norma, será proposta a qualquer momento, impreterivelmente em processo de conhecimento e antes de proferida a sentença, conforme denota-se:

Art. 682. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.

Gonçalves (2020, p. 376), explica:

A oposição é própria do processo de conhecimento, porque só neste haverá um julgamento em favor de alguma das partes, que o oponente tentará impedir, procurando obter uma decisão favorável a si. Não cabe oposição em processo de execução. Dentre os processos de conhecimento, só caberá oposição naqueles que sigam o procedimento comum, ou especial que se converta em comum após a citação.

Inobstante, há de se atentar com o momento em que a Oposição é proposta no processo de conhecimento, visto que possui duas modalidades, a depender, justamente, do momento em que é ajuizada, podendo ser interventiva, quando oposta antes do início da audiência de instrução do processo em curso; ou autônoma, na hipótese de ser proposta após o início da referida audiência, consoante melhor explanado no item 3 deste artigo.

No mesmo raciocínio, completa Marcato (2017, p. 234):

Incidente típico do processo de conhecimento, a oposição pode ser oferecida a qualquer momento antes do advento da sentença, tanto em processos reivindicatórios, sustentando o oponente ser titular do direito de propriedade sobre o bem reivindicando, como ainda naqueles versando direitos pessoais, buscando o reconhecimento de seu direito sobre o crédito disputado pelos opostos.

No entanto, faz-se necessário destacar que a Oposição é facultativa. Neste sentido, Marcato (2017, p. 236) ensina:

Tomando conhecimento da existência de processo judicial envolvendo coisa ou direito de que entenda ser titular, poderá o interessado simplesmente aguardar o término do processo e, posteriormente, ajuizar sua própria ação perante o vitorioso, reivindicando para si, total ou parcialmente, aquela coisa ou aquele direito, pois não fica submetido à autoridade da coisa julgada material (NCPC, art. 506); ou então ingressar no processo deduzindo a oposição, iniciativa que, podendo prestar-se ao atendimento de necessidade imediata do oponente (v.g., a concessão de uma tutela provisória), traz em si o risco de vir ele a sucumbir no final, sujeitando-se, agora sim, àquela autoridade (art. 682).

Nesse ínterim, apesar do artigo 506 do Código de Processo Civil ser claro em afirmar que “a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros”, oportuno mencionar que:

Essa facultatividade não significa que o terceiro necessariamente ficará imune a eventuais prejuízos colaterais advindos do resultado do processo em que, podendo, não interveio como oponente. Assim, por exemplo, se o vencedor da ação em que se disputa a posse de determinado bem vier posteriormente a ocultá-lo, destruí-lo ou consumi-lo, impedindo o legítimo possuidor (terceiro que não interveio como oponente no processo anterior) de tê-lo e dele extrair os frutos e vantagens. (MARCATO, 2017, p. 237).

Deste modo, embora exista a possibilidade de facultatividade da ação de Oposição, deve-se observar que isso não importa, necessariamente, em imunidade a eventuais prejuízos, devendo ser analisado o caso concreto para melhor escolha do momento da propositura.

8 JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE TERCEIROS

Em sendo acolhidos os embargos, três podem ser as consequências cabíveis, estas, descritas no art. 681, do Código de Processo Civil:

Acolhido o pedido inicial, o ato de constrição judicial indevida será cancelado, com o reconhecimento do domínio, da manutenção da posse ou da reintegração definitiva do bem ou do direito ao embargante. (grifo nosso).

Importa ressaltar que, este acolhimento ou não da inicial se dará na forma de Sentença, passível de ser combatida por meio de Recurso de Apelação.

Ainda, considerando que existem diversas possibilidades descritas no caput do art. 681, do Código de Processo Civil, faz-se necessário diferenciar as decisões quanto a posse e a propriedade, neste sentido, preleciona Thais Helena Pereira de Moura Bastos (2017, p. 65):

[...] se o mérito da ação se fundar apenas na comprovação da posse, a sentença concessiva protegerá apenas a posse, de

modo que não poderá tutelar à propriedade, ou seja, “não impedirá a penhora do direito de reivindicação de que é titular o executado, se dele o domínio.

No mais, a Sentença ainda analisará quem deu causa à constrição indevida, conforme inteligência da Súmula 303, do Superior Tribunal de Justiça: “Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios”, relegando a este o ônus do pagamento dos honorários advocatícios.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou –se que a oposição é uma ação independente que corre junto com a Ação principal ou originária pelo qual o terceiro interessando que não é autor nem réu, alega direitos sobre o objeto da lide desta ação imóvel, bens com valor econômico ou direitos por exemplo, de um processo em curso, objetivando excluir o autor ou o réu do processo original,

São pressupostos da oposição: a) litispendência do processo principal; b) que a pretensão do oponente objetive a coisa ou o direito sobre o qual discutem autor e réu.

O artigo 56, do CPC, pelo qual: “quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre o qual controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida sentença, oferecer oposição contra ambos”.

No Artigo 647 do CPC/2015 é cabível o Embargos de terceiros em processos de execução de um determinado autor e réu em que o bem executado pertence a esse terceiro que entra em processo de execução para defender seu patrimônio que está sendo executado indevidamente, através de penhora, depósito e arresto, por exemplo.

Tanto a Oposição quanto os Embargos de Terceiros têm natureza de ação, sendo de procedimento especial e contencioso, o que as distinguem da regra geral (procedimento comum) é o fato de possuírem diferenças quanto ao modo de citação, atos processuais e prazos específicos, por exemplo, tendo como objetivos a simplicidade e a agilidade do trâmite processual pelo rito mais adequado à situação concreta.

Diante da presente pesquisa, pode-se concluir que a Oposição e os Embargos de Terceiros são procedimentos peculiares, utilizados por terceiros, que não são autores nem réus, a fim de resguardar/proteger e/ou defender interesses privados em processos litigiosos.

REFERÊNCIAS

ARMELIN, Donaldo. Dos embargos de terceiro. Revista de Processo, v. 62, São Paulo. Saraiva Educação. 2020.

BASTOS, Thaís Helena Pereira de Moura. Embargos de Terceiro à luz do CPC/2015. 2017. Trabalho de conclusão de curso, graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/177380> Acesso em: 07 jun 2021.

BRASIL. Código de Processo Civil: Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Acesso em: 13 jun 2021.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 303. Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios, [2004]. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/electronica/stj-revista-sumulas-2011_24_capSumula303.pdf. Acesso em: 07 jun 2021.

DELFINO, Lúcio. Art. 674. Código de Processo Civil Comentado, p. 833. ALVIM, Teresa Arruda et al. Primeiros comentários ao Novo Código de Processo Civil: artigo por artigo, Rio de Janeiro. Revista dos Tribunais . 2018.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Processo de conhecimento e procedimentos especiais. Curso de direito processual civil vol. 2 – 16. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Ebook.

MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais. 17. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários ao código de processo civil, São Paulo. Saraiva. 2019 .

RODRIGUES, Ruy Fernando Zoch. Art. 674. Comentários ao Código de Processo Civil,. São Paulo. Saraiva. 2017.

SÁ, Renato Montans de. Manual de direito processual civil. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

THEODORO JR., Humberto. Execução de hipoteca. Embargos de terceiro manejados por promissário comprador sem inscrição no registro imobiliário. Súm. 84 do STJ. Inaplicabilidade. Revista de Processo.

A GARANTIA DA POSSE DE IMÓVEIS PARA O REAL POSSUIDOR COM A
REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DENOMINADOS
INTERDITOS POSSESSÓRIOS

*THE GUARANTEE OF PROPERTY OWNERSHIP FOR THE REAL OWNER
WITH THE PERFORMANCE OF THE SPECIAL PROCEDURE
DENOMINATED POSSESSION INTERDITATIONS*

Ana Meurer, Bruna Giehl, Katriel de Souza, Katiuscia Danielle Goulart Ramos,
Ricardo Henrique Wehmuth, Ruan Vinicius Monteiro, Anna Lúcia Martins
Mattoso

anna.mattoso@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

RESUMO: O presente artigo é resultante de uma pesquisa bibliográfica e jurisprudencial que tem como principal objetivo esclarecer e analisar as tutelas possessórias e suas formas de aplicação perante a legislação brasileira, e, também demonstrar a importância das ações possessórias com sua aplicação no campo jurisdicional. Bem como saber diferenciar as diversas ações possessórias para garantir a posse ao seu real possuidor, fazendo valer seus direitos. O método de pesquisa é o indutivo, já que a pesquisa parte dos estudos legislativos sobre o tema (Lei n. 13.105/2015 – Código de Processo Civil), e, na sequência, apresenta as divergências doutrinárias e jurisdicionais sobre o tema

PALAVRAS-CHAVE: Posse; interditos possessórios; garantia da posse.

ABSTRACT: The present article is the result of a bibliographical and jurisprudential research that has as main objective to clarify and analyze the possessory guardianships and their application forms under the Brazilian legislation, and also to demonstrate the importance of the possessory actions with its application in the jurisdictional field. As well as knowing how to differentiate the various possessory actions to ensure ownership to its real owner, asserting their rights. The research method is inductive, as the research starts from legislative studies on the subject (Law No. 13.105/2015 - Code of Civil Procedure), and, subsequently, presents the doctrinal and jurisdictional divergences on the subject.

KEYWORDS: Possession; Possessory Interdicts; Possessory guaranty.

1 INTRODUÇÃO

A tutela possessória é considerada um instrumento para a defesa da paz social com a operacionalização da proteção de posse do jurisdicionado, e, em casos específicos, garantia de direitos. As demandas possessórias são caracterizadas, de forma típica, na Lei n. 13.105/2015 de três maneiras: (a) a

ação de manutenção de posse; (b) a ação de reintegração de posse; e (c) a ação de interdito proibitório (artigos 554 a 568).

Observa-se que o legislador brasileiro tipificou em três categorias de ações possessórias, espécies do gênero dos interditos possessórios, posto as diferentes formas de violação da posse, seja ela, por esbulho ou turbação da ou ameaça.

Destarte, o presente artigo científico tem como principal objetivo analisar as tutelas possessórias e suas formas de aplicação perante o ordenamento jurídico brasileiro, como também demonstrar a fungibilidade das ações possessórias e sua aplicação jurisdicional. Para tanto, é necessário um estudo aprofundado da conceituação da posse e dos interditos possessórios previstos na Lei n. 13.105/2015 (NCPC).

O método de pesquisa utilizado é o indutivo, a partir de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial pertinente ao tema. Em síntese, a relevância das reflexões aqui tecidas é de expressiva relevância social, visto que as ações possessórias efetivam o direito constitucional a propriedade (art. 5º, *caput* e inciso XXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988) qual é conceituado como direito fundamental a todo cidadão e jurisdicionado brasileiro, seja ele, nato ou naturalizado.

2 CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DA POSSE

A análise das tutelas de interdito possessório importa na prévia concepção do que é a posse e a sua natureza jurídica, nos termos do previsto no direito brasileiro.

De acordo com a literatura nacional pertinente ao tema, afirma Ascensão (*Apud* Gonçalves, 2020) que desde os tempos remotos a tutela da situação de fato originada pela posse é um mero reflexo da defesa da paz social. Se alguém, pela violência, se apodera de coisa que outro tem em seu poder, a quebra da paz tem uma sanção natural, isso é, restituem-se “*manu militari*”, ou seja, os sujeitos à situação anterior.

Complementa o saudoso professor Pereira (*Apud* Gonçalves, 2020) que o conceito de posse remonta aos textos e proposições que os jurisconsultos romanos formularam ao nosso pré-codificado (juspositivismo), ao sistema do Código Civil de 2002 (Lei n. 10.406/02) e, ainda, em relação às diversas teorias estudadas.

A formulação da disciplina legal da posse há de ter presente, porém, a organização social contemporânea e as condições locais, isso é, deve-se interpretar após a análise de todo o sistema jurídico brasileiro. Pereira (*Apud* Gonçalves, 2020, p.57), no mais, leciona que não obstante os entendimentos diferentes sobre os temas a posse deve ser conceituada como:

[...] em todas as escolas está sempre em foco a ideia de uma situação de fato, em que uma pessoa, independentemente de ser ou não ser a proprietária, exerce sobre uma coisa poderes ostensivos, conservando-a e defendendo-a. É assim que procede o dono em relação ao que é seu; é assim que faz o que tem apenas a fruição juridicamente cedida por outrem (locatário, comodatário, usufrutuário); é assim que se porta o que zela por coisa alheia (administrador, inventariante, síndico); é assim que

age o que se utiliza de coisa móvel ou imóvel, para dela sacar proveito ou vantagem (usufrutuário). *Em toda a posse há, pois, uma coisa e uma vontade, traduzindo a relação de fruição* (grifos nossos).

Já, segundo o classicista José Costa (1998, p. 24) o sistema das fontes da posse pode ser esquematizado da seguinte forma:

Atos materiais: a *simples ocupação ou apreensão material das coisas*, forma primitiva que ainda se aplica aos objetos sem dono e às coisas abandonadas.

Atos jurídicos lícitos: declarações unilaterais de vontade, contratos, inclusive o constituto possessório [posse justa]

Atos ilícitos: a violência, a *clandestinidade e o abuso de confiança [posse injusta ou precária]*. Parece contraditório. O Código [CCB/1916] não considera posse, mas *simples detenção*, os atos de *apreensão da coisa pela violência física ou ameaça, a apreensão clandestina e a decorrente de posse precária ou por abuso de confiança*, equiparados, respectivamente, aos crimes de roubo, furto e apropriação indébita. Assim que isso ocorra, o possuidor esbulhado pode restaurar sua posse e pôr fim à detenção injusta, pelos meios legais. Mas se não houve reação, pode-se estabelecer uma nova posse em favor do esbulhador e até com pretensão do dono ou ad usucapionem. Tanto que a maioria das ações de usucapião decorre da posse clandestina (detenção) ou por omissão de vigilância, a qual se torna pública e se legitima pelo decurso do tempo (grifos nossos).

Ademais, Albuquerque (2010, p. 72) destaca o caráter de independência da posse em relação a propriedade, dessarte, ressaltando seu aspecto funcional que se observa a importância sociológica sobre o bem e a possibilidade de o urbano, v.g., produzir, trabalhar, construir, plantar e habitar; promovendo cidadania, justiça das coisas e igualdade de aspecto social. Nas palavras da pesquisadora citada, verifica-se que:

A posse, em nossa dimensão territorial, é uma forma de aproveitamento econômico do solo e forma de produção de riqueza para o possuidor e para toda a sociedade. A posse é *forma de ocupação primária, corresponde ao fim último da liberdade e de dignidade da pessoa, na medida em que possa estar ligada aos direitos de moradia, possa implementar a erradicação da pobreza e torne efetiva a igualdade entre todos [...]*.

Infere-se, dessa maneira, que a posse é definida como de direito real (direito das coisas, Código Civil de 2002) que uma pessoa (cidadão brasileiro, seja ele, nato ou naturalizado) exerce poderes de maneira ostensiva sobre a coisa com poder de domínio para conservá-la e defendê-la com a necessidade da observância da função social perante terceiros.

Em relação a natureza jurídica da posse, com base nos escritos de Domingues (2020, p.), é objeto de controvérsia entre a doutrina nacional; uns

entendem que se trata de um simples fato, situado fora do mundo do direito e, para outros, é “[...] em si um fato, mas que acarreta efeitos jurídicos, e, ainda, há outra corrente teórica que expõe ser a posse “[...] em si mesma um direito”.

Nesse sentido, Marcato (2017, p. 28), de forma ilustre, explica que:

A adoção de uma ou outra posição doutrinária influirá, por óbvio, na compreensão e exegese das regras de Direito positivo que cuidam do instituto.

[...]. Não obstante, o § 2º de seu art. 47 inclui as ações possessórias imobiliárias no rol das denominadas ações reais, até mesmo atribuindo competência absoluta ao juízo junto ao qual sejam distribuídas, dessa inclusão sendo lícito concluir-se que o *Novel Diploma Processual Civil* reconhece natureza de direito real à posse.

Objetivamente considerada, a posse é justa ou injusta, dependendo do modo como se deu sua aquisição: justa, quando em conformidade com o direito; injusta, se a aquisição se realizou de forma violenta (vi), clandestina (clam) ou precária (aut precário – CC, art. 1.200 c/c art. 1.208). Subjetivamente considerada, é de boa ou má-fé (art. 1.201). Ignorando o possuidor o vício ou o obstáculo que o impede de adquirir a coisa possuída, sua posse será de boa-fé (CC, art. 1.201); ocorrendo o contrário, conhecendo ele o vício ou o obstáculo, de má-fé.

Temporalmente considerada, a posse é nova ou velha. Apesar de o atual Código Civil não prever essas modalidades de posses (o CC/1916 as contemplava em seus arts. 507 e 508), delas advêm sérias consequências, inclusive de natureza procedimental (NCPC, art. 558) (grifos em *italico* contido no original e em **negrito** nossos).

Assim, compreende que a natureza jurídica da posse é de direito real, logo sendo positivada da forma entendida pelos doutrinadores em nossa Lei n. 13.105/2015 (NCPC).

3 AÇÕES POSSESSÓRIAS

Verifica-se que o nosso direito civil adjetivo efetiva a tutela jurisdicional almejada pela parte nos interditos possessórios com o fim de conservar o seu direito real de posse que poderá ocorrer, nos casos tipificados, em ação de manutenção de posse, de reintegratória de posse e interdito proibitório.

As ações possessórias são normatizadas no NCPC pelos seus artigos 554 a 568, que discute as peculiaridades e especificidades de tal procedimento de jurisdição especial, bem como as características comuns em cada uma das ações.

Marcato (2017, p. 43), em corroboração, disserta que: “[...] o direito de agir em juízo, abstrato, autônomo e instrumental que é, não se identifica com o direito material objeto do litígio; conseqüentemente, a proteção possessória, a ser buscado mediante a propositura da ação adequada [...]”.

Importante salientar, após as digressões propedêuticas, a diferença entre as ações de natureza petítória e possessória. Theodoro Júnior (2021, p. 62), nessa seara, dispõe que:

Discute-se, portanto, no “possessório” tão somente o jus possessionis, que vem a ser a garantia de obter proteção jurídica ao fato da posse contra atentados de terceiros praticados ex própria *auctoritate*. Exercitam-se, pois, no juízo possessório, faculdades jurídicas oriundas da posse em si mesma.

No juízo “petitório”, a pretensão deduzida no processo tem por supedâneo o direito de propriedade, ou seus desmembramentos, do qual decorre “o direito à posse do bem litigioso”.

Os dois juízos são, como se vê, totalmente diversos, já que a causa petendi de um e de outro são até mesmo inconciliáveis. E, justamente por isso, não se pode cogitar de coisa julgada, ou litispendência, quando se coteja o julgamento e o processo possessórios com a sentença e o processo petitórios.

Por outro lado, como tutela de mero fato, o interdito representa prestação jurisdicional provisória, destinada apenas a manter a paz social, por meio da preservação de um estado fático, enquanto se aguarda, no processo e tempo adequados, a eventual composição, definitiva e de direito, a respeito do direito real envolvido no dissídio. Inadmissível, destarte, a exceção de coisa julgada no possessório para obstar o petitório (grifos em itálico contidos no original e em negritos nossos).

Nessa perspectiva, necessário distinguir que as ações possessórias tratam da tutela de fato e representam mera tutela provisória para o resguardo da posse, enquanto, as ações petitórias dizem respeito a demanda finalístico declarando o direito, do jurisdicionado postulante, a efetiva declaração de direito sobre a propriedade.

Em relação a competência para propor as demandas de interditos possessórios, esta, dependerá do objeto em litígio. Se a lide ter como objeto um bem imóvel será, a competência das ações possessórias, do foro onde a coisa litigiosa está situada (art. 47 do NCPC); já, se sobrevier sobre bem móvel terá como competência a seção da jurisdição do foro do domicílio do réu (art. 46, NCPC).

Ademais, quando a causa sobrevier sobre litígio sobre a posse para interdito judicial quando tiver por moldura uma ocupação imérita por greve de empregados de uma empresa será de competência da Justiça do Trabalho, consoante o seguinte entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal ao ementar o verbete sumular vinculante de número 25, com os seguintes termos: “A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores de iniciativa privada” (STF, Pleno, PSV 25/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 18/02/2010).

Quanto aos legitimados a comporem o polo ativo e passivo das ações possessórias, é regulamento pela Lei n. 10.406/2002, que determina ser o polo ativo “[...] quem detém de fato, o exercício de algum dos poderes do domínio é, juridicamente, possuidor, e, como tal, tem legitimidade para propor ação possessória sempre que temer ou sofrer moléstia em sua posse (CC, arts. 1.196 e 1.210) (THEODORO JUNIOR, 2021p. 38)

De maneira complementar, é legitimado a compor o polo passivo das demandas possessórias àquele que perfaz o ato de esbulho, ahaque a posse, turbação ou ameaça de invasão possessória.

Além do mais, necessário observar que é cabível as medidas liminares possessórias para que o jurisdicionado, contido no polo ativo da lide, veja restaurada, de maneira plena, a sua posse (direito real) antes ainda da contestação daquele que usurpou a sua posse.

Nesse interim, o artigo 562 do NPC positiva que:

Art. 562. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração, caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.

Parágrafo único. Contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida a manutenção ou a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais (grifos nossos).

A partir de uma interpretação sistemática do dispositivo legal acima transcrito, conclui-se que o juiz poderá: (i) expedir o mandado liminar de imissão na posse, seja ele de caráter de manutenção, reintegratória ou interdito proibitório, *inaudita altera pars*, com o afincado restabelecer a posse ao autor desde que tenha apresentado todos os elementos probatórios de convicção que fundamentam tal decisão judicial ressalvado as pessoas jurídicas de direito público; ou (ii) exigir a realização de audiência de justificação para verificar, por meio de provas testemunhais e admitidas em direito, se há os requisitos com o fito de expedir a medida liminar. (THEODORO JUNIOR, 2021)

Em judicatura nacional, necessário expor que o Superior Tribunal de Justiça já entendeu que: “[...]. Nas ações possessórias. Sendo cabível o provimento liminar e havendo necessidade de se realizar audiências de justificação, não pode o autor desistir da ação após sua realização, sem o consentimento do réu” (STJ, REsp 1.090.109/AL, Rel. Min. Massami Uyeda, DJe 29/09/2009), visto que já houve a triangularização processual perante as partes, bem como, com medida judicial antecedente deferida a parte autora.

Ainda, em sede de características gerais sobre este procedimento especial de jurisdição contenciosa de interditos possessórios, necessário mencionar a fungibilidade das ações possessórias previsto no artigo 554 do NCPC que, conforme MARCATO (2017), “[...] significa a possibilidade, conferida ao juiz, de conhecer e decidir pedido diverso daquele originalmente formulado pelo autor, concedendo-lhe a tutela legal correspondente àquelas cujos requisitos estejam provados”.

Furtado Fabrício Apud Theodoro Junior (2020, p. 54) explica que “[...] a propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos pressupostos estejam provados” (grifos nossos), isso é, da fungibilidade possessória prevista expressamente no artigo 544 do NCPC.

Complementa Donizetti (2018) comentando o artigo 544 do NCPC de que:

O *caput* mantém a regra da fungibilidade das ações possessórias, permitindo que o juiz, ao analisar as circunstâncias do caso concreto, aceite e dê prosseguimento a uma determinada ação quando, na verdade, deveria ter sido ajuizada outra. Essa conversão se limita a ações que tenham a mesma natureza e que possuam correlação entre as causas de pedir. O que o juiz não pode, então, é determinar a conversão de uma ação possessória em uma ação de natureza petítória, na qual se discute o domínio sobre o bem e não a posse sobre ele (grifos nossos).

Por último, importante salientar as diferenças quanto as ações de força nova e velha quando as ações de interditos possessórios são intentadas pelo jurisdicionado em tempo diverso perante o Poder Judiciário para reaver a sua tutela possessória. Theodoro Júnior (2021, p.67) expõem que:

As ações de manutenção e de reintegração de posse variam de rito conforme sejam intentadas dentro de ano e dia da turbação ou esbulho, ou depois de ultrapassado dito termo. Na primeira hipótese, tem-se a chamada ação possessória de *força nova*. Na segunda, a de *força velha*.

A ação de força nova é de procedimento especial e a de força velha observa o rito comum (CPC/2015, art. 558). A diferença de procedimento, no entanto, é mínima e fica restrita à forma de obter-se a medida liminar de manutenção ou reintegração de posse em favor do autor, porque, a partir da contestação, também a ação de força nova segue o procedimento comum (art. 566). Ambas conservam, no entanto, a natureza de instrumento de proteção da posse. “As pretensões à proteção da posse não se extinguem passado o ano e dia: o que se extingue é o direito ao rito especial da ação possessória”, ou seja, aquele que permite a medida liminar satisfativa (grifos nossos).

Conforme os entendimentos de Donizetti (2018), o artigo 554 do NCPC determina que se proposta a possessória dentro de um ano e dia, será regida pelo procedimento especial, considerada neste prazo posse de força nova. Passado o prazo indicado, será considerada uma ação de força velha, com o seu processamento pelo procedimento comum disposto, também, na Lei n. 13.105/2015.

Para propor uma ação possessória, o NCPC positiva o cumprimento de alguns requisitos, por aquele jurisdicionado que provoca o Poder Judiciário, previstos em seu artigo 561, *in verbis*:

Art. 561. Incumbe ao autor provar:

I - a sua posse;

II - a turbação ou o esbulho praticado pelo réu;

III - a data da turbação ou do esbulho;

IV - a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção, ou a perda da posse, na ação de reintegração (grifos nossos).

Dessarte, a petição inicial da ação deverá estar devidamente instruída e atender os requisitos previstos no artigo 561 do NCPC. De idêntico modo, deverá atender também os aqueles requisitos exigidos pelo artigo 319 do NCPC (parte geral da Lei n. 13.105/2015).

Em seguida, o juiz deve, se caso entender ser juridicamente recomendável, a expedição de mandado liminar de reintegração, manutenção ou interdito proibitório de posse. Para isso, entretanto, via de regra, não é necessário ouvir o réu, com fulcro no artigo 562 do NCPC.

Interpreta-se que as ações possessórias, judicializadas perante o procedimento especial (ação de força nova) ou comum (ação de força velha), são propostas para conservar o direito a posse em tutela de caráter, de fato, provisório por meio de demanda possessória, seja ela de manutenção, reintegração de posse ou interdito proibitório, e, não de caráter petítoria com a determinação da competência jurisdicional a depender do objeto litigioso e com possibilidade conversão das ações possessórias quando verificada sua fungibilidade possessória.

4 AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE

O legislador elencou na positivação do artigo 560 do NCPC que o “[...]. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho”.

Relevante distinção que deve ser feita para os procedimentos possessórios é em relação a turbação e ao esbulho possessória e qual tutela disponível na legislação adjetiva civil. Dessa forma, quando ocorre a turbação possessória o direito adjetivo dá ao jurisdicionado a ferramenta da manutenção de posse, outrossim, quando ocorre o esbulho o diploma processual dispõe o instrumento da demanda reintegração.

Aqui, importante entender o que se qualifica como turbação para a eficácia da demanda de manutenção de posse. Thamay (2020, p 42) conceitua que: “[...]. Turbação, assim como tratado anteriormente, é o ato de gerar perturbação à posse que alguém exerce sobre o bem ou coisa, fazendo com que se forme, para o possuidor, o direito de manter a sua posse, nascendo para ele o direito de promover a ação de manutenção da posse”.

À guisa de corroboração, Nery Junior (2001, p. 58) conceitua que: “O esbulho ocorre quando há privação da posse, de modo a torna-la ineficaz pelo possuidor que sofreu o esbulho. A turbação fica no meio-termo, entre o esbulho e a tão-só ameaça, caracterizando pela prática de atos que justifiquem uma concreta ameaça à posse”.

Compreende-se, então, que a turbação é o ato de ameaçar a posse em conjunto com os elementos de práticas de atos que justifiquem tal ameaça, contudo não chegam a caracterizar um esbulho possessório, isso é, uma retirada total da posse daquele que a pleiteia judicialmente.

Ainda, relevante anotar os estudos complementares de Thamay (2020, p. 35) sobre o tema: “[...]. Portanto, qualificado o ato prejudicial à posse exercida por alguém, entre turbação e esbulho, poder-se-á, conseqüentemente, adotar a medida judicial cabível para manter ou reestabelecer a posse”.

A ação de manutenção de posse será utilizada a partir das características genéricas das ações possessórias (*vide item 3*). Ainda, oportuno ressaltar que caberá liminar consoante o previsto no artigo 562 do NCPC, com competência

da Justiça Estadual para processar a tutela possessória e os legitimados serão, para estar no polo ativo, o jurisdicionado que se sente turbado em sua posse e cumpriu os requisitos previstos no artigo 561 do NCPC e, para constar no polo passivo da demanda, aquele que turbou a posse de forma injusta ou precária.

O Superior Tribunal de Justiça, como sentinela da interpretação legal, firmou o entendimento de que os embaraços na posse do imóvel necessitam de elementos concretos para caracterizar turbação e necessitar da tutela de manutenção da posse e não somente atos de ameaça a posse que a tutela recomendada será a de interdito proibitório (EResp 1.460.951, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 16/05/2017).

Dessa feita, THAMAY (2020, p.45) ainda chama atenção aos julgados REsp 1.442.440/AC e REsp 1.302.736/MG, de lavra do Superior Tribunal de Justiça, que determinou a possibilidade de “[...] conversão do pedido de reintegração de posse [manutenção de posse] em ação com natureza indenizatória. Nas palavras do doutrinador, anota-se:

Nesse caso, por exemplo, ao invés de retirar as famílias residentes em ocupação irregular ou indeferir o pedido de reintegração de posse, pautado numa manutenção do direito social à moradia, o judiciário utiliza-se do instituto da Desapropriação Judicial Privada por Posse Trabalho, insculpida no art. 1.228, § 4o e 5o do CC/2002, onde caberá a um terceiro a indenização do proprietário, com a posterior regularização das famílias instaladas na área objeto da ação. Tal procedimento aparenta ter como núcleo a busca por uma harmonização entre o direito à propriedade e o direito à moradia, direitos fundamentais que notoriamente entram em conflito quando da temática das possessórias. Assim, no caso concreto, têm-se a manutenção de determinada comunidade de hipossuficientes em área indevidamente ocupada, ao passo que o proprietário do local receberá a indenização para tanto, a qual, nos julgados referenciados, ficou à cargo da Municipalidade. (grifos nossos).

Em complementação, sobre a temática, o Pretório Catarinense ementou a seguinte interpretação sobre a análise de um caso concreto de tutela de manutenção possessória:

AGRAVO POR INSTRUMENTO. AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE AJUIZADA EM FACE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS. PEDIDO LIMINAR. DECISÃO DE INDEFERIMENTO. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, COM PREVISÃO DE DOAÇÃO DO IMÓVEL EM FAVOR DA BENEFICIÁRIA APÓS DEZ ANOS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.861/2009. REDUÇÃO DO PRAZO PARA CINCO ANOS, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.976/2011. AUSÊNCIA DE CONTROVÉRSIA ACERCA DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL, RELATIVA À INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE UMA TRANSPORTADORA E DE UMA CEREALISTA, COM VULTOSO INVESTIMENTO. SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO SECUNDÁRIA, AO CEDER A ÁREA A TERCEIRO POR MEIO

DE LOCAÇÃO. DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE, COM BASE NISSO, DETERMINOU A RETOMADA DO IMÓVEL PELA MUNICIPALIDADE, COM TODAS AS BENFEITORIAS NELE CONSTRUÍDAS. CONTRATO DE LOCAÇÃO CELEBRADO APÓS O DECURSO DOS CINCO ANOS PREVISTOS PARA VIABILIZAR A DOAÇÃO. LOCAÇÃO, ADEMAIS, QUE É CONTESTADA PELO PRÓPRIO TERCEIRO LOCATÁRIO, ALEGANDO SE TRATAR DE SIMULAÇÃO VOLTADA AO CUMPRIMENTO DE FORMALIDADES LEGAIS. REVERSÃO QUE, NESSE CONTEXTO, NÃO SE MOSTRA DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. PLAUSIBILIDADE DAS ALEGAÇÕES CARACTERIZADA. PERIGO NA DEMORA IGUALMENTE CONFIGURADO, ANTE A IMINÊNCIA DA PERDA DA SEDE EMPRESARIAL EM FAVOR DA ADMINISTRAÇÃO, INVIABILIZANDO A CONTINUAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES. CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO QUE ANTECIPOU A TUTELA RECURSAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 5041365-08.2020.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Carlos Adilson Silva, Segunda Câmara de Direito Público, j. 18-05-2021 – grifos nossos).

Verifica-se -se que a ação de manutenção de posse é uma das medidas de interditos possessórios que conforma a utilização pelo jurisdicionado quando ocorre a turbação possessória com elementos concretos de embaraços na posse com o fito de reestabelecimento da paz social e da garantia da posse pelo Poder Judiciário quando demonstrado os requisitos previstos nos artigos 560 a 566 do NCPC, sendo passível de transformação em ação indenizatória.

5 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

A ação reintegratória de posse é aquela movido pelo jurisdicionado que entende ter sido esbulhado em sua posse por um terceiro para reaver o seu direito ao *jus possessionis* e poder dar sentido a terra ou a direitos com o fito de efetivar a sua propriedade ou posse.

Nesse sentido, HELENA DINIZ (2018) conceitua que: “A ação de reintegração de posse é a movida pelo esbulhado, a fim de recuperar posse perdida em razão da violência, clandestinidade, ou precariedade e ainda pleitear indenização por perdas e danos”.

Em corroborar conceituação doutrinária, Theodoro Junior (2020, p.72) leciona que: “[...] a ação de *reintegração de posse* (antigo interdito *recuperandae possessionis* dos romanos) tem como fito restituir o possuidor na posse, em caso de *esbulho*. Por esbulho deve-se entender a injusta e total privação da posse, sofrida por alguém que a vinha exercendo”. Assim, “[...]. Ocorrendo esbulho, a ação é a de reintegração de posse” (VENOSA, 2015, p.82).

Portanto, sendo a reintegração de posse um procedimento exclusivamente possessório, é destinado a quem foi esbulhado do seu bem. Ou seja, a quem foi possuidor, mas foi privado do exercício da posse, não tendo mais acesso ao seu bem.

Outrossim, sobre as características da tutela de reintegração de posse, MARINONI, 2017, p. 49 [et. al.] ensinam que:

Ainda que a ação de imissão na posse e a ação de reintegração de posse objetivem a posse, a primeira é a ação daquele que possui *direito à posse contra aquele que tem a obrigação de transferi-la*, ao passo que a ação de reintegração é a *ação do possuidor – fundada na posse – contra aquele que cometeu o esbulho* (art. 560).

Ademais, a ação de reintegração de posse, ao contrário das ações de imissão de posse e reivindicatória, *não é petitória, mas sim possessória*. A ação de reintegração de posse *é fundada na posse*, a ação reivindicatória *no domínio* e a ação de imissão no direito em *documento que outorga a posse*. Quando a posse é perdida em virtude de ato de agressão – chamado esbulho –, surge para aquele que o sofreu, a ação de reintegração de posse, através da qual o autor objetiva recuperar a posse de que foi privado pelo esbulho.

Dessa maneira, entende-se que o jurisdicionado tem ao seu favor, quando verificado o esbulho possessório, o direito de postular a devida reintegração de sua posse para fazer cessar tal violação ao seu direito possessório e, mais, ao direito de propriedade com a congruência do direito material positivado no Código Civil de 2002.

O advogado Lunardi (2019, p.39) nos auxilia conceituando a ação possessória de reintegração de forma simples. Veja-se: “É a demanda possessória que deve ser utilizada no caso de esbulho da posse (perda total da posse). Nessa ação, o autor postula que a posse lhe seja restituída/reintegrada”.

A partir desse entendimento, também, pode-se dar o sentido ao conceito de esbulho possessório como sendo a perda total da posse daquele que pleiteia tal instituto judicialmente. Venosa (2015, p. 67) expõe, nesse propósito, que o “[...] esbulho existe quando o possuidor fica injustamente privado da posse. Não é necessário que o desapossamento decorra de violência. Nesse caso, o possuidor está totalmente despojado do poder de exercício de fato sobre a coisa”.

Relevante frisar, que nas ações possessórias não há discussão quanto à propriedade do bem, mas tão somente à posse. Por mais distante que pareça, é possível até mesmo que um possuidor proponha uma ação de reintegração de posse em face do proprietário do imóvel.

A competência será da Justiça comum com a legitimidade ativa daquele jurisdicionado que seja possuidor, ainda que não seja o real proprietário da coisa. Já, o legitimado de maneira passiva é aquele que molesta a posse, isso é, perfaz o esbulho possessório dando causa a perda total da posse do autor que deverá ser analisado em instrução processual para a ocorrência do processo justo perante o NCPC.

O magistrado pode, quando proposta a ação no prazo pertinente as ações de força nova, expedir o mandado liminar de reintegração de posse consoante o previsto no artigo 562 do NCPC, reprodução com as modificações necessárias do CPC/1973, quando se convence de primeira forma com as provas documentais constantes na inicial ou após a audiência de justificação prévia com a ressalva dos entes públicos como ressaltado alhures (VENOSA, 2015).

No tocante ao pragmática jurídica, o Superior Tribunal de Justiça ementou Verbete Sumular de número 564 tratando da reintegração possessória que complementa as situações tratadas nas generalidades dos procedimentos possessórios de ocorrer cumulação de pedido indenizatório quando ocorrer caso de esbulho, turbação ou ameaça a posse. A esse respeito, transcreve-se o teor da Súmula sobredita:

No caso de reintegração de posse em arrendamento mercantil financeiro, quando a soma da importância antecipada a título de valor residual garantido (VRG) com o valor da venda do bem ultrapassar o total do VRG previsto contratualmente, o arrendatário terá direito de receber a respectiva diferença, cabendo, porém, se estipulado no contrato, o prévio desconto de outras despesas ou encargos pactuados. (SÚMULA 564, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/02/2016, DJe 29/02/2016)

Sobre as ações possessórias, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por meio da relatoria do ilustre Desembargador Osmar Nunes Marques, já interpretou que:

APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA CONJUNTA. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE E CAUTELAR INCIDENTAL INOMINADA. IMPROCEDÊNCIA DE AMBAS AS DEMANDAS. INSURGÊNCIA DA RÉ DO PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. 1. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO E FALSIDADE DOCUMENTAL. 1.1 ALEGAÇÃO DA REVELIA DOS RECORRIDOS EM RELAÇÃO AO REQUERIMENTO REFERIDO. AUSÊNCIA DE RESPOSTA QUE ENSEJARIA O RECONHECIMENTO DA VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS E CONSEQUENTE PROCEDÊNCIA DA DEMANDA. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA DO DIREITO DEDUZIDO PELA AUTORA. REVELIA QUE POR SI SÓ NÃO ENSEJA O JULGAMENTO FAVORÁVEL DA LIDE. INTELIGÊNCIA DO ART. 345 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 1.2. ASSOCIAÇÃO QUE ARGUMENTA QUE O PLEITO FOI FORMULADO EM AÇÃO ACESSÓRIA E ERRONEAMENTE TRATADO COMO MERO PEDIDO INCIDENTAL. TESE DESCABIDA. REQUERIMENTO QUE FOI APRESENTADO DURANTE A ÉGIDE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. PREVISÃO DA TRAMITAÇÃO DO INCIDENTE DE FALSIDADE EM APENSO. SITUAÇÃO, CONTUDO, QUE NÃO ALTERA A CONCLUSÃO DO MAGISTRADO SENTENCIANTE. ANÁLISE PROFUNDA E CLARA DAS PROVAS APRESENTADAS NOS AUTOS. INEXISTÊNCIA DE SIMULAÇÃO DO CONTRATO DE COMODATO QUE FOI DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. TESTEMUNHAS QUE CONFIRMARAM A DATA DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO. SITUAÇÃO DESCRITA NO ART. 167, §1º, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL QUE NÃO SE VERIFICA NO CASO EM DESLINDE. 2. USUCAPIÃO. PARTE RECORRENTE QUE ADUZ A POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DE PROPRIEDADE COM

EFEITOS ERGA OMNES. ARGUIÇÃO ALTERNATIVA DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL. DESCABIMENTO DOS PLEITOS. PROCEDIMENTO DA USUCAPIÃO QUE DEVE SEGUIR RITOS ESPECÍFICOS COM A FINALIDADE DE ASSEGURAR O DIREITO DOS CONFRONTANTES, PROPRIETÁRIOS REGISTRAIS E FAZENDAS PÚBLICAS. RECONHECIMENTO DA POSSE COM ANIMUS DOMINI QUE NÃO ENSEJA A DECLARAÇÃO DA PROPRIEDADE. SENTENÇA QUE NÃO MERECE ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0001045-07.2014.8.24.0066, de São Lourenço do Oeste, rel. Osmar Nunes Júnior, Sétima Câmara de Direito Civil, j. 10-12-2020 – grifos nossos).

Verifica-se- que a reintegração de posse se faz necessária em casos de esbulho, em que o possuidor do bem é compulsoriamente lesado, muitas vezes inclusive injustamente de sua posse por ato de terceiro chamado a lide para reincorporar a posse ao jurisdicionado lesado ou para sair da posse configurada como precária.

6 AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO

O interdito proibitório é a tutela possessória de natureza preventiva quando ainda não houve um ato concreto de agressão à posse por um terceiro. Dessarte, Vinicius Rios (2021, p. 25) conceitua a ação de interdito possessório como “[...] uma forma de tutela inibitória, de cunho preventivo, por meio da qual se pretende impedir o réu de perpetrar os atos de violação à posse”.

Complementa Theodoro Junior (2020, p. 84) expondo que a “estrutura do interdito proibitório é, portanto, de uma ação cominatória, para exigir do demandado uma prestação de fazer negativa, i. e., abster-se à posse do autor, sob pena de incorrer em multa pecuniária”.

Interpreta-se que a ação de interdito proibitório é um procedimento especial com natureza jurídica de jurisdição contenciosa para tutelar aquele jurisdicionado que tem um fundado receio de dano, e não apenas um receio subjetivo da perda da posse, visto que é uma demanda de caráter real com força de “[...] interditar a prática do ato que se teme seja adotado pelo réu em prejuízo do autor” (THEODORO JUNIOR, 2021, p. 42).

Quanto ao processamento desta demanda de interdito deverá seguir o curso previsto nos artigos 567 e 568 do NCPC/2015. Anota-se as disposições previstas nos artigos supramencionados:

Art. 567. O possuidor direto ou indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse poderá requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório em que se comine ao réu determinada pena pecuniária caso transgrida o preceito.

Art. 568. Aplica-se ao interdito proibitório o disposto na Seção II deste Capítulo (grifos nossos).

Feita a análise das redações, verifica-se que o legislador motivou o instituto do interdito proibitório com um resguardo a posse, consoante as complementações materiais determinadas pela Lei n. 10.406/2002 (CCB/2002), pelo qual o autor requererá ao juiz que “[...] segure da turbção ou esbulho iminentes, mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária” (VINIUS RIOS, 2021, p. 59), caso transgrida o mandado preventivo determinado pelo Poder Judiciário.

Nessa perspectiva, ainda Vinicius Rios (2021p. 57) leciona que: “[...]. É preciso que haja uma ameaça séria, um temor fundado, de agressão injusta a posse. O autor deve descrever, com clareza, em que consistem as ameaças, o que permitirá ao juiz aferir-lhes a seriedade.

Conforme Vinicius Rios (2021, p. 74), “[...] preciso que seja injusto o mal que se pretenda evitar” e não deve ser admitido interdito proibitório quando o réu age em exercício regular próprio do seu direito ou quando está utilizando de medidas judiciais para reaver o bem em consonância com as determinações previstas no direito material brasileiro.

Marinoni, (2017, p. 84) [et. al.] quando analisam a tutela de imissão de posse enunciaram renomada interpretação doutrinária sobre o tema que se reforça de maneira análoga nas ações de interditos proibitórios. A esse respeito:

A ação de imissão na posse se funda no direito a posse, e não no contrato, que outorga apenas direito ao cumprimento de uma obrigação de entrega de coisa móvel. A ação de imissão na posse, assim, não depende do cumprimento de uma prestação obrigacional, mas leva a uma sentença que, quando de procedência, não tem outra coisa a não fazer o autor se imitar na posse (com base nos arts. 498 e 538). É nesse sentido que se diz que a ação de imissão na posse é uma ação real, enquanto a ação para o cumprimento da obrigação da entrega da coisa é uma ação que objetiva apenas a satisfação de uma prestação (isto é, constitui uma ação pessoal) (grifos em *itálico* contidos no original e em **negrito** nossos).

O requisito para a admissão do interdito proibitório é de que a ameaça seja iminente e séria, quando se encontra um temor fundado pelo autor e demonstrado na inicial para o deferimento desta tutela perante o juízo competente que será a Justiça Comum, consoante as determinações constantes no NCPC/2015.

Em relação as provas necessárias de utilização na medida e a audiência para o rito desse procedimento especial seguirá o constante na Seção II do Capítulo das Ações Possessórias da Lei n. 13.105/2015 cabendo tutela provisória propugnada pela parte que entenda estar na ameaça de ser esbulhado ou turbado de sua posse. No mais, o procedimento de interdito proibitório segue o previsto no rito comum.

O Superior Tribunal de Justiça já enunciou, em Verbete Sumular de número 288, que: “É inadmissível o interdito proibitório para a proteção do direito autoral (SÚMULA 228, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/09/1999, DJ 08/10/1999, p. 126).

Em reflexo, o Tribunal Catarinense já interpretou que:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DO AUTOR. ALEGADA FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES DIANTE DOS ELEMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS E CONCLUSÕES APRESENTADOS EM LAUDO PERICIAL. PRETENSÃO QUE DEVE SER ANALISADA COMO REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ESBULHO POSSESSÓRIO CONFIGURADO NO MOMENTO EM QUE O RÉU CONSTRUIU A CERCA DIVISÓRIA ENTRE OS IMÓVEIS. SUBSISTÊNCIA. COMPROVADO EXERCÍCIO DA POSSE PELO RECORRENTE. LAUDO PERICIAL QUE COMPROVA QUE O RÉU OCUPA PARCIALMENTE ÁREA DO AUTOR. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES RECONHECIDO. SENTENÇA QUE SE LIMITOU AO PEDIDO DA INICIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 554 DO CPC. PROPOSITURA DE UMA AÇÃO POSSESSÓRIA EM VEZ DE OUTRA QUE NÃO OBSTA QUE O JUIZ CONHEÇA DO PEDIDO E OUTORGUE A PROTEÇÃO LEGAL CORRESPONDENTE ÀQUELA CUJOS PRESSUPOSTOS ESTEJAM PROVADOS. "As possessórias se caracterizam pelo pedido de posse com fundamento no fato jurídico posse. O que determina o caráter possessório de uma ação não é só o pedido, como à primeira vista poderia parecer, mas sim a causa petendi e os fundamentos do pedido do autor (NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 1177)". PROSSEGUIMENTO DO FEITO QUE SE IMPÕE. SENTENÇA CASSADA. RECURSO PROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0302653-77.2015.8.24.0018, de Chapecó, rel. José Agenor de Aragão, Quarta Câmara de Direito Civil, j. 12-11-2020 – grifou-se).

Constata-se que se houver ameaça séria para o cometimento de turbação ou esbulho na posse do autor que pleiteia a presente medida é necessário o deferimento da tutela jurisdicional satisfativa para proibir o réu de praticar a ofensa na posse daquele se sente lesado em seu direito material, sendo a posse direta ou indireta (Teoria defendida por Savigny).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacaram-se as divergências e complementações doutrinárias sobre o a aplicação da tutela possessória e suas implicações jurídicas perante os Tribunais do Estado de Santa Catarina.

Atualmente, as ações possessórias são utilizadas de forma popular pelos indivíduos que procuram seus direitos através de m advogado para alcançar a eficácia do direito de posse e propriedades, por meio das ações possessórias tipificadas, seja pela ação de manutenção, de reintegração de posse ou interdito proibitório.

Restou comprovado a possibilidade de deferimento de medida liminar, decisões no meio do processo de forma rápida, nas ações possessórias consoante previsto no artigo 562 do NCPC. Também, verificou-se possível o direito de postular em juízo ações possessórias cumuladas com outros pedidos, que o cidadão necessitar.

Foram analisadas alterações legislativas em relação a operacionalização do direito ao resguardo da posse no que concerne as modificações trazidas pelo Código de Processo Civil- CPC 2015.

Evidenciando os interditos possessórios que se desdobram nas ações possessórias que se subdivide nas espécies de manutenção de posse, reintegração de posse e interdito proibitório para efetivar o previsto no artigo 5º, *caput* e inciso XXIII, da Constituição Federal, ou seja, garantir o direito de propriedade e posse de bens imóveis que o cidadão trabalhou tanto para ter uma vida digna, pois a propriedade deve atingir sua função social, beneficiando cada cidadão e cidadã a sociedade, como um todo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maura Barbieir Cavalcanti de. A função social da posse e a proteção do possuidor não proprietário: Limites e possibilidades. Tese de monografia – Universidade Federal do Paraná. Paraná, p. 93, 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. PSV 25/DF, Relator: Gilmar Mendes, Brasília. Disponível em:
http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaSumulaVinculante/anexo/SUV_23_PSV_25.pdf

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, REsp 1.090.109/AL, Relator: Min. MASSAMI UYEDA, Brasília. Disponível em:
<https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200802032327&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea>

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, EREsp 1.460.951, Relator: Min^a. Nancy Andrichi, Brasília. Disponível em:

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, Súmula 564. Disponível em:
[https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=\(sumula%20adj1%20%27564%27\).sub](https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=(sumula%20adj1%20%27564%27).sub).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça Súmula 228. Disponível em:
https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011_17_cap_Sumula228.pdf

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, volume 4: direito das coisas / Maria Helena Diniz. – 32. Ed. atual. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

DOMINGUES, Rogério Ribeiro. Revista Forense – Volume 430 – Natureza jurídica da posse – Do papel da vontade – Razões da sua proteção. Revista forense, 08 de abril de 2020. Disponível em:
<http://genjuridico.com.br/2020/04/08/natureza-juridica-da-posse/>. Acesso em 07 de junho de 2021.

DONIZETTI, Elpídio. Novo Código de Processo Civil Comentado / Elpídio Donizetti – 3. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das coisas / Carlos Roberto Gonçalves. - Direito civil brasileiro volume 5 – 15. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso de direito processual civil: Processo de conhecimento e procedimentos especiais – vol. 2 / Marcus Vinicius Rios Gonçalves. – 17. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

JOSÉ COSTA, Dilvanir. O sistema da posse no direito civil. Revista de informação legislativa, v. 35, n. 139, p. 109 – 117, jul./set. 1998. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/391>. Acesso em: 11 jun. 2021.

LUNARDI, Fabrício Castagna. Curso de direito processual civil Lunardi. – 3. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MARINONI, Luiz Guilherme. Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum, volume 2 / Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero. 3. ed. rev., atual., e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais. – 17. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

NERY JÚNIOR, Nelson. Proteção judicial da posse. Revista de Direito Privado, vol. 7/2001, p. 104 – 127, Jul. – Set./2001, DTR\2001\294.

THAMAY, Rennan. Manual de direito processual civil. – 3. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil, volume 2 – 55^a. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral– 15. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

A NOVA POSSIBILIDADE EXPRESSA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
DE 2015, DA APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE
DISSOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL

*THE NEW POSSIBILITY EXPRESSED IN THE 2015 CIVIL PROCEDURE
CODE OF THE APPLICATION OF THE SPECIAL PROCEDURE FOR THE
PARTIAL DISSOLUTION OF THE BUSINESS COMPANY*

Leandro Barbosa Pereira; Thaynara de Abreu; Victoria Corso; Francine Sens;
Vinicius Cardeal; Anna Lúcia Martins Mattoso
anna.mattoso@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

RESUMO: O presente artigo desenvolve uma pesquisa jurisprudencial e bibliográfica, que tem como principal objetivo esclarecer o procedimento da ação de dissolução parcial de sociedades, uma ação recente trazida pelo Código de Processo Civil de 2015. A ação de dissolução parcial de sociedades tornou-se um procedimento especial muito útil para o direito comercial. O método utilizado foi o dedutivo e a técnica de pesquisa a bibliográfica. Tal procedimento deve ser aplicado quando não houver concordância entre os sócios em relação a dissolução, ou quando necessária intervenção judicial exigido pela lei. O método de pesquisa é o explicativo, já que a pesquisa parte se preocupa em identificar algumas situações que contribuem com a ocorrência desse procedimento. Assim, ela utiliza métodos bibliográficos para explorar o assunto. Foi utilizado da interpretação do Código de Processo Civil, principalmente em seus artigos 599 a 609. Sendo um assunto desconhecido até antes da vigência do novo código de processo civil, que passou a vigorar em 18 de março de 2016, esse ensaio parte de fundamentações elementares, tais como o que é sociedade empresária, pessoa jurídica, atividade empresária, tipos de sociedade, diferença entre dissolução e resolução de sociedade e a ação de dissolução parcial propriamente dita. Culminando com um exemplo recente de julgado desse tipo de ação.

PALAVRAS-CHAVES: Sociedade. Espólio. Partilha. Sucessor.

ABSTRACT: *The present article is the result of a jurisprudential and bibliographical research, which has as main to clarify the procedure of the action of partial dissolution of companies, an action generated recently by the new legislation. Action for partial dissolution of companies has become a very useful special procedure for commercial law. This procedure must be applied when there is no agreement between the partners in relation to the dissolution, or when judicial intervention required by law is necessary. The research method is explanatory, as the research is concerned with identifying some situations that contribute to the occurrence of this procedure. Thus, she uses bibliographic methods to explore the subject. It was used from the interpretation of the Code of Civil Procedure, mainly in its articles 599 to 609. Being unknown even before the new code of civil procedure, which came into effect on March 18, 2016, this*

essay is based on elementary foundations of society of class, such as what is society of society, class society, difference between dissolution and resolution of society and the action of partial dissolution itself. Culminating with a recent example of the judgment of this type of action.

KEYWORDS: Society. Booty. Sharing. Successor.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, à jurisprudência brasileira vem construindo a possibilidade da *dissolução parcial de sociedade*, o tema não recebeu de imediato a aprovação de algumas doutrinas, mas com o passar dos anos entendeu-se que era a melhor opção para dirimir as lides entre sócios em questões de direitos comerciais.

A pesquisa foi desenvolvida no método dedutivo partindo dos aspectos gerais e especificando o tema abordado no decorrer do desenvolvimento do texto que adota a técnica bibliográfica utilizando Leis, doutrinas jurídicas e jurisprudências. Com o advento do novo código de processo civil de 2015 abarcou inúmeras mudanças e os procedimentos especiais tiveram inovações.

No rol dos procedimentos especiais, constantes dos artigos 539 a 718 do Código de Processo Civil de 2015, foram inseridos dentre eles o procedimento da *Dissolução Parcial de Sociedade* que se encontra entre os artigos. 599 e 609 do Código de processo Civil 2015.

Até 2003, o Código prestigiava apenas a dissolução total da sociedade, ou seja, o desfazimento de todos os vínculos societários, extinguindo-se assim a pessoa jurídica, a dissolução parcial, por sua vez, verifica-se quando um ou alguns do(s) sócio(s) que em virtude de morte, exclusão, quer em retirada (imotivada) ou recesso (retirada motivada) não podendo ou não querendo mais integrar os quadros societários, havendo assim a dissolução do vínculo societário somente no tocante a este(s) sócio(s), porém a sociedade continua a existir, mas agora sem a presença daquele(s) sócio(s).

2 FUNDAMENTOS

Constata-se que a dissolução parcial da sociedade, vem sendo construída através da jurisprudência ao longo dos anos com a intenção de preservar a empresa. A complexidade das relações societárias tem levado a ordem jurídica a reconhecer que a empresa por ser uma atividade organizada de bens e serviços e de produção, é o foco de interesses diversos que ultrapassam as do quadro societário da empresa. (PAULINO, 2016)

É primário que aqueles que se dispõem a empreender através da exploração de uma determinada atividade econômica, tem por premissa o lucro e a preservação e continuidade da empresa, porém, este não é único e nem o mais primordial interesse voltado para a preservação da empresa, outros sujeitos também têm interesses na preservação da atividade econômica e sua continuidade, sendo eles os trabalhadores que dependem do seu posto de trabalho, os consumidores que têm suas necessidades atendidas pela atividade econômica desenvolvida, o fisco, e indiretamente toda sociedade que se utiliza

de serviços e benefícios públicos, que são custeados pelos tributos e impostos incidentes naquela atividade econômica. Outras empresas, fornecedores, bancos, prestadores de serviços e toda atividade econômica ligada à empresa são legítimos interessados na preservação desta. (GUERRA, 2015)

Entende-se então que existem diversos interesses que cercam a empresa, antes de perceber que existiam tais interesses o direito civil e comercial trazia como única solução para a lide dos sócios o desfazimento da sociedade como um todo, com isso, por certo e claro, a impossibilidade da continuidade e manutenção da atividade econômica desenvolvida pela empresa, evidenciava-se o prejuízo a todos aqueles interessados na atividade da empresa e que não estavam diretamente envolvidos na lide entre os sócios. (GUERRA, 2015)

Foi pela apreciação desses fatos, que então foi-se construindo a jurisprudência com o fulcro na dissolução parcial da sociedade. A matéria foi pacificada com código civil de 2015, que foi incluída no rol de procedimentos especiais, mais precisamente nos artigos. 599 a 609.

3 HIPOTETES DA DISSOLUÇÃO PARCIAL

As dissoluções parciais de sociedade são aplicáveis em três hipóteses, sendo elas: exclusão, quando por vontade dos outros (os) sócios; retirada, quando por vontade daquele que quer retirar-se; ou morte do sócio. (AZEVEDO, 2018)

I - Exclusão do sócio: a exclusão do sócio sempre dependerá de uma conduta contrária dele aos interesses relevantes da sociedade, que pode ser a qualificadora do sócio remisso ou qualquer outra que constitua falta grave.

II – Pela vontade daquele que quer retirar-se: o sócio optar por retirar-se da sociedade, pelo exercício de seu direito de retirada ou de recesso, é possível o cabimento da ação.

III – Falecimento do sócio: pela lei material (CC, art. 1.028), o falecimento do sócio implica a liquidação de sua quota, exceto, se o contrato dispuser diferente (inc. I); se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade (inc. II) ou se houver substituição do falecido mediante acordo entre herdeiros (inc. III.).

Não ocorrendo as situações abrangidas pelos incisos I e III do artigo 1.028, a resolução da sociedade e a apuração dos haveres far-se-ão apenas em relação falecido. O Objeto da Dissolução Parcial de Sociedade, versa:

A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter por objeto:

I - a resolução da sociedade empresária contratual ou simples em relação ao sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso; e

II - a apuração dos haveres do sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso; ou

III - somente a resolução ou a apuração de haveres.

Em seguida faz-se necessário conhecer as etapas do procedimento da Dissolução Parcial de Sociedade, quando tem apenas dois sócios e a apuração do patrimônio do sócio que se retira da sociedade empresarial.

4 DISSOLUÇÃO COM DOIS SÓCIOS

Com a promulgação da Lei 6.404/76, sobre as sociedades limitadas, diante do que está previsto no artigo 18 do decreto 3.708/19, em nome da preservação da empresa passou-se a ser admitido a exclusão de sócio em sociedades com apenas dois sócios, estabelecendo-se um prazo para que pudesse ser reconstruída a sociedade.

Porém isso também foi pacificado com a possibilidade de se criar a sociedade unipessoal (lei 13.874, de 2019), sociedade em EIRELI (lei 12.441 de 2011) e a conversão em empresário individual (lei 12.441 de 2011).

No caso do desfazimento da sociedade com apenas dois sócios, temos agora algumas possibilidades que torna viável a sobrevivência da atividade econômica da empresa, quer seja em caráter temporário ou em caráter definitivo a situação societária da empresa.

Podendo ser feita por via judicial, que é delimitada pelo artigo 1.030 do CC, porém caminho este muito moroso devido a burocracia e entraves jurídicos, mas também pode ser feita de forma extrajudicial, o que é mais comum e mais eficiente, pois, é feita a partir de procedimentos administrativos junto a junta comercial. (TOMAZETTE, 2017)

Então quando desfeita a sociedade com apenas dois sócios no quadro societário da empresa, é possível se preservar todos os interesses já citados referente a manutenção e continuação da atividade econômica, assim não trazendo prejuízo a nenhum daqueles que de forma direta ou indireta usufruem de alguma forma da atividade praticada pela empresa.

5 PROCEDIMENTO DA AÇÃO

Dentro da dissolução parcial de sociedades nós temos duas pretensões distintas que seria a dissolução propriamente dita ou a apuração de haveres. A parte demandante pode requerer a dissolução ou a apuração de haveres ou ambos os pedidos

O novo CPC permite que as partes escolham ajuizar a ação de dissolução parcial de sociedade e a ação de apuração de haveres em conjunto, mas também permite que seja ajuizada uma ação independentemente da existência da outra. (AZEVEDO, 2018, p. 47)

O fundamento para a dissolução seria a retirada, a exclusão ou a morte do sócio. A retirada é quando o sócio pretende sair da sociedade. A exclusão é o inverso, quando a sociedade não quer mais que determinada pessoa figure no quadro social. A exclusão judicial deve ser promovida pela maioria dos sócios e também teria que ter a prova de uma justa causa, ou seja, a prova de um descumprimento de uma obrigação societária perante a sociedade. A morte do sócio decorre justamente do óbito do falecimento. (CORRIJO, 2020)

As entidades que podem se meter ao procedimento de dissolução parcial são as sociedades empresariais contratuais ou simples e as sociedades anônimas fechadas.

A legitimidade para requerer (artigo 600, CPC): no óbito é do espólio, enquanto não finalizada a partilha e se os sucessores não ingressarem na sociedade. E dos sucessores quando já terminada a partilha da retirada é do sócio retirante, que deseja sair da sociedade. E a exclusão ela pode ser ajuizada tanto pelo sócio excluído, no caso para uma apuração de haveres, como pela sociedade para excluir o sócio dos quadros sociais.

Artigo 599 - ação de dissolução parcial de sociedade pode ter por objeto: a resolução da sociedade contratual, ou simples em relação ao sócio falecido, excluído ou que exerceu direito de retirada ou recesso.

A sociedade não deixa de existir, será apenas refeita com relação ao sócio falecido, ao sócio que foi excluído ou o sócio que exerceu o direito de retirada. Também pode ter por objeto a apuração dos haveres do sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso ou somente a resolução ou apuração de haveres. (TOMAZETTE, 2017)

A petição inicial será necessariamente instruída com contrato social consolidado.

A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter também pode ter também por objeto a sociedade anônima de capital fechado quando demonstrado por acionista ou acionistas que representem 5% ou mais do capital social que ela não pode preencher o seu fim.

A ação pode ser proposta pelo espólio do sócio falecido, (o sócio faleceu ele tem haveres a serem apurados o espólio vai entrar com a ação de dissolução parcial de sociedades quando a totalidade dos sucessores não ingressar na sociedade. (AZEVEDO, 2018)

Também pelos sucessores após concluído a partilha do sócio falecido.) Pela sociedade se os sócios sobreviventes não admitirem o ingresso do espólio ou dos sucessores do falecido na sociedade, quando esse direito constar no contrato social. É o contrato social que regula, se o contrato social não permitir o ingresso de espólio, de sucessores ou de outras pessoas, a própria sociedade vai entrar com a ação de dissolução parcial de sociedade para fazer a apuração do que é devido aos sucessores e então liquidar os valores e desfazer a sociedade com relação ao sócio falecido (TOMAZETTE, 2017).

É possível pelo sócio que exerceu o direito de retirada ou recesso se não tiver sido providenciada pelo demais sócios a alteração contratual consensual formalizando o desligamento depois de transcorridos os 10 dias do exercício de direito, então aquele sócio que exerceu o direito de retirada, mas não providenciou a alteração do contrato com os demais sócios. Pela sociedade nos casos em que a lei não autoriza a exclusão judicial ou pelo sócio que foi excluído. (AZEVEDO, 2018)

O cônjuge ou companheiro do sócio, cujo o casamento, união estável, ou convivência terminou, poderá requerer a apuração dos seus haveres na sociedade que serão pagos a conta da cota social titulada por este sócio (dependendo do regime de bens, se for separação total de bens isso não irá ter influência) os sócios e as sociedades serão citadas para, no prazo de 15 dias

concordar com o pedido ou apresentar contestação. A sociedade não será citada se todos os seus sócios o forem, mas ficará sujeito aos efeitos da decisão e a coisa julgada. (AZEVEDO, 2018)

A sociedade poderá formular pedido de indenização compensável com o valor dos haveres a apurar. Se eventualmente existem débitos que mereçam ser indenizados com relação a aquele sócio que foi retirado ou se retirou, pode haver um pedido de compensação da indenização com o valor que tem por apurar (TOMAZETTE, 2017).

Havendo manifestação expressa e unânime pela concordância da dissolução, o juiz a decretará, passando-se imediatamente a fase de liquidação. Nessa hipótese não haverá condenação em honorários advocatícios de nenhuma das partes, e as custas serão rateadas segundo participação das partes no capital social. Havendo contestação, observar-se-á o procedimento comum, mas a liquidação da sentença seguirá o procedimento que estão dispostos nos artigos 599 a 609 do CPC.

6 APURAÇÃO DE HAVERES

Para a apuração dos haveres o juiz fixará a data da resolução das sociedades. Vai definir o critério de apuração dos haveres a vista do que dispõe o contrato social (normalmente o contrato social tem que ter uma cláusula prevendo como vai ser feita a liquidação da quota parte do sócio que se retira). O juiz nomeará um perito para fazer essa análise. O juiz determinará a sociedade ou sócios que permanecerem na sociedade que depositem em juízo a parte incontroversa¹ dos haveres devidos. Quando se tem qualquer questionamento a respeito de valores alegados, é obrigação de qualquer parte relatar o valor que achar que é o certo e a partir desse momento o valor é tido como incontroverso). O depósito poderá ser, desde logo, levantado pelo ex-sócio pelo espólio ou pelos sucessores. Se o contrato social estabelecer o pagamento dos haveres, será observado que nele se dispôs no depósito judicial da parte incontroversa. (THEODORO JÚNIOR, 2019)

A data da resolução da sociedade será: no caso de falecimento do sócio no dia do óbito, retirada e motivada será o sexagésimo dia seguinte ao do recebimento pela sociedade na notificação do sócio retirante (ele está se retirando, então ele irá notificar que está se retirando e a partir do sexagésimo dia considera a resolução da sociedade). No recesso o dia do recebimento pela sociedade, da notificação do sócio dissidente (THEODORO JÚNIOR, 2019).

Na retirada por justa causa de sociedade por prazo determinado e na exclusão judicial de sócio, a do trânsito em julgado da decisão que dissolver a sociedade; e na exclusão extrajudicial, a data da assembleia ou da reunião de sócios que a tiver deliberado. Em caso de omissão de contrato social o juiz definirá como critério de apuração o valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tornando-se por referência a data da resolução e avaliando-se bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo também a ser apurado de igual forma (THEODORO JÚNIOR, 2019).

Em todos os casos em que seja necessária a realização de perícia, a nomeação do perito recairá preferencialmente sobre especialista em avaliação de sociedades. A data de resolução e o critério de apuração de haveres podem ser revistas pelo juiz, a pedido da parte, a qualquer tempo antes do início da perícia. Até a data da resolução, integram o valor devido ao ex-sócio, ao espólio

ou aos sucessores a participação dos lucros ou os juros sobre o capital próprio declarados pela sociedade e, se for o caso, a remuneração como administrador (THEODORO JÚNIOR, 2019).

Após a data da resolução, o ex-sócio, o espólio ou os sucessores, terão direito apenas à correção monetária dos valores apurados e aos juros contratuais ou legais. Uma vez apurados, os haveres do sócio retirantes serão pagos conforme disciplinar o contrato social e, no silêncio deste, nos termos do §2º do artigo 1.031 do Código Civil.

Com o CPC/ 2015, passa a existir um procedimento especial para a dissolução parcial de sociedades, nos artigos 599 a 609, sendo um capítulo inteiro dedicado a ele. Tal procedimento especial pode ter por objetivo o reconhecimento da resolução por morte, recesso ou exclusão e o pagamento da apuração de haveres, ou somente um desses objetivos.

Pode-se entender que a dissolução parcial, na realidade, não desfaz a sociedade, apenas condena esta ao ressarcimento do sócio retirante através da apuração dos haveres. A apuração de haveres, portanto, nada mais é do que o levantamento patrimonial da sociedade, através dos registros contábeis existentes, apurando a efetiva realidade patrimonial da sociedade.

Em regra, o modo de apuração de haveres deve seguir os ditames do contrato social, caso esse não contenha tal previsão, incidirá a preconização legal, podendo, variar o modo do cálculo de acordo com modalidade de afastamento do sócio: dissolução parcial, exclusão, direito de recesso ou morte do sócio. Na ação de dissolução parcial a apuração de haveres se dará por via judicial, por meio de perito nomeado pelo magistrado.

Essa apuração respalda num balanço patrimonial da sociedade, denominado “balanço de determinação”. Por meio desse balanço deve o perito inventariar os bens, avaliá-los, determinar o passivo e o ativo da sociedade (TOMAZETTE, 2017).

O balanço é o que avalia os ativos, inclusive o fundo de comércio, descontando-se os passivos reais, sem considerar miragem de rescisões de contrato de trabalho das dissoluções, que, por lógica, não existem, para projetar o quanto seria o acervo remanescente. Até porque, o balanço de determinação, deve refletir a exata situação patrimonial na data da apuração dos haveres (TOMAZETTE, 2017).

No caso de recesso, o próprio sócio terá legitimidade para propor a ação, tanto para reconhecer a dissolução do seu vínculo, como para receber a apuração de haveres. No entanto, para obter a dissolução parcial, o sócio só poderá ajuizar a ação se a alteração contratual consensual formalizando o seu desligamento, não for formalizada depois de transcorridos 10 (dez) dias do exercício do direito. Com ou sem tal formalização, a ação poderá ser ajuizada para buscar a apuração de haveres. O cônjuge ou companheiro do sócio cujo casamento, união estável ou convivência terminou poderá requerer a apuração de seus haveres na sociedade, que serão pagos à conta da quota social titulada por este sócio. (THEODORO JÚNIOR, 2019)

Nos casos de exclusão, a ação poderá ser ajuizada pelo sócio excluído para impugnar sua exclusão ou buscar sua apuração de haveres. A própria sociedade poderá ajuizar a ação para obter a exclusão, quando não for admissível a exclusão extrajudicial do sócio e, neste caso, obviamente também haverá o pedido para a definição da apuração de haveres. Nos casos de exclusão, em que a sociedade for autora, a ação será ajuizada em face do sócio

a ser excluído, podendo haver litisconsórcio ativo com os demais sócios. (THEODORO JÚNIOR, 2019)

Conforme explanado, a ação de dissolução parcial de sociedade, a qual adquiriu previsão legal expressa com a entrada em vigor do NCPC, é ação de rito especial, disciplinada pelos artigos 599 e ss do NCPC, que possui natureza jurídica condenatória e visa à retirada de sócio da sociedade limitada ou apenas a apuração dos haveres societários do sócio excluído, sem que haja a extinção da sociedade.

7 PROVA PERICIAL

A perícia contábil judicial, é um dos meios de prova que os advogados e juízes utilizam para o conhecimento da verdade real, materializando nos autos a situação vivida entre as partes, mediante elaboração de um laudo pericial contábil por parte do Perito do juízo. Em suas diversas modalidades, são instrumentos pelos quais se busca conhecer a verdade a respeito do que está sendo debatido em um processo judicial (perícia judicial) ou a respeito de divergências entre pessoas físicas e/ou jurídicas. A prova pericial está relacionada à capacitação profissional do contábil e está assegurada pelo art. 156, § 1º - NCPC (CORRIJO, 2020)

Art. 156. O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.

§ 1º Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.

Conforme a ótica do Conselho Federal de Contabilidade que estabeleceu normas de perícia, sendo que: “A perícia contábil é o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de laudo sobre questões contábeis, mediante exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, avaliação ou certificação”

A perícia contábil visa propiciar o estudo, exame e certificação de matéria vinculada a contabilidade, para que a certeza jurídica possa ser alcançada de forma mais eficaz e científica, tem como objetivo primordial mostrar a verdade dos fatos do processo na instância decisória e é utilizada se o objeto da questão o requerer. A prova pericial é obtida mediante procedimentos determinados pela Resolução do CFC 858/99 – Normas Brasileiras de Contabilidade, NBC-T 13.4.1, da Perícia Contábil (CORRIJO, 2020).

Para Silva, 2018 (Revista Brasileira de Contabilidade, nº. 113:34). “A prova pericial é o meio de se demonstrar nos autos, por meio de documentos, peças ou declarações de testemunhas, tudo que se colheu nos exames efetuados”.

Determina através da Resolução CFC nº733/92 de 22/10/92 NBC – P2 – Normas Profissionais de Perito Contábil: 2.8.1. O perito contábil pode utilizar-se de especialistas, de outras áreas, como forma de propiciar a realização de seu trabalho, desde que parte da matéria objeto da perícia assim o requeira. 2.8.2. “Na perícia extrajudicial a responsabilidade do perito fica restrita à sua área de

competência profissional quando faz uso do trabalho de especialista, com efeito determinado no laudo contábil, fato que deve constar do mesmo”.

Recorrer a especialistas de outras áreas é às vezes necessário para suplementar tarefa ou resolver assuntos que fogem à formação cultural do contador. Judicialmente, o perito é responsável por sua opinião e, se recorreu a terceiros, deve, igualmente, assumir a responsabilidade, pois dividiu a tarefa, mas não a responsabilidade (THEODORO JÚNIOR, 2019).

Podemos considerar que a perícia é uma das provas mais relevantes em um processo judicial quando os pontos controvertidos estabelecidos pelo Juízo não podem ser solucionados sem intervenção do perito. Dessa forma, é necessário que o Juízo, ao analisar o litígio, estabeleça quais situações serão necessárias ser investigadas pelo perito e desta forma o nomeará, preferencialmente dentre pessoas especializadas em avaliação de sociedades, a data da resolução e o critério de apuração de haveres podem ser revistos pelo juiz, a pedido da parte, a qualquer tempo antes do início da perícia e após as partes podem oferecer quesitos caso sintam necessidade (THEODORO JÚNIOR, 2019).

Assim, na ação de competência cível de dissolução parcial de sociedade, quando ocorre o falecimento de sócio, sócio excluído ou que exerceu o direito de retirada, a prova pericial contábil é imprescindível para que o juiz possa prolatar a sentença, pois é através desta prova que um valor final será apurado a fim de compor o valor da condenação, seguindo a fase de liquidação com a definição dos valores devidos.

Com a liquidação, pode-se seguir a fase de cumprimento de sentença, obedecendo o que estiver previsto no estatuto sobre a forma de pagamento dos haveres. Até a data da resolução, inclui-se a participação nos lucros ou os juros sobre o capital próprio declarados pela sociedade e, possivelmente, a remuneração como administrador. Após a data da resolução, só incidirão correção monetária dos valores apurados e os juros contratuais ou legais (CORRIJO, 2020).

Para fixar o critério de apuração dos haveres, o juiz deverá se atentar, ao disposto no contrato social, dando-se primazia aqui à autonomia da vontade. Não havendo expressa no contrato social, o juiz deverá definir segundo o art. 606 - NCPC: *“como critério de apuração de haveres, o valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tomando se por referência a data da resolução e avaliando se bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo também a ser apurado de igual forma”*

A perícia tem por finalidade a fixação do valor recebendo essa denominação quando feita em inventário, partilhas ou processos administrativos e nas execuções para estimação do valor da coisa a partilhar, ou penhorada. A avaliação pericial contábil envolve, como o próprio nome já indica, a valorização ou estimação em moeda. (CORRIJO, 2020)

Enquadra-se a apuração de haveres, em processos de inventário e de dissolução ou liquidação de sociedades. Quando da liquidação de sentença, podem surgir outras modalidades de perícia contábil, no caso de liquidação por arbitramento e a liquidação por artigos.

8 CONCLUSÃO DA PERÍCIA

Seria o produto do trabalho pericial, em que o especialista se pronuncia sobre questões submetidas à sua apreciação. De acordo com a Resolução 858/99 de 21/10/99 do CFC, NBC T – 13 Da Perícia Contábil - 13.5 Laudo Pericial Contábil: “O laudo pericial contábil é a peça escrita na qual o perito-contador expressa, de forma circunstanciada, clara e objetiva, as sínteses do objeto da perícia, os estudos e as observações que realizou as diligências realizadas, os critérios adotados e os resultados fundamentados, e as suas conclusões”.

O Perito é o único responsável pela preparação e redação do laudo, que deve ser produzido de maneira clara e objetiva, expondo a síntese do objeto da perícia, os critérios adotados e as conclusões, quando no exercício de sua função tem a obrigação de evidenciar todos os esforços possíveis em busca da veracidade dos fatos, transcrevendo no Laudo Pericial os resultados que obteve do exame realizado, procurando agir sempre com o máximo de ética (ZANETTI, 2019).

Portanto, Perícia é a forma de se demonstrar, por meio de laudo pericial, a verdade dos fatos ocorridos contestados por interessados, examinados por especialista do assunto, e a qual servirá como meio de prova em que se baseia o juiz para resolução de determinado processo.

A conclusão da Perícia Contábil é expressa em laudo pericial, esclarecendo controvérsias. No entendimento de Sá (1997:63): “A Perícia contábil judicial é a que visa servir de prova, esclarecendo o juiz sobre assuntos em litígio que merecem seu julgamento, objetivando fatos relativos ao patrimônio azidental ou de pessoas”.

Em todas as fases, existem prazos e formalidades a serem cumpridas. A manifestação do perito sobre os fatos devidamente apurados se dará através do Laudo Pericial, onde, na condição de prova técnica, servirá para suprir as insuficiências do magistrado no que se refere aos conhecimentos técnicos ou científicos (ZANETTI, 2019).

Todos os meios são válidos para que o perito forme a sua opinião, evidenciando sempre a verdade dos fatos, porém, não se esquecendo de sua conduta ética. O perito contábil em qualquer trabalho que venha desenvolver, terá acesso a todos os documentos necessários para a elaboração do laudo pericial, inclusive, em alguns casos poderá solicitar o depoimento dos envolvidos.

Os procedimentos de Perícia Contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer contábil, e abrangem total ou parcialmente, segundo a sua natureza e complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.

9 O PAGAMENTO DOS HAVERES

A realização dos haveres ocorre não só de uma forma, mais de duas, pode haver todo o pagamento em uma única vez ou em parcelas. Primeiramente devemos prestar atenção ao que está estipulado em contrato, isto é, se no momento da feitura, foi abordada uma regra de como deveria ocorrer este desfecho. Mas, antes de continuarmos, devemos salientar o art. 668 do CPC/39, ainda em vigor (art. 1.218, VII do CPC):

Se a morte ou a retirada de qualquer dos sócios não causar a dissolução da sociedade, serão apurados exclusivamente os seus haveres, fazendo--se o pagamento pelo modo estabelecido no contrato social, ou pelo convencionado, ou, ainda, pelo determinado na sentença.

Como demonstrado, o legislador traz a liberdade para o caso, porém, nota-se a afirmação a respeito dos haveres, "o determinado na sentença". Em suma, o estatuto do código comercial, oferece total liberdade contratual em relação ao tema discutido, isto é, caso não tenha nada estipulado em contrato o juiz goza da autorização de fixar a melhor forma, através da sentença. Porém, há ocorrências nas quais o contrato foi feito em condições financeiras que não se encontram mais. Sendo assim, a saída de um sócio poderia abalar financeiramente uma sociedade, trazendo por fim, a sua falência. Por consequência os trabalhadores viriam a somar nos dados de desemprego do Brasil. O magistrado deve sim se atentar ao contrato, mas quando este estrangula a questão financeira da empresa, não deve vir a ser contemplado. Faz-se então uma prova pericial retratando o perfil da sociedade e possibilitando a real noção da condição societária e dando por fim, a chance da continuidade da sociedade. (CORRIJO, 2020)

À luz deste raciocínio, que o TAMG, em bem lançado acórdão, da relatoria do eminente Juiz NILSON REIS, deliberou:

Na ação de dissolução parcial de sociedade, decretada esta e apurados os haveres do sócio dissidente, o pagamento a este será feito na forma e no prazo fixados pelo Judiciário, à míngua de qualquer dispositivo sobre a matéria no contrato social." (AC 242.047-7, Comarca de Presidente Olegário)

Em seu voto, merecedor de transcrição parcial, o culto relator discorda do pagamento de uma só vez, argumentando que, "de maneira a atender aos interesses do sócio dissidente e a preservar a vida econômica da empresa, justo seria que esse pagamento fosse feito em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, acrescidas de juros de 0,5% ao mês e a devida correção monetária". Ainda: "atendesse, assim, à função social da empresa, evitando--se a sua paralisação com os consectários sociais, a ela inerentes, quais sejam, entre outros, o desemprego e a queda de arrecadação tributária, numa época reconhecidamente difícil, tanto para os trabalhadores quanto para os cofres públicos". O ideal, sem sombra de dúvidas, é que os sócios, quando tudo é harmonia, estabeleçam a forma de pagamento dos haveres, preferindo, em homenagem a este aspecto social da empresa, o pagamento em parcelas. (THEODORO JÚNIOR, 2019)

HERNANI ESTRELA, 2020, in Apuração dos Haveres de Sócio, não deixa de destacar que "a previsão é de todo em todo recomendável, sobretudo para a sociedade devedora, cuja situação financeira poderia não ser propícia, quando devesse satisfazer, de imediato e a dinheiro de contado, os haveres, do sócio que falecer ou se retirou". (2. ed., p. 322)

Também o STJ, como se apura de alguns julgados, guarda esta visão social da empresa. Em aresto, cuja relatoria pertenceu ao Ministro EDUARDO

RIBEIRO, 2018, p.34 aqueles pretório valorizou a importância de cláusula contratual que preveja o pagamento parcelado dos haveres:

Sociedade. Saída de sócio. Não havendo ofensa a lei de ordem pública nem se vislumbrando hipótese de enriquecimento sem causa, não há razão para negar eficácia a cláusula contratual que estabeleceu devessem os haveres do pagamento do sócio que se retira serem pagos em parcelas. Aplicação do princípio da força obrigatória dos contratos e incidência, ademais, do disposto nos arts. 302, 6 e 7 do Código Comercial (Decreto nº 3.708/19, art. 2º) e no art. 668 do CPC/39, em vigor por força do art. 1218 da vigente lei processual. Cláusula contratual que se justifica por interessar à continuidade da empresa que se poderia inviabilizar caso o pagamento do sócio que se retira devesse fazer-se integralmente, de uma só vez" (REsp 33.458/SP).

Sendo assim, no momento de efetivar o contrato devemos dar atenção ao pagamento dos haveres estipulando um meio ideal a qual ele deverá ser feito a fim de não só restituir o agora, ex-sócio, mas como também, resguardar a empresa que continuará no mercado.

10 DADOS JURISPRUDÊNCIAS

Por fim, apresentaremos uma análise jurisprudencial de algumas decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, todas do ano de 2021, relacionadas às dissoluções parciais da sociedade, para descobrir o que vem sendo decidido no Estado.

Verifica-se que algumas jurisprudências, quando se tratam sobre a apuração de haveres, costumeiramente antes, será necessário um laudo pericial, pois só deste modo será possível a apuração justa do valor a qual o ex-sócio tem direito. Não só isso, mas como também bons motivos que comprovem a probabilidade do direito e o perigo de dano, para que assim, o recurso seja provido. Nos casos estudados, quando se trata de tutela de urgência pede-se ainda uma garantia como a caução já que o risco de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência, que constitui motivo para a inadmissibilidade desta, pode ser afastado ou mitigado. Por seguinte, um caso que aborda a tutela de urgência, em que, não houve caução (ZANETTI 2019).

Os Imóveis registrados na conta da empresa, que estão aos cuidados dos administradores, acabaram por assim, deixar de prestar contas e ainda, estão recebendo aluguel e realizando vendas dos imóveis sem a sua anuência ou mesmo, prévia comunicação. Sendo assim, o requerente pretende se retirar da sociedade e também levar consigo a sua cota parte. Deste modo, o autor pediu à ré que apresentasse todos os documentos e informações acerca da condução dos negócios de gestão imobiliária relativos ao seu patrimônio em até 5 dias, não só isso, mas como também, a paralisação da conta bancária da sociedade para que possibilite a retirada da sua cota parte. Apesar de todo o alegado, não houve provas de que os outros sócios estariam dilapidando o seu patrimônio. Por fim, caso a ação fosse provida, a empresa viria a ficar sem fluxo de caixa para as despesas de sua manutenção e ocorreria um dano inverso. Negando por assim, o provimento ao recurso (HOOG, 2020).

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No desenvolvimento da pesquisa objetivamos demonstrar as hipóteses legais da Dissolução parcial de sociedade com dois ou mais sócios, seu procedimento, a importância da perícia e a apuração dos haveres, ou seja, o patrimônio e dívidas.

Apresenta-se a possibilidade no Código de Processo Civil de 2015, da saída de um dos sócios, com a apuração de seus direitos e deveres, possibilitando que a sociedade continue, sem aquele determinado sócio ou sócios.

A Importância da apuração dos haveres, de acordo com as regras do art. 604 do Código de Processo Civil, seguindo o Contrato social e a parte pode pedir no curso do processo revisão da apuração dos valores levantados na Dissolução Parcial de Sociedade.

Conclui-se que mesmo com as inovações da legislação processual, aparecem muitas lacunas abertas e situações na Dissolução Parcial de Sociedade que necessitam de mais especificações legais e técnicas, objeto de novos estudos e atualização legal

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Flávio Olímpio. DIREITO PONTO COM. Capítulo V – Da ação de dissolução parcial de sociedade (Art. 599 a 609). 2018. Disponível em: <https://www.direitocom.com/novo-cpc-comentado/capitulo-v-da-acao-de-dissolucao-parcial-de-sociedade>. Acesso em: 09 jun. 2021.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Da ação de dissolução parcial de sociedade. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/37923/da-acao-de-dissolucao-parcial-de-sociedade-no-novo-codigo-de-processo-civil>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CORRIJO, Wesley, 2020. REDE JORNAL CONTÁBIL. Regras da Apuração dos haveres na dissolução parcial de sociedade. <https://www.jornalcontabil.com.br/regras-da-apuracao-dos-haveres-na-dissolucao-parcial-de-sociedade/>. Acesso em: 09.Jun.2021

DIREITO NET. ação de dissolução parcial de sociedade. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/1672/Acao-de-dissolucao-parcial-de-sociedade>. Acesso em: 09 jun. 2021.

GUERRA, Luiz. JUSTIÇA E CIDADANIA. Ação de dissolução parcial de sociedade no novo CPC. Disponível em: <https://www.editorajc.com.br/acao-de-dissolucao-parcial-de-sociedade-no-novo-cpc/>. 2015. Acesso em: 09 jun. 2021.

HOOG. Wilson Alberto Zappa. 2020. Pontos Relevantes na Apuração de Haveres CPC/2015: Especificação dos Ativos Inclusive do Intangível e dos Passivos. Disponível em: <https://www.properito.com.br/pontos-relevantes-na-apuracao-de-haveres-cpc-2015-precificacao-dos-ativos-inclusive-o-intangivel-e-dos-passivos>. Acesso em 2021.

MPSP. Pagamento dos Haveres. Disponível em:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDC_07_32.pdf. Acesso em 13. jun. 2021.

TJSC. Jurisprudência. Disponível em:

http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=A%E7%E3o%20de%20dissolu%E7%E3o%20parcial%20de%20sociedade&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AAIAAK4FNAAO&categoria=acordao_5. Acesso em 14. jun. 2021.

TJSC. Jurisprudência. Disponível em:

http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=A%E7%E3o%20de%20dissolu%E7%E3o%20parcial%20de%20sociedade&only_ementa=&frase=&id=321602194469029266972289839466&categoria=acordao_eproc. Acesso em 15. jun. 2021.

TJSC. Jurisprudência. Disponível em:

http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=Dissolu%E7%E3o%20parcial%20de%20sociedade%20haveres&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AAIAAly6kAAM&categoria=acordao_5. Acesso em 16. jun. 2021.

TJSC. Jurisprudência. Disponível em:

http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=Dissolu%E7%E3o%20parcial%20de%20sociedade%20haveres&only_ementa=&frase=&id=321594733193657402662643482132&categoria=acordao_eproc. Acesso em 16. jun. 2021.

TJSC. Jurisprudência. Disponível em:

http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=Dissolu%E7%E3o%20parcial%20de%20sociedade%20haveres&only_ementa=&frase=&id=321616171259565332767845734287&categoria=acordao_eproc. Acesso em 16. jun. 2021.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil vol. II ed. 53ª, editora Forense, 2019, p.239.

TOMAZETTE, Marlon. CURSO DE DIREITO EMPRESARIAL: TEORIA GERAL E DIREITO SOCIETÁRIO, SÃO PAULO-SP, ano 2017, v. 1, ed. 8, 16 jan. 2017. E-book.

PAULINO, Mozart. Samuel, 2016. JURIDICO CERTO. Ação de dissolução parcial de sociedade. Disponível em: <https://juridicocerto.com/p/mozartpaulino/artigos/acao-de-dissolucao-parcial-de-sociedade-3054>. Acesso em: 09.jun.2021.

ZANETTI Robson, 2019*PERITOS CONTABEIS. Fundamentos da Prova Pericial Contábil.

https://www.peritoscontabeis.com.br/trabalhos/fund_prov_per_contabil.pdf. Acesso em: 14.jun.2021

O DESTINO DOS BENS DE HERANÇA QUANDO NÃO APARECEM
HERDEIROS E DOS BENS DE PESSOAS QUE DESAPARECEM: SEUS
EFEITOS PRÁTICOS ANALISADOS A PARTIR DA LEI N.º 13.105/2015

*THE DESTINATION OF HERITAGE PROPERTY WHEN HEIRS DO NOT
APPEAR AND THE PROPERTY OF PERSONS WHO DISAPPEAR: THEIR
PRACTICAL EFFECTS ANALYZED FROM THE LAW No. 13.105/2015*

Ana Beatriz de Toledo Prado, Ana Carolina de Toledo Prado, Dener Montibeller
Klann, Diego Fernando Becker, Gabriela Schwamberger, Anna Lucia Martins
Mattoso

anna.mattoso@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

RESUMO: O presente artigo é resultante de uma pesquisa bibliográfica, que tem como principal objetivo discorrer acerca da aplicação prática dos arts. 738 a 745, previstos no Título III, da Lei n.º 13.105/2015, e que versam, mais precisamente, acerca da temática da herança jacente, quando não aparecem herdeiros e dos bens dos ausentes, no caso do desaparecimento do titular dos bens, seguindo um procedimento especial, de modo a disciplinar o recebimento, a análise, a aplicabilidade e a solução das pretensões trazidas ao conhecimento do Poder Judiciário. O método de pesquisa é o dedutivo, partindo de análises da Lei n.º 15.103/2015 - Código de Processo Civil -, juntamente com embasamento bibliográfico para, logo em seguida, trazer à baila as principais peculiaridades, entendimentos doutrinários e verificando importantes decisões dos tribunais superiores.

PALAVRAS-CHAVE: Procedimentos especiais. Jurisdição voluntária. Herança jacente. Bens dos ausentes. Aplicabilidade.

ABSTRACT: *This article is the result of a bibliographical research with the main objective of discussing the practical application of articles 738 to 745, provided for in Title III of Law n. 13.105/2015 which precisely deals with the theme of inheritances in abeyance and the assets of absentees, following a specific rite, in order to discipline the receipt, analysis, applicability and solution of claims brought to the knowledge of the Judicial power. The research method is deductive based on the analysis of Law n. 15.103/2015 - Code of Civil Procedure -, along with bibliographic basis to support its main peculiarities, doctrinal and, aligning all of this, with what has been decided in the higher courts.*

KEYWORDS: *Special Procedures. Voluntary Jurisdiction. Inheritance in abeyance. Assets of absentees. Applicability.*

1 INTRODUÇÃO

É notável que, nos dias atuais, o Poder Judiciário tem se deparado com um enorme acervo de processos judiciais, que imprimem atraso à prestação jurisdicional, fazendo com que, dentre outras coisas, uma simples homologação se estenda por semanas, quando não meses. Com base nisso, o legislador, sentindo a necessidade de prover agilidade e eficiência à atividade forense, decidiu prever procedimentos especiais, mais céleres, para temas específicos.

A delimitação do tema do presente artigo se deu em razão do estudo acadêmico proposto pela orientadora, o qual objetiva a elaboração de um texto que resuma as principais características dos procedimentos especiais da herança jacente, nos casos de herdeiros que não se habilitam judicialmente para receber a herança e dos bens dos ausentes ou pessoas que desaparecem e os herdeiros precisam resolver a administração dos bens do desaparecido, para atender as diversas demandas trazidas pelas famílias que formam a sociedade.

2 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Tais procedimentos se encontram insertos no novo Código de Processo Civil - CPC/2015 -, mais especificamente em seu Título III, que se divide em duas categorias distintas, sendo elas os Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e os Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Os procedimentos supracitados se diferenciam do Procedimento Comum em questões referentes à simplificação de prazos, expedientes e atos processuais, podendo até remover determinadas formalidades dispensáveis, além de delimitar os temas que podem ser discutidos nas exordiais e contestações, como também são hábeis a explicar os requisitos materiais e formais para a eficácia deste procedimento.

Discorrendo acerca do tema processual, Reale (2002, p. 346) ensina que: “O Direito Processual objetiva, pois, o sistema de princípios e regras mediante os quais se obtém e se realiza a prestação jurisdicional do Estado necessária à solução dos conflitos de interesses surgidos entre particulares, ou entre estes e o próprio Estado”.

Em relação aos Procedimentos de Jurisdição Contenciosa, a necessidade de uma atuação mais expressiva do magistrado é *mister*, tendo em vista tratarem-se de procedimentos em que existe a necessidade da resolução de um conflito, havendo, de fato, a presença de um litígio, devendo este ser resolvido pelo Judiciário.

Theodoro Júnior (2020, p. 3) define os Procedimentos Contenciosos como “[...] aqueles em que realmente se desenvolve função jurisdicional, ou seja, atividade estatal em busca de solução jurídica a ser imposta soberanamente na solução de situações litigiosas”.

De outro norte, nos Procedimentos de Jurisdição Voluntária não há a presença de um litígio, inexistindo conflito a ser resolvido, o que dispensa a figura ativa do magistrado. Assim sendo, nas palavras de Theodoro Júnior (2020, p. 3):

A jurisdição dita voluntária ou graciosa nem mesmo é jurisdição, no sentido técnico da expressão. Por meio dela o que se dá é atividade administrativa desempenhada excepcionalmente

pelos órgãos jurisdicionais. Sua presença nas leis processuais prende-se unicamente ao aspecto subjetivo dos agentes que dela se encarregam, e não à natureza da função. Substancialmente, a atividade é administrativa. Apenas subjetivamente é judicial.

Nessa senda, os Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária, presentes nos arts. 719 a 790, do CPC/2015, visam apenas verificar o cumprimento dos requisitos legais necessários à homologação da vontade das partes, de forma que aquele negócio jurídico estabelecido venha a ter validade, citando-se, a título exemplificativo, o divórcio e separação consensuais, testamentos e codicilos.

Discorrido acerca dos aspectos gerais dos Procedimentos Especiais, insta ressaltar a temática central do presente artigo, qual seja, a aplicabilidade da Herança Jacente e dos Bens dos Ausentes, ambos considerados Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária, cuja intenção é, respectivamente, não deixar se perder o patrimônio daqueles que faleceram sem deixar herdeiros ou daqueles que desapareceram sem dar notícias ou deixar representante e, por outro lado, preservar os direitos e as garantias fundamentais previstas no art. 5º, inciso XXX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, garantindo o direito de herança.

3 HERANÇA JACENTE

Segundo Theodoro Júnior (2020, p. 529), no direito brasileiro, a herança jacente resta caracterizada quando “inexistem herdeiros ou se estes são desconhecidos, ou se os conhecidos se recusam a aceitar a sucessão, o caso é de *herança jacente*, cujos bens devem ser judicialmente arrecadados e colocados sob administração de um curador (CC, art. 1.819)”.

Gagliano e Pamplona Filho (2020, p. 170) conceitua herança jacente como “aquela em que o falecido não deixou testamento ou herdeiros conhecidos. A herança literalmente ‘jaz’ enquanto não se apresentam herdeiros para reclamá-la [...]”.

Ademais, Dias (2013, p. 520) acrescenta que:

Do falecimento do seu titular até o reconhecimento de que não existem herdeiros, há um longo percurso. É indispensável o recolhimento dos bens e a nomeação de alguém que cuide deles: um curador. Também precisam ser convocados eventuais herdeiros por meio de editais. Só depois é possível declarar que os bens estão vagos, ou seja, que a herança é vacante.

Entretanto, segundo Oliveira (1936 *apud* Gonçalves, 2021, p. 138), é importante diferenciar o conceito moderno de herança jacente do antigo conceito do direito romano:

O conceito moderno da herança jacente difere do direito romano: este considerava a herança, embora não adida, pessoa jurídica, que representava a pessoa do defunto, e como tal, era capaz de adquirir direito e contrair obrigações; modernamente, porém, não há herança jacente neste sentido, porque, de acordo com

os novos sistemas jurídicos, o domínio e a posse do *de cujus* transmitem-se, desde logo aos seus herdeiros.

Nesse sentido, constata-se que a herança é declarada jacente quando não existem herdeiros ou, ainda, quando eles são desconhecidos ou renunciaram à herança¹ para assumirem aqueles bens e, após processada a arrecadação dos bens, assunto este que será discutido em um tópico próprio, será considerada vacante e incorporada ao patrimônio do município ou do Distrito Federal e, se em território ainda não constituído em Estado, à União.

3.1 CURADORIA DOS BENS ARRECADADOS

Quando a herança é declarada jacente, como anteriormente discorrido, significa que a mesma não possui um representante, ao mesmo tempo que não constitui personalidade jurídica, motivo pelo qual não deve ficar perdida no espaço/tempo. Assim sendo, o CPC/2015 atua com acerto em nortear de que maneira será nomeado um representante para os bens, que se denominará curador, devendo este ser responsável por administrá-los no curso do processo, até que se habilitem os herdeiros ou que a herança seja declarada vacante.

Diniz (2020, p. 114), discorrendo acerca da figura do curador, elucida que:

Com o intuito de obstar danos em consequência de extravio dos bens dessa herança jacente, pondo-se a seguro os objetos e valores que podem desaparecer, confiando sua guarda, conservação e administração a um curador nomeado judicialmente até ser entregue ao sucessor legalmente habilitado, ou até a declaração de vacância (CPC, art. 739²).

Importante salientar que a curatela da herança jacente está sujeita à mesma disciplina prevista para o depositário e administrador de bens penhorados, nos termos dos arts. 159 a 161, do CPC/2015. Consequentemente, conforme esclarece Theodoro Júnior (2020, p. 532), “Trata-se, assim, de função remunerada e sujeita à responsabilidade por reparação civil de atos danosos praticados culposa ou dolosamente”.

Levando em consideração o disposto nos artigos supramencionados, fica claro que o curador pode sofrer sanções civis, bem como não receber a remuneração que lhe fora atribuída caso pratique ato ilícito no momento da administração dos bens. Inobstante, há ainda a previsão de responsabilidade penal, ou até mesmo de sanção por ato atentatório à dignidade da justiça, em caso de não observância de seus deveres como curador.

¹ Art. 1.823, do Código Civil: Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, será esta desde logo declarada vacante”.

² Art. 739, do CPC/2015: A herança jacente ficará sob a guarda, a conservação e a administração de um curador até a respectiva entrega ao sucessor legalmente habilitado ou até a declaração de vacância. § 1º Incumbe ao curador: I - representar a herança em juízo ou fora dele, com intervenção do Ministério Público; II - ter em boa guarda e conservação os bens arrecadados e promover a arrecadação de outros porventura existentes; III - executar as medidas conservatórias dos direitos da herança; IV - apresentar mensalmente ao juiz balancete da receita e da despesa; V - prestar contas ao final de sua gestão. § 2º Aplica-se ao curador o disposto nos arts. 159 a 161.

3.2 ARRECADAÇÃO DA HERANÇA JACENTE

De acordo com De Plácido e Silva (2013, p. 138) na terminologia do Direito Civil e Processual, “[...] *arrecadação* indica sempre a apreensão dos bens e seu arrolamento, para que se faça ou se cumpra uma formalidade legalmente instituída, como preliminar de outros atos decorrentes, que se seguirão”. Destarte, os bens contabilizados durante a arrecadação judicial serão colocados nas mãos de um curador que, diante disso, irá administrá-los conforme decisão proferida pelo juízo competente da comarca no qual era domiciliado o falecido. Entretanto, havendo bens em diferentes comarcas, será realizada a arrecadação em cada comarca em que o bem se encontrar, além de que, havendo vários domicílios ou não havendo nenhum, será firmada a competência pela prevenção.

A respeito da legitimidade processual, Theodoro Júnior (2020, p. 530) esclarece que:

A abertura do procedimento da arrecadação da herança jacente ocorre por iniciativa do próprio juiz (art. 738). O representante do Ministério Público ou da Fazenda Pública, ou qualquer outro interessado, pode provocar a instauração do procedimento, levando ao juiz a notícia da morte de alguém que tenha deixado bens sem herdeiros conhecidos.

Endossando os ensinamentos do supracitado doutrinador, o Informativo n.º 688, do Superior Tribunal de Justiça, publicado em 15 de março de 2021, trouxe a seguinte decisão acerca do procedimento especial envolvendo o tema da herança jacente, norteado pelo CPC/2015: “A abertura e o regular processamento da herança jacente constituem poder-dever do magistrado, sendo inadequado o indeferimento da petição inicial em virtude de irregular instrução do feito por qualquer dos outros legitimados ativos”.

Ademais, Rodrigues (2002 *apud* GONÇALVES, 2021, p. 137), ensina que:

O Estado, no intuito de impedir o perecimento da riqueza representada por aquele espólio, ordena sua arrecadação, para o fim de entregá-lo aos herdeiros que aparecerem e demonstrarem tal condição. Somente quando, após as diligências legais, não aparecerem herdeiros, é que a herança, até agora jacente, é declarada vacante, para o fim de incorporar-se ao patrimônio do Poder Público.

Em uma breve contextualização, Theodoro Júnior (2020, p. 534) resume o procedimento a ser utilizado pelo competente juiz após receber a informação acerca da herança jacente, em que este:

Nomeia o curador; ordena que o oficial de justiça arrole os bens e descreva em auto circunstanciado, com a lavratura do auto de arrecadação (art. 740); inquirição de moradores da casa e da vizinhança, com a lavratura do auto de inquirição e informação (art. 740, § 3º); expedição de edital, com prazo de 6 (seis) meses (art. 741).

Posto isto, constata-se que o Estado, por intermédio do Poder Judiciário, busca preservar o patrimônio daqueles que faleceram sem deixar herdeiros ou quando os eventuais herdeiros não foram localizados, ou tenham renunciado à herança, de modo que esse patrimônio não se deteriore e nem seja considerado simplesmente vago, destinando-o a um fim específico, se não encontrado herdeiro apto a assumir a herança.

Destarte, percebe-se que, através da arrecadação dos bens, visando sua utilização para um fim específico, esse bem volta a cumprir com a função social da propriedade, princípio imposto no art. 5º, XXIII, da Constituição Federal³. Salienta-se que os requisitos para se atingir a função social estão dispostos nos arts. 182⁴ e 186⁵, da Carta Magna, os quais tratam, respectivamente, da propriedade urbana e da propriedade rural. Em síntese aos referidos artigos, a função social da propriedade visa garantir o bem estar coletivo, respeitando o plano diretor, no caso da propriedade urbana, ou, por exemplo, fazendo bom uso dos recursos naturais, em se tratando de propriedade rural.

3.3 ALIENAÇÃO DOS BENS

Durante o andamento processual, evidentemente existe a possibilidade de o magistrado se deparar com bens que necessitem de imediata alienação. Dessa forma, o legislador faz referência a esses bens passíveis de alienação judicial, prevendo que, como bem pontuado por Gonçalves, M. (2021, p. 1148) “Pode o juiz autorizar a venda de bens, em situações especiais, em regra relacionadas ao risco de possíveis deteriorações, na forma do art. 742, do CPC⁶”.

Acrescendo ao acima exposto, Marcato (2021, p. 316) acentua que:

Na ocorrência de qualquer das situações previstas no art. 742 do CPC, o juiz poderá autorizar a alienação dos bens arrecadados, sub-rogando-se o valor correspondente. Essa alienação pressupõe a prévia avaliação dos bens e deverá realizar-se em leilão (art. 730⁷). Também será alienado o imóvel ameaçado de ruína ou, estando hipotecado e vencida a dívida,

³ Art. 5º, XXIII da Constituição Federal: A propriedade atenderá a sua função social.

⁴ Art. 182, § 2º da Constituição Federal: A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

⁵ Art. 186, da Constituição Federal: A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

⁶ Art. 742, do CPC/2015: O juiz poderá autorizar a alienação: I - de bens móveis, se forem de conservação difícil ou dispendiosa; II - de semoventes, quando não empregados na exploração de alguma indústria; III - de títulos e papéis de crédito, havendo fundado receio de depreciação; IV - de ações de sociedade quando, reclamada a integralização, não dispuser a herança de dinheiro para o pagamento; V - de bens imóveis: a) se ameaçarem ruína, não convindo a reparação; b) se estiverem hipotecados e vencer-se a dívida, não havendo dinheiro para o pagamento.

⁷ Art. 730, do CPC/2015: Nos casos expressos em lei, não havendo acordo entre os interessados sobre o modo como se deve realizar a alienação do bem, o juiz, de ofício ou a requerimento dos interessados ou do depositário, mandará aliená-lo em leilão, observando-se o disposto na Seção I deste Capítulo e, no que couber, o disposto nos arts. 879 a 903.

não houver numerário disponível ou suficiente para o pagamento, salvo se a Fazenda Pública ou o habilitando adiantar a importância para os reparos ou para o pagamento da dívida.

Ante o exposto, fica visível que o Estado busca, das melhores formas, tutelar os bens com o intuito de preservar a integridade dos mesmos, determinando que haverá a alienação, de acordo com a legislação predita, quando vislumbrar-se o perecimento daquele bem ou quando se torna inviável sua conservação.

Destaque-se o art. 742, §§ 1º e 2º, nos quais, respectivamente, cabe o adiantamento de valores, visando a manutenção daquele bem, sem a necessidade de venda antecipada, sendo caso, por exemplo, daquele bem ser conveniente ao ente público, ou, quando o bem possui determinado valor afetivo, sendo que, nesse caso, só poderá ser alienado após a herança ser declarada vacante.

3.4 HABILITAÇÃO E SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO DA ARRECADAÇÃO

Durante o processo de arrecadação judicial, é possível que os herdeiros, que antes eram desconhecidos, venham a ser encontrados, de modo que restará prejudicado o regular trâmite processual.

Consoante a isto, segundo comentário de Theodoro Júnior (2020, p. 532) acerca do art. 740, § 6º, do CPC/2015, “O surgimento de cônjuge ou companheiro, herdeiro ou testamenteiro notoriamente conhecido será empecilho à realização da arrecadação, ou provocará sua suspensão, se já iniciada”.

Todavia, em observância à parte final do referido dispositivo, “[...] o juiz ouvirá o curador, os eventuais interessados já presentes no processo, o órgão do Ministério Público e o representante da Fazenda Pública”. Em não havendo oposição por parte dos interessados, será analisado o pedido de habilitação e posteriormente, observar-se-á o artigo 741, § 3º, do CPC/2015⁸. Ademais, nas palavras de Marcato (2021, p. 315):

[...] reconhecida a existência de herdeiro, a qualidade do testamenteiro nomeado pelo testador ou provada a identidade do cônjuge ou companheiro do falecido, não mais se cogita a jacência da herança, daí a conversão do procedimento respectivo em inventário ou arrolamento, dependendo do caso concreto [...].

São evidentes as razões determinantes da conversão: havendo herdeiro(s), a ele(s) será destinado o acervo hereditário, procedendo-se ao respectivo inventário (ou arrolamento) e posterior partilha (ou adjudicação, se herdeiro único); reconhecida a qualidade do testamenteiro, ele deverá cumprir as disposições testamentárias (CPC, art. 735, § 5º), providenciando a abertura do inventário, salvo na inexistência de herdeiro, hipótese em que não ocorrerá a conversão sob exame; finalmente, demonstrada a identidade do cônjuge ou

⁸ Art. 741, § 3º, do CPC/2015: Julgada a habilitação do herdeiro, reconhecida a qualidade do testamenteiro ou provada a identidade do cônjuge ou companheiro, a arrecadação converter-se-á em inventário.

companheiro do autor de herança, ele terá direito à/ou sobre a herança (v. CC, arts. 1.829, I a III, 1.830 e 1.838; ainda, Leis nº 8.971, de 29.12.94, arts. 2º e 3º e nº 9.278, de 10.5.96, art. 7º, parágrafo único).

Impende, ainda, mencionar o art. 741, § 4º, do CPC/2015, o qual garante a possibilidade de credores se habilitarem no procedimento de arrecadação da mesma forma que nos processos de inventário. E mais, nas palavras de Theodoro Júnior (2020, p. 532), “poderão também acionar o espólio, pelas vias contenciosas, caso em que a representação deste, no processo, será feita pelo curador da herança jacente. A habilitação não contenciosa será processada segundo o disposto nos arts. 642 a 646 do NCPC”, seção esta que disciplina o pagamento das dívidas, bem como determina os procedimentos a serem adotados pelos credores do espólio.

Verifica-se que passada a etapa da arrecadação dos bens sem que haja habilitação de nenhum sucessor ou herdeiro, dá-se início à preparação dos bens para serem transferidos ao Poder Público, de forma provisória, convertendo-se herança jacente em herança vacante.

3.5 ENCERRAMENTO E DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA

Acerca do encerramento de arrecadação da herança jacente, Marcato (2021, p. 315) leciona que:

Nada mais havendo a ser arrecadado – e já cumprida, se for o caso, a carta precatória para arrecadação de bens em outra comarca –, o juiz determinará a expedição de edital. Ele será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal de justiça em cuja jurisdição tramita o procedimento e na plataforma de editais do CNJ, onde permanecerá acessível por três meses; inexistindo sítio para hospedar o edital, será publicado no órgão oficial e na imprensa local por três vezes, com intervalos de um mês, convocando os sucessores do falecido a habilitarem-se nos próximos seis meses, a contar da primeira publicação. Herdeiros conhecidos e com endereço certo serão pessoalmente citados, sem prejuízo da publicação do edital, pois este é destinado a dar ciência da arrecadação também a eventuais herdeiros desconhecidos ou não localizados. Finalmente, sendo estrangeiro o falecido, a autoridade consular competente será informada da existência da herança jacente, para que possa tomar as providências necessárias à localização, em seu país de origem, de eventuais sucessores daquele (CPC, art. 741).

Encerrada a arrecadação da herança jacente, esta, por decisão judicial, será convertida em herança vacante. De acordo com De Plácido e Silva (2013, p. 1455), tem-se como conceito de vacância aquilo que:

Em significação jurídica, *vacância* é simplesmente a vaga ou o estado de *vago*. [...] *Vacância de bens* exprime o estado de bens *vagos* ou de *bens sem dono*. A vacância de bens resulta sempre de uma declaração judicial, em virtude do que são os bens

devolvidos à Fazenda Pública. A vacância, nesta hipótese, tanto se deriva do encontro de *bens abandonados*, ou *sem dono*, como da existência de bens de *um morto*, que não tenha deixado herdeiros, necessários ou testamentários.

Sobre o procedimento para declaração da vacância, Theodoro Júnior (2020) esclarece que, publicado o primeiro edital, previsto no art. 741, do CPC/2015, é aguardado o prazo de 01 (um) ano para que um possível sucessor compareça aos autos e habilite-se. Transcorrido o supracitado prazo, não havendo habilitação pendente ou herdeiro habilitado, o competente magistrado decretará, por intermédio de uma sentença, a vacância da herança, conforme preceitua o art. 743, do CPC/2015.

Após a decisão judicial, os bens arrecadados serão entregues à Fazenda Pública e cessarão os deveres do curador, conforme art. 739, do CPC/2015. Entretanto, é imperioso observar o prazo de 05 (cinco) anos contados a partir da abertura da sucessão para que o domínio dos bens seja transferido definitivamente à Fazenda Pública, conforme determina o art. 1.822, do Código Civil.⁹

Decretada a vacância da herança, respeitados os prazos legais e havendo a incorporação dos bens do falecido ao domínio público, qualquer interessado, sejam herdeiros ou credores, respectivamente, por ação direta ou ação ordinária de petição de herança, poderão propor sua demanda em face do Estado, que agora detém o direito de administração dos bens, os quais passaram a sua propriedade.

Contudo, em que pese a Fazenda Pública possa ser destinatária da herança nos casos aqui discutidos, deve-se atentar que ela não pode ser considerada herdeira, como bem pontua Diniz (2020, p. 196):

O Poder Público não é herdeiro, não lhe sendo reconhecido o direito de *saisine*, pois não entra na posse e na propriedade da herança pelo fato da abertura da sucessão; para isso, é necessária a sentença de vacância pela falta de sucessores de outra classe (RT, 641:119, RJTJSP, 134:342, 113:106, 107:177, 101:78). É, portanto, um *sucessor irregular* do que faleceu sem deixar herdeiro legítimo ou testamentário.

Ademais, com relação à aplicação de tal herança pelo ente estatal, Diniz (2020) relembra que, a partir do advento do Código Civil de 2002, o Poder Público pode dar aos bens vacantes a destinação que julgar mais apropriada ao interesse público, não mais se obrigando a aplicar a herança em fundações destinadas ao ensino universitário, exigência essa prevista no art. 3º, do Decreto-Lei nº 8.207/45, o qual foi revogado.

⁹ Art. 1.822, do Código Civil: A declaração de vacância da herança não prejudicará os herdeiros que legalmente se habilitarem; mas, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União quando situados em território federal.

3.6 APLICAÇÃO PRÁTICA

Diante de todo o acervo aqui exposto, é interessante alinhar a parte teórica do tema à sua parte prática. Desse modo, importante demonstrar o desenrolar processual envolvendo o tema da herança jacente em recente decisão do Superior Tribunal de Justiça diante do REsp 1812459/ES, julgado em 09/03/2021, DJe 11/03/2021:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HERANÇA JACENTE. LEGITIMIDADE ATIVA DO PRÓPRIO MAGISTRADO. PODERES DE INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO CONFERIDOS PELA LEI PROCESSUAL. PODER-DEVER DO JUIZ.

RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO.

1. O propósito recursal consiste em definir se a instauração do procedimento especial de herança jacente por um ente municipal, mas sem a devida instrução com os documentos indispensáveis, ainda que desatendida a intimação para emendar a petição inicial, enseja o indeferimento da exordial e, por conseguinte, a extinção do processo sem resolução do mérito.

2. A ausência de demonstração, nas razões recursais, da forma pela qual se deu a violação ao art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 pelo Tribunal de origem implica deficiência na fundamentação, a impossibilitar o conhecimento da insurgência no ponto, dada a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

3. A herança jacente, prevista nos arts. 738 a 743 do CPC/2015, é um procedimento especial de jurisdição voluntária que consiste, grosso modo, na arrecadação judicial de bens da pessoa falecida, com declaração, ao final, da herança vacante, ocasião em que se transfere o acervo hereditário para o domínio público, salvo se comparecer em juízo quem legitimamente os reclame.

4. Tal procedimento não se sujeita ao princípio da demanda (inércia da jurisdição), tendo em vista que o CPC/2015 confere legitimidade ao juiz para atuar ativamente, independente de provocação, seja para a instauração do processo, seja para a sua instrução. Por essa razão, ainda que a parte autora/requerente não junte todas as provas necessárias à comprovação dos fatos que legitimem o regular processamento da demanda, deve o juiz, antes de extinguir o feito, diligenciar minimamente, adotando as providências necessárias e cabíveis, visto que a atuação inaugural e instrutória da herança jacente, por iniciativa do magistrado, constitui um poder-dever.

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido.

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo Município de Água Doce do Norte/ES, que teve seu pedido inicial indeferido pelo juízo de primeiro grau, extinguindo-o sem resolução do mérito, haja vista que, segundo o magistrado, não foram apresentadas provas mínimas quanto ao falecimento da Sra. M.L.C. e dos bens por ela deixados.

Em tese recursal, o ente municipal alegou que, por se tratar de um procedimento especial de jurisdição voluntária, a própria lei legitima o juiz a instaurá-lo e diligenciar com o intuito de esclarecer os fatos, ou seja, não há que se falar em extinção do processo por ausência de provas neste caso.

Desta maneira, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça conheceu em parte do RESP e deu-lhe provimento nesta parte, determinando o retorno do feito ao Juízo de primeiro grau, no intuito de que fosse dado prosseguimento ao processo e que fossem adotadas as medidas mínimas determinadas pela lei para elucidação dos fatos noticiados pelo ente municipal.

4 BENS DOS AUSENTES

Nas palavras de Gonçalves, C. (2018, p. 215), “ausente é a pessoa que desaparece de seu domicílio sem dar notícia de seu paradeiro e sem deixar um representante ou procurador para administrar-lhe os bens (CC, art. 22)”.

Na mesma linha de pensamento, Lôbo (2021, p. 58) entende que:

A ausência é um instrumento jurídico voltado a resolver problemas de natureza patrimonial resultantes do desconhecimento duradouro da existência da pessoa, mas que não pretende se igualar ao fato natural da morte. Sua finalidade fundamental é propiciar a abertura da sucessão do ausente, de modo que seu patrimônio possa ser administrado durante certo período de tempo – para oportunizar seu eventual retorno –, findo o qual será transmitido para seus herdeiros ou sucessores.

Desta forma, fica evidente a intenção do legislador em proteger os bens daqueles que desaparecem sem deixar um representante para administrar seus bens. Visto isso, e em consonância com os pensamentos já expostos, Rodrigues (2002 *apud* GONÇALVES, 2018, p. 215) aponta que a legislação tem como objetivo:

De início, preservar os bens deixados pelo ausente, para a hipótese de seu eventual retorno; ao depois, transcorrido um período de tempo, sem que o ausente regresse, o legislador, desacoroçado de esperar sua volta, passa a cuidar do interesse de seus herdeiros.

Ademais, destaca-se a interpretação de Theodoro Júnior (2020, p. 535), o qual entende que:

A figura da ausência, para o direito, tem a função de disciplinar a sucessão sobre os bens da pessoa desaparecida e importa em medidas como a nomeação de curador para administrar ditos bens, a abertura de sucessão provisória e, finalmente, a conversão desta em definitiva (CC, arts. 22 a 39).

Destarte, é possível destacar que, para fins de análise e possíveis implicações sucessórias, três são os pressupostos essenciais para pleitear a arrecadação dos bens dos ausentes: a) que a pessoa tenha desaparecido do

seu domicílio; b) que o desaparecido tenha deixado bens; c) que o desaparecido não tenha nomeado um administrador para os seus bens.

4.1 CURADORIA E ARRECADAÇÃO DOS BENS DOS AUSENTES

Extraí-se do Código Civil, mais especificamente dos arts. 22 e seguintes, os procedimentos a serem seguidos quando da ausência de um indivíduo. Inicialmente, deve ser comunicado ao juízo o desaparecimento do sujeito, e mediante requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, o magistrado irá declarar sua ausência e nomeará um curador para administrar os seus bens. Ademais, além da nomeação de um curador mediante requerimento, é possível que o ausente tenha deixado um mandatário e que esse não queira ou não possa exercer a curadoria dos bens, bem como é possível que não possua poderes suficientes, sendo este outro caso em que o juiz também nomeará um curador, conforme art. 23, do Código Civil.

O mesmo diploma legal em comento demonstra ainda a relação e a ordem dos curadores legítimos, conforme se vislumbra no art. 25 e seus respectivos parágrafos¹⁰, devendo-se levar em consideração a ordem em que estão dispostos e a observação de que os mais próximos excluem os mais remotos.

Imprescindível destacar o Enunciado 97, da I Jornada de Direito Civil, no qual, visando à igualdade social, equiparam-se direitos e deveres do cônjuge a(o) companheira(o): “No que tange à tutela especial da família, as regras do Código Civil que se referem apenas ao cônjuge devem ser estendidas à situação jurídica que envolve o companheiro, como, por exemplo, na hipótese de nomeação de curador dos bens do ausente (art. 25 do Código Civil)”.

O CPC/2015, em seu Título III, disciplina, por meio dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, três fases para que seja declarada a ausência da pessoa desaparecida, sobre as quais Marcato (1986 *apud*, THEODORO JÚNIOR, 2020, p. 536) ensina que:

- (a) o primeiro consiste na nomeação de curador ao ausente e arrecadação dos bens por ele abandonados, bem como na convocação edital do ausente para retomar a posse de seus bens (arts. 744 e 745, *caput*);
- (b) no segundo estágio, que pressupõe o não comparecimento do ausente, procede-se à abertura da sucessão provisória entre os seus herdeiros (art. 745, §§ 1º e 2º);
- (c) o último estágio, que pressupõe ainda o não comparecimento do ausente e a não comprovação de sua morte efetiva, destina-se à conversão da sucessão provisória em definitiva, à base de presunção de morte do ausente (art. 745, § 3º).

Portanto, inicialmente, através da petição inicial, esta elaborada por qualquer interessado, comunica-se ao magistrado o desaparecimento de um

¹⁰ Art. 25, do Código Civil: O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador. § 1º Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos pais ou aos descendentes, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo. § 2º Entre os descendentes, os mais próximos precedem os mais remotos. § 3º Na falta das pessoas mencionadas, compete ao juiz a escolha do curador.

indivíduo, o qual deixa bens para administrar, conforme art. 744, do CPC/2015, sendo feita, após a decretação da ausência, a arrecadação nos mesmos moldes da herança jacente, tendo como base o art. 740, do mesmo Código Processual.

Nesse sentido, Theodoro Júnior (2020, p. 536) dispõe:

Ultimada a arrecadação, da qual se lavrará auto circunstanciado, publicar-se-ão editais durante um ano, reproduzidos de dois em dois meses, anunciando a arrecadação e chamando o ausente para retomar a posse de seus bens (art. 745). A divulgação do edital dar-se-á da mesma forma que na herança jacente. Ou seja, será ele publicado na rede mundial de computadores, no sítio no tribunal a que estiver vinculado e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça ou, não havendo sítio, no órgão oficial e na imprensa da comarca.

Acerca da competência, dispõe o CPC/2015 que a arrecadação dos bens do ausente será realizada no foro de seu último domicílio, consoante art. 49, ou, caso seja desconhecido seu domicílio, a competência será do foro da situação dos bens, segundo art. 48, parágrafo único.

Finalizado o prazo sem comparecimento do ausente, fica aberta a oportunidade aos interessados para requererem a abertura da sucessão provisória, conforme art. 745, § 1º, do CPC/2015, cessando, assim, a curadoria.

Como complemento, importante destacar outras duas situações que fazem cessar a curadoria: o retorno do ausente¹¹, do seu procurador ou representante, e a certeza de sua morte, que repercutirá na extinção do processo de curadoria, eis que, a partir de então, estará constituído o espólio, ficando os legitimados aptos a iniciar o processo de inventário.

4.2 DA SUCESSÃO PROVISÓRIA

A sucessão provisória pressupõe uma situação instável e desconhecida, em outros termos, está interligada ao desaparecimento de pessoas. Dessa forma, é necessário que o juízo seja prudente ao decretar a sucessão definitiva, tendo em vista todos os desdobramentos que poderão ocorrer no caso de retorno do ausente, conforme será comentado mais adiante. Contudo, se durante o processo de sucessão provisória algum interessado apresentar documentos que comprovem a hora exata da morte do ausente, a partir de então, é estabelecida uma sucessão regular e definitiva, conforme art. 1.784, do Código Civil¹².

Nesse sentido, como forma de proteção aos bens deixados pela pessoa desaparecida, bem como em respeito ao fato de o ausente poder retornar e retomar a administração regular de seus bens, exsurge a necessidade de se decretar, inicialmente, a sucessão provisória. Assim, resta disciplinado, no Código Civil, os requisitos a serem adotados na abertura da sucessão.

¹¹ Deve ser feita averbação no registro público competente, caso o ausente retorne, consoante com a Lei dos Registros Públicos, art. 104. No livro de emancipações, interdições e ausências, será feita a averbação das sentenças que puserem termo à interdição, [...] bem como da cessação da ausência pelo aparecimento do ausente, de acordo com o disposto nos artigos anteriores.

¹² Art. 1.784, do Código Civil: Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.

Preenchidos os itens dispostos no art. 26¹³, os interessados apontados no rol do art. 27¹⁴, do supracitado Código, poderão requerer a abertura da sucessão provisória.

Marcato (2021, p. 322/323) ensina os procedimentos a serem seguidos desde o pedido de abertura provisória da sucessão até a prolação da competente sentença:

Legitimidade para requerer a abertura provisória da sucessão: Estão ordinariamente legitimados a requerer a abertura provisória da sucessão, pela ordem, o cônjuge não separado judicialmente, os herdeiros indicados no art. 1.784 do Código Civil, aquele que tiver sobre os bens do ausente direito subordinado à condição de morte (v. g., CC, arts. 547 e 1.951), ou o credor de obrigações vencidas e não pagas e, ainda, o companheiro sobrevivente. Se nenhum desses interessados requerer a abertura provisória da sucessão no prazo legal, para tanto estarão legitimados, subsidiariamente, o órgão do Ministério Público ou da Defensoria Pública, por aplicação analógica do art. 720 do CPC.

Passado o prazo legal para a abertura da sucessão sem que haja manifestação por nenhum dos interessados, tornam-se parte legítimas para intervir o Ministério Público e a Defensoria Pública, nos termos do art. 720, do CPC/2015.¹⁵

No momento da abertura da sucessão provisória, deve também ser requerida a citação dos herdeiros conhecidos no momento da arrecadação e do curador, juntamente com a citação dos herdeiros desconhecidos através de edital, conforme art. 745, § 2º, do CPC/2015.

Ademais, durante o procedimento da sucessão provisória, impende destacar o significado dos dois vocábulos utilizados, quais sejam as palavras alienação e caução. Nesse sentido, De Plácido e Silva (2013, p. 94 e 275) discorre acerca de seus significados:

A alienação, [...], é o termo jurídico, de caráter genérico, pelo qual se designa todo e qualquer ato que tem o efeito de transferir o domínio de uma coisa para outra pessoa, seja por venda, por troca ou por doação.

[...]

Caução [...] de modo geral, quer expressar, precisamente, a *cautela* que se tem ou se toma, em virtude da qual certa pessoa oferece a outrem a *garantia* ou *segurança* para o cumprimento de alguma obrigação.

¹³ Art. 26, do Código Civil: Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.

¹⁴ Art. 27, do Código Civil: Para o efeito previsto no artigo anterior, somente se consideram interessados: I - o cônjuge não separado judicialmente; II - os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários; III - os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte; IV - os credores de obrigações vencidas e não pagas.

¹⁵ Art. 720, do CPC/2015. O procedimento terá início por provocação do interessado, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, cabendo-lhes formular o pedido devidamente instruído com os documentos necessários e com a indicação da providência judicial.

Ainda, alinhando a caução e a alienação ao procedimento em comento, Marinoni (2021, pg. 628) leciona que:

[...] Caução. Os herdeiros, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias de restituição deles, mediante penhores ou hipotecas equivalentes aos quinhões (art. 30, CC). Aquele que tiver direito à posse provisória, mas não puder prestar caução, será excluído, mantendo-se os bens que lhe deviam caber sob a administração do curador, ou de outro herdeiro designado pelo juiz, e que preste essa garantia (art. 30, § 1.º, CC). O excluído da posse provisória poderá, justificando falta de meios, requerer lhe seja entregue metade dos rendimentos do quinhão que lhe tocava (art. 34, CC). Os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros, poderão entrar na posse dos bens do ausente independentemente de caução (art. 30, § 2.º, CC). Quando exigível, a caução pode ser prestada nos mesmos autos da declaração de ausência.

[...] Alienar ou Hipotecar. Os imóveis do ausente só poderão ser alienados (excetuada obviamente a desapropriação) ou hipotecados, quando o ordene o juiz, a fim de lhes evitar a ruína (art. 31, CC).

Quanto à prolação da sentença e seus efeitos, Marcato (2021, p. 322/323) resume que:

Proferida sentença determinando a abertura da sucessão provisória, proceder-se-á ao cumprimento ou abertura do testamento do ausente (v. CPC, arts. 735 a 737), se houver, ou ao inventário e partilha de seus bens, como se fosse falecido (CC, art. 28).

A respectiva sentença só terá eficácia após decorridos 180 dias de sua publicação pela imprensa (CC, art. 28); escoado esse prazo, operam-se os seguintes efeitos: (a) excetuando os ascendentes, descendentes ou cônjuge do ausente, os demais herdeiros somente serão imitados na posse dos bens se derem garantia de restituição dos mesmos, caso o ausente reapareça e os reclame (CC, art. 30 e §§); (b) a representação do ausente, ativa e passiva, ficará a cargo das pessoas enunciadas na alínea anterior (CC, art. 32); e (c) os frutos e rendimentos dos bens passarão a integrar o patrimônio do sucessor provisório, sendo este ascendente, descendente ou cônjuge do ausente (CC, art. 33); quanto aos demais herdeiros, deverão capitalizar metade desses frutos e rendimentos, nos termos do art. 33.

Vale enfatizar: apesar da omissão dos arts. 30 e 33 do Código Civil, é legítima a conclusão, pautada no § 3º do art. 226 da Constituição Federal, de que o companheiro do ausente goza das mesmas prerrogativas conferidas ao cônjuge.

A sentença deverá ser averbada no Registro Civil, dela constando expressa referência ao testamento, se o ausente o deixou, com a indicação de todos os herdeiros habilitados (LRP, art. 104, parágrafo único).

Desta forma, conforme preceitua o art. 745, § 3º, do CPC/2015, presentes os requisitos legais, poderá ser requerida a conversão da sucessão provisória em definitiva.

4.3 DA SUCESSÃO DEFINITIVA

Como já abordado, é necessário que, previamente à abertura da sucessão definitiva, o juiz decrete a sucessão provisória, como medida a resguardar os direitos do ausente, ao mesmo tempo em que os bens por ele deixados não fiquem simplesmente abandonados.

A partir deste intróito, Theodoro Júnior (2020, p. 538) ensina que haverá a conversão da sucessão provisória em sucessão definitiva mediante três possibilidades, sendo: “(a) quando houver certeza da morte do ausente; (b) dez anos depois de passado em julgado a sentença de abertura da sucessão provisória (CC, art. 37); (c) quando o ausente contar oitenta anos de idade e se houver decorrido cinco anos das últimas notícias suas (CC, art. 38)”.

Em qualquer um dos casos verificados acima, se a lei autorizar a abertura da sucessão definitiva, o juiz também declarará a morte presumida do ausente, conforme o art. 6º, do Código Civil.

À guisa de curiosidade, faz-se necessário mencionar que a curadoria do ausente não é restrita tão somente aos bens, e que, portanto, produz efeitos de ordem pessoal, conforme previsto no art. 1.571, § 1º, do Código Civil e, melhor esclarece Gagliano e Pamplona Filho (2021, p. 66):

Em nosso sentir, o reconhecimento da dissolução do vínculo por essa forma somente se dará após a *abertura da sucessão definitiva do ausente*, por força da última parte do supratranscrito § 1.º, que faz referência à ‘presunção estabelecida por este Código para o ausente’ (vide art. 6.º). Assim, tendo em vista o lapso temporal para o reconhecimento da sucessão definitiva, poderá ser mais conveniente, para o cônjuge presente, a utilização do divórcio, com a citação do ausente por edital.

Neste norte, a sucessão temporária convola-se em sucessão definitiva 10 (dez) anos após a aprovação da sua decisão transitada em julgado e irrecorrível, o mesmo ocorrendo quando no processo for comprovada a morte do ausente.

Se, decorridos os 10 (dez) anos da referida sentença, o ausente não regressar e não houver interessado em promover a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, caso localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União, quando situados em território federal, conforme art. 39, parágrafo único, do Código Civil.

Destaca-se que, quando do retorno do ausente ou do aparecimento de um herdeiro, deve-se levar em consideração o contraditório no pedido de habilitação ou restituição dos bens, seguindo-se o procedimento comum da fase de conhecimento, conforme art. 745, § 4º, do CPC/2015¹⁶.

¹⁶ Art. 745, § 4º, do CPC/2015: Regressando o ausente ou algum de seus descendentes ou ascendentes para requerer ao juiz a entrega de bens, serão citados para contestar o pedido os

Insta mencionar, ainda, para o fato de que o início da sucessão definitiva e a subsequente transferência dos bens do ausente para o interessado não significam, necessariamente, a perda dos bens do falecido ou a transferência irreversível para o herdeiro.

4.4 DO RETORNO DO AUSENTE

Inegável é a hipótese de retorno do ausente, haja vista ter desaparecido sem deixar notícias e sem deixar um representante ou procurador para administrar os seus bens, ou se o deixou não teve condições de assumi-lo ou ainda, os poderes conferidos foram insuficientes.

Assim, concretizando-se a hipótese de retorno do ausente e, caso este regresse durante a fase de curadoria, retomará integralmente a posse de seus bens.

Contudo, caso o ausente venha a regressar na fase da sucessão provisória, deve-se atentar as disposições previstas nos arts. 33, parágrafo único e 36 do Código Civil, as quais Gagliano e Pamplona Filho (2021, p. 66) explica com clareza:

Se já tiver sido aberta a sucessão provisória, a prova de que a ausência foi voluntária e injustificada faz com que o ausente perca, em favor do sucessor provisório, sua parte nos frutos e rendimento (art. 33, parágrafo único). Em função, porém, da provisoriedade da sucessão, o seu reaparecimento faz cessar imediatamente todas as vantagens dos sucessores imitados na posse, que ficam obrigados a tomar medidas assecuratórias precisas até a entrega dos bens a seu titular (art. 36).

Ademais, ainda existe a possibilidade de retorno na terceira fase, ou seja, durante a sucessão definitiva. Assim sendo, deve ser observado o art. 39, do Código Civil¹⁷. Nesse sentido, Lôbo (2020, p. 150) explica que o ausente “terá direito à devolução dos bens, mas no estado em que os encontrar, valorizados ou depreciados, ou submetidos às garantias de hipoteca ou penhor”. O Código Civil assegura, nos casos de curatela e ambas as sucessões, o direito do ausente de, caso retorne, receber seu patrimônio, obedecendo, evidentemente, às disposições previstas nos artigos supramencionados.

4.5 APLICAÇÃO PRÁTICA

Diante de todo o arcabouço já exposto no decorrer do item 3, interessante destacar a importância do material probatório necessário para pleitear a decretação de morte presumida, além da legitimidade para requerer a declaração da ausência, visando os fins sucessórios já discorridos.

sucessores provisórios ou definitivos, o Ministério Público e o representante da Fazenda Pública, seguindo-se o procedimento comum.

¹⁷ Art. 39, do Código Civil: Regressando o ausente nos dez anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, ou algum de seus descendentes ou ascendentes, aquele ou estes haverão só os bens existentes no estado em que se acharem, os sub-rogados em seu lugar, ou o preço que os herdeiros e demais interessados houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo.

Nesse sentido, transcreve-se, a seguir, uma recente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, diante da Apelação Cível 1020194-28.2019.8.26.0005, julgada em 28/05/2021, na qual se pode verificar, na prática, o requisito supramencionado:

APELAÇÃO. DECLARAÇÃO DE MORTE PRESUMIDA. Recurso interposto contra sentença que indeferiu a inicial em razão da ausência de juntada da certidão de nascimento de BERNARDA MARIA DE JESUS, cujo óbito pretende seja declarado. Documento essencial que deveria ter instruído a inicial. Impossibilidade lógica de declarar o óbito de quem não teve provado o nascimento. Autor/apelante que, igualmente, sequer provou a inexistência de registro do óbito que pretende ver declarado. Pretensão que exige prova de que o óbito não foi anteriormente registrado. Situação peculiar, ademais, que impede o prosseguimento do feito. Autor/apelante que é herdeiro testamentário de ALMERINDA ROSA DOS SANTOS e não de seu falecido cônjuge JOAQUIM RIBEIRO DOS SANTOS (filho de BERNARDA). Parte que deve demonstrar a existência de interesse de agir e legitimidade. Inexistência de qualquer elemento que vincule o autor/apelante à sucessão de JOAQUIM RIBEIRO DOS SANTOS e, por consequência, à declaração de morte presumida de sua respectiva genitora BERNARDA MARIA DE JESUS. Declaração de morte presumida que exige a prévia declaração de ausência, cujos legitimados são legalmente previstos. Situação que não se enquadra nas hipóteses do artigo 7º/CC. Autor/apelante que nada justificou sobre o afastamento daqueles que são legalmente legitimados para tanto. Inobservância à previsão dos artigos 22/25 do Código Civil. Sentença que deve ser mantida, não só porque não provou o nascimento de quem se pretende ver declarada a morte presumida, mas, também porque não provou que o óbito já não se encontra registrado e, ainda, porque não provou qualquer relação jurídica que justifique tal pretensão, ainda mais com o afastamento das pessoas legalmente legitimadas a tanto. RECURSO NÃO PROVIDO.

Analisa-se que a Sexta Câmara de Direito Privado, do Tribunal de Justiça de São Paulo, conheceu o recurso e, negou-lhe provimento, haja vista que o apelante não comprovou o nascimento de quem se pleiteava a declaração de morte presumida, não provou que o referido óbito estivesse registrado, não demonstrou nenhuma justificativa quanto à relação jurídica para tal pretensão, bem como, ao final, não observou a ordem legal dos legitimados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das observações e reflexões discorridas ao longo do presente artigo, buscou-se demonstrar as peculiaridades daqueles procedimentos especiais de jurisdição voluntária previstos nos arts. 738 a 745, do CPC/2015, quais sejam a herança jacente, em que não se habilita judicialmente nenhum herdeiro e os bens do ausente ou desaparecido com ênfase na análise do recebimento, processamento, aplicabilidade e resolução de tais pretensões,

utilizando, para tal finalidade, ensinamentos de doutrinadores e decisões jurisprudenciais, além do próprio texto da lei.

Com o objetivo de esclarecer e ajudar as famílias que passam por estas situações específicas com a morte de um parente, para conseguirem requerer no Judiciário através de um(a) procurador(a) o procedimento especial correto com o intuito de fazer valer seus direitos de herança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Civil: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm . Acesso em: 03 jun. 2021.

_____. Código de Processo Civil: Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm. Acesso em: 03 jun. 2021.

_____. Conselho da Justiça Federal, Jornadas de direito civil I, III, IV e V: Enunciado 97 - enunciados aprovados/coordenador científico Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. – Brasília. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/728>. Acesso em: 06 jun. 2021.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 de out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 jun. 2021.

_____. Superior Tribunal de Justiça, Informativo de Jurisprudência n.º 688. Brasília, 15 de março de 2021. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/Informjuris20/article/view/11534/11658>. Acesso em: 06 jun. 2021.

_____. Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial n. 1812459/ES, Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze, Brasília. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201802997988&dt_publicacao=11/03/2021. Acesso em: 06 jun. 2021.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo, Apelação Cível n.º 1020194-28.2019.8.26.0005, Relatora: Ana Maria Baldy, São Paulo. Disponível em: <https://bityli.com/FHb4u>. Acesso em: 06 jun. 2021.

DIAS, Maria Berenice. Manual das Sucessões. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: volume 6: Direito das Sucessões. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Direito das Sucessões. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. e-book

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Volume 1 - Parte Geral. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Volume 7 - Direito das Sucessões. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil: coleção esquematizada. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. e-book

LÔBO, Paulo. Direito civil: parte geral. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. e-book

MARCATO, Antonio Carlos Procedimentos Especiais. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2021. e-book

MARINONI, Luiz Guilherme. Código de processo civil comentado. 7. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. e-book.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico. 30 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: vol. II. 54 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PROCEDIMENTO ESPECIAL DE EXIGIR CONTAS: A GARANTIA JUDICIAL
DO CREDOR QUE RECEBE A ESPECIFICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE
SEUS BENS E INTERESSES QUE ESTÃO NA MÃO DO DEVEDOR OU
ADMINISTRADOR

*SPECIAL PROCEDURE FOR DEMANDING ACCOUNTS: THE JUDICIAL
GUARANTEE OF THE CREDOR THAT RECEIVES THE SPECIFICATION OF
THE ADMINISTRATION OF ITS ASSETS AND INTERESTS THAT ARE IN
THE HAND OF THE DEBTOR OR ADMINISTRATOR*

Cristiano Vieira de Oliveira, Dalmar de Oliveira Lopes, Diely Martins De Paula,
Sibely Amorim, Sulivan Henrique Cognaco, Thiago Buttkiewits, Anna Lúcia
Martins Mattoso

anna.mattoso@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: A presente pesquisa possui como objetivo elucidar conceitos, procedimentos, legalidades, legitimidades, prazos, fundamentações, e aplicação prática da Ação de Exigir Contas, prevista no Código de Processo civil de 2015, no título dedicado aos procedimentos especiais, compilando informações de doutrina, Lei expressa e jurisprudência, apresentando a diferenciação do procedimento comum em relação ao especial. Para esclarecer o cidadão frente as diversas demandas da nossa sociedade, utilizando o método de pesquisa dedutivo e a técnica bibliográfica. A Ação de Exigir Contas é objeto da presente pesquisa, expondo sua natureza jurídica, interesses de agir e quem está legalmente apto para ser Autor, bem como a aplicação prática fundamentada na análise jurisprudencial.

PALAVRAS-CHAVE: Exigir Contas, Procedimentos Especiais.

ABSTRACT: *This research aims to elucidate concepts, procedures, legalities, legitimacy, deadlines, grounds, and practical application of the Action of Demanding Accounts, provided for in the 2015 Civil Procedure Code, in the title dedicated to special procedures, compiling doctrinal information, Law express and jurisprudence, presenting the differentiation of the common procedure in relation to the special one. To clarify the citizen regarding the diverse demands of our society, using the deductive research method and the bibliographic technique. The Action of Demanding Accounts is the object of this research, exposing its legal nature, interests to act and who is legally able to be an Author, as well as its practical application based on jurisprudential analysis.*

KEYWORDS: *Demanding Accounts, Special Procedures.*

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem o objetivo de esclarecer e mostra a importância do procedimento especial denominado Ação de Exigir Contas diante das necessidades sociais e da diversidade de negócios que o cidadão se envolve e precisa, muitas vezes, amparo jurídico. O Código de Processo Civil de 2015, fez a alteração da Ação De Prestação de Contas e era prevista pelo Código de Processo Civil de 1973, e passou-se a normatizar a Ação de Exigir Contas.

O instrumento processual é disponível para os que possuem bens administrados por terceiros, pelos quais não recebem explicações de como está o procedimento, se obteve lucro, ou se está com prejuízo e demais investigações, através do método dedutivo, pois parte dos aspectos gerais do tema e vai especificando no desenvolvimento da pesquisa, bem como a técnica bibliográfica utilizou a lei, doutrina jurídica e jurisprudência.

A importância da pesquisa é esclarecer as mudanças estabelecidas no atual Código de Processo Civil, que buscam normatizar a Ação de Exigir Contas, prevista nos artigos 550 a 553. Portanto, neste seguimento, iremos destacar comentários e análises sobre os artigos utilizando doutrinas, entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), análise à jurisprudências. Quanto mais específica é a lei procesual civil, mais benefício para o cidadão que precisa de ajuda pode resolver seu problema jurídico.

2 PROCEDIMENTO ESPECIAL E PROCEDIMENTO COMUM

Grande parte dos litígios da sociedade são levados até o poder Judiciário para solução. Conforme demonstram os dados do Conselho Nacional de Justiça, somente no ano de 2017 aproximadamente 80 milhões de processos tramitaram no sistema judicial brasileiro. Neste sentido, especificamente na seara cível, o Estado dispõe de duas formas de tutelas jurisdicionais para solucionar os litígios, a saber: cognição e execução. (DONIZETTI, 2020)

Existindo necessidade de definir a vontade concreta da lei em um litígio para solucioná-lo, aplicar-se-á o processo de conhecimento ou cognição, o qual por meio de uma sentença disporá sobre o mérito da lide. Por outro lado, se o autor já possui estabelecido na lei seu direito líquido, certo e exigível, se utilizará o processo de execução, o qual é meio prático e eficaz de realizar a pretensão a que corresponde o direito da parte já reconhecido em lei. Em suma, o processo é a forma em que se busca a prestação judicial, sendo que a maneira em que os atos nele irão se mover, irá caracterizar os procedimentos. (THEODORO JÚNIOR, 2019)

Dentro do processo de conhecimento, se encontram inseridos o procedimento comum e os procedimentos especiais. Segundo Humberto Theodoro Júnior (2019, pg. 778):

O Procedimento Comum é o que se aplica às causas para as quais não seja previsto algum procedimento especial. Apenas ele é regulado de maneira completa e exaustiva pelo Código. Os especiais são abordados pelo legislador, no próprio Código ou em normas apartadas, apenas naqueles pontos em que se afasta do procedimento comum, de sorte que este se aplica

subsidiariamente a todos os ritos, inclusive os de processo de execução.

Ou seja, o procedimento comum será aplicado em todas as situações em que a lei processual não tiver instituído um rito específico, sendo sua aplicação delimitada pela exclusão. Ademais, conforme o artigo 318, do NCPC, “aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário deste Código ou de lei”.

Por sua vez, os procedimentos especiais são ritos específicos estabelecidos pela legislação para o processamento de determinadas demandas. Encontram-se previstos no Título III, do Livro I, da Parte Especial do NCPC, como é o caso da Ação de Exigir Contas, objeto deste artigo, e em leis extravagantes, como por exemplo, a Lei 9099/95, a qual disciplina os Juizados Especiais.

O NCPC trouxe a previsão de duas modalidades de procedimentos especiais, os de jurisdição contenciosa e os de jurisdição voluntária. Os primeiros dizem respeito à solução de conflitos e os últimos à administração judicial de interesses privados não litigiosos (Capítulo XV, do Título III, do Livro I, da Parte Especial do NCPC), sendo que o juiz não exercerá função jurisdicional, mas somente administrativa.

O procedimento comum será aplicado, por exclusão, sempre em que não houver algum procedimento específico determinado em lei para a solução do litígio, servindo, nas palavras de Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda (1974, p. 466), como “enchedoras das lacunas da lei no trato de outros processos, na medida em que não lhes apague a especialidade”.

3 NATUREZA JURÍDICA

No antigo Código de Processo Civil, era previsto a Ação de Prestação de Contas, com a alteração nos artigos 550 ao 553, passando a tratar de Ação de Exigir Contas, deste modo esta ação analisa o mérito a quem passará a ser o detentor do poder de exigir, e não fará análises a cláusulas contratuais.

Deste modo, conforme o caput do artigo 550 do CPC, nos traz a limitação de que, somente aquele que afirma ser detentor do direito, poderá exigir contas. Esta ação comprova se realmente o autor terá o poder de credor, obtendo, portanto, a legitimidade ativa.

Artigo 550 CPC: Aquele que afirmar ser titular do direito de exigir contas requererá a citação do réu para que as preste ou ofereça contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

O procedimento inicia-se com a petição inicial, nesta etapa o autor deve apresentar os meios detalhadamente da exigência das contas, deste modo após a análise do magistrado, se a inicial estiver guarnecida de todos os pressupostos e requisitos, será determinado para que dentro do prazo de 15 dias o réu apresente contas ou ofereça a contestação, conforme disposto no caput do artigo 550 do Código De Processo Civil já supracitado (ALVIM, 2019).

O próximo procedimento é a análise de eventual saldo, isto é, em favor do autor, que será o sujeito ativo de receber a prestação de contas, ou há outra

hipótese, em que o autor poderá estar devendo ao réu, consistindo assim uma ação de natureza dúplice.

Essa ação dúplice, é decorrente da análise feita pelo juiz na sentença, onde este aprecia não apenas o pedido formulado do autor, como também analisa a contestação do réu. Neste momento, além de o réu contestar cada pedido do autor, ele poderá fazer pedidos e na sentença julgar procedente ou não. O juiz poderá na sentença concluir algum saldo em favor do autor, ou do réu, mesmo que o réu não tenha realizado algum pedido na contestação. (THEODORO JUNIOR, 2019)

Não havendo interesse do réu, ocorrerá a revelia, conforme previsto no artigo 550 § 4º do Código De Processo Civil, sequer o réu deixar de apresentar a contestação e nem apresentar as contas, ele passará a revel conforme previsto nos moldes do artigo 355 inciso II, no qual ocorrerá a presunção dos fatos em verdade, aos quais foram alegados pelo autor.

Artigo 550 § 4º: Se o réu não contestar o pedido, observar-se-á o disposto no art. 355.

Artigo 355 inciso II: o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no artigo 344 e não houver requerimento de prova, na forma do artigo 349.

Em seguida vamos verificar quem pode entrar com a Ação de exigir contas e seu procedimento.

4 INTERESSE EM AGIR E LEGITIMIDADE

Com a alteração atual no procedimento, o nome que era ação de prestação de contas passou agora para ação de exigir contas, que se encontra nos arts. 550, do novo código de processo civil de 2015, no CPC antigo de 1973, estava nos arts. 914 e seguintes.

Eram duas ações distintas na prestação de contas do CPC de 1973, prestar contas e a de exigir contas, conforme menciona seu art. 914. Acontece que, na ótica do legislador, não teve tanta importância a ação de prestar contas, pois se assim querendo, a parte poderia buscá-la extrajudicialmente, e se judicial, desenvolvia-se apenas em uma fase. Convicto que seria melhor, o legislador eliminou essa parte do procedimento, direcionado apenas para o rito especial a ação de exigir contas. (ALVIM, 2019)

Importante lembrar que a ação de prestar contas, suprimida pelo CPC de 2015, extinta não foi sendo ainda possível, observando-se porém, o procedimento comum. A dúvida que resta, foi melhor ou não o legislador suprimir a ação de prestação de contas do procedimento especial do Código de Processo Civil de 2015. (SANTOS, 2017)

O interesse de agir na ação de exigir contas não versa somente sobre relação jurídica material de administração patrimonial de terceiro, é necessário também comprovar a necessidade da intervenção judicial, para que esta componha a lide entre as partes. (THEODORO JUNIOR, 2019)

Se a parte dispõe de acordo extrajudicial ou direto com a parte contrária, falta-lhe então, o legítimo interesse jurídico para a propositura da ação, e se querendo, poderá ser alegada pelo réu em preliminar de contestação a carência

de ação, e sendo alegada, ocasionará a extinção do processo. É o caso de carência de ação, art. 17, CPC de 2015.

Vejam os o que aduz o artigo supracitado:

Art. 17. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

Humberto T. Jr. Pontua (2019, p. 74):

Interesse, na hipótese de ação especial de exigir contas, existe quando haja recusa na dação ou motivo justo para rejeitar aquelas particularmente elaboradas ou ainda quando exista controvérsia quanto à composição das verbas que haja de integrar o acerto de contas.

Não importa a posição da parte em relação ao saldo das contas. Para que se considere presente a condição de interesse é preciso apenas que ocorra a sujeição de alguém ao ônus de um acerto de gestão de bens alheios, sem o qual não consegue o interessado nem cobrar nem pagar o respectivo saldo. (JUNIOR, 2019).

O STJ, no REsp repetitivo nº 1.293.558/PR, decidiu que nos contratos de mútuo e financiamento, o devedor não possui interesse de agir para a prestação de contas:

Processo Civil, Recurso Especial Representativo de Controvérsia, art. 543-C do CPC. Ação de Prestação de Contas. Contratos de Mútuo e Financiamento. Interesse de Agir. Inadequação da via eleita.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC, firma-se a seguinte tese:

“Nos contratos de mútuo e financiamento, o devedor não possui interesse de agir para a ação de prestação de contas”.

2. No caso concreto, recurso especial não provido.

No caso de administradores judiciais em inventário, depósito, tutela, curatela e outras relações de prestação de contas que sejam necessariamente em juízo, o procedimento aplicado, é o de jurisdição voluntária, em regra, e correndo em apenso aos autos do processo principal, sendo possível também ocorrer autonomamente.

Em relação ao pedido juridicamente impossível, Humberto Theodoro Junior, 2019 nos traz situação em que empreiteiro obstado de prosseguir no andamento do trabalho na obra pelo dono da mesma, é por este requisitado a apresentar contas sobre os prejuízos advindos da relação interrompida. Neste caso, a gestão dos prejuízos se deu pelo dono da obra, observando-se, portanto, a carência de ação.

Devido a alteração do procedimento que suprime a ação de prestar contas, temos agora como legitimado, apenas aquele que teve seu patrimônio gerido por terceiro. Sendo o administrador de valores, bens ou interesses, ilegítimo para ingressar com a ação de prestar contas no rito especial, pois seu interesse ficou ligado à ação comum. (DONIZETTI, 2020)

O procedimento especial de exigir contas, na redação do art. 550, *caput*, do CPC de 2015, nos traz a quem compete o direito de exigir contas:

Art. 550. Aquele que afirmar ser titular do direito de exigir contas requererá a citação do réu para que as preste ou ofereça contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Além do NCPC de 2015, o Código Civil de 2002, também traz a lume algumas hipóteses passíveis dessa legitimidade, dentre elas podemos destacar o mandatário, art. 668;

Art. 668. O mandatário é obrigado a dar contas de sua gerência ao mandante, transferindo-lhe as vantagens provenientes do mandato, por qualquer título que seja.

Administradores nas sociedades em geral, art. 1.020;

Art. 1.020. Os administradores são obrigados a prestar aos sócios contas justificadas de sua administração, e apresentar-lhes o inventário anualmente, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Síndico de condomínio, art. 1.348, VIII;

Art. 1.348. Compete ao síndico:
VIII - prestar contas à assembléia, anualmente e quando exigidas;

Tutores, art. 1.755;

Art. 1.755. Os tutores, embora o contrário tivesse disposto os pais dos tutelados, são obrigados a prestar contas da sua administração.

Curadores, art. 1.782.

Art. 1.782. A interdição do pródigo só o privará de, sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração.

Os dispositivos legais expressam o administrador a prestar contas de modo especificado, com planilha especificada dos gastos e como administrador temos o Tutor, o Curador e o Síndico, por exemplo.

5 PROCEDIMENTO

O procedimento adotado para julgar a ação de exigir contas será o especial. É imprescindível destacar que o procedimento comum organizará subsidiariamente os atos processuais desta ação especial, quando houver disposição própria acontecerá supressão de atos para o trâmite mais adequado.

Uma especificidade dessa ação acontece no momento da citação, pois o réu será citado para em 15 dias apresentar as contas ou contestar o pedido do autor. Outro ponto importante é que essa ação se divide em duas etapas principais, consoante os ensinamentos de Humberto Theodoro Júnior (2019, p.90), conforme o exposto abaixo:

[...] é composto de duas fases, com objetivos bem distintos: na primeira busca-se apurar se existe ou não a obrigação de prestar contas que o autor atribui ao réu; na segunda, que pressupõe solução positiva no julgamento da primeira, desenvolvem-se as operações de exame das diversas parcelas das contas, com o fito de alcançar-se o saldo final do relacionamento econômico discutido entre as partes.

Espera-se ainda após a finalização dessas etapas que o saldo seja executado, podendo ser favorável para qualquer das partes, isso quer dizer que o autor que iniciou a demanda poderá, ao final, ter que pagar ao réu se assim ficar determinado após a prestação de contas.

Na petição inicial o autor deverá, além de se atentar para os requisitos previstos no artigo 319 do CPC/15, comprovar que de fato o direito às contas encontra fundamento na realidade. Deverá juntar documentos pertinentes como, por exemplo, contrato de mandato ou qualquer outro que comprove a relação jurídica. Veja o que está colocado no Código de Processo Civil de 2015:

Art. 550. Aquele que afirmar ser titular do direito de exigir contas requererá a citação do réu para que as preste ou ofereça contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º Na petição inicial, o autor especificará, detalhadamente, as razões pelas quais exige as contas, instruindo-a com documentos comprobatórios dessa necessidade, se existirem.

Nota-se que nesse primeiro momento não se dá importância alguma quanto ao valor da prestação de contas, mas sim se a pretensão do autor existe verdadeiramente. Nas palavras de Eduardo Arruda Alvim (2019, p. 1.142):

Na primeira fase do procedimento, portanto, decide-se a respeito da existência do direito à exigência das contas. Julgado procedente o pedido, o réu será condenado a prestar as contas, inaugurando-se a segunda fase do procedimento, oportunidade em que se analisará a existência de saldo em benefício de alguma das partes.

Se for julgado improcedente o pedido de exibição das contas, isto é, se o autor não tiver o direito de exigir as contas, sequer haverá que se falar em ingresso na segunda fase, já que não haverá conta a ser analisada, no intuito de se apurar eventual crédito.

É preciso se atentar que ao ser citado o réu terá duas opções: prestar as contas ou contestar. Aqui é possível identificar uma característica do procedimento especial, pois as partes não serão intimadas para comparecerem

à audiência de conciliação. Ao réu, neste momento processual, cabe decidir se encaminhará a lide para um fim mais breve, apresentando as contas, ou se prolongará o debate processual (SANTOS, 2017).

Na contestação poderá apresentar questões de mérito referentes à obrigação ou não de prestar contas. É o momento propício para a parte ré mostrar que nunca se negou em prestar contas ou que essas contas já foram prestadas de forma correta, pois como ensina Renato Montans de Sá (2020, p. 885):

É importante frisar que o interesse de agir na ação de exigir contas pressupõe aprovada recusa do gestor/administrador em prestar contas ou prestá-las de forma incompleta ou errônea.

Também, será possível apresentar defesa prévia, isto é, afirmar que o autor carece de pressupostos processuais ou condições da ação.

Na situação em que o réu apresentar a contestação a ação seguirá conforme os trâmites do procedimento comum. Assim, o autor poderá oferecer réplica. O juiz determinará a produção de provas necessárias para o esclarecimento do caso. Após esses momentos o juiz decidirá acerca da procedência da pretensão de exigir contas, podendo, mediante decisão interlocutória, determinar que o réu apresente as contas no prazo de 15 dias (ALVIM, 2019).

De outro modo, esgotado o prazo de 15 dias e se a parte ré não apresentar as contas, o juiz antecipadamente julgará o pedido ou determinará a produção de provas para formar o seu convencimento.

6 DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

Quando se trata de administradores judiciais (curador, depositário, inventariante), as contas são prestadas juntamente ao processo em questão. Nas sociedades, de acordo com lei, ou estatuto, costumeiramente se estabelece órgãos internos onde é atribuído a função de reger as contas da administração, contas estas que se aprovadas em assembleia geral, por exemplo, quita o gestor de sua obrigação de prestá-las em novo acerto, sendo então descabível a pretensão de exigi-las futuramente pelo(s) sócio(s) (DONIZETTI, 2020).

A prestação de fato ocorre na segunda fase da Ação de Exigir Contas, quando proferida sentença de caráter declaratório que reconhece a legitimidade ao Autor e Exigibilidade com relação ao Réu. De acordo com Donizetti (2020), pode-se subdividir a segunda fase em duas partes.

Como já exposto supra, reconhecido o dever de prestar contas, encerra-se a primeira fase, iniciando-se a segunda, na qual cabe ao Réu apresentar contas ou contestar no prazo de 15 dias. Quando não apresentadas as contas pelo Réu, cabe ao Autor apresentá-las, em prazo igual, sendo neste caso impedido ao Réu impugnar as contas apresentadas pelo Autor.

7 PRESTAÇÃO DE CONTAS POR DEPENDÊNCIA

Existem hipóteses bem características de prestação de contas que o CPC apresenta e essas acontecem no bojo do processo principal e não constituem processo autônomo, vejamos:

Art. 553. As contas do inventariante, do tutor, do curador, do depositário e de qualquer outro administrador serão prestadas em apenso aos autos do processo em que tiver sido nomeado.

Parágrafo único. Se qualquer dos referidos no caput for condenado a pagar o saldo e não o fizer no prazo legal, o juiz poderá destituí-lo, sequestrar os bens sob sua guarda, glosar o prêmio ou a gratificação a que teria direito e determinar as medidas executivas necessárias à recomposição do prejuízo.

As pessoas que foram nomeadas pelo juiz para ocupar a função de administrar bens ou interesses alheios são as que esse dispositivo legal se refere. Aqui, o que se regula é a atuação daquele nomeado pelo juiz, se atuou de forma íntegra e correta no exercício de um *múnus* público. O juiz, de modo incidental, de ofício poderá determinar a prestação de contas ou também a requerimento do Ministério Público. Dessa forma, como a prestação de contas será julgada como incidente, a decisão proferida no caso será uma decisão interlocutória que pode ser agravável. E, caso o administrador, no final constatado saldo devedor a restituir, não o fizer caberá a sanção prevista no parágrafo único do artigo 553, ou seja, destituição, sequestro de bens ou perda do prêmio ou gratificação que teria direito pelo exercício da função (GONÇALVES, 2016).

Não só o juiz poderá exigir contas do administrador, mas também, por exemplo, os herdeiros que desejam ver as contas prestadas pelo inventariante. Nesse sentido, leciona (GONÇALVES, 2016, p. 101):

Pode acontecer que, independentemente da prestação de contas por determinação do juízo, um dos interessados queira exigir contas daquele que administrou seus bens. É comum, por exemplo, que os herdeiros queiram que o inventariante preste contas de sua gestão. O interessado poderá ajuizar uma ação autônoma de prestação de contas, que será distribuída por dependência à vara em que corre ou correu o processo principal. Nela, o réu será citado e o procedimento a ser observado será o dos arts. 550 e s. do CPC. Não se está aqui diante de um mero incidente, de cunho administrativo, mas de verdadeira ação de exigir contas.

Logo após a distribuição ser feita por dependência, esses autos serão apensados aos do processo principal. Isso acontece, pois o juiz que julgou o processo principal estará revestido de melhores condições para julgar e analisar as contas, pois o processo de onde o encargo surgiu é de seu total conhecimento.

8 ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIAS

Em prosseguimento, observar-se-á na situação fática, o que exprime-se da lei estritamente. No caso específico, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no Código de Processo Civil, para o réu da Ação de Exigir Contas, manifestar-se em contestação, ou apresentar contas, quando admitida a pretensão do Autor.

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE EXIGIR CONTAS - CONDENAÇÃO DO RÉU EM PRIMEIRA FASE - INÉRCIA DO INTERESSADO - TRANSCURSO DO PRAZO LEGAL - CÁLCULOS APRESENTADOS PELO AUTOR - PERDA DO DIREITO DE IMPUGNAÇÃO - CPC, ART. 550, § 5º - SENTENÇA DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo sido condenado na primeira fase da ação de exigir contas a prestá-las, deve o réu fazê-lo no prazo de 15 dias, sob pena de, em caso de inércia, tornar-se ilícita a impugnação aos cálculos apresentados pelo autor, nos termos do art. 550, § 5º, do Código de Processo Civil.

(TJSC, Apelação n. 0015788-50.2010.8.24.0005, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Luiz César Medeiros, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 01-06-2021).

Ainda no tocante a primeira fase da Ação de Exigir contas, na decisão seguinte observa-se no reconhecimento claro da legitimidade do administrador, na prestação de contas, situação analisada em primeira fase do processo, sendo questões e nuances indiferentes nesta, devendo ser discutidas posteriormente:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CIVIL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS. PRIMEIRA FASE. PROCEDÊNCIA. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA – NÃO ACOLHIDO –

PRIMEIRA FASE QUE SE RESTRINGE AO RECONHECIMENTO OU NÃO DO DEVER DE PRESTAR CONTAS – AGRAVANTE QUE EXERCI O CARGO DE ADMINISTRADOR – CONDIÇÃO DE SÓCIO ADMINISTRADOR DA SOCIEDADE – OBRIGAÇÃO DO AGRAVANTE DE PRESTAR CONTAS RESTA EVIDENTE. ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS EM VIRTUDE DA INATIVIDADE SOCIAL DA EMPRESA HÁ MAIS DE 16 ANOS – QUESTÃO QUE DEVE SER OBJETO DE ANÁLISE DA SEGUNDA FASE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – MOMENTO QUE SERÁ PARA VERIFICAR AS ALEGAÇÕES EXTINTIVAS, MODIFICATIVAS E IMPEDITIVAS DE MÉRITO REALIZADAS PELO RÉU. RECURSO DESPROVIDO.

(TJPR - 9ª C.Cível - 0026877-58.2020.8.16.0000 - União da Vitória - Rel.: DESEMBARGADOR ROBERTO PORTUGAL BACELLAR - J. 15.05.2021)

Quando prestadas as contas, conforme depreende-se da lei expressa, os Tribunais permeiam no mesmo sentido, observando-se na decisão infra, onde fica evidenciada a necessidade de que toda a controvérsia com relação às contas prestadas sejam feitas através da impugnação, dentro do prazo legal, de forma fundamentada e específica.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS. SEGUNDA FASE. SENTENÇA JULGANDO BOAS AS CONTAS PRESTADAS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DAS CONTAS.

CONTROVÉRSIA NÃO INSTAURADA. ÔNUS DA AUTORA. DESATENDIMENTO AO ART. 550, §3º, DO CPC. PRESUNÇÃO DE CONCORDÂNCIA. DIANTE DA INCONTROVÉRSIA A RESPEITO DAS CONTAS, TORNA-SE DESNECESSÁRIA A ANÁLISE DAS DEMAIS QUESTÕES AVENTADAS, ESPECIALMENTE PORQUE TAIS QUESTÕES DEVERIAM TER SIDO VEICULADAS ATRAVÉS DE IMPUGNAÇÃO ÀS CONTAS APRESENTADAS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

(TJPR - 12ª C.Cível - 0000921-11.2018.8.16.0194 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADOR LUIS CESAR DE PAULA ESPINDOLA - J. 02.06.2021)

Todas as vezes que as contas são devidamente apresentadas, tem a manifestação no prazo legal dentro do processo para o Credor ou Autor da Ação de Exigir Contas apresentar sua posição se concorda ou não com as contas especificadas, se o mesmo não se manifesta no prazo legal, ocorre a anuência tácita, ou seja, o efeito é de concordar com as contas apresentadas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expostos as considerações, regramentos e procedimentos a respeito do tema proposto, observa-se que dentro do processo civil brasileiro, a Ação de Exigir contas se encontra exposta no título dos procedimentos especiais do Código de Processo Civil de 2015, tendo caráter de jurisdição contenciosa, o que caracteriza-se pela maior especificidade nos atos e trâmite previstos, com relação ao procedimento comum. Sendo o trâmite subdividido em 3 (três) etapas que identificam-se por o reconhecimento da pretensão de exigir contas, a obrigação da apresentação das contas, e por fim, a apuração dos resultados.

Devendo o autor no primeiro momento provar a legitimidade da pretensão, o réu em segundo momento apresentar as contas ou contestar, e o autor, eventualmente em terceiro momento apresentar abdicações com relação às contas apresentadas. Conclui-se também que, apresentado a contestação pelo Réu, ainda com relação à procedimentos, a ação passa a tramitar como em procedimento comum.

Observou-se ainda, a respeito da legitimidade passiva na exibição de contas, que basta a sujeição de quem recai o ônus da gestão, podendo ser desde um síndico, curador, até de fato o administrador. Enquanto da legitimidade ativa, concerne àquele que tem possuir bens confiados ao terceiro.

Na relação histórica, foi visto que no Código de Processo Civil anterior ao de 2015, a exibição de contas se dava pela Ação de Exigir Contas e Ação de Dar Contas, esta última não existindo mais previsão específica no Código atual, mas que pode ser procedida através de procedimento comum.

Sendo assim, recai a utilidade da Ação de Exibir Contas na legitimidade de pretender àquele que possui bens confiados a terceiros, bem como no ônus de boa gestão àquele a que se foi confiada a administração de bens alheios.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Eduardo Arruda. Direito processual civil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASIL. Código de Processo Civil (2015). Código de Processo Civil Brasileiro. Brasília, DF: Senado, 2015.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Curso de direito processual civil – procedimentos especiais. 53. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

DIREITO COM PONTO COM. Capítulo II - da ação de exigir contas (art. 550 a 553). Disponível em: direitocom.com/novo-cpc-comentado/capitulo-ii-da-acao-de-exigir-contas. Acesso em: 10 jun. 2021.

DONIZETTI, Elpídio. Curso de direito processual civil / Elpídio Donizetti. – 23. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

GENJURÍDICO.COM.BR. Revista Forense - Volume 430 - Principais alterações na prestação de contas pelo CPC/2015. Disponível em: genjuridico.com.br/2020/0/13/prestacao-de-contas-cpc-2015/. Acesso em: 8 jun. 2021.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil: processo de conhecimento (2ª parte) e procedimentos especiais. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 2.

JÚNIOR; Humberto Theodoro. Curso de direito processual civil – procedimentos especiais. V. 53. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

JUS.COM.BR. A ação de exigir contas no novo CPC. Disponível em: jus.com.br/artigos/59305/a-acao-de-exigir-contas-no-novo-cpc. Acesso em: 6 jun. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 6 jun. 2021.

RKL ADVOCACIA. Ação de exigir contas no novo código de processo civil. Disponível em: rkladvocacia.com/acao-de-exigir-contas-no-novo-codigo-de-processo-civil. Acesso em: 10 jun. 2021.

SÁ, Renato Montans de. Manual de direito processual civil. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil, v. 3. 15. São Paulo: Saraiva, 2017.

STJ, REsp repetitivo nº 1.293.558/PR, 2ª seção, j. u. 11.3.2015, DJe 25.3.2015.

DIREITO COM PONTO COM. Capítulo II - da ação de exigir contas (art. 550 a 553). Disponível em: direitocom.com/novo-cpc-comentado/capitulo-ii-da-acao-de-exigir-contas. Acesso em: 10 jun. 2021.

GENJURÍDICO.COM.BR. Revista Forense - Volume 430 - Principais alterações na prestação de contas pelo CPC/2015. Disponível em: genjuridico.com.br/2020/0/13/prestacao-de-contas-cpc-2015/. Acesso em: 8 jun. 2021.

JUS.COM.BR. A ação de exigir contas no novo CPC. Disponível em: jus.com.br/artigos/59305/a-acao-de-exigir-contas-no-novo-cpc. Acesso em: 6 jun. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 6 jun. 2021.

RKL ADVOCACIA. Ação de exigir contas no novo código de processo civil. Disponível em: rkladvocacia.com/acao-de-exigir-contas-no-novo-codigo-de-processo-civil. Acesso em: 10 jun. 2021.

PROCEDIMENTO ESPECIAL DE INVENTARIO E PARTILHA PARA
REPASSAR O PATRIMÔNIO DO FALECIDO PARA O(S) HERDEIRO(S) COM
DIREITO DE HERANÇA

*SPECIAL INVENTORY AND SHARING PROCEDURE TO PASS ON THE
DEADEND'S ASSETS TO THE HEIR(S) AS HERITAGE RIGHT*

André Luiz Neumann; Gustavo Vallejos Laus; Luíza Michielin Mancini, Marcos
C. Konopka Junior; Sarah Cardoso Fischer; Thales Vinicius Siegel; Anna Lúcia
Martins Mattoso

anna.mattoso@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: O presente artigo é resultado de pesquisas jurisprudenciais e bibliográficas, que tem como objetivo destacar como são transmitidos o patrimônio ou espólio do falecido para seus herdeiros e a única possibilidade de transmissão é através de um procedimento judicial denominado de inventário e partilha, vamos esclarecer suas modalidades, prazos e procedimentos, bem como sua administração. O método de pesquisa é o dedutivo, já que a pesquisa iniciou com os aspectos gerais e foi especificando os detalhes do conteúdo, foco do presente artigo que utilizou a pesquisa bibliográfica, com ênfase na interpretação dos artigos do Código Civil Brasileiro e Código de Processo Civil, com as devidas alterações decorrentes da Lei 11.441/2007.

PALAVRAS-CHAVE: Inventário e Partilha. Falecido Transmissão de patrimônio

ABSTRACT: *This article is the result of jurisprudential and bibliographic research, which aims to highlight how the deceased's estate or estate is transmitted to his heirs and the only possibility of transmission is through a judicial procedure called inventory and sharing, let's clarify its modalities, deadlines and procedures, as well as their administration. The research method is deductive, as the research started with the general aspects and was specifying the details of the content, focus of this article that used the bibliographic research, with emphasis on the interpretation of the articles of the Brazilian Civil Code and Code of Civil Procedure, with the necessary amendments arising from Law 11.441/2007.*

KEY WORDS: *Inventory and Sharing. Deceased Transfer of assets.*

1 INTRODUÇÃO

O inventário e a partilha são institutos jurídicos relevantes e procurados pelas famílias e costumam ser tratados de forma conjunta em procedimento comum. Com o falecimento de um membro da família, há necessidade de fazer a divisão do patrimônio falecido e transmissão desse patrimônio para os herdeiros, que é válida apenas através de Processo de Inventário e Partilha judicial ou extrajudicial.

Para tanto, delimita-se o objeto da pesquisa com o conhecimento de todas as etapas e procedimentos judicial e extrajudicial que resultam na efetivação da distribuição desse patrimônio aos herdeiros, utilizando o método de pesquisa dedutivo, pois o conteúdo parte de aspectos gerais e vai especificando o assunto, bem como a técnica de pesquisa foi a bibliográfica, com a utilização de doutrinas jurídicas e da interpretação da lei.

Cumprе ressaltar a importância de conhecer esse instituto Jurídico do Inventário e da Partilha mesmo que haja somente um herdeiro, o inventário deve ser realizado, podendo ser de duas formas, sendo elas, pela via extrajudicial, por meio de escritura pública, ou judicial, via processo protocolizado no Fórum. Assim sendo, com o foco para a via judicial, o presente artigo tem como objetivo analisar os efeitos e consequências jurídicas da modalidade no Código de Processo Civil de 2015 e no Código Civil Brasileiro, bem como a aplicação da Lei 11.441/2007.

2 INVENTÁRIO

Segundo Carlos Roberto Gonçalves, (2017) o inventário judicial é um processo de caráter contencioso e deve ser instaurado no último domicílio do autor da herança. É obrigatório somente se houver testamento ou interessado incapaz, ou, sendo todos capazes, não forem concordes. Se o falecido deixou um único herdeiro, não se procede à partilha, mas apenas à adjudicação dos bens a este.

Rodolfo Pamplona Filho, 2019, coloca que o inventário é o processo judicial destinado a apurar os bens deixados pelo falecido, com a finalidade de realizar a partilha. Tem como objetivo a arrecadação, descrição e avaliação dos bens e outros direitos, discriminação e pagamento de dívidas, imposto para transmissão *mortis causa* e demais atos que são indispensáveis à liquidação do patrimônio do falecido.

O inventário, segundo Paulo Cesar P. Carneiro, 2018, constitui “processo judicial de caráter contencioso, em que são interessados o cônjuge supérstite (ou o companheiro), herdeiros, sucessores por testamento (herdeiros e legatários), contemplados em codicilos, o Ministério Público (quando houver testamento, incapazes, ausentes ou Fundação), o testamenteiro, a Fazenda Pública, credores, bem como outras pessoas jurídicas e naturais que, de qualquer forma, possam ter direitos em relação ao espólio”.

De acordo com o artigo 610 *caput* do Código de Processo Civil, “havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial”, que poderá ocorrer de três espécies de procedimento:

- a) Inventário comum - dispõe sobre as etapas do processo de inventário, conforme artigos 982 a 1030 do Código Civil Brasileiro, no qual estabelecem a abertura, nomeação, compromisso do inventariante, entre outros;

- b) Arrolamento sumário - trata-se de um rito simplificado, com declaração de bens de forma amigável, tendo um herdeiro único, ou todos os interessados maiores e capazes, conforme artigo 1031 do Código Civil;
- c) Arrolamento comum - forma mais simplificada de declaração e partilha de bens. Geralmente utilizada quando o patrimônio do *de cujus* for de baixo valor (até 1.000 salários mínimos).

2.1 PRAZO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Conforme artigo 611 do Código de Processo Civil, o prazo para abertura do inventário se inicia em até 60 dias após a sucessão. Ou seja, após a data do falecimento do autor da herança. Vale ressaltar que o prazo de contagem acontece em dias corridos, e não úteis, e o pedido de abertura judicial deverá conter a certidão de óbito do falecido e outros documentos que forem necessários. (DINIZ, 2020)

Incumbe, assim, prioritariamente, a quem estiver na posse e administração do espólio requerer o inventário e a partilha, no prazo de sessenta dias. Os arts. 613 e 614 do Código de Processo Civil de 2015 referem-se ao administrador provisório como o encarregado da herança até que haja a nomeação do inventariante, que passará então a representar a massa hereditária (art. 75, VII). (GONÇALVES, 2017).

Quanto ao prazo para o término do inventário, o juiz poderá prorrogá-lo, desde que haja motivo justo, qualquer que seja, tal como a demora no cumprimento de precatória, na apuração de haveres de sociedade comercial, avaliação de grande quantidade de bens e assim por diante. (CARNEIRO, 2019).

Após decorrido, a perda do prazo não acarretará na exclusão dos herdeiros, mas sim na imposição de multa, de acordo a Súmula 542 do STF: "Não é inconstitucional a multa instituída pelo estado-membro, como sanção pelo retardamento do início ou da ultimização do inventário". cuidado que deve ser tomado.

2.2 CITAÇÃO DOS INTERESSADOS

Segundo Carlos Roberto Gonçalves, 2017, reduzidas a termo as primeiras declarações, com observância do disposto no art. 620 do Código de Processo Civil de 2015, o juiz mandará citar os interessados no inventário e partilha, quais sejam, o cônjuge, o companheiro, os herdeiros e os legatários e intimar a Fazenda Pública, o Ministério Público, se houver herdeiro incapaz ou ausente, e o testamentário, se houver testamento (CPC/2015, art. 626).

O CPC de 2015, no artigo 627, § 1º, quanto à forma de citação, remete à parte geral do Código (arts. 247 e ss.), colocando que os litisconsortes serão preferencialmente citados pela via postal. Encerrou, assim, discussão firmada sob a égide do CPC de 1973, que, em seu art. 999, § 1º, estabelecia um regime especial de citação, citando pela via postal apenas os domiciliados na mesma comarca e os demais por edital. Nesse contexto, muito se discutia em sede doutrinária sobre a validade daquela norma, em face do princípio constitucional do contraditório. (CARNEIRO, 2019).

A Fazenda Pública a ser citada é a Fazenda Estadual, por seu interesse no recolhimento do imposto de transmissão causa mortis. Será, todavia, também citada a Fazenda Municipal, se houver renúncia translativa onerosa, ou partilha

com quinhões diferenciados, com reposição em dinheiro, devido à incidência do imposto de transmissão inter vivos. (GONÇALVES, 2017).

2.3 AVALIAÇÃO DOS BENS INVENTARIADOS

Para Maria Helena Diniz assim explana acerca da utilidade da avaliação da herança: “Essa avaliação tem por escopo perpetuar a estimativa da massa partível, pois quando concluída e aprovada servirá de base a todos os atos subsequentes, como cálculo de imposto de transmissão causa mortis, partilha de bens, venda judicial ou adjudicação dos que se destinem ao pagamento de dívidas ou não possam ser divididos comodamente. A avaliação é, portanto, a determinação feita pelo avaliador do justo preço dos bens do espólio”. (DINIZ, 2014, p.423).

Quanto a quem realizará a avaliação, assevera Humberto Theodoro Júnior, 2004, p. 241, “segundo dispõe o art. 1.003, a estimativa será feita pelo avaliador judicial e, onde não houver esse serventuário permanente da justiça, o juiz nomeará perito para cada processo”.

Ressalta-se que tal avaliação legalmente prevista considera-se dispensável quando todos os interessados forem capazes e estiverem de acordo com a avaliação preliminar e o plano de partilha elaborados pelo Inventariante, bem como se a Fazenda Pública também concordar com os valores atribuídos aos bens que compõe o espólio nas primeiras declarações admitidas.

2.4 ÚLTIMAS DECLARAÇÕES

Conforme artigo 636 do Código de Processo Civil, aceito o laudo ou resolvidas as impugnações suscitadas a seu respeito, lavrar-se-á em seguida o termo de últimas declarações, no qual o inventariante poderá emendar, aditar ou completar as primeiras.

É a última oportunidade para a descrição de bens que foram esquecidos ou omitidos por alguma falha ou até mesmo desconhecimento, para retificar as primeiras declarações e fornecer elementos que possam facilitar a partilha dos bens. As últimas declarações devem ser prestadas, ainda que para apenas informar que nada há a acrescentar ou corrigir. (GONÇALVES, 2017).

As partes serão ouvidas sobre as últimas declarações no prazo comum de quinze dias (CPC/2015, art. 637), podendo arguir a sonegação de bens, pelo inventariante, somente após a declaração por ele feita de não existirem outros a inventariar (CPC, art. 621), ou por algum herdeiro, depois de declarar que não os possui (CC, art. 1.996) (GONÇALVES, 2017).

2.5 LIQUIDAÇÃO DOS IMPOSTOS

Após a manifestação das partes sobre as últimas declarações, procede-se ao cálculo do imposto *causa mortis* (CPC/2015, art. 637), sobre o qual serão ouvidas todas as partes, inclusive o representante do Ministério Público, se houver interesse de menores ou incapazes, e a Fazenda Pública. Homologado por sentença, são expedidas guias para o pagamento, encerrando-se o inventário. (GONÇALVES, 2017).

O art. 654 do Código de Processo Civil exige prova de quitação dos demais tributos incidentes sobre os bens do espólio, como imposto territorial e

predial, taxas de águas e esgotos, ITR (Imposto Territorial Rural), INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e suas rendas (imposto de renda), como condição para julgamento da partilha, conforme a Súmula 112 do STF:

O imposto de transmissão causa mortis é devido pela alíquota vigente ao tempo de abertura da sucessão.

Outrossim, só haverá o pagamento do imposto com a devida homologação dos bens avaliados, bem como o cálculo devidamente atualizado, segundo artigos 1.003 a 1.013 do Código de Processo Civil.

A Fazenda Pública deverá, em quinze dias, contados a partir do término do prazo para a apresentação de eventual contestação, informar ao juízo o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações, com base nos dados que constam de seu cadastro imobiliário (artigo 629 do CPC). (CARNEIRO, 2019).

Se a Fazenda do Estado e todos os interessados concordarem com o cálculo do imposto, não há necessidade de ser feito outro pelo contador do juízo, ainda que haja herdeiro menor. (GONÇALVES, 2017).

Nesse sentido, as alíquotas são fixadas conforme lei estadual, e apenas o Senado Federal possui competência para fixar alíquotas do ITCMD sobre heranças e doações, conforme artigo 155, §1º, IV da Constituição Federal Brasileira.

Enquanto o imposto causa mortis tem alíquota fixa na maioria dos estados brasileiros, em Santa Catarina as alíquotas do ITCMD variam de 1% a 8%, dependendo do valor herdado. Assim, pode-se dizer que trata-se de imposto progressivo: quanto maior o valor, maior a alíquota.

3 INVENTÁRIO NEGATIVO

O inventário negativo não é previsto na legislação pátria. Entretanto, tem sido admitido pelos juízes em situações excepcionais, em que há necessidade de comprovar a inexistência de bens a inventariar. Tal modalidade torna-se, em alguns casos, necessária, especialmente para evitar a imposição de certas sanções que o Código Civil pune a infração de algumas disposições (GONÇALVES, 2020)

De acordo com Maria Helena Diniz:

Segundo Itabaiana de Oliveira, 'o inventário negativo é o modo judicial de se provar, para determinado fim, a inexistência de bens do extinto casal'. Deveras, conforme o Código Civil, art. 1641, I, combinado com o art. 1.523, I, é obrigatório o regime de separação de bens no casamento do viúvo ou da viúva que tenha filhos do cônjuge falecido, exceto se fez inventário e deu partilha aos herdeiros. Se o extinto casal não possuía haveres, nada impede a comunhão pretendida, que vigorará nas segundas núpcias, a não ser que haja pacto antenupcial em contrário. Apesar de a lei não exigir a realização do inventário negativo, promovido pelo viúvo ou viúva, para evidenciar a inexistência de bens do casal por inventariar e partilhar aos herdeiros, a doutrina e jurisprudência o consideram necessário (RF, 74:31, 130:303, 102:292; RT, 268:300, 488:97), para que o cônjuge viúvo fique isento da penalidade e do impedimento acima mencionado.

Assim, o consorte viúvo, segundo a praxe, apresentará ao magistrado um requerimento dentro do prazo legal do art. 1.796 do Código Civil; porém, se ultrapassar de muito esse prazo, qualquer interessado poderá exigir que prove suas alegações por meio de testemunhas, instruído com a certidão de óbito, mencionado o nome do inventariado, dia e lugar do falecimento, os nomes, as idades, o estado civil e a residência dos herdeiros, declarando a inexistência de bens por inventariar e partilhar. O magistrado mandará o viúvo afirmar a verdade do conteúdo de sua petição, mediante o respectivo termo, e dar vistas dos autos, em curto prazo, aos herdeiros, aos representantes da Fazenda Pública e aos curadores e órfãos e ausentes, se houver herdeiro menor, interdito ou ausente. Ouvidos os interessados, estando todos de acordo, o juiz proferirá sentença, proclamando a negatividade de inventário. Essa decisão será trasladada, mediante certidão, aos autos de habilitação matrimonial. (DINIZ, 2020, p. 444)

Além da finalidade de se tentar evitar a incidência de causa suspensiva prevista no art. 1523, I do Código Civil, a qual traz a obrigatoriedade do inventário e partilha dos bens aos herdeiros, ao viúvo ou viúva que almeja casar novamente, há outras possibilidades de incidência do inventário negativo. (GONÇALVES, 2020). Por exemplo, pode o herdeiro ter interesse em provar aos credores do falecido que o *de cujus* não deixou bens, para que seu patrimônio não seja confundido e venha a suportar dívida que não é sua, em face do princípio do benefício de inventário, e a necessidade da separação de patrimônio pelo inventário. Outra hipótese é o caso de o *de cujus* ser compromissário vendedor de imóveis e ter necessidade o espólio de outorgar escrituras definitivas. (VENOSA, 2017).

4 SONEGADOS

Sonegar é ocultar bens que devem ser inventariados ou levados à colação. No entender de Maria Helena Diniz, 2020, p. 54 “sonegado é tudo aquilo que deveria entrar em partilha, porém foi ciente e conscientemente omitido na descrição de bens pelo inventariante, não restituído pelo mesmo ou por sucessor universal, ou doado a herdeiro e não trazido à colação pelo beneficiado com a liberdade”. A falta proposital, aduz, “constitui ato de má-fé; por isto, a lei a fulmina com especial penalidade”

Flávio Tartuce, 2020, sustenta que sonegados são os bens que deveriam ter sido inventariados ou trazidos à colação, mas não o foram, pois ocultados pelo inventariante ou por herdeiro e, como consequência, a pena de sonegados constitui uma sanção ou penalidade civil imposta para os casos de ocultação de bens da herança, gerando a perda do direito sobre os bens ocultados.

O herdeiro que sonegar bens da herança, não os descrevendo no inventário quando estejam em seu poder, ou, com o seu conhecimento, no de outrem, ou que os omitir na colação, a que os deva levar, ou que deixar de restituí-los, perderá o direito que sobre eles lhe cabia, conforme artigo 1.992 do Código Civil.

Da combinação dos arts. 1.992 e 1.993 do Código Civil resulta que arguidos de sonegação podem ser: “a) o herdeiro que sonegar bens da herança,

não os descrevendo no inventário, quando em seu poder; b) o herdeiro que não denuncia a existência de bens do acervo, que, com ciência sua, se encontrem em poder de outrem; c) o herdeiro que deixa de conferir no inventário bens sujeitos a colação; d) o inventariante que não inclui ou omite, nas declarações prestadas, efeitos pertencentes ao espólio; e) finalmente, o cessionário do herdeiro, quando declara que não possui bens hereditários”. (GONÇALVES, 2017).

Segundo Flávio Tartuce, 2020, p. 34: “cabe pontuar que a remoção da inventariante em decorrência da pena de sonegados deve ser somente admitida em casos excepcionais, desde que o elemento malicioso da sua configuração esteja presente, e devidamente provado”. Vamos agora entender o que é o Espólio.

5 ESPÓLIO

O espólio engloba o conjunto de bens, direitos e obrigações deixadas pelo falecido, que posteriormente serão divididos entre os herdeiros. A representação judicial do espólio (ativa e passiva) caberá, dependendo da hipótese, como examinado, ao cônjuge sobrevivente, ao herdeiro que estiver na posse corporal dos bens ou na administração deles, ou, ainda, ao herdeiro mais velho, caso mais de um ostente uma destas condições, a representação do espólio. Normalmente, os administradores do espólio são os próprios herdeiros, porém o juiz poderá nomear outro inventariante. (DINIZ , 2020)

De acordo com o artigo 1784 do Código Civil Brasileiro, a herança transmite-se desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários, mesmo que os beneficiários sequer saibam da existência dessa situação, o que é chamado de *saísine*. Para Pablo Stolze, 2019, trata-se de princípio fundamental do Direito Sucessório, em que a morte opera a imediata transferência da herança aos seus sucessores legítimos e testamentários, visando impedir que o patrimônio deixado fique sem titular, enquanto se aguarda a transferência definitiva dos bens aos sucessores do falecido.(VENOSA, 2017)

Com relação a declaração, o inventariante deve ser obrigado a continuar declarando o imposto de renda do espólio normalmente, até que seja concluída a partilha legal dos bens. A partir daí, o espólio passará a ser dos herdeiros, e estes responsáveis então pelo patrimônio, deverão declarar como deles próprios em seus respectivos impostos sobre a herança.

6 SUCESSÃO

Para o professor Nehemias Domingos de Melo, testamento “é o ato jurídico personalíssimo, unilateral, solene, gratuito e revogável, pelo qual alguém, de conformidade com a lei, dispõe para depois da sua morte do todo ou de parte de seu patrimônio, podendo também fazer outras previsões, tais como o reconhecimento de filhos, nomeação de tutor, instituição de fundação, etc. (MELO, 2014, p.210).”

Para Euclides de Oliveira, “entende-se por testamento, do ponto de vista objetivo ou externo, o ato solene pelo qual o testador formaliza por documento escrito e solene sua vontade de transmitir os seus bens para depois de sua morte, com a indicação dos herdeiros e legatários. (OLIVEIRA, 2016, p. 197).”

6.1 SUCESSÃO LEGÍTIMA

A sucessão legítima (mais comum) ocorre quando, na falta de testamento, o patrimônio do falecido é dado a seus herdeiros.

O mesmo ocorre nas outras hipóteses previstas no artigo 1788 do Código Civil Brasileiro:

Art. 1.788 - Morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo.

Os herdeiros legítimos estão previstos no artigo 1.829 do Código Civil, sendo listados, nessa ordem preferencial, como o descendente, o ascendente, o cônjuge ou o companheiro e os colaterais. Com a exclusão destes últimos, todos os demais também são considerados herdeiros necessários, a teor do artigo 1.845 do Código Civil. (CARNEIRO, 2019).

Os herdeiros necessários apenas deixam de receber sua quota-parte, por deserdação, caso incidam em algum ato de indignidade (CC, art. 1.961) ou nas condutas previstas nos artigos 1.962 e 1.963 do CC. A causa será expressamente declarada em testamento (CC, art. 1.964) e, após a morte, apurada judicialmente mediante ação própria do interessado (CC, art. 1.965) – o deserddado ou o herdeiro a quem aproveite a deserdação, sendo deste último o ônus de provar que o motivo foi efetivamente verificado. Confirmada a sentença, a deserdação será aplicada como pena de natureza cível. (DINIZ, 2020)

7 DA COLAÇÃO

Colaçoão é o ato pelo qual os herdeiros descendentes que concorrem à sucessão do ascendente comum declaram no inventário as doaçoões que dele em vida receberam, sob pena de sonegados, para que sejam conferidas e igualadas as respectivas legítimas (CC, arts.2.002 e 2.003). É dever imposto ao herdeiro, pois a doaçoão de ascendentes a descendentes “importa adiantamento do que lhes cabe por herança”(CC, art. 544). (GONÇALVES, 2017).

7.1 PESSOAS SUJEITAS À COLAÇÃO

Tecnicamente, não haveria que se falar em colaçoão desses bens quando o cônjuge não concorresse à legítima com ascendentes ou descendentes (artigo 2.003 do Código Civil). A hipótese seria de ação anulatória, no prazo de dez anos, para desconstituir a doaçoão, situaçoão que tem por consequência lógica o ingresso do bem no inventário para a partilha ou mesmo para sobrepartilha. (CARNEIRO, 2018).

Tal omissão não inibiu, no entanto, a doutrina de reputá-lo também sujeito à conferência como os descendentes: “Nada nos permite detectar uma intençoão de excluir o cônjuge da colaçoão. A lacuna preenche-se nos termos gerais do direito. Neste caso, por analogia, uma vez que se verifica, perante o cônjuge, que há as mesmas razões de decidir”. (CARNEIRO, 2018).

7.2 DISPENSA DA COLAÇÃO

O doador pode dispensar o donatário da colação, determinando que a liberalidade saia de sua metade disponível, contanto que a doação não exceda o valor da quota disponível, computado o seu valor ao tempo da doação (CC, arts. 549 e 2.004, caput). Preceitua, nessa direção, o art. 2.005, caput, do Código Civil:

“São dispensadas da colação as doações que o doador determinar saiam da parte disponível, contanto que não a excedam, computado o seu valor ao tempo da doação”.

Preleciona Carlos Roberto Gonçalves, 2017, p.45 que “a dispensa de colação há de ser expressa. Não basta a presumida, nem a virtual: por exemplo, a decorrente do fato de ser a liberalidade manual, ou efetuada por meio de interposta pessoa. Entretanto, não se exigem expressões sacramentais; basta ficar evidente o intuito de libertar da obrigação de conferir”

Considera-se equívocada a expressão “dispensa da colação”, pois em verdade “não se pré-exclui o dever de colacionar”. O que se permite é que se explicita ter-se posto na metade disponível aquilo que excede a cota do herdeiro necessário, ou que lhe foi doado, ou dado em dote, em vida do de cujus”. Não há dispensa, afirma: “há inclusão no quanto disponível do que teria de ser colacionado”(Pontes de Miranda,

A dispensa da colação pode constar da própria escritura de doação ou em testamento, em que o de cujus declara que deve ser incluído na sua quota disponível o que doou em vida ao ascendente. Sendo um ato formal, será ineficaz se praticado por outro modo.(GONÇALVES,2017).

8 PARTILHA

A partilha vem do latim *particŭla*-, diminutivo de *parte* parte, é a fase processual após a conclusão da fase de inventário que de acordo com Flávio Tartuce a partilha é o instituto jurídico pelo qual cessam a indivisibilidade e a imobilidade da herança, uma vez que os bens são divididos entre os herdeiros do falecido, isso significa que é o momento no qual os bens são partilhados entre os herdeiros, desse modo fazendo com que cada herdeiro receba sua parte da herança.

Segundo Maria Helena Diniz, 2020,p. 37 “partilha é a divisão do espólio entre os sucessores do falecido. Também a definem como operação jurídica por meio da qual se confere uma quota exclusiva e concreta aos que possuem em comum uma sucessão e na mesma têm apenas uma quota ideal”.

Com a partilha desaparece o caráter transitório da indivisão do acervo hereditário determinado pela abertura da sucessão. Cessa, com o seu advento, a comunhão hereditária, desaparecendo a figura do espólio, que será substituída pelo herdeiro a quem coube o direito ou a coisa objeto da causa. (GONÇALVES, 2017).

8.1 ESPÉCIES DE PARTILHA

O artigo 2.013 do Código Civil dispõe que o herdeiro pode sempre requerer a partilha, ainda que o testador o proíba, cabendo igual faculdade aos seus cessionários e credores, constituindo, assim, um direito do herdeiro,

cabendo a ele decidir como irá ser realizado o instrumento de partilha amigável ou judicial.

8.1.1 Partilha Amigável

O primeiro tipo de partilha que o Código Civil estipula é amigável, ela só é permitida se todos os herdeiros forem capazes e não haver conflitos, no ato post mortem são feitas no curso do inventário ou do arrolamento, podendo ser realizada por escritura pública, termo nos autos do inventário, ou escrito particular após a homologação do juiz, conforme dispõe o artigo 2.015 do Código Civil. Essa partilha representa o acordo de vontades, que manifesta sua intenção de dividir a herança de maneira fiel do instrumento. Sendo uma modalidade que representa um acordo de vontade dos herdeiros de dividir a herança de maneira fiel do instrumento, sendo menos burocrática, pelo fato de ser mais flexível na distribuição e escolha dos bens, aceitando a realização das preferências dos herdeiros.

A Partilha em vida é considerada uma partilha amigável, pelo fato de decorrer de ato inter vivos ou de última vontade, neste caso o ascendente poderá realizar por escritura pública ou testamento, contanto que não prejudique a legítima dos herdeiros necessários, conforme artigo 2.018 do Código Civil, como uma “sucessão ou inventário antecipado, com o objetivo de dispensar os descendentes da feitura do inventário comum ou arrolamento, afastando-se a colação”, pelo entendimento de Carlos Roberto Gonçalves. Sendo realizada por testamento, não fará com que os herdeiros percam essa qualidade, apenas representando a concretização do quinhão de cada herdeiro, podendo o testador indicar os bens e valores que devem compor os quinhões hereditários, deliberando ele próprio a partilha, que prevalecerá, salvo se o valor dos bens não corresponder às quotas estabelecidas, conforme o artigo 2.014 do Código Civil.

8.1.2. Partilha Judicial

A partilha judicial é obrigatória de acordo com o artigo 2.016 do Código Civil, se os herdeiros divergirem, ou se algum deles for incapaz, nesta espécie as partes deverão providenciar um pedido de quinhão e o juiz decidirá as pretensões no despacho de deliberação, atendendo a comodidade, ou seja, o que for mais proveitoso a cada um por razões particulares e todos os outros bens que concorram para a melhor divisão do monte, assim também para evitar dúvidas e litígios futuros. Se algum bem não tiver sido partilhado no processo de inventário ficará sujeito à sobrepartilha, se trata de uma complementação da partilha, destinada a complementar as omissões, pelo fato da descoberta de outros bens. Desse modo o artigo 669 do Código de Processo Civil dispõe que devem ser sobrepartilhados os bens sonegados, da herança descobertos após a partilha, litigiosos, assim como os de liquidação difícil ou morosa e os situados em lugar remotos da sede do juízo onde se processa o inventário, o artigo 2.021 dispõe que:

“[...]poderá proceder-se, no prazo legal, à partilha dos outros, reservando-se aqueles para uma ou mais sobrepartilhas, sob a guarda e a administração do mesmo ou diverso inventariante, e

consentimento da maioria dos herdeiros. devendo ficar sob a guarda e a administração do mesmo ou diverso inventariante, e consentimento da maioria dos herdeiros”.

Contudo ainda pode a sobrepartilha ser feita também pela via extrajudicial, ou seja, por escritura pública, da mesma forma que a partilha, desde que todos os herdeiros sejam capazes e concordes, porém caso haja alguma divergência ou discordância a sobrepartilha deverá ser realizada mediante inventário judicial, mesmo que o inventário se tenha processado judicialmente, a sobrepartilha poderá ser realizada administrativamente.

8.1.3 Anulação Da Partilha Amigável Homologada

A anulação da partilha amigável cabe para desconstruir os autos praticados pelas partes, seguido de sentença homologatória. Conforme dispõe artigo 657 do Código de Processo Civil, poderá ser motivo de descon sideração nos casos em que houver coação no dia em que cessou, em casos de erro ou dolo na realização do ato e quanto ao incapaz

Art. 657. A partilha amigável, lavrada em instrumento público, reduzida a termo nos autos do inventário ou constante de escrito particular homologado pelo juiz, pode ser anulada por dolo, coação, erro essencial ou intervenção de incapaz, observado o disposto no § 4º do art. 966 .

Parágrafo único. O direito à anulação de partilha amigável extingue-se em 1 (um) ano, contado esse prazo:

I - no caso de coação, do dia em que ela cessou;

II - no caso de erro ou dolo, do dia em que se realizou o ato;

III - quanto ao incapaz, do dia em que cessar a incapacidade.

De acordo com Paulo César Pinheiro Carneiro, 2019, a ação da anulação não busca desfazer a sentença homologatória, mas sim o ato homologado, sendo consequentemente esvaziado o conteúdo da sentença.

8.1.4 Prazo para Anulação da Partilha Amigável

O prazo para propositura da ação de anulação difere do geral estabelecido pelo artigo 178 do Código Civil de quatro anos, sendo estabelecido o prazo decadencial de um ano para anulação, conforme artigo 657, parágrafo único, do Código de Processo Civil, mantendo a técnica utilizada no CPC de 1973. O prazo especial disposto no artigo somente é válido nas anulações de partilhas amigáveis inseridas no processo de inventário ou em procedimento de arrolamento *causa mortis*. (DINIZ, 2020)

Destaca-se o disposto nos incisos do parágrafo único do artigo 657 do CPC, o termo a quo para o prazo de propositura dependerá da base do pedido. No caso do inciso I, da coação, conta-se do dia em que ela cessou; no caso do inciso II, de erro ou dolo, conta-se do dia em que o ato foi realizado; no caso do inciso III, quanto ao incapaz, conta-se do dia em que cessar a incapacidade. O legislador não impôs diferença alguma em caso de vício ao qual cause a nulidade, sendo o prazo também de um ano. (DINIZ, 2020)

Segundo o doutrinador Paulo César Pinheiro Carneiro, 2018: O legislador resolveu fixar uma norma no sentido de que, apesar de nula a partilha amigável celebrada, no momento em que transitar em julgado a respectiva sentença homologatória, ela passa a ser eficaz, produzindo efeitos. A existência ou não do vício passa a ser absolutamente irrelevante, não porque o ato teria convalidado, porque a nulidade teria sido sanada ou mesmo por causa do efeito sanatório da coisa julgada, mas sim por expressa disposição legal.

9 JURISPRUDENCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O Supremo Tribunal Federal, em relação a partilha dos bens em união estável é possível extrair de seus julgados que:

Não seria, entretanto, possível, desde logo, extrair da regra do art. 226 e seu parágrafo 3º, da Constituição, consequência no sentido de reconhecer-se, desde logo, sem disciplina legislativa específica, determinação de comunhão de bens entre homem e mulher, em união estável, de tal forma que a morte de um deles importe o recolhimento automático de meação pelo sobrevivente. Na espécie, a matéria ainda vem tendo o tratamento dispensado pela jurisprudência, estando em pleno vigor o que se contém na Súmula 380, com este enunciado: "Comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum". [RE 158.700, rel. min. Néri da Silveira, 2ª T, j. 30-10-2001, DJ de 22-2-2002.]

Destacando em sua súmula 380, a necessidade da comprovação da existência do concubinato bem como o esforço comum das partes para a conquista dos bens como finaliza Néri da Silveira:

Anota, nesse sentido, o professor Roberto Rosas, em seu Direito Sumular, 2ª ed., p. 171: "A jurisprudência do STF tem aplicado a Súmula 380, para admitir a sociedade, pela existência do concubinato (RTJ 70/108; 69/723; 54/762; 83/424; 79/229; 80/260; 89/181). Em outras circunstâncias há maior restrição para admitir a partilha, somente com o esforço (RTJ 69/467; 66/528; 64/665; 57/352; 49/664)". E, adiante, observa: "A tendência é para admitir a partilha somente do patrimônio obtido pelo esforço comum (RTJ 89/81; 90/1.022)" (*op. cit.* , p. 171). [RE 158.700, rel. min. Néri da Silveira, 2ª T, j. 30-10-2001, DJ de 22-2-2002.]

Sendo assim, a partilha nos casos de união estável seguindo o entendimento do Supremo Tribunal Federal necessita a comprovação de pontos específicos para ser comparada a partilha do matrimônio.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, conclui-se que o inventário e a partilha são duas fases processuais de um processo de caráter contencioso, o qual está presente nos

artigos 610 a 670 do Código de Processo Civil, pois é pelo procedimento do inventário onde se apuram os haveres da pessoa falecida para consequente realização da partilha desses bens entre os sucessores, com validade jurídica pela via judicial ou extrajudicial.

A transmissão desse patrimônio, não envolve apenas bens e valores, ela abrange a totalidade das obrigações, incluindo tanto o ativo (valores e bens) quanto o passivo (dívidas) da relação hereditária. Possuindo o prazo para dar início a este procedimento de 60 (sessenta) dias, sob pena de multa, com o valor estipulado para cada estado.

Já a partilha é caracterizada como outra fase processual, tendo início após a conclusão da fase de inventário e terminando quando não restar mais bens a serem divididos entre os herdeiros. Subdividindo-se em duas espécies de partilha, a amigável e a judicial. Estas contendo características opostas com base na condição em que o herdeiro se encontra, ou se houver divergência dos mesmos perante a divisão dos bens.

A Partilha em vida também é enquadrada por muitos doutrinadores como uma partilha amigável, pelo fato de ser um ato de última vontade ou até mesmo um ato inter vivos, desde que modo que não prejudique a legítima dos herdeiros necessários, podendo o ascendente realizá-la por escritura pública ou testamento.

Ainda se pelo fato da descoberta de outros bens, faltar algum bem a ser compartilhado, este ficará sujeito à sobrepartilha, podendo ser feita por escritura pública, da mesma forma que a partilha ou dependendo da situação por inventário judicial. porém a partilha amigável poderá ser anulada pelas partes, seguido de sentença homologatória, pelos motivos apresentados no artigo 657 do CPC, devendo ser proposto no prazo de 01 (um) ano, com seu início se variando de acordo com o motivo causou a anulação da partilha.

Por fim, nota-se a importância de tais institutos dentro do bojo do Direito Sucessório, instrumento pelo qual possibilita a correta e precisa transferência de bens e valores de falecidos aos seus familiares e cônjuges, para que todos, ao final do procedimento, sintam-se em pleno gozo de seus direitos e garantias.

REFERÊNCIAS:

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro Inventário e partilha : judicial e extrajudicial. Rio de Janeiro: Forense, 2019

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, v. 6: direito das sucessões - 34. ed - São Paulo: Saraiva, 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil, volume 7: direito das sucessões. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das Sucessões, Volume 7 . 14 Ed. .São Paulo. Saraiva, 2020.

THEODORO JÚNIOR, Humberto, 1938-. Curso de direito processual civil. 47. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. Editora Método, 2020 p. 2420

VENOSA, Sílvio de Salvo .Direito Civil: sucessões . 17. ed - São Paulo: Atlas, 2017.

PROCESSO DE CURATELA PARA GARANTIR OS DIREITOS DAQUELES
QUE NECESSITAM DA AJUDA PARA EXERCER OS ATOS DA VIDA CIVIL
PRIORIZANDO A DIGNIDADE HUMANA

*GUARDIANSHIP PROCESS TO GUARANTEE THE RIGHTS OF THOSE WHO
NEED HELP TO EXERCISE THE ACTS OF CIVIL LIFE PRIORITIZING
HUMAN DIGNITY*

Andrina Andrietti; Daniele Pereira Martin; Greice Scarlett de Oliveira; Hemili
Taynara Borich; Jociel Ramos da Luz; Libania Maria Figueredo Sabino; Teresa
Gabriela dos Santos Vieira, Anna Lucia Martins Mattoso
anna.mattoso@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: O presente artigo, como método dedutivo dentro da técnica de pesquisa bibliográfica, tem como escopo abordar os principais aspectos da curatela em nosso Ordenamento Jurídico, que é um instituto que visa garantir os direitos das pessoas relativamente incapazes de exercer os atos da vida civil, como forma de concretizar o princípio da dignidade humana, estampado no art. 1º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Objetivando esclarecer o que vem a ser a capacidade civil e as causas legais da perda dessa capacidade civil para exercer os atos da vida civil, que é um requisito essencial para que uma pessoa possa ser interditada ou curatelada, e, por consequência disso, estar sujeita a um curador. O Juiz, o interditando ou curatelado, o curador e o Ministério Público, são os sujeitos envolvidos nessa procedimento jurídico.

PALAVRAS-CHAVE: Curatela. Incapacidade para exercer os Atos da Vida Civil. Dignidade da Pessoa Humana.

ABSTRACT: *This article, as a deductive method within the bibliographic research technique, aims to address the main aspects of the trusteeship in our Legal System, which is an institute that aims to guarantee the rights of people relatively incapable of exercising the acts of civil life, such as way of realizing the principle of human dignity, embodied in art. 1º, item III, of the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988. Aiming to clarify what is the civil capacity and the legal causes of the loss of this civil capacity to exercise the acts of civil life, which is an essential requirement for a person can be interdicted or curated, and, consequently, be subject to a trustee. The judge, the interdicted or curated person, the curator and the Public Ministry are the subjects involved in this legal procedure.*

KEYWORDS: *Guardianship. Inability to exercise the Acts of Civil Life. Dignity of human person.*

1 INTRODUÇÃO

O tema proposto é de extrema relevância social, econômica e jurídica, tendo em vista que se refere a um tema relacionado àqueles que não possui a capacidade de exercer os atos da vida civil sem o auxílio de outrem, mediante a atuação do Estado que, após um processo judicial, cuja finalidade é respeitar os direitos fundamentais da pessoa curatelada, com aplicação do devido processo legal, que realiza o contraditório e a ampla defesa.

Nesse viés, a pesquisa objetiva esclarecer a curatela como procedimento judicial em que o juiz nomeia de acordo com a lei e a necessidade das pessoas envolvidas na Ação de Curatela uma pessoa que zele, cuide e resgarde a pessoa curatelada e o patrimônio da mesma, que apesar de ser maior de idade, foi declarada judicialmente incapaz. De acordo com Lima, 2018, a incapacidade pode ter várias origens como formação congênita, transtornos mentais, dependência química ou doença neurológica, necessitando que seja tecnicamente comprovado que essa incapacidade a impossibilite de reger os atos da vida civil. A finalidade da pesquisa é demonstrar que para ser decretada a curatela é necessário a certeza da incapacidade da pessoa, que é obtida através de provas periciais ou exames médicos específicos.

Faz-se relevante consignar que a Curatela é considerada como uma exceção ao estado normal das coisas, uma vez que se trata de solução drástica de restrição individual, privando o indivíduo de exercer seus direitos e as liberdades que a lei prescreve para cada um daqueles que atingem a capacidade plena.

2 DA CAPACIDADE CIVIL

Inicialmente, é mister ressaltar que toda pessoa é dotada de personalidade jurídica, tendo aptidão para adquirir direito e contrair obrigações diante da ordem civil.

Tal premissa está expressamente positivada no art. 1º do Código Civil, que assim dispõe: “toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”.

Não obstante, para que esses direitos e obrigações sejam alcançados, paralelo a personalidade jurídica, está a figura da capacidade civil, de forma que a mesma seja direta, por intermédio ou, ainda, por assistência de outrem, através do próprio instituto da curatela que o enfoque do presente artigo.

A capacidade prevista no art. 1º do Código Civil de 2002, pode ser classificada em dois tipos. O primeiro se refere a capacidade de direito, de gozo ou de aquisição, que pode ser definida como a capacidade comum à toda pessoa, sendo relativa a personalidade e só se perde com a morte e o segundo tipo a capacidade de fato, ou seja, de estar apto aos atos da vida civil.

Esclarece-se que a “capacidade civil é aquela que para ser sujeito de direitos e deveres na ordem privada, e que todas as pessoas têm sem distinção. Em suma, em havendo pessoa, está presente tal capacidade, não importando questões formais como ausência de certidão de nascimento ou de documentos”. (TARTUCE (2015, p. 75)

Por sua vez, o segundo tipo se refere a capacidade de fato ou de exercício, que é a capacidade de utilizar os direitos e exercê-los por si mesmo. Em suma, é o exercício dos próprios atos da vida civil. Tartuce (2015, p. 75) aduz que algumas pessoas não possuem a capacidade de fato ou de exercício.

Dessa maneira, quem só tem a capacidade de direito possui uma capacidade limitada e será denominado como relativamente incapaz ou absolutamente incapaz para a prática, por si só, dos atos da vida civil.

Em tese, os incapazes são aqueles que não possuem a capacidade de fato, ou seja, aqueles que não podem, por si só, exercer os atos da vida civil.

A incapacidade prevista no Código Civil de 2002, pode ser absoluta ou relativa. Para o Código, somente são considerados absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos, conforme art. 3º..

Por sua vez, as pessoas consideradas relativamente incapazes de praticar ou exercer certos atos estão previstas no art. 4, incisos I a IV, do Código Civil de 2002, senão vejamos:

Art. 4º - São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

IV - os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.

Desta forma, a incapacidade seja relativa ou absoluta cessará com a maioridade, ou seja, ao completar 18 anos de idade, ou ser emancipado (conforme as possibilidades previstas no ordenamento jurídico brasileiro).

Chama-se a atenção para o fato de que os ébrios habituais, viciados em tóxicos, viciados em jogo, entre outros que por causa transitória ou permanente não puderem exprimir sua vontade, estarão sujeitos a serem curatelados, ou seja, será proclamada judicialmente sua incapacidade, a propositura da ação prevista nos arts. 747 a 758 no Código de Processo Civil de 2015.

Todavia, LOBO (2020) *apud* BRITO ALMEIDA (2020) explica que:

[...]a partir da entrada em vigor do Estatuto, não há que se falar mais de 'interdição', que, em nosso direito, sempre teve por finalidade vedar o exercício, pela pessoa com deficiência mental ou intelectual, de todos os atos da vida civil, impondo-se a mediação de seu curador. Cuidar-se-á, apenas, de curatela específica, para determinados atos [...]. (LÔBO, 2020, *online*).

No plano prático, o processo de interdição continuará existindo, mesmo que sob uma nova perspectiva, limitando-se a apenas a vida patrimonial e negocial, não representando o seu fim, pois ela continuará. Entretanto, o modelo de interdição no qual o curador será dotado de todos os poderes sobre o curatelado, será flexibilizado de acordo as necessidades do curatelado (BRITO ALMEIDA, 2020).

Abre-se um parêntese para explica o que o conceito de pessoa com deficiência nas preciosas lições de Antônio Marcado (2017, p. 409), que para o autor, é considerado aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma

ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Outro ponto que merece destaque é que o Estatuto da Pessoa com Deficiência inovou a trazer a modalidade de tomada de decisão apoiada, que é um instrumento de proteção jurídica criado por lei para assegurar às pessoas com deficiência maior segurança e autonomia com o apoio que for necessário para a prática de determinados atos de sua vida civil.

Para isto, um termo redigido pelo deficiente juntamente com seus apoiadores com as indicações dos limites do apoio a ser oferecidos, o compromisso dos apoiadores, o prazo da vigência do acordo e a declaração expressa de respeito à vontade, direitos e interesses do apoiado, de acordo com o art. 1783-A, §1º, do Código Civil de 2002.

Além das previsões legais de incapacidade acima citadas, ainda pode-se citar outras incapacidades específicas, tais como a incapacidade dos idosos, regulada pela Lei nº10.741/2003 (Estatuto do Idoso), que prevê a interdição desde que provada judicialmente.

Assim como, a incapacidade do enfermo ou do deficiente físico, regulado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015): que são as pessoas acometidas por comorbidades que impossibilite de reger plenamente seus negócios ou bens poderiam ficar sujeitas a curatela, mediante procedimento instaurado a requerimento do próprio doente ou deficiente físico, ou legitimados no art. 747 do Código de Processo Civil de 2015.

3 DA COMPETÊNCIA E LEGITIMIDADE PARA A PROPOSITURA DO PROCESSO DE INTERDIÇÃO E DA NECESSIDADE DE PERÍCIA MÉDICA

A interdição ocorre quando uma pessoa se mostra incapaz de medir as consequências de suas ações e de administrar os seus bens, seja por doença ou vício.

Ocorrendo essa situação, poderá o cônjuge ou companheiro; parentes ou tutores; representante de entidade em que se encontra abrigado o interditando ou o Ministério Público, solicitar judicialmente a interdição judicial dessa pessoa, como autoriza o art. 747 e seus incisos, do Código de Processo Civil.

O Ministério Público só poderá propor a Curatela em caso de doença grave mental, conforme expressamente previsto no art. 747, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

O processo de interdição deve ser proposto no Foro do domicílio do interditando ou curatelado, perante a justiça comum estadual.

É sempre bom mencionar que, para que uma pessoa seja declarada incapaz, deve ela ter dificuldade para compreender suas decisões devido a algum transtorno mental, dependência química ou doença neurológica, o que deve ser devidamente atestado por perícia médica de medico especialista e se necessário de mais de um médico.

4 DA CURATELA E DA IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO DE CURATELA

O Ministério Público participa do processo de Curatela, como fiscal para defender o direito e interesses do curatelado, contra eventuais abusos que

possam ocorrer contra o Curatelado e cobrando a prestação de contas do Curador, na administração da pessoa e dos bens.

4.1 ASPECTOS DA CURATELA E DO PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A curatela está situada nos arts. 1.767 e 783, do Código Civil, e, subsidiariamente, pode ser aplicadas regras gerais do instituto da tutela, dos artigos 1.728 a 1.766 do Código Civil.

Nessa acepção, cumpre destacar as pessoas que estão sujeitas a curatela, cujo rol é taxativo no art. 1.767, do Código Civil de 2002, vejamos:

Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:

- I — aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil;
- II — aqueles que, por outra causa duradoura, não puderem exprimir a sua vontade;
- III — os deficientes mentais, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos;
- IV — os excepcionais sem completo desenvolvimento mental;
- V — os pródigos.

Além disso, a jurisprudência admite que a própria pessoa a ser curatelada proponha a medida, autointerdição *ou* autocuratela, como explica Nascimento, 2019.

Com o advento do Estatuto da pessoa Com Deficiência (Lei nº 13.146/15) que incluiu o at. 1775-A no Código Civil, passou-se a prevê a possibilidade de o juiz estabelecer a possibilidade de curatela compartilhada a mais de uma pessoa, o que demonstra ser um grande mecanismo para se resguardar e proteger os interesses do curatelado.

Noutro vértice, com relação ao papel do Ministério Público na curatela Oliveira (2019) pontua que:

“ao Ministério Público, por fim, incumbe velar pelo bem-estar do incapaz, fiscalizando o exercício da curatela e supervisionando as contas apresentadas, podendo apresentar, para esse fim, impugnação à prestação de contas, exigir sua complementação, além de esclarecimentos e, até mesmo, em último caso, a remoção do curador ...”.

O código de Processo Civil (2015) ainda destaca em seu artigo 761: “Incumbe ao Ministério Público ou a quem tenha legítimo interesse requerer, nos casos previstos em lei, a remoção do tutor ou do curador.

A seguir vamos compreender a curatela provisória que é deferida pelo juiz para ajudar o Curatelado de modo imediato e a curatela definitiva que só é fixada com a sentença.

4.2 CURATELA PROVISÓRIA

Arnaldo Rizzardo (2011, p. 928) define que a curatela provisória serve a qualquer pedido de interdição e ocorre, por exemplo, quando: “há demora na

tramitação do processo, necessidade de recebimento imediato de pensões ou rendimentos, celebração de atos administrativos”, entre outros.

É cabível a nomeação de curador provisório quando existem elementos de convicção seguros que evidenciam a incapacidade civil do interditado, conforme possibilidade prevista no parágrafo único do art. 749, do Código de Processo Civil de 2015 que prevê que: “Justificada a urgência, o juiz pode nomear curador provisório ao interditando para a prática de determinados atos”.

Todavia, adverte Maurício Requião, 2021, sobre a curatela provisória sobre a possibilidade da curatela provisória estabelecida no art. 749, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015:

Entretanto, traz também o novo texto alguns problemas. Primeiro, porque possibilita que em caso de urgência o juiz nomeie curador provisório ao interditando para a prática de determinados atos (art.749, parágrafo único). Em que pese se entender a intenção de possibilitar medidas que devem ser tomadas de imediato em prol do interesse do interditando, a hipótese deve ser utilizada com extrema cautela. Urgência, como se sabe, é conceito indeterminado que só será preenchido diante do caso concreto. Em esforço doutrinário, entretanto, sugere-se que tal curatela provisória só seja concedida quando se tratarem de questões tais quais poder de disposição sobre certo bem para custear tratamento de saúde, moradia, ou demais interesses fundamentais do interditando; necessidades pontuais de internação e tratamento de saúde quando a conduta do interditando gerar risco à sua própria vida ou saúde ou de terceiros; e situações em que o interditando se encontre impossibilitado de externar sua vontade, seus desejos. Ademais, o magistrado deve ser específico na enumeração dos atos que poderão ser praticados durante a curatela provisória, restringindo-os ao estrito número necessário para cumprir os desígnios que justificaram essa medida excepcional. Por fim, outra medida que pode eventualmente ser adotada é a exigência de caução quando o ato a ser praticado pelo curador provisório envolver disposição de bens do interditando.

Verifica-se por exemplo que a Curatela Provisória pode ocorrer quando o requerente postula pela interdição de um ente próximo (como por exemplo, seu filho), tendo em vista que o requerido é portador de alguma enfermidade que impossibilite de praticar atos civis.

O administrador provisório, ora curador, está incumbido de gerenciar os bens do curatelado, receber as pensões e ainda, realizar qualquer atividade necessária ao auxílio deste. Essas funções ao administrador são cabíveis dentro de prazo máximo de 2 (dois) anos, até que seja declarada a interdição.

Dessa forma, o requerente pedirá a decretação da curatela provisória do requerido, nomeando-se a autora como curadora; a intimação do representante do Ministério Público para que intervenha no feito; e na ceara de provas, protestar e provar o alegado por todos os meios permitidos, como por exemplo, a realização de perícia médica para avaliação de capacidade mental.

Maurício Requião, 2021, destaca que a curatela provisória só seja concedida quando se tratarem de questões atinentes ao poder de disposição sobre certo bem, para custear tratamento de saúde, moradia, ou demais

interesses fundamentais do interditando; necessidades pontuais de internação e tratamento de saúde quando a conduta do interditando gerar risco à sua própria vida ou saúde ou de terceiros; e situações em que o interditando se encontre impossibilitado de externar sua vontade, seus desejos.

5 REQUISITOS PARA SER UM CURADOR

A princípio, para ser Curador de qualquer pessoa, é necessário que o indivíduo interessado seja plenamente capaz para todos os atos da vida civil, requisito mínimo para se pleitear a curatela.

Entretanto, não basta somente a plena capacidade civil para o exercício da função de curador. Para tanto, é preciso que o requerente da curatela apresente comportamento probo e idôneo, mantenha relações de parentesco ou de amizade com o sujeito que, em tese, deverá ser curatelado.

Nesse sentido, assim dispõe o Código Civil:

Art. 1.775. O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito.

§ 1.º Na falta do cônjuge ou companheiro, é curador legítimo o pai ou a mãe; na falta destes, o descendente que se demonstrar mais apto.

§ 2.º Entre os descendentes, os mais próximos precedem aos mais remotos.

§ 3.º Na falta das pessoas mencionadas neste artigo, compete ao juiz a escolha do curador”

A ordem de preferência para requerer a curatela no CPC:

Art. 747. A interdição pode ser promovida:

I – pelo cônjuge ou companheiro;

II – pelos parentes ou tutores;

III – pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando;

IV – pelo Ministério Público.

Parágrafo único. A legitimidade deverá ser comprovada por documentação que acompanhe a petição inicial.

Vale destacar que esse rol não é taxativo e pode ser flexibilizado judicialmente. Trata-se de um parâmetro de razoabilidade legislativa objetivando que o magistrado se aproxime ao máximo do melhor interesse e do bem-estar do Curatelado.

Constata-se que não é necessário o vínculo de parentesco para exercer o encargo de Curador, pois a ordem legal de preferência pode ser alterada no caso concreto caso isso seja necessário para atender ao melhor interesse do curatelado.

6 PROVA PERICIAL

A lei nº13.105/2015 trouxe importantes inovações, sobretudo com relação às provas periciais, graças aos avanços tecnológicos e científicos que tornaram possível que novas descobertas chegassem ao ambiente processual com muito mais rapidez, precisão e facilidade. Neste código encontra-se disposto dos

artigos 464 ao 480 e tem como fundamento esclarecer os fatos e formar a convicção do juiz para que possa julgar a causa com mais segurança.

Tanisy Romana Vasconcelos Costa Leite, 2020, especifica que a perícia é um tipo de prova que depende de conhecimentos técnicos e científicos de profissionais especializados no objeto a ser analisado, é composta de: exame, quando a inspeção é feita sobre pessoas e bens móveis, a fim de verificar fatos e circunstâncias relevantes; vistoria, quando se trata de bens imóveis e avaliação, quando o julgador precisa apurar valores de coisas, direitos e obrigações em litígio.

O juiz, ao deferir a produção de prova pericial, nomeará um perito, atentando-se para algumas exigências como: estar legalmente habilitado para esta função, deve estar inscrito no cadastro administrado pelo respectivo tribunal, conforme consta no artigo 156, parágrafo 1º do CPC e ser uma pessoa desinteressada no processo, caso contrário, será declarado suspeito ou impedido.

Ao ser nomeado, o profissional registrará suas impressões técnicas e/ou científicas sobre o tema em um laudo pericial. Este documento deve preencher alguns requisitos que se encontram elencados no artigo 473 e seus incisos do CPC.

Além disso, a fundamentação de suas conclusões deve estar descrita com linguagem simples, coerente e precisa, em obediência ao que determina o artigo 473, parágrafo 1º do mesmo dispositivo, sendo vedado, inclusive, que vá além dos limites pelo qual foi designado e que emita opiniões pessoais que ultrapassem o exame técnico e/ou científico do objeto da perícia, conforme determina o artigo 473, §2º, do CPC (LEITE, 2020).

7 CURATELA COMPARTILHADA

A Ação de curatela tem como princípio impor a alguém reger e proteger a pessoa que, por causa transitória permanente, não possa exprimir a sua vontade, administrando os seus bens. No mesmo sentido, há a curatela compartilhada sendo fundamentada no artigo 1.775-A do CC, que autoriza curatela compartilhada: “Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa”.

O artigo que fundamenta a curatela compartilhada, está exposto na Lei de n. 13.146/2015, sendo chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD). (ALMEIDA, 2021)

Na curatela, a pessoa a ser protegida é maior de idade, de modo que não se trata de formação de uma criança ou de um adolescente. Na curatela, o curatelado não necessita de dois curadores para ser formado, para crescer saudável, para definir sua sexualidade entre outras atribuições.

É por essas e outras razões que, no que se refere à curatela compartilhada, o juiz deverá ter ainda maior prudência para considerar as nuances envolvidas no caso concreto, de modo a observar sua impossibilidade quando houver conflito entre as pessoas que pretendem o seu exercício.

8 DIREITOS E DEVERES DO CURADOR.

Uma vez estabelecida por decisão judicial, com intuito de estabelecer amparo à pessoa que não possui condições de administrar a sua vida civil, o curador, precisa ser adulto capaz e que se responsabilize perante “o Juiz pela pessoa do interditado, o representando e zelando por seus direitos e garantias fundamentais” (SVOBODA,2021, p. 10), para que se “[...] administra os bens, pensão ou aposentadorias (caso o curatelado possua), protege e zela pelo bem estar físico, psíquico, social e emocional do interditado”. (SVOBODA,2021, p. 10) [...]. Ainda no intuito de proteger os bens do incapaz. “a lei restringe a liberdade do tutor e do curador de casarem com seus tutelados e curatelados enquanto não cessada a tutela ou curatela e não houverem saldado as respectivas contas” (DINIZ, 2014, p. 59).

É dever do curador além dos itens elencados acima “[...] defendê-lo, prover alimentação, saúde e educação de acordo com suas condições” (SVOBODA,2021, p. 11). Caso o curatelado “[...] possua bens e rendimentos, ela mesma custeará com suas despesas”.

Nesse sentido, o Juiz poderá “estabelecer um valor razoável à sobrevivência digna do curatelado, que poderá ser retirado mensalmente pelo curador” (ALMEIDA e MIRANDA, p.10, 2020).

O art. 758 do Código de Processo Civil de 2015 faz a previsão de que o “[...] o curador deve buscar tratamento e apoio apropriados à conquista da autonomia pela pessoa em situação de curatela.

Ainda, incumbe-lhe providenciar acompanhamento médico, odontológico, psicológico, tratamentos terapêuticos e demais atividades necessárias à vida digna da pessoa em situação de curatela” fazendo tudo que for necessário para inseri-lo na vida social novamente. Caso a “adaptação da pessoa em situação de curatela se revelar inviável ao convívio familiar, ele poderá ser abrigado em instituição adequada, cabendo ao curador comunicar imediatamente ao juiz essa ocorrência” (ALMEIDA e MIRANDA, 2020, p. 13).

Segundo o (CC de 1916, art. 827, IV), os curadores têm o dever de proteger “[...] os incapazes sob curatela, resguardando seus bens entregues à administração de seus representantes legais (CC de 1916, arts. 418 e 453), assegurando sua devolução bem como a dos seus frutos, ao cessar a relação jurídica da curatela”, caso contrário, terá que indenizar o curatelado “pelas perdas e danos em razão de prejuízos causados” (DINIZ, 2014, p. 617), para segurança e garantia ao curatelado “[...] o curador, antes de assumir a administração dos bens do tutelado ou curatelado, se ocorrer a hipótese do art. 1.745, parágrafo único, do Código Civil, no caso de “hipoteca de incapazes” (DINIZ, 2014, p. 621).

O curador possui o direito de “[...] ressarcimento de gastos comprovadamente efetuados com recursos próprios em benefício do curatelado” sendo ainda “possível remuneração proporcional à importância dos bens a serem administrados mediante pedido formulado ao juiz” (ALMEIDA; MIRANDA, 2020, p. 16).

8.1 CASOS QUE PODE-SE REMOVER UM CURADOR, SUBSTITUINDO O MESMO

Para a remoção de um curador é necessário que haja prova absoluta que ele esteja causando prejuízos materiais ao curatelado, precisa ser comprovado a falta de cuidados com o curatelado.

Nesse norte, determina o art. 761 do Código de Processo Civil que: “Incumbe ao Ministério Público ou a quem tenha legítimo interesse requerer, nos casos previstos em lei, a remoção do tutor ou do curador”.

Como todo processo judicial ou extrajudicial, é necessário que o curador seja citado para apresentar sua defesa, para tanto o parágrafo único do art. 761, do Código de Processo Civil de 2015 lhe faculta o prazo de 05 (dias) para contestar a ação, findo o qual observar-se-á o procedimento comum.

Inclusive, em casos de extrema gravidade, o juiz poderá suspender o tutor ou o curador do exercício de suas funções, nomeando substituto interino, conforme dicção legal do art. 762, do Código de Processo Civil de 2015.

Sobre o tema, merece destacar a jurisprudência, decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INTERDIÇÃO PROPOSTA PELO FILHO EM FACE DO PAI. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DECLARA A INTERDIÇÃO PROVISÓRIA E NOMEIA O AUTOR COMO CURADOR. RECURSO DO RÉU. ALEGADA INADEQUAÇÃO DA INTERDIÇÃO. TESE INSUBSISTENTE. PROVA DOS AUTOS ATUAL E SEGURA QUANTO À INCAPACIDADE DO AGRAVANTE DE RESPONDER POR SEUS ATOS E GERENCIAR A PRÓPRIA VIDA. NECESSIDADE DE CUIDADOS E ASSISTÊNCIA INTEGRAL. DECISÃO ACERTADA NO PONTO. INSURGÊNCIA QUANTO À NOMEAÇÃO DO AUTOR COMO CURADOR. ALEGAÇÕES VEROSSÍMEIS. APARENTE CONFLITO DE INTERESSES ENTRE OS LITIGANTES. INTERESSE PATRIMONIAL SUBJACENTE AO PLEITO DE INTERDIÇÃO MERECEDOR DE ELUCIDAÇÃO. EXISTÊNCIA DE INÚMERAS AÇÕES ANTERIORES ENVOLVENDO PAI E FILHO. EVIDENTE DESCONTAMENTO DO CURATELADO EM RELAÇÃO À CONVIVÊNCIA COM O CURADOR E MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE HIGIENE DA HABITAÇÃO, MESMO APÓS A INTERDIÇÃO PROVISÓRIA, QUE RECOMENDAM A SUBSTITUIÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. "A curatela, por sua natureza mesma, supõe isenção, porque ao curador compete o inflexível zelo pela pessoa e pelos bens dos interditados (Pontes de Miranda. Tratado de Direito de Família. Campinas: Bookseller, 2001, v. 3, p. 285), representando-os nos atos da vida na busca pelo resguardo de seus interesses. O exercício do munus, como tal, é infactível se o curador antagoniza pretensões próprias às do curatelado, significando que a colisão de interesses subleva-se à condição de fator impeditivo da atribuição da curatela". (Maria Helena Diniz. Código Civil Anotado. São Paulo: Saraiva, 1996, pág. 334). (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4009333-69.2017.8.24.0000,

Ademais, existe a possibilidade de uma ação de substituição de curador, caso o curador queira passar a curatela para outra pessoa, pode requerer no mesmo processo de interdição por meio de seu advogado por meio de uma petição intermediária ou dirigir-se ao INSS e solicitar a substituição, conforme artigo 1767 do Código Civil e 747 do Código Processo Civil.

Verifica-se a possibilidade de substituição do curador pode ser feita a qualquer tempo, mediante pedido formulado pelo curador ou por pessoa legitimada, mediante petição fundamentada ao Juiz da causa, cujas hipóteses mais comuns são: a morte do curador, impedimentos por motivos de saúde, mudança de domicílio do curador. ALMEIDA e MIRANDA (2020)

Percebe-se que a remoção do curador, provisório ou definitivo, ou a sua substituição, pode ser feita a qualquer momento, comprovando o prejuízo do Curatelado, seja em caso de ação de curatela ainda não ter sido julgada ou em caso de outra ação com o fim de substituir.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez entendida e explicada a forma que é considerada a interdição e o processo de curatela em nosso Ordenamento Jurídico, ajuda-nos a entender a importância desse instituto destinado a garantir os direitos e garantias daqueles que necessitam da ajuda de outrem para exercer os atos da vida civil, em especial os relacionados a questão patrimonial, como forma de se concretizar o princípio da dignidade humana expresso no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

Outrossim, a presente pesquisa nos proporcionou compreender quais atos da vida civil que o Curatelado não pode exercer sozinho, por não possuir capacidade de exprimir a sua vontade, devidamente comprovado por perícia médica.

Nesse viés, tanto a Constituição Federal de 1988 quanto o Código Civil, Estatuto do Idoso, Estatuto da Pessoa com Deficiência e demais legislações infraconstitucionais, preveem várias diretrizes a serem seguidas para promover o exercício da cidadania do Curatelado, a sua participação na comunidade e, sobretudo, defender a sua dignidade e direitos, para viver bem.

Como visto, após a interdição do Curatelado, o curador possui o dever de proteger e zelar por sua pessoa e seus bens, assumindo-se então os interesses do “Curatelado”, junto ao Estado, irá comprovar a renda de seus bens, e comprovar que vem exercendo os deveres de Curador, proporcionando ao curatelado exames médicos necessários, consultas ao psicólogo, higiene, boa alimentação, lazer e tudo que uma pessoa saudável deve ter para comprovar a correta administração da renda e dos bens do Curatelado. .

Cumpra frisar que o papel de cuidar do Curatelado não só está restrito ao Curador, mas também deve ser um papel de todos que convivem com o Curatelado, frente ao princípio da solidariedade com aquele necessitado, que é um objetivo fundamental da nossa República, estampado no art. 3º, inciso I, da Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gabriele Gadelha Barbosa; MIRANDA, Fabio Menezes. Cartilha-CURATELA-E-A-PAPEL-DO-CURADOR. PDF, p. 10,13 e 16,1ª Reimpressão, São Luís 2020.

ALMEIDA, Gustavo Araújo Brito. Alterações jurídicas relevantes no âmbito da capacidade civil após o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Conteúdo Jurídico. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/54764/alteraes-jurdicas-relevantes-no-mbito-da-capacidade-civil-aps-o-advento-do-estatuto-da-pessoa-com-deficincia>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. Planalto. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 16 jun. 2021.

. Planalto. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (Código Civil). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 16 jun. 2021.

. Planalto. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. (Estatuto do Idoso). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 16 jun. 2021.

. Planalto. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. (Código de Processo Civil). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 16 jun. 2021.

. Planalto. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 jun. 2021.

. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Agravo de Instrumento n. 4009333-69. Relator: Des. Jorge Luis Costa Beber, Segunda Câmara de Direito Civil, j. 13-06-2019. Disponível em: http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/buscaForm.do#resultado_ancora. Acesso em: 16 de jun. 2021.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2014, p.p. 25, 617 e 621.

FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil, volume 6: Direito de família — As famílias em perspectiva constitucional. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 687.

LEITE, Tanisy Romana Vasconcelos Costa. “Provas periciais na ação de interdição por quadros demenciais”. JUS.COM.BR. 2020. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/87227/provas-periciais-na-acao-de-interdicao-por-quadros-demenciais>. Acesso em: 16 de jun. 2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro - Vol. 6 - Direito de Família - 11ª Ed. 2014, p.p. 445 e 446.

LIMA, Kellen Juliana Bierhals. Principais Aspectos da Curatela. Antonio Pereira Advocacia, 2018. Disponível em:
<https://antoniopereiraadvocacia.com.br/principais-aspectos-da-curatela/#:~:text=EM%20QUE%20CONSISTE%20A%20CURATELA,e%20%C3%A9%20judicialmente%20declarada%20incapaz..> Acesso em 16 jun. 2021.

MARCADO, Antônio Carlos. Procedimentos especiais / Antônio Carlos Marcato. - 17. De. Rev., atual. e ampliada. São Paulo: Atlas, 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (MPPR). Curatela e tomada de decisão apoiada – perguntas frequentes. 2019. Disponível em:
<https://civel.mppr.mp.br/pagina-50.html>. Acesso em: 16 de jun. 2021.

NASCIMENTO, Quêren-Hapuque Janjão do. Curatela: quem pode ser curador? Quem pode ser interditado?. Dubbio. Disponível em:
<https://www.dubbio.com.br/artigo/716-curatela-quem-pode-ser-curador-quem-pode-ser-interditado>. Acesso em: 16 de jun. 2021.

OLIVEIRA, Rogério Alvarez de. MP NO DEBATE: O exercício da curatela e os deveres e obrigações do curador. Consultor Jurídico, 2019. Disponível em:
<https://www.conjur.com.br/2019-jan-07/mp-debate-exercicio-curatela-deveres-obrigacoes-curador>. Acesso em: 09 jun. de 2021.

RIZZARDO, Arnaldo. Direito de família: Lei n. 10.406, de 10.01.2002. 9. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Forense, 2014.
REQUIÃO, Maurício. Considerações sobre a interdição no novo Código de Processo Civil. Disponível em:
https://www.academia.edu/34681419/Considera%C3%A7%C3%B5es_sobre_a_interdi%C3%A7%C3%A3o_no_novo_C%C3%B3digo_de_Processo_Civil_1. Acesso em 16 de jun. 2021.

SVOBODA, Noeli Kühn. Tutela e curatela – perguntas e respostas. MPPR. p.p. 10 e 11. Disponível em:
https://civel.mppr.mp.br/arquivos/File/CARTILHA_TUTELA_CURATELA_MPPR.pdf. Acesso em: 16 de jun. 2021.

ANAIIS ENPEX 2021

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ARTIGOS

EDUCAÇÃO FÍSICA



**XX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV MOSTRA DE EXTENSÃO
BRUSQUE/SC - BRASIL**



UNIFEBE

É NOSSA. É DAQUI.

**A DANÇA COMO FERRAMENTA DE ESTÍMULO ÀS CRIANÇAS COM
AUTISMO: COMPARTILHANDO UMA EXPERIÊNCIA****DANCE AS A STIMULUS TOOL FOR CHILDREN WITH AUTISM: SHARING
AN EXPERIENCE**

Júlia Booz Fantini, Camila da Cunha Nunes
camila.nunes@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: Objetiva-se verificar o impacto da dança como ferramenta de estímulo na primeira infância de crianças autistas. Para tal, realizou-se uma pesquisa aplicada por meio de estudo de caso. Para acompanhamento das crianças com autismo, utilizamos a Grelha de Observação do Comportamento da Criança (GOCC), e após a realização da proposta, uma entrevista semiestruturada com os pais/responsáveis. Verificou-se que a dança impactou positivamente no desenvolvimento da interação social, linguagem e comportamento imaginativo. Revelou-se, como uma possibilidade de terapia que promove integração social e desenvolvimento do contato com o outro e/ou objeto, por meio de formas de manifestação da linguagem corporal, utilizando-se da voz ou verbalização, de forma física e visual.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Dança. Criança. Primeira Infância.

ABSTRACT: *The objective is to verify the dance's impact as a stimulating tool to autistic children in their earlies childhoods. For such, this applied research was done through a case study. For the keeping up of the autistic children, we used a Child Behavior Observation Grid (GOCC) and a semi-structured interview with the parents or guardians. It was verified that dancing caused positive impacts and development of skills such as socialization, language and imaginative behavior. It was revealed as a possible therapy which promotes social integration and development of contacting the other people and objects around, either through body language, using voice or verbalization, in a physical and visual way.*

KEYWORDS: Autism. Dance. Child. Early Childhood.

1 INTRODUÇÃO

Cada pessoa é única, e as crianças com autismo, apresentarão características e comportamentos atípicos distintos. Estudos comprovam que as maiores dificuldades presentes estão relacionadas a tríade - interação social, linguagem e comportamento imaginativo (CATELLI *et al.*, 2016). Sendo que, cada vez mais, evidências emergentes destacam a importância de intervenções precoces em crianças com autismo para desfechos motores, cognitivos e sociais de curto e longo prazo (JIA; XIE, 2021).

Desta forma, a expressão corporal que a dança possibilita pode atuar positivamente, minimizando os comprometimentos, principalmente nas áreas da comunicação, consciência corporal, comportamento e reciprocidade social (DEJESUS *et al.*, 2020; MIRANDA, 2017). Estímulos motores e sensoriais, são essenciais para propiciar a redução de comportamentos atípicos, e a dança permite a modulação, fisiologicamente, de atitudes estereotipadas mediante liberação de neurotransmissores específicos (SRINIVASAN; BHAT, 2013). O contato musical e as ações de dançar, podem viabilizar o envolvimento e/ou condição propícios aos avanços da linguagem, proporcionando desenvolvimento em sua comunicação, além de aspectos perceptuais, motores e comportamentais (DEJESUS *et al.*, 2020; TEIXEIRA-MACHADO, 2015).

Pela dança, a exploração sensório-motora permite à criança experimentar múltiplas possibilidades de seu corpo, e conhecer novas sensações. “A ativação dos sentidos visuais, auditivos e do sistema vestibular por meio de estímulos, potencializam o processamento e a percepção do meio externo” (PASSOS *et al.*, 2017, p. 38). A partir disso, tem-se como objetivo verificar o impacto da dança como ferramenta de estímulo na primeira infância de crianças autistas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O AUTISMO

O autismo é um transtorno que afeta o sistema neurológico, sendo, “[...] uma das desordens neurológicas mais comuns que afetam o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças” (TEIXEIRA-MACHADO, 2015, p. 205). Em 1943, Leo Kanner, mencionou o conceito Autismo quando falava de uma doença dentro da linha de psicose. Kanner caracteriza o autismo por isolamento extremo, alterações na linguagem constituintes pela ausência de finalidade comunicativa, necessidade de rotinas sempre iguais e movimentos estereotipados (RIBEIRO; MARTINHO; MIRANDA, 2012).

Sendo assim, a criança autista terá problemas graves de relacionamento, incapacidade de manter contato visual, apresenta aversão a qualquer mudança de hábito e o diálogo não acontece com tanta frequência. A criança autista possui perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, falha no uso da linguagem para comunicação, aspecto físico normal.

Silva (2018) salienta que aquele que possui um diagnóstico clínico na interação social pode ser considerado pertencente ao Espectro Autista, o mesmo tende a manifestar-se com uma comunicação verbal ou não verbal. Pode haver estereótipos como ser ausente de reciprocidade social, tendências a seguir uma rotina repetitiva de comportamentos, interesses e atividades.

As dificuldades na interação social em TID podem manifestar-se como isolamento ou comportamento social impróprio; pobre contato visual; dificuldade em participar de atividades em grupo; indiferença afetiva ou demonstrações inapropriadas de afeto; falta de empatia social ou emocional. À medida que esses indivíduos entram na idade adulta, há, em geral, uma melhora do isolamento social, mas a pobre habilidade social e a dificuldade em estabelecer amizades persistem (GADIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004, p. 84)

O autismo pode se desenvolver de muitas formas diferentes em cada indivíduo. Isso depende do nível de suporte em qual se encaixa. “As dificuldades na comunicação ocorrem em graus variados, tanto na habilidade verbal quanto na não-verbal de compartilhar informações com outros” (GADIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004, p. 84) Não somente na comunicação, mas no indivíduo de forma completa. “Os padrões repetitivos e estereotipados de comportamento característicos do autismo incluem resistência a mudanças, insistência em determinadas rotinas, apego excessivo a objetos e fascínio com o movimento de peças (tais como rodas ou hélices)” (GADIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004, p. 84).

2.2 O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

É na primeira infância que a criança tem suas primeiras experiências como ser humano, criam vínculos com as pessoas mais próximas e se desenvolvem em todos os aspectos. “Considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança” (BRASIL, 2016, n.p.).

Para as crianças com o espectro é de ainda mais importância as intervenções para o desenvolvimento na primeira infância. Nem sempre se tem o diagnóstico tão cedo, “no 1º ano de vida o diagnóstico clínico é difícil” (MARQUES, 1998, p. 139). “Geralmente o diagnóstico é efectuado mais tardiamente, durante o 2º ou mesmo no 3º ano de vida” (MARQUES, 1998, p. 139), todavia estimular o desenvolvimento de crianças com autismo nestas idades é de suma importância. “A intervenção precoce é conceituada como um sistema coordenado de serviços com o objetivo de promover o desenvolvimento da criança de zero a cinco anos de idade” (NUNES; ARAÚJO, 2014, p. 3).

Marques confirma que para a evolução dessas crianças é necessário detectar os sintomas precocemente para que permitam a implementação de tratamentos (MARQUES, 1998). “A literatura sugere que as práticas interventivas para populações com autismo são mais efetivas se forem de caráter intensivo (entre 25-40 horas semanais) e implementadas em situações naturais durante o período da primeira infância” (NUNES; ARAÚJO, 2014, p. 9).

São notadas algumas características durante a infância em crianças com autismo, como isolamento autístico, linguagem e habilidades pré-verbais prejudicadas, distúrbios psicossomáticos, distúrbios das funções intelectuais e alterações afetivas, no que se refere às condutas motoras, a maioria,

[...] tem uma motricidade perturbada pela manifestação intermitente ou contínua de movimentos repetitivos e complexos (estereotipias). Os mais típicos envolvem as mãos e os braços, mexendo-os frente aos olhos ou batendo palmas no mesmo ritmo, independente do momento ou espaço em que se encontram. Balanceio do tronco e o corpo inteiro, além de bater a cabeça repetidamente, também são condutas observadas. Geralmente, andam sobre as pontas dos pés. O *farejamento* é tido como uma conduta particular, na qual a criança cheira os objetos, as pessoas, os alimentos dos quais se aproxima ou toca. Quanto ao aspecto da instabilidade, geralmente observa-se um perpétuo estado de agitação, no qual a criança sobe nas mesas e outros móveis sem temor ou noção de risco, assim

como, em outros casos, pode se notar uma inibição motora, às vezes acompanhada de uma inabilidade gestual, comportamentos automutiladores, como arrancar os cabelos, bater-se ou morder-se, são freqüentes, e está relacionado a uma maior gravidade dos casos (SALLE *et al.*, 2005, p. 13).

Diante disso, estímulos motores e sensoriais, são essenciais para propiciar um melhor desenvolvimento das crianças.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa configura-se em uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso (LUDKE; ANDRÉ, 2013). A proposta foi desenvolvida em parceria com a Associação de Pais, Profissionais e Amigos dos Autistas (AMA) de um município do Vale do Itajaí (SC), e com as famílias de crianças com autismo. Selecionamos, intencionalmente, três crianças com autismo na faixa etária dos 4 e 5 anos. O processo de seleção, foi realizado juntamente com a AMA, a partir do convite as famílias das crianças da faixa etária delimitada.

Para programação das ações e compreensão dos aspectos que envolvem cada uma das crianças participantes, consultou-se, junto a AMA, a anamnese descrita no cadastro. Ainda, dialogou-se com as profissionais que prestam serviços na Instituição, de modo a se aproximar da realidade das crianças e do seu processo de desenvolvimento e crescimento.

Realizou-se estudos prévios sobre o autismo para o desenvolvimento de uma metodologia que abarque os objetivos das aulas para este público. A partir desse diagnóstico, propomos semanalmente, intervenções ao longo de 6 meses, totalizando 16 intervenções, com duração de, aproximadamente, 40 a 45 minutos. Utilizou-se da dança como ferramenta, a fim de proporcionar a exploração da sensorialidade da criança, dos objetos e do espaço, as suas dimensões e limites; promover a ligação do ritmo com o movimento corporal, movimento espontâneo, a imitação de gestos, áreas da interação social e o esquema corporal; estimulando a empatia através da imitação, o reconhecimento de si e do outro, e o movimento em díade. Não se realizou a gravação de todas as aulas pois percebeu-se a modificação no comportamento das crianças quando percebiam que eram gravadas.

Para acompanhamento do processo de desenvolvimento da criança, utilizou-se o registro das observações a partir dos elementos adaptados da Grelha de Observação do Comportamento da Criança (GOCC), adaptada de Simões e Santos (2009 *apud* MIRANDA, 2017), e a partir das informações observadas a cada aula, a proposição das intervenções para a semana seguinte. Após a realização da proposta, efetivou-se uma entrevista, contendo 8 perguntas, com os pais/responsáveis das crianças que participaram da intervenção com dança.

Por fim, analisou-se os dados coletados de modo qualitativo “[...] que é tanto indutiva quanto dedutiva e estabelece padrões ou temas. O relatório final, ou a apresentação, incluem as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição complexa e interpretação do problema [...]” (CRESWELL, 2014, p. 50). Para tal, estabeleceu-se a relação e o confronto entre os dados empíricos (relatos e observações) e a literatura por meio do processo de triangulação.

Registra-se que a pesquisa está resguardada eticamente sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número 39462020.5.0000.5636 e Parecer de nº 4961797, concedido após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para análise dos resultados, partiu-se dos registros das observações relacionadas a sete categorias, a saber: (1) Contato Ocular; (2) Expressão Facial; (3) Utilização do Gesto; (4) Utilização da Voz/Verbalização; (5) Relação com a Atividade; (6) Proxemia (contato com outra pessoa e/ou objeto, a depender da proposta); (7) Interação; e, dos relatos das famílias, os quais serão apresentados fielmente¹⁸, garantindo, assim, maior veracidade das informações. As categorias e relatos serão relacionados e confrontados na análise. No transcorrer da análise, grifamos pontos relevantes dos relatos de modo a dialogar com os achados. Para referirem-se aos pais/responsáveis das crianças, será utilizada a letra P e para distingui-los um número: P1, P2 e P3; a mesma distinção será realizada quanto as crianças: C1, C2 e C3.

Para desenvolver o processo de adaptação com o espaço e as intervenções, nos quatro primeiros encontros, um dos P pelas crianças participavam juntamente das atividades. Verificou-se que esta estratégia possibilitou maior interação entre as famílias e promoveu a adaptação às vivências, pois é necessário sensibilidade do docente e dos outros alunos de modo a compreendê-la e potencializar a sua aprendizagem (THIENGO *et al.*, 2021).

Sinaliza-se que, especificamente, nas duas primeiras intervenções ocorreram crises nervosas, em que C1 e C2, não permaneceram na sala por mais de 15 a 20 minutos, aspecto característico de crianças com autismo, face às mudanças intempestivas da rotina (RAMÍREZ, 2014). Como forma de auxiliar na organização das crianças e evitar crises nervosas, desde o primeiro encontro, estabeleceu-se algumas rotinas, tanto na organização da sala como das atividades, que após um período de adaptação, foram, pouco a pouco, sendo alteradas e observadas as respostas das crianças. Além disso, utilizou-se do auxílio de materiais (bolas, varinhas, blocos, asas de borboletas, formas de EVA, bambolê, roleta de bailarinas, papéis, adesivos coloridos, entre outros materiais), percebendo qual material chamava mais atenção. No caso relatado, os blocos coloridos, imagem 1, foi o material mais atrativo para as crianças, sendo um grande aliado nesse processo.

¹⁸ Houve a supressão de momentos dos relatos que abordam alguma questão familiar ou identificam a criança.

Imagem 1 – Blocos utilizados.



Fonte: A autoria.

A partir do 5º encontro, somente a professora de dança e as crianças participaram dos encontros. Percebeu-se, que sem o acompanhamento do responsável, as crianças se tornaram mais autônomas, aspecto que favoreceu o desenvolvimento da concentração e linguagem corporal, na medida em que, ficavam mais atentas. Ademais, P das crianças, foram unânimes ao relatarem que houve mudanças com a realização das intervenções, relatando que:

[...] com certeza, ela está mais solta, mais concentrada. Antes era difícil ela ficar prestando atenção e não aceitava responder comandos, depois ficou mais maleável. Fico boba com a forma como ela aceita fazer os passos (P1).

[...] ela pegou gosto pela dança né, ela já tinha o interesse, mas não era tão focado. Eu percebo que agora ela tem mais vontade de usar a saíinha, querer arrumar o cabelo para poder ir fazer aula de ballet, que é uma das coisas questões bem difícil, por causa da sensibilidade, dessas coisas de pentear o cabelo essas coisas, ela não deixava eu prender, então eu percebi que ela tem mais gosto. Tem dias que ela não quer ir, como foi naquela apresentação de dia das mães¹⁹, mas ultimamente eu vejo que ela não está resistindo tanto [...] e então verifico que com a aula ela já fica mais focada [...] (P2).

[...] percebi bastante mudança sim, é... inclusive ela já gostava assim de dançar, gostava de música, só que ela não...ela quase não tinha sincronia assim, não fazia os gestos certo... e cantar ela também não cantava, e agora ela tá cantando as músicas, tá fazendo os gestos certos. É mudou bastante nisso aí (P3).

¹⁹ Como forma de relacionar a dança com as datas comemorativas, realizou-se atividades e no dia das mães entregou-se às mães. Também, neste encontro, em certo momento, as crianças convidaram as mães para participarem, realizando atividades em conjunto.

Evidencia-se, que áreas em que crianças com autismo apresentam comprometimento, foram estimuladas, assim como, o desenvolvimento de comportamentos, interesses e/ou atividades, para além das intervenções foram despertadas. Evidências que corroboram com Devereaux (2017), ao afirmar que intervenções por meio da dança proporcionam às crianças com autismo se tornarem cientes dos limites pessoais, vivenciar a dinâmica social, melhorar a comunicação e desenvolver habilidades sociais e emocionais. Além do aumento da expressão verbal expressiva e receptiva a comunicação e redução de estereotipias (DEVEREAUX, 2017; DEJESUS *et al.*, 2020).

A questão da sensibilidade mencionada por P2, é algo presente em algumas crianças com autismo. “Os distúrbios de modulação sensorial mais comuns são relacionados ao sistema tátil e vestibular. A defensividade tátil é um distúrbio de modulação caracterizada por reação aversiva ao contato físico com pessoas e objetos” (CARVALHO *et al.*, 2010, p. 50). Também se percebeu a defensividade tátil durante alguns encontros quando a professora segura na mão das crianças, por exemplo, para mediar a realização de uma ação ou para oferecer estabilidade, aspecto que com o transcorrer do tempo, não se manifestou mais.

Quanto as estereotipias, P2 mencionou:

percebo bastante que [...] saiu mais do celular né sim, por mais que a gente fique vigiando vigiando ela tinha um grande, tem um grande interesse um foco pelo celular, por jogo e quando eu coloco... agora não, porque é ela que coloca, ela já sabe os vídeo, ela vai lá e coloca e fala “mamãe eu quero ballet.” Eu percebo que ela tem mais o tempo dela gasto com outras coisas diferentes que não seja o eletrônico, por exemplo a dança e eu percebo que ela tem um grande interesse nisso.

Dessa forma, percebesse o desenvolvimento de comportamentos e interesses em momentos distintos da vivência durante as propostas, aumentando as possibilidades de expressão corporal.

Crianças com autismo frequentemente demonstram processamento atípico de informações sensoriais e déficits nas habilidades de atenção (LAGASSE *et al.*, 2019), aspectos em que observou-se contribuições pelas famílias, ao relatarem que: “acredito que o que mais mudou foi a concentração mesmo, e também a coordenação motora para dançar, postura” (P1); “[...] ficou tipo assim comunicativa, assim sabe, chamando a gente mais pra interagir com ela quando ela tá assistindo um desenho que tem dança ela chama a gente ai pra participar, antes ela não chamava” (P3).

A comunicação não-verbal, permite interpretar e significar o que a criança com autismo quer dizer. Há múltiplas formas de se comunicar, seja por meio de expressões verbais ou não-verbais. Nesse sentido, a dança estimula a comunicação por meio do (com) o corpo (gestos, olhares e representações), que podem acompanhar a linguagem oral propriamente dita. Compreende-se, “[...] que a linguagem expõe uma extensa variedade de formas de expressão, o que se reflete nas relações sociais por meio dos símbolos e significados atribuídos a bens culturais e materiais nas diferentes internalizações e produções humanas” (CARVALHO *et al.*, 2020, p. 2).

Percebeu-se iniciativas do estabelecimento de comunicação e autopercepção quando C1, se olhava ao espelho e se questionava se seria a

pessoa que estava vendo; e, em muitos momentos em que C3 se observava no espelho a sua frente e lateral. Geralmente, crianças com autismo não reconhecem seu próprio corpo e imagem, acreditando ser um objeto. Conforme Levin (2000, p. 113),

esquema corporal e imagem corporal são o que se pode dizer ou representar acerca do próprio corpo. Na criança autista certamente se encontra confuso, não por uma falha no esquema corporal, mas pela ausência, pela carência da imagem do outro que não fez a inscrição, os contornos desse corpo, que não gerou desejo e imagem, para que sejam geradas irão necessitar um do outro que imagine que ali há um sujeito e não um objeto. Desse modo, a criança poderá espelhar-se nessas imagens, no outro criando a possibilidade de construir um esquema corporal e uma imagem corporal.

A comunicação com o outro, evidenciou-se, em momentos em que C3 estava desatenta ou não estava realizando a atividade, mesmo com os estímulos da professora, em que C1 foi ao encontro de C3 segurou a sua mão e conduziu-a para a atividade, evidenciando a importância do papel de outra criança e, ao mesmo tempo, a atenção compartilhada. Hildebrandt *et al.* (2016) também relataram a melhora na empatia, consciência corporal e social em intervenções com dança. Neste caso, a não realização da atividade proposta/desatenção pode estar relacionada a dificuldade de imitação e jogo simbólico (RENZO *et al.*, 2017). Diferente dessa situação, em outro momento, quando utilizaram um material que imitava asas de borboleta, estimuladas pela professora, realizaram com os braços os movimentos que a borboleta realiza. Em outro encontro, quando utilizava EVAs com algumas formas, C2, uniu dois corações e realizou o movimento como se fosse uma borboleta. Nesse caso, a partir da ação de C2, percebeu-se a apropriação e desenvolvimento da autonomia e transposição da relação estabelecida entre as formas geométricas e outras possibilidades de exploração, de acordo com as suas potencialidades.

Durante os encontros, percebeu-se afinidade por atividades que envolviam cores e separação de objetos pelas suas cores. Foram nesses momentos que o estímulo verbal foi mais correspondido. A professora perguntava “Que cor é esta aqui?” apontando para determinado objeto e as crianças rapidamente reconheciam as cores e respondiam com entusiasmo.

Também se notou, que realizar as atividades em outro ambiente (uma segunda sala), foi vantajoso e obteve-se maior concentração para um novo exercício²⁰. Apesar de que, inicialmente, em alguns momentos C1, C2 e C3, não respondiam aos estímulos quando a atividade não chamava atenção, ou não era o que desejavam realizar. Nesses casos, geralmente sentavam-se ao chão e mantinham a cabeça abaixada, sem o contato ocular direto. Por outro lado, percebeu-se atenção quando o exercício era realizado com uma música já conhecida, diferente de quando não se tinha estímulo musical. Isso evidencia que a música aumenta o poder de atenção, satisfaz algumas necessidades e permite que, às vezes, consiga se envolver entre a fantasia e a realidade através de experiências musicais (SILVA; CÉSAR DA SILVA, 2017).

²⁰ Uma das salas possui espelho em todas as paredes, enquanto a outra, somente a frente e nas costas.

Em uma das aulas C2 e C3, foram atraídos por outro objeto constante na sala, que não era o utilizado, e, neste caso, fez-se novas tentativas de estímulo, para promover a concentração. Ressalta-se que “a dificuldade com relação às habilidades sociais pode estar na incapacidade ou desinteresse de compreender o Autista na sua expressão de forma a aceitá-lo dentro de suas condições” (BOATO *et al.*, 2014, p. 58).

As interações realizadas, proporcionaram a autopercepção e, ao mesmo tempo que eram estimuladas, as atividades tornavam-se prazerosas, culminando numa maior liberdade nos movimentos e nas formas de expressão. “Considerando que os indivíduos com autismo apresentam prejuízos nessas áreas, cabe aos profissionais, que com eles trabalham, utilizarem estratégias que contemplem a aquisição de habilidades que são pré-requisitos para que outras se efetivem” (LEMOS *et al.*, 2014, p. 119). Ressaltamos que esses aspectos também contribuíram para o tempo de permanência nas atividades ao longo das aulas.

A dança é uma arte utilizada também como forma de expressão. “A dança proporciona a vivência corporal como fonte de expressão através dos atos motores, utilizando os movimentos corporais como linguagem para comunicar necessidades e sentimentos” (LINDNER; ROSSINI, 2013, p. 19). Em conversa com P1, antes de iniciar uma das aulas, foi relatado um diálogo entre P1 e C1: “Primeiro ela fala que vai contar uma história, aí ela dança e pergunta, entenderam? Aí a outra pessoa diz que não entendeu, então ela diz que contou uma história dançando, a outra pessoa diz, mas porque você não falou nada? Ela responde que no balé as histórias são contadas dançando”. Esta percepção apresentada por C1, não foi mencionada durante as aulas, o que demonstra uma compreensão desenvolvida pela própria criança por meio das vivências.

Uma das dificuldades das pessoas com autismo está relacionada a capacidade de reconhecer e expressar as emoções de forma natural, e corroborando com Koehne *et al.* (2016), as intervenções realizadas influenciaram na inferência de emoções. A mudança na forma de se expressar foi percebida por P2 ao mencionar que

P2: Eu percebi também que [...] está com mais facilidade de demonstrar sentimentos, se dói, se [...] ta triste, se [...] precisa de um abraço ou se precisa de um carinho, fala que ama, eu acho que tudo isso é um conjunto, as terapias que ela faz e o Ballet eu vejo também que é uma terapia no meu ponto de vista, não é uma só uma aula que ela tem uma vez por semana, eu vejo que o ballet ele também tá agregando isso como uma forma de terapia tanto no social como ela aprender os comandos né, se posicionar, né, olho no olho.

A dança favorece a comunicação de pensamentos e emoções. Conforme mencionam Piaget e Inhelder (1974), neste caso:

a cognição e o afeto são dois aspectos indissociáveis de uma mesma ação, e ambos seguem a mesma direção no processo de desenvolvimento. A afetividade constitui a energética da ação, ou seja, o interesse e a vontade que funcionam como reguladores da energia a qual impulsiona a conduta, e as

estruturas de que a criança dispõe para agir correspondem às funções cognitivas.

No que se refere a comunicação verbal, inicialmente, C1, C2 e C3, quando questionadas sobre algo, não respondiam. No decorrer dos encontros, C1 passou a responder com mais frequência à comunicação verbal. Já no caso de C2 respondia, mas somente quando realizada a pergunta em inglês, havia sempre uma tentativa primária que não era respondida e ao perceber o gosto pela língua inglesa, perguntava-se a mesma questão em inglês e C2 respondia. Ao longo das aulas passaram a ter uma melhor resposta aos estímulos verbais, principalmente quando apresentado exercícios e objetos de maior afinidade. Essa percepção, igualmente, foi observada pelas famílias, ao relatarem que: “[...] está mais objetiva quando quer alguma coisa, diz exatamente o que quer, não apenas aponta e diz palavras soltas como antes” (P1) e “[...] interage mais, procura a gente pra dançar com ela, pra interagir com ela, é isso que mudou” (P3).

A questão relatada por P1, também se manifestou durante os encontros, na realização de comandos sem, necessariamente, a professora demonstrar o movimento ou gesto, apenas pela solicitação verbal, manifestando a compreensão da atividade a ser realizada. Inicialmente, percebia-se a realização apenas após a demonstração, pelo processo de imitação. As formas de expressão aumentaram o seu arcabouço, quando foram estimuladas com alguma música ou atividade que elas demonstram gostar, sorriem, gritam, soltam gargalhadas e cantam. Característica que se manifesta, especialmente, quando escutam “Dança da Estátua” de Maria da Graça Xuxa Meneghel, popularmente conhecida como “Xuxa”. Quando estimuladas com esta música, C1 ao realizar as ações mencionadas pela música, geralmente, combina a realização da ação com o olhar para o espelho, se percebendo, observando os movimentos que realiza.

A situação relatada por P3, também foi notada por Souza-Santos *et al.* (2018) ao destacar que a dança pode mudar a participação social, incluindo relacionamentos e comunicação. Especialmente, nas primeiras 6 aulas, em alguns momentos, houve a interação entre as crianças e a professora, no entanto, embora percebida a possibilidade de realização, não se efetivou o compartilhamento de objetos entre as crianças. Somente na 7ª aula, houve o compartilhamento e a realização de atividades em conjunto.

Já no aspecto motor, somente P1 percebeu modificações, relatando: “[...] [C1] tá bem dançarina, dança com mais ritmo, tá com mais facilidade em andar de bicicleta, ela tinha muita dificuldade para manter as pedaladas”. P2 e P3, não observaram mudanças neste aspecto. No caso de C1, em uma atividade em que necessitava caminhar na ponta dos pés, realizando flexão plantar, com os braços levantados, percebeu-se que no início da atividade realizou o movimento, mas ao longo da sua realização, foi diminuindo cada vez mais a amplitude. Calhoun *et al.* (2011), referindo-se a marcha, mencionam que crianças com autismo demonstram movimentos de flexão plantar reduzidos e aumento dos ângulos de dorsiflexão, que podem estar associados à hipotonia. Whyatt e Craig (2012) sugerem que os déficits de habilidades motoras associados ao autismo podem não ser generalizados, mas mais aparentes em atividades que exigem ações complexas, interceptativas ou capacidade de equilíbrio central.

Em crianças com autismo, muitas vezes o entendimento das emoções fica mais difícil de ser interpretado, “as emoções possuem características de aparecimento precoce e universalidade de expressão, tanto as prazerosas quanto as não-prazerosas, expressas facialmente pelos estímulos externos e internos reconhecidos pela criança” (LÔ; GOERL, 2010, p. 3). Com relação a percepção das emoções, se houve alguma mudança de humor, P1 mencionou “com certeza, quando fala do balé então, muito mais animada” e P2 “[...] percebo que tudo fica mais intenso, como também ela ta mais amorosa, [...]”.

Geralmente, o desconforto de manter o contato visual é perceptível, por isso, questionou-se os P se houve melhora no contato ocular das crianças. P1 respondeu: “o contato visual teve uma leve melhora, mas apesar de não ficar olhando diretamente nos olhos ela se demonstra muito atenta” e P2: “[...] o contato visual dela está bem melhor, até a fono tava falando para mim ‘nossa [...] ta olhando mais no olho né’ e eu falei ‘é eu percebi que o contato visual dela está melhorando’”.

Os estímulos externos, são captados pelo cérebro do indivíduo autista de maneira diferente do que nas pessoas neurotípicas, causando-lhes sensações desconfortáveis, o que influencia o sujeito a utilizar mecanismos de defesa, como o desligamento do mundo, a falta de contato visual, movimentos repetitivos e outras características comumente relacionadas ao autismo (Miranda e Passerino, 2014, p. 2).

Um dos aspetos que contribuíram para a estimulação do contato ocular, foi a utilização de alguns materiais e atividades que exigiam o cumprimento de tarefas. Uma delas foi o “Jogo de Palitos”, com diversas cores, proporcionou a sua divisão por cores. Durante a atividade, quando C2 pegava mais de um palito da mesma cor, o entregava um para outra criança. Na mesma atividade, em outras aulas, observou-se que C1 ao receber um objeto ou entregá-lo, olhava para a professora ao mesmo tempo em que mencionava: - Obrigada! Outra atividade realizada que houve bastante interação, foi quando cada criança e a professora deveria segurar em um dos 4 cantos de um pano e, em cima do pano, carregava-se uma bola, fazendo com que todas tivessem que caminhar juntas e equilibrar a bola sobre o pano, estimulando a cooperação. Também, durante a realização de algumas tarefas, era necessário ocorrer a socialização entre as crianças e a professora.

Ao serem questionadas como está o relacionamento pessoal entre familiares em casa e se houve alguma mudança P1 mencionou:

então, [...] está mais atenta e se comunicando com mais facilidade, o que evita a irritação, às vezes ela não conseguia se expressar e quando não era compreendida ela ficava brava.” Já P2 diz “Então, continua melhorando, muito carinhosa, muito atenciosa e agora assim com a chegada do bebê ela ta bem participativa, ela sempre foi participativa, mas a gente também foca bastante nisso pra ela não se sentir ausente, tirando os dias que ela ta em crise que ai ela se transforma né, assim a gente nem, acha até estranho aquela menina doce e tal e tem dias que ela ate brigou, chutou, quis até me bater, mas tirando isso só melhorias.

Comparando antes e após a aula, também se observou mudanças pelas famílias, ao ressaltar que: “P1: Simmmmm ela fica muito ansiosa para ir no balé, na segunda-feira ela já quer ir. E depois que acaba ela sai toda falante, feliz, contando que dançou lindo” (P1); “Eu percebo que ela fica mais feliz e empolgada, não fica aquela coisa de estar indo por obrigação, apesar de ser cansativo, dela sair direto da aula e ir pro ballet, eu percebo que ela fica mais contente”. Sabe-se que a realização de exercício físico favorece a liberação dos hormônios endorfina, dopamina e serotonina, promovendo a sensação de felicidade.

Do ponto de vista das rotinas que envolvem o início das aulas e sua realização, percebeu-se que as crianças chegavam ao local das intervenções e se dirigiam à sala sem a necessidade de serem conduzidas. Apenas com a recepção e convite se dirigiam até a sala.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que a dança, como ferramenta de estímulo na primeira infância dessas crianças autistas, impactou positivamente no desenvolvimento das áreas de interação social, linguagem e comportamento imaginativo característicos. Revelou-se como uma possibilidade de terapia que promove integração social e o desenvolvimento do contato com o outro e/ou objeto, seja por meio de formas de manifestação da linguagem corporal, utilizando-se da voz ou verbalização, de forma física e visual. Isto é, desenvolve simultaneamente aspectos motores, emocionais e cognitivos.

As contribuições da dança enquanto expressão corporal no desenvolvimento da criança, observadas pelas famílias, principalmente, evidenciaram-se por meio da interação social, concentração, autonomia, formas de expressão (verbalização), controle emocional, contato ocular, seguir comandos, ritmo, consciência corporal (motora e postural).

Evidencia-se a importância de associar as terapias às vivências corporais que permitam às crianças manifestarem-se de forma autônoma. Sugere-se a realização de mais propostas de intervenção que proporcionem às crianças a participação ativa a partir da consciência corporal, logo a manifestação da corporeidade em sua intencionalidade e relações sociais, de forma a verificar impactos a longo prazo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm. Acesso em: 28 set. 2020.

BOATO, E. M. *et al.* Expressão corporal/dança para autistas: um estudo de caso. *Pensar a Prática*, v. 17, n. 1, p. 50-65, 2014.

CALHOUN, M.; LONGWORTH, M.; CHESTER, V. L. Gait patterns in children with autism. Clin. Biomech., v. 26, p. 200-206, 2011.

CATELLI, C. L. R. Q.; D'ANTINO, M. E. F.; BLASCOVI-ASSIS, S. M. Aspectos Motores em Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista: revisão de literatura. Cad Pós-Grad Dist Desenvolv., v. 16, n. 1, p. 56-65, 2016.

CARVALHO, E. S.; ANTUNES, F.; VICENTINI, C. R. Desenvolvendo a "sensibilidade sensorial tátil plantar em portadores de autismo infantil através do "tapete sensorial" - estudo de três casos. Cad Bras Ter Ocup., v. 13, n. 1, p. 47-52, 2010.

CARVALHO, I. R. *et al.* A linguagem como instrumento de inclusão social: uma experiência de ensino do hip hop para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo. Movimento, p. e26033, 2020.

CRESWELL, J. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DEJESUS, B. M.; OLIVEIRA, R.C.; CARVALHO, F. O.; MARI, J. J.; ARIDA, R. M.; TEIXEIRA-MACHADO, L. Dance promotes positive benefits for negative symptoms in autism spectrum disorder (ASD): A systematic review. Complement Ther Med., v. 49, p. 102299, 2020.

DEVEREAUX, C. Educator perceptions of dance/movement therapy in the special education classroom. Body, Mov and Danc in Psychot, v. 12, n. 1, p. 50-65, 2017.

HILDEBRANDT, M. K.; KOCH, S. C.; FUCHS, T. "We Dance and Find Each Other"¹: Effects of Dance/Movement Therapy on Negative Symptoms in Autism Spectrum Disorder. Beh Scie, v. 6, n. 4, p. 24, 2016.

GADIA, C. A.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N. T. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. Jornal de pediatria, v. 80, n. 2, p. 83-94, 2004.

JIA, W.; XIE, J. Improvement of the health of people with autism spectrum disorder by exercise. Rev Bras Med Esporte, v. 27, n. 3. 282-285, 2021.

KOEHN, S.; BEHREND, A.; FAIRHURST, M. T.; DZIOBECK, I. Fostering social cognition through an imitation-and synchronization-based Dance/Movement Intervention in Adults with Autism Spectrum Disorder: a controlled proof-of-concept study. Psychotherapy and Psychosomatics, v. 85, n. 1, p. 27-35, 2016.

LAGASSE A. B.; MANNING, R. C. B.; CRASTA, J. E.; GAVIN, W. J.; DAVIES, P. L. Assessing the Impact of Music Therapy on Sensory Gating and Attention in Children With Autism: A Pilot and Feasibility Study. J of music therapy, v. 56, n. 3, p. 287-314, 2019.

LEMOS, E. L. M. D.; SALOMÃO, N. M. R.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. *Rev Bras Educ Esp.*, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014.

LEVIN, E. A Clínica Psicomotora: O Corpo na Linguagem. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

LINDNER, M. K.; ROSSINI, I. S. Dança como linguagem corporal. *Rev Cam On-line*, n. 7. p. 19-27, 2013.

LÔ, E. M.; GOERL, D. B. Representação emocional de crianças autistas frente a um programa de intervenção motora aquática. *Rev grad.*, v. 3, n. 2, p. 1-19, 2010.

LÜDKE M.; ANDRÉ. M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MARQUES, C. Autismo-Intervenção terapêutica na 1ª infância. *Análise Psicológica*, v. 16, n. 1, p. 139-144, 1998.

MIRANDA, C. I. P. Dança em intervenção psicomotora: Um estudo sobre os reguladores de interação social em crianças com perturbação do espectro do autismo. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicomotricidade Relacional) – Universidade de Évora, Évora, 2017.

MIRANDA, H. F. S.; PASSERINO, L. M. O efeito das cores em crianças com autismo. *In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS*, 26., 2014, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

NUNES, D. R. P.; ARAÚJO, E. R. Autismo: a educação infantil como cenário de intervenção. *Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 22, p. 1-14, 2014.

PASSOS, A. A. *et al.* Atuação da dança em uma criança com síndrome de down e transtorno do espectro autista associado: relato de experiência. *In: COLÓQUIO DE PESQUISA QUALITATIVA E MOTRICIDADE HUMANA*, 7., 2017, Sergipe. *Anais [...]*. Sergipe: UFS, 2017. p. 37-42.

PIAGET, J.; INHELDER, B. A psicologia da criança. São Paulo: Diefel, 1974.

RAMÍREZ, G. R. Trastorno del espectro del autismo. *Diagnostico*, v. 53, n. 3, p. 42-148, 2014.

RENZO M. D. *et al.* The Psychomotor Profile in Children with Autistic Spectrum Disorders: Clinical Assessments and Implications for Therapy. *Autism-Open Access*, v. 7, n. 3, 2017.

RIBEIRO, M. A. C.; MARTINHO, M. H.; MIRANDA, E. R. A peste, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 77-89, jul./dez. 2012.

SALLE, E. *et al.* Autismo infantil - Sinais e sintomas. *In*: CAMARGOS JR., Walter *et al.* (coord.). Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º Milênio. Brasília: CORDE, 2005. p. 11-15.

SILVA, C. R. S.; CÉSAR DA SILVA, J. Música e autismo – um encontro perfeito: musicalização e expressão corporal em uma escola de educação especial. *Arte revista*, v. 8, p. 1-22, 2017.

SILVA, F. G. A criança autista e a dança na escola: inclusão e amorosidade. 2018. 35 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Dança) - Departamento de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SOUZA-SANTOS, C.; SANTOS, J. F.; AZEVEDO-SANTOS, I.; TEIXEIRA-MACHADO, L. Dance and Equineassisted therapy in autismo spectrum disorder: crossover randomized clinical trial. *Clin Neurops*, v. 15, n. 5, p. 284-290, 2018.

SRINIVASAN, S. M.; BHAT, A. N. A review of “music and movement” therapies for children with autismo: embodied interventions for multisystem development. *Front Int Neurosci.*, v. 7, n. 22, p. 1-15, 2013.

TEIXEIRA-MACHADO, L. Dançaterapia no autismo: um estudo de caso. *Revista Fisioterapia e Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 205-211, 2015.

THIENGO E. R. *et al.* Inclusão de alunos autistas como percursos da redução dos danos causados pelo desprezo social: uma revisão bibliográfica. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 2, p. e4942-e4942, 2021.

WHYATT, C. P.; CRAIG, C. M. Motor skills in children aged 7-10 years, diagnosed with autism spectrum disorder. *J Autism Dev Disord.*, v. 42, p. 1799-1809, 2012.

ANAIIS ENPEX 2021

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ARTIGOS

ENGENHARIA CIVIL



**XX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV MOSTRA DE EXTENSÃO
BRUSQUE/SC - BRASIL**



UNIFEBE
É NOSSA. É DAQUEL.

Ana Júlia Gonçalves, Andrei Wisentainer, Ricardo Vidal Vargas, Milton Augusto Pinotti

pinotti@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: A energia renovável vem tomando universo na área da eletricidade, os painéis fotovoltaicos exibem uma possibilidade de amenizar as despesas com a eletricidade. A energia solar é concedida através de um fenômeno natural, de forma grandiosa, livre de custos. A conversão da enorme quantia de energia de forma direta em eletricidade vem com grande gama de atuações e hipóteses nos quais: não há barulho, não tem peças móveis, e pouco desgaste. Primeiramente, é preciso ter conhecimento sobre a energia solar para que depois possamos determinar a relação da economia na questão de obter tal fonte de energia. A harmonia com as pesquisas obtidas em relação ao tema afirma que as energias renováveis vêm obtendo força no mercado e providenciando grandes economias financeiras nas contas dos consumidores, por isso essa uma maneira de geração de energia fotovoltaica, a qual assegura uma fonte de energia limpa e uma das fontes alternativas mais promissoras para obtenção energética. Nesse sentido, o objetivo geral desta obra encontra-se na ideia de analisar os benefícios da implementação de um sistema de energia solar em residências. Para que este objetivo seja alcançado foram traçados os seguintes objetivos específicos: Discorrer sobre as fontes renováveis de energia; Salientar acerca do potencial energético do Brasil no que concerne a energia solar; Trazer uma breve explicação sobre energia fotovoltaica.

PALAVRAS-CHAVE: Energia. Solar. Brasil. Geração Fotovoltaica. Residência Sustentável.

ABSTRACT: Renewable energy has been taking over the electricity sector, photovoltaic panels show a possibility to reduce electricity costs. Solar energy is given through a natural phenomenon, in a grandiose way, free of cost. Converting a huge amount of energy directly into electricity comes with a wide range of performances and assumptions in which: there is no noise, no moving parts, and little wear and tear. First, it is necessary to have knowledge about solar energy so that later we can determine the relationship of savings in the issue of obtaining such energy source. The harmony with the researches obtained in relation to the subject affirms that renewable energies have been gaining strength in the market and providing great financial savings in consumer bills, which is why this is a way of generating photovoltaic energy, which ensures a clean and one of the most promising alternative sources for obtaining energy. In this sense, the general objective of this work lies in the idea of analyzing the benefits of implementing a solar energy system in homes. In order to achieve this objective, the following specific objectives were outlined: Discussing renewable energy sources;

Emphasize about the energy potential of Brazil regarding solar energy; Bring a brief explanation about photovoltaic energy.

KEYWORDS: *Energy. Solar. Brazil. Photovoltaic generation. Sustainable Residence.*

1 INTRODUÇÃO

Com a crescente demanda de residências nos grandes centros urbanos e com os custos elevados para que a energia elétrica seja produzida, os painéis fotovoltaicos podem ser utilizados como fonte de obtenção de energia mais rentável, uma vez que é considerada como uma fonte inesgotável, com grande potencial e extremamente produtiva, sendo assim após a implementação, este sistema irá gerar energia elétrica sem custo, sendo ainda considerado como uma fonte de energia limpa e gratuita. Resultando em benefícios econômicos e ambientais (MAGALHÃES, 2018).

Apesar da energia solar não se encontrar dentre as maiores matrizes energéticas utilizadas no mundo, ela vem apresentando um crescimento vertiginoso em países em desenvolvimento. Os líderes em energia solar atualmente são China, Japão, Alemanha, Estados Unidos e Itália. No Brasil, algumas residências já dispõem do Sistema, porém não é a única fonte de energia utilizada (SOLAR, ATP, 2018).

Uma vez que a geração de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, como no caso da energia solar e energia eólica, não são responsáveis pela emissão de gases na atmosfera, sua utilização resulta em inúmeros benefícios, tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente, considerando que aproximadamente 60 % da produção de energia elétrica mundial é oriunda de combustíveis fósseis, prejudiciais ao meio ambiente (SANTANA, 2014).

O Brasil possui um excelente posicionamento em relação a linha do Equador, apresentando assim, um grande potencial para utilização de painéis fotovoltaicos, em virtude das altas taxas de radiação solar, imprescindíveis para a produção de energia elétrica. Assim cabe salientar que a energia fotovoltaica é produzida a partir dos raios solares e transformadas em eletricidade por intermédio de um sistema composto por painéis solares, controladores de carga, inversores e baterias (SOLAR, PORTAL, 2018).

As fontes de energia renováveis vêm ganhando cada vez mais espaço no cotidiano no atual cenário energético global e não é recente a busca por fontes alternativas para diminuição dos impactos ambientais causados pela produção de energia elétrica convencional.

As formas de energias renováveis, como as provenientes do sol, vento e recursos hídricos, são capazes de suprir a alta demanda de energia, que atualmente são geradas por intermédio de combustíveis fósseis (ANNEL, 2002).

A importância da utilização de energias renováveis está intimamente ligada as vantagens socioambientais bem como econômicas, por se tratar de uma energia limpa, reaproveitável e abundante, o uso desse tipo de recursos energético traz inúmeros benefícios (BENEVENUTO, 2016)

Diante deste contexto, estudos que visem demonstrar a viabilidade econômica da implementação de painéis fotovoltaicos em residências, são

importantes e visam apontar a economia gerada pela implementação do sistema e com isso fomentar políticas públicas que as incentivem.

Por apresentar excelentes taxas de irradiação, o Brasil, tem enorme potencial para a instalação de sistemas fotovoltaicos, sendo assim é possível realizar a instalação de sistemas capazes de suprir as necessidades energéticas das residências.

O objetivo geral do presente estudo é analisar sobre as fontes renováveis de energia; salientar acerca do potencial energético do Brasil no que concerne a energia solar; trazer uma breve explanação sobre energia fotovoltaica. Demonstrar os benefícios trazidos pela implementação de um sistema fotovoltaico em um condomínio residencial.

Para cada tipo de geração de energia, tem por trás uma estrutura, seja ela de grande ou pequeno porte, sendo assim os engenheiros civis entram com uma grande responsabilidade nesta área, pois as energias sustentáveis trazem grandes benefícios, porém se não for bem executada pode-se tornar uma catástrofe. Sendo assim, os atuantes desta área têm uma grande responsabilidade em grande parte das etapas, até a colocação das placas fotovoltaicas, tendo que levar em conta, a parte do solo, o suporte da carga dos equipamentos, tendo que ser feitos cálculos para prevenir grandes desastres.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Um marco de grande importância para o Brasil foi a eficiência energética sendo impulsionada por meio da Lei nº 10.295, de outubro de 2001 (BRASIL, 2001). Sendo assim destaca-se essa atuação com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica do Brasil (PROCEL), que impulsionou seu planejamento para eficiência energética de edifícios em 2003.

Na atualidade, as energias renováveis colaboram com 83% da matriz energética do Brasil, sendo uma estimativa alta quando equiparado aos 13% da média mundial. Portanto, 63,8% dessa parte de energia são oriundas das usinas hidroelétricas (MINISTÉRIO, 2020).

No que tange as hidroelétricas são fundamentadas na geração centralizada, já que a maior geração de energia no Brasil se concentra em usinas hidrelétricas, apresentando competências de desenvolvimento limitado, e as distâncias longas do centro de geração e os pontos de consumo ocasionam altos gastos e prejuízos de energia.

Em relação a estas fontes de energias, na produção convergente e distribuição por enormes redes de compartilhamento para as fontes de consumo, terminam gerando prejuízos nos fios da rede, acréscimo nos gastos da infraestrutura necessária e de sua manutenção como também terríveis complicações técnicas e estratégicas no planejamento.

Com a finalidade de enfrentar os desafios do mundo nas suas transformações climáticas e do desenvolvimento sustentável, existe uma necessidade vital de dar mais ênfase ao desenvolvimento de tecnologias atualizadas para energia limpa. A energia fotovoltaica é uma das principais alternativas tecnológicas para executar a descarbonização da energia e sendo planejada para manifestar-se como uma fonte alternativa atrativa de eletricidade do futuro.

No Brasil há uma enorme disposição da radiação solar sendo de grande significância para a aplicabilidade da energia solar e aplicação de tecnologia

fotovoltaica (FV) no país (RUTTER, 2004). Nos dias atuais é uma tecnologia que vem crescendo e transformando em uma alternativa precursora, futuramente.

de 1970 a 2016, o Brasil passou de 11 GW de capacidade a 150,4 GW, com taxa de crescimento de 5,8% a.a., indicador bem superior ao do PIB, de 3,5% a.a. A participação da hidráulica foi sempre preponderante no período, variando de 87,4% em 1996 (máxima) a 64,5% em 2016 (mínima). A geração nuclear teve início em 1985, e a geração eólica, em 1992. (DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES E ESTUDOS ENERGÉTICOS, 2016. p. 2).

Para uma análise atrativa de energia fotovoltaica, faz-se necessário entender custos de instrumentação, de instalação e manutenção, suas vantagens e desvantagens. Dessa forma, é preciso avaliar de antemão a carga desejada do sistema.

2.1 RADIAÇÃO SOLAR

Os raios solares que atingem a superfície terrestre, podem sofrer alterações de uma região para outra. Essas mudanças geralmente ocorrem por fatores como a nebulosidade, latitude, época do ano, hora do dia, entre outros fatores (WANDERLEY, 2012).

Anualmente toda a extensão do planeta recebe cerca de 3×10^{24} Joules de energia, algo que gira aproximadamente em torno de $9,5 \times 10^4$ Terawatts de energia solar. Esse valor ultrapassa 10000 vezes o consumo elétrico mundial, sendo capaz de suprir toda a demanda energética (MACHADO; MIRANDA, 2015).

2.2 CAPACIDADE BRASILEIRA PARA A PRODUÇÃO DE ENERGIA SOLAR

Por ser um país quase todo tropical o Brasil apresenta bons índices para a geração de energia solar em toda sua extensão, tendo médias de irradiação solar entre $(1.500 \sim 2.500 \text{ Wh/m}^2)$. São valores maiores que os principais países da Europa, como Alemanha $(900 \sim 1.250 \text{ Wh/m}^2)$, França $(900 - 1650 \text{ Wh/m}^2)$ e Espanha $(1200-1850 \text{ Wh/m}^2)$, países aonde a geração de energia solar é alta (PEREIRA et al. 2006). A Figura 01 representa a radiação solar média no Brasil.

Figura 01- Radiação solar média no Brasil.



Fonte: Pereira et al. (2006).

Conforme observado na figura 2, as regiões com maior potencial para a geração de energia fotovoltaica se encontram no Goiás, Tocantins, Minas Gerais e na região Nordeste. Mesmo apresentando um bom índice para a geração de energia solar o Brasil, no final de 2016, só utilizava cerca de 81 MWp de energia fotovoltaica, apresentando uma parcela de pouco mais de 0,05% da produção total de energia gerada no país (MME, 2015).

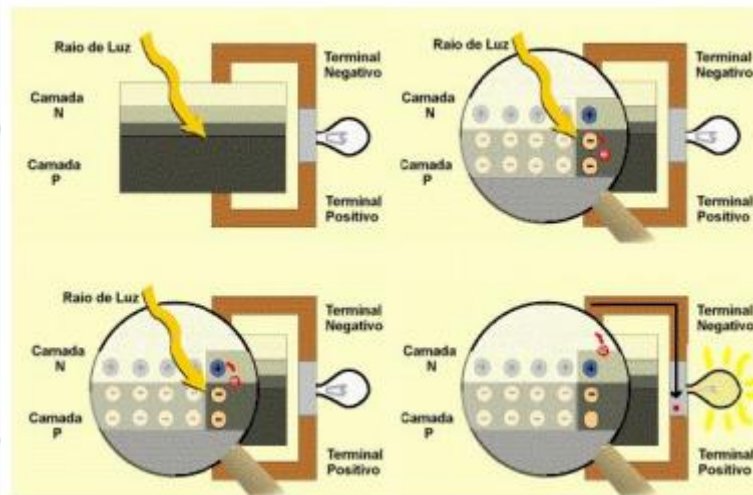
2.3 HISTÓRICO DA ENERGIA FOTOVOLTAICA

A energia solar fotovoltaica é gerada a partir da conversão de radiação solar em eletricidade por auxílio de materiais semicondutores, fenômeno conhecido como efeito fotovoltaico. Esse fenômeno caracteriza-se por materiais que possuem uma banda de energia totalmente preenchidas por elétrons (banda de valência) é outra completamente vazia (banda de condução) (CARMARGO, 2017). Atualmente o material, mais utilizado em semicondutores é o silício. Os átomos são formados por quatro elétrons que fazem a ligação com os vizinhos, criando um conjunto cristalino. Quando o mesmo é dopado com material tipo o fósforo, que tem cinco elétrons de ligação, ocorre a sobra de um elétron, assim

esse excesso cria uma pequena energia térmica, tornando o fósforo um doador de elétrons, criando um dopante tipo n (CÂMARA, 2011).

Quando utilizado o boro, que possui três elétrons, ocorre a falta de um elétron para suprir as ligações com os átomos da rede. Esse efeito é conhecido como buraco ou lacuna, fazendo com que ocorra pouca energia térmica, ocasionando o deslocamento deste buraco. Quando utilizado materiais assim é denominado um dopante p. Quando utilizado metade do átomo de boro, a outra metade de fósforo, e criado a junção pn. A figura 4 retrata o efeito fotovoltaico (CÂMARA, 2011).

Figura 02- Demonstração do efeito fotovoltaico.



Fonte: Câmara (2011)

O efeito fotovoltaico foi constatado por Edmond Becquerel em 1839 ao perceber que quando um material semiconductor era exposto a luz, gerava uma pequena diferença de potencial. Em 1883, Charles Fritts desenvolveu a primeira bateria solar utilizando selênio, mesmo tendo um pouco mais de 1% de eficiência energética, tornando um grande avanço na época para a geração de energia solar (BERTOLI, 2012).

Em 1877, W. G. Adams junto com R. E. Day, desenvolveram o primeiro dispositivo capaz de gerar eletricidade quando expostos a luz, utilizando dos princípios fotocondutores de selênio, apresentaram dispositivos com uma baixa eficiência energética algo em torno de 0,5%, mas eram capazes de gerar energia elétrica. Em 1905, Albert Einstein contribuiu para o desenvolvimento da energia fotovoltaica explicando o efeito fotoelétrico contribuindo para melhoria da tecnologia solar (VALLÊRA, 2006).

Apenas em 1954, foram divulgados os primeiros resultados dos estudos feitos em laboratório sobre as células fotovoltaicas a base de silício, juntamente com os resultados apresentados, Chapin e seus colaboradores apresentaram a primeira célula fotovoltaica constatando uma eficiência de cerca de 4,5% (BRITO, 2006).

Os sistemas fotovoltaicos podem ser montados de três formas diferentes: isolados, híbridos e interligados a rede. O uso de cada sistema é escolhido de acordo com a necessidade do projeto, da avaliação financeira, etc.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como metodologia da pesquisa, se optou por fazer um levantamento bibliográfico por meio de consulta à base de dados do LILACS - Literatura Latino-americana e do Caribe, índice e repositório bibliográfico da produção científica e técnica publicada na América Latina e no Caribe e consulta em livros, artigos de revistas e outros documentos eletrônicos que tratam do assunto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

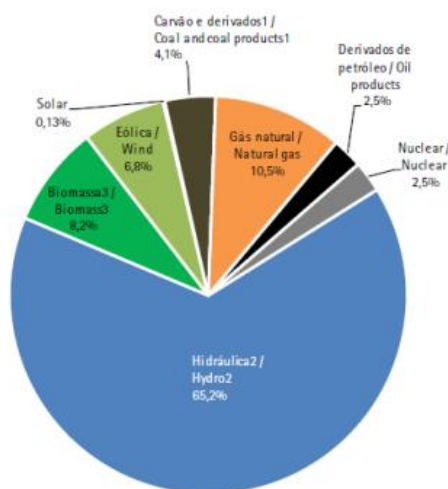
A utilização de fontes renováveis de energia não é algo recente, a muitos anos busca-se um maior aproveitamento de energias oriundas destas fontes consideradas promissoras, como é o caso da energia solar e da energia eólica. No entanto, hodiernamente a quantidade de energia elétrica produzida por fontes renováveis é ínfima quando comparadas as outras fontes (DUPONT; GRASSI; ROMITTI, 2015).

O Brasil destaca-se como sendo um dos países pioneiros a utilizar energias renováveis do mundo. Dados publicados já em 2003 demonstraram que uma boa parcela consumida no país era oriunda de fontes não poluentes, e aproximadamente 44% da energia era produzida a partir de fontes renováveis, através de hidroelétricas, energias eólicas, biomassa dentre outras. Salientando assim que o Brasil é o maior gerador de energia eólica da América Latina (VERDE, 2013).

A energia solar encontra-se em desenvolvimento e vem ganhando cada vez mais espaço na matriz energética do país. Estimativas da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE) indicam que no ano de 2050, aproximadamente 13% das residências no país serão abastecidas com energia elétrica provenientes de placas fotovoltaicas (MME, 2015).

Dados divulgados pelo Balanço Energético Nacional (BEN) em 2018, referente a pesquisa do ano de 2017, demonstram que cerca de 81% da energia elétrica consumida, foi produzida por meio de fontes renováveis, sendo maior parte delas oriundas de fontes hídricas. A Figura 1 apresenta as demandas energéticas ofertadas no Brasil por fonte (EPE, 2018).

Figura 03 - Demanda energética brasileira.



Fonte: BEN (2018)

O uso de fontes renováveis torna-se cada dia mais uma excelente alternativa para a geração de energia limpa. Além de serem fontes abundantes, são capazes de substituir fontes de produção poluidoras como as provenientes de combustíveis fósseis. Dentre as principais fontes de energias renováveis podemos destacar: eólica, biomassa, geotérmica e solar.

4.1 ENERGIA EÓLICA

Proveniente dos ventos, a energia eólica é considerada como energia limpa, tendo ocupado importante espaço no cenário elétrico atual. São classificados como energia eólica toda energia gerada por correntes de ar, obtidas através de turbinas eólicas que convertem energia cinética em energia elétrica. Para sua implantação ser considerada vantajosa, considera-se que a velocidade média dos ventos seja no mínimo de 7 e 8 m.s⁻¹ em uma altura de 50 m. No território Nacional, as usinas eólicas concentram-se em sua maior parte na região Nordeste, e produzem aproximadamente 60000 MW (ANNEL, 2002).

4.2 ENERGIA HÍDRICA

A energia hídrica é uma outra fonte de energia não poluente, e tem uma grande participação na matriz energética mundial, porém é pouco utilizada. De acordo com Segundo a Key World Energy Statistics da International Energy Agency a produção de energia elétrica por meio de usinas hidrelétricas teve um decréscimo considerável com valores que antes eram de 2,2 % e agora apresentam valores de 1, 8 %, este número é relativamente baixo, levando em conta países onde os índices pluviométricos são altos. (IEA, 2008).

A energia elétrica gerada em hidroelétricas é criada a partir da rotação de pás instaladas em grandes turbinas, onde estas pás são rotacionadas pela força da água que faz com que a energética cinética provocada pela rotação de turbinas seja transformada em energia elétrica (ANNEL, 2008).

Porém, apresenta um ponto considerado negativo, uma vez que na região onde a mesma é implementada ocorre um grande impacto socioambiental, ocasionado pela água que fica retida. Quando comparados com outros países do mundo, o Brasil é o que apresenta maior potencial hídrico, em virtude da extensão de suas bacias hídricas, tendo capacidade de produzir 260 GW. As hidrelétricas de Itaipu e Belo Monte, são as que mais se destacam como geradoras de energia hidroelétrica no país (ANNEL, 2008).

4.3 ENERGIA DA BIOMASSA

Entre as fontes de energia limpa, também se ressalta a biomassa, com uma elevada taxa de crescimento no mercado e com um grande potencial elétrico, é constituída por qualquer material orgânico, seja proveniente de resíduos vegetal ou animal (ANNEL, 2008a).

No Brasil a energia elétrica proveniente da biomassa da cana-de-açúcar, vem tendo enorme destaque. Conforme a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) o Brasil é o país que mais produz cana-de-açúcar no mundo (UNICA, 2017). Segundo Ripolli (1999) a cultura canavieira apresenta enorme potencial para o aumento da biomassa na matriz elétrica brasileira, sendo possível a

transformação em energia elétrica a partir do bagaço e da palha originado da colheita

4.4 ENERGIA GEOTÉRMICA

Produzida a partir do calor do interior da terra a energia geotérmica é uma fonte de energia limpa e sustentável, gerada por vapor quente oriundo do interior da terra. O vapor é utilizado para movimentar grandes turbinas instaladas nas usinas termelétricas gerando energia elétrica, porém essa matriz energética teve pouco desenvolvimento e chamou menos atenção no mercado mundial (ANEEL, 2008).

4.5 ENERGIA SOLAR

Em países tropicais em que a incidência de raios solares é alta, como por exemplo o Brasil, a utilização de energia solar é altamente rentável e de grande economia. Utilizada há mais de 100 anos a energia fotovoltaica ajudou a levar energia elétrica a milhares de casas, principalmente em regiões de acesso difícil. A utilização de energia solar gera benefícios tanto socioeconômicos, quanto ambientais (SOLAR, PORTAL, 2018).

Considerada uma fonte inesgotável, limpa e gratuita a energia solar vem ganhando espaço no atual cenário elétrico mundial. A transformação dos raios solares em energia elétrica é obtida por meio de um sistema fotovoltaico. O sistema utiliza placas de silício, que são capazes de criar um campo elétrico, permitindo a geração de eletricidade, esse sistema é capaz de produzir eletricidade até em dia com pouca radiação solar (ANEEL, 2008).

Os sistemas fotovoltaicos podem ser utilizados tanto conectados à rede elétrica ou por armazenamento em baterias e posterior utilização pelo usuário. O seu uso atende desde o consumo em pequenas residências, a grandes demandas, por meio de usinas geradoras instaladas que podem atender uma indústria.

4.6 VIABILIDADE ECONÔMICA

Para a instalação das placas fotovoltaicas, tem-se um custo elevado, entretanto é feito um estudo levando em conta as necessidades para cada residência, considerando que o consumidor terá um bom negócio, sem ter nenhum prejuízo. Na maioria dos casos é feito um financiamento, e o valor a ser pago em alguns anos, estaria na média da sua conta de energia, portanto em alguns anos este empréstimo bancário irá se encerrar, dentre os próximos anos decorridos, irá ser um lucro para o residente.

4.7 BENEFÍCIOS DO SISTEMA

Assegurando-se dos grandes benefícios, entre eles a grande valorização do imóvel, também é considerado a sustentabilidade, tendo em vista a energia limpa e renovável. Do mesmo modo é acrescido a questão econômica, pois a durabilidade do sistema leva em média 30 anos, e bem como o investimento em placas fotovoltaicas pode obter até três vezes mais retorno comparada ao investimento em renda fixa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe salientar que a implementação de sistemas fotovoltaicos em residências, pode representar um excelente investimento a médio e longo prazo, uma vez que além de permitir uma redução nos custos de produção energética, são responsáveis por agredir minimamente o meio Ambiente. Assim, de acordo com fatores financeiros, associados a consciência ambiental, a implementação de sistemas fotovoltaicos pode trazer benefícios para toda a população.

O engenheiro civil tem com a sua ética honrar ao meio ambiente, levando sempre em conta a sustentabilidade em seus projetos, então cabe a ele ter noção sobre as placas fotovoltaica, podendo assim passar o conhecimento aos seus clientes, e declarar informações claras e objetivas, podendo chegar tais informações para uma grande parte da população, para que assim possamos cuidar cada vez mais do planeta.

REFERÊNCIAS

ANEEL. Outras Fontes. In: ANEEL (Org.). . Atlas de Energia Elétrica do Brasil. 3. ed. Brasília: ANEEL, 2008. p. 75–89.

BENEVENUTO, Renato da Silva. Os benefícios da geração de energia elétrica através do sistema fotovoltaico no estacionamento do centro de tecnologia da UFRJ. 2016. 61p. f. UFRJ/ Escola Politécnica / Curso de Engenharia Civil, 2016.

BERTOLI, G. C. Sistemas fotovoltaicos de geração de energia: comparação de desempenho entre um sistema com rastreamento solar e um sistema estático. 2012. 57p. f. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2012.

BRAGA, Renata Pereira. Universidade Federal Do Rio De Janeiro Departamento De Engenharia Elétrica Energia Solar Fotovoltaica : Fundamentos E Aplicações Energia Solar Fotovoltaica : Fundamentos E Aplicações. 2008. 80p. f. UFRJ, 2008.

CÂMARA, CARLOS FERNANDO. Sistemas Fotovoltaicos Conectados À Rede Elétrica No Brasil. 2011. 68p. f. UFLA, 2011.

CARMARGO, Lucas Tamanini. Projeto de sistemas fotovoltaicos conectados à rede elétrica. 2017. 103p. f. Universidade Estadual de Londrina, 2017.

CEZAR, Augusto; SANTOS, S. Os benefícios do uso de painéis solares para o meio ambiente. p. 373–376, 2010.

MME. Energia renovável representa mais de 42% da matriz energética brasileira. 2015.

RÜTHER, Ricardo. Edifícios solares fotovoltaicos: o potencial da geração solar fotovoltaica integrada a edificações urbanas e interligada à rede elétrica pública no Brasil. [S.l: s.n.], 2004.

SANTANA, Felipe Souza. Projeto De Um Sistema De Geração Fotovoltaica Para a Ufrj. p. 116, 2014.

MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM EDIFICAÇÕES

PATHOLOGICAL MANIFESTATIONS IN BUILDINGS

Daniela de Souza Soares, Hévylin Isamara Borich, Ramon Angelo Arndt da Silva, Vinícius José de Souza, Alexandre Maines
alexandre.maines@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque– UNIFEBE

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de analisar as principais manifestações patológicas nas edificações e abordar bibliograficamente os diagnósticos e possíveis causas de processos deteriorantes. No primeiro momento foi estudado com pesquisas bibliográficas algumas manifestações patológicas que podem ocorrer nas edificações, tanto nas em fase de construção quanto nas obras já concluídas. Em seguida, fez-se um estudo sobre as manifestações patológicas encontradas em obras visitadas, explicando o porquê de suas causas, os riscos e os métodos de recuperação que foram utilizados, buscando assim, a melhor forma de recuperação sem danificar a estrutura e as funções para as quais as obras foram construídas.

PALAVRAS-CHAVE: Manifestações patológicas. Edificações. Riscos. Recuperação.

ABSTRACT: *The present work aims to analyze the main pathological manifestations in buildings and to bibliographically address the diagnoses and possible causes of deteriorating processes. At first, a bibliographical case study of some pathological manifestations that can occur in buildings was carried out, both in the construction phase and in completed works. Then, a study was carried out on the pathological manifestations found in the visited works, explaining why their causes, the risks and the recovery methods that were used, thus seeking the best form of recovery without damaging the structure and functions. for which the works were built.*

KEYWORDS: *Pathological manifestations. Buildings. Scratches. Recovery.*

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o site Agência Brasil, no ano de 2021 o Brasil teve o maior crescimento no setor da construção civil, isto desde 2013. Mesmo em decorrência da pandemia de covid-19 e o aumento dos valores dos materiais para a construção, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) estima um crescimento de 4% neste setor para o segundo trimestre de 2021 (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Aumentando-se as construções, conseqüentemente aumenta-se a busca por profissionais que irão elaborar projetos e acompanhar a execução das obras, no intuito de propor o melhor desempenho para a edificação.

Esse acelerado fluxo pode acarretar em alguns problemas para as edificações, visto que para um melhor desempenho da edificação deve-se ter um conhecimento sobre os materiais mais adequados a serem utilizados, deve-se prever possíveis riscos, e também verificar a estrutura das obras.

Segundo Thomaz (1989) o acelerado crescimento das construções acarreta em pouco controle dos materiais e serviços prestados em obras, somado a deficiência na formação de engenheiros e arquitetos, provoca uma queda na qualidade das construções, onde existem locais que mesmo antes de serem habitados ou utilizados já apresentam danos.

Estes danos que acontecem nas construções são chamados de manifestações patológicas, ou seja, as degradações que ocorrem nas edificações.

O ramo da engenharia que estuda essas manifestações patológicas é chamado de “Patologia das Construções”. O termo “patologia” origina-se do grego *páthos* = *doença*, e *logos*= estudo, ou seja, o estudo das doenças ocorridas nas construções (Nazário e Zancan, 2011).

As manifestações patológicas podem ser divididas em alguns tipos como: fissuras ou trincas, umidade, corrosão ou oxidação. Dentro os tipos, elas são subdivididas por outros fatores, como causa, origem e mecanismo.

As causas das manifestações estão relacionadas ao agente responsável por desencadeá-la. A origem está atrelada a algum erro ou falha ocorrida em alguma etapa no processo construtivo (projeto, execução ou no uso da edificação). Já o mecanismo é a forma como a manifestação patológica se forma na edificação. Diante de todos esses fatores, deve ser analisada e/ou estudada a melhor forma de tratar a manifestação patológica, visto que algumas podem vir a causar danos irreversíveis às construções ou até mesmo colocar a vida das pessoas que habitam o local em perigo.

A análise correta dessas manifestações pode ajudar a recuperar a obra ou estrutura, podendo assim, manter o local seguro e livre de patologia, seja ela qual for. No entanto, a despreocupação com tais fatos pode levar a obra a se deteriorar, sem possível recuperação.

A partir do contexto mencionado anteriormente, este artigo tem como objetivo relatar através de pesquisa bibliográfica as manifestações patológicas que podem ocorrer nas edificações e também apresentar casos já ocorridos de manifestações patológicas, descrevendo suas origens, causas e quais os mecanismos de recuperação foram ou estão sendo utilizados para sanar o dano, isto tudo, para o melhor entendimento das manifestações patológicas que ocorrem nas edificações.

Os objetivos específicos deste estudo são:

- Pesquisar de forma bibliográfica as manifestações patológicas que podem ocorrer nas edificações;
- Visitar obras, gerar relatórios fotográficos e identificar manifestações patológicas encontradas nelas;
- Descrever as manifestações patológicas e as possíveis causas da mesma;
- Informar qual a solução foi ou está sendo adotada para o seu combate.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De forma geral, o termo patologia significa o estudo das doenças. Este conceito pode estar associado tanto à área das ciências biológicas quanto a área da engenharia, porém com o intuito de analisar diferentes organismos/estruturas.

De acordo com Senaet. al. (2020), a patologia para a engenharia pode estar diretamente relacionada com a patologia para as ciências biológicas, isso porque muitas vezes termos utilizados para as ciências biológicas são trazidos para a engenharia. Tem-se como exemplo a estrutura de um edifício com o esqueleto humano, visto que ambos têm o mesmo objetivo, a sustentação, outro exemplo é a relação entre as instalações prediais com o sistema circulatório do corpo humano. Itens essenciais para ambas às áreas estudadas.

Na engenharia o estudo das manifestações patológicas, ou seja, as doenças encontradas nas construções, irá identificar os agentes causadores do dano, a origem, os mecanismos de ocorrência, e ainda verificar a melhor forma de controlar ou inibir todos os danos causados nas edificações.

Uma das formas de conseguir evitar ou diminuir que essas manifestações ocorram é tomar alguns cuidados nas etapas da vida de uma construção, além de conhecer bem os materiais que estão sendo utilizados no início da construção.

Conforme Bertolini (2010), as etapas de vida da construção são divididas em 5 fases, são elas: Projeto, Construção, Programa de Manutenção, Recuperação e Demolição. Na fase de projeto é necessária a escolha de materiais adequados e de qualidade, que irão atender aos objetivos construtivos da edificação (propriedades mecânicas, por exemplo). Na fase da construção é indispensável um controle de qualidade, com o intuito de verificar a correta utilização dos materiais mencionados em projeto. O programa de monitoramento prevê que devem ser feitos acompanhamentos durante a vida útil da edificação, com o objetivo de verificar possíveis danos, pois quando esses danos não estão dentro do permitido entra-se na fase de recuperação. Nesta fase é feita uma inspeção para verificar o que causou o dano e combatê-lo, observando também se a edificação mantém seu desempenho. Caso o desempenho da edificação esteja comprometido, colocando a vida das pessoas em risco, a mesma deve entrar na fase de demolição, pois seus materiais já cumpriram toda a vida útil na edificação.

É indispensável para a qualidade da obra que seja feito um acompanhamento depois que a mesma está concluída, isso porque os materiais utilizados têm suas características próprias e estão em contato com o meio ambiente (chuva, umidade, sol, calor), podendo apresentar interações, no qual irão gerar manifestações patológicas.

De acordo com Souza e Ripper (1998), a interação com o meio ambiente, a falta de manutenção da edificação, a deformação do solo da qual a mesma está inserida, podem contribuir drasticamente para a danificação da edificação, gerando assim, as manifestações patológicas.

A manifestação patológica ocorrida em virtude do contato do material com o meio ambiente ocorre pelo fato dos materiais serem porosos. Nesse contato ocorre uma interação físico-química, contudo, essa interação só ocorre quando os agentes agressivos se movimentam no interior do material. Essas interações podem ser causadas, por exemplo, pelo contato com a água (umidade), altas

temperaturas (calor) e gases, causando assim alterações ou deformações nas edificações (BERTOLINI, 2010).

As manifestações ocorridas em virtude da deformação do solo podem provocar movimentações na estrutura, logo, causando diversos danos à edificação.

Esses danos podem ser desde fissuras, trincas, rachaduras e fendas e outros. Porém, de acordo com Vitório (2003), as fissuras, trincas, rachaduras e fendas podem ser classificadas e diferenciadas da seguinte forma:

- [...] Fissura é uma abertura em forma de linha que aparece nas superfícies de qualquer material sólido, proveniente da ruptura sutil de parte de sua massa, com espessura de até 0,5mm [...];
- [...] Trinca é uma abertura em forma de linha que aparece na superfície de qualquer material sólido, proveniente de evidente ruptura de parte de sua massa, com espessura de 0,5mm a 1,00mm [...];
- [...] Rachadura é uma abertura expressiva que aparece na superfície de qualquer material sólido, proveniente de acentuada ruptura de sua massa, podendo-se “ver” através dela e cuja espessura varia de 1,00mm até 1,5mm [...];
- [...] Fenda é uma abertura expressiva que aparece na superfície de qualquer material sólido, proveniente de acentuada ruptura de sua massa, com espessura superior a 1,5mm (VITÓRIO, 2003, p. 25).

Contudo ainda há outras classificações para as espessuras mencionadas acima, pois diversos artigos, livros e demais estudos apresentam variadas formas.

Ainda, além da fenda, pode-se considerar também a brecha, que seria acima de 10,0mm aproximadamente.

Todos esses fatores descritos acima geram diversos tipos de manifestações patológicas (fissuras, trincas, entre outros), no qual algumas serão tratadas nos tópicos a seguir, isto, de acordo com os casos apresentados posteriormente.

2.1 MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS DEVIDO AS FUNDAÇÕES

De acordo com Silva (1993), todo solo quando carregado apresenta alguma deformação, esta deformação pode ocorrer com recalque uniforme, por exemplo, ou seja, quando a estrutura se recalca em ambos os lados da mesma forma, neste caso a deformação é aceitável, visto que não tenha provocado danos na estrutura. Casos em que o recalque não acontece de forma uniforme, ou seja, é um recalque diferencial, podem ser observados na Figura 1, onde um lado na estrutura tem maior movimentação que o outro.

Essas deformações ocorridas no solo podem ser classificadas em: deformação elástica, deformação por escoamento lateral e deformação por adensamento.

A deformação elástica ocorre quando um material está sujeito a uma carga. Acontece imediatamente depois de uma aplicação da carga e são maiores em solos não coesivos (REBELLO, 2008).

A deformação por escoamento lateral é originada de um deslocamento das partículas do solo das zonas mais carregadas para as menos solicitadas. Acontecendo com maior predominância em solos não coesivos (CAPUTO, 2012).

A deformação por adensamento ocorre pela diminuição no volume aparente do maciço do solo, em decorrência do fechamento dos vazios deixados pela água expulsa em função da pressão da fundação aplicada ao solo (REBELLO, 2008).

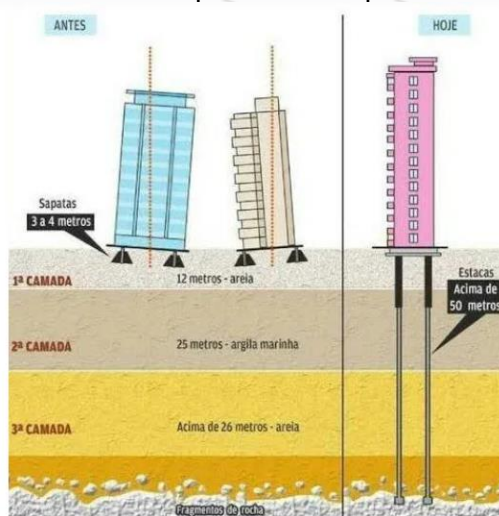
Para evitar que essas deformações causem danos na edificação é indispensável que seja feito uma investigação geotécnica, assim, obtendo o melhor projeto para a fundação da edificação.

Mesmo com um ótimo projeto de fundação, um bom dimensionamento pode ocorrer à movimentação das fundações devido a fatores externos, como por exemplo, a escavação de um terreno vizinho.

Diversas Normas Brasileiras - NBRs preveem métodos para evitar que as manifestações patológicas aconteçam. A NBR 9061:1985, por exemplo, expõe os riscos quanto ao escoamento e ruptura de terreno de fundação, isso quando a escavação atinge um nível abaixo das fundações dos terrenos vizinhos, pois esse terreno pode se deslocar para o sentido onde está sendo feita a escavação produzindo recalques ou rupturas.

Devido essa deformação do solo, edificações próximas podem acabar sofrendo movimentações, causando assim trincas e fissuras em suas estruturas.

Figura 01 – Demonstração de recalque na fundação. Comparação com fundação feita em material impenetrável e penetrável



Fonte: Blog Geosensori, 2019.

2.1.1 Influência de escavações no recalque de edificações vizinhas

O processo de uma escavação se inicia pela retirada de solo e água, o que causa uma redução na tensão total ao longo da fronteira da escavação. Assim, o solo do terreno vizinho tem a tendência a se deslocar ao sentido de onde foi realizada a escavação.

Ainda, se torna mais complexo caso a escavação aconteça abaixo do nível de água, pois há necessidade de um rebaixamento do lençol freático e/ou alívio das pressões em lençóis confinados.

De acordo com Jucá (1981), as principais causas de recalque em edificações vizinhas devido às escavações, são:

- Alívio vertical de pressões devido à escavação;
- Deslocamento horizontal da parede diafragma;
- Adensamento provocado pelo rebaixamento do lençol freático e/ou alívio das pressões em lençóis confinados.

Todas essas causas podem trazer problemas na edificação destes terrenos, como fissuras e trincas, algumas comprometendo até mesmo a estrutura da edificação.

No Estudo de caso 1 deste artigo, será apresentado um exemplo desta ocorrência. Uma escavação de subsolo que acarretou em danos nas edificações vizinhas.

2.1.2 Fissuras por Recalque de Fundações

De acordo com Souza&Ripper (1998), fissuras são aberturas que afetam a superfície da estrutura, fazendo com que gere um caminho rápido para a entrada de agentes agressivos.

As fissuras decorrentes da movimentação das fundações possuem algumas características, podendo ser horizontais, verticais ou inclinadas. Em casos de edificações com vários pavimentos se for com alvenaria essas fissuras tendem a aparecer por todos os pavimentos. Já nas edificações de concreto armado elas aparecem nos pavimentos inferiores. Geralmente podendo haver várias fissuras na mesma direção, não configurando uma forma mapeada, um dos tipos de fissuras causados por recalque diferencial nas fundações pode ser observado na Figura 02.

De acordo com a pesquisa realizada por Magalhães (2004), 27,80% das fissuras encontradas em edificações são causadas por recalque de fundações.

Figura 02 – Fissuras em alvenaria devida a movimentações diferenciais das fundações.



Fonte: BRANDÃO, 2007.

2.2 MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS DEVIDO A UMIDADE

Quando surgem manifestações patológicas nas edificações devido à umidade é sempre um grande problema, pois geralmente são mais difíceis de combater e degradam rapidamente a edificação.

Segundo Souza (2008), isso ocorre devido ao fato de as construções sofrerem constantemente com alterações climáticas, ficando sujeitas a umidade, calor e vento, por exemplo, trazendo assim a necessidade de que sejam feitos projetos cada vez melhores e mais cuidadosos.

Atualmente, um dos maiores problemas de manifestações patológicas nas edificações é causado devido à umidade, pois houve alguma falha durante o

processo construtivo, ou o próprio proprietário da obra não quis investir em projetos de impermeabilização, que agora geraram os danos na edificação depois de já finalizada, e podendo até causar problemas à saúde das pessoas que utilizam aquele ambiente.

Segundo Lersch (2003), A causa da presença de umidade nas edificações pode ser dividida em alguns tópicos, de acordo com a forma como ocorre o transporte pelos elementos que compõem a edificação, são eles:

- Umidade de infiltração;
- Umidade ascensional;
- Umidade por condensação;
- Umidade de obra;
- Umidade accidental;
- Umidade por pressão.

Este artigo irá abordar apenas o conceito de umidade de infiltração, visto que o caso apresentado posteriormente se dará por este fator.

2.2.1 Umidade de Infiltração

A umidade de infiltração é originada principalmente por falhas no seu estado de conservação ou construtivas, passando das áreas externas e internas por trincas ou por falhas nos elementos construtivos, como planos de paredes e janelas ou portas, ou entre calhas e platibandas. Procedem geralmente pela água da chuva e, isentando as paredes, a própria cobertura pode ser considerada um ponto para o surgimento de umidade, sendo percebidas nas lajes, forros e paredes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste artigo, foi realizada pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2002) e Severino (2007), é aquela desenvolvida a partir de material já elaborado e disponível, constituído principalmente de documentos impressos em livros, artigos científicos, dissertações e teses.

Também se trata de uma pesquisa aplicada, que de acordo com Barros (2000, p. 78) “[...] é aquela em que o pesquisador é movido pela necessidade de conhecer para a aplicação imediata dos resultados. Contribui para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade”.

O presente artigo trará abordagem do tipo exploratória, pois dentro da sua elaboração será necessário explorar casos de manifestações patológicas, obtendo os resultados que podem gerar a proposta de intervenção e evidenciar como as mesmas foram recuperadas. Gil (2002) cita que uma pesquisa exploratória tem por objetivo o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições sobre o tema, tornando o pesquisador mais familiar com o assunto.

Através das pesquisas bibliográficas e visitas em obras no Município de Gaspar, este artigo trará alguns casos de manifestações patológicas, explicando detalhes sobre cada um deles encontrado durante as visitas, identificando suas causas e como foram ou serão resolvidos.

4 ESTUDOS DE CASO

Neste tópico serão apresentadas manifestações patológicas encontradas em algumas obras na cidade de Gaspar – SC, no ano de 2021.

Os casos apresentados a seguir estão de acordo com os temas abordados anteriormente neste artigo, porém em cada caso será descrito detalhadamente os fatores que causaram as manifestações patológicas, quais manifestações patológicas as edificações apresentaram, entre outros tópicos de extrema importância ao conteúdo.

4.1 CASO 1

A obra vistoriada para descrição do caso 1 fica localizada no bairro Centro, em Gaspar – SC. Trata-se da construção de um edifício comercial de 4 pavimentos e mais uma garagem no subsolo.

Para a construção do subsolo foi necessário realizar a escavação do solo, contudo, o mesmo tem como confrontantes laterais duas residências (o terreno está situado em um lote que faz frente para uma rua e fundos para outra), além de várias construções próximas por se tratar de uma obra no centro da cidade.

Com o intuito de evitar possíveis danos às edificações próximas, antes da realização da escavação foi projetada uma cortina de contenção, com o objetivo de minimizar ao máximo os impactos com as residências vizinhas, na Figura 3 pode-se observar o início da escavação com o início da execução da cortina de contenção.

Figura 3 – Início das obras de escavação e execução da cortina de contenção.



Fonte: Autores, 2021.

Mesmo com a realização da cortina de contenção as residências confrontantes sofreram recalque e consequentemente apresentaram manifestações patológicas como fissuras trincas, rachaduras, fendas e brechas. Assim, será apresentada abaixo uma das residências da qual apresentou manifestações patológicas.

Ressalta-se que essa residência não foi vistoriada antes do início da escavação pelos construtores da obra. Isto porque a obra possui um seguro, que é responsável por todos os danos causados a terceiros.

4.1.1 Manifestações Patológicas na Residência vizinha

A residência afetada trata-se de uma edificação de dois pavimentos, nos fundos do imóvel há uma piscina elevada no piso superior, contando com uma área de lazer. Quase toda a residência é estaqueada, exceto por uma ampliação feita após a construção da mesma. Esta ampliação trata-se de uma área de serviço, no qual faz confrontação direta com a obra onde foi realizada a escavação.

A realização da escavação ocasionou o recalque do terreno, e devido ao fato de parte da residência não ter sido estaqueada durante sua execução, surgiram diversas manifestações patológicas.

Dentre as manifestações patológicas encontradas na área onde não havia o estaqueamento, a edificação apresentou trincas, rachaduras, fendas e brechas por todas as paredes, comprometendo totalmente a área de serviço, visto que houve também um deslocamento acentuado de uma das paredes, conforme pode ser observado melhor na Figura 4 (a) e (b).

Além do comprometimento da área de serviço, a área onde se localiza a piscina também foi bastante danificada, sendo necessária a remoção da piscina e de todo o piso de sua área, ainda, alguns pilares localizados próximos a esta área também apresentaram danos, conforme apresentado na Figura 5.

Figura 4 – Rachaduras/fendas e descolamento da parede.



(a)



(b)

Fonte: Autores, 2021.

Figura 5 – Rachaduras e fissuras no chão, pilares e paredes.



Fonte: Autores, 2021.

Conforme observado nas figuras acima diversas trincas, rachaduras, fendas e brechas surgiram, houve até mesmo um deslocamento da estrutura, comprometendo assim toda esta área da edificação.

Dessa forma, toda esta parte teve de ser removida, desde a estrutura da piscina, até a nova construção de toda a área de serviço. Na Figura 6 (a), (b) e (c), pode-se observar o processo de restauração/construção destas áreas.

Figura 6 – Início das restaurações.



(a)



(b)



(c)

Fonte: Autores, 2021.

Até o momento em que este artigo foi regido a obra encontrava-se em fase de acabamento, contudo todos os danos serão arcados pela empresa seguradora e pelo proprietário da obra, sendo sanados todos os danos das residências vizinhas.

4.2 CASO 2

A obra vistoriada para descrição do caso 2 fica localizada no bairro Centro, em Gaspar – SC. A obra trata-se da construção de um edifício comercial de 4 pavimentos mais subsolo (sendo a mesma obra informada no Caso 1).

Além de danos causados a vizinhança, como apresentado no Caso 1, uma obra também pode apresentar manifestações patológicas durante seu processo construtivo. Relacionado a isso, foram feitos vistorias no decorrer da construção deste edifício, pois caso o mesmo apresentasse em sua estrutura alguma

manifestação patológicas, que fosse investigado para assim ser resolvida da forma mais eficaz possível.

Todo o projeto foi feito com o intuito de não gerar nenhum dano a edificações de terceiros ou a própria edificação, contudo, durante a fase de execução da obra imprevistos podem acontecer, e deste que não sejam de grande proporção (irremediáveis) estão dentro do aceitável.

Para início da obra começaram as execuções da escavação do subsolo, da execução da cortina de contenção, e posteriormente os demais procedimentos para a construção do edifício.

Durante a última vistoria realizada a construção já estava em fase de execução das paredes e revestimentos. Na ida até o subsolo onde será a garagem foram encontradas algumas manifestações patológicas, decorrentes de infiltrações, podendo ser observadas na Figura 7 (a) e (b).

Essas infiltrações ocorreram devido a uma falha da concretagem, pois durante a execução da cortina de contenção a concretagem foi feita em várias etapas, causando pequenas fissuras, por este motivo é feito agora uma vedação/impermeabilização em todas essas paredes, para posterior aos acabamentos finais e no decorrer dos anos não fique causando prejuízos à obra.

O nível d'água de acordo com a sondagem feita no terreno está em aproximadamente 4,5 metros, e foi escavado aproximadamente 3 metros. Por este motivo, o solo está bastante úmido e conforme o andamento da obra algumas dessas infiltrações de água somem e novas aparecem.

Como solução para que as manifestações patológicas não venham à tona novamente, a vedação com algum produto impermeabilizante é de suma importância em todas as paredes, para sanar os problemas atuais e evitar futuros danos à obra.

Figura 7 – Fissuras com infiltração de água.



(a)

(b)

Fonte: Autores, 2021.

4.3 CASO 3

A obra vistoriada para descrição do caso 3 fica localizada no Bairro Figueira, em Gaspar – SC, e trata-se da construção de uma igreja.

O imóvel possui cerca de 1.300m² sendo que a área construída corresponde a aproximadamente 500,00m². A construção da igreja foi edificada sob fundação do tipo profunda, sendo estaca pré-moldada, e por questões econômicas o perímetro do terreno foi cercado com muro, sendo construído sobre fundação rasa (sapata corrida).

Tendo em vista que parte da construção possui parede cega, ou seja, construída no rumo do terreno, em determinado ponto, o muro da igreja se encontra com a construção. Assim, o muro do imóvel fica ligado diretamente com as paredes da igreja. A fim de evitar o que o recalque diferencial dessas estruturas ocasionasse patologias devido as diferentes fundações utilizadas, na execução foi colocado uma placa de isopor entre elas, criando uma junta de dilatação, pois já era sabido que elas iriam se movimentar de forma diferente.

Contudo, após algum tempo, o muro começou a apresentar algumas fissuras, que de dentro no terreno não era possível identificar a causa. Assim, foi-se ao terreno confrontante para observar como estava o outro lado do muro, assim foi observado que a fissura estava do outro lado também, conforme observado na Figura 8.

Figura 8 – Fissura no muro.



Fonte: Autores, 2021.

No mesmo momento já se pode observar também o motivo que estava causando essa fissura. O muro estava sofrendo o seu recalque natural, contudo, parte da estrutura do muro que estava encostado na estrutura da igreja, acabou ficando em cima do bloco da fundação da igreja, impedindo que o muro sofresse seu recalque natural e causando as fissuras. Pode-se observar na Figura 9a estruturado muro está apoiado no bloco. Assim, parte do muro recalcava e parte do muro não devido o apoio no bloco, causando fissuras no muro.

Figura 9 – Muro apoiado no bloco da fundação.



Fonte: Autores, 2021.

Dessa forma, para a restauração da patologia, cortaram parte do muro que estava apoiada no pilar, sem que prejudicasse sua estrutura, posteriormente foi feito a costura das fissuras tipo “grampo”, para evitar que elas se expandissem. Essas restaurações podem ser observadas na Figura 10 (a) e (b).

Figura 10 – Muro já restaurado.



(a)



(b)

Fonte: Autores, 2021.

4.4 CASO 4

A obra vistoriada para descrição do caso 4 fica localizada no bairro Figueira, em Gaspar – SC, trata-se da construção de uma igreja (mesma obra descrita no caso 3).

Todas as obras sofrem recalque, seja ele diferencial ou uniforme, por isso deve-se projetar a melhor fundação para aquela determinada obra, além de antes, ser feito a sondagem do solo.

Como já mencionado anteriormente no caso 3, toda a construção da igreja foi realizada com fundação tipo profunda, com estacas de concreto pré-moldado.

Em conversa informal com os responsáveis pelo imóvel, informaram que a obra foi executada em etapas por questões financeiras. Sendo que na etapa da fundação, a cidade passou por uma catástrofe (enchente), e perceberam que

se a construção se desse na cota do projeto, entraria água na edificação caso ocorresse uma precipitação semelhante a que houve. Assim, optou-se por subir a cota da edificação, ficando 1,5 metros mais alta do que a cota da rua, contudo, a edificação precisou sofrer algumas alterações (rampa, escada, acessos) para se adequar na nova cota requerida pelos responsáveis.

Pelo fato da etapa de estaqueamento já ter acontecido, a construção do muro, rampa de acesso e escadada igreja foram feitas com fundações rasas, usando sapata corrida. Por esse motivo, ao sofrer o recalque e a estrutura total possui diferentes tipos de fundações acabou ocasionando algumas manifestações patológicas, visto que a mesma estrutura teve diferentes movimentações.

Nas rampas surgiram diversas fissuras na ligação das estruturas. A escada cedeu, ficando visível o recalque na Figura 11 (a), onde impede o portão fechar.

Figura 11 – Fissuras na rampa.



(a)

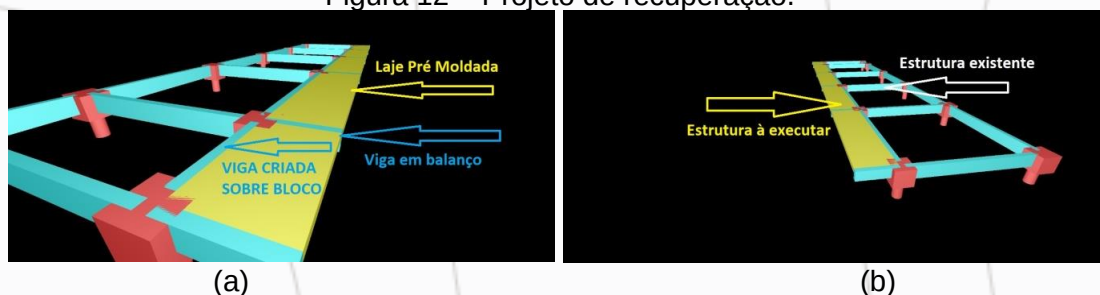
(b)

Fonte: Autores, 2021.

O processo de restauração ainda não teve início, porém, em conversa com os responsáveis, informaram que pretende recuperar a estrutura o quanto antes.

A recuperação se dará com implantação de uma nova viga apoiada sobre os bloco já existente, vigas verticais em balanço e laje pré-moldada, com os vigotes apoiados nas vigas criadas conforme podemos ver na Figura 12 (a) e (b) abaixo.

Figura 12 – Projeto de recuperação.



(a)

(b)

Fonte: Engenheiros responsáveis pela restauração, 2021.

O objetivo da implantação da nova estrutura será apoiar toda a rampa nos blocos, deixando a mesma fundação para os dois elementos e o recalque da rampa ser igual o recalque da estrutura da igreja, priorizando assim a segurança das pessoas que utilizando o local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações patológicas podem vir a acontecer desde o início da construção de uma edificação, contudo cabe ao responsável saná-las desde o começo, para que não venham a apresentar mais danos, ou até piores, com o decorrer do tempo.

Este artigo descreveu sobre alguns casos de manifestações de acontecerem durante o processo construtivo ou nas fases finais de uma obra.

Foi possível observar a importância que se deve ter em todos os detalhes de uma obra, deste aos problemas que podem ser causados na própria edificação como na de terceiros, projetando e executando assim uma obra que vá trazer segurança para o usuário e para as pessoas que convivem ao entorno.

Ainda, a recuperação deve ser feita sempre com o intuito de sanar todos os problemas atuais e evitar futuros, pois mais vale algum investimento desde o início da construção, do que gastos futuros com consertos de manifestações patológicas que poderiam ter sido evitadas, ou em piores casos, o comprometimento total da edificação.

REFERÊNCIAS

_____. NBR 9061: SEGURANÇA DE ESCAVAÇÃO A CÉU ABERTO. Rio de Janeiro, 1985, 31p.

ANDRADE, Alysso Rodrigo. CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DE FUNDAÇÕES APLICÁVEIS EM EDIFICAÇÕES NA REGIÃO DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84644/196368.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 de Setembro de 2021.

BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA: UM GUIA PARA A INICIAÇÃO CIENTÍFICA. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BERTOLINI, Lucas. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO: PATOLOGIA, REABILITAÇÃO, PREVENÇÃO. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

BRANDÃO, Rosana Melo de Lucas. LEVANTAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM EDIFICAÇÕES, COM ATÉ CINCO ANOS DE IDADE, EXECUTADAS NO ESTADO DE GOIÁS. Goiânia, 2007. Disponível em: <http://livros.01.livrosgratis.com.br/cp059717.pdf>. Acesso em: 12 de Setembro de 2021.

CAPUTO, H. P. MECÂNICA DOS SOLOS E SUAS APLICAÇÕES. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, v. 2, 2012.

CINCOTTO, M. A. PATOLOGIA DAS ARGAMASSAS DE REVESTIMENTO: ANÁLISE E RECOMENDAÇÕES – Publicação 1.801. 2 ed. São Paulo, IPT, 1989.

DE SOUZA, Marcos Ferreira. PATOLOGIAS OCASIONADAS PELA UMIDADE NAS EDIFICAÇÕES. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://minascongressos.com.br/sys/anexo_material/63.pdf. Acesso em: 19 de Setembro de 2021.

DOS SANTOS, Guilherme Veloso. PATOLOGIAS DEBIDO AO RECALQUE DIFERENCIAL EM FUNDAÇÕES. BRASÍLIA. 2014. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/6389/1/21113271.pdf>. Acesso em: 12 de Outubro de 2021.

GIL, A. C. COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA. São Paulo: Atlas, 2002.

GILDEON ET. AL. PATOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES. Ed2B. Salvador, 2020.

GUERRA, Antonio Claret. INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DEVE CRESCER 4% ESTE ANO, PREVÊ CBIC. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/industria-da-construcao-civil-deve-crescer-4-este-ano-preve-cbic>. Acesso em: 02 de Outubro de 2021.

JUCÁ, José Fernando Thomé. INFLUÊNCIA DE ESCAVAÇÕES NOS RECALQUES EM EDIFICAÇÕES VIZINHAS. Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/3205/1/154515.pdf>. Acesso em: 19 de Setembro de 2021.

LERSCH, I. M. (2003). "CONTRIBUIÇÃO PARA A IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS FATORES DE DEGRADAÇÃO EM EDIFICAÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO ALEGRE", Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LIMA, Bruno Santos. PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES. Santa Maria, 2016. Disponível em: http://coral.ufsm.br/engcivil/images/PDF/2_2015/TCC_BRUNO%20SANTOS%20DE%20LIMA.pdf. Acesso em: 12 de Setembro de 2021.

MAGALHÃES, E.F. FISSURAS EM ALVENARIAS: CONFIGURAÇÕES TÍPICAS E LEVANTAMENTO DE INCIDÊNCIAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 2004. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Engenharia). Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P.J.M. CONCRETO, ESTRUTURA, PROPRIEDADES E MATERIAIS. São Paulo: PINI, 1994. 572 p.

NAZÁRIO, Daniel, ZACAN, EveliseChemale. MANIFESTAÇÕES DAS PATOLOGIAS CONSTRUTIVAS NAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DE CRICIÚMA: INSPEÇÃO DOS SETE POSTOS DE SAÚDE. CRICIUMA. 2011. Disponível em: [http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/151/1/Daniel %20Nazario.pdf](http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/151/1/Daniel%20Nazario.pdf). Acesso em: 02 de Outubro de 2021.

REBELLO, Y. C. P. FUNDAÇÕES: GUÍA PRÁTICO DE PROJETO, EXECUÇÃO E DIMENSIONAMENTO. 4. ed. São Paulo: Zigurate, 2008. Disponível em: <http://wiwin.site/download/8585570105-fundacoes-guia-pratico-de-projeto-execucao-edimensionamento>. Acesso em : 20 de Setembro de 2021.

SEVERINO, A. J. METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, D.A. LEVANTAMENTO DE PROBLEMAS EM FUNDAÇÕES CORRENTES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 1993. 116 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993

SOUZA, Vicente C. M.; RIPPER, Thomaz. PATOLOGIA, RECUPERAÇÃO E REFORÇO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO. 1. ed. São Paulo: Pini, 1998. 257 p.

THOMAZ, E. TRINCAS EM EDIFÍCIOS: CAUSAS, PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO. São Paulo: PINI, 1989.

VITÓRIO, Afonso. FUNDAMENTOS DA PATOLOGIA DAS ESTRUTURAS NAS PERÍCIAS DE ENGENHARIA. Recife, 2003. Disponível em: http://www.vitorioemelo.com.br/publicacoes/FundamentosPatologia_Estruturas_Pericias_Engenharia.pdf. Acesso em: 16 de Outubro de 2021.

ZUCHETTI, Pedro Augusto Bastiani. PATOLOGIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL: INVESTIGAÇÃO PATOLÓGICA EM EDIFÍCIO CORPORATIVO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO VALE DO TAQUARI/RS. Lajeado, 2015. Disponível em: [https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/939/1/2015PedroAugustoBastianiZuchetti .pdf](https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/939/1/2015PedroAugustoBastianiZuchetti.pdf). Acesso em: 12 de Setembro de 2021.

ANAIS ENPEX 2021

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ARTIGOS

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO



XX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV MOSTRA DE EXTENSÃO
BRUSQUE/SC - BRASIL



UNIFEBE
É NOSSA. É DAQUI.

ROBÓTICA EDUCACIONAL NA MATEMÁTICA DO ENSINO MÉDIO: UMA
PROPOSTA DE TRILHA EDUCACIONAL*EDUCATIONAL ROBOTICS IN HIGH SCHOOL MATHEMATICS: AN
EDUCATIONAL PATH PROPOSAL*

Luana Soares Baia, Daniel Battisti, Julio Cesar Frantz

julio.frantz@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

Resumo: Inúmeras ferramentas tecnológicas estão disponíveis para as escolas adaptarem-se ao mundo moderno e incorporarem novos métodos de ensino, destacamos a Robótica Educacional como um instrumento que oferece várias possibilidades para potencializar e facilitar o processo de aprendizagem. No presente documento uma pesquisa de mercado de kits de robótica disponíveis e bem como trabalhos desenvolvidos com kit's *open source* são apresentados e discutidos. A seguir são apresentados problemas de matemática abordados em outros trabalhos, e bem como uma breve apresentação das trilhas educacionais utilizadas. No final apresenta-se a trilha educacional que os autores estão desenvolvendo para uma segunda fase do projeto de extensão conduzido na UNIFEBE. Resultados parciais são apresentados e discutidos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino médio. Robótica educacional. Matemática.

ABSTRACT: Numerous technological tools are available for schools to adapt to the modern world and incorporate new teaching methods, we highlight Educational Robotics as an instrument that offers several possibilities to enhance and facilitate the learning process. In this document a market research of available robotics kits and works developed with open source kits are presented and discussed. Next, math problems covered in other works are presented, as well as a brief presentation of the educational paths used. At the end, the educational path that the authors are developing for a second phase of the extension project conducted at UNIFEBE is presented. Partial results are presented and discussed.

KEYWORDS: High school. Educational robotics. Mathematics.

1 INTRODUÇÃO

A inserção de conceitos de lógica e programação de computadores desde os níveis mais básicos da educação, colabora com as temáticas acerca da aplicação da robótica no contexto educacional. Entende-se que a computação está tão presente nas nossas vidas que devemos encará-la da mesma forma que fazemos com o aprendizado de biologia, geografia, física e outras disciplinas fundamentais para formação básica dos alunos (SCRATCH, 2020).

O pensamento lógico é válido para inúmeras áreas do conhecimento e aprender a programar é fundamental quando consideramos que o desenvolvimento de algoritmos é uma das tarefas mais utilizadas nas áreas relacionadas ao aprendizado de matemática. A utilização da robótica como instrumento de ensino permite aos estudantes desenvolverem a capacidade de aprender matemática de forma mais didática, o aluno entra em contato com novas tecnologias com aplicações práticas ligadas a assuntos que fazem parte do seu cotidiano. A robótica requer conhecimentos sobre mecânica, matemática, programação, biologia, dentre outros. Através da robótica educativa os estudantes poderão explorar novas ideias e descobrir novos caminhos na aplicação de conceitos adquiridos em sala de aula e na resolução de problemas matemáticos (BALDOM, et al., 2017).

Segundo Mota et al. (2009) grande parte das dificuldades relacionadas à programação está na capacidade de abstração, bem como problemas de compreensão da sintaxe e estrutura das linguagens de programação. As dificuldades aumentam quando não existe uma compreensão básica da língua inglesa, e além disso a grande maioria dos estudantes não possuem vivência e contato mais profundo com aspectos da robótica. Desta forma, é visto que este tema deve estar diretamente ligado a situações cotidianas ou resolução de problemas que motivem os alunos a ter um interesse maior e ainda melhorar o raciocínio sobre abstrações de conteúdos complexos (Nagai, 2002).

Ambos trabalhos de Mota et al. (2009) e Nagai (2002) realizam experiências sobre o uso de robótica educacional com alunos do ensino médio público brasileiro. O foco é no contato dos alunos com as tecnologias e a busca por perfis ligados à área tecnológica, identificando potenciais usos e dificuldades. A observação do uso de ferramentas virtuais e físicas é enfatizada, tendo em vista que apesar da existência de inúmeros softwares educacionais, com riqueza de conteúdo, estes aparentam não atrair toda atenção dos alunos.

Neste trabalho o objetivo é desenvolver um kit de robótica para ser aplicado em uma oficina para a disciplina de matemática do ensino médio do Colégio Unifebe. A partir dessa oficina será ensinado aos alunos como manusear e resolver problemas matemáticos voltados para o ensino médio. Esse artigo apresenta a robótica educacional aplicada ao ensino da matemática para alunos do ensino médio, apontando algumas formas como essa tecnologia poderá ser utilizada. Para isso, será desenvolvido um kit de robótica educacional de baixo custo, utilizando placas arduinos, servo-motores e peças impressas em 3D.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A robótica envolve a aplicação das áreas do conhecimento da mecânica, eletrônica e programação, ou seja, é uma área da ciência que é multidisciplinar. Existem diferentes tipos de robôs para diferentes aplicações. Na ficção científica os robôs humanóides são os mais utilizados, pois remetem ao ser humano. Já existem robôs humanóides que conseguem caminhar, podem subir escadas e abrir portas, porém sem o nível de inteligência do ser humano (CORUJA INFORMA, 2018). Existem os robôs móveis, como por exemplo, o robô do depósito da Amazon (THE VERGE, 2019) e os robôs estilo aspiradores de pó comercializados atualmente (IROBOT, 2019). Os robôs que são mais utilizados na indústria são os chamados robôs manipuladores ou braços robóticos. Como

exemplo na indústria automotiva em operações de soldagem e pintura, aplicados para operações rotineiras (FRANTZ, 2015).

No mundo a robótica educacional tem tomado importante espaço na área de educação, permitindo o uso de uma variedade enorme de tipos de robôs construídos bem como kits didáticos. A robótica educacional além de aplicar algumas disciplinas teóricas estudadas em sala de aula, estimula a inovação e o pensamento investigativo do aluno, permitindo encontrar desafios e as formas de solução para os mesmos (ZILLI, 2004; CRUZ et al. 2013). Além disso, a robótica educacional permite o trabalho em equipe, o planejamento, a cooperação, o diálogo, a pesquisa e a tomada de decisões, todas estas qualidades importantes na formação das pessoas e profissionais do futuro (SILVA, 2009).

Para o ensino da robótica na educação se utilizam robôs de variados tipos, a partir de soluções livres e privadas. Um dos kits de robótica educacional mais aplicados no mundo é o da LEGO®, com um braço da empresa chamado de *Education* (LEGO EDUCATION, 2019). A *Lego possui kit educacionais da educação infantil, ensino fundamental I e II e para o ensino médio*. Outro exemplo de kit didático é o Modelix (MODELIX, 2019). O Modelix também possui kits educacionais que vão desde o infantil, anos iniciais até o ensino médio com um custo de aquisição menor comparado ao Lego.

Apesar destes equipamentos serem muito bons, o custo de aquisição no Brasil devido a impostos, inviabiliza a utilização destes kits na maioria dos casos. Assim, a realidade brasileira aponta para o uso intenso de soluções livres, abrindo assim um campo interessante para disseminação de recursos tecnológicos a baixo custo para governos e entidades.

2.1 PESQUISA DE KIT DE ROBÓTICA EDUCACIONAL

Esta seção tem por objetivo demonstrar os kits robóticos disponíveis no mercado. A pesquisa realizada está resumida na Tab. 1. Os kits robóticos encontrados vão dos mais simples, com aplicação direta na montagem e apenas visualização do funcionamento, como os kits robóticos do braço robótica em MDF (USINAINFO, 2020) e o braço robótico RoboArm (ROBOCORE, 2020).

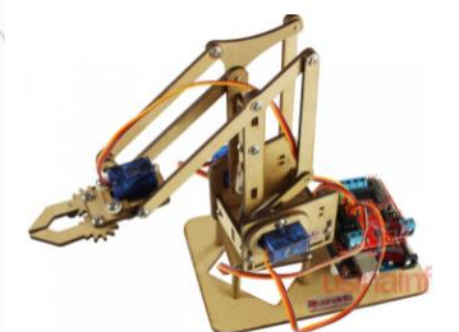
Tabela 1 - Pesquisa de mercado identificando-se os principais kit de robóticas disponíveis no mercado brasileiro

Nome do kit	Link de acesso	Valor (R\$)
Braço Robótico Arduino em MDF + Parafusos e Manual de Montagem	https://www.usinainfo.com.br/mini-bracos-roboticos/braco-robotico-arduino-em-mdf-parafusos-e-manual-de-montagem-3597.html	66,41
Braço Robótico RoboARM + Eletrônica RoboARM	https://www.robocore.net/loja/kits/braco-roboti-roboarm	299,80
Kit Iniciante para Robótica	https://www.robocore.net/loja/kits/kit-iniciante-para-robotica	349,00
Open Robotics	https://www.openrobotics.com.br/robo-hero	450,00
Kit de Robótica completo	https://loja.criatecno.com.br/kit-de-robotica-completo-kit-arduino-completo	790,00

Fonte: Elaborado pelos autores

O Braço Robótico Arduino (USINAINFO, 2020), ilustrado na Fig. 1, é um braço mecânico desenvolvido para aplicação em projetos que trabalham com automação de robôs, proporcionando maiores possibilidades de movimentos e desenvolvimento de tarefas. Seu corpo utiliza chapas de MDF o que facilita a fabricação a um custo baixo. O hardware utilizado é em Arduino e os servomotores do tipo hobby são os micro servos.

Figura 1- Braço robótico arduino



Fonte: Adaptado de Usinainfo (2020)

O Kit de Robótica Educacional Criatecno CT100-OPC (Criatecno, 2019) permite ao usuário fazer projetos de robótica e outros projetos com Arduino. É possível iniciar com atividades simples, como acender um LED e depois evoluir

gradualmente para atividades mais avançadas, como montar robô com sensores, por exemplo (Fig. 2).

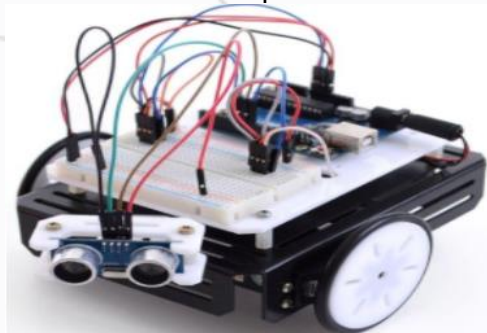
Figura 2 - Kit de Robótica comercializado pelo empresa Criatecno



Fonte: Criatecno (2019)

Esse kit Arduino (CRIATECNO, 2019) para robótica atende iniciantes e também usuários mais avançados que procuram uma plataforma para projetos de robótica e outros projetos com Arduino. O material é ideal para quem quer construir robôs ou criar robôs usando Arduino (Fig. 3).

Figura 3 - Kit Arduino completo montado Criatecno



Fonte: Criatecno (2019)

2.2 TRILHAS EDUCACIONAIS

Ao longo das pesquisas realizadas sobre qual a melhor metodologia educacional se enquadraria para alunos do ensino médio, realizou-se estudos de formas de ensino no qual os alunos pudessem aprender de forma prática a disciplina de matemática com o auxílio da robótica educacional. Além de pesquisas realizadas através de artigos, visitou-se instituições de ensino para que obter uma compreensão maior de como o assunto é abordado para alunos da primeira série do ensino fundamental até o ensino médio. Cada aluno aprende de um jeito diferente e de uma determinada maneira, por esse motivo a metodologia convencional pode não ter a mesma eficácia para todos os alunos da equipe. E a partir disso notamos a importância de aderir a uma nova forma de metodologia, como as trilhas educacionais, que tem como característica desenvolver por etapa o ensino para que no final tenha um resultado satisfatório.

As trilhas foram desenvolvidas para que possa acompanhar os alunos em cada etapa da oficina, a partir disso o método de ensino dividiu-se em fase I e fase II. Cada fase representa uma parte da metodologia adotada, ou seja, o aluno

vai compreender com mais clareza cada parte do processo e dessa forma trabalhar o raciocínio lógico para cada problema e uma solução. Dentre os autores que foram encontrados na pesquisa de artigo científico destacamos três deles resumidamente na Tab. 2.

Tabela 2 - Trilhas educacionais pesquisas na revisão bibliográfica

Autores	Etapas da Trilha				
Almeida (2007)	Montagem dos mecanismos robóticos	Treinamentos de programação em LOGO para os professores	Desenvolvimento de atividades	Programação do mecanismo robótico	
Santos, Dias e Silveira Júnior (2013)	Levantamento de Kits utilizados em robótica educacional	Pesquisa bibliográfica para se formular um modelo de plano de ensino	Atividades em sala de aula		
Silveira Júnior, Coelho e Santos (2017)	Apresentar conceitos teóricos e práticos de robótica	Solução de problemas simples com rotinas já implementadas	Revisão teórico da ciência abordada	Atividade final com os problemas de matemáticas mais complexos	

Fonte: Elaborado pelos autores

Almeida (2007) na primeira etapa da trilha realiza a montagem dos mecanismos robóticos utilizando materiais alternativos como: papelão, tampas de garrafa, papéis, entre outros. Para a parte eletrônica os itens utilizados são de baixo custo, envolvendo servo-motores, fontes, cabos e uma placa de controle. Na segunda etapa Almeida (2007) realiza um treinamento de programação para os professores. No treinamento são discutidos comandos básicos, como para frente, para trás, para esquerda e para a direita. Com este comando é possível construir formas geométricas, figuras planas, com o mecanismo robótico. Na terceira etapa em Almeida (2007) são desenvolvidas as atividades, como exemplo, os materiais utilizados para fabricação do mecanismo robótico são comparados com as formas geométricas, comparando área e volume. Na quarta etapa em Almeida (2007) é realizada a programação do dispositivo robótico através da linguagem Logo, dessa forma algumas formas geométricas são simuladas com o robô. Na última e quinta etapa Almeida (2007)

realizou uma leitura e discussão do caderno pedagógico e discutindo pontos de melhoria.

Santos, Dias e Silveira Júnior (2013) em seu projeto educacional tinham como objetivo desenvolver atividades com o uso de robô de baixo custo, assim despertando o interesse dos alunos em aprender matemática de forma mais dinâmica. Ao longo do projeto é proposto inserir a robótica educacional para os alunos, e executar na prática a disciplina de matemática para o ensino médio. A trilha educacional seguiu três etapas, visando a realização das atividades de robótica educacional aplicada à matemática do ensino médio.

Na primeira etapa realizou-se um levantamento de diferentes kits utilizados em robótica educacional, a partir disso um estudo e testes em dois kits: o Lego e o Boe-bot. Depois realizou-se uma comparação com o Arduino, para se saber como funcionava a programação e suas vantagens e desvantagens. Dentre elas destaca-se o custo e as ferramentas que seriam usadas para um melhor desempenho.

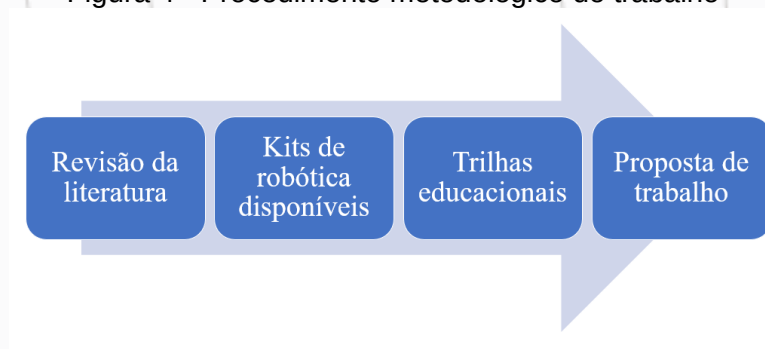
Na segunda etapa definiu-se os tópicos que seriam trabalhados em aula sendo eles funções, probabilidade, reta, entre outros. Santos, Dias e Silveira Júnior (2013) ainda realizam uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de obter um modelo de aulas de robótica educacional no ensino médio. A última etapa realizou-se às atividades em sala de aula, juntamente com o professor da disciplina, a aula seguiu o modelo proposto na segunda etapa. Antes da aula define-se com o professor as atividades que são abordadas em sala de aula, e a forma de aplicação com as ferramentas da robótica em atividades na disciplina de matemática.

Silveira Júnior, Coelho e Santos (2017) realizaram outro estudo com um método de trabalho independente, realizando as atividades individuais para cada aluno. O robô desenvolvido neste trabalho é fabricado com itens de baixo custo, constituindo de uma bateria, uma placa controladora, sensor de luminosidade, sensor de ultrassom, sensor de toque e uma placa liga-desliga. Na primeira etapa com o robô já construído são apresentados os conceitos teóricos e práticos de robótica. Na segunda etapa são resolvidos problemas de matemática simples com o robô, com as rotinas de programação que serão utilizadas nos problemas mais complexos. Na terceira etapa é explicado o conteúdo teórico preparando os alunos para a atividade final. Dessa forma, na etapa final são realizadas as tarefas com o assunto que pode ser aplicado na prática, como exemplo, funções de primeiro grau.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho os procedimentos metodológicos foram divididos de acordo com o fluxograma apresentado na Fig. 4.

Figura 4 - Procedimento metodológico do trabalho



Fonte: Elaborado pelos autores

A revisão da literatura, os kits de robótica e as trilhas educacionais foram apresentadas na revisão deste trabalho. Nesta seção será apresentado o kit de robótica selecionado e em seguida nos resultados a proposta de trilha educacional. Para o desenvolvimento deste projeto optou-se pela elaboração de um kit de robótica baseado em código aberto, *open-source*, utilizando-se materiais de baixo custo, como o exemplo do hardware Arduino. Trata-se de um robô que já é muito utilizado na comunidade *maker* e também em outros trabalhos acadêmicos encontrados durante a revisão bibliográfica. A Figura 4 ilustra o kit de robótica em desenvolvimento com duas rodas motoras 2WD (*two wheel drive*).

Figura 4 - Kit Chassi 2WD Robô para Arduino



Fonte: Arduino (2021)

O kit de robótica 2WD consiste de um veículo de duas rodas, com dois motores do tipo *direct current* (DC) e uma roda livre. O chassi do robô pode ser feito de qualquer material rígido, cuja versão mais clássica é fabricada em acrílico ou compensado. Os motores de corrente contínua são alimentados com um conjunto de pilhas, sendo essa versão mais simples desse tipo de robô. Para permitir a programação do robô e simular problemas de matemática nesse robô utiliza-se uma placa Arduino, permitindo dessa forma resolver problemas com programação. A partir da instalação do Arduino pode-se desenvolver uma série de problemas, como o exemplo de um carro seguidor. A Figura 5 ilustra o kit completo incluindo os componentes eletrônicos.

Figura 5 - Componentes do kit de robótica



Fonte: Arduino (2021)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

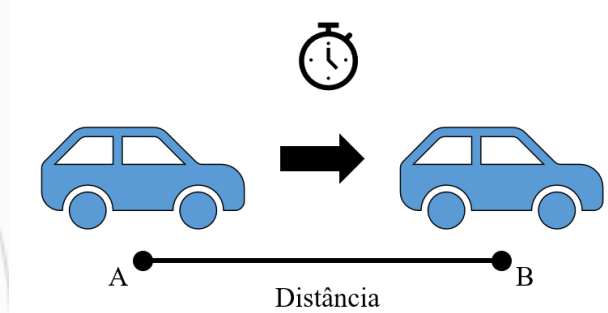
A trilha de aprendizagem deve estar alinhada ao processo de conhecimento do assunto abordado. A proposta da trilha educacional neste trabalho é dividida em duas etapas. A primeira etapa é consolidar as informações para que o aluno tenha o conhecimento de como utilizar a ferramenta aplicada à disciplina de matemática. A segunda etapa seria aplicar o conhecimento teórico na prática, a oficina presencial sintetiza a experiência do aluno no uso da robótica educacional proposta nas oficinas.

4.1 FASE I: NIVELAMENTO

Essa fase tem como propósito qualificar os alunos para usar o kit de robótica, sendo requisito para a próxima fase, para os que não tem prática com robótica deve-se aplicar uma introdução. Serão trabalhadas na primeira fase uma introdução com tempo de duração de 15 min, explicação dos materiais e métodos empregados na oficina com duração de 15 min e finalmente a oficina com aplicação e tempo de 30 min.

Nessa fase de nivelamento realiza-se uma oficina com uma breve introdução à robótica com explicação da situação-problema que será desenvolvido, logo será feito a aplicação de um problema mais simples, por exemplo, a medição de velocidade do robô (Fig. 6). Ao longo da oficina os alunos irão participar da construção do kit de robótica, conhecendo os materiais e as funções de cada peça que compõe na montagem do robô, para calcular o tempo que o robô vai percorrer os alunos vão aprender como medir os resultados.

Figura 6 - Ilustração da oficina de medição de velocidade



Fonte: Elaborado pelos autores

As atividades práticas com o uso da Robótica Educacional, tem como objetivo apresentar conceitos matemáticos, para calcular a velocidade utilizaremos fundamentos da razão e proporção entre a distância percorrida. Assim os alunos irão identificar a constante que seria a força do motor, e a influência que ele tem entre as grandezas de espaço e tempo durante o percurso, os dados serão preenchidos no Tab. 3.

Tabela 3 - Cálculo do tempo percorrido

Distância (d)		Pista reta			Pista com ondulação		
		Tempo (t)	Razão (d/t)		Tempo (t)	Razão (d/t)	
(m)	(cm)	(s)	(m/s)	(cm/s)	(s)	(m/s)	(cm/s)

Fonte: Elaborado pelos autores

Cada equipe vai calcular a distância percorrida e o tempo que foi gasto, usando o robô para percorrer o percurso em duas etapas diferentes (pista reta e pista com ondulação), a partir das medições de um ponto ao outro é possível calcular a velocidade que o robô percorre o trajeto. Para realização da oficina serão utilizados os materiais apresentados na Tab. 4.

Tabela 4 - Lista de materiais utilizados na oficina de robótica

Descrição	Quantidade (unitária)
Chassi para robô arduino	01
Roda fixa para robô arduino	02
Roda livre tipo rodizio para robô arduino	01
Bateria de 9V	02
Motor DC 3-6V com Caixa de Redução e Eixo Duplo	02
Chave liga-desliga	01
Motor Shield L293D	01
Arduino UNO	01
Régua	01
Fita adesiva escura	01

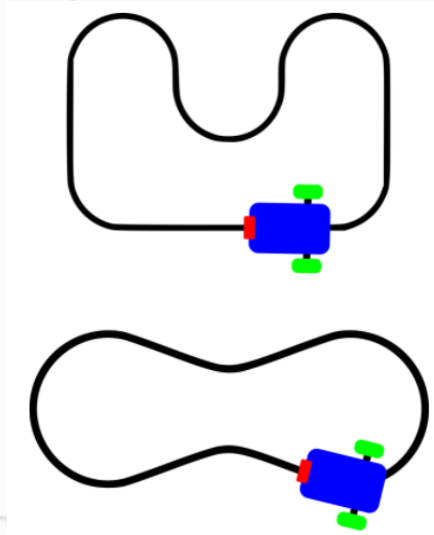
Fonte: Elaborado pelos autores

4.1 FASE II: APLICAÇÃO PRÁTICA

O uso de robôs autônomos vem tendo um aumento significativo nos últimos tempos, o seu uso em locais que oferecem risco de vida fez surgir várias

pesquisas relacionadas ao assunto, as competições estudantis vêm crescendo a cada dia com o objetivo de desenvolver o conhecimento sobre o tema. O robô seguidor de linha tem a capacidade de detectar uma linha desenhada no chão por meio do contraste entre a cor desta linha e a cor do restante do piso. Na maioria das competições são dados problemas onde os participantes devem pôr em prática suas habilidades. A Figura 7 ilustra o robô seguidor de linha e as possibilidades de circuitos.

Figura 7 - Exemplo de pista utilizado com robô seguidor



Fonte: Elaborado pelo autores

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tratou da pesquisa de atividades que contemplam a Robótica educacional no ensino de Matemática para alunos do ensino médio. Há alguns desafios a serem superados quando se trata de Robótica educacional aplicada ao ensino da matemática.

Durante o desenvolvimento da metodologia de ensino, foram feitos alguns levantamentos de qual seria a melhor forma de se abordar o assunto com alunos do ensino médio, de uma forma que as oficinas possam proporcionar um ensino dinâmico. Ao longo da pesquisa desenvolvemos a trilha educacional e a proposta do kit que era um dos objetivos principais.

Para as oficinas a proposta é alinhar com os professores a melhor forma de desenvolver a disciplina juntamente com a robótica educacional, tendo em vista as atividades que serão abordadas, para assim fazer um levantamento de como os alunos estão se desenvolvendo. Trabalhos futuros estão relacionados com a finalização da montagem do kit, finalização dos roteiros da oficina e aplicação prática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. Possibilidades da robótica educacional para a educação na matemática. 2007. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/363-4.pdf> Acessado em: 09/06/2020.

ARDUINO. Componentes do kit de robótica Kit didático para robótica educacional. Disponível em: <https://www.arduino.cc/>. Acesso em: 29 de outubro de 2020.

BALDOW, R.; DA SILVA JUNIOR, L. A.; LEÃO, M. B. C. Análise de Tendências sobre Robótica em congressos da área de Ensino de Ciências. 2017. XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC.

BERNARDINE D., M., Browning, B, Ayorkor G., Amanquah, N., El-Moughny, N. (2007). Undergraduate Robotics Education in Technologically Underserved Communities. In: IEEE International Conference on Robotics and Automation, 10-14 abril, Roma, Itália, pp. 1387-1392.

CORUJA INFORMA, 2018 Coruja Informa. Inteligência Artificial em Robôs Humanoides. Disponível em: <http://www.each.usp.br/petsi/jornal/?p=2471> Acesso em: 09 de agosto de 2019.

CRIATECNO. Kit de robótica educacional. Disponível em: <https://loja.criatecno.com.br/kit-de-robotica-kit-arduino>. Acessado em: 09/06/2020.

CRUZ, M. E. J. K., Haetinger, W., Marques, S. G., Horn, F. Introduzindo a robótica na escola. Recurso eletrônico. Modo de acesso: World Wide Web: <www.unisc.br/edunisc> . ISBN 978-85-7578-374-0.

FRANTZ, J. C. Análise estática de sistemas robóticos cooperativos. 2013. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.

IRobot. Robô aspirador de pó. Disponível em: <https://www.irobotloja.com.br/>. Acesso em: 09 de agosto de 2019.

LEGO EDUCATION. Kits didáticos para robótica educacional. Disponível em: <https://education.lego.com/pt-br>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

MODELIX. Kit didático para robótica educacional. Disponível em: <https://www.modelix.com.br>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

MOTA, M. P., BRITO, S. R., MOREIRA, M. P e FAVERO, E. L. (2009). Ambiente Integrado à Plataforma Moodle para Apoio ao Desenvolvimento das Habilidades Iniciais de Programação. In: Anais do XX Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, 7-20 dezembro, Florianópolis, Brasil.

NAGAI, K. Learning while doing: Practical robotics education. 2002. IEEE Robot. Autom. Mag. 8, 2 (Ago. 2002), 39 - 43.

PEREIRA, Luan Marinho Morais et al. ROBÔ DE COMPETIÇÃO CATEGORIA SEGUIDOR DE LINHA UTILIZANDO ALGORITMO PID E PLATAFORMA ARDUINO. 2014.

ROBOCORE. Braço Robótico RoboARM. 2020. Disponível em: <https://www.robocore.net/loja/kits/braco-robotico-roboarm>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SANTOS, L. S.; DIAS, J. C.; DA SILVEIRA JUNIOR, C. R. O ensino interdisciplinar: robótica educativa nas aulas de matemática do ensino médio. Anais do V Encontro Estadual de Didáticas e Práticas de Ensino. Goiânia, 2013.

SCRATCH. Acerca do Scratch. Disponível em: <https://scratch.mit.edu/about/>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

SILVA, A.F.D. RoboEduc: Uma metodologia de aprendizado com Educacional. 2009. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVEIRA JÚNIOR, C. R.; COELHO, J. D.; SANTOS, L. S. Robótica nas aulas de matemática do ensino médio: uma proposta educacional e de baixo custo. Experiências em Ensino de Ciências, Mato Grosso, v. 12, n. 15, p. 1-23, 2017.

USINAINFO, Kits didáticos para robótica educacional. Disponível em: <https://www.usinainfo.com.br/>. Acesso em: 20 mai. 2020

ZILLI, S. do R. et al. A robótica educacional no ensino fundamental: perspectivas e prática. 2004. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.

ANAIIS ENPEX 2021

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ARTIGOS

ENGENHARIA MECÂNICA



**XX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV MOSTRA DE EXTENSÃO
BRUSQUE/SC - BRASIL**



UNIFEBE

É NOSSA. É DAQUI.

APLICAÇÃO DE UM DRONE OPEN-SOURCE PARA COMBATE A COVID-19

APPLICATION OF AN OPEN-SOURCE DRONE TO FIGHT COVID-19

Nicolas Cestari Maffezzolli, André Gonçalves, Julio Cesar Frantz
julio.frantz@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: O combate contra a contaminação pelo vírus da COVID-19, que se espalha rapidamente, se tornou um objetivo global. Drones multirotores podem ser utilizados para higienização de ambientes, dessa forma reduzindo os riscos de contaminação. O objetivo deste artigo é apresentar o desenvolvimento de um drone *Open-Source* com o intuito de combater a pandemia de COVID-19. Para atingir este objetivo, este artigo apresenta as etapas de programação do drone em ambiente virtual utilizando o *Robotic Operating System* (ROS). Exemplos de algoritmos de programação do Drone na linguagem Python são apresentados neste artigo, bem como, ambientes de simulação em 3D no ROS. Com a utilização do ROS é possível desenvolver novas soluções de Drones, trabalhos futuros estão relacionados a construção e programação de um drone físico.

PALAVRAS-CHAVE: Drone. *Open-Source*. ROS. COVID-19.

ABSTRACT: *Combating the rapidly spreading COVID-19 virus infection has become a global goal. Multirotor drones can be used to sanitize environments, thus reducing the risk of contamination. The purpose of this article is to present the development of an Open-Source drone in order to fight the COVID-19 pandemic. To achieve this goal, this article presents the drone programming steps in a virtual environment using the Robotic Operating System (ROS). Examples of Drone programming algorithms in Python language are presented in this article, as well as 3D simulation environments in ROS. With the use of ROS it is possible to develop new Drone solutions, future work is related to the construction and programming of a physical drone.*

KEYWORDS: Drone. Open-source. COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

Os Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) ou do inglês Unmanned Aerial Vehicles (UAVs) podem ser classificados como quadrotor ou quadricóptero, sendo uma aeronave que decola e é impulsionada por quatro motores (VALAVANIS e VACHTSEVANOS, 2015). Esse tipo de VANT's têm sido utilizados para aplicações de monitoramento, gravação de vídeos, soluções para mapeamento topográfico e uma série de aplicações na agricultura e de combate ao vírus SARS-CoV-2 ou COVID-19. No caso da utilização de Drone para o combate a COVID-19 uma série de aplicações têm surgido ao redor do mundo (NEPAD, 2020; JORNAL NACIONAL, 2021). Por exemplo, a distribuição de

medicamentos, pois os drones têm sido o modo mais seguro e rápido com contato mínimo entre pessoas evitando transmissão viral, além de serem os meios mais rápidos, evitando o transporte terrestre com congestionamento e na maioria das vezes distâncias maiores. Outra aplicação de drones é a utilização de auto-falantes para divulgação de mensagens à população, encorajando os cidadãos a respeitarem as regras de combate à pandemia, como o uso de máscaras e os cuidados com a aglomeração. Mais uma aplicação que tem dado resultado é a utilização para aplicação de desinfecção e limpeza de áreas de difícil acesso, neste caso o drone carrega um reservatório de até 15 litros com capacidade de cobrir uma área de 1,5 km em até 15 minutos. Embora tenha-se soluções comerciais disponíveis, ainda são necessários o desenvolvimento de novas soluções com tecnologias abertas possibilitando solucionar problemas ainda mais complexos. As soluções *open sources* permitem esse tipo de controle e conhecimento das tecnologias envolvidas e, se tratando de quadrotor encontra-se disponível o Crazyflie (BITCRAZE, 2021), um drone do tipo quadrotor. O Crazyflie pode ser utilizado com o Sistema Operacional de Robôs (ROS) (WIKIROS, 2021), que é uma coleção de pacotes para suportar pesquisadores e desenvolvedores no desenvolvimento de sistemas robóticos. O ROS é um framework flexível para escrita de programas de robôs, possui uma coleção de ferramentas, bibliotecas e convenções que tem por objetivo simplificar a criação de programas para descrever comportamentos complexos e robustos de robôs, como o caso do drone.

Nesse sentido, esse projeto de pesquisa tem por objetivo construir e aplicar um drone *open source* para aplicações de combate ao Covid-19. Neste artigo apresenta-se os resultados da primeira etapa do trabalho, que envolve a pesquisa bibliográfica e a programação em ROS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A utilização de dispositivos programáveis como robôs estão cada vez mais sendo integrados no cotidiano das pessoas e cidades. Isso deve-se ao incrível desenvolvimento da internet, comunicação wireless e tecnologias móveis. As aplicações que envolvem o uso de robôs buscam principalmente tornar a vida dos seres humanos mais fácil, melhorando portanto a qualidade de vida das pessoas envolvidas nas tarefas. A educação em programação e aplicações robóticas estão integradas ou sendo integradas no sistema educacional para estudantes em níveis iniciais em todas as partes do mundo (KANBUL e UZUNBOYLU, 2017; BARUT et al., 2016; BERKSOY et al., 2016). No Brasil, embora existam inúmeros exemplos em escolas da rede privada que incluem programação e robôs no currículo, infelizmente, no sistema educacional público ainda está muito aquém do necessário.

Entre as diferentes aplicações em que os drones podem ser utilizados, o uso para o combate a pandemia do coronavírus tem tido destaque. Desde o surgimento da pandemia do coronavírus a vida em sociedade mudou mais ainda e algumas tecnologias como os drones têm tido efeitos diretos para combater a pandemia. A Figura 2 ilustra um drone sendo utilizado na África para distribuição de medicamentos.

Figura 2: Drone sendo utilizado para distribuição de medicamentos em área remota



Fonte: NEPAD, 2020.

Essa aplicação é destinada para melhorar o acesso em áreas remotas, além disso, pode-se utilizar para agilizar as entregas em regiões com trânsito intenso de veículos sujeitos a engarrafamentos. A utilização de drones diminui os riscos de atraso e facilita a entrega em casos de emergência.

Outro potencial aplicação de drones para combate à pandemia é a utilização como um meio de comunicação. A Fig. 3 ilustra um drone carregando um megafone, sendo utilizado para transmitir informações de restrições e educar a população para o combate à pandemia.

Figura 3: Drone sendo utilizado para comunicar as restrições da pandemia e educar a população



Fonte: NEPAD, 2020.

2.1 APLICAÇÕES DE ROS EM DRONES

O ROS possui diversas aplicações, dentre elas pode-se citar a aplicação em Sistemas de Aeronaves Não Tripuladas (UAS), VANTs. Drones receberam recentemente muita atenção e são amplamente utilizados em diversas áreas, como em serviços de entrega, vigilância e agricultura (ZHAO, 2016; YU, 2017). Muitos aplicativos de drones requerem funções autônomas e integração com outras plataformas. O ROS não apenas enriquece a arquitetura com as funções disponíveis, mas também fornece o suporte de *middleware* mais avançado, para que a programação fique mais completa.

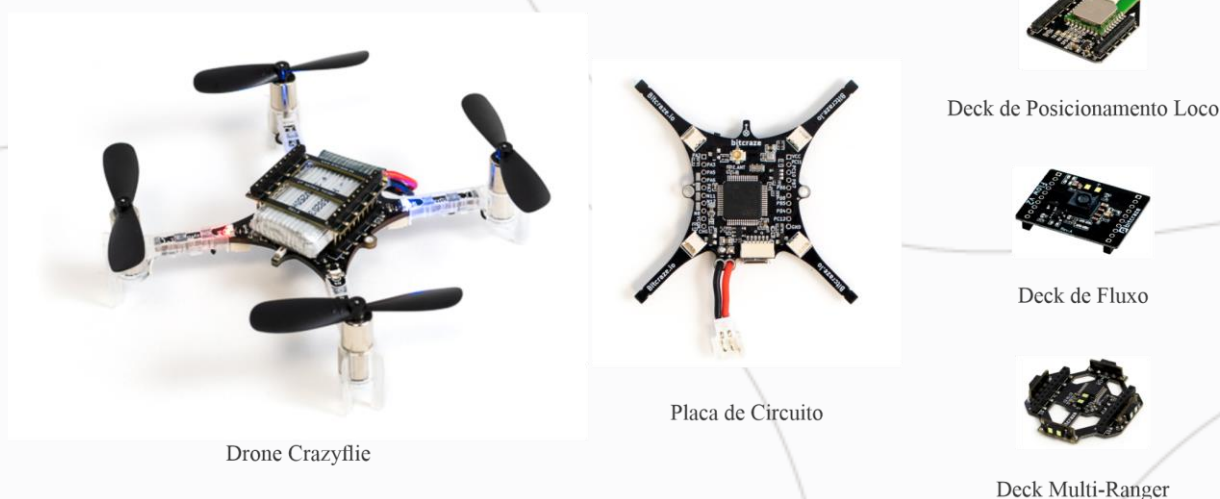
Outra aplicação do ROS em Drones e aeronaves não tripuladas se dá na interação natural entre humanos e sistemas multi-UAV, método de interação humano-computador baseado no reconhecimento de gestos (ZHAO, 2016; YU, 2017). Foram projetados gestos diferentes para comandos de drones, e foi proposto um algoritmo estável para distinguir esses gestos. Então, considerando que a operação do sistema multi-UAV pode exigir vários operadores

cooperativos, um algoritmo baseado em informações de localização e informações de cores foi projetado para identificar vários operadores. Desta forma, o reconhecimento multiusuário por meio de gestos é realizado. Por fim, combinam-se os resultados de reconhecimento de gestos de vários operadores com o controle do drone na estrutura do ROS e usa-se a plataforma AR Drone para testar o desempenho de todo o sistema.

2.1.1 Drone Crazyflie

O Crazyflie 2.1, demonstrado na Fig. 4, é o terceiro quadricóptero em miniatura desenvolvido pela Bitcraze²¹ AB. O Crazyflie vem em kit e pesa 27g, medindo 92x92mm quando montado. Possui quatro motores CC sem núcleo de 7 mm que atingem um peso máximo de 42g. Isso permite que o Crazyflie 2.1 carregue mais *hardware* na forma de plataformas de expansão, que podem fornecer mais funcionalidade, como sensores. Um deck de expansão pode ser colocado no topo ou embaixo do Crazyflie. Uma bateria totalmente carregada dá ao quadricóptero cerca de sete minutos de voo.

Figura 4: Crazyflie 2.1 e Componentes



Fonte: Adaptado de BITCRAZE, 2021.

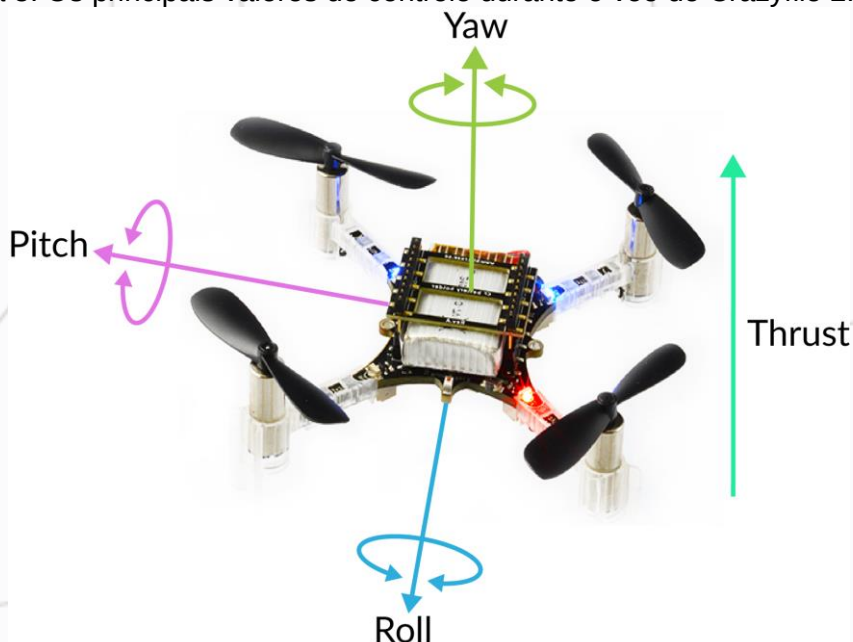
O Crazyflie é um drone *Open-Source* desenvolvido para ser aplicado na área de pesquisa e educação. A plataforma é feita para ser flexível e versátil permitindo que o usuário explore qualquer área de interesse, como por exemplo, algoritmos, robótica de enxame (*swarms*), controle de trajeto, agricultura, entre outros.

Crazyflie 2.1 está equipado com um rádio de baixa latência e longo alcance, bem como Bluetooth LE que permite o voo manual e autônomo. O voo manual é possível a partir de um aplicativo móvel usando Bluetooth, disponível para Android e iOS, ou através do cliente Crazyflie instalado na máquina virtual (VM) Bitcraze usando um controlador de jogos eletrônicos. O último requer o Crazyflie PA, um dongle de rádio USB de longo alcance de 2,4 GHz que se comunica entre o computador e o Crazyflie. O voo autônomo é possível usando

²¹ <https://www.bitcraze.io/>

um software para controlar o Crazyflie, ao invés do controle manual, em combinação com o Crazyflie PA e algum tipo de sistema de posicionamento que dá ao drone informações sobre sua posição. Durante o voo, o Crazyflie apresenta quatro valores principais de controle, visualizados na Fig. 5. Os valores são *roll*, *pitch*, *yaw* e *thrust*.

Figura 5: Os principais valores de controle durante o voo do Crazyflie 2.1 .



Fonte: Adaptado de BITCRAZE, 2021

2.1.2 Sistema de Posicionamento Loco e o Deck de Posicionamento Loco

O Sistema de Posicionamento Loco é um sistema de posicionamento local que pode ser usado para dar ao Crazyflie coordenadas 3D absolutas usando um conjunto de âncoras, nós de posicionamento Loco, que são posicionados na sala como referência. No drone, um Deck de Posicionamento Loco é colocado no topo ou embaixo do Crazyflie. Ao enviar mensagens de rádio entre as âncoras e o Deck de Posicionamento Loco, o sistema mede a distância de cada âncora ao deck e calcula a posição 3D do Crazyflie.

2.1.3 Navegação Óptica usando o Deck de Fluxo

O Deck de Fluxo v2, dá ao Crazyflie a capacidade de detectar seu movimento nas direções vertical e horizontal. Ele usa um sensor de alcance a laser de tempo de voo para medir distâncias verticais de até 4 metros com precisão de milímetros e um sensor de fluxo óptico para detectar e medir o movimento horizontal das superfícies, permitindo que o drone viaje as distâncias desejadas. O deck pesa 1,6g, mede 21x28x4mm e foi projetado para ser montado sob o Crazyflie.

2.1.4 Deck Multi-Ranger

O Deck Multi-Ranger, dá ao Crazyflie a capacidade de detectar objetos ao seu redor em cinco direções: frente, trás, esquerda, direita e para cima. Ele usa cinco sensores de intervalo a laser de tempo de voo para detectar objetos a até 4 metros de distância, com precisão de milímetros, sendo que a proximidade permitida pode ser definida pelo usuário através da Interface de Programação de Aplicativo (API) para evitar obstáculos. O Deck pesa 2,3g, mede 35x35x5mm e foi projetado para ser montado na parte superior do Crazyflie.

2.2 ROBOTIC OPERATION SYSTEM

De forma geral, o ROS é classificado como uma plataforma *peer-to-peer* (ou ponto a ponto), *tools-based* (baseado em ferramentas), *multi-lingual* (multi-linguagem), *thin* (compacto/enxuto) e *free and open-source* (gratuito e livre).

Uma plataforma ponto a ponto consiste em um grande número de processos, potencialmente usando vários *hosts* diferentes. Nas grandes centrais de robôs de serviço para os quais ROS foi projetado, normalmente há vários computadores de bordo conectados via internet. A topologia ponto a ponto requer algum tipo de pesquisa de mecanismo para habilitar os processos para que se encontrem uns aos outros no tempo de execução (QUIGLEY et al., 2009).

Se tratando de *tools-based*, grande parte de pequenas ferramentas são usadas no ROS para construir e executar os vários componentes presentes no sistema operacional. Essas ferramentas permitem que sejam executadas várias tarefas, por exemplo, obter e definir parâmetros de configuração, traçar graficamente os dados da mensagem, gerar documentos automaticamente, e assim por diante (QUIGLEY et al., 2009).

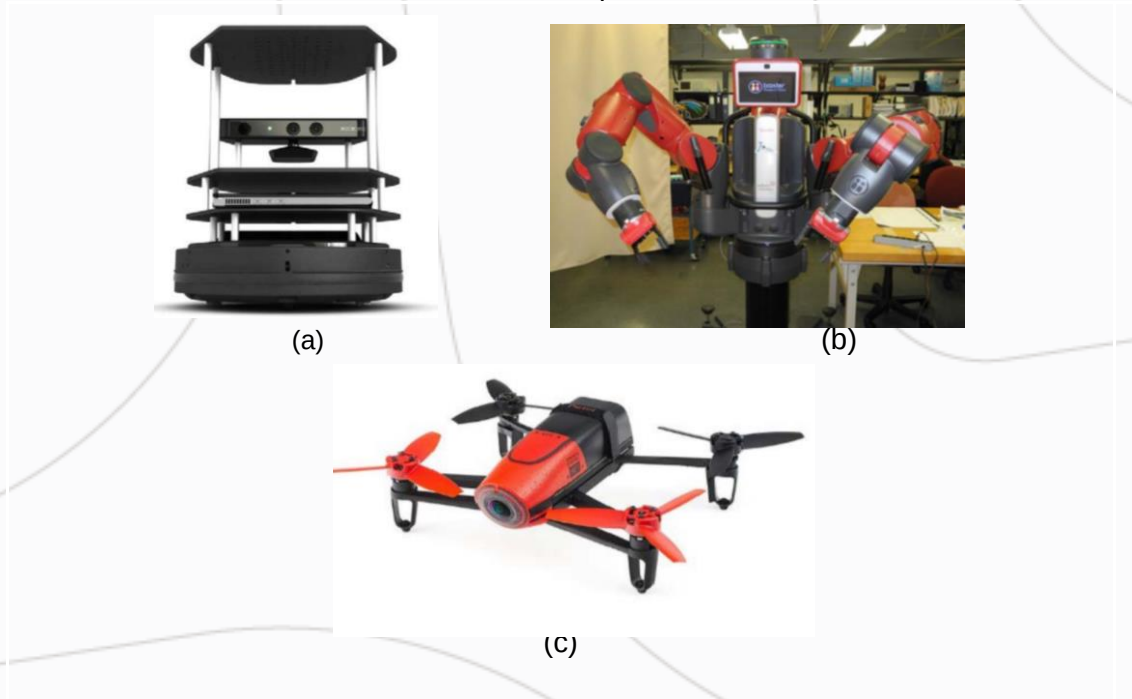
O ROS é multi-lingual para que exista a possibilidade de escrever o código com diversas linguagens de programação, que podem mudar de acordo com o resultado de compensações pessoais entre os programas, tempo de execução, sintaxe, eficiência de tempo de execução, e uma série de outras razões, tanto técnicas quanto culturais (QUIGLEY et al., 2009).

Thin, porque na robótica, a maioria dos projetos de software contém drivers ou algoritmos que podem ser reutilizáveis fora do projeto. Infelizmente, por uma infinidade de razões, esse código juntamente com o *middleware*. Por esse motivo, acaba sendo muito difícil de extrair sua funcionalidade para reutilizá-la fora do contexto original. Para evitar que esse problema ocorra, todos os programadores desenvolvem o algoritmo fora das dependências das bibliotecas em ROS (QUIGLEY et al., 2009).

Free and Open-Source, embora existam muitas linguagens de programação disponíveis para criação de aplicações em robótica, nem todos os frameworks, ou sistemas operacionais para programação de robôs é livre. O ROS se destaca por ser um sistema operacional de robôs livre (*Open-Source*) que permite a aplicação de algumas linguagens de programação, como Python e C++. O ROS não é um sistema operacional no sentido tradicional, mas ele promove uma estrutura de comunicação para criação de robôs realizando muitas funções de um sistema operacional, mas necessita de um sistema operacional de computador, como o Linux, para ser utilizado (QUIGLEY, et al., 2009). Existem alguns robôs que estão programados em ROS e os códigos fontes estão totalmente disponíveis na internet, sendo esta uma das vantagens do ROS ser

Open-Source. Exemplos de robôs são o TurtleBot (Fig. 6 (a)), um robô móvel, o Baxter (Fig. 6 (b)), um robô com dois braços, o Bebop (Fig. 6 (c)), robôs voadores (drones).

Figura 6: Exemplos de robôs programados em ROS: (a) TurtleBot, (b) Baxter e (c) Bebop



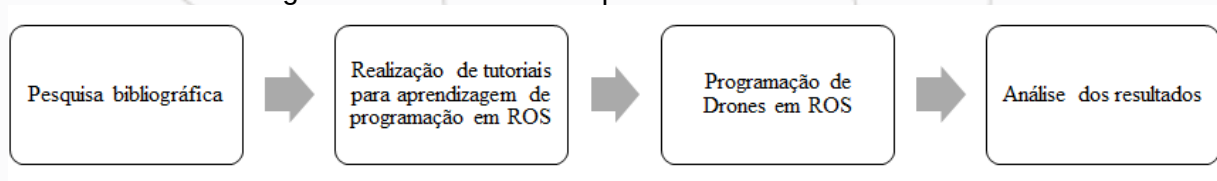
Fonte: FAIRCHILD e HARMAN, 2016.

Uma das vantagens de utilizar ROS é que existem esses, e demais exemplos disponíveis na internet, de como criar robôs e como realizar a sua programação. Nesse sentido, o drone Crazyflie é uma ótima alternativa para desenvolver o projeto de pesquisa, por ser de código aberto, tornando mais fácil o aprendizado de programação de robôs e também por possuir um baixo custo de desenvolvimento, quando comparado a outros drones. Muitos outros drones têm sido utilizados em pesquisas recentes, mas o desenvolvimento pode ser muito complicado pela falta de tutoriais e livros (HÖNIG e AYANIAN, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização desta pesquisa, o procedimento metodológico é apresentado na Fig. 7.

Figura 7: Procedimento experimental do trabalho



Fonte: Elaborado pelos autores

Para realizar a pesquisa sobre o assunto, realizou-se uma busca por outros trabalhos que retratam como utilizar o ROS e suas funções. A partir disso iniciou-se a pesquisa mais direcionada para programação de drones em ambiente ROS.

Para iniciar com o processo de aprendizado em programação ROS, utilizou-se a plataforma The Construct (<https://app.theconstructsim.com/#!/Home>).

O The Construct é uma plataforma que visa o ensino da robótica, do nível iniciante ao avançado. A plataforma apresenta diversos tipos de cursos, como treinamentos de robôs, Python 3, Python para Linux, entre outros cursos, pagos e gratuitos. A plataforma ajuda a dominar os conceitos e ferramentas necessárias em todo o processo de desenvolvimento de robôs.

Com base na variedade de cursos gratuitos sobre ROS que a plataforma oferece, escolhemos o curso *Python 3 for Robotics* para o desenvolvimento do projeto. Este curso é dividido em 8 unidades, a compreensão e absorção dos conteúdos. A unidade 1 apresenta uma breve introdução sobre o que é o Python, situando o estudante no mundo da programação. As unidades subsequentes demonstram diversas aplicações de Python de diversos tipos de robôs, com propósitos diferentes. A aplicação desta linguagem de programação vai ficando cada vez mais evidente com os exercícios que a plataforma insere no decorrer das unidades.

Os Algoritmos I e II apresentam dois exemplos de algoritmos utilizados no decorrer do curso. O Algoritmo I é utilizado para programação de um braço robótico industrial, realizando a operação de manipulação de uma peça. Já o Algoritmo II apresenta uma condição, programada para interromper o movimento do robô caso o mesmo se aproxime de uma parede.

Algoritmo I: Exemplo de programação para controlar um braço robótico no ROS

```
from smart_grasping_sandbox.smart_grasper import SmartGrasper
from tf.transformations import quaternion_from_euler
from math import pi
import time
sgs = SmartGrasper()
sgs.pick()
sgs.reset_world()
```

Fonte: Adaptado de The Construct (2021)

Algoritmo II: Exemplo de programação para aplicar uma condição ao robô no ROS

```
if wall_is_close:
    stop_robot()
else:
    keep_moving()
print_reading()
```

Fonte: Adaptado de The Construct (2021)

No curso *Python 3 for Robotics* a plataforma nos apresenta tres robôs para programar. A Fig. 8 ilustra os robôs que podem ser utilizados.

Figura 8: Robôs utilizados na plataforma: a) Summit XL, b) Turtlebot e (c) Crazyflie



4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção apresenta-se os resultados da programação de Drones utilizando o Sistema Operacional Robótico ROS com a linguagem de programação Python. Para isso, utilizou-se como base o curso *Programming Drones with ROS*, da plataforma The Construct²².

Algumas simulações têm como objetivo movimentar diretamente um drone, já outras aplicam alguma condição, método ou exigência para determinada ação que o drone irá realizar.

Através do comando *takeoff*, executado através da interface de programação, o Drone inicia o processo de pouso e desligamento. É através deste comando que, após seu uso, o drone deve iniciar o processo de pouso e desligamento.

A partir do comando *cmd_vel*, é possível alterar a velocidade com que o programador deseja que o drone viaje. Existem dois tipos possíveis de modificações de velocidade, sendo eles: linear e angular. Na velocidade linear (Eixo X), o drone se moverá para frente ou para trás. E na velocidade angular (Eixo Z), o drone irá girar em seu próprio eixo.

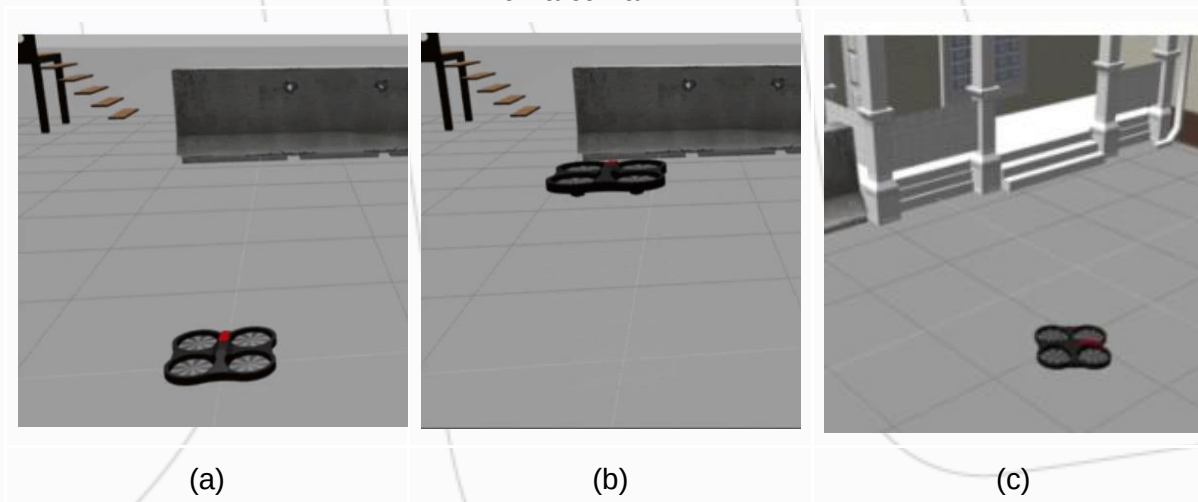
E por fim, o comando *land*, que é aplicado única e exclusivamente para fazer com que o drone pouse após o uso dos comandos anteriores.

O Algoritmo III apresenta uma parametrização de funções utilizada para movimentação e controle de trajetória de um drone. O algoritmo está dividido em três funções, declaradas através de uma sintaxe 'def'. No Algoritmo III a função 'def stop_drone(self)' realiza o desligamento do drone, ou seja, parando o mesmo. Já a função 'def turn_drone(self)' faz com que o drone realize uma rotação em torno do eixo z, ou seja, uma curva. Por fim a função 'move_forward_drone(self)' realiza a movimentação para frente do drone.

A Fig. 9 apresenta o Drone Parrot, programado através do Algoritmo III. A Figura 9 a) é o Drone na sua posição inicial, desligado. Já na Figura 9 b) o drone realizando o voo e na Fig. 9 c) o drone realizando uma curva. Esses movimentos são conseguidos com a programação do Algoritmo III.

²² <https://app.theconstructsim.com/>

Figura 9 - Drone realizando a movimentação a partir do Algoritmo III: a) Drone desligado na posição inicial, b) Drone ligado em decolagem e (c) Drone realizando uma curva



Fonte: Adaptado de The Construct (2021)

Outra forma de realizar a programação de Drones é através da utilização de sensores, como câmeras. As câmeras podem ser utilizadas para detectar obstáculos no ambiente em que o drone está operando e medir distâncias até as paredes. O Algoritmo IV apresenta a programação do drone utilizando o pacote *rtabmap* (*Real-Time Appearance-Based Mapping*), permitindo mapear restrições em tempo real com um sensor RGB.

No Algoritmo IV a linha com a expressão “<!-- RTAB-Map's parameters -->” define os parâmetros utilizados pela biblioteca *rtabmap*. Por exemplo, a expressão “<param name=“RGBD/LinearUpdate” type=“string” value=“0.01”/>” define a distância linear mínima de 0.01 metros para que o mapa seja atualizado. Uma vez programado, o funcionamento do Drone é ilustrado na Fig. 10.

Através dos Algoritmos III e IV, o Drone recebe as programações de movimentação, parametrizações de funções de trajetória e definição de funções para as distâncias a serem percorridas por meio do uso dos sensores e sua câmera para realizar o desvio de obstáculos e mapear suas restrições.

Algoritmo III - Utilizado para parametrizar funções de movimentação para controlar o drone através de seu servidor

```
# função que para o drone
def stop_drone(self):
    rospy.loginfo("Stopping...")
    self._move_msg.linear.x = 0.0
    self._move_msg.angular.z = 0.0
    self.publish_once_in_cmd_vel(self._move_msg)
# função que realiza curvas no drone
def turn_drone(self):
    rospy.loginfo("Turning...")
    self._move_msg.linear.x = 0.0
    self._move_msg.angular.z = 1.0
    self.publish_once_in_cmd_vel(self._move_msg)
# função que movimenta o drone para frente
def move_forward_drone(self):
    rospy.loginfo("Moving forward...")
    self._move_msg.linear.x = 1.0
    self._move_msg.angular.z = 0.0
    self.publish_once_in_cmd_vel(self._move_msg)
```

Fonte: Adaptado de The Construct (2021)

Algoritmo IV: Utilizado para dar movimento ao drone, através de tópicos e parâmetros de velocidade e altura por meio de seus sensores e sua câmera.

```
<launch>
<group ns="rtabmap">
  <node name="rtabmap" pkg="rtabmap_ros" type="rtabmap" output="screen" args="--
delete_db_on_start">
    <param name="frame_id" type="string" value="base_link"/>

    <param name="subscribe_depth" type="bool" value="true"/>
    <param name="subscribe_scan" type="bool" value="true"/>

    <remap from="odom" to="/ground_truth/state"/>
    <remap from="scan" to="/scan"/>

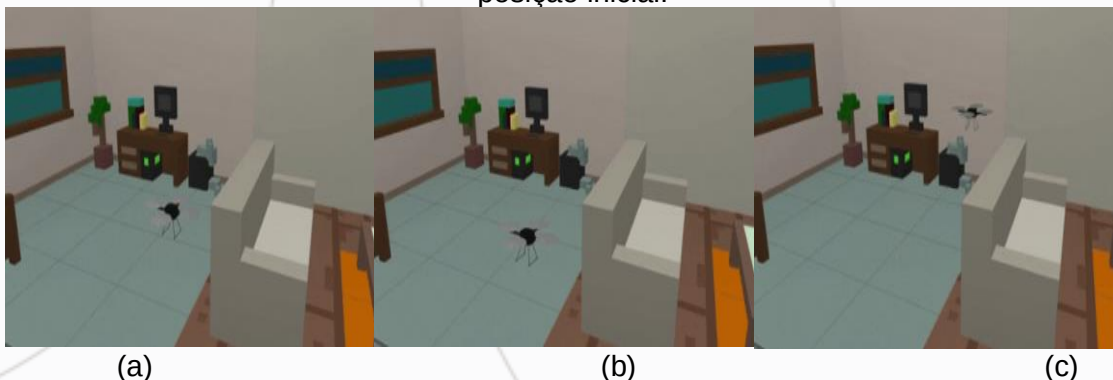
    <remap from="rgb/image" to="/camera/rgb/image_raw"/>
    <remap from="depth/image" to="/camera/depth/image_raw"/>
    <remap from="rgb/camera_info" to="/camera/rgb/camera_info"/>

    <!-- RTAB-Map's parameters -->
    <param name="RGBD/NeighborLinkRefining" type="string" value="true"/>
    <param name="RGBD/ProximityBySpace" type="string" value="true"/>
    <param name="RGBD/AngularUpdate" type="string" value="0.01"/>
    <param name="RGBD/LinearUpdate" type="string" value="0.01"/>
    <param name="RGBD/OptimizeFromGraphEnd" type="string" value="false"/>
    <param name="Optimizer/Slam2D" type="string" value="true"/>
    <param name="Reg/Strategy" type="string" value="1"/>
    <param name="Reg/Force3DoF" type="string" value="true"/>
    <param name="Vis/MinInliers" type="string" value="5"/>
    <param name="Vis/InlierDistance" type="string" value="0.1"/>
    <param name="Rtabmap/TimeThr" type="string" value="700"/>
```

```
<param name="Mem/RehearsalSimilarity" type="string" value="0.45"/>
</node>
</group>
```

Fonte: Adaptado de The Construct (2021)

Figura 10: Drone realizando movimentação por mapeamento a partir de parâmetros do Algoritmo IV: a) Drone iniciando o movimento com os rotores ligados, b) Drone se movimenta para frente e permanece em uma posição fixa e, c) Drone volta para a posição inicial.



Fonte: Adaptado de The Construct (2021)

Algoritmo V: Utilizado para realizar uma sessão de mapeamento 3D do ambiente em que o drone realizará a movimentação.

```
<launch>

  <arg name="database_path" default="rtabmap.db"/>
  <arg name="args" default=""/>

  <arg name="wait_for_transform" default="0.2"/>

  <!-- Navigation stuff (move_base) -->
  <include file="$(find quadrotor_navigation)/launch/quadrotor_move_base_rtab.launch"/>--
  >

  <!-- Mapping -->
  <group ns="rtabmap">

    <node name="rtabmap" pkg="rtabmap_ros" type="rtabmap" output="screen" args="$(arg
args)">
      <param name="database_path" type="string" value="$(arg database_path)"/>
      <param name="frame_id" type="string" value="base_footprint"/>
      <param name="odom_frame_id" type="string" value="world"/>
      <param name="wait_for_transform_duration" type="double" value="$(arg
wait_for_transform)"/>
      <param name="subscribe_depth" type="bool" value="true"/>
      <param name="subscribe_scan" type="bool" value="true"/>

      <!-- inputs -->
      <remap from="scan" to="/scan"/>
      <remap from="rgb/image" to="/camera/rgb/image_raw"/>
      <remap from="depth/image" to="/camera/depth/image_raw"/>
```

```

<remap from="rgb/camera_info" to="/camera/rgb/camera_info"/>

<!-- output -->
<remap from="grid_map" to="/map"/>

<!-- RTAB-Map's parameters: do "roslaunch rtabmap rtabmap (double-dash)params" to see
the list of available parameters. -->
<param name="RGBD/ProximityBySpace" type="string" value="true"/>
<param name="RGBD/OptimizeFromGraphEnd" type="string" value="false"/>
<param name="Kp/MaxDepth" type="string" value="4.0"/>
<param name="Reg/Strategy" type="string" value="1"/>
<param name="Icp/CoprrrespondenceRatio" type="string" value="0.3"/>
<param name="Vis/MinInliers" type="string" value="5"/>
<param name="Vis/InlierDistance" type="string" value="0.1"/>
<param name="RGBD/AngularUpdate" type="string" value="0.1"/>
<param name="RGBD/LinearUpdate" type="string" value="0.1"/>
<param name="Rtabmap/TimeThr" type="string" value="700"/>
<param name="Mem/RehearsalSimilarity" type="string" value="0.30"/>
<param name="Optimizer/Slam2D" type="string" value="true"/>
<param name="Reg/Force3DoF" type="string" value="true"/>

</node>

</group>
</launch>
  
```

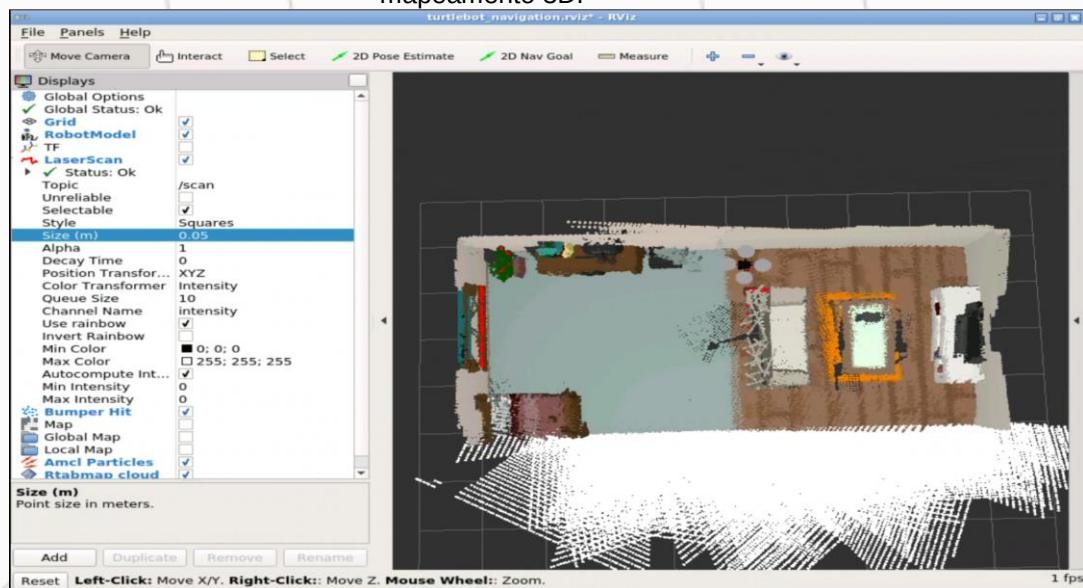
Fonte: Adaptado de The Construct (2021)

A Figura 11 apresenta o mapeamento 3D de um ambiente através do ambiente RViz. Através da utilização do RViz (ferramenta de visualização de dados 3D para aplicativos ROS), podem ser capturadas informações dos sensores do robô para reproduzir os dados capturados. Ele pode exibir dados de câmeras, lasers e dispositivos 2D e 3D, incluindo imagens e nuvens de pontos.

Na Fig. 11, com o Algoritmo IV é realizado todo o mapeamento do ambiente em que o drone irá operar para que sejam coletados dados suficientes para a movimentação.

O RViz funciona juntamente com o rtabmap, sendo possível armazenar em um banco de dados todas as informações coletadas a partir do mapeamento do ambiente de operação. O pacote rtabmap oferece uma ferramenta que permite que haja a visualização do conteúdo: o *RTAB-Map's Database Viewer* que pode ser executado através do algoritmo a seguir: `rtabmap-databaseviewer ~/.ros/rtabmap.db`.

Figura 11: Exemplo do mapa geral do ambiente de simulação durante o processo de mapeamento 3D.



Fonte: Adaptado de The Construct (2021)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de aplicação de Drone à combate a pandemia é primeiro apresentada. A programação de um drone utilizando o ambiente do *Robotic Operating System* (ROS) é demonstrada e discutida. Como alvo deste projeto, o drone Crazyflie é apresentado e brevemente discutido. Após a realização do trabalho pode-se afirmar que a experiência programando em ROS foi muito produtiva. O ROS é uma ferramenta que possui vantagens para se construir e programar robôs e drones. Utilizando o ROS, o projetista possui os recursos necessários para realizar a programação dos robôs. Em relação a plataforma The Construct, cada etapa do curso apresenta informações do funcionamento do ROS, não somente a parte prática, mas também os conceitos para que o seu código de programação fique sempre correto. Programar em ROS requer muita prática, necessária para o aperfeiçoamento, e a plataforma utilizada facilita o aprendizado por apresentar uma trilha educacional.

REFERÊNCIAS

BARUT, E., Tugtekin, U., e Kuzu, A.. An Overview of Computational Thinking Skills with Robotic Applications. The 3rd International Conference on New Trends in Education (ICNTE), 2016.

BERKSOY, I., Sozcu, F., O., Armagan, E., & Arslan, A., Analysis of Studies on Scratch Program in Algorithm and Programming Education, XVIIIth Academic Informatics Conference (INETD), 30 January - 5 February 2016, Adnan Menderes University, Aydin, 2016.

BITCRAZE. Crazyflie. Disponível em: <https://www.bitcraze.io/products/crazyflie-2-1/>. Acessado em: 30/05/2021 às 15h:30min.

FAIRCHILD, Carol; HARMAN, Thomas L. ROS robotics by example. Packt Publishing Ltd, 2016.

HÖNIG, Wolfgang; AYANIAN, Nora. Flying multiple UAVs using ROS. In: Robot Operating System (ROS). Springer, Cham, 2017. p. 83-118.

JORNAL NACIONAL. Drone ajuda no combate ao coronavírus no Recife. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8476181/>. Acessado em: 31/05/2021 às 16h:00min.

KANBUL, Sezer; UZUNBOYLU, Huseyin. Importance of Coding Education and Robotic Applications for Achieving 21st-Century Skills in North Cyprus. International Journal of Emerging Technologies in Learning, v. 12, n. 1, 2017.

NEPAD. Combatendo COVID-19 através de Drones. Disponível em: <https://www.nepad.org/blog/wings-of-hope-combating-covid-19-through-drone-technology-applications-africa>. Acessado em: 31/05/2021 às 16h:30min.

QUIGLEY, Morgan et al. ROS: an open-source Robot Operating System. In: ICRA workshop on open source software. 2009. p. 5.

VALAVANIS, Kimon P.; VACHTSEVANOS, George J. Handbook of unmanned aerial vehicles. Dordrecht: Springer Netherlands, 2015.

WIKIROS. Robotic Operating System (ROS). Disponível em: <http://wiki.ros.org/>. Acessado em: 30/05/2021 às 15h:15min.

YU, Yangguang et al. ROS-based UAV control using hand gesture recognition. In: 2017 29th Chinese Control And Decision Conference (CCDC). IEEE, 2017. p. 6795-6799.

ZHAO, Tianqu; JIANG, Hong. Landing system for AR. Drone 2.0 using onboard camera and ROS. In: 2016 IEEE Chinese Guidance, Navigation and Control Conference (CGNCC). IEEE, 2016. p. 1098-1102.

FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE FÍSICA

COMPUTATIONAL TOOLS IN THE PROCESS OF TEACHING PHYSICS LEARNING

Heverton Tarcisio Santos da Silva, Milton Augusto Pinotti
pinotti@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: O processo de ensino-aprendizagem das ciências exatas, em especial a Física, é extremamente desafiante para professores e alunos. Contribui sobremaneira, como instrumento auxiliar neste processo de ensino-aprendizagem, a utilização de ferramentas computacionais. Estas ferramentas são sustentadas na realização de práticas experimentais, especialmente na aquisição de dados por meio de sensores, atuadores e da interface de prototipagem de equipamentos do tipo hardware livre, a exemplo do Arduino. As práticas experimentais abrangem desde conceitos mecânicos, tais como a cinemática, dinâmica, termometria, hidrostática bem como conceitos de eletricidade. O crescente avanço das tecnologias de informação tem influenciado os meios educacionais, propiciando aos professores um instrumento extremamente útil, e motivador, no ensino de Física, possibilitando novas abordagens dos temas desta disciplina de forma mais interativa e lúdica. O hardware livre tem se mostrado como uma tecnologia versátil e de simples utilização por professores e alunos, por ser uma plataforma eletrônica de código aberto baseada em hardware e software fáceis de usar, e com um custo relativamente baixo. Assim sendo, as contribuições sobre a aplicação do hardware livre, tornam-se relevantes como recurso motivador para o ensino e aprendizagem dos alunos, fornecendo aos professores recurso didático para aulas experimentais no ensino de Física. Portanto, no ambiente escolar, as ferramentas computacionais, baseadas em hardware livre, podem ser utilizadas na experimentação, com a construção de instrumentos científicos de baixo custo, e para provar princípios físicos por professores e alunos. Além disso a utilização dessas ferramentas possibilita inicializar os alunos nos ambientes de programação computacional e robótica.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizado Física. Ferramentas Computacionais. Hardware Livre.

ABSTRACT: *The process of teaching-learning the exact sciences, especially physics, is extremely challenging for teachers and students. The use of computational tools contributes to the use of computational tools as an auxiliary tool in this teaching-learning process. These tools are supported by the realization of experimental practices, especially in the acquisition of data through sensors, actuators, and the prototyping interface of free hardware-type equipment, such as Arduino. Experimental practices range from mechanical concepts such as kinematics, dynamics, thermometry, hydrostatic as well as*

electricity concepts. The increasing advance of information technologies has influenced educational means, providing teachers with an extremely useful and motivating instrument in the teaching of Physics, enabling new approaches to the themes of this discipline more interactively and playfully. Free hardware has proven to be a versatile, simple-to-use technology by teachers and students, as it is an open-source electronics platform based on easy-to-use hardware and software, and at a relatively low cost. Thus, contributions to the application of free hardware become relevant as a motivating resource for the teaching and learning of students, providing teachers with didactic resources for experimental classes in physics teaching. Therefore, in the school environment, computational tools, based on free hardware, can be used in experimentation, with the construction of low-cost scientific instruments, and to prove physical principles by teachers and students. In addition, the use of these tools makes it possible to initialize students in computer programming and robotics environments.

KEYWORDS: *Physical Learning. Computational Tools. Free Hardware.*

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas têm evidenciado que o ensino das Ciências Exatas (Física, Química e Matemática), em muitos contextos, ocorre apenas mediante a apresentação de conceitos, leis e fórmulas, de forma desarticulada, vazios de significado [1]. Outrossim, é sabido que, o processo de ensino-aprendizado das ciências exatas, em particular a Física, carece de oportunidades para testar os conceitos envolvidos.

Contribui sobremaneira, como instrumento auxiliar neste processo de ensino-aprendizagem, a utilização de ferramentas computacionais. Estas ferramentas são sustentadas na realização de práticas experimentais, especialmente na aquisição de dados por meio de sensores, atuadores e da interface de prototipagem de equipamentos do tipo hardware livre, a exemplo do Arduino.

O crescente avanço das tecnologias de informação tem influenciado os meios educacionais, propiciando aos professores um instrumento extremamente útil, e motivador, no ensino de Física, possibilitando novas abordagens dos temas desta disciplina de forma mais interativa e lúdica.

Desta forma, a experimentação, pode ser uma estratégia de ensino que vincula dinamicamente a ciência com vivências do aluno, valorizando a visão do conhecimento científico trabalhado na escola como um saber mediador, dinâmico, provisório, capaz de articular o teórico com o prático, o ideal com o real, o científico com o cotidiano [1].

Estudos apontam que alunos do ensino médio cujos professores, de alguma forma, relacionavam as atividades prático-experimentais com fenômenos do mundo real, tiveram desempenho significativamente melhor, do que aqueles que focavam somente no procedimento teórico [2].

Portanto, para [2], o laboratório didático é um espaço importante na escola para apropriação, consolidação e aprimoramento dos conceitos científicos. É necessário propiciar que a atividade do aluno valorize a criatividade que por vezes transpassa o próprio fazer científico. E ao mesmo tempo fomentar desafios

cognitivos, se afastando da ideia de produção de verdades absolutas e inquestionáveis, que traduzem uma visão de ciência neutra.

Este projeto pretende, desenvolver experimentos utilizando hardware e software livre a fim de que estes contribuam no processo de ensino-aprendizagem de Física. Para isso será desenvolvido um material no formato de um ebook contendo as informações necessárias para que os professores e alunos possam desenvolver esses experimentos em sala.

1.2 OBJETIVO GERAL

Desenvolver experimentos de física apoiados na utilização de ferramenta computacional.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Avaliar a relação custo e benefício de algumas plataformas de hardware livre.

Elaborar experimentos de Física utilizando o hardware livre mais bem avaliado. Elaborar literatura em formato ebook detalhando os experimentos.

Promover ações de divulgação e treinamento nos experimentos elaborados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HARDWARE LIVRE

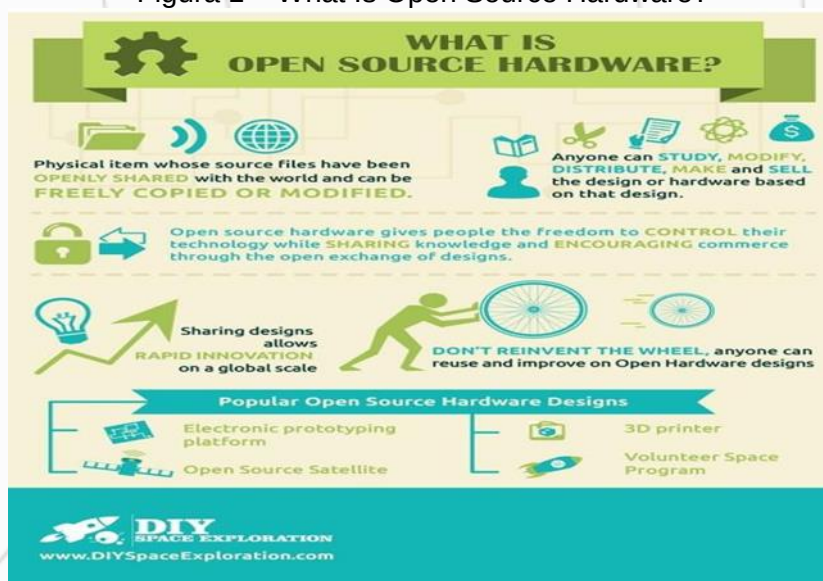
Em seu artigo [3] comenta que apesar do termo Open hardware ou Open source hardware, ou ainda hardware livre não ser tão novo, ainda há muita confusão em relação à publicação de projetos open hardware na comunidade brasileira de hardware.

Ainda, de acordo com [3], baseado em publicação no site da Open Source Hardware Association, a definição 1.0 de Open Source Hardware (OSHW) diz:

Open Source Hardware (OSHW) é um termo para artefatos tangíveis — máquinas, dispositivos ou outros objetos físicos — cujo projeto foi disponibilizado ao público de modo que qualquer um pode construir, modificar, distribuir e utilizar estes artefatos. É intenção desta definição auxiliar no desenvolvimento de guias gerais para o desenvolvimento e validação de licenças para Open Source Hardware.

É importante notar, cita [3], que o hardware se diferencia do software no sentido de que recursos físicos devem sempre ser empregados na produção de bens físicos. Desse modo, pessoas ou empresas produzindo itens (“produtos”) sob uma licença OSHW têm obrigação de não impor que estes produtos sejam fabricados, vendidos, garantidos, ou sancionados de qualquer modo pelo desenvolvedor original e de não fazer uso de registros comerciais pertencentes a este desenvolvedor (detalhes na figura 1).

Figura 1 – What Is Open Source Hardware?



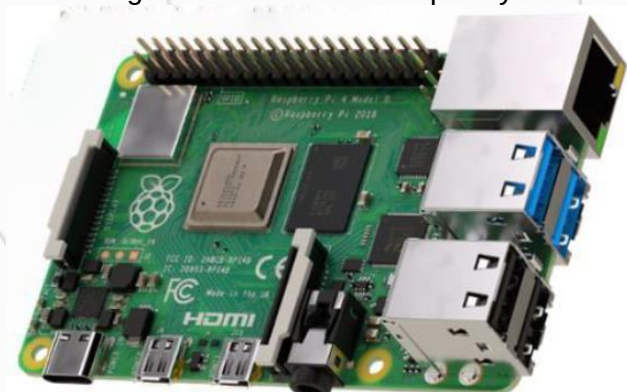
Fonte: <https://www.embarcados.com.br/open-hardware-definicao/>

O hardware livre ou "open hardware" funciona basicamente como o software livre, onde qualquer um tem acesso ao código e pode alterá-lo. Ou seja, os circuitos eletrônicos ou o hardware do computador podem ser copiados livremente, pois o próprio desenvolvedor disponibiliza para a comunidade todo o esquema necessário para que ele seja replicado e modificado.

Com o hardware livre qualquer pessoa pode estudar, modificar, fabricar, vender e distribuí-lo da forma que desejar. Os componentes desse hardware, assim como outros materiais, podem ser encontrados com facilidade no mercado e possuem um custo acessível. Além de todo os padrões, ferramentas, infraestrutura que auxiliam a criação do projeto, são livres e de acesso irrestrito. Ou seja, há a liberdade de criar o que se deseja, e assim compartilhar conhecimento.

Existem inúmeras fabricantes de placas de Hardware Livre no mercado para atender as mais diversas necessidades. Dentre elas temos: Cypress; NXP; Digilent; UDOO com a placa UDOO Neo; entre outras. A figura 2 exemplifica outro modelo, e fabricante, de plataforma de prototipagem na modalidade hardware livre.

Figura 2 – Hardware Raspberry Pi



Fonte: <https://www.okdo.com/shop/raspberry-pi/other-accessories>

2.2 O ARDUINO

Nesse contexto, encontra-se o hardware Arduino (figura 3), mais largamente utilizado pela variedade de experimentos que podem ser feitos e pela linguagem de programação, que é similar à linguagem C.

O fabricante [4] descreve o Arduino como sendo

... uma plataforma de prototipagem de código aberto baseada em hardware e software fáceis de usar. As placas Arduino são capazes de ler sinais de entrada – luz em um sensor, dedo em um botão ou mensagem no Twitter – e transformá-la num sinal de saída – ativando um motor, ligando um LED, publicando alguma coisa online. Você pode dizer à sua placa o que fazer enviando um conjunto de instruções para o microcontrolador na placa. Para isso, você usa a linguagem de programação Arduino (baseada em Wiring) e o software Arduino (IDE), baseado em Processamento.

Figura 3 – Arduino Uno



Fonte: <https://store.arduino.cc/usa/arduino-uno-rev3>

Ainda de acordo com o fabricante [4] o Arduino nasceu no Ivrea Interaction Design Institute e tinha como público-alvo alunos sem formação em programação e eletrônica, sendo uma ferramenta fácil e de prototipagem rápida. Com o tempo e já atingindo um maior número de usuários a placa Arduino teve que mudar para se adaptar as novas necessidades dos usuários.

A empresa lançou novas placas, diferenciando sua oferta de placas simples de 8 bits a produtos para aplicações IoT, vestíveis, impressão 3D e ambientes integrados. Todos os novos modelos continuaram seguindo a proposta de ter um hardware aberto, permitindo assim que seus usuários tenham a possibilidade de criar adaptações para atender às suas necessidades particulares. Além disso, o software também é de código aberto e conta com a ajuda de usuários de todo o mundo para crescer e evoluir.

2.3 SOFTWARE LIVRE

O conceito de software livre é utilizado para designar qualquer programa de computador que pode ser executado, copiado, modificado e redistribuído pelos usuários gratuitamente. Os usuários possuem livre acesso ao código-fonte do software e fazem alterações conforme as suas necessidades.

Afirma [5] que um programa é software livre se os usuários possuem as quatro liberdades essenciais:

- A liberdade de executar o programa como você desejar, para qualquer propósito (liberdade 0).
- A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo às suas necessidades (liberdade 1). Para tanto, acesso ao código-fonte é um pré-requisito.
- A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar outros (liberdade 2).
- A liberdade de distribuir cópias de suas versões modificadas a outros (liberdade 3). Desta forma, você pode dar a toda a comunidade a chance de se beneficiar de suas mudanças.

Segundo [6], analisando o ponto de vista social, o software livre contribui para a construção de um patrimônio comum entre toda a sociedade na forma de conhecimento, permitindo assim que esse conhecimento seja assimilado pelos agentes sociais, fazendo com que a inovação seja acessível a todos.

Dentre os programas de código aberto se destaca o GNU/Linux, que segundo [6], é um sistema operacional que mais cresce competitivamente no mundo hoje, impulsionando diversos modelos de negócio. O GNU/Linux é apenas um dentre os milhares de softwares livres, dentre eles o navegador Internet Firefox, o grupo de programas para escritório OpenOffice, entre outros.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto de pesquisa visa desenvolver experimentos, que contribuam no processo ensino-aprendizagem de Física, utilizando hardware e software livre.

Outrossim, consiste a natureza desse projeto, a elaboração de um documento descritivo sobre condições, orientações e aplicabilidade de um produto educacional formatado em um ebook. Cada experimento inserido no ebook começará com uma breve contextualização do tema de Física, relacionando-o com situações do cotidiano ou enfatizando o tema que será abordado. Na sequência, os fundamentos teóricos de Física, relacionados à temática do capítulo, são apresentados.

Em seguida serão inseridos, no ebook, as linhas de programação (códigos) do hardware livre específico (exemplo figura 1) permitindo o entendimento do experimento bem como possíveis alterações posteriores.

A etapa de montagem do experimento, também a ser ilustrada no ebook, conterá instruções essenciais, além da figura desenvolvida apropriadamente ao experimento.

Em face da revisão bibliográfica, referente a hardwares que se adequariam ao projeto, o Arduino Uno mostrou-se adequado para execução deste, devido a abrangência de funções capazes de serem aplicadas, por meio

de sua linguagem de programação facilmente compreensível, bem como ser um hardware livre de custo acessível, quando comparado a outras plataformas hardware livre.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A metodologia de ensino, voltada ao desenvolvimento do raciocínio dos alunos através dos ebooks, nas versões aluno e professor, possibilitará aos envolvidos no processo de ensino aprendizagem refletir sobre o tema abordado, trazendo um contexto paradidático e fornecendo um conteúdo detalhado, auxiliando assim na realização de atividades curriculares e extracurriculares.

O ebook na versão do professor contém desafios resolvidos e breves explicações sobre o tema, abrangendo o conhecimento sobre a aplicação do hardware livre Arduino Uno, visando auxiliar no desenvolvimento e resolução dos desafios abordados sobre o tema, permitindo ao professor sanar as dúvidas recorrentes de seus alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste método, espera-se incentivar os alunos no aprofundamento de seus conhecimentos nas ciências exatas haja visto que, por muitas vezes, o desinteresse por matérias como a física, em especial nas escolas públicas, devido aos métodos tradicionais de ensino. Anseia-se que, por meio da tecnologia e aplicação do hardware livre Arduino Uno, seja possível despertar e preparar jovens cientistas para a futura geração 4.0.

Devido a pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2 (popularmente conhecido como covid-19), não houve possibilidade de aplicação do método presencial em escolas públicas. Planeja-se, assim que as condições sanitárias no Brasil se normalizarem, aplicar o método e distribuir o material para a rede de ensino público.

REFERÊNCIAS

- [1] DULLIUS, Maria Madalena et. als. Incentivando o ensino de Ciências Exatas na escola básica por meio de experimentos interativos e simulações. Congresso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación, 2014, Artículo 1016.
- [2] ROMEU, Mairton Cavalcante et. als. Contribuições do Arduino no ensino de Física: uma revisão sistemática de publicações na área do ensino. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 35, n. 3, p. 721-745, dez. 2018.
- [3] SOUZA, Fábio. Open source hardware: Conheça a definição e as boas práticas. Disponível em <https://www.embarcados.com.br/open-hardware-definicao/>. Acesso em 14 abril 2021.
- [4] ARDUINO. What is Arduino? Disponível em <https://www.arduino.cc/en/Guide/Introduction>. Acesso em 9junho 2021.
- [5] FONTENELLE, Rafael. O que é o Software Livre. Disponível em O Sistema

Operacional GNU. <https://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt-br.html>. Acesso em 20 maio 2019.

- [6] FALCÃO, Joaquim et al. ESTUDO SOBRE O SOFTWARE LIVRE. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, 2005.

ANAIIS ENPEX 2021

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ARTIGOS

ENGENHARIA QUÍMICA



**XX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV MOSTRA DE EXTENSÃO
BRUSQUE/SC - BRASIL**



UNIFEBE
É NOSSA. É DAQUI.

Debora Machado de Aquino, Marcelo Cavilha, Rafael Correa de Oliveira, Anna Elisa Amaro da Silveira, Enéias Maffezzolli, Francisco Odisi, Raquel Bonati Moraes Ibsch, Rafaela Bohaczuk Venturelli Knop

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: A centrífuga é amplamente utilizada em indústrias para a separação de componentes. O equipamento usa a força centrífuga para acelerar o processo de sedimentação. Devido ao movimento de rotação, as partículas de maior densidade migram para longe do eixo de rotação e são arremessadas para o fundo do tubo. A centrífuga é um equipamento base e existem diversas utilidades. Além de variar conforme o tipo de rotor, as centrífugas diferem entre si em relação ao tamanho e ao modelo, de acordo com a aplicação. Por fim conclui-se a importância do equipamento em indústrias de diversos ramos, e suas utilizações.

PALAVRAS-CHAVE: centrífuga, utilizações, força.

ABSTRACT: *The centrifuge is widely used in industries for the separation of components. The equipment uses centrifugal force to accelerate the sedimentation process. Due to the rotational motion, the higher density particles migrate away from the axis of rotation and are thrown to the bottom of the tube. The centrifuge is a basic equipment and there are several uses. In addition to varying depending on the type of rotor, centrifuges differ in terms of size and model, depending on the application. Finally, it is concluded the importance of the equipment in industries of different branches, and its uses.*

KEYWORDS: *centrifuge, uses, strength.*

1 INTRODUÇÃO

A física por trás das centrífugas não é de conhecimento comum, no entanto, muitas vezes desperta curiosidade. Uma centrífuga funciona girando em velocidades rápidas, separando substâncias usando o poder da força centrípeta. A força aplicada pode atingir várias centenas ou milhares de vezes a gravidade da Terra. Há quem diga que as centrífugas industriais funcionem com base na força centrífuga em vez da força centrípeta.

As tecnologias de separação são essenciais para uma ampla gama de indústrias, como de alimentos, bebidas e farmacêutica a marinha e energia até tratamento de água e resíduos. Diversas tecnologias são utilizadas para separar líquido de líquido e sólidos de líquidos com o objetivo de transformá-los em substâncias mais limpas, subprodutos valiosos e menor volume de resíduos a serem descartados. Para a indústria alimentar, por exemplo, o azeite é separado

da pasta de azeitona. Para produtos farmacêuticos, as separadoras são usadas para clarificação da coleta de células. Para a indústria naval, o tratamento e a limpeza do combustível removem as impurezas do óleo combustível para proteger os motores dos navios, garantindo que funcionem com mais eficiência. Para a indústria de energia, o biodiesel e os biocombustíveis podem ser extraídos de fontes vegetais renováveis. Neste capítulo, você descobrirá como vários tipos de centrífugas separadoras funcionam e quais tecnologias são usadas para separar líquido de líquido e sólidos de líquidos.

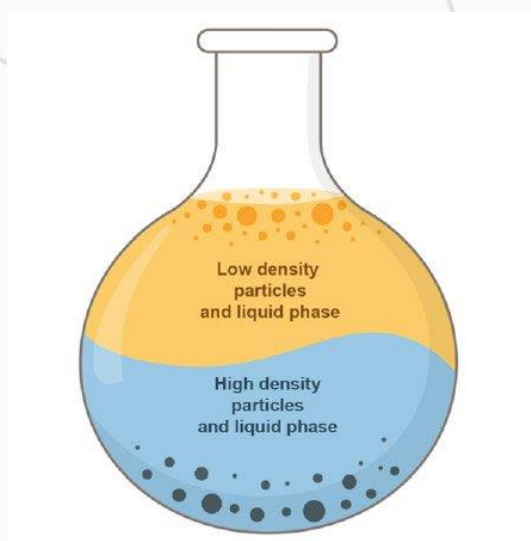
Existem várias maneiras de separar fases líquidas e sólidos de líquidos. Duas tecnologias mais comuns são a separação centrífuga e a filtração. Decantadores e separadoras de discos são centrífugas separadoras. Em muitos processos, decantadores, separadoras de discos e filtros são usados, em diferentes estágios do processo ou mesmo usados em série para atingir o resultado de separação necessário.

As centrífugas de discos usam a força centrífuga para separar líquidos com uma concentração mais baixa de sólidos e tamanhos de partículas relativamente pequenos. É altamente adequado para separar duas fases líquidas, bem como uma fase sólida.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Existem vários tipos de tecnologias de separação disponíveis. A tecnologia de separação que envolve uma separadora, também conhecida como centrífuga de discos é usada para centrifugação na qual várias fases de sólidos e líquidos são isoladas umas das outras com base na diferença de densidades.

Semelhantes a um tanque de sedimentação, as separadoras de discos usam a força da gravidade para separar o líquido com uma densidade específica de outros líquidos e sólidos. Ao contrário de um tanque de sedimentação que usa o tempo de retenção como o parâmetro principal para que líquidos de diferentes densidades se dividam em camadas e os sólidos se precipitem para o tanque, as centrífugas separadoras usam força mecânica para separar líquidos e sólidos com densidades diferentes uns dos outros.

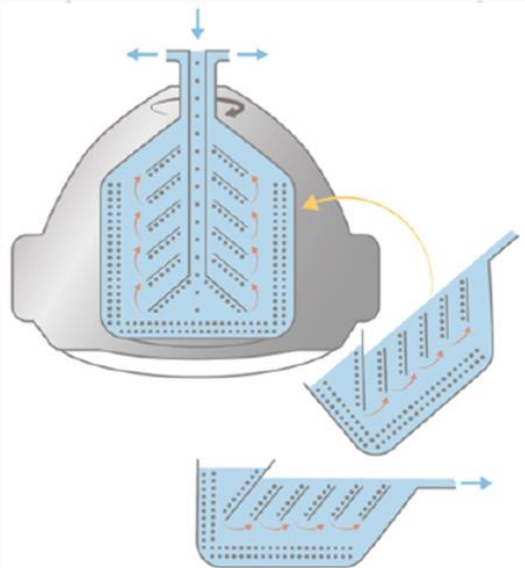


Basicamente, uma separadora de discos é um tanque de sedimentação cuja base fica em torno da linha central do recipiente. A rotação rápida do copo separador significa que o efeito da gravidade é substituído por uma força centrífuga controlável, ou força gravitacional conhecida como força G , que pode ter um efeito até 10.000 vezes maior do que a força da gravidade.



A força G é então usada para separar líquidos de outros líquidos e sólidos de forma eficiente, com grande precisão e velocidade e de uma maneira fácil de controlar. Uma pilha de discos dentro do recipiente contribui para uma maior eficiência de separação, aumentando substancialmente a área de separação no recipiente da separadora. Isso significa que a tarefa de separação usando uma centrífuga separadora não só ocorre significativamente mais rápido, mas resulta em maior qualidade e maior rendimento.

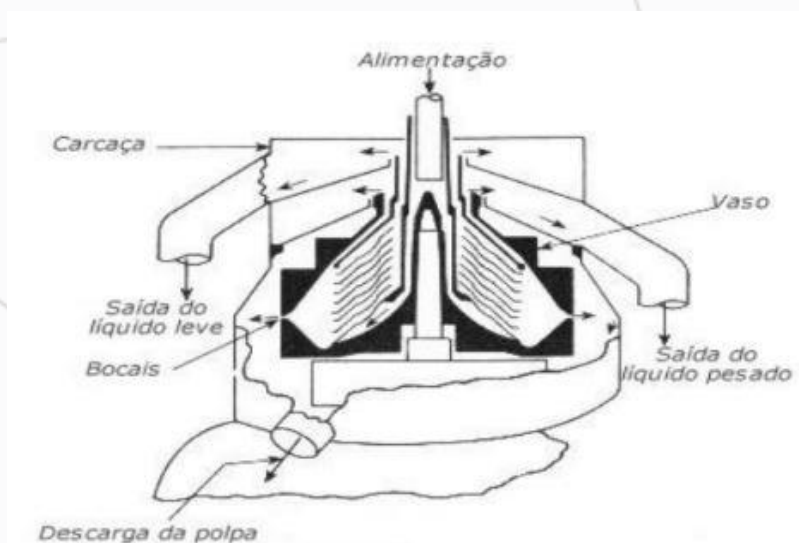
Os sólidos que se concentram na borda externa do recipiente são removidos, de maneira contínua, intermitente ou manual, dependendo do volume de sólidos envolvido na aplicação específica.



Para aumentar a eficiência da separação, as placas cônicas são empilhadas, uma em cima da outra, dentro do recipiente, para fornecer mais área de superfície de separação. Essas pilhas, chamadas de pilhas de disco em forma de recipiente, aceleram drasticamente a precipitação dos sólidos do líquido.

Alguns modelos de centrífuga de disco realizam a separação e purificação de misturas de ácidos com solventes, lixívias com solvente, ácidos com óleos; outros modelos são usados na clarificação de ácido fosfórico, separação de glúten do amido, na concentração de pigmentos, em estações de tratamento de efluentes, etc.

As centrífugas com rotor de discos operam com rotações que são capazes de transmitir as partículas acelerações centrífugas entre 3000 a 10000 vezes a aceleração da gravidade. Esse tipo de centrífuga apresenta vários discos cônicos, onde a alimentação é introduzida na tubulação central, passando por debaixo da pilha de discos, entre a pilha de discos e a parede do tambor, enquanto o conjunto imprime à mistura uma velocidade de rotação. Em seguida o líquido flui em camadas finas, radialmente para dentro no sentido da saída.



Representação esquemática de um corte transversal de uma centrífuga de discos.

Geralmente essas centrífugas são usadas na clarificação e no espessamento de suspensões de partículas de 0,1 μm a 100 μm . Esse equipamento pode ser utilizado com as configurações de escoamento contínuo, semi-contínuo e batelada. Elas são capazes de operar com alimentações de produtos tóxicos inflamáveis e voláteis a uma vazão de até 200 m^3/h . Esse tipo de centrífuga é caracterizada por possuir cerca de 30 a 200 discos cônicos em sua configuração, separados por um espaçamento de 0,3 a 300 mm. Esse espaçamento dos discos depende da viscosidade e da quantidade de sólidos da alimentação. Em misturas que possuem líquidos de baixa viscosidade o espaçamento utilizado é menor que 1 mm. Apesar das centrífugas de discos serem capazes de aceitar uma grande variedade de alimentações, elas são mecanicamente complexas e caras, além de sua limpeza mecânica ser difícil.

Tipos de centrífuga e suas características

Tipo de centrífuga	Força centrífuga (g)	Velocidade de rotação (rpm)	Vazão (m^3/h)	Torta
Tubular	1400 – 6500	5000 (max)	4 (max)	Pastosa, Firme
Cesta	1600	450 – 3500	6 – 10	Firme
Discos	1400	3000 – 10000	200	Pastosa, Firme
Decantadora	2000 – 6000	1600 – 6000	Menor que 100	Pastosa, Granular

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem diversos modelos de centrífuga de disco: modelos com retirada dos sólidos manualmente, modelos com retirada dos sólidos automaticamente e com capacidades de produção, purificação e separação de sólidos diversos. Essas diferenças determinam a velocidade máxima da centrifugação, o controle de temperatura, a capacidade de tubos e o volume máximo de líquido por tubo.

A centrífuga de disco foi produzida com a intenção de separar sólidos de misturas líquidas continuamente. O equipamento é muito utilizado por empresas de médio e grande porte, já que foi criado para produções em grande escala. O uso da centrífuga de disco é feito por indústrias de bebidas, óleo vegetal, vinhos, álcool, petroquímicas, etc.

REFERENCIAS

- <https://www.alfalaval.com.br/> como funciona uma centrífuga de discos
- SVAROVSKY, L., Solid-Liquid Separation, 4rd Edn. Butterworths, London, 2000.
- <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/23315/1/Separa%C3%A7%C3%A3oLeveVinho.pdf>
- https://repositorio.itm.edu.co/bitstream/handle/20.500.12622/1597/Rep_Itn_pre_Florez.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- MATOS, Simone Pires de. Operações unitárias : fundamentos, transformações e aplicações dos fenômenos físicos e químicos. São Paulo Erica 2015 1 recurso online ISBN 9788536520018.

TADINI, Carmen Cecilia. Operações unitárias na indústria de alimentos. Rio de Janeiro LTC 2015 1 recurso online ISBN 978-85-216-3034-0.

OPERAÇÕES UNITÁRIAS: PROCESSOS DE SEPARAÇÃO SÓLIDO-LÍQUIDO VIA CENTRÍFUGA DECANTADORA**UNIT OPERATIONS: SOLID-LIQUID SEPARATION PROCESSES VIA DECANTER CENTRIFUGE**

Milena Menoncin Ferreira, Willian Lange, Anna Elisa Amaro da Silveira, Enéias Maffezzoli, Francisco Odisi, Raquel Bonati Moraes Ibsch, Rafaela Bohaczuk Venturelli Knop

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: Para fins metodológicos, o presente artigo tem como objetivo apresentar de forma simples e objetiva uma das maneiras de separação de sólidos-líquidos a partir do método de decantação utilizando como equipamento uma centrífuga decantadora. Além disso, diante de variadas formas de separação de substância, é apresentado outros tipos de centrifugação, bem como centrifugas filtrantes e centrifugas sedimentadoras. O processo de sedimentação em indústrias é muito comum e amplamente utilizada para diversas atividades para melhorar a otimização do processo e diminuição de custos. Este método depende de variados parâmetros, como quantidade de substância, tipo e objetivo de separação. É por meio da Lei de Stokes que a velocidade terminal ou taxa de sedimentação é determinada, podendo assim, ser previamente calculada para melhor desempenho do processo.

PALAVRAS-CHAVE: Sólidos-líquidos. Decantação. Centrifugação. Lei de Stokes.Processo.

ABSTRACT: For methodological purposes, this article aims to present in a simple and objective way one of the ways of separating solids-liquids from the decanting method using a decanter centrifuge as equipment. In addition, in view of the various forms of substance separation, other types of centrifuges are presented, as well as filter centrifuges and sedimentation centrifuges. The sedimentation process in industries is very common and widely used for various activities to improve process optimization and cost reduction. This method depends on several parameters, such as amount of substance, type and purpose of separation. It is through Stokes' Law that the terminal velocity or sedimentation rate is determined, and thus can be previously calculated for better process performance.

KEYWORDS: Solids-liquids. decanting. Centrifugation. Stokes' Law. Process.

1 INTRODUÇÃO

Em um ambiente industrial, a utilização de equipamentos de separação é muito comum na decantação de sólidos e filtração para separar partículas sólidas, gotículas em suspensão, separação de gases dispersos em líquidos e ainda para a classificação hidráulica de misturas de sólidos. Frequentemente presenciamos processos que necessitam de separação e alguma substância que contém líquido e partículas sólidas imersas nela, neste caso, a centrifugação é uma das maneiras de desvincular este tipo de mistura.

Algumas das aplicações voltadas a indústria que utiliza este processo é na operação das ETA's (estações de tratamento de água), destilarias, laticínios, fecularias farmacologia e estações de tratamento de óleo.

As centrífugas variam de acordo com o tamanho e a velocidade, além do uso ser dependente da quantidade e o tipo de substância, a centrifugação também depende do material que o equipamento é fabricado. Existem variados tipos de centrífugas, elas podem ser divididas em centrífugas industrial e centrífugas de laboratório. As industriais, são subdivididas em filtrante e sedimentadora, em que a última apresenta outras categorias dentro da sua classificação. A principal característica desta operação é a atuação da força centrífuga, sendo ela, maior que a força da gravidade.

Praticamente toda a sedimentação em líquidos é baseada na lei de Stokes, que é aplicada a partículas esféricas e rígidas que se movem em um meio líquido e dependem de diversos fatores vinculados a ela, como densidade da partícula, viscosidade, aceleração da gravidade, entre outros. O resultado deste fator prevê a velocidade terminal em separadores gravitacionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CENTRIFUGAÇÃO

A centrifugação é uma técnica baseada no uso da força centrífuga em vez da gravidade para separar as misturas. A força que atua sobre a mistura é altamente elevada, acelerando o processo de sedimentação. A aceleração centrífuga não é constante como a da gravidade g , e aumenta com a distância do eixo de rotação e com a velocidade de rotação, expressa como velocidade angular ω . A separação centrífuga é amplamente utilizada em laboratórios químicos e campos industriais (refinaria, indústria alimentícia, etc.), em separação de sólidos suspensos em quase qualquer tipo de líquido ou separação de líquidos insolúveis com diferentes densidades entre eles, como auxiliar no processo de secagem, eliminação de aglomerados coloidais, demulsificação e refinação de matérias-primas. Esta é uma das etapas em um dispositivo ou sistema de filtração em grande escala que pode evitar a saturação prematura do filtro. É também um processo básico na etapa de purificação de efluentes e estações de tratamento.[1]

Em muitas áreas de pesquisa e controle de produtos, a centrifugação é frequentemente usada para análises padronizadas para garantir resultados precisos. A centrifugação também existe no dia a dia, como a retirada da água da roupa em uma máquina de lavar, que é usada como centrífuga de cesto na etapa de centrifugação. Existem diferentes tipos de centrífugas (Figura 1) e algumas são usadas para fins muito especiais, como a separação de isótopos. As centrífugas variam em tamanho e velocidade, e o uso de cada uma depende da quantidade e do tipo de substância a ser separada. Eles podem ser divididos em centrífugas industriais e centrífugas de laboratório. As máquinas industriais são subdivididas em sedimentadoras e filtrantes, sendo operadas continuamente ou em bateladas. [2]

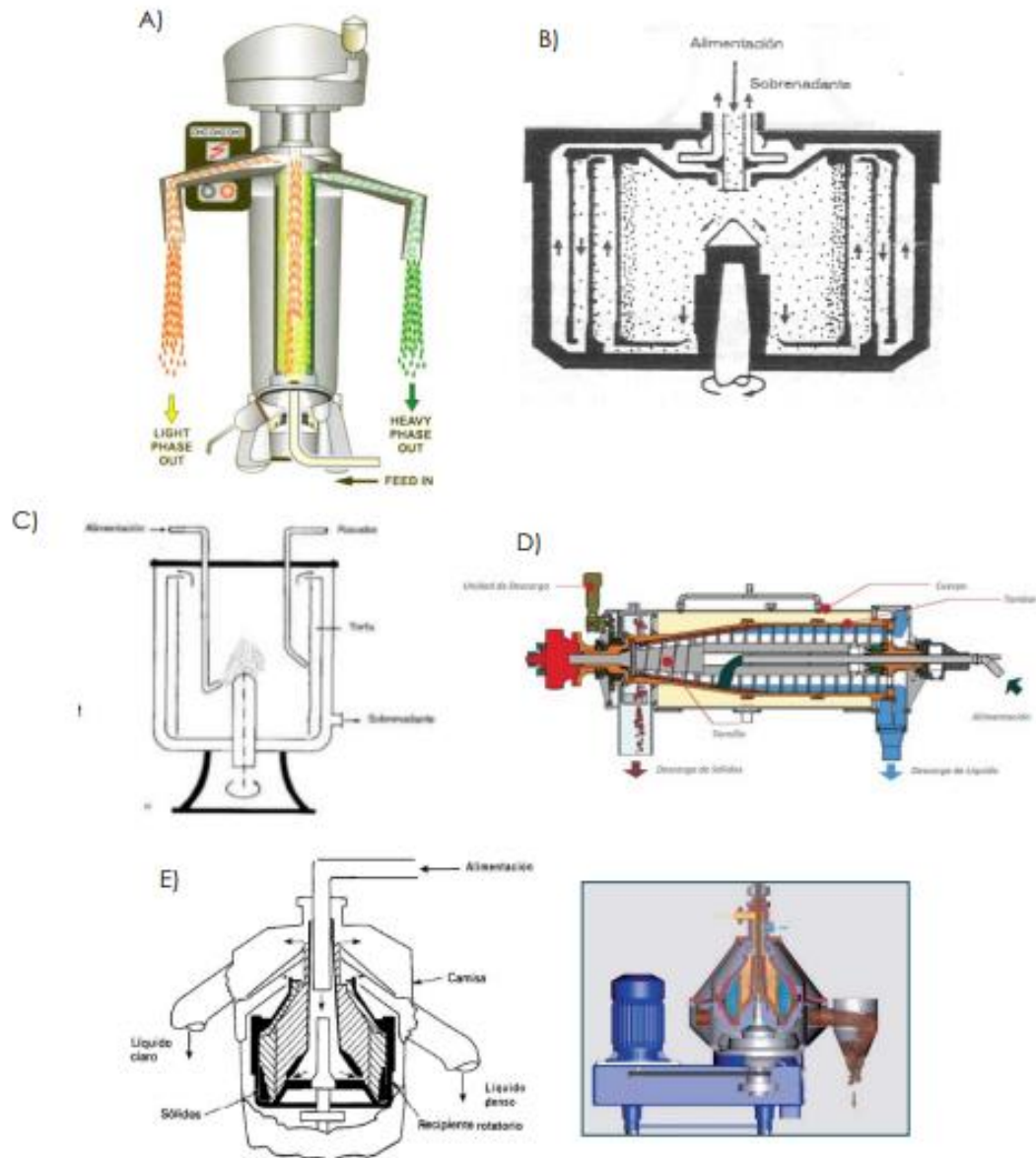
Figura 1: Tipos de centrífugas.



Fonte: Lima, 2007.

A figura dois apresenta exemplos de centrífugas decantadoras e suas estruturas.

Figura 2: Exemplos de centrífugas decantadoras: (A) Centrífuga Tubular; (B) Centrífuga de Câmara Múltipla; (C) Centrífuga de Tigela ou de Cesta; (D) Centrífuga Decantadoras; (E) Decantadoras de Discos.



Fonte: Centrifugação Industrial, Universidade Politécnica de Valência.

A filtração e sedimentação centrífuga são os princípios básicos dos equipamentos de centrifugação usados para separar líquidos, ou líquidos de sólidos. A sedimentação de partículas através de um líquido é regida pela lei de Stokes (equação 1), onde a taxa de queda é diretamente proporcional ao tamanho da partícula, bem como à diferença de densidades entre as partículas e o líquido, e também à força da gravidade, e inversamente proporcional à viscosidade do líquido. [3]

$$u_g = \frac{\rho_p - \rho_f}{18\mu} D_p^2 g$$

Equação 1

Onde:

ug: taxa de sedimentação sob gravidade

pf: densidade de fluidos

pP: densidade de partículas

μ: viscosidade líquida

DP: o diâmetro da partícula

g: aceleração da gravidade

A eficiência da centrifugação é analisada comparando a velocidade que as partículas alcançariam em uma centrífuga e a taxa de sedimentação que ocorreria apenas sob a influência da gravidade. Em uma centrífuga a taxa de sedimentação é obtida pela equação 2: [3]

$$u_c = \frac{\rho_p - \rho_f}{18\mu} D_p^2 \omega^2 r$$

Equação 2

Onde:

uc: taxa de sedimentação na centrífuga

ω: velocidade angular da cesta em radianos-1

r: raio do tambor da centrífuga

pf: densidade dos fluidos

pP: densidade das partículas

μ: viscosidade líquida

Dp: diâmetro da partícula

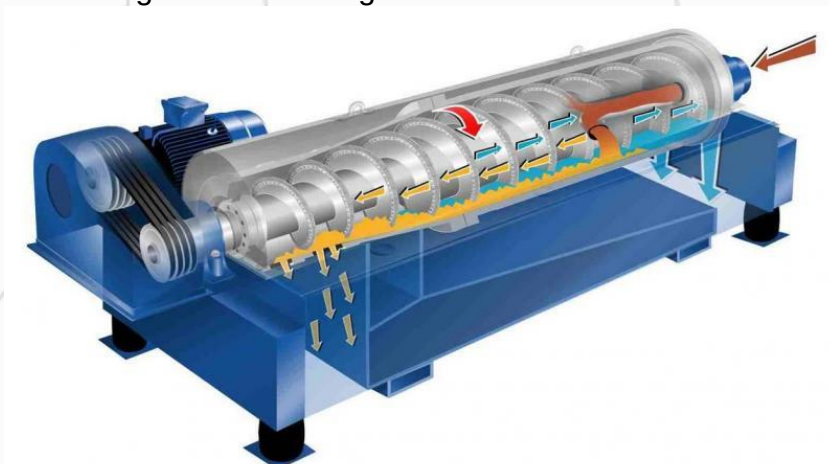
As centrífugas são classificadas de acordo com a aplicabilidade e as características do material a ser separado, tais como: centrífugas de tambor; placa ou disco de centrifugação; centrífuga decantadora; centrífugas tubulares e centrífuga de parafuso com peneira.

2.2 CENTRIFUGA DECANTADORA.

A centrífuga decantadora separa continuamente a matéria sólida do líquido na lama, por isso desempenha um papel importante no tratamento de águas residuais e nas indústrias de processamento de alimentos. O princípio de funcionamento da centrífuga decantadora é baseado na separação flutuante. Naturalmente, os componentes mais densos afundam na parte inferior da mistura, enquanto os componentes menos densos ficam suspensos acima dela. A centrífuga decantadora aumenta a velocidade de sedimentação por meio de rotação contínua, produzindo uma força g equivalente entre 1000 e 4000 g. Isso

reduz bastante o tempo de decantação dos componentes, pois uma mistura que antes demorava várias horas para sedimentar pode sedimentar em poucos segundos, usando uma centrífuga decantadora. Esta forma de separação permite resultados mais rápidos e controláveis.

Figura 3: Centrífuga decantadora horizontal.



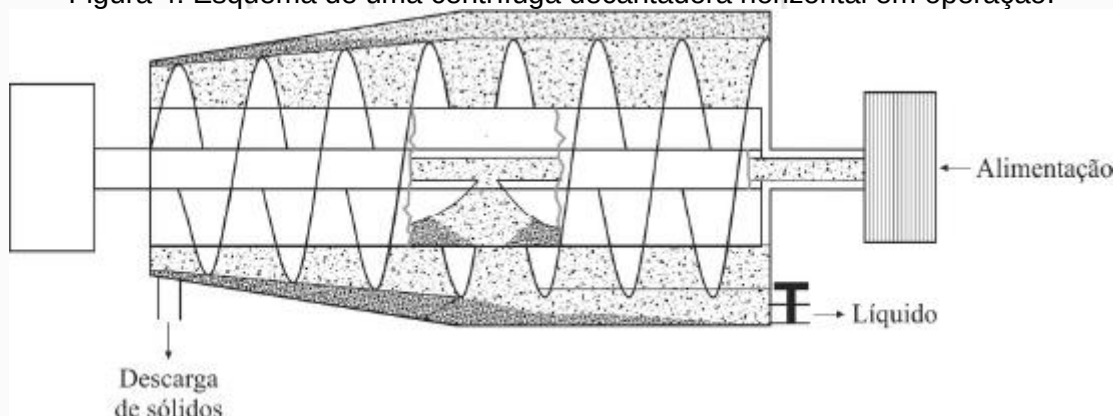
Fonte: <https://www.centrifugasedecanters.com.br/produtos/centrifugas-decanter/centrifuga-decantadora-continua>.

2.3 Metodologia da Centrífuga Decantadora

Centrífugas de decantação são usadas para clarificar ou engrossar suspensões, geralmente são usadas para separar rapidamente sólidos suspensos de fluidos e são usadas em muitos processos, como digestão de lodo e extração de azeite de oliva. Nessas centrífugas, um tambor horizontal, vertical ou inclinado gira em alta velocidade em torno de seu eixo (essa rotação pode variar de 1.000 a 6.000 g, ou mais, em alguns casos específicos 10.000 g). As partículas sólidas no líquido são mais pesadas. Quando submetidas à força centrífuga, elas se movem para a parede da cesta e ali se acumulam. A velocidade varia de acordo com o diâmetro e a densidade das partículas (lei de Stokes). Em comparação com a centrífuga, o sedimento é transportado para a parte cônica da centrífuga por um transportador helicoidal rotativo de baixa velocidade onde é descarregado. A operação pode ser contínua ou semi-descontínua.[4]

A centrífuga decantadora consiste de uma carcaça cuja geometria é um cone cilíndrico girando em seu eixo horizontal. No centro, ao longo de sua posição axial, possui uma rosca sem-fim, que gira a uma velocidade diferente da carcaça, e auxilia na descarga dos sólidos aplicando pressão sobre a pasta formada. Portanto, a parte cilíndrica da carcaça corresponde à zona de clarificação, e a parte cônica corresponde à zona de lodo, e o fluxo de água flui na direção contracorrente (Figura 4). Geralmente, esse tipo de centrífuga é usado para separar suspensões com altas concentrações de sólidos.

Figura 4: Esquema de uma centrífuga decantadora horizontal em operação.



Fonte: TADINI, Carmen Cecilia (2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dependendo da utilização das centrífugas, das mais comuns até as mais complexas, para determinado gênero de trabalho, a sua aplicação é bem-vinda em diversas áreas do mercado. Geralmente, as centrífugas industriais necessitam de um alto investimento para serem inseridas no processo em que é desejado, portanto, a utilização depende totalmente do uso em que estas serão destinadas e precisam de um projeto específico e planejamento financeiro e industrial para que sua aplicação seja adequada e vantajosa.

REFERÊNCIAS

- [1] GRANDI, ADRIANA MARIA. Avaliação de Duas Centrífugas Para Remoção da Água Superficial do Café. Disponível em: <http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/494/176799f.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- [2] LIMA, EDUARDO QUEIROZ BARBOSA. Centrifugação – Estudo da Arte e Aplicações de Centrífugas na Indústria. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3153684-Centrifugacao-estudo-da-arte-e-aplicacoes-de-centrifugas-na-industria.html>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- [3] CASTELLÓ GOMEZ, MARIA, et al. Centrifugación Industrial. Disponível em: <HTTPS://riunet.upv.es/bitstream/handle/10251/167683/Castell%C3%B3?sequence=1>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- [4] CECILIA, TADINI, C. Operações Unitárias na Indústria de Alimentos. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. 978-85-216-3034-0. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-3034-0/>. Acesso em: 23 nov. 2021.

UTILIZAÇÃO DE UM SOFTWARE EDUCATIVO PARA PROJETO DA SEPARAÇÃO SÓLIDO-LÍQUIDO EM CENTRÍFUGAS TUBILARES

EDUCATIONAL SOFTWARE USE FOR THE DESIGN OF SOLID-LIQUID SEPARATION IN TUBULAR CENTRIFUGUES

Luana Beatriz Lopes, Matheus Hiago Pedrini, Anna Elisa Amaro da Silveira,
Enéias Maffezzoli, Francisco Odisi, Raquel Bonati Moraes Ibsch, Rafaela
Bohaczuk Venturelli Knop

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

RESUMO: A tecnologia está cada dia mais presente na vida moderna e tem sido importante aliada no ensino-aprendizagem dos superiores de tecnologia e ciências exatas, principalmente nas engenharias. Muitas vezes, os discentes, julgam como difícil de assimilar conceitos abstratos, devido à grande quantidade de teoria e cálculos envolvidos dificultando a compreensão. A fim de reverter essa visão, o artigo tem como objetivo demonstrar a utilização da tecnologia no âmbito educacional e contribuir nas melhorias da aprendizagem dos conteúdos obrigatórios de um curso superior em engenharia química. A tecnologia é uma importante aliada na no processo educacional incentivando os acadêmicos tornando-os parte da construção do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Operações Unitárias; Engenharia Química; Centrifuga Cesto Tubular;

ABSTRACT: *Technology is increasingly present in modern life and has been an important ally in the teaching and learning of advanced courses in technology and the exact sciences, especially in engineering. Often, the students think it difficult to assimilate abstract concepts, due to the large amount of theory and calculations involved making it difficult to understand. In order to reverse this view, the article aims to demonstrate the use of technology in the educational field and to contribute to improvements in the learning of the compulsory contents of a course in chemical engineering. technology is an important ally in the educational process by encouraging academics to become part of the construction of knowledge.*

Keywords: *Unitary Operation; Chemical Engineering; Centrifuge Tubular Basket.*

1 INTRODUÇÃO

Para a engenharia química operações unitárias é uma etapa básica de um processo. Existem vários desses processos assim que interligados criam um como um todo, passando por cada etapa da produção e desenvolvimento até chegar no produto. De acordo com (LEWIS, 1923; WALKER, 1923; MCADAMS 1923) as indústrias químicas possuem processos regidos pelas mesmas leis da física. Em seu livro reuniram todos esses processos similares e os chamaram de operações unitárias.

As operações unitárias são muito comuns nos processos industriais, portanto, de grande importância na atuação do engenheiro químico. Por isso, seu estudo requer muita dedicação já que envolve a modelagem matemática e o uso de métodos iterativos tornando sua compreensão mais trabalhosa (GREPINO; RODRIGUES, 2015).

A utilização apenas de métodos convencionais de ensino, com a atuação passiva dos alunos, aulas expositivas e métodos avaliativos que visam somente a memorização de equações matemáticas, não tem gerado o conhecimento adequado e tão pouco despertado o interesse dos alunos (SILVA et al 2017).

Dentre essas operações estuda-se a centrifuga de cesto ou rotor tubular, que foi especialmente projetada para permitir a passagem do líquido desde a entrada, até a saída, sem obstruções ou mudança de direção, desse modo o equipamento evita turbulências que possivelmente poderiam comprometer o trabalho dele.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A centrifugação é um processo de separação entre sólido e líquido, líquido e líquido ou líquido e gás que opera de forma mais ágil que o processo da decantação ou sedimentação livre devido à atuação do campo centrífugo (CREMASCO, 2014). Processo bastante utilizado industrialmente na produção de óleos lubrificantes, indústrias de tintas, alimentícias e bebidas, além do setor sucroalcooleiro (PEÇANHA, 2014; CREMASCO, 2014; MCCABE; SMITH; HARRIOTT, 2014).

As centrifugas podem ser distinguidas em filtrantes, no qual seu cesto interior possui furos por onde o fluido percorre os meios filtrantes e as sedimentadoras (PEÇANHA, 2014). Svarovsky (2000) afirma existir vários tipos de centrífugas sedimentadoras classificadas de acordo com o seu funcionamento, conforme Figura 2. Dentre os mais populares destacam as centrífugas de cesto e as tubulares (PASOTTO; ARNOSTI; PASSOTO, 2011).

As centrífugas tubulares, conhecidas também como super centrífugas, possuem geralmente diâmetro do cesto entre 100 e 150 mm e atingem altíssima velocidade operacional (GEANKOPLIS, 2010). Diferentemente, as centrifugas de cesto funcionam com velocidades mais brandas e menores vazões que a anterior. No entanto, operam melhor na presença de soluções com maiores concentrações (PEÇANHA, 2014).

Independentemente do tipo de centrifuga sedimentadora, elas são compostas basicamente por um cesto cilíndrico, que movimenta o material alimentado em torno do eixo central a uma alta velocidade por ação da força centrífuga. Essa força faz com que as partículas presentes no líquido vão de encontro às paredes do equipamento, depositando-as e posteriormente podem ser removidas (PEÇANHA, 2014).

Para que ocorra o movimento rotacional das centrífugas, os equipamentos necessitam acoplar um motor elétrico permitindo, assim, limitar a velocidade de processo (PEÇANHA, 2014). Peçanha (2014) ainda afirma que a velocidade rotacional está diretamente relacionada o campo centrífugo, logo, a vazão pode ser considerada uma variável importante, já que variação dela permite encontrar o melhor desempenho operacional do processo.

A análise das centrífugas tubulares pode ser realizada prevendo o tamanho das partículas através do conhecimento do diâmetro de corte (D^*), ou seja, aquelas partículas que são recuperadas com eficiência de processo em 50%, vazão, a eficiência de recuperação das partículas através do conhecimento da grade eficiência (SVAROVSKY, 2000). Além dessas análises é possível realizar a ampliação de escala do processo, no qual se ajusta a vazão de suspensão (Q_u) e/ou velocidade de rotação (w) (PEÇANHA, 2014). Para isso, utiliza-se o conceito do fator sigma (Z), relacionando à configuração, dimensões e rotação do equipamento (MASSARANI, 2002). É importante frisar que a ampliação do processo só pode ocorrer respeitando as características do material em suspensão e o tipo de centrífuga (MASSARANI, 2002).

Ao contrário dos demais equipamentos de separação mecânica que serão apresentados adiante, as centrífugas são equipamentos com custo mais elevado de instalação, operação e manutenção, logo o preço do produto final da recuperação torna-se mais alto (PEÇANHA, 2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A criação e desenvolvimento do software “Projeto Centrífuga” teve como base três pilares: educação, tecnologia da informação e as operações unitárias (Engenharia Química). Com objetivo de proporcionar aos usuários um software de fácil compreensão e utilização, com funções úteis para calcular as condições operacionais das centrífugas tubulares, fazer scale up de projetos pilotos e ainda, realizar o projeto de dimensionamento de uma nova centrífuga. Para elaboração do software foi utilizado o ambiente operacional Windows e o programa computacional Borland Delphi. O Borland Delphi é uma Interface de desenvolvimento integrado (IDE), prática, fácil de utilizar, com um grande aparato bibliográfico para auxiliar durante a utilização do mesmo. Essa IDE tem como linguagem de programação Object Pascal que é a linguagem pascal orientada a objetos. De modo geral, trata-se de uma aplicação multicamadas, cliente/servidor, com um compilador integrado a um ambiente de desenvolvimento amigável.

Nota-se que o programa possui cinco ferramentas de cálculo entre elas: dimensionamento de raio, dimensionamento de vazão, cálculo de diâmetro de corte, grade de eficiência, determinação sigma das centrífugas. Cada uma dessas ferramentas será melhor detalhadas a seguir. Vale destacar que foi adotado no programa o sistema CGS, logo, todos os dados informados devem obrigatoriamente estar neste sistema de unidades. Na implementação do código fonte do programa, a princípio utilizou-se o conceito sigma no projeto de centrífugas tubulares.



Figura 1. Interface inicial do programa

Foi inserido um arquivo contendo um tutorial, os alunos deveriam fazer os mesmos exercícios propostos neste artigo, usando o software avaliado. Também foi disponibilizado o arquivo executável (.exe) do programa em uma pasta comprimida (.zip, com 839 kB), de forma que para abrir o programa não é necessária sua instalação, apenas clicar na tecla ENTER. O arquivo executável também roda em celulares com plataforma Android. Após a execução das atividades do tutorial, os alunos deveriam responder um formulário de avaliação do software e de sua eficácia como ferramenta educacional. O formulário foi adaptado de Oliveira (2001), contendo 23 questões relativas à: característica do software, confiabilidade e usabilidade do software, eficiência de cálculo, portabilidade do software, conteúdo do software relacionado à disciplina, eficácia na aprendizagem.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro recurso na lista do programa permite dimensionar o raio de uma centrífuga. Utilizando este item calculou-se o raio de uma centrífuga de bancada laboratorial, cujos dados estão disponíveis em Svarovsky. Essas informações foram inseridas na interface, conforme mostra a Figura 2 e obteve-se exatamente o valor de 2,2 cm registrado no livro.

 Dimensionar Raio da Centrifuga

Preencha os seguintes campos:

Condições Operacionais

Vazão cm^3/s Velocidade de Rotação rpm

Geometria

Comprimento cm Raio R0 cm

Materiais

Densidade da partícula g/cm^3 Densidade do fluido g/cm^3

Viscosidade P Diâmetro máximo de coleta μm

 **Calcular R**  **Voltar**

Resultados

O Raio é: 2,20 cm

Figura 2. Janela para dimensionamento do raio

Na Figura 3 é mostrado a janela na qual os dados da geometria do equipamento, condição operacional de velocidade e característica do fluido e da partícula são discriminados. O resultado obtido é apresentado através de uma caixa de mensagem, na parte inferior da interface, destacando a possibilidade de imprimir o valor da vazão em cm^3/s ou em m^3/h a critério do usuário.

Dimensionar Vazão da Centrífuga

Preencha os seguintes campos:

Preencha os seguintes campos:

Geometria

Raio (R) cm R0 cm

Comprimento cm Velocidade de Rotação rpm

Material

Densidade da partícula ρ_s g/cm³ Densidade do fluido ρ g/cm³

d* um Viscosidade μ P

Resultados

☐ cm³/s ☒ m³/h

Project1

A vazão a ser utilizada é de: 0.32 m³/h.

Figura 3. Cálculo da vazão de operação

Na Figura 4 é apresentada a inserção de dados para produção de uma grade de eficiência e o gráfico resultante. Além disso, é possível imprimir a curva gerada através do Botão Imprimir posicionado no lado inferior esquerdo da tela.

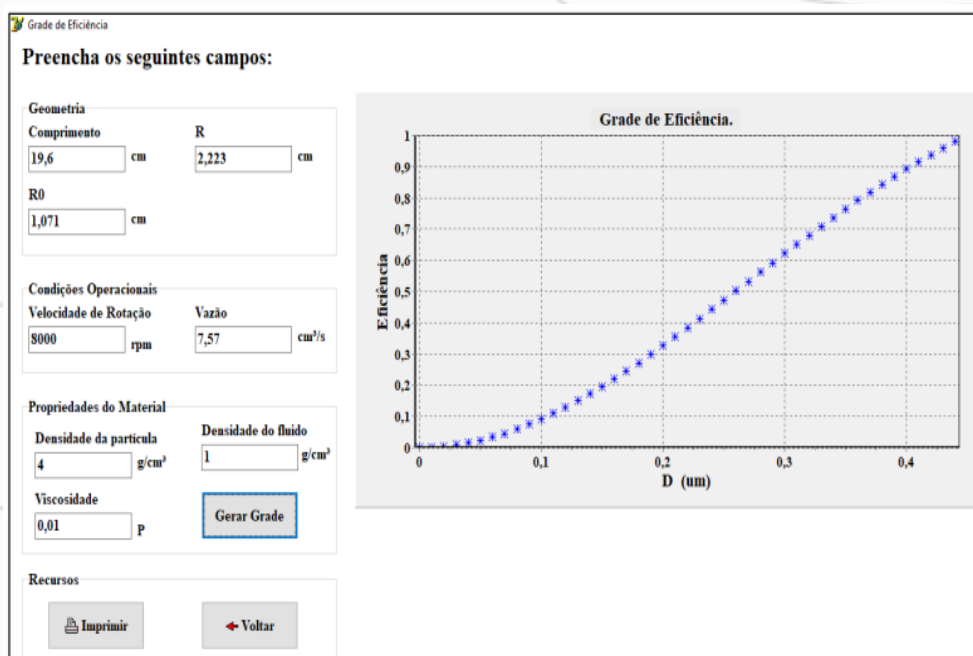


Figura 4. Interface para grade eficiência

Quanto as características do software, os alunos consideraram o software de acordo com os objetivos propostos (83,3%), com funções e botões apropriados para as tarefas especificadas (87,5%), gráficos e parte visual

adequada à aplicação (87,5%), que usa adequadamente a ortografia e a gramática (90,6%), sendo de fácil utilização e com interface amigável ao usuário (90,6%). Quanto à confiabilidade e eficiência de cálculo, o software forneceu resultados precisos (87,5%), gerando resultados rápidos (78,1%) ou relativamente rápidos (21,9%), sendo que apenas 25% dos usuários não relataram erros ao usar o software, 65,6% dos usuários relataram falhas no uso do software apenas quando lançaram valores de entrada aleatórios, que combinados geravam erros de cálculo devido a divisões por números próximos de zero.

No entanto, cerca de 6,4% dos alunos obtiveram vários erros, ou por problemas com o antivírus ou por ter que usar o ponto como separador decimal. Sendo assim, uma correção no arquivo fonte do software foi realizada para que em todos os dados de entrada o separador decimal fosse a vírgula. Segundo a avaliação, os alunos reconheceram de forma total (56,3%) ou parcial (43,7%) uma relação do software com o conteúdo da disciplina de Operações Unitárias III.

Além disso, o software possibilitou a resolução de exercícios de níveis diferentes (40,6%) ou de alguns outros exemplos (50,4%) relacionados ao conteúdo da disciplina, transmitindo os conceitos teóricos da disciplina de forma adequada (96,9%). Com relação às instruções de uso, o tutorial foi claro, com instruções lógicas (96,9%), sendo que o software permitiu ao usuário testar outras condições operacionais das centrífugas diferentes das contidas no tutorial (78,1%). No entanto, apenas 59,4% dos alunos relataram que ficaram interessados e testaram novas condições operacionais, diferentes do tutorial

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de um software compilador orientado a objeto e a implementação de rotinas de cálculo com base em equações de projeto disponíveis na literatura permitiu desenvolver de um aplicativo intuitivo e útil para a realização de diversos cálculos de projeto relacionados à centrífugas tubulares, comumente empregadas no cenário industrial. Além disso, é possível ainda a avaliação do desempenho da separação sólido-fluido em centrífugas, por meio da grade de eficiência do equipamento nas condições operacionais desejadas.

Após o desenvolvimento do aplicativo, foram realizados alguns estudos de caso baseados em exercícios da literatura comumente ministrados nas aulas da disciplina de Operações Unitárias, curso de Engenharia Química, nos quais foi possível verificar que a ferramenta computacional desenvolvida é coerente e efetiva no fornecimento de resultados esperados teoricamente. Em termos didáticos, o desenvolvimento deste software durante o curso de Operações Unitárias, proporcionou aos alunos envolvidos um maior entendimento da disciplina, se mostrando como uma ferramenta didática que ativa a criatividade do aluno, e o incentiva a empregar outras ferramentas tecnológicas na resolução de problemas ligados à engenharia.

REFERÊNCIAS

BASSOTO, H. Desenvolvimento de um protótipo de aplicativo móvel utilizando ferramenta multiplataforma. 2014. 82 f. Trabalho de conclusão de curso

(Bacharel em Ciências da Computação) – Centro de ciências exatas e tecnologia – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

CREMASCO, M. A. Vale a pena estudar engenharia química. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2005. 432 p.

CREMASCO, M. A. Operações Unitárias em sistemas particulados e fluidomecânicos. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2014. 423 p

D. P. Faraum Jr, and M. M. Cirino. A utilização de tecnologias no ensino da química: um olhar para a formação inicial. in Anais do: Encontro Nacional de Química, Florianópolis: Divisão de Ensino de Química da Sociedade Brasileira de Química, 2016. pp. 25-28.

GEANKOPLIS, C. J. Transport Processes and Separation Process Principles: includes unit operation. 4. ed. Massachusetts: Prentice Hall, 2010. 1056 p.

MASSARANI, G. Fluidodinâmica em sistemas particulados. 2. ed. Rio de Janeiro: EPapers Serviços Editoriais, 2002.

PEÇANHA, R. P. Sistemas particulados: operações unitárias envolvendo partículas e fluidos. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 424 p.

PASSOTO, M. B.; ARNOSTI, S.; PASSOTO, L. H. P. Tópicos em separações mecânicas. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2011.

R. Gomide. Operações Unitárias. in Separações Mecânicas. São Paulo: R. Gomide, 1980.

SVAROVSKY, L. Solid-Liquid Separation. Trad. 4 ed. Oxford: Butter Worth Heinemann, 2000. 554 p.

SILVA, Lucas Donizete da et al. Desenvolvimento de um software educativo para projeto da separação do sólido-líquido em centrífugas tubulares. Revista Iberoamericana de Tecnología en Educación y Educación en Tecnología, n. 25, p. 86-96, 2020.

ANAIS ENPEX 2021

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ARTIGOS

LETRAS -INGLÊS



XX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV MOSTRA DE EXTENSÃO
BRUSQUE/SC - BRASIL



UNIFEBE
É NOSSA. É DAQUI.

A FORMAÇÃO POR MEIO DA LEITURA DE TEXTOS LITERÁRIOS NO
ENSINO/APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESATHE FORMATION THROUGH READING LITERARY TEXTS IN ENGLISH
LANGUAGE TEACHING / LEARNING

Elias Pranger, Janete Aparecida de Borba dos Santos, Fabiana Boos Vasquez
fabianaboos@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

RESUMO: Aprender uma língua estrangeira é um processo que requer algumas habilidades, como: *reading*, *writing*, *listening* e *speaking*. Este artigo teve como objetivo analisar como são introduzidos os textos literários em sala de aula fazendo uma reflexão sobre a importância da literatura na vida do indivíduo, conjecturando como ela é uma potencial formadora do indivíduo. Quanto à abordagem se classificou como qualitativa. Quanto aos procedimentos e métodos desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, e para a coleta de dados aplicou-se uma entrevista semiestruturada aos professores de língua inglesa de duas escolas públicas do município de Brusque por meio de um questionário, contendo oito questões, sendo três objetivas e cinco subjetivas, utilizando-se para isso o *Google forms*. A análise dos dados indicou que os profissionais consideram o trabalho com a literatura nas aulas de inglês muito relevante. Como resultado apontou-se que a literatura contribui para o desenvolvimento do aprendizado do aluno, não apenas no aspecto pedagógico, mas estimulando-o para o conhecimento de outras línguas, culturas e ampliando seu pensamento crítico literário. Para o professor, usar estratégias para desenvolver essas capacidades no aluno, pode ser ou não, um desafio, considerando o conhecimento prévio e a faixa etária, sem contar que algumas escolas não possuem materiais adequados para o docente. Diante desses fatos, buscou-se como são introduzidos esses textos em sala de aula e qual é a importância para o aprendizado do discente. Por esse viés, acredita-se que muitas são as possibilidades e vantagens de ensinar e aprender uma língua estrangeira com a literatura, pois além de ampliar o vocabulário permite-se compreender e conhecer o mundo ao seu redor através da imaginação.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Conhecimento. Língua Inglesa.

ABSTRACT: *Learning a foreign language is a process that requires some skills, such as: reading, writing, listening and speaking. This article aimed to analyze how literary texts are introduced in the classroom, reflecting on the importance of literature in the individual's life, conjecturing how it is a potential formative of the individual. As for the approach, it was classified as qualitative. As for the procedures and methods, a bibliographical research was developed, and for data collection a semi-structured interview was applied to English language teachers from two public schools in the city of Brusque through a questionnaire containing eight questions, three of which were objective. and five subjective, using Google forms for this. Data analysis indicated that professionals consider working with*

literature in English classes to be very relevant. As a result, it was pointed out that literature contributes to the development of student learning, not only in the pedagogical aspect, but encouraging them to learn about other languages, cultures and expanding their literary critical thinking. For the teacher, using strategies to develop these skills in the student may or may not be a challenge, considering prior knowledge and age, not to mention that some schools do not have adequate materials for the teacher. Given these facts, we sought to introduce these texts in the classroom and what is their importance for student learning. Due to this bias, it is believed that there are many possibilities and advantages of teaching and learning a foreign language with literature, as in addition to expanding vocabulary, it allows you to understand and know the world around you through your imagination.

KEYWORDS: *Literature. Knowledge. English Language.*

1 INTRODUÇÃO

A literatura faz parte da vida humana desde os primórdios da raça, e por meio dela, tudo pode ser melhorado, desde o trabalho até a vida pessoal e social. Dentro desse universo se encontra e se reencontra a inspiração que move o ser em sua plenitude, permitindo-se encontrar, formar a identidade, se tornar reflexivo e crítico, e “parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito” (CANDIDO, 1989, p. 112).

A literatura tem um papel muito importante no ensino e aprendizado em sala de aula, ela é vista como uma grande ferramenta dos docentes no aperfeiçoamento da linguagem e o uso dela, como também, desenvolvem a escrita e a leitura, que, por sua vez, são o caminho para o aluno obter elevação em sua vida pessoal. Durante muito tempo os textos literários foram introduzidos nas aulas, formando novos conhecimentos e enriquecendo as mentes humanas, capacitando o estudante, a ser um leitor crítico, reflexivo e descobridor de um mundo paralelo irreal que imita o real.

Nas aulas são introduzidos diferentes gêneros textuais, dessa forma, na esfera escolar, as competências e habilidades linguísticas devem ser consolidadas. Porém, quando se fala a respeito da literatura, não quer dizer que é apenas leitura de livros em alguma disciplina específica, mas deve ser contemplada nas diversas áreas do conhecimento interdisciplinar.

Apesar de não ser demarcada como um componente curricular específico, o texto literário percorre toda a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo explorada por vários segmentos de ensino.

Por força de certa simplificação didática, as biografias de autores, as características de épocas, os resumos e outros gêneros artísticos substitutivos, como o cinema e as HQs, têm relegado o texto literário a um plano secundário do ensino. Assim, é importante não só (re)colocá-lo como ponto de partida para o trabalho com a literatura, como intensificar seu convívio com os estudantes. (BRASIL, 2018, p. 499).

A literatura vai além do ensino, seu trabalho também é social, tanto dentro como fora da sala de aula, são muitos os projetos com a colaboração de textos literários que visam fomentar a prática de leitura em um contexto interdisciplinar, como um habilitador de resolução de problemas reais por meio da interpretação de textos e na própria elaboração deles. A literatura é bem mais ampla no sentido de ensino aprendizagem, pois ela é multicultural, com autores de diferentes, línguas, povos e culturas, que exploram as tipologias textuais e os mais diversos gêneros literários, pode-se compreender que a literatura é uma forma de abarcar o mundo e seus conjuntos de valores culturais.

Entretanto, o bom emprego da literatura tem se mostrado um desafio para alguns professores, em especial, os docentes da língua inglesa, que ao tentar introduzi-las em suas aulas, sofrem com a resistência dos discentes. O que torna a literatura generalizada como exclusiva das aulas de língua portuguesa, tendo a tendência de trabalhar textos literários para o estudo da gramática.

Nesta temática que percorreu o estudo, fez-se necessária essa problematização e discussão; pois, hoje, a fim de contextualizar o processo de leitura de literaturas em outros idiomas, observa-se como esse instrumento auxilia no aprendizado de língua estrangeira, e na compreensão de diversas produções textuais, e suas próprias linguagens culturais. Uma vez que a leitura de um dado texto traduzido, quando for introduzida em sua forma original, nunca será a mesma, porquanto, descobre-se que não existe uma tradução literal para determinados termos linguísticos, e a escrita tem relação com a cultura e regionalidade do país originário da obra.

Dessa forma, a leitura de textos literários em sala de aula na disciplina de língua inglesa colabora para o desenvolvimento das quatro habilidades do inglês: *reading* (ler), *writing* (escrever), *listening* (ouvir) e *speaking* (falar). E de acordo com a BNCC o ensino de inglês deve “priorizar o foco da função social e política do inglês e, nesse sentido, passa a tratá-la em seu status de língua franca” (BRASIL, 2018, p. 241), colaborando com as competências de oralidade, escuta, fala e escrita, inclusive os conhecimentos linguísticos que estão relacionados à análise e a reflexão sobre a língua.

Esse artigo tem como finalidade analisar como são introduzidos os textos literários em sala de aula fazendo uma reflexão sobre a importância da literatura na vida do indivíduo, conjecturando como ela é uma potencial formadora do indivíduo. Assim, por meio deste trabalho são apresentadas algumas particularidades da literatura no âmbito escolar, sua contextualização nos trabalhos pedagógicos e a importância para a formação do cidadão, bem como são utilizados os textos literários para o ensino da língua inglesa nas escolas públicas, e os desafios de trabalhar a literatura dentro das salas de aula.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LITERATURA E ARTES NA FORMAÇÃO HUMANA

No mundo artístico, a literatura sempre está presente, pois ela é uma das formas de expressão artística. Ao longo dos tempos, as pessoas foram desenvolvendo diversas modalidades de manifestação artística com o objetivo de construir e/ou reconstruir o mundo real, imitando o imaginário, resguardando memórias e registrando-as, representando as culturas e histórias. Assim, surgiu

a música, artes cênicas, pinturas, esculturas, arquitetura, cinema, fotografia, história, jogos, arte digital, entre outras.

Essa manifestação é uma linguagem, que explora a matéria-prima, em geral, usa bastante o sentido conotativo e figuras, que contribuem para a construção estética de um texto, e dessa forma, a arte literária está relacionada com a leitura de textos considerando as palavras, expressões artísticas. Para Zilberman (1990, p. 19):

O texto literário introduz um universo que, por mais distanciado do cotidiano, leva o leitor a refletir sobre sua rotina e a incorporar novas experiências [...] o texto artístico talvez não ensine nada, nem se pretenda a isso; mas seu consumo induz a algumas práticas socializantes que, estimuladas, mostram-se democráticas, porque igualitárias.

A literatura age de várias maneiras na formação do ser humano, com isso pode-se dizer que ela trabalha no percurso das vidas, transformando cada palavra em arte de se emocionar, tirando o mundo real e dando lugar a imaginação, em outras palavras, permite a mente humana ser retirada de seu lugar comum e transposta em outras realidades subjetivas.

Os textos literários vão além da estimulação do conhecimento e o desenvolvimento pessoal do indivíduo, ela abre muitas portas e muitas descobertas, principalmente, quando se envolve com a arte, pois, transforma-se em “uma possibilidade de interpretação do real, através de ações, pensamentos, palavras e experiências existenciais imaginárias” (COSTA. *apud* MARTINS, 2003, p. 43), trabalhando como um ato social criando mundos, proporcionando a interpretação da própria vida e comportamento de acordo com as reflexões críticas de si mesmo fazendo as mudanças necessárias para ser escrita uma nova história.

Quando a literatura é usada de forma artística, encenando suas obras em teatros, filmes e contações de histórias, ela é uma linguagem que explora o sentido conotativo e o uso dos gêneros textuais que contribuem para a construção estética do texto valorizando seu contexto histórico, tipo de linguagem e apresentando de forma resumida, todavia passando a emoção de cada detalhe importante desse movimento literário da obra (LAJOLO, 1986).

Assim como a arte, a literatura é formada de sentimentos por meio de palavras e movimentos realizados muitas vezes para expressar frustrações, dores, coragem, alegrias, tristezas, amores, entre outras. A relação entre elas estão ligadas à imitação da vida, na transformação do que é real no irreal, deixando a interpretação e imaginação falar por si só. Porque, nas palavras de Aristóteles, “A arte imita a vida” e, para Oscar Wilde “A vida imita a arte mais do que a arte imita a vida”.

Diante disso, acredita-se que a escrita de um texto literário “é conhecimento produzido historicamente, além de ocupar, na prática cultural, um lugar de privilégio como exercício de liberdade, de inquietação e de perplexidade” (GONÇALVES FILHO, 2002, p. 13), como também outras obras artísticas de um determinado tempo, são reflexos das representações culturais da época de um povo, de um ser em sua história e tradição. Esse efeito do mundo real para o ficcional tem como objetivo reconstruir a forma em que os seres humanos estão representados na sociedade, deixando, assim, registrado

fatos e experiências que contribuem para refletir sobre a contemporaneidade e fazendo relação com outras épocas e as novas identidades.

Todas as formas de representação criativas contêm em si elementos afetivos. Isso significa que tudo o que a fantasia constrói, influencia reciprocamente nossos sentimentos, e ainda que essa construção, por si só, não corresponda à realidade, todos os sentimentos por ela desencadeados são reais, vividos verdadeiramente pelo homem que os experimenta. (VIGOTSKI, 2014). Por meio da literatura, o homem é capaz de imaginar o que nunca viu e então, criar a partir do outro, ultrapassando novas fronteiras, dando significância em seu desenvolvimento e na afirmação de novas analogias com o mundo.

2.2 LETRAMENTO LITERÁRIO

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC contribui para que as práticas de leitura literária nas escolas sejam aplicadas em todo o país, com intuito de formar um cidadão crítico e reflexivo (BRASIL, 2018). Com base nesse documento, as redes de educação básicas desenvolvem essa prática no ensino fundamental e médio, como uma política de incentivo e promoção da leitura.

Porém, primeiramente, leva-se em consideração o processo de letramento literário, submergida desde os mediadores de leitura e interesses educacionais até instituições diretamente relacionadas ao livro, como bibliotecas e editoras. Com isso, instigam-se os docentes a desenvolverem estratégias de leitura de uma forma contextualizada, de modo a auxiliar ou mediar os estudantes em seu processo de formação. Enfim, essa política envolve os vários agentes de produção, promoção e veiculação da literatura. Soares (2004) considera mais apropriado falar de letramentos no plural para abarcar a grandiosidade do fenômeno. Isso porque, segundo Bortoni Ricardo (2008, p. 43):

Podemos usar o termo letramento no plural, ou então nos referir a culturas de letramento para preservar a ideia de que não existe só uma cultura de letramento. Nas comunidades sociais, convivem culturas de letramento associadas a diferentes atividades: sociais, científicas, religiosas, profissionais, etc. Também existem manifestações culturais letradas associadas à cultura popular, como a literatura de cordel, por exemplo. Uma cultura de letramento é constituída de práticas sociais em que as pessoas se apoiam em textos escritos e lidos ou lidos e preservados na memória.

Com certeza, espera-se que esse desenvolvimento do sujeito no sentido de letramento social e cultural por meio da leitura, contribua para o ambiente escolar, como também para a vida em sociedade e em toda a sua trajetória. Como explana Souza (2004), faz-se necessário uma comunhão entre o leitor e o texto. Não se deve indicar a leitura de obra literária simplesmente pela necessidade de ler ou formar leitor, mas objetivar a relação entre eles baseada no prazer, na identificação, no interesse e na liberdade de interpretação.

Diante dessa contextualização de leitura e formação do sujeito como leitor resgata-se a responsabilidade de instigar nos alunos os diferentes saberes e questionamentos sobre o texto lido. Não basta pegar um livro ou simplesmente indicar a sua leitura, mas cabe ao professor e a equipe pedagógica estar atentos

ao foco a ser estudado e qual modalidade fará com que a leitura dele seja válida ao seu conhecimento.

Cabe também ao professor disponibilizar livros de uma linguagem simples para fácil compreensão, respeitando as diferenças nos níveis de aprendizado. Nesse caso, recomendam-se os paradidáticos, uma vez que tem a função pedagógica para fins no ensino aprendizagem, são livros considerados como um resumo de obras clássicas que cumprem um papel muito importante no ensino. Inclusive, é imprescindível que circule pela sala a fim de que passe por cada aluno para que leiam e assim instigue a leitura deste.

Os livros paradidáticos nasceram das discussões sobre a necessidade de autores brasileiros produzirem para crianças e jovens buscando formar, através deles, o desejo, o gosto e o prazer de ler. As editoras passaram a investir em textos alternativos, com temas e linguagem mais acessíveis, que serviriam para introduzir o aluno no universo da leitura e prepará-lo para obras mais complexas [...] (LAGUNA, 2001, p. 48).

Uma vez que a literatura seja empregada de forma correta, apresentando seus gêneros como também a contextualização sobre a obra, a compreensão, a discussão e a análise, tende a despertar a reflexão sobre o que foi lido, que geralmente ocorrem nas aulas de língua materna, mas auxiliam também no aprendizado de outras línguas. Além disso, “a aprendizagem de leitura em Língua Estrangeira pode ajudar o desenvolvimento integral do letramento do aluno” (BRASIL, 2000, p. 20), já que evidentemente a leitura potencializa o conhecimento na aprendizagem.

2.3 O ENSINO DE LITERATURA

Quando pensamos em literatura, logo vem à nossa cabeça o desfrute por meio das obras literárias. Todos nós somos alimentados por essa necessidade de fantasia e ficção, visto que é algo universal que age tanto na criança quanto no adulto, no erudito e no analfabeto. Sabemos que a literatura é extremamente rica e traz os mais diversos temas, inclusive problemas humanos, o que nos faz identificarmos por vezes com realidades atuais e cotidianas.

Durante muito tempo, o ensino de todas as línguas tinha como base a literatura para que, depois da interpretação textual, se trabalhasse a gramática e o vocabulário. Até o século XIX, esse método era utilizado praticando apenas a leitura. Na atualidade, podemos unir essas modalidades de modo a desenvolver no discente uma maior consciência da importância que a literatura possui. Além disso, a literatura é algo comum a todas as línguas, ou seja, todas possuem o seu acervo literário. É perceptível que o uso de textos literários nas aulas de língua inglesa contribui no desenvolvimento dos estudantes, possibilitando-lhes mais conhecimentos e tornando-os mais críticos (ABREU, 1999).

Sabemos que no Brasil, as pessoas não possuem o hábito de ler como uma premissa para a aprendizagem de múltiplas cognições. As crianças e jovens que estão no ensino fundamental estão frequentemente conectadas à internet e acabam abandonando os livros. Segundo dados da 5ª edição da pesquisa ‘Retratos da Leitura no Brasil’, produzida pelo Instituto Pró-Livro e pelo Itaú

Cultural (2020), apenas 52% dos brasileiros têm o hábito de ler e 3 em cada 10 pessoas no país declaram ter dificuldades para compreender livros.

Embora, o estudo da estrutura seja importante, o estudo da função que a literatura pode desempenhar exprime a própria humanidade e opera na própria formação humana. É interessante ressaltar que, além do poder de alimentar nossa mente, a literatura também pode trazer uma representação da realidade, tanto social quanto humana, nos permitindo enriquecer nossa visão de mundo e sobre nossa própria sociedade. Segundo Candido (1970, p. 805):

A literatura pode formar; mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente como um veículo da tríade famosa, — o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida. Longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica (esta apoteose matreira do óbvio, novamente em grande voga), ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, — com altos e baixos, luzes e sombras.

Professores são seres facilitadores de aprendizado, devem buscar aprimorar seus alunos. Desse modo, é importante criar uma atmosfera para fortalecer a aquisição de conhecimentos. Utilizar textos literários nas aulas de inglês envolve bem essa proposta, apesar de parecer desafiador para os estudantes no primeiro momento, é extremamente significativo para a aprendizagem, pois além de estudar o idioma propriamente dito, ampliar o vocabulário, desenvolver a leitura, conhecimentos extralinguísticos, o aluno também desenvolve a capacidade de pensar e opinar sobre os mais variados assuntos.

Parece haver consenso entre pesquisadores (LAJOLO, 1986; MARTINS, 2006; AGUIAR, 2013; BORDINI; AGUIAR, 1993) de que a leitura, em geral, é um importante instrumento de ensino, devendo ser incentivada desde as séries iniciais da educação básica. No entanto, apesar do valor que é atribuído a essa atividade, ainda há impressão, a partir de Lajolo (1986), que poucos professores têm clareza sobre o que é leitura e qual é o seu papel na educação. Em diversas ocasiões, o texto é utilizado apenas como pretexto para ensinar conteúdos de natureza gramatical. De acordo com Aguiar,

[...] ler é a atividade de decodificação de um texto, de percepção e interpretação dos sinais que se apresentam de forma ordenada, guardando entre si associações de sentido. Ler, no entanto, não é apenas decifrar um código: é perceber a interligação lógica dos significados, as relações entre eles e, o que é mais importante, assimilar o pensamento e as intenções do autor, confrontar as ideias apreendidas com os conhecimentos anteriores sobre o assunto, dialogar com o autor, posicionando-se diante dele, e utilizar os conteúdos ideativos adquiridos em novas situações (2013, p. 153).

Contando com a presença do texto literário no contexto escolar de língua inglesa, por meio do desenvolvimento da leitura literária, ao aluno é oportunizada a construção dos significados e, ao mesmo tempo, a desconstrução desses, isto é, para as aulas de língua inglesa, os textos literários podem ocupar um lugar de destaque, ofertando aos alunos novas oportunidades de aprendizado. Tolentino

(1996) aponta que para o ensino da língua inglesa, o texto literário pode ser considerado um recurso valioso devido ao fato de que esses textos podem vir a ser apresentados aos alunos de modo mais acessíveis, por atividades que não só desenvolvam a competência linguística dos alunos, mas também possam ajudá-los a apreciar e compreender textos literários.

No entanto, Mota (2010) destaca que, um dos motivos para a ausência do uso de textos literários nas aulas de língua inglesa, é a falta de contato com leituras de literatura da própria língua materna, ou seja, existe uma distância entre os alunos e os professores em relação ao uso efetivo dos textos literários nas aulas, de língua inglesa. Ainda de acordo com o autor, o distanciamento desses textos acontece devido ao fato dos currículos escolares no Brasil, apropriarem-se da literatura como meio para ensinar conteúdos gramaticais, sem levar em consideração as representações culturais, históricas e sociais, representações essas que contribuem “[...] no processo de leitura de mundo e de conhecimento de si e do outro, que suscitariam no aprendiz a compreensão sobre a relação entre os conteúdos aprendidos em uma aula de idiomas e o contexto que o envolve” (MOTA, 2010, p. 104).

Desse modo, oportunizar aos alunos o conhecimento de realidades que sequer imaginam existir e, em consonância, enriquecer-se culturalmente e contar com as habilidades linguísticas para o aprendizado de língua inglesa, é uma oportunidade relevante. A literatura na sala de aula de língua inglesa não deve se restringir a um meio para o ensino que priorize a gramática ou habilidades orais, mas deve também atuar como um aporte para a discussão de temas presentes na própria literatura oferecida aos alunos.

A escola é o espaço onde o cidadão deve aprender a se relacionar com a literatura. Sobre essa questão, Zilberman (2009) afirma que a leitura literária ainda não tem um papel de destaque nas escolas brasileiras, especialmente no contexto das classes populares, oferecendo um grande desafio aos educadores. A literatura ainda pode favorecer a leitura de outros gêneros discursivos, demonstrando assim a preocupação em preparar o leitor para interagir com a língua em diversas esferas sociais. Também é dever do professor promover a articulação entre os aspectos referentes à estrutura e ao conteúdo da obra literária. Isso confirma a riqueza que o texto literário apresenta na vida do estudante, convidado a experimentar um “sentimento de prazer motivado não apenas pelo arranjo convincente do mundo fictício proposto pelo escritor, mas também pelo estímulo dado ao imaginário do leitor, que assim navega em outras águas diversas, das familiares a que está habituado” (ZILBERMAN, 2009, p. 18).

O texto literário também poderá contribuir com o conhecimento acerca do contexto histórico, cultural e social no qual o texto foi criado e é interpretado e não somente com aspectos linguísticos. A literatura, de forma metafórica, é como uma janela à frente do leitor, oferecendo a ele a contemplação de novos horizontes, de novas perspectivas de como ver e analisar o mundo que o cerca. Isso tudo em decorrência das diferentes estéticas que se encontram em cada obra lida (FESTINO, 2011). A influência que a literatura tem em alterar a forma como o leitor enxerga a realidade é outro aspecto positivo, segundo Zilberman (2003, p. 25):

A literatura sintetiza, por meio dos recursos da ficção, uma realidade, que tem amplos pontos de contato com o que o leitor vive cotidianamente. Assim, por mais exacerbada que seja a

fantasia do escritor ou mais distanciadas e diferentes as circunstâncias de espaço e tempo dentro das quais uma obra foi concebida, o sintoma de sua sobrevivência é o fato de que ela continua a se comunicar com o seu destinatário atual, porque ainda fala de seu mundo, com suas dificuldades e soluções, ajudando-o, pois, a conhecê-lo melhor.

A leitura de textos literários tem o poder de tornar as pessoas mais empáticas umas com as outras, já que, durante ela, o leitor consegue se colocar no lugar dos personagens e, portanto, é capaz de experienciar e viver situações que são distantes da sua realidade. A literatura proporciona aos estudantes uma vasta e diversificada experiência de reflexão acerca de si mesmo e das relações humanas em sociedade. O texto literário proporciona ao leitor a oportunidade de sentir e de compreender a mais profunda das emoções humanas, de olhar as relações sob diferentes prismas, e vislumbrar outras formas de concretizar a vida.

Dessa forma, o problema não está na falta de conhecimento da maioria dos professores, mas na forma equivocada como vários desses profissionais abordam os textos literários. No entanto, não se pode negar que isso está muitas vezes relacionado à falta de tempo e de estrutura de várias instituições. Não é conveniente para a formação de leitores que o texto literário seja apresentado para tirar dele estruturas gramaticais ou para a aquisição descompromissada de vocabulário. Além disso, o nível de leitura literária dos alunos brasileiros não progredirá, enquanto apenas os professores se reservarem o direito de ler e transmitir sua própria leitura aos estudantes. A literatura precisa de comprometimento e do desejo de formar cidadãos críticos, um papel de todos aqueles que alegam interesse em assumir a tarefa de ensinar.

2.4 LITERATURA COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE INGLÊS

A Língua Estrangeira como disciplina, também deve possibilitar ao aluno o reconhecimento e a compreensão da diversidade linguística e cultural. A fim de que possa contribuir criticamente para o discurso e significado em relação ao mundo ao seu redor. Para isso, engaja-se a literatura como mediador dessa proposta do conhecimento, o texto literário pode ser excelente como ferramenta de ensino, conhecimento e a originalidade da língua inglesa.

De acordo com Collie & Slater (1997), muitos aprendizes de língua estrangeira não têm a oportunidade de visitar o país em que a língua é utilizada, a fim de aprofundarem-se no conhecimento, não só da língua, como também da cultura daquele país, nesse caso, o texto literário apresenta-se como uma janela a qual permite ao aluno acesso ao modo de vida e aos valores dos falantes nativos da língua.

Diante disso, percebe-se que, ao aprender uma segunda língua por meio da literatura, o aluno descobre as diferenças e fatores interessantes das diversidades culturais, concedendo a ele também o surgimento de diferentes sentimentos, opiniões, criticidade, dentre muitas outras coisas. Assim, por meio do conhecimento literário em Língua Estrangeira, o indivíduo, aprende com a sua capacidade de imaginação, ou seja, a leitura de textos literários, principalmente os que sejam de preferência do leitor, desenvolve a capacidade cognitiva, que faz com que a leitura mais imaginação, interprete o significado das palavras.

Por tanto, a leitura literária desperta o surgimento de diversos sentimentos, opiniões, criticidade, entre outras, que favorecem para o sujeito, satisfação da inquietação humana. Por meio de uma história que se podem descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de serem, outras regras, outra ética, outra ótica. É o ato de perceber e atribuir significados através de uma conjunção de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias, interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto.

Silva complementa ainda dizendo que:

[...] diante do texto literário, todas as gavetas precisam estar abertas. Ou seja, o conhecimento não pode ser armazenado numa cômoda. Melhor seria trocar essa metáfora por outra do mesmo campo semântico, um baú, que tem a vantagem adicional de lembrar tanto o acúmulo de coisas antigas (o baú da bisavó), coisas boas a acontecer no futuro (o baú de enxoval da noiva), como tesouros a descobrir (o baú do pirata). E ele deve estar disponível quando o leitor o convocar à memória. Assim, no momento da leitura de um texto literário, todo o conhecimento do leitor precisa estar disponível na memória, porque tudo cabe dentro da literatura. Por se tratar de um texto artístico, e não informativo, em lugar de fornecer dados objetivos, faz alusões. Instiga, provoca o leitor a buscar na memória o que aprendeu e a confrontar esse conhecimento com o que está lendo. O texto literário é, pois, um jogo que demanda do leitor uma postura ativa. Provocando ora o raciocínio, ora a imaginação, a literatura tem um apelo irresistível (SILVA, 2009, p.163).

Pode-se dizer ainda que, por um lado, a leitura atende às necessidades da educação formal e por outro, “é a habilidade que o aluno pode usar em seu contexto social imediato. Além disso, a aprendizagem de leitura em Língua Estrangeira pode ajudar o desenvolvimento integral do letramento do aluno” (BRASIL, 2000, p. 20).

Para isso, utilizam-se os livros paradidáticos conhecidos também como “*reader*”, é a forma mais comum em práticas de ensino da língua inglesa em sala de aula. Os livros são de tamanhos pequenos e tem um preço acessível, essa literatura tem na maioria das vezes formatações diferenciadas e os conteúdos são em forma de narrativas, contando também com mais ilustrações que o original. A sua função é ajudar o aluno a compreender melhor o que está lendo e sendo ensinado.

Para introduzir o *reader* nas aulas de língua inglesa, faz-se necessário uma leitura, o objetivo é encorajar o interesse pela leitura de texto em inglês, e promover a melhora nas habilidades como a leitura e a escrita da língua, principalmente àqueles que não praticam a leitura e muito menos são proficientes na língua inglesa. Todavia, é preciso que os professores busquem estratégias de leitura que despertem curiosidade e prazer no educando.

Além disso, o professor deve ser leitor e demonstrar em sala de aula essa prática, para instigar a curiosidade e o interesse do aluno para a leitura. Muitos professores deixam o “ler” para dever de casa e usam a sala de aula para outras atividades. Obviamente pode ser feito em classe, o uso de diversos tipos de

leituras, porém, como o assunto abordado são leituras de textos simples e sedutores para o aluno, que precisam aprender a ter o gosto de ler, além de aprender um idioma, esses paradidáticos tem a função certa para esses fins.

Muitos professores são encorajados ou exigidos a usar os livros paradidáticos com seus alunos, que de certa forma, quando fazem essa experiência, evidenciam os resultados significantes no processo, e suas expectativas são correspondidas ao longo das primeiras fases do trabalho com a literatura no ensino aprendizagem de inglês, essas fases são a leitura durante a leitura e a pós-leitura.

Faz-se necessário a motivação para o aprendizado da Língua Inglesa, assim sendo, a proposta de atividades com os *readers* na escola devem proporcionar ao aluno o desenvolvimento de habilidades específicas para que, ao se defrontar com a leitura em outro idioma, possa compreender o que está lendo/ouvindo. Por conseguinte, ensino de Língua Inglesa, precisa prover ao aluno o conhecimento apropriado para entender a realidade de um mundo globalizado e multicultural, e dessa maneira ponderar sua atuação na sociedade.

Nessa perspectiva, cabe ao professor desempenhar um importante papel: o de ensinar a ler e a gostar de ler, ao educando. Os gêneros narrativos que mais agradam são os contos, as crônicas e as novelas. Isso pode ser validado conforme o relato de Polidório (2004), que usa de contos para participação pela leitura e discussão com os alunos:

The use of short stories showed positive reactions because students liked to find out what would happen in the end of a story, and this made them concentrate on the reading. They liked to discuss the theme of the short stories. Students' participation in the lessons with the short stories was bigger than in the lessons without the short stories. It was possible to see that 50% of them were interested in the reading and discussion. (POLIDÓRIO, 2004, p. 96)

Nesse contexto, observa-se no ensino aprendizagem de Língua Inglesa, a importância do incentivo da leitura dos textos literários, pois além de aumentar o vocabulário o estudante compreende melhor o mundo em que está inserido e sua amplitude. Diante de um contexto social ele desenvolve a capacidade crítica e reflexiva, sobre questões de poder, e ideologias dominantes presentes na sociedade, logo, reconstrói sua identidade social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico traçado para esta pesquisa contemplou uma abordagem qualitativa. Essa abordagem,

implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. Após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científica, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (CHIZZOTTI, 2011, p. 28).

Num primeiro momento, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista a existência de material diversificado acerca do tema, e posteriormente, entrevistas semiestruturadas. Com orientação da professora propõe-se à aplicação de questionário, capaz de revelar a realidade atual acerca do tema por meio da análise de dados, proporcionando uma reflexão dinâmica e complexa sobre a importância da leitura de textos literários, visando seus impactos no processo de ensino-aprendizagem da língua inglesa.

De acordo com Ruiz (1991), a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises. Um estudo de caso busca compreender a dinâmica dos processos constitutivos, envolvendo um diálogo do pesquisador com a realidade estudada. Ou seja, propendem-se à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno observado, a fim de alcançar os objetivos e resultados esperados na realização deste trabalho.

Assim, as perguntas abordadas no questionário foram elaboradas pelos acadêmicos do curso de Letras-Inglês, com orientação da professora Fabiana Boos Vasquez. O questionário foi aplicado em duas escolas públicas do município de Brusque com professores de língua inglesa, via Internet pelo *Google forms* e consiste em oito questões, sendo três objetivas e cinco subjetivas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compreende-se que na perspectiva de investigar prática pedagógica, é de suma importância ouvir os profissionais acerca da ação desenvolvida. A partir dessa afirmação, o presente trabalho mostra que os resultados aqui apresentados foram obtidos a partir de um questionário, contendo oito perguntas referentes ao tema do projeto e enviado aos professores da rede pública de ensino, ambos com ampla experiência, um com 13 anos e outro com 19. Por meio da análise de dados propendem-se à identificação e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com a formação por meio da leitura de textos literários no ensino/aprendizagem de língua inglesa.

A análise dos dados obtidos pelo questionário indicou que um dos professores faz uso de textos literários em sala de aula, enquanto o outro, raramente. Contudo, ambos consideram que o trabalho com a literatura nas aulas de inglês é muito relevante. Isso significa que esse público reconhece a importância da literatura na vida do ser humano, mesmo que nem todos os educadores a vejam como algo que interfira diretamente no desenvolvimento profissional deles.

Apresentar aos alunos variados tipos de textos literários possibilita o contato com diferentes gêneros, estilos de escrita e modelos da língua habitualmente empregadas. Mesmo que alguns alunos aleguem sentir dificuldades para ler um texto literário em inglês, o acesso a informações culturais de maneira menos tradicional é tido como um fator positivo inclusive para esses estudantes. Levando isso em consideração Moita Lopes (2003, p. 43) afirma que,

a aula de língua estrangeira deve ser um espaço de acesso a diversos discursos que circulam globalmente, para construir outros discursos alternativos que possam colaborar na luta política contra a hegemonia, pela diversidade, pela multiplicidade da experiência humana, e ao mesmo tempo, colaborar na inclusão de grande parte dos brasileiros que estão excluídos dos tipos de [...] (conhecimentos necessários) para a vida contemporânea, estando entre eles os conhecimentos (em língua estrangeira).

A leitura contextualizada possibilita o contato com a língua escrita. À medida que o estudante entra em contato com diferentes tipos de escrita, gradativamente desenvolve a habilidade da leitura. Esse contato promove, ao longo da prática, uma relação de proximidade com as características próprias dessa habilidade, ou seja, a estruturação dos gêneros textuais, a seleção de palavras para gerar efeitos no texto, a aplicação e adequação de itens gramaticais. Tudo isso resulta na melhoria da habilidade escrita, pois na leitura se observa a aplicabilidade dos elementos supracitados (HOLDEN, 2009).

Logo, em concordância com Batista (2018), para que o trabalho com os textos literários em língua inglesa atenda às demandas da Base Nacional Comum Curricular componente Língua Inglesa, é preciso que o trabalho com vocabulário e estruturas gramaticais fique em segundo plano. O propósito principal deve ser motivar o aluno a compreender o texto além de uma leitura superficial. Além da identificação de elementos como tipo e gênero, personagens e enredo, os alunos podem ser incentivados a buscar informações que envolvam a intenção do autor, a mensagem ou crítica por trás do texto.

Quando questionados sobre como fazem para introduzir os textos literários em suas aulas, um deles respondeu que geralmente opta por gêneros textuais mais simples para trabalhar com os alunos. Também enfatizou que, infelizmente, para se trabalhar com literatura estrangeira em sala de aula, os alunos precisam ter um pouco mais de conhecimento para não transformar a aula em algo maçante e cansativo, preso a tradução. Sua experiência sempre foi com os alunos do Fundamental, e a pouca experiência que teve com o Ensino Médio não chegou a trabalhar com literatura. Ainda mencionou que já trabalhou trechos ou resenhas de livros, poemas, letras de músicas, contos e pequenas crônicas. Também acha importante a contextualização e uma preparação, pois quando o aluno se depara com o texto com um pouco de informação, as coisas irão fazer mais sentido para ele. Essa preparação pode ser: técnicas de leitura dinâmica, glossário, trabalhar os principais verbos, entre outras estratégias. O outro professor comentou que geralmente mostra algum vídeo ou trecho de filme, relacionado à obra literária que será trabalhado em sala de aula.

Segundo, Kleiman (1989, p.151-152):

ensinar a ler com compreensão não implica em impor uma leitura única, a do professor ou especialista, como a leitura do texto. Ensinar a ler, é criar uma atitude de expectativa prévia com relação ao conteúdo referencial do texto, isto é, mostrar à criança que quanto mais ela previr o conteúdo maior será sua compreensão; é ensinar a criança a se auto avaliar constantemente durante o processo para detectar quando perdeu o fio; é ensinar a utilização de múltiplas fontes de

conhecimento – linguísticas, discursivas, enciclopédicas – para resolver falhas momentâneas no processo.

No que diz respeito aos desafios do trabalho com textos literários, é possível apontar a necessidade de o professor ter uma postura crítica perante aos discursos dos alunos e até mesmo diante das perguntas descritas, que podem constituir importante autorreflexão para o professor no momento de trabalhar com o texto literário, para promover uma educação de fato crítica, o que exige uma formação em conhecimentos socioculturais e sociais, conforme argumentado por Klyvia Silva (2010). Também discute as dificuldades em promover avaliações com base nos critérios e objetivos, o que apontou para a importância de pensar em novas formas de avaliação que sejam colaborativas, dialogadas e negociadas.

As possibilidades de trabalho com textos literários possibilitam a criação de momentos que potencializam o trabalho para desenvolvimento do letramento crítico, o que promove “a educação para a cidadania dentro de novos conceitos de participação independente, competente e crítica do educando” (MATOS, 2015. p. 177).

É possível argumentar que uma possibilidade de trabalho com textos literários nas aulas de língua estrangeira é dialogar com as aulas de outras línguas, a fim de facilitar a entrada dos textos dessa esfera nas aulas de língua inglesa, atentando-se para a forma como eles são utilizados de modo a não corroborar práticas que olham para o texto enquanto um motivo para trabalhar gramática ou corroborar a visão de que a língua estrangeira é secundária (LEFFA, 1998).

Em relação com quais turmas seria mais interessante trabalhar literatura, ambos concordam que o ensino médio é melhor por ter mais bagagem e maturidade para literatura estrangeira, apesar de um deles recomendar para qualquer turma, inclusive os pequenos.

Cabe a cada professor, partindo de sua realidade, de sua experiência e de seu público-alvo, escolher um determinado método ou a dosagem mais adequada de cada um deles, levando-se em conta que nenhuma abordagem possui toda a verdade e que ninguém possui tanto conhecimento que não possa evoluir, ou seja, unir o novo ao antigo ou adotar uma postura variada, talvez seja a atitude mais sábia.

O ensino de textos literários na aula de língua inglesa é uma prática que, apesar de apresentar inúmeras vantagens tanto para os docentes quanto para os discentes, ainda encontra certa resistência pela maioria dos professores. Há aqueles que justificam seu distanciamento de tal prática com o argumento de que seus alunos ainda não possuem capacidade linguística suficiente para ler e compreender textos literários. Ressalta-se que, apesar de ser comum a separação que muitos professores de línguas fazem entre língua e literatura, Short e Candlin (1986, p. 91) atestam que tal distinção não é comum entre os alunos, para os quais “literatura é também língua”.

Long (1986, p. 47) revela que, antes de se iniciar a leitura de um texto, é fundamental que o docente promova um “conjunto de induções”, ou seja, que ele levante algumas perguntas com o intuito de estabelecer uma maior receptividade da obra por parte dos alunos. O autor acredita que o nível e o tipo de pergunta podem ser adequados a cada grupo; no entanto, aconselha o professor a realizar

tais perguntas em um tom de informalidade, proporcionando, desse modo, um ambiente favorável para o diálogo.

Perguntado sobre a dificuldade de introduzir a leitura literária nas aulas de inglês, as respostas dos docentes foram contrárias, enquanto um diz que é um grande desafio metodológico, o outro diz que na verdade é fácil, pois o acesso a filmes, vídeos e sites é muito mais simples, ele até menciona uma experiência vivida por eles ano passado, quando fizeram um tour pelo museu em homenagem a Sherlock Holmes.

É importante para o aluno ter contato com os diversos gêneros literários, principalmente, com modelos reais de escrita da língua que está aprendendo, uma vez que “ao conhecer outra(s) cultura(s), outra(s) forma(s) de encarar a realidade, os alunos passam a refletir, também, muito mais sobre a sua própria cultura e ampliam a sua capacidade de analisar o seu entorno social com maior profundidade” (BRASIL, 2000, p. 30). Entretanto, a falta de conhecimento da língua também pode ser um fator dificultador e desmotivador, caso o professor não tenha uma boa proposta metodológica.

Aebersold e Field (1997) afirmam que os textos literários podem ser encontrados em todos os níveis. Logo, não se pode fazer comparações ou classificações quanto ao que é mais difícil ou complexo, já que a linguagem empregada pode ignorar o tipo de texto. Os autores exemplificam: uma estória curta não é necessariamente mais difícil do que um artigo de jornal. Em outras palavras, o texto literário não é o único tipo de texto que apresenta dificuldades, logo, essa questão é muito relativa, já que a literatura se apresenta de diversas formas como contos de fadas, poemas, peças, entre outros.

O uso da literatura no ensino de língua inglesa promove algumas discussões sobre a seleção correta dos materiais e a dificuldade dos alunos mediante a utilização de textos literários em sala de aula. Pode-se dizer que estes dois temas se misturam, pois, uma escolha aleatória dos textos geram dificuldades no aprendizado. Ao mesmo tempo, os textos literários apresentam dificuldades próprias, por isso a importância de chamar atenção do leitor para tal fato. Além disso, é válido ressaltar que:

Se você decidir usar textos literários nas aulas de inglês como segunda língua ou inglês como língua estrangeira, lembre-se que o objetivo não é fazer os alunos estudarem literatura. O objetivo é planejar aulas voltadas para os textos literários, a começar por estabelecer objetivos que irão focar o aprendizado da língua. (AEBERSOLD; FIELD, 1997, p.163)

Logo, é importante estabelecer critérios para uma seleção correta e coerente dos textos a serem trabalhados com os alunos. É válido ressaltar ainda, que esta escolha independe do material de língua inglesa adotado pela escola, já que alguns deles trabalham ou não com a literatura, ou seja, o professor é livre para escolher os textos literários em materiais especializados no assunto e aplicá-los a seus alunos como atividades extras, por exemplo.

Questionados sobre quais os benefícios que a leitura de textos literários traz para o ensino aprendizagem de uma segunda língua, um dos professores respondeu que tornam o aprendizado mais dinâmico e ampliam o conhecimento de mundo dos alunos. Além de incentivar a leitura e conhecimento de novos vocábulos. Enquanto o outro comentou que, trabalhar com textos e modelos

reais e não didáticos são tão importantes para o aprendizado quanto um material desenvolvido especificamente para um estudante de uma segunda língua. Em um material real o estudante terá acesso a algo produzido para qualquer falante da Língua em questão, dando a oportunidade de interação com um mundo mais real possível.

A importância da leitura é indiscutível quando o assunto em pauta é educação. Afinal, mesmo com o surgimento de tantas novidades tecnológicas a cada dia, os livros continuam sendo uma ferramenta essencial para o processo de aprendizagem e a formação de bons alunos. Também desenvolvem um maior domínio da linguagem, da criatividade e do potencial de concentração, habilidades essenciais para um aprendizado de qualidade e para a formação de alunos mais engajados com os estudos.

Quando os professores propõem atividades que promovem também a leitura em voz alta, os benefícios vão ainda além, já que os alunos têm uma oportunidade a mais de absorver melhor os novos vocabulários adquiridos, aprender a pronúncia correta das palavras e adquirir noções de ritmo e pontuação na fala.

Rodas de leitura, debates e outras iniciativas que estimulam a reflexão e a discussão de temas diferenciados são ótimas formas de fazer os alunos irem além da leitura dos textos recomendados pelos professores.

A literatura provoca no leitor um efeito duplo: aciona sua fantasia, colocando frente a frente dois imaginários e dois tipos de vivência interior; mas suscita um posicionamento intelectual, uma vez que o mundo representado no texto, mesmo afastado no tempo ou diferenciado enquanto invenção produz uma modalidade de reconhecimento em quem lê (ZILBERMAN, 1990, p. 19).

É interessante que os professores consigam realizar leituras coletivas e mediar às discussões de forma dinâmica, fazendo perguntas aos estudantes sobre o que compreenderam da história e enriquecendo a atividade ao trazer temas da realidade que estejam relacionados ao livro escolhido.

Sobre quais gêneros literários eles recomendariam para trabalhar com os alunos, ambos relataram que os textos não volumosos seriam os recomendados. Trabalhar com poesia, contos, fábulas, pequenas crônicas seria um bom começo. Outros gêneros literários seriam receita, biografia, entrevista, artigo de opinião, relato histórico, piada, relato de viagem, diário, lendas, artigos de opinião. Os alunos também costumam gostar de textos narrativos, como ficção científica, fantasia, mitologia.

O gênero literário é essencial, pois o professor, ao selecionar os textos para serem lidos, deverá mesclá-los, ou seja, a escolha não deverá restringir-se somente aos contos e poemas e sim, aos outros tipos de textos literários como, por exemplo, pequenas peças. O último aspecto que deverá ser levado em consideração durante a seleção dos materiais é a relevância deles em relação aos alunos.

A leitura do texto literário constitui uma atividade sintetizadora, na medida em que permite ao indivíduo penetrar o âmbito da alteridade, sem perder de vista sua subjetividade e história. O leitor não esquece suas próprias dimensões, mas expande as

fronteiras do conhecido, que absorve através da imaginação, mas decifra por meio do intelecto (ZILBERMAN, 2009, p.19).

Os alunos, ao lerem textos literários, sejam eles, um poema, um conto, uma crônica, peça teatral ou romance, adentram num mundo repleto de novidades, muitas vezes uma cultura distinta e, para compreendê-lo, utilizam sua subjetividade.

O professor deve estar atento para a escolha dos textos, bem como para o estilo de atividade que será desenvolvida. Cook (2000) alerta para tal fato e ressalta que existe uma distinção entre texto e extratos de textos. Ele considera que, em alguns casos, o uso de extratos mal selecionados pode prejudicar a atividade e o desempenho do aluno. Isso acontece porque muitas vezes há uma separação artificial de frases e sentenças de todo contexto. Tal fato pode acarretar falta de coerência e ideias, por exemplo, de podendo, portanto, influir em problemas de interpretação, bem como dificuldades de contextualização.

Os textos devem ser selecionados por meio do critério pedagógico e não somente do critério histórico ou estético. É importante enfatizar que o sucesso das atividades depende em grande parte da escolha coerente dos materiais que serão usados pelo professor com os alunos. É válido ressaltar que após a escolha haverá dificuldades, mas estas podem ser minimizadas e superadas com aulas de pré-leitura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar como são introduzidos os textos literários em sala de aula fazendo uma reflexão sobre a importância da literatura na vida do indivíduo, conjecturando como ela é uma potencial formadora do indivíduo. Fica evidente que o ensino de Língua Inglesa é possível por meio da abordagem do texto literário nas práticas pedagógicas da educação. Tendo em mente que há fatores como a resistência e o despreparo por parte dos professores em desenvolverem práticas interdisciplinares que inter-relacionem essas duas esferas, o relato dos professores descrito nesse artigo é significativo, é uma forma de motivar práticas mais dinâmicas, e que não se restrinjam apenas ao estudo de aspectos gramaticais da língua inglesa.

Embora seja importante estudar estruturas gramaticais, o enfoque na maioria das escolas é apenas seu estudo ou uma das quatro habilidades da língua estrangeira, negligenciando a leitura pelas dificuldades dos estudantes em assimilar as palavras do idioma. No Ensino Médio, os estudantes já se preparam para testes importantes, tais como: vestibulares e o Enem. Desse modo, o foco para essa estrutura é extremamente necessário.

A literatura corresponde a um campo muito vasto e rico e que possibilita diversos benefícios. Escolher o texto correto e trabalhar de maneira correta transforma e adapta os estudantes para um novo texto não comum, além de possibilitar curiosidade e interesse. Conhecer esse tipo de texto não só permite bom desempenho nas provas avaliativas, mas também desenvolve habilidades de pensar tão importantes para a atualidade.

O ensino-aprendizagem de Língua Inglesa por meio do texto literário é efetivo e interessante, uma vez que a literatura sabidamente contribui para o enriquecimento linguístico; para a interdisciplinaridade; para as habilidades de

leitura; fala; audição e escrita na língua inglesa; para o crescimento cultural e para o fomento do pensamento crítico e criativo do estudante.

Portanto, o texto literário, quando pensado no ensino de Língua Estrangeira, revela-se como um grande facilitador no processo de desenvolvimento intelectual do estudante, permitindo que ele transcenda inúmeros limites de uma aula convencional. Quando se pensa no ensino de línguas, os textos de caráter informativo sempre aparecem como primeira ou única opção. No entanto, a leitura de textos literários é tão importante quanto à de textos de outra natureza, e podem inspirar e despertar maior interesse em aprender uma segunda língua.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. (org.). *Leitura, História e história da leitura*. Campinas, SP, Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo, Fapesp, 1999.

AEBERSOLD, J. A; FIELD, M. L. *From reader to reading teacher*. Cambridge University Press, 1997.

AGUIAR, V. T. de. O Saldo da Leitura. *In*: DALVI, M. A.; REZENDE, N. L. de; JOVER-FALEIROS, R.(org.). *Leitura de literatura na escola*. São Paulo: Parábola, 2013.

BATISTA, Yuri. Letramento, leitura e ensino de língua inglesa: um caso de apostilados. *Mediação (UEG. PIRES DO RIO)*, v. 13, p. 156-169, jan/jun. 2018.

BORDINI, M. da G; AGUIAR, V. T. Método Recepcional. *In*: *Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

BORTONI-RICARDO. S. M.; SOUSA, M. A. F. de. *Falar, aprender e escrever em sala de aula: do período pós-alfabetização ao 5º ano*. São Paulo: Parábolas, 2008.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio (PCNEM). 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.

CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*, v. 24, n. 09, p. 803-809, set. 1970.

CANDIDO, A. Direitos Humanos e literatura. *In*: A.C.R. Fester (org.) *Direitos humanos E Educação*. Cjp / Ed. Brasiliense, 1989.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências Humanas e Sociais. 4. Ed.. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

COLLIE, J; SLATER, S. Literature in the language classroom: a resource book of ideas and activities. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

COOK, GUY. Texts, extracts and stylistic textur. *In*: BRUMFIT, CJ & CARTER. Literature and language teaching. Oxford university, 2000. pp 150-166.

FESTINO, C. G. The literary text in the teaching of English as an international language. São Paulo: Todas as Letras, v. 13, n. 1, p. 54-62, 2011.

GONÇALVES FILHO, A. A. Educação e literatura. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

HOLDEN, S. O ensino de inglês nos dias atuais. São Paulo: SBS, 2009.

ITAÚ CULTURAL. Retratos da Leitura no Brasil. 5. ed. Disponível em: https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

KLEIMAN, A. Leitura: ensino e pesquisa. Campinas, SP: Pontes, 1989.

LAGUNA, Alzira Guiomar Jerez. A contribuição do livro paradidático na formação do aluno-leitor. Revista Acadêmica, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1237.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

LAJOLO, M. Usos e abusos da literatura na escola. Rio de Janeiro: Globo, 1986.

LEFFA, V. J. O ensino das línguas estrangeiras no contexto nacional. Revista Contexturas/ensino Crítico da Língua Inglesa. Vol.4. São Paulo: APLIESP, 1998.

LONG, M. N. A feeling of language: the multiple values of teaching literature. *In*: BRUMFIT, C. J.; CARTER, R. A. Literature and language teaching. Oxford: Oxford University Press, 1986. p. 42-59.

MARTINS, G. S. L. Teatro na escola: contribuições do estudo e da representação da tragédia grega na formação de alunos do Ensino Médio. Curitiba, 2003, 179 p. (Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Educação – Programa de Mestrado em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná).

MARTINS, M. H. O que é leitura. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MATTOS, A. M. A. Construindo Cidadania nas aulas de Inglês: uma proposta para o letramento crítico. Parte II – Questões de ensino de Línguas, Literaturas,

Currículo e Cidadania, págs.: 171 – 191. *In*: TAKAKI, N. H. – MACIEL, R. F. (org.). Letramentos em Terra de Paulo Freire. Campinas –SP. Pontos Editores, 2015.

MOITA LOPES, L. P. Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

MOTA, Fernanda. Literatura e(m) ensino de língua estrangeira. *In*: Fólio – Revista de Letras Vitória da Conquista. v. 2, n. 1, p. 101-111, jan./jun. 2010.

POLIDORIO, V. The use of Literature in the English Teaching. Cascavel, PR: Coluna do Saber, 2004.

RUIZ, J. Á. Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SHORT, M. H.; CANDLIN, C. N. Teaching study skills for English literature. *In*: BRUMFIT, C. J.; CARTER, R. A. Literature and language teaching. Oxford: Oxford University Press, 1986. p. 89-109.

SILVA, K. L. A. Formar Leitores: um desafio da escola. Revista ABC Educatio. Junho/2010.

SILVA, R. A implementação do ensino fundamental de nove anos e seus efeitos para a educação infantil: Um estudo em municípios catarinenses. Florianópolis/SC, 2009. Dissertação de mestrado PPGE/UFSC

SOARES, M. B. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TOLENTINO, Magda Velloso Fernandes de. O texto literário no ensino de língua inglesa. *In*: PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (Org.). Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências. Campinas, SP: Pontes; Minas Gerais, 1996. p.177-189.

SOUZA, R. J. Caminhos para a formação do leitor; organizadora. 1 ed. São Paulo: DCL, 2004.

VIGOTSKI, L. Imaginação e Criatividade na Infância. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ZILBERMAN, R. O papel da literatura na escola. Via Atlântica (USP), v. 14, pp. 11-22, 2009.

ZILBERMAN, R; SILVA, E. T. (Org.). Literatura e pedagogia: Ponto e Contraponto. Série Confrontos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

ANAIIS ENPEX 2021

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ARTIGOS PSICOLOGIA



**XX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV MOSTRA DE EXTENSÃO
BRUSQUE/SC - BRASIL**



UNIFEBE

É NOSSA. É DAQUI.

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL NA
OBSERVAÇÃO DE ATENDIMENTOS PSICOTERÁPICOS EM UMA CLÍNICA
ESCOLA

*CLINIC SCHOOL PSYCHOTERAPEUTICAL TREATMENT UNDER THE
VIEWPOINT OF THE BEHAVIORAL COGNITIVE THERAPY*

Adriana Cardoso, Simoni Urnau Bonfiglio
simonibon7@gmail.com

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

RESUMO: As clínicas escola de Psicologia têm o intuito de auxiliar os estudantes a aplicarem seus conhecimentos adquiridos durante a formação. Também possuem uma função social, visto que atendem indivíduos com baixa situação socioeconômica. A terapia cognitivo comportamental possui grandes evidências científicas como tratamento de bem-estar mental para adultos. O presente estudo objetivou descrever atendimentos realizados numa clínica escola de Psicologia. A paciente é uma mulher de trinta e três anos, que por motivos éticos, terá o nome fictício de Clara. Os atendimentos foram realizados por um acadêmico na nona fase do curso e foram praticados na abordagem psicanalítica. Neste estudo, a análise do caso será efetuada na abordagem cognitivo comportamental. Foram identificados os fatos mais relevantes relacionados ao caso para discussão. Espera-se que este estudo possa contribuir com futuras análises e práticas em terapia cognitivo comportamental.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Psicoterapêutico. Clínica Escola. Terapia Cognitivo Comportamental.

ABSTRACT: *The school psychology clinics have the goal of helping the students to apply their knowledge acquired durante their formation. They also have a social function, given that they also serve individuals with low socioeconomical income. The cognitive behavioral therapy has great scientific evidences such as the treatment of the well being of adults. The present study aimed to describe the psychotherapeutical care performed on a school psychology clinic. The patient was a woman of 33 years old, and for ethical reasons, will be referred to as Clara. The consultations were performed by an academic in the ninth phase of the course and were practiced in the psychoanalytic approach. In this study, the case analysis will be performed in the cognitive behavioral approach. It is expected that this study will possible contribute with future analysis and practices in behavioral cognitive therapy.*

KEYWORDS: *Psychotherapeutic Assistance. School Clinic. Cognitive Behavioral Therapy.*

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais se reconhece os benefícios do processo de terapia para os indivíduos que a procuram. O atendimento psicológico possui várias vantagens, citando algumas: habilidade para conhecer-se melhor, melhora da autoestima, identificação com mais clareza dos próprios sentimentos, conhecer de onde vem seus comportamentos, entre outros benefícios. O psicólogo busca ouvir, a escuta é um instrumento do seu fazer que procura amparar, pesquisar, analisar as questões que o sujeito traz para a clínica. Quando o indivíduo se sente acolhido e ouvido, este se sente aceito em ser quem ele é.

Para Ferreira (1998) as clínicas escola têm uma dupla atribuição: possibilitam ao estudante o atendimento clínico supervisionado conjuntamente com o serviço prestado à sociedade. Para Peres, Santos e Coelho (2003) as clínicas escola têm uma função importante, uma vez que proporcionam ao público com pouca condição financeira uma assistência psicológica que de outra maneira, seria inacessível.

Para Amaral et al. (2012) outra causa significativa é a atuação do acadêmico neste processo, com a intenção de auxiliar para a formação como psicólogo, necessitando a prática estar combinada a um currículo e a todos os métodos que ajustam a vida acadêmica. Para os mesmos autores, dessa maneira, pode-se dizer que as clínicas escola servem à dois tipos de clientes: os acadêmicos, com suas reivindicações próprias em relação às necessidades educacionais e à comunidade, também com suas carências e solicitações características que demandam atendimento e que têm somente o atendimento que a universidade propicia.

Maravieski e Serralta (2011) colocam que as clínicas escola de Psicologia constituem uma área abundante e ainda pouco estudada. Perfeito e Melo (2004) dizem que o dia a dia das clínicas escola é difícil e engloba muitas práticas com propósitos diversos, porém correlatos. As obrigações características para a execução das técnicas de ensino-aprendizagem, para o acolhimento da população e para a criação de saber científico coabitam e devem ser contempladas (MARAVIESKI e SERRALTA, 2011). Os autores supracitados comentam que uma conexão entre a pesquisa, a extensão e o ensino precisaria se basear em estudos epidemiológicos que esquematizam os usuários e os atendimentos prestados pelos serviços de Psicologia nas universidades. Para os autores, apenas com estas informações é que se pode desenhar as intervenções e proporcionar mudanças de direção na extensão e no ensino, orientando até mesmo a estruturação dos currículos.

Em relação à Terapia Cognitivo Comportamental, de acordo com Beck (1993) a Teoria Cognitivo Comportamental engloba intervenções psicoterapêuticas que tem como propósito causar modificações nos pensamentos, nos sistemas de significados, além de uma transformação emocional e comportamental prolongada, também proporciona liberdade ao paciente, conseguindo assim, a atenuação e melhora dos sintomas.

Para Knapp e Beck (2003) a cognição, papel da consciência associada à conclusão sobre as vivências, é vista como componente fundamental incluído na assistência aos transtornos mentais pela teoria cognitiva. Sendo assim, a atenção do psicólogo cognitivo comportamental será conseguir modificações cognitivas por meio de uma análise da condição e da mudança do pensamento,

gerando uma melhora no ânimo e nas atitudes dos pacientes (NEUFELD; CAVENAGE, 2010).

De acordo com Beck (1993) três categorias de cognições são reconhecidas pela TCC, sendo eles: pensamentos automáticos, crenças intermediárias e crenças centrais. Wright, Basco e Thase (2008) comentam que nos pensamentos automáticos, essas cognições são específicas daquela pessoa, e acontecem de forma rápida por meio do julgamento da interpretação de acontecimentos da sua vida. Para Leahy (2006) as crenças intermediárias são normas, comportamentos ou hipóteses. São alegações do gênero: “se...então”, que se mostram de maneira rígidas. Já sobre as crenças centrais, Beck (1993, p.196) diz que elas são criadas na infância, no decorrer das vivências da pessoa com outros indivíduos que lhe são importantes e da experiência de muitas situações que reforcem esta ideia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PSICOLOGIA DA SAÚDE E SUA IMPORTÂNCIA PARA O BEM ESTAR PSICOLÓGICO

A psicologia da saúde é diferente da psicologia clínica. A psicologia clínica implica em atender pessoas que sofrem de alguma patologia emocional ou do comportamento. Já as pessoas atendidas em psicologia da saúde não necessitam ter alguma patologia (GORAYEB, 2010). De acordo com este autor, o que diferencia a psicologia da saúde de outros campos é que nesta área atendidas têm alguma queixa em relação a saúde física. Neste caso, a pessoa pode ter um problema físico por conta de motivo comportamental ou vice-versa.

Para Calvetti (2007) afirmam que a Psicologia da saúde tem grande contribuição no entendimento das variáveis envolvidas na confrontação das enfermidades bem como na conservação da saúde do indivíduo, e mostram a importância da ciência na observação dos fatores de proteção da saúde.

De acordo com Castro e Bornholdt (2004, p.49) “Na pesquisa contemporânea e no ambiente médico, os psicólogos da saúde trabalham com diferentes profissionais sanitários, realizando pesquisas e promovendo a intervenção clínica”. Segundo os mesmos autores, a Psicologia da Saúde na América Latina cresceu rapidamente em termos de recursos humanos, porém teve um escasso engajamento dos psicólogos no campo da saúde.

Dessa maneira, demonstra-se a relevância da inserção do profissional da psicologia com os demais trabalhadores da área da saúde, uma vez que são muitas as causas envolvidas no processo saúde-doença (UCKER, CAMPIO e NUNES, 2007). Keefe e Blumenthal (2004) trazem que o destino da Psicologia da Saúde está em amplificar o avanço do modelo biopsicossocial, pois as causas biopsicossociais têm aparecido em estudos associados ao processo saúde-doença.

2.2 CLÍNICA ESCOLA E PSICOTERAPIA: COLOCANDO A TEORIA EM PRÁTICA

De acordo com Borsa et al. (2013) o intuito fundamental das clínicas escola é proporcionar um local apropriado para a instrução profissional bem como estabelecer e associar as habilidades criadas na graduação em Psicologia.

Para Ferreira (1998) as clínicas escola têm uma dupla atribuição: possibilitam ao estudante o atendimento clínico supervisionado conjuntamente com o serviço prestado à sociedade. Para Peres, Santos e Coelho (2003) as clínicas escola têm uma função social importante, uma vez que proporcionam ao público com pouca condição financeira uma assistência psicológica que de outra maneira, poderia ser inacessível.

Para Amaral et al. (2012) outra causa significativa é a atuação do acadêmico neste processo, com a intenção de auxiliar para a formação como psicólogo, necessitando a prática estar combinada à um currículo e a todos os métodos que ajustam a vida acadêmica. Para os mesmos autores, dessa maneira, pode-se dizer que as clínicas escola servem à dois tipos de clientes: os acadêmicos, com suas reivindicações próprias em relação às necessidades educacionais e à comunidade, também com suas carências e solicitações características que demandam atendimento e que têm somente o atendimento que a universidade propicia.

Maravieski e Serralta (2011) colocam que as clínicas escola de Psicologia constituem uma área abundante e ainda pouco estudada. Perfeito e Melo (2004) dizem que o dia a dia das clínicas escola é difícil e engloba muitas práticas com propósitos diversos, porém correlatos. As obrigações características para a execução das técnicas de ensino-aprendizagem, para o acolhimento da população e para a criação de saber científico coabitam e devem ser contempladas (MARAVIESKI e SERRALTA, 2011). Os autores supracitados comentam que uma conexão entre a pesquisa, a extensão e o ensino precisaria se basear em estudos epidemiológicos que esquematizam os usuários e os atendimentos prestados pelos serviços de Psicologia nas universidades. Para os autores, apenas com estas informações é que se pode desenhar as intervenções e proporcionar mudanças de direção na extensão e no ensino, orientando até mesmo a estruturação dos currículos.

2.3 A TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL: OBSERVAÇÃO DOS PENSAMENTOS, COMPORTAMENTOS E SENTIMENTOS

De acordo com Beck (1993) a Teoria Cognitivo Comportamental engloba intervenções psicoterapêuticas que tem como propósito causar modificações nos pensamentos, nos sistemas de significados, além de uma transformação emocional e comportamental prolongada; também proporciona liberdade ao paciente, conseguindo assim, a atenuação e melhora dos sintomas.

Dobson e Dobson (2010) trazem que o padrão cognitivo comportamental avalia a utilidade dos pensamentos incomuns, além da precisão de pensamentos inerentes à eventos característicos. Conclui-se que os modelos de pensamento, envolvendo as concepções gerais, possibilidades e esquemas resultam, no decorrer do tempo, de nossas experimentações no círculo social. Essas possibilidades e esquemas também mudam a maneira como enxergamos as coisas.

Para Knapp e Rocha (2003) a cognição, papel da consciência associada à conclusão sobre as vivências, é vista como componente fundamental incluído na assistência aos transtornos mentais pela teoria cognitiva. Sendo assim, a atenção do psicólogo cognitivo comportamental será conseguir modificações cognitivas por meio de uma análise da condição e da mudança do pensamento,

gerando uma melhora no ânimo e nas atitudes dos pacientes (NEUFELD e CAVENAGE, 2010).

De acordo com Beck et al. (1997) três categorias de cognições são reconhecidas pela TCC, sendo eles: pensamentos automáticos, crenças intermediárias e crenças centrais. Wright, Basco e Thase (2008) comentam que nos pensamentos automáticos, essas cognições são específicas daquela pessoa, e acontecem de forma rápida por meio do julgamento da interpretação de acontecimentos da sua vida. Para Leahy (2006) as crenças intermediárias são normas, comportamentos ou hipóteses. São alegações do gênero: “se...então”, que se mostram de maneira rígidas. Já sobre as crenças centrais, Beck (1997) diz que elas são criadas na infância, no decorrer das vivências da pessoa com outros indivíduos que lhe são importantes e da experiência de muitas situações que reforcem esta ideia.

2.4 USO ADEQUADO DAS TÉCNICAS E TÉCNICAS FREQUENTEMENTE USADAS NA CLÍNICA

Segundo Souza e Cândido (2010) as técnicas comportamentais são utilizadas para que, acima de tudo, o paciente mude algum comportamento que já lhe é característico, e possa, dessa maneira repensar as crenças acerca de si mesmo e sobre as situações, conseguir indicativos para reafirmar estas crenças e reestruturar suas avaliações. Nabuco e Roso (2003) trazem que os experimentos comportamentais, onde o cliente é estimulado a mudar as circunstâncias do lugar onde está, são poderosas técnicas avaliativas, porque testam de maneira direta a legitimidade dos pensamentos.

Já as técnicas cognitivas têm sido melhoradas com o passar do tempo, buscando operacionalizar os psicólogos para a atividade de identificação, análise e reestruturação do conjunto de crenças do cliente (SOUZA e CÂNDIDO, 2010). Para os mesmos autores, ao usar a técnica de registro de pensamentos (RPD) que deve ser antecedida do entendimento da lógica do modelo cognitivo, pensamentos importantes a serem trabalhados em terapia são observados.

Em relação aos pensamentos automáticos, uma técnica muito utilizada é o Registro de pensamentos. De acordo com Wright, Basco e Thase (2008) “o registro de pensamentos, normalmente é apresentado na fase inicial da terapia de maneira simplificada, que ajude os pacientes a aprender sobre os pensamentos automáticos sem sobrecarregar –los com muitos detalhes”. Os mesmos autores comentam que um método geralmente utilizado no início da terapia é solicitar aos pacientes que usem duas ou três colunas para registrar seus pensamentos, primeiramente na sessão e posteriormente como tarefa de casa. Um registro de três colunas pode incluir situações, pensamentos automáticos e emoções.

Outra técnica bastante utilizada e muito importante para trabalhar pensamentos automáticos é o Questionamento Socrático. Wright, Basco e Thase (2008) trazem que o questionamento socrático é “a espinha dorsal das intervenções cognitivas para mudar pensamentos disfuncionais”. Algumas das vantagens do questionamento socrático são: fortalecimento da relação terapeuta-paciente, instigação dos questionamentos, melhor compreensão de pensamentos e comportamentos significativos e estímulo do comprometimento dinâmico do paciente nas sessões (WRIGHT, BASCO e THASE, 2008).

Segundo Wright, Basco e Thase (2008) as suposições catastróficas sobre o futuro são bastante normais entre indivíduos com depressão e ansiedade. Essas suposições geralmente são motivadas pelas distorções cognitivas percebidas nestes transtornos, porém, certas vezes, os amedrontamentos têm razão de existirem. Dessa maneira, a técnica de Descatastrofização nem sempre nega o amedrontamento catastrófico. Pelo contrário, o psicólogo pode auxiliar o cliente a encontrar formas de confrontar uma circunstância caso ela venha a se tornar realidade (WRIGHT, BASCO e THASE, 2008). Os mesmos autores comentam exemplos de perguntas que poderiam ser feitas na técnica de Descatastrofização. Em um caso de fobia social, geralmente as pessoas têm receio de se exibirem e demonstrarem que estão ansiosas e de que essa exposição seja muito dolorida para aguentar. Então, o psicólogo poderia fazer as seguintes perguntas para diminuir as suposições catastróficas: “Qual é a pior coisa que poderia acontecer se você fosse à festa? ”; “O que há de tão terrível em não ter o que dizer? ”; “Você conseguiria aguentar isso por pelo menos 15 minutos? ”. A potência dessas perguntas está em auxiliar os pacientes a aumentar a segurança para enfrentar situações em que têm medo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As análises dos atendimentos na Clínica Escola serão realizadas de acordo com os princípios e bases oriundas da terapia cognitiva comportamental. Segundo Abreu (2014) a Teoria Cognitivo Comportamental é caracterizada como uma abordagem terapêutica estruturada, diretiva, com objetivos precisos, com foco no presente, e usada no tratamento das mais distintas desordens psicológicas. Para o mesmo autor, a TCC tem como foco principal executar modificações nos pensamentos e nos sistemas de crenças dos pacientes, trazendo uma renovação emocional comportamental intrínseca e não somente uma redução breve dos sintomas.

A Teoria Cognitivo Comportamental é uma terapia focalizada para a adversidade normalmente utilizada em uma configuração de curto prazo. A intervenção para depressão ou transtornos de ansiedade simples geralmente dura de 5 a 20 sessões. Porém, a duração da Terapia em TCC pode ser mais longa se houver comorbidades ou se o cliente tiver manifestações crônicas (WRIGHT; BASCO; THASE, 2008). A Terapia Cognitivo Comportamental para transtornos de personalidade, psicoses ou transtorno bipolar pode ser aumentada para mais de 20 sessões. Além do mais, clientes com enfermidades crônicas podem ser beneficiados com sessões nas quais a maior parte da TCC é mais intensa nos primeiros meses de terapia, como por exemplo, com sessões semanais, e posteriormente o psicólogo prossegue atendendo o cliente com sessões de reforço intermitente por etapas mais longas (WRIGHT; BASCO; THASE, 2008).

Para Wright, Basco e Thase (2008) a TCC se centraliza fundamentalmente no aqui e agora. Entretanto, é primordial ter um ponto de vista longitudinal – abrangendo o desenvolvimento na primeira infância, antecedentes familiares, perturbações, acontecimentos evolutivos positivos e negativos, educação, histórico de trabalho e influências sociais – para compreender inteiramente o paciente e traçar o tratamento. De acordo com os autores supracitados, é ressaltada uma abordagem apontada para o problema pois o

interesse nas causas atuais auxilia a promover um plano de ação para dominar os sintomas como desesperança, desproteção, esquiva e protelação.

Para Wright, Basco e Thase (2008) a TCC se centraliza fundamentalmente no aqui e agora. Entretanto, é primordial ter um ponto de vista longitudinal – abrangendo o desenvolvimento na primeira infância, antecedentes familiares, perturbações, acontecimentos evolutivos positivos e negativos, educação, histórico de trabalho e influências sociais – para compreender inteiramente o paciente e traçar o tratamento. De acordo com os autores supracitados, é ressaltada uma abordagem apontada para o problema pois o interesse nas causas atuais auxilia a promover um plano de ação para dominar os sintomas como desesperança, desproteção, esquiva e protelação.

Em relação às variáveis do processo terapêutico, Morejón (2016) comenta que paciente e psicólogo formam uma equipe, sendo que o paciente é o maior entendedor do seu problema, e o psicólogo em solucionar problemas. Fica ao encargo do psicólogo adequar os tratamentos às urgências e perfis dos pacientes, assim como produzir uma boa relação terapêutica para botar em prática as estratégias de resolução do problema. Esse olhar da terapia vista como um trabalho em equipe se adequa muito melhor do que a visão de um psicólogo detentor do saber como muitas vezes é visto. Outros aspectos importantes destacados pelo autor são: colocar o cliente como protagonista do processo; pedir feedback aos pacientes sempre; criar uma forte ligação terapêutica; construir metas juntamente com paciente e comprometer-se a estar sempre em constante desenvolvimento, melhorando suas práticas e ampliando sua visão teórica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A paciente é uma mulher de 33 anos. Por motivos éticos, daremos a ela o nome fictício de Clara. Ela vem com a queixa de que não consegue se organizar na vida pessoal. Relata que já fez exercícios de respiração, ficar em locais ao ar livre, mas não deu certo. Diz que “está em casa mas não se sente em casa, é como se faltassem várias coisas” (Segundo Informações Colhidas). Ela comenta também de um cachorrinho que adotou, este estava maltratado e ela cuidou dele. A mulher comenta que o pai faleceu cedo, e quem cuidou dela foi a avó, que tinha regras bem rígidas.

Sobre o primeiro atendimento em psicoterapia, o estabelecimento de vínculo com o paciente é algo muito importante a ser realizado. De acordo com Murta e Rocha (2014) um estabelecimento de vínculo fraco nas primeiras sessões é um prognóstico de fim da terapia antes do tempo previsto. Dessa maneira, se dedicar nos preparativos para a primeira sessão com o paciente, pode suceder-se em benefícios para o estagiário de psicologia (como baixo estresse ocupacional, constituição de uma relação terapêutica agradável e mais contentamento com o resultado do seu trabalho) assim como para o paciente (como seu aperfeiçoamento na terapia, o bem-estar com o trabalho que lhe foi prestado e a conquista dos seus objetivos pessoais).

Para Wright; Basco e Thase (2008) um dos aspectos atraentes da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) é a aplicação de uma espécie de relação terapêutica cooperante, descomplicada e direcionada para o fazer. O conceito mais utilizado para caracterizar a relação terapêutica na TCC é empirismo colaborativo. Isso significa que o psicólogo inclui o cliente em uma metodologia

bastante engajada onde há um comprometimento compartilhado pela organização dos objetivos, por oferecer e ganhar feedback e por empregar as técnicas da TCC no dia a dia (WRIGHT; BASCO e THASE, 2008). Porém, o papel básico da relação terapêutica na TCC é observar as alterações cognitivas e os modelos comportamentais ineficientes por meio de um olhar prático que pode mostrar possibilidades para o melhoramento do raciocínio, a atenuação dos sintomas e maior competência emocional (WRIGHT; BASCO e THASE, 2008).

Outro aspecto muito importante da Terapia Cognitivo Comportamental e que já inicia na primeira sessão é a psicoeducação. Para Dobson e Dobson (2010) a Psicoeducação é caracterizada como algo que se mostra como o ensinamento de conceitos e informações psicológicas para o paciente. De acordo com os autores citados, este tipo de ensinamento pode acontecer de diversas maneiras. A Psicoeducação eficiente no decorrer do andamento da terapia tem como dever operacionalizar os clientes com informações que os auxiliará a prevenir as reincidências do comportamento/pensamento que se quer evitar (WRIGHT; BASCO e THASE, 2008).

No segundo atendimento, Clara começa a dialogar sobre o carro que comprou em 2016, que satisfaz as suas necessidades. Quando questionada sobre o marido, esta diz que este é “uma pessoa legal, às vezes mal-humorado, mas é gente boa” (SIC). Comenta que agora a relação com o esposo não está tão legal, pois estão acontecendo várias situações como falta de comunicação e de tempo para ficarem juntos. O cônjuge não dá feedback sobre as situações, segundo a paciente. Esta conta que ultimamente o homem tem bebido bastante, que quando ela quer conversar, este pega o carro, vai comprar bebida e vem para casa beber. De acordo com a paciente, este toma duas latinhas de cerveja quando sai do trabalho e inventa qualquer desculpa para beber.

Clara fala também do tempo em que trabalhou na FIP, neste período estava trabalhando demais e ficando doente, sentia muitas dores de cabeça e dor atrás dos olhos. Nesta época, a mesma informa que estava deixando a casa e o marido de lado. A paciente comunica que agora que está em casa, parece que o esposo tem dificuldade de ficar dentro de casa, segundo suas palavras: “parece que este fica inquieto” (SIC). Em fevereiro deste ano completaram 3 anos de casados, e quando eles saem, este sempre reclama de tudo, mal chega no local e já quer beber.

A paciente expõe situações que vivenciou com a avó, que esta tinha regras rígidas e que lhe dizia que com 18 anos, se tivesse o próprio emprego e estabilidade, poderia sair de casa. Contou também de uma situação onde a progenitora lhe pediu para comprar leite e a paciente acabou apanhando por trazer um leite 0,5 centavo mais caro do que o das regras estipuladas pela mesma. Clara diz que fez uma prova de jovem aprendiz e passou. Por conta disso, foi para a capital e morou de aluguel. Quando o projeto acabou, esta arranhou outros empregos para não ter de voltar para a antiga casa queria mostrar para a vovó que estava tudo bem, mesmo que naquele momento estivesse passando fome.

Para o início do tratamento em TCC, podemos começar a pensar nas crenças e esquemas disfuncionais que a paciente tem em relação ao marido e em outros âmbitos da sua vida. As crenças e os esquemas são fundamentos levemente invariáveis sobre coisas, indivíduos ou concepções e as associações entre eles (DOBSON e DOBSON, 2010). Segundo Dobson e Dobson (2010) as

crenças e os esquemas são apresentados de várias maneiras no processo terapêutico. Parte do processo de conceitualização cognitiva na TCC abrange o raciocínio em relação às crenças nucleares ou esquemas que fazem com que os pacientes sejam mais propícios às dificuldades que manifestam. Uma maneira de começar a trabalhar os esquemas e crenças com o cliente, de acordo com os referidos autores é mostrar a ele o que se observou nas falas dele e questioná-lo se ele está de acordo que isso é uma regra.

Outro tópico a ser tratado com a paciente seria o autocuidado. Para Santana e Paes (2020) o autocuidado significa zelar por si próprio, procurando completar todas as carências que o corpo e a mente pedem. E admitindo que a vida e as coisas chegam ao fim, é interessante enfatizar que tudo o que zelamos tem uma durabilidade maior. Dessa maneira, se zelarmos por nossa saúde física e mental, é provável que vivamos mais tempo e com melhor qualidade de vida (SANTANA e PAES, 2020). No enfoque da Terapia Cognitivo Comportamental, trabalhamos o autocuidado da seguinte maneira: seria conversado com a paciente o que ela acha que poderia estar fazendo para melhorar nessa questão. Neste caso, estariam sendo dados alguns exemplos de autocuidado como: fazer uma caminhada, ir no salão de beleza, ler um livro ou assistir um filme de que goste, etc. A paciente poderia escolher algo de que goste e que esteja ao seu alcance para fazer até a próxima semana. pedido para realizar este momento de autocuidado e observar como se sente fazendo isto.

Outra questão a ser trabalhada é a comunicação com o marido. É necessário trabalhar a comunicação assertiva para que haja uma maneira mais clara de comunicação entre o casal. Para Del Prette e Del Prette (2001) as capacidades assertivas compõem uma categoria onde estão atitudes relacionadas a dar opinião; consentir; divergir; demonstrar fúria; terminar relações, entre outros. Para Fonseca e Carvalho (2016) cada indivíduo é apto para selecionar a sua maneira de comportar-se conforme a circunstância sendo capaz de gerar reações assertivas, não assertivas ou agressivas, baseadas na sua angústia. Nas atitudes assertivas, as intenções dos dois sujeitos serão alcançadas e auxilia para o crescimento da autocrítica positiva, além de exprimir dignidade (FONSECA e CARVALHO, 2016). Para auxiliar a paciente neste processo, é feita a Psicoeducação a respeito de comportamentos assertivos, passivo agressivos ou agressivos. Esta Psicoeducação pode ser realizada por meio de um vídeo ou uma breve explicação de como estes comportamentos afetam as relações. Outra atividade a ser praticada é um exercício de, juntamente com a paciente, escolher frases que ela gostaria de comunicar ao marido, mas não consegue fazer de maneira assertiva.

Na sessão posterior, a paciente relatou ter crises de ansiedade quando está em casa, principalmente aos finais de semana. A mesma comenta que “não consegue ver o que fazer dentro de casa” (SIC). Em relação a isso, em uma sessão de terapia cognitivo comportamental seria sugerido técnicas para controle de ansiedade, tais como treino de relaxamento e respiração diafragmática. De acordo com Wright; Basco e Thase (2008) a intenção do treino de relaxamento é auxiliar os indivíduos a desenvolverem uma reação de relaxamento – uma condição de tranquilidade de corpo e mente. Para os autores supracitados, no treino de relaxamento é orientado aos pacientes a soltar minuciosamente o estresse nos músculos do corpo. Conforme a tensão dos músculos reduz, a sensação abstrata de inquietação normalmente diminui. Já a respiração diafragmática, para Heldt et al. (2008) é realizada da seguinte

maneira: é orientado ao indivíduo que a inspiração deve se iniciar no diafragma, absorvendo pelas narinas uma boa quantia de ar e soltando – o pela boca. Isso deve ser feito de maneira pausada, para auxiliar a respiração a ficar mais tranquila. Os movimentos de respiração, pausa, expiração devem ser contados mentalmente até três para cada parte, e a partir daí inicia-se mais um ciclo de respiração-pausa-expiração. No caso da paciente em questão, seria realizado na sessão a respiração diafragmática e o treino de relaxamento, para ensiná-la a como fazer quando estiver sozinha.

Na sessão consecutiva, Clara narra que iniciou aulas de *muay thai*. A mesma relata que começou a fazer as aulas por conta da estética, mas que agora vai pelo bem-estar físico. Mencionou também que havia combinado de sair com alguns amigos, porém estes desmarcaram e esta acabou saindo sozinha. A paciente comenta que percebeu que a presença dela é importante, mas que isso era “uma coisa boba” (SIC). Nesta sessão, nota-se o quanto a paciente ainda possui esquemas disfuncionais sobre si, pois conta que o perceber que a presença dela era importante era algo irrelevante. Para isso, em uma sessão de TCC poderia ser realizada uma revisão da história de vida da paciente, onde através de conversa ou até um role-play pode-se auxiliar o indivíduo a descobrir em que situações que suas crenças centrais foram geradas.

Para Wright; Basco e Thase (2008) algumas perguntas-chave auxiliam a realizar a revisão da história de vida. Os autores suprarreferidos trazem algumas questões que podem auxiliar o psicólogo nesta tarefa, como: fazer perguntas sobre pessoas influentes da vida do paciente; questionar sobre crenças nucleares que possam ter sido desencadeadas por certas experiências; indagar a respeito de gostos, trabalhos, vida espiritual e outras tarefas significativas; inspirações sociais e culturais e vivências que transformaram sua vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As clínicas escola de Psicologia cumprem uma função bastante importante na comunidade, visto que pessoas com baixa renda podem utilizar deste serviço para conseguir atendimento psicoterápico. E os pacientes contribuem de maneira significativa para a formação dos estudantes de Psicologia, já que é de extrema importância aplicar na prática os conhecimentos adquiridos na sala de aula.

A Teoria Cognitivo Comportamental, abordagem utilizada para analisar os atendimentos descritos neste artigo, possui grandes evidências como prática para as questões de saúde mental dos indivíduos. Esta teoria tem a concepção de que as pessoas podem se tornar conscientes de seus próprios pensamentos. A partir disso, a teoria coloca que a maneira como pensamos e enxergamos determinada situação expressa muito como iremos reagir.

Com base no que foi exposto, notamos o quanto um padrão de pensamento rígido pode influenciar nos comportamentos de um indivíduo. Na paciente do caso analisado, esta trouxe crenças nucleares que vêm da época em que morava com a avó e se perpetuam até o momento presente. Em sessões de terapia cognitivo comportamental, o enfoque das sessões seria dado a este aspecto.

Este estudo objetivou trazer as sessões de atendimento psicoterapêutico realizadas numa clínica escola de psicologia para realização de uma análise por meio da Teoria cognitivo comportamental. Espera-se que as reflexões feitas

neste espaço tenham sido de grande auxílio para futuros estudos e análises de casos em Terapia Cognitivo Comportamental.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Anna Elisa Villemor et al. Serviços de psicologia em clínicas-escola: revisão de literatura. Revista Boletim de psicologia, São Paulo, v. 62, n. 136, p. 37-52, jun. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v62n136/v62n136a05.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BECK, Aaron T. Terapia cognitiva: passado, presente e futuro. Journal of Consulting and Clinical Psychology, v.61, n.2 p. 194–198, 1993.

BORSA, Juliane Callegaro et al. Centro de Avaliação Psicológica - CAP: uma clínica-escola especializada em avaliação e diagnóstico psicológico. Revista Psicologia clínica, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 101-114, junho 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652013000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 maio 2021.

CALVETTI, Prislá Ücker; MULLER, Marisa Campio; NUNES, Maria Lúcia Tiellet. Psicologia da saúde e Psicologia positiva: perspectivas e desafios. Revista Psicologia Ciência e profissão. Brasília, v. 27, n. 4, pág. 706-717, dezembro de 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a11.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CASTRO, Elisa Kern de; BORNHOLDT, Ellen. Psicologia da saúde x psicologia hospitalar: definições e possibilidades de inserção profissional. Revista Psicologia ciência e profissão, Brasília, v. 24, n. 3, p. 48-57, set. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932004000300007&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 15 mar. 2021.

DEL PRETTE, A., & DEL PRETTE, Z. A. Psicologia das habilidades sociais: Terapia e Educação. Petrópolis: Vozes, 1999.

DOBSON, Deborah; DOBSON, Keith. A terapia cognitivo comportamental baseada em evidências. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERREIRA, T. Clínica e escola de Psicologia: Uma relação de extimidade. Revista Psique, Belo Horizonte, v.8, n.12, p. 38-45, 1998. Acesso em: 21 mar. 2021.

FONSECA, Regina Coeli Tannus; CARVALHO, Ana Lucia Novais. O papel da empatia e da comunicação assertiva em casamentos de longa duração. Revista Polêmica, v. 16, n.2, p. 40 - 58, abril, maio e junho 2016.

GORAYEB, Ricardo. Psicologia da saúde no Brasil. Revista Psicologia Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 26, n.spe, p. 115-122, 2010. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 mar. 2021.

HELDT, Elizeth *et al.* Técnicas de terapia cognitivo-comportamental em grupo em pacientes com transtorno de pânico com sintomas residuais: 2 anos de acompanhamento. *Revista Pesquisa Clínica e Biomédica*, v. 28, n. 1, maio de 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/hcpa/article/view/2039/2183>. Acesso: 01 de maio de 2021.

KNAPP, Paulo; BECK, Aaron T. Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, Porto Alegre, v.30, n.2, p.54-64. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbp/v30s2/a02v30s2.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

KEEFE, F.; BLUMENTHAL, J. Health Psychology: what will the future bring? *Health Psychology*, Washington, v. 23, n.2, p.156-157, 2004. Acesso em: 12 mai. 2021.

LEAHY, Robert. L. Técnicas de terapia cognitiva: Manual do terapeuta. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MARAVISESKI, Silvinha; Barcellos Serralta, Fernanda. Características clínicas e sociodemográficas da clientela atendida em uma clínica-escola de psicologia. *Revista Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, vol. 19, núm. 2, dez, 2011, p. 481-490. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751438011.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

NABUCO, Cristiano; ROSO, Miréia. Psicoterapias cognitiva e construtivista. Porto alegre: Artmed, 2003.

RODRIGUEZ-MOREJON, Alberto. El cliente en psicoterapia: contribución al resultado terapéutico. *Anal. Psicol.*, Murcia, v. 32, n. 1, p. 1-8, enero 2016. Disponible en http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0212-97282016000100001&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2021.

MURTA, Sheila Giardini; ROCHA, Sheila Giovana Moraes. Instrumento de apoio para a primeira entrevista em psicoterapia cognitivo-comportamental. *Revista Psicologia clínica*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 33-47, dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652014000200003&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 23 mar. 2021.

NEUFELD, Carmem Beatriz; CAVENAGE, Carla Cristina. Conceitualização cognitiva de caso: uma proposta de sistematização a partir da prática clínica e de terapeutas cognitivos comportamentais. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 03-35. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtc/v6n2/v6n2a02.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PERES, Rodrigo Sanches; SANTOS, Manoel Antônio dos; COELHO, Heidi Miriam Bertolucci. Atendimento psicológico a estudantes universitários: considerações acerca de uma experiência em clínica-escola. *Revista Estudos*

de psicologia. Campinas, v. 20, n. 3, p. 47-57, dez. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2003000300004&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 21 mar. 2021.

PERFEITO, Hélvia Cristine Castro Silva; MELO, Sandra Augusta de. Evolução dos processos de triagem psicológica em uma clínica-escola. Revista Estudos de psicologia. Campinas, v. 21, n. 1, p. 33-42, abr. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2004000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 21 mar. 2021.

SANTANA, Maria Eduarda Diniz; PAES, Rosangela Vieira Dornelas Câmara. O autocuidado diante de uma pandemia mundial. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Faculdade Pernambucana de Saúde, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia. 2020. Disponível em: <https://tcc.fps.edu.br/bitstream/fpsrepo/834/1/TCC%20O%20autocuidado%20di%20ante%20de%20uma%20pandemia%20mundial.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SOUZA, Isabel Cristina Weiss de; CANDIDO, Carolina Ferreira Guarnieri. Diagnóstico psicológico e terapia cognitiva: considerações atuais. Revista Brasileira Terapia Cognitiva. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 82-93, nov. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872009000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2021.

WRIGHT, Jesse H; BASCO, Monica R; THASE, Michael. Aprendendo a Terapia Cognitivo Comportamental. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SAÚDE DO SER MENSTRUANTE E AS POSSIBILIDADES DE COLETA DO
FLUXO MENSTRUALHEALTH OF THE MENSTRUAL BEING AND THE POSSIBILITIES OF
COLLECTING THE MENSTRUAL FLOW

Maria Victória Reitz, Guilherme Augusto Hilário Lopes
guilherme.lopes@colegio.unifebe.edu.br

Colégio UNIFEBE

RESUMO: O principal objetivo desse trabalho é expor a complexidade da vida do ser menstruante, além de avaliar os métodos de conter o fluxo de sangue, com enfoque no coletor menstrual. Inicialmente, a pessoa que menstrua é analisada, demonstrando os obstáculos enfrentados ao longo da história, provenientes da falta de estudos científicos sobre saúde menstrual e os tabus criados, que demonizavam o sangue menstrual. A linguagem correta ao tratar de pessoas que menstruam é abordada, enfatizando que indivíduos com útero menstruam, em sua maioria, independente da identidade de gênero. Em seguida, os meios usados para gerenciar o período menstrual são apresentados, acompanhando a história de uma das opções mais sustentáveis, econômicas e que vem ganhando popularidade no Brasil, o coletor menstrual. No mesmo tópico se disserta sobre a busca de medidas de absorver ou coletar o menstruô de maneira responsável com o meio ambiente, citando o ecofeminismo. Ao tratar de saúde e mercado feminino, se compara o número de produtos e tratamentos voltados especificamente a estética do corpo da mulher e a quantidade e qualidade de recursos estudados para saúde mulheril. Essa pesquisa também trata dos impactos econômicos envolvendo os itens de saúde e higiene menstrual, antecipando o problema envolvendo a falta de recursos básicos menstruais, chamado de pobreza menstrual.

Palavras-chave: Menstruação, Tabus, Feminino, Produto, Sangue.

ABSTRACT: The main objective of this work is to expose the complexity of the menstrual person's life, in addition to evaluating the methods of blood flow containment, with a focus on the menstrual collector. Initially, the menstruating person is analyzed, demonstrating the obstacles faced throughout history due to the lack of scientific studies on menstrual health and the taboos created that demonized menstrual blood. Correct language is addressed when dealing with people who menstruate, emphasizing that individuals with a uterus mostly menstruate, regardless of gender identity. Then, the means of managing the menstrual period are presented, following the history of one of the most sustainable and economical options that has been gaining popularity in Brazil, the menstrual collector. The same topic discusses the search for measures to absorb or collect menstrual in an environmentally responsible way, encompassing ecofeminism. When it comes to women's health and market, the quantity of products and treatments specifically aimed at female body aesthetics and the quantity and quality of resources studied for female health are compared.

This research also addresses the economic impacts involving menstrual health and hygiene items, anticipating the problem that involves their lack, called menstrual poverty.

Keywords: Menstruation, Taboos, Female, Product, Blood.

1 INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho apresenta o ser menstruante além da identidade de gênero, tratando da importância de falar sobre menstruação e da quebra de tabus acerca do tema. Os meios de conter o sangue menstrual de forma acessível, sustentável e econômica são abordados ao decorrer do artigo. Além disso, a relevância que se dá à saúde menstrual é questionada ao exibir temas como mercado feminino e pobreza menstrual.

Além dessa introdução, o capítulo 2 consiste no referencial teórico e está dividido em 5 tópicos. O primeiro intitulado como O ser menstruante, tratando da maneira que a menstruação fora interpretada ao longo dos anos, a seriedade e o valor em falar sobre menstruação, ademais da linguagem correta ao se referir à quem menstrua. No tópico seguinte, Novos métodos de coleta do sangue menstrual serão descritos os métodos de coletar o fluxo menstrual, acompanhados da breve contextualização histórica da criação do coletor menstrual, a crescente popularidade desse produto no Brasil, além da busca de hábitos mais sustentáveis no cotidiano feminino. Sequencialmente, enfatiza-se a realidade do mercado feminino, tratando dos produtos e procedimentos voltados à estética feminina e os oferecidos à saúde da mulher, citando como a sociedade patriarcal tem influência sobre isso, no tópico Saúde e mercado feminino. As questões relativas ao mercado e a indústria da menstruação, bem como o impacto e a necessidade de reflexões acerca do consumo está descrita no tópico intitulado impactos econômicos. Já em Pobreza menstrual no Brasil, será explícita a situação de quem não tem acesso a recursos básicos de higiene menstrual com dados atuais e as medidas que o governo brasileiro tem tomado acerca desse problema. Em seguida apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, bem como os resultados e discussões seguido das considerações finais.

É de grande importância discorrer acerca dos temas anteriormente citados, visto que a chave da solução de problemas envolvendo saúde menstrual está na comunicação baseada em conhecimento científico. Combater os tabus no que se refere a menstruação é um dos objetivos desse trabalho.

2 O SER MENSTRUANTE

O direito de escrita e leitura, por anos durante a história da humanidade e suas civilizações, foi reservado apenas aos seres masculinos, por isso é necessário enfatizar que em períodos históricos, mitos sobre fenômenos menstruais se tornavam muito comuns e é provável que, quem realmente menstruava não podia expor seu próprio jeito de lidar com o mêsstruo. O fenômeno da menstruação é um processo natural que ocorre com, praticamente, todos os seres providos do sistema reprodutor com ovário, útero e vagina.

Mesmo assim, falar sobre esse fator, que é responsável pela garantia da vida da espécie humana, ainda é motivo de vergonha.

É de conhecimento popular que o sangue menstrual não é tóxico e que não faz mal à saúde, contudo as primeiras sociedades tratavam a menstruação como algo causador de doenças. Freud (2013), diz que os tabus menstruais foram criados pelo medo de sangue. As teorias formadas a partir da negatividade menstrual persistiram na ciência até o século XX.

Falar sobre menstruação é desmistificar a ideia de impureza sobre os sangramentos, além de fornecer autoconhecimento à quem menstrua, se constrói uma rede de apoio que dá acesso a informações necessárias sobre higiene e autoestima. Uma pesquisa da Plan International de 2017 revelou que, na Europa, dois terços das mulheres não falam sobre o assunto com os homens que mais convivem. No continente africano, o cenário é ainda mais estigmatizado: em Gana, 90% das mulheres sentem vergonha de menstruar. (O TABU, 2020, on-line).

Despir os preconceitos acima da saúde menstrual tem o poder de abrir portas ao autoconhecimento à quem menstrua. Entretanto, generalizar o fenômeno da menstruação apenas às mulheres torna o enfoque do tema excludente e contribui para a desinformação e humilhação de quem poucas vezes é lembrado, ao tratar sobre ciclo menstrual. Todo ser com vagina e útero pode menstruar, independente da identidade de gênero. Seu corpo biológico tem o papel de menstruar, salvo quando o indivíduo faz o uso de anticoncepcionais contínuos, DIU, ou fatores como menopausa, doenças e histerectomia. O discurso feminista que exigia alterações na linguagem sexista ao falar sobre temas como menstruação era alvo de ataques e desprezo em tempos passados. Atualmente existe um esforço mais significativo para prevenir essa linguagem enviesada.

Pessoas que não se enquadram na definição tradicional de mulher-heterossexual e cis tendem a ser ignoradas. Com isso, acabam isoladas, marginalizadas, estigmatizadas e discriminadas. Questões como menstruação e saúde íntima são diferenciadas por gênero e não pela composição biológica da pessoa, a tendência é que sejam inacessíveis dificultando que homens transexuais e pessoas não binárias tenham um atendimento de qualidade (NEM, 2021, on-line).

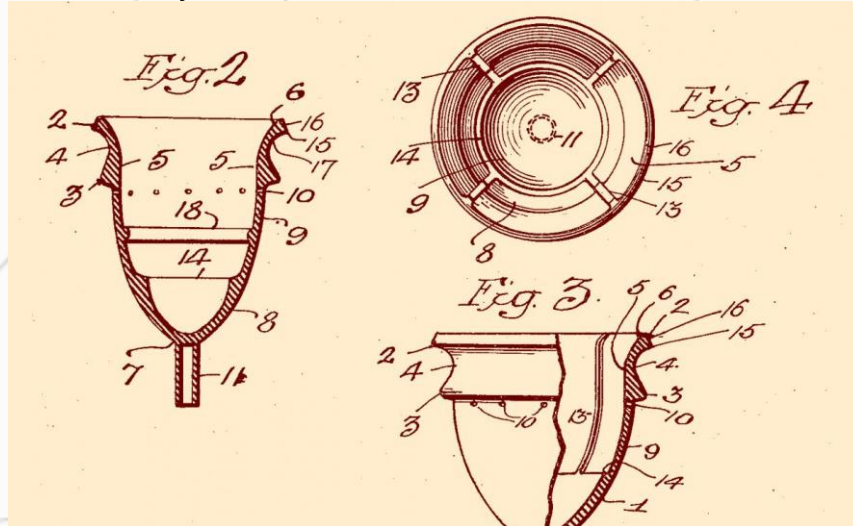
2.1 NOVOS MÉTODOS DE COLETA DO SANGUE MENSTRUAL

Todo mês mais da metade da população mundial menstrua, por isso, graças à ciência e tecnologia, junto da maior liberdade dos corpos, principalmente, femininos, nos dias atuais, existem diversas formas de gerenciar o período de menstrual. Absorventes de tecido, discos e coletores menstruais, absorventes descartáveis internos ou externos, calcinhas absorventes e esponjas específicas para menstruação, todos esses produtos têm a mesma finalidade: absorção do fluxo menstrual, evitando vazamentos. Entretanto cada um de um jeito diferente, com durabilidades distintas e descartes variados (CAVALCANTE, 2020).

Quase um século atrás, a americana Leona Chalmers se tornou responsável pela invenção de um dos objetos mais revolucionários quando se trata da saúde menstrual. No ano de 1935, o coletor menstrual moderno surgiu no mercado, contudo essa não foi a primeira vez que se pensou em produzir absorventes internos não descartáveis, os chamados sacos catemeniais, entre

os anos de 1860 e 1870, que nunca chegaram a ser comercializados, provavelmente pelo peso e design em forma de cinta (WONS, 2019). Em 1937, dois anos após seu surgimento do atual coletor menstrual, iniciou-se a Segunda Guerra Mundial, qual foi responsável pela falta de borracha, sendo necessária a interrupção da produção desse utensílio pessoal. Além disso, o tabu sobre menstruação e controle do corpo feminino, causava receio ao tratar de inserir o objeto coletor de sangue dentro de si.

FIGURA 1: Projeto de coletor menstrual moderno de Leona Chalmers



Fonte: Korui, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Bzbsbw>.

No Brasil, a popularização dos coletores menstruais é recente, todavia vem crescendo ao longo dos anos. Entre as motivações para usar o coletor está a vantagem de ser mais ecológico, pois gera significativamente menos lixo comparado a um absorvente descartável. (WONS, 2019). O famoso copinho, feito de silicone hipoalergênico, pode durar até 10 anos, enquanto em apenas um ano utilizando absorventes externos descartáveis, se consomem 24 pacotes de absorventes, aproximadamente. Segundo a empresa brasileira de produtos menstruais, Korui (2019), o número de ciclos menstruais por pessoa que menstrua durante sua vida se aproxima de 450, sendo isso o resultado de 10.000 absorventes descartados, gerando 150 quilogramas de lixo. Ao considerar que apenas no Brasil existem 62 milhões de pessoas em idade menstrual, mais de 12.000 quilogramas de absorventes descartáveis geram lixo todo mês.

A busca de produtos e hábitos mais sustentáveis no cotidiano feminino se deve ao termo cunhado em 1974 pela feminista francesa, Françoise d'Euabonne, chamado de ecofeminismo, que se caracteriza por uma nova vertente do feminismo, concentrada na ecologia. Em entrevista concedida a Amanda Büneker (2017, on-line) a coordenadora executiva da MMM e do Centro de Estudos Ambientais Cíntia Barenho ressalta que não adianta ter o corpo livre, libertar somente o próprio corpo, enquanto estamos explorando a natureza de maneira desenfreada.

2.2 SAÚDE E MERCADO FEMININO

A carência de educação sexual, acompanhada aos tabus que envolvem menstruação, agrava a falta de conhecimento sobre o corpo feminino e consequentemente a saúde da mulher. No mercado, é notório o elevado número de itens com a finalidade de minimizar aspectos naturais femininos. A indústria investe fortemente em espécies de desodorantes íntimos femininos, apoiada sobre o discurso de saúde e higiene, enquanto isso, o órgão alvo dessas mercadorias é autolimpante e não exige produtos do gênero. As regras de beleza esperadas pela sociedade patriarcal, causam um enorme gasto de dinheiro e energia às mulheres, que assim, tentam alcançar uma imagem projetada de seus corpos. Dietas, exercícios físicos, cosméticos e cirurgias estéticas são formas de reparar o corpo natural mulheril, visto como feio e não harmonioso predominantemente. Em vez de resolver a infelicidade e a baixa autoestima das mulheres, a sociedade ajuda a criar neuroses causadoras desse cenário (MCCANN et al., 2019).

Enquanto o patriarcado projeta um corpo feminino ideal e a indústria cresce sobre isso, a saúde da mulher - mais especificamente sua menstruação - é deixada de lado. A realidade expõe que a prioridade da sociedade patriarcal é definir mulheres 'perfeitas', apenas para finalidade do prazer sexual. Por conta disso a biologia feminina não é e nunca foi devidamente estudada ou analisada com primazia.

Graças aos movimentos feministas, a conquista de maiores espaços para falar sobre a saúde feminina – tanto física, quanto psicológica- vem crescendo. Atualmente já é possível ver com maior frequência e naturalidade abordagens envolvendo menstruação. Propagandas de produtos menstruais tiveram um papel importante nessa discussão, a partir do momento em que começaram a mudar o que era exposto em suas antigas propagandas e ousaram em parar de reproduzir o sangue menstrual como um líquido azul. Mascarar a realidade de quem menstrua mudando a cor do fluído liberado durante o fluxo era muito comum e hoje, felizmente, está proibido.

O sangue menstrual, comumente, visto como sujo, é censurado além das propagandas. Transformar esse tabu em algo normal significa reduzir a pressão social que muitas pessoas sofrem enquanto estão menstruadas. É trágico normalizar o sangue proveniente de violência e cirurgias estéticas, mas sentir repulsa do fluxo menstrual que não ultrapassa da descamação do endométrio, um fenômeno natural (MACHADO, 2021).

Ter contato direto com esse fluído, tocar, cheirar e observar é primordial à saúde menstrual. Em caso de infecções ou doenças, os sinais aparecem por meio de alterações na coloração, odor, fluxo e textura do sangue. Os métodos absorventes menstruais descartáveis, muitas vezes camuflam os respectivos sinais por conterem perfumes em sua composição, por exemplo. Além disso os materiais nos quais são feitos esses absorventes não permitem que a vagina respire, mantendo a região propícia para propagação de fungos e bactérias. As opções mais saudáveis para conter o fluxo menstrual, além de gerarem menos lixo e serem mais econômicas, se encontram entre os absorventes reutilizáveis: coletores menstruais, discos menstruais, calcinhas absorventes e absorventes de pano. Os produtos anteriormente citados, ainda permitem a avaliação do sangue menstrual, com o objetivo de verificar alguma alteração que possa comprometer a saúde.

2.3 IMPACTOS ECONÔMICOS

Devemos ter em mente que a menstruação pode ser lida de variadas formas. Ou seja, existem múltiplas dimensões que deve se considerar quando observamos o fenômeno da menstruação. Podemos destacar questões de ordem individual e subjetiva, isto é, o modo como o ser menstruante se enxerga enquanto indivíduo. A questão sociohistórica e política que varia de acordo com cada sociedade e cultura e que impactam diretamente questões individuais e coletivas dessa parcela da população (FEDERICI, 2017; 2019). Não obstante, ainda temos as questões ambientais, para onde vai todo aquilo que é consumido, como lidamos com os rejeitos e lixos gerado neste processo (LEONARD, 2011). Um dos fatores fundamentais que ajudam a elucidar melhor algumas questões centrais nas sociedades contemporâneas certamente está intimamente vinculada âmbito da econômico.

Pois bem, tomarmos como princípio que a maior parte da população humana é composta por seres que fazem uso constante de produtos menstruais. Deste modo, devemos considerar a existência de um indústria que atende a diversos públicos e que mobiliza um quantidade significativa de recursos e movimentam uma longa cadeia de produção, distribuição, dito de outra forma movimentam economia (KOTLER, 2018, on-line). Uma pesquisa que visa informar a importância da educação menstrual apresenta dados importante acerca das cifras e do impacto que os produtos menstruais geram. A pesquisa quantitativa desenvolvida por Calazans, Miranda e Guerra (2019), apresenta projeções com o impacto de diferentes produtos menstruais em um ano tomando como exemplo a realidade da cidade de Porto Alegre.

Ao calcularmos as projeções, consideramos que todas as mulheres em idade fértil são menstruantes e que essa totalidade utiliza absorventes descartáveis. Foram levantados dados gerais sobre a geração e destinação de rejeitos, em escala local, por parte de absorventes descartáveis e de métodos alternativos ao mesmo. Através dos cálculos realizados obtemos que, em Porto Alegre, uma única mulher, durante sua vida menstrual ativa, gastará aproximadamente R\$ 5.760,00 em absorventes descartáveis, usará 9.600 unidades e gerará 3,4 kg de rejeitos com o descarte dos mesmos. Caso fosse optado pelo uso exclusivo de coletor menstrual, haveria um gasto aproximado de R\$261,88, 4 coletores descartados e geração 120g de rejeito. Com o uso exclusivo de calcinhas absorventes, o gasto seria de R\$5.109,6, com descarte de 60 calcinhas, com valor flutuante em pesagem de rejeito. Já com a utilização exclusiva de absorventes de pano, o gasto aproximado seria de R\$ 1.969,80, com o descarte de 70 unidades de absorventes, com valor flutuante em peso. Ainda na cidade de Porto Alegre, durante o período de um ano, as projeções em relação à pesagem de rejeitos gerados e quanto isso representa, em custo, para o gerenciamento do mesmo ao município, são respectivamente: 1.245 toneladas de rejeito oriundo do uso exclusivo de absorventes descartáveis e um gasto de R\$103.200,00 apenas em transporte. Com uso exclusivo do coletor, geração de

aproximadamente 11 toneladas de rejeito e um gasto de R\$902,67 em transporte. Para as calcinhas descartáveis, o descarte de 549.645,5 unidades de calcinhas. Para os absorvente de pano, haveria o descarte de 641.254,25 de unidades. Em escala mundial, 1.006.400 toneladas de rejeitos oriundos do uso de absorventes descartáveis, aproximadamente 8.800 toneladas providas do uso de coletor menstrual, 1.000.000,00 de calcinhas absorventes e aproximadamente o mesmo de absorventes de pano. (CALAZANS; MIRANDA; GUERRA, 2019, p. 2).

A indústria da menstruação nos moldes que está hoje lucra e ainda impacta o meio ambiente. Uma pergunta interessante é como compatibilizar a segurança menstrual com a lógica de lucratividade das empresas. Isso pensando no processo de internalização dos custos (LEONARD, 2011) e o impacto que os rejeitos da indústria menstrual trazem para meio ambiente (GOMIDES, 2020).

2.4 POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL

Um levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas em fevereiro de 2021, constatou que o número de brasileiros abaixo da linha da pobreza ultrapassou 27 milhões. O Ministério do Desenvolvimento Social brasileiro define que viver com uma renda de até 140 reais mensalmente significa estar na linha da pobreza. Atualmente, milhões de brasileiros não sabem o que vão comer, ou se terão condições de comer em seu cotidiano. Sabendo que ao longo da vida fértil o gasto com um único produto de higiene pessoal – absorvente descartável – ultrapassa os R\$ 6.000, é notório que o acesso aos produtos menstruais não é universal e nessa situação, deixa de ser uma prioridade.

A falta de recursos e informações dificultam demasiadamente a vida dos seres menstruantes, não ter acesso às orientações médicas sobre higiene, saúde e o ciclo menstrual é a realidade de muitos, não somente no Brasil, mas no mundo inteiro. Dados da Unicef revelam que 713 mil meninas brasileiras vivem sem banheiro ou chuveiro em casa, ameaçando sua dignidade e dificultando a rotina diária. É considerado um direito humano e questão de saúde pública a garantia aos produtos higiênicos necessários no período menstrual. Entretanto absorventes higiênicos não são considerados insumos pelo SUS, por isso estão fora da relação nacional de medicamentos essenciais. Menstruar não é uma escolha, é um processo natural, portanto nem todos que passam por ele tem condições de gerenciá-lo.

Tratar de pobreza menstrual, é um tema atual na realidade brasileira. Esse tema poucas vezes fora abordado e considerado com tanta popularidade sobre a sociedade. As discussões envolvendo saúde da mulher, dificilmente, foram tratadas com devido enfoque por representantes políticos na história brasileira, a falta de representação e voz feminina nos cenários políticos contribuíram para essa realidade.

Um projeto lei 4968/2019, de autoria da deputada federal Marília Arraes, que combate a pobreza menstrual, foi aprovado pelo Senado brasileiro em setembro de 2021. Estudantes em situação de vulnerabilidade de escolas públicas, pessoas em situação de rua, presidiários e pacientes internados para

cumprimento de medidas socioeducativas teriam o direito garantido de receber do Estado produtos menstruais. “A gratuidade dos absorventes já é uma realidade em outros locais no mundo, como na Escócia, que se tornou em novembro de 2020 o 1º país do mundo a liberar a distribuição dos produtos menstruais” (RANGEL et al., 2021, on-line).

O governo de Jair Messias Bolsonaro vetou o projeto, alegando contrariedade sobre o interesse público e justificou que absorventes higiênicos estão fora da relação nacional de medicamentos essenciais. Negar o acesso igualitário de produtos estreitamente necessários às pessoas que menstruam no Brasil, significa intensificar a desigualdade social e de gênero. “Estima-se que no país, uma em quatro meninas tem a vida escolar afetada por conta da falta de acesso a itens básicos de higiene como absorventes, água e sabão. Ao longo do ano elas perdem cerca de 45 dias letivos” (GIAXA, 2021, on-line).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos dessa pesquisa caracteriza-se bibliográfica com caráter descritivo, pois pretende explanar a vida do ser menstruante, além de evidenciar os impactos de métodos de coleta do fluxo menstrual, com enfoque no coletor menstrual. “A pesquisa descritiva ‘delineia o que é’ e aborda também quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente. (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 6).

Esse trabalho buscou abordar conhecimentos específicos sobre o assunto citado, bem como impactos e soluções envolvendo dilemas da sociedade patriarcal, quando se trata da saúde da pessoa que menstrua. Falar sobre menstruação é importante, não apenas à quem menstrua, mas para todo corpo social, pois assim esse fenômeno será tratado com devida importância e seriedade.

Durante a coleta e busca de dados, notou-se a carência de informações tanto historicamente, quanto atuais, acerca da menstruação e de como as pessoas tratam o assunto. Acredita-se que essa condição se deve aos tabus e a falta de acesso a literatura, escrita por pessoas que atravessam as dificuldades sobre esse tema, acompanhados da prematuridade de estudos envolvendo os métodos de continência do fluxo menstrual.

A maioria das fontes de pesquisa são provenientes da internet, espaço aberto para discussões e compartilhamento de conhecimentos. Os sites que mais ofertam informações sobre saúde menstrual são os mesmos que comercializam produtos do meio. Trazem possíveis dúvidas provenientes de quem menstrua, unidas às soluções e tratamentos para cada questão. Dados científicos e problemas relativos ao tema também são expostos, principalmente por sites envolvendo projetos de combate à pobreza menstrual, além de noticiários. Bem como a consulta em repositórios institucionais juntamente aos Programas de Pós-Graduação em dissertações e teses e na busca por artigos científicos (WONS, 2019; GOMIDES, 2020; CAVALCANTE, 2020).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da finalização das pesquisas ficou evidente a importância de falar sobre menstruação, principalmente acerca da saúde menstrual. É possível

verificar a carência de informações universais sobre o tema menstruação, junto da falta de conhecimento sobre o próprio corpo de quem menstrua, além sucinta representação dos métodos de conter o fluxo de sangue de seus ciclos. Compartilhar conhecimentos envolvendo esse assunto contribui para desconstrução de tabus, gera um maior autoconhecimento, reduz a falta de informação ou informações falsas a respeito do menstruô. As políticas públicas têm grande responsabilidade em reverter a situação vulnerável na qual se encontram pessoas sem acesso às noções básicas quanto a menstruação.

Os impactos tanto ambientais, quanto econômicos envolvendo os absorventes descartáveis, também foram explícitos, mostrando que além de serem caros, são fortes poluentes e geram grande quantidade de lixo no planeta Terra todos os dias. Apresentar métodos de conter o fluxo menstrual reutilizáveis de maneira ampla e acessível, contribuiria na busca de hábitos mais sustentáveis durante a vida fértil. Discutir fatores como esses nas escolas e levar conhecimento às Unidades Básicas de Saúde são maneiras de reduzir a desinformação e os estigmas sobre sangue menstrual. Estudos envolvendo os métodos de coleta do sangue menstrual ainda são prematuros, o que dificulta o domínio sobre os mesmos e a possibilidade de mudança para produtos de maior qualidade, utilizados durante a menstruação. O mercado voltado ao público feminino, quando não prioriza a saúde menstrual, prejudica ainda mais o acesso às diversas opções de conter o fluxo. Entretanto as propagandas comerciais de absorventes tiveram grande importância ao tratar do sangue menstrual como ele realmente é, quando começaram expor em suas propagandas um líquido vermelho para exemplificar o menstruô.

FIGURA 2: Propaganda da marca “Bodyform” retratando o sangue em vermelho



Fonte: Hyponess, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3CMp5G5>

Registro de propaganda utilizando a cor vermelha para representar sangue menstrual, que anteriormente era retratado com azul, em sua maioria. Não representar o sangue com características básicas e reais, como sua coloração, reforça os estigmas e tabus acerca da menstruação (SARDENBERG, 1994; MACHADO, 2021).

A falta de recursos de higiene básica durante a menstruação é outra preocupação exposta na escrita do trabalho. A dignidade de quem se encontra nessa situação precária é ameaçada, além de toda sua rotina, principalmente escolar. Apesar de ser um direito básico e questão de saúde pública, os produtos de higiene básica, como absorventes, não são acessíveis para todos que necessitam. Projetos de lei que reduzam a precariedade e melhorem a acessibilidade aos produtos menstruais precisam ser aprovados pelo governo do Estado, contudo levar discussões sobre pobreza menstrual até às políticas públicas é de extrema importância. Ademais, escolher candidatos político dentro da sua cidade, estado ou país verificando quais são seus projetos voltados à saúde menstrual, contribui para redução dessa problemática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Boa parte dessa pesquisa foi escrita enquanto eu mesma utilizava um dos métodos de contenção do sangue menstrual citados no trabalho - o coletor menstrual. Esse fator me fez refletir sobre o privilégio que é ter um produto de qualidade, que me proporciona conforto enquanto eu fico horas sentada escrevendo, sem a necessidade de ficar conferindo vazamentos ou sofrendo com assaduras, que, provavelmente, teria utilizando absorventes descartáveis. A situação se agravaria se não tivesse condições nem de ter um absorvente descartável e tivesse que recorrer a retalhos de pano, papel higiênico, folhas de jornal ou qualquer material que pudesse conter meu sangue.

Levando em consideração os aspectos pesquisados, pude perceber que além da precariedade de acesso aos produtos menstruais reutilizáveis, existe um problema ainda mais agravante: quem não tem acesso a nenhum tipo de recurso básico durante a menstruação. As hipóteses levantadas acima da importância de informação científica acessível foram confirmadas, ao constatar que a solução de uma parcela dos problemas envolvendo o ser menstruante está na fala e compartilhamento de conhecimento sobre saúde menstrual. A eficácia dos métodos de conter o sangue menstrual e a crescente procura de produtos menstruais mais sustentáveis e econômicos também foi confirmada.

REFERÊNCIAS

BÜNEKER, Amanda. Ecofeminismo: A conexão entre mulheres e meio ambiente. Beta. 5 set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3pORGXw>. Acesso em: 14 out. 2021.

CALAZANS, Daphne Becker; MIRANDA, Alessandra Viana de; GUERRA, Teresinha. Menstruação sustentável: redução da geração de rejeitos através da educação menstrua. In: SALÃO DE ENSINO DA UFRGS, 15.; Salão UFRGS, 2019, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre, UFRGS, 2019. p. 1-2. Disponível em: <https://bit.ly/3bsOTe9>. Acesso em: 22 out. 2021.

CAVALCANTE, Láisa Rebelo. Design no contexto do antropoceno: análise sobre o consumo de produtos para menstruação. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Design)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3pTXVJJ>. Acesso em: 25 out. 2021.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GIAXA, Clarissa Silva. Socióloga explica pobreza menstrual, uma das causas de evasão escolar no Brasil. IGNews. 20 jun. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3btMS1k>. Acesso em: 25 out. 2021

GOMIDES, Lana de Araújo. “Deixa meu sangue escorrer”: como as visualidades operam sobre os sentidos da menstruação?. 2020. 210 f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3CBhiuk>. Acesso em: 25 out. 2021.

KORUI. Quanto custa a menstruação?. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2ZQdwiY>. Acesso em: 23 out. 2019.

KOTLER, Jennifer. Uma breve história dos produtos menstruais modernos: Como chegamos aos absorventes que temos hoje?. Helloclue. 20 nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3pUOyJQ>. Acesso em: 20 out. 2021.

LEONARD, Annie. A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MACHADO, Rosiane Eufrazio. Rosa Sangrenta de Maria Teresa Horta e a ressignificação do sangue menstrual. 2021. 82 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Cxn9kl>. Acesso em: 20 out. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 8. ed. São Paulo. Atlas. 2017.

MCCANN, Hannah *et al.* O livro do feminismo. tradução Ana Rodrigues, Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

NEM toda mulher menstrua. Fleurity. 18 jun. 2021. Disponível em <https://bit.ly/3BwxFXV>. Acesso em: 13 out. 2021.

O TABU da menstruação: qual é a importância desse debate?. Vai por elas. Discovery Brasil. 09 nov. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mug8ey>. Acesso em: 13 out. 2021.

RANGEL, Bruna *et al.* Pobreza menstrual: 25% das adolescentes brasileiras não têm acesso a absorventes. #Colabora. 8 out. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3bsG3gp>. Acesso em: 25 out. 2021.

SARDENBERG, Cecília M. B.. De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, n. 2, jan. 1994. p. 314-344

WONS, Letícia. "Introduzindo o primeiro produto menstrual que não absorve nada": Coletores menstruais e transformações nas ordens prático-simbólicas da menstruação. 2019. 165f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3w1l0ep>. Acesso em: 25 out. 2021.

ANAIIS ENPEX 2021

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ARTIGOS

**SISTEMAS DE
INFORMAÇÃO**



**XX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV MOSTRA DE EXTENSÃO
BRUSQUE/SC - BRASIL**



UNIFEBE
É NOSSA. É DAQUI.

PROTÓTIPO DE CHATBOT EM EQUIPES DE SERVICE DESK EM
EMPRESAS DE MÉDIO PORTE

CHATBOT PROTOTYPE IN SERVICE DESK TEAMS IN MIDSIZE
COMPANIES

Edson Junior Czenkoski, Edward Thomas Volkmann, Fabio Schug, Juliano de
Oliveira Graupner, Kamila Barbosa da Rocha, Lariana Luy Peixoto, Claudio
Ratke

claudio.ratke@sc.senac.br

Faculdade Senac Blumenau – SENAC

RESUMO: Diante das necessidades diárias, de respostas mais rápidas e assertivas, este trabalho propõem a utilização de *chatbot* em Equipes de *Service Desk* de TI em empresas de médio porte, alinhadas ao atendimento inicial, possibilitando uma automatização do processo de atendimento e agregação de valor. Abordou-se deste modo o conceito de gestão de incidentes do ITIL, os conceitos e principais características de um *chatbot*, definiu-se as principais tecnologias envolvidas na criação de um *chatbot*, criou-se um protótipo de *chatbot* e por fim, elencou-se os custos envolvidos na utilização da ferramenta. Para alcançar os objetivos propostos realizou-se uma pesquisa bibliográfica e exploratória com aplicação de questionário para a obtenção dos resultados e posterior análise, onde mediante questionário constatou-se que as empresas respondentes realizam seus atendimentos com base no *Service Desk*, possuem Base de Conhecimento e consideram o uso de *chatbot* possível para resposta de dúvidas e atendimentos básicos de processos, cujo são possíveis de documentação de configuração/instalação passo a passo. Conclui-se que o respectivo trabalho atingiu aos objetivos propostos, agregando-se aprendizados quanto a toda pesquisa teórica e funcionamento e utilização de *chatbot*.

PALAVRAS-CHAVE: Chatbot. Service Desk. Gestão de Serviços de TI. Gestão de Incidentes.

ABSTRACT: *Given the daily needs, faster and more assertive responses, this work proposes the use of chatbot in IT Service Desk Teams in medium-sized companies, aligned with the initial service provided, enabling an automation of the service process, and adding value. In this way, the ITIL incident management concept was approached, the concepts and main characteristics of a chatbot, the main technologies involved in the creation of a chatbot were defined, a chatbot prototype was created and finally, it was listed the costs involved in using the tool. To achieve the proposed objectives, a bibliographic and exploratory research was carried out with the application of a questionnaire to obtain the results and subsequent analysis, where through a questionnaire it was found that the responding companies perform their services based on the Service Desk, have a Knowledge Base and consider the use of chatbot possible for answering questions and basic process assistance, which are possible with step-by-step configuration/installation documentation. It is concluded that the respective work*

achieved the proposed objectives, adding learning about all theoretical research and functioning and use of chatbot.

KEYWORDS: Chatbot. Service Desk. IT Service Management. Incident Management.

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 40, com o surgimento do primeiro computador eletrônico de larga escala, a tecnologia vem evoluindo a passos largos, contribuindo para a melhora no desempenho de várias atividades, além de auxiliar constantemente na execução e automatização das tarefas, possibilitando cada vez mais agilidade nos processos.

Durante muito tempo, as organizações deram continuidade aos negócios sem o auxílio da Tecnologia da Informação (TI). Atualmente a realidade é outra, pois a TI passou a ser vista como um fator crítico para as organizações e muitas vezes, um diferencial diante do mercado, já que por meio dela as organizações conseguem aprimorar seus fluxos de informações, integrar seus negócios e melhorar sua performance, tornando-se mais competitivas.

A utilização de ferramentas que apoiem o Gerenciamento de Serviços de TI na organização é de extrema importância, levando em consideração a expectativa de crescimento e evolução dos setores da empresa e consequentemente da própria organização.

O *framework* ITIL (Information Technology Infrastructure Library) oferece um guia de boas práticas no gerenciamento de serviços de TI, descrevendo orientações para a melhoria dos processos de TI objetivando o alinhamento da TI com as demais áreas do negócio, de maneira a garantir geração de valor à organização.

Um dos processos que integram esse *framework* e que é de extrema importância para o negócio é o Gerenciamento de Incidentes, que tem como objetivo garantir que os serviços de TI sejam restaurados para sua normalidade o mais breve possível após a ocorrência de um incidente, visando minimizar qualquer impacto sobre o serviço ou sua indisponibilidade.

Cestari Filho (2012), cita que a central de serviço possui diversas responsabilidades, entre elas: receber e registrar todas as chamadas dos usuários; gravar e acompanhar incidentes e reclamações; promover uma avaliação inicial dos incidentes; manter os usuários informados sobre o progresso de suas requisições; identificar necessidades de treinamento dos usuários; contribuir com a identificação de problemas; etc.

Como o *Service Desk* não tem controle sobre o número de chamadas recebidas e a demanda por uma resolução ágil e assertiva para incidentes ou requisições é cada vez maior, a adoção de novas técnicas e recursos tecnológicos para o autoatendimento busca reduzir o número de chamadas do setor. Visando esta automação, uma das ferramentas que podem ser adotadas é a utilização do sistema de *chatbot*.

Cancel e Gerhardt (2019) afirmam que existem muitos benefícios na utilização de *chatbots* entre eles, a capacidade de atendimentos 24 horas por dia, 7 dias por semana e respostas imediatas.

De acordo com Yin (2019, np, tradução nossa) “é difícil imaginar um futuro sem um *chatbot*. [...] Eles serão cada vez mais aplicados e podem oferecer um novo caminho mais flexível aos usuários”

Empresas que trabalham com equipes em formato de *Service Desk*, acabam tendo problemas em disponibilizar ao cliente um suporte que esteja sempre disponível de forma imediata.

Diante deste cenário, esta pesquisa demonstra que é possível utilizar a tecnologia de *chatbot* como oportunidade para otimizar questões repetitivas e passíveis de automatização. Melhorando o nível de serviço e reduzindo a carga da equipe de *Service Desk*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GESTÃO DE SERVIÇOS DE TI

Segundo Cestari Filho (2012) o objetivo do Gerenciamento de Serviços de TI é garantir que todos os recursos de TI estejam alocados o mais adequadamente possível de forma integrada, onde também é responsável por adotar uma postura proativa em relação as necessidades da organização, adotando práticas que ajudarão a contribuir no sucesso do negócio.

De acordo com Castro (2013) os processos do gerenciamento de TI são estruturados, majoritariamente em cima dos conceitos do framework ITIL, que tem como objetivo estabelecer padrões de qualidade na entrega dos serviços seguindo uma base de boas práticas.

Ainda segundo Cestari Filho (2012), existem também outras metodologias que podem auxiliar no processo de gerenciamento de serviços de TI, como o PMBOK (Project Management Body of Knowledge) e a metodologia ágil. Contudo, deve-se ressaltar que tais práticas não se aplicam somente a esta área, mas podem ser utilizadas em qualquer projeto pertinente.

2.2 GESTÃO DE INCIDENTES

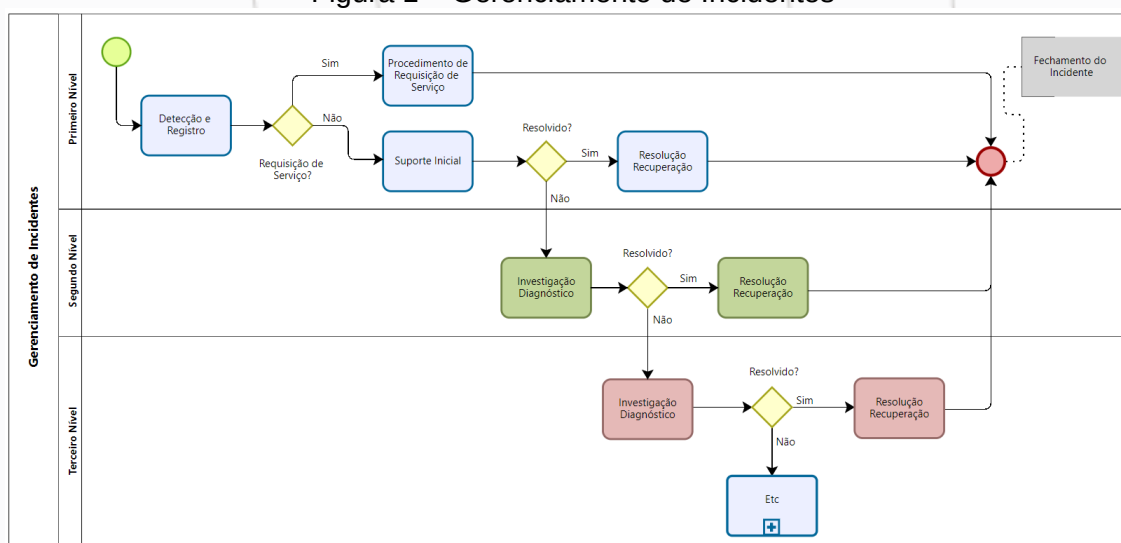
Segundo Freitas (2010), um incidente se trata da interrupção ou redução na qualidade da entrega de um serviço de TI para abaixo dos níveis acordados em contrato, onde cabe o gerenciamento de incidentes tratar estas falhas de modo que sejam identificadas suas causas e assim tomadas as devidas providências.

Os principais objetivos do gerenciamento de incidentes indicados por Cestari Filho (2012) são:

- Resolver os incidentes o mais rápido possível, restabelecendo o serviço normal dentro do prazo acordado;
- Manter a comunicação da situação dos incidentes aos usuários;
- Escalonar os incidentes para os grupos de atendimento para que seja cumprido o prazo de resolução;
- Fazer avaliação dos incidentes e informar as possíveis causas ao processo de Gerenciamento de Problema

Na Figura 1, verifica-se uma demonstração do fluxo do Gerenciamento de Incidentes.

Figura 1 – Gerenciamento de Incidentes



Fonte: Adaptado de Cestari Filho (2012).

O processo de Gerenciamento de Incidentes é o responsável tanto pelo tratamento, quanto pela resolução de todos os incidentes que ocorrem nos serviços de TI, objetivando reestabelecer os serviços o mais rápido possível. Para que sua estrutura funcione de maneira correta, ele se apoia na estrutura da Central de Serviços (MAGALHÃES; PINHEIRO, 2007).

A central de serviços (*Service Desk*) provê um ponto único de contato entre todos os usuários de TI. Geralmente o *Service Desk* realiza o registro e gerencia todos os incidentes, solicitações de serviço e acesso, além de fornecer uma interface de usuário para todos os demais processos e atividades de operação de serviço da organização (ITSMF UK, 2012).

2.3 CENTRAL DE SERVIÇOS

O Service Desk é considerado a vitrine de TI para os usuários e é onde grande parte destes usuários tem a primeira impressão do atendimento tecnológico do provedor de serviço de TI (ITSMF UK, 2012).

Segundo Bober (2014) algumas das principais funções do Service Desk são:

- Realizar o registro, escalonamento e fechamento de incidentes;
- Registro de solicitações e respostas a perguntas dos usuários;
- Manter os usuários informados a respeito do status de solicitações realizadas em relação a serviços e incidentes.
- Gerenciar o ciclo de vida das solicitações e incidentes, escalonando de maneira adequada e fechando-os quando os usuários estiverem de acordo.

No ITIL o Service Desk apoia várias áreas, entre elas: o Gerenciamento de Incidentes, Problemas, Configurações, Mudanças, Liberação, Nível de Serviço, Disponibilidade, Capacidade, Segurança, Continuidade dos Serviços de TI e Gestão Financeira (TANG; TODO, 2013).

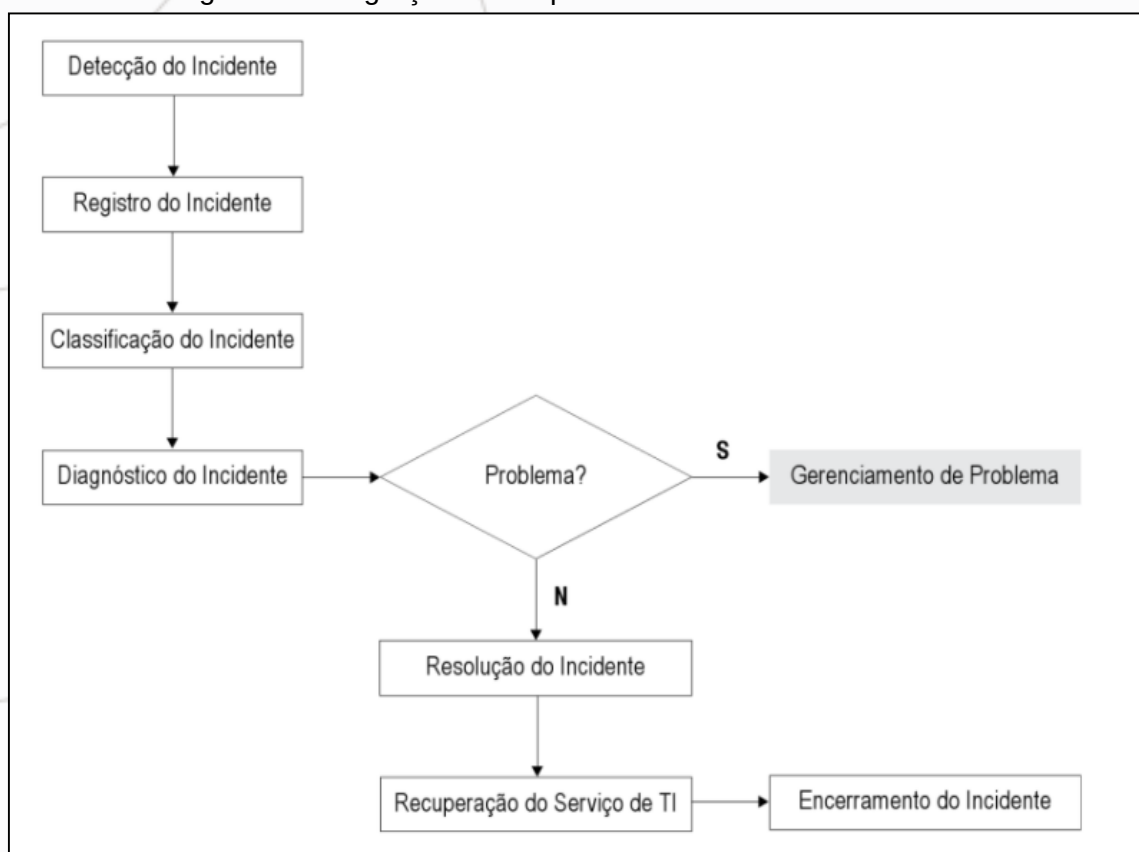
2.4 GESTÃO DE PROBLEMAS

De acordo com Freitas (2010), o objetivo do processo de gerenciamento de problemas é minimizar os impactos gerados pela ocorrência de problemas, que por vezes, foram originadas de incidentes que não puderam ser prevenidos. O autor descreve que incidentes se referem a interrupções não esperadas dos serviços de T.I, já os problemas referem-se a causa raiz das ocorrências.

Magalhães e Pinheiro (2007) ressaltam que a falta de uma gestão de problemas eficiente, acaba resultando na insatisfação e falta de confiança dos clientes para com o setor de TI da empresa. Por consequência, a própria equipe de serviços de TI também acaba perdendo produtividade, pois precisam gastar muitos recursos resolvendo os mesmos incidentes.

A Figura 2 demonstra o processo de integração de gerenciamento de problemas com o gerenciamento de incidentes.

Figura 2 – Integração com o processo de Gerenciamento de Incidentes



Fonte: Magalhães e Pinheiros, (2007).

2.5 CHATBOT

O *chatbot*, palavra inglesa, de chat+bot (conversa + robô) é um programa que simula as respostas de um ser humano em uma conversação em linguagem natural (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021).

De acordo com Cruz, Alencar e Schmitz (2018), o *chatbot* também pode ser chamado de assistente virtual inteligente, um programa de computador, assim como o Microsoft® Word® e Google® Chrome®, que foram projetados para interação com clientes, por meio de linguagem natural.

O primeiro *chatbot*, chamado de ELIZA foi construído em 1966, por Joseph Weizenbaum, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). O objetivo do chatbot era interagir e realizar questionamentos simulando uma conversa com psicoterapeuta. Apesar da capacidade limitada, foi uma fonte de inspiração para novos desenvolvimentos (WEIZENBAUM, 1966).

Em uma análise temporal, de acordo com Adamopoulou e Moussiades (2020) posterior a ELIZA ainda surgiram:

- PARRY, em 1972;
- JABBERWACKY, em 1988;
- DR. SBAITSO, em 1992;
- ALICE, em 1995;
- SMARTERCHILD, em 2001;

De acordo com Cahn (2017), a partir do desenvolvimento da ELIZA houve um progresso no desenvolvimento de sistemas cada vez mais inteligentes, onde na atualidade pode-se citar a Alexa da Amazon®, a Siri da Apple e a Cortana da Microsoft®.

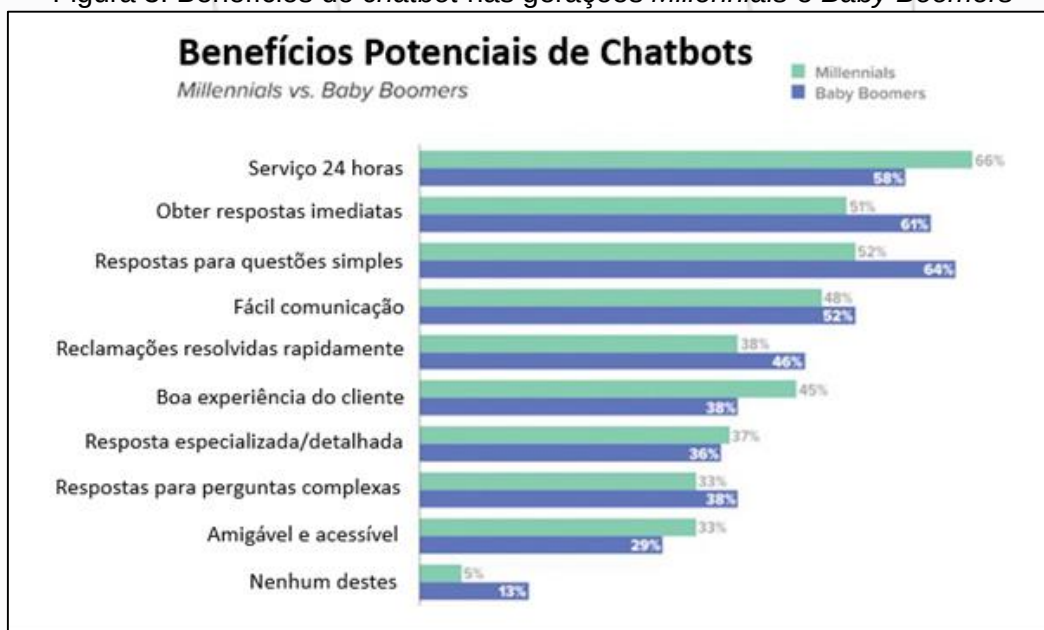
De acordo com Cruz, Alencar e Schmitz (2018) foram necessários avanços nas áreas de inteligência artificial, processamento de linguagem natural, banco de dados e rede de processamento de dados, para conseguir propor uma ferramenta que atenda às necessidades que exigem cada vez mais robustez, velocidade e eficiência.

Panetta (2018, np, tradução nossa), em matéria da Gartner, cita “10 tecnologias estratégicas do Gartner Top para 2019”, sendo as “Coisas Autônomas” como uma das primeiras, onde define-se o uso da Inteligência Artificial (IA) para interagir naturalmente com seus ambientes/pessoas.

Segundo Goasduff (2019, np), também em matéria da Gartner, afirma que “em 2022, 70% dos trabalhadores de setores administrativos ou gerenciais interagirão com plataformas de conversação diariamente”.

Cancel e Gerhardt (2019) afirmam que existem muitos benefícios na utilização de chatbots entre eles, a capacidade de atendimentos 24 horas por dia, 7 dias por semana e respostas imediatas. Inclusive citam que não somente a geração *millennials* entende os benefícios do chatbot, como também beneficiam a geração baby boomers, conforme observa-se na Figura 3.

Figura 3: Benefícios do *chatbot* nas gerações *Millennials* e *Baby Boomers*

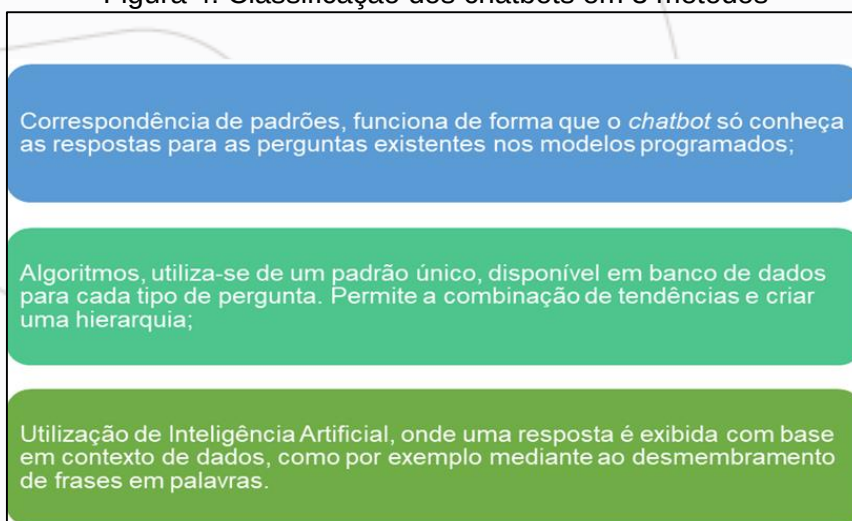


Fonte: Adaptado de Cancel e Gerhardt (2019, tradução nossa).

De acordo com Schappo (2018, np) “existem muitas maneiras de perguntar a mesma coisa, e quando você faz a configuração não consegue colocar todas no sistema”. Porém, Cruz, Alencar e Schmitz (2018) complementam que se torna necessária a capacidade do *chatbot* de entender questões dos seres humanos, mediante descoberta, localização e consulta do banco de dados para formulação da resposta. Posteriormente, os sinônimos utilizados no questionamento podem ser acrescentados ao banco de dados, juntamente com outras informações, ampliando a capacidade de resposta do *chatbot*.

Segundo Carter (2019), o *chatbot* pode ser classificado em 3 métodos, conforme Figura 4.

Figura 4: Classificação dos *chatbots* em 3 métodos



Fonte: Baseado em Carter, (2019, tradução nossa).

O *Service Desk* é classificado como perfil *inbound*, isto é, um receptor de chamados. Por este motivo, o esforço passa a ser maior para garantir um atendimento dentro dos padrões, já que não é possível controlar o número de chamadas recebidas. Isso contribui para impulsionar projetos de autoatendimento, onde busca-se alterar o agente de atendimento, que inicialmente é focado em pessoas, passando a ser baseado em outros tipos de sistemas, reduzindo desta forma o número de chamadas atendidas pela equipe do *Service Desk* (MAGALHÃES; PINHEIRO, 2007).

Ainda segundo os autores Magalhães e Pinheiro (2007), estes sistemas de resposta automática podem ser utilizados em algumas situações, tais como:

- Durante uma solicitação de suporte técnico, onde o usuário do serviço é direcionado por uma sequência de perguntas que vão levá-lo a resposta esperada;
- Durante a reativação de contas do usuário nos diferentes sistemas utilizados, por meio da integração do sistema de resposta automática a uma rotina, na qual reative automaticamente a conta do usuário em um sistema específico ou diretório de perfis;
- Durante a divulgação de informações providas da Central de Serviços, que se referem a indisponibilidade de serviços de TI, substituição de sistemas, disponibilização de novos serviços entre outros.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, exploratória com aplicação de questionário para a obtenção dos resultados e posterior análise.

Para coleta de dados foi aplicado questionário objetivando levantar a composição do *Service Desk* das organizações, assim como a viabilidade de utilização da ferramenta de *chatbot* nestas equipes.

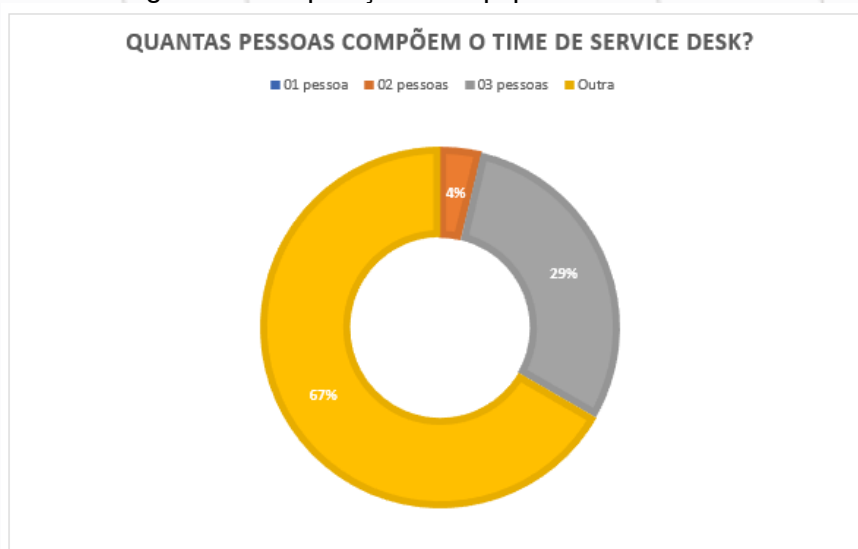
O questionário respondido de forma anônima contém dezessete questões, sendo quatorze delas com alternativas e três com respostas abertas.

O questionário foi construído utilizando a plataforma Microsoft® Forms e o link de acesso foi disponibilizado em grupos de *WhatsApp* para que gestores de TI tivessem acesso. O link de acesso foi disponibilizado durante 10 dias para coleta de dados.

Foram obtidas 27 respostas que serão utilizadas para construção dos resultados e proposição do estudo.

Foi avaliada, inicialmente, a composição da equipe de *Service desk* das organizações que responderam ao questionário e conforme verificado na Figura 13, 67% das equipes, o que corresponde a 18 respostas são compostas por mais de 4 pessoas, enquanto 29% (8 respostas) por 3 pessoas e 4% (1 resposta) por 2 pessoas. Não houve respostas para composição de equipes com apenas 1 colaborador.

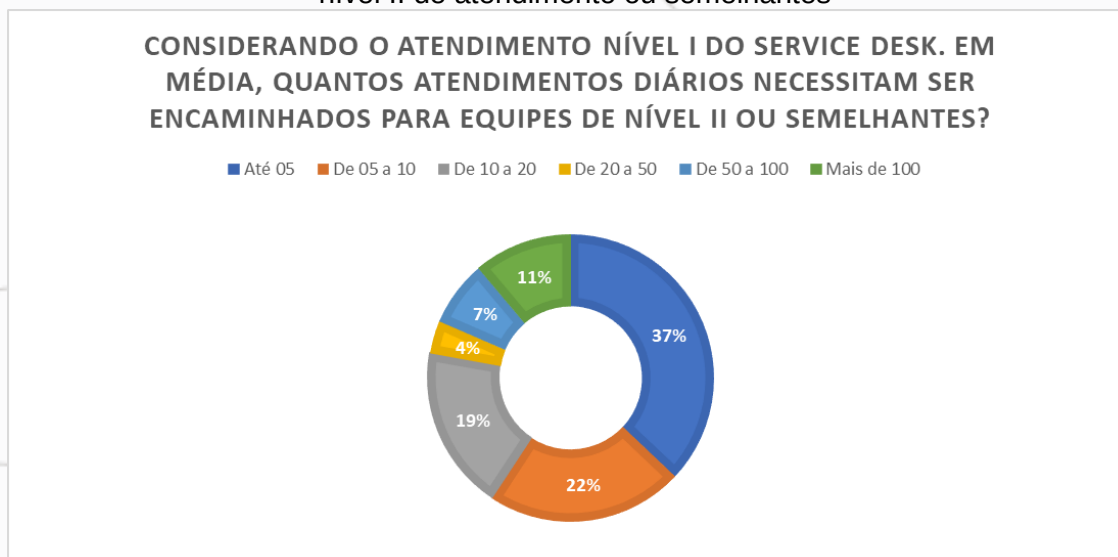
Figura 5. Composição da equipe de Service desk



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A Figura 6 demonstram que 37% (10 respostas) optaram pela alternativa de até 5 chamados são encaminhados para o nível II de atendimento ou semelhante na organização, seguidos de 22% (6 respostas) de 05 a 10 chamados, 19% (5 respostas) de 10 a 20 chamados, 11% (3 respostas), mais de 100 chamados, 7% (2 respostas) de 50 a 100 chamados) e 4% (1 resposta), de 20 a 50 chamados.

Figura 6. atendimentos diários que necessitam de encaminhamento para equipes de nível II de atendimento ou semelhantes



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

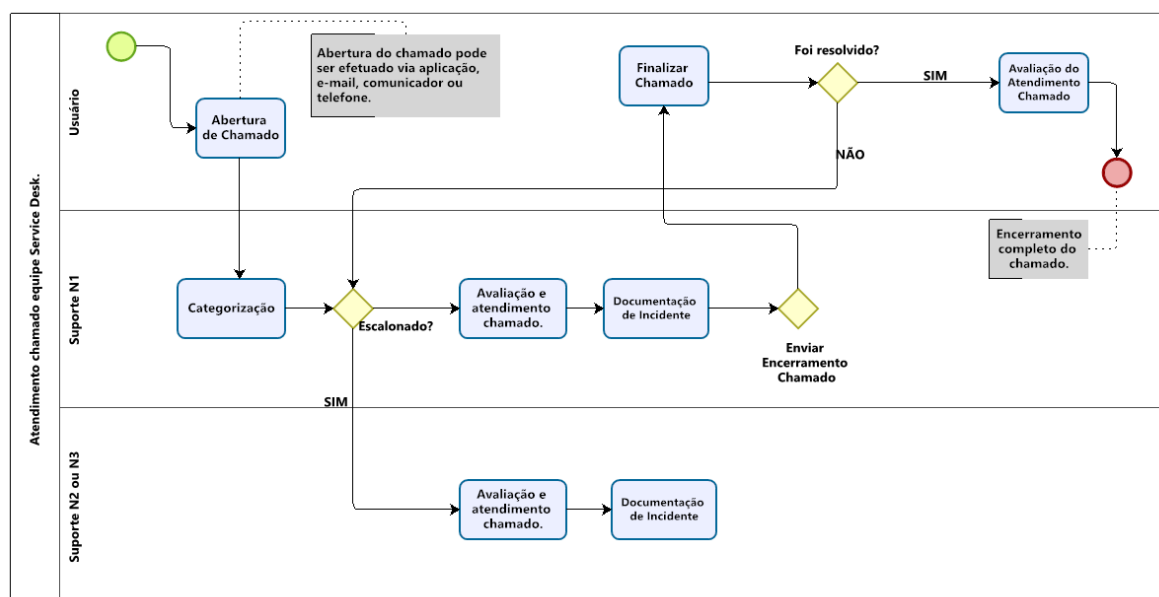
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas empresas participantes da pesquisa pode-se identificar equipes de *Service Desk* compostas por 4 colaboradores ou mais em 67% das empresas. Dados estes que levam a identificar a importância e necessidade de equipes para atendimento tanto aos colaboradores interno, quanto aos externos nas corporações.

Pode-se identificar também que o fluxo de atendimento nas empresas entrevistadas segue um padrão comum entre elas, com pequenas diferenças ou particularidades dependendo de cada corporação.

Dessa forma traçou-se um fluxo comum de atendimento, conforme visualizado na Figura 7.

Figura 7. Fluxo comum de atendimento



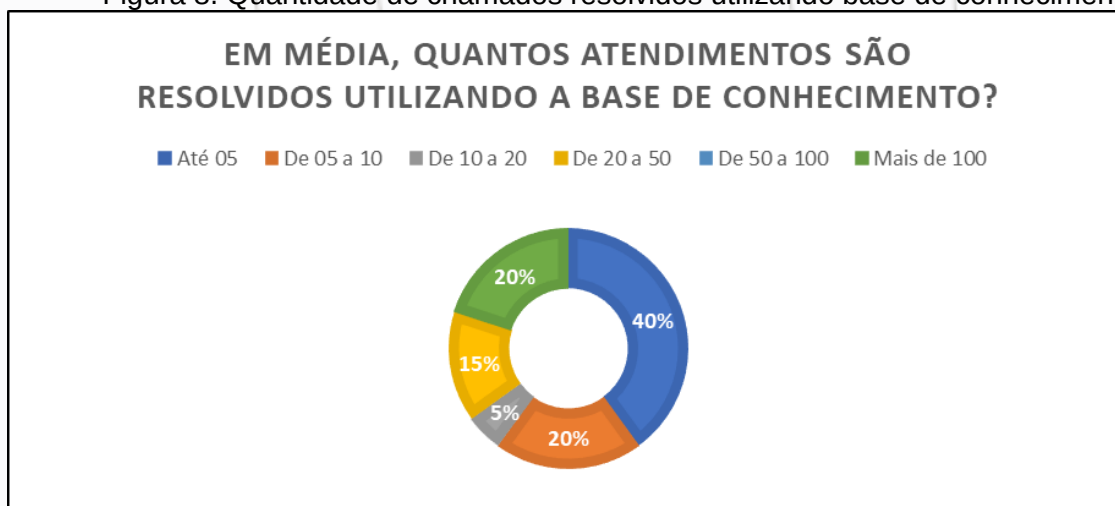
Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Em 30% das respostas colhidas, os chamados têm seus primeiros atendimentos iniciados no mesmo dia de sua abertura, indicando a necessidade e importância de que o primeiro atendimento seja efetuado em um curto espaço de tempo, dando ao usuário um senso de prioridade e atenção ao chamado aberto neste dia.

Observa-se que mais de 70% das empresas consultadas possuem uma base de conhecimento de erros conhecidos formada. Onde, segundo pesquisas realizadas sobre práticas de Gestão de Problemas, constatou-se que, para que haja um melhor aproveitamento da ferramenta de chatbot, se faz necessária a existência de tal recurso dentro da equipe de *Service Desk*.

Na Figura 8, é possível reforçar o uso de uma base de conhecimento. Em torno de 40% dos consultados avaliaram que em média até 05 chamados são resolvidos com o auxílio da base.

Figura 8. Quantidade de chamados resolvidos utilizando base de conhecimento



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O *chatbot* de atendimento ao cliente são os mais comuns, baseando-se na resolução de dúvidas mais frequentes e assim eliminando posições de atendimento e/ou diminuindo as filas de espera.

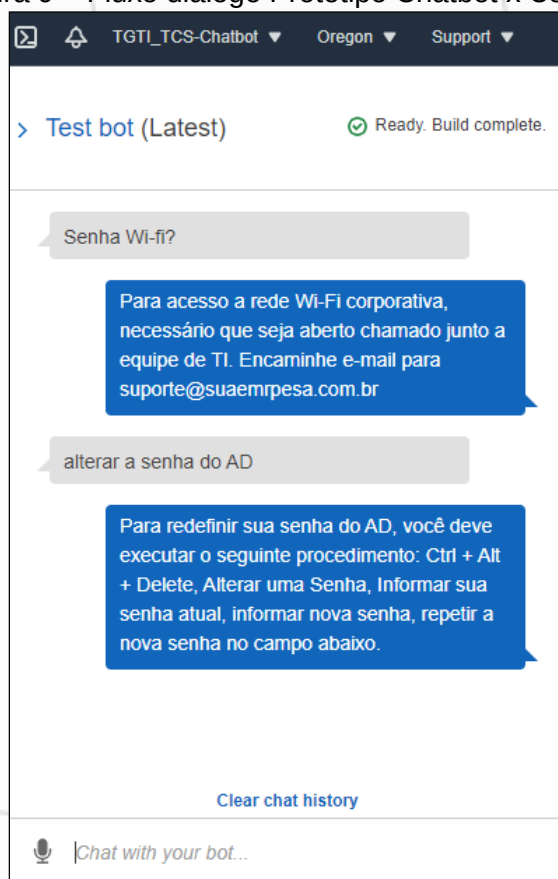
Verifica-se que várias das respostas são semelhantes entre os participantes da pesquisa. Dentre elas destacam-se o desbloqueio de usuários e senhas com 10 respostas, o esclarecimento de dúvidas com 6 respostas, o auxílio em configurações básicas com 3 respostas e a categorização de serviços com 2 respostas.

O AWS Lex foi a plataforma web utilizada para desenvolvimento e criação do *chatbot*, utilizando o modelo de perguntas e respostas na interação usuário *versus chatbot*.

O funcionamento da aplicação se dá pelo processamento de acordo com o retorno do usuário após sua primeira interação baseando-se em sua pergunta, na qual permitirá a interpretação do contexto de acordo com as informações existentes em sua base de conhecimento.

Para o protótipo do *chatbot*, nome dado ao *chatbot* em questão, foram criadas sete intenções. Para cada uma delas, foi configurado um fluxo de diálogo conforme demonstrado na Figura 9.

Figura 9 – Fluxo diálogo Protótipo Chatbot x Usuário



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que dentro de uma equipe de *Service Desk* convencional, existem diversas responsabilidades e tarefas que são distribuídas entre os seus integrantes. As tarefas que compreendem o contato direto com o usuário, de acordo com as fontes pesquisadas, podem ser otimizadas através do uso de uma ferramenta de *chatbot*.

Toda a pesquisa partiu da hipótese que, dentro de uma equipe de *Service Desk*, os atendimentos que compreendem o primeiro contato com o usuário são realizados pelo primeiro nível de atendimento e, que estes, poderiam ser de alguma forma otimizados por uma ferramenta de *chatbot*. Tal hipótese foi confirmada através das informações obtidas dos autores pesquisados, assim como, dos resultados referentes ao questionário realizado com o público-alvo e do funcionamento do protótipo montado.

REFERÊNCIAS

ADAMOPOULOU, Eleni; MOUSSIADES, Lefteris. Chatbots: History, technology, and applications. Elsevier, Grécia, v.2, n. 100006, dez. 2020. DOI <https://doi.org/10.1016/j.mlwa.2020.100006>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666827020300062>. Acesso em: 27 mar. 2021.

CESTARI FILHO, Felício. ITIL v3 Fundamentos. Rio de Janeiro: RNP/ESR, 2012.

CAHN, Jack. Chatbot: Architecture, design & development. 2017. Tese Sênior (Informática e Ciência da Informação) – Universidade da Pensilvânia, Filadélfia, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/download/57035006/CHATBOT_thesis_final.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

CANCEL, David; GERHARDT, Dave. 2019. Conversational Marketing: How the World's Fastest Growing Companies Use Chatbots To Generate Leads 24/7/365 (And How You Can Too) Hoboken: Wiley.

CARTER, Rebekah. How Do Bots and Chatbots Work. 2019. Disponível em: <https://www.cxtoday.com/contact-centre/how-do-bots-and-chatbots-work/>. Acesso em 28 mar. 2021.

CASTRO, Marcelo Stehling; SILVA, Alex. Gerenciamento de Serviços de TI baseado em ITIL. In: 7ª Jornada Acadêmica 2013. Unidade Universitária de Santa Helena de Goiás, 2013, Goiás. Jornada [...]. Goiás, 2013. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/jaueg/article/view/6716/4781>. Acesso em: 27 mar. 2021.

CRUZ, Leôncio Teixeira; ALENCAR, Antonio Juarez; SCHMITZ, Eber Assis. Assistentes virtuais inteligentes e chatbots. 1. ed. Rio de Janeiro: BRASPORT Livros e Multimídia Ltda, 2018.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/chatbot>. Acesso em 03 abr. 2021.

FREITAS, Marcos André dos Santos. Fundamentos do Gerenciamento de Serviços de TI: Preparatório para a certificação ITIL® V3 Foundation. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.

GOASDUFF, Laurence. Chatbots Will Appeal to Modern Workers. 2019. Disponível em: <https://www.gartner.com/smarterwithgartner/chatbots-will-appeal-to-modern-workers/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

ITSMF UK. An Introductory Overview of ITIL® 2011.2012. Disponível em: https://www.tsoshop.co.uk/gempdf/itSMF_An_Introductory_Overview_of_ITIL_V3.pdf. Acesso em: 07 mar. 2021.

MAGALHÃES, Ivan Luizio; PINHEIRO, Walfrido Brito. Gerenciamento de Serviços de TI na Prática: Uma abordagem com base na ITIL ®. São Paulo: Novatec, 2007.

PANETTA, Kasey. Gartner Top 10 Strategic Technology Trends for 2019. 2018. Disponível em: <https://www.gartner.com/smarterwithgartner/gartner-top-10-strategic-technology-trends-for-2019/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SCHAPPO, Vanessa. Chatbot: o que é, quais são as suas vantagens e como usar na sua empresa. 2018. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/o-que-e-chatbot/>. Acesso em 28 mar. 2021.

TANG, Xiaojun; TODO, Yuki. A Study of Service Desk Setup in Implementing IT Service Management in Enterprises. Technology and Investment, v4, p. 190-196, 2013. Disponível em: https://www.scirp.org/pdf/ti_2013080613574612.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

WEIZENBAUM, Joseph. ELIZA – A computer program for the study of natural language communication between man and machine. Computational Linguistics, v. 9, n. 1, p. 36-45, jan. 1966. Disponível em: <https://web.stanford.edu/class/linguist238/p36-weizenbaum.pdf>. Acesso em 27 mar. 2021

YIN, Sara. Where chatbots are headed in 2021. 2019. Disponível em: <https://www.intercom.com/blog/the-state-of-chatbots/>. Acesso em 28 mar. 2021.

RESUMOS - PÔSTERES

RESUMOS - PÔSTERES

ADMINISTRAÇÃO



INTRODUÇÃO

Segundo Vianna (1999), motivar significa colocar o combustível mais poderoso dentro do cérebro daqueles que fazem parte da equipe. O estudo pesquisa a sua importância dentro das organizações e os impactos no desempenho da atividade laboral. É apresentada a Pesquisa de Satisfação dos Colaboradores do Poder Judiciário de Santa Catarina, buscando descobrir o índice de satisfação dos servidores e buscar melhorias para que o trabalho seja cada vez mais eficiente. Seus resultados são utilizados como indicadores para o planejamento, desenvolvimento e priorização de ações e projetos da melhoria do clima organizacional.

OBJETIVO

O objetivo desse trabalho é compreender a motivação como fator impactante no desempenho humano da organização.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a análise do estudo de caso foi selecionada uma pesquisa, realizada no ano de 2019, no órgão público do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), com o intuito de identificar a satisfação de seus magistrados, servidores e estagiários em relação aos componentes estruturais, organizacionais, e comportamentais que envolvem as relações de trabalho desse

órgão. No contexto dessa pesquisa, entende-se satisfação no trabalho como a atitude do colaborador em relação a sua atividade laboral e como ele a avalia de modo geral. São respondentes da pesquisa: magistrados, servidores efetivos, servidores comissionados e estagiários. Metodologicamente, corresponde a uma pesquisa de clima organizacional e sua frequência anual de aplicação permite traçar metas específicas e monitorar a evolução dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As questões avaliadas foram relacionadas com as dimensões do trabalho, ocupacional, organizacional, e psicossocial. O indicador de maior aprovação foi o de “sistemas informatizados disponibilizados para o desenvolvimento do trabalho”, seguido de “condições de segurança oferecidas no ambiente de trabalho”. Por outro lado, as oportunidades de promoção no cargo efetivo aparecem historicamente como o pior indicador da pesquisa, razão pela qual entende-se a importância de ações que valorizem a meritocracia e o reconhecimento dos servidores públicos. Os números apurados na pesquisa permitem afirmar que ações da Administração influenciam diretamente na percepção dos colaboradores sobre a instituição, impactando em sua satisfação, na melhoria do clima organizacional e, conseqüentemente, no comprometimento e engajamento das pessoas. A série histórica das pesquisas de satisfação ilustram a melhoria ao longo do tempo da implementação do programa.

Figura 1 – Índice Geral de Satisfação



Fonte: Poder Judiciário de Santa Catarina, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à pesquisa teórica realizada acerca do tema e a análise da pesquisa realizada pelo PJSC, observou-se as necessidades dos colaboradores, os pontos positivos e negativos que o órgão possuía no momento da pesquisa. As satisfações relatadas são das ferramentas de trabalho e condições de segurança para as atividades. Os pontos negativos relatados são da falta de valorização do mérito individual. Os resultados gerais da pesquisa em 2019 reforçam a tendência, iniciada em 2016, de crescimento da satisfação dos colaboradores em relação ao clima organizacional, dado que o órgão considera a pesquisa e valoriza as considerações, promove mudanças na gestão e impacta seus colaboradores de forma positiva.

REFERÊNCIAS

VIANNA, M.A.F. **Motivação, liderança e lucro**. São Paulo: Gente, 1999.

Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Pesquisa de Satisfação dos Colaboradores**. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/servidor/pesquisa-de-satisfacao>. Acesso em 02 dez 2020.

AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA UMA ASSOCIAÇÃO EM BRUSQUE - SC

Alexandra Dimitria Perdoná, Bianca dos Santos Bolda, Gabriella Widderhoff Ribeiro da Silva,
Maria Eduarda Carvalho Catani, Tamilly Roedel
family.roedel@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em melhorar a qualidade de vida dos pacientes, acompanhantes e colaboradores de uma Associação, através de um espaço de leitura, área verde e o "Cine Vida".

Idealizou-se este projeto de intervenção visto que as sessões de hemodiálise deixam os pacientes e seus acompanhantes confinados por horas dentro da clínica, além de debilitar a saúde física e mental dos mesmos.

Espaços terapêuticos asseguram a seus ocupantes um local onde experimentam uma sensação de bem-estar, na medida em que estimulam a sociabilidade, e promovem oportunidades de relaxamento, que auxiliam na restauração do corpo e da mente (CONSTANTINO, 2004 *apud* DOBBERT, 2010, p.13).

OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é propor ações de responsabilidade socioambiental para uma Associação, em Brusque - SC. Os objetivos específicos são: organizar um espaço de leitura na recepção, criar um projeto "Cine Vida", criar um espaço verde.

REFERÊNCIAS

DOBBERT, Léa Yamaguchi. **Áreas verdes hospitalares: percepção e conforto**. 2010. 121 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-10022011-144702/publico/Lea_Yamaguchi_Dobbert.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho tem uma abordagem qualitativa, método exploratório e tipo de pesquisa de estudo de caso.

Para a elaboração das ações, fez-se uma conversa inicial com um colaborador da Associação, a fim de compreender o processo de fundação e funcionamento da instituição. Através desse panorama, levantaram-se as necessidades socioambientais encontradas na sede de Brusque, e elaborou-se um projeto de intervenção para a mesma, a fim de beneficiar os pacientes, acompanhantes e colaboradores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Espaço de Leitura será instalado na recepção da Associação. Todos os livros serão de doações feitas pela população, em pontos de coleta como a Unifebe, e de parcerias com editoras locais. Os livros ficarão disponíveis em uma estante próxima a sala de espera para que todos os colaboradores, pacientes e acompanhantes tenham acesso a esse local.

O Cine Vida contará com uma programação de filmes que passará na sala de procedimentos. Serão escolhidos filmes de diversos gêneros com intuito de proporcionar alegria, motivação e conhecimento. Os filmes serão exibidos de segunda-feira a sábado durante o horário de funcionamento da instituição (5h-19h).

A Área Verde (Figura 1) será projetada na frente da Associação, será um local aberto com árvores, flores e banquinhos para que os pacientes possam esperar para serem atendidos ou seus acompanhantes terem mais uma opção de local para esperarem.

Figura 1 - Projeto da Área Verde.



Fonte: As autoras (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos projetos idealizados objetivou-se sobretudo uma melhora da responsabilidade socioambiental. Ou seja, no bem estar/qualidade de vida dos pacientes, acompanhantes e colaboradores da Associação Renal Vida.

O projeto de intervenção proporciona uma melhora no estado mental dos pacientes o que reflete de forma direta em sua saúde e no resultado do tratamento.

INTRODUÇÃO

Trabalhar com o passado é um desafio, pois representa ações conjuntas entre pessoas com interesses em comum, em preservar determinado bem. Uma das questões relacionadas à preservação desse bem é a conservação da memória pois sendo um bem imaterial, muitas vezes é fadada ao esquecimento. Dessa forma o suporte documental em sua forma escrita, é uma alternativa para a preservação dessa memória, passando a ser uma rica fonte de informação primária para os pesquisadores e a comunidade em geral.

OBJETIVO

Destacar a importância do registro documental escrito para a preservação da memória.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa ora proposta é de caráter exploratório baseado em revisão da literatura sobre os temas documento e memória. Caracteriza-se como a primeira fase de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida para a dissertação de mestrado da autora principal desta comunicação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2015.

CNJ. Manual de gestão de memória do poder judiciário. Brasília: CNJ, 2021. E-book. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/02/Manual_de_Gestao_de_Memoria.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A representação dos registros através de símbolos remontam desde a antiguidade, evoluindo na medida em que ocorriam as transformações sociais. Com a sociedade mais organizada, compreendeu-se a importância de constituir-se documentos para registrar suas atividades políticas, sociais, religiosas, entre outras (PAES, 1997). Com o tempo, esses documentos passaram a ter relevância histórica, começando a ser armazenados em Arquivos, Bibliotecas, Museus, Centros de Memória. A própria Constituição Brasileira de 1988 (2015) traz em seu texto o documento como um dos elementos do Patrimônio Cultural Brasileiro. Assim, a partir dos documentos históricos pode-se descobrir partes do passado, e é justamente isso que o torna tão importante. É nele que está registrada a memória, mesmo que em fragmentos, mas que fazem sentido, seja para um indivíduo, seja para uma sociedade. É a prova do fato. Os documentos assim, compreendem valores significativos e duradouros para uma comunidade, cultura, país, e se perdido, deixa danos (CNJ, 2021).

Figura 1 – Passaporte de Cônsul Carlos Renaux



Fonte: Arquivo Histórico da Indústria Têxtil Catarinense

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória é a relação humana com o tempo, com o passado. Preservar a memória de uma sociedade é não perder as origens em que ela foi constituída. É um meio para entender a história que contribuiu para as bases do hoje. Um documento, é um registro de algo, que se torna memória e que ninguém tem o direito de apagar.

INTRODUÇÃO

A proposta desse trabalho é definir a localização ideal de um centro de distribuição logístico para uma empresa de porcelanatos situada em Tijucas – SC. O desenvolvimento desse estudo proporciona a otimização de recursos e a melhoria dos processos de logística para a empresa.

Ballou (2006, p.19) explica que “Um sistema logístico eficiente permite uma região geográfica explorar suas vantagens inerentes pela valorização de seus esforços produtivos naqueles produtos que ela tem vantagem e pela exportação desses produtos às outras regiões. O sistema permite então que o custo do país (custos logísticos e de produção) e a qualidade desse produto sejam competitivos com aqueles de qualquer outra região.”

Para o ambiente acadêmico, a tomada de conhecimento dos processos estratégicos logísticos e o exercício da tomada de decisão são praticados com esse estudo.

OBJETIVO

O objetivo é determinar a localização de um centro de distribuição para o estudo de caso apresentado.

REFERÊNCIAS

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**. 5ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MATERIAIS E MÉTODOS

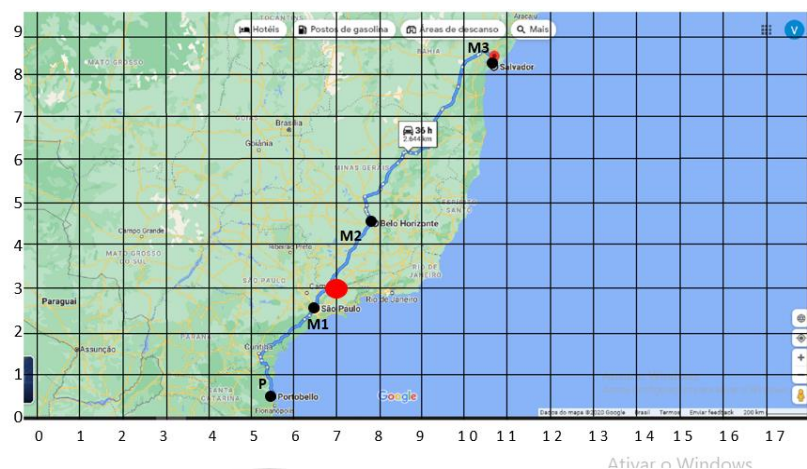
O procedimento metodológico desse estudo se dá por meio da pesquisa descritiva e do estudo de caso da logística de distribuição de uma fábrica de porcelanatos. Para o desenvolvimento do trabalho, as informações fornecidas são de que o trajeto se inicia no ponto “P”, com paradas e mercados nos pontos “M1, M2 e M3”, descritos na figura I.

A escala apresentada no mapa possui proporção 1/200. Para os cálculos foi utilizado o método dos centroides, que leva em consideração as distâncias, volume transportado e custo do transporte para todos os pontos. Pelo cálculo médio e atribuídos os pesos dessas variáveis é determinada a melhor localização para o CD.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Utilizando os métodos dos centroides, a posição adequada ao Centro de Distribuição é ao Leste de Campinas, São Paulo, com fácil acesso à rodovia BR – 381, pois a carga será transportada pelo modal rodoviário. O Centro de Distribuição poderia ser localizado em algum ponto da Rodovia Aldo Bolini, bairro Bom Retiro, município de Bragança Paulista – SP. Essa rodovia permite acesso e retorno às duas vias da BR – 381, sentidos norte e sul, facilitando o trajeto percorrido entre os pontos.

Figura I – Mapa de localização com os pontos de partida e paradas assinalados em preto e a localização do CD em vermelho.



Fonte: Elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal do estudo foi alcançado. A atividade proporcionou a tomada de conhecimento logístico e a percepção da lógica estratégica por trás da determinação do local de um centro de distribuição. O ensaio pode ser replicado para diversos casos de empresas da região, que atendem vários mercados no país.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, as pequenas e médias empresas vêm ocupando um espaço significativo na economia brasileira. A literatura aponta que essas empresas, por causa da sua estrutura organizacional simplificada, apresentam algumas dificuldades em estruturar práticas de gestão de recursos humanos adequadas. Para que elas possam se destacar ainda mais, diante dos seus concorrentes, é importante que essas empresas invistam em boas práticas de gestão recursos humanos. Práticas de gestão de recursos humanos são programas concebidos e implementados para melhorar as capacidades dos colaboradores, para que eles tenham um desempenho eficaz e atendam às expectativas organizacionais (OTOO; MISHRA, 2018). Contudo, percebe-se na literatura, que o setor de recursos humanos nas empresas de pequeno porte não é uma prioridade (JONCK, 2020).

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo compreender as práticas de gestão de recursos humanos, adotadas por uma pequena empresa do setor têxtil de Brusque.

REFERÊNCIAS

- GIL, Antonio Carlos.. **Como classificar as pesquisas**. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, p. 44-45, 2002.
- JONCK, Ingility Defreyn Nascimento. **As práticas de gestão de recursos humanos em pequenas e médias empresas**. 2020. Dissertação de Mestrado Universidade do Minho. Escola de Economia e Gestão.
- OTOO, Frank Nana Kweku; MISHRA, Mridula. Measuring the impact of human resource development (HRD) practices on employee performance in small and medium scale enterprises. **European Journal of Training and Development**, 2018.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. Quanto aos objetivos se tratou de uma pesquisa descritiva, buscando salientar as características individuais de cada empresa pesquisada, utilizando a padronização e técnica de coleta de dados (GIL, 2002). Quanto à abordagem do problema se classificou como uma pesquisa qualitativa. Referente aos procedimentos técnicos tratou-se de um estudo caso. O instrumento de coleta de dados foi um questionário, com perguntas a fim de explorar as práticas de recursos humanos aplicadas nessas pequenas e médias empresas pesquisadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a aplicação do questionário na empresa, neste capítulo, serão apresentados os resultados colhidos e as práticas de gestão de recursos humanos evidenciadas, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Resultados da pesquisa.

Práticas de RH	Resultados da pesquisa
Recrutamento e seleção	Os perfis dos candidatos já estão bem desenhados há anos e vêm se repetindo a cada contratação. O processo de seleção consiste em uma conversa com o gestor ou sócio-proprietário que avalia as qualificações do candidato e, em seguida, o processo de admissão se inicia, caso aprovado. Não há um roteiro de entrevista ou uma estruturação para esse processo.
Integração	O processo de integração consiste em o colaborador acompanhar o gestor da área em seu primeiro dia de trabalho. É o momento que ele acompanha o gestor, interage com as normas e políticas da empresa e, em seguida, já é encaminhado para a sua atividade. Não possui um processo padronizado de integração e não há um manual do colaborador a seguir.
Treinamento e desenvolvimento	A empresa não possui um programa de treinamento e desenvolvimento, somente aplica treinamentos obrigatórios, como brigada de incêndio e prevenção de acidentes.
Avaliação de desempenho	A empresa pesquisada não possui um sistema formal de avaliação de desempenho.
Gestão de carreiras	Conforme levantado na pesquisa, os critérios de promoção dos colaboradores está ligado ao tempo de casa e às suas habilidades técnicas para a execução da tarefa.
Remuneração	A empresa possui a diferenciação salarial apenas por tempo de casa.

Fonte: Resultado da pesquisa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a empresa pesquisada não possui qualquer implantação ou padronização do setor de Recursos Humanos. Colaboradores e até mesmo a gestão sentem falta dessas práticas. No dia a dia, os assuntos tratados entre empresa e empregado estão ligados inteiramente à execução de tarefas.

INTRODUÇÃO

Com a chegada da pandemia da COVID-19, as Instituições de Ensino Superior foram obrigadas a inovar e procurar outras formas de ensinar. Mesmo com as incertezas do momento, houve uma movimentação para a modernização da educação, tema que já era mencionado no meio educacional, mas que ainda não havia tido espaço para ser implantado de forma concreta. O caminho para a inovação tecnológica na educação já havia sido iniciado, mas com a situação de pandemia mundial, esse processo foi acelerado de forma até então inimaginável.

As ações implantadas trouxeram uma perspectiva diferente para a educação, e entender esse processo é essencial para a sobrevivência das IES. Com essa premissa, a pesquisa aborda o processo de ensino-aprendizagem no Centro Universitário de Brusque – UNIFEDE, durante a pandemia da COVID-19.

OBJETIVO

Esta pesquisa tem por objetivo geral descrever os processos pedagógicos adotados pelo Centro Universitário de Brusque – UNIFEDE, em decorrência da pandemia do COVID-19.

REFERÊNCIAS

GHANEM JUNIOR, Elie. **Inovação em educação ambiental na cidade e na floresta: o caso Oela**. Cadernos de Pesquisa [online]. 2013, v. 43, n. 150, pp. 1004-1025.

VARELLA, Sergio Ramalho Dantas; MEDEIROS, Jefferson Bruno Soares de; SILVA JUNIOR, Mauro Tomaz da. **O Desenvolvimento da Teoria da Inovação Schumpeteriana**. Bento Gonçalves: XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. 2012.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: UNIFEDE

Para entender a estratégia utilizada pela UNIFEDE diante da situação adversa, consideramos uma linha do tempo, das principais ações desencadeadas pela Instituição, que se apresenta na Figura 1.

Figura 1: Linha do tempo das ações desencadeadas pela **Linha do Tempo**



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo criado especificamente para atender a uma demanda isolada e para ser utilizado no período de pandemia foi uma inovação importante, pois se transformou em um método de ensino robusto, com potencial para crescimento e,

adaptabilidade para a rotina “comum” no ensino superior da UNIFEDE. Considerando o pensamento de Varella, Medeiros e Silva (2012), as inovações mais significativas da sociedade surgem e se concretizam dentro das instituições de ensino superior, local onde se encontram as mentes pensantes e dispostas a mudar a visão de situações inesperadas, como uma pandemia, por exemplo.

O caso da UNIFEDE na forma de condução de uma mudança expressiva do processo de ensino-aprendizagem em uma realidade adversa, com certeza será um divisor de águas para a Instituição. O resultado das ações implantadas na UNIFEDE, possivelmente irá permanecer no currículo institucional, proporcionando mais tecnologia e flexibilidade para acadêmicos e professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos implantados, seja na capacitação dos professores e alunos ou adequação da estrutura física institucional, foram pensados de forma a atender às normativas em saúde, mas principalmente, tinham como principal objetivo continuar a oferecer o melhor para toda a comunidade acadêmica. Ghanem (2013) defende, tudo que não é costumeiro é inovador. Nesse sentido, a atual situação está sendo um momento de muito aprendizado para toda comunidade acadêmica.

RESUMOS – PÔSTERES

ARQUITETURA E URBANISMO



INTRODUÇÃO

O Desenho Universal visa a criação de produtos e o oferecimento de serviços capazes de atender toda e qualquer pessoa, independentemente de suas características pessoais ou habilidades físicas e mentais. Assim, se utilizando de conceitos do desenho universal, antropometria (BOUERI, 2008) e dimensionamento para a arquitetura (PROENK, 2003), realizamos diversas pesquisas em atendimento às atividades da disciplina de Desenho Universal e Ergonomia, ministrada no primeiro semestre 2021. Entre elas, destacamos a análise realizada no Bloco B, localizado no Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. Para a análise, consideramos os conceitos e normas estudados em sala de aula e após o diagnóstico, indicamos as melhorias necessárias ao atendimento da acessibilidade e uso a partir do desenho universal. No Bloco B, encontram-se serviços de apoio ao acadêmico e por isso, é fundamental que dê suporte ao acesso e uso de todos que se utilizam das instalações e serviços prestados, tais como: cantina, central de impressões, setor financeiro e recursos humanos do centro universitário.

OBJETIVO

Atendendo à solicitação da disciplina, o objetivo deste trabalho era de aplicar os conceitos e normas de acessibilidade e desenho universal estudados na análise das instalações físicas da instituição, neste caso, o Bloco B.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com a planta baixa do bloco analisado em mãos, pudemos

REFERÊNCIAS

BOUERI, Jorge. **Antropometria Aplicada à Arquitetura, Urbanismo e Desenho Industrial**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008. 151 p.
PRONK, Emile. **Dimensionamento em Arquitetura**. 7. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. 56 p.
NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro, 2020.

avaliar a estrutura física e as particularidades relacionadas ao acesso e uso de equipamentos e serviços oferecidos no bloco. Realizamos entrevistas não estruturadas com os funcionários e alunos que relataram as principais dificuldades relacionadas ao acesso e uso do local. Informações que serviram ao diagnóstico e que foram utilizadas para indicar as alterações necessárias em atendimento aos critérios de acessibilidade. Nos utilizamos de referencial teórico como a norma ABNT-NBR9050 e conteúdo de livros específicos da área que tratam das questões de acessibilidade e relacionados ao desenho universal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a devida supervisão da professora e amparando-se no referencial teórico, foi possível identificar que apesar do Bloco B ser um dos blocos de menor dimensão do centro universitário, sua utilização como ponto de apoio e serviço aos acadêmicos, torna a acessibilidade obrigatória. Dessa forma, diversos apontamentos foram realizados: a falta de acesso acessível ao pavimento superior; o não atendimento ao desenho universal e de acessibilidade da escada existente e que dá acesso ao piso superior. Neste quesito, a implantação de rampa ou de um elevador atenderia aos critérios de acessibilidade.

No espaço destinado ao uso da cantina, pudemos identificar que parte das mesas, existentes na área externa, estão dispostas em nível inferior, abaixo do restante do bloco, e sem nenhuma indicação de “atenção” ao desnível, o que pode resultar em acidentes, principalmente no caso de pessoas

com deficiência. Neste caso, além de indicação necessária, relacionada ao desnível, existente na área da cantina, sugere-se a implantação de rampa, para que cadeirantes possam acessar o nível inferior com autonomia.

Imagem 1 – Instalações Bloco B



Fonte: Elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram percebidos diversos pontos com falta de acessibilidade no bloco B, que podem passar despercebidos no dia-a-dia, mas que fariam uma enorme diferença se pudessem ser readequados. Todas as propostas de intervenção, foram desenvolvidas baseadas nas necessidades dos usuários e principalmente visando um local que possibilite o acesso a qualquer pessoa sendo ela com algum déficit motor, visual ou auditivo. O desenvolvimento deste trabalho nos possibilitou ampliar todos os conhecimentos adquiridos e aplica-los na avaliação prática de espaços que atendem ao uso de pessoas e que, por isso, deveriam permitir o acesso de todos.

INTRODUÇÃO

O conteúdo dos livros Paisagem Urbana, escrito por Gordon Cullen e Imagem da Cidade do escritor Kevin Lynch, são amplamente utilizados na análise das cidades. Os conceitos apresentados nesses livros, orientam o olhar de arquitetos e urbanista na leitura da cidade, desde a década de 1960, quando os primeiros exemplares foram lançados. A disciplina Estudos Ambientais realiza diversas análises da cidade, inclusive, utilizando os conceitos apontados nos livros citados: limite, bairro, pontos nodais, marcos visuais e limites. Identificou-se também aspectos como: recintos, pátios, animismo, perspectiva, entre outros. Desse modo, ao analisarmos os conceitos em sala de aula, resolveu-se aplicá-los na leitura da cidade, especificamente, na Rua Hercílio Luz, antiga Rua das Carreiras. Dada a importância histórica da rua, resgatamos aspectos históricos, que incrementaram a análise e foram apresentados em forma de história em quadrinhos, com imagens e diálogos entre personagens que participaram das análises da paisagem, necessárias às exigências da atividade disciplina.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é aplicar os conceitos elaborados por Kevin Lynch e Gordon Cullen na análise da paisagem da Rua Hercílio Luz, na cidade de Brusque/ SC.

REFERÊNCIAS

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. 70. ed. SP - Brasil: Edições 70, 2010. p. 1-202.
LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**: Arte e Comunicação. 15. ed. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2011. p. 1-192.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com base nos conceitos analisados em sala de aula, relacionados aos livros A Imagem da Cidade e Paisagem Urbana e pesquisas para levantamento de referencial histórico, aspectos geográficos e legislação, efetuou-se o reconhecimento do território com a visita ao local e no intuito de incrementar as informações coletadas, realizou-se entrevistas não estruturadas com pessoas que moravam, trabalhavam e circulavam pelas proximidades e Rua Hercílio Luz. Após a coleta de dados, os resultados foram categorizados e apresentados em “história em quadrinhos”, conforme solicitado pela professora Alexssandra da Silva Fidelis, relacionando o contexto histórico e os aspectos estudados e apontados na bibliografia utilizada

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Identificou-se, após a visita e análise do local que é possível encontrar na Rua Hercílio Luz, edificações residenciais, estabelecimentos comerciais e o Clube Caça e Tiro, importante referência histórica, cultural e marco visual para a cidade, remanescente do período em que a rua era nominada como “Rua das Carreiras”, por conta das corridas de cavalos que aconteciam no local. Outro aspecto relevante e positivo, foi a constante presença de pessoas circulando a pé pela região, fator que atribui vitalidade ao local. Observou-se ainda, que o fluxo de veículos acontece por conta da característica de ligação que a rua estabelece entre o bairro Guarani e o bairro Centro I e não, necessariamente, pela presença de pontos nodais, conforme definido por Kevin Lynch.

Imagem 1 – Recorte da História em Quadrinhos desenvolvida para a análise da Rua Hercílio Luz



Fonte: Elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise, identificou-se ser possível aplicar os conceitos apontados por Kevin Lynch e Gordon Cullen na leitura da cidade, pois ainda hoje, a Rua Hercílio Luz é importante referencial histórico, de localização e ligação para a cidade. O edifício do Clube Caça e Tiro Araújo Brusque assume o papel de ponto nodal e marco visual na paisagem da região, comprovando a efetividade dos conceitos utilizados na leitura da cidade apontados pelos autores estudados na disciplina de Estudos Ambientais.

PADRÃO DE QUALIDADE DOTS APLICADO NA ANÁLISE DA REGIÃO CENTRAL DE BRUSQUE/SC

Amanda Maestri do Nascimento, Bruna Brito Carvalho, Eduarda Fischer Marchiori, Gabriele Taís Paza e Prof^a Alexssandra da Silva Fidellis e Prof^o Karol Diego Carminatti. asfarquiteta@unifebe.edu.br
karol.carminatti@unifebe.edu.br.

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

O conceito de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS), se refere aos espaços urbanos projetados para acolher pessoas, atividades, edificações e espaços públicos em áreas integradas ao resto da cidade por um transporte público de qualidade e facilmente conectadas a pé ou por bicicleta e pressupõe a inclusão de todos às oportunidades e recursos da cidade. O DOTS é necessário à sustentabilidade em longo prazo, bem como à prosperidade comum e paz social nas cidades. Como uma ferramenta de avaliação, o Padrão de Qualidade DOTS deve ser usado para avaliar planos e projetos de desenvolvimento urbano de acordo com a aderência destes aos princípios e objetivos do DOTS. Ele sugere a utilização de um sistema simples de pontuação para distribuir 100 pontos por 25 métricas quantitativas, que foram concebidas para medir a implementação dos 8 princípios: Caminhar, Pedalar, Conectar, Transporte Público, Misturar, Adensar, Compactar e Mudar - e seus 14 objetivos de performance. A distribuição de pontos reflete aproximadamente o nível de impacto de cada elemento na promoção de um DOTS inclusivo.

OBJETIVO

A pedido dos órgãos públicos e responsáveis da cidade de Brusque, Santa Catarina, os acadêmicos de Arquitetura e Urbanismo da Unifebe, juntamente com os professores,

REFERÊNCIAS

ITDP, Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento. Padrão de Qualidade DOTS, 3a ed. Nova York: ITDP, 2017.

analisaram e avaliaram toda a área central urbana da cidade, utilizando a metodologia DOTS Padrão de Qualidade (ITDP, 2017) para classificar as condições, oportunidades e situações desse lugar.

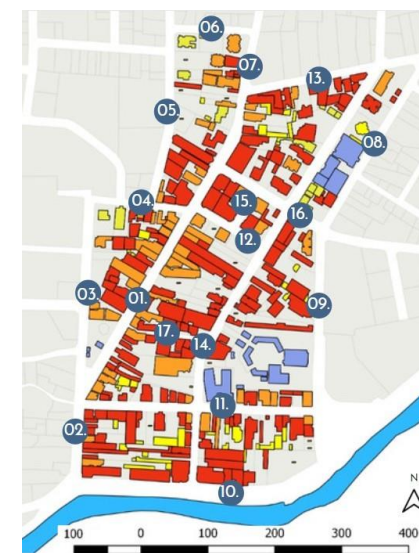
MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para obter o diagnóstico final da área de estudo foi feito através de pesquisa de campo nas ruas analisadas, além de coleta de dados pelo Google Maps. Com isso, aplicou-se o método de análise DOTS, trazendo a pontuação das métricas desse método, e as graficando em mapas desenvolvidos nos programas Qgis e Photoshop. E a partir dessas informações, foi possível salientar os pontos que mais necessitam de atenção na área estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o desenvolvimento do estudo, baseado em encontrar as pontuações para cada uma das oito métricas do padrão DOTS na área estudada, obteve-se a pontuação máxima apenas nos tópicos: Transporte Público e Adensar e satisfatório em: Misturar e Compactar. Sendo que, os quatro não citados, não atingiram mais de 20% da pontuação. Mostrando que a área analisada obtém muitas oportunidades que podem ser qualificadas para a população e considerando que a área central salienta muito mais o uso de transportes individuais

Mapa das Ruas Analisadas



Fonte: Elaborado pelas autoras.

motorizados do que o próprio pedestre e ciclista. Na análise, destaca-se também que a área central pode ser muito mais que um lugar de apenas transitar, mas sim de permanecer e estar, onde toda a paisagem urbana pode ser desenvolvida com calçadas acessíveis, mobiliário urbano adequado e ergonômico, propor limpeza visual das fachadas para promover o patrimônio edificado, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, após a análise do recorte da área central da cidade de Brusque dentro do método de medição DOTS, conclui-se que todo o estudo foi de extrema importância para registrar dados que permitam expressar os pontos negativos e positivos dessa área, a fim de serem base para propostas de melhorias do espaço estudado.

INTRODUÇÃO

A acessibilidade é tema que aparece em diversas pautas e sabe-se que é regulada por normativas que orientam sua implantação, na expectativa da manutenção de padrão que possa ser interpretado de maneira igual, por aqueles que necessitam de tipologias que garantam a acessibilidade aos diversos espaços e usos. Diante da necessidade de espaços que garantam a acessibilidade de todos, a disciplina de Desenho Universal e Ergonomia do curso de Arquitetura e Urbanismo, propôs a análise detalhada das Normas NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e NBR 16537: Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. No entanto, além da análise das normas, realizou-se a avaliação da acessibilidade focada no piso tátil existente no Bloco A do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE). Ainda, considerou-se os conceitos apontados por Panero (2002) no que se relaciona ao uso humano e necessidades ergonômicas.

OBJETIVO

Analisar a aplicação do piso tátil do Bloco A da UNIFEBE, de acordo com as normas NBR 9050 e NBR 16537.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com base na orientações apresentadas nas normas analisadas, analisou-se se o piso tátil do Bloco A atendia às exigências necessárias à acessibilidade. Para isso, foram utilizadas trenas a laser, celulares para o registro de imagens

REFERÊNCIAS

- PANERO, Julius; ZELNIK, Martin. Dimensionamento humano para espaços interiores: um livro de consulta e referência pra projetos. São Paulo: Gustavo Gili, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed., Rio de Janeiro, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16537: Acessibilidade - sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro. 2016.

e caderno de campo para anotações, croquis e registro das medições, informações necessárias para a avaliação segundo exigências das normas estudadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a avaliação de acessibilidade, focada na utilização adequada do piso tátil, identificou-se irregularidades em sua implantação, uma vez que a guia não indicava o acesso às salas de aula. Outro aspecto importante e relacionado a acessibilidade é de que deve existir contraste entre o piso do ambiente e o piso tátil, a fim de permitir que pessoas com baixa visão, consigam utilizar a guia como referência a partir do contraste entre as cores. O piso irregular, existente no pátio central do Bloco A, também caracteriza-se como um obstáculo.

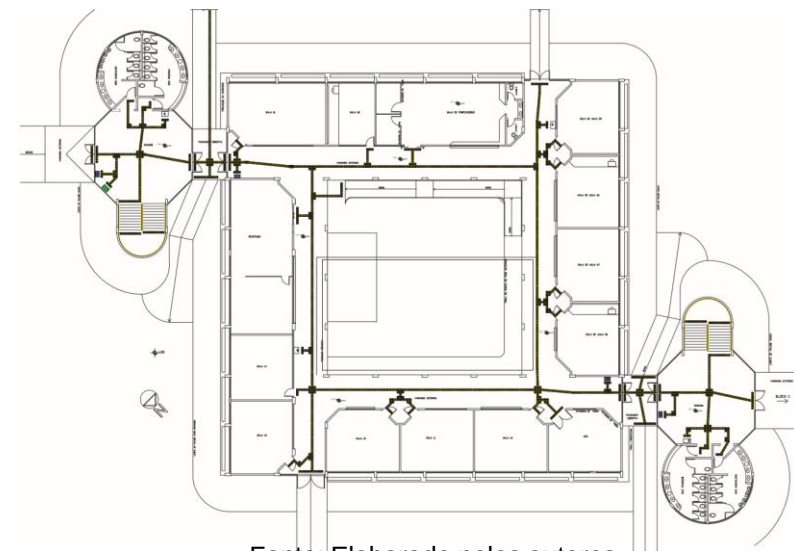
Imagem 1 – Relação de cores e contrastes utilizados.

	Bege	Branco	Cinza escuro	Preto	Marrom	Pink	Lilás	Verde	Laranja	Azul	Amarelo	Vermelho
Vermelho												
Amarelo												
Azul												
Laranja												
Verde												
Lilás												
Pink												
Marrom												
Preto												
Cinza escuro												
Branco												
Bege												

□ Aceitável
■ Não usar

Fonte: Elaborado pelos autores

Imagem 2 – Proposta adequada às normas – Bloco A.



Fonte: Elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa demonstrou que, mesmo diante da relevância do tema, o desconhecimento das normas e orientações para a execução e implantação do piso tátil pode se constituir como o principal fator do insucesso e por isso, há a necessidade de seguir às exigências normativas e que um especialista acompanhe a elaboração do projeto e sua implantação, ampliando assim, a execução assertiva e acessível a todos.

RESUMOS – PÔSTERES

DESIGN DE MODA



INTRODUÇÃO

O projeto intitulado “O que você tem é o Suficiente” foi desenvolvido pelo curso de Design de Moda do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE, em conjunto com os Filhos e Filhas da Comunidade Bethânia, localizada em São João Batista/SC.

Filhos da Comunidade Bethânia são dependentes químicos que procuram a reabilitação por meio religioso, e, como proposta de trabalho, foi recebido uma peça de roupa para customização da mesma, dando um novo significado à vestimenta, assim como Crane (2006, p.43) explica “a moda contribui para redefinir identidades sociais ao atribuir constantemente novos significados aos artefatos”, ademais, “entendemos que a moda pode ser lida e analisada a partir de diversos olhares, acepções ou conhecimentos” (PIRES, 2008, p.38).

OBJETIVO

Resgatar a essência da Filha de Bethânia por meio da customização de uma peça de roupa.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. Homepage da Comunidade Bethânia. Disponível em: <https://www.bethania.com.br>. Acesso em: 18 out. 2021.
CRANE, Diana. **A Moda e seu papel social**: Classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.
PIRES, Dorotéia Baduy. **Design de moda**: Olhares diversos. Barueri: Estação das Letras e Cores Editora, 2008.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A peça disponibilizada pela Filha de Bethânia à nossa dupla foi uma calça jeans, que em entrevista concedida pela mesma foi colocado que era uma lembrança que teria da mãe dela. Em conversa conjunta, ouvimos um pouco sobre a vida e experiências da Filha, assim como recolhemos informações para a customização da peça. Foram consideradas características como cores, flores, estilo musical, lembranças, dentre outros.

Na etapa de customização, foram utilizadas aplicações de rendas nas cores de gosto do usuário, pintura de um verso da música “Um milhão de sonhos” do cantor popular brasileiro Cazuza, como também realizado desgastes na peça, à pedido da Filha, deixando a calça com um ar mais jovem (Figura 1).

Figura 1 – Peça customizada.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A customização como forma de ressignificação de momentos e lembranças, assim como a ajuda à auto estima, se mostrou de suma importância. Todo o processo do presente projeto foi uma troca de experiências, desde o aprendizado de contextualização, ao *feedback* final dado pelos Filhos e Filhas de Bethânia.

Acreditamos no papel da moda, também, como instrumento de ajuda social, e poder desempenha-lo na prática foi recompensador.

INTRODUÇÃO

Ressignificação; autoestima; aceitação; personalidade. Palavras que exprimem a essência do Projeto "O que você tem é o suficiente" em colaboração com a Comunidade Bethânia.

O enfoque do Projeto foi acarretar novos significados à uma peça de roupa, tornando-a especial. Ressalta-se que a nova aparência da peça expõe transformação e restauração, uma analogia ao processo espiritual que sucede a Filha da comunidade Bethânia. Nos dias 23 e 30 de outubro de 2021, os graduandos da segunda e quarta fase do curso de Design de Moda compareceram à Comunidade Bethânia, localizada em São João Batista. (COMUNIDADE BETHÂNIA).

A moda é um aliado na autoestima, influenciando diretamente na confiança e aceitação do indivíduo. Consoante à isso, o filósofo ateniense do período clássico, Sócrates citou: "Conhece-te a ti mesmo e conhecerás o universo e os deuses.", isto é evidente que a moda desempenha um papel primordial no processo de autoconhecimento, aprimorando a relação do corpo físico e da natureza interior, sendo ela um veículo de expressão. (GHIRALDELLI).

OBJETIVO

Customizar e Resignificar uma peça de roupa e(ou) acessório de memória afetiva para Filha de Bethânia.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. Homepage da Comunidade Bethânia. Disponível em: <https://www.bethania.com.br>. Acesso em: 25 out. 2021.
GHIRALDELLI. Sócrates-pensador e educador: a filosofia do conhece-te a ti mesmo. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As peças foram customizadas de acordo com a palavra que norteou todo nosso projeto; Restauração. Cada detalhe foi executado perante as aptidões da entrevistada, como por exemplo a arte feita na camiseta contém seu desenho animado favorito (Mickey), representação da família (Coração), aroma predileto (Jasmim), paixão pela leitura (Livro), lugar favorito (Parque Barigui) e o motivo pelo qual se levanta todos os dias (Espiritualidade). Além da customização feita na camiseta realizamos o processo de restauração em mais duas peças, uma calça que transformou-se em uma bermuda e uma sapatilha que se adaptou conforme as preferências da Filha de Bethânia, resultando em três peças que transmitem sua identidade e personalidade. (Figura 1).

Figura 1 – Peças customizadas consoante a personalidade da Filha de Bethânia.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo desempenho do projeto foi alcançado devido ao eficiente Laboratório de Moda UNIFEBE que nos forneceu todo material necessário e também ao apoio de professores qualificados. Nesta experiência entre UNIFEBE e Comunidade Bethânia foi possível expandir o conhecimento voltado para o usuário de moda e a como lidar com um consumidor real.

INTRODUÇÃO

O projeto foi desenvolvido pelas 2ª e 4ª fases do curso de Design de Moda em parceria com a Comunidade Bethânia em São João Batista, com o objetivo de customizar uma peça de roupa, a partir da história de vida do Filho de Bethânia. A Comunidade Bethânia é uma instituição que acolhe dependentes químicos para um processo de transformação de vida (COMUNIDADE BETHÂNIA, 2021).

Consideramos que as roupas estão relacionadas, além dos valores funcionais, aos “valores estéticos, culturais e sociais, sendo uma forma de expressão e comunicação da identidade pessoal” (DUDERSTADT, 2015, p. 30). Nesse sentido, compreendemos que o processo de customização é uma estratégia de muitas marcas para tornar o produto personalizado, atingindo a necessidade do cliente.

OBJETIVO

Realizar a personalização de uma peça de roupa para um Filho da Comunidade Bethânia, São João Batista/SC.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. **Homepage da Comunidade Bethânia**. Disponível em: <https://www.bethania.com.br>. Acesso em: 18 out. 2021.
DUDERSTADT, Adriana Vieira. **Relações entre a customização em massa e a moda sustentável**. Dissertação (Mestrado em Design de Moda) - Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao conversar com o Filho, ele ressaltou que amava cavalos, tanto que tinha alguns em seu sítio e que adorava cavalgar com seus amigos e filhas. E, ao comentar sobre suas filhas, ele ficou muito emocionado, então decidimos bordar na camiseta as suas duas maiores paixões.

Assim, na camiseta foi realizada a customização em bordado de uma ferradura de cavalo e quatro rosas vermelhas que simbolizam as suas filhas. A Figura 1, apresenta a camiseta personalizada:

Figura 1 – Camiseta personalizada



Fonte: Julia da Silva e Larissa Hilgidron Assino (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o projeto proporcionou conhecimentos além da técnica e da prática em Design de Moda. Proporcionou desenvolver e aplicar a empatia e, com certeza isso foi fundamental para conversar e conhecer os Filhos da Comunidade Bethânia. De forma, especial, ficará um carinho e lembraremos do Filho que acolhemos para o processo de personalização. Um ótimo projeto desenvolvido pelo Curso de Design de Moda da UNIFEBE.

INTRODUÇÃO

Este projeto foi desenvolvido em parceria entre o curso de Design de Moda da UNIFEBE e a Comunidade Bethânia de São João Batista/SC, no qual foi desenvolvido o processo de customização de uma camiseta.

A Comunidade Bethânia acolhe pessoas que buscam uma transformação em suas vidas (COMUNIDADE BETHÂNIA, 2021). Trouxemos assim, esse propósito para o nosso trabalho com o objetivo de conectar moda, memória e história, por meio da ressignificação da peça de roupa.

Consideramos que a roupa está diretamente com a relacionada com a memória, ou seja, a roupa é um tipo de memória. Nesse sentido, quando a pessoa está ausente ou morre, a roupa absorve sua presença ausente (STALLYBRASS, 2008, p. 13)

OBJETIVO

Realizar a personalização de uma peça de roupa (camiseta) para um *Filho da Comunidade Bethânia*, São João Batista/SC.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. **Homepage da Comunidade Bethânia**. Disponível em: <https://www.bethania.com.br>.
STALLYBRASS, Peter. **O Casaco de Marx: Roupas, Memória, Dor**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a realização da entrevista, o aspecto destacado pelo entrevistado foi a sua afeição pela família, em especial, a memória de sua esposa. Nesse sentido, estampamos na peça apresentada uma foto de sua falecida cônjuge no peito esquerdo, simbolizando a ligação ao coração. Também foi estampado uma frase do Padre Léo (fundador da comunidade) nas costas da camiseta, que representa a ligação do entrevistado com a sua família em Bethânia. A Figura 1 a seguir, apresenta a customização da camiseta:

Figura 1 – Camiseta finalizada



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que por meio da customização realizada, alcançamos o objetivo proposto, de ressignificar a peça entregue aos acadêmicos.

Apreciamos a troca de conhecimento adquirido por meio do projeto de curricularização entre a Unifebe e a comunidade Bethânia, que foi além do conhecimento sobre as técnicas de customização, mas sendo importante ressaltar a inexplicável experiência de interação com dependentes químicos, que nos ensinaram muito sobre o amor e a empatia ao próximo.

INTRODUÇÃO

O trabalho proposto na disciplina de História da Indumentária e da Moda teve a intenção de analisar figurinos de época e fazer um comparativo com a História da Moda. A moda sempre foi uma grande referência para o cinema, assim como o caminho inverso também. “Os filmes são considerados, por grande parte da sociedade, como um significativo meio de disseminação de tendências e modos, e atinge, por conseguinte, uma grande parcela da sociedade.” (BATISTA, 2019, p. 04).

O filme proposto para análise foi o Moulin Rouge – amor em vermelho, de 2001, dirigido por Baz Luhrmann e vencedor do Oscar de melhor figurino e melhor direção de arte em 2002.

Pode-se analisar que o filme, que se passa no início do século XX, torna-se interessante em alguns aspectos. Acredita-se que determinados detalhes da época foram muito bem revividos, podendo ter clareza de situações que eram passadas no começo dos anos 20. Moulin Rouge também contribui com vestuários espetaculares e que, com certeza não passariam em branco nas nossas cabeças.

“No início do século XX, a moda era ditada pelas maisons parisienses. [...] a roupa era um símbolo de liberdade perante as formalidades da burguesia, [...] sobretudo, um símbolo da intenção de integrar todos os aspectos da arte e do design, incluindo a moda.” (BLACKMAN, 2014, p.10-11)

REFERÊNCIAS

BATISTA, Fabiano Eloy Atílio. **Moda e Cinema**: possíveis interlocuções. Achiote – Revista eletrônica de Moda, vol. 7, número 01, 2019.
BLACKMAN, Cally. **100 anos de Moda**. São Paulo: Publifolha, 2014.

OBJETIVO

O objetivo proposto neste projeto foi de aprimorar os conhecimentos em pesquisa e observação de detalhes e de contextos históricos. Analisar os figurinos presentes no filme Moulin Rouge – amor em vermelho e realizar um comparativo entre o figurino e o que é apresentado em livros de História da Moda.

MATERIAIS E MÉTODOS

De maneira sucinta, analisamos a forma em que o filme foi apresentado usando conhecimentos adquiridos anteriormente através de trabalhos e pesquisa sobre a moda e indumentária conforme os anos.

Além disso, procuramos nos aprofundar em pesquisas sobre a moda da época para que, a avaliação sobre o filme fosse fortemente vinculada a realidade.

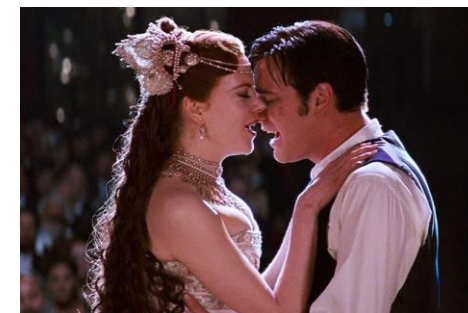
Desta forma, este trabalho foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao final, o filme Moulin Rouge trouxe informações muito importantes da época como a objetificação da mulher, doenças que eram fatais, um pouco sobre a revolução boêmia e também o modo de agir, vestir e se comportar nos anos 20. No entanto, algumas críticas devem ser feitas em relação a vestimenta que, foge um pouco da realidade que era vivida, tendo em vista que, algumas partes do corpo feminino não era deixadas a mostra como o peito, os braços e pernas. Outro detalhe que pode ser

apontado é a ambientação do filme, apresentando músicas contemporâneas, variedades étnicas e a combinação de dois momentos distintos do Moulin Rouge: cabaré e circo. (Figura 01)

Figura 01: Cena do filme Moulin Rouge – amor em vermelho.



Fonte: observatoriodocinema, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi aprendido um pouco mais sobre a época e seu modo de viver e vestir, aumentando, cada vez mais, nossas perspectivas de pesquisa e observação podendo em um futuro próximo, avaliar com mais facilidade a moda e indumentaria conforme as épocas.

INTRODUÇÃO

Este estudo é fruto do Projeto de Curricularização da Extensão, realizado no Curso de *Design* de Moda do Centro Universitário de Brusque, pelos acadêmicos da segunda e quarta fase. Tal atividade buscou desenvolver um projeto, juntamente com a Comunidade Bethânia, cujo os estudantes deveriam realizar a personificação de peças de roupa para um *Filho de Bethânia*. A Comunidade Bethânia, localiza-se na cidade de São João Batista - SC e é uma entidade de acolhimento de pessoas que desejam restabelecer-se da dependência química (COMUNIDADE BETHÂNIA, 2021).

Comumente, tem-se a moda a partir de abordagens puramente icônicas e estéticas (SORCINELLI, 2008). Contudo, nos dias que seguem, há outras possibilidades para este fenômeno que demonstra-se voltado a fatores de construção social e identitária dos indivíduos. Segundo Monneyron (2007), é relevante que cada pessoa possa ser livre para vestir-se da forma que lhe convém, tendo em vista seus aspectos particulares. Respeitar tais escolhas é respeitar o indivíduo, proporcionando dignidade e tutela da própria imagem.

Considerando-se o acima exposto, ressalta-se que a atividade realizada buscou respeitar as características individuais do participante, atendendo suas necessidades e desejos.

OBJETIVO

Realizar a personalização de uma calça e de uma camiseta, para um *Filho* da Comunidade Bethânia.

REFERÊNCIA

COMUNIDADE BETHÂNIA. **Homepage da Comunidade Bethânia**. Disponível em: <<https://www.bethania.com.br>>. Acesso em: 29 out. 2021.

SORCINELLI, Paolo. **Estudar a Moda**: Corpos, vestuários, estratégias. São Paulo: Editora Senac, 2008.

MONNEYRON, Frédéric. **A moda e seus desafios**: 50 questões fundamentais. São Paulo: Editora Senac, 2007.

MATERIAIS E MÉTODOS

Através de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as etapas projetuais subsequentes:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega das peças, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio de entrevista, conheceu-se o *filho de Bethânia*, para quem se realizaria a customização das peças. Ali detectou-se aspectos necessários para a personificação, como: cores, símbolos, estilo e principalmente gostos pessoais. Para tanto, o participante escolheu uma calça e uma camiseta, como peças para a customização. A respeito de sua história, manifestou que se tornou uma pessoa religiosa durante seu processo de cura. Assim, pintou-se em sua calça, a frase com a qual se identifica: "tudo posso naquele que me fortalece". No bolso, inseriu-se a imagem da face de Jesus Cristo. Já para a camiseta, desenhou-se a imagem do Divino Espírito Santo, juntamente com bambus, plantas presentes e simbólicas na Comunidade Bethânia (Figura 1).

Figura 1 – Customização finalizada da calça e camiseta do *Filho de Bethânia*.



Fonte: Camila Louiza Gomes e Maria Lucia Milani Fischer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a comunicação entre criadoras e usuário foi fundamental para atingir o objetivo de maneira satisfatória. Desta forma, pôde-se perceber na prática, a relevância do contato com o utente, essencial para se elaborar um produto adequado. Ressalta-se que a experiência perpassou o âmbito acadêmico e profissional, alcançando também o lado pessoal e humano das estudantes. Portanto, acredita-se que este Projeto de Curricularização da Extensão, contribuiu para o aprendizado em diversos aspectos, inclusive no exercício da manualidade, desenvolvido através da pintura das peças.

INTRODUÇÃO

Trata-se de um projeto em parceria com a Comunidade Bethânia São João Batista/SC, cuja temática foi baseada na frase 'O Que Você Tem é o Suficiente', realizado entre o período 18 de outubro a 30 de outubro de 2021, pela 2ª fase do Curso de Design de Moda.

Compreendemos que a moda está presente em nosso dia a dia, representando significados, valores e propósitos. Nesse contexto, as roupas são mais do que tecidos e mercadorias. A Moda, compreende as relações emocionais, relações simbólicas e significados individuais. (SEHN, 2017).

A partir de diferentes compreensões sobre a moda, abordamos a relação entre Design de Moda e Comunicação, a partir da construção da identidade, e não somente como um produto a ser consumido ou padrão a ser seguido. (BRENBATTI; TAKETANI, 2017). Nessa relação, evidenciamos a personalização da moda por meio da customização.

OBJETIVO

Customizar e personalizar uma peça de roupa disponibilizada por um filho de Bethânia, com o objetivo de ressignificação e identidade própria.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. **Homepage da Comunidade Bethânia**. Disponível em: <https://www.bethania.com.br>. Acesso em: 18 out. 2021.

BRENBATTI, Kattia; TAKETANI, Yasmin. **Moda e identidade. Comunicação - Reflexões, Experiências, Ensino**. Curitiba. v. 11. n.11. p. 009-016. 1º Semestre 2016. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180427033038id_/http://ojs.up.com.br/index.php/comunicacao/article/viewFile/531/200. Acesso em: 31 out. 2021.

SEHN, Luana Roberta. **O sentir da moda: a roupa como instrumento de ressignificação dos sonhos**. 2017. Artigo (Graduação). Curso de Design de Moda, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 03 jul. 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/1908>. Acesso em: 31 out. 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para atingir o objetivo proposto, levamos em consideração os gostos pessoais, as cores e as crenças do filho de Bethânia. Em particular, a sua admiração por músicos que marcaram sua história. Consideramos também, a sua devoção ao Arcanjo São Miguel, seu protetor. Todas as particularidades evidenciadas pelo Filho de Bethânia, se tornaram inspiração para a realização das pinturas nas camisetas, conforme apresenta a Figura 1:

Figura 1 – Personalização: Camiseta 01 (Rapper); Camiseta 02 (na frente (anjo); atrás (Arcanjo São Miguel)).



Fonte: Joana Maria Koehler e Nadine Zuchetti (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a prática do diálogo foi essencial para a produção da personalização e customização das peças. Por meio da comunicação aberta e interativa, ocorreu um bom entendimento sobre o Filho de Bethânia e suas expectativas. Na conversação foi possível realizar uma troca de conhecimento e experiências de vida, entre pessoas com realidades diferentes. Por fim, compreendemos que toda essa experiência de aprendizado e compreensão interior, com pessoas que normalmente não teríamos interação, acrescentou valores pessoais e coletivos para a nossa gestão pessoal e profissional.

INTRODUÇÃO

Esse pôster relata um trabalho realizado por acadêmicas da 2ª fase do Curso de Design de Moda do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. Trata do Projeto de Curricularização da Extensão realizado em 2021-2 junto à Comunidade Bethânia (2021), instituição que acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade, as quais chama de “filhos de Bethânia”. Com o projeto esperava-se ter conhecimento sobre a história do outro para, por meio da roupa, retratar significados de vida.

A moda tem o viés da significação, pois o vestuário retrata um tempo e vai além do simples uso das roupas, pois o que as pessoas vestem retrata um contexto maior, ou seja, a roupa é um artefato que expressa o que é político, social e sociológico em determinada época. (PALOMINO, 2003)

No projeto realizado junto à Comunidade Bethânia, roupas foram entregues pelos “filhos” às acadêmicas para elas trabalhassem a customização dessas peças. Customizar, segundo Newman e Shariff (2011, p.63) é “adaptar os produtos, como roupas e acessórios, ao gosto do cliente ou segundo especificações determinadas a certo público”.

OBJETIVO

Realizar a customização de peças de roupas de “filhos de Bethânia”, sob o lema “o que você tem é o suficiente!”.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. Homepage da Comunidade Bethânia. Disponível em: <https://www.bethania.com.br>. Acesso em: 18 out. 2021.
NEWMAN, Alex; SHARIFF, Zakee. **Dicionário ilustrado: Moda de A a Z**. São Paulo: Publifolha, 2011.
PALOMINO, Érika. **A moda**. São Paulo: Publifolha, 2003.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As acadêmicas realizaram a customização de três peças: uma masculina adulta, uma feminina adulta e outra feminina infantil. Na masculina, uma camiseta, foi realizada uma pintura com prédios e paraquedas na parte de trás da peça, pois o “filho de Bethânia” disse gostar de prédios e de altura. Na parte frontal dessa camiseta foi colocada uma frase. A peça feminina foi customizada com aplicação de missangas, considerando o gosto da “filha de Bethânia” por brilhos, a roupa recebeu a colocação de uma saia de tule com uma fita de cetim no *body* (Figura 1), trazendo aspectos de fofura no mundo infantil. Os principais passos técnicos adotados foram: bordados com missangas, alça refeita, inclusão de barra no vestido, pinturas e costura de tule e fita de cetim.

Figura 1 – Body-vestido infantil customizado.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os dias de preparação, com estudo de técnicas e bate-papos com especialistas, o projeto atingiu o objetivo desejado. Junto da Comunidade Bethânia as acadêmicas aprenderam e puderam compartilhar sobre ter o suficiente. Para elas a Comunidade transforma vidas e puderam perceber isso tanto pelos relatos a elas dados, quanto pela própria vivência pessoal que o projeto proporcionou. Para as acadêmicas, o conhecimento que essa vivência trouxe não foi somente de técnicas de personalização e customização usando a moda, mas, mais do que isso, aprenderam a trabalhar com histórias de vida.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Curricularização da Extensão, proposto pelo Curso de Graduação em *Design* de Moda do Centro Universitário de Brusque, foi realizado em conjunto com a Comunidade Bethânia. Esta entidade sem fins lucrativos, acolhe dependentes químicos que buscam, de forma livre e voluntária, restabelecer-se do vício (COMUNIDADE BETHÂNIA, 2021). Para tanto, a atividade consistiu em elaborar a customização de uma peça de roupa, de um *Filho de Bethânia*. Tal projeto foi realizado entre os dias 18 e 30 de outubro de 2021, pela segunda e quarta fase do curso antes mencionado.

A customização visa a entrega de produtos de moda que estejam fundamentados nos desejos do consumidor, ou seja, foca-se em desejos pessoais dos indivíduos (BARRETO, 2019). Neste sentido, Godart (2010) defende que a roupa carrega consigo este poder de comunicar os sinais identitários do sujeito, tornando-o único como indivíduo, porém incluído ao meio social.

Assim, por meio da customização de uma peça de roupa, buscou-se valorizar os desejos e gostos individuais, para que desta forma, o participante pudesse conduzir sua própria imagem. Este processo aconteceu por meio de conversa e convivência com o participante, do qual manifestou suas predileções e características, que foram acolhidas pelas estudantes.

OBJETIVO

Realizar a customização de uma camiseta para um *Filho de Bethânia*, instituição situada em São João Batista - SC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Mediante uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as fases projetuais subsequentes:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento da camiseta deu-se em base na entrevista realizada com o *Filho de Bethânia*. Assim, após conversa detectou-se que a música e o crucifixo são elementos simbólicos em sua vida. Além deles, sua cor predileta é o azul. Manifestou também seu apreço pelo filho, neto e irmã. A partir da coleta destes dados, avaliou-se a possibilidade de realizar uma peça que contemplasse cada um destes elementos. A camiseta recebida foi na cor branca, o que facilitou o emprego da tinta azul na aplicação da estampa manual na peça. Por isso, na parte frontal, optou-se por desenhar a imagem de três

pessoas que representavam sua irmã, filho e neto. Nas costas da camiseta, ilustrou-se um crucifixo, símbolo que leva sempre consigo. Em torno da cruz, optou-se por pintar notas musicais (Figura 1).

Figura 1 – Frente e costas da camiseta customizada.



Fonte: Daniela Schroeder e Julia Conti Rockenbach.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprendeu-se que, ao se criar um produto de moda, é relevante não julgar a história e as vontades do usuário, mas sim, abrir-se para ouvir suas necessidades e desejos. Destaca-se também que o desenvolvimento deste projeto somente foi possível, tendo em vista a abertura e o acolhimento prestado pela Comunidade Bethânia e o auxílio do corpo docente do Curso de *Design* de Moda do Centro Universitário de Brusque.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Marcelo da Silva. **Customização vs Identidade de Marcas de Moda**: Desafios na era digital. Dissertação (Mestrado Branding e Design de Moda). Programa de Pós-Graduação em Branding e Design de Moda, Universidade da Beira Interior. Covilhã, p. 135. 2019.
- COMUNIDADE BETHÂNIA. **Homepage da Comunidade Bethânia**. Disponível em: <<https://www.bethania.com.br>>. Acesso em: 29 out. 2021.
- GODART, Frédéric. **Sociologia da moda**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

INTRODUÇÃO

O projeto foi realizado pelo curso de Design de Moda da UNIFEBE- Brusque entre os dias 18/10/2021 e 30/10/2021, no período de curricularização da extensão, em parceria com a comunidade Bethânia de São João Batista, SC. O objetivo foi de realizar a customização de uma peça de roupa de um filho da comunidade Bethânia, de acordo com sua personalidade, gostos pessoais e anseios.

“Na busca incessante da identidade, cada um quer vestir algo que reflita um pouco de sua personalidade assim a customização é livre para representar em forma de vestimenta um pouco da personalidade de quem usa. O ato de customizar ajuda a não extrair mais insumo, significa trabalhar com matéria prima já existente, esse é o foco de muitos estilistas. O valor e da criatividade, tempo, paixão e habilidades para um novo redesign sugeri uma nova visão”. (ROCHA, 2017, p. 21).

OBJETIVO

Realizar duas customizações de camisetas para os filhos de Bethânia; uma camiseta feminina com pinturas e miçangas e outra camisa masculina com pinturas.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. Homepage da Comunidade Bethânia. Disponível em: <https://www.bethania.com.br>. Acesso em: 18 out. 2021.

ROCHA, Lucimara da. **Consumo consciente**: customização aplicada em produto de moda. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Apucarana, 2017. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/9114>, acesso em 01.nov.2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

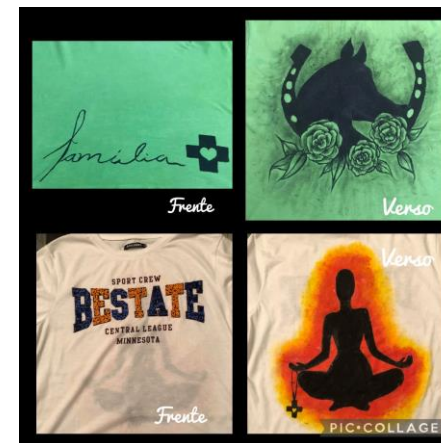
- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento do projeto deu-se início com a primeira visita a comunidade Bethânia- São João Batista, SC. Lá conhecemos todos os espaços da comunidade e os filhos de Bethânia. Em seguida fomos designados a dois filhos para realizar entrevistas em que conheceríamos mais sobre a personalidade e gostos dos mesmos. Para a customização das peças levamos em consideração os gostos, sonhos e história de vida dos dois filhos de Bethânia.

Foram customizadas duas peças, uma camiseta feminina que teve como inspiração a prática da meditação, por este motivo, a pintura feita na parte das costas e o bordado em miçangas nas cores laranja e azul, as cores favoritas da filha. Na peça masculina, a inspiração foi a família e os cavalos, motivos estes que foram pintados nas costas e na barra inferior da camiseta. (Figura 01)

Figura 01: Imagem das peças customizadas



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto foi de imensa importância pois nos trouxe muito conhecimento de outros tipos de vivência, e também nos proporcionou a capacidade de customizar algo que muitas de nós nem sabíamos ter a capacidade de executar. O amor, carinho e afeto que envolveram este projeto fizeram com que ele se torna-se único e especial, aprendemos que podemos reconstruir nossas vidas e que mesmo com uma grande história já construída nunca é tarde para sonhar.

INTRODUÇÃO

O presente Projeto da Curricularização da Extensão, foi realizado entre os dias 18/10 e 31/10 pelo curso de Graduação em Design de Moda, envolvendo a 2ª e 4ª fase, em parceria com a Comunidade Bethânia, localizada em São João Batista/SC. Esta entidade sem fins lucrativos, acolhe dependentes químicos, chamados de Filhos e Filhas de Bethânia que buscam, de forma livre e voluntária, restabelecer-se do vício (COMUNIDADE BETHÂNIA, 2021).

A atividade proposta refere-se a customização de uma peça do vestuário de um Filho de Bethânia tendo como partida dados coletados por meio de entrevista individual.

De acordo com Fischer e Phillipi (2010, p. 9) “Seguir padrões ditados pela moda nem sempre é solução para elevar a autoestima. Cada individuo possui personalidade e opiniões distintas, consequentemente são diferentes física e esteticamente, portanto as tendências não poderiam se adequar igualmente a todos.”.

Neste sentido a realização desta atividade buscou personalizar peças de vestuário utilizando técnicas manuais ou artesanais de interferência, como: pintura, tingimento, bordado e/ou aplicação de aviamentos.

OBJETIVO

Customizar peças de vestuário para dois Filhos de Bethânia utilizando, como inspiração para a criação dos conceitos, os dados coletados durante entrevista individual.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. Homepage da comunidade Bethânia. Disponível em <https://www.bethania.com.br>. Acesso em: 18 out 21.
FISCHER, Ana Flavia; PHILLIPI, Karine; MACEDO, C. A. A importância do visagismo para a construção da imagem pessoal. 2010.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, feedback do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades iniciaram com a divisão dos Filhos e Filhas de Bethânia entre os acadêmicos, sendo definido para esta equipe um Filho e uma Filha que entregaram uma camiseta cada.

Logo após, todos foram encaminhados para diferentes locais da comunidade onde puderam realizar as entrevistas individuais a fim de coletar dados para a criação dos conceitos para a customização.

Para o Filho de Bethânia, a equipe percebeu que o mesmo valorizava muito sua família, em especial duas sobrinhas, desta forma foi desenvolvida uma arte em estêncil no formato de uma árvore genealógica com os nomes de seus familiares.

Para a Filha de Bethânia foi identificado a valorização do seu tempo em permanência na comunidade e o gosto pela cor preta, portanto foi realizado na camiseta um tingimento *Tie Dye* em tons de cinza, com sobreposição da figura de Cristo desfigurado e aplicação de taxas.

As duas peças estão apresentadas na Figura 1.

Figura 1. Árvore Genealógica e Cristo Desfigurado.



Fonte: Boteon; Mafessolli (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo o trabalho teve-se a certeza do aprendizado não apenas manual, como a customização das peças, mas também leva-se em consideração a construção do ser pessoal, ou seja, a forma de lidar e interpretar a história única compartilhada pelo Filho e Filha de Bethânia. Esta experiência será lembrada por muito tempo tanto pelos acadêmicos quanto pela Comunidade Bethânia. Muitos conhecimentos científicos foram complementados com conhecimentos espirituais e psicológicos, a aventura de através da customização da peça transformar a vida de uma pessoa e consequentemente transformar o ser interior de todos os participantes deste projeto.

INTRODUÇÃO

O take-home é um método de ensino online que utiliza materiais didáticos desenvolvidos para diferentes tipos de aprendizagem. Devido ao atual cenário de pandemia, o ensino remoto foi introduzido na educação para auxiliar no aprendizado dos alunos por meio de tecnologias digitais. A presente pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2021 e faz parte da primeira etapa do projeto da bolsa de estudos do Artigo 170.

Na primeira etapa foi revisado o fenômeno do aprendizado, os estilos de aprendizagem e o uso do design instrucional na modalidade de ensino não-presencial. Em seguida foi especificada a metodologia aplicada na pesquisa assim como os possíveis resultados. E, por fim, foram abordadas as limitações da pesquisa.

O design instrucional visa estruturar e desenvolver conteúdos que facilitem a transmissão das mensagens de cursos e disciplinas. Existe pesquisa prévia que mostra como a intervenção dessa atividade tende ser benéfica para vários públicos-alvo (BENTO, 2017). Neste sentido, procurou-se aprofundar os estudos sobre as possibilidades de elaboração de material didático para aulas take-home em função dos diferentes tipos de aprendizagem.

OBJETIVO

O objetivo geral do projeto é investigar a percepção da equipe do NEAD da Unifebe acerca das possibilidades de elaboração de materiais didáticos para aulas take-home, a partir dos diferentes

estilos de aprendizagem, tendo a primeira etapa o enfoque teórico do projeto.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa básica pura, bibliográfica e exploratória, seguiu-se as seguintes etapas: (1) Levantamento de Dados – pesquisa de livros e artigos científicos pertinentes ao tema; (2) Organização das referências – organização dos conteúdos dos materiais em função das sessões propostas; (3) Redação da Revisão de Literatura – produção textual dentro das normas da ABNT e do Manual de Metodologia da Unifebe.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O levantamento teórico aponta que 71% dos responsáveis pelos estudantes estão valorizando mais o trabalho desenvolvido pelos professores e 94% consideram muito importante que os docentes estejam disponíveis para correção de atividades e esclarecimento de dúvidas durante as aulas não presenciais. Outro efeito importante da pandemia para a educação é que a maioria dos responsáveis (64%) também considera que as aulas não presenciais foram eficientes no aprendizado aos estudantes, enquanto 36% afirmam que não foram eficientes. Em relação aos problemas metodológicos, ressalta-se a falta de entrega das atividades escolares, a dificuldade de concentração dos alunos nas aulas e a redução no processo de socialização. (FUNDAÇÃO LEMANN, 2020).

Como resultado da pesquisa teórica, de forma ampla, a aprendizagem caracteriza-se como um processo de mudança. O professor costuma ser o coautor do processo de aprendizagem, trazendo novas experiências e habilidades aos alunos. Na aprendizagem trabalha-se tanto com o domínio cognitivo, quanto com o domínio afetivo (JAQUES; VICARI, 2005). O domínio cognitivo abrange a memorização, a análise e a avaliação. Já o domínio afetivo abrange a organização, a valorização e a resposta. A aprendizagem, como um todo, é um processo criativo, pois o uso dessas tecnologias, sobretudo no ensino remoto, ajuda a personalizar as experiências dos alunos, estabelecendo novas formas de relação com as aulas e seus conteúdos (NASCIMENTO et al., 2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente proposta de pesquisa faz parte de uma linha de estudo mais abrangente do design educacional. Assim sendo, o seu desenvolvimento e os seus resultados serão agregados e interpretados junto com outras evidências (por exemplo, em comparação com o contexto das aulas presenciais). Alguns indicadores teóricos e práticos apontam que existem muitas possibilidades de desenvolvimento de material didático levando em conta os diferentes estilos de aprendizagem, a partir das diferentes ferramentas tecnológicas oferecidas pelos ambientes virtuais de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO LEMANN. Educação não presencial. São Paulo: 2020. E-book. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materiais/educacao-nao-presencial-74-dos-alunosrecebematividades>. Acesso em 10/05/2021.
JAQUES, Patrícia Augustin; VICARI, Rosa Maria. Estado da arte em ambientes inteligentes de aprendizagem que consideram a afetividade do aluno. Revista informática na educação: teoria & prática, v. 8, n. 1, p. 15-38, 2005.
NASCIMENTO, P. et al. Recomendação de objetos de aprendizagem baseada em modelos de estilos de aprendizagem: Uma revisão sistemática da literatura. In: Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE). 2017. p. 213.

INTRODUÇÃO

O curso de Design de Moda do Centro Universitário de Brusque- Unifebe, juntamente com a Comunidade Bethânia localizada em São João Batista – SC, desenvolveu este projeto denominado “O que você tem é o suficiente” em que os alunos da segunda e quarta fase customizaram peças de vestuário. Os acadêmicos analisaram, por meio de uma entrevista, fatores importantes para a realização da customização de uma peça oferecida por eles, os “filhos de Bethânia”. O projeto é produto da Semana de Curricularização, tendo início no dia 18 e término no dia 30 de outubro de 2021.

“Enquanto dinâmica de mercado, a moda impulsiona mudanças permanentes de gostos, estilo, aparências e significados. Em um mercado saturado de produtos massificados, com consumidores que desejam expressar sua individualidade por meio da aparência, a customização de produtos de moda pode significar um diferencial competitivo.” (KÖRBES, 2015, p.14)

“Muitas pessoas, por meio da fé enxergam os sinais dos caminhos que devem seguir buscando respostas aos seus anseios e sentido para vida. Por isso, produtos que alimentam a fé, estão sempre vinculados á moda para atrair esses consumidores.[...]” (SILVEIRA; SILVEIRA, 2015, p.3)

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. Homepage da Comunidade Bethânia. Disponível em: <https://www.bethania.com.br>. Acesso em: 18 out. 2021.
KORBES, Rafael. **O design de Sistemas Modulares: customização em massa de produtos de moda**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Engenharia, Programa de Pós-Graduação em Design. Porto Alegre, 2015.
SILVEIRA, Scheila Lehmkuhl; SILVEIRA, Icléia. **Devoção e Moda**. DAPesquisa, Florianópolis, v. 10, n.13, p. 134-145, junho 2015.

OBJETIVO

O referido projeto objetiva realizar a personalização de roupas dos filhos de Bethânia, oferecendo aos alunos a experiência de sentir a sensibilidade de alterar cada peça oferecida de acordo com sua história pessoal.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confecção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento teve início quando conhecemos nosso filho, assim chamado em Bethânia e seguimos para uma conversa produtiva sobre seus gostos e motivações. Considerando suas respostas, levamos em conta seus traços simples, o jeito trabalhador, além de sua forte motivação religiosa na hora da customização, que teve como principais passos; o esboço no papel e tecido, marcação do Salmo com caneta permanente e por fim o bordado.

Portanto, criamos algo discreto e imponente, demonstrando por meio dessas técnicas seus gostos, em especial a devoção a Nossa Senhora Aparecida. (Figura 1)

Figura 1 – Elaboração dos esboços na peça.



Fonte: as autoras, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprendemos muito durante essas duas semanas, principalmente sobre a importância da singularidade dentro da moda e a como lidar com as exigências e gostos pessoais no desenvolvimento de produtos. Foi muito gratificante trabalhar juntos e ainda mais, conhecer novas histórias de superação e evolução. Concluímos que todos podem mudar e evoluir, assim como as peças customizadas.

INTRODUÇÃO

A crescente concorrência na captação de recursos exige a implementação de novas estratégias que destaquem as marcas das instituições ambientais. Este resultado pode ser obtido por meio do uso de uma bem elaborada gestão da marca (branding). Por meio dela é possível criar, desenvolver e cultivar relações com o público-alvo, de tal maneira que se estabeleçam laços de intimidade, de emoções e surpresas, bem como parcerias – início de relações duradouras e benéficas para empresas e entidades ambientalistas (LUÍNDIA, 2001).

Um dos alicerces do processo de branding é o design. Este, por definição, contribui na resolução de problemas originados a partir de necessidades humanas, sendo essas: comunicacionais ou de uso (CAVALCANTE & PRADO, 2005).

OBJETIVO GERAL

Levantar a participação do design gráfico nas ações estratégicas de gestão de marca de instituições socioambientais sem fins lucrativos atuantes na região metropolitana do Vale do Itajaí.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo é classificado quanto a sua natureza como aplicado. Quanto à abordagem do problema é qualitativo. Do ponto de vista dos objetivos é exploratório. E para os procedimentos técnicos, o estudo faz uso de pesquisa bibliográfica e levantamento.

REFERÊNCIAS

- BRAUN, J. R. R. Green Branding: design gráfico e a gestão de marcas de Ongs ambientalistas. Dissertação [mestrado]. UFSC, 2008.
- CAVALCANTE, A. L. B. L. e PRADO, R.R O designer e sua responsabilidade com o meio ambiente. UNOPAR Cient., Ciênc. Exatas Tecnol., Londrina, v. 4, p. 57-63, nov. 2005.
- LUÍNDIA, L. E. A. Eco-marketing, desenvolvimento sustentável e Amazônia. Anais do XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, setembro 2001.
- ONGSBRASIL. ONGs Brasil, 2021. Lista de ONGs do Brasil. Disponível em: www.ongsbrasil.com.br. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- STRUNCK, Como criar identidades visuais para marcas de sucesso. Rio de Janeiro: Rio Books, 2007.
- VELOSO, A. R.; HAMZA, K. M. e DARÉ, P. R. C. Processo de comunicação entre organizações sem fins lucrativos e seus doadores. Anais do VII SEMEAD, 2004.

Foram identificadas como população as entidades ambientalistas encontradas na região metropolitana do Vale do Itajaí do estado de Santa Catarina. Para isso, foi identificado o portal Ongs Brasil (2021) como fonte para levantamento das instituições a serem indagadas.

Do total de 10 instituições identificadas, duas responderam ao questionário encaminhado em formato digital (Google formulários).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como já afirmado, a participação do design no processo de gestão de marca pode agregar valor e atribuir destaque. A este respeito, as instituições indagadas afirmaram que o Design é utilizado na comunicação de ambas.

Contudo, quando questionados a respeito de quem desenvolvia os materiais gráficos utilizados nas divulgações das ações (tanto digitais como impressos), uma das instituições possuía um colaborador formado em design de produto e a outra alegou que esta função era desenvolvida por um dos colaboradores da instituição (sem formação na área do design) (tab. 1). Veloso *et.al.* (2004) e Braun (2008) corroboram com este resultado onde observam que, de forma geral, são membros da entidade ambientalista que definem as formas de comunicação utilizadas. Porém, muitas vezes, sem qualificação adequada para tal.

Quanto questionados sobre a criação da identidade visual, ambas as instituições afirmaram possuir desde sua fundação.

Porém, uma delas realizou uma “modernização” em 2010, fazendo uso de um profissional ligado ao design (de produto). Já a outra não possuía a informação de quem desenvolveu a proposta (tab.1). Entende-se que este processo deve ir além de um bom desenho, é necessário estabelecer todo um conjunto de relações na aplicação desses elementos visuais (STRUNCK, 2007), função esta atribuída ao design gráfico e nele o designer.

Tabela 1. Respostas das instituições questionadas

	Ano de Fundação	Responsável pela criação dos materiais gráficos (comunicação)	Responsável pela criação da Identidade Visual
Instituição 1	2000	Designer de Produto	Designer de Produto (atualizada em 2010)
Instituição 2	2003	Colaborador	Não possui a informação (a mesma desde a fundação)

Fonte: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos resultados apresentados serem preliminares e parciais, observa-se que, para estes casos, ainda existe uma falta de investimento no uso do design profissional como ferramenta para orientação e desenvolvimento das formas de comunicação das instituições.

Espera-se que com a continuidade do estudo seja possível identificar mais detalhes a respeito da participação do design nas estratégias de gestão da marca das instituições socioambientais sem fins lucrativos atuantes na região metropolitana do Vale do Itajaí.

INTRODUÇÃO

‘O que você tem é suficiente’ foi o tema norteador do Projeto de Curricularização da Extensão desenvolvido pelo Curso de Graduação em Design de Moda, da Unifebe, em parceria com a Comunidade Bethânia, situada em São João Batista, SC.

A Comunidade Bethânia foi fundada pelo Padre Léo com o intuito de acolher pessoas com dependência química, auxiliando na recuperação daqueles que estivessem dispostos a viver um novo propósito de vida (COMUNIDADE BETHÂNIA, 2021).

Este projeto foi realizado, no período de duas semanas, pela 2ª e 4ª fase, do curso a cima citado, e teve como intuito a customização de peças individuais escolhidas pelos Filhos de Bethânia como forma de ressignificação.

O Caderno de Tendência do SEBRAE (2016) descreve que o ‘redesign, consiste em aperfeiçoar uma peça, criar um novo modelo com base em peça já existente, atualizar um produto seguindo novas tendências ou reutilizar a matéria-prima para aproveitamento em outras peças’, da mesma forma a customização também parte de uma peça já existente, mas geralmente será aplicado a ela alterações de acordo com a identidade pessoal do usuário, exatamente conforme a proposta deste projeto.

OBJETIVO

Ressignificar uma peça de vestuário entregue pelo Filho de Bethânia – Comunidade Bethânia.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. Homepage da comunidade Bethânia. Disponível em <https://www.bethania.com.br>. Acesso em: 18 out 21.

Redesign: **um conceito de moda sustentável**. Homepage SEBRAE. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Redesign:-um-conceito-demoda-sustent%C3%A1vel> Acesso em 30 out. 21.

Trem Bala. Ana Vilela. Homepage Letras. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ana-vilela/trem-bala/> Acesso em: 30 out 21.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confecção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, feedback do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento do projeto se deu a partir de uma entrevista pessoal com um Filho de Bethânia, onde foram identificados seus gostos e preferências com o objetivo de refletir esses conceitos nas peças de vestuário entregues a fim de serem customizadas. A equipe recebeu uma bermuda jeans e uma camiseta amarela. Logo em seguida a equipe reuniu-se para definir a intervenção que seria realizada em cada peça.

Na bermuda decidiu-se por fazer uma bainha simples conforme solicitado pelo Filho de Bethânia (a peça era cortada a fio); escrever no bolso traseiro o Salmo 90:2; e na etiqueta traseira pintar pranchas de surf que representam um de dos hobbies do Filho. Na camiseta amarela foi optou-se ilustrar uma águia e um farol, pois durante a entrevista deixou-se em destaque que ‘existe um brilho interior em cada pessoa’, e ainda acrescentar a frase

‘É sobre ser infinito’ que corresponde a um trecho da música Trem Bala da compositora Ana Vilela.

Figura 1. Camiseta e Bermuda customizadas.



Fonte: Ribeiro; Souza; Procópio (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do projeto compreendeu-se a participação em uma experiência única e desta forma também relevante para o processo de aprendizagem e ao mesmo tempo crescimento pessoal. Percebeu-se que a valorização, o respeito e a empatia pela história de vida das pessoas passam pelo tempo dedicado ao ouvir, e que esta ação é o suficiente para o agir e o transformar. A moda tem seu papel nesta construção de histórias e de imagens pois é por meio dela que as pessoas se expressam. Este projeto também proporcionou a visita a Comunidade Bethânia, local que não era conhecido por nenhum dos membros da equipe.

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2021 foi realizado um projeto de Curricularização da Extensão do curso de Design de Moda da Unifebe em parceria com a Comunidade Bethânia (2021). Acadêmicas da 2ª fase do curso realizaram uma atividade de customização de peças de roupas de acolhidos pela Comunidade, chamados de “filhos de Bethânia”. O presente trabalho explana um dos resultados do projeto.

A moda envolve questões sociais e, como tal, pode abranger grupos específicos ou grandes faixas da população, sendo disseminada por meio de artefatos e da reprodução ou imitação de comportamentos (PRESSER; MEÜRER; SOUSA, 2015). Por outro lado, como explanam Pinto e Sousa (2015, p.59), a customização ou personalização é uma técnica “para prolongar o tempo de uso de produtos do vestuário”, sendo um jeito de criar “um novo conceito de moda que personaliza e dá mais tempo de vida para as peças do vestuário”. Para as autoras, “ao se customizar uma roupa consegue-se prolongar o ciclo de vida de uma peça que estava em desuso, aplicando variadas técnicas, como bordados, apliques e aplicações e outros” (*id.*).

OBJETIVO

Realizar a personalização de peças de roupas para “filhos de Bethânia”.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. Homepage da Comunidade Bethânia. Disponível em: <https://www.bethania.com.br>. Acesso em: 18 out. 2021.
PINTO, A.; SOUSA, C. S. M. de. Roupas feitas de roupas. **Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística**, Edição Temática em Sustentabilidade, São Paulo, v. 5, n. 3, p.47-67, 2015. Disponível em: https://www.sp.senac.br/blogs/revistainiciacao/wp-content/uploads/2015/12/125_IC_artigo_revisado.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.
PRESSER, A.; MEÜRER, M.; SOUSA, R. L. de. Uma fonte tipográfica no contexto da Moda. **Razón y Palabra**, mar.-mai. 2015, n.89, p.374-388, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1995/199536848028.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

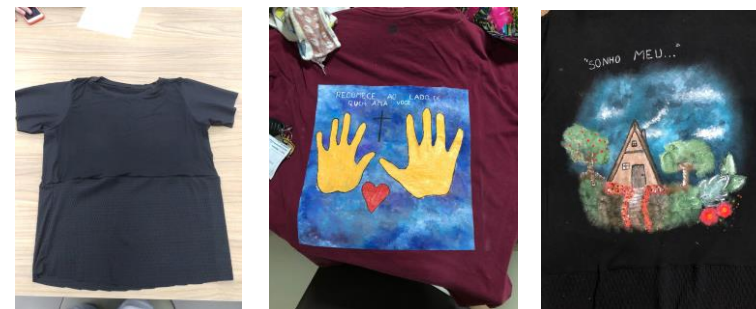
Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confeção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto iniciou com o entendimento sobre os objetivos do acolhimento na Comunidade Bethânia. Em visita ao local, um casal de acolhido e acolhida escolheu as acadêmicas do curso para desenvolverem para eles a customização de peças de roupas. As acadêmicas realizaram um momento de entrevista com o casal, que demonstrou a elas ser cheio de sonhos e extrovertido. O casal também deixou claro que se sentem pessoas renovadas após seis meses na Comunidade. Com as peças que esses “filhos de Bethânia” entregaram para as acadêmicas personalizarem, elas trabalharam a reconstrução das peças e a aplicação de estampas inspiradas em promover o sorriso de quem vai usá-las (Figura 1).

Figura 1 – processo de personalização das peças



Fonte: Desenvolvido pelas autoras (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As acadêmicas consideram que, com esse projeto de Curricularização da Extensão do Curso de Moda da Unifebe junto à Comunidade Bethânia, aprenderam muito mais sobre moda e a prática dela. Isso porque consideram que o amor pode transformar vidas e promover mudanças. A moda, por meio do vestuário, é também uma maneira de registrar momentos dessa transformação. A moda traz significados ao mesmo tempo que os registra na roupa.

INTRODUÇÃO

O projeto proposto para a Curricularização da Extensão do Curso de *Design* de Moda da UNIFEBE, consistiu em customizar peças de roupas, tendo como propósito a seguinte frase norteadora “o que você tem, é o suficiente”. Para tal, teve-se como agente externo a Comunidade Bethânia, organização que se dispõe a acolher indivíduos adictos que desejam restabelecer-se (COMUNIDADE BATHÂNIA, 2021). Para seu desenvolvimento, estudantes da segunda e quarta fase foram envolvidos no projeto que ocorreu entre os dias 18 e 30 de outubro do ano corrente.

Para Pinto e Sousa (2015), a customização gera o aumento do ciclo de vida da roupa, além de agregar personalização a peça. A partir de fenômenos históricos e culturais, ocorridos nos anos de 1990, inicia-se um processo em prol da liberdade do vestir-se, do qual a identidade individual é respeitada e levada com primazia (BELLINTANI; GOMES, 2015).

Tendo em vista a customização como processo de personalização, buscou-se realizar, na peça de roupa recebida de um *Filho de Bethânia*, possibilidades de conduta pessoal, levando-se em conta gostos e desejos individuais.

OBJETIVO

Realizar a personalização de uma jaqueta jeans para um *Filho de Bethânia*, entidade localizada em São João Batista – SC.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. **Homepage da Comunidade Bethânia**. Disponível em: <<https://www.bethania.com.br>>. Acesso em: 29 out. 2021.

BELLINTANI, Carolina Pereira; GOMES, Thuane Fernanda Alhier. **Customização agregando valor às peças de brechó**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Design de Moda) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Apucarana, p. 147. 2015.

PINTO, Adriana; SOUSA, Cyntia Santos Malaguti. Roupas feitas de roupas. **Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística**, v. 5, n. 3, p. 47-67, dez. 2015.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se tais fases projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da entrevista com o *Filho de Bethânia*, foi possível identificar seu interesse por cinema, especialmente, pelo filme conhecido como “O senhor dos anéis”. O participante fez conexão entre uma árvore que surge diversas vezes durante o filme, com sua família. Ela atribuiu a cada galho da árvore, uma pessoa a quem tem afeto. Portanto, decidiu-se customizar a jaqueta recebida por ele, com a árvore mencionada. O processo de personalização foi realizado de forma manual, da qual aplicou-se a árvore no centro das costas da peça. Na sequência, com tinta de tecido e o auxílio de uma esponja, pintou-se o negativo da imagem, dando a sensação de sombra (Figura 1).

Figura 1 - Imagem da peça customizada.



Fonte: Andriele Marian de Oliveira e Maria Eduarda Merizio Tridapalli.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o projeto foi fundamental para o amadurecimento pessoal e profissional das estudantes. Notou-se também, que a atividade elaborada, proporcionou o desenvolvimento humano de todos os envolvidos. Por fim, acredita-se que a dedicação das instituições em prol do projeto, possibilitou que o mesmo fosse concluído de forma satisfatória.

INTRODUÇÃO

Em 2021-2, os alunos das 2ª e 4ª fases do curso de Design de Moda do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE, desenvolveram um projeto de curricularização junto da Comunidade Bethânia (2021). O projeto visava desenvolver a autoestima e ressaltar a singularidade dos chamados “filhos de Bethânia”, por meio de um processo de ressignificação e customização de peças de roupas por eles entregues aos acadêmicos do curso.

As peças de roupas ressignificadas são aquelas que trazem junto de si memórias de bons momentos que vem junto com esse artefato do vestuário (SEHN, 2017). Ao trabalhar uma peça de roupa para uma “filha de Bethânia”, como são chamadas as mulheres acolhidas pela Comunidade, teve-se o intuito de realizar a customização, pois essa é uma prática que “traz à peça autenticidade, a necessidade de cada um, carrega uma identidade e uma história” (ROCHA, 2017, p.23), valores almeçados com o projeto.

OBJETIVO

Realizar a customização de uma peça de roupa para uma “filha de Bethânia”, com base em sua história e seus gostos.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. Homepage da Comunidade Bethânia. Disponível em: <https://www.bethania.com.br>. Acesso em: 18 out. 2021.
ROCHA, Lucimara da. **CONSUMO CONSCIENTE: CUSTOMIZAÇÃO APLICADA EM PRODUTO DE MODA**. Trabalho de Conclusão de Curso. Tecnólogo em Design de moda, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Apucarana, 2017.
SEHN, Luana Roberta. **O SENTIR DA MODA: A ROUPA COMO INSTRUMENTO DE RESSIGNIFICAÇÃO DOS SONHOS**. Trabalho de Conclusão de Curso, Tecnólogo em Design de moda, Centro Universitário UNIVATES. Lajeado, 2017.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conhecendo o trabalho da Comunidade e realizando uma entrevista com uma das “filhas de Bethânia”, foi possível interagir com um pouco de sua história pessoal. As acadêmicas perceberam que, apesar de um passado difícil, a “filha” carrega consigo uma alegria e jovialidade invejáveis, e essas características foram inspiração para a customização. Na camiseta entregue pela “filha”, as acadêmicas fizeram adaptações: retiraram as mangas e a gola, encurtaram o comprimento da peça e adicionaram uma gola trançada e um pequeno decote, dando um ar mais jovem à peça, equiparando-a com a essência de sua dona.

Figura 1 – Customização a partir de uma camiseta



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As acadêmicas tiveram a percepção que, da mesma forma com a qual foram até a Comunidade, ou seja, de “coração aberto”, foram igualmente recebidas e acolhidas. Para elas, a participação no projeto propiciou uma experiência única, com troca de conhecimentos e valores que não ficarão restritos ao aprendizado acadêmico, mas os quais levarão para suas vidas, considerando que foi um processo as ensinou a importância do ouvir, do compreender e do não julgar.

INTRODUÇÃO

O projeto foi realizado na Semana Integrada de cursos da UNIFEBE, cuja temática tratou de uma troca de conhecimento entre o Curso de Design de Moda e a Comunidade Bethânia. Destacamos que a Comunidade Bethânia é uma instituição que acolhe pessoas com dependência química (COMUNIDADE BETHÂNIA, 2021). O projeto Foi realizado pela 2ª e 4ª fase Curso Design de Moda.

Consideramos que a moda revela-se como o espelho dos grandes movimentos da humanidade, revoluções científicas, sociais, culturais e tecnológicas [...]. (BATTISTI, 2009, p.2). Dentre as concepções de que a moda trata, destaca-se o processo de customização.

Para o conceito de customização, “o significado da palavra é apresentada junto com suas aplicações em diferentes processos e momentos históricos: dos projetos de fabricação de módulos para o consumidor poder montar ao seu gosto à personalização desejada”. (BARBOZA; PRESTES; MARQUES, 2007, p. 2).

OBJETIVO

Realizar a customização de uma peça de roupa para um Filho de Bethânia.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. **Homepage da Comunidade Bethânia**. Disponível em: <https://www.bethania.com.br>. Acesso em: 31 out. 2021.

BATTISTI, Francisleth. **Moda e Figurino: unilateralidade**. 1º Encontro de Paranaense de Moda, Design e Negócios. Cianorte-PR: 2009. Disponível em: <http://www.dep.uem.br/enpmoda/artigos/H03ENPMODA.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021

BARBOZA, Leila; PRESTES, Bianca; MARQUES, Mylana. **Costurando com Arte**. **Revista Universo**. Niterói-RJ: 2007. Disponível em:

https://web.archive.org/web/20180502123819id_/http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=496&path%5B%5D=399. Acesso em: 31 out. 2021

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para atingir o objetivo proposto, o Filho de Bethânia nos concedeu uma camiseta dos Beatles. No diálogo realizado, o participante nos contou que é um amante da música e mesmo estando em uma comunidade religiosa é sempre bom ter um equilíbrio, ouvindo músicas diferenciadas mas também ouvir músicas cristãs. Optamos por realizar alguns recortes de um camiseta e pregar na peça, pregamos uma barra e uma gola que imitava uma outra camiseta por baixo. Atrás, escrevemos a frase *God is not dead* que significa Deus não está morto, que apesar das diversas religiões cada um tem o seu Deus e que ele vive dentro de cada um de nós. A Figura 1 a seguir, apresenta o processo de customização:

Figura 1: Processo de customização.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com nosso interesse e determinação realizamos o objetivo proposto e finalizamos a peça. Foi uma experiência única, o conhecimento e aprendizado foi excepcional. É uma outra realidade e nos faz ver as pessoas com um novo olhar, querendo ajudar e ver que com amor podemos fazer muitas coisas.

INTRODUÇÃO

O diagnóstico de câncer de mama traz consigo adversidades, visto que, além das inseguranças em relação à doença, a mulher acometida, vivencia inúmeras transformações físicas e emocionais que afetam o psicológico. Além disso, estudos apontam que questões relacionadas a autoestima e a autoimagem são fundamentais para a saúde emocional das pacientes (SILVA, 2008).

Segundo o INCA (2021), no ano de 2020, surgiram cerca de 66.280 novos casos de câncer na mama feminina. Destes, aproximadamente um quarto não resistiu a enfermidade.

Tendo em vista o exposto, a pesquisa justifica-se pela incidência da enfermidade a nível nacional e pelos impactos físicos e emocionais sofridos pelas mulheres acometidas pelo câncer de mama, durante os tratamentos em busca pela cura. Assim, acredita-se que recursos utilizados no universo da moda, como o *styling* podem ser auxiliares na busca da autoimagem delas. Isto porque o *styling* de moda, consiste em criar possibilidades visuais, conduzindo a mensagem pessoal através de roupas e acessórios (AGUIAR, 2003).

Com o intuito de estabelecer uma relação saudável entre estas mulheres, sua autoestima e autoimagem, buscou-se compreender de que forma o *styling* de moda pode auxiliar uma entidade não governamental que apoia um grupo de mulheres com câncer de mama.

Esta pesquisa é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Design de Moda do Centro Universitário de Brusque, que realizou-se no segundo semestre letivo de 2021.

OBJETIVO

Analisar de que forma o *styling* de moda pode auxiliar uma entidade não governamental que apoia um grupo de mulheres com câncer de mama.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa proposta é de natureza aplicada, forma de abordagem qualitativa e explicativa quanto aos objetivos. Os procedimentos técnicos adotados para a realização da pesquisa são: pesquisa-ação, levantamento, pesquisa bibliográfica e documental. Para tal, utilizou-se como instrumentos entrevistas e relato de observação do dia em que se realizou um serviço de *styling* de moda, com seis pacientes da Rede Feminina de Combate ao Câncer da cidade de Brusque. Tal serviço aconteceu em início de setembro de 2021 e visou não somente o resgate da autoimagem das pacientes, mas também imagens para a campanha do "Outubro Rosa", promovido pela entidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com as participantes da pesquisa ação, pode-se relatar que o projeto proporcionou satisfação às mesmas. Também manifestaram sentir-se emocionadas, pois participar do projeto significava que ainda estavam vivas e que haviam vencido a enfermidade. Representar a entidade, na então campanha conhecida como Outubro Rosa, foi motivo de comprazimento, visto o senso de utilidade e serviço em prol de seus pares, assim como ser inspiração para outras mulheres na busca de conscientização da doença. Para além da fala verbalizada, percebeu-se a comoção delas quando viram-se maquiadas e vestidas com a camiseta da dita campanha, pois

experimentavam ali uma versão de si mesmas que, embora modificada devido o tratamento contra o câncer, poderia ser ressignificada por meio do *styling* de moda (Figura 1).

Figura 1 – Fotografia da pesquisadora com as integrantes do projeto.



Fotografia de: Robson Souza

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, pode-se constatar que o *styling* de moda foi relevante para o processo de realização do serviço fotográfico para a campanha do Outubro Rosa. Tais imagens foram expostas, no mês de outubro, em um espaço privado, mas de acesso público, visando a conscientização da doença e a venda das camisetas para angariar fundos para a entidade. Além disso, o *styling* de moda serviu como suporte e despertar para a ressignificação da autoimagem e autoestima das participantes. Portanto, com o apoio voluntário dos envolvidos, o projeto ocorreu de maneira fluida e cumpriu ao que se propôs.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Titta. **Personal stylist**: guia para consultores de imagem. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

INCA. **Estatísticas de câncer**. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/numeros-de-cancer>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SILVA, Lúcia Cecília. Câncer de mama e sofrimento psicológico: aspectos relacionados ao feminino. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. p. 231-237, abr./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a05v13n2>. Acesso em: 28 out. 2021.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Curricularização da Extensão, desenvolvido pelo Curso de Design de Moda, Unifebe, teve como proposta a customização de peças do vestuário de uso próprio, selecionadas pelos Filhos de Bethânia (residentes da Comunidade Bethânia em São João Batista - SC) e entregues aos acadêmicos da 2ª e 4ª fase a fim de atender a esta demanda (COMUNIDADE BETHÂNIA, 2021).

Façanha e Mesquita (2012, p. 43) descrevem que "O termo "styling" [...] Designa a criação/concepção de imagens que traduzam abrangente e subjetivamente um estilo de vida, um perfil de consumo ou ainda uma proposta estilística". Neste sentido, os acadêmicos desenvolveram customizações baseadas nos dados coletados por meio de entrevistas realizadas com os Filhos de Bethânia, refletindo suas motivações, esperanças e história particular.

Ainda de acordo com Façanha e Mesquita (2012, p. 41) "A moda aproxima seus parâmetros de criação e comunicação das artes plásticas, da fotografia, do design gráfico, do design digital e da música. Dialoga e interage intensamente com esses campos em intersecções diversas e criativas", portanto para o desenvolvimento deste projeto foram criadas artes que pudessem refletir o espírito individual de cada persona.

OBJETIVO

Realizar a personalização de estampas nas camisetas entregues por dois Filhos de Bethânia, utilizando como

parâmetro de criação as respostas obtidas por meio de entrevista pessoal.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio de entrevista pessoal realizada com os dois Filhos de Bethânia foi possível identificar em suas trajetórias de vida, principalmente, os aspectos de força familiar e de superação. A fim de traduzir estes sentimentos, nas peças customizadas foram ilustrados desenhos que representassem a união da família, de superação e de esperança.

Na primeira peça apresentada na Figura 1, foram ilustrados animais de estimação que simbolizavam para o Filho de Bethânia consolo e amizade pura e verdadeira, já na segunda peça foram desenhadas várias mãos sobrepostas simbolizando para o Filho de Bethânia, a união e a força da sua família.

As mensagens transmitidas nos desenhos das camisetas visaram trazer apoio emocional para que os Filhos de Bethânia possam seguir motivados a atingir a melhor versão de si ao qual estão buscando.

Figura 1 – Personalização Camisetas dos Filhos de Bethânia



Fonte: Petersen; Berardi; Melo; Wisintainer (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste projeto compreendeu-se que trabalhar com a moda de forma individual, vai além de projetar uma persona, deve-se ouvir e interessar-se por histórias de vidas, deve-se envolver, criar empatia, colocar-se no lugar do outro e transformar conceitos em produtos com significado, com ligação emocional, que faça sentido. 'Fazer sentido' foi o maior desafio.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. **Homepage da Comunidade Bethânia**. Disponível em: <<https://www.bethania.com.br>>. Acesso em: 29 out. 2021.
FAÇANHA, Astrid; MESQUITA, Cristiane. **Styling e criação de imagem de moda**. São Paulo: Senac, 2012.

INTRODUÇÃO

“As roupas, como artefatos, ‘criam’ comportamentos por sua capacidade de impor identidades sociais e permitir que as pessoas afirmem identidades sociais latentes. [...] Por outro lado, as roupas podem ser vistas como um vasto reservatório de significados, passíveis de ser manipulados ou reconstruídos de forma a acentuar o senso pessoal de influência” (CRANE, 2006, p.22, apud MOURA, 2018).

O visagismo [...] “trata-se de um conjunto de técnicas e estudos que se aplicam a escolhas de produtos e procedimentos estéticos, junto com postura, personalidade, estilo de vida, entre outros fatores, para que assim, se elabore uma proposta de imagem pessoal adequada ao estilo pessoal, que esteja de acordo com o indivíduo estudado” (MAXIMIANO, 2019, p.11).

Assim, a iniciativa do projeto de Curricularização “O que você tem é o suficiente” foi realizada pela 2ª e 4ª fase do curso de Design de Moda da UNIFEBE em conjunto com a Comunidade Bethânia, de São João Batista/SC, com o intuito de ressignificar uma peça de roupa dos Filhos de Bethânia. Esta ressignificação foi feita aplicando a técnica de customização nas peças entregues pelos Filhos de Bethânia de acordo com preferências e gostos pessoais.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. Homepage da Comunidade Bethânia. Disponível em: <https://www.bethania.com.br>. Acesso em: 18 out. 2021.
MAXIMIANO, Tatiéli. **Visagismo, estilo pessoal e consumo**. Trabalho de Conclusão de Curso. Tecnólogo no Curso de Design de Moda da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma, 2019.
MOURA, Larissa. **Moda como expressão de identidade no mundo contemporâneo**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas. Sergipe, 2018.

OBJETIVO

Realizar a customização de uma camisa social para um Filho de Bethânia.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confecção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No desenvolvimento da customização produzida, foi levado em consideração o grande apreço pela família e natureza que o Filho tinha. Foi recebida uma foto da família dele e utilizada para pintar o contorno no bolso lateral da camisa (Figura 1).

Figura 1 – Pintura da família



Fonte: os autores, 2021

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste projeto, houve uma troca de experiências a fim de reconhecer melhor a imagem pessoal, sendo possível perceber que a moda pode ser uma ferramenta social para criar conexões interpessoais, promovendo o reflexo da personalidade de cada indivíduo.

INTRODUÇÃO

Este pôster faz um relato a atividade de curricularização da extensão que foi realizada entre os dias 18/10/2021 e 30/10/2021 e que tratou sobre identidade e autoestima dentro do contexto da moda. Foi desenvolvida pelas acadêmicas da 2ª fase do curso de Design de Moda da Unifebe, parte em sala de aula, parte na Comunidade Bethânia (2021), localizada em São João Batista, SC, parceira nesse projeto que teve como foco a ressignificação do vestuário.

O vestuário tem um papel muito importante na construção social da identidade. É ele quem “constitui uma indicação de como as pessoas, em diferentes épocas vêm sua posição nas estruturas sociais e negociam as fronteiras de status” (CRANE, 2006, p. 21). Além disso, ele é mais do que uma simples peça de roupa, pois também pode representar algo especial para quem está usando.

Dessa forma, buscou-se compreender quais eram as aspirações que moviam o entrevistado – um acolhido pela Comunidade e chamado de “filho de Bethânia” – para assim poder customizar algo de grande significado para ele. A customização é a adaptação de roupas ao gosto de uma pessoa específica (NEWMAN; SHARIFF, 2011).

OBJETIVO

Realizar a customização de uma peça de roupa para um “filho de Bethânia”.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE BETHÂNIA. Homepage da Comunidade Bethânia. Disponível em: <https://www.bethania.com.br>. Acesso em: 18 out. 2021.
CRANE, Diana. **A moda e seu papel social**: Classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.
NEWMAN, Alex; SHARIFF, Zakee. **Dicionário ilustrado**: moda de A a Z. São Paulo; Publifolha, 2011.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – bate-papo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e sobre a Comunidade Bethânia;
- (2) Confeção – entrevista, recepção de peças e confecção da customização;
- (3) Entrega – troca de aprendizagens, evento de entrega da peça, *feedback* do usuário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto iniciou com o entendimento sobre o contexto que seria analisado. Em visita à Comunidade e após conhecer um dos acolhidos e entrevistá-lo, um dos aspectos ressaltados no “filho” foi sua afeição ao cristianismo. Nesse sentido, a peça customizada (camiseta) foi pintada a mão, e foi nela representada um vitral da capela da qual ele disse mais apreciar e o qual ele nomeia “Santíssimo”. O local onde se encontra esse vitral, na própria Comunidade, foi visitado e fotografado, para que pudesse servir de referência ao desenho e ser representado o mais fielmente possível na peça. A peça, uma simples camiseta, ganhou novo aspecto com a estampa realizada (Figura 1) e, portanto, um novo significado, inspirada na fala do filho que ressaltava o amor por aquele lugar em específico.

Figura 1 – Peça customizada com estampa do *Santíssimo*



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante evidenciar que o projeto da Unifebe junto a Comunidade Bethânia foi de grande importância para o aprendizado interdisciplinar. As alunas consideraram que foi uma atividade sensível, pois permitiu a troca de experiências de tal maneira que abriu olhares para realidades diferentes do que lhes era costumeiro até então. Consideraram que a experiência veio a agregar valores profissionais, especialmente na hora da criação, ajudando a pensar de forma mais inclusiva.

RESUMOS – PÔSTERES

DESIGN GRÁFICO



A TÉCNICA CRIATIVA BIÔNICA: proposta de um tênis inspirado na vitória-régia

Alexander Silvano, Bruna Cortes, Camille Schlindwein, Nathalia Araújo Reis, Peterson Vanzuita, Roberto Coelho, Vitor Sperandio, Gabriela Poltronieri Lenzi

gabriela.lenzi@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca demonstrar o processo de concepção de uma proposta criativa para uma demanda peculiar à área de *design*. Desta forma, deveria-se empregar a técnica conhecida como Biônica, tendo em vista uma resolução criativa à demanda. A atividade, conhecida como Desafio Criativo, foi lançada na disciplina Metodologia de Projeto, para a segunda fase do Curso de Tecnologia em Design Gráfico da UNIFEBE.

O processo criativo no *design*, deve acompanhar todo o processo projetual, pois a partir dele encontra-se soluções inovadoras em qualquer nível do projeto (LÖBACH, 2001).

Sabe-se que para aguçar a criatividade, é necessário exercitá-la e cultivar hábitos que fomentem soluções criativas. Assim, técnicas adequadas à criatividade, podem ser uma alternativa pertinente na busca de resultados satisfatórios, sejam eles realizados de forma individual, mas especialmente em equipe. A técnica conhecida como Biônica, busca observar sistemas naturais e aplicá-los em questões relativas aos materiais, funções e formas análogas. Ou seja, baseia-se em elementos presentes em animais, plantas ou da natureza como um todo, para inspirar a criação (PAZMINO, 2015).

Assim, por meio desta técnica, deveria-se criar um tênis, para uma marca de roupas e calçados esportivos alemã, reconhecida globalmente, buscando em elementos da natureza, uma inspiração para a criação.

Declara-se que a demanda é hipotética, mas a empresa ao qual foi embasada é real. Isso porque, a marca, por ser conhecida, facilita a identificação do público e compreensão da identidade, para se conseguir desenvolver o desafio proposto.

OBJETIVO

REFERÊNCIAS

- LÖBACH, Bernd. **Design industrial**: bases para a configuração dos produtos industriais. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.
- PAZMINO, Ana Veronica. **Como se Cria**: 40 métodos para design de produtos. São Paulo: Blucher, 2015.
- SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.

Elaborar uma proposta de solução criativa que visa criar um tênis para uma marca de roupas e calçados esportivos, a partir da técnica Biônica.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método é qualitativo em relação ao problema, exploratório quanto ao objetivo e de natureza aplicada, visto que procura solucionar problemas de ordem prática (SILVA; MENEZES, 2005). Para tanto, o percurso para a elaboração do estudo foi: a. Preparação da equipe em relação a aprendizagem da técnica Biônica b. Compreensão da demanda estabelecida no desafio; c. Desenvolvimento da alternativa criativa por meio da técnica proposta, no tempo máximo de três horas e trinta minutos; d. Apresentação da solução criativa com demonstração do uso da técnica Biônica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerou-se que o desafio proposto contou com certa complexidade: isso porque sentiu-se dificuldade em inspirar-se em algo da natureza, tendo em vista a demanda proposta. Contudo, após se aplicar a técnica em equipe, encontrou-se alternativas interessantes. Contudo, a alternativa escolhida, buscou em uma planta comum da Amazônia, motivo de inspiração: a vitória-régia. Assim, pensou-se em agregar à proposta, características dessa planta: 1. Delicadeza; 2. Fluidez; 3. Sensação de andar sobre a água; 4. Cores da planta. Assim, fez-se croquis, para explanar e refinar a ideia até chegar a versão final. Por último, realizou-se, dentro do prazo estabelecido, um *mockup* em papel, para representar forma e cor (Figura, 1).

Figura 1 – Proposta de solução criativa para tênis inspirado em vitória-régia.



Fonte: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a equipe conseguiu articular com criatividade a proposta estabelecida. Porém, vale ressaltar que se sentiu dificuldades iniciais na aplicação da técnica em prol da resolução da demanda lançada. Assim, ao se praticar a Biônica no time, compreendeu-se sua função, que auxiliou e facilitou no processo criativo e na obtenção da solução. Notou-se também que a atividade fortaleceu a aprendizagem prática da técnica, até pouco tempo, somente conhecida de forma teórica.

INTRODUÇÃO

Atualmente 7,4 milhões de alunos matriculados no Ensino Superior no Brasil, segundo o último censo publicado pelo Ministério da Educação e Cultura. Destes, a maioria (74% ou 5,4 milhões) estão matriculados nas redes privadas, enquanto que 26% (ou 1,9 milhões) estão matriculados nas redes públicas. (MEC/INEP, 2013).

As instituições educacionais passaram a ter consciência do Marketing quando seus mercados começaram a mudar. Até então, esta prática era vista como algo ligado ao lucro empresarial, distante, portanto, das instituições que não visam lucro. (KOTLER, 1994).

Existem diversos modelos de retenção de clientes-alunos na educação superior, tais como a econômica, organizacional, psicológica, sociológica e interacionista. "Dentre elas, a perspectiva interacionista parece ser a mais condizente com a abordagem do marketing de relacionamento por focar na retenção através da relação estreita do estudante com a sua IES, contemplando uma série de fatores relacionais e de socialização, sem deixar de abordar os temas como satisfação e qualidade. A perspectiva interacionista constitui-se de uma visão longitudinal do processo de persistência/deserção, resultado das interações dos estudantes com as dimensões formais e informais das IES." (BERGAMO; GIULIANI; GALLI, 2011, p.53).

REFERÊNCIAS

BERGAMO, Fabio Vinicius de Macedo; GIULIANI, Antônio Carlos; GALLI, Lesley Carina do Lago Attadia. Modelo de lealdade e retenção de alunos para instituições do ensino superior: um estudo teórico com base no marketing de relacionamento. 2011. 8 v. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Fucape Business School, Vitória, 2011.

KOTLER, P., FOX, K. F. A. Marketing estratégico para instituições educacionais. São Paulo: Atlas, 1994

INEP, MEC. Censo da educação superior 2013: resumo técnico. 2015.

OBJETIVO

Desenvolver a campanha para a atração de matrículas do curso de Tecnologia em Design Gráfico do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para encontrar os dados e responder os objetivos deste estudo, foi realizada uma pesquisa quantitativa e descritiva, a fim de: 1) compreender o comportamento de consumo (estudos sobre como os jovens estão se portando atualmente) e; 2) Analisar quais as Redes Sociais eles mais utilizam, em qual horário e o que gostam de ver ou ouvir atualmente. Essa pesquisa aconteceu entre os dias 13 e 14 do mês de outubro de 2021, aplicada virtualmente com o disparo de um link do Google Forms. A amostra da pesquisa foi composta por 17 estudantes de Ensino Médio de Brusque e região.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreender o comportamento de consumo foi realizada uma reunião de Briefing em sala de aula pelos alunos junto com o professor, onde foram formados grupos e distribuído funções para cada equipe. A estratégia de marketing de divulgação da campanha de matrícula foi pensada com base nas respostas dos estudantes de Ensino Médio, portanto definiu-se que as publicações serão feitas com base em suas preferências visuais e postadas nos horários de maior engajamento desse público. A

Figura 1 ilustra a campanha utilizada nas redes sociais do curso.

Figura 1 – Post Feed Instagram



CONSIDERAÇÕES

Espera-se que com esta campanha embasada nas ferramentas de marketing e a realização da pesquisa de mercado possam contribuir para a captação e retenção de estudantes no curso de Design Gráfico. O trabalho em conjunto com a turma foi fundamental, pois divididas as funções, cada equipe pode entregar o melhor resultado possível. O uso da pesquisa de mercado contribuiu para as tomadas de decisões, ampliando o pensamento estratégico e comercial dos alunos envolvidos no projeto.

INTRODUÇÃO

A sexta edição da Revista Chimia é uma publicação experimental organizada pela quinta fase do curso de Tecnologia em Design Gráfico do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE. É resultado de uma experiência colaborativa, sendo uma publicação direcionada a estudantes e profissionais ligados ao design, comunicação, artes e arquitetura. Essa edição foi realizada na disciplina Design Editorial em junho de 2021 e lançada em outubro de 2021.

O design editorial caracteriza-se como uma especialidade do design gráfico. "Refere-se a um processo que envolve o desenho e a produção de uma determinada edição, periódica ou não, reproduzida em suporte impresso ou digital, que ordena os elementos na composição de modo a cumprir um determinado objetivo de comunicação junto ao leitor" (GRUSZYNSKI; CALZA, 2013, p. 208).

Já a revista, como explana Scalzo (2013, p. 11), "é um veículo de comunicação, um produto, um negócio, uma marca, um objeto, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo e entretenimento".

OBJETIVO

Desenvolver a sexta edição da *Chimia*, revista experimental do curso de Tecnologia em Design Gráfico do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.

REFERÊNCIAS

DESIGN GRÁFICO UNIFEBE. **Chimia**: revista experimental do curso de Tecnologia em Design Gráfico da Unifebe. Brusque: Unifebe, 2021. GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; CALZA, Márlon Uliana. Projeto gráfico: a forma de um conceito editorial. In: TAVARES, Frederico de Mello Brandão; SCHWAAB, Reges (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 203-220. SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

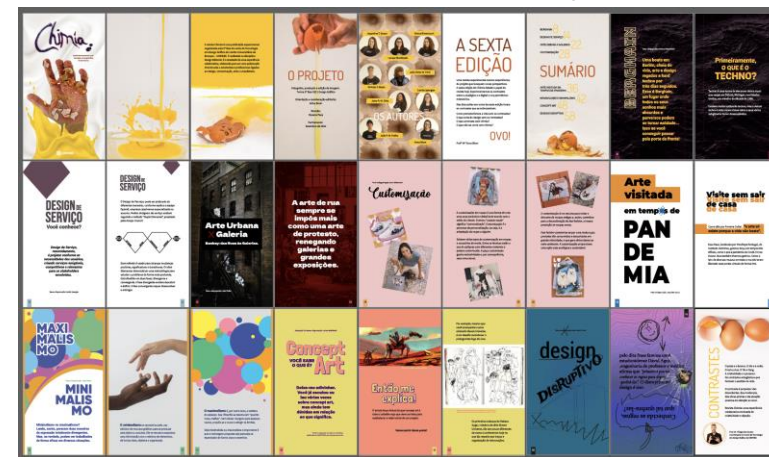
MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa aplicada, qualitativa e exploratória, seguindo as seguintes etapas de design: (1) Entendimento do processo – estudos sobre o mercado editorial e o conceito de revista; (2) Construção da edição – formação da equipe, definição das responsabilidades, conceituação e design do leiaute; (3) Finalização e lançamento – revisões, ajustes, preparação do lançamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para entender o processo de construção de uma revista foram realizadas conversas com especialistas no assunto, além de debates e estudo sobre o mercado editorial contemporâneo e o papel da revista. A publicação foi feita de forma colaborativa, onde duplas ficaram responsáveis por cada etapa da construção e design da mesma, desde a definição do grid até as fotografias e montagem final. As matérias foram elaboradas pelos oito acadêmicos da disciplina, de forma individual e tendo como base o tema central acordado: "contraste". Com as matérias organizadas e diagramadas dentro de um padrão debatido e pensado em co-criação, houve a revisão final, tanto em termos de design quanto de ajustes textuais. Para o lançamento foi elaborada uma campanha junto à disciplina *Marketing*, com a criação de *posts* e vídeos. A revista foi lançada de forma digital e envolveu doze pessoas em todo processo de elaboração.

Figura 1 – Algumas páginas da sexta edição da Chimia



Fonte: Elaborado pelas autoras

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo colaborativo ocorrido para o desenvolvimento da sexta edição da Revista Chimia foi essencial para se chegar ao resultado dinâmico e experimental ao qual a publicação se propõe. Cabe destacar que os ambientes laboratoriais disponíveis proporcionaram interações que agregaram valor ao processo. Ressalta-se, ainda, o quanto um projeto como esse, com resultado real e aplicado, promove benefícios ao histórico profissional e pessoal dos acadêmicos envolvidos.

INTRODUÇÃO

O design de superfície “não se limita à inserção de desenhos, cores e texturas sobre um substrato, cuja função principal seria apenas conferir qualidades às superfícies por meio de projetos de revestimento. [...] A noção da superfície como elemento bidimensional pode ser ampliada e passar a ser considerada uma estrutura gráfica espacial como propriedades visuais, táteis, funcionais, e simbólicas” (RÜTHSCHILLING, 2008, p. 43). Esse trabalho expõe o processo de experimentação com padronagens vazadas realizado na disciplina Design de Superfície, na quarta fase do Curso de Tecnologia em Design Gráfico da Unifebe, em 2021-2.

As padronagens vazadas não são impressas, mas retiram do material a área que demarca o desenho. Padronagens são formas de representação presentes no cotidiano, em roupas, objetos de decoração, em museus e galerias, podendo ter linguagem própria e apreciadas por meio dos elementos e simbologia utilizados pelo designer (EDWARDS, 2012).

Fauna brasileira é o tema do trabalho relatado. O Brasil representa 13% da biota mundial e possui mais de 118 mil espécies de animais. Apesar da biodiversidade brasileira estar constantemente ameaçada por diversos fatores como poluição e expansão urbana, o Brasil é um dos países pioneiros na preocupação e conscientização com a conservação da biodiversidade (SOUZA, 2018).

REFERÊNCIAS

EDWARDS, Clive. **Como Compreender Design Têxtil**: Guia rápido para entender estampas e padronagens. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

RÜTHSCHILLING, Evalise Anicet. **Design de Superfície**. Cidade: Editora UFRGS, 2008.

SOUZA, E. C. F. et al. **Avaliação do risco de extinção da fauna brasileira**: ponto de partida para a conservação da biodiversidade. Diversidade e Gestão, 2018.

OBJETIVO

Sob a temática fauna brasileira, o objetivo foi realizar a experimentação de cortes de padronagens vazadas em papel, com uso de técnicas design de superfície.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e exploratória, foram cumpridas as seguintes etapas para experimentação:

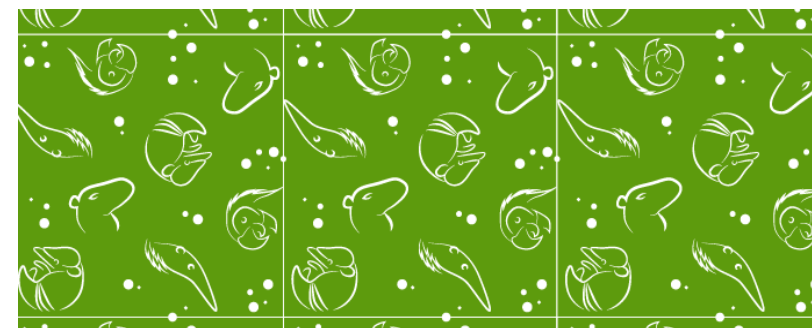
- (1) Levantamento de dados – pesquisa de referências sobre a temática e os motivos e padrões relacionados;
- (2) Desenho de padronagem – desenvolvimento gráfico digital de modulação, com testes de corte e encaixe;
- (3) Confecção de protótipos – prototipagem em papel e montagem de repetição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Fauna brasileira foi escolhida como tema por abordar algumas das riquezas naturais que o Brasil possui. Entre tantos animais nativos, na padronagem foram buscadas referências imagéticas e representadas a capivara, a arara-azul, o tamanduá-bandeira e o tatu-bola. Os desenhos foram feitos com base em fotografias desses animais e, no desenvolvimento, alguns desafios apareceram: o entendimento técnico sobre a construção das linhas vetoriais e

o processo de corte, especialmente na relação entre gramatura do papel e regulagem da máquina de corte. Como resultado final (Figura 1) a padronagem representou os animais posicionados em linhas diagonais, numa montagem de repetição (rapport quadrado).

Figura 1 – Padronagem desenvolvida



Fonte: Elaborado pelas autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experimentação apresentada trouxe dois desafios em um só: o desenvolvimento de uma montagem de repetição juntamente com uma padronagem vazada em papel. O desenvolvimento das repetições exigiu o entendimento dos encaixes e a relação de tamanho entre módulos. A construção da padronagem vazada instigou o pensamento do desenho em negativo.

INTRODUÇÃO

Para entender a importância ergonômica, deve-se compreender do que o termo se trata. Segundo Weerdmeester (2012), a ergonomia é uma ciência que se aplica à diferentes projetos que serão de uso de um indivíduo. Cabe à ela melhorar questões de segurança, saúde, conforto e eficiência. Diante disso, Pessegueiro (2014) afirma que tudo o que o homem cria e produz deve ser ao máximo acessível e utilizável por todos, acolhendo pessoas de diferentes idades, limitações e deficiências. Com isso, ele conceitua e aborda o termo design universal e sua crescente importância atual.

Tomando isso como base, foi escolhido o fechador de pastel como objeto de estudo. Analisando os obstáculos que dificultam o uso, listamos as qualidades técnicas, ergonômicas e estéticas necessárias abordadas por Lida (2005) para aprimoramento e adequação às necessidades dos usuários.

Desta forma, a proposta deste estudo foi idealizada durante a disciplina de Ergonomia e Usabilidade do curso de Design da UNIFEBE.

OBJETIVO

Realizar a pesquisa sobre design universal e entender a importância da ergonomia na sociedade, usando como meio de experimentação o fechador de pastel.

REFERÊNCIAS

LIDA, I., BUARQUE, L. M.. Ergonomia: projeto e produção. São Paulo: Blucher, 2005.
PESSEGUIRO, Mário. Projetar para todos. Porto: eVida, 2014.
WEERDMEESTER, Jan D.B. Ergonomia Prática. São Paulo: Blucher, 2012.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e exploratória, foram cumpridas as seguintes etapas para experimentação:

- (1) Levantamento de dados – pesquisa de referências sobre a temática e usuários, exemplos de produtos já em uso com o intuito de obter informações para o desenvolvimento de soluções e variações para o problema;
- (2) Brainstorm – discussões entre membros da turma para busca de novas opções e resultados;
- (3) Confecção de protótipos – montagem, ajustes e testes para experimentação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento do projeto sob o fechador de pastel resultou em um redesign ergonômico. Inicialmente houve a definição da temática com o argumento na dificuldade de uso do aparelho por pessoas que possuem alguma deficiência ou limitação física.

Diante disso, foi criado então uma aba para facilitar a pega para quem possua apenas uma mão; uma borda em um dos lados para evitar que caia recheio do pastel e para cortes de possíveis sobra de massa. Ao fechar o aparelho, a parte superior onde é aplicado força, foi revestido com uma espuma, deixando mais confortável para o usuário (figura 01)

Figura 1 – Protótipo Fechador de Pastel



Fonte: Elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto do fechador de pastel contribuiu para a experimentação de um processo que estimulou o estudo das dificuldades encontradas no uso de objetos por pessoas com algum tipo de limitação. Com isso, os acadêmicos envolvidos perceberam a ampliação do conhecimento sobre inclusão no desenvolvimento de produtos do cotidiano.

HALLOWEEN FELINO COMO TEMA NO DESIGN DE SUPERFÍCIE POR PADRONAGEM VAZADA

Ana Beatriz Madeira Schambeck, Sabrina Eulália Matos Schmitt, Arina Blum

arina@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

O Design de Superfície é a otimização de projetos através da aplicação de estruturas que estimulem uma melhor relação entre consumidor e produto por via de tato e visão. Essa otimização pode ocorrer por meio do uso de texturas, padronizações, materiais e cheiros diferentes aplicados em superfície, tais quais estimulem os sentidos do consumidor a partir do momento que este entre em contato com o objeto. (OLIVEIRA TEIXEIRA DE FREITAS, 2011)

Padronagem é o processo de desenho em superfície, que ocorre na própria trama de tecido ou no próprio material, resultando na criação de padrões visuais que embelezam o produto. (BONIFÁCIO, 2010)

O tema escolhido, baseado em pesquisas de diferentes padronagens e a escolha dos próprios integrantes do grupo, foi “*Halloween Felino*”, integrando elementos místicos e formas de gatos a padronagem do material.

Sob tais abordagens, esse trabalho expõe o processo de experimentação realizado na disciplina Design de Superfície, na quarta fase do Curso de Tecnologia em Design Gráfico do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE, em 2021-2.

OBJETIVO

Realizar a experimentação de cortes de padronagens vazadas em papel, sob a temática “*Halloween Felino*”, com uso de técnicas design de superfície.

REFERÊNCIAS

BONIFÁCIO, Bruna. Revista Clichê. **Design de Superfície**. Curitiba: UTFPR, 2010. Disponível em: <http://www.revistacliche.com.br/2012/04/design-de-superficie>.

Acesso em: 19 de out. de 2021.

OLIVEIRA TEIXEIRA DE FREITAS, Renata. **Design de Superfície**: ações comunicacionais táteis nos processos de criação. São Paulo: Blutchter, 2011.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e exploratória, foram cumpridas as seguintes etapas para experimentação:

- (1) Levantamento de dados – pesquisa de referências sobre a temática e os motivos e padrões relacionados;
- (2) Desenho de padronagem – desenvolvimento gráfico digital de modulação, com testes de corte e encaixe;
- (3) Confeção de protótipos – prototipagem em papel e montagem de repetição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Depois de pesquisas em busca de referências, houve discussão sobre os gostos pessoais dos membros. Baseado na época do ano foi escolhida uma temática que remetesse ao *Halloween*, com o uso de gatos, estrelas, formas lunares e outras figuras geométricas.

As principais inspirações foram encontradas em ilustrações publicadas nas redes sociais *Tumblr* e *Pinterest*, sendo estas artes padronizadas de gatos, *Halloween* e diversos temas relacionados.

A confecção da padronagem da equipe foi realizada no *Illustrator*, depois de esboços em papel para *brainstorm*. Pequenos acréscimos de figuras foram feitos, após análise de protótipos, para maior complexidade visual. As padronagens foram colocadas sobre outras superfícies em diferentes cores.

Figura 1 – Padronagem desenvolvida



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização do projeto, a equipe conclui que este e todo o processo que se deu para sua confecção contribuíram para a aplicação prática de conteúdo visto durante as aulas. Também contribuiu para obtenção de maior conhecimento nas áreas de corte de superfície, desenvolvimento de desenho em software da Adobe e análise de superfícies para melhor resultado final.

INTRODUÇÃO

Para Bürdek (2010) o processo de projeto no design está completamente associado ao processo criativo. No entanto, um processo criativo não consiste em fruir livremente sem considerar condições e decisões, que são relevantes para a configuração de produtos e serviços de design. Assim, para organizar tal processo, ferramentas e técnicas adequadas são aplicadas no intuito de facilitar e incrementar.

Destaca-se que a finalidade da Matriz Morfológica consiste em desenvolver e desbravar soluções alternativas, através de combinações de componentes ou então, formas, cores, funções, entre outros (PAZMINO, 2015).

Para tanto, o trabalho, que foi desenvolvido em equipe, recebeu um desafio de nível criativo, que embora figurado, compreendia características de uma empresa real, reconhecida no mercado global. Tal problemática consistia no seguinte: uma marca de condimentos necessitava recriar um rótulo adequado ao público brasileiro. O rótulo desenvolvido, seria para a embalagem do *ketchup* sabor *bacon*, lançamento da marca.

Logo, o trabalho exposto, evidencia o processo de elaboração de uma alternativa criativa para a problemática acima expressa. Para isto, os alunos deveriam aplicar a técnica Matriz Morfológica na busca de uma proposta de solução criativa ao problema no tempo máximo de três horas e trinta minutos. A atividade, denominada 'Desafio Criativo', foi proposta na disciplina Metodologia de Projeto, para a segunda fase do Curso de Tecnologia em Design Gráfico do Centro Universitário de Brusque.

OBJETIVO

Elaborar uma solução criativa para o desenvolvimento de um rótulo de *ketchup*, sabor *bacon*, a partir da técnica Matriz morfológica

MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto à natureza, a pesquisa é considerada aplicada, pois além de buscar resolver problemas humanos, também contribui a aspectos teóricos (ZANELLA, 2013). Também é considerada qualitativa quanto ao problema e exploratória em relação ao objetivo. Assim sendo, as etapas para a elaboração do estudo foram: a. Preparação da equipe em relação a aprendizagem da técnica Matriz Morfológica b. Compreensão da demanda estabelecida no desafio; c. Desenvolvimento da alternativa criativa por meio da técnica Matriz Morfológica; d. Apresentação da solução criativa com demonstração do uso da técnica Matriz Morfológica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após aprender a técnica e compreender a demanda do desafio lançado, iniciou-se o processo de elaboração da matriz, da qual a equipe dispôs componentes e elementos relacionados ao produto, tendo em vista a marca e o mercado nacional (Figura 1).

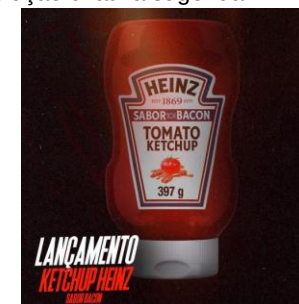
Figura 1 – Matriz Morfológica elaborada.

Componentes	Inteligência produzida	HEINZ	Sabor Bacon	BACON	BACON +	Palmito Bacon	Autêntico Bacon	13 anos	13 anos
Forma									
Cor									
Textura									
Material									
Detalhes									
Imagem									
Texto									
Outros									

Fonte: Elaborada pelos autores.

O principal objetivo da equipe apoiava-se em não alterar a identidade visual da marca, mas sim, adicionar elementos que remetesse ao sabor que seria lançado. Desta forma, decidiu-se adicionar o *bacon* como elemento central do rótulo, para representar o sabor do produto. Já o tomate, representaria a matéria prima do produto. E por fim, o elemento prato com os talheres, ao centro das palavras "sabor" e "bacon" teve o intuito de separar as palavras e proporcionar uma sensação de descontração (Figura 2).

Figura 2 – Solução criativa sugerida.



Fonte: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que esta experimentação auxiliou no processo de aprendizagem pois, ensinou a trabalhar em equipe, dentro de um tempo determinado para a proposta de resolução da demanda. Além disso, nota-se que o uso da técnica favoreceu tanto a parte criativa, como a atividade em equipe, visto que organizou e sistematizou as ideias.

REFERÊNCIAS

- BÜRDEK, Bernhard E. **Design** : história, teoria e prática do design de produtos. São Paulo: Blucher, 2010.
PAZMINO, Ana Veronica. **Como se Cria**: 40 métodos para design de produtos. São Paulo: Blucher, 2015.
ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2a ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, 2013.

INTRODUÇÃO

O processo de produção audiovisual tem como finalidade principal comunicar algo a alguém. Comunicar é um ato inerente e, como tal, é um fenômeno que precisa ser amplamente analisado, discutido e aprendido. (ALVES; *et. al*, 2008). Dentro do audiovisual existem algumas abordagens, como por exemplo o Motion Design.

A prática de motion graphic design se daria segundo “dois pontos de vista: o técnico, [envolvendo] uma aplicação mista de variadas tecnologias de computação gráfica e vídeo digital; e o conceitual, como um espaço para o desenvolvimento de um projeto gráfico” (Souza).

Desta forma, a proposta deste estudo foi idealizada durante a disciplina de Gestão do Design do curso de Design Gráfico da UNIFEBE. O intuito proposto foi de fomentar o Design apresentando, para o presente estudo, o tema Motion Design.

OBJETIVO

Desenvolver uma proposta de poster para a divulgação de aspectos do design: Estudo de caso de Motion Design.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo se caracteriza como aplicado; qualitativo; exploratório; fazendo uso da pesquisa bibliográfica e estudo caso.

Para o desenvolvimento da proposta de poster informativo sobre motion design, fez-se uso da estrutura projetual apresentada por Lobach (2001, p. 141): (a) Existe um problema que pode ser bem

definido; (b) Reúnem-se informações sobre o problema, que são analisadas e relacionadas criativamente entre si; (c) Criam-se alternativas de soluções para o problema, que são julgadas segundo critérios estabelecidos; (d) Desenvolve-se a alternativa mais adequada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Seguindo a proposta de Lobach (2001), a seguir são apresentadas as etapas para o desenvolvimento do referido pôster:

Este estudo visa ampliar o conhecimento técnico sobre design para outras áreas. Desta forma, percebe-se a importância do design no audiovisual e acadêmico, pois não se trata apenas de estética, mas também de funcionalidade (Etapa “a” de Lobach)

Para o desenvolvimento do poster foi realizada uma reunião junto com o professor para fazer um brainstorming de assuntos até definir o tema de cada equipe. Aprofundamos os estudos sobre o audiovisual para melhor compreensão do motion design dentro deste segmento (Etapa “b” de Lobach).

O processo de desenvolvimento do design do poster ocorreu de forma colaborativa, onde foram distribuídas funções para cada participante (Etapa “c” de Lobach). O resultado final, apresentado na figura 1, gerou um cartaz interativo, onde o usuário poderia acessar o vídeo de exemplo através do QR code (Etapa “d” de Lobach).

A utilização de cores impactantes atua diretamente na percepção do espectador, assim como a distribuição do layout, onde texto e imagem ficam em lados opostos para formar um equilíbrio visual.

Figura 1 – Poster de Motion Design



Fonte: Elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma o objetivo de desenvolver a proposta de pôster para divulgação de aspecto de design com ênfase no motion design foi viabilizado por meio do desenvolvimento de uma metodologia projetual conforme resultados apresentados.

Para continuidade do estudo o cartaz resultante será exposto em ambiente público o que permitirá uma análise de seu impacto com os usuários finais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcia N.; FONTOURA, Mara; ANTONIUTTI, Cleide L. Mídia e Produção Audiovisual: uma introdução. Curitiba, PR: Ibpx 2008.

LOBACH, B. Design Industrial: Bases para a configuração dos produtos industriais. São Paulo: Blucher, 2001. 206 p.

SOUZA, L. Música em movimento: a linguagem motion graphics nos videocliques brasileiros (1990-2010). 2012. Dissertação (mestrado) – Instituição de Ensino: Universidade Municipal De São Caetano Do Sul. Biblioteca Depositária: USCS, São Caetano do Sul. Curso de Pós-graduação em Comunicação.

INTRODUÇÃO

O design de superfície “visa a trabalhar a superfície, fazendo desta não apenas um suporte material de proteção e acabamento, mas conferindo à superfície uma carga comunicativa, [...]” (FREITAS, 2014, p.17)

No design de superfície, a presença da padronagem “agrega elementos de linguagem passíveis de interpretações muito particulares dos usuários” (GUBERT, 2011, p.121).

Uma padronagem pode ser construída utilizando elementos da semiótica, sendo que no tratamento de superfícies as imagens desempenham o papel de signos, indicando a que tipo de pessoa se refere, lembrando que o signo é algo que está no lugar do objeto, mas não é o objeto, ou seja, é uma representação dele. (SILVEIRA; HEYDRICH, 2014)

Sob tais abordagens, esse trabalho expõe o processo de experimentação realizado na disciplina Design de Superfície, na quarta fase do Curso de Tecnologia em Design Gráfico do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. A experimentação foi realizada no semestre letivo de 2021-2 e teve como base o tema tipografia sob o viés da semiótica.

OBJETIVO

Realizar a experimentação de cortes de padronagens vazadas em papel, sob a temática “TIPOGRAFIA SEMIÓTICA”, com uso de técnicas design de superfície.

REFERÊNCIAS

- EDWARDS, Clive. **Como compreender design têxtil**. São Paulo: Senac, 2012.
- FREITAS, Renata Oliveira Teixeira de. **Design de Superfície**: ações comunicacionais táteis nos processos de criação. São Paulo: Editora Edgar Blücher Ltda, 2014.
- GUBERT, Marjorie Lemos. **Design de Interiores**: a padronagem como elemento compositivo no ambiente contemporâneo. Porto Alegre: UFRS, 2011.
- SILVEIRA, André, HEYDRICH, Mônica. **Design de Superfície**: reflexões sobre simbologias e análise de imagem de uma padronagem. In: X Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação – SEPesq do Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, 2014.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e exploratória, foram cumpridas as seguintes etapas para experimentação:

- (1) Levantamento de dados – pesquisa de referências sobre a temática e os motivos e padrões relacionados;
- (2) Desenho de padronagem – desenvolvimento gráfico digital de modulagem, com testes de corte e encaixe;
- (3) Confecção de protótipos – prototipagem em papel e montagem de repetição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir de uma pesquisa de padronagens inspiradas em texturas orientais desenvolvida em sala de aula, a equipe desenvolvedora teve um *insight* sobre abordar diferentes povos. Diante desta pesquisa, a equipe pretendeu passar uma mensagem que pautasse a diversidade cultural, trazendo uma reflexão semiótica, onde pudesse ser observada uma imagem no momento em que a padronagem vazada fosse colocada sobre um fundo. Inspirados pelo livro “Como compreender design têxtil” de Clive Edwards (2012), foi decidido trazer à tona a tipografia, onde, a mesma constituísse as linhas da imagem escolhida, um cérebro. As palavras que fazem parte da padronagem é “designer” em treze diferentes línguas.

Figura 1 – Padronagem desenvolvida



Fonte: Elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho alcançou o objetivo de realizar uma experimentação que relacionasse uma padronagem de superfície ao emocional de cada indivíduo, refletindo uma mensagem de diversidade e cultura mundial. Como principal fonte de inspirações, a semiótica pôde nos proporcionar uma nova relevância para a tipografia, que compôs o design apresentado pela equipe desenvolvedora. A importância da semântica retratada motivou a equipe a ir além de uma simples padronagem, com isso, o aprendizado se mostrou gratificante em sala de aula.

INTRODUÇÃO

Segundo Laschuk (2009), padrões, cores e texturas são importantes na composição do material que será escolhido para o produto. Tal escolha é de responsabilidade do designer, que direcionará o projeto. Dentro disso, a padronagem direciona um processo na superfície escolhida. Segundo Freitas (2011), a fluidez e a continuidade da repetição dos módulos dentro do *rapport* é um fator considerável para a beleza do produto.

Esse trabalho expõe o processo de experimentação realizado na disciplina Design de Superfície, na quarta fase do Curso de Tecnologia em Design Gráfico do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE, em 2021-2, sob o tema *Urban Jungle*.

Urban Jungle está associado ao conceito do cultivo de plantas em interiores. Na crescente modernização industrial, diversos produtos se tornaram acessíveis, diminuindo o meio rural e a tradição de cultivo e, aos poucos, a necessidade de lazer e compromisso com algo se tornaram presentes, assim como o interesse por áreas verdes, até mesmo dentro de casa (DOURADO, 2009).

OBJETIVO

Realizar a experimentação de cortes de padronagens vazadas em papel, sob a temática *Urban Jungle*, com uso de técnicas do design de superfície.

REFERÊNCIAS

DOURADO, Guilherme Mazza. **Modernidade verde**: Jardins de Burle Marx. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.
FREITAS, Renata O.T de. **Design de Superfície**: ações comunicacionais táteis nos processos de criação. São Paulo: Blucher, 2011.
LASCHUK, Tatiana. **Design Têxtil**: da estrutura à superfície. Porto Alegre: UniRitter, 2009.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e exploratória, foram cumpridas as seguintes etapas para experimentação:

- (1) Levantamento de dados – pesquisa de referências sobre a temática e os motivos e padrões relacionados;
- (2) Desenho de padronagem – desenvolvimento gráfico digital de modulação, com testes de corte e encaixe;
- (3) Confeção de protótipos – prototipagem em papel e montagem de repetição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento do projeto sob o tema *Urban Jungle* resultou em uma padronagem que retrata folhagens. Inicialmente houve a definição da temática com o argumento do isolamento na pandemia, quando diversas pessoas buscaram o cultivo de plantas como forma de ocupação do tempo. As folhagens foram desenhadas com referência em fotografias das plantas *Begônia maculata* e *Monstera adansonii*. As imagens foram vetorizadas e realizados ajustes no módulo para a criação do *rapport* (Figura 1), com o intuito de obter maior fluidez na composição e chegar a um resultado esteticamente atraente, em cortes em negativo no papel – realizados em uma *plotter* de recorte.

Figura 1 – Padronagem desenvolvida.



Fonte: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto da padronagem contribuiu para a experimentação de um processo criativo que estimulou o estudo de formas e a composição de módulos, essenciais para o *rapport*. Com isso, os acadêmicos envolvidos perceberam a ampliação do conhecimento sobre os processos de desenvolvimento de superfícies e da funcionalidade dos equipamentos. Sentiram-se desafiados no que se refere a trabalhar com cortes e adequar a arte a um processo de retirada do papel nas áreas desenhadas.

RESUMOS – PÔSTERES

DIREITO



INTRODUÇÃO

A Constituição Federal atribui aos entes federativos (Estados e Distrito Federal) instituir e regulamentar o Imposto Sobre Veículos Automotores (BRASIL, CF/1988, Art. 155). No entanto, há divergência interpretativa quanto ao âmbito de incidência do referido imposto, devido à inexistência de quaisquer vedações ou esclarecimentos no que se refere ao conceito “veículo automotor”, o que traz à tona discussões acerca de embarcações e aeronaves serem ou não contempladas pela norma, o que justificaria esta exação tributária. Assim, cabe análise a respeito do contexto histórico e principiológico do Direito Tributário no qual o IPVA está inserido, bem como verificar a situação de incidência atualmente exercida pelos Estados-Membros, e posições doutrinárias e jurisprudenciais a fim de solucionar a divergência interpretativa.

OBJETIVO

Analisar a constitucionalidade da cobrança de IPVA, por parte de Estados-membros e do Distrito Federal, sobre embarcações e aeronaves.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 junho 2021.

BRASIL, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, **Código tributário Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 13 ju. 2021.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário** / Eduardo Sabbag. – 7 ed. – São Paulo : Saraiva, 2015.

BRASIL, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, **Código de Trânsito Brasileiro**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm. Acesso em: 08 maio 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento da investigação foi utilizado o método dedutivo. Partindo da verdade geral, já estabelecida, calcado nos aspectos gerais sobre o tema. Fundamentando-se principalmente com a utilização de fontes bibliográficas como: doutrina, legislação, artigos científicos, periódicos e jurisprudências em meio eletrônico, e ou documentais como: documentos de órgãos públicos via administrativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre as espécies tributárias, o IPVA enquadra-se como um imposto, e se caracteriza na desvinculação de alguma contraprestação especificada do Estado (BRASIL, CTN/1966, Art. 16), possuindo como fato gerador a propriedade do veículo automotor, e sendo instituído e regulamentado pelos Estados-Membros. A origem do atual imposto deu-se em uma intensão de continuidade à Taxa Rodoviária única, criada em 1969, na qual a arrecadação destinava-se a um departamento específico direcionado às Rodovias, tratando dos veículos automotores no sentido de abranger os veículos terrestres. Do mesmo modo, o Código de Trânsito Brasileiro conceitua veículo automotor como exclusivamente terrestre (BRASIL, CTB/1997, ANEXO I). Ademais, na doutrina, há observações quanto a incompatibilidade na abrangência do IPVA com disposições voltadas a regulamentação de veículos aquáticos

e aéreos (SABBAG 2015). Com a abrangência da incidência, surgiram em algumas ocasiões demandas ao Superior Tribunal Federal dos Estados competentes no sentido de discutir a incidência ou não do imposto sobre veículos aquáticos e aéreos, como o RE 255111 e o RE 379572 do Supremo Tribunal Federal.

As opiniões consideram desde o contexto histórico da Taxa Rodoviária única, até o fato do Imposto ser desvinculado, sendo o termo “veículo automotor” amplo o suficiente para abarcar aeronaves e embarcações. Destas discussões, surgiram propostas legislativas na intensão de dispor legalmente a abrangência do termo considerando principalmente o princípio da capacidade contributiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa efetuada, constatou-se que o termo “veículo automotor”, independentemente do contexto de continuidade da Taxa Rodoviária Única, é interpretado de forma ampliada à aeronaves e embarcações pelos entes competentes de forma majoritária, incluindo aeronaves e embarcações nas legislações de quase a totalidade dos Estados-Membros. Verificou-se também que o Superior Tribunal Federal possui posicionamento firmado no sentido de afastar a constitucionalidade da abrangência verificada nos entes analisados, conforme demandas já julgadas.

INTRODUÇÃO

A pesquisa visa abordar a aplicação dos métodos alternativos de soluções de conflitos, no intuito de destacar a sua contribuição no acesso à Justiça diante da cultura do litígio, baseada na competitividade e busca da justiça apenas pela via do Poder Judiciário, na forma adversarial. Com a finalidade de amenizar essa necessidade de realização de um processo litigioso para a garantia dos direitos, no atual modelo processual multiportas são disponibilizadas diversas formas de resoluções consensuais de conflitos integrados ao poder judiciário de modo mais flexível, para propiciar a pacificação dos litígios. nos parágrafos 1º, 2º e 3º o processo civil explica que é possível resolver os conflitos sem ter que ir ao judiciário, e que “a solução consensual desses conflitos devem ser estimulados pelos juízes, advogados, defensores públicos e membros do ministério público, inclusive no curso de processo judicial” (CPC, 2015). Neste sentido, destaca-se a investigação diante da possibilidade desses meios alternativos de solução de conflitos proposta pelo tribunal multiportas, em especial o conciliador e o mediador, que buscam amenizar tais divergências e facilitar o diálogo de uma forma mais harmoniosa entre as partes.

OBJETIVO

O objetivo geral deste projeto é constatar a contribuição dos métodos alternativos de soluções de conflitos no acesso à Justiça diante da cultura do litígio.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolver a investigação será utilizado o método dedutivo, uma vez que a pesquisa inicia com os aspectos amplos sobre o estudo dos conceitos da Justiça, os meios de acesso, a cultura do litígio diante da tridimensionalidade do direito, para em seguida especificar análise do tribunal multiportas, meios alternativos de solução de conflitos com ênfase na conciliação e mediação e ao exame da contribuição desses meios. A pesquisa fundamentar-se-á com fontes bibliográficas (doutrina, legislação, artigos científicos, periódicos e jurisprudências em meio eletrônico) e ou documentais (documentos de órgãos públicos via administrativa).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com essa nova realidade pacificadora das relações sociais e jurídicas, tem-se aumentado o acesso à justiça a partir da utilização desses meios amistosos para resolver de forma mais humanizada as suas controvérsias, a fim de diminuir as demandas litigiosas. Neste contexto, é possível verificar que existe a necessidade de desenvolver em nossa sociedade uma nova cultura pacificadora, com a finalidade de ser mais acessível o desenvolvimento dos métodos alternativos, tendo em vista que quando acontece o litígio no âmbito do poder judiciário, as partes estão em extrema litigiosidade, o que dificulta o diálogo (ROCHA; SALOMÃO, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa bibliográfica, foi possível verificar que surge um viés pacificador, no qual aponta este como sendo o primeiro passo a ser tomado pelas partes, sem iniciar uma ação adversarial perante o Estado, e assim lidar com o litígio como uma última forma de resolver os conflitos, bem como alargar o acesso à justiça, enquanto valor fundamental do Direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Código de Processo Civil**. – Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais. Art.3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm . Acesso em: 08 maio. 2021.
ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO Luis Felipe (Coord). **Arbitragem e mediação: a reforma da legislação brasileira** / . 2. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017. E-book. Acesso em: 08 maio. 2021.

INTRODUÇÃO

O condomínio edilício é um instituto jurídico presente no Código Civil Brasileiro que tem suas razões históricas entranhadas na explosão demográfica e, por conseguinte, na crise habitacional pós I Guerra Mundial, o que determinou a necessidade da sua inclusão nas legislações privadas (TARTUCE, 2020).

A frequência e necessidade de construções horizontais (condomínio edilício), eis que as construções estão colocadas uma acima da outra, para abrigar o maior número de pessoas num menor espaço possível, trouxe consigo problemas quanto à boa convivência.

Um desses problemas decorre dos hábitos e preferências distintas das pessoas que habitam a mesma vizinhança, alguns gostam de ter em sua companhia algum animal de estimação, principalmente cachorro. Em algumas situações o animal se torna motivo de conflitos e, então, surge a importância de discutir o que pode e não pode nessa situação.

OBJETIVO

Discutir acerca da legitimidade da presença de animais domésticos no condomínio edilício e a boa convivência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm.

Acesso em: 28 out. 2021.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível n. 1129483-96.2019.8.26.0100. Apelante: Condomínio Edifício Paulista. Apelado: Renata Cirelli. Relator: Des. Arantes Theodoro, 9 de setembro de 2021. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br>. Acesso em: 28 out. 2021.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: direito das coisas. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. v. 4. Acesso restritivo via Minha Biblioteca. Acesso em: 28 out. 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

O relatório que ora se apresenta teve como base o método indutivo, usado igualmente nas fases da investigação e no tratamento de dados. Foram empregadas as técnicas do referente, da categoria e da pesquisa bibliográfica e documental, bem como na rede mundial de computadores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A necessidade de viver bem e em harmonia é essencial e indiscutível para aqueles que vivem em condomínio. Por isso cada condômino possui um rol de direitos e deveres que devem ser observados. Dentre os deveres, o Código Civil Brasileiro estabelece que os condôminos, ao se utilizarem da sua parte privativa, devem não prejudicar o sossego, a saúde e a segurança dos outros, conforme, art. 1.336, IV do CC (BRASIL, 2002). Entende-se que a razoabilidade deve reger o que cada um pode ter ou fazer no seu espaço privado, o limite está posto pelos três “S” anteriormente citados. Contudo, há condomínios que em suas convenções proíbem a presença de animais domésticos. Alegam que representam risco à saúde, à higiene, à segurança ou à tranquilidade dos demais moradores. A impossibilidade de ter animais faz com que condôminos optem

pela troca de residência para em outro lugar poder ter o seu fiel companheiro. O que não se sabe é que existe a possibilidade de atenuar essa proibição. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP; Apelação Cível 1129483-96.2019.8.26.0100; Relator (a): Arantes Theodoro; Data do Julgamento: 09/09/2021) decidiu no sentido de que quando se tratar de animal de pequeno porte é possível atenuar a proibição estabelecida por convenção, haja vista que não há desrespeito ao sossego, à saúde ou à segurança (SÃO PAULO, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, verificou-se que a relação no condomínio edilício deve ser pautada pela observância dos três “S”, quais sejam, sossego, saúde e segurança. A boa convivência decorre da aplicação razoável desses elementos normativos. Assim, quanto à presença de animais domésticos, que são proibidas em alguns condomínios por força de convenção, concluiu-se que a medida impeditiva não é razoável, já que um animal de pequeno porte não irá prejudicar a convivência e, ainda, proporcionará a realização pessoal daqueles que tem grande estima por animais domésticos.

INTRODUÇÃO

Depósito é o contrato em que uma das partes, nomeada depositário, recebe da outra, denominada depositante, uma coisa móvel, para guardá-la, com a obrigação de restituí-la na ocasião ajustada ou quando lhe for reclamada (GONÇALVES, 2017). O depósito hotelheiro trata-se de modalidade contratual de depósito necessário realizado por hospedeiros, disposto no art. 649 do Código Civil, e tem por objeto “as bagagens dos viajantes ou hóspedes”, estendendo-se aos internatos, colégios, hospitais e outros locais que forneçam leito e não apenas comida e bebida. Nesse contexto, destaca-se a responsabilidade civil no depósito hotelheiro.

OBJETIVO

Esclarecer a responsabilidade civil dos hotelheiros em relação as bagagens dos hóspedes.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho tem uma abordagem qualitativa, método exploratório e tipo de pesquisa bibliográfico. A pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Direito Civil: Contratos do Curso de Direito – UNIFEBE.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Contratos e Atos Unilaterais. 14 Ed. São Paulo. Saraiva, 2017.
TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. 10º ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os hospedeiros responderão como depositários civis assim como pelos furtos e roubos que perpetrarem as pessoas empregadas ou admitidas nos seus estabelecimentos. Cessa, porém, provado que os fatos prejudiciais aos hóspedes não podiam ser evitados, como nas hipóteses de culpa destes, por deixarem aberta a porta do quarto, por exemplo, e de caso fortuito ou força maior, como nas ocorrências de roubo à mão armada ou violências semelhantes. Mas permanece, se se tratar de furto simples, com emprego de chaves falsas, ou sem violência (TARTUCE, 2020).

O roubo à mão armada costuma ser considerado caso de força maior, excludente da responsabilidade dos depositários em geral, desde que tenha sido executado em circunstâncias que excluam toda a culpa daquele que o invoca. Diante da manifesta negligência do depositário, não se configura a força maior. Assim, no caso de depósito voluntário (joias guardadas no cofre do hotel), pode o hotelheiro invocar a excludente da força maior, em caso de roubo à mão armada, provada a inexistência de negligência de sua parte e que o fato não pôde ser afastado ou evitado. Os hotelheiros são prestadores de serviços e devem ser responsabilizados pelos prejuízos em qualquer situação, pois sujeitam-se ao Código de Defesa do Consumidor. (GONÇALVES, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada conclui-se que pela lei brasileira os hotelheiros são prestadores de serviços e devem ser responsabilizados pelos prejuízos que causarem aos seus hóspedes, eis que detêm o dever de guarda dos objetos pertencentes aos mesmos, em contrato de depósito necessário. Nesse sentido com o aprofundamento no tema denotou-se que a obrigação legal dos hotelheiros restringe-se aos bens que, habitualmente, costumam levar consigo os que viajam, como roupas e coisas de uso pessoal, não alcançando quantias vultosas ou joias, exceto se proceder culposamente ou se o hóspede fizer depósito voluntário com a administração da hospedaria (GONÇALVES, 2017).

Não obstante, a ideia que norteia a regra é assegurar à pessoa e à bagagem do cliente a mesma garantia que o transportador deve ao passageiro. O hospedeiro tem o dever de manter a bagagem no estado em que a recebeu em seu estabelecimento, se esta se perder ou se deteriorar, há presunção *juris tantum* de sua culpabilidade, já que assume os riscos de sua atividade econômica.

INTRODUÇÃO

A pesquisa visa abordar a aplicação da mediação familiar pré-processual e seus impactos nas relações familiares, no intuito de destacar a sua contribuição para uma reorganização familiar amistosa ao encontrar soluções proporcionadas pelas próprias pessoas envolvidas.

A mediação familiar representa uma das formas de solução pacífica de conflitos no atual modelo processual multiportas o qual disponibiliza meios consensuais integrados ao poder judiciário de forma mais flexível, para propiciar a pacificação dos litígios.

A pesquisa se faz necessária diante da importância de conscientizar as famílias que existem formas amistosas para resolver os seus problemas familiares, de acordo com a realidade de cada pessoa envolvida, alcançando essa solução com a sua autonomia da vontade, auxiliada, durante o diálogo pelo mediador.

OBJETIVO

O objetivo geral deste projeto é constatar a aplicação da mediação familiar pré-processual e as suas consequências nas relações familiares após a realização das sessões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rafael Alves de; ALMEIDA, Tania; CRESPO, Mariana Hernandez (org.). **Tribunal multiportas**: investindo no capital social para maximizar o sistema de solução de conflitos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2012.

WATANABE, Kazuo. **Política Pública do Poder Judiciário Nacional para Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses**. In: Conciliação e Mediação: Estruturação da Política Judiciária Nacional. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ROCHA, Lorena Gonçalves Lima. **O sistema multiportas no código processual civil de 2015**: a mediação como alternativa de autocomposição do conflito. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca, v. 12, n. 2, dez. 2017.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolver a investigação será utilizado o método dedutivo, uma vez que a pesquisa inicia com os aspectos gerais (amplos) sobre o estudo dos conceitos da mediação familiar pré-processual para em seguida especificar as partes do fenômeno referente a análise do seu procedimento nos CEJUSCs do TJSC e ao exame das técnicas utilizadas na mediação familiar com suas implicações nas relações familiares após a sua aplicação. A pesquisa fundamentar-se-á com a técnica de fontes bibliográficas (doutrina, legislação, artigos científicos, periódicos e jurisprudências em meio eletrônico) e ou documentais (documentos de órgãos públicos via administrativa).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a presente pesquisa constata-se que a busca por métodos alternativos cada vez se intensifica mais, tendo em vista que a sociedade passou a compreender que o diálogo pacífico, está sendo uma melhor forma de resolver os problemas familiares, especialmente na via pré-processual, ou seja, evitando o processo judicial litigioso (WATANABE, 2011, p. 05). Nesse ínterim, verifica-se que o sistema Tribunal Multiportas tem alcançado o seu objetivo de maximizar a utilização dos métodos alternativos de solução de conflitos,

pois dessa forma as partes alcançam uma maior probabilidade de resultados mais adequados diante dos problemas do cotidiano, além de reduzir os custos e o tempo empregado para deslindar as divergências (ALMEIDA; ALMEIDA; CRESPO, 2012).

A mediação atua de forma a favorecer e promover o alcance dos objetivos previstos na legislação constitucional e dentro desta perspectiva irá atuar no resgate do valores do ser humano, que busca, em seu íntimo, a concretização de seus anseios (ROCHA, 2017, p. 09).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa bibliográfica, foi possível verificar que a aplicação da mediação familiar pré-processual contribui em diversos aspectos, haja vista o tempo moroso dos processos judiciais, devido ao grande número de litígios familiares complexos existentes atualmente no país. Desse modo, para que as partes utilizem os novos métodos alternativos de resolução de conflitos, devem atentar-se sobretudo, para a questão conciliatória e pacífica, através do diálogo, pois possuem maior liberdade e autonomia, entretanto, necessitam da compatibilização para não ter que recorrer ao Poder Judiciário.

INTRODUÇÃO

O contrato bancário é o meio pelo qual se consolida grande parte das relações jurídicas de consumo. Sendo uma espécie de contrato criado para atender grandes massas de forma ágil e eficiente, tornou-se meio para a prática constante de abusividade através de suas cláusulas. As cláusulas abusivas são as que trazem a apenas uma das partes grande vantagem em relação à outra, também participante do contrato. Normalmente, são impostas à parte mais fraca da relação contratual que, no caso, ora discutido, a Instituição Bancária impõe ao cliente.

OBJETIVO

Objetiva-se com o presente estudo demonstrar o rol exemplificativo das cláusulas abusivas presentes nos contratos bancários, alertando a população para contratos futuros.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho tem uma abordagem qualitativa, método exploratório e tipo de pesquisa bibliográfico. A pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Direito Civil: Contratos do Curso de Direito – UNIFEBE.

REFERÊNCIAS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO REPETITIVO: Segunda Seção fixa teses sobre contratos bancários em repetitivo que atinge quase 400 mil ações. **Notícias STJ**. Dez 2018. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2018/2018-12-19_06-50_Segunda-Secao-fixa-teses-sobre-contratos-bancarios-em-repetitivo-que-atinge-quase-400-mil-aco-es.aspx endereço. Acesso em: 27 out 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mesmo sendo regido por lei, frequentemente há incidências de juros e serviços incluídos em contratos bancários que não foram autorizados. Diante disso, afim de evitar tais abusos por parte das agências bancárias o Superior Tribunal de Justiça (2018) consolidou entendimentos referentes às cláusulas abusivas em contratos bancários: 1. É abusiva a previsão de cobrança de ressarcimento de serviços prestados por terceiros sem a especificação do serviço a ser efetivamente prestado. Se houver a indicação do serviço, de forma específica, poderá ser cobrado. 2. A tarifa de avaliação do bem dado em garantia pode ser cobrada do consumidor se o serviço foi efetivamente prestado e se NÃO houve onerosidade excessiva. 3. Se o banco cobra encargos ILEGAIS do contratante e este atrasa o pagamento, NÃO haverá a incidência de juros e correção monetária se essa ilegalidade se tratar de encargos ESSENCIAIS (condições basilares) do contrato. 4. É abusiva a cláusula que responsabiliza o consumidor pelo uso do correspondente bancário ou pelo registro do pré gravame em contratos celebrados a partir de 25/02/2011 porque não são considerados tarifas bancárias. Para contratos realizados antes dessa data, são válidas as previsões contratuais desde que não tenha onerosidade excessiva para o consumidor. 5. Nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser obrigado a contratar seguro com a instituição financeira

ou com seguradora por ela indicada para adquirir qualquer serviço. Os produtos bancários devem ser ofertados separadamente e condicionar um produto ao outro é considerado “venda casada”. 6. O desconto da conta de consumidor não pode acontecer na conta salário porque é uma conta impenhorável e mesmo a autorização contratual não admite a relativização legal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os contratos devem seguir os princípios constitucionais e aqueles que regulam os contratos em espécie para que tenham validade no mundo jurídico. Denota-se que quando da contratação pelo consumidor de abertura de conta corrente com Instituição Bancária, este assina contrato de adesão, não tendo condições de discutir as cláusulas lá impressas, razão pela qual deve ser interpretado da forma mais favorável ao aderente, ou seja, ao consumidor. Por essa razão, o Superior Tribunal de Justiça fixou regras básicas em que ocorrem a abusividade nas cobranças por parte dos bancos, onerando demasiadamente o consumidor, que necessita conhecer seus direitos para que tais abusos não mais ocorram

INTRODUÇÃO

O sistema de multipropriedade ou *time-sharing* teve o reconhecimento de sua natureza jurídica de forma recente pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo legislador infraconstitucional brasileiro, ambos em 2018. Tepedino (2019) conceitua o tema como o fracionamento do tempo na titularidade dominical sendo que se dividem as frações semanais dos imóveis que são oferecidos aos multiproprietários em forma de condomínio. A presente pesquisa busca responder a conceituação do instituto jurídico prefalado e seus aspectos jurídicos por meio da utilização do método dedutivo com a realização de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial sobre o assunto.

OBJETIVO

Compreender o instituto da multipropriedade imobiliária (*time-sharing*) interpretando os seus aspectos jurídicos e discussões doutrinárias.

MATERIAIS E MÉTODOS

Após debates acadêmicos, chegou-se a conclusão da importância do tema para a sociedade em face das modificações legislativas trazidas pela Lei n.º 13.777 de 2018 ao Código Civil de 2002 (Lei n. 10.406/02). Então, por meio da utilização do método dedutivo, deu-se início a pesquisa bibliográfica, buscando doutrinadores que melhor embasassem a temática abordada.

REFERÊNCIAS

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**: volume único / Flávio Tartuce. – 11. ed. – Rio de Janeiro, Forense; METODO, 2021.
TEPEDINO, Gustavo. **Opinião: A multipropriedade e a retomada do mercado imobiliária**. Revista Consultor Jurídico: 30 jan. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jan-30/tepedino-multipropriedade-retomada-mercado-imobiliario>. Acesso em: 28 out. 2021.
VENOSA, Silvio de Salvo. **Multipropriedade (Time Sharing)**, 2019. 1 vídeo (8'04"). Publicado pelo canal Silvio Venosa. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OLWoKQpEyoM&ab_channel=S%C3%ADlvioVenosa. Acesso em: 28 out. 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O sistema de multipropriedade imobiliária ou *time-sharing*, conforme leciona Tepedino (2019) tem a natureza jurídica de direito real, em âmbito normativo, sendo considerado uma espécie de condomínio relativo aos locais de lazer que se divide o aproveitamento econômico do bem imóvel (casa, chalé, apartamento) entre os coproprietários em unidade fixa de tempo, garantindo a cada um a fruição do bem de forma exclusiva e perpétua por um certo período de tempo. No ano de 2018, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a natureza típica de direito real da multipropriedade no julgamento do Recurso Especial n.º 1.546.165/SP com relatoria para o acórdão do Ministro João Otávio de Noronha sendo que não houve unanimidade de votos. Posteriormente, o instituto jurídico foi incorporado a legislação brasileira com a promulgação da Lei n.º 13.777 de 2018 que incluiu o artigo 1.358-C ao Código Civil de 2002, nos seus termos: “[...]. Multipropriedade é o regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida pelos proprietários de forma alternada. Venosa (2019) ensina que a multipropriedade é um sistema em que o condomínio adquire semanas, isto é, adquire sete dias por exemplo e estes períodos são desfrutados pelos condôminos sendo que sua finalidade é ser uma propriedade periódica para a utilização

em períodos de férias, lazer ou temporadas. Os artigos 1.358-B até o 1.358-U cuidam da multipropriedade como um complemento do condomínio. Nas situações omissas há de se recorrer aos princípios e regras gerais do condomínio. O objetivo da lei que instituiu o *time-sharing*, segundo Tartuce (2021) foi de garantir segurança jurídica e atrair investimentos para o setor de turismo no Brasil quanto aos bens imóveis, uma vez que a multipropriedade não alcança os bens móveis como veículos automotores, aeronaves e embarcações e geral. Por fim, o professor Tepedino (2019) expõe que há numerosos pontos legislativos a serem aprofundados sendo que, agora, no ordenamento jurídico há segurança jurídica para o tema da multipropriedade e da expansão imobiliária e do *time-sharing* com a finalidade de se aquecer o mercado de turismo, imobiliário e hoteleiro no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho foi possível esclarecer as principais dúvidas referentes ao instituto da multipropriedade, ampliando-se o conhecimento jurídico de forma clara e concisa. A multipropriedade imobiliária é um instituto jurídico de fomentação da economia turística em que o condômino pode usufruir de uma propriedade por um certo período de tempo tendo a segurança jurídica de ser proprietário da coisa e o exercício da fruição do bem de forma exclusiva sem interferências de outros condôminos..

CONTRATO DE DEPÓSITO, A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ESTABELECIMENTOS QUE OFERTAM ESTACIONAMENTO GRATUITO E ONEROSO

Alexandra Simas, Catia Regina Giordano Schlindwein, Guilherme Willrich, Maria Fernanda de Lima, Raquel Schoning

prof.raquel@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Em se tratando de oferta de estacionamento gratuito ou oneroso por estabelecimentos, presume-se a responsabilidade civil objetiva dos mesmos. Portanto, ao causar um dano ao usuário ou ao seu patrimônio, presume-se o dever de indenizar referente aos danos materiais e até mesmo morais ocasionados à terceiros, conforme preceitua a Súmula 130 do Superior Tribunal de Justiça: “a empresa responde, perante o cliente, pela reparação de danos ou furto de veículos ocorridos em seu estacionamento” (CAPELARI, 2021).

OBJETIVO

O presente trabalho tem por objetivo esclarecer a possibilidade de indenização por dano ou furto de veículos ocorrido em estacionamento fornecido por estabelecimento comercial.

REFERÊNCIAS

CAPELARI, Luciana Santos Trindade. **Responsabilidade civil dos estacionamentos por danos causados a veículos ou a objetos no interior destes**. Âmbito Jurídico. Disponível em: < <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/responsabilidade-civil-dos-estacionamentos-por-danos-causados-a-veiculos-ou-a-objetos-no-interior-destes/> >. Acesso em: 30. Oct. 2021.

PEREIRA, Cinthia; REZENDE, Karen. **Consumidor informado é consumidor consciente**. Migalhas. Disponível em: < <https://www.migalhas.com.br/depeso/329247/consumidor-informado-e-consumidor-consciente> >. Acesso em 30. Oct. 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho tem uma abordagem qualitativa, método exploratório e tipo de pesquisa bibliográfico. A pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Direito Civil: Contratos do Curso de Direito – UNIFEBE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os furtos em estabelecimentos comerciais são bastante frequentes. As demandas no Poder Judiciário com relação a responsabilidade civil objetiva dos estabelecimentos que ofertam estacionamento gratuito ou oneroso presumem o dever de indenizar os danos causados aos consumidores. Resta comprovada a modalidade de contrato de depósito, em que o depositário se obriga a restituir os danos causados ao depositante, conforme disposição expressa nos artigos 627, 629, 631 do Código Civil e súmula 130 do STJ (PEREIRA e REZENDE, 2021). Os precedentes que culminaram na edição da referida pesquisa destacam a relevância do armazenamento do comprovante de depósito “ticket” em estacionamentos comerciais gratuitos ou onerosos para

caracterizar a responsabilidade civil objetiva das empresas, eis que se trata de contrato real, em que a tradição do objeto é requisito para sua validade. Assim, o consumidor que teve seu veículo furtado ou danificado no estacionamento do estabelecimento comercial, deve comprovar que lá esteve com a nota fiscal da compra ou o ticket fornecido pela empresa ao estacionar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente, portanto, que as empresas possuem responsabilidade civil objetiva em decorrência de danos ocasionados aos consumidores ou aos seus bens nos estacionamentos de seus estabelecimentos, assim gerando o dever de indenizar os prejuízos, conforme legislação vigente. Os Tribunais Superiores tem se posicionado no sentido de responsabilizar o depositário em tal situação. O depositante poderá ingressar com ação judicial para pleitear o ressarcimento dos prejuízos obtidos como roubo, furto ou dano do bem depositado.

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo entender os direitos trabalhistas de quem trabalha por meio de contrato de empreitada, buscando compreender a subempreitada e os direitos que derivam dela, por meio de pesquisa em doutrina e jurisprudência. A falta de previsão legal acabou gerando a necessidade de pronunciamento do Tribunal Superior do Trabalho acerca da responsabilidade com os encargos trabalhistas dos agentes envolvidos na empreitada e subempreitada, sendo este o objetivo dessa pesquisa.

OBJETIVO

Buscar compreender quem detém a responsabilidade trabalhista perante os trabalhadores que executam a mão-de-obra nos contratos de empreitada e subempreitada, tendo em vista a falta de legislação específica que garanta os direitos trabalhistas dos empregados.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho tem uma abordagem qualitativa, método exploratório e tipo de pesquisa bibliográfico. A pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Direito Civil: Contratos do Curso de Direito – UNIFEBE.

REFERÊNCIAS

ROCHA, Rafael S. O Contrato de Subempreitada. Revista Jurídica Portucalense. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/juridica/article/view/12107>.
GONÇALVES, Carlos R. Direito civil brasileiro. Volume 3, Contratos e Atos Unilaterais, 14. ed., São Paulo, Saraiva, 2017.
BRASIL. SBDI-1. Tribunal Superior do Trabalho. Orientação Jurisprudencial 191. Redação pela Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Empreitada é contrato em que uma das partes (o empreiteiro), mediante remuneração a ser paga pelo outro contraente (o dono da obra), obriga-se a realizar determinada obra, pessoalmente ou por meio de terceiros, de acordo com as instruções deste e sem relação de subordinação. Quando o empreiteiro está autorizado a realizar a obra mediante terceiros, está-se diante da subempreitada. (GONÇALVES, 2017). A principal discussão gerada é com relação aos direitos trabalhistas referentes aos executores da obra – quem possui o dever de pagamento? O empreiteiro ou o dono da obra? O entendimento pacificado pelo Tribunal Superior do Trabalho desde o ano de 2011, era que, ao se tratar de construção civil, o dono da obra não arcaria com responsabilidade solidária ou subsidiária acerca dos trabalhadores que laboraram na obra, recaindo a dita obrigação sobre o empreiteiro. Tal entendimento se dava porque o dono da obra nem mesmo conhecia os trabalhadores encarregados da construção, eis que estes são diretamente contratados pelo empreiteiro e a ele se reportam (ROCHA, 2017). Ocorre que no ano de 2018, o Tribunal Superior do Trabalho, mudou o entendimento existente na OJ 191 acerca da responsabilidade do dono da obra, caso este for empresa construtora ou incorporadora. Assim, o novo entendimento determina que a excepcional responsabilidade por obrigações trabalhistas prevista na parte final da Orientação Jurisprudencial nº 191, por aplicação analógica do art. 455 da CLT, alcança os casos em que o dono da obra de

construção civil é construtor ou incorporador e, portanto, desenvolve a mesma atividade econômica do empreiteiro. A Orientação Jurisprudencial 191 do Tribunal Superior do Trabalho possui a seguinte redação: “Diante da inexistência de previsão legal específica, o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora” (BRASIL, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o estudado, verificou-se que a responsabilidade do dono da obra com relação aos débitos trabalhistas dos empregados executores da empreitada é existente, caso o dono da obra for empresa que exerça a atividade da construção civil ou for uma incorporadora. Casos haviam que essas empresas subempreitavam outras empresas para a execução da obra, e estas não quitavam os direitos trabalhistas inerentes aos empregados e, sob o manto da antiga redação da Orientação Jurisprudencial 191, não quitavam os direitos de seus empregados, que permaneciam indenizados pela falta de responsabilidade da contratante original. Diante do novo entendimento, tais casos não mais ocorrerão, eis que nesses casos específicos o dono da obra (empresa construtora ou incorporadora) deverá indenizar o empregado.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa esclarecer o contrato de empreitada, seu conceito, natureza jurídica e modalidades. A empreitada é contrato previsto no Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002) e tem o objetivo de contratação de uma obra, a ser edificada pelo empreiteiro em favor do dono da obra. A obrigação do construtor é de resultado, obrigação do empreiteiro de atingir o resultado certo e determinado pelas partes no contrato, caso contrário configurado estará o inadimplemento obrigacional.

OBJETIVO

O objetivo geral é o estudo do contrato de empreitada previsto no Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002) e como objetivos específicos, esclarecer seu conceito e modalidades, no intuito de apresentar a importância dessa modalidade contratual no cotidiano da sociedade.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho tem uma abordagem qualitativa, método exploratório e tipo de pesquisa bibliográfico. A pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Direito Civil: Contratos do Curso de Direito – UNIFEBE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Civil. **Lei n. 10.046**, de 10 de janeiro de 2002. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**, Volume 3: Contratos e Atos Unilaterais – 8. Ed. São Paulo, Saraiva. 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A empreitada como contrato encontra-se regulamentada nos artigos 610 a 626 do Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002). Empreitada é contrato em que uma das partes, mediante remuneração a ser paga pelo outro contraente, obriga-se a realizar determinada obra, pessoalmente ou por meio de terceiros, de acordo com as instruções deste e sem relação de subordinação (GONÇALVES, 2017). O Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002) aplica-se aos contratos celebrados entre particulares que não configuram relação de consumo. As modalidades de empreitada, tendo em vista o critério dos materiais, se classifica em empreitada de labor ou de mão-de-obra e empreitada mista. Na empreitada de labor ou de mão-de-obra, o empreiteiro fornece a mão-de-obra, contratando as pessoas que irão executar a obra. Os materiais, contudo, são fornecidos pelo dono da obra, e sob sua responsabilidade correm os riscos. O empreiteiro apenas responderá se caracterizada sua culpa. Já na empreitada mista ou de labor e materiais, o empreiteiro fornece tanto a mão-de-obra quanto os materiais, comprometendo-se a executar a obra inteira. Nesse caso, o empreiteiro assume obrigação de resultado perante o dono da obra. Consiste em obrigação mista de fazer e obrigação de dar. Na empreitada mista há a transferência da propriedade dos materiais do empreiteiro ao dono da obra. Por isso os riscos são distribuídos segundo a regra “res perit domino”: enquanto a obra não for entregue, os riscos são do empreiteiro; passam ao dono após este recebê-la. Importante

esclarecer a obrigação de fornecer materiais não pode ser presumida, resultando da lei ou da vontade das partes.

Não se pode confundir o contrato de empreitada com o de elaboração de um simples projeto de obra, assumido por um engenheiro ou arquiteto. O contrato para elaboração de um projeto não implica a obrigação de executá-lo, ou de lhe fiscalizar a execução. Pode ainda, a empreitada ser contratada por medida (ad mensuram) ou *marché sur devis* (preço do mercado), em que a execução do serviço é pactuada pelo empreiteiro e pelo dono da obra em partes. Em obras de grande porte é comum que a remuneração do empreiteiro seja paga conforme o desenvolvimento dos trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a empreitada é contrato comumente usado na área de construção civil, em que o dono da obra contrata o empreiteiro para a edificação de determinada construção, em que este poderá fornecer apenas seu trabalho ou, seu trabalho e também o fornecimento de materiais, sendo que tal fornecimento não se presume. Ainda, a empreitada poderá ser contratada tendo em vista a conclusão da obra em partes ou também a preço de mercado, sendo estas modalidades as mais comuns no cotidiano.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem a finalidade de esclarecer a renovação automática nos contratos de locação de imóveis urbanos residenciais regidos pela Lei do Inquilinato, Lei nº 8.245/91 (BRASIL, 1991). Tal fato se revela de extrema importância, tendo em vista os inúmeros contratos de locação firmados na sociedade, sendo o tema relevante para elucidar os direitos e deveres dos locatários e locadores. Dessa maneira, o trabalho pretende analisar os artigos da Lei nº 8.245/91 (BRASIL, 1991) e demonstrar os direitos decorrentes do contrato de locação, sobretudo a presunção legal da prorrogação da locação quando da não oposição do locador.

OBJETIVO

O objetivo é analisar e esclarecer a Lei nº 8.245/91 - Lei do Inquilinato (BRASIL, 1991) em especial o disposto sobre a renovação automática do contrato de locação de imóveis urbanos residenciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8245.htm. Acesso em: 28 out. 2021
GONÇALVES, Carlos. R. **Direito civil brasileiro v 3 - contratos e atos unilaterais**. Editora Saraiva, 2019. 9788553617258. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617258/>. Acesso em: 28 out. 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizou-se da pesquisa bibliográfica, a qual compõe-se de livros doutrinários, legislação federal vigente e sites para o desenvolvimento do presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compulsando a legislação, de acordo com o artigo 46,§ 1º da Lei do Inquilinato (BRASIL, 1991) a qual dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, observa-se que ao encerrar o prazo determinado no contrato, e o locatário permanecer na posse do imóvel alugado por mais de 30 dias sem objeção do locador, fica prorrogado automaticamente a locação, mantendo-se todas as cláusulas e condições do contrato, menos o prazo.

Por sua vez, ocorrendo a prorrogação, o locador só poderá denunciar o contrato se conceder prazo de trinta dias para desocupação (GONÇALVES, 2019).

Buscando proteger e evitar possíveis conflitos nas relação entre as partes do contrato, o legislador tratou de incorporar ao

código que, mesmo que se opunham ao que alude o artigo anterior da referida Lei, nula será a cláusula que trata da renovação do tempo após o término do contrato, conforme dispõe o art. 45 da mesma Lei (BRASIL, 1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do tema abordado após análise doutrinária preceituando a legislação, se extrai do que fora apresentado um leve esboço da dúvida que paira no âmbito das relações contratuais, enfoque a lei do inquilinato. Chegada a conclusão considera-se que, o resultado logrado neste estudo se mostra de grande valia para dirimir conflitos naturais destas relações. Ademais, a lei do inquilinato reforça os direitos e deveres tanto do locador quanto do locatário, para que em posterior renovação não se tenham obstáculos a tal forma de segurar e garantindo a estabilidade desta.

INTRODUÇÃO

A doação está presente na vida das pessoas de forma cotidiana e não raras as vezes, aborda-se o assunto de forma ingênua, esquecendo-se da necessidade do envolvimento das leis como garantia da efetivação dos nossos desejos. A presente pesquisa visa esclarecer o contrato de doação, seu conceito e natureza jurídica, no intuito de elucidar o impacto causado pelos vícios decorrentes dos contratos de doação em virtude da falta de conhecimento da legislação reguladora, de modo a desmistificar tal seara jurídica.

OBJETIVO

Esclarecer a natureza jurídica do contrato de doação, em especial em relação a sua forma, exigência legal que taxativamente deve ser obedecida para que a doação seja válida. Esclarecer à comunidade qual a forma que devem seguir para que os contratos de doação tenham validade.

REFERÊNCIAS :

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de Janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/10406.htm>. Acesso em 28 out 2021.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil** Contratos. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2018

CONTRATO DE DOAÇÃO. JUSBRASIL. Disponível em: <<https://barbarav.jusbrasil.com.br/artigos/247541398/contrato-de-doacao>>. Acesso em: 28 out. 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho tem uma abordagem qualitativa, método exploratório e tipo de pesquisa bibliográfico. A pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Direito Civil: Contratos do Curso de Direito – UNIFEBE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo conceitua o Código Civil Brasileiro em seu artigo 538, “Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra” (BRASIL, 2002). Assim, tem-se que a doação como contrato requer a presença de elemento subjetivo, que é o “animus donandi” ou a intenção de praticar uma liberalidade, sendo esta sua principal característica. Requer também a presença de elemento objetivo, que é a transferência solene de bens, acarretando a diminuição do patrimônio do doador. Classifica-se a doação como contrato, em regra, gratuito, unilateral e formal ou solene (VENOSA, 2018). Gratuito porque constitui uma liberalidade, não sendo imposto qualquer ônus ou encargo ao beneficiário. Será, no entanto, oneroso, se houver tal imposição. Unilateral porque cria obrigação para somente uma das partes. Contudo, será bilateral, quando modal ou com encargo. Formal porque se aperfeiçoa com o acordo de vontades entre doador e donatário e a observância da forma

escrita, independentemente da entrega da coisa, conforme observa o artigo 541, “caput” do Código Civil Brasileiro. Mas a doação manual (de bens móveis de pequeno valor) é de natureza real, porque o seu aperfeiçoamento depende incontinenti da tradição destes, conforme determina o parágrafo único do artigo 541 do Código Civil Brasileiro. Assim, de suma importância frisar que a doação de bens consideráveis como um imóvel, terreno, apartamento, automóvel, para que tenha validade no plano jurídico, deve revestir-se de documento escrito, não sendo válida e nem reconhecido seus efeitos caso seja efetuada de forma verbal (CONTRATO DE DOAÇÃO).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente trabalho verificou-se que a doação de bens consideráveis, no direito brasileiro, é modalidade de contrato que, para ter validade entre as partes, necessita obrigatoriamente seguir a solenidade prevista em lei, ou seja, deve estar registrada em documento particular ou público, sendo esta forma obrigatória. O presente estudo demonstrou que casos ocorrem em que as partes se comprometem com a doação, acreditam que a palavra e a verbalização da mesma tenha validade, porém não possuem conhecimento de que é obrigatória e necessária a forma escrita. Por esta razão o título do trabalho “Ganhei, mas não é meu!”.

INTRODUÇÃO

Conforme descrevem os contratualistas clássicos, a vida social é consagrada por um contrato. Rousseau apontou em seus estudos sobre a sociedade e o Estado como sendo uma relação consensual entre os homens no decorrer do processo civilizatório. Este trabalho trata-se de uma revisão de literatura e tem por objetivo explanar sobre as noções individuais de Rousseau com relação ao contrato social, relacionando-o com a teoria geral do contrato em consideração à *legitimidade*.

OBJETIVO

Compreender e relacionar o conceito de contrato em Rousseau à teoria geral dos contratos com relação à legitimidade das partes para contratar.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho tem uma abordagem qualitativa, método exploratório e tipo de pesquisa bibliográfico. A pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Direito Civil: Contratos do Curso de Direito – UNIFEBE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na obra *Contrato Social* (ROUSSEAU, 1995), Rousseau olhava com pessimismo o processo civilizatório, que relacionava com uma ação de degeneração, considerando

que o homem deixa de ser livre, se tornando assim fraco, incapaz de sobreviver sem as comodidades da civilização. Para o pensador, no momento que é feito o contrato social, os homens estão fazendo uma associação em que a força de todos que se associam será usada para a manutenção de bens e propriedades. E este todo, criado pela associação, passa a ser o corpo político, que é igual a Estado ou Ente Soberano. No entanto, para que este Estado seja soberano, há a necessidade de ser legitimado, sendo consagrado, nesta qualidade, somente se fruto de convenções feitas pelos homens. Para o autor (ROUSSEAU, 1995), a autoridade só é praticada (sem força) quando a sociedade aceita. Se não é aceita, não é legítimo - assim como considera que nem tudo que é lei, seria necessariamente legítimo. Como, por exemplo, nos contratos feitos pelos ricos para submeter os pobres; assim como a escravidão, através do domínio pela força, não é algo do direito e esse tipo de Estado seria ilegítimo. Todavia, a subordinação poderia ser empregada através do invento da autoridade. No entanto, quando não reconhecida a autoridade, a subordinação é mantida pela força. Nesta relação, ao tratar-se da Teoria Geral do Contrato, muito estará presente a palavra legitimidade e suas variantes linguísticas. Isto porque a palavra indica o consenso e, de acordo com Tartuce (2014), a função real dos contratos tem a finalidade de atender “aos interesses da coletividade”, sendo necessária a previsão de licitude, boa-fé, observância social, econômica e aos bons costumes. Da mesma forma, com base

na Escada Ponteano o contrato para entrar no mundo jurídico tem que perpassar o degrau da existência, da validade e da eficácia. Para ter validade, é necessário existir o agente capaz; o consentimento, licitude, possibilidade, e, a partir da observância dessa estrutura será possível efetivar o negócio jurídico. Quando o contrato existe, mas é inválido e encontrar-se gerando efeito, torna-se imperativo sua convalidação. A legitimidade aqui seria a conformidade com a estrutura do negócio jurídico, para devido tratamento legal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo legitimidade está atrelado à atribuição do poder consensual, todavia, como fora abordado por Rousseau (1995), ainda que não consensual e ilegítimo, há formas arbitrárias possíveis de manter a subordinação social pela vigilância ou força. Todavia, ao resgatarmos este mesmo termo para o âmbito jurídico, mais especificamente à Teoria Geral do Contrato, o negócio jurídico tem-se protegido de condutas opressoras – se observados os elementos essenciais da existência, das qualificações para ter validade e dos elementos para ter eficácia. Isso porque, a estruturação a partir da Teoria Ponteano traz como imperativo a vontade das partes, o consentimento e a observância de direitos e deveres que tangem os efeitos - os quais dão existência e validade ao negócio jurídico.

REFERÊNCIAS

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato Social e outros escritos. São Paulo: Cultrix. 14 ed, 1995.

TARTUCE, Flávio Direito civil, v. 3 : teoria geral dos contratos e contratos em espécie / Flávio Tartuce; 9. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense – São

Paulo : MÉTODO, 2014.

INTRODUÇÃO

A pesquisa visa abordar a contribuição da mediação familiar e direito sistêmico para o alcance de uma reorganização familiar amistosa ao encontrar soluções proporcionadas pelas próprias pessoas envolvidas com a utilização dessas técnicas ao auxiliar a atuação da advocacia consensual. (STORCH. 2018. Não paginado). A pesquisa se faz necessária diante da importância de conscientizar as famílias que existem diversas formas amistosas para resolver os seus problemas familiares, de acordo com a realidade de cada pessoa envolvida, com destaque para o uso da mediação familiar e do direito sistêmico no exercício da advocacia consensual. (TARTUCE.2016. Não paginado). Para Cahali (2012, p. 57) “A mediação é um dos instrumentos de pacificação de natureza autocompositiva e voluntária, no qual um terceiro, imparcial, atua, de forma ativa ou passiva”. Essa atuação será realizada “como facilitador do processo de retomada do diálogo entre as partes, antes ou depois de instaurado o conflito”.

OBJETIVO

O objetivo geral deste projeto é analisar a mediação familiar e o direito sistêmico na atuação da advocacia consensual em âmbito familiar.

REFERÊNCIAS

CAHALI, Francisco José. Curso de Arbitragem. 2ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 57.

STORCH, Sami. Direito sistêmico é uma luz no campo dos meios adequados de solução de conflitos. Revista Consultor Jurídico - ConJur, 20 de junho de 2018, 6h02. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jun-20/sami-storch-direito-sistemico-e-uma-luz-solucao-conflitos>. Acesso em: 8 maio 2021.

TARTUCE, Fernanda. Mediação no Novo CPC: questionamentos reflexivos. Disponível em:

<<http://www.fernandatartuce.com.br/wpcontent/uploads/2016/02/Media%C3%A7%C3%A3o-no-novo-CPC-Tartuce.pdf>>. Acesso em 08 maio. 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolver a investigação será utilizado o método dedutivo, uma vez que a pesquisa inicia com os aspectos amplos sobre a mediação familiar para em seguida especificar a análise do uso do direito sistêmico com as constelações familiares e o exame da advocacia consensual em âmbito familiar com a utilização da mediação familiar e direito sistêmico. A pesquisa fundamentar-se-á com fontes bibliográficas (doutrina, legislação, artigos científicos, periódicos e jurisprudências em meio eletrônico) e ou documentais (documentos de órgãos públicos via administrativa).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a pesquisa presente, foi possível observar que a Mediação Familiar tem sido a cada dia mais procurada pela sociedade atual para resolver seus conflitos com soluções de forma harmoniosa. Com essa nova realidade pacificadora das relações familiares, tem-se aumentado a atuação da advocacia consensual, ao proporcionar aos seus clientes, a utilização desses meios amistosos para resolver de forma

mais humanizada as suas controvérsias, bem como minimizar os seus impactos emocionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa bibliográfica, foi possível verificar que a mediação familiar e o direito sistêmico, que possuem caráter conciliatório, pacífico e célere, vem sendo aplicados de maneira adequada e benéfica gerando a desjudicialização, compondo seus conflitos fora da esfera judicial, o que por consequência aumenta a aderência dos envolvidos na participação ativa e pacífica das divergências familiares existentes. Contudo também se pode observar a necessidade de uma maior divulgação desses meios consensuais e conscientização da população que os tais métodos direcionam caminhos alternativos para a resolução de conflitos de forma adequada na identificação dos verdadeiros motivos que impulsionam tais divergências, o que possibilita uma necessária reflexão e a transformação nas relações sociais. Portanto, torna-se possível alcançar uma melhor solução de maneira pacífica com o uso do mediador que facilitará o diálogo e do direito sistêmico com o auxílio do constelador familiar, em especial proteção aos vínculos familiares.

INTRODUÇÃO

A história recente dos movimentos migratórios internacionais mostra uma tendência forte rumo a políticas de restrição dos fluxos de pessoas no mundo.

Diante da pandemia de Covid-19, tais restrições foram acentuadas e fundamentadas na premissa da contenção da circulação do vírus, resultando na diminuição e restrição do movimento de pessoas, a exemplo das medidas de isolamento e distanciamento social, resultando, conseqüentemente, no fechamento de fronteiras. Neste sentido, fronteiras terrestres, aquáticas e aéreas foram fechadas, impedindo o deslocamento de pessoas, notadamente daquelas que compõem os fluxos migratórios que sofreram, ante a pandemia, tentativa de interrupção. Diz-se tentativa pois, embora o fechamento das fronteiras tenha ocorrido em vários Estados, e em diversos momentos, tal fato não impediu que as migrações deixassem de ocorrer na sua totalidade. Assim, os migrantes, na condição de classe social vulnerável, foram, mais uma vez, afetados: sua vulnerabilidade também se acentuou, induzindo à uma pretensa justificação do impedimento da circulação de pessoas resultando, conseqüentemente, em muitos episódios de violação dos seus direitos humanos.

OBJETIVO

O objetivo geral deste projeto é, a partir da análise dos fluxos migratórios em relação ao Brasil, demonstrar se a pandemia de Covid-19 propiciou uma afronta aos direitos humanos dos

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A.T. de; TONHATI, T. **A Pandemia da COVID-19 e as Migrações Internacionais**: Impactos e Desafios. 2020;
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A.T. de; MACEDO, M., **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. p. 42.
- GOMES, Carla Marcelino. **Os Direitos Humanos e a atual Pandemia**. In: **Covid-19 e segurança humana**. Edição especial da Revista do Instituto de Defesa Nacional. Lisboa. 2020.
- PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática**. 13. ed. atual. e aum. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015. p. 104.

migrantes envolvidos.

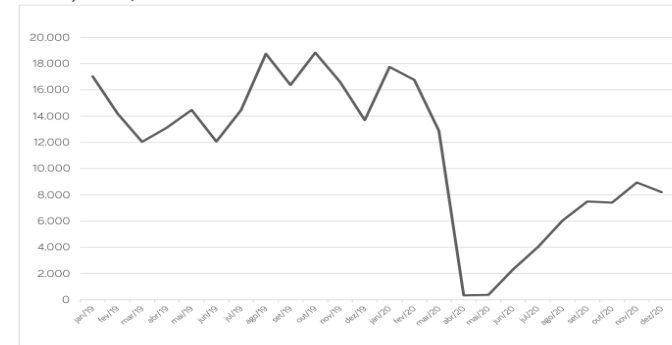
MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolver a investigação será utilizado o método dedutivo (PASOLD, 2015), tendo como ponto de partida o plano do inteligível - ou seja, da verdade geral, já estabelecida, calcado nos aspectos gerais (amplos) sobre o tema. A pesquisa fundamentar-se-á com a técnica de fontes bibliográficas (doutrina, legislação, artigos científicos, periódicos e jurisprudências em meio eletrônico) e ou documentais (documentos de órgãos públicos via administrativa).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É convicto que do ponto de vista sanitário, enquanto o vírus continuar circulando com grande potencial de transmissão, haverá a manutenção das restrições à mobilidade humana, com a “permanência do fechamento de fronteiras, em especial, para os fluxos oriundos dos países periféricos”. (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2020, p. 379). É seguro também que não há liberdade ou direito fundamental de natureza absoluta, e que, em um contexto de preservação coletiva da vida e da saúde, o direito à mobilidade restará em segundo plano. Mas é primordial lembrar a todo instante o caráter de excepcionalidade destas balizas, e cuidar para que elas não tornem solo fértil para medidas restritivas de Direitos Humanos. (GOMES, 2020, p. 2)

Gráfico 3.1. Número de registros de imigrantes, por mês de registro - Brasil, 2019/2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sismigra, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados disponibilizados pelo OBMigra (dez/2020 *apud* CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p.42), observando os movimentos nos postos de fronteira no país, o Sismigra sinaliza tendência de queda desde janeiro, tendo em vista que o vírus é detectado na China em dezembro e, rapidamente, se espalha para outras partes do mundo, iniciando pela Ásia e Europa. Já nesse momento, houve iniciativas no sentido de fechar fronteiras em vários países. O declínio no Brasil iniciou-se sem muita velocidade nos meses de fevereiro e março, e intensificou a redução em abril, mesmo antes das restrições impostas pelas autoridades brasileiras, e mantendo a velocidade de queda nos meses de maio a julho. (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p. 42).

INTRODUÇÃO

A pesquisa visa abordar o alcance da eficácia nas audiências virtuais com a utilização dos métodos alternativos de soluções de conflitos. O atual modelo processual multiportas disponibiliza diversas formas de resoluções consensuais de conflitos integrados ao poder judiciário de forma mais flexível, para propiciar a pacificação dos litígios. Neste sentido, destaca-se a investigação diante da possibilidade de realizar as audiências por videoconferência, de modo a facilitar ainda mais o acesso à justiça para a prática dos meios alternativos de solução de conflitos proposta pelo tribunal multiportas. Diante da pandemia do Covid-19 iniciada no ano de 2020, os tribunais passaram a realizar as audiências de modo virtual, inclusive com essa nova realidade pacificadora das relações familiares, utilização desses meios amistosos para resolver de forma mais humanizada as suas controvérsias, bem como minimizar os seus impactos emocionais com a utilização das sessões de conciliação e mediação.

OBJETIVO

O objetivo geral deste projeto é constatar a o alcance da eficácia nas audiências virtuais com a utilização dos métodos alternativos

de soluções de conflitos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolver a investigação será utilizado o método dedutivo, uma vez que a pesquisa inicia com os aspectos gerais sobre os diversos meios alternativos de soluções de conflitos disponíveis para em seguida especificar a análise do seu procedimento e técnicas utilizadas e o exame do alcance da eficácia nas audiências virtuais com a sua utilização. A pesquisa fundamentar-se-á com a técnica de fontes bibliográficas (doutrina, legislação, artigos científicos, periódicos e jurisprudências em meio eletrônico) e ou documentais (documentos de órgãos públicos via administrativa).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a presente pesquisa nota-se que a Sociedade atual, após a ocorrência da pandemia do Covid-19, está cada vez mais conscientizada que existem formas amistosas para resolver os seus problemas, de acordo com a realidade de cada pessoa envolvida, alcançando essa solução com a sua autonomia da vontade, com o auxílio dos facilitadores durante o diálogo, seja o conciliador ou o mediador, mesmo que seja a sessão realizada de forma virtual. Diante de todos as medidas existentes no Poder Judiciário para facilitar o andamento dos processos, dentre elas

os métodos alternativos acima citados, a que tem se mostrado a mais eficiente é aquela que faz uso da tecnologia, como por exemplo a informatização dos processos. Segundo a 14ª edição do relatório Justiça em Números, desde o ano de 2009 houve um crescimento anual de 13,8% nos gastos com o uso da tecnologia na gestão do Judiciário (CNJ, 2018 *apud* DIAS, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após observar o cenário atual, em virtude do Covid-19, restou-se evidente que a adaptação ao mundo tecnológico no que tange a resolução de conflitos online ainda tem muito o que evoluir, mas também é manifesto que os resultados obtidos até o momento foram surpreendentes. Ademais, vale constatar que a resolução de conflitos de forma online vem se mostrando eficiente aos indivíduos recorrentes do Poder Judiciário, em meio a tantas dificuldades e obstáculos para encontrar uma forma de agir mesmo diante de uma pandemia, a tecnologia auxiliou e trouxe ainda resultados positivos nas sessões de conciliação e mediação, especialmente por videoconferência, por facilitar o encontro ao vivo de ambas as partes que, muitas vezes, estão em locais distantes.

REFERÊNCIAS

- MENDES, Gardênia M. L. **Tribunal Multiportas**. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/36758/tribunal-multiportas>. Acesso em: 24.08.2021.
- DIAS, Eduardo da Silva. **Resolução Online de Conflitos: Reflexos Jurídicos e Sociais**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/resolucao-online-de-conflitos-reflexos-juridicos-e-sociais/>. Acesso em: 05 maio. 2021
- GALLO, Ronaldo Guimarães. **A pandemia do coronavírus e as ferramentas de resolução de conflitos online**. 2020. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/323156/a-pandemia-do-coronavirus-e-as-ferramentas-de-resolucao-de-conflitos-online>>. Acesso em: 05 maio. 2021

INTRODUÇÃO

O Mercado comum do Sul – MERCOSUL – possui como objetivo o fortalecimento conjunto das relações econômicas, políticas, sociais e culturais dos seus Estados-parte.

Neste sentido, especificamente quanto ao trânsito de veículos de Estados-parte no Mercosul, algumas questões pontuais não são tratadas pelas normativas do Bloco, nem mesmo constam da legislação interna brasileira. Para o presente estudo, serve a análise jurídica dos casos de circulação de veículos cujos proprietários tenham duplo domicílio. (DOLZAN; SILVA, 2020)

OBJETIVO

O objetivo geral deste projeto é discorrer sobre o direito à livre circulação de veículos do Mercosul em território brasileiro, notadamente quando seu proprietário possua duplo domicílio.

Para atingir tal objetivo, os objetivos específicos desta pesquisa são: (a) Discorrer sobre o Mercosul, seu surgimento e composição; (b) Analisar as regras para a circulação de veículos do Mercosul; (c) Verificar qual o tratamento aduaneiro atribuído, pelo Brasil, aos veículos do Mercosul; (d) Desconfigurar a prática de crime ou irregularidade pelo proprietário de veículo que possua duplo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolver a investigação será utilizado o método dedutivo (PASOLD, 2015).

REFERÊNCIAS

- DOLZAN**, Rafael Rodrigues; **SILVA**, Micael Alvino. QUESTÃO NACIONAL OU REGIONAL? O CASO DOS BRASILEIROS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS ESTRANGEIROS NA TRÍPLICE FRONTEIRA. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 5-17, jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>. Acesso em: 28 set. 2021; **PASOLD**, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: Teoria e Prática. 13. ed. rev. São Paulo: Conceito Editorial, 2015.
- BRASIL**. Instrução Normativa RFB nº 1600 de 14 de dezembro de 2015. Institui a Aplicação da Admissão Temporária. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 48 15 dez 2015. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=70297&visao=anotado#divConteudo>. Acesso em: 18 out. 2021.
- MERCOSUL**. Resolução nº 35/2002, de 20 de julho de 2002. Institui as normas de Circulação de Veículos nos Estados Partes do Mercosul. Buenos Aires 20 jul. 2002: Disponível em: https://www.cartillaciudadania.mercosur.int/oldAssets/uploads/RES_0352002_PT_FE_Circul_Ve%C2%A1culos%20Turistas%20Ata%202_02.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

A pesquisa fundamentar-se-á com a técnica de fontes bibliográficas (doutrina, legislação, artigos científicos, periódicos e jurisprudências em meio eletrônico) e ou documentais (documentos de órgãos públicos via administrativa).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decurso da pesquisa observou-se que a partir da assinatura do Tratado de Assunção e seus protocolos adicionais o Mercosul desenvolveu sua estrutura interna em instituições que detêm funções específicas e buscam assegurar o bom andamento e o desenvolvimento do bloco, contendo em cada um representantes dos países-membros efetivos. No que tange à sua estrutura jurídica, seu ordenamento é originado por normas de Direito Internacional que, após concluído seu processo legislativo, depende da internalização pelos Estados-parte para conferir vigência às normas produzidas.

No Brasil, o Regulamento Aduaneiro permite a entrada e circulação de veículos do exterior – provenientes do Mercosul, no caso do presente estudo - em território nacional, quando estiverem enquadrados na categoria de turistas sob regime de admissão temporária, conforme Resolução nº 35/2002 internalizada pelo Decreto nº 5.637/2005 e reforçada pela IN 1600/2015. (BRASIL, 2015)

Logo, conclui-se que não há enquadramento legal que dê amparo à circulação de veículos matriculados no exterior por residentes no Brasil. Diante disso, a ausência de previsão legal

permite, que o órgão responsável pela fiscalização aduaneira, realize apreensões de veículos considerados irregularmente internados no território brasileiro.

Entra-se, portanto, no mérito a respeito do conflito existente entre Direito Aduaneiro e Direito Civil. Uma vez que entre os tribunais permanece a discussão quanto a previsão legal admitindo o duplo domicílio e a impossibilidade da incidência de normas regulamentares, tributos e taxas sobre esses veículos que transitam de forma irregular no território nacional. (DOLZAN; SILVA, 2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que a ausência de previsão legal criou um cenário de insegurança jurídica aos proprietários de veículos matriculados no exterior e que residam no Brasil frente à possibilidade jurídica de apreensão de seus veículos. Sendo assim, como possíveis soluções elenca-se:

- Resolução emitida pelo MERCOSUL e internalizada no ordenamento jurídico brasileiro;
- Atualização quanto ao processo de internalização, a fim de trazer maior celeridade ao processo de promulgação;
- Atualização do conteúdo da Instrução Normativa nº 1600/2015, para que trate em seu texto quanto a questão do duplo domicílio a fim de propiciar a admissão temporária deste veículos.

INTRODUÇÃO

O direito de cercar o imóvel, sendo ele rural ou urbano, é amplamente conhecido, porém, quanto a posse e atribuições inerentes a este, encontra-se certa ambiguidade em relação à norma legal vigente e suas exceções. O presente banner abordará a disposição de vontade na edificação de tapumes, o dever de conservação, bem como os responsáveis por eventuais despesas, sejam elas provenientes da construção ou reparação, seja facultativa ou necessária.

OBJETIVO

Elucidar a responsabilidade civil entre vizinhos, especificamente em relação aos conflitos gerados por edificação de muros, cercas e semelhantes, sob a ótica dos direitos de vizinhança.

MATERIAIS E MÉTODOS

O relatório que ora se apresenta teve como base o método indutivo, usado igualmente nas fases da investigação e no tratamento de dados. Foram empregadas as técnicas do referente, da categoria e da pesquisa bibliográfica e

documental, bem como na rede mundial de computadores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o art. 1.299 do Código Civil Brasileiro, é direito do proprietário, levantar em seu terreno as construções que achar pertinente, de acordo com seus interesses e objetivos, mais precisamente, o direito de tapagem consiste, em suma, na prerrogativa do proprietário em cercar, murar, valar ou tapar de qualquer modo o seu prédio, seja ele urbano ou rural. No mais, conforme elencado no art. 1.297, §1º do Código Civil, bem como pelo doutrinador Flávio Tartuce (2020), é presumido, salvo prova em contrário, que o muro, cerca ou equiparados que demarcam a divisão de terras, pertencem a ambos os vizinhos, devendo conjuntamente e em partes iguais, arcar com as despesas para sua construção e conservação.

Como exceção a regra do pagamento em cooperação entre os limítrofes, encontra-se a ressalva do parágrafo terceiro do artigo anterior, no qual elenca que poderá ser exigido a construção de tapumes especiais que impeçam a passagem de pequenos animais ou fins semelhantes daquele que provocou a necessidade de tal feito, este ficando sujeito a arcar totalmente com as despesas necessárias para tal bloqueio. Tal exceção

encontra respaldo na função social da propriedade, bem como na vedação do abuso de direitos, tendo em vista que prejudicaria o bem estar dos demais vizinhos por exclusiva vontade de um único proprietário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, Conforme inteligência do artigo 1.297 do Código Civil, todo e qualquer proprietário possui o direito de cercar, murar, tapar e afins, seja seu imóvel urbano ou rural. Porém tem-se a ressalva de que, a construção daqueles não coloque a saúde, a segurança e o sossego dos moradores vizinhos em risco, assim respondendo por eventuais danos causados de forma objetiva.

Ainda, importa ressaltar as possibilidades inerentes à responsabilidade em manter e construir tais estruturas. Sendo que a regra, a responsabilidade é dividida para ambos os proprietários limítrofes, tendo como exceção a necessidade criada por um destes por tê-la produzido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Civil: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 07 out. 2021.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil** - Volume Único. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2020. E-book. ISBN 9788530993115. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993115/>. Acesso em: 16 out. 2021.

INTRODUÇÃO

Os direitos de vizinhança são limitações impostas ao exercício do direito de propriedade, sendo que cada titular de domínio deve respeitar o sossego, a segurança e a saúde do proprietário do imóvel vizinho. São denominados de limitadores aos direitos de propriedade e visam a harmonia e a pacificação social. O Código Civil Brasileiro dispõe um capítulo específico para tratar dos direitos de vizinhança (arts. 1277 a 1313), sendo importante o conhecimento dos atos nocivos que são os ilegais, abusivos e lesivos, os quais se pretende esclarecer neste trabalho.

OBJETIVO

Estudar os direitos de vizinhança e os atos abusivos, nocivos e ilegais que não podem ser praticados tendo em vista o respeito ao direito alheio, que é assegurado ao vizinho. O vocábulo vizinhança não se restringe à propriedade confinante, possuindo em direito significado mais largo do que na linguagem comum. Estende-se até o limite do ato praticado em um prédio possa propagar-se nocivamente, alcançando via de regra não só os confinantes, como também outros prédios próximos. São denominados de limitadores dos direitos de propriedade e visam a harmonia e a pacificação social

REFERÊNCIAS

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 11. ed, Rio de Janeiro, Método, 2021.
BRASIL. 2002. **Código Civil**: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho tem uma abordagem qualitativa, método exploratório e tipo de pesquisa bibliográfico. A pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Direito Civil: Posse e Propriedade, do Curso de Direito – UNIFEBE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O direito da vizinhança, tem como foco, regular a relação jurídica entre as partes que são titulares de direitos reais. Observa Tartuce (2021) que as regras que constituem o direito de vizinhança destinam-se a evitar e a compor eventuais conflitos de interesses entre proprietários de prédios contíguos. São obrigações *propter rem*, que acompanham a coisa, vinculando quem quer que se encontre na posição de vizinho. A lei civil proíbe que o vizinho pratique atos nocivos ao outro, no sentido de afetar sua segurança, sossego e/ou saúde. Como primeira espécie de ato nocivo a lei destaca os ilegais, como por exemplo atear fogo; danificar plantações; jogar lixo. Como abusivos são considerados os atos que, embora o causador do incômodo se mantenha nos limites de sua propriedade, mesmo assim vem a prejudicar o vizinho, muitas vezes sob a forma de barulho excessivo. Consideram-se abusivos não só os atos praticados com o propósito deliberado de prejudicar o vizinho, senão também aqueles em que o titular

exerce o seu direito de modo irregular, em desacordo com a sua finalidade social, como construir segundo andar e fazer sombra na piscina do vizinho. Como atos lesivos são considerados os atos que alguma forma lesam o outro como emissão de fumaça de chaminé diretamente em determinada casa ou área da rua. Os direitos de vizinhança, portanto, são instituídos para definir os critérios de licitude do uso da propriedade, além de resolver os conflitos que porventura surjam das relações de proximidade e do exercício deste direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que a legislação civil brasileira prevê regras de convivência harmônica entre proprietários de imóveis vizinhos, impondo limitações ao exercício da propriedade individual tendo em vista a boa convivência social, que se inspira na lealdade e na boa-fé, para que se torne possível a coexistência social. Para tanto prevê um rol exemplificativo de atos nocivos e veda a prática dos mesmos, no intuito de preservar a saúde, a segurança e o sossego da vizinhança.

INTRODUÇÃO

O contrato de compra e venda é o mais usado no cotidiano e, por essa razão, o presente trabalho visa esclarecer seu conceito e elementos caracterizadores. Para tanto, abordará o conceito doutrinário e legal e especificará as obrigações nucleares dos sujeitos envolvidos, bem como a necessidade da forma pública para imóveis acima de 30 (trinta) salários mínimos no intuito de gerar segurança jurídica para os envolvidos.

OBJETIVO

O objetivo do presente trabalho é abordar a importância de se conhecer as obrigações nucleares dos sujeitos envolvidos no negócio jurídico, mais especificamente no contrato de compra e venda, com a análise de seu conceito e requisitos constitutivos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho tem uma abordagem qualitativa, método exploratório e tipo de pesquisa bibliográfico. A pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Direito Civil: Contratos do Curso de Direito – UNIFEBE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pereira (2020) conceitua a compra e venda como o contrato em que uma pessoa (vendedor) se obriga a transferir a outra pessoa (comprador) o domínio de uma coisa corpórea ou incorpórea, mediante o pagamento de certo preço em dinheiro ou valor fiduciário correspondente. Partindo desse conceito, os elementos dos contratos de compra e venda, são classificados, segundo Azevedo (2011) em: a) O consentimento (*Consensus*) pressupõe a capacidade das partes para vender e comprar e deve ser livre, espontâneo e consciente. O consentimento pressupõe a capacidade das partes para vender e compra, não sendo possível ser efetivado por agente incapaz. B) A coisa, segundo art. 483 do CC, objeto do contrato de compra e venda, deve atender a determinados requisitos, quais sejam, os de existência, individuação e disponibilidade. São suscetíveis de venda as coisas atuais e as futuras, corpóreas e incorpóreas. C) O preço. Este deve ser pago em dinheiro e corresponde ao valor da coisa, e não vil ou fictício. Não se exige a exata correspondência entre o valor real e o preço pago, pois muitas pessoas preferem negociar o bem por preço abaixo do valor real para vendê-lo rapidamente. Quando o contrato estipular a venda com o preço justo, teoricamente, deve ser entendido como implicando o preço normal ou, dependendo da situação, o preço vigente do mercado ou bolsa de

valores. Importante esclarecer que o artigo 108 do Código Civil Brasileiro exige a forma escrita pública para os contratos de compra e venda cujo imóvel tiver valor superior a 30 (trinta) salários mínimos, no intuito de assegurar a documentação do imóvel ao comprador (PEREIRA, 2020). Tal exigência visa proteger o comprador, eis que negócios ocorrem em que o imóvel encontra-se em situação de impedimento, como estar em nome de menor, estar em inventário ou estar registrado em nome de pessoa já falecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que o Código Civil traz questões indispensáveis para a validade do contrato de compra e venda, sendo que, em ocorrendo qualquer problemática com um de seus requisitos, haverá de gerar a nulidade ou anulabilidade do negócio, promovendo prejuízos aos contratantes, que necessitam estar assegurados em suas obrigações e deveres, em especial com relação ao documento público que deverá ser registrado no Registro de Imóveis. Verificou-se a necessidade de se observar a escritura pública para se efetivar a compra e venda de imóvel acima de 30 (trinta) salários, no sentido de garantir a lisura do negócio evitando prejuízo aos contratantes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Alvaro Villaça. *Curso de Direito Civil. Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil*. 12ª. ed. São Paulo, Atlas, 2011.
PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de Direito Civil: Contratos. Civil*, [S. l.], ano 2020, v. III, n. 24, 23 mar. 2020.

INTRODUÇÃO

É sabido que o entendimento do Poder Judiciário acompanha a evolução e os costumes da sociedade, o que não é apenas benéfico, como necessário. Dessa forma, o que antes era tido como padrão e aceitável, acaba por se tornar obsoleto, e por vezes preconceituoso. Dito isto, o reconhecimento do uso exclusivo do imóvel em comum por um dos cônjuges em processo de divórcio, mesmo antes da partilha, passa a gerar o dever do pagamento de aluguéis ao outro cônjuge. Este entendimento foi consagrado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e adotado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), em julgado que adiante será analisado, obrigação esta considerada inovação a jurisprudência Catarinense. Sendo assim, é necessário atentar-se ao fundamento da mudança de concepção, bem como àquilo que se busca garantir ou equalizar, que seria a proteção ao direito de propriedade.

OBJETIVO

Analisar um julgado do TJSC, no intuito de compreender o entendimento do Judiciário quanto ao pagamento de aluguéis ao ex-cônjuge em se tratando de uso exclusivo do imóvel pelo outro consorte, de forma a esclarecer os principais pontos que merecem atenção.

MATERIAIS E MÉTODOS

O relatório que ora se apresenta teve como base o método indutivo, usado igualmente nas fases da investigação e no tratamento de dados. Foram empregadas as técnicas do

referente, da categoria e da pesquisa bibliográfica e documental, bem como na rede mundial de computadores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para elucidar a temática, colaciona-se recente julgado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), que assim se manifestou acerca da questão (SANTA CATARINA, 2021): “AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE DIVÓRCIO. PRETENDIDA A REFORMA DA DECISÃO AO FUNDAMENTO DE SE REVELAR POSSÍVEL A FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO PELO USO EXCLUSIVO DO BEM COMUM ANTES DE REALIZADA A PARTILHA. SUBSISTÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE ENRIQUECIMENTO DE UM CÔNJUGE EM DETRIMENTO DO OUTRO. FIXAÇÃO DEVIDA. DECISÃO AGRAVADA REFORMADA”. Para justificar a reforma da decisão de 1º Grau os desembargadores citaram o Recurso Especial 1375271/SP, cuja relatora foi a Ministra Nancy Andrighi, da Terceira Turma, julgado em 21/09/2017 que assim determina (SANTA CATARINA, 2021): “[...] Com a separação ou divórcio do casal, cessa o estado de comunhão de bens, de modo que, mesmo nas hipóteses em que ainda não concretizada a partilha do patrimônio, é permitido a um dos ex-cônjuges exigir do outro, a título de indenização, a parcela correspondente à metade da renda de um aluguel presumido, se houver a posse, uso e fruição exclusiva do imóvel por um deles”. Assim sendo, tornou-se direito do ex-cônjuge privado da posse do imóvel, mesmo que se ausente do lar conjugal sem justo motivo, exigir o pagamento de metade do valor de um aluguel ao outro

cônjuge, que desfruta do uso e gozo do bem de forma exclusiva. Nesse sentido, importa mencionar que tal verba é dotada de caráter indenizatório, conforme pontuado por Dias (2016, p. 575): “Quando se trata de bem imóvel, que resta na posse de um dos cônjuges ou companheiros, a tendência é determinar o pagamento da metade do valor que o mesmo renderia caso estivesse alugado. Ainda assim, não se trata de aluguel, mas de encargo de caráter indenizatório”. O marco inicial para o cálculo do aluguel devido pelo uso do bem comum de forma exclusiva O marco temporal para o cômputo do período a ser indenizado, todavia, não é a data em que houve a ocupação exclusiva pela ex-cônjuge, tampouco é a data do divórcio, mas, sim, é a data da citação para a ação judicial de arbitramento de aluguéis, ocasião em que se configura a extinção do comodato gratuito que antes vigorava. (SANTA CATARINA, 2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que o precedente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina adotou a regra prevista na lei com relação aos direitos inerentes ao condomínio, sendo assim, o cônjuge/companheiro que fizer uso exclusivo do bem comum, mesmo que ainda não partilhado, deverá ao outro ex-cônjuge/companheiro a devida indenização. Tal direito existe e é aplicável tendo em vista o direito real de proprietário do condômino, que possui o direito de receber os frutos advindos do exercício da disposição de seu bem, eis que privado está de seu exercício, em decorrência dos trâmites e consequências da separação, dissolução e/ou divórcio.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direitos das Famílias** - e-book - 4ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016
SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, **Agravo de Instrumento n. 5034132-57.2020.8.24.0000**, Relator: José Agenor de Aragão, Santa Catarina. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=321616245107992561575592600313&categoria=acordao_eproc. Acesso em: 20 out. 2021.

RESUMOS - PÔSTERES

EDUCAÇÃO

FÍSICA



INTRODUÇÃO

Este projeto faz parte do processo de Curricularização do Curso de Educação Física, realizado pelos acadêmicos da 2ª fase, nas escolas estaduais Ivo Silveira e Padre Lux. A temática desenvolvida consistiu apresentar a Capoeira como uma prática regular de exercícios físicos, para os adolescentes. De acordo com Amaral (2015, p. 54), a capoeira é compreendida como “uma expressão estética e de luta que remonta à ancestralidade”. Atualmente, a capoeira tem sido alvo de vários estudos, visto as suas singularidades. Conforme Veronesi (2009, p.04), a Capoeira de Angola proporciona “melhores recursos para liberdade criativa de movimentos, buscam um jogo com maior diálogo corporal, menor competição e maior ludicidade”. Nesse contexto, compreendemos que a Capoeira proporciona vários benefícios para a saúde dos adolescentes, entre eles, o desenvolvimento integral e o melhoramento nos domínios motor, físico, afetivo, cognitivo e social (FRANÇA, 2012).

OBJETIVO

Apresentar a capoeira como uma prática regular de exercício físico na adolescência e como uma estratégia de socialização e interação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. G. T. Capoeira, herdeira da diáspora negra do Atlântico: de arte criminalizada a instrumento de educação e cidadania. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 6, p. 54-73, dez. 2015.

FRANÇA, H. A. Os benefícios da capoeira para os alunos do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) do Baixo do Tamanduá. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física). Universidade Aberta do Brasil. 2012.

TEIXEIRA, B. V.; MOTA, C. G. A prática da capoeira por pessoas com síndrome de Down: uma revisão da literatura. **Acta Fisiatr**, v. 25, n. 1, p. 40-45, 2018.

VERONESI, F.; MORÉ, C. L. O. O. A Capoeira como instrumento e recurso terapêutico para pessoas com sofrimento psíquico. **EXTENSIO: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 6, n. 8, dez. 2009.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada e qualitativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais:

- (1) Contextualização – diálogo com especialistas e estudo sobre o tema do projeto e as escolas envolvidas;
- (2) Aplicação – organização e realização da prática cultural da Capoeira, com a participação dos envolvidos;
- (3) Finalização – troca de aprendizagem por meio do diálogo sobre os conceitos e a consciência da cultura da capoeira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Consideramos que a prática realizada proporcionou a valorização da Capoeira como uma atividade física, como também uma conscientização do entendimento da capoeira como uma “manifestação cultural multifacetada” (TEIXEIRA; MOTA, 2018, p. 41). Compreendemos que a Capoeira pode ser aplicada nas escolas para fortalecer a socialização e interação dos adolescentes, além de servir como uma atividade física.

Figura 1 – Prática de Capoeira



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos que a troca de conhecimento realizada entre os alunos das escolas e os acadêmicos da UNIFEBE contribuiu para ampliar o nível de conhecimento sobre a importância da prática de uma atividade física regular, além de apresentar a capoeira como um esporte brasileiro, com sua história arraigada de muito ritmo, danças, lutas e intervenções políticas e populares.

Joana V. Deschamps, Larissa H. dos Santos, Luis Henrique dos Santos, Priscila Kieling, Veronica O. Ledesma, Camila da Cunha Nunes, Fernanda Chiratti, Josely Cristiane Rosa, André Luiz de Oliveira Braz
camila.nunes@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Conforme a Associação Brasileira do Sono, cerca de 36,5% dos brasileiros têm dificuldades para dormir. A privação do sono é a erradicação ou supressão parcial do sono, e este estado pode ocasionar inúmeras mutações, como por exemplo, mudanças endócrinas, físicas, cognitivas, entre outras que juntas, comprometem a qualidade de vida do sujeito (CHENNAOUI *et al.*, 2015). Embora intervenções farmacológicas sejam um tratamento comum para distúrbios do sono, aponta-se que a iniciativa de buscar ter uma rotina de exercícios físicos pode auxiliar na regulação do metabolismo e o funcionamento do organismo como um todo, o que reduz os efeitos dos distúrbios do sono.

OBJETIVO

Identificar os efeitos do exercício físico como recurso não farmacológico/terapia no tratamento auxiliar dos distúrbios do sono, para a melhora da saúde e qualidade de vida.

MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica a partir da busca de material teórico já publicado no Google acadêmico. A análise

dos dados foi realizada por meio da relação e confronto entre o material consultado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prática de exercício físico realizada regularmente promove benefícios cardiovasculares, respiratórios, endócrinos, musculares e humoral, além disso, pode melhorar a qualidade do sono. Embora a relação entre exercício físico e sono possa estar sujeito a múltiplos fatores moderadores, como sexo, idade, nível de condicionamento físico, qualidade do sono e as características do exercício (intensidade, duração, hora do dia, ambiente), os efeitos benéficos do exercício regular sobre o sono podem ser explicados por diversas vias como a interação do ritmo circadiano, efeitos metabólicos, imunológicos, termorreguladores, vasculares, do humor e endócrinos (CHENNAOUI *et al.*, 2015). Apesar de que, a prescrição de exercícios com esta finalidade ainda é reduzida, possivelmente como um reflexo da falta de conhecimento por parte dos profissionais da área da saúde sobre os benefícios dos exercícios nessa área (MOREIRA *et al.*, 2013). Lins Filho *et al.* (2019) verificou que os efeitos do Mat Pilates, trabalhando o controle da respiração por um período mínimo de 4 semanas, foram suficientes para melhorar a qualidade de sono e reduz a sonolência diurna de adultos e idosos., trazendo mais

qualidade de vida. De modo semelhante, em estudo realizado com 66 idosos, com a combinação de Pilates com Thai Chi Chuan, após a realização de 26 sessões, percebeu-se alguns benefícios a saúde, como a melhora da flexibilidade, atenção mental e respiração profunda e controlada na qualidade do sono de idosos, consequentemente resultando em uma boa qualidade de vida durante o processo de envelhecimento (CORAZZA *et al.* 2021). Evidências dos efeitos do exercício físico sobre o sono a partir dos mecanismos termo regulatórios, enfatizam que ao aumentar a temperatura corporal, cria-se uma condição capaz de facilitar o “disparo” do início do sono, devido ativar os processos de dissipação de calor controlados pelo hipotálamo, assim como os mecanismos indutores do sono dessa mesma região (DAVIS; FRANK; HELLER, 1999 *apud* LIMA; CARDOSO, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de exercícios físicos auxilia na qualidade do sono das pessoas e na prevenção de distúrbios patológicos. Como consequência, possibilita menor tempo para adormecer, maior duração e tempo de sono em estado profundo e melhora na latência do sono. Recomenda-se a realização de exercícios físicos regularmente para uma melhor qualidade de vida, impactando nas condições de saúde.

REFERÊNCIAS

- CHENNAOUI, M.; ARNAL, P. J.; SAUVET, F.; LÉGER, D. Sleep and exercise: a reciprocal issue?. **Sleep Med Rev.**, v. 20, p. 59-72, 2015.
- CORAZZA, S. T. *et al.* Combinação do Mat Pilates e Tai Chi Chuan na melhoria da qualidade do sono em idosos. **Educación Física y Ciencia**, v. 23, n. 3, p. e192, 2021.
- LIMA, A. P.; CARDOSO, F. B. A importância do exercício físico voltado para indivíduos que apresentam distúrbios do sono. **RBPPEX - Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 6, n. 35, p. 478-465, 2012.
- LINS-FILHO, O. L. *et al.* Efeitos do Pilates na qualidade do sono em adultos e idosos: uma revisão sistemática. **Rev. Bras. Ativ. Fís. Saúde**, v. 24, p. 1-8, 2019.
- MOREIRA, L. P. *et al.* Comparação da qualidade do sono entre homens e mulheres ativos fisicamente. **Revista eletrônica Saúde e Ciência**, v. 3, n. 2, p. 38-49, 2013.

INTRODUÇÃO

Atualmente, observa-se como a prática constante de exercícios físicos se tornou de importante para o sistema imunológico do ser humano. Devido ao momento pandêmico vivenciado, cada vez mais ouve-se sobre imunidade, graças aos diversos benefícios que eles propõem, o sistema imune tem a capacidade de evitar doenças infecciosas, além de promover uma melhora das funções do organismo. Diante disso, este estudo tem a intenção de alertar indivíduos inativos sobre as melhoras no sistema imune proporcionadas pelos exercícios físicos.

OBJETIVO

Enfatizar a importância da prática de exercício físico de forma habitual para o sistema imunológico, além de ressaltar os impactos no sistema imune conforme a intensidade gerada no exercício.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado foi uma pesquisa bibliográfica, buscando nos bancos de dados *Scielo*, *Pubmed*, e *Google Acadêmico*. Consultou-se artigos científicos com as palavras chaves

“exercícios físicos” e “sistema imunológico”, para aprofundamento dos conhecimentos sobre a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

“O sistema imunológico é uma entidade adaptável de defesa do corpo humano, podendo gerar uma diversidade de células e moléculas capazes de reagir e eliminar micro-organismos invasores como bactérias, vírus e outros micróbios” (KRINSKI, *et.al*, 2010, p. 2). A prática de exercícios físicos constantes são significáveis moduladores da resposta e função imune do indivíduo, pois mantém uma ligação com os diversos componentes envolvidos na resposta imunológica, provocando assim uma reorganização do sistema imunológico diante a prática do exercício (LEANDRO *et al.*, 2012). Diversos estudos existentes sobre este tema apontam que indivíduos ativos praticantes de atividades físicas, com ênfase em intensidades moderadas, exibem uma menor incidência de quadros infecciosos, possivelmente por conta da melhora das funções dos macrófagos, imunoglobulinas, neutrófilos e células NK, presentes no sistema imune. Todavia, indivíduos que praticam exercícios físicos de maneira intensa, apresentam um certo risco elevado de desenvolver inflamações, principalmente nas vias aéreas superiores (KRINSKI *et al.*, 2010; TERRA *et al.*, 2012). Essa alta intensidade do exercício pode resultar em uma

diminuição dos neutrófilos e macrófagos, responsáveis pela defesa e eliminação de partículas estranhas no organismo (TERRA *et al.*, 2012). Ainda há uma grande discussão referente a esse tema, sendo necessário mais pesquisas para evidenciar esta situação. Mas de uma forma geral todos os benefícios citados, proporcionam uma melhora biomecânica, que consequentemente resultam em uma maior qualidade de vida para os sujeitos regularmente ativos, a fim de manter os mesmos protegidos contra qualquer ameaça ao organismo, propiciando uma resposta mais eficaz de nosso sistema imune.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização regular de exercícios físicos pode ser benéfica para o sistema imune e a saúde, no entanto, critérios como volume e intensidade devem ser analisados. Exposto, o exercício feito de maneira moderada proporciona defesa contra infecções causadas por microrganismos intracelulares, por outro lado, exercícios de maneira vigorosa podem gerar aumento do acúmulo de citocinas anti-inflamatórias, resultando no aumento da sensibilidade a infecções.

REFERÊNCIAS

- TERRA, R. *et al.* Efeito do exercício no sistema imune: resposta, adaptação e sinalização celular. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 208-214, 2012.
- KRINSKI, K. *et al.* Efeitos do exercício físico no sistema imunológico. **Revista Brasileira de Medicina**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 7, p. 1-6, 2010.
- LEANDRO, C. *et al.* Exercício físico e sistema imunológico: mecanismos e integrações. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 2, n. 5, p. 80-90, 2012.

INTRODUÇÃO

A obesidade é um dos principais problemas de saúde pública no mundo, e segundo o Ministério da Saúde, metade da população brasileira está acima do peso e 17,5% convive com a obesidade, acarretando preocupações de ordem social, psicológica e metabólica. Está atrelada ao desenvolvimento de comorbidades que podem ocasionar inclusive a morte. Indivíduos com índice de massa corporal (IMC) acima de 30 kg/m² são considerados obesos (ROCCA, 2008). Neste grau aumenta o risco de doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão arterial, dificuldades respiratórias, distúrbio do aparelho locomotor. O exercício físico e as dietas hipocalóricas promovem a diminuição da gordura corporal, o aumento da massa magra e a atenuação das comorbidades geradas pelo excesso de gordura, compondo o tratamento clínico da obesidade.

OBJETIVO

Verificar os tipos de exercícios físicos e treinamentos prescritos e os efeitos para a população obesa no combate à obesidade.

REFERÊNCIAS

- FACCHINI, M. *et al.* Changes of autonomic cardiac profile after a 3 week integrated body weight reduction program in severely obese patients. **J Endocrinol Invest**, v. 26, p. 138-142, 2003.
- FONSECA-JUNIOR, S. J. *et al.* Exercício físico e obesidade mórbida: uma revisão sistemática. **ABCD Arq Bras Cir Dig**, v. 26, p. 167-173, 2013.
- RANDALL, O. *et al.* A. Effect of Diet and Exercise on Pulse Pressure and Cardiac Function in Morbid Severe. **J Clin Hypertens**, v. 7, p. 455-463, 2005.
- ROCCA, S. V. S. *et al.* Efeito do exercício físico nos fatores de risco de doenças crônicas em mulheres obesas. **Rev. Bras. Cienc. Farm.**, v. 44, n. 2, p. 185-192, 2008.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo bibliográfico, onde buscou-se artigos científicos na base de dados *Scielo*, com as palavras-chaves “obesidade” e “atividade física”. A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando se trata de emagrecimento saudável, aliar bons hábitos alimentares à prática regular de exercícios costuma ser o melhor caminho. Os pacientes obesos têm dificuldades tanto para encontrar uma rotina de exercícios adequada quanto para manter a motivação na prática. Facchini *et al.* (2003), investigou o efeito de um curto programa multidisciplinar, contendo restrição nutricional, consulta psicológica e treinamento físico de alta intensidade e baixo volume. Em cinco vezes por semana era realizado um programa de exercício aeróbio no ciclo ergômetro, esteira, ciclo ergômetro de braço por 35 min por dia a 50% do VO₂máx durante a primeira semana e depois a 60% do VO₂máx nas duas semanas posteriores. Foi modificado favoravelmente o perfil autônomo cardíaco; houve, ainda, redução significativa do IMC. Em adição, Randall *et al.* (2005), que descreve dados de obesos inseridos em tratamento clínico envolvendo dietas e exercício físico,

mostrou resultados favoráveis à redução de fatores de risco de morbidades e mortalidade. O que representa que mesmo que o tratamento clínico através de exercícios não traga os efeitos desejados em relação ao emagrecimento, deve ser mantido como garantia de melhorar as condições de saúde. No caso de pessoas com obesidade mórbida, programas de exercícios físicos aeróbicos e resistidos mostraram-se ser importantes componentes no tratamento (FONSECA-JUNIOR *et al.*, 2013.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Melhorar a experiência desse público ao longo do processo de emagrecimento é um desafio para profissionais de Educação Física. Por isso, a introdução de práticas simples pode ajudar na criação do plano de exercício ideal. A ideia é que a atividade seja vista da forma mais natural possível, e não como um compromisso obrigatório e desagradável. Exercícios físicos aeróbicos, de alta intensidade e resistidos mostraram ser importantes componentes no tratamento da obesidade. A determinação do volume e intensidade de exercícios físicos são necessários para a aderência ao programa, assim como, proposta de exercícios individualizados.

INTRODUÇÃO

Este trabalho refere-se ao Projeto de Curricularização da Extensão – 2021.1 realizado pelo Curso de Educação Física na Comunidade Lar Bethânia, em parceria com Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Pedagogia. Trata-se de uma visita técnica, durante a qual os acadêmicos conheceram a instituição, em especial, espaços de lazer como: quadra de Voleibol de areia, campo de Futebol, local para exercícios de Ginástica Clássica e trilhas. O Projeto, pautado na sustentabilidade ambiental, buscou oportunizar aos discentes uma formação que permita o exercício da cidadania com a consciência clara de direitos e deveres, dos cuidados de si e do outro, do valor do meio ambiente (RODRIGUES, 2013).

OBJETIVO

Relatar a experiência dos acadêmicos de Educação Física durante visita ao Lar Bethânia para organizarem a revitalização dos locais de práticas corporais de lazer de seus moradores.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo apresentou uma abordagem qualitativa de pesquisa,

caracterizando a técnica de pesquisa-ação, visto que investigou o ambiente de pesquisa para posteriormente realizar ações que busquem transformá-lo. O Projeto de Curricularização seguiu etapas reunindo discentes e docentes da UNIFEFE e dirigentes e moradores do Lar Bethânia. Dentre suas etapas constam: pesquisa bibliográfica; palestras; visita técnica à instituição (diagnóstico) para posterior intervenção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentamos os relatos de alguns acadêmicos, descrevendo como a visita ao Lar Bethânia lhes impactou. **Beatriz**: “[...] para mim está sendo uma experiência ótima, aquele lugar me traz uma paz só de estar lá. E o fato de poder fazer algo para contribuir com as pessoas que lá vivem me deixa muito feliz”.

Victor salientou o contato com a natureza e a empatia que o local favorece. Em suas palavras: “[...] foi uma conexão boa com a natureza e animais. Gostei dos trabalhos que os filhos realizam e local onde permanecem. A trilha instigou em nosso grupo o companheirismo, a empatia e cuidado com o outro”.

A acadêmica **Fernanda** evidenciou o lado histórico e espiritual, dando luz ao significado das tarefas lá praticadas: “O museu conta a história do Padre Léo e como ele criou a comunidade,

instigando a busca espiritual. As tarefas dos filhos, tudo que é realizado, desde cuidar das plantas até cuidar dos animais tem um significado para a vida deles [...]”. Outros acadêmicos da turma: **Gabriel, João, Larissa e Raul** também apresentaram percepções positivas a respeito da visita realizada. Verifica-se assim, a importância das atividades acadêmicas que buscam entrelaçar teoria e prática e uma aproximação entre a universidade e a comunidade na qual se encontra. Conforme (BRASIL, 2021, n.p.) a extensão na Educação Superior “promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados apresentados considera-se alcançado satisfatoriamente o objetivo proposto. Esses demonstraram que os acadêmicos envolvidos, consideraram profícua a atividade de extensão realizada. Além disso, em seus relatos, exsurge uma sensibilidade aguçada, em decorrência da experiência vivenciada. Essa sensibilização é fundamental para a práxis do profissional de Educação Física.

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Á. M. R. **Caso de Ensino na formação de professores**: quando a narrativa de uma adolescente provoca uma reflexão / formação. Revista de Educação Pública, Cuiabá, c. 26, n. 61 p. 13 a 30 de 2013.
BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. **Resolução no. 7 de 18/12/2018**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808 - Acesso em: 03 out. 2021. Não paginado.

INTRODUÇÃO

Em 2020, os padrões de comportamento das pessoas mudaram. Entre eles, o COVID-19 intensificou o desenvolvimento de ansiedade e depressão, afetando esta parte da população incluída no quadro de transtornos psicológicos e que apresentavam sintomas. Nesses casos, o exercício físico é considerado como um tratamento não farmacológico, acarretando benefícios no que diz respeito ao perfil multidimensional do ser humano, ou seja, aspectos psicológicos, sociais, culturais e biológicos (RAMBO, 2021).

OBJETIVO

Discutir a importância da prática regular de exercícios físicos como medida de prevenção e tratamento dos problemas relacionados à saúde mental e suas manifestações mais comuns na sociedade atual: a ansiedade e a depressão.

MATERIAIS E MÉTODOS

Desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica por meio da análise de material teórico já publicado. Foram feitas buscas nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, para que

REFERÊNCIAS

- NAHAS, M. V. **Atividade Física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Londrina: Midiograf, 2001.
- RAMBO, E. F. **Volume semanal de exercício físico como um indicador de prevenção da depressão**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – UNIJUI, Santa Rosa, 2021.
- ROCHA, L. H. M. *et al.* Os benefícios da prática de exercício físico no tratamento da depressão. *In*: MIRANDA, M. J. C.; MONTEIRO, E. R. M. **Exercício físico como ferramenta adjuvante para promoção da saúde**. Rio de Janeiro: Epitaya, 2021. p. 44-51.

podéssemos identificar os benefícios que o exercício físico proporciona para a saúde física, e, principalmente mental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O exercício físico pode ter um impacto positivo na saúde mental. Estudos têm demonstrado que a prática de exercícios físicos regulares, além dos benefícios físicos, oportunizam também benefícios psicológicos, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Benefícios proporcionados pelo exercício físico.

TIPO DE BENEFÍCIO	BENEFÍCIOS
Benefícios fisiológicos	Qualidade de sono, controle da glicose, melhoria da capacidade física relacionada à saúde e prevenção de doenças.
Benefícios psicológicos	Redução dos níveis de ansiedade, depressão e estresse, melhora do estado de espírito e dos aspectos cognitivos.

Fonte: Nahas (2001).

A realização de exercícios físicos apresenta benefícios às pessoas com sintomas de ansiedade e depressão, pois durante a prática acontece um processo de liberação de hormônios responsáveis pelas sensações de motivação, alegria, euforia e ao bem-estar geral, como a dopamina e endorfina, que proporcionam um efeito tranquilizante e analgésico no praticante regular (RAMBO, 2021; ROCHA *et al.*, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A depressão é um transtorno de humor deprimido que acompanha a humanidade ao longo de sua história. A ansiedade, por sua vez, desencadeia inúmeros desequilíbrios na estrutura metabólica do indivíduo, incluindo a própria depressão e, nesse contexto, o exercício físico tem se apresentado como uma ferramenta fundamental para o ser humano prevenir, combater e reverter doenças degenerativas por meio do exercício regular de atividades que proporcionam benefícios fisiológicos e psicológicos. Destaca-se o papel do profissional de Educação Física na redução dos sintomas de depressão e ansiedade, pois ele deve ser responsável por prescrever treinamentos e exercícios adequados, seguros e, principalmente, eficientes para o praticante considerando a patologia apresentada.

RESUMOS – PÔSTERES

ENGENHARIA

CIVIL



INTRODUÇÃO

Os problemas referentes à drenagem urbana estão entre os que são facilmente evidenciados pela população em eventos de chuvas intensas. Este tema é bastante presente no nosso dia a dia, visto que atinge diretamente a população, já que algumas cidades de Santa Catarina, possuem a época da estação chuvosa, onde há ocorrência de grandes precipitações em curtos períodos de tempo.

Os sistemas de drenagem vêm justamente para satisfazer esses problemas, são utilizadas técnicas de engenharia para criar um escoamento superficial de toda água da chuva que tiveram seu percurso natural interferido pela ocupação territorial. Para tal, utiliza-se como aliado a declividade do terreno natural, equipamentos e instalações que possam conduzir, captar e transportar essa água, o mais rápido possível, até o destino final adequado de forma a mitigar impactos ambientais, e paralelamente a população (DNIT, 2005).

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho foi estudar a eficiência e importância da declividade de ruas, tendo como base o Plano Municipal de Saneamento Básico de Brusque – SC.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, M. H. C. **Águas de chuva**: Engenharia das águas pluviais nas cidades. 3ª Ed. São Paulo: Blucher, 2011.
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT. **Manual de hidrologia básica para estruturas de drenagem**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2005.
Gil, A. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: 2010.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa, método descritivo, tipo de estudo de caso. As pesquisas qualitativas permitem uma abordagem mais profunda sobre determinado assunto, o entendimento de particularidades, além da descrição de características importantes sobre o mesmo. “As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis” (GIL, 2010, p. 27).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o aumento da densidade de ocupação do solo por construções de moradias, e obras de infraestruturas viárias, criam-se maiores áreas impermeáveis e maiores vazões pluviais, dificultando o escoamento natural da água da chuva através solo. Isso significa que a parcela da água das chuvas que anteriormente infiltravam no solo, após a queda, agora corre pela superfície sem poder se infiltrar, devido à impermeabilização consequente da urbanização (BOTELHO, 2011). Mediante essas atividades impactantes, se não forem tomadas providências poderão acontecer erosões nos terrenos, alta velocidade da água da chuva nas ruas que podem danificar o pavimento, geração de pontos baixos onde se acumularão água ocasionando empoçamentos e alagamentos nas vias de mobilidade urbana, resultando em contratempos no trânsito e

impossibilidade de locomoção tanto de veículos como de pedestres. Diante disto surge a necessidade de desenvolver métodos que auxiliem o escoamento superficial das águas da chuva de forma controlada, a fim de evitar transtornos aos habitantes, de modo que o pavimento fique disponível para utilização mesmo em dias chuvosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto no trabalho, fica claro que a declividade das ruas são componentes fundamentais. De uma maneira geral, percebe-se grandes dificuldades na execução desse projeto, pensar na melhor forma de executar a manutenção, escolher os melhores materiais utilizados, realizar um traçado favorecendo ao máximo o sentido de escoamento e sem dizer na união do partido arquitetônico com todos esses itens citados. Um novo dimensionamento para a rede de drenagem foi necessário, de forma que satisfaça toda a vazão precipitada na bacia de contribuição sem que cause problemas aos usuários. Para curto e longo prazo, recomenda-se a adoção de medidas não estruturais de controle na fonte. Sugere-se também a elaboração de normas que conduzam à aplicação de práticas integradas de desenvolvimento de incentivos para abatimento do efeito da urbanização na drenagem urbana, podendo ser realizado através de descontos na cobrança de taxas municipais, ou por meio da valorização do empreendimento via certificação e premiação.

INTRODUÇÃO

Com o avanço da população, o município de Gaspar se viu com a obrigação de adotar novos padrões de qualidade de vida para a população, exigindo novas infraestruturas para loteamentos.

OBJETIVO

Analisar a evolução das exigências de infraestrutura para loteamentos no município de Gaspar/SC, comparando os Planos Diretores de 1988 com o atual de 2006.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é de natureza qualitativa. Analisou-se as referências bibliográficas do Art. 50 do Capítulo V (Da Aprovação do Projeto de Loteamento e Desmembramento) do Plano Diretor de 1988 com o Art. 57 do Capítulo V (Da Aprovação do Projeto de Loteamento e Desmembramento) do Plano Diretor de 2006, coletando os dados necessários, organizando as informações pertinentes e comparando os dados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Plano Diretor de 1988 eram exigidas as seguintes benfeitorias pelo interessado a realizar um loteamento:

- I. Sistema de escoamento de águas pluviais canalizadas;
- II. Rede de distribuição de água;
- III. Rede de iluminação pública e particular;
- IV. Demarcação dos lotes, quadras e logradouros, com piquetes de pedra ou cimento;
- V. Execução das vias de circulação, incluindo colocação de meio-fio.

Atualmente no Plano Diretor de 2006 são exigidas as seguintes benfeitorias pelo interessado a realizar um loteamento:

- I. Sistema de escoamento das águas pluviais canalizadas;
- II. Rede de distribuição de água;
- III. Rede de iluminação pública e particular;
- IV. Demarcação dos lotes, quadras e logradouros com piquetes de pedra ou cimento;
- V. Execução das vias de circulação, incluindo pavimentação em Lajota, Paver, ou Asfalto, com colocação de meio-fio;
- VI. Rede coletora de esgoto.

Observa-se com a pesquisa que da revisão do Plano Diretor de 1988 para o Plano Diretor de 2006 passaram a ser exigidas mais benfeitorias para a execução do loteamento. As novas benfeitorias exigidas são:

- V. Execução das vias de circulação, incluindo pavimentação em Lajota, Paver, ou Asfalto;
- VI. Rede coletora de esgoto.

Tabela 1 - Exigências de benfeitorias solicitadas pelo município de Gaspar/SC.

Exigências de benfeitorias solicitadas	Plano Diretor 1988	Plano Diretor 2006
Sistema de escoamento de águas pluviais canalizadas	X	X
Rede de distribuição de água	X	X
Rede de iluminação pública e particular	X	X
Demarcação dos lotes, quadras e logradouros, com piquetes de pedra ou cimento	X	X
Execução de meio-fio	X	X
Execução de pavimentação em Lajota, Paver, ou Asfalto		X
Rede coletora de esgoto		X

Fonte: Elaboração dos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas mudanças são de grande importância para a comunidade, gerando melhor qualidade de vida para os moradores, a garantia de execução da pavimentação das vias e da rede coletora de esgoto e reduzindo os custos ao cofres públicos para a realização dessas infraestruturas no futuro.

REFERÊNCIAS

GASPAR. Lei nº 1153/88. **Dispõe Sobre o Parcelamento do Solo Urbano do Município de Gaspar e dá Outras Providências**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/g/gaspar/lei-ordinaria/1988/116/1153/lei-ordinaria-n-1153-1988-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-urbano-no-municipio-de-gaspar-e-da-outras-providencias?q=1153>. Acesso em: 27 out. 2021.

GASPAR. Lei nº 70, de 22 de setembro de 2016. **Institui a Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Município de Gaspar e dá Outras Providências**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/parcelamento-do-solo-gaspar-sc>. Acesso em: 27 out. 2021.

INTRODUÇÃO

Atualmente encontra-se uma forte tendência a incorporar efetivamente sistemas de geração que aproveitem energias chamadas alternativas ou renováveis, particularmente a solar. O investimento em energia solar torna-se cada vez mais vantajoso, visto seu potencial de retorno e a redução de custo evidenciado na última década (MASCARÓ, 2005).

OBJETIVO

Demonstrar a alternativa de geração de energia com utilização de energia solar, comparando custos e estimando o *payback* financeiro que o sistema pode fornecer.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa de levantamento realizada se trata de uma pesquisa de levantamento quantitativa exploratória. Foi realizada através da solicitação de orçamentos para a inclusão de placas fotovoltaicas em uma microempresa que tem custo médio mensal de R\$ 939,89 e área para implementação de placas de 69 m². Os orçamentos foram realizados por cinco fornecedores e comparados quanto ao seu custo e retorno.

REFERÊNCIAS

MASCARÓ, Juan Luis. Infra estrutura urbana. **Rede de energia elétrica e rede de gás combustível**, p. 132-153, 2005.
REAL TIME 1 (Manaus). Escândalo: Arthur fecha contrato de R\$1,3 bi no último dia de 2020. **Economia & Negócios**, Manaus, 5 jan. 2021.
Disponível em: <https://realtime1.com.br/dia-a-dia/escandalo-arthur-fecha-contrato-de-r13-bi-no-ultimo-dia-de-2020/>. Acesso em: 29 out. 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em média o investimento tornou-se viável, pois, analisando o *payback* financeiro (retorno) realizado através de cinco fornecedores diferentes, o valor investido em energia solar fotovoltaica retorna à partir do quinto ano.

A decisão de investir em energia fotovoltaica ficaria à critério exclusivamente do poder de investimento da microempresa, já que o retorno se provou assegurado.

Figura 1 – Módulos fotovoltaicos.



Fonte: Real Time 1 (2021)

Tabela 1 – Comparativo do *payback* (retorno) financeiro entre fornecedores para uma microempresa.

Item		Investimento	Economia Anual	Payback
Fornecedor	1	R\$ 47.569,30	R\$ 10.471,00	5 anos
	2	R\$ 39.012,74	R\$ 7.560,00	5 anos
	3	R\$ 46.674,38	R\$ 11.544,84	4 anos
	4	R\$ 38.610,00	R\$ 8.327,00	5 anos
	5	R\$ 77.657,22	R\$ 11.517,86	6 anos
Média		R\$ 49.904,73	R\$ 9.884,14	5 anos

Fonte: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o aumento da tarifa de energia convencional, cada vez mais são requisitados novos meios de geração de energia. Assim, a energia fotovoltaica apresenta-se como uma das mais vantajosas fontes, além de contribuir de forma sustentável.

Os resultados obtidos comprovam sua eficácia partindo do princípio que o interessado tenha um poder de investimento inicial.

INTRODUÇÃO

Utilizada em estruturas, pisos, paredes e telhados, a madeira tem um vasto leque de aplicações na construção civil. Isso sem contar suas aplicações decorativas, que ampliam ainda mais seus usos funcionais e estéticos.

O setor da construção civil, principal consumidor da madeira tropical do país, deve ser o primeiro a se conscientizar de que não apenas a qualidade e os custos da madeira são importantes, mas também a sua origem.(MELLO, 2016).

Gaede(2008) afirma que o crescimento populacional e o acelerado processo de urbanização dos municípios têm contribuído para a geração de Resíduos da Construção Civil (RCC) e, conseqüentemente, para a geração de Resíduos Sólidos Urbanos.

OBJETIVO

Apresentar uma forma de reutilizar os resíduos de madeira da construção civil.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo de caso foi realizado in loco na empresa Cavacos 3M em sociedade com a Cidade Limpa, situada no Bairro Bateas, nesta cidade de Brusque-SC. Pelo fato da construção civil ser um dos maiores clientes do ramo de madeireiras. Um consumidor consciente precisa ter idéia do o processo para saber se, com sua compra, está ajudando a manter a Floresta Amazônica de pé ou contribuindo para a continuidade do desmatamento (ZENID, 2009)

REFERÊNCIAS

GAEDE, L. P. F. **Gestão dos resíduos da construção civil no município de Vitória- ES e normas existentes**. Monografia Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MELLO, Fábila Santos. **APROVEITAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE MADEIRA DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ALTERNATIVA**. 3. ed. Curitiba - Pr. 2016.

ZENID, Geraldo José. **Madeira: uso sustentável na construção civil**. 2. ed. São Paulo : IPT, 2009. 99p.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cavaco de madeira é gerado por meio da trituração em picadores de facas e/ou martelos, resíduos de serrarias (costaneiras) e ponteiros de árvores de eucalipto, pinus e acácia-negra.

Na região do vale do itajai, o cavaco é utilizado basicamente, como combustível para aquecer caldeiras de tinturarias, diferente das fabricas comuns, esta faz o uso de madeira reaproveitavel para a produção do mesmo, dentre os tipos, estão, paletes descartados por outras fabricas, caixarias e escoras utilizadas na contrução civil, dentre outras (Figura: 1), segundo uma funcionaria que esta na empresa desde sua fundação, a construção civil sempre foi sua maior fornecedora de material, hoje esta quantia chega a 90% de toda a materia-prima utilizada.

Figura 1: Paletes, madeira de caixaria, etc.

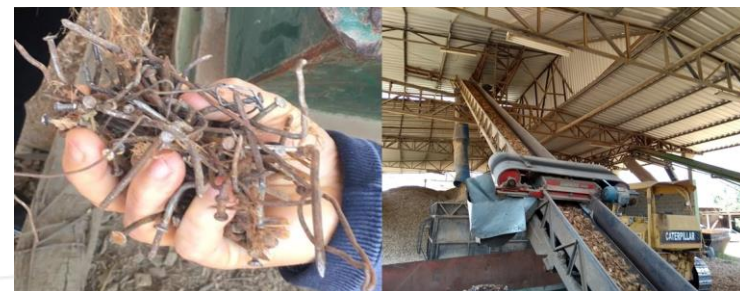


Autor: Autores 2021

Para vencer o competitivo mercado e se sobressair das empresas que fazem o uso de toras na produção do cavaco, a 3M utiliza um equipamento que garante à retirada de 99% dos

metais presos a madeira (Figura: 2), além de entregar um material ja seco, que assim não se faz necessaria a secagem da madeira ao chegar à tinturaria, infelizmente as caldeiras mais novas, não são criadas com a finalidade de utilizar cavacos reciclados, por este motivo mesmo com o valor dos mesmos sendo inferiores, as grandes empresas optam por cavacos de reflorestamento, pelo fato de que tais caldeiras ja são equipadas para a secagem do mesmo, como ja sitado a cima, o preconceito ao material tambem é um fator para a pequena procura.

Figura 2: Metais retirados na produção do cavaco



Autor: Autores 2021

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que, o cavaco de madeira reutilizavel tem sua vantagem no preço, não gera queima de combustiveis fosseis para a produção de sua materia prima e ainda da um destino para toda esta madeira descartada e que para muitos não tem mais uso.

INTRODUÇÃO

Os tubos de concreto são artefatos pré-moldados podendo ser de concreto armado ou concreto simples, tendo como suas principais aplicações as redes de esgoto sanitário e as redes de águas pluviais.

OBJETIVO

Muitas vezes os tubos de concreto são mal dimensionados ou até mesmo não dimensionados são perante as cargas de solo atuantes. Quando acontece isso, o tubo pode correr grande risco de ruptura entrando em colapso, algo que pode acarretar em vários problemas onerosos na obra ou até mesmo apresentar risco a comunidade local e ao meio ambiente.

Por isso o objetivo é apresentar métodos para definições das cargas atuantes sobre tubos de concreto.

MATERIAIS E MÉTODOS

Neste trabalho o tipo de pesquisa enquadra-se tanto em pesquisa qualitativa quanto em pesquisa quantitativa,

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8890:2007**: Tubo de concreto de seção circular para águas pluviais e esgotos sanitários — Requisitos e métodos de ensaios. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2007. 30 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE TUBOS DE CONCRETO. **ABTC**: GUIA DO CONSUMIDOR 2021. São Paulo: ABTC, 2021. 68 p.

qualitativa engloba tudo que pode ser tratado em homogeneidade e a quantitativa busca as suas singularidades de significados.

Neste caso a população é representada pelo tubo de concreto, e a amostra pelas cargas aplicadas sobre o tubo de concreto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para definir a carga de solo atuante sobre o tubo de concreto é utilizada a fórmula de Marston e Spangler.

Existem dois tipos de instalações dos tubos de concreto (assentamento em vala e assentamento em aterro, conforme mostra a Figura 1), assim havendo variáveis diferentes a serem consideradas para cada caso nas fórmulas, sendo elas:

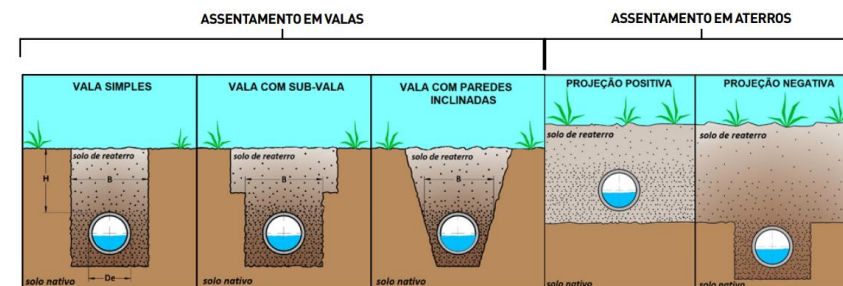
$$q = C_v \cdot \gamma \cdot b_v^2 \quad \text{para assentamento em valas e;}$$

$$q = C_a \cdot \gamma \cdot D_e^2 \quad \text{para assentamento em aterros.}$$

Onde:

- q = carga do solo;
- γ = peso específico do solo;
- b_v = largura da vala;
- D_e = diâmetro externo do tubo.

Figura 1 – Tipos de instalação para tubos de concreto.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cálculo das cargas exercidas pelo solo sobre um tubo de concreto é apenas um dos fatores que influenciam diretamente sobre a estrutura do tubo, vale lembrar que outras cargas devem ser consideradas, caso houver, por exemplo as cargas móveis e as cargas de possíveis pavimentações.

Com todas as cargas definidas que agirão sobre o tubo, basta consultar a NBR 8890:2007 da ABNT e verificar qual classe do tubo suportará as cargas atuantes.

INTRODUÇÃO

O enfoque do trabalho se deu em uma elevação litorânea existente na altura do município de Balneário Camboriú, mais precisamente no Morro do Boi, que é contado pela BR-101.

O complexo associado à localidade é o Gnaiss-migmatíticos e Granulitos, mais especificamente a Série Granítica Subalcalinas. Suas formações são compostas por rochas cristalinas, textualmente homogêneas, com granulação média a grossa, possuindo alta resistência ao intemperismo físico-químico. Apresentam alta capacidade de suporte e alta resistência ao corte e à penetração. A localidade apresenta rochas são muito fraturadas, relevo forte ondulado, sendo a região um potencial geoturístico associado às belezas cênicas da paisagem e engloba belas enseadas no litoral.

OBJETIVO

O estudo geológico teve como objetivo principal levantar as principais características litológicas e estruturais do Morro do Boi.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho possui caráter de pesquisa bibliográfica, com enfoque na geologia do morro do boi, mais especificamente na série granítica alcalina, presente nessa localidade.

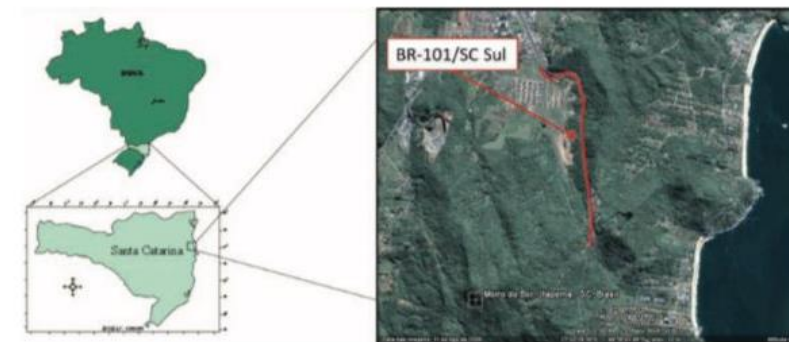
Desse modo, a amostra é a tal série alcalina, e a população é a geologia do Estado de Santa Catarina, em paralelo com o estudo da sua geodiversidade.

Os dados foram coletados junto aos mapas da região, bem como em artigos técnicos que abordam a geologia/litologia do local. [1]

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Morro do Boi está localizado no Complexo Camboriú e sua unidade é o Granito Ponta do Cabeço. O Complexo Camboriú é um desses fragmentos de proveniência incerta e longa história policíclica, bem exposta ao longo cortes de estradas e em afloramentos costeiros. O Granito Ponta do Cabeço apresenta foliação sub-magnética, no qual essa foliação deriva de balsas máficas devido o desenvolvimento local de zonas de sombra de tensão, nas quais há granito branco de granito grosso ou granito cinza granulado fino/granodiorito. Ou seja, experimentou um fluxo sin-magnético relacionado à deformação regional. [2]

Figura 01 – Mapa de Localização



Elaborado pelo Autor a partir de Google Maps (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma região de interesse econômico, encontram-se ali grandes obras de engenharia, entre elas a rodovia e túnel, o que aumentam o interesse pela localidade.

Por se tratar de uma região litorânea, o Morro do Boi possui um perfil de intemperismo resultante de processos físicos, químicos e biológicos ao longo do tempo. A fraturação da rocha induz a execução de contenções e tirantes nos seus taludes de corte, bem como o revestimento interno do túnel. [3] [4].

REFERÊNCIAS

- [1] SIGA JÚNIOR, O. et al. Maciços graníticos da porção sudeste do Paraná e nordeste de Santa Catarina: geocronologia e implicações tectônicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 38., 1994, Balneário Camboriú.
- [2] BASEI, M. Â. S., CAMPOS NETO, M. D. C., CASTRO, N. A. D., SANTOS, P. R. D., & SIGA JUNIOR, O. (2014). Carta geológica: folha Brusque, SG. 22-ZD-II.
- [3] Lopes, Angela Pacheco. *Geologia do Complexo Camboriú (SC)*. Diss. Universidade de São Paulo, 2008.
- [4] Basei, Miguel Angelo Stipp, et al. "Evolução policíclica dos migmatitos do Complexo Camboriú, Santa Catarina, Sul do Brasil: retrabalhamento episódico da crosta juvenil Mesoarqueana revelada pelo estudo integrado de isótopos de Hf e idades U-Pb em zircão." *Brazilian Journal of Geology* 43.3 (2013): 427-443.

INTRODUÇÃO

Segundo ANAPP (2018) no Brasil existem mais de 2,5 milhões de piscinas. Sabe-se que bairros com poderes aquisitivos diferentes possuem diferentes capacidades de construção de áreas voltadas para o lazer, como por exemplo piscinas.

Sendo assim analisamos duas áreas determinadas de bairros conhecidos na cidade de Brusque-SC, um deles encontra-se em uma área mais nobre da cidade de classe media alta o Jardim Maluche, outro em uma área de classe média baixa na Limeira Baixa.

OBJETIVO

O objetivo deste pesquisa é comparar a quantidade de piscinas por imóvel (densidade) nos bairros Jardim Maluche e Limeira Baixa na cidade de Brusque-SC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta pesquisa utilizou-se da ferramenta do GoogleMaps pra selecionar e delimitar as áreas pesquisadas.

Após a delimitação das área foi feito a contagem dos imóveis de cada área e quantidade de piscinas encontradas nos respectivos bairros.

Após o levantamento de dados os mesmo foram organizados e comparados, chegando nos resultados apresentados a seguir.

REFERÊNCIAS

ANAPP - Associação Nacional das Empresas e Profissionais de Piscinas. Piscinas dos sonhos. 2018. Disponível em: <http://www.anapp.org.br/> Acesso em: 27 out. 2021.

Imagem 1 – Bairro 1 Jardim Maluche



Fonte: Google Maps

Imagem 2 – Bairro 2 Limeira Baixa



Fonte: Google Maps

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando os dados obtidos pode-se observar que do total de 29 piscinas encontradas nas áreas pesquisadas, 68,97% delas encontram-se no Bairro Jardim Maluche e 31,03% no Bairro Limeira Baixa. O Bairro Jardim Maluche possui uma densidade de 38,46% de imóveis com piscina, já no Bairro Limeira Baixa esse percentual é de 15,52%, conforme podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 1 – Densidade de piscina x imóveis.

	TOTAL IMOVEIS	COM PISCINA	SEM PISCINA	% COM PISCINA
JARDIM MALUCHE	52	20	32	38,46%
LIMEIRA BAIXA	58	9	49	15,52%

Fonte: Elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados pesquisados demonstraram que áreas com maior poder aquisitivo possuem uma maior densidade de piscinas por imóvel, comprovando a teoria de que famílias com maior poder aquisitivo tem mais acesso a implantação de áreas de lazer em suas residências.

DESENHO ASSISTIDO POR COMPUTADOR (CAD) E SUA APLICAÇÃO EM PROJETOS DE ENGENHARIA

Arthur Teodoro Barni, Cenir de Pinho Junior, George Lucas Sens, João N. Macedo Junior, Wesley Brick, Anderson Buss
anderson.buss@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

O desenho assistido por computador (CAD), é uma ferramenta de muita utilidade na área da engenharia civil para a elaboração de projetos e desenhos técnicos. O AutoCAD foi lançado em 1982, é um dos softwares mais utilizados no mundo na área CAD e permite trabalhos com exatidão técnica e precisão absoluta (KATORI, 2017, p. 15). Com o advento das tecnologias o trabalho remoto é cada vez mais possível e com a pandemia da COVID-19 novas formas de trabalho foram criadas, e o uso do software AutoCAD permite a divisão de tarefas sem perder a qualidade do trabalho.

OBJETIVO

Realizar desenho de edificação de forma setorizada, utilizando software AutoCAD, experimentando suas vantagens no trabalho em equipe e divisão de tarefas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente foi realizada análise do levantamento existente da casa principal e da edificação anexa da Villa Renaux. Em seguida foi feita visita ao local para correlacionar o levantamento com os ambientes construídos e observar detalhes construtivos. Posteriormente foram elaborados desenhos a partir das informações coletadas no levantamento e na visita técnica. Dividiu-se grupos para diferentes cômodos da casa principal e anexa da Villa Renaux, em seguida foram desenhadas as plantas baixas usando o software AutoCAD.

REFERÊNCIAS

KATORI, Rosa. **AutoCAD 2018: projetos em 2D e recursos adicionais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2017. 391p.

Converteu-se as medidas da plantas baixas do levantamento usando o escalímetro na escala 1:50, medindo os cômodos e construindo o desenho no software. A casa principal foi subdividida em partes entre os integrantes, subsolo, primeiro andar e andar superior. Já a casa anexa, em piso térreo e superior. Em seguida os desenhos foram montados para compor as plantas finais.

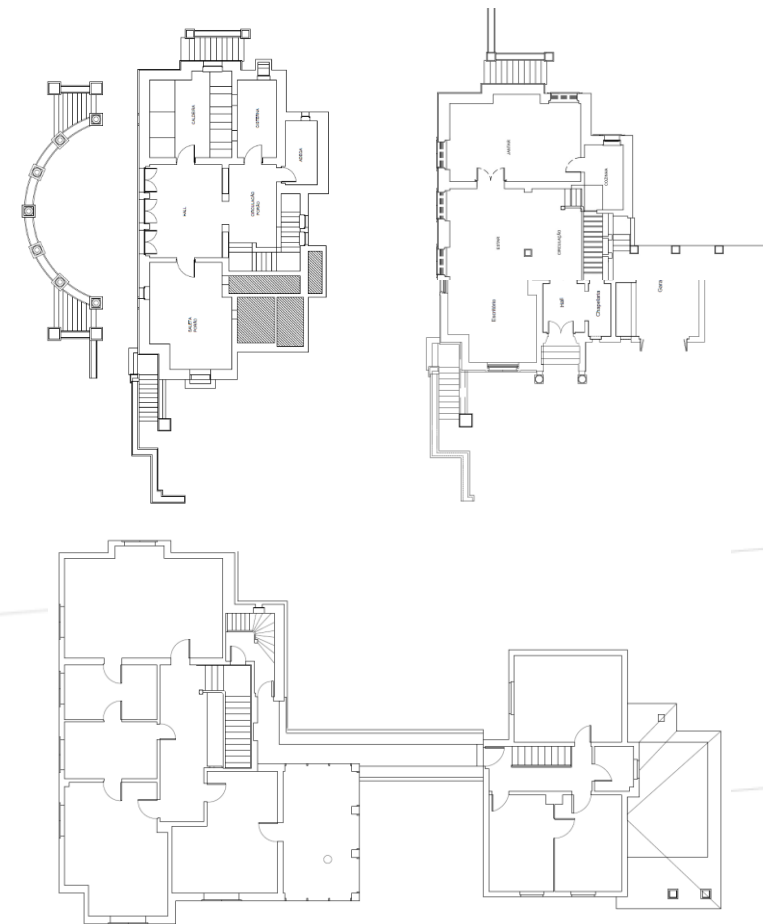
RESULTADOS E DISCUSSÕES

O software AutoCAD é um instrumento computacional altamente técnico e possui precisão absoluta para formulação de desenhos 2D e 3D, desta forma, abrange uma área extensa de atuação no mercado e principalmente na Engenharia civil. Levando em consideração a pandemia de COVID-19, pensando em uma forma alternativa de executar o trabalho, foi proposto a reprodução das plantas baixas da Villa Renaux de forma paralela como mostra a figura 1, mas que pudessem ser anexadas ao final do projeto. O software usado atendeu as expectativas e necessidades fazendo com que todos os cômodos fossem desenhados de maneira precisa e exata, podendo ser montados e perfeitamente encaixados ao final do trabalho, sustentando a ideia do objetivo proposto inicialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O AutoCAD, software usado na execução do projeto da Villa Renaux mostra que é possível o trabalho em equipe, porém de uma maneira setorizada, sendo efetivo na formação das plantas baixas para compor o trabalho.

Figura 01: Plantas da edificação da Villa Renaux



Fonte: Elaboração dos autores

INTRODUÇÃO

O software AutoCAD é um programa desenvolvido pela Autodesk, Inc. desde 1982 e vem sendo amplamente utilizado pelos profissionais e acadêmicos de engenharia para criar e manipular projetos e desenhos arquitetônicos de forma prática e eficiente. (SILVA, 2019, p. 125). A disciplina de Desenho Arquitetônico Por Computador nos propôs uma introdução a esse meio, através de conceitos básicos e orientações. Com o conhecimento obtido em sala de aula desenvolvemos uma planta baixa da Unifebe, em específico de parte do térreo do Bloco A.

OBJETIVO

O objetivo desse trabalho teve como intuito representar a planta baixa do térreo do Bloco A da Unifebe, com as técnicas que aprendemos em aula no software Autocad.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para realizar o desenho, utilizamos como base o projeto impresso que foi nos entregue em sala de aula. Para

conferência com o projeto realizamos algumas medidas com a trena, por questão de melhor visualização do tamanho real. Após análises de projeto iniciamos nossa planta através do software AutoCAD.

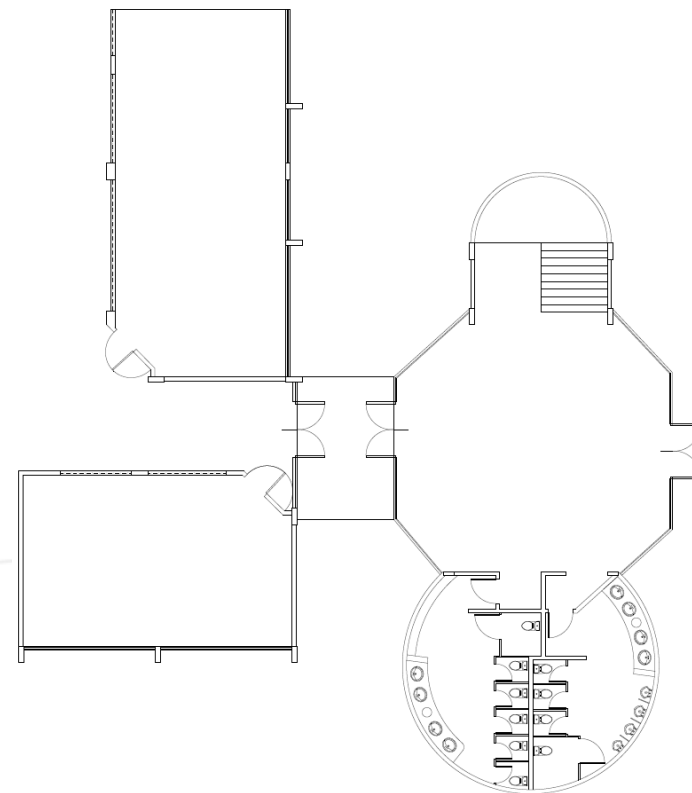
RESULTADOS E DISCUSSÕES

O curso de Engenharia Civil, através de atividades práticas como essa, nos aproxima de situações que iremos ter durante a profissão. Através do nosso projeto podemos observar a parte interna dos banheiros, o saguão, a escadaria e duas salas de aulas que se encontram no bloco A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no desenvolvimento do trabalho, podemos observar que por mais iniciante que estamos na área, já temos a capacidade de analisar e colocar em prática diversos conteúdos que envolvem a Engenharia, nos aprofundando cada vez mais.

Figura 01: Planta Baixa parcial Bloco A Unifebe



Fonte: Elaboração dos autores

REFERÊNCIAS

SILVA, Alisson Sousa da. **Utilização de Software AutoCAD como Instrumento Didático para a Formação Acadêmica no Ensino de Engenharia.** Revista Produção Industrial & Serviços, Maringá, v.06, n.01, p. 125-131, 2019.

INTRODUÇÃO

A pavimentação é importante para garantir a qualidade de vida das pessoas. Na engenharia existem diversos tipos de pavimentação com suas vantagens e desvantagens. Segundo Mascaró (2013), os pavimentos flexíveis tem como principal vantagem o baixo custo de execução e alta flexibilidade, porém não é resistente a cargas pontuais. O pavimento semiflexível também possui baixo custo de execução e destaca-se por sua permeabilidade, porém gera desconforto acústico e possui maior necessidade de manutenção. Já o pavimento rígido é o que mais resiste a cargas concentradas e possui maior durabilidade, porém tem maior custo de implantação e pode gerar desconforto na circulação devido as juntas de dilatação.

OBJETIVO

Analisar os percentuais de cada tipo de pavimentação existente em área do Bairro Planalto em Brusque – SC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de pesquisa bibliográfica buscou-se conhecer os tipos de pavimentos existentes na área da engenharia e suas vantagens e desvantagens. Em seguida delimitou-se uma área do Bairro Planalto para realizar a pesquisa da aplicação

dos tipos de pavimentos pesquisados. Na sequência usando a ferramenta GoogleEarth, foram medidas as extensões e identificados os tipos de pavimentos nas ruas da área delimitada. Por fim foi realizada a análise e a tabulação dos dados, chegando aos resultados apresentados a seguir.

Imagem 1: Delimitação da área de pesquisa do bairro Planalto.



Fonte: Elaboração dos autores sobre imagem do GoogleEarth.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analizando os resultados do levantamento dos dados, pode-se verificar que a pavimentação flexível é a mais comum na área analisada, estando presente em cerca de 80% das ruas analisadas. O sistema semiflexível apesar de ter uma

permeabilidade melhor que o flexível, está presente em cerca de 9% da área e é o menor percentual de pavimentação encontrado. O pavimento rígido não foi encontrado no local, enquanto ruas sem pavimentação ocupam 11,4% das ruas analisadas.

Tabela 1: Percentual e metragens de pavimentos da área.

Tipos de pavimentos	Distância (m)	Percentual %
Flexível (asfalto)	4189,05	79,7
semiflexível (lajota hexagonal de concreto)	465,89	8,9
rígido (concreto)	0	0
sem pavimentação	598,45	11,4
TOTAL METROS CORRIDOS	5253,39	100

Fonte: Elaboração dos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que as ruas da área analisada geram conforto aos seus usuários e moradores, e são adequadas ao uso residencial que se faz do local. Mesmo assim recomenda-se qualificar as vias que ainda não possuem pavimentação.

REFERÊNCIAS

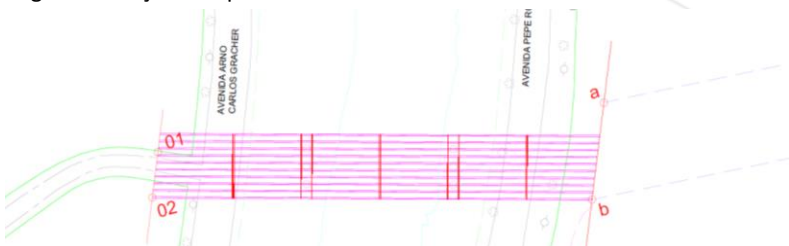
MASCARÓ, Juan L.; YOSHINAGA, Mário. Infraestrutura urbana. Porto Alegre: Masquatro, 2013. 208p.

GOOGLE EARTH, disponível em: <https://earth.google.com>. Acesso em 27 Jul 2021.

INTRODUÇÃO

Neste semestre, os alunos tiveram o desafio de dimensionar, projetar e construir uma maquete de uma ponte, localizada em Brusque, cruzando o rio Itajaí-Mirim, com 120 metros de vão. De acordo com Marchetti (2006): a ponte é classificada como durabilidade permanente, natureza do tráfego rodoviária, desenvolvimento planimétrico reta, desenvolvimento altimétrico em nível, sistema estrutural da supraestrutura em vigas, em concreto armado, com tabuleiro superior e superestrutura isostática e pré-moldada. A localização e o traçado da ponte é mostrado na figura 1.

Figura 1: Traçado da ponte



Fonte: elaboração dos autores

OBJETIVO

Calcular as vigas de concreto armado de uma ponte em Brusque, com 4 apoios e 3 vãos de 40 metros sobre rio Itajaí-Mirim, e confeccionar uma maquete da mesma em escala 1:100 utilizando graute e outros materiais.

REFERÊNCIAS

MARCHETTI, Osvaldemar. **Pontes de concreto armado**. São Paulo: Blucher, 2008.

MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente os acadêmicos do grupo realizaram a análise dos dados fornecidos para o projeto. Na sequência foi feito o pré-dimensionamento da ponte no AutoCad e o cálculo das cargas através de uma planilha do Excel, que fornece a armadura e seções mínimas que das vigas. Logo após foi executada a construção da maquete utilizando graute, placas de madeirite e folhas de isopor. Por fim foi elaborado um relatório apresentando todos os passos deste trabalho.

A montagem da maquete, foi realizada no laboratório do centro universitário, e levou cerca de sete dias para ser finalizada, por conta do período de cura do graute que é de 3 dias. Na figura 2 é apresentada foto da ponte semi-finalizada.

Figura 2: Maquete



Fonte: acervo dos autores

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Portanto foi possível analisar que uma ponte passa por muitos passos em sua execução, desde a confecção do projeto até a obra em si.

Após cerca de 30 revisões nos cálculos, foram previstas dez vigas longarinas para suportar as cargas, as mesmas foram executadas na maquete para suportar as cargas.

Outro fator que chamou atenção foi o passo a passo da construção da maquete, que necessitava aguardar a cura do concreto para seguir cada etapa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi de grande aprendizado, colocando em prática o que foi visto na disciplina de Ponte e Grandes Estruturas. Na figura 3 é apresentada foto da maquete da ponte finalizada.

Figura 3: Maquete finalizada



Fonte: acervo dos autores

INTRODUÇÃO

Através do estudo realizado em sala, na disciplina de hidráulica onde aprendemos sobre precipitação (chuva), que Segundo PEDRAZZI (2004), precipitação é a água proveniente do vapor d'água da atmosfera, que chega à superfície terrestre, sob a forma de: chuva, granizo, neve, orvalho e o uso do pluviômetro, que é um recipiente metálico, dotado de uma superfície de captação horizontal delimitada por um anel metálico, com volume capaz de conter as maiores precipitações possíveis em um intervalo de 24 horas (Santos et al., 2001), realizando pesquisas bibliográficas e de campo onde aconteceu aulas teórica em sala de aula no Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE) na cidade Brusque, onde o professor orientou da forma que poderia ser confeccionado o pluviômetro caseiro e a maneira correta de ler a altura pluviométrica, dados de um pluviômetro também são úteis para os agricultores e horticultores com o objetivo de semear e colher. (CAFÈ MATUTINO, 2016).

OBJETIVO

Construir um relatório para aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula através de pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo realizada nas cidades de Brusque e São João Batista. Conhecendo mais sobre a precipitação e o método de medição da intensidade da chuva utilizando um pluviômetro caseiro.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização desse experimento primeiramente confeccionou um pluviômetro caseiro utilizando os seguintes materiais: uma garrafa pet lisa sem ondulações, tesoura, fita

REFERÊNCIAS

CAFÈ MATUTINO – CIENCIA E NATUREZA. **Pesquisa Setorial.** Disponível em: <<http://cafe-matutino.info/ciencia-e-natureza/por-que-e-um-pluviometro-importante.php>>.

Acesso em: 10 nov. 2018.

PEDRAZZI, J. A. Hidrologia aplicada. Disponível em: <<http://www.facens.br/alunos/material/Pedrazzi0038>> Acesso em: 10 nov. 2018.

SANTOS, I. dos, et al. Hidrometria aplicada. Curitiba: Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento, 2001.

EXPERIMENTO UTILIZANDO O PLUVIOMETRO CASEIRO

Douglas Araújo e Silva, Fabricio Marcos de Oliveira, Jefferson dos Santos Corrêa, Francisco Odisi

franciso@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

isolante, pedra brita e um pedaço de uma trena métrica ou régua. Confeccionou o pluviômetro cortando a parte reta mais próxima do pico da garrafa pet formando um funil, em seguida passou a fita isolante em uma linha que tem na parte de baixo da garrafa para servir de referência como o ponto zero da trena métrica, próximo passo colocou a pedra brita até a marcação da fita não ultrapassando para que se tivesse um peso a mais para que o vento não derrubar o pluviômetro, e no último passo da confecção colocou-se a parte do funil tampando a outra parte da garrafa e passando fita isolante para fixar as duas partes deixando assim bem isolado a emenda e está pronto o pluviômetro. Agora se fez uma das partes mais importantes do experimento que é a calibragem do pluviômetro, que é colocar água até a parte de cima da fita sem ultrapassar a mesma zerando a altura pluviométrica, esse processo se repete todos os dias do começo até o fim do experimento. Após o pluviômetro calibrado encontrou-se um lugar apropriado para o posicionar, este lugar tem que ser um local aberto sem obstáculos ao redor e deve ser instalado no mínimo a 1,5 metros do chão para que não haja nem uma interferência no resultado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para este experimento utilizou três aparelhos pluviométrico confeccionado da mesma forma, todos calibrado e posicionado no dia 12/09/18 no mesmo horário as 6:30 da manhã, as anotações das precipitações começou exatamente 24 horas após ser posicionado no local, essas anotações das precipitações foi feito até o dia 13/10/2018 repetindo todos os dias o processo de calibragem e posicionamento as 6:30 da

manhã. Colocando dois na cidade de São João Batista e um na cidade de Brusque, todos posicionados em lugares diferentes. Em seguida utilizando o método da média aritmética, calculou-se a precipitação média nesse período de cada pluviômetro. Precipitação média foi de 2,24 mm de chuva em Brusque, Precipitação média foi de 2,39 mm de chuva no bairro timbezinho-SJB e Precipitação média foi de 2,60 mm de chuva no bairro ribanceira-SJB. Resultado aceitável devido ao aparelho caseiro e leitura e calibragem não muito precisa.

Figura 1 – pluviômetro caseiro



Fonte: Elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos da precipitação da chuva com a utilização do pluviômetro que no estado de Santa Catarina são realizados pela EPAGRI/CIRAM, são de suma importância para a região do vale do rio Itajaí mirim e no vale do rio Tijucas, pois são duas regiões propícias a enchentes e deslizamentos de taludes que através desse estudo pode se ter uma previsão da precipitação e consequentemente evitando esses danos a população dessas regiões. Esse estudo é muito utilizado em grandes plantações para se ter uma previsão da média de chuva esperada em cada estação do ano.

INTRODUÇÃO

A infraestrutura urbana é um conjunto de empreendimentos que servem de base para a operação urbana, constituído por redes básicas de distribuição e transporte. Ou seja, são todos elementos que permitem às pessoas viver e trabalhar em paz: por meio de rodovias e rodovias, energia elétrica, drenagem, esgoto, gás e água potável e outras instalações.

Essa vantagem é em grande parte atribuída à construção civil., afinal, desde o século 18, após a Revolução Industrial britânica, o setor tem contribuído para o desenvolvimento do espaço urbano. Desde então o progresso tem se tornado cada vez mais impressionante, especialmente devido à inovação tecnológica e as possibilidades que ela gera.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é de natureza qualitativa. Para fins de pesquisa, foi realizada uma busca de dados e realizadas comparações entre as 10 maiores redes de metrô do mundo, os quais já passaram todos pela fase de análise, projeto e execução, chegando assim a um resultado para atender suas populações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As informações da pesquisa realizada foram retirados do Diário do Estado, geraram os seguintes resultados:

1º Metrô de Xangai, China: com 570 km de vias operacionais.

REFERÊNCIAS

MASCARÓ, Juan L., YOSHINAGA, Mário. Infraestrutura urbana. 1 ed. Porto Alegre: Masquatro, 2013
Diário do Estado – D.E. por redação – 11/09/2020 - Lisa

Até 2020 o número de quilômetros totais com sistema funcionando passará de 830. Quando os projetos em curso terminarem, o comprimento total chegará aos 999 quilômetros, e o serviço da capital atenderá a 18,5 milhões de passageiros por dia.

2º Metrô de Nova York, Estados Unidos: com 465 quilômetros, conta com 24 linhas e 468 estações, é um dos poucos que se mantém aberto durante 24 horas, com frequência de trens de 2 a 5 minutos nas horas pico e de 10 minutos nos horários com menos passageiros.

3º Metrô de Pequim, China: com 465 km de extensão, 17 linhas, 232 estações. Possui um tráfego médio diário de 3,5 milhões de passageiros.

4º Metrô de Londres, Reino Unido: O metrô mais antigo do mundo, inaugurado em 1863 conta com 408 km de extensão, 270 estações e 11 linhas. Possui uma média diária de 2,950 milhões de passageiros por dia.

5º Metrô de Tóquio, Japão: com 328,8 km de extensão, 13 linhas e 283 estações. É um dos mais movimentados do mundo, com uma média de 7 milhões de passageiros por dia.

Na pesquisa realizada são mostrados acima os dados de 5 dos maiores metrô do mundo, com isso pode-se observar que países de primeiro mundo tem grande extensões de metrô espalhados pelas cidades, com isso podendo assim distribuir o fluxo de pessoas em diversos meios. De acordo com Mascaró (2013), sistemas de metrô são utilizados por cidades

desenvolvidas, e com uma população grande. Sendo assim não existe uma grande concentração de pessoas em um meio de transporte só, tendo diversidade, ocasionando assim em um fluxo maior de pessoas e maior mobilidade. Tudo isso pensado e calculado minuciosamente para uma boa execução e funcionamento diário. Ora visto que no meio utilizado para pesquisa são transportados cerca de 10 milhões de pessoas por dia. Percebe-se assim a grande necessidade de investimento e aperfeiçoamento nas áreas de mobilidade urbana, pois o mesmo é de grande influência para o dia a dia do habitantes locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao contínuo desenvolvimento da cidade, é necessário planejar o espaço de forma a democratizar o acesso às cidades e fornecer às pessoas uma rede de infraestrutura que atenda às suas necessidades no mínimo, a fim de organizar o espaço social e físico para a população e minimizar o impacto produzido na cidade e no meio ambiente. Portanto, o planejamento urbano deve levar em consideração aspectos sociais.

Finalmente, o espaço urbano deve ser melhorado e seu desenvolvimento ajustado de forma a elaborar legislação municipal que organize o fornecimento de serviços públicos e infraestrutura à áreas menos povoadas.

INTRODUÇÃO

A argamassa é uma mistura de cal e areia (material intermediário), e recebe posteriormente o cimento Portland (material final) (RECENA, 2011). Neste sentido, este trabalho teve como foco identificar as etapas da produção da argamassa, identificado seus impactos ambientais. Para alcançar a sustentabilidade ambiental é preciso identificar estes impactos e, forma de mitiga-los.

A sustentabilidade atualmente é um dos pilares em que empresas, atentas com a situação ambiental global, procuram se apoiar, objetivando diminuir os impactos ambientais causados por suas atividades (BARBIERI, 2011).

OBJETIVOS

O trabalho teve como objetivos: descrever as etapas de produção da argamassa, identificar os impactos ambientais na fabricação da argamassa, e propor medidas para mitigar os impactos ambientais negativos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho teve uma abordagem qualitativa, método exploratório e tipo de pesquisa de estudo de caso.

A primeira etapa foi identificar e descrever as etapas de produção da argamassa. Depois, foram relacionados os impactos ambientais por etapas. E por fim, foram propostas algumas medidas para reduzir ou eliminar os impactos.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.
RECENA, Fernando Antonio Piazza. **Conhecendo argamassa**. Porto Alegre: EdiPucRS, 2011.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de fabricação da argamassa está dividido em cinco etapas: extração, trituração e classificação, armazenagem e pesagem, mistura, e expedição. A extração é o processo onde os agregados que serão usados no processo são extraídos das pedreiras. A trituração e classificação é o processo de obtenção e separação de diferentes granulometrias na planta de britagem. A armazenagem e pesagem é etapa do procedimento onde ocorre a dosagem dos componentes necessários na produção de cada tipo de argamassa, como por exemplo aditivos e ligantes. A mistura, equipamento onde ocorre a homogeneização dos agregados para a produção da argamassa seca, e também a adição da água para a produção da argamassa hidratada. E a última etapa, que é a expedição, é o trecho final do processo onde a argamassa hidratada é enviada diretamente para as obras, ou a argamassa desidratada armazenada em sacos para distribuição e venda.

A extração e a trituração consomem recursos naturais e energéticos. A trituração produz ainda, poeira, causando danos aos colaboradores. A armazenagem e pesagem utiliza produtos químicos. A mistura emite particulados potencialmente prejudiciais e consome recursos energéticos. A expedição emite dióxido de carbono e gera resíduos sólidos, alterando a qualidade do ar.

Entre as medidas para mitigar os impactos estão: troca da frota de veículos para extração e transporte, mudando o combustível de diesel para etanol. A racionalização da exploração das jazidas controlada por meio de fiscalização. A redução do consumo do combustível resultaria da substituição dos veículos antigos por novos com tecnologias que tendessem a economizar. O sistema de produção de energia elétrica consumida pelas máquinas seria transferido para fontes de energia renováveis. O risco potencial de vazamento de produtos químicos pelos dutos poderia ser evitado com constante manutenção para reparar possíveis falhas. Sobre os riscos à saúde dos funcionários a utilização de máscaras e a vedação dos silos diminuiriam a inalação e a dispersão da poeira no ar. E a reutilização das embalagens de papéis seria feita por meio de reciclagem para evitar o descarte incorreto do material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos delineados neste trabalho foram atingidos. O processo de fabricação da argamassa envolve 5 etapas, que em geral consomem recursos naturais, geram poeira, e há riscos devido a utilização de produtos químicos. Para atingir a sustentabilidade socioambiental é necessário fazer o uso dos recursos sem desperdício e minimizar os danos ao meio ambiente.

INTRODUÇÃO

Atualmente, os veículos aéreos não tripulados (VANTs) estão se tornando uma alternativa para diferentes aplicações da engenharia, dentre essas, a aplicação para levantamentos topográficos, haja visto até o momento, no método tradicional os dados serem obtidos a partir de uma estação total, que é considerado um método demorado e perigoso em alguns casos.

OBJETIVO

Compreender a utilização de drones junto ao levantamento topográfico.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa utiliza-se do caráter bibliográfico, ou seja, coleta os dados disponíveis em artigos científicos, e ainda em publicações em revistas eletrônicas que acompanham a evolução das tecnologias de levantamento topográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

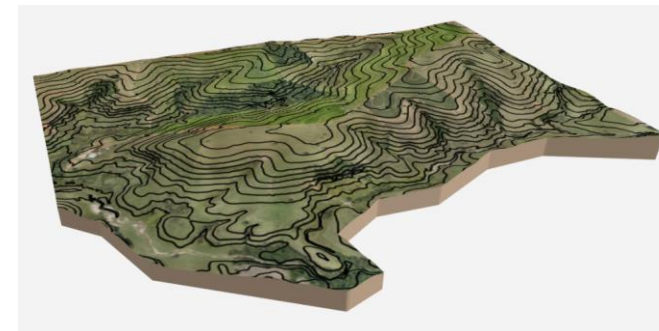
Segundo Moura (2018), "Os drones são pequenas aeronaves não tripuladas conhecidas também pela sigla VANT (veículo aéreo não tripulado)". Possuem uma variedade de formas, tamanhos, configurações e

características. O VANT pode ser controlado de duas formas, podem ser controlados de um local remoto, sendo a milhares de quilômetros de distância, e outros que são pré-programados, e voam de forma autônoma usando complexos sistemas de automação dinâmica.

Os drones, utilizados à aerofotogrametria, são equipados com câmeras de alta resolução, com o objetivo de obter imagens aéreas que se transformarão em dados topográficos, sendo um processo elaborado com mais detalhes e rapidez comparados aos levantamentos realizados de forma convencional. O drone é capaz de em poucos minutos fazer um trabalho que com equipamentos topográficos convencionais demoraria dias.

Por meio da tecnologia aerofotogramétrica para processamento de imagens, as fotografias aéreas obtidas pelo drone passam por um tratamento em que é possível criar uma nuvem de pontos, sendo todos estes pontos interligados formarão o modelo de superfície do terreno em 3D, a qual será possível interpretar todas as informações de relevos, e de demais dados que se acharem necessários, sendo a nuvem de pontos do levantamento de drones ser bem mais adensada, comparado aos pontos gerados pelos equipamentos topográficos tradicionais, trazendo um maior detalhamento do terreno, apesar de possuir uma precisão centimétrica, inferior a precisão milimétrica do que a estação total pode obter.

Figura 01: Levantamento realizado por drone



Fonte: DRONENG DRONES E ENGENHARIA (2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento topográfico com a utilização de drones, apresenta diminuição dos custos de equipamento, diminuição de equipes em campo, uma maior velocidade de levantamento de dados em campo, diminuição da agressão ambiental, e a facilidade de operação, como vantagens em relação ao levantamento tradicional com o uso de estação total.

Porem, a utilização de drones para um levantamento topográfico, não substitui os equipamentos convencionais, pois cada método possui utilidades e aplicações eficazes que não se substituem, mas sim em muitos casos os métodos se complementam para gerar melhores informações ao levantamento.

REFERÊNCIAS

DRONENG DRONES E ENGENHARIA. **Como gerar Curvas de Nível no Mapeamento Aéreo**

[S.l.] 2017. Disponível em: <https://blog.droneng.com.br/curvas-de-nivel-mapeamento-aereo/>. Acesso em: 24 out. 2021.

GASPAR MOURA. **Topografia com Drones x Tradicional em Levantamentos Planialtimétricos**

[S.l.] 2018. Disponível em: <http://www.gasparmoura.com.br/2018/06/topografia-com-drones-x-tradicional-em.html>. Acesso em: 24 out. 2021.

INTRODUÇÃO

O levantamento topográfico detalhado de um local é indispensável para compreender a condição física, e geológica da terra, a fim de serem apontadas as várias características da superfície, como seu relevo, cursos d'água, estradas, áreas florestadas etc.

Com a avanço das tecnologias, a importância de se buscar meios que pudessem estabelecer mais precisão na prestação de serviços de levantamento topográfico, foi recebendo mais olhares, sendo criados técnicas e sistemas cada vez mais avançados que permitem segurança e confiabilidade.

OBJETIVO

Compreender a utilização da tecnologia GNSS - RTK junto a levantamentos topográficos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para elaboração deste material, foi efetuada através de pesquisas em materiais bibliográficos, artigos científicos, e ainda em publicações em revistas eletrônicas que acompanham a evolução das tecnologias de levantamento topográfico.

REFERÊNCIAS

BLOGMENSURA. **Entendendo o que é um RTK** [S.l.] 2018. Disponível em: <https://blogmensura.wordpress.com/2016/07/20/entendendo-o-que-e-um-rtk/>. Acesso em: 24 out. 2021.

CPE Tecnologia. **Esclareça suas dúvidas sobre GNSS (Global Navigation Satellite System)!**

[S.l.] 2018. Disponível em: <https://blog.cpetecnologia.com.br/esclareca-suas-duvidas-sobre-gnss-global-navigation-satellite-system/>. Acesso em: 24 out. 2021.

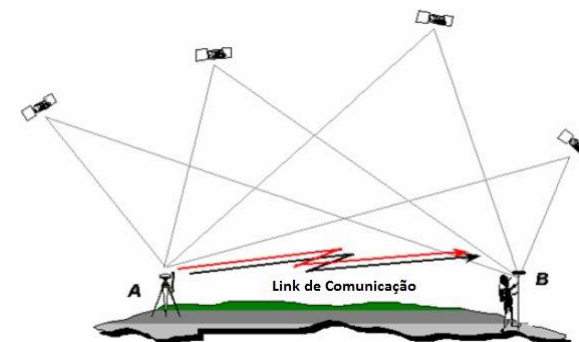
RESULTADOS E DISCUSSÕES

A concepção de posicionamento do RTK (Real Time Kinematic), baseia-se na transmissão de informações entre três pontos de dados, na qual é necessário dois receptores GNSS (Sistema Global de Navegação por Satélite), para que se possa ser feito o contato com os satélites. Onde um receptor base, que ficará parado em um local pré-determinado, enviará a correção de posicionamento via rádio para o receptor móvel (conhecido como Rover), onde geralmente é instalado em um bastão, para que se possa ser percorrido todo o local a ser executado o levantamento topográfico.

Segundo CPE Tecnologia (2018), o sistema GNSS (Sistema Global de Navegação por Satélite) é definido por constelações de satélites que conseguem indicar o posicionamento a localização de um ponto em qualquer parte do mundo. Para obter estas coordenadas é necessário o receptor, e de pelo menos 04 satélites para que se consiga ser determinado as coordenadas x, y e z.

Um fator que limita a utilização da técnica RTK (Real Time Kinematic), está associado ao alcance da transmissão de conexão entre os dois receptores que ficam em solo, o que irá depender da potência dos receptores, da topografia do imóvel, e da vegetação e construções acerca da área levantamento.

Figura 01: Utilização da tecnologia GNSS - RTK



Fonte: Blogmensura (2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento topográfico com a utilização da técnica RTK (Real Time Kinematic), dispõe de inúmeras vantagens, pois possui uma grande precisão de suas coordenadas, e sua utilização contribui com uma grande produtividade, principalmente quando comparada com as técnicas convencionais de topografia. Porém também possui suas limitações, que pode ser repensada sua utilização em alguns lugares, haja visto sua utilização ser limitada em ambientes com obstrução (vegetação e construções) da conexão entre os receptores.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, a madeira ampliou a sua aplicação na construção civil, de acordo com Zenid (2009 p. 21) “a madeira é utilizada de diversas formas em usos temporários, como: fôrmas para concreto, andaimes e escoramentos. De forma definitiva, é utilizada nas estruturas de cobertura, nas esquadrias (portas e janelas), nos forros e nos pisos”.

A construção civil é classificada como grande consumidora de recursos naturais e grande geradora de resíduos. No Brasil, a maioria dos processos construtivos é manual e sua execução é realizada no canteiro de obras, gerando resíduos, além de serem degradadores do meio ambiente, ocasionam prejuízos financeiros (NAGALLI, 2014).

Sendo assim, prezando pela sustentabilidade, a Resolução nº 307/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais. A resolução preza pela não geração, redução, reciclagem e a destinação sustentável para os resíduos da construção civil (CONAMA, 2002).

OBJETIVO

Analisar o emprego racional da madeira; verificar se o descarte de madeira do gênero *pinus* e *eucalipto*, empregados provisoriamente como fôrmas e escoras para estruturas de

concreto armado, é realizado de maneira sustentável; e propor soluções sustentáveis afim de minimizar o uso de madeira na construção civil.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi delineado por uma pesquisa de natureza aplicada com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi classificada como bibliográfica e está associada a um estudo de caso. No estudo de caso foi realizado uma visita técnica ao Residencial Agnes Fisher, um edifício residencial de 10 pavimentos, sendo construído pela Minatti Construtora, localizado na Rua Alois Fischer, Bairro Santa Rita, cidade de Brusque/SC. No dia da visita técnica, o edifício se encontrava com 7 pavimentos levantados, com as armaduras nas vigas e na laje posicionadas, aguardando apenas finalizar a passagem dos eletrodutos e a conferência com o projeto para iniciar a concretagem da 7ª laje.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na visita técnica, foi verificado que a madeira tem aplicação para todas as funções e o descarte ocorre quando não há mais condições de uso, sendo acomodada em um local destinado às madeiras sem aproveitamento. O processo de descarte da madeira na obra se dá com parcerias, o proprietário do empreendimento doa o material gratuitamente para pessoas que o recolhem para trituração, com a finalidade

de produzir cavaco, abastecendo indústrias que utilizam caldeiras a vapor. Na obra visitada, tem-se o cuidado para que as sobras de madeira tenha um destino correto, atendendo as leis ambientais. Uma solução proposta pelo grupo, visando a redução do uso de madeira na construção civil, foi substituir as fôrmas e escoras de madeira por metálicas, as quais não gerariam resíduos na obra, tornando-a mais limpa e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na visita técnica utilizada como estudo de caso para a elaboração da pesquisa, foi analisado que a obra possui o emprego racional da madeira, uma vez que não havia volumes residuais dispersos pelo canteiro, constatando-se de que a madeira é bem aproveitada na obra; também foi verificado que o descarte é realizado de maneira sustentável, pois as madeiras que não apresentavam mais utilidade eram separadas em locais específicos de coleta seletiva para produção de cavaco como biomassa em caldeiras da indústria têxtil; objetivo que não obteve-se êxito foi na solução de minimizar o uso de madeira na construção civil, no qual foi proposto a substituição de escoras e fôrmas de madeira pela opção metálicas, contudo, esta ideia não foi recebida de forma positiva pela direção da construtora, porque as escoras e as fôrmas metálicas tem um custo de aquisição elevado e alugá-las se tornam inviáveis, um outro fator que favorece o uso excessivo da madeira na construção civil, é o baixo custo da mão de obra.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resolução nº 307**, de 5 de julho de 2002. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/36_09102008030504.pdf. Acesso em: 29 maio 2021.
NAGALI, André. **Gerenciamento de resíduos sólidos na construção civil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.
ZENID, Geraldo José. **Madeira**: uso sustentável na construção civil. 2. ed. São Paulo, 2009.

INTRODUÇÃO

A necessidade da pavimentação das vias, segundo BALBO (2007), vem dos povos egípcios, a partir daí para a atualidade obras de infraestrutura se tornaram parte do crescimento ou não de uma região. Um dos métodos utilizados na pavimentação são os blocos intertravados de concreto, para que essa técnica seja eficaz os artefatos devem atender certos requisitos de resistência como, tração, compressão e abrasão.

O processo de fabricação deste artefato vem se atualizando, desta forma encontramos empresas com maquinário bastante tecnológico para garantir o controle de qualidade exigido por norma.

OBJETIVO

Apresentar o método de fabricação dos blocos intertravados de concreto.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com o intuito de comparar as características na fabricação de pavimento, o trabalho consistiu em um levantamento bibliográfico pertinente ao tema tratado, que teve como finalidade uma análise e correlação das informações colhidas, possibilitando assim a elaboração de parte das conclusões indicadas sobre os respectivo tipo de pavimento.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9781**: Peças de concreto para pavimentação - Especificação e métodos de ensaio. Rio de Janeiro, 2013.
- BALBO, José Tadeu. "PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA: Materiais, projeto e restauração". São Paulo, 2007. Disponível em: <https://alemdainercia.com/2019/03/13/da-rocha-ao-asfalto-a-historia-da-pavimentacao/#:~:text=Com%20a%20expans%C3%A3o%20da%20utiliza%C3%A7%C3%A3o,%2C%20pelo%20qu%C3%ADmico%20belga%20DeSmedt>. Acesso: 25/10/2021.
- BOTELHO, Manoel Henrique Campos; MARCHETTI, Osvaldemar. Concreto armado eu te amo, volume 2. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2011. 333 p. ISBN 9788521205821 (v. 2).
- DELTA CALÇADAS ECOLÓGICAS. Artefatos de cimentos. Rua Ayrton Gerson de Camargo nº 60, Bairro Morumbi, Distrito industrial José Antônio Merlin-Cascavel- PR. Disponível em: <http://www.deltaartefatos.com.br>. Acesso em: 25/10/2021.
- PONTE, Gadelha Aquiles; OLIVEIRA, de Parente Lewton. Manual técnico de piso intertravado de concreto. T & A Blocos e Pisos. Fortaleza, 2004. Disponível em: <http://www.tea.com.br>. Acesso em: 26/10/2021.
- MARCHIONI, Lobo Mariana. Desenvolvimento de técnicas para caracterização de concreto seco utilizado na fabricação de peças de concreto para pavimentação intertravada. Dissertação apresentada ao Departamento de Engenharia de Construção Civil da EPUSP. Orientador Prof. Dr. Rafael Giuliano Pileggi. SÃO PAULO, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>. Acesso em: 26/10/2021.

Na fabricação do paver, utiliza-se o cimento Portland, agregados, água, aditivos e pigmentos. Para maior precisão, o proporcionamento dos materiais deve ser feito em massa (kg,g), com exceção da água e dos aditivos, que podem ser dosados em volume (ml,L), com precisão. Em seguida os componentes do concreto devem ser misturados para garantir a perfeita homogeneização. Nesse caso considera a consistência de concreto seco "farofa", também chamado de concreto sem abatimento (no-slump) (PONTE e OLIVEIRA, 2004).

O processo de conformação da massa nas peças de concreto através dos equipamentos de vibrocompressão, esta etapa consiste em uma operação onde a massa é condicionada a uma matriz ou forma, onde recebe aplicação de pressão, com objetivo de moldar peças uniformes com o com a geometria pré-estabelecida e estrutura adequada para o produto final. Após esse processo, as peças estão prontas para a cura (PONTE e OLIVEIRA, 2004).

A resistência do concreto é avaliada a partir de resultados laboratoriais obtidos após submeter corpos de prova a testes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com ABNT NBR 9781 (2013) exige resistência a compressão característica maior ou igual a 35Mpa para solicitação de veículos comerciais e maior o igual a 50Mpa pra tráfego de veículos especiais ou solicitações capazes de produzir acentuados efeitos de abrasão (MARCHIONI).

Devemos nos lembrar que um concreto com maior fck, além da sua maior resistência, e menos permeável e, portanto, é mais durável e mais resistente as agressões (BOTELHO e MARCHETTI, 2011).

As peças de concreto devem ser inspecionadas visualmente, objetivando a identificação de peças com defeitos que possam vir a prejudicar o assentamento, o desempenho estrutural ou a estética do pavimento, as peças de concreto devem apresentar aspecto homogêneo, arestas regulares e ângulos retos e devem ser livres de rebarbas, defeitos, delaminação e descamação (FIGURA 01).

Figura 1 – Bloco de concreto retangular.



Fonte: Delta calçadas ecológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao citar que um elemento é apenas fabricado de concreto, deduzem que sua fabricação é de modo simples e sem exigências, pode se perceber o contrário, diante deste cenário as empresas se obrigam a atualizar sua metodologia, assim investir em maquinário e materiais para se obter um produto de qualidade.

INTRODUÇÃO

Em meados de 1945 a 1950, a França adotou o pavimento permeável ou poroso. Existem três categorias básicas de pavimentos permeáveis, que são: sistemas de infiltração total; sistemas de infiltração parcial e sistema de infiltração para controle da qualidade da água.

Destacando suas vantagens e desvantagens, sendo uma dessas vantagens: a infiltração reduz o volume total de água que entraria na rede de drenagem, diminuindo o risco de inundação nos sistemas a jusante; uma das desvantagens seria: o pouco conhecimento e imperícia com relação a aplicação da tecnologia. Sendo relatados os critérios de projeto e dimensionamento, a concepção de projeto dos pavimentos permeáveis é decisiva para seu bom funcionamento. Um projeto bem elaborado leva a um sistema mais funcional, de menor custo e que minimizará problemas futuros. (POLASTRE; SANTOS, 2006).

OBJETIVO

Apresentar os tipos de pavimentos permeáveis e suas vantagens e desvantagens.

MATERIAIS E MÉTODOS

Através de estudo bibliográfico, obteve-se as informações necessárias para apresentar o material escolhido como tema, além de possibilitar o desenvolvimento das discussões e a conclusão sobre os tipos e características de cada pavimento. Segundo Campos (2012), o custo do revestimento poroso

REFERÊNCIAS

- AZZOUT, Y.; BARRAUD, S.; CRES, F.N.; ALFAKIH, E. (1994). Techniques alternatives en assainissement pluvial. Paris: Technique et Documentation – Lavoisier.
- CAMPOS, O. S., **Análise do Comportamento de Trecho Piloto de Revestimento Poroso com Asfalto Modificado por Polímero**. Tese de Doutorado – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 178 p., 2012
- POLASTRE, B; SANTOS, L. D. **Concreto Permeável**. Artigo publicado na AUT 221 – Arquitetura, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2006.

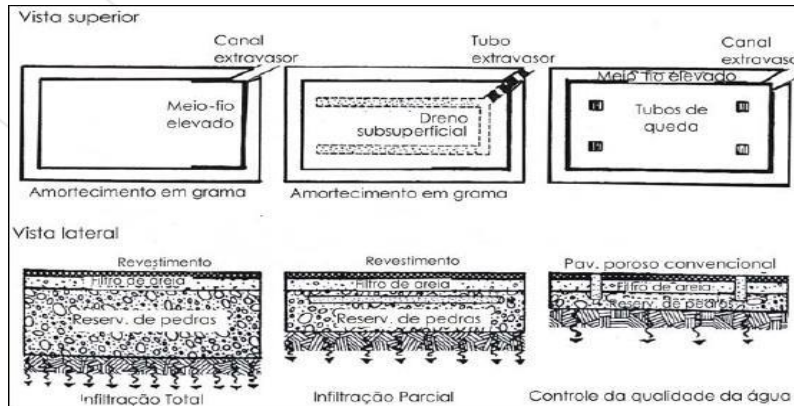
pode chegar a ser duas vezes maior que o revestimento utilizado convencionalmente, isso porque são pontuados fatores como:

- Utilização de asfalto alterado pela ação de polímeros;
- A carência de implementar um agregado de alta qualidade;
- Elevação do custo com sinalização horizontal;
- O carecer de uma camada de ligação de qualidade superior.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto de pavimentos permeáveis pode se encaixar em três categorias básicas (FIGURA 1):

Figura 1: Categorias dos pavimentos permeáveis



Autor: Azzout et al. (1994)

Sistema de infiltração total: O único meio de saída do escoamento é a infiltração no solo. Portanto, o reservatório de material granular deve ser suficientemente grande para

acomodar o volume que é infiltrado durante a precipitação.

Sistema de infiltração parcial: Nos casos em que o solo não possui boa taxa de infiltração ou o nível do lençol freático é elevado, ele deve ser utilizado. Nesse caso, um sistema de drenagem subsuperficial, que conta com tubos perfurados espaçados regularmente, localizados na parte superior do reservatório de brita, será instalado.

Sistema de infiltração para controle da qualidade da água: Esse sistema é utilizado para coletar apenas o fluxo inicial da precipitação, que contém a maior concentração de poluentes. Os volumes em excesso não são tratados pelo sistema, sendo transportados por drenos para um coletor de água pluvial.

Quanto ao revestimento, os pavimentos podem ser classificados em três tipos:

- Revestimento de concreto asfáltico poroso.
- Pavimentos de concreto de cimento Portland poroso.
- Pavimentos com blocos pré-moldados de concreto de cimento Portland vazados e preenchidos com material drenante granular ou areia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos mostram que o potencial do concreto poroso é notável, entretanto, a falta de investimento nesta tecnologia em específico é um dos fatores que limita a implantação em larga escala. A tendência é que cada vez mais tecnologias limpas e convenientes emergem, devido à acentuação de fenômenos urbanos nocentes.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o crescimento da cidade de Brusque, Santa Catarina, surge a necessidade do escoamento do trânsito e uma solução é a criação de uma nova ponte para o centro da cidade. Denomina-se ponte a obra destinada a permitir a transposição de obstáculos a continuidade de uma via de comunicação qualquer. Os obstáculos podem ser: rios, braços de mar, vales profundos, outras vias (MARCHETTI, 2008).

O avanço das tecnologias são imprescindíveis para os sistemas de pontes, pois os desafios impostos pelas condições climáticas, arquitetônicas, geológicas e logísticas necessitam de soluções cada vez mais inovadoras. (CAVALCANTE, 2019). Este projeto foi criado para ampliar o entendimento dessa problemática, que é tão importante para futuros engenheiros da cidade de Brusque.

OBJETIVO

O objetivo desse projeto é elaborar uma proposta de uma ponte para o centro de Brusque.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este projeto foi proposto como um desafio da semana integrada da Engenharia Civil. Foi elaborado de forma multidisciplinar, envolvendo as disciplinas de Pontes e Grandes Estruturas, Engenharia de Transporte e Logística e Infraestrutura Territorial Urbana e Regional, com acadêmicos das 6ª, 8ª e 10ª fases. Os requisitos para a ponte foram o sistema estrutural ser do tipo ponte em viga de concreto

REFERÊNCIAS

MARCHETTI, O. **Pontes de concreto armado**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2018.

CAVALCANTE, G. H. F. **Pontes em concreto armado**: análise e dimensionamento. São Paulo: Blucher, 2019.

armado ou protendido com tabuleiro superior. O vão a ser vencido era de 120 metros de comprimento, com dois pontos de apoio intermediários, devendo a ponte fazer ligação com as vias já existentes nas avenidas próximas ao Rio Itajaí Mirim. Deveria possuir 3 pistas de rolamento, 2 passeios compartilhados, mais as barreiras de segurança e guarda-corpos. No total a largura da ponte deveria ser de 17,5m. Os componentes a serem calculadas foram as vigas longarinas e as vigas transversinas para que suportassem o peso próprio da ponte e as cargas móveis. Os cálculos foram realizando utilizando simulações no software livre *FTOOL*. Também foi exigida a construção de uma maquete na escala 1:200. Na apresentação dos projetos esteve presente a secretária de infraestrutura de Brusque, pois há previsão de ser realizada uma nova ponte no centro de Brusque, no mesmo local desse projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para poder atender os requisitos, a ponte projetada teve a classe adotada TB-45 (sendo escolhida para que o projeto seja dimensionado para a pior situação de cargas móveis provenientes de veículos de carga). Após as simulações, definiu-se que a quantidade de 9 vigas longarinas de perfil I, com base no tamanho de 0,80m e com altura de 2,20m. A viga transversina foi projetada em um formato retangular na dimensão de 0,45m por 2,20m sendo posicionada 1 a cada 20m na extensão da viga longarina. Na figura 1 (a) tem-se a maquete construída em escala 1:200, utilizando concreto fluido tipo graute e adicionando telas metálicas para substituir as armaduras. Na figura 1 (b) são indicados os pilares e vigas longarinas e transversinas da maquete.

Figura 1 – Maquete da ponte em escala 1:200



(a)



(b)

Fonte: Elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto atendeu aos requisitos e foi o vencedor do desafio, considerando-se layout, cálculo, maquete e apresentação. O desenvolvimento do trabalho pode contribuir muito com o aprendizado dos acadêmicos que tiveram a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos em um projeto com necessidade real. Também foi possível compreender quais são os pontos importantes a serem levados em conta para um projeto de pontes em Brusque, como o histórico das cheias do rio.

INTRODUÇÃO

Os profissionais da construção civil têm como um dos objetivos desenvolver estruturas que proporcionem bem-estar à sociedade, garantindo a segurança à vida e ao patrimônio devem-se considerar cargas extras promovidas por eventos excepcionais, como incêndios que geram esforços nas estruturas a partir das ações térmicas.

Um material que apresenta baixa resistência e rigidez a altas temperaturas é o aço, requerendo que sejam adotados sistemas de dimensionamento e proteções que atendam as normas de segurança em situação de incêndio.

Na maioria das vezes, apesar de serem dimensionadas para resistir às ações térmicas e obter proteção ativa, as estruturas de aço recebem proteções passivas que possuem a função de aumentar o tempo de resistência ao fogo do material e evitar que a temperatura de colapso seja atingida.

OBJETIVO

Apresentar as proteções passivas do aço para atender as normas, em situação de incêndio.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com o intuito de apresentar proteções para o aço, o trabalho consistiu em um levantamento bibliográfico pertinente ao tema tratado, que teve como finalidade uma análise e correlação das informações colhidas, possibilitando assim a elaboração

de parte das conclusões indicadas sobre os respectivo assunto.

De acordo com Vargas e Silva (2005) o aço sofre redução de resistência e rigidez, quando submetido a altas temperaturas, e para garantir a segurança requerida estas reduções devem ser consideradas no dimensionamento das estruturas em situação de incêndio.

Para evitar um super dimensionamento da estrutura o que a tornaria inviável economicamente, pode se aplicar alguns métodos de proteção passiva ao aço como: Argamassa projetada; Enclausuramento da estrutura; Manta de fibra cerâmica; Pinturas com tintas entumecentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A argamassa projetada são produtos com alto conteúdo de aglomerantes que, quando misturados com água, geram uma massa fluída que pode ser bombeada, (FIGURA 01). São apresentados como produtos de baixa, média ou alta densidade, e são constituídos basicamente de gesso, cimento Portland, resinas acrílicas e cargas inertes, tais como poliestireno expandido, celulose e preservantes (PANNONI, 2019).

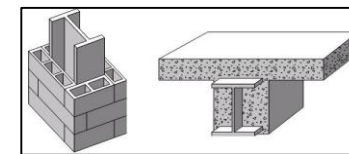
Um método empregado na proteção do aço é o do enclausuramento do elemento metálico em concreto (FIGURA 02). Esta solução proporciona proteção ao aço frente à corrosão e incêndio ao mesmo tempo.

Figura 1: Argamassa projetada.



Fonte: Pannoni (2019).

Figura 2: Enclausuramento de estrutura.

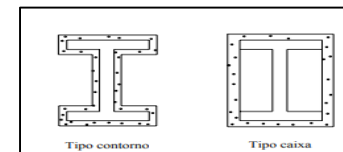


Fonte: Pannoni (2019).

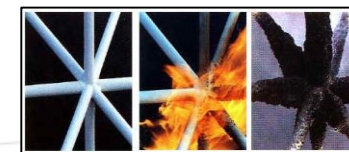
Material composto por fibras minerais que proporcionam resistência ao fogo por até 240 minutos. Ela pode ser utilizada em forma de caixa envolvendo a estrutura ou contornando seu perfil (FIGURA 03) (MARTINS, 2000).

As tintas intumescentes são materiais reativos que reagem com a ação de um incêndio, originando um aumento de volume, tipicamente entre 40 a 50 vezes (FIGURA 04).

Figura 3: Isolamento com manta. Figura 4: Pintura entumecente.



Fonte: Martins (2000).



Fonte: Pinto (2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o comportamento do aço a altas temperaturas e sabendo que sua resistência e rigidez diminuem consideravelmente a proteção passiva se torna imprescindível na execução de um empreendimento que utiliza essas técnicas.

REFERÊNCIAS

- MARTINS, Michele Mendonça. Dimensionamento de estruturas de aço em situação de incêndio. 2000. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia de Estruturas) - Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- PANNONI, Fabio Domingos. Técnica: Pintura intumescente de estruturas metálicas. Edição 181 - Dezembro/2011. Disponível em: <http://techne17.pini.com.br>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- PANNONI, Fabio Domingos M.Sc., Ph.D. Proteção de estruturas metálicas frente ao fogo. Apresentado em, Portal metálica construção civil. Disponível em: <http://www.metalica.com.br/protacao-de-estruturas-metalicas-frente-ao-fogo>. Acesso em: 25/10/2021.
- PINTO, Tiago Manuel Carvalho Gomes. Estudo de tintas intumescentes na proteção de elementos estruturais em condições de incêndio. 2008. 198 f. Dissertação (Mestre em: Engenharia Industrial ramo Engenharia Mecânica) - Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico, Bragança, 2008.
- VARGAS, M. R.; SILVA, V. P. Resistência ao fogo das estruturas de aço. Rio de Janeiro: Centro de Informações do IBS/CBCA, 2005

INTRODUÇÃO

De acordo com Antunes (2008), o Plano Diretor é instrumento jurídico onde se originam todas as diretrizes e normativas para a adequada ocupação do solo urbano. Na qual, por meio deste instrumento pode se avaliar se a propriedade tem ou não função social.

Segundo Meirelles (2006) o zoneamento representa a repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo sua destinação de uso e ocupação do solo.

Desta forma, o zoneamento é um instrumento utilizado para regularizar o uso solo de acordo com o Plano Diretor.

OBJETIVO

Analisar e comparar a taxa de ocupação e o índice de permeabilidade das cidades de Brusque, Botuverá e Guabiruba conforme estabelecido nos seus planos diretores.

MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica e na legislação das respectivas cidades buscando informações sobre as taxas de ocupação e índices de permeabilidade disponibilizadas no plano diretor das cidades pesquisadas.

Em seguida os índices foram tabulados e organizados em gráficos, permitindo desta forma a comparação entre os

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 11.ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes; SILVA, Edgard Neves da; REIS, Márcio Schneider (Atualiz.). **Direito municipal brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 920.

números obtidos para cada taxa de ocupação e índice de permeabilidade de cada cidade.

Por fim os dados foram analisados e foram obtidos os resultados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado Brusque teve a média de 65,58% na taxa de ocupação urbana e 5% na taxa de ocupação rural. Guabiruba teve a média de 54,44% na taxa de ocupação urbana e 20% na taxa de ocupação rural. Botuverá teve a média de 82,5% na taxa de ocupação urbana e 46,66% na taxa de ocupação rural.

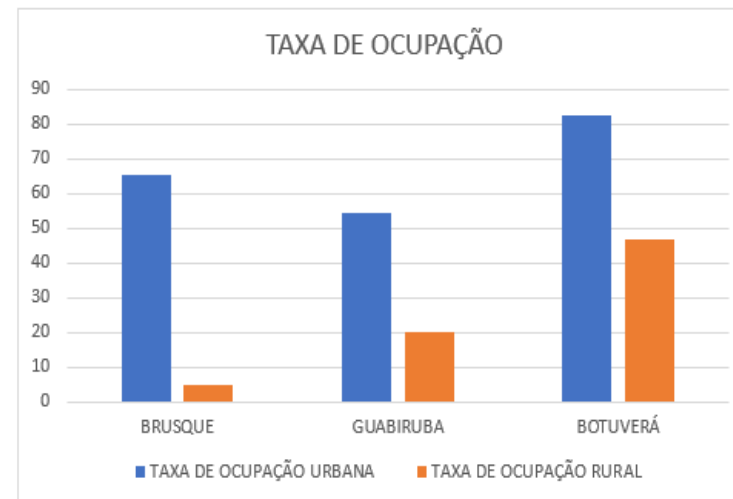
Para o índice de permeabilidade Brusque e Guabiruba obtiveram a mesma média de 15%. Para a cidade de Botuverá não foram encontrados dados.

Tabela 1 – Taxa de ocupação e índice de permeabilidade

	TAXA DE OCUPAÇÃO URBANA	TAXA DE OCUPAÇÃO RURAL	ÍNDICE DE PERMEABILIDADE
BRUSQUE	65,58	5	15
GUABIRUBA	54,44	20	15
BOTUVERÁ	82,5	46,66	-

Fonte: Elaboração dos autores

Tabela 2 – Taxa de ocupação urbana e rural



Fonte: Elaboração dos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As taxas de ocupação variam conforme cada cidade, pois cada cidade define no seu plano diretor os índices urbanísticos de acordo com suas características e necessidades urbanas e conforme o planejamento desejado para o crescimento e desenvolvimento da cidade.

RESUMOS - PÔSTERES

ENGENHARIA

DE PRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

A indústria tem exigido profissionais aptos a trabalharem de forma dinâmica, que tenham visão sistêmica, boa comunicação, sensibilidade às mudanças do mercado e tenham uma boa base de conhecimentos técnicos. Sob essa ótica, o Curso de Engenharia Mecânica do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE assimila estes conteúdos de maneira prática por meio da disciplina de Projeto em Engenharia Mecânica.

No segundo semestre de 2020, na disciplina de Projetos de Engenharia Mecânica II da 10ª fase do curso, foi desenvolvido e fabricado um protótipo de triciclo elétrico para transportar pequenas cargas entre os blocos da UNIFEBE.

O atual projeto tem o enfoque relacionado à Engenharia de Produção, com a proposta de realizar o mapeamento dos custos de fabricação do triciclo elétrico desenvolvido e prever um preço de venda, considerando a produção em escala.

De acordo com Wernke (2008), para o planejamento e análise da variação dos lucros de um negócio, custos, preços e volume de vendas são os principais fatores a serem analisados. Os preços de venda normalmente não são facilmente alterados, já custos e lucros são fatores cujo controle pode ser melhor administrado, sendo que eles devem ser cuidadosamente observados, uma vez que possuem forte relação com o volume de vendas.

REFERÊNCIAS

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preços de venda: ênfase em aplicações e casos nacionais**. 2. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 159 p.

OBJETIVO

O objetivo geral deste trabalho é mapear e definir o custo de fabricação e analisar a relação Custo-Volume-Lucro (CVL) da produção de triciclos elétricos em uma empresa.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com base em GIL (1996), a pesquisa é caracterizada em quantitativa. Em relação ao tipo de pesquisa, considera-se do tipo exploratória, quanto ao método de pesquisa a pesquisa é considerada estudo de caso.

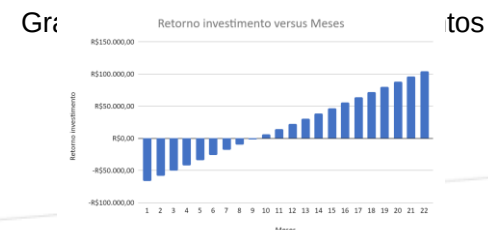
A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas com os alunos e professores envolvidos no projeto e análise dos documentos elaborados durante a execução do projeto. Foram mapeadas as atividades executadas para o desenvolvimento do triciclo. Como custo total, são somadas a despesa variável, que inclui os materiais e horas de máquinas utilizadas para a fabricação de cada triciclo, e a despesa fixa, que engloba gastos para manter a empresa, como aluguel, energia elétrica, sistema e folha de pagamento. Foi também orçado o valor de aquisição das máquinas para o cálculo do ponto de equilíbrio da empresa fictícia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O custo unitário para produção do triciclo é de R\$5.049,43, e a despesa fixa da empresa é no valor de R\$15.676,00. Estimando uma margem de lucro (lucro/receita) de 18,25%,

o preço de venda do produto final foi de R\$ 12.118,63, considerando a capacidade produtiva inicial de 4 triciclos elétricos por mês.

Considerando que o investimento inicial da empresa seja a compra de equipamentos para fabricação do triciclo elétrico como torno, máquina de solda, serra e fresadora, no valor de R\$74.700,00, a partir do 10º mês a empresa passará a ter lucro em sua atividade, por ter quitado os investimentos iniciais. Isso pode ser observado no gráfico 1, no qual foram cruzados os dados de lucro e número de meses de operação da empresa.



Fonte: Elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível obter o ponto de equilíbrio no 10º mês, com o preço de venda do produto no valor de R\$12.118,63 e a comercialização de 4 peças por mês. Dessa maneira, foi identificado nesse cenário que a partir de 40 peças vendidas, os investimentos iniciais em maquinário estariam quitados e a empresa passaria a gerar lucro.

 **ENPEX 2021**
ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESUMOS – PÔSTERES

ENGENHARIA

MECÂNICA

 **ANAI**
ENPEX 2021
ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

XX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV MOSTRA DE EXTENSÃO
BRUSQUE/SC – BRASIL

 **UNIFEBE**
É NOSSA. É DAQUI.



INTRODUÇÃO

O trabalho foi baseado através de pesquisas e palestras que tivemos com empresas 3-RHO e ZM que propôs explicar como é utilizado na indústria o ensaio de tração e sua importância para certificar propriedades mecânicas das matérias primas empregadas em seus produtos, inspecionando seus fornecedores para garantir melhor qualidade. Além de trazer a experiência para nós acadêmicos por meio destas palestras com um maior contato com o setor metalmeccânico.

Apresentaram a nós definições de tensão e deformação, propriedades mecânicas de materiais de engenharia e seus modos de falha e fatores de segurança na Indústria. A partir disso desenvolvemos um plano de aula para proporcionar uma aula para comunidade com o tema de ensaio tração, com isso conheçam mais sobre o curso de engenharia mecânica.

OBJETIVO

Realizar um ensaio de tração com um corpo de prova para visitantes da aula aberta a comunidade.

REFERÊNCIAS

Palestra das empresas 3-RHO e ZM S/A apresentadas via Google meet no dia 18/10/2021.

Ensaio de Tração.BIOPDI, 2019 Disponível em: < <https://biopdi.com.br/artigos/ensaio-de-tracao/2021>>. Acesso em: 26/10/2021

MATERIAIS E MÉTODOS

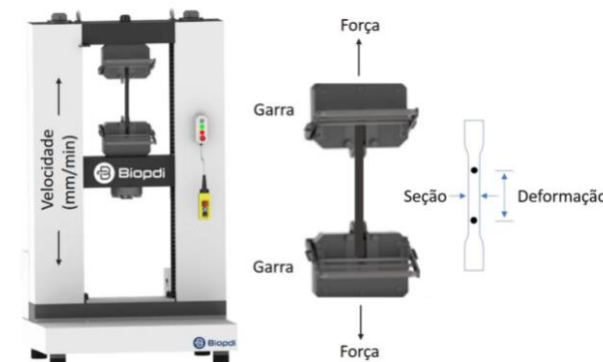
Para realizar esta aula será utilizado o laboratório de materiais da Unifebe para que a comunidade veja o funcionamento do equipamento e analisar os gráficos junto com o professor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao resultado desta aula os visitantes irão aprender e se familiarizar com alguns termos técnicos usados na engenharia mecânica tais como : gráfico de Tensão Deformação, propriedades de Resistência à Tração, Módulo de Elasticidade, Tensão no Escoamento, Tensão na Ruptura, Deformação no Escoamento, Deformação na Ruptura, etc.

Entender que o ensaio de tração envolve submeter objetos que foram fabricados ou materiais que serão processados industrialmente a uma situação que simule o esforço que eles suportarão nas condições reais de uso, atingindo requisitos extremos.

Imagem 1 – Representação de um ensaio de tração



Fonte: Biopdi (2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta aula contribui para todos que vão conhecer mais sobre o curso de engenharia mecânica e que tem o interesse de cursar, desperta a curiosidade de saber mais como os materiais se comportam quando testado sob um grande esforço e como são classificados de acordo com o ensaio de tração.

INTRODUÇÃO

O ensaio de tração consiste em submeter um corpo de prova a um esforço que tende a esticá-lo ou alongá-lo até a ruptura, no qual o corpo de prova deve ser de formato padronizado para que seu resultado possa ser comparado ou reproduzido (BEER e JOHNSTON, 1995).

Para Hibbeler (2010), o ensaio de tração tem como objetivo demonstrar o método e procedimento desse tipo de ensaio na obtenção das propriedades mecânicas de materiais. A disciplina de mecânica dos sólidos I e seus acadêmicos disponibilizarão uma aula prática para convidados, afim de compartilhar conhecimento e novas experiências, acerca do tema.

OBJETIVO

Compartilhar o conhecimento e a prática para os convidados, junto com a obtenção das propriedades mecânicas dos materiais.

REFERÊNCIAS

- BEER, Ferdinand Pierre; JOHNSTON, E. Russell. Resistência dos materiais. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1995.
- HIBBELER, Russell Charles. Resistência dos materiais. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- BERTOLDI, Evandro. Análise de ensaios de tração em corpo de prova de aço SAE 1020. Rio Grande do Sul, FAHOR, 2004.

MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto a sua abordagem a pesquisa classifica-se como qualitativa. Estruturado através de uma pesquisa bibliográfica baseada em relatórios e artigos sobre propriedades mecânicas, de onde foram extraídos os dados necessários.

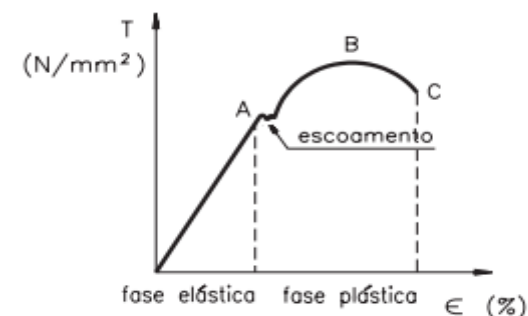
Em relação aos métodos escolhidos são aulas expositivas com exemplos práticos, além de diálogos embasados no conteúdo aplicado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Criamos um plano de ensino simplificado, afim de orientar os convidados a seguir um roteiro na aula prática que será realizada na instituição. Os resultados obtidos nos ensaios mecânicos são importantes para determinar os parâmetros dos materiais em condições de trabalho. Dentre as principais solicitações mecânicas para fabricação, Encontram-se a tração, a compressão, o cisalhamento, e a flexão.

As principais propriedades mecânicas dos materiais são obtidas pelo ensaio de tração, onde os corpos de prova são alongados por uma força de tração uniaxial, até a ruptura do material, nas quais são medidas a tensão e a deformação correspondente, conforme é apresentado na Figura.

Figura: Gráfico do ensaio de tração



Fonte: Bertoldi (2004)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o Centro Universitário de Brusque - Unifebe e a sociedade, proporciona aos convidados novos conhecimentos e interesse na área. Essa aproximação é de suma importância, afim de estabelecer um relacionamento de proximidade com a comunidade local.

INTRODUÇÃO

O software CAD, também conhecido como *Computer Aided Design* ou Desenho Assistido por Computador (PROCONCEPT, 2018), refere-se à softwares que auxiliam engenheiros e projetistas na criação, modificação, análise, documentação técnica e/ou otimização de um projeto que substitui o desenho manual por um processo automatizado em duas dimensões (2D) e modelos tridimensionais (3D).

OBJETIVO

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar as ferramentas que os software CAD fornecem para o desenvolvimento de projetos.

REFERÊNCIAS

PROCONCEPT (ed.). A História e a Evolução do Software CAD. In: A História e a Evolução do Software CAD. São Paulo: ProConcept, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://www.proconcept.com.br/2018/07/18/a-historia-do-software-cad/>. Acesso em: 20 out. 2021.

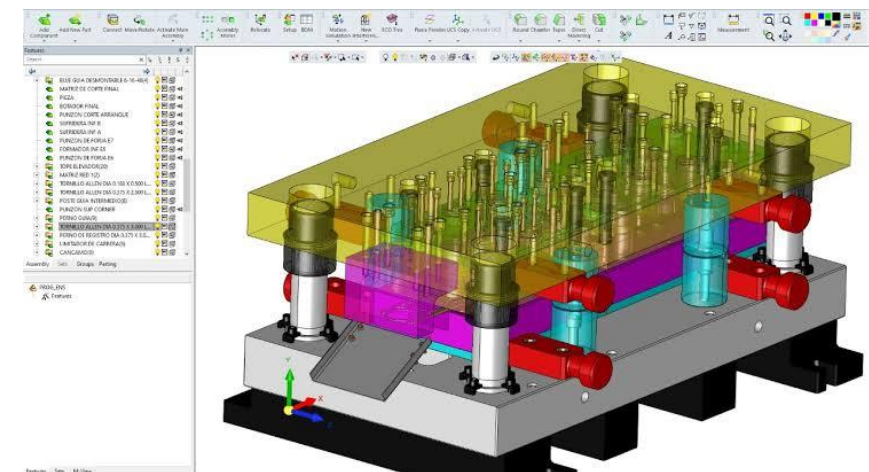
MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração deste projeto, foram realizadas pesquisas bibliográficas baseados em relatórios e artigos sobre os sistemas CAD e experiências profissionais/acadêmicas do mesmo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Verificou-se que os software CAD, são sistemas indispensáveis na elaboração de projetos em diversas áreas. Pois através de sua utilização obtemos melhores resultados como por exemplo , a agilidade no seu processo de montagem , garantindo um melhor tempo de execução no projeto.

De acordo com as pesquisas, observou-se que os sistemas CAD também auxiliam em muito a redução dos custos dos projetos, já que uma de suas funções, a simulação, oferece um meio de confirmação para o projetista se o projeto vai funcionar e seu custo de produção.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que os sistemas CAD foram uma revolução na história dos desenhos mecânicos. Nos dias de hoje sistemas CAD são compatíveis com todas as principais plataformas: Windows, Linux , UNIX e Mac OS X e, alguns sistemas até suportam múltiplas plataformas.

RESUMOS – PÔSTERES

ENGENHARIA

QUÍMICA



INTRODUÇÃO

A Resolução CONAMA 357/2005 estabeleceu condições de qualidade para o enquadramento dos sistemas de água no Brasil. Essa pesquisa avaliou os níveis de qualidade de alguns parâmetros do rio Itajaí Mirim, coletando uma amostra na cidade de Brusque, bairro Guarani, analisando assim se estão de acordo com as condições mínimas para assegurar os usos previstos. A maioria dos coliformes são encontrados no meio ambiente, essas bactérias possuem limitada relevância higiênica. Devido ao fato de os coliformes serem destruídos com certa facilidade pelo calor, sua contagem pode ser útil em testes de contaminações pós-processamento (FORSYTHE, 2002). A presença de valores elevados de concentração de alumínio residual nas águas de abastecimento pode ocorrer se a água bruta apresenta, particularmente, elevada turvação. O manganês é considerado dos elementos de menor toxicidade e não se apresenta como um problema de saúde pública nos valores de aceitabilidade na água destinada a consumo humano.

OBJETIVO

Analisar os parâmetros de potabilidade de uma amostra coletada do rio Itajaí Mirim em um ponto do bairro Guarani na cidade de Brusque.

MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem utilizada na pesquisa foi a quali-quantitativa, envolvendo o estudo de análises físico-químicas e microbiológicas através de abordagem analítica.

Quanto aos procedimentos, foi realizada a pesquisa bibliográfica a partir da leitura e interpretação de artigos, documentos e publicações de sites de entidades, com o propósito de aprofundar os três parâmetros destinados ao grupo. Também foram realizados análises laboratoriais com a amostra coletada do rio Itajaí Mirim.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas tabelas 1 e 2 são apresentados os valores de todos os parâmetros de potabilidade de água analisados na amostra coletada citada. Os resultados dos parâmetros de Alumínio e Manganês mesmo antes da água passar pelo processo de tratamento obtiveram valores dentro do recomendado pela Portaria MS 2914/2011 que estipula máxima de 0,2mg/L para o Alumínio e 0,1mg/L para o Manganês presentes na água para consumo humano. A CONAMA Nº 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005 estabelece que substâncias que comuniquem gosto ou odor precisam estar virtualmente ausentes, no entanto concentrações superiores a 0,1 mg/L de manganês podem originar cor e sabor na água. O resultado da análise de Coliformes Totais e Fecais foi positivo e ficou acima do permitido pela Portaria MS 2914/2011 que estabelece que se deve haver ausência de coliformes. Coliformes Totais a cada 100ml de água para consumo humano e/ou ausência em 95% da água tratada ainda no sistema de distribuição (reservatório e rede). Como a água analisada não passou pelo processo de tratamento para consumo humano, pode-se considerar a CONAMA Nº 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005 água para os demais usos, não deverá ser excedido um limite de 200

coliformes termotolerantes por 100 mililitros em 80% ou mais, de pelo menos 6 amostras, coletadas durante o período de um ano, com frequência bimestral.

Parâmetros	Resultado (mg/l)
Ferro total	0,72
Ortofosfato	0,29
Potássio	11,02
Alumínio	0
Flúor	0
Cloro	0,18
Manganês	0,05
Cromo	0,09
Sólidos totais	80

Resultados	
pH	7,17
Temperatura	14,8°C
Turbidez	>=50
Coliformes totais e fecais	Presente

Tabela 1 e 2 – Resultados dos parâmetros das análises realizadas na amostra de água bruta coletada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados mencionados e seguindo a regulamentação que estabelece os parâmetros nos quais a água deve se enquadrar após tratamento, o ponto de coleta no bairro Guarani apresentou resultados dentro dos critérios estabelecidos para Alumínio e Manganês, por outro lado, obteve-se resultados positivos para Coliformes Fecais e Totais. Assim, mostrando a importância do tratamento de água e de análises frequentes, para que haja uma distribuição com maior qualidade para consumo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria Nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011. Disponível em: . Acesso em: 6 jun. 2021. BRASIL. Resolução CONAMA 357, de 17 de março de 2005 Conselho Nacional de Meio Ambiente. Disponível em: . Acesso em: 6 jun. 2021. FORSYTHE, Stephen J. Microbiologia da segurança alimentar. Trad. Maria carolina Minardi Guimarães e Cristina Leonhardt – Porto Alegre: Artmed, 2002, p 216, 211.

André Heck Debatin, Chaiane Demonti Bosio, Debora Machado de Aquino, Marcelo Cavilha da Silva, Marcos Vinicius Florindo, Mel Linhares, Sandy Vanelli, Andrei Buse, Anna Elisa Amaro da Silveira, Enéias Maffezzolli, Francisco Odisi, Raquel Bonati Moraes Ibsch, Vivian Siffert Wildner, Rafaela Bohaczuk Venturelli Knop

rafaela.knop@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A água é um recurso natural essencial ao ser humano e demais seres vivos, é substância fundamental à vida (FRANÇA, 2016). A pureza da água pode ser alterada pelos diferentes componentes presentes nela, apresentando características físicas, biológicas e químicas que podem ser traduzidas na forma de parâmetros de qualidade da água (SPERLING, 2005). Conforme o Art. 4º da Portaria Nº 5. Toda água destinada ao consumo humano proveniente de solução alternativa individual de abastecimento de água, independentemente da forma de acesso da população, está sujeita à vigilância da qualidade da água.

A amostra de água analisada nesse trabalho foi coletada no rio Itajaí Mirim, em Brusque, próximo à UNIFEBE, objetivando uma análise completa da qualidade da água e seguindo todos os parâmetros de análises solicitados.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo analisar uma amostra bruta de água do rio Itajaí Mirim, com ênfase nos parâmetros de Sólidos Totais, Cloro DPD e Ortofosfato.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados utilizados foram coletados em pesquisas de artigos, livros e sites governamentais.

No laboratório químico da instituição foram utilizados equipamentos para a análise como o PHmetro, Banho Maria laboratorial, Estufa de Esterilização, Fotocolorímetro, Pipeta dosadora e “Spectro kit”.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, Devid Lauriano. **Controle de qualidade microbiológico da água filtrada disponível nos bebedouros da UniRV**- Universidade de Rio Verde. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) - Goiás, 2016.

SPERLING, Marcos Von. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. 3ª edição. Minas Gerais: UFMG, 2005. 452 p

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o abastecimento público de água, portaria nº 36 do Ministério da Saúde, estabelece como padrão de potabilidade 1.000 mg/L de sólidos totais dissolvidos. No caso da Resolução CONAMA nº 20, o valor máximo é de 500 mg/L. O excesso de sólidos dissolvidos pode levar a graves problemas de salinização do solo.

Sabe-se também que toda água distribuída coletivamente à população, deve passar pela etapa de desinfecção. Assim, faz-se necessária a adição de mínima concentração de agente desinfectante, a fim de reduzir riscos microbiológicos. Diante disso, solicitou-se avaliar a concentração de cloro residual livre do rio Itajaí Mirim. A concentração analisada a partir do método colorimétrico DPD através da análise espectrofotométrica, resultou em 0,13 mg/L. O resultado foi comparado com o limite de 0,2 mg/L estabelecido pela Portaria nº 5/2017 do MS. A legislação brasileira estabelece que a água distribuída deve conter teor mínimo de cloro residual de 0,2 mg/L e recomenda a concentração máxima de 2 mg/L, na medida que estabelece 5 mg/L como valor máximo permitido para água destinada ao consumo humano.

O parâmetro de qualidade que indica o excesso de fósforo nas águas é o Ortofosfato. Este, em contato com as águas, faz com que nela haja um enriquecimento excessivo, estimulando assim o crescimento de algas e plantas, que consomem muito oxigênio, causando a mortalidade marinha. Segundo a Resolução CONAMA nº 357/2005 o fósforo total em ambiente lótico deve ser no máximo em 0,050 mg/L.

Tabela 01 – Parâmetros da água analisados

Parâmetros	Resultados
pH	7,1
Coliformes totais e fecais	42.666,66 UFC/100ml
Sólidos totais	170 mg/L
Turbidez	<100 N.T.U.
Cromo	0,00 mg/L
Alumínio	0,05 mg/L
Cloro DPD	0,13 mg/L
Ferro total	0,78 mg/L
Flúor	0,11 mg/L
Mangânes	0,20 mg/L
Ortofosfato	0,72 mg/L
Potássio	2,73 mg/L

Fonte: Elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo as análises realizadas, alguns dos parâmetros solicitados atendem aos valores definidos nas resoluções. Considerando a quantidade de sólidos totais encontrada, que foi de 170 mg/L, a resolução CONAMA nº 20 considera a água como potável. A concentração de cloro no valor de 0,13 mg/L que foi obtida também está dentro da potabilidade, restando apenas o ortofosfato, que apresentando 0,72 mg/L excede a tolerância de 0,05 mg/L.

INTRODUÇÃO

O rio Itajaí-mirim é um rio com nascente em Vidal Ramos, passa por Botuverá, Brusque, Ilhota e une-se ao rio Itajaí-açu na cidade de Itajaí. É o principal rio da cidade de Brusque, conta com a presença da adutora da SAMAE e com descartes de efluentes de indústrias têxteis e esgoto doméstico do município.

Devido a estes descartes, que muitas vezes ocorre de maneira irregular, se faz necessário monitorar a contaminação, como por exemplo: Cromo (Cr), que está entre os contaminantes mais tóxicos no ambiente aquático.

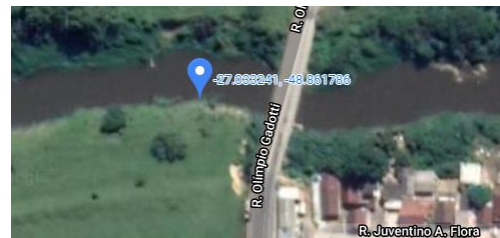
Uma água com características tóxicas pode dificultar o tratamento ou até mesmo inviabilizar o mesmo. A Resolução Nº 357 do CONAMA é a responsável em âmbito federal pela definição dos parâmetros de potabilidade.

OBJETIVO

O presente trabalho visa conhecer as características químicas e biológicas (com foco nos parâmetros de Flúor, Cromo e pH) da água do rio Itajaí-mirim na altura da Ponte do Limoeiro na cidade de Brusque, Santa Catarina.

MATERIAIS E MÉTODOS

Coletou-se a amostra de água seguindo procedimentos de coleta in loco com frascos esterilizados.



O equipamento possui procedimentos específicos para cada parâmetro, utilizando-se de reagentes e indicadores para analisá-los de forma quantitativa.

Utilizou-se o método do Colipaper para realizar a análise de presença de E. coli e Coliformes totais. É possível medir de forma qualitativa e quantitativa, por último, comparou-se os resultados as normas da CONAMA Nº 357.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1 – Tabela de valores encontrados e seus limites

Análise		Resultados		Máx. Permitido	
pH		6,96		6 – 9,5*	
Coliformes totais e fecais		Presente		Ausência	
Sólidos totais		2622	mg/L	1000	mg/L
Turbidez		35,7	uT	5	uT
Cromo		0,3	mg/L	0,05	mg/L
Alumínio		0,11	mg/L	0,20	mg/L
Cloro DPD		0,22	mg/L	5,00	mg/L
Ferro Total		2,2	mg/L	0,30	mg/L
Flúor		0	mg/L	1,50	mg/L
Manganês		0,43	mg/L	0,10	mg/L
Orto Fosfato Total	P2O5 (van)	7,051	mg/L	1,00	mg/L
	P (van)				
	PO4 (van)				
Potássio		7,2000	mg/L	10,00	mg/L

Fonte: Elaborado pelos autores

A amostra coletada apresentou um pH de 6,96. Isso indica um caráter levemente ácido, além de ser uma água com baixo teor de alcalinidade. Essa característica indica que em um processo de tratamento de água para consumo humano, é necessário corrigir o pH da água bruta a fim de adicionar a alcalinidade para que melhore a reação do coagulante a ser adicionado.

Na análise de Cromo Total, obteve-se o valor de 0,3mg/L, valor 6 vezes maior que o permitido, podendo ser eliminado por adsorção com carvão ativado. Este parâmetro possui importância em seu acompanhamento, pois o Cromo Hexavalente é uma substância tóxica para os seres humanos.

Por fim, o parâmetro de Flúor apresentou um valor de 0mg/L, o que é um valor bem aceito, já que o Flúor é adicionado a água no processo chamado de fluoretação, antes da destinação ao consumo humano. Tal adição é uma ação de saúde pública que ajuda a prevenir a formação de cáries, nos consumidores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizadas as análises, é possível constatar que a água analisada não é potável, além de não cumprir com as definições da CONAMA Nº357 por conta da alta quantidade do parâmetro Cromo Total.

REFERÊNCIAS

CONAMA. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. 1. **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357**, 17 mar. 2005. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2005/res_Conama_357_2005_classificacao_corpos_agua_rtfcd_a_ltrd_res_393_2007_397_2008_410_2009_430_2011.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

INTRODUÇÃO

A Bacia do Rio Itajaí é a maior bacia da vertente atlântica do Estado de Santa Catarina, com uma área de 15.500 km², correspondendo a 16,15% do território catarinense e abrangendo cerca de 47 municípios, tendo o rio Itajaí Mirim sua nascente na cidade de Vidal Ramos.

A utilização da água pela sociedade humana visa a atender suas necessidades pessoais, atividades econômicas (agrícolas e industriais) e sociais. No entanto, essa diversificação no uso da água, quando realizada de forma inadequada, provoca alterações na qualidade da mesma, comprometendo os recursos hídricos e por consequência seus usos para os diversos fins (SOUZA, 2014).

OBJETIVO

Coletar água bruta do Rio Itajaí Mirim e realizar análise físico-química via método colorimétrico, a fim de compará-la com a resolução CONAMA Nº 357, de 17 de março de 2005, além de aprofundar a pesquisa sobre os parâmetros de turbidez, ferro total e potássio.

REFERÊNCIAS

- ALFARO, J. D. B. **Determinación de cationes en agua potable del cantón de Grecia, Costa Rica por absorción atómica**. Revista. InterSedes, v 15, p. 95-106, 2014.
- CARVALHO, A. R. **Processo de complexação do ferro em águas subterrâneas - uma proposta de mudança da portaria 36 do ministério da saúde**. 2011. Disponível em <<https://aguassubterraneas.abas.org/subterraneas/article/view/23576/15654>>, acesso em 24 Mai. 2021.
- SILVA, E.H. **Medidor de turbidez da água por meio de processamento digital de imagens**. 2018. Disponível em <<https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/310/Dissertacao%20-%20Edilson%20Hipolito%20da%20Silva%20-%20v1.7%20-%20Com%20Ata%20Assinada.pdf?sequence=1>>, acesso em 24 Mai. 2021.
- SOUZA, J. R. **A Importância da Qualidade da Água e os seus Múltiplos Usos: Caso Rio Almada, Sul da Bahia, Brasil**. 2014. Disponível em <<http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/217>>, acesso em 24 Mai. 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

As informações foram coletadas utilizando metodologia exploratória, a partir da leitura e interpretação de artigos, documentos e publicações em revistas e páginas virtuais.

Também se utilizou de pesquisa experimental, a partir da coleta de amostra de água do Rio Itajaí Mirim, e posterior análise no laboratório da instituição por meio de método colorimétrico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A turbidez da água é uma característica pertinente a presença de partículas suspensas de tamanhos variados, como areia, argila e outros materiais, ocasionando em uma aparência turva e condições inadequadas para o consumo (SILVA, 2018).

De acordo com Carvalho (2011, p. 5) praticamente todas as águas encontradas em solo brasileiro contêm alguma quantidade de ferro. Isso se dá pelo tipo geológico do solo, onde se verifica uma grande quantidade de minerais como o ferro e o manganês. O ferro quando encontrado em teores acima de 0,5 ppm, altera cor, odor e sabor da água.

Segundo Alfaro (2014), o potássio é um dos poucos compostos encontrados naturalmente em corpos d'água. É um elemento que está em baixas concentrações nas águas naturais, sendo a lixiviação das rochas a sua principal fonte natural.

Tabela 1 – Resultados obtidos dos parâmetros solicitados em comparação ao exigido pela classificação do rio Itajaí Mirim

PARÂMETROS	ÁGUA COLETADA	PADRÕES ÁGUA DOCE - CLASSE II
pH	7,17	6 - 9
TEMPERATURA	19,9 C	-
TURBIDEZ	< 50 NTU	< 100 NTU
SÓLIDOS TOTAIS	75,9999 mg/L	500 mg/L
COLIFORMES FECALIS E TOTAIS	38400 UFC/100ml	< 1000 UFC/100ml
CROMO	0,09 mg/L	0,05 mg/L
ALUMÍNIO	0,01 mg/L	0,1 mg/L
CLORO	0,07 mg/L	Cloreto total = 250 mg/L
FERRO	0,38 mg/L	0,3 mg/L
FLÚOR	1,08 mg/L	1,4 mg/L
MANGÃNES	0,09 mg/L	0,1 mg/L
ORTOFOSFATO	0,592533 mg/L	-
POTÁSSIO	3,19 mg/L	-

Fonte: os autores (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da comparação das amostras de água coletada no Rio Itajaí Mirim e dos padrões de água doce – classe II, os resultados dos parâmetros analisados estiveram dentro dos limites estabelecidos pela resolução CONAMA Nº 357, exceto para coliformes totais e fecais, cromo e ferro, em que os dados obtidos foram superiores ao esperado. Desta forma, o tratamento de água precisa ser realizado de forma frequente, principalmente quando observado diferenças significativas provenientes dos resultados encontrados.

INTRODUÇÃO

Indicadores visuais são substâncias capazes de mudar de cor dependendo das características físico-químicas da solução na qual estão contidos, em função de diversos fatores, tais como pH, potencial elétrico, complexação com íons metálicos e adsorção em sólidos (ROSSI, 2002).

Antocianinas, pigmentos da classe dos flavonóides, são responsáveis pelas cores: azul, violeta, vermelho e rosa de flores e frutas (TIMBERLAKE, 1975).

A propriedade das antocianinas apresentarem cores diferentes, dependendo do pH do meio em que elas se encontram, faz com que estes pigmentos possam ser utilizados como indicadores naturais de pH (MEBANE, R. C., 1985).

OBJETIVO

Identificar alguns indicadores naturais, verificando sua alteração de cor conforme altera o pH.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os materiais utilizados para a realização do experimento foram tubos de ensaios, suporte para tubos de ensaio, soluções de pH identificados, frutas e verduras: Abacaxi, Acerola, Açaí, Açafrão, Cereja, Limão, Manga, Melancia, Morango, Repolho Roxo e Uva., liquidificador, béquer e fitas de pH.

REFERÊNCIAS

MEBANE, R. C.; Rybolt, T. R.; J. Chem. Educ. 1985, 62, 285.

ROSSI, D. B. L. T. e. A. V; **Indicadores Naturais de pH: usar papel ou solução?**. Instituto de Química, Universidade Estadual de Campinas. 4. ed. Campinas - SP: Quim. Nova, 2002. p. 684-688.

TIMBERLAKE, C. F.; Bridle, P. Em The Flavonoids; Harbone, J. B.; Mabry, T. J. Mabry, H., ed.; Academic Press: New York, 1975, p. 215.

O método utilizado foi: fazer um suco, passando no liquidificador. Em seguida, passar pela peneira. Na sequência foram preparadas as soluções de água com pH ajustado, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11. Feito isso, colocar os sucos preparados em tubos de ensaio, 2.5ml. Adicionar também 5ml de cada solução de pH identificado e identificar os respectivos tubos de ensaio. Em seguida, misturar bem as soluções e verificar a alteração da cor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a realização dos experimentos verificou-se que nem todos os elementos escolhidos apresentaram variação de cor. Sendo que, dos elementos que houveram variação de cor, destaca-se o repolho roxo.

Verifica-se na tabela 1 o pH natural encontrado em cada suco realizado. Já na tabela 2, observa-se as cores de viragem de cada elemento com o respectivo pH.

Tabela 1 – pH natural do elementos utilizados

Frutas	Abacaxi	Acerola	Açaí	Açafrão	Cereja	Limão	Manga	Melancia	Morango	Repolho	Uva
pH Natural	4	3,5	5	6	3	2,5	4,5	5	3	6	3,5

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 2 – Relação das cores com os respectivos pH's

pH	Frutas										
	Abacaxi	Acerola	Açaí	Açafrão	Cereja	Limão	Manga	Melancia	Morango	Repolho	Uva
1											
4											
5											
6											
7											
8											
10											
11											

Fonte: Elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A variação da cor de acordo com a variação do pH identifica os pontos de viragem do indicador. Quanto mais cores observamos nas cubetas, mais pontos de viragem o elemento apresenta. Ponto de viragem significa que o indicador vai mudando de cor conforme altera o pH.

De acordo com os resultados obtidos, pode-se concluir que os sucos obtidos das frutas estudadas, apresentam potencialidade para a demonstração do comportamento de indicadores de pH, destacando-se repolho, uva e açaí..

INTRODUÇÃO

O processo de secagem ocorre por meio da transferência de calor e massa, sendo capaz de remover parte da água presente no material através da evaporação em um meio gasoso insaturado que envolve o material, sendo uma etapa extremamente delicada no processo de fabricação de materiais cerâmicos devido a possibilidade de ocorrerem defeitos que serão visíveis nas peças (OLIVEIRA et.al, 2010).

OBJETIVO

Determinar a variação do teor de umidade e a taxa de secagem da argila sobre superfícies não aquecidas em regime de convecção forçada até as amostras atingirem o ponto de equilíbrio, para possibilitar o dimensionamento de um equipamento a nível industrial.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização deste trabalho foram utilizados os seguintes materiais: soprador térmico, cronômetro, paquímetro argila úmida, balança analítica e bandeja. O conteúdo de água das amostras foram definidos a partir do peso seco da amostra em intervalos de 5 minutos até atingir o equilíbrio. Para determinar o teor de umidade foi utilizado a expressão:

$$\% \text{ Umidade} = \frac{M_s}{M_u} * 100$$

REFERÊNCIAS

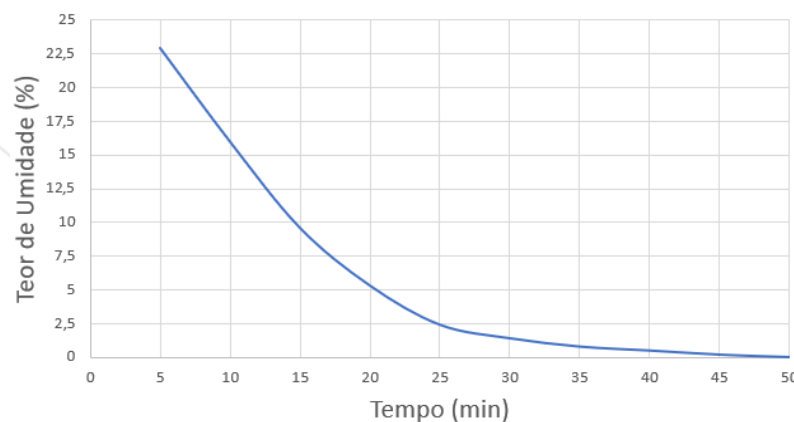
OLIVEIRA, B.F; SILVA.M.A; FREITAS, M.S. **Secagem de materiais cerâmicos**. Trabalho da Disciplina de Materiais Cerâmicos. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, RJ, 2010.

Onde M_s é a massa seca de referência e M_u é a massa úmida no seu respectivo intervalo de tempo. A temperatura do fluxo convectivo de ar foi de 80°C com uma vazão de 2,1L/s.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da média aritmética obtida pela secagem das três amostras foi possível determinar a mudança do teor de umidade da argila até atingir o equilíbrio conforme Gráfico - 1

Gráfico 1 – média da curva de secagem em relação ao tempo

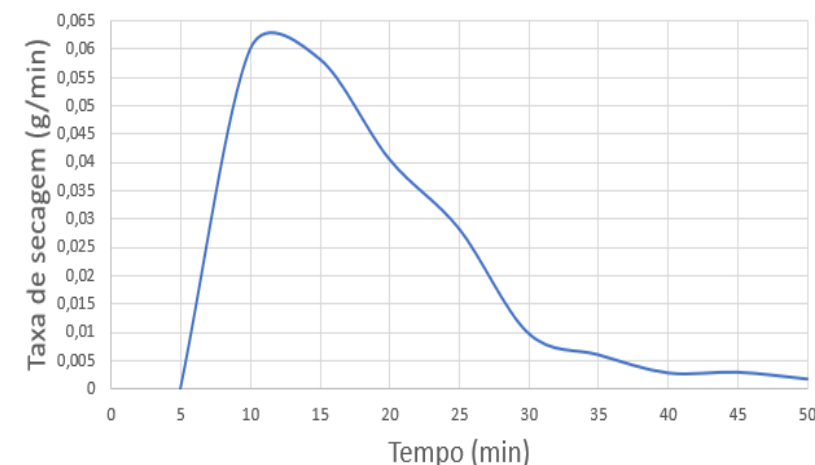


Fonte: Elaborado pelos autores

Com os dados obtidos na curva de secagem foi possível

determinar a taxa de secagem da argila para as condições estabelecidas.

Gráfico 2 – Média da taxa de secagem



Fonte: Elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos dados extraídos durante o experimento, foi possível estabelecer uma linearidade de informações que possibilita o dimensionamento de um equipamento a nível industrial para este substrato.

INTRODUÇÃO

Há locais que certamente necessitam de força elevada para receber abastecimento de água. Portanto, existem modelos e aplicações de diferentes tipos de bombas hidráulicas.

As bombas hidráulicas são equipamentos eficientes em elevar a pressão e velocidade de escoamento através de abastecimento de energia do sistema. Essa energia pode ser gerada através de dispositivos como motores e turbinas, transferindo o fluido com energia cinética ou energia de pressão.

OBJETIVO

Compreender o funcionamento e aplicações das bombas hidráulicas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa realizada no Centro Universitário de Brusque UNIFEBE, Brusque - SC, teve-se como base estudos voltados em livros e artigos científicos.

As turbo-bombas se diferenciam das bombas de deslocamento positivo pelo fato que as forças comunicadas ao líquido não possuem a mesma direção nem o mesmo sentido que o fluido em contato com as pás (MACINTYRE, 1997).

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Alex N. Máquinas Termohidráulicas de Fluxo. **Bombas de Deslocamento Positivo**, [s. l.], 2010. Disponível em: https://sistemas.eel.usp.br/docentes/arquivos/5817712/LOQ4015/capitulo3_bombasclassificacaoedescricao.pdf. Acesso em: 29 de outubro de 2021.
- MACINTYRE, A. J. Bombas e Instalações de Bombeamento. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: LTC, 1997.
- POLESE, E. L. Eficiência Energética em Sistemas de Bombeamento: Uso Do Variador De Frequência. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.

Estas bombas são constituídas basicamente por dois elementos: rotor e difusor. O elemento rotor tem por função a comunicação da aceleração à massa líquida, para que esta adquira energia cinética e de pressão (MACINTYRE, 1997).

As bombas de deslocamento positivo, segundo Polese (2010, p. 24-25), são também chamadas de bombas volumétricas. Elas possuem em seu interior um propulsor que comunica a energia de pressão ao líquido e provoca seu escoamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

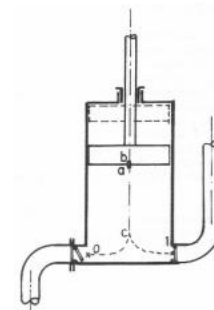
Hoje as bombas hidráulicas facilitam o uso de diferentes fluidos devido suas aplicações em diversos setores.

As bombas de deslocamento positivo são aplicadas em senários onde uma vazão constante é independente de alterações de carga sobre a bomba, e da mesma forma quando o volume deve ser examinado com precisão pois a sua vazão dependerá da rotação.

Quanto as turbo-bombas, elas raramente serão utilizadas em sistemas hidráulicos devido ao seu poder de deslocamento de fluido, que terá redução quando aumentara a resistência. Do mesmo modo, possivelmente será bloqueado seu pórtico de saída em seu funcionamento.

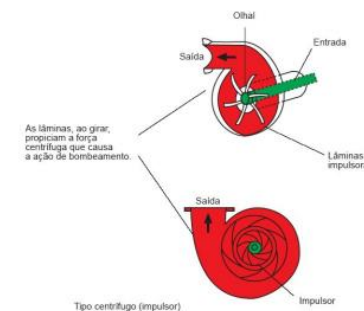
A seguir a Figura 1 mostra uma bomba hidráulica de deslocamento positivo, e a Figura 2 ilustra uma turbo-bomba.

Figura 1:
Deslocamento positivo



Fonte: BRASIL, 2010.

Figura 2:
Turbo-bomba



Fonte: BRASIL, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que entre os modelos de bombas mencionados, as aplicações de cada bomba hidráulica deverá ter estudos mais específicos, devido a sua forma de trabalho. Pois, enquanto a bomba de deslocamento positivo trabalha com uma vazão constante, as turbo-bombas perdem seu poder de deslocamento do fluido quando aumenta a resistência. Portanto, a utilização das bombas hidráulicas trazem eficiência em qualquer setor de aplicação, desde que seja aplicado o modelo correto para cada ocasião.

INTRODUÇÃO

Espectrofotômetro é um instrumento de análise utilizado em laboratórios para medir a quantidade de luz absorvida, refletida ou transmitida por uma amostra através do seu comprimento de onda. Este processo acontece devido a comparação da intensidade da luz que passa pela amostra a ser analisada até a passagem por um composto de referência (KASVI, 2018).

É um equipamento que pode ser utilizado em diversas áreas analíticas, tais como: química, bioquímica, biologia molecular, análises clínicas e indústria de alimentos (KASVI, 2018). Por se tratar de um método bastante prático, de baixo custo e confiável, a espectroscopia se encaixa nos mais variados cenários, tais como, indústrias, pesquisas científicas, determinação de produtos farmacêuticos, crescimento de bactérias, diagnóstico de doenças, entre outros (ALVES, 2021).

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é compreender as formas de

análises das moléculas biológicas através do espectrofotômetro e suas possíveis aplicações na engenharia química.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa está embasada em uma revisão de literatura, compreendendo os termos espectrofotometria e engenharia química. Utilizou-se como fonte as bases de dados Scielo, Pubmed e Google acadêmico, com artigos publicados após 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O espectrofotômetro é um equipamento amplamente utilizado, cuja função é medir e comparar a quantidade de luz absorvida por uma determinada solução. Entre as diversas aplicações podemos citar o auxílio com diagnóstico de pacientes com base na quantidade de ácido úrico presente na urina e a aferição do crescimento bacteriano. Essas análises podem ser qualitativas e quantitativas, sendo que cada substância pode refletir e absorver a luz de formas diferentes

(KASVI, 2016).

Como o Engenheiro Químico atua no desenvolvimento, dimensionamento e melhoria de aplicações de produtos e processos, há uma participação expressiva deste profissional na fabricação, manutenção e alinhamento deste equipamento. (CONFEA, 2016).

O estudo intitulado Validação parcial de um método analítico para quantificação de paracetamol em um fármaco por espectrofotometria no ultravioleta, apresenta a conduta e atuação do profissional de engenharia química frente a análise de um fármaco através do equipamento indicado no estudo (ALVES, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espectrofotômetro têm grande potencial tecnológico para atender no desenvolvimento têxtil, farmacêutico e pesquisas científicas, buscando descobrir melhorias e apresentar eficiência elevada na precisão do resultado, podendo assim, ser utilizado em diversas áreas do mercado. Além das vantagens adicionais por ser uma equipamento de baixo custo e resultado confiável.

REFERÊNCIAS

KASVI. Disponível em: <https://kasvi.com.br/espectrofotometria-analise-concentracao-solucoes//>. Acesso em: 02 setembro 2021.

ALVES, Jéssica. **Validação parcial de um método analítico para quantificação de paracetamol em um fármaco por espectrofotometria no ultravioleta**. Tubarão, 2021. 43 p. Relatório de Estágio (Bacharelado em Engenharia Química), Universidade do Sul de Santa Catarina.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA. Engenharia Química: Os profissionais e suas Atribuições. São Paulo: 2016, Cartilha. Disponível em: https://www.confea.org.br/sites/default/files/uploads/cartilha_eng_quim_PDFsite_compact.pdf. Acesso em: 07 out 2021.

RESUMOS - PÔSTERES

GESTÃO

COMERCIAL



INTRODUÇÃO

A Responsabilidade socioambiental refere-se ao dever que uma empresa ou organização tem, tanto com a sociedade, quanto com o meio ambiente; além das obrigações legais e econômicas (ASHLEY, 2003). Dessa forma, ao decorrer do tempo as empresas começaram a perceber a necessidade de minimizar os problemas ambientais e não só focar na qualidade e preço de seus produtos (ASHLEY, 2003). Visando isso, foi escolhida essa empresa para a execução de um projeto de sustentabilidade. A empresa foi fundada por Alfredo Langer, em Janeiro de 1943, em Corupá/SC, tendo o propósito de desidratar banana in natura, respeitando seu processo e a agricultura local. Por ser uma empresa de muitos anos foi observado a necessidade de inovação na área sustentável com implementação de recursos que favorecem tanto a empresa quanto a sociedade e o meio ambiente.

OBJETIVO

Implementar estratégias socioambientais na empresa com o objetivo de minimizar a poluição atmosférica, descartes inapropriados e o gasto de energia não renovável.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho tem uma abordagem qualitativa, método exploratório e tipo de pesquisa de estudo de caso. Assim, será implementado três planos para o melhor gerenciamento entre a empresa e o meio ambiente. Sendo eles: implementar placas solares, para fornecer uma energia mais sustentável; instalar filtros para as chaminés, com o objetivo de purificar a fumaça emitida; reutilizar as cascas de banana para a alimentação bovina, a fim de evitar o descarte inapropriado, em parceria com agricultores locais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O uso de energia renovável, como a solar, auxilia tanto na redução do gasto com energia elétrica a longo prazo e a curto prazo beneficia o meio ambiente, por ser uma energia inesgotável, limpa e com alta durabilidade (MACHADO, 2015). Além disso, a implementação do filtro antifuligem nas chaminés serve para combater a emissão de resíduos liberados durante a queima da madeira dentro do forno, minimizando, assim, a contaminação do ar e aumentando a credibilidade entre a relação empresa-comunidade (KRUEGER, 2012).

Ademais, a reutilização da casca de banana, com a parceria dos agricultores locais para a alimentação dos bovinos, evita o descarte produto orgânico nos lixões; diminuindo a taxa de contaminação desses locais e melhorando a economia dos pequenos agricultores, que irão reduzir os gastos com ração animal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto tem a finalidade de implementar estratégias socioambientais, a fim de reduzir a poluição atmosférica, com o uso de filtros antifuligem nas chaminés que irá minimizar a emissão de resíduos poluentes, beneficiando, assim, a saúde da população. Além disso, a reutilização de cascas para a alimentação dos bovinos será realizada fomentando a economia local e o desenvolvimento da cidade. E por fim, a instalação das placas solares beneficiará a economia empresarial, pois propõem um baixo custo de vida útil e reduz impactos ambientais sendo efetivo para o meio ambiente.

Diante dessas iniciativas, a empresa priorizará a preservação da natureza, atenção à comunidade e qualidade e satisfação do consumidor.

REFERÊNCIAS

- ASHLEY, PATRÍCIA ALMEIDA (Coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2003.
- KRUEGER, Fernando Sakuragi. Estudo da emissão de fuligem a partir de chamas produzidas por diferentes combustíveis. 2012.
- MACHADO, Carolina T. **Energia solar Fotovoltaica**: Uma breve revisão. Revista virtual de química, v. 7, n. 1, p. 126-143, 2015.

RESUMOS - PÔSTERES

LETRAS -INGLÊS



INTRODUÇÃO

Desde o início do século passado os estudos curriculares têm definido “currículo” de diversas formas. Seguindo os guias propostos em sala de aula, por meio da rede de ensino, o currículo traz o significado da grade curricular, formado pelas disciplinas, atividades, horários, conjunto de ementas, planos de ensino de professores. Do ponto de vista etimológico currículo significa o território demarcado e regrado do conhecimento correspondente aos conteúdos que professores e centro de educação deveriam cobrir; ou seja, o plano de estudos proposto e imposto pela escola aos professores, para que o ensinassem e aos estudantes, para que o aprendessem (SACRISTÁN, 2013, p.16 *apud* PACHECO, 2017, p. 3). A organização do currículo se tornou necessária com o surgimento da escolarização em massa, precisou-se de uma padronização do conhecimento a ser ensinado, para que os alunos tivessem acesso a mesma informação e aos mesmos conteúdos. É importante ressaltar que o currículo escolar passou por uma longa linha do tempo de atualizações até chegar ao que se conhece e se tem acesso hoje em dia.

OBJETIVO

Conhecer a trajetória do currículo escolar, abordando de forma breve e objetiva o conceito, sua história a partir do século XIX, assim como a compreensão das teorias curriculares tradicionais, críticas e pós-críticas.

REFERÊNCIAS

PACHECO, Eduardo Felipe Hennerich. **Aspectos Históricos das teorias do Currículo**. XIII Congresso Nacional de Educação Educere, 2017. Disponível em :https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23349_11677.pdf. Acesso em: 10 jun.2020

A EVOLUÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR: LINHA DO TEMPO E ASPECTOS HISTÓRICOS

Elisabete Prado, Meriele Machado Zimmermann, Suzan Milena Carolino, Fabiana Boos Vasquez
Centro Universitário de Brusque –UNIFEBE

MATERIAIS E MÉTODOS

O artigo trata-se de uma revisão bibliográfica traçando uma linha cronológica através de uma tabela acerca da evolução do currículo escolar ao longo do tempo e suas características mais marcantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percorrendo historicamente a teoria curricular pode-se traçar uma linha cronológica, conforme se ilustra na Tabela 1

Tabela 1 – Teoria curricular

Século XIX	O ensino jesuítico trabalhava, defendendo que certas disciplinas facilitavam o raciocínio lógico ou mesmo ampliavam a memória.
1900	Surgem dois movimentos significativos para o currículo, o tecnicista defendido por Bobbit e o outro se caracteriza pela educação progressiva de Dewey.
1910	Ganham destaque: Comportamentalismo (psicologia). Taylorismo (administração).
1918	A partir da obra <i>The Curriculum</i> , de Franklin Bobbitt, publicada nos Estados Unidos em 1918, o currículo firmou-se como campo de reflexão e de estudos. A emergência desta concepção está associada à racionalidade instrumental e técnica.
1920	Movimento da escola “Nova” no Brasil percebeu-se que era preciso decidir sobre o que ensinar. Muitos autores consideram este o momento do início dos estudos curriculares.
1949	“Ralph Tyler se propõe a articular abordagens técnicas, como as eficientistas, com o pensamento progressivista.” Organização dessas experiências para garantir maior eficiência ao processo de ensino.
Século XX	O aparecimento das ideias progressistas e tecnicistas criou uma batalha central para reforma de currículo. O currículo progressivo foi concebido como um processo entre professores e estudantes que por meio de diálogo iriam determinar o que valeria a pena ser estudado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as teorias apresentadas, compreende-se que que o currículo nunca foi ou será algo neutro, devido ao fato de suas constantes atualizações. Pode-se concluir que as atualizações do currículo sempre irão sofrer mudanças ao longo do tempo, pois novas ideias, metodologias de ensino-aprendizagem e tecnologias surgem a cada momento, e para isso as teorias do currículo se fazem tão importantes e necessárias, pois por meio delas pode-se perceber quais são os valores e hábitos que os currículos abordam e, assim, fazer as atualizações necessários para elaboração de currículos mais inclusivos

INTRODUÇÃO

Com o avanço das tecnologias e a exigência do mercado de trabalho, aprender uma segunda língua deixou de ser um diferencial e passou a ser uma necessidade, que além de abranger o mercado de trabalho aborda questões de cultura, ciências, interação, conhecimento e desenvolvimento cognitivo. Analisando as abordagens sistemáticas do ensino da língua inglesa no ensino das escolas públicas, percebe-se a necessidade de obter melhores métodos para despertar o interesse dos alunos no aprendizado dessa língua estrangeira, pois, segundo Firmino (2018), mesmo sendo notória tamanha importância o ensino de língua inglesa ainda não tem sido completamente satisfatório nas escolas públicas. Com base nisso, a presente pesquisa tem como objetivo abordar a música como instrumento de ensino na língua inglesa em sala de aula, visto que esse mundo desenvolve o potencial criativo e desperta as emoções e o interesse no ser humano em conhecer e aprender. Na busca por métodos inovadores no ensino da LE nas salas de aula das escolas públicas, os professores começam a inserir a música como um instrumento diferenciado na aprendizagem de uma nova língua. De acordo com Bonato (2014), o trabalho com a música no ensino de LE contribui para que o interesse dos alunos sobre esse processo de aprendizagem seja potencializado e mantenha-se em constante motivação.

REFERÊNCIAS

BONATO, Denise de Melo. **A utilização de música como método de aprendizagem de língua inglesa**. Disponível em: repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4807/1/MD_EDUMTE_VII_2014_33.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

FIRMINO, Wernek Allan da Silva. **Música**: uma importante ferramenta didático-pedagógica para o ensino de língua inglesa na escola pública. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/17954/1/PDF%20-%20Wernek%20Allan%20da%20Silva%20Firmino.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

OBJETIVO

Analisar como a inserção da música pode ser um instrumento facilitador e inovador no ensino e aprendizagem da Língua Inglesa.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa se caracterizou como pesquisa bibliográfica. Na forma da abordagem dos dados como qualitativa e quanto aos objetivos se caracterizou como pesquisa exploratória, a qual fornece hipóteses sobre tópicos desconhecidos, experiências e observações informais a fim de analisar a música como instrumento de ensino na língua inglesa em sala de aula, visto que esse mundo desenvolve o potencial criativo e desperta as emoções e o interesse no ser humano em conhecer e aprender.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a pesquisa bibliográfica percebeu-se que emoção e razão também estão ligadas e exercem importante papel no momento da construção do conhecimento, já que o professor ao trabalhar o desenvolvimento do aluno consegue compreender como eles utilizam seus recursos cognitivos no momento do aprendizado, inclusive traz a possibilidade de conexão com seus alunos, pois a partir do momento que ele conhece melhor seus alunos

consegue aplicar métodos inovadores como, jogos e músicas, fazendo com que os alunos interajam entre si e com o próprio docente, sentindo-se mais confiantes em expor suas dificuldades e, desse modo, obtenham um bom resultado coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa bibliográfica foi possível evidenciar a música como importante aliada do docente na abordagem de métodos inovadores no ensino da língua inglesa. Ao discutir a possibilidade de o ser humano conhecer novas línguas, adentrou-se em questões que partem da capacidade inata que ele tem de adquirir conhecimento, uma vez que traz consigo uma estrutura internalizada que permite absorver do meio externo muito aprendizado. Portanto, destaca-se a música no ensino da língua inglesa como uma ferramenta de grande importância, porque com ela o docente consegue despertar, desenvolver e ensinar. Assim, o aluno assimila emoção e motivação em aprender, e, passa a se familiarizar com o ritmo e a entonação da nova língua que ele está estudando.

Cristiano Luis Viaselli Junior, Jhonathan Südekum Gonçalves, João Victor Souza Martins, Rosana Paza, Francise Sens, Marcelo Noldin, Suy Mey Moresco
rosana@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa refere-se ao Projeto de Curricularização da Extensão, prevista pelo CNE/CES na Resolução de nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Realizada pela 1ª fase do Curso de LETRAS – Inglês, teve como tema “Países que possuem inglês como língua oficial” e tudo aquilo que é produzido, material ou imaterialmente, pela cultura dos Estados Unidos da América. Nesse sentido, o Projeto buscou a valorização da língua inglesa, trazendo para a realidade de alunos da escola pública do segundo ano do ensino médio assuntos pertinentes à vivência da língua falada e escrita. Nesse viés, ressalta-se a importância da inclusão da língua inglesa no processo de aprendizagem dos estudantes, pois, conforme destaca Lopes (2003), a língua inglesa é a responsável pela grande parte das informações disseminadas acerca dos fatos que acontecem em todo o planeta. Assim sendo, a aprendizagem de uma língua estrangeira oferece aos alunos a exploração de inúmeros contextos comunicativos e a vivência de diversas situações de uso.

OBJETIVO

Apresentar aspectos culturais e sociopolíticos de países que têm o inglês como sua língua oficial, mais especificamente os Estados Unidos da América, assim como introduzir as singularidades do idioma visando à expansão dos vocábulos conhecidos e, principalmente, o desenvolvimento de três habilidades linguísticas básicas: *reading*, *speaking* e *listening*.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização do projeto foi utilizada a pesquisa-ação como método, que segundo Kemmis e McTaggart (1988), é uma pesquisa

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

MOITA LOPES, Luiz P. **Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas**. São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

SADIKU, Phd Cand. Lorena Manaj. **The Importance of Four Skills Reading, Speaking, Writing, Listening in a Lesson Hour**. 2015. 3 f. Tese (Doutorado) - Curso de Language And Literature Studies, Aleksander Xhuvani University Elbasan Albania, Albânia, 2015.

em grupo formada por um ou mais participantes num contexto social. Nesse sentido, os alunos do curso de Letras prepararam aulas instrumentais de língua inglesa e aplicaram na turma do segundo ano do ensino médio na escola Santa Terezinha, em Brusque. Para a preparação das aulas foram utilizados os aspectos culturais e linguísticos dos Estados Unidos e a BNCC (2018) como documento norteador para o plano de aula. Com o planejamento realizado, as aulas foram aplicadas aos alunos em quatro etapas durante duas noites, com 40min de duração cada, com conteúdos expositivos e dinâmicas interativas. Foram utilizados como recursos: materiais impressos, pincel, lousa, infográficos, cadeiras, laptops, bolas, e dicionários.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados de avaliação foram obtidos com base nas aulas ministradas, por meio das quais os alunos conheceram dois tipos textuais, tendo como objetivo o contato com três habilidades linguísticas. Os alunos, divididos em equipes, trabalharam com *Tongue Twisters* e *Idiomatic Expressions*. Nesse sentido, realizaram a atividade de *Reading*, e praticaram a oralidade e a compreensão por meio do *Speaking* e *Listening*, respectivamente, pois, conforme afirma Sadiku (2015), são habilidades imprescindíveis para o estudo da língua. Assim sendo, os alunos demonstraram interesse nas dinâmicas e conseguiram, ao término da aula, além de conhecer alguns aspectos culturais e linguísticos dos EUA, ter contato com a língua pelos textos. Por fim, os estudantes trocaram experiências entre si e construíram conhecimento pela interação com os colegas de turma, discutindo e obtendo conclusões acerca dos aspectos culturais dos americanos e da multiplicidade de sua linguagem.

Figura 1 – Alunos do segundo ano do E.M. da E.E.B. Santa Terezinha



Fonte: Acervo dos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o projeto concluído e a autoavaliação realizada, foi possível constatar que o objetivo foi alcançado com êxito, tendo por incentivo a ajuda dos professores orientadores e, com certeza, a participação dos estudantes na escola Santa Terezinha. Portanto, a vivência por meio da prática é muito importante para uma pesquisa, e foi isso que aconteceu no projeto de curricularização da extensão. Ao fazer ciência aos alunos de que a língua inglesa está presente em todo o mundo, conseguimos levá-los a compreender a sua importância atualmente, além de se interessarem por sua diversidade, seja em seus aspectos culturais ou linguísticos. Por fim, a autonomia profissional construída por intermédio desse projeto forma-nos acadêmicos conscientes do que iremos enfrentar mais à frente.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa refere-se ao Projeto da Curricularização da Extensão, prevista pelo CNE/CES na Resolução de nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Realizada pela 1ª Fase do Curso de Letras - Inglês, teve como tema "Countries: Países que possuem o Inglês como língua oficial". O projeto mostrou aspectos e fatos pertinentes aos países anglófonos, destacando a Língua Inglesa no contexto de sua internacionalização. O projeto foi realizado em Grupos de Trabalho (GTs), e cada grupo ficou responsável por apresentar um país. Em nossa abordagem, destacou-se a cultura e festivais do país Irlanda, envolvendo os alunos em atividades práticas fazendo uso do reading, listening e writing. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), um dos objetivos do professor de língua estrangeira no Ensino Médio deve ser "Analisar e experimentar diversos processos de remediação de produções multissemióticas, multimídia e transmídia, desenvolvendo diferentes modos de participação e intervenção social" (BNCC 2018, p. 491, item 5.1.1). Nesse sentido, buscou-se utilizar vários tipos de mídias e dinâmicas diferentes, para aprimorar o aprendizado dos alunos e aumentar seu desenvolvimento e participação em sala.

OBJETIVO

(EM13LGG103) Analisar o funcionamento das linguagens, para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses (visuais, verbais, sonoras, gestuais).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
FERNANDES, E. C. S.; EIRÓ, J. G (2013). Experiências interculturais e aquisição de língua estrangeira e/ou segunda língua. In: BRAWERMAN-ALBANI, A.; MEDEIROS, V. S. (org.). **Diversidade cultural e ensino de língua estrangeira**. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 97-110
TRAGE, JONATHAN ELTON. **A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA**. TCC do curso de Língua Estrangeira, da universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2012).

MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto baseou-se em uma pesquisa-ação, realizada na E.E.B. Santa Terezinha, situada em Brusque-SC, com os alunos da turma do segundo ano do ensino médio. Os materiais e métodos utilizados foram aulas expositivo-dialogadas, jogos e dinâmicas em grupo. Realizou-se atividade com uma música da língua inglesa; o Grupo de Trabalho (GT) levou os próprios instrumentos musicais, bem como a participação dos alunos. Posteriormente, aplicou-se uma dinâmica com base na letra da música. De acordo com Mora (2000 p. 148 *apud* TRAGE, 2012), "A musicalidade do discurso tem um efeito não apenas sobre as habilidades de pronúncia de estudantes de Inglês como Língua Estrangeira, mas também em todo seu processo de aquisição de linguagem."

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio de aspectos culturais, o aluno pôde conhecer um novo sistema linguístico. Uma vez que a descoberta possibilitou inúmeras oportunidades de vocabulários e dizeres, enriquecendo os falantes e tornando-os mais aptos a participar dos desafios propostos nessa pesquisa-ação que realizamos. (FERNANDES; EIRÓ, 2013). Avaliando as aulas com os alunos obteve-se como respostas que os momentos foram divertidos, experiências novas, uma contextualização diferente, despertando mais interesse em aprender a língua inglesa.

A Figura 1 ilustra a turma na qual a experiência foi aplicada.

Figura 1 - Turma do segundo ano do ensino médio.-E.E.B. Santa Terezinha



Fonte: Acervos dos Autores (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto de curricularização (2021) teve como objetivo apresentar reflexões decorrentes da experiência prática. Aprendendo e ensinando, tivemos uma experiência marcante, uma mistura de êxito com nervosismo. A primeira impressão passada pelos alunos, a nós professores, foi de entusiasmo. A experiência de estar em uma sala de aula pela primeira vez, foi muito positiva e proporcionou reflexões próprias. Além de construir o conhecimento por meio da interação aluno e professor. Por fim, avalia-se o projeto de curricularização positivamente.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, o tema abordado é a educação durante a pandemia, as mudanças que aconteceram, vantagens e desvantagens, baseando-se na visão de uma professora. Conforme Valente *et al* (2020), “inúmeros têm sido os desafios: o suporte tecnológico aos discentes para acompanhamento das atividades remotas, a normatização das ações e dos procedimentos, a formação dos professores”.

OBJETIVO

Analisar as questões relacionadas às mudanças que ocorreram no sistema educacional por causa da pandemia.

MATERIAIS E MÉTODOS

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se caracterizou em qualitativa, tipificada em exploratória. Quanto aos métodos, a pesquisa se diferenciou em estudo de caso. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário, contendo dez perguntas, o qual foi enviado para uma professora da escola da rede pública de ensino na cidade de Brusque SC. Para a elaboração das perguntas, utilizou-se dos conhecimentos

prévios adquiridos na disciplina de Estudos Integrados de Língua Inglesa III.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A professora, questionada sobre as maiores dificuldades encontradas com as aulas remota, relatou que uma das principais foi ter seu número de telefone vinculado ao trabalho, além de conseguir encontrar um ambiente silencioso e adequado em sua residência para conseguir ministrar as aulas. Segundo Ferreira e Santos (2020), “a pandemia afeta estudantes e professores, de modo que todos estão sofrendo modificações e interrupções em suas vidas, durante o período de isolamento social”. Outro ponto negativo levantado por ela, após ser indagada sobre a forma que a falta de tecnologia afetou o rendimento dos alunos, foi que, em uma das turmas que ela leciona, consegue atingir 92% dos estudantes, porém, na outra, alcança apenas 66%, pois os alunos alegam não possuir os aparatos tecnológicos necessários para assistirem e participarem das aulas. Finalizando o questionário, a professora foi questionada acerca da sua experiência ministrando as aulas de forma não presencial, onde ela respondeu que, mesmo sendo um grande desafio, pois foi necessário que ela levasse todo o seu lar para dentro do seu

trabalho, conciliando tudo da melhor forma possível, o aprendizado foi tão grande quanto. Para Ferreira e Santos (2020) a utilização da tecnologia como apoio educacional facilita as práticas e desenvolvimento das aulas em busca de novos conhecimentos, faz ainda com que os alunos se tornem autores e coprodutores da informação obtida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de meios tecnológicos na educação é algo que ainda está se desenvolvendo, como visto nos relatos da professora. Por parte dos alunos, a principal dificuldade é a falta de acesso a computadores e à internet, o que, em certas situações, como a vivenciada por causa da pandemia, prejudica severamente o rendimento escolar desse aluno. Em contrapartida, os professores foram obrigados a acompanhar todas as mudanças e evoluções educacionais que aconteceram, para que pudessem ministrar suas aulas da melhor forma possível, mesmo encontrando diversos empecilhos no caminho.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Silvana Feitosa.. SANTOS, A. G. M. DIFICULDADES E DESAFIOS DURANTE O ENSINO REMOTO NA PANDEMIA: UM ESTUDO COM PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS – PB. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXXI, Nº. 000207, 26/04/2021. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/dificuldades-e-desafios-durante-o-ensino-remoto-na-pandemia-um-estudo-com-professores-do> acessado em: 28 de out. de 2021
- VALENTE, Geilsa Soraia Cavalcanti *et al*. **O ensino remoto frente às exigências do contexto de pandemia: Reflexões sobre a prática docente**. Research, Society and Development, v. 9, n.9, e843998153, 2020(CC BY 4.0) ISSN 2525-3409 DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.8153>. Acessado em: 28 de out. De 2021.

INTRODUÇÃO

O novo coronavírus teve impacto mundial, e tivemos que nos renovar na maneira de trabalhar e comunicar, mas a principal mudança ocorreu na educação, as transformações que os educadores tiveram que se adaptar foram enormes na realidade escolar. O objetivo desse estudo é mostrar os meios que um professor de ensino público utilizou durante a pandemia do COVID-19, com a suspensão das atividades presenciais para atividades *online*, e essa experiência foi analisada através de um questionário sobre as dificuldades do novo modelo de ensino.

Antes da pandemia já haviam estudos sobre práticas e modelos de ensino diferenciados, e a pandemia obrigou a por esses métodos em prática e até inova-los. Os estudos de Silva, Neto e Santos(2020), apontam que o uso de metodologias ativas em contextos variados ampliam a aprendizagem de forma gradativa, principalmente na pandemia, utilizando métodos como jogos mesclados com atividades *online* e *offline* educativas.

OBJETIVO

O objetivo é analisar as experiências, a formação, adaptação e a atuação do professor no contexto das aulas remotas durante a pandemia.

REFERÊNCIAS

SILVA, ELLERY HENRIQUE BARROS DA. NETO, JERONIMO GREGÓRIO DA SILVA, SANTOS, MARILDE CHAVES. **PEDAGOGIA DA PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL**. Disponível em: <file:///C:/Users/andre/Downloads/31695-Texto%20do%20artigo-93376-1-10-20200807.pdf> Acesso em 19 de nov. de 2020

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa de caráter qualitativo do tipo exploratória teve como maneira de atingir os objetivos a elaboração de um questionário buscando informações para esclarecer de modo prático, as dúvidas acerca de como o fenômeno da pandemia impactam a vida de professores das instituições de ensino municipais e estaduais de Santa Catarina.

O público alvo da pesquisa foram professores do ensino fundamental de escolas municipais ou estaduais do município de Brusque.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O entrevistado afirma que os professores foram pegos de surpresa com a questão da pandemia, e precisou se adaptar aos novos métodos e aplicativos e também com os prazos de entrega das notas e atividades.

As atividades híbridas se mostraram fundamentais durante as aulas na pandemia, é indispensável a utilização de várias plataformas digitais para a interação e aprendizagem dos alunos, aplicativos como o *Google classroom*, *Whatsapp*, *Jamboard* e *Moodle* entraram nas salas de aula para ficar pois, atualmente, um aluno não conectado e sem domínio digital perde oportunidades de se informar e acessar matérias educativos importantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação está passando por um momento desafiador durante a pandemia, tendo que se remodelar e se redescobrir para enfrentar o período em que se encontra a sociedade. Foram adotados diversos novos métodos e principalmente o uso de novas tecnologias para o ensino, já que grande parte dele acontece remotamente, e esses meios se tornaram essenciais; professores tiveram que se adaptar a essa nova realidade, aprendendo a lidar com instrumentos que talvez não tivessem contato previamente.

Acredita-se que o ensino à distância jamais ocupará o lugar das aulas presenciais, mas sim deve haver uma combinação entre ambos, utilizando o que há de melhor e mais eficaz em ambas as situações. E com a pandemia, muito foi-se aprendido, e esses novos conhecimentos e usos de novas ferramentas devem continuar sendo utilizadas, e não simplesmente sumir quando voltar ao que é considerado normal.

INTRODUÇÃO

A prática da leitura é crucial para o desenvolvimento de uma boa escrita, para o aperfeiçoamento da língua materna e também no aprendizado de uma língua estrangeira. Por meio de uma leitura mediada pelo professor em sala de aula, “o estudante pode desenvolver um alto grau de criticidade e desenvolver estratégias mais elaboradas e eficientes para a leitura de textos em língua estrangeira, sejam eles literários ou não”. (YAMAKAWA, 2013, p.179). Nesse contexto, a literatura está presente no dia a dia das pessoas tanto no âmbito pessoal quanto no ensino de língua inglesa nas escolas da rede pública. O uso de textos literários nas aulas de LI promove maior aprendizagem e auxilia na fixação dos conteúdos aplicados em sala de aula. As práticas de leitura em inglês promovem, por exemplo, o desenvolvimento de estratégias de reconhecimento textual (o uso de pistas verbais e não verbais para formulação de hipóteses e inferências) e de investigação sobre as formas pelas quais os contextos de produção favorecem processos de significação e reflexão crítica/problematização dos temas tratados. (BRASIL, 2018, p. 243).

OBJETIVO

Analisar de que forma o uso de textos literários influenciam a aprendizagem da língua inglesa na rede pública de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

YAMAKAWA, Ibrahim Alisson. **Ensino de Língua Inglesa, O papel do texto literário na formação do leitor**. I Encontro de diálogos literários: um olhar para além das fronteiras. Campo Mourão. p.179, 2013.

MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto à abordagem se caracterizou como uma pesquisa qualitativa e exploratória com objetivo de apresentar dados coletados por meio de um questionário que abordou questões relevantes sobre o uso de textos literários em aulas de língua inglesa. Levando em consideração estratégias de ensino aprendizagem, esta pesquisa foi realizada por meio de um questionário *on-line*, por meio da ferramenta *Google Forms*, que foi enviado para um docente de língua inglesa da rede pública de ensino, na cidade de Brusque, SC.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os resultados da pesquisa qualitativa foi possível fazer uma análise satisfatória do uso de texto literário no ensino da língua inglesa. De acordo com as respostas do professor entrevistado, os textos literários são de grande valia, podendo auxiliar em vários aspectos no ensino aprendizagem, principalmente, no que diz respeito a uma melhor compreensão desses gêneros textuais, indo ao encontro do léxico, ampliando, assim, o vocabulário dos alunos. Foi possível identificar que de forma geral, os textos literários são acolhidos de modo satisfatória pelos alunos quando usados em pequenos trechos. Em relação à forma do uso dos textos literários identificou-se algumas dificuldades frequentes, que segundo o entrevistado, a linguagem literária pode ser de difícil compreensão se não for bem trabalhada com os alunos, tornando-se um grande desafio encontrar algo que gere interesse e estimule os alunos à leitura. Quanto aos

recursos disponibilizados pela escola, o professor pontua que a escola não disponibiliza muitos títulos literários em língua inglesa, o que causa uma reflexão acerca do papel da escola no que diz respeito ao estímulo à aprendizagem de uma segunda língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar de que forma o uso de textos literários influenciam a aprendizagem da língua inglesa na rede pública de ensino. Nesse sentido, identificou-se que, com o uso dos textos literários nas aulas, é possível que os professores alcancem bons resultados com os alunos, pois se trata de uma ferramenta que oferece amplas possibilidades para o desenvolvimento contribuindo para um enriquecimento intelectual, como também um aprendizado, por meio dos ensinamentos que estão por trás de cada história. Quanto às respostas colhidas no questionário, percebeu-se que há ainda uma certa dificuldade para a utilização de forma mais frequente dos textos literários, notou-se que falta incentivo por parte da educação pública, caracterizada pela ausência de materiais didáticos, o que, consequentemente, impossibilita que os professores desenvolvam atividades com mais frequência. Concluiu-se que, a literatura faz parte das aulas de língua inglesa e que o docente é o ser que irá mediar e inserir esse tema em suas aulas, com o intuito de extrair estratégias de aprendizagem, além da assimilação de conteúdos anteriores, enriquecendo ainda mais a aprendizagem dos alunos.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta várias reflexões, considerando a literatura como uma ferramenta rica e transformadora no processo de ensino-aprendizagem de uma segunda língua. A literatura não pode ser apenas classificada como um discurso, que simplesmente objetiva transmitir algo, mas sim como um dos mais importantes componentes, na questão da comunicação e construção de um dizer belo e envolvente a um nível sensível e humanamente profundo. Ou seja, a literatura é fundamental na construção de diversos aspectos da vida social, emocional, histórica, cultural e econômico, contribuindo fortemente para a dinâmica da sociedade. A literatura é vista como um dos elementos de construção do pensamento social, já que almeja uma direção para os verdadeiros valores da nacionalidade ao evidenciar crenças e percepções pessoais, possibilitando que os seres humanos possam refletir no seu modo de ver a vida e de estar no mundo. (SANTOS 2013). Portanto, é de extrema relevância o trabalho com textos literários no ambiente escolar. Afinal, com o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias, as crianças desde cedo já se envolvem com o meio virtual, o que tem tornado as leituras cada vez menos atrativas aos alunos. Enfim, os textos literários, além de contribuir para a aquisição da língua inglesa, permitem introduzir e reforçar temas pessoais e sociais, que contribuem para a construção de uma consciência crítica, preparando e educando os alunos para

tornarem-se cidadãos históricos e socialmente constituídos, seres humanos críticos, reflexivos e transformadores da realidade

OBJETIVO

Investigar sobre a importância de se utilizar textos literários nas escolas, principalmente, nas aulas de língua inglesa.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa quanto aos objetivos foi de cunho exploratório, pois investigou problema por meio de um questionário com uma docente da rede pública estadual. Quanto aos procedimentos e métodos classificou-se como pesquisa bibliográfica. O tema debatido foi a respeito do uso de textos literários nas aulas de inglês.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O uso de textos literários nas aulas de inglês vão sempre contar com benefícios e desafios. Assim, ao discorrer a respeito de quais seriam os pontos positivos e negativos do uso de textos literários nas aulas de língua inglesa, de acordo com a docente entrevistada foi possível elencar que os pontos positivos foram: ampliação de vocabulário,

aprendizado cultural, contraste com filmes, inserção da gramática, possibilidade de trabalhar a leitura e a audição. Já os pontos negativos foram: dificuldade dos estudantes, falta de conhecimento de conteúdos básicos da língua, receio, vergonha de se expor etc. De acordo com Ataíde (2016), o interesse por essa área decorre da percepção de que existem dificuldades em inserir a literatura no cotidiano do ensino de língua inglesa de maneira efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo Investigar sobre a importância de se utilizar textos literários nas escolas, principalmente, nas aulas de língua inglesa. Nesse sentido, pôde-se perceber que utilizar textos literários nas aulas de inglês é um processo que exige interesse e conhecimento por parte do professor e do educando, bem como, suporte e estrutura por parte da escola, pois, os benefícios que a leitura traz são inúmeros, afinal, pode ajudar muito no desenvolvimento da aprendizagem e na melhor forma de se comunicar em situações diversas. Assim, o uso dos textos literários nas aulas de inglês é uma evolução geral, visto que a partir desse uso como ferramenta de ensino, possibilita aos discentes a aprenderem palavras novas, desenvolver a audição, assimilar pronúncias, descobrir novas obras, autores, além de aguçar a criticidade dos alunos.

REFERÊNCIAS

ATAÍDE, Dayse Paulino de. A leitura de textos literários nas aulas de língua inglesa: desencontros entre teoria e prática. Revista X, volume 1, 2016. Disponível em: https://virtual.unifebe.edu.br/avea/pluginfile.php/197396/mod_resource/content/0/Textos%20liter%C3%A1rios%20na%20aula%20de%20ingl%C3%AAs.pdf. Acesso em: 26 maio 2021.

SANTOS, Alessandra Rufino. **A importância da literatura como fonte de pesquisa na construção do pensamento social brasileiro**. Disponível em: <https://revista.ufr.br/examapaku/article/view/1466/1060>. Acesso em: 30 maio 2021.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa refere-se ao Projeto da Curricularização da Extensão, prevista pelo CNE/CES na Resolução de nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Realizada pela 1ª fase do curso de Letras – Inglês com o tema “Países que possuem o Inglês como língua oficial”, abordando os países África do Sul e Jamaica. As aulas foram ministradas para o 3º ano do ensino médio da Escola de Educação Básica Santa Terezinha, localizada na cidade de Brusque/SC. “Vivemos uma época na qual o contato entre línguas e culturas nunca foi tão intenso e generalizado. O valor de transitarmos por outro idioma não precisa de muita defesa e já não se discute mais a ampliação do espaço de cultura em nós quando outra(s) língua(s) também nos constroem” (ALMEIDA FILHO, 2009, p. 9).

OBJETIVO

Objetivo do plano de aula tendo como base a BNCC (2018) sob as habilidades (EM13LGG401) analisar criticamente textos de modo a compreender e caracterizar as línguas como fenômeno geopolítico, histórico, social, cultural, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso e EM13LGG403 fazer uso do inglês como língua de comunicação global, levando em conta a multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções dessa língua no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Linguística Aplicada**: ensino de línguas e comunicação. São Paulo, 2005.
- TRIPP, D. Action research: a methodological introduction. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005

MATERIAIS E MÉTODOS

Abordagem qualitativa, procedimento e método: pesquisa-ação. Tripp (2005) aponta que a pesquisa-ação é uma das muitas diferentes formas de investigação-ação é definida como toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática. As aulas foram aplicadas para os alunos do 3º ano do ensino médio da Escola de Educação Básica Santa Terezinha, localizada na cidade de Brusque/SC. O método de aula aplicado foi o modelo de aula expositiva com apresentação de slides, material impresso e atividades de vocabulário utilizando jogo de tabuleiro, cruzadinha, palavras cruzadas e atividade de completar palavras com auxílio de música e bastante participação dos alunos em sala de aula, abertura para troca de ideias e vivências com a língua inglesa. Os temas das aulas foram principalmente sobre aspectos culturais e religiosos, curiosidades e pontos turísticos além de dinâmicas sobre fauna e cultura por meio de jogos de mímica e adivinhações e atividades de vocabulário usando tema musical e exercícios impressos. A Figura 1 ilustra os alunos do 3º ano da EEB Santa Terezinha.

Figura1 - Alunos do 3º ano B do Ensino Médio.



Fonte: Acervo dos Autores (2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após as atividades os alunos responderam o *feedback* das aulas e no geral o resultado foi positivo com a maioria das avaliações marcadas como “excelente” e com elogios às aulas e às dinâmicas com foco em como gostaram das metodologias aplicadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os objetivos da aula, de proporcionar conhecimento sobre os países África do Sul e Jamaica e novos vocabulários, podemos analisar que todos os aspectos foram bem-sucedidos.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa refere-se ao Projeto de Curricularização da Extensão, prevista pelo CNE/CES na Resolução de nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Realizado pela 1ª fase do curso de Letras - Inglês do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE cujo tema foi Países: Bahamas e Trinidad e Tobago, os quais possuem a língua inglesa como língua oficial. Dessa forma, o projeto foi aplicado aos alunos do terceiro ano da E.E.B. Santa Terezinha, a fim de conhecer as características e os aspectos culturais dos países estudados. O Plano de Aula foi organizado pelo Grupo de Trabalho (GT) tomando como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). Por sua vez, o ensino da Língua Inglesa é obrigatório no Ensino Médio (LDB, Art. 35-A, § 4º, 1996), continua a ser compreendida como língua de caráter global – pela multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções na contemporaneidade –, assumindo seu viés de língua franca, como definido na BNCC (2018) do Ensino Fundamental – Anos Finais.

OBJETIVO

Apresentar os dois países Bahamas e Trinidad e Tobago, os quais possuem a língua inglesa como língua oficial aos alunos do terceiro ano do ensino médio da E. E. B. Santa Terezinha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996.
MURPHEY, T. **Music & Song**. Oxford University Press, 1990.

MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto baseou-se em uma abordagem de pesquisa qualitativa e quanto aos métodos e procedimentos, bibliográfica e pesquisa-ação, realizado na E.E.B Santa Terezinha, situada em Brusque - SC, com os alunos da turma do terceiro ano do ensino médio. Os materiais e métodos utilizados foram aulas expositivo-dialogadas, jogos e dinâmicas em grupo. Também realizou-se uma atividade com música, utilizando-se para isso, instrumentos musicais e a participação dos alunos. Posteriormente, aplicou-se uma dinâmica com base na letra da música. De acordo com Murphey (1990) utilizar a música no ensino de língua inglesa proporciona uma melhor memorização, pois traz mais conforto e dinamismo para a sala de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na elaboração do plano de aula levou-se em consideração a BNCC (2018) referente à língua inglesa, especialmente os objetivos (EM13LGG301) e (EM13LGG403), que tratam sobre a utilização do inglês como língua de comunicação global e a participação em processos de produção individual e colaborativa em diferentes linguagens. No geral, os alunos foram muito receptivos e demonstraram, por meio de pesquisa aplicada, satisfação em ter participado do projeto.

de curricularização (2021), com aulas ministradas pelos acadêmicos da primeira fase do curso de Letras - Inglês. Os alunos (Figura 1) avaliaram o desempenho do GT como excelente, ressaltaram que as dinâmicas aplicadas foram produtivas e interativas. Ao serem solicitados para avaliar as aulas, todos conceituaram nota máxima. Alguns alunos sugeriram, inclusive, que o GT continuasse a lecionar durante o restante do ano letivo, além disso, sugeriram para as próximas aulas mais atividades relacionadas aos jogos e competições.

Figura 1 - Alunos do terceiro ano da E. E. B. Santa Terezinha.



Fonte: acervo dos autores, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se por meio deste projeto apresentar dois países que têm a língua inglesa como língua oficial - Bahamas e Trinidad e Tobago - para os alunos do terceiro ano do ensino médio da E.E.B. Santa Terezinha. Por fim, percebeu-se que o ensino da língua inglesa, por meio de atividades lúdicas, oportuniza uma aprendizagem significativa, que, por sua vez, é o objetivo primordial da prática docente.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se refere ao Projeto da Curricularização da Extensão, prevista pelo CNE/CES na Resolução de nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Realizada pela 1ª fase do Curso de Letras – Inglês, teve como tema Países que possuem inglês como língua oficial, tudo aquilo que é produzido, material ou imaterialmente, pela cultura de determinada sociedade que, devido à sua importância cultural e científica em geral, deve ser preservado por representar uma riqueza cultural para a comunidade e para a humanidade (PORFÍRIO, 2019). Nesse sentido, o Projeto buscou a valorização da língua inglesa, trazendo para a realidade assuntos pertinentes à vivência do inglês, ao aprendizado com base em listening interpretação textual. Abordamos aspectos físicos e, principalmente, culturais do país Canadá, trazendo aos alunos informações pertinentes à receptividade do país a imigrantes e oportunidades oferecidas para quem deseja ingressar no país. O Projeto foi organizado por grupos de trabalho (GTs), tendo cada equipe um país para apresentar, de acordo com a BNCC (2018) “compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias para ampliar as formas de participação social, o entendimento é as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.” (BNCC, 2018, p. 491 item 5.1.1.).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

PORFÍRIO, Francisco. **Patrimônio histórico cultural**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/patrimonio-historico-cultural.htm>. Acesso em: 30 out. 2021.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1996, p.14

OBJETIVO

Desenvolver habilidades e técnicas de leitura e compreensão de texto em língua estrangeira, ampliar vocabulário básico, compreender regras básicas de estrutura gramatical em língua inglesa.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa-ação, um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1996). Realizada com a turma do primeiro ano do Ensino Médio da Escola de Ensino Básico Santa Terezinha, tendo as seguintes etapas e procedimentos: formação discente, pesquisa bibliográfica, criação de atividades, construção de plano de aula, seleção de vídeos e jogos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na produção da nossa aula adotamos métodos com uma abordagem participativa, comunicativa e coletiva. A aula foi pensada para a participação de todos do grupo de trabalho.

A experiência para o grupo foi gratificante para ampliar o conhecimento e aprender sobre diferentes assuntos, assim obtivemos uma formação mais completa. As promessas do nosso trabalho giraram em torno da importância do inglês e do conhecimento cultural sobre outro país, passando esse conhecimento de forma divertida e prática. A intenção da nossa aula foi que os alunos tivessem um momento divertido, adquirindo o conhecimento de uma maneira diferente e também didática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste projeto foi desenvolver habilidades e técnicas de leitura e compreensão de texto em língua estrangeira, ampliar vocabulário básico, compreender regras básicas de estrutura gramatical em língua inglesa. Destacamos a importância do estudo da língua inglesa para ter-se acesso à oportunidades melhores no mercado de trabalho, bem como a imersão em intercâmbios para o aprimoramento do idioma. Embora estivéssemos entre alunos com pouco poder aquisitivo, notamos o interesse em alçar novos voos, internacionais. Consideramos esta experiência de grande valia para nós, acadêmicos do 1º período do curso de Letras - Inglês, tendo em vista que estaremos, em breve, fazendo parte desse universo escolar.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa refere-se ao Projeto da Curricularização da Extensão, prevista pelo CNE/CES na Resolução de nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Realizada pela 1ª fase do Curso de Letras – Inglês, abordou o tema países que possuem o inglês como língua oficial - Austrália. Nesse contexto, o Projeto buscou a valorização cultural da língua inglesa na diversidade de sotaques e aspectos gramaticais, com base em writing e listening. O Projeto foi organizado por grupos de trabalho (GTs), tendo cada equipe um país para apresentar. De acordo com a BNCC (2018) é imprescindível “fazer uso do inglês como língua de comunicação global, levando em conta a multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções dessa língua no mundo contemporâneo.”

OBJETIVO

Abordar os aspectos físicos e principalmente culturais do país Austrália, trazendo aos alunos informações pertinentes aos costumes e à riqueza da biodiversidade da fauna e da flora, utilizando a língua inglesa como foco do aprendizado.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa foi de abordagem qualitativa, utilizando procedimentos e métodos de pesquisa-ação e bibliográfica.

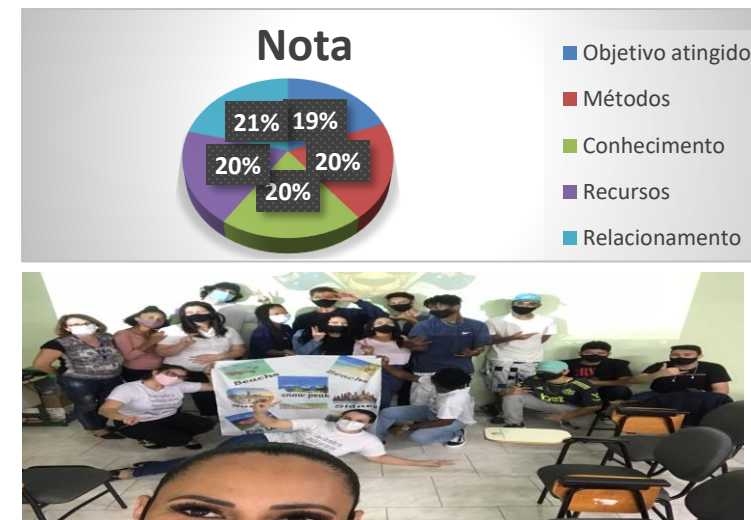
REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018..

DEPRESBITERIS, Léa; TAVARES, Marinalva. **Diversificar é preciso: instrumentos e técnicas de avaliação de aprendizagem**. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. São Paulo, v.31, n. 3, p. 443-466, set/dez. 2005

De acordo com Tripp (2005), “pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos, mas mesmo no interior da pesquisa-ação educacional surgiram variedades distintas”. Desse modo, as aulas foram desenvolvidas para os alunos do 1º ano do ensino médio da Escola de Educação Básica Santa Terezinha. Utilizou-se, na prática, slides relacionados ao contexto do país, abordando os aspectos culturais e a biodiversidade da fauna e flora, banner com informações turísticas das belezas naturais, multimídia audiovisual com atividades de escrita sobre a letra da música “I’m yours” e atividades lúdicas como quiz de perguntas e respostas, jogo da forca e “batata-quente”.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a abordagem dos aspectos físicos e culturais da Austrália como conteúdo explicado, pôde-se perceber que os alunos interagiram e participaram das atividades propostas, deixando claro que os métodos utilizados foram bem aplicados pelos acadêmicos e bem absorvidos pelos alunos que participaram nestes dois dias de aulas teórica, práticas e dinâmicas. O resultado final foi positivo para o primeiro projeto de curricularização do primeiro período do curso de Letras-Inglês da UNIFEBE, ano 2021, no qual se obteve uma avaliação coerente.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa refere-se ao Projeto da Curricularização de Extensão, prevista pelo CNE/CES na Resolução de nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Realizada pela 1ª fase do Curso de Letras - Inglês, o projeto teve como tema "Países que possuem o inglês como língua oficial". Cada grupo de trabalho (GT) retratou um país que tem o inglês como língua oficial, sendo a presente pesquisa referente à Escócia. Apresentou-se para os alunos do 2º ano do Ensino Médio em uma escola de Brusque, atividades dinâmicas, listening, vídeos e aula expositiva, os alunos puderam aprender sobre os aspectos da cultura, linguagem e história da Escócia. Utilizou-se as competências específicas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018): (EM13LGG201) utilizar as diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais) em diferentes contextos, valorizando-as como fenômeno social, cultural, histórico, variável heterogêneo e sensível aos contextos de uso. (EM13LGG102) analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos vinculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da realidade (BNCC, 2018). Atualmente, o inglês é a língua nativa de mais de meio bilhão de pessoas oriundas tanto do centro quanto da periferia do globo. É a língua mais falada do mundo por não-nativos e, provavelmente, o único idioma que possui mais falantes não-nativos que nativos. São três falantes não-nativos para cada falante nativo (SIQUEIRA, 2005, p.14).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

SANTOS, Eliana de Santos de Souza e. **O ensino da Língua Inglesa no Brasil**. BABEL: Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras n.01, dezembro de 2011 Disponível em: http://www.babel.uneb.br/n1/n01_artigo04.pdf Acesso em: 28 out. 2021.

SIQUEIRA, Sávio. **O desenvolvimento da consciência cultural crítica como forma de combate à suposta alienação do professor brasileiro de inglês**. Revista Inventário, n.4, jul. 2005.

OBJETIVO

Esta pesquisa teve como objetivo demonstrar, na perspectiva da extensão curricular, diversos aspectos da cultura, linguagem e história da Escócia, tendo como base a BNCC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa-ação realizada com alunos regularmente matriculados no segundo ano da Escola de Ensino Básico Santa Terezinha, no município de Brusque, Santa Catarina, Brasil. A pesquisa teve as seguintes etapas e procedimentos: formação discente, pesquisa bibliográfica, seleção de atividades (quiz de conhecimento, atividades impressas, *pictionary*, jogo da forca e jogo batata-quente), construção de materiais de apoio e seleção de vídeos, e por fim, entrega do material e realização das atividades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O GT teve como objetivo levar aos alunos conhecimento sobre a Escócia em diversos aspectos, como a cultura, linguagem e história tendo como base a BNCC (2018). O intuito foi tornar as aulas mais dinâmicas, interativas, expositivas e informativas. A proposta nas escolas públicas parece ser a mesma, mas na prática, os resultados são ainda mais modestos. Pesquisas revelam que o ensino da língua inglesa na maioria das escolas públicas está limitado à apresentação das regras gramaticais mais básicas,

exemplificadas com frases curtas e descontextualizadas, treinadas em exercícios escritos de repetição e de substituição típicos do audiolingualismo (SANTOS, 2011). As aulas foram bem recebidas pelos discentes, tendo como *feedback* nota máxima. De maneira geral, os alunos que participaram das dinâmicas e acharam interessante os fatos aprendidos.

Figura 1: turma do 2º ano do Ensino Médio da Escola de Ensino Básico Santa Terezinha em Brusque, SC, com as professoras.



Fonte: acervo das autoras (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo foi demonstrar, na perspectiva da extensão curricular, diversos aspectos da cultura, linguagem e história da Escócia, tendo como base a BNCC, o qual foi plenamente alcançado, demonstrando a importância da língua inglesa.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa refere-se ao Projeto de Curricularização da Extensão, prevista pelo CNE/CES na Resolução de nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Realizada pela 1ª fase do Curso de Letras - Inglês teve como tema Países que possuem o Inglês como língua oficial – Inglaterra. Nesse sentido, o projeto buscou demonstrar a importância e a necessidade da língua Inglesa na dimensão global, seja no âmbito pessoal ou profissional, tendo como base a Inglaterra, que tem a Língua Inglesa como língua oficial. Assim, demonstrou-se por meio de atividades práticas aspectos da diversidade cultural e oportunidades de ingresso no país, com o conhecimento dessa língua. O Projeto foi organizado por grupos de trabalho (GTs), tendo cada equipe um país para apresentar. Seguiu-se o plano de acordo com o objetivo EM13LGG403 da BNCC (2018), que diz respeito a: Fazer uso do inglês como língua de comunicação global, levando em conta a multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções dessa língua no mundo contemporâneo.

OBJETIVO

Apresentar a diversidade e a riqueza da Língua Inglesa utilizando um país que tenha a Língua Inglesa como Língua oficial. Tendo como base os objetivos (EM13LGG103), (EF09L19) e (EM13LGG403) da BNCC.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 308 p.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa foi caracterizada por uma abordagem qualitativa apresentando procedimentos e métodos de pesquisa-ação e bibliográfica. Conforme Roesch (2005, p. 156), “na pesquisa-ação os pesquisadores se preocupam em construir teoria para a prática”. Com aulas desenvolvidas para os alunos do 1º ano do ensino médio da Escola E. B. Santa Terezinha. Utilizou-se, atividades que envolveram a leitura, escrita e compreensão de texto, tanto na língua inglesa quanto na língua portuguesa. Usou-se também, arte visual por meio de imagens que transmitiram conhecimento cultural, um infográfico que apresentava dados da Inglaterra e pesquisa para tornar o compartilhamento do conhecimento mais dinâmico, com o intuito de fazer os alunos aprender se divertindo e propor o relacionamento dos temas citados com suas próprias realidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na elaboração do plano de aula, levou-se em consideração a BNCC (2018). Buscou-se demonstrar a importância do conhecimento e domínio da língua inglesa, diante da realidade global na qual estamos inseridos. Segundo Viegas 2020: “O aprendizado de um segundo idioma tem se tornado imprescindível. Sobretudo, devido a todas as mudanças ocasionadas pela globalização e pela velocidade crescente das informações”. No final da aula avaliou-se a falta de acesso para o estudo da língua e o interesse dos alunos,

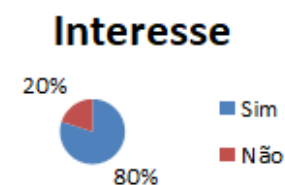
conforme se ilustra nos Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Por que não estudar inglês?



Fonte: As autoras (2021)

Gráfico 2 - Interesse



Fonte: As autoras (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto destacou para os alunos que o domínio da língua inglesa não se limita à sala de aula. Esse conhecimento tem uma riqueza capaz de abrir portas para inúmeras oportunidades. A participação dos alunos mostrou as dificuldades e limitações existentes na realidade de cada um no processo de aperfeiçoamento das habilidades que envolvem a língua. Dessa forma, as atividades propostas e as ferramentas de aprendizado compartilhadas despertou maior interesse para esses alunos mesmo diante de suas limitações. O projeto, assim, atingiu o objetivo de apresentar a diversidade e a riqueza da língua inglesa.

INTRODUÇÃO

Os efeitos da covid-19 vêm causando grandes impactos e trazendo novas necessidades na rotina de todos. Nesse contexto, na educação não foi diferente, pois teve que adotar como uma forma de prevenção e enfrentamento da pandemia, alguns critérios para amenizar a disseminação do novo coronavírus. Diante dessa situação e, sem nenhuma expectativa de retorno presencial, o sistema educacional teve de se adequar a uma nova modalidade de ensino, em que o ambiente escolar deixou de ser um espaço físico, tornando-se um ambiente virtual. A normatização desse novo formato foi realizada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC, 2020), por meio da portaria nº 343 de 17 de março de 2020, autorizando a substituição das aulas presenciais na rede de ensino do país, por aulas que favoreçam os meios e as tecnologias de informação e comunicação. O ensino remoto/híbrido promove a realização de atividades por meio do ensino *on-line*, o que possibilita aos estudantes aprender “a qualquer momento, em qualquer lugar, em qualquer caminho, em qualquer ritmo” (HORN; STAKER, 2015 apud BACICH; MORAN, 2018, p. 79).

OBJETIVO

O objetivo deste artigo é pesquisar acerca do desenvolvimento das aulas remotas no contexto da pandemia da COVID 19, em escolas da rede pública de ensino na cidade de Brusque SC.

REFERÊNCIAS

BACICH., 2018L.; MORAN. J. (org.). Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.
BRASIL. MEC. Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 20 out. 2020.
CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino. 2020.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracterizou-se como qualitativa e exploratória, e para a obtenção dos dados aplicou-se um questionário semiestruturado, contendo sete perguntas, no oitavo mês de isolamento social, entre os dias 30 de outubro e 4 de novembro de 2020, enviado ferramenta Google Forms a um docente da disciplina de língua inglesa, da rede pública de ensino, do município de Brusque- SC, a fim de saber como estava sendo a experiência de aulas remotas para ele, e como foi o seu processo de capacitação para utilizar as ferramentas tecnológicas nessa nova modalidade de aula proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa possibilitaram identificar que o uso das tecnologias vem auxiliando de forma imprescindível os professores durante as aulas remotas. Segundo relato, o docente entrevistado já utilizava algumas ferramentas tecnológicas para realizar suas atividades, como a criação de conteúdos e correções, além de pesquisas e comunicação com alunos. Em relação a esse novo formato de aulas, o docente considera regular a receptividade dos alunos acerca das atividades propostas, assim como, o interesse e participação dos pais nesse período. No que se refere à sua adaptação no formato remoto, o docente pontua que seu maior desafio foi a inexperiência e a insegurança quanto ao uso de

algumas ferramentas digitais, visto que ele considera não ter recebido uma formação suficiente para lecionar nesse formato de aulas.

Cordeiro (2020) afirma que reaprender a ensinar e reaprender a aprender são desafios em meio ao isolamento social na educação do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das aulas remotas no contexto da pandemia da COVID 19, em escolas da rede pública de ensino na cidade de Brusque objetivo deste artigo foi pesquisar acerca do SC. Percebeu-se que essa nova forma de ensinar e aprender foi muito difícil para todos os envolvidos, e é absolutamente normal que os professores se sintam inseguros quando lançados de forma brusca para uma nova modalidade de ensino/aprendizagem. Compreende-se que em um primeiro momento, é um mundo novo de possibilidades e descobertas a ser desbravado pelos docentes, porém essa nova realidade mostra novos caminhos que revolucionaram a educação. Pode-se perceber que a forma de ensinar e aprender estarão sempre em constante renovação, pois essa experiência está é de extrema importância para alunos e professores que se desafiaram aos novos métodos. Por fim, entende-se que o papel do professor é peça fundamental para que a tecnologia seja usada como uma grande aliada na educação, formando um elo e permitindo que educação e tecnologia caminhem na mesma direção.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi baseado em uma pesquisa feita com um professor da rede municipal de Guabiruba/SC, que expôs sua experiência de aula durante a pandemia, quando foi necessário adaptar os conteúdos propostos pela BNCC e as Diretrizes Curriculares ao uso de NTI, ajustando o plano anual de ensino ao novo método de aprendizagem, que outrora era ministrado presencialmente. Para Cordeiro (2020, p. 2), o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), propõe aos líderes dos sistemas e organizações educacionais que desenvolvam planos para a continuidade dos estudos por meio de modalidades alternativas, enquanto durar o período de isolamento social, haja vista a necessidade de manter a educação das crianças, jovens e adultos.

OBJETIVO

Analisar a visão do professor sobre a docência em época de pandemia, quando as aulas deixaram de ser ministradas de forma presencial.

REFERÊNCIAS

- SILVA, Chayene Cristina Santos Carvalho da. TEIXEIRA, Cenidalva Miranda de Sousa. O uso das tecnologias na educação: os desafios frente à pandemia da COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 9, p.70070-70079, sep. 2020. ISSN 2525-8761
- CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O impacto da pandemia na educação**: a utilização da tecnologia como ferramenta de ensino, 2020. Disponível em: <https://docplayer.com.br/198569602-O-impacto-da-pandemia-na-educacao-a-utilizacao-da-tecnologia-como-ferramenta-de-ensino-resumo.html.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.
- OLIVEIRA, Eleilde de Sousa *et al.* A educação a distância (EaD) e os novos caminhos da educação após a pandemia ocasionada pela Covid-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 52860-52867, jul. 2020. ISSN 2525-8761.

MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem foi classificada como pesquisa qualitativa, com instrumento de coleta de dados por meio de um questionário, aplicado a um professor da rede municipal da Guabiruba/SC. Para elaboração das perguntas, utilizou-se de conhecimentos prévios adquiridos nas aulas de Estudos Integrados de Língua Inglesa III.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação aos usos de tecnologia em suas aulas, o professor disse que já fazia uso de alguns, como o YouTube e WhatsApp, porém, foi de extrema importância a disponibilidade dada pela Secretaria Municipal de Brusque/SC, de alguns vídeos e demais informações para que os professores se tornassem aptos a utilizar a plataforma Moodle. Segundo Silva e Teixeira (2020, p. 5), devido à pandemia, o ensino remoto surge como uma opção para atender o funcionamento das instituições educacionais e sua inserção no cotidiano dos alunos se deu nesse novo contexto, como uma alternativa para manter as atividades escolares em dia. Uma das maiores desvantagens das aulas a distância foi a insatisfatória participação dos alunos, porém, em contrapartida, o professor respondeu que a

constante busca pelo aprendizado para que fosse possível manusear as mídias digitais se tornará um legado para as gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da necessidade decorrente, as NTI estão presente na vida escolar tanto dos alunos que recebem o ensino, quanto dos docentes que usam desses meios para aplicar o conhecimento. De acordo com Oliveira (2020, p. 52865) Outro viés que deve ser levado em consideração, é a formação de professores para atuarem nesse novo cenário. É imprescindível que esses profissionais dominem as tecnologias empregadas no sistema de ensino remoto, haja vista que, o ensino presencial não será mais a modalidade predominante nesse novo cenário. Assim sendo, foi muito importante para todos os envolvidos retomarem seus planos de ensino e adaptar os métodos de ensinar e aprender, sabendo que as NTI devem ser inseridas no convívio educacional como aliado para novas práticas docente. Portanto buscar o conhecimento e adequando à realidade virtual com as vivências da atualidade.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou apresentar reflexões sobre a evolução e a utilização das tecnologias no processo educativo, apontando os principais benefícios e desafios, acerca do uso dos recursos digitais como ferramentas didáticas nesse processo. O trabalho também elenca a atual situação, ou seja, a nova realidade vivenciada por toda humanidade, diante da pandemia ocasionada pelo COVID-19, que afetou todos os setores da sociedade, inclusive a área da educação, uma vez que, surgiram novas adversidades que forçaram as instituições educacionais a utilizarem repentinamente muitas ferramentas tecnológicas. Para Levy (1999 *apud* MACEDO e OLIVEIRA, 2020) a utilização das tecnologias, em todos os contextos, faz emergir novas práticas sociais, principalmente na forma de se produzir e consumir informação. Tais práticas interferem diretamente nos modos de pensamento e de valores, nas técnicas e atitudes dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias**: O novo ritmo da informação. 2 ed. Reimpressão, Campinas: Papirus, 2007.

MACEDO, Mônica Ramos da Costa; OLIVEIRA, Sabrina Guedes de. O que vivenciamos da pandemia com a tecnologia?. **Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação (online)**. Rio de Janeiro: v. 5, n. 2 (esp.), 2020. E-ISSN 2596-058X. Disponível em: https://virtual.unifebe.edu.br/avea/pluginfile.php/180387/mod_resource/content/0/O%20QUE%20VIVENCIAMOS%20NA%20PANDEMIA%20COM%20A%20TECNOLOGIA.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

OBJETIVO

Analisar quais são os principais benefícios e desafios da utilização das tecnologias no processo educativo na atualidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa realizada é de cunho exploratório, pois foi elaborado um questionário com o intuito de analisar o uso das tecnologias em sala de aula, fazendo uma comparação entre a sua utilização antes e durante a pandemia. Quanto aos métodos e procedimentos se classificou com pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada com uma professora de língua inglesa, da rede pública estadual do estado de Santa Catarina.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio da análise e discussão dos dados obteve-se resultados de natureza qualitativa, pois a abordagem feita no decorrer do trabalho mostrou que a atualidade está sendo desafiadora, principalmente, para a área educacional e que a

tecnologia pode ser uma ferramenta poderosíssima. Por meio da entrevista, pôde-se constatar que a tecnologia antes do isolamento social, ocasionado pela pandemia, era utilizada em sala de aula com frequência média, e que atualmente passou-se a utilizá-la como algo quase obrigatório na hora de ensinar. Segundo Kenski (2007), as atuais tecnologias criam tempos e espaços educacionais. Porém, também ficou nítido que é importante ater-se ao uso dessa ferramenta de maneira correta, para dispor de toda a sua utilidade em relação à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento presente tem sido como um tempo de reflexão e evolução, pois é a partir dos desafios e das incertezas que normalmente para-se a fim de repensar, o social, o cultural e o ético. Desse modo, pode-se dizer que, a pandemia, tem mostrado muitas esquinas de direções turvas, que estão oportunizando muitas reflexões e a busca por inovações facilitadoras e por meio desse trabalho foi possível compreender o quão importante, é a tecnologia em sentido amplo, pois a multiplicidade que ela traz é imensa e transformadora.

INTRODUÇÃO

A organização do currículo escolar tornou-se essencial com o surgimento da escolarização em massa, a partir disso, surgiu a necessidade de padronizar o conhecimento a ser ensinado, ou seja, as exigências do conteúdo deveriam ser as mesmas. Essa preocupação com o currículo escolar como objeto de estudo, surgiu em torno dos anos de 1920, quando a sociedade americana passou por grandes transformações, sendo assim, pode-se dizer que a atenção com o currículo escolar começou com mais intensidade nos Estados Unidos da América. “Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive: a transmissão dos conhecimentos históricos produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, o currículo propriamente dito.” (VEIGA, 2002 *apud* SILVA, 2019). Assim, as descobertas científicas e tecnológicas transformam a sociedade e influenciam na construção do currículo escolar”.

REFERÊNCIAS

HORNBURG, Nice. SILVA, Rubia da. Teorias Sobre Currículo: Uma análise para compreensão e mudança. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**. v. 3 n. 10, 2007. Disponível em: <https://virtual.unifebe.edu.br/avea/course/view.php?id=5443#section-10>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Disponível em: <https://educador.brasilescola.uol.com.br/trabalho-docente/teorias-curriculares.htm#:~:text=As%20teorias%20curriculares%20versam%20sobre,%2C%20cr%C3%ADticas%20e%20p%C3%B3s%20cr%C3%ADticas.&text=Dessa%20forma%20podemos%20distinguir%20tr%C3%AAs,cr%C3%ADticas%20e%20as%20p%C3%B3s%20cr%C3%ADticas>. Acesso em: 11 jun. 2020.

OBJETIVO

Conhecer a respeito do Currículo Escolar e traçar a diferença marcante entre teorias tradicionais, teorias críticas e teorias pós-críticas, ligados a movimentos sociais, a fim de selecionar o que irá compor cada proposta para definir um currículo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa bibliográfica com resumo e citações de autores que versaram sobre o Currículo Escolar, apresentando as opiniões e indagações de vários autores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A respeito dos resultados buscou-se debater a respeito das teorias do currículo e suas considerações. À medida que foram destacados os pontos importantes do Currículo também foram elencados temas que falam sobre o Currículo na contemporaneidade, uma vez que a construção histórica e também cultural do Currículo sofre, ao longo do tempo, transformações em suas definições. Pois, é importante salientar que a escola é um espaço no qual ocorre a construção do conhecimento necessário para a vida em

sociedade. importante parte integrante do dia a dia da escola que exercerá influência direta nos sujeitos que fazem parte do processo escolar e da sociedade em geral, determinando a visão de mundo não só dessa sociedade, mas também de nossas atitudes e decisões neste meio (HORNBURG; SILVA, 2007). Logo, a abordagem do ensino-aprendizagem envolve temáticas que vão da sua trajetória histórica até os dias atuais e, mostram mais do que apenas conteúdos e disciplinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o exposto, percebemos que o currículo deve ser elaborado de forma que possibilite condições de conhecimentos para os educandos, na procura de atender às diversas realidades sociais existentes, de maneira ampla, buscando compreender os conhecimentos elaborados e apropriados por todos os membros da sociedade, assim como, as diversas culturas existentes, ampliadas gradativamente ou até mesmo modificadas de geração em geração. Assim, a ação curricular no sentido próprio, vai além de apenas uma relação de conteúdos, inclusive ela envolve a construção da trajetória de vida dos sujeitos envolvidos nesse processo.

RESUMOS – PÔSTERES

MEDICINA



INTRODUÇÃO

A atenção primária costuma ser o primeiro e o principal contato do indivíduo com o Sistema Único de Saúde (SUS). É por meio desse contato inicial que se cria a possibilidade de intervir na manutenção da saúde individual e coletiva através de um conjunto de ações. Segundo Santos e Penna (2013), “O SUS absorve usuários de todas as camadas sociais, consolidando-se como espaço equânime de atendimento às necessidades de saúde da população”. Desta forma, fica explícito a alta demanda que há nos postos de saúde, devido a obrigatoriedade de atender a todos. Consequentemente, isso encurta o tempo dos atendimentos, a fim de contemplar o direito de todos os indivíduos. Nesse sentido, com relação a prática médica, tendo o objetivo de dar celeridade e assertividade a consulta, direciona-a para queixa principal do paciente.

OBJETIVO

Com base no exposto, este trabalho tem o objetivo de relatar uma experiência vivida por uma acadêmica de medicina, e autora desse relato de experiência, em uma manhã atípica na

Unidade Básica de Saúde (UBS) que frequenta para o estágio obrigatório curricular.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho produzido trata-se de um relato de experiência. O intuito deste consiste em expor situação vivida no âmbito da prática clínica, frente a realidade da Atenção Primária. Para fomentar o exposto, realizou-se uma pesquisa na plataforma SciELO, com o tema Atenção Primária. Foram encontrados 3.987 artigos, escolhendo dois deles, os quais mais se aproximaram do tema abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Habitualmente, como mencionado alhures, a realidade das unidades é de alta demanda, entretanto, nesse caso específico, o movimento encontrava-se abaixo da média. A segunda paciente do período da manhã, tratava-se de uma senhora da comunidade local, que havia procurado atendimento devido a lesões de pele, com características eritematosas em ambos os membros superiores, evoluindo para o tronco, sem a associação com os demais sistemas orgânicos. Após a anamnese, foi realizado o exame físico, incluindo ausculta

cardíaca e pulmonar da paciente, assim como também, a avaliação das lesões de pele - objetivo da consulta. Ao término, a paciente demonstrou extrema satisfação, pois, segundo ela, há muito tempo um “médico”, referido assim por esta, não lhe dava atenção necessária. Este caso apontado, demonstra o impasse que a saúde pública vive devido a necessidade de atender a todos. Há excesso de demanda, associado ao número de médicos e equipes insuficientes para atendê-la, o que encurta o tempo de consulta, prejudicando a humanização e a qualidade dos atendimentos ofertados aos pacientes. (GOMES et al., 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a importância da Atenção Primária para o Sistema Único de Saúde, percebe-se os déficits que há nesse setor, dificultando o cumprimento de sua função. Além disso, a sobrecarga do sistema em consequência a alta demanda, acarreta prejuízos na execução do trabalho dos profissionais da área da saúde. Em especial, abordado nesse relato, a prática médica. Para esses, nota-se que não conseguem oferecer o melhor de suas habilidades, devido ao curto tempo disponível.

REFERÊNCIAS

- GOMES, Annatalia Meneses de Amorim; CAPRARA, Andrea; LANDIM, Lucyla Oliveira Paes; VASCONCELOS, Mardênia Gomes Ferreira. Relação médico-paciente: entre o desejável e o possível na atenção primária à saúde. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 1101-1119, ago. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312012000300014>.
- SANTOS, Tatiana Vasques Camelo dos; PENNA, Cláudia Maria de Mattos. Daily demands in primary care: the view of health professionals and users. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 149-156, mar. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-07072013000100018>.

INTRODUÇÃO

A obesidade é uma patologia de alta prevalência na população mundial, podendo acarretar em inúmeras outras patologias como a síndrome da apneia obstrutiva do sono (SAOS) (HADDAD, 2017). A SAOS é caracterizada como uma doença crônica, que se apresenta por episódios de obstrução das vias aéreas superiores podendo ser parcial ou total, causando sérios prejuízos na saúde, qualidade de vida e aumentando os índices de morbidade e mortalidade dos acometidos (MANCINI, 2000).

OBJETIVO

O presente estudo tem como finalidade sintetizar os dados bibliográficos que sinalizam a interação SAOS - obesidade, em que estes dois estados patológicos quando associados se agravam e potencializam outras enfermidades. Além de salientar a importância do diagnóstico precoce para melhor tratamento e prognóstico.

REFERÊNCIAS

HADDAD, F.L.M.; GREGÓRIO, L.C. Manual do residente: medicina do sono. Barueri, SP: Editora Manole, 2017.

MANCINI, Marcio C., Aloe, Flavio e Tavares, Stella. Apnéia do sono em obesos. Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia. 2000.

MATERIAIS E MÉTODOS

No que tange a metodologia, foi realizada uma revisão bibliográfica, contemplando uma revisão narrativa de literatura juntamente de artigos científicos no que diz respeito a obesidade em associação a Síndrome de Apneia Obstrutiva do Sono. Tudo isso para análise e embasamento teórico do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos comprovam que além da prevalência da obesidade em pacientes portadores da SAOS, quanto mais elevado o IMC (índice de massa corporal) do paciente, maior o nível de comprometimento em seu sono, o que abrange: índice de apneia e hipopneia (IAH) e índice de apneia e hipopneia do sono REM (IAHREM).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, nota-se que a obesidade e a SAOS associadas potenciam mutuamente a sua evolução e severidade (MANCINI, 2000). Além disso, esse ciclo vicioso gera diversas alterações metabólicas e hormonais, as quais impactam negativamente a saúde do indivíduo acometido, como aumento da resistência à insulina e aumento da produção de grelina (HADDAD, 2017). Entretanto, estudos apontam que diminuir o índice de massa corporal é um método efetivo para superar esse emaranhado patológico, mostrando-se relevante a conscientização e efetivação do tratamento.

INTRODUÇÃO

A artrite reumatóide (AR) e a osteoartrite (OA) são doenças articulares crônicas que apresentam quadro clínico semelhante causados por alterações estruturais e funcionais das articulações (COSTA, 2016). A AR é uma doença com etiologia desconhecida, que caracteriza-se por poliartrite periférica, de forma simétrica, que leva à deformidade e à destruição das articulações por erosão do osso e cartilagem. As mulheres são duas vezes mais afetadas do que os homens e sua incidência aumenta com a idade (LAURINDO, 2004).

Já a osteoartrite (OA), artrose ou osteoartrose como é conhecida, é uma doença articular degenerativa sendo a patologia reumática mais prevalente entre os 65 anos de idade (COIMBRA, 2004).

OBJETIVO

Entender na literatura a diferença entre artrite reumatóide e osteoartrite.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura. A pergunta norteadora do estudo foi: “Como diferenciar artrite reumatóide de

osteoartrite?”. A partir disso, os artigos usados foram selecionados na base de dados online e na plataforma SciELO, através do cruzamento de palavras-chaves “artrite reumatoide”, “diagnóstico e tratamento” e “osteoartrite”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos das presentes revisões revelam que as alterações estruturais e funcionais na AR e a AO são distintas. De acordo com o estudo por Costa et al. (2016), a artrite reumatóide é uma doença autoimune, ou seja, o próprio corpo produz uma resposta imune contra os tecidos, articulações e órgãos e começa a tratá-lo como estranho. Associado a isso, um estudo realizado por Laurindo et al. (2004), ficou constatado que acomete grandes e pequenas articulações em associação com manifestações sistêmicas de rigidez matinal, fadiga e perda de peso. Além disso, evidencia-se inflamação nas membranas sinoviais e estruturas articulares. As regiões mais acometidas são punho, interfalangeanas proximais e metacarpofalangeanas (COSTA, 2016).

Na osteoartrite, a doença provoca uma degeneração da cartilagem articular, tendo como sintomatologia dor, rigidez, crepitações e limitação nos movimentos das articulações. Em geral, acomete as articulações do quadril, joelho, coluna e dedos (COSTA, 2016).

Em ambos os casos o diagnóstico é feito por uma anamnese

detalhada, exame físico, exames laboratoriais e exames de imagem. Entretanto, vale ressaltar que cada patologia apresenta suas peculiaridades. Portanto, na artrite reumatóide são encontradas deformidades características como “pescoço de cisne”, “dedo em batoeira” e na osteoartrite presença de osteófitos (COSTA, 2016).

Nesse sentido, o tratamento dessas doenças seguem uma mesma linha de raciocínio que é multidisciplinar e tem como objetivo a melhora funcional, mecânica e clínica através da redução da dor e da inflamação, prevenindo assim o dano articular a longo prazo (COIMBRA, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que o tema abordado é de grande relevância, pois hodiernamente, ainda há um grande impasse para diagnosticar de forma precoce. Assim, conhecer o quadro clínico, entender a fisiopatologia, reconhecer a prevalência e saber o tratamento adequado faz com que a qualidade de vida aumente exponencialmente, visto que diminuiria em grande proporção as limitações funcionais e o impacto negativo sobre o estado emocional. Contudo, o acompanhamento com uma equipe multidisciplinar é fundamental para o manejo correto das doenças.

REFERÊNCIAS

COIMBRA, I. B. et al. Osteoartrite (artrose): tratamento. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 44, p. 450-453, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbr/a/F39LTRWZ985dPVQTPYPcvfJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2022.

COSTA, Renata Soraya Coutinho da et al. OSTEOARTROSE X ARTRITE REUMATOIDE: DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL. **REVISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS-UNIVERSO RECIFE**, v. 3, n. 3, 2016.

LAURINDO, Ieda Maria Magalhaes; XIMENES, A. C.; LIMA, F. A. C.; et al. Artrite reumatoide :: diagnostico e tratamento. **Revista Brasileira de Reumatologia**, São Paulo, v. no/dez., n. 6, p. 435-442, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbr/a/Wdk9p87DbzP4HBDt5vPsZdg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2022.

A EXPERIÊNCIA DO ACADÊMICO DO CURSO DE MEDICINA COM O ESTÁGIO EXTRACURRICULAR NO SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

Jéssica Paola Salame, Gilberto Iwamoto, Franscisco Marcondes Penha, Carlos Eduardo Buchen, Henrique Soares de Figueiredo, Rafael Barreiros Hoffmann
[Rafael Hoffman @Hotmail.com](mailto:Rafael.Hoffman@Hotmail.com)
Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A Ortopedia é uma especialidade médica responsável pelo estudo e tratamento das doenças, lesões e deformidades que atingem ossos, músculos, tendões, articulações e ligamentos. Está intimamente relacionada com a Traumatologia, que trata das lesões provocadas por traumas (CANALE, 2007).

OBJETIVO

Descrever a experiência adquirida através de estágio não obrigatório no Serviço de Ortopedia e Traumatologia na equipe de urgência ortopédica da cidade Brusque, e a sua contribuição para a formação médica.

MATERIAL E MÉTODO

O estágio não obrigatório ocorreu durante o período de 01/10/2019 a 01/10/2021 no serviço de ortopedia, sendo possível acompanhar as atividades diárias exercidas pelos médicos e residentes em ortopedia e, dessa forma, entender o funcionamento da especialidade e suas atribuições. As atividades praticadas no decorrer do estágio incluíram acompanhar os plantões na emergência do hospital, no qual foi posta em prática, sob orientação de um médico responsável, as técnicas para realizar a produção de talas gesso, por exemplo. Além disso, também foi possível assistir às cirurgias, durante as quais houve a possibilidade de auxiliar em pequenos procedimentos que o médico responsável julgasse possível realizar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As experiências foram de grande valor pessoal e acadêmico, possibilitando uma visão mais ampla e diferenciada da realidade da especialidade (CANALE, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência e o aprendizado assimilados com o estágio em Ortopedia e Traumatologia durante a graduação permitiram acrescentar e aplicar diversos conhecimentos adquiridos. Além disso, concedeu uma enorme vivência nas áreas de anatomia, traumatologia e emergência, consolidando os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso fortificando, assim, o processo de aprendizado. A experiência conta como um diferencial positivo na formação acadêmica do aluno bem como na seleção para residência médica.

REFERÊNCIAS

Princípios AO do tratamento de fraturas. Organizado por Thomas P. Ruedi e William M. Murphy; trad. Jacques Vissoky. – Porto Alegre : **Artmed**, 2002.
CANALE, S. T. Cirurgia Ortopédica de Campbell, vol 3, 10 ed, São Paulo; **Editora Manole**; 2007

INTRODUÇÃO

A ansiedade consiste em um sentimento que, quando se manifesta de maneira exacerbada, torna-se patológico, comprometendo as Atividades Instrumentais de Vida Diária. Dessa forma, classifica-se como um transtorno emocional (ZUARDI AW, 2017 apud LOPES et al., 2021).

O Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) concursa com diversos sintomas físicos e psicológicos, por exemplo; medo excessivo, preocupação exacerbada em vários aspectos da vida e sensação de sobrecarga (GOTTSCHALK MG, 2017 apud LOPES et al., 2021).

Entretanto, são queixas amplas, presentes em diversas outras patologias como; o Feocromocitoma, a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, o hipotireoidismo, dentre outras, as quais são diagnósticos diferenciais para TAG (LOPES et al., 2021).

A importância da minuciosa avaliação para exclusão de diagnósticos diferenciais em pacientes com suspeita de transtorno de ansiedade generalizada está evidente, no relato de caso “*Pheochromocytoma presenting as anxiety disorder: A case report*” produzido por Sriram. Segundo Sriram, o paciente manifestou sintomas vagos como cefaleia, sudorese intermitente, apresentava medo e apreensão durante o trabalho, causando-lhe grande sofrimento e dificuldade em manter o emprego, assim como para sair de casa. Aplicou-se a escala de ansiedade de Hamilton, acusando ansiedade moderada. Essa sintomatologia levou ao diagnóstico e tratamento errôneo da condição (LO et al., 2000 apud SRIRAM; RAGHAVAN, 2017). Ao realizar o exame físico do paciente, sinais de alerta surgiram, culminando na investigação para outras patologias e concluindo diagnóstico para Feocromocitoma. Este é um tumor neuroendócrino, localizado na medula das glândulas adrenais, e estimula a liberação de catecolaminas, (Lam, 2015; Whalen et al., 1992 apud SRIRAM;

RAGHAVAN, 2017) mimetizando os sintomas de TAG. Desta forma, segundo Sriram e Raghavan (2017, p.83): “Este caso clínico reforça a importância do exame físico detalhado e investigações relevantes nos transtornos psiquiátricos para procurar quaisquer causas médicas subjacentes para a doença”.

OBJETIVO

Entender a importância da avaliação e do exame físico, pormenorizados, em pacientes com Transtorno de Ansiedade Generalizada para a formulação e descarte de diagnósticos diferenciais, em especial, o tumor raro de glândula adrenal, Feocromocitoma.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho confeccionado trata-se de uma revisão de literatura, possui como pergunta norteadora “Qual a importância da avaliação e do exame físico, pormenorizados, em pacientes com transtorno de ansiedade generalizada para o diagnóstico diferencial de feocromocitoma?”. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa, na plataforma google acadêmico, com o intuito de definir Transtorno de Ansiedade Generalizada. Nessa busca, foram encontrados 13.100 artigos, escolhendo o mais recente e sem associações a outros temas. Uma segunda busca foi realizada com o intuito de associar esse tema ao Feocromocitoma. Utilizou-se da base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde aplicando os filtros Transtorno de Ansiedade, Ansiedade, Qualidade de vida, Saúde mental, Neoplasias, Feocromocitoma, limitando a base MEDLINE, dessa forma, obteve-se 150 resultados. Ambas as pesquisas foram realizadas no dia 22 de fevereiro de 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base no relato de caso “*Pheochromocytoma presenting as anxiety disorder: A case report*” escrito por Sriram e Raghavan, em que um paciente obteve diagnóstico equivocado devido aos sintomas expressos, outras doenças físicas também apresentam a ansiedade como sintoma comum. Estas, muitas vezes, quando se encontraram no estágio inicial da doença podem tornar difícil diferenciá-las dos transtornos de ansiedade (CAMEROM, 1985 apud SRIRAM; RAGHAVAN, 2017). Como ferramenta para distinção, deve-se utilizar o exame físico detalhado e a pesquisa de diagnósticos diferenciais causadores de manifestações psiquiátricas. (SRIRAM; RAGHAVAN, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tumor Feocromocitoma estimula a liberação de hormônios da glândula suprarrenal, os quais desencadeiam sintomas de ansiedade, sendo facilmente confundido com quadro clínico do Transtorno de Ansiedade Generalizada.

O exame físico consiste em uma habilidade indispensável do médico, inclusive na área da psiquiatria, pois, com as evidências dessa avaliação física associada ao conhecimento técnico, direciona o profissional para diagnósticos certos, mesmo quando a sintomatologia explicitada pelo paciente seja inespecífica ou pobre em detalhes.

REFERÊNCIAS

- LOPES, A. B. et al. Transtorno de ansiedade generalizada: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 35, p. e8773, 6 set. 2021.
- SRIRAM, P.; RAGHAVAN, Vijaya. Pheochromocytoma presenting as anxiety disorder: a case report. **Asian Journal Of Psychiatry**, [S.L.], v. 29, n. 9, p. 83-84, out. 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ajp.2017.05.001>.

INTRODUÇÃO

Os biomarcadores cardíacos específicos têm sido utilizados como ferramenta útil e eficaz na abordagem mais recente do infarto agudo do miocárdio (IAM) (MANN, 2018)

OBJETIVO

Analisar a importância clínica dos biomarcadores cardíacos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura realizado no período de 2011 a 2021, com base na seguinte pergunta norteadora: Qual a importância dos biomarcadores cardíacos na conduta do IAM?. Utilizando-se o Portal Regional

da BVS, nas buscas foram utilizados os descritores: Infarto agudo do miocárdio; biomarcadores cardíacos; troponinas. Foram incluídos 3 artigos na revisão após utilização e filtros dos seguintes critérios: Possuir menos de 10 anos de publicação e que estivessem disponíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um número significativo de pacientes com IAM não apresenta sintomas sugestivos de isquemia miocárdica ou apresenta sintomatologia atípica (MANN, 2018). Embora seja indiscutível a necessidade do eletrocardiograma (ECG) nos diagnósticos de IAM, existem pacientes que não apresentam alterações eletrocardiográficas ou até mesmo que as alterações do traçado são de difícil interpretação (SILVA, 2011). Por causa disso, a determinação de marcadores biológicos de necrose

miocárdica é imprescindível para o diagnóstico de IAM (SILVA, 2011). Dessa maneira, é evidente a preocupação em vários estudos a respeito da importância de um diagnóstico rápido e acurado, sem perder seu caráter criterioso (MANN, 2018). Nesse ínterim, os biomarcadores cardíacos são de fundamental importância para o diagnóstico do infarto agudo do miocárdio, e as troponinas cardíacas ainda são tidas como o padrão ouro para o seu diagnóstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso dos biomarcadores cardíacos se justifica pelo papel que os mesmos têm no diagnóstico e tratamento dos doentes com dor torácica e suspeita de IAM.

REFERÊNCIAS

MANN, Douglas L. *et al*, (ed.). BRAUNWALD: TRATADO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES. 10. ed. Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2018.
SILVA, S. H.; MORESCO R. N. Biomarcadores cardíacos na avaliação da síndrome coronariana aguda. **Scientia Medica** 2011.

Matheus Ferreira de Moraes, Thainá Sarah Dematé, Maria Eduarda Zen Biz, Denis Guilherme Guedert, Gustavo Gumz Correia, Rafael Saviolo Moreira

rafael.saviolo@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Durante o desenvolvimento do corpo humano diversas alterações estruturais e funcionais estão envolvidas. O conhecimento da anatomia humana das ossadas permite a observação dessas alterações morfológicas e possibilita a diferenciação de gênero bem como indicar a possível idade. O método mais comum para estimar a idade é a análise do grau de ossificação das suturas cranianas (LIARD, 2014). O encurtamento gradual das suturas ocorre em média até os 70 anos. Entretanto, a grande variabilidade individual no grau de ossificação das articulações impossibilita precisar a idade por aumentar a margem de erro (LOURENÇO, 2010; VEZÚ et al, 2019).

OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as suturas cranianas para a identificação do avanço da idade em ossos secos pertencentes ao acervo do Laboratório de Anatomia Humana do Centro Universitário de Brusque.

MATERIAL E MÉTODO

Este trabalho consta de uma análise observacional de ossos do crânio. A peça foi fotografada e a análise das imagens foram confrontadas com os dados existentes na literatura.

REFERÊNCIAS

- VEZÚ, S.; SOARES, D.S.T. Métodos de identificação humana através da antropologia forense: revisão bibliográfica. **Arquivos do MUDI**, v. 23, n. 3, p. 559-573, 2019.
- LIARD, R.A.. Anatomía Humana. 4º ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: **Médica Panamericana**, 2014.
- LOURENÇO, R.M.A. A fiabilidade do método de estimativa da idade à morte através das suturas cranianas em indivíduos de meia-idade e idosos. Tese de Doutorado – **Universidade de Coimbra**. Coimbra. 2010.

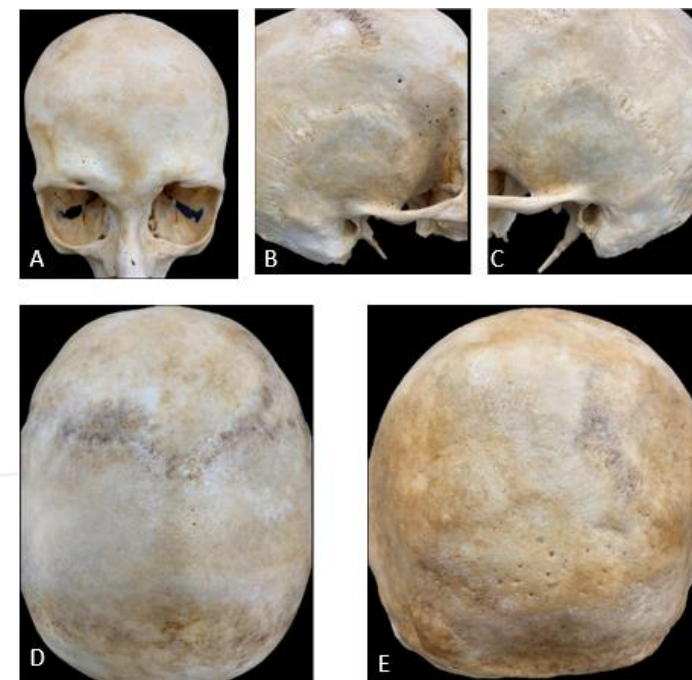
RESULTADOS E DISCUSSÃO

As suturas utilizadas para a estimativa de idade são: a sutura metópica, localizada na linha média do osso frontal, a qual desaparece até os seis anos de idade; a coronal, localizada entre o osso frontal e o parietal, envolvendo dos 25 a 45 anos; a sutura sagital, localizada entre os ossos parietais e os temporais, fecha-se dos 25 a 35 anos; a sutura lambdóidea entre o osso occipital e os parietais, ossificando entre 25 a 50 anos e, as escamosas entre os ossos temporais e os parietais, desaparecendo entre 35 a 50 anos. A obliteração completas dessas articulações ocorre em média dos 65 a 80 anos, formando um osso único (VEZÚ et al, 2019). Na peça analisada, foi observada a incompleta obliteração das suturas coronal, sagital e lambdóidea (Imagens 1.D e 1.E). As escamas temporais estavam presentes bilateralmente e a sutura metópica estava ausente (Imagens 1.A, 1.B e 1.C). Os achados sugerem que a ossada em questão apresenta marcos que caracterizam senilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise macroscópica das suturas é um método comum, barato e rápido para a estimativa da idade. Contudo, não deve ser utilizado como método isolado, podendo servir como complemento a outros métodos.

Imagem 1 – A. ausente sutura metópica; B. escama temporal direita; C. escama temporal esquerda; D. vista superior da sutura coronal e sagital incompletas; E. vista occipital, sutura lambdóidea incompleta.



Fonte: Fotografias elaboradas pelo autor

INTRODUÇÃO

O músculo psoas menor faz parte da musculatura da parede posterior do abdome. Este, em conjunto com os músculos iliopsoas e ilíaco, atua na flexão da coxa e estabilização do quadril (MOORE, 2018). Entretanto, não é obrigatoriamente encontrado em todos os indivíduos, diferentemente do músculo psoas maior (DRAGIEVA, 2018).

OBJETIVO

Descrever a morfologia do músculo psoas menor (MPM) presente bilateralmente em cadáver dissecado.

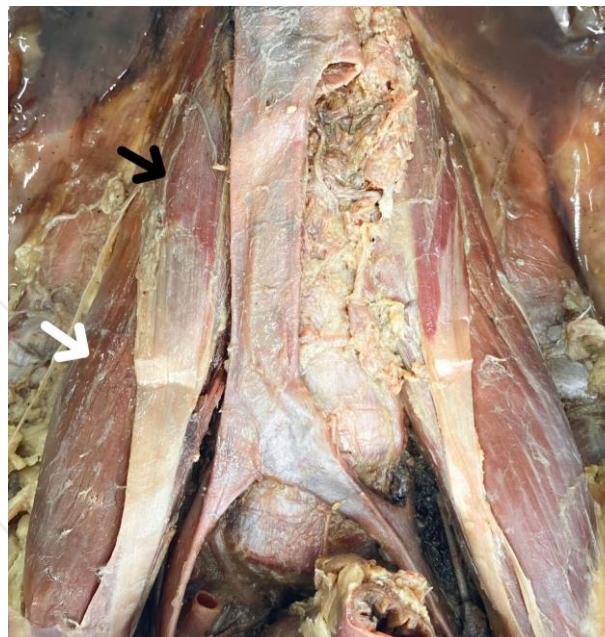
MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi realizado através de metodologia observacional no laboratório de anatomia humana do Centro Universitário de Brusque, Santa Catarina. Constatou-se a variação anatômica referente à presença do MPM em um cadáver adulto, do sexo masculino, idade desconhecida e conservado em solução glicerínada (Imagem 1).

REFERÊNCIAS

DRAGIEVA, P.; ZAHARIEVA, M.; KOZHUHAROV, Y. MARKOV, K.; STOYANOV, G. S.; Psoas Minor Muscle: A Cadaveric Morphometric Study. **Cureus**. v. 10(4), 2018.
FARIAS, M. C. G.; OLIVEIRA, B. D. R.; ROCHA, T. D. S., CAIAFFO, V. Morphological and morphometric analysis of Psoas Minor Muscle in cadavers. **J. Morphol. Sci.**, v. 29, p. 202-205, 2012.
NEUMANN, D.; GARCEAU, L. R.. A Proposal Novel Function oh the Psoas Minor Revealed Through Cadaver Dissection. **Clinical Anatomy**, v. 28, p. 24-252, 2014.
MOORE, K, L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A M R. **Anatomia Orientada para Clínica, 8ª edição**. Grupo GEN, 2018.

Imagem 1 – músculo psoas menor (seta preta) e maior (seta branca)



Fonte: Fotografia elaborada pelo autor

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se a presença de MPM bilateral, com inserção proximal em vértebra T12 e distal na eminência iliopectínea. Seu comprimento foi de 25 cm e largura de 3,5 cm no lado direito e 24,5 cm e 3 cm no esquerdo. Na Bulgária, Draviega, *et al.*, em 2017, constataram que 60% dos cadáveres analisados apresentavam a variação, com média de 19,66 cm de comprimento. No estudo norte-americano de Neumann e Garceau, 2014, a prevalência foi de 65,6% e comprimento médio de 23,85 cm. Farias, *et al.* 2011, relataram sua presença em apenas 27% das peças analisadas no Brasil e comprimento de aproximadamente de 23,9 cm. A variação pode, ainda, ser unilateral (DRAGIEVA, 2018). Os trabalhos não apresentaram relação entre a altura dos indivíduos estudados e o comprimento do MPM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do músculo psoas menor é variável na literatura, podendo apresentar-se uni ou bilateralmente. As análises morfológicas deste em estudos de localidades diferentes revela, além de variações anatômicas, diversidades culturais.

INTRODUÇÃO

A luxação perilunar é o evento em que o rádio distal e osso semilunar mantêm o alinhamento, enquanto o restante dos ossos do carpo estão sendo deslocados dorsalmente, sendo lesões graves e incomuns da anatomia carpal que envolvem ruptura ligamentar aguda com caráter de intervenção emergencial (NETO *in* PARDINI, 2008). Acomete tipicamente em jovens adultos, por traumas de alta energia com hiperextensão em desvio ulnar do punho, como queda de altura, acidente automobilístico, esportivo e trauma direto, acometendo cerca de 10% das lesões do carpo registradas, sendo que 25% dos casos passam despercebidos nos atendimentos iniciais (CANELE, 2007).

OBJETIVO

O objetivo desse estudo é comprovar, por meio de revisão bibliográfica, uma conduta a ser seguida por médicos do atendimento primário, para identificar luxações dos ossos do carpo, de maneira a otimizar o tratamento dessas lesões.

REFERÊNCIAS

NETO, P. J. P. Fraturas de metacarpianos. In: Pardini A. Freitas A. Traumatismos da mão, 4 ed; Rio de Janeiro: **Medbook**, 2008.
CANALE, S. T. Cirurgia Ortopédica de Campbell, vol 3,10 ed,São Paulo; **Editora Manole**; 2007

Dessa forma, conhecer e interpretar radiografias de mão e punho de forma a reconhecer as principais diferenças entre uma radiografia normal e a patológica

MATERIAL E MÉTODO

A metodologia do trabalho será baseada na análise bibliográfica retrospectiva de artigos científicos sobre o tema, com auxílio de livros e os bancos de dados digitais PubMed e Medline, a partir de literaturas publicadas posteriores ao ano de 1999, que analisam a epidemiologia, mecanismo do trauma, critérios diagnósticos clínicos e radiográficos, para diagnóstico e métodos de tratamento das luxações perilunares associadas ou não a fraturas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme os achados bibliográficos, por sua raridade e elevada complexidade, é indicada a investigação minuciosa com exame físico e radiografia de mão (NETO *in* PARDINI,

2008). É necessário para tal, o conhecimento detalhado da anatomia carpal e das alterações radiográficas relacionadas a patologia em questão (CANELE, 2007). Em casos de suspeita de luxação, semilunar desalinhado com o eixo do rádio; semilunar articulado com o rádio, porém fletido e perda de congruência articular entre o capitato e o semilunar são alguns achados radiológicos importantes no diagnóstico da patologia (NETO *in* PARDINI, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento da anatomia, da clínica e das radiografias diante destas lesões graves e raras, leva os médicos responsáveis a suspeitar e identificar rapidamente as luxações perilunares, diminuindo a negligência e, dessa forma, o índice de sub-diagnóstico destas lesões, além de proporcionar o tratamento precoce adequado.

INTRODUÇÃO

A assistência em saúde de indivíduos transgênero desse ser pautada por princípios éticos e humanísticos em todos os níveis de complexidade. Atitudes que discriminem, excluam e ridicularizem contribuem para o aumento de vulnerabilidades e agravos nessa população, prejudicando sua integridade mental e física.

É importante ressaltar que ao mesmo tempo que são expostos a determinadas condições clínicas, os indivíduos transgêneros também sofrem de agravos externos, relacionados à sociedade, que não devem ser negligenciados. É importante oferecer apoio à essas pessoas englobando-as nas diversas ações sanitárias e de cuidados, visando sempre a universalidade e a integridade do cuidado.

Vale lembrar também que, não é suficiente apenas estratégias de intervenção, toda a equipe deve estar orientada e disposta a promover atitudes de humanidade e acolhimento. Por isso, a educação continuada dos profissionais de assistência em saúde bem como a boa conduta de políticas públicas contemporâneas, são imprescindíveis para a boa condução do paciente durante o processo.

OBJETIVO

Buscar entender a importância e o papel que uma boa capacitação e orientação de profissionais da área da saúde detém no atendimento de pacientes transgênero.

REFERÊNCIAS

- CATANI, G. S. A.; CATANI, M. E. C.; CARVALHO, P. C. O Processo Transsexualizador. In: Guilherme Simas Do Amaral Catani. (Org.). A Voz No Processo Transsexualizador. 1ed.: Independently Published, 2021, v. 1, p. 24-25.
- LUCINDA, L. R.; CARVALHO, M. B. Princípios Médicos Do Processo Transsexualizador. In: Guilherme Simas Do Amaral Catani; Bettina Carvalho; Congeta Bruniere Xavier; Lucas Resende Lucinda Mangia; Maria Theresa Costa Ramos De Oliveira Patrial. (Org.) A Otorrinolaringologia No Processo Transsexualizador. 1ed. Rio De Janeiro: Thieme Revinter, 2021, V. 1, P. 32-

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura. O material utilizado nessa revisão foi selecionado através da indicação do professor orientador. Os livros utilizados foram “A OTORRINOLARINGOLOGIA NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR” (CATANI, et al, 2021) e “A VOZ NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR” (CATANI, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos estudos relacionados, a provisão de um ambiente seguro, acolhedor e culturalmente apropriado são medidas que devem ser tomadas por profissionais que lidam com minorias visando compreender experiências e identidades individuais.

As instalações públicas de saúde deveriam possuir pelo menos um banheiro neutro para uso por indivíduos não binários, em transição ou que se sintam desconfortáveis em ambientes de gênero específico.

Durante o atendimento da pessoa transgênero, é importante que logo no momento inicial da anamnese, o profissional de saúde pergunte ao paciente seu nome social, promovendo segura e respeitosa relação médico-paciente.

Além disso, as equipes multidisciplinares garantem uma assistência abrangente e eficaz, uma vez que a disponibilidade de profissionais de várias áreas no atendimento ao paciente transgênero garante a integralidade do cuidado

ofertado de modo a não limitar o atendimento à apenas terapias de transição. A Associação Profissional Mundial de Saúde Transgênero (WPATH) tem processo padronizado de redesignação de sexual e desenvolve-se ao longo de 2 ou 3 anos, em 3 ou 4 fases que contam com profissionais multidisciplinares.

Após a conclusão do processo transexualizador o acompanhamento médico de longo prazo é importante principalmente, principalmente endocrinológico e psicológico. Exames periódicos são importante a vida toda para monitorar e corrigir possíveis defeitos adversos do tratamento e a detecção precoce de câncer de mama ou de próstata e doença cardiovascular ou hepática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consulta ao paciente transgênero deve incluir uma gama de condutas clínicas e cirúrgicas realizadas por profissionais de diferentes especialidades. Respeitar sempre a integralidade e promover o acolhimento dessa minoria durante a entrevista médico-paciente é o que garante o respeito e afasta preconceitos e tabus, é a chave para evitar que essa parte importante de nossa sociedade seja negligenciada e que desfrutem de seus direitos enquanto cidadãos.

INTRODUÇÃO

Com o atual cenário da pandemia de COVID-19 e às questões de distanciamento social, algumas escolas médicas implementaram o ensino à distância. As instituições de ensino superior com intuito de diminuir a propagação do vírus, enfrentaram o desafio de manter professores e alunos em seus lares, bem como manter o processo de ensino e aprendizagem. Tal mudança pactuou de forma negativa a saúde mental dos alunos, por causa do grau de exaustão atribuído ao envolvimento em videoconferências (de OLIVEIRA, 2022).

OBJETIVO

Determinar a partir da literatura a associação de metodologias ativas para estudantes de medicina durante a pandemia do COVID-19.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo trata-se de uma revisão de literatura. A pergunta norteadora do estudo foi: “Quais são os impactos da pandemia do COVID-19 em estudantes de medicina?”. Com esse viés, foi realizado uma busca na literatura através de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Telemedicina, Saúde mental,

Psiquiatria e Estudantes de Medicina.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, assim como em outros países, as atividades presenciais foram suspensas e sem previsão de retorno, todas as escolas do mundo temporariamente mudaram para um modo alternativo de ensino virtual. Portanto, todas as aulas foram desenvolvidas por meio de videoconferências, aplicativos móveis e programas de computador. Foi usado Zoom, Skype, Google Meet, entre outras, que se tornaram imprescindíveis para propagar a educação (de OLIVEIRA, 2022).

Segundo o estudo realizado por Crispell et al. (2022), o aprendizado online trouxe benefícios no âmbito das telecomunicações. Além disso, a COVID-19 representou uma “transformação duradoura na medicina”, a qual nos fez superar e se adaptar. No entanto, Crispell et al. (2022), afirma que a experiência na faculdade de medicina foi prejudicada pela pandemia, porém obteve resultados positivos na educação médica.

Em um estudo transversal já realizado, demonstra que quatro a cada cinco estudantes alegam que sua formação é inferior à das gerações anteriores, e a maioria gostaria de repetir o último ano de treinamento clínico (SERVIN-ROJAS, 2022).

Associado a isso, vale ressaltar que a exposição ao ambiente é

uma parte vital do treinamento de um médico, pois é através da observação, prática e repetição, em geral supervisionadas que os acadêmicos de medicina aprendem habilidades cruciais para cuidar da vida dos pacientes. Embora, algumas dessas habilidades possam ser ensinadas por via remota, o treinamento a beira do leito continua sendo primordial (SERVIN-ROJAS, 2022).

Em virtude da situação causada pelo COVID-19, os efeitos na formação médica foram deletérios em sua confiança, capacidade de cuidar dos pacientes e na autonomia como médicos. Somando-se ao quadro, houve aumento nas taxas de transtornos de saúde mental durante a pandemia (SERVIN-ROJAS, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo demonstrando que a maioria dos estudantes se sentem despreparados para sua formação, é necessário esforços para driblar essa falha de experiência, seja por instruções virtuais ou através de simulações realísticas. Apesar da pandemia instaurada pelo COVID-19 ter tido grande repercussão para estudantes de medicina, o impacto dessas questões na formação de novos médicos atuais é desconhecido.

REFERÊNCIAS

- CRISPELL, R. et al. Military medical students' perspectives on medical education in the COVID-19 era. **Military medicine**, v. 187, n. 1–2, p. 9–11, 2022.
- de Oliveira Kubrusly Sobral, J.B., Lima, D.L.F., Lima Rocha, H.A. et al. Active methodologies association with online learning fatigue among medical students. **BMC Med Educ** 22, 74 (2022). <https://doi.org/10.1186/s12909-022-03143-x>.
- SERVIN-ROJAS, M. et al. Impact of the COVID-19 pandemic on the clinical training of last year medical students in Mexico: a cross-sectional nationwide study. **BMC medical education**, v. 22, n. 1, p. 24, 2022.

INTRODUÇÃO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) persistem como problema de Saúde Pública. Foi estimado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano de 2016 a incidência de 376,4 milhões de casos de ISTs curáveis em pessoas de 15 a 49 anos de idade (MIRANDA, et al, 2021). Foi observado pelos alunos da 3ª fase, sob supervisão da preceptora, durante as atividades desenvolvidas na Unidade Básica de Saúde, a necessidade de realizar uma ação acerca das ISTs para funcionários de uma empresa do bairro, pois muitos não possuem conhecimento de prevenção, sinais e sintomas, e tratamento dessas infecções.

OBJETIVO

Promover uma atividade de educação em saúde sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) para trabalhadores de uma empresa do município de Brusque.

REFERÊNCIAS

MIRANDA, A. E. et al. Políticas públicas em infecções sexualmente transmissíveis no Brasil. Epidemiologia e Serviços de Saúde [online]. 2021, v. 30, n. spe1 [Acessado 24 Fevereiro 2022], e2020611. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-4974202100019.esp1>>. Acesso em: 22 de fev. 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência de um projeto de intervenção realizado em setembro de 2021 no município de Brusque. Para a construção do projeto foi utilizada a pedagogia da problematização com o Arco de Maguerez. O público foram trabalhadores do sexo masculino. O encontro foi em formato de palestra com duração de uma hora na sede da empresa. Foram abordados temas acerca da transmissão, sinais e sintomas, prevenção acerca das ISTs, além de esclarecer os serviços ofertados na UBS acerca do temática trabalhada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante avaliação subjetiva dos discentes a atividade promoveu um espaço de diálogo entre os participantes e possibilitou construir novos conhecimentos sobre saúde e prevenção de doenças. Após a aplicação do Projeto de Intervenção, os resultados foram apresentados para as equipes de saúde e compartilhado entre os estudantes no seminário final da Reflexão do IESC.



Fonte: Elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação oportunizou integração entre Unidade Básica de Saúde e as empresas presentes na comunidade, promovendo educação em saúde para o trabalhador e prevenção das ISTs, em especial a sífilis, doença com alta prevalência no município de Brusque.

INTRODUÇÃO

Os eventos adversos no processo de assistência à saúde vêm sendo um dos maiores problemas mundiais no âmbito hospitalar. Dentre esses eventos podemos destacar os relacionados aos erros no atendimento de prescrição, uso e administração de medicamentos. O erro dos profissionais na administração de medicamento tem causado sérias consequências aos pacientes, muitas vezes debilitantes.

OBJETIVO

O objetivo do nosso estudo foi a investigação dos erros mais comuns envolvendo medicamentos em um hospital privado da cidade de Florianópolis, e como a utilização de um sistema eletrônico de atendimento de prescrições (SEAP) pode agir como barreira contra eventos adversos.

MATERIAIS E MÉTODOS

verificamos a quantidade de registros de eventos adversos em duas unidades de terapia intensiva (UTI) diferentes identificadas como UTIA e UTIB. A análise foi realizada por três meses em dois períodos distintos. Na UTIB, mas não na UTIA, o atendimento das prescrições se deu a partir do SEAP durante o segundo período de valiação. Além disso, analisamos a percepção dos colaboradores da UTIB em relação ao SEAP, e se esse funcionava como barreira contra eventos adversos, além do seu conhecimento em utilizar métodos que garantam a segurança do paciente, posteriormente comparandoos aos do núcleo de segurança do paciente (NSP), grupo referencia quando o tema é segurança do paciente na instituição de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos nos mostram que a utilização SEAP eliminou os eventos adversos relacionados a medicação no setor UTIB. Os entrevistados revelaram que a maior dificuldades esta no conhecimento sobre os conceito farmacológicos dos fármacos utilizados. .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a dificuldades na ciência da farmacologia dos principais fármacos utilizados no setor hospitalar observou-se que a educação continuada focando das propriedade farmacológicas das medicações pode funcionar uma estratégia adotada para garantir a segurança do paciente assim como, a ferramenta eletrônica de prescrição de medicamentos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CAPUCHO; H.C; ARNAS, E.R; CASSIANI, S.H.B. Segurança do paciente: comparação entre notificações voluntarias manuscritas e informatizadas sobre incidentes em saúde. Rev.Gau.Enferm.v34.n1.p164-172.2013;
- MENDES, W; PAVAO, A.L; MARTINS, M; MOURA, M.L.O; TRAVASSO, C. Características de eventos adversos evitáveis em hospitais do Rio de Janeiro. Ver.Assoc.Med.Bras.v59. n5. p421-428. 2013;
- TEIXEIRA, T.C.A; CASSIANI, S.H.B. Análise de causa raiz de acidentes por quedas e erros de medicação em hospital.ActaPaulEnferm.v27.n2.p100-7.2014.

INTRODUÇÃO

A voz desempenha um papel muito importante na interação social, ela é uma ferramenta de linguagem e de comunicação e também fornece muitas informações como a identidade, percepção de gênero, atitudes e emoções.

A não conformidade entre estes elementos pode gerar sentimentos de inadequação, sendo assim um grande potencial de impacto psicossocial. As pessoas trans podem gerar diversas formas de angustias, como não identificação da voz em relação seu gênero e também como o seu gênero é lido socialmente.

As intervenções profissionais, medicas e fonoaudiológicas, tem a finalidade de proporcionar uma transição de gênero bem sucedida, pois uma voz e um modo de comunicação mais confortável e autentica contribuem para uma melhor qualidade de vida para as pessoas trans.

OBJETIVO

A importância de uma boa avaliação otorrinolaringológica do paciente transgênero.

REFERÊNCIAS

CATANI, G. S. A. ; CATANI, M. E. C. ; CARVALHO, P. C. Avaliação Otorrinolaringológica Do Paciente Transgênero. In: Guilherme Simas Do Amaral Catani; Bettina Carvalho; Congeta Bruniere Xavier; Lucas Resende Lucinda Mangia; Maria Theresa Costa Ramos De Oliveira Patrial. (Org.). **A Otorrinolaringologia No Processo Transexualizador**. 1ed.Rio De Janeiro: Thieme Revinter, 2021, V. 1, P. 51-55.

CATANI, G. S. A. ; CATANI, M. E. C. ; CARVALHO, P. C. Avaliação Otorrinolaringológica Da Pessoa Trans. In: Guilherme Simas Do Amaral Catani. (Org.). **A Voz No Processo Transexualizador**. 1ed.: Independently Published, 2021, V. 1, P. 21-23.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura. O material utilizado nessa revisão foi selecionado através da indicação do professor orientador. Os livros utilizados foram “A OTORRINOLARINGOLOGIA NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR” (CATANI, et al, 2021) e “A VOZ NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR” (CATANI, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos estudos relacionados, uma boa avaliação deve-se ter de forma primordial o bom relacionamento entre o médico e paciente. Para que isso ocorra, deve-se seguir alguns princípios básicos da bioética: A) Princípio da autonomia: o paciente tem a liberdade de decisão sobre seu corpo, vida e, conseqüentemente, tratamento. As decisões medicas devem ser consentidas pelo paciente; B) Princípio da beneficência: obrigação ética do medico de maximizar o beneficio e minimizar o prejuízo; C) Princípio da não maleficência: as ações do medico devem causar o menor

prejuízo possível ao paciente; D) Princípio da justiça: garantir a equidade.

Além disso, uma boa anamnese, exame físico otorrinolaringológico e a avaliação das características vocais (frequência fundamental da fala, ressonância, entonação e qualidade vocal) tem grande importância para a realização do bom resultado da mudança de voz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consulta deve suprir todas as informações que o paciente necessita. Muito importante é a percepção da expectativa. O medico deve fazer uma analise clara entre a expectativa e a possibilidade. Quando isto não é realizado, existem grandes chances de ocorrer uma insatisfação do paciente. O respeito, a postura profissional, acessibilidade e também uma relação medico paciente, sanando todas as duvidas, fazem com que a avaliação otorrinolaringológica do paciente transgênero, seja realizado com excelência.

INTRODUÇÃO

Variações anatômicas são achados importantes no estudo da anatomia humana. São definidas por diferenças não necessariamente patológicas apresentadas por certos indivíduos. Entre as variantes encontradas em membros, a da artéria braquial (AB) é a mais descrita na literatura, podendo ocorrer em até 20% dos casos (AKAMATSU, 2013). Sua relevância está baseada na necessidade de conhecê-la para a prática de médicos generalistas, radiologistas e cirurgiões.

OBJETIVO

Descrever um caso de alteração anatômica unilateral da artéria braquial.

MATERIAIS E MÉTODOS

Através da dissecação de cadáver adulto do sexo masculino, idade desconhecida e conservado em glicerina no laboratório de anatomia humana do Centro Universitário de Brusque, Santa Catarina, observou-se bifurcação da AB entre os terços proximal e médio do membro superior (MS) direito, em conjunto ao ramo da artéria braquial profunda (Imagem 1).

REFERÊNCIAS

- AKAMATSU, F. E.; SALEH, S. O.; ANDRADE, M.; JACOMO, A. L. Brachial artery variation - a rare pattern. **J. Morphol. Sci.**, v. 30, p. 182-185, 2013.
- BERTOLAZZO, W.; ROMERO, A. M.; BICA, D. T.; CAVALHEIRO, F. C.; BARROSO FILHO, F.; PEZZI, L. H.; KAUFFMAN, L. Variação anatômica da artéria braquial bifurcação alta. **Revista Brasileira de Cirurgia**, v. 71, p. 173-180, 1981.
- MALCIC-GURBUZ, J.; GURUNLUOGLU, R.; OZDOGMUS, O.; YALIN, A. Unique case of trifurcation of the brachial artery: Its clinical significance. **Clinical Anatomy**, v. 15, p. 224-227, 2002.
- TSOUCALAS, G.; ELEFThERIOU, A.; PANAGOULI, E. High Bifurcation of the Brachial Artery: An Embryological Overview. **Cureus**, v. 12, 2020.

Utilizou-se material convencional (pinça anatômica, bisturi, porta-agulhas, tesoura) e, para a morfometria, fita métrica. A bifurcação da AB localiza-se 7,5 cm inferiormente à linha entre clavícula e músculo redondo maior e a 19,5 cm da linha entre os epicôndilos medial e lateral do úmero, dividindo-se em ramos superficial e profundo. O vaso lateral segue superficialmente à musculatura do antebraço, originando a artéria radial, enquanto a porção medial dá origem à artéria ulnar.

Imagem 1 - bifurcação alta da artéria braquial direita, evidenciada em vermelho



Fonte: Fotografia elaborada pelo autor

DISCUSSÃO

A prevalência da variação anatômica relatada nesse estudo é oscilante. Segundo revisão por Tsoucalas, *et al.* em 2020, 8% das variações da AB correspondem à bifurcação alta dessa, sendo considerada uma das mais comuns. Em contrapartida, Bertolazzo, *et al.* 1981, descrevem-na como rara, encontrada em apenas 0,5% das disseções de 202 cadáveres. Outras variações encontradas são AB superficial, origem alta da artéria radial, origem alta da artéria ulnar, divisão alta da AB superficial e trifurcação da AB (AKATMASU, 2013; MALCIC-GURBUZ, 2002; TSOUCALAS, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo relatou um caso de variação na bifurcação da artéria braquial. O conhecimento de tantas variantes da vascularização dos MS é de extrema importância médica, com o objetivo de evitar iatrogenias nos diversos procedimentos invasivos e não invasivos realizados, como palpação de pulso braquial, punção e aferição da pressão arterial.

INTRODUÇÃO

A sepse é uma patologia com elevadas taxas de morbidades e mortalidade, apesar da severidade desta doença muitos pacientes sobrevivem, se recuperam e alcançam a alta hospitalar (ALMEIDA et al., 2013). Entretanto, os sobreviventes à sepse, apresentam aumento substancial das necessidades de saúde, sendo os eventos cardiovasculares uma causa importante para o aumento da mortalidade e re-hospitalização (SINGER et al., 2016). Embora tenha-se o entendimento sobre os impactos da doença em longo prazo, existem poucas publicações que abordam o tema sobreviventes à sepse.

OBJETIVO

Caracterizar as alterações cardíacas dos animais submetidos ao modelo de indução à sepse da fase aguda a sobrevivência.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram utilizados ratos Wistar, submetidos à CLP, nos tempos de 6, 24 horas (considerada a fase aguda), 72 horas e 15 dias

(considerada a fase de aparente recuperação) e 30 dias (considerados sobreviventes a sepse), onde foram avaliados os parâmetros cardíacos através da técnica de cateterismo cardíaco intraventricular e coração isolado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na fase aguda os animais CLP apresentaram hipotensão arterial, hiporresponsividade aos agentes farmacológicos, elevada pontuação no score para sepse e disfunção cardíaca do tipo sistólica, caracterizada pela redução do débito cardíaco (17.4 ± 7.5 e 31.6 ± 6.3 mL/min grupo CLP 6 h e controle, respectivamente e 12.4 ± 3.4 e 30.4 ± 4.4 mL/min grupo CLP 24 h e controle, respectivamente), do volume sistólico (54.1 ± 18.1 e 117.4 ± 19.7 μ L grupo CLP 6 h e controle, respectivamente e 44.8 ± 16.4 e 94.8 ± 6.4 μ L grupo CLP 24 h e controle, respectivamente) e do trabalho sistólico (4189.5 ± 1603.5 e 9056.4 ± 1295.3 mmHg* μ L grupo CLP 6 h e controle, respectivamente e 2560.8 ± 1001.7 mmHg* μ L e $\pm$ grupo CLP 24 h e controle, respectivamente). 72 horas e 15 dias após a indução à sepse os animais CLP tem seus parâmetros cardíacos basais indiferentes ao dos grupos controle indicando uma recuperação. 30 dias após a CLP, os sobreviventes, voltaram a apresenta insuficiência cardíaca do

tipo sistólica, com diminuição do débito cardíaco (20.8 ± 5.0 e 38.5 ± 4.1 mL/min grupo CLP 30 d e controle, respectivamente), do volume sistólico (189.3 ± 7.7 e 226.6 ± 12.0 μ L grupo CLP 30 d e controle, respectivamente), da fração de ejeção (37.1 ± 4.6 e $60.8 \pm 2.0\%$ grupo CLP 30 d e controle, respectivamente) e do trabalho sistólico (6481 ± 1252 e 10551 ± 735.6 mmHg* μ L grupo CLP 30 d e controle, respectivamente) e também, do tipo diastólica caracterizada pelo aumento da pressão diastólica final (14.5 ± 8.2 e 2.8 ± 5.0 mmHg grupo CLP 30 d e controle, respectivamente) e do TAU (14.0 ± 0.6 e 9.2 ± 0.8 G;ms grupo CLP 30 d e controle, respectivamente). .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos resultados inéditos acerca dos efeitos da sepse em longo prazo, ou seja, nos sobreviventes, onde observamos que as disfunções cardíacas reaparecem. Esses dados poderão colaborar para pesquisas posteriores, com foco na prevenção e melhora da função cardíaca, e, assim, proporcionar uma melhor qualidade de vida aos sobreviventes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L.M.C; DINIZ, M.S; DINIZ, L.D; MACHADO-PINTO, J; SILVA, F.C.L. Comparative study of the prevalence of sepsis in patients admitted to dermatology and internal medicine wards. An. Bras. Dermatol..V88. N5. Rio de Janeiro. Set/Out. 2013;
- SINGER, M; DEUTSCHMAN, C.S; SEYMOUR, C.W; SHANKAR-HARI, M; et al. The third international consensus definitions of sepsis and shock septic (SEPSIS-3). JAMA. 315(8). 801-810. 2016.

Thainá Sarah Dematé, Denis Guilherme Guedert, Maria Eduarda Zen Biz, Matheus Ferreira de Moraes, Gustavo Gumz Correia, Rafael Saviolo Moreira
rafael.saviolo@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A pele que reveste a superfície do corpo é suprida por grupo de neurônios sensoriais somáticos. Cada um destes, é atribuído a uma porção cutânea específica e são chamados de dermatômos. Os dermatômos conduzem informações como temperatura, dor, tato e vibração em forma de impulsos nervosos da pele até a raiz nervosa da medula espinal e posteriormente ao encéfalo (TORTORA; GRABOWSKI, 2006). O conhecimento do mapa de distribuição dos dermatômos se torna essencial na prática clínica para a localização lesões ou danos na medula espinal em pacientes. Deste modo, uma lesão em um dermatômo específico pode indicar qual nervo está sendo afetado, facilitando a assim a conduta terapêutica (GRAY, 2010).

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho foi relatar a técnica e as possibilidades de confecção de materiais didáticos para o estudo da Anatomia Humana com referencia à disposição dos dermatômos.

REFERÊNCIAS

GRAY, H. Anatomia. 40. ed. Rio de Janeiro: **Guanabara Koogan**, 2010.
TORTORA, G.; GRABOWSKI, S. Princípios de anatomia e fisiologia. 9.ed. Rio de Janeiro: **Guanabara Koogan**, 2006.
KEEGAN, J. J.; GARRETT, F. D. The segmental distribution of the cutaneous nerves in the limbs of man. **The Anatomical record**. vol. 102, 409-437, 1948.

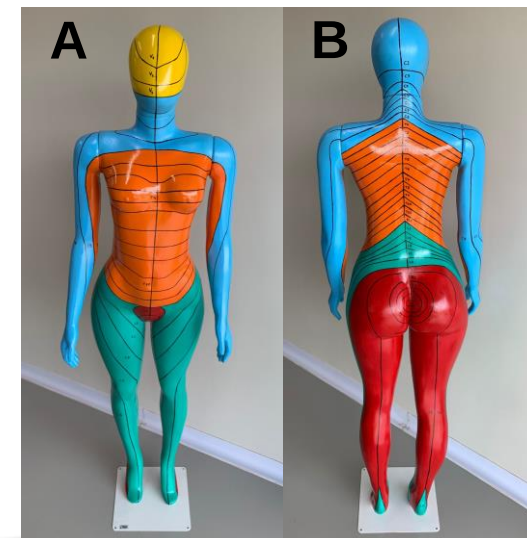
MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado por alunos, técnicos e professores do Laboratório de Anatomia Humana da UNIFEBE durante o ano de 2021. Em um manequim (tamanho real), os dermatômos foram desenhados, como descrito na literatura por Keegan e Garrett (1948). Posteriormente este foi colorido com tinta spray colorida de acordo com as regiões – face em amarelo, cervical em azul, torácica em laranja, lombar em verde e sacral em vermelho. Por último, o modelo foi finalizado com caneta permanente preta para delimitar os traços.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a finalidade de expandir o conhecimento dos alunos sobre a Anatomia, diferentes propostas devem ser pensadas e elaboradas. A confecção de modelos didáticos em tamanho real (Imagem 1) facilita a compreensão e correlação clínica de dermatômos, pois o aluno pode visualizar de maneira realística e ampla as regiões delimitantes de cada segmento.

Imagem 1 – Modelo de dermatômos confeccionado em manequim. (A. vista anterior e B. vista posterior).



Fonte: Fotografia elaborada pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A confecção de modelos de dermatômos em tamanho real contribui de forma significativa para a melhor compreensão e correlação com a inervação sensorial do corpo humano, sendo amplamente empregado para a avaliação da função nervosa.

CONSCIENTIZAÇÃO ALIMENTAR PARA CRIANÇAS DE UM CMEI EM BRUSQUE: relato de um projeto de intervenção

Débora Assunção Aguiar, Amanda Padilha da Rosa, Anna Carolina Fischer Boos, Júlia Costa Francisco, Júlia Victória Tomazi, Pedro Carrion Carvalho
debora.aguiarki@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A alimentação saudável na infância é a base para um bom desenvolvimento e para a qualidade de vida, o que torna a educação nutricional fundamental (SOUZA; SILVA, 2018). Os pais são os principais educadores alimentares da criança, mas o seu contexto social também influencia nesse processo. Durante os atendimentos realizados na Unidade Básica de Saúde foi observado que um grande número de pacientes hipertensos e diabéticos têm suas doenças fortemente atreladas à má alimentação.

A mudança dos hábitos alimentares pode ser alcançada através da conscientização de crianças sobre alimentação saudável, apresentando de forma lúdica e didática quais alimentos são melhores para a saúde e bem estar, fazendo com que essas crianças incentivem a família a ter uma alimentação mais saudável e assim melhorando a qualidade de vida do bairro como um todo.

OBJETIVO

Conscientizar e orientar as crianças em idade escolar sobre aspectos da alimentação saudável.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é um relato de experiência de um projeto de intervenção. Após conversas com a coordenação de um CMEI e com o estagiário de Nutrição de uma UBS, foi realizada uma roda de conversa e atividades lúdicas em novembro de 2021. A atividade envolveu a demonstração de embalagens de alimentos industrializados e frutas, identificando qual a melhor escolha de alimento, e a orientação de forma lúdica sobre como montar um prato com todos os grupos alimentares ideais para um crescimento saudável.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A intervenção foi realizada com ótimo aproveitamento das crianças e professores, trazendo a função de cada alimento, mostrando que a alimentação não é apenas por prazer mas também por saúde. Espera-se que as crianças que convivem em um ambiente familiar com maus hábitos alimentares levem essa discussão para casa, influenciando seus familiares. Para isso foi entregue a todos os alunos um bilhete pedindo aos pais que perguntassem a eles o que aprenderam sobre alimentação naquele dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação saudável é a base para um bom desenvolvimento e para uma boa qualidade de vida. Sendo assim é fundamental que a educação nutricional seja feita de forma correta, para que a criança aprenda a razão de comer cada tipo de alimento para que mesmo longe dos pais saiba a importância da boa alimentação para sua saúde.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Gisele Leite Alves de; SILVA, Maria Cláudia da. **A relação entre o sedentarismo e a má alimentação com o aumento no índice de sobrepeso e obesidade em crianças**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, 2018.

INTRODUÇÃO

O Procedimento Operacional Padrão (POP) é um método onde se padroniza as ações, atividades e tarefas realizadas por colaboradores de uma determinada empresa, afim de melhorar a organização do laboratório e reduzir possíveis erros (CORRÊA *et al*, 2020).

Se trata de um documento específico para cada ação, tarefa e local, desta forma, é necessário que, para cada tarefa realizada dentro do laboratório, seja feito a criação de um novo POP (CORRÊA *et al*, 2020).

OBJETIVO

O objetivo desse trabalho foi padronizar as atividades feitas dentro do laboratório Multifuncional da UNIFEBE, sendo criado um Procedimento Operacional Padrão (POP) para cada diferente atividade.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi realizado durante o ano de 2021, por professores e técnicos do laboratório Multifuncional da UNIFEBE. Houve a criação de um template, e utilizado como padrão para todos os POP's criados dentro do referido laboratório e, em seguida foi descrito passo a passo de cada atividade realizada para uso em aulas e preparo de aulas, de

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Geovane Testa *et al*. **Uso de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) comportamentais na realização de atividades profissionais**. 2020.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572020000200007. Acesso em: 24 fev. 2022..

MEDEIROS, Tatiana Benvenuto. **POP - PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO: UM EXEMPLO PRÁTICO**. 2010. Disponível em:

<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0911260985.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.

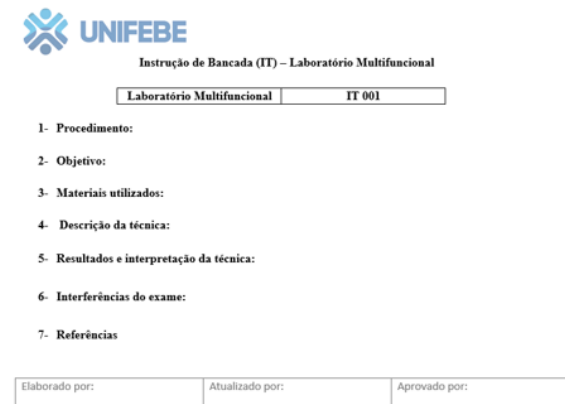
uma forma compreensível para leitura até mesmo de quem não tenha conhecimento técnico do assunto em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O POP pode ser denominado também como instrução de trabalho, procedimento ou protocolo. Facilita o acompanhamento de superiores nas atividades realizadas por funcionários, como também auxilia na organização do ambiente (CORRÊA *et al*, 2020).

Um dos principais objetivos do POP, é diminuir possíveis erros em tarefas realizadas por diferentes profissionais, e também produzir benefícios para os envolvidos. O profissional consegue realizar determinada atividade desacompanhado, aumentando a chance de realizar a tarefa corretamente. Caso haja troca de funcionários, o novo funcionário poderá continuar seguindo o mesmo padrão de atividade, não afetando no resultado obtido. Também auxilia na agilidade de realizar uma tarefa, tendo em vista, que no POP está descrito todo o material que o profissional irá utilizar para determinada atividade e também a descrição da técnica, assim como os resultados e interpretações e as possíveis interferências (MEDEIROS, 2010).

Imagem 1 - Template do POP utilizado no Laboratório Multifuncional da UNIFEBE.



UNIFEBE
Instrução de Bancada (IT) – Laboratório Multifuncional

Laboratório Multifuncional	IT 001	
1- Procedimento:		
2- Objetivo:		
3- Materiais utilizados:		
4- Descrição da técnica:		
5- Resultados e interpretação da técnica:		
6- Interferências do exame:		
7- Referências		
Elaborado por:	Atualizado por:	Aprovado por:

Fonte: Elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal finalidade desse trabalho, foi realizar a padronização de todas as atividades práticas feitas dentro de todos os ambientes do laboratório Multifuncional da UNIFEBE, para que professores, técnicos e alunos da instituição em questão, encontrem menos dificuldades na realização das práticas, já que todo o procedimento se encontra detalhado e como deverá ser executado.

INTRODUÇÃO

As doenças cardiovasculares (DCV) são a primeira causa de morte no mundo. Estima-se que 17,5 milhões de pessoas morreram dessas doenças em 2012, o que representa 31% de todas as mortes globais.

Entre as doenças cardiovasculares, a insuficiência cardíaca (IC) é uma epidemia progressiva associada a mortalidade e morbidade, que causa custos de saúde imensos.

Em pacientes com IC, a depressão é uma das formas de transtorno de humor mais comuns, afetando mais de 340 milhões de pessoas no mundo, ocasionando um impacto negativo na qualidade de vida destes pacientes.

A prática regular de exercícios físicos tem sido uma estratégia essencial em pacientes com IC, demonstrando efeitos positivos em vários desfechos, como qualidade de vida e depressão (PIETTE et al, 2015). Estudos apontam que o treinamento com exercícios, como estratégia não farmacológica, na redução dos sintomas depressivos em pacientes com IC, parece estar ligado à redução da incidência de mortalidade assim como, com o número de hospitalização.

OBJETIVO

Verificar os efeitos do exercício físico na melhora dos sintomas de depressão em indivíduos com IC.

REFERÊNCIAS

- PIETTE, J.D. et al. A Mobile Health Intervention Supporting Heart Failure Patients and Their Informal Caregivers: A Randomized Comparative Effectiveness Trial. **J Med Internet Res.** Jun 10; v.17, n.6, p.142. 2015.
- TAYLOR, R. S. et al. Exercise-based rehabilitation for heart failure. **Open Heart.** Cochrane Database of Systematic Reviews, v.2, n., p. e000163, 2014.
- NAIR, N. et al. Commonality Between Depression and Heart Failure. **Am J Cardiol.** v. 109 p.768 –772. 2012.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão da literatura. Os artigos utilizados nesta revisão foram selecionados nas bases de dados PubMed, SciELO, BVS através do cruzamento das palavras-chave insuficiência cardíaca (*heart failure*), exercício (*exercise*), depressão (*depression*) que foram relacionadas através dos operadores booleanos “AND” e “NOT” e seguiram os termos dos descritores DeCS e MESH. Os artigos foram estratificados inicialmente pelo título, na sequência leitura do resumo e manuscrito na íntegra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apontam que a prática de exercício físico tem influência sobre os sintomas depressivos de indivíduos com IC. Várias formas de exercício podem ser favoráveis nos desfechos de depressão e isso independe da idade do paciente.

A forma como o exercício atua nestes pacientes não está totalmente clara, mas parece está associada a múltiplos fatores que reduzem os sintomas, dentre eles o aumento do contato social.

O elo entre a depressão e a IC não está completamente esclarecido, no entanto é sabido que alguns mecanismos contribuem nesta condição clínica como: ativação neuro-

hormonal, mediadores inflamatórios, arritmias e hipercoagulabilidade (NAIR et al, 2012).

Neste sentido, pode-se constatar que o exercício é fundamental para redução da morbidade e mortalidade em pacientes com IC.

De acordo com a revisão sistemática de Taylor et al (2014), que investigou pacientes com IC das classes II e III, o treinamento com exercícios pode reduzir a mortalidade a longo prazo, além de que seus benefícios parecem ser consistentes em todas as características dos participantes, incluindo idade, sexo e gravidade da IC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O treinamento físico esteve associado à melhora dos sintomas de depressão em pacientes com IC. Os benefícios apontados pelos estudos parecem ser consistentes, independente da idade, comprometimento e tipo de exercício. Desta forma, o efeito positivo do exercício em pacientes com IC aponta para a importância da prescrição clínica e incentivo à sua prática como método não farmacológico para a promoção da saúde e redução da morbidade e mortalidade.

INTRODUÇÃO

As proteínas quinases C (PKC) fazem parte de uma família de proteínas envolvidas em vários processos fisiológicos e patológicos, dentre eles a carcinogênese, doenças cardiovasculares, diabetes, dor e doenças neurológicas (NEWTON, 2021).

Apesar do envolvimento das PKCs nas diversas funções celulares, ainda não está bem estabelecido uma relação direta entre o seu estado de ativação das PKCs com doenças, como o câncer. Uma das razões, é a ausência de ferramentas que possibilitam a distinção das formas ativas e inativas das PKCs (NEWTON, 2021). Nesse sentido, o presente trabalho detalha uma estratégia utilizada para a produção de anticorpos capazes de reconhecer formas ativas das PKCs.

OBJETIVO

Descrever o desenvolvimento racional de anticorpos contra formas ativas das PKCs

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão da literatura. Para a busca dos artigos, foi utilizado as bases de dados Pubmed e Scielo. Durante a busca foi utilizada os descritores "Protein Kinase C"; "conformational changes"; "conformational antibodies". A seleção dos artigos foi realizada apenas após minuciosa leitura.

REFERÊNCIAS

- PENA, D. A. et al. Generating Conformation-Specific Polyclonal and Monoclonal Anti-Protein Kinase C Antibodies and Anti-Active State Specific PKC Antibodies. *Current Protocols in Chemical Biology*, 10, 2018.
- MOCHLY-ROSEN, D., DAS, K., & GRIMES, K. V. Protein kinase C, an elusive therapeutic target? *Nature Reviews. Drug Discovery*, 11(12), 937–57, 2012.
- NEWTON, A.C. Protein Kinase C. *Encyclopedia of Molecular Pharmacology*, 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Existem alguns anticorpos comerciais contra as PKCs. No entanto, tais anticorpos são incapazes de distinguir entre formas ativas e inativas das PKCs (PENA et al., 2018). Em virtude disso, existe uma crescente demanda para o desenvolvimento de anticorpos que reconhecem apenas epítomos expostos após a ativação.

Para o desenvolvimento racional dos anticorpos policlonais utilizou-se como base os trabalhos de Mochly-Rosen e colaboradores (MOCHLY-ROSEN et al., 2012), que identificaram uma região dentro do domínio C2 da PKC que era exposta apenas após ativação das PKCs. Assim, foi realizada a síntese de um peptídeo derivado desta região, seguida pelo seu acoplamento à proteína imunogênica KLH e imunização de coelhos. Após isso, o sangue dos animais foi coletado, o soro separado e usado em ensaios bioquímicos para confirmar a seletividade dos anticorpos. Os anticorpos foram capazes de identificar um maior nível de ativação de PKCs em tumores mais agressivos de câncer de mama (subtipo triplo-negativo) do que em tumores menos agressivos (ER+, subtipo luminal). Além disso, tais anticorpos vem sendo utilizados para a elucidação de vias de sinalização onde há a participação de PKCs ativas, mostrando que tais quinases executam papéis importantes na tradução de proteínas envolvidas na migração celular, como actina, podendo assim atuar no processo de metástase ((PENA et al., 2018).

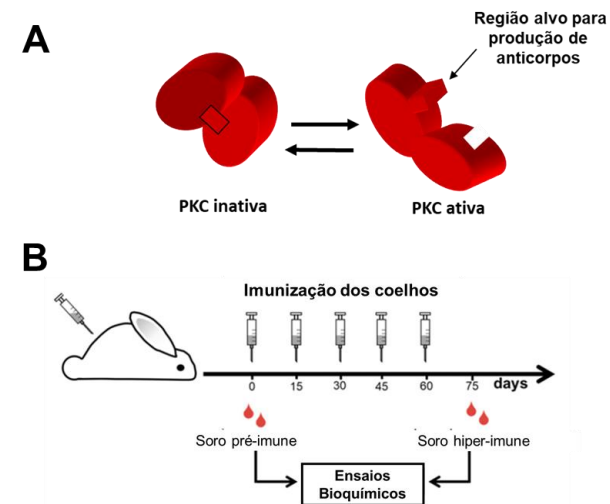


Figura 1. (A) Esquema da estrutura da PKC. (B) Esquema de imunização em coelhos. Pena et al. (2018) com modificações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anticorpos conformacionais contra as PKCs apresentam várias aplicações na ciência básica como determinação da função das PKCs em processos biológicos, e também na ciência aplicada, por meio da sua utilização em exames de histopatologia, tornando possível a sua utilização no prognóstico para câncer de mama (PENA et al., 2018).

INTRODUÇÃO

Segundo o Manual Técnico de Assistência Pré-natal do Ministério da Saúde, cabe à equipe de saúde, ao entrar em contato com uma mulher gestante na UBS ou na comunidade, buscar compreender os múltiplos significados da gestação para aquela mulher e sua família (BRASIL, 2000). A possibilidade de intercâmbio de experiências e conhecimentos entre as mulheres e os profissionais de saúde é considerada a melhor forma de promover a compreensão do processo de gestação, que é um período de mudanças físicas e emocionais que cada gestante vivencia de forma distinta, podendo gerar medos, dúvidas, angústias, fantasias ou simplesmente a curiosidade de saber o que acontece no interior de seu corpo.

Em um levantamento feito no dia 06 de abril de 2021, foram identificadas 49 gestantes na área de abrangência de uma Unidade Básica de Saúde, das quais 38 estavam em acompanhamento. Pensando no grande número de gestantes que a equipe precisa acompanhar e orientar, surgiu a ideia de criar um dia específico para elas, em que seriam realizadas atividades recreativas, ultrassom natural e orientações sobre a gestação, amamentação e cuidados com o recém-nascido, além de consulta de acompanhamento com o médico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Assistência Pré-Natal: Manual Técnico. Brasília, Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 2000. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_11.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

OBJETIVO

Orientar as gestantes sobre informações pertinentes a gestação e puerpério e aumentar o vínculo das gestantes com a Unidade Básica de Saúde.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é um relato de experiência de projeto de intervenção. As gestantes acompanhadas pela UBS foram convidadas ao longo de algumas semanas para a participação na oficina, realizada no dia 11/05/2021. Para decorar o ambiente foi utilizado TNT, papel colorido e um painel na entrada principal. Para a realização do Ultrassom Natural, foram utilizadas tintas guache não tóxicas, dois pincéis, um lápis de olho preto e um nude, cotonete, algodão, copo e moldes para desenhos feitos a partir de chapas de raio-x antigos que estavam na unidade sem utilização. Como lembrancinha foram escolhidas embalagens enfeitadas contendo álcool em gel.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a oficina, foi realizada a prática de ultrassom natural, através de uma pintura que se aproximava do tamanho e posição da criança na barriga da gestante, conversas para elucidação de dúvidas da futura mãe e orientações sobre a gestação, puerpério, amamentação e alimentação saudável. As gestantes também puderam passar por consultas médicas ou de enfermagem para acompanhamento de rotina do pré-natal.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do projeto teve como propósito aumentar o vínculo entre as gestantes e sua UBS de referência e entre mãe e feto, para que a mulher pudesse sentir-se segura com o decorrer da gestação e a chegada do seu filho.

INTRODUÇÃO

O sistema nervoso central é recoberto por três membranas conjuntivas concêntricas denominadas meninges. De superficial para profunda, as camadas são a dura-máter, pia-máter e aracnoide-máter. Suas funções principais incluem compor a barreira hematoencefálica, participar da circulação líquórica e proteger o tecido nervoso contra impactos (MARTÍNEZ et al, 2008).

OBJETIVO

Relatar uma nova abordagem à dissecação da dura-máter craniana (DMC) a fim de exibir as estruturas que a compõe e relações topográficas adjacentes ao encéfalo.

MATERIAL E MÉTODO

Este trabalho consta de uma revisão da literatura sobre as técnicas de incisão, abordagem às meninges cranianas em dissecações e análise do material. Analisou-se um cadáver do sexo masculino e idade desconhecida conservado em solução glicerina cujo crânio apresentava-se sem acessos. A dissecação foi realizada utilizando instrumentais habituais após o serre da calvária a 2,5 cm da glabella, respeitando a estratificação da região em estudo.

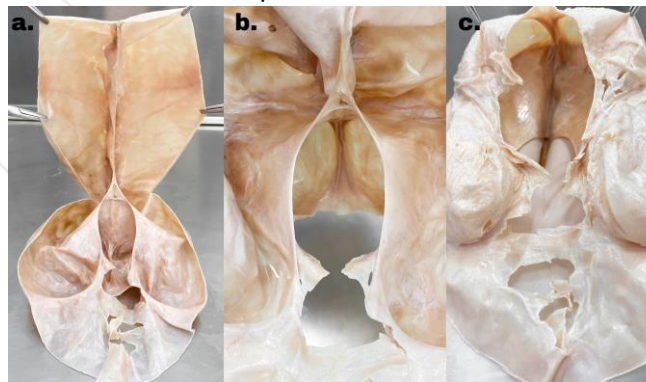
Após desprender a calota craniana, realizou-se a incisão horizontal supraciliar bilateral de 20,5 cm desde a porção frontal até o occipício. Ao localizar a foixe no plano mediano,

REFERÊNCIAS

- GRONDIN, G.; OLRÝ, R.. Dissection and Plastination of the Human Cerebral Dura Mater with the Base of Skull. **Journal of International Society of Plastination**. V. 13, n. 1, p. 23-25, 1998.
- MARTÍNEZ, F.; MAÑANA, G.; PANUNCIO, A.; LAZA, S. Revisión anatómico-clínica de las meninges y espacios intracraneales con especial referencia al hematoma subdural crónico. **Revista Mexicana de neurociencia**, V. 9, n. 1, p. 47-60, 2008.
- GARDNER, E. Métodos de dissecação. – Rio de Janeiro: **Guanabara Koogan**, 1987.

realizou-se corte a 2,0 cm de sua inserção sob a lâmina perpendicular do osso etmoide, separando-a da fossa craniana anterior. Após o corte, rebate-se a convexidade em sentido posterior, tornando evidente os giros e sulcos cerebrais. A DMC à base do crânio é liberada com o uso de um dissector e, por fim, separa-se o encéfalo e é realizada incisão na fixação da DMC sob as regiões petro-clival e adjacente ao forame magno, permitindo visualizar as distintas partes da membrana (imagem 1) e o trajeto dos pares cranianos sob a base do crânio.

Imagem 1 – a. vista interna da DM e suas porções; **b.** tentório e forame magno; **c.** DM referente à base craniana, preservada.



Fonte: Fotografia elaborada pelo autor

DISCUSSÃO

São escassos os dados sobre abordagens das camadas encefálicas distintos daquelas relatadas em literaturas tradicionais. O método clássico descreve incisão parassagital à linha mediana em sentido de frente para trás (GARDNER, 1987). Do ponto de vista pedagógico e anátomo-clínico, o corte frontal no plano axial permitiu compreender a morfologia e as relações anatómicas da DM craniana não só relacionadas à circulação do líquido cefalorraquidiano ou na disposição dos seios venosos cerebrais (GRONDIN et al, 1998), como também na existência de espaços reais criados pela disposição concêntrica das membranas, as quais representam sítios para algumas patologias e da disposição e das relações topográficas das pregas durais encefálicas, as quais sistematizam a organização encefálica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato expõe a dissecação da DMC encefálica sob o plano axial e a preservação das regiões topográficas em material cadavérico conservado em glicerina. Mostra-se importante que novos estudos sejam realizados a fim de explorar distintas abordagens.

INTRODUÇÃO

As distrofias musculares correspondem a um grupo de doenças caracterizadas por fraqueza e atrofia muscular de origem genética que ocorre pela ausência ou formação inadequada de proteínas essenciais para o funcionamento da fisiologia da célula muscular, cuja característica principal é o enfraquecimento progressivo da musculatura esquelética, prejudicando os movimentos. Os principais tipos de distrofias musculares incluem a distrofia de Duchenne e Becker (MOAT, 2013).

OBJETIVO

Elaborar uma revisão de literatura sobre a Distrofia Muscular de Duchenne, com intuito de determinar as suas manifestações clínicas, forma de diagnóstico e tratamentos disponíveis.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este Foi realizado um estudo de revisão integrativa da literatura, através de uma crítica análise das publicações existentes acerca do tema. Na estratégia de busca foram utilizados bases de dados, incluindo PubMed e SciELO.

REFERÊNCIAS

- MOAT, S. J. *et al.* Newborn bloodspot screening for Duchenne Muscular Dystrophy: 21 years experience in wales (UK). **European Journal Of Human Genetics**, v. 21, n. 10, p. 1049-1053, 2013
- RANDO, T. A. The dystrophin-glycoprotein complex, cellular signaling, and the regulation of cell survival in the muscular dystrophies. **Muscle & Nerve**, v. 24, n. 12, p. 1575-1594, 2001.
- EAGLE, M. *et al.* Survival in Duchenne muscular dystrophy: improvements in life expectancy since 1967 and the impact of home nocturnal ventilation. **Neuromuscular Disorders**, v. 12, n. 10, p. 926-929, 2002.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Distrofia muscular de Duchenne (DMD), um distúrbio genético ligado ao X, é a distrofia muscular mais comum, tendo incidência de um em 5.000 meninos e apresenta-se na primeira infância principalmente através de fraqueza muscular. ⁽¹⁾ DMD é causada por mutações no gene DMD, que codifica uma proteína chamada distrofina. A distrofina localiza-se no sarcolema (membrana plasmática) do músculo esquelético, formando um componente complexo de glicoproteínas que atuam como ligação mecânica entre o citoesqueleto e o extracelular matriz. Mutações no gene DMD, portanto, levam a uma instabilidade da proteína distrofina (MOAT, 2013; RANDO, 2001).

A maioria dos meninos com DMD apresenta manifestações clínicas evidentes entre 3 e 5 anos de idade. Os sintomas de apresentação incluem atraso motor grosso, anormalidades na marcha, dificuldade em levantar-se do solo (sinal de Gowers) e quedas frequentes. Sintomas menos frequentes podem incluir atraso de linguagem ou desenvolvimento global, níveis séricos de creatina quinase (CK) elevados ou achado, geralmente incidental, de transaminases hepáticas elevadas. As manifestações cardíacas incluem cardiomiopatia dilatada e arritmias. Os meninos não tratados tornam-se dependentes de cadeira de rodas precocemente, por volta dos 12 anos de idade, e morrem no final da adolescência; no entanto, avanços no conhecimento da doença e no seu tratamento melhoraram significativamente a expectativa e qualidade de vida desses pacientes (RANDO, 2001; EAGLE, 2002).

O diagnóstico é feito com base na suspeita clínica, atentando-se para pacientes do sexo masculino em idade precoce, com fraqueza muscular proximal, hipertrofia de panturrilha, quedas frequentes e alargamento da base de apoio durante a marcha. A confirmação do diagnóstico se dá através da realização de testes genéticos e imunológicos. Distrofias musculares não têm cura. O tratamento de distrofias musculares podem ser feitos para controlar os sintomas, por meio de fisioterapia e medicamentos. Em sua forma mais grave, a doença pode levar até a morte do paciente. O uso do corticoide mostrou efeitos positivos, como maior estabilização, menor deformidades axial, preservação da função respiratória, preservação da cardiomiopatia, melhora da qualidade de vida e maior tempo de sobrevida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão demonstrou que a distrofia muscular de Duchenne além de ser a distrofia muscular mais comum, tem alto fator de morbidade levando a mortalidade ainda na juventude. Não possuindo cura, somente tratamento sintomático o qual não altera o curso nem o desfecho da doença. Mostra-se importante que novos estudos sejam realizados a fim de explorar distintas abordagens.

EFEITO DA MANOBRA DE RECRUTAMENTO ALVEOLAR NA VARIAÇÃO DA PRESSÃO DE PULSO: um relato de caso

Marcelo Rocha S. Silva, Luana Simas

marcelofisio@hotmail.com

Grupo de Pesquisa em Reabilitação Cardiopulmonar e Metabólica

INTRODUÇÃO

A Ventilação Mecânica (VM) se faz necessária em pacientes que apresentem um quadro de insuficiência respiratória aguda ou crônica agudizada. Perante alguns quadros clínicos, podemos utilizar da manobra de recrutamento que é um dos procedimentos na ventilação mecânica capaz de abrir unidades alveolares antes colapsadas, a partir de aumentos pressóricos. No entanto, a aplicação de certas pressões, principalmente a pressão expiratória final positiva (PEEP), podem reduzir o retorno venoso e aumentar a resistência vascular pulmonar além de comprometimentos cardíacos significativos. Neste intuito, a monitorização hemodinâmica torna-se fundamental para quantificar as respostas cardiovasculares. Desta forma, a verificação da Variação da Pressão de Pulso (VPP), torna-se importante.

OBJETIVO

Essa pesquisa teve como intuito avaliar o efeito da manobra de recrutamento alveolar e a identificação da PEEP ideal sobre a Variação da Pressão de Pulso (VPP) em um paciente com insuficiência respiratória aguda sob ventilação mecânica.

REFERÊNCIAS

1. Vargas MHM, Scherf MF, Souza BS. Principais critérios relacionados ao sucesso e insucesso do desmame da ventilação mecânica invasiva. Revista Saúde Integrada. 2019 jan;23(12):162-177. <http://local.cneccsan.edu.br/revista/index.php/saude/index>.
2. Pinheiro, BV et al. Ventilação mecânica protetora: revisão de ensaios clínicos randomizados. HU rev. 2019; 45(3):334-340, doi: 10.34019/1982-8047.2019.v45.28988.
3. Silva, MRS. Os cuidados realizados pelas equipes das unidades de terapia intensiva do vale do itajaí no atendimento ao paciente com síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA). [Dissertação]. Itajaí (SC): Universidade do Vale do Itajaí; 2019. 136 p.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um relato de caso, realizado na Unidade de Terapia Intensiva de um Hospital público de Brusque-SC. Participou do estudo, um indivíduo, internada por insuficiência respiratória aguda, submetida a VM. Para a verificação da PEEP ideal foi realizada a manobra de recrutamento alveolar Open Lung Approach (OLA), sendo avaliada a VPP em cada estágio do protocolo de recrutamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1. Variação da VPP durante toda a manobra de

PEEP	C _{sr}	Platô	Driving Pressure (Platô-PEEP)	Pressão de Condução (vt/C _{sr})	VPP
PEEP pré recrutamento 10cmH ₂ O	23	27	17	22,3	3,5%
PEEP para verificação da VPP 5cmH ₂ O	14	12	9	48,5	4,7%
25cmH ₂ O	-----	-----	-----	-----	3,4%
30 cmH ₂ O	-----	-----	-----	-----	4,9%
35 cmH ₂ O	-----	-----	-----	-----	6,7%
23 cmH ₂ O	24	35	12	10,0	3,1%
20 cmH ₂ O	28	32	12	8,57	2,6%
17 cmH ₂ O	29	29	12	8,27	1,8%
14 cmH ₂ O	30	26	12	8,0	1,8%
11 cmH ₂ O	30	23	12	8,0	1,7%
8 cmH ₂ O	24	20	12	10,0	3,4%
PEEP ideal 11cmH ₂ O + 2cmH ₂ O = 13cmH ₂ O	30	24	11	13,3	1,7%
PEEP ideal após 60 minutos 13 cmH ₂ O	29	24	11	13,8	1,6%

Fonte: Elaborado pelo autor

O efeito da manobra de recrutamento apresentou uma redução de mais de 100% do percentual da VPP e mantendo esse resultado por um tempo prolongado como apresentado na tabela abaixo

Protocolo para mensuração da VPP	4,7%
VPP pré-recrutamento	3,5%
VPP após recrutamento	1,7%
VPP 1 hora pós-recrutamento	1,6%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais achados deste estudo sugerem que a complacência estática e PEEP ideal apresentaram maiores efeitos sobre a redução da VPP em relação ao volume corrente, pois baixos VTs apresentam pequena capacidade na mudança tanto na pressão alveolar quanto na pressão intratorácica, portanto, na pressão de pulso.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, um dos grandes desafios de oncologistas e neurocientistas têm sido a compreensão dos mecanismos biológicos subjacentes à formação de tumores no sistema nervoso central (SNC), bem como o desenvolvimento de terapias capazes de estabilizar, diminuir ou eliminar tais neoplasias (BRASIL, 2011).

Além dos elevados índices de déficits funcionais e da importância das metástases cerebrais há um número desproporcional de óbitos e sequelas em comparação com outros tipos de cânceres, o que torna as neoplasias intracranianas um importante problema de saúde pública (MCDERMOTT, SNEED, 2005).

OBJETIVO

Avaliar o perfil epidemiológico dos tumores cerebrais e cerebelares no Brasil, bem como comparar os dados com literaturas de outras regiões do mundo.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa se trata de um estudo descritivo, exploratório e retrospectivo. A pesquisa utilizou os bancos de dados online Scielo, PubMed, Dynamed com os termos-chave “Tumor Cerebral, Brain Tumor, Neoplasias do Sistema Nervoso Central” e pesquisa no Instituto Nacional do Câncer (INCA).

REFERÊNCIAS

BRASIL, Instituto Nacional de Câncer: abordagens básicas para o controle do câncer. Rio de Janeiro: Inca, 2011.

GBD. Global, regional, and national burden of brain and other CNS cancer, 1990-2016: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2016. **Lancet**, v. 18, 2019. 376-393 p.

INCA. **Estatísticas do câncer**. 2020. Acesso em 10 jul. 2021. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/numeros-de-cancer>

MCDERMOTT M.W., SNEED, P. K. Radiosurgery in metastatic brain cancer. **Neurosurgery**. 2005;57(Suppl 5):45-53.

OSTROM, Q. T. et. al., CBTRUS Statistical Report: Primary Brain and Other Central Nervous System Tumors Diagnosed in the United States in 2014–2018, **Neuro-Oncology**, V. 23, Issue Supplement_3, October 2021, Pages iii1–iii105.

RODRIGUES, D. B. et al. Epidemiologia das neoplasias intracranianas no Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo: **Arq Bras Neurocir** 33(1): 6-12, 2014

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O INCA estima que, para 2020, houveram 309.750 casos de neoplasias em homens e 316.280 casos em mulheres, sendo que para neoplasias do Sistema Nervoso Central foi estimado um número de 5.870 casos em homens e 5.230 em mulheres.

E os números de mortalidade no Brasil registrados para neoplasias malignas do SNC como localização primária em 2018, compuseram um total de 4.803 óbitos de homens e 4.506 óbitos de mulheres no Brasil.

Em um estudo epidemiológico global de 1990 a 2016, houveram 330.000 de casos de SNC e 227.000 mortes globais.

O leste asiático foi a região com maiores incidências de neoplasias de SNC para ambos sexos (108.000 casos), seguidos pelo oeste europeu com 49.000 casos e sul asiático com 31.000 casos.

Os países com maiores números de incidência foram China, Estados Unidos e Índia. Há pico de casos na infância com menos de 5 anos e aumento de casos após 15 anos de idade. Não foi visto diferença de casos por sexos (GBD, 2019).

O tumor maligno mais diagnosticado nos EUA e no Brasil foi o Gliomas e o tumor não maligno foi o Meningioma (RODRIGUES et al., 2014; OSTROM et al., 2021).

O glioblastoma é um tumor cuja frequência aumenta com a idade, sendo raro em crianças. O glioblastoma é o tumor grau IV, maligno com baixa taxa de sobrevivência. Os meningiomas ocorrem principalmente em pacientes entre 40 e 70 anos e são mais comuns no sexo feminino, com taxa de incidência 2,3 vezes maior em mulheres do que em homens (RODRIGUES et al., 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pesquisou os números de incidência e mortalidade por tumores do SNC, estratificadas por sexo e tipo histológico, sendo o sexo masculino mais prevalentes. Em relação ao tipo histológicos, os Gliomas e os Meningiomas foram mais encontrados.

Considerando que a descrição de variações geográficas das neoplasias do SNC pode fornecer importantes indícios acerca de sua etiologia, outros estudos avaliando o padrão destas neoplasias nas diferentes regiões do Brasil e do mundo são necessários.

INTRODUÇÃO

O Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) é um problema de saúde global, considerado uma doença cardiovascular grave causada pelo acúmulo de placa de ateroma nos vasos sanguíneos, com subsequente oclusão na parede do vaso dificultando a passagem de sangue para outras células, tecidos e órgãos. Existem vários fatores de risco que podem ocasionar o IAM, sendo alguns deles a Diabetes Mellitus (DM), Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), tabagismo, obesidade, sedentarismo, estresse, consumo excessivo de álcool e, principalmente, histórico familiar prévio de doenças cardiovasculares (DCV). No entanto, controlar esses fatores pode minimizar o risco do IAM, juntamente com a prática de atividade física, controle da DM e HAS, cessação do tabagismo e do consumo de álcool (SILVA et al, 2019; LIMA et al, 2018).

OBJETIVO

Elaborar uma revisão de literatura sobre quais possíveis fatores de risco cardiovasculares estejam vinculados ao Infarto Agudo do Miocárdio, com intuito de determinar causas principais, como hipertensão arterial, diabetes, tabagismo e dislipidemias.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir os objetivos propostos realizou-se uma busca em bases de dados, incluindo PubMed e SciELO, com o intuito de analisar criticamente as publicações existentes acerca do tema.

REFERÊNCIAS

- SILVA, M. S. P. et al. Fatores de risco associados ao Infarto Agudo do Miocárdio. *Revista Interdisciplinar em Saúde*, v. 6, n. 1, p. 29-43, 12 jun. 2019.
- LIMA, D. M. et al. Fatores preditores para infarto agudo do miocárdio em adultos jovens. *Ciências Biológicas e de Saúde Unit*, v. 5, n. 1, p. 203-216, out. 2018.
- ANDRADE, V. M. et al. Fatores socioeconômicos e mortalidade no infarto agudo do miocárdio. *Brazilian Journal Of Development*, v. 7, n. 7, p. 73734-73748, 23 jul. 2021.
- SCHAAN, B. D.; PORTAL, V. L. Fisiopatologia da Doença Cardiovascular no Diabetes. *Revista da Sociedade de Cardiologia do Rio Grande do Sul*, v. 3, n. 3, p. 1-5, dez. 2004.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As doenças cardiovasculares, principalmente o IAM, correspondem à principal causa de mortalidade em todo o mundo, sendo de suma importância conhecer e fazer o acompanhamento dos seus fatores de risco (SILVA et al, 2019; LIMA et al, 2018).

A hipertensão arterial (HAS), associada à história familiar prévia de doenças cardiovasculares, são fatores de risco que devem ser investigados, especialmente pelo curso mórbido assintomático e progressivo que a doença apresenta, o que dificulta a adesão ao tratamento, o que acaba agravando-a. Outra causa importante e digna de nota é a exposição ao tabaco, risco relacionado a diversas comorbidades, incluindo as cardiovasculares, por promover alterações na resistência vascular periférica, elevando a pressão arterial (SILVA, 2019).

O DM tipo 1 e 2 são fatores de risco independentes, causando alterações, resistência insulínica e associação do diabetes aos outros fatores de risco, aumentando a gravidade do caso. Tanto a HAS quanto o diabetes acarretam em uma disfunção no miocárdio, podendo, com o decorrer dos anos e com a intensidade da lesão endotelial, levar à uma disfunção grave e insuficiência cardíaca (IC). Muitas vezes, o DM aumenta o risco pois o paciente apresenta uma dieta desequilibrada que associada ao sedentarismo, aumentam as chances de um desfecho desfavorável (SCHAAN; PORTAL, 2004).

As dislipidemias são alterações nos valores de colesterol e suas frações e de triglicérides. Podem ser tanto de origem primária, quando for derivado de condições genéticas, quanto de origem secundária, derivados de doenças de base (SILVA et al, 2019; LIMA et al, 2018).

Quando associado ao sedentarismo e obesidade o quadro e o prognóstico se agravam, podendo desencadear o IAM. A aterosclerose está relacionada à exposição prolongada da vasculatura à oxidação das lipoproteínas, ricas em triglicerídeos circulantes, à elevação de níveis circulantes de moléculas de adesão, aumento de estresse oxidativo e disfunção endotelial, que somados aumentam o risco cardiovascular para a ocorrência de um IAM (ANDRADE et al, 2021; SCHAAN; PORTAL, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão demonstrou que a IAM tem alto fator de morbimortalidade, e em virtude disso é alvo de estudos e atualizações que buscam identificar sua etiologia, fisiopatologia e fatores de risco associados afim de que o desfecho seja modificado.

Ao demonstrar os principais fatores de risco que desencadeiam o evento do IAM e observando que muitos deles são fatores modificáveis, se faz necessário abordagens socioeducativas a nível de prevenção, concluindo que os fatores sociais e econômicos também impactam indiretamente na mortalidade, pois maiores são as chances de os paciente possuírem comorbidades, tanto isoladas quanto associadas, de terem padrões alimentares inadequados, falta de conhecimento acerca do assunto e dificuldade de acesso aos serviços de saúde (ANDRADE, 2021).

INTRODUÇÃO

As Diretrizes do Protocolo de Dor Torácica definidos pela Sociedade Brasileira de Cardiologia incluem a realização do Eletrocardiograma (ECG) de 12 derivações, sendo esta a primeira ferramenta diagnóstica no manejo de pacientes com Síndrome Coronariana Aguda (SCA) suspeita, vulgo Infarto. “Idealmente, deve ser realizado e interpretado no atendimento pré-hospitalar ou em até 10 minutos após a admissão hospitalar”, determina a diretriz. Infelizmente, realizar o ECG após a admissão hospitalar e obter um diagnóstico em 10 minutos é a realidade da minoria dos hospitais brasileiros (NICOLAU *et al.*, 2021). O Hospital recebe diariamente cerca de 400 pacientes para atendimento no Pronto-Socorro. Quase um quarto desse número são aqueles que apresentam sintomas de doenças cardiovasculares, como dor torácica e necessitam do Eletrocardiograma de maneira eficiente. Antes da introdução do projeto Telecardio I.A. e do hub Kardia no Hospital não havia um laudo assinado e registrado dos Eletrocardiogramas (ECGs). Ou seja, não havia uma avaliação fidedigna para saber se o exame estava normal ou anormal. Os exames somente eram avaliados pelo médico que o solicitava. Se houvesse alguma dúvida, o Hospital entrava em contato com o cardiologista de sobreaviso. Esse profissional que acabava dando suporte para avaliação do eletrocardiograma.

OBJETIVO

Demonstrar a relevância da implantação do projeto Telecardio I.A. na melhora do atendimento dos pacientes com Dor Torácica no Hospital.

REFERÊNCIAS

NICOLAU, José Carlos *et al.* Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Angina Instável e Infarto Agudo do Miocárdio sem Supradesnível do Segmento ST – 2021. *Arq. Bras. Cardiol.*, v. 117, n. 1, p. 181-264, jul. 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo observacional que utilizou-se dos dados consolidados dos exames enviados para a plataforma da NEOMED desde a sua implantação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A solução foi implantada no Azambuja em 22 de junho de 2021 e, em apenas cinco meses, os cardiologistas da Neomed aliados à plataforma de telediagnóstico analisaram 1.471 ECGs no total, emitindo o laudo em no máximo 10 minutos. Nos casos críticos, os laudos são emitidos em 5 minutos, atendendo ao Protocolo de Dor Torácica da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Tabela 1 – Dados da implantação da solução Kardia no Hospital

Início do Projeto	22/06/2021
Total de ECG's realizados e analisados pelo Kardia*	1471
Total de Exames anormais	834
Exames Críticos**	104
Tempo para triagem da I.A.	50 segundos
Tempo máximo para emissão de laudos de exames críticos	5 minutos
Tempo Máximo para emissão de laudos nos demais casos	10 minutos

Fonte: Dashboard da NEOMED

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a implantação do Kardia obtivemos várias vantagens como:

- Segurança médica: a inteligência artificial do Kardia fornece um pré-laudo em 50 segundos sinalizando se o exame está normal ou anormal. “Isso dá mais segurança na hora de conduzir o caso”;
- Diagnóstico rápido: obter um laudo médico por um cardiologista em 5 minutos é um grande diferencial para um desfecho positivo no caso de IAM;
- Compensações Financeiras: obter o laudo do ECG por um cardiologista nos ajuda a documentar melhor, a pleitear as compensações financeiras do SUS e dos convênios;
- Protocolo de Dor Torácica: o projeto Telecardio I.A., com o hub Kardia, dentro do nosso hospital nos impulsionou a ter mais segurança no desenvolvimento do protocolo aos pacientes com dor torácica;
- Laudo rápido: na grande maioria dos exames conseguimos identificar em no máximo 1 minuto se é normal ou anormal. Antes não sabíamos o tempo certo para ter uma definição se estava normal ou anormal, dependia do plantonista;
- Indicadores Fidedignos: outro benefício é a capacidade da plataforma Kardia proporcionar indicadores fidedignos;
- Documentação e Acesso aos eletros realizados: conseguimos documentar melhor os exames realizados (antes eram armazenados de forma física).
- Poder acessar os exames e laudos da nuvem, de todos os computadores, do smartphone, conseguimos ter mais acesso aos pacientes e proporcionar um melhor tratamento.

INTRODUÇÃO

Diabetes mellitus é uma doença em que o organismo não fornece a quantidade de insulina suficiente ou não atende naturalmente ao seu estímulo, a qual promove complicações micro ou macrovasculares, conforme lecionam Ferreira e Nunes (2019). No mesmo sentido, Hirakawa *et al.* (2019) informa que a Retinopatia Diabética é exemplo de complicação microvascular, pois os vasos sanguíneos são mais expostos ao dano proveniente do excesso de glicose no organismo, desse modo, é considerada a causa mais frequente de cegueira. No Brasil, conforme a Sociedade Brasileira de Diabetes, são 13,7 milhões de diabéticos, sendo que entre a população entre 20 a 74 anos a principal causa de cegueira é a Retinopatia Diabética (TOLEDO *et al.*, 2021).

OBJETIVO

Este estudo teve como objetivo identificar, nas publicações de periódicos nacionais, no período de 2011 a 2021, as principais evidências científicas sobre a relevância da descoberta precoce de Retinopatia Diabética em pacientes com Diabetes Mellitus, por meio de revisão integrativa.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo de revisão integrativa da literatura

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Natália Martins; NUNES, Carlos Pereira. A IMPORTÂNCIA DO RASTREIO PRECOCE NA RETINOPATIA DIABÉTICA. Revista de Medicina de Família e Saúde Mental, v. 1, n. 2, 2019.
- HIRAKAWA, Thiago Henrique *et al.* Conhecimento dos pacientes diabéticos usuários do Sistema Único de Saúde acerca da retinopatia diabética. Revista Brasileira de Oftalmologia, v. 78, p. 107-111, 2019.
- TOLEDO, Luma Gabriella Santos *et al.* ASSOCIAÇÃO ENTRE RETINOPATIA DIABÉTICA E CEGUEIRA, IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE E PREVENÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. In: Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (ISSN-2527-2500) & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar. 2021.

se tratando de uma análise crítica das publicações existentes acerca do tema. Foram identificados como descritores Diabetes Mellitus, Retinopatia Diabética, diagnóstico precoce Retinopatia Diabética. Na estratégia de busca utilizaram-se as seguintes formas booleanas como: OR e AND, para ajudar a encontrar os artigos da base de dados online. As bases de dados escolhidas foram PubMed e SciELO.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo objeto de análise entrevistou 150 indivíduos diabéticos, usuários do SUS da cidade de Boa Vista – RR durante o ano de 2017, sendo que 40,6% dos participantes afirmaram que nunca haviam recebido informações da relação da Diabetes Mellitus e o risco da perda de visão, ao passo que 59,4% alegaram terem sido aconselhadas. Ademais, dentro desse universo amostral, 92,6% afirmaram não conhecer tratamento para Retinopatia Diabética e 83,3% respondeu que já havia se consultado com um oftalmologista. Desses, 39,2% afirmaram terem algum tipo de problema de visão (HIRAKAWA *et al.* 2019). Sob essa perspectiva, conhecer o tipo de diabetes e possuir informações acerca da patologia é primordial para que se inicie o tratamento precoce, pois a alta concentração de glicose no organismo leva a lesão do vasos sanguíneos que nutrem a retina, provocando consequente hipóxia tecidual devido à pouca quantidade de vasos íntegros

para transportar oxigênio e nutrientes, resultando em complicações na visão (FERREIRA; NUNES, 2019). Assim, é evidente que o conhecimento sobre o diabetes mellitus é importante para que o paciente consiga controlar corretamente a glicemia e, portanto, impedir o desenvolvimento da RD, tal fato demonstrado no estudo intitulado Diabetes Control and Complication Trial – DCCT, realizado nos Estados Unidos da América, onde se constatou a redução na ordem de 50 a 70% do desenvolvimento de problemas relacionados a visão em pacientes com diabetes tipo 1 (HIRAKAWA *et al.*, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se diante dos dados aqui apresentados que é baixo o conhecimento das pessoas sobre a retinopatia diabética e suas formas de tratamento. A efetuação correta do rastreamento de paciente com retinopatia diabética é necessária para reduzir problemas relacionados à baixa visão e cegueira. Assim, uma identificação precoce ajuda a evitar a perda da acuidade visual e tratamentos mais severos. Por conseguinte, é necessário atendimento especializado oftalmológico para o paciente com diagnóstico de diabetes mellitus. Somando a isso, é confirmado que a prevenção de retinopatia diabética ocorre pelo controle glicêmico adequado e pela obtenção de informações sobre a doença por parte de um profissional da saúde.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno sociocultural pertinente à segurança pública e ao judiciário. É também um assunto importante para a saúde coletiva, pois trata-se de uma porta de entrada destes casos de violência. Sendo assim necessário a preparação de profissionais atuantes nesses serviços, em programas de intervenção, acompanhamento e notificações para um dimensionamento epidemiológico (SANTIAGO, 2021).

OBJETIVO

Analisar o impacto histórico que a violência contra a mulher abrange, atingindo a população, o estado e ela própria. Além disso, identificar a necessidade de capacitação profissional em relação ao atendimento e notificação.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza uma revisão bibliográfica narrativa sobre a violência contra a mulher e a saúde coletiva. O levantamento dos estudos será realizado por meio de consulta à base de dados de artigos bibliográficos SciELO.

REFERÊNCIAS

SCHRAIBER, Lília Blima; OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas D'; PORTELLA, Ana Paula; MENICUCCI, Eleonora. Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. Ciência & Saúde Coletiva, 2009.
SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. Violência de gênero entre usuárias do serviço de atenção básica do SUS na Paraíba. Revista Katálisis, 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A violência foi incluída na temática de abordagem da Saúde Pública na década de 80, diante das ações violentas de agressões interpessoais ou assédios sexuais, físicos ou emocionais (SCHRAIBER, 2009). Dentre eles, a violência sexual é a que apresenta maior índice entre homens e mulheres. Com a falha nas investigações de violências sexuais e psicológicas causadas por companheiros íntimos, diversos são os motivos que tornam trabalhoso o processo de reconhecimento e delimitação desse tipo de violência (SANTIAGO, 2021). A porta de entrada para as vítimas de violência geralmente são as emergências hospitalares, porém, muitas vezes os profissionais focam apenas em tratar as lesões físicas, não buscando a origem do acometimento ou a prevenção de novos episódios de agressão além de muitas vezes, a mulher acobertar a agressão sofrida (SANTIAGO, 2021). Diante desses fatos, a OMS reconheceu a violência de gênero como um problema

de saúde pública e criou propostas de capacitação dos profissionais para saber reconhecê-la e abordá-la, mantendo assim a integridade das vítimas, fornecendo informações sobre os recursos disponíveis, como por exemplo delegacias da mulher e casas de abrigo, com o objetivo de garantir atenção total às vítimas de violência (SCHRAIBER, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo a complexidade e importância desse assunto para a saúde pública, torna-se necessário o preparo multiprofissional. Dessa forma, obtendo qualificação para cuidado de lesões físicas, psicológicas e principalmente na prevenção e identificação da violência contra a mulher.

INCIDÊNCIA DE LESÕES PRECURSORAS E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO EM CIDADE DO SUL DO BRASIL: comparativo

Ana Julia Bressanelli, Bruno Arnon Bittencourt, Eduarda Paitl Agostinho, Karla Patricia Casemiro, Beliza Loos

karla.casemiro@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

No Brasil, o câncer do colo do útero é o 3ª em incidência nas mulheres (16.710 casos novos) e o 4ª em mortalidade (6.596 óbitos), na previsão de 2020 (INCA). No Estado de Santa Catarina, entre 2000 e 2010, a mortalidade por câncer do colo do útero foi de 1.382 óbitos. A mortalidade foi menor, neste período, entre 20 e 29 anos e, maior, após 40 anos. Em 2010, ocorreram 4.986 óbitos no Brasil por câncer de colo de útero, sendo 678 na região sul do país (BRASIL, 2019).

OBJETIVO

Avaliar a incidência e prevalência de lesões precursoras e câncer de colo de útero na região de Brusque/SC (e cidades vizinhas), Brasil, com base em material coletado e avaliado por laboratório particular da região.

MATERIAIS E MÉTODOS

O número de lesões intraepiteliais cervicais de baixo e alto grau, carcinoma espinocelular invasivo e adenocarcinomas foi levantado em exames anatomopatológicos na cidade de Brusque/SC (e cidades vizinhas), Brasil, entre 2015 e 2020, avaliando o grau de lesão e a média de idade para cada alteração, independentemente da concordância. A pesquisa levou em consideração dados de um laboratório privado que analisa material coletado de 5 cidades, atingindo cerca de 200 mil habitantes no total, sendo 134 mil na cidade principal, Brusque.

REFERÊNCIAS

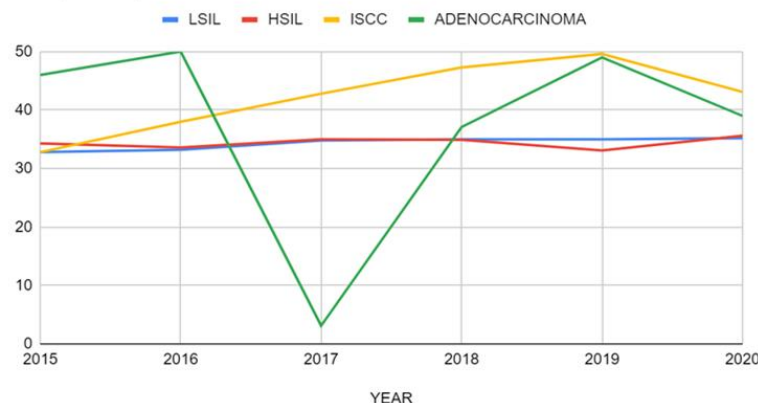
BRASIL. Instituto Nacional de Câncer. Estimativa 2020 : incidência de câncer no Brasil / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. – Rio de Janeiro : INCA, 2019.
CLARO, I. B.; LIMA, L. D.; ALMEIDA, P. F. Diretrizes, estratégias de prevenção e rastreamento do câncer do colo do útero: as experiências do Brasil e do Chile. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4497-4509, out. 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram observados 1.053 casos de lesão intraepitelial de baixo grau, 320 casos de lesão intraepitelial de alto grau, 21 casos de carcinoma espinocelular invasivo e 37 casos de adenocarcinoma. A média de idade das alterações foi de 34,33 anos para casos de lesão intraepitelial de baixo grau, 34,41 anos para casos de lesão intraepitelial de alto grau, 42,26 anos para carcinoma espinocelular invasivo e 37,37 anos para adenocarcinomas. De 2015 a 2020, 6.368 casos de lesões malignas no colo uterino (CID C53) foram registradas em Santa Catarina. Considerando esses números, 22,47% dos casos estão em nossa região de atuação (sem considerar a subnotificação). Número significativamente elevado, chegando a 715,5 casos por 100.000 habitantes (lesões precursoras e câncer).

Gráfico 1: Prevalência idade/ano tipos de cânceres do colo de útero

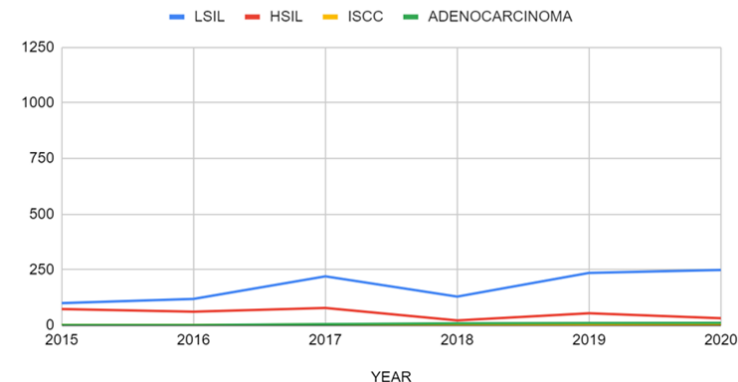
LSIL, HSIL, ISCC e ADENOCARCINOMA



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor

Gráfico 2: Número de casos/ano tipos de cânceres do colo de útero

LSIL, HSIL, ISCC e ADENOCARCINOMA



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o exame de rastreamento do câncer do colo do útero seja de fácil acesso, rápido e de baixo custo ou sem custo (Sistema Único de Saúde - SUS), ainda há baixa procura desse exame pelas mulheres e falta de esclarecimento sobre a importância do exame Papanicolaou. A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) propõe a implantação de programas nacionais de controle que abrangem ações e serviços de prevenção primária, detecção precoce, tratamento e cuidados paliativo (CLARO). Precisamos de mais campanhas para a realização de exames preventivos de câncer do colo do útero, mais investimento em saúde pública e educação das mulheres sobre o assunto.

INTRODUÇÃO

A sífilis é causada pela bactéria *Treponema pallidum* e é considerada uma doença infectocontagiosa. É uma doença de fácil tratamento e custo acessível, no entanto, o número de casos em nascidos vivos teve um aumento significativo nos últimos anos. Todavia, é indicado a realização do pré-natal para acompanhamento e tratamento da mulher, do parceiro e da criança (FEITOSA *et al*, 2018).

OBJETIVO

Verificar a incidência de Sífilis Congênita no estado de Santa Catarina, no ano de 2020, através de informações obtidas no site do Ministério da Saúde (DATASUS).

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo se trata de um levantamento bibliográfico por meio eletrônico, utilizando palavras de busca como “Sífilis”, “Sífilis Congênita” e “Sífilis Materna”.

Para discussão foi utilizado o site do Ministério da Saúde e artigos referente a Sífilis nas bases de dados: PUBMED, GOOGLE ACADÊMICO e SCIELO.

REFERÊNCIAS

- MOTTA, Isabella Almeida *et al*. **Sífilis congênita: por que sua prevalência continua tao alta?** 2018. Disponível em: <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/2418>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- FEITOSA, José Antonio da Silva *et al*. **Artigo de Revisão: Sífilis congênita**. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Unifebe/Downloads/6749-33131-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sífilis congênita se trata de uma infecção no feto causada pela bactéria espiroqueta *Treponema pallidum*, e a transmissão ocorre através da mãe infectada (FEITOSA *et al*, 2018).

Dentre os fatores de risco, o principal a ser relatado é o pré-natal inadequado, como por exemplo, anamnese inadequada, não realização ou interpretação inadequada de testes sorológicos para sífilis e, não tratamento do parceiro sexual, sendo assim, por se tratar de uma transmissão, na maioria dos casos, intrauterina, é indispensável que seja realizado um bom pré-natal (MOTTA *et al*, 2016).

A sífilis é um grande problema de saúde pública mundial, acarretando em média de 500 mil mortes fetais e de recém-nascidos anualmente. No Brasil, o número de casos vem aumentando nos últimos tempos, porém, é necessário levar em consideração o aumento da facilidade de acesso a testes rápidos em Unidades Básicas de Saúde fazendo com que o diagnóstico seja feito de maneira correta (MOTTA *et al*, 2016). No último ano (2020), em Santa Catarina, foram diagnosticados 478 casos de sífilis congênita e, conseqüentemente, com o fácil acesso de triagem e testagem, o número de óbitos vem diminuindo.

Tabela 1 – Porcentagem dos casos em Santa Catarina em relação a faixa etária.

Faixa Etária	Casos	Porcentagem
Até 6º dia	463 casos	96,87%
7 a 27 dias	5 casos	1,04%
28 dias a 1 ano	9 casos	1,89%
1 ano a 23 meses	1 caso	0,20%

Fonte: Elaborado pelo autor

Pode-se observar na tabela, 96,78% dos casos foram diagnosticados antes do 6º dia de vida da criança, facilitando a agilidade no tratamento e tendo um bom prognóstico, tendo em vista que apenas 6 de 478 casos vieram a óbito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade desse estudo foi determinar a incidência de Sífilis Congênita em Santa Catarina, expondo a importância do pré-natal e diagnóstico precoce da doença, contribuindo para a transmissão da informação e, impulsionando cada vez mais pessoas a busca de informações e pesquisas.

INTOXICAÇÃO POR CLORIDRATO DE BUPROPIONA EM PACIENTE JOVEM: relato de caso

Nathalia Caregnato, Jéssica Paola Salame, Ana Helena Stoltenberg do Nascimento, Priscila Farias da Silveira, Maria Eduarda Zen Biz, Rafael Franco
rafael.franco@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A bupropiona é usada no tratamento de depressão e em pacientes que querem cessar tabagismo; contraindicado em pacientes menores de 18 anos e pode agravar pensamentos suicidas (ALVARENGA, 2008). É muito comum, no contexto das emergências, o atendimento de pacientes intoxicados após tentativa de suicídio; corrobora a importância da boa conduta clínica nesse atendimento, pois além da intoxicação, há uma doença de base a ser manejada (MARTINS, 2016).

OBJETIVO

Relatar caso clínico de uma paciente depressiva atendida no Pronto Socorro após tentativa de suicídio por ingestão de dose tóxica de bupropiona, e definir o manejo clínico adequado à luz dos protocolos da emergência.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Pedro Gomes. Fundamentos em psiquiatria. – Barueri, SP : Manole, 2008.
MARTINS, Milton de Arruda *et al.* Clínica médica, volume 6: doenças dos olhos, doenças dos ouvidos, nariz e garganta, neurologia, transtornos mentais. 2. ed. Barueri: Manole, 2016.

MATERIAIS E MÉTODOS

Desenvolver um relato de caso sobre intoxicação, a partir de um atendimento em pronto socorro e realizar revisão de literatura sobre intoxicação por bupropiona.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mulher, 18 anos, 70kg, sem comorbidades, nega etilismo/tabagismo, história de depressão e personalidade borderline. Trazida ao pronto socorro pelo SAMU, acompanhada dos pais, após 2h da ingestão de medicamentos – 10 comprimidos de bupropiona 150mg. Apresentou quadro de náuseas, tontura, agitação psicomotora, choro intenso, delírios persecutórios, ideação suicida iminente e discurso de ódio e depressivo; confirmado agudização dos sintomas pelos pais após intoxicação, porém relatando ser a segunda tentativa de suicídio em menos de um ano, também com medicamentos. O início do tratamento deve ser até 1 hora após a ingestão, devido absorção gástrica, o que não foi possível. Realizado contato com o Centro de Informações

Toxicológicas para orientação de conduta após período inicial, sendo informado dose tóxica de 6mg/kg, a qual foi atingida neste caso (máximo/ ingerido: 420/1500mg). Impossibilitado o procedimento de lavagem gástrica e carvão ativado, a conduta torna-se observacional por 6 horas, atentando ao nível de consciência e realizar uso de sintomáticos, se necessário. Ao momento da avaliação, paciente seguiu chorosa e agitada, hipotenaz e hipervigil, com delírios persecutórios e ideação suicida intensa. Na alta clínica é encaminhada ao serviço de avaliação de saúde mental especializado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A triagem e o emergencista devem ser rápidos e efetivos, pois há um curto tempo de ação para iniciar os protocolos dos antídotos. Além disso, a rede de saúde mental é importante para evitar intoxicações intencionais, através da melhora da psicoeducação àqueles que cercam o indivíduo depressivo e o manejo adequado nas situações críticas.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Saúde (2010), o melhor método contraceptivo é o que deixa a pessoa confortável e melhor se adapta ao seu modo de vida e condições de saúde. Este trabalho é um projeto de intervenção desenvolvido pelos acadêmicos do curso de medicina na Unidade Curricular Interação em Saúde na Comunidade (IESC). O IESC é desenvolvido nos momentos em que o aluno está em efetiva integração com os serviços de saúde e a comunidade, oportunizando a aplicabilidade de seus conhecimentos na prática de saúde do município de Brusque. Foi observado pelos alunos da 2ª fase durante o acompanhamento nas consultas de Planejamento Familiar, a procura de anticoncepcionais por diversas mulheres e, dúvidas acerca dos métodos contraceptivos. Nesse contexto, foi evidente a necessidade de esclarecimento acerca dos métodos contraceptivos a fim de orientar sobre sua função e uso correto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde sexual e saúde reprodutiva. **Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. Brasília, 2010. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad26.pdf. Acesso em: 20 fev. de 2022.

OBJETIVO

Construir um material informativo para auxiliar mulheres usuárias de uma UBS na escolha de um método contraceptivo e esclarecer as diferenças entre eles.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência de um projeto de intervenção educativo. Foi utilizada a pedagogia da problematização com o Arco de Maguerez. O trabalho foi realizado no segundo semestre de 2021 em uma UBS do município de Brusque. Após desenvolver reflexões acerca dos problemas levantados, os estudantes desenvolveram e confeccionaram materiais informativos acerca dos métodos contraceptivos para mulheres usuárias da UBS. Posteriormente orientaram a equipe acerca da sua implementação e o material foi deixado para uso diário nas consultas médicas e de enfermagem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto de Intervenção foi apresentado para as equipes de saúde e compartilhado entre os estudantes no seminário final da Reflexão do IESC. Ele busca contribuir para a integração ensino-serviço-comunidade e melhorar as práticas de saúde no dia a dia do Sistema Único de Saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de intervenção buscou auxiliar as mulheres usuárias da UBS a buscarem um método contraceptivo eficaz de acordo com suas necessidades e esclarecer as diferenças entre os métodos contraceptivos presentes na UBS, melhorando, também, a qualidade da assistência prestada pelos profissionais da ESF.

INTRODUÇÃO

Os jogos didáticos no processo de ensino e aprendizagem promove a oportunidade para inovar, diversificar e motivar o aprendizado.

“O jogo lúdico precisa ser planejado e sistematizado para mediar avanços e promover condições para que a criança interaja e aprenda brincando com o coletivo, desenvolvendo habilidades diversas” (PEREIRA, 2019, p. 17).

O documento da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) apresenta a área das Ciências para os anos iniciais no Ensino Fundamental o desenvolvimento do letramento científico. Desse modo, a proposta define a estratégia para o ensino de ciências o Jogo de Bingo chamado “saindo da rede”, este jogo para os educandos integra os conhecimento sobre a importância e o cuidado com os oceanos, os animais e os impactos da sociedade com a vida marinha.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é compreender a importância de utilizar o jogo como ferramenta lúdica e significativa para aprendizagem, além de identificar a proposta do jogo do bingo como recurso para desenvolver o conhecimento sobre a Década dos Oceanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

PEREIRA, Márcio Donizete. **Os jogos no Ensino de Ciências**: Possibilidades de aplicações e algumas limitações. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP, São Paulo, 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa destaca a abordagem qualitativa e bibliográfica para compreender a estratégia do jogo como recurso para o ensino de ciências, desenvolve-se o método de pesquisa descritivo, para analisar e compreender a proposta do jogo de Bingo, articulando o conhecimento dos educandos sobre a Década dos Oceanos. Portanto, faz-se essencial mencionar que para o desenvolvimento e direcionamento da pesquisa utiliza-se o documento norteador para a Educação Básica, A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) com enfoque para a área da ciência nos anos iniciais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A estratégia de jogos para o ensino de Ciências potencializa as o desenvolvimento de habilidades, bem como, promove experiências prazerosas para investigar e exercitar o conhecimento científico.

Foi elaborado o jogo “Saindo da rede” (Figura 1). para que os alunos aprofundem seus conhecimentos sobre os animais que vivem nos oceanos, bem como, define uma forma de abordar a temática sobre a “Década dos Oceanos”, incentivando a aprendizagem, a exploração, a investigação e a criatividade.

Figura 1 - Jogo Bingo “Saindo da Rede”.



Fonte: os autores (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender a temática dos jogos como estratégia para diversificar o ensino de Ciências, considera-se essencial destacar a importância de utilizar este recurso para a aprendizagem, pois promove o desenvolvimento das habilidades cognitivas, afetivas e sociais dos educandos. Portanto, para potencializar o entendimento dos jogos como estratégia lúdica para a aprendizagem significativa, planeja-se a proposta do jogo de Bingo chamado “Saindo da rede” em que relaciona-se a temática sobre a “Década dos Oceanos”. O jogo incentiva os alunos para a responsabilidade com o meio ambiente e reconhecer a influência das ações dos indivíduos para os oceanos, nesse sentido, ampliarm-se temáticas, associando ao cotidiano e a realidade de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), e assim promoverem aos alunos experiências divertidas e prazerosas.

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, a fadiga muscular que ocorre durante a prática de exercícios extenuantes é atribuída à formação do ácido láctico, o qual promovia a liberação de prótons (H^+) e a formação de lactato. Baseado nesse raciocínio, acredita-se que se a taxa de produção de lactato aumenta, a capacidade dos sistemas tamponantes é excedida e assim ocorre diminuição do pH celular, um evento bioquímico chamado de Acidose Láctica (ROBERGS, et al., 2004; HALL et al., 2016). Tal condição, comprometeria a estrutura e a função de toda a maquinaria de contração muscular, resultando em fadiga muscular. No entanto, não existe nenhum fundamento bioquímico para tais explicações.

OBJETIVO

Discutir a ausência de suporte bioquímico para explicar a produção de ácido láctico durante a prática de exercício físico intenso.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão da literatura. Para a busca dos artigos, foi utilizado as bases de dados Pubmed e Scielo. Durante a busca foi utilizada os descritores “skeletal muscle”, “lactic acidosis” e “acidosis during exercises”. A seleção dos artigos foi realizada apenas após minuciosa leitura.

REFERÊNCIAS

ROBERGS, R.A.; GHIASVAND, F.; PARKER, D. Biochemistry of exercise-induced metabolic acidosis. Am J Physiol Regul Integr Comp Physiol., v. 287(3), p. 502-516, 2004.
HALL et al. Lactate: Friend or Foe. Adv Sports Med Conc and Cons., S8-15, 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O temo “Acidose Láctica” surgiu no início do século 20 após alguns estudos de caracterização das reações de fermentação serem realizados em leite azedo. Posteriormente, descobriu que o músculo sob contração intensa também realizava estas reações. Assim, assumiu-se que o produto da fermentação na célula muscular era o mesmo obtido no leite, ou seja o ácido láctico. Porém, tal associação foi incorreta, pois hoje sabe-se que o produto final na célula muscular é o lactato (ROBERGS, et al., 2004).

Para esclarecer tais pontos, devemos lembrar que o pH celular é 7,4. Além disso, experimentos em laboratório mostram que apenas quando o pH está bem ácido ($pH=pK_a=3,85$) existe quantidades iguais de lactato e ácido láctico. À medida que o pH se eleva, a proporção de lactato em relação ao ácido láctico vai aumentando, ou seja, há um deslocamento do equilíbrio químico no sentido de formação de lactato, fazendo que no pH celular a quantidade de ácido láctico seja praticamente insignificante (Figura 1).

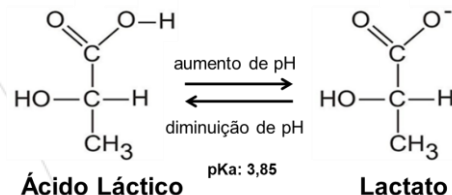


Figura 1: Equilíbrio químico entre o ácido láctico e lactato.
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Vale lembrar também que nossas células são extremamente sensíveis à variações de pH e por isso não seria possível atingir valores de pH em que fosse possível ter quantidades significativas de ácido láctico.

Mas como explicar a acidose que ocorre durante a prática de exercícios físicos intensos? Os estudos mostram que toda vez que o ATP é quebrado em ADP, ocorre a liberação de H^+ . Além disso, durante as reações da via glicolítica, que compõe a Fermentação Láctica, há também a liberação de H^+ (ROBERGS, et al., 2004). No entanto, o acúmulo destes prótons não é a causa da fadiga muscular. Grande parte das evidências científicas mostram que a fadiga muscular é decorrente de uma falha nos processos de excitação-contração das células musculares que pode ocorrer devido aos seguintes fatores: menor liberação de acetilcolina, mudança no potencial da fibra muscular, menor liberação de cálcio do retículo sarcoplasmático, diminuição das reservas de glicogênio, dentre outras causas (HALL et al., 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de ácido láctico em células humanas tem sido erroneamente atribuída como um dos fatores responsáveis por vários processos fisiológicos e patológicos em que há hipóxia e/ou isquemia, como na fadiga muscular e infarto. No entanto, em células humanas apenas ocorre a formação de lactato. Por tais razões, é altamente recomendado que os profissionais da área da saúde passem a adotar a explicação correta para a fadiga muscular e deixem de atribuir a sua causa à produção de ácido láctico.

INTRODUÇÃO

O aplicativo *Jamboard*® é um quadro interativo digital desenvolvido pelo *Google*®, que permite a realização de atividades em grupo online e em tempo real, a partir de ferramentas para desenho, escrita de textos, notas adesivas e imagens (ALANYA-BELTRAN *et al.*, 2021). Para os cursos de graduação que se baseiam em metodologias ativas de ensino-aprendizagem, o *Jamboard*® pode se tornar uma ferramenta interessante, pois contribui para participação dos alunos, além de permitir o registro de suas atividades no quadro (MONTEIRO; LIMA, 2022).

Nesse sentido, justifica-se avaliar a utilização do *Jamboard*® como recurso didático nas sessões tutoriais baseadas na metodologia *Problem Based Learning* (PBL), que prevê a participação do aluno enquanto protagonista do processo de ensino-aprendizagem.

OBJETIVO

Relatar a experiência dos autores com a utilização do aplicativo *Jamboard*® nas sessões tutoriais baseadas no método PBL.

REFERÊNCIAS

- ALANYA-BELTRAN, J.; SALVATIERRA, M. S. A.; ESPINOZA, M. D. *et al.* Educación durante la pandemia COVID-19. Uso de la tecnología en la nube: Jamboard. **Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, n.e44, v.08, 2021.
- MONTEIRO, S. S.; LIMA, G. R. Uso do Jamboard como recurso didático e avaliativo no ensino superior. **Revista Prática Docente**, v. 7, n. 1, e005, jan/abr2022.
- TOLEDO JÚNIOR, A. C.C.; IBIAPINA, C. C.; LOPES, S. C. F. *et al.* Aprendizagem Baseada em Problemas: uma nova referência para construção do currículo médico. **Revista Médica de Minas Gerais**, v.18, n.2, p.123-131, 2008.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência sobre a experiência dos autores com o aplicativo *Jamboard*® nas sessões tutoriais realizadas em um Curso de Medicina baseadas na metodologia PBL.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As sessões tutoriais realizadas a partir da metodologia do PBL prevê a realização de sete passos: 1- esclarecimento de termos e/ou expressões desconhecidas no problema; 2 - definição do problema a ser discutido; 3 - análise e troca de conhecimentos ("brainstorm"); 4 - sistematização das hipóteses do passo 3 para resolução do problema; 5 - definição dos objetivos de aprendizagem; 6 - levantamento de recursos de aprendizagem e estudo individual e 7 - discussão e resolução do problema, à luz dos conhecimentos adquiridos no Passo 6 (TODELO JÚNIOR, 2008).

A utilização do *Jamboard*® se mostrou interessante no momento da síntese provisória, ou seja, do processo de ensino e aprendizagem que ocorre entre os passos 1 e 5. Como aspectos positivos, o recurso didático se mostrou eficaz para

formação de um ambiente colaborativo entre os alunos, possibilitando maior interação na atividade, particularmente no processo de definição do problema a ser discutido com o grupo. Outro ponto positivo verificado pelos autores foi a agilidade no momento do *brainstorm*, sendo este fato possivelmente associados ao fato de todos os alunos preencherem o quadro no mesmo momento, gerando novas ideias de forma imediata.

Pontua-se como limitação o fato de que, se a discussão for conduzida de forma muito dinâmica, o momento da sistematização das hipóteses pode se tornar superficial, pois todos os participantes já visualizam as ideias dos colegas em tempo real. De todo modo, retornando aos temas e sistematizando as hipóteses de estudo de forma aprofundada, tal limitação é facilmente superada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Jamboard*® pode ser um recurso didático útil na condução do PBL e de outras metodologias ativas, permitindo a interação e colaboração de todos os alunos com o professor. No entanto, deve-se atentar para a profundidade das discussões, a fim de evitar a superficialidade do *brainstorm* e hipóteses discutidas.

PERFIL DAS VÍTIMAS DE TRAUMA PÉLVICO ADMITIDOS NO ATENDIMENTO ORTOPÉDICO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DA CIDADE DE BRUSQUE (SC)

Jéssica Paola Salame, Gilberto Iwamoto, Franscisco Marcondes Penha, Carlos Eduardo Buchen, Henrique Soares de Figueiredo, Rafael Barreiros Hoffmann
Rafael_Hoffman@Hotmail.com
Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

INTRODUÇÃO

O trauma pélvico é uma das situações mais complexas na Urgência e Emergência. Vítimas de fraturas pélvicas necessitam de um atendimento multidisciplinar e eficaz para reversão das lesões de alta gravidade e de elevada mortalidade (BERGAMIM, 2005).

OBJETIVO

Descrever o perfil das vítimas de trauma pélvico admitidas no atendimento de urgência ortopédica do sistema único de saúde da cidade de Brusque-SC.

MATERIAL E MÉTODO

Estudo observacional prospectivo, das vítimas de trauma pélvico maiores de 18 anos, atendidas no setor ortopédico de urgência, no período de janeiro de 2020 a janeiro de 2022. As vítimas que deram entrada apresentando trauma pélvico, foram acompanhadas desde a sua admissão até o seu desfecho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesses 2 anos 188 vítimas foram admitidas por trauma pélvico, destas 116 do sexo masculino e 72 do feminino. Em relação a idade 13% tinham de 19 a 30 anos, 10% com 37 e 77% com 63 anos de idade. Quanto ao tipo de trauma, 35 foram contusos, por acidente automobilísticos e 1 ferimento por arma de fogo, 1 por atropelamento e 151 queda da própria

altura. Todos foram encaminhados para o centro cirúrgico ou atendimento ortopédico especializado nas primeiras 24 horas de atendimento, e 6 pacientes foram a óbito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse atendimento ortopédico, o trauma pélvico ocorreu com maior frequência em idosos do sexo masculino, sendo o mais prevalente quedas da própria altura. Evidenciou-se à gravidade desse agravo pela necessidade de cirurgia na maioria das vítimas nas primeiras 24 horas, sendo portanto importante o preparo dos profissionais de Urgência e emergência para um melhor prognóstico nestes atendimentos de alta complexidade e encaminhamento ao tratamento ortopédico especializado.

REFERÊNCIAS

- BERGAMIM, D.P.; AYRES, J. L. A.; MOLINA, T. H. Fratura de quadril: análise dos fatores de risco e suas consequências. Temas de reumatologia clínica. **RevBras Reumatol.** 2005.
CRENSHAW, A.H. Cirurgia ortopédica de Campbell. São Paulo: **Manole**, 8ed. 1996.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do cérebro infantil acontece em maior parte nos primeiros anos de vida, é nessa fase que a criatividade, imaginação, personalidade e interação social são moldadas e definidas para a vida adulta.

Brincadeiras são essenciais para o desenvolvimento adequado de uma criança e vão muito além apenas do prazer e recreação. Nos primeiros meses a criança brinca sozinha e aprende as funções das mãos e pés, após isso começa a brincar em pares e aprende a socializar, dos 3 aos 7 anos a brincadeira do faz de conta é o mais interessante, pois ensina a se colocar no lugar de outros indivíduos ou personagens construindo a habilidade de empatia.

Quando uma criança fica exposta tempo demais ao celular a luz e o movimento chamam muita atenção e deixam as crianças focadas ao máximo o que pode gerar prejuízos grandes na infância. Cabe aos profissionais de saúde avaliar em seu acompanhamento, se o uso de telas está sendo feita de maneira adequada, bem como guiar as famílias para que façam bom uso das tecnologias.

REFERÊNCIAS

MAZIERO, L. L.; RIBEIRO, D. F.; REIS, H. M. DESENVOLVIMENTO INFANTIL E TECNOLOGIA. Revista Interface Tecnológica, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 79-91, 2016. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/127>. Acesso em: 28 out. 2021

QUEIROZ, N. L. N.; MACIEL, D. A.; BRANCO, A. U. BRINCADEIRA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM OLHAR SOCIOCULTURAL CONSTRUTIVISTA. Scielo, [S. l.], p. 169-1679, 30 out. 2021.

OBJETIVO

Evidenciar os prejuízos causados no desenvolvimento infantil pelo uso excessivo de tecnologias.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura. Os artigos científicos utilizados nesta revisão foram selecionados através de pesquisas no google acadêmico, através do cruzamento de palavras-chaves desenvolvimento infantil e uso de tecnologia na infância.

Os artigos utilizados foram "DESENVOLVIMENTO INFANTIL E TECNOLOGIA", e "BRINCADEIRA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM OLHAR SOCIOCULTURAL".

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos estudos relacionados, o uso de tecnologia é algo inevitável nas novas gerações, no entanto o uso em excesso e antes dos dois anos pode trazer prejuízos para a vida dessas crianças, como atraso na aquisição da linguagem, no desenvolvimento neuropsicomotor, bem como a dificuldade de socialização na infância e na vida.

É de extrema importância que os pais sejam orientados a desenvolver uma boa relação com seus filhos através de brincadeiras que estimulam o aprendizado, utilizando o celular em momentos únicos e com um tempo reduzido.

Os benefícios aumentam quando a criança vai para a escola, tem convívios com outras crianças e é acompanhada regularmente na puericultura para analisar se o desenvolvimento está proporcional a sua idade. Assim a criança tem o melhor aproveitamento da infância e se torna um adulto com melhor qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento infantil deve ser acompanhado de perto por pais e médicos capacitados. Para que não ocorra um prejuízo no desenvolvimento dessas crianças é de suma importância que os pais sejam informados sobre os malefícios do uso da tecnologia em excesso, e também orientados em quais brincadeiras e estímulos fazer para cada faixa etária. O papel dos profissionais que atuam no desenvolvimento infantil e guiar as famílias para que o uso de telas e tecnologia seja feito de forma adequada, uma vez que elas fazem parte do nosso dia a dia.

INTRODUÇÃO

As vértebras cervicais estão localizadas entre o crânio e as vértebras torácicas, formando o esqueleto da região do pescoço. São menores em relação ao restante das vértebras e são caracterizadas por um processo transversal distinto. O processo transversal das vértebras cervicais possui um forame intertransversário, por onde percorrem estruturas vasculares. Além disso, os processos transversos cervicais terminam em duas projeções chamados de tubérculo anterior e posterior. Estes servem como fixação de um grupo de musculatura cervical (MOORE, 2014). O forame transversário pode apresentar variações em relação ao tamanho, forma, podendo também haver a presença de forames transversários acessórios (AMBALI; JADHAV, 2017).

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho foi analisar e relatar a presença de forame transversário acessório em vértebras cervicais pertencentes ao acervo do Laboratório de Anatomia Humana da UNIFEBE.

REFERÊNCIAS

- AMABALI, M. J.; JADHAV, S. D. Anatomical variations in foramen transversarium of typical cervical vertebrae and its clinical significance. **International Journal of Anatomy and Research**. v. 5, p. 3426-3429, 2017.
- MURLIMANJU, B. V. et al. Accessory Transverse Foramina in the Cervical spine: Incidence, Embryological Basis, Morphology and surgical Importance. **Turkish Neurosurgery**. v. 21, p. 384-387, 2011.
- MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.. Anatomia orientada para a clínica. 6 ed. Rio De Janeiro: **Editora Guanabara Koogan**, 2011.
- GRAY, H. Anatomia. 40. ed. Rio de Janeiro: **Guanabara Koogan**, 2010.

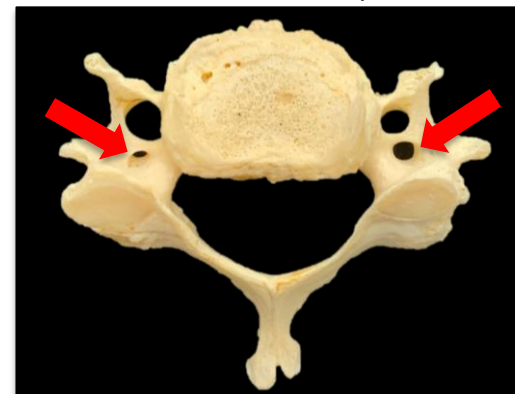
MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho foi realizado por alunos, técnicos e professores do Laboratório de Anatomia Humana da UNIFEBE durante o segundo semestre de 2021. Através da metodologia observacional em vértebras cervicais, sendo assim identificado a presença de forame transversário acessório. Imagens foram feitas e posteriormente foram comparadas com dados obtidos na literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As vértebras cervicais são caracterizadas através da presença de forame transversário presente no processo transversal. Através desta estrutura anatômica, percorrem veia e artéria vertebral, bem como ramos do gânglio cervicotorácico (nervo vertebral) com exceção da sétima vertebra cervical (GRAY, 2010). A presença de um ou mais forames transversários acessórios (Imagem 1) são amplamente discutidos por diversos autores na literatura, principalmente em relação à compressão da artéria vertebral, podendo resultar em queixas de cefaleia, enxaqueca e crises de desmaio (MURLIMANJU et al, 2011).

Imagem 1 – Vértebra cervical com presença de forame intertransversário acessório Indicado pelas setas.



Fonte: Fotografia elaborada pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tal condição, as estruturas que passam normalmente pelo forame transversário podem ter seu trajeto alterado. O conhecimento desta variação é imprescindível durante a avaliação e interpretação de exames de imagens, bem como para a realização de procedimentos cirúrgicos nesta região.

INTRODUÇÃO

A infecção do sítio cirúrgico (ISC) é definida como processo infeccioso da ferida ou cavidade operatória, que pode ser diagnosticado até 1 ano após a cirurgia. Infecções associadas a fraturas são uma complicação comum e grave em cirurgias de trauma. Além de ser um risco ao paciente, prolongam o tempo de permanência em hospitais e encarecem os serviços, prejudicando a qualidade do atendimento (LIMA, 2004). Diante disso, surgiu a hipótese de que identificar previamente o risco de infecção pós-operatória em pacientes de cirurgias ortopédicas permite o melhor controle e prevenção de infecção de sítio cirúrgico.

OBJETIVO

Compilar e integrar informações dos fatores de risco de infecções pós-operatórias em cirurgias ortopédicas.

MATERIAL E MÉTODO

Realizou-se uma pesquisa descritivo-exploratória com abordagem qualitativa através de Revisão Integrativa da Literatura. A busca bibliográfica foi de forma sistemática na base de dados MEDLINE, com os descritores: Infecção da Ferida Cirúrgica AND Cirurgia Ortopédica. Foram incluídos os artigos publicados entre janeiro de 2021 a agosto de 2022 e em inglês. Estudos não disponíveis gratuitamente foram excluídos. A partir da leitura dos títulos e resumos, selecionou-se 5 artigos. Por fim, os autores realizaram o levantamento de dados e a análise dos conteúdos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os aspectos associados à infecção pós-operatória da ferida são destacados os fatores individuais dos pacientes, características do trauma e falhas operacionais (LIMA, 2004). Dentre as causas individuais, o sexo masculino, idade avançada, doença renal, diabetes, hipertensão arterial, hemotransfusão, cirurgia prévia no sítio operado e história de infecção por *Staphylococcus aureus* resistente à meticilina são

incluídos (WERNER *et al.*, 2008). Quanto ao trauma, a cirurgia longa e a necessidade de fixador externo são os principais agentes (LIMA, 2004). Já em relação às falhas operacionais, a não realização do banho operatório e a não higienização correta das mãos da equipe cirúrgica contribuem para o desfecho (WERNER *et al.*, 2008). Ressalta-se a importância de se adotar medidas de prevenção, a fim de minimizar o máximo possível o número de casos de infecção no pós-operatório, e assim, facilitar o seu controle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pacientes possuem características específicas que predispõe a infecção. Por outro lado, a implantação de vigilância nos processos de lavagem de mão e banho operatório, podem resultar em uma redução da frequência dos casos. Dessa forma, conhecer os principais fatores de risco associados à ISC permite uma melhor intervenção e cuidados direcionados para a sua prevenção.

REFERÊNCIAS

LIMA, A. L. L. M. Antibioticoprofilaxia em cirurgia ortopédica. In : Joelho- articulação central dos MMII. MM Amatuuzzi. Cap 88, 701-04. Ed. ROCA 2004
WERNER, C. M.; PIERPONT, Y; POLLAK, A. N. The urgency of surgical débridement in the management of open fractures. **J Am Acad Orthop Surg**. 2008

INTRODUÇÃO

Na adolescência, a sexualidade toma para si grande parte da preocupação não só individual, mas social e acadêmica (MORAES, 2018). Durante as atividades da Unidade Curricular Interação em Saúde na Comunidade (IESC) da 3ª fase do curso de medicina, foi observado o número elevado de adolescentes com gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) curáveis durante o acompanhamento dos atendimentos na Unidade Básica de Saúde (UBS).

OBJETIVO

Promover uma atividade de educação em saúde acerca do preparo de adolescentes para uma vida sexual segura numa escola pública do município de Brusque.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência de um Projeto de Intervenção realizado em uma Unidade Básica de Saúde no,

município de Brusque, no período de agosto a novembro de 2021. Foi utilizado a pedagogia da problematização com o Arco de Maguerez. O público foram adolescentes de uma escola pública do sétimo e oitavo ano do ensino fundamental. Foi realizado dois encontros em formato de roda de conversa acerca dos temas: gravidez na adolescência, métodos contraceptivos, Infecções sexualmente transmissíveis e higiene íntima feminina e masculina. Após a atividade foi tirado dúvidas e ofertado consultas na UBS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade de intervenção apontou a importância de trabalhar a temática nas escolas, já que na adolescência existem muitas dúvidas, e a maioria dos jovens não sentem confortáveis para conversar com os pais, ou buscarem orientações nas unidades de saúde. Dessa forma, o apoio e a parceria com as equipes de saúde da família em projetos que tragam essa realidade, possibilitam maiores informações para que os jovens tenham uma vida sexual responsável e segurança



Fonte: Elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da atividade em sala de aula, os adolescentes foram instruídos a buscarem a UBS, para que, assim, fortaleça o vínculo da unidade com a escola. Somando a isso, os estudantes receberam muitos feedbacks positivos de profissionais da escola que reconheceram a importância do trabalho e foram convidados para seguir com a atividade no próximo semestre. Deste modo, o projeto irá contribuir para a melhora na saúde dos adolescentes e integração ensino-serviço-comunidade.

REFERÊNCIAS

MORAESA, S. P.; BRÊTAS, J. R. S.; VITALLI, M. S. S. Educação Escolar, Sexualidade e Adolescência: uma Revisão Sistemática. Journal of Health Sciences 2018; 20(3): 221-0. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/JHealthSci/article/view/4913>. Acesso em: 22 de fev. de 2022.

INTRODUÇÃO

Mulheres e homens devem ter acesso às informações, aos métodos e aos meios de evitar uma gravidez indesejada (FIO CRUZ, 2018). Foi observado pelos alunos da 4ª fase, sob supervisão da preceptora, durante as atividades desenvolvidas na Unidade Básica de Saúde (UBS), ausência da figura masculina nas consultas de saúde da mulher, o desconhecimento sobre sexualidade do casal, e pouco conhecimento dos métodos contraceptivos ofertados pela UBS. Assim, espera-se que as prevenções precoces sejam ineficazes, agravando a proliferação de doenças e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e gravidez indesejadas.

OBJETIVO

Sensibilizar homens e mulheres sobre o Planejamento Familiar.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Planejamento Reprodutivo, Políticas Públicas e Normas Legais: bases para as práticas profissionais na atenção à concepção e à contracepção. Rio de Janeiro, 2018. 18 p

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência de um Projeto de Intervenção realizado no período de setembro a outubro de 2021. O público foram homens e mulheres usuários de uma UBS. O convite foi construído em formato de folder para divulgação por meio de abordagem em sala de espera e contato telefônico. A atividade teve duração de duas horas em formato de roda de conversa mediada por uma médica ginecologista. Os temas abordados foram os tipos de métodos contraceptivos, teste rápido para ISTs, exames de rotina, promoção do planejamento familiar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade de intervenção teve a participação de 15 pessoas entre usuários e profissionais de saúde. Foi possível observar a importância de abordar a temática no coletivo, além dos consultórios, uma vez que a roda de conversa proporcionou troca de experiências e abordou temas comuns aos usuários, garantindo assim, direitos iguais para a mulher, para os homens ou para o casal, num contexto de escolha livre e informada



Fonte: Elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do projeto de intervenção, é esperado que os indivíduos comecem a frequentar as consultas de rotina, evitem gravidez não planejada, dando a devida importância ao Planejamento Familiar. Ademais, diminuir a prevalência das doenças e infecções sexualmente transmissíveis e aumentar a rede de informação a respeito dos métodos contraceptivos.

PROJETO DE INTERVENÇÃO SOBRE VISITAS DOMICILIARES SEGURAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Débora Assunção Aguiar, Sasckia Kadishari Medeiros Duarte, Karoline Monteiro, Klaus Storm,

Mikaeli Minatti, Surlam Trindade

debora.aguiar@unifebfe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEFE

INTRODUÇÃO

As visitas domiciliares se revelam necessárias e benéficas para a saúde e o bem estar dos pacientes acamados e domiciliados, permitindo o aumento do vínculo do usuário com sua Unidade Básica de Saúde (UBS) e aumentando sua confiança na equipe de referência. Devido ao estado de emergência em Saúde Pública ocasionado pela pandemia da covid 19, estabeleceu-se medidas de controle de transmissão e atendimento adequado aos infectados (SAVASSI et al, 2020). Durante a pandemia de Covid-19, as visitas domiciliares das UBS Águas no município de Brusque foram suspensas devido ao risco de contaminação dos pacientes e da equipe, o que causou perda de vínculo e de acompanhamento desses usuários. Nota-se que as visitas domiciliares, apesar de consistirem um desafio nesse contexto, permanecem possíveis e essenciais para a manutenção do cuidado longitudinal das pessoas acamadas e domiciliadas, com a consequente necessidade de orientação dos profissionais a esse respeito.

OBJETIVO

Realizar uma atividade de orientação e aperfeiçoamento profissional para a equipe de saúde sobre a adequação das visitas domiciliares ao contexto da pandemia de Covid-19, tornando-as seguras para os pacientes e profissionais.

REFERÊNCIAS

SAVASSI, Leonardo, Cançado. Montero. et al. Recomendações para a Atenção Domiciliar em período de pandemia por COVID-19. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 15, n. 42, p. 2611-2611, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2611-Texto%20do%20artigo-16378-13987-10-20200821.pdf. Acesso em: 20 de out. de 2022.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência de um projeto de intervenção. Durante o segundo semestre de 2021 foi realizado um levantamento de dados acerca de quantidade de pacientes acamados de uma UBS. Posteriormente, foi elaborado um folder informativo sobre como realizar uma visita domiciliar segura

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O levantamento de dados acerca de quantidade de pacientes acamados trouxe como resultado o número de 8 acamados e 36 domiciliados. O folder elaborado foi apresentado à equipe, com posterior conversa informativa sobre as informações explanadas e elucidação de dúvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de intervenção realizado prevê a reinserção da prática de visitas domiciliares pela equipe de saúde, com o propósito de aumentar o vínculo entre a unidade de saúde, pacientes e familiares no contexto de pós-pandemia.



INTRODUÇÃO

A endometriose é uma doença ginecológica crônica que consiste em implantações de tecido endometrial em locais ectópicos (CAMPOS *et al.*, 2021). Estudos relacionados à endometriose mostram que a doença é uma causa de infertilidade (DUCCINI, 2019). A infertilidade é caracterizada como a incapacidade de um casal sexualmente ativo engravidar após 12 meses, em pacientes com menos de 35 anos, sem uso de métodos contraceptivos (CAMPOS, *et al.*, 2021).

OBJETIVO

Analisar e identificar a relação causal entre endometriose e a infertilidade feminina e seus desafios à frente do diagnóstico tardio a partir de artigos de revisão literária.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma revisão bibliográfica contemplando artigos científicos da base de dados Google Scholar sobre a relação entre a endometriose e a infertilidade para embasamento teórico deste trabalho.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Fabricio Alves de Oliveira; PARIZOTTO, Bruna Micheli Francischini; PEREIRA, Clara Bensemann Gontijo; LOMMEZ, Isabela Motta Monteiro; AVELAR, Lara Chierici; AMORIM, Luiza Bitarães. A relação entre endometriose e infertilidade: uma revisão de literatura / the relationship between endometriosis and infertility. Brazilian Journal Of Health Review, [S.L.], v. 4, n. 6, p. 24379-24390, 10 nov. 2021. South Florida.
DUCCINI, Elisa C.. ENDOMETRIOSE: UMA CAUSA DA INFERTILIDADE FEMININA E SEU TRATAMENTO. Revista Caderno de Medicina, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 46-55, 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nota-se que a endometriose pode levar a alterações na ovulação, agir negativamente na prolactina e prostaglandinas, além de alterações anatômicas e produção de substâncias que podem dificultar o transporte do óvulo para implantação (DUCCINI, 2019). Em estado grave, essas alterações anatômicas são vistas como relação causal forte (CAMPOS, *et al.*, 2021). Já em casos leves a moderados, a infertilidade continua presente, porém na maioria dos casos sem alterações anatômicas. Sendo assim, relata-se em estudos em andamento que a fertilidade é afetada através do estresse oxidativo causado pelo tecido endometrial presente no peritônio (DUCCINI, 2019). A escolha do tratamento da endometriose depende de diversas variáveis e tempo de diagnóstico. O tratamento medicamentoso tem como objetivo a interrupção da estimulação dos tecidos endometriais. Porém, o padrão ouro de tratamento é a cirurgia laparoscópica que visa remover esses tecidos endometriais e aderências (CAMPOS, *et al.*, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir disso, conclui-se que a endometriose é uma doença que afeta a fertilidade feminina. Essa relação é demonstrada através das alterações anatômicas descritas e segue em estudos. O diagnóstico precário, diante da patologia descrita, torna sua identificação tardia. O padrão ouro de tratamento citado, corrobora essa relação tendo como objetivo restabelecer a anatomia da pelve ao retirar os tecidos endometriais. Diante da patologia exposta, propõe-se a busca por mais estudos diante de seu diagnóstico e identificação, para obter-se mais informações sobre a relação causal entre endometriose e fertilidade.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO ACERCA DA DIMINUIÇÃO DE INTERRUPÇÕES INDEVIDAS NAS CONSULTAS MÉDICAS

Fernanda de Oliveira Pereira, Amanda Herreros Godoy, Ana Gabriela Barbosa, Fernanda Beckes, Camila Lanau, Giovana Socoloski.

fernanda.oliveira@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

INTRODUÇÃO

O projeto de intervenção é desenvolvido pelos acadêmicos do curso de medicina na Unidade Curricular Interação em Saúde na Comunidade (IESC). O IESC é desenvolvido nos momentos em que o aluno está em efetiva integração com os serviços de saúde e a comunidade, oportunizando a aplicabilidade de seus conhecimentos na prática de saúde do município de Brusque. Foi observado pelos alunos da 2ª fase durante as atividades desenvolvidas na Unidade Básica de Saúde, desde o começo do ano, um grande número de interrupções por parte da equipe multiprofissional, durante a consulta médica. Situações que interferem na privacidade dos usuários, uma vez que o profissional médico está realizando exame físico ou outros procedimentos que interferem o sigilo do usuário, como, por exemplo, a entrada de outros profissionais no consultório sem bater na porta. Esses acontecimentos causam constrangimento para o usuário e, também, impacta na qualidade da assistência.

OBJETIVO

Auxiliar na diminuição de interrupções indevidas nas consultas médicas garantindo a qualidade, o sigilo e o respeito no atendimento prestado ao usuário da Unidade

REFERÊNCIAS

SANTOS, Telma Temoteo. O Arco de Maguerez e a Aprendizagem Baseada em Projetos na Educação em Saúde. **Revista Educação Pública**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 7, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/7/o-arco-de-maguerez-e-a-aprendizagem-baseada-em-projetos-na-educacao-em-saude>. Acesso em: 25 fev. 2022.

Básica de Saúde.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência de um projeto de intervenção educativo realizado no segundo semestre de 2021 de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Brusque. A UBS é composta por quatro equipes de saúde da família, sendo quarenta e cinco funcionários, dentre eles, quadro preceptores, dois médicos e dois enfermeiros. Foi utilizada a pedagogia da problematização com o Arco de Maguerez (SANTOS, 2020). Após desenvolver reflexões acerca dos problemas levantados, os estudantes desenvolveram e confeccionaram placas que foram colocadas nas portas dos consultórios reforçando a importância de bater na porta e esperar o médico responder, a fim de diminuir a chance de interrupções. Posteriormente orientaram a equipe acerca da sua implementação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a aplicação do Projeto de Intervenção, os resultados foram apresentados para as equipes de saúde e compartilhado entre os estudantes no seminário final da Reflexão do IESC. O projeto contou com a colaboração dos

médicos e enfermeiros da UBS, que permitiram a colocação das placas e, principalmente, dos demais integrantes da equipe multiprofissional que aderiram a proposta.



Fonte: elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de intervenção buscou auxiliar na diminuição de interrupções indevidas nas consultas médicas garantindo a qualidade, o sigilo e o respeito no atendimento prestado ao usuário da Unidade Básica de Saúde, melhorando, também, a relação médico paciente.

Juliana Chaves Costa Pinotti, Danieli Schmitt Tomaz, Gabriela Fagundes Assi,
Carla Peixer, Fernanda de Oliveira Pereira, Saskia Duarte
juliana.costa@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

O câncer de colo de útero é o terceiro mais comum entre as mulheres no Brasil, matando uma mulher a cada 60 minutos, causando mais de 8 mil mortes anuais (INCA, 2021). A infecção prévia pelo papilomavírus humano (HPV) é atualmente apontada como o principal fator de risco para o câncer de colo de útero, assim, a prática de sexo seguro, realizada com o uso de preservativos, o rastreamento sistemático da população feminina por meio do exame citológico do colo do útero e o tratamento de lesões em estágios iniciais são estratégias efetivas utilizadas como uma forma primária de prevenção a esse tipo de neoplasia (SILVA, et al., 2012). Entretanto, devido a falta de horários flexíveis na Unidade Básica de Saúde (UBS) e o dia a dia corrido da mulher moderna, a realização deste tipo de exame fica em segundo plano.

OBJETIVO

Ofertar mutirão de exame citopatológico do colo uterino para mulheres de uma Unidade Básica de Saúde.

REFERÊNCIAS

SILVA, Michelly Bárbara da et al. Rastreamento do câncer de colo de útero em uma Unidade Básica de Saúde do Estado de Minas Gerais. Caderno Saúde Coletiva, [S.L], v. 3, n. 20, p. 265-270, 19 jul. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Murilo-Nascimento-2/publication/275580378_Rastreamento_do_Cancer_de_Colo_de_Utero_em_uma_Unidade_Basica_de_Saude_do_Estado_de_Minas_Gerais/links/553f87070cf24c6a05d230aa/Rastreamento-do-Cancer-de-Colo-de-Utero-em-uma-Unidade-Basica-de-Saude-do-Estado-de-Minas-Gerais.pdf. Acesso em: 21 nov. 2021.

INCA. Câncer do colo do útero. 2021. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-do-colo-do-utero>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência de um Projeto de Intervenção realizado em uma UBS, entre setembro e outubro de 2021 na Unidade Curricular de Interação em Saúde na Comunidade do curso de medicina. Participaram da organização da atividade profissionais de saúde e estudantes do curso de medicina da 4ª fase. Foi realizado agendamento prévio de mulheres em idade elegível de 25 a 64 anos. Durante as consultas foi coletado informações das pacientes, tiradas dúvidas sobre seu ciclo menstrual, relações sexuais, realizado exame citopatológico do colo uterino, palpação das mamas, testes rápidos de HIV, hepatites B e C, e sífilis. No final, foi mostrado o resultado dos testes rápidos e orientado que as pacientes retornassem para obter o resultado dos seus exames laboratoriais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um total de sete mulheres participaram da atividade de intervenção, com idade entre 31 e 62 anos. Uma paciente estava há sete anos sem realizar o preventivo, apontando como principal motivo para não realização do exame com

periodicidade recomendada a dificuldade do horário de atendimento da UBS. Dentre os exames realizados, todos os resultados foram negativos para malignidade. Além disso, foi realizado os testes rápidos de ISTs oferecidos na UBS (HIV, sífilis, hepatite B e hepatite C) e concomitante foi realizada uma conversa de conscientização e esclarecimento de eventuais dúvidas sobre a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres que participaram, relataram que o acesso ao exame foi facilitado ao ser realizado no sábado, pois os horários usuais atrapalham a rotina laboral das mesmas. O acesso às ações e serviços tem sido considerado um dos componentes principais para a qualidade da atenção à saúde pública. Assim, o objetivo de fazer a busca ativa das mulheres com exame preventivo e facilitar o acesso das mesmas foi de encontro a necessidade da implementação de estratégias que se adaptem às demandas de usuários da rede básica de saúde.

INTRODUÇÃO

A dipirona sódica ou metamizol como também é conhecida, pertence a classe dos anti-inflamatórios não esteroidais (AINE). É um medicamento dose dependente, sendo utilizado principalmente por sua ação analgésica e antipirética (VALE, 2006).

O fármaco é usado em grande escala pela população brasileira devido seu fácil acesso na Rede de Atenção Básica e em ambiente hospitalar com uma ampla aceitabilidade. No Brasil, a Dipirona está presente na relação dos medicamentos isentos de prescrição (MIPs), e está disponível sozinha ou em associações com outros medicamentos (VALE, 2006; RODRIGUES, 2021).

A dipirona é comercializada nas formas farmacêuticas de solução oral, supositórios, comprimidos e xaropes (VALE, 2006). A de solução oral é uma das mais utilizadas, e possui uma ótima biodisponibilidade devido sua extensão e a velocidade em que seu grupamento terapêutico é absorvido. (RODRIGUES, 2021).

OBJETIVO

Revisar o conhecimento farmacológico atual da dipirona e seu uso no cotidiano.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S.; BARTELS, D. B.; LANGE, R.; SANDFORD, L.; GURWITZ, J.. Safety of metamizole: a systematic review of the literature. **J Clin Pharm Ther.** v. 41, n. 5, 2016 459-477 p.
- LEVY, M.; ZYLBER-KATZ, E.; ROSENKRANZ, B. Clinical pharmacokinetics of dipyrrone and its metabolites. **Clinical Pharmacokinetics**, v. 28, n. 3, 1995, 216-234 p.
- RODRIGUES et al. Estudo sobre a estabilidade do princípio ativo da dipirona sódica. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v. 36, n. 1, 2021, 124-129 p.
- VALE N. **Desmistificando o uso da dipirona**. In: Cavalcanti IL, Cantinho FA, Assad A. Medicina perioperatória. Rio de Janeiro: Editora da Sociedade de Anestesiologia do Estado do Rio de Janeiro; 2006.

MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo qualitativo e bibliográfico do perfil farmacológico da Dipirona sódica. A pesquisa utilizou os bancos de dados online SciELO, PubMed, Dynamed com os termos-chave “Dipirona; Dipyrrone; Metamizol; Metamizole; Ação Farmacológica”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A dipirona é uma molécula farmacologicamente ativa cuja biotransformação ocorre pelas células hepáticas através da CYP450 em 4-metilaminoantipirina (MAA) e 4-aminoantipirina (AA) que são os metabólitos ativos do fármaco e em mais de 20 outros metabólitos (LEVY; ZYLBER-KATZ; ROSENKRANZ, 1995).

Os efeitos analgésicos da dipirona estão correlacionados com os níveis de concentrações de seus metabólitos ativos MAA e AA. A ação anti inflamatória ocorre devido ao bloqueio das COXs, diminuindo a síntese de PGs e das NO-sintase que interferem na produção das citocinas pró-inflamatórias e redução de radicais superóxidos. (RODRIGUES, 2021).

Entre as reações adversas mais comuns da dipirona encontram-se vômitos, náuseas, edema e a agranulocitose. Esta última por sua vez ganhou repercussão mundial, fazendo com que a dipirona deixasse de ser comercializada em vários países da Europa e nos EUA. (RODRIGUES, 2021). No entanto, poucos estudos de caso-controle foram achados sobre o uso da Dipirona com a Agranulocitose (ANDRADE et al., 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação analgésica e antipirética da Dipirona e seus metabólitos ativos MAA e AA tornam a medicação eficiente e atrativa para uso. Apesar de relatos e descrição dos efeitos adversos, a incidência por número de população é baixa. Estudos mais aprofundados são necessários para comparar a segurança da Dipirona em relação aos efeitos adversos.

INTRODUÇÃO

Associar diferentes estratégias de ensino que articulem teoria-prática tem demonstrado ser eficaz no ensino superior para desenvolver profissionais mais críticos, reflexivos e preparados para a atuação profissional (NEGRI et al, 2017; BARRETO et al, 2014).

A simulação realística é vista como um método efetivo e inovador que amplia as relações entre a teoria e a prática possibilitando ao estudante desenvolver habilidades variadas e competências necessárias em ambiente controlado e protegido sem arriscar a segurança do paciente (BARRETO et al, 2014; SANINO, 2012).

OBJETIVO

Avaliar a percepção dos estudantes de pós-graduação *latu sensu* de Fisioterapia em Terapia Intensiva que participaram de uma simulação realística.

MATERIAIS E MÉTODOS

Realizado um estudo observacional, com uma amostra do tipo não probabilística e voluntariamente, 15 profissionais, estudantes do curso de pós-graduação *latu sensu* em Fisioterapia em Terapia Intensiva participaram e responderam a um questionário.

Foram criados 6 cenários com diferentes casos clínicos, para tanto estudantes da graduação de fisioterapia foram recrutados para atuar como pacientes padronizados. Os profissionais passaram por todos os cenários e deveriam avaliar e planejar a conduta para cada paciente padronizado. Um *debriefing* foi conduzido ao final de cada cenário pelo professor.

No final os profissionais responderam a Escala de Motivação de Materiais Instrucionais (IMMS) no modelo de motivação ARCS (Atenção, Relevância, Confiança e Satisfação) (CARDOSO-JÚNIOR, FARIA, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na categoria Atenção, 15 estudantes concordaram totalmente que despertou a atenção. Com relação a variedade dos recursos utilizados para manter a atenção, 10 concordaram totalmente e 5 concordaram parcialmente que, durante a simulação aprenderam algo surpreendente ou inesperado.

Na categoria relevância, todos concordaram totalmente com a utilidade do conteúdo abordado e 15 concordaram totalmente que houve correlação com a prática profissional.

Na categoria confiança, 13 estudantes relataram concordar totalmente que ao passar pelos cenários sentiam confiança e que estavam aprendendo o conteúdo.

E na categoria satisfação, 11 estudantes disseram que gostariam de saber mais sobre os conteúdos abordados no cenários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A simulação realística se mostra uma ferramenta pedagógica com potencial motivador para a aprendizagem dos conhecimentos acerca da terapia intensiva.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Dg et al. Simulação realística como estratégia de ensino para o curso de graduação em enfermagem:: revisão integrativa. **Rev. Baiana Enferm**, Salvador, v. 28, n. 2, maio 2014.
- CARDOSO-JÚNIOR A, FARIA RMD. Avaliação psicométrica do instrumento Instructional Materials Motivation Survey em ambiente remoto de aprendizagem. **Rev Bras Edu Médica**, São Paulo, v.4, n.45, 2021.
- NEGRI, EC et al. Clinical simulation with dramatization: gains perceived by students and health professionals. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, [S.l.], v. 25, ago. 2017.
- SANINO, GE. O uso da simulação em enfermagem no Curso Técnico de Enfermagem. **J Health Inform**, São Paulo, v. 4, dez. 2012.

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Berardinelli-Seip também nomeada de *Lipodistrofia Congênita Generalizada do tipo Berardinelli-Seip* – LCG (abreviada, em inglês, como BSCL), trata-se de uma síndrome autossômica recessiva, com uma relevante ausência de tecido adiposo corporal, resultando em alterações no metabolismo dos carboidratos, proteínas e lipídios. A LSG é considerada uma doença rara, com uma prevalência de 1 para cada 1 milhão de pessoas, sendo que o Estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste brasileiro, possui a maior prevalência no país e uma das maiores em âmbito mundial (LIMA, 2020). Devido às alterações estruturais e metabólicas a síndrome cursa com resistência insulínica, facie acromegálica, quase completa ausência de tecido adiposo, acantose nigricans, dislipidemia, entre outras complicações. Porém, é necessário ressaltar que nem todos os indivíduos com LCG manifestam tais características, podendo levar uma vida praticamente normal, desde que o paciente possua hábitos de vida saudáveis e use as medicações recomendadas. O estudo visa discutir as alterações metabólicas causadas pela Síndrome de Berardinelli-Seip, destacando-se a hiperlipidemia, hipertrigliceridemia e diabetes mellitus.

OBJETIVO

A Síndrome de Berardinelli é uma doença rara com

importantes sinais e sintomas, o objetivo deste artigo é ampliar a base de dados científicos a respeito desta síndrome e suas alterações morfofisiológicas metabólicas, com a análise de estudos e livros, avaliando-os criticamente.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização da revisão sistemática, foram realizadas buscas nas bases de dados SciELO, PubMed, *Research, Society and Development* e editora da UFRN utilizando os descritores “berardinelli” e “revisão literária”. Foram incluídos na pesquisa artigos publicados a partir de 2016 até o ano 2021, escritos em português e inglês que se enquadravam em relato de caso, estudo de série de casos, estudos seccionais, ensaios clínicos, coortes e/ou casos controles.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Síndrome de Berardinelli tem como característica principal a falha de armazenamento do tecido adiposo, levando assim ao depósito de gordura ectópica principalmente no fígado e músculo. Dessa forma, pode predispor à resistência insulínica, esteato hepatite, diabetes mellitus e cirrose. Ademais, muitos pacientes possuem concentrações reduzidas de leptina e adiponectina, causando, consequentemente, alterações no metabolismo da glicose, aumento na resistência insulínica e hiperfagia.

A hipertrigliceridemia é o achado mais comum, sendo que os

valores podem se apresentar maiores que 5000 mg/ dL. Nesse caso, o risco do paciente desenvolver pancreatite aguda é elevado. A associação da dieta adequada com o uso de fibratos pode manter os níveis triglicéridos abaixo de 500 mg/ dL. A hipercolesterolemia não é frequente, porém os níveis de HDL podem estar diminuídos significativamente (abaixo de 30 mg/ dL), podendo aumentar o risco de desenvolver aterosclerose.

Durante a infância, a criança afetada com a síndrome pode não apresentar hiperglicemia devido a reserva insulínica que ela possui. Porém, na fase da adolescência, possivelmente iniciada pelas alterações hormonais, com o aumento do hormônio do crescimento humano (GH), os valores da glicemia tendem a aumentar. Ainda na adolescência, uma dieta adequada e atividade física podem conter a hiperglicemia. Entretanto, com o decorrer do tempo será necessário utilizar a combinação de medicamentos orais e insulina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Síndrome de Berardinelli-Seip trata-se de uma síndrome autossômica recessiva, com uma relevante ausência de tecido adiposo corporal, resultando em alterações no metabolismo dos carboidratos, proteínas e lipídios. Logo, suas alterações metabólicas podem acarretar em hiperlipidemia, hipertrigliceridemia e diabetes mellitus.

REFERÊNCIAS

- LIMA, Josivan Gomes de. **Síndrome de Berardinelli-Seip**: aspectos genéticos e morfofisiológicos. Natal: EDUFR, 2020.
- SOUSA, L. C. de .; AMANCIO, A. de M.; SILVA, Érika G. C. da .; OLIVEIRA, F. J. D. de .; GONÇALVES, G. C.; ALMEIDA, D. R. de M. F.; SILVA, G. G. da .; PINHEIRO, J. C. O. *Orofacial findings of congenital generalized lipodystrophy: a systematic review*. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 8, p. e903986659, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.6659. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6659>. Acesso em: 20 fev. 2021.

INTRODUÇÃO

A síndrome de Hakim Adams (SHA), também conhecida como hidrocefalia de pressão normal (HPN) constitui-se de uma patologia que atinge a população idosa devido a uma desregulação no sistema de produção do líquido e na capacidade de absorvê-lo, gerando então um acúmulo deste dentro dos ventrículos cerebrais, provocando dilatação ventricular.

Essa síndrome frequentemente se desenvolve em poucos meses e é caracterizada pela tríade clássica, que inclui declínio cognitivo, apraxia da marcha e incontinência urinária.

A SHA é uma doença que considera a idade do paciente um fator de risco. Como a maioria dos casos ocorre após a 7ª década de vida e causa comprometimento cognitivo, é difícil distinguir a SHA da doença de Alzheimer (DA).

OBJETIVO

Identificar os achados que diferenciam a Síndrome de Hakim Adams da Doença de Alzheimer, bem como as principais características de cada uma.

REFERÊNCIAS

- NETO, J. G.; TAMELINI, M. G.; FORLENZA, O. V. Diagnóstico diferencial das demências. Archives of clinical psychiatry, v. 32, n. 3, 2005. 119-130 p.
- PEDRO, M. K. F.; SILVA, J. F. C.; ROCHA, S. F. B.; GERMINIANI, F. M. B.; RAMINA, R.; TEIVE, H. A. G.; SOUZA, R. K. M. Salomón Hakim: the man behind normal pressure hydrocephalus. Arquivo de Neuropsiquiatria, n. 77, n. 10, 2019. 746-748 p.
- PEREIRA, R. M.; MAZETI, L.; LOPES, D. C. P.; PINTO, F. C. G. Hidrocefalia de pressão normal: visão atual sobre a fisiopatologia, diagnóstico e tratamento. Arquivo Brasileiro de Neurocirurgia, v. 31, 2012. 10-21 p.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi feita uma pesquisa bibliográfica de materiais disponíveis na base de dados da Scielo e Pubmed. Foi utilizada as palavras chaves: Hidrocefalia de pressão normal, Idoso, disfunção cognitiva, Alzheimer.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A incidência da SHA fica em torno de 1 a 5 casos a cada 100.000 habitantes ao ano. É estimado que no Brasil exista em torno de 50.000 casos de SHA. Dentre todas as formas de demência, a de SHA, abrange entre 1 a 6%

Os sintomas neurológicos de SHA podem estar relacionados com a presença de edema intersticial em substância branca periventricular e posterior alteração do fluxo sanguíneo ou metabolismo em regiões pré-frontais.

Existem atualmente os seguintes tipos de tratamentos principais: a derivação ventrículo peritoneal, que é a opção de primeira escolha pelos neurologistas, e a 3ª ventriculostomia endoscópica.

Cerca de 60% dos pacientes respondem bem ao tratamento de derivação e cerca de 40% apresentam melhora mantido após o procedimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A demência provocada pela HPN é muito similar a DA, entretanto a DA está mais relacionada com alteração de memória, de aprendizado e de orientação, enquanto a HPN se associa com diminuição psicomotora e da velocidade motora fina.

A hidrocefalia de pressão normal apresenta considerável incidência mundial. No entanto, são escassos na literatura os relatos de casos clínicos relacionados a essa doença. Espera-se com este material ajude a divulgar a população médica sobre as características principais da doença, importância do diagnóstico precoce, evitando assim o sofrimento do paciente e promovendo um aumento de sua qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

As metodologias ativas de aprendizagem, dentre elas a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), representam um dos principais métodos inovadores de ensino. O método tem como propósito tornar o aluno capaz de construir o aprendizado conceitual, procedimental e atitudinal por meio de problemas propostos relacionados com o aprendizado das ciências médicas e expõe o acadêmico a situações motivadoras preparando para o mundo do trabalho.

Este método permite ao estudante investigar, analisar, debater e propor soluções pertinentes à prática médica, por meio do trabalho colaborativo entre os discentes e o tutor (CARVALHO, et al. 2020).

A tutoria educacional, desenvolvida eminentemente em caráter individual, é considerada padrão ouro em educação quando comparada a outras estratégias de ensino. Na ABP, o tutor representa um papel crucial como facilitador do processo de aprendizagem.

OBJETIVO

Relatar a experiência dos autores na aplicação da tutoria na aprendizagem baseada em problemas.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, M. W. dos S.; et al. Aprendizagem baseada em problemas como método de ensino na formação médica. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 10, p. 1–21, 2020.
- MARTINS, C.A.; FALBO NETO, G.; SILVA, F.A.N. Características do Tutor Efetivo em ABP – Uma Revisão de Literatura **Rev. bras. educ. med.** v.42, n.1, Jan-Mar 2018.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho trata-se de um estudo descritivo de relato de experiência dos autores da aplicação de grupos tutoriais na aprendizagem baseada em problemas no curso de medicina do Centro Universitário de Brusque – Unifebe, no período de 2019 a 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A utilização do método ocorreu em dois momentos presenciais (abertura e fechamento da situação problema), os quais foram intitulados sessões tutoriais e ocorreram semanalmente ao longo de um semestre. As sessões foram compostas por, no máximo, 10 alunos e um docente tutor.

Na abertura da sessão da tutoria os discentes analisam, discutem a situação-problema de estudo e criam diferentes perguntas de aprendizagem, com base nos objetivos da situação problema apresentada pelo tutor, de acordo com o período do curso. Na sequência os discentes, buscam as respostas e elaboram uma síntese individual, compartilhada com o seu tutor, esta deve contemplar todas respostas das perguntas pré-estabelecidas pelo grupo.

Na semana seguinte no momento do fechamento da situação problema, são discutidas todas as respostas pelo grupo tutorial

com auxílio do tutor, sendo elaborado um documento conjunto denominado síntese coletiva. A cada sessão tutorial, um discente relator é escolhido pelo docente tutor ou por livre escolha do aluno. Foram trabalhadas, no semestre, 14 situações-problema pertinentes aos conhecimentos teóricos e práticos da formação médica. As situações-problema trabalhadas representavam situações autênticas ou aplicáveis, criadas a partir da prática profissional e/ou doenças prevalentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O docente tutor apresenta um papel fundamental na condução dos grupos tutoriais, este deve possuir os conhecimentos de conteúdos e a competência em facilitação de grupos. Por meio de sua participação ativa o tutor conduz a discussão dos discentes direcionando ao objetivo de aprendizagem semanal, de forma que os alunos sejam instigados a pensar de acordo com a problematização.

O tutor deve promover o estímulo à elaboração das questões de aprendizagem e das sínteses elaboradas pelos alunos, conduzir o processo de aprendizagem, estimular a integração de conhecimentos, a boa interação do grupo e a responsabilidade individual de cada discente no processo de construção da aprendizagem, estabelecimento um clima acolhedor e aberto a discussão.

INTRODUÇÃO

O *Urbanorum* spp. é um protozoário que se dissemina por meio de água, solo e alimentos contaminados, bem como por higiene pessoal deficiente. As primeiras infecções intestinais pelo parasita datam de 1991, entretanto o primeiro caso publicado ocorreu em 1994, no Peru. Em território brasileiro, o primeiro registro é de 2018, na cidade de Buriti, Maranhão. Considerando sua forma de se dispersar, a infecção por este parasita se torna relevante no âmbito da saúde pública, uma vez que se relaciona com as condições socioeconômicas do país (AGUIAR, 2018).

OBJETIVO

Relatar um caso de infecção pelo *Urbanorum* spp. no município de Brusque, Santa Catarina, visando alertar a comunidade local e médica acerca de sua sintomatologia, tratamento e importância no âmbito da prevenção.

REFERÊNCIAS

- CASARIN, J.; SILVA DUARDE, S. M.; SAMPAIO, J. S. First report from urbanorum spp, meeting in sus patient floes in a private imperatriz laboratory during 2018. **International Journal of Development Research**, v. 09, n.10, p.30676-30678, 2019.
- DE AGUIAR, R. P. S.; ALVES, L. L. Urbanorum Spp: First Report in Brazil. **The American Journal of Case Reports**, v. 19, p. 486, 2018.
- KRUGUER, E. M. M. Urbanorum spp: novo parasita no Brasil. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 15, n. 42, p. 2157-2157, 2020.

APRESENTAÇÃO DO CASO

Paciente masculino, 22 anos, residente em Brusque, profissão programador, procura atendimento médico com gastroenterologista devido a queixa de náusea, vômitos e eructações há 1 semana, as quais pioravam após a alimentação. Fez uso de metoclopramida por conta própria, com melhora parcial dos sintomas. Negava alterações do hábito intestinal, dor abdominal e perda de peso no período. Não relatou comorbidades ou cirurgias prévias. Exame físico geral, pulmonar, cardíaco e abdominal sem alterações dignas de nota. Foram solicitados exames para a investigação do quadro clínico e prescritos sintomáticos, além de orientações alimentares e comportamentais. Paciente retornou após 25 dias com persistência do quadro clínico e resultado exame parasitológico de fezes (PPF) revelando 2 amostras com *Urbanorum* spp. Recebeu prescrição de nitazoxanida 500mg a cada 12 horas por 3 dias, foi orientado sobre possíveis efeitos colaterais e importância de novo PPF de controle.

DISCUSSÃO

São escassos os dados acerca da infecção por *Urbanorum* spp. nas bases de dados. Segundo Casarin, *et al.* em 2018, em um estudo com a análise de 5428 exames parasitológicos solicitados no âmbito do Sistema único de Saúde (SUS), 25 amostras demonstraram-se positivas para o parasito. A literatura ainda é deficiente no que se refere ao ciclo do parasita, fatores de risco para sua infecção e suas manifestações clínicas. Ademais, seu tratamento não está bem estabelecido, com relatos ora do uso de nitazoxanida 500mg 12/12h por 3 dias (KRUGER, 2020), ora de metronidazol 500-750mg 8/8h por 5-10 dias (AGUIAR, 2018). É importante o reconhecimento da infecção para que sejam tomadas medidas adequadas para controle de sua disseminação e prevenção de novas infecções. O presente relato apresenta limitações, como a falta do PPF de controle, uma vez que o paciente não retornou para consulta, bem como a referência deficiente na literatura acerca da doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de caso expôs um paciente infectado pelo protozoário *Urbanorum* spp. no município de Brusque, Santa Catarina. Mostra-se importante que novos estudos sejam feitos a fim de avaliar a possibilidade de surtos do parasita na região.

INTRODUÇÃO

O Reiki é uma terapia complementar a Medicina tradicional. Tem sua origem a partir de Mikao Usui, no início do século 20, sendo disseminada pelo mundo apenas após sua morte (BILLOT, 2019). A prática se baseia no princípio de que existe uma energia vital, envolta pelo universo e por todos os seres que nele habitam, interagindo constantemente (HEMMING; MAHER, 2005). O praticante de Reiki age como um canal para equilibrar a energia vital para qualquer ser vivo (BILLOT, 2019), com vistas a possibilidade de incremento na qualidade de vida.

No cotidiano de saúde, um dos desafios marcantes é a manutenção da qualidade de vida dos pacientes em Cuidados Paliativos, considerando o sentimento de dor física e ansiedade pela cronicidade da doença e iminência da morte (BILLOT, 2019). Nesse sentido, a aplicação de Reiki pode ser uma ferramenta benéfica na manutenção da qualidade de vida de pacientes em Cuidados Paliativos.

OBJETIVO

Identificar na literatura os resultados da utilização do Reiki como prática integrativa para pacientes em Cuidados

Paliativos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de literatura. A pergunta norteadora do estudo foi: “Qual é o resultado do Reiki como prática integrativa para pacientes em Cuidados Paliativos?” A partir disso, foi realizada a busca na literatura a partir das bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) Terapias complementares, Cuidados Paliativos e Toque terapêutico. A busca foi realizada em 22 de maio de 2021 e foram encontrados 243 artigos. Após o processo de refinamento, apenas cinco estudos obedeceram aos critérios de inclusão e permaneceram no estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A literatura ainda é escassa ao se tratar da utilização do Reiki como prática integrativa para pacientes em Cuidados Paliativos. Dentre os estudos incluídos na revisão, nenhum foi voltado somente para a prática do Reiki, aliando outras terapias integrativas aos pacientes em Cuidados Paliativos.

Uma revisão de literatura já realizada demonstra resultados positivos na prática, como redução da dor, desconforto,

depressão e ansiedade (BILLOT, 2019), além de alterações na pressão arterial, temperatura e níveis de cortisol (HEMMING; MAHER, 2005). No entanto, o número de pacientes nas amostras dos estudos eram de, no máximo, 24 pacientes e com baixa evidencia para afirmar que a prática foi conclusiva para os resultados encontrados (BILLOT, 2019; HEMMING; MAHER, 2005).

Nesse sentido, a fragilidade metodológica apresentada pelos estudos impede que se afirme a aplicação de Reiki como prática integrativa eficaz na melhora da qualidade de vida de pacientes em Cuidados Paliativos. A prática se mostra válida e pode ser incentivada, sem deixar de se implementar as bases terapêuticas orientadas pelos Cuidados Paliativos e práticas tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a prática de Reiki se mostrar positiva como terapia complementar para pacientes em Cuidados Paliativos, o percurso metodológico utilizado pelos estudos analisados impede que se afirme sua eficácia clínica como método mantenedor da qualidade de vida. Mais estudos são necessários para avaliar tal prática, avaliando amostras estatisticamente significantes.

REFERÊNCIAS

- BILLOT, M. Reiki therapy for pain, anxiety and quality of life. BMJ Supportive & Palliative Care, p. 1-5, 2019.
HEMMING, L.; MAHER, D. Complementary therapies in palliative care: a summary of current evidence. British Journal of Community Nursing, v. 10, n. 10, 2005.

RESUMOS - PÔSTERES

PEDAGOGIA



INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como base uma iniciativa italiana em homenagem aos 200 anos de Anita Garibaldi, guerrilheira Catarinense que ficou famosa por sua bravura, e coragem por ter participado de diversas batalhas no Brasil, Uruguai e Itália. Trata-se de um projeto internacional chamado “Dois mundos e uma rosa para Anita”, e que, inspira o projeto de Curricularização de Extensão do 2º semestre do curso de Pedagogia da Unifebe. Relatam-se aqui as atividades desenvolvidas pelo grupo responsável pelo desenvolvimento de um jogo de tabuleiro. Os jogos contribuem significativamente para a aprendizagem e o desenvolvimento do raciocínio, concentração, memória, atenção, percepção etc. Kishimoto (1996) afirma que os jogos são importantes para o processo de aprendizagem quando realizados de forma harmônica com os projetos educacionais desenvolvidos nos espaços escolares.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é confeccionar e descrever um jogo de tabuleiro sobre a história de Anita Garibaldi para as crianças do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental - Séries Iniciais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com enfoque nos processos educativos. Possui caráter descritivo, que consiste em descrever as características de determinada atividade

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko. O jogo e a educação infantil. In: KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

(GIL, 2010). A presente ação iniciou no mês de outubro de 2021, em um período de duas semanas consecutivas, totalizando 10 dias de trabalho. O grupo responsável pelo desenvolvimento da atividade, o jogo de tabuleiro, foi composto por 7 acadêmicas, das 1ª, 2ª e 4ª fases. Primeiramente, definiu-se os momentos abordados, e logo em seguida foram elaboradas as questões usadas no jogo, e, na sequência, suas regras, a forma de jogar e os componentes, bem como o material necessário. Foram utilizados para a confecção do jogo (Figuras 1, 2, 3 e 4), os seguintes materiais, papel cartão, papel contact, cola quente, 15 folhas de EVA para o tabuleiro, tecido para a montagem do dado, e para delimitar e ilustrar o caminho foi criado um instrumento feito com cimento, um pedaço de madeira e fotos relacionadas a trajetória de Anita.

Figuras 1, 2, 3 e 4 - Confeção do jogo.



Fonte: As autoras (2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O período de vida de Anita escolhido para o desenvolvimento do jogo foi após Giuseppe Garibaldi chegar à Laguna. Quanto à sistemática do jogo, é necessário de 2 a 4 jogadores dentro da faixa etária estipulada. O jogo “A Heroína de Dois Mundos” se inicia com uma pessoa jogando o dado, e o número que sair, indicará a quantidade de casas que ele deverá avançar (Figura 5).

Figura 5 - Jogo “A heroína de dois mundos”



Fonte: As autoras (2021).

Assim que o jogador parar em uma casa, terá que ouvir e responder a pergunta realizada. Se o jogador acertar, permanece onde parou, mas, em caso de erro, voltará para onde estava anteriormente. Ao parar nas casas laranjas, o jogador deverá cumprir o que está proposto na casinha, podendo ser: AVANCE 3 CASAS, FIQUE 1 RODADA SEM JOGAR ou VOLTE 5 CASAS. Vence quem conseguir chegar ao final primeiro. Pode-se inferir que o jogo desenvolve conhecimentos sobre a história de Anita, mas, para além disso, também focaliza no desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais (BRASIL, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho, que foi de tabuleiro sobre a história de Anita Garibaldi para as crianças do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental - Séries Iniciais foi atendido. Com a criação deste jogo, as acadêmicas puderam adquirir um maior conhecimento sobre toda a trajetória desta incrível guerreira. Inclusive sobre aspectos culturais e comportamentais, sobre a visão das mulheres e seus papéis na sociedade da época. Este jogo proporciona uma dinâmica, em que durante o brincar, a criança também estará envolvida em uma história, aprendendo de forma lúdica e divertida.

“A HISTÓRIA DE ANITA”: criação e descrição de um jogo de tabuleiro da vida de Anita Garibaldi

Maria Eduarda Ramos, Rubia dos Santos Rodrigues, Carla Daise Pereira Babolim, Rita de Cássia Saldanha Prestes, Lindamara F. Verona, Josiane Alexandre, Tamilly Roedel, Giselly Mondardo Brandalise, Eliane Kormann

family.roedel@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um recorte de um projeto mais amplo, a Curricularização de Extensão do curso de Pedagogia da Unifebe, em homenagem ao bicentenário de Anita Garibaldi, uma guerrilheira catarinense conhecida mundialmente por sua participação na Revolução Farroupilha, e no processo de unificação da Itália. Inspira-se também no Projeto “Dois mundos e uma rosa para Anita”, uma iniciativa italiana para homenageá-la a partir do plantio de rosas nos locais por onde Anita passou. Assim, foi desenvolvida esta atividade com a elaboração de um jogo de tabuleiro. Segundo Prado (2018), os jogos de tabuleiro modernos, são diferenciados por suas características principais, e uma de suas diferenças em relação aos jogos clássicos.

OBJETIVO

Criar e descrever um jogo de tabuleiro que apresente a história de Anita Garibaldi, desde o seu nascimento até seus 18 anos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho tem uma abordagem qualitativa e método descritivo. O início das atividades do jogo de tabuleiro foi realizado em sala, produzido por seis alunas e uma professora regente, em outubro de 2021. Para dar início ao jogo, definiu-se que as perguntas teriam como base a vida de Anita Garibaldi, desde seu nascimento até metade de sua vida, considerando que um segundo grupo ficou responsável por

trabalhar a segunda etapa de sua vida. Depois, iniciou-se a confecção do tabuleiro (Figuras 1, 2 e 3), com base em imagens e informações de Laguna, possível cidade natal de Anita. Em seguida, foi desenvolvida a parte metodológica, os procedimentos e as regras do jogo. Os materiais utilizados para a criação do tabuleiro foram: um papelão para representar o centro histórico de Laguna, seis tampinhas pet que são os peões do jogo, um dado de papelão, onze cartas com perguntas e respostas da história de Anita e uma sacola de TNT para guardar os materiais utilizados.

Figuras 1, 2 e 3 - Confecção do jogo.



Fonte: As autoras (2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Trata-se de um jogo colaborativo, intitulado “A história de Anita Garibaldi” (Figura 4), com o número de quatro a seis participantes, tempo estipulado de 45 minutos. Público-alvo crianças do quarto e quinto ano do ensino fundamental, que possuem entre nove e dez anos.

No que se refere às regras do jogo, para dar início e decidir quem começa, todos os participantes deveram jogar o dado. Quem tirar o número maior começará o jogo. Cada participante deve jogar o dado e dessa forma avançar a quantidade de casas correspondentes ao valor do dado que foi jogado.

Figura 4 - Jogo “A história de Anita Garibaldi”.



Fonte: As autoras (2021).

As casas de cor vermelha, indicam que o participante irá responder a uma pergunta. Se o participante cair em uma casa que tenha uma questão, o jogador seguinte fará uma pergunta. Se o participante acertar, ele vai avançar duas casas. Se errar, deverá voltar duas casas. Haverá no tabuleiro, casas com “Avance uma casa”, “Fique uma rodada sem jogar”, “Volte uma casa”. Vence o jogo quem chegar primeiro ao final do percurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho, que era criar e descrever um jogo que apresentasse a história de Anita Garibaldi, desde o seu nascimento até seus dezoito anos, foi atingido. O jogo de tabuleiro é uma forma lúdica de aprender sobre determinados conteúdos. Ao mesmo tempo em que as crianças se divertem, há o estímulo e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, como o raciocínio lógico, a concentração, a interação social, a criatividade, a comunicação, entre outras. Assim, conclui-se que foram desenvolvidas também habilidades pessoais para o exercício da profissão de professor, sendo Anita reconhecida como uma grande referência e inspiração para o grupo.

REFERÊNCIAS

PRADO, L. L. Educação lúdica: os jogos de tabuleiro modernos como ferramenta pedagógica. *Ludus Scientiae*, v. 2, n. 2, 2018.

INTRODUÇÃO

A EJA no Brasil conta com mais de 10 milhões de pessoas com idade superior a 15 anos que frequentam ou já frequentaram esse segmento educacional, motivadas principalmente pelo desejo de retomar os estudos que precisaram ser interrompidos, muitas vezes para a entrada no mercado de trabalho ou mesmo em função da falta de acesso e políticas de permanência no ensino fundamental (LEITÃO, 2009). A Educação de Jovens e Adultos está regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) e traz em sua composição a necessidade de prover qualidade de ensino a indivíduos que por singulares razões não puderam concluir seus estudos em idade adequada. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996, art. 37). Assim sendo, para maior efetividade do processo de ensino-aprendizagem desses sujeitos, é preciso [...] Conhecer as diferentes realidades socioeconômicas dos alunos da EJA, identificar o perfil desses alunos e analisar quais as metodologias adequadas para esta realidade (BISPO; FERREIRA; ALVES, 2016, p. 02). As experiências e comportamentos observados no ambiente escolar são reflexos diretos da vida pessoal do aluno, considerando que ele é

possuidor de saberes e valores próprios vindos de seu contexto familiar e social, e tem suas dificuldades expostas e evidenciadas no meio educativo.

OBJETIVO

Conhecer, atuar e vivenciar práticas inovadoras contribuindo no processo de alfabetização, letramento e na área matemática na Educação de Jovens e Adultos na perspectiva teórico-metodológica da Base Curricular do Território Catarinense.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Quanto aos procedimentos e métodos caracteriza-se como bibliográfica e estudo de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ressalta-se que todo saber externo à escola deva ser considerado, já que a aprendizagem é construída a partir das experiências que os sujeitos vivenciam em diferentes contextos. Os saberes dos “locais” e os saberes escolares constituem o processo de aprendizagem do aluno, que, considerados pelo professor, desenvolvem a capacidade e a iniciativa de buscar por si mesmo novos conhecimentos, a autonomia intelectual, a liberdade de pensamento e de expressão (LEMES, ALEXANDRE, 2006, p. 7). Ainda, sobre o processo de aprender, trazemos o conceito de Tabile, Jacometo (2017), ancorado na teoria da aprendizagem de

Skinner, que discute que um sujeito aprende quando produz modificações no ambiente. Isto significa que algo de novo lhe foi ensinado de forma a se tornar mais adaptativo, passando então a ser emitido um novo comportamento pelo indivíduo. Referindo-se também ao conceito de aprendizagem, Oliveira o aborda de acordo com a definição de Vygotsky, como sendo um processo de aquisição de conhecimentos ou ações a partir da interação com o meio ambiente e com o social (TABILE, JACOMETO, 2017, p. 4). Com a aplicação das atividades que proporcionassem a autonomia e considerassem o contexto sociohistórico do aluno, trazendo-o como indivíduo ativo e atuante no processo de aprendizagem, percebeu-se que essa proposta auxiliou e incentivou a aprendizagem de forma prática e significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pabis (2012, p. 2), aborda que “toda ação educativa só produzirá melhores resultados se for desenvolvida com base no conhecimento da realidade do aluno”. Conclui-se que é de extrema importância e necessidade o professor trazer para o aluno da EJA a realidade dele e é essencial que a escola motive-o a raciocinar, desenvolver a criatividade, o espírito crítico, a fim de formá-lo como cidadão atuante nos diferentes espaços e tempos da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BISPO, J. M. S. F.; FERREIRA, P. M. R.; ALVES, S. T. V. **Educação de jovens e adultos: uma realidade para alunos trabalhadores**. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc8-1.pdf>
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Lei nº 9394/96. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.
- LEITÃO, T. **Classes com renda mais baixa são maioria na educação de jovens e adultos**. Agência Brasil, 2009. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/05/22/ult105u8083.jhtm>
- LEMES, R. P.; ALEXANDRE, S. **Os fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem**. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/6752/1/40354721.pdf>
- PABIS, N. A. **Diagnóstico da realidade do estudante: desafio para o professor no momento do planejamento e da prática pedagógica**. In: IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1867/91#:~:text=Hoje%20vivemos%20o%20momento%20do%20desafio%20pela%20qualidade%20do%20ensino.&text=Nestes%20mesmos%20livros%20encontramos%20que,conhecimento%20da%20realidade%20do%20aluno>
- TABILE, A. F.; JACOMETO, M. C. D. **Fatores influenciadores no processo de aprendizagem: um estudo de caso**. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000100008

A HISTÓRIA DE ANITA GARIBALDI EM MÚSICA: relatos de trabalho de um coral acadêmico

Laura Imianovsky, Adrielli Vilamoski Kormann, Francieli Floretin, Gislaine Rodrigues de Oliveira, Joseane dos Santos Garcia, Leila Flores Firmo, Maria Eliane L.L da Silva, Marivani Fátima de Mello Walmarath, Patricia Cruz Rodrigues dos Santos, Giselly Cristini Mondardo Brandalise, Eliane Kormann

pegagogia@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

As acadêmicas do curso de Pedagogia da UNIFEBE realizaram o projeto de Curricularização da Extensão 2021.2 sobre Anita Garibaldi, inspirada no projeto internacional “Dois mundos e uma rosa para Anita”. Anita foi uma mulher revolucionária que rompeu os paradigmas de uma sociedade, sendo considerada “heroína dos dois mundos”. Dividas as acadêmicas em grupos de trabalhos distintos, esta atividade relata o desenvolvimento de um Coral em homenagem à Anita, escritos por Alcy Cheuiche e Marlene Pastro com colaboração e revisto por Júlio Borges e Marcos Silva. A música tem a capacidade de promover e proporcionar sensações e emoções, impactando de maneira tão profunda em diferentes momentos e situações, ela está em todos os lugares sendo muitas vezes passada despercebidas pelos ruídos do cotidiano. De acordo com os musicistas, tudo que fazemos é, em consequência, música (BRITO, 2003).

OBJETIVO

Ressaltar a importância cultural de Anita Garibaldi através de um hino.

MATERIAIS E MÉTODOS

As primeiras referências deste trabalho foram palestras sobre

a Anita e uma visita técnica em Laguna. O coro foi composto por sete integrantes e dois musicistas convidados, sendo um deles orientador. Os ensaios foram realizados na faculdade concluindo a carga-horária prevista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No período de duas semanas, as acadêmicas se prepararam por meio de treinos vocais, aprendendo usar as expressões vocais para se adequar às características do hino. A líder do grupo foi escolhida com o intuito de organizar e supervisionar as questões pautadas nas reuniões antecipadamente dos ensaios, sendo elencados quais seriam as melhorias que deveriam haver em relação à sinfonia, os trajes adequados para a apresentação do coro e o cenário. Com o auxílio da professora responsável pelo coro, as acadêmicas conseguiram ampliar suas habilidades musicais. O hino é um símbolo que representa uma história e cultura, consolidando uma memória do nosso país. A canção destaca fatos importantes vivenciada por uma nação que guerreou e experienciou essa época, simbolizando lutas passadas e que contribuíram para a construção de uma identidade do povo brasileiro. Possibilitou-nos reconhecer os grupos sociais que viveram e que habitaram os contextos vivenciados por Anita, relacionando aspectos geográficos e históricos. Foi possível, durante o projeto, aprofundando conhecimentos sobre a identidade de Anita, bem como sua representatividade feminina e catarinense na história consolidada.

Figura 1 – Ensaios do coral



Fonte: das autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de ressaltar a importância cultural de Anita Garibaldi através de um hino. Anita foi uma mulher à frente de sua época, mostrando a importância de uma mulher no cenário estadual, brasileiro e internacional. Esse trabalho foi de suma importância para nós, acadêmicas, à medida que reconhecemos a história de uma guerreira que excedeu os paradigmas prescritos pela sociedade e que influenciou diferentes contextos. Nesse sentido, a música e a história têm particularidades similares, pois carregam em si cronologias e momentos evidenciados dentro de determinadas perspectivas históricas e culturais. Ambas podem partir da mesma percepção, mas com métodos de ensino diferenciados. De todo modo, estamos sujeitos aprender a qualquer instante e local, nas mais inúmeras formas.

INTRODUÇÃO

O brincar é uma forma de atividade complexa, indispensável ao desenvolvimento infantil. O objetivo é compreender o uso da brincadeira na Educação Infantil como meio pedagógico de apropriação de conhecimento, socialização entre as crianças e desenvolvimento de habilidades, tendo como documento norteador a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua influência no processo de desenvolvimento integral, bem como no protagonismo infantil. O uso pedagógico de brincadeiras e jogos vem ao encontro da importância da ludicidade para a criança. Para a educadora Machado (2003), o brincar é um canal para aprendizagem, se não o único nesta etapa escolar, é a possibilidade de se afastar do mundo real, entrar no imaginário para o pensar livre, e, assim, organizar seu pensamento e aprender da forma como a criança entende e sente, no momento que ela quer e necessita conhecer e aprender. Santos (1997 *apud* BECKEMKAMP; MORAES, 2013) destaca a necessidade de se trabalhar o pensamento lúdico em crianças desde bem pequenas, contribuindo significativamente com o processo de amadurecimento e aprendizado escolar, bem como com aspectos sociais, culturais e comunicativos. O lúdico na promoção do protagonismo pode ser entendido como a capacidade de enxergar-se como agente principal da

própria vida, responsabilizando-se por suas atitudes, distinguindo as suas ações das dos outros, e expressando iniciativa e autoconfiança. O aluno protagonista acredita que pode aprender e encontrar as melhores formas de fazer isso, não apenas individualmente, mas atuando de forma colaborativa e participativa no contexto escolar (ONOFRE, 2019).

OBJETIVO

Compreender a importância da ludicidade na Educação Infantil como meio pedagógico de facilitador de conhecimento, aprendizagem e desenvolvimento de habilidades, tendo como documento principal a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua importância no processo de desenvolvimento integral das crianças.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Quanto aos procedimentos e métodos caracteriza-se como bibliográfica e estudo de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Rinaldi (2014) afirma que o aprendizado é um processo ativo e não uma transmissão de conhecimentos, ou seja, é construído com as crianças por meio das atividades dinâmicas, com experimentações livres, e com participação da comunidade nas atividades. Com a aplicação de atividades lúdicas que proporcionassem a autonomia, uma forma de expressar-se livremente, colocando-a como indivíduo ativo e atuante no seu crescimento intelectual e aprendizado, buscando o seu protagonismo, percebeu-se que a ludicidade auxiliou e incentivou a aprendizagem de forma prazerosa e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O brincar é uma ferramenta indispensável no desenvolvimento integral e na aprendizagem infantil. É por meio desse processo que a criança compreende a si mesma e o mundo ao seu redor. A ludicidade deve ser um processo espontâneo e por esse motivo a prática dela é fundamental na mediação do processo de ensino-aprendizagem, sua utilização como meio pedagógico se torna um elemento base para que o docente possa possibilitar o desenvolvimento pleno dos pequenos.

REFERÊNCIAS

- BECKEMKAMP, D.; MORAES, M. **La utilización de juegos y juguetes en el aula: un recurso importante para los docentes**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 18, Nº 186, Noviembre de 2013.
- MACHADO, M. M. **“O brinquedo-sucata e a criança. A importância do brincar”**. Atividades e materiais. 5ª Ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- ONOFRE, C. **O que a BNCC diz sobre o protagonismo dos alunos? 2019**. Disponível em: <https://www.dentrodahistoria.com.br/blog/educacao/escola/bncc-e-protagonismo-dos-alunos/>. Acesso em: 24 maio 2020.
- RINALDI, C. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

INTRODUÇÃO

As aulas diferenciadas de Ciências da natureza são importantes para desenvolver conhecimentos específicos dos diferentes assuntos que englobam a disciplina, sendo essenciais para o crescimento do aluno, porém muitas vezes não é utilizado em todas as escolas.

O ensino de Ciências deve ser dinâmico, e o uso de vídeos pode ser uma estratégia interessante, pois traz de maneira mais real o conteúdo a ser estudado. A partir dele pode-se propor vivências práticas em que os alunos observam o que acontece.

Portanto, ressalta-se a necessidade de planejar aulas utilizando experimentos e vídeos como apoio pedagógico e essencial para o crescimento dos alunos.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo enaltecer a importância de aulas práticas na disciplina de Ciências, utilizando vídeos com o objetivo de oportunizar aulas dinâmicas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa temo uma abordagem qualitativa de investigação, ao qual as informações foram obtidas por meio de pesquisas. Os dados coletados são descritivos e o tipo de pesquisa é bibliográfica e estudo de caso. Para

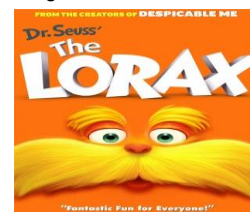
abordar esta temática, foram consultados artigos, livros, sites e vídeos para decidir alguns filmes importantes, ressaltando a importância do assunto nos dias de hoje.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O professor deve oportunizar meios, criar situações, desenvolver diversas alternativas para que o aluno possa ter uma aprendizagem significativa dos conhecimentos científicos e tecnológicos que levem em conta o desenvolvimento de habilidades. Ao analisar um filme, o aluno desenvolve o seu olhar nas questões da observação, identificação e seleção das imagens. Mas, o uso do vídeo de forma alguma pode substituir o professor nem as produções dos alunos.

A unidade temática “Vida e evolução” da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), foca o trabalho com o meio ambiente, dessa forma, pode ser utilizado na aula os filmes que mostram a realidade em que vivemos, por exemplo os filmes “O Lorax” (Figura 1), “O Wall-e” (Figura 2) e “Os sem florestas” (Figura 3), oportunizando fazer com que os alunos reflitam nas suas ações e desenvolvam ações para cuidar do meio ambiente. E com esses filmes fica mais fácil de visualizar a problemática que está afetando o mundo e o meio ambiente.

Figura 1 - The Lorax.



Fonte: Netflix (2015).

Figura 2 -Wall-e



Fonte: Adorocinema (2008).

Figura 3 - Os sem florestas.



Fonte: Netflix (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho pode-se ver que também é importante o uso de vídeos no ensino das crianças e adolescentes, eles estarão mais focados no assunto já que é algo que eles estão acostumados a usar, um modo de linguagem com essa tecnologia. Por isso, professores devem começar a utilizar mais esse método de ensino em suas aulas, oportunizando um aprendizado prazeroso e significativo. Ressalta-se que Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), aborda a importância para o desenvolvimento integral das habilidades e a exploração de experiências.

REFERÊNCIAS

ADOROCINEMA. **Filme Wall-e**. 2008. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-123734/> . Acesso em: 13 ago. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base. Brasília: MEC, 2017.

NETFLIX. **Filme Os sem-florestas**. 2015. Disponível em: <https://www.netflix.com/> . Acesso em: 10 out. 2021.

NETFLIX. **Filme The Lorax**. 2015. Disponível em: <https://www.netflix.com/> . Acesso em: 10 out. 2021.

INTRODUÇÃO

A observação, como o próprio nome já diz, é um meio de coletar dados enquanto se observa. Mas o que de fato é observar? Para realizar a observação é fundamental que o observador tenha um olhar atento, podendo usar diversos meios para a realização da observação, como a lupa, luneta, microscópio, máquina fotográfica e binóculo. Para Sarmento (2004 *apud* MENDES *et al*, 2012, p. 58) observar é algo mais que olhar, é captar significados diferentes através da visualização.

A partir do ato da observação, consegue-se perceber e entender melhor como as coisas a nossa volta funcionam, como os outros seres e não só os humanos ao nosso redor se relacionam, apreciamos detalhes de uma paisagem e podemos sempre aprender algo novo. O ato de observar uma excelente ferramenta pedagógica, pois contribui na formação do pensamento crítico, possibilita a formulação de teorias e contribui na aprendizagem.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo entender do que se trata o ato de observação e, colocá-la em prática. Procura também mostrar a validade desse método como uma estratégia de ensino de Ciências da Natureza.

REFERÊNCIAS

- COSTA, J. F. **Leitura à primeira-vista na formação do pianista colaborador a partir de uma abordagem qualitativa**. 2011. 277 f. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katalysis**, Florianópolis, v. 10, ed. esp., p. 37-45, 3 abr. 2007.
- MENDES, R.; CLEMENTE, F.; ROCHA, R.; DAMÁSIO, A. S. Observação como instrumento no processo de avaliação em Educação Física. **Exedra**, n. 6, p. 57-69, 2012.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, método exploratório, e tipo bibliográfica. Segundo Bresker & Stake (1992 *apud* COSTA, 2011, p. 26), a metodologia qualitativa tem seus primórdios no comportamento intuitivo e de sobrevivência dos povos primitivos, nos processos de observação, questionamento, interpretação e respeito à experiência dos antepassados, processos esses cujas regras foram sendo definidas com o passar do tempo até se tornarem ciências reconhecidas. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Lima e Mioto (2007), trata-se de um processo que envolve um movimento incansável de apreensão dos objetivos, leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico.

As acadêmicas tiveram a participação de uma criança de 9 anos, irmão de uma das acadêmicas, que foi autorizado por seus responsáveis a participar. A observação aconteceu na casa de uma das acadêmicas onde há uma floresta. Enquanto a acadêmica e o observador caminhavam pela floresta, o processo de observação acontecia. Também foi feita uma série de perguntas à criança. Não foram utilizados nenhum tipo de material como lupa, microscópio ou luneta. A acadêmica apenas utilizou a câmera de seu celular para fotografar partes da paisagem e as fotos foram todas sugeridas pela criança, que mostrava à acadêmica e explicava o que estava observando

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O observador Kaio se mostrou extremamente interessado e entretido durante todo o processo. Felizmente, o dia da observação foi quente e ensolarado, o que facilitou e melhorou toda a experiência. Respondeu à todas as perguntas com bastante entusiasmo e foi muito participativo.

Figura 1- Flores



Fonte: Bruna Emanuelli Mafra (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, de fato, Kaio é um bom observador. Durante as perguntas, não se limitou a responder simplesmente sim ou não, e observou coisas bem específicas, que nem mesmo a acadêmica havia percebido fazer parte do local. Podemos concluir que a observação é um método excelente para ser explorado tanto no ambiente escolar como em qualquer outro, com qualquer estudante e de qualquer faixa etária. Se planejado e aplicado de forma correta com os alunos, trará benefícios imensuráveis para os mesmos.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da importância da saída de campo para ensino de Ciências na escola, e a indicação de locais onde esta pode ser feita em Brusque - SC.

As saídas a campo podem ser aliadas ao planejamento dos professores, tornando as aulas mais dinâmicas. Elas podem realizadas em ambientes naturais ou fechados, com toda a segurança, proporcionando momentos únicos como descobertas, investigações e muita sabedoria (VIVEIRO; DINIZ, 2009). É a partir dessas saídas que os alunos interagem e se soltam mais com os colegas e professores.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é descrever locais onde os professores, junto com a escola, poderão proporcionar aos alunos a saída de campo em Brusque - SC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa faz o uso do método qualitativo, descritivo exploratório, que mostra o propósito de descobrir o que os estudantes têm em mente como sentimentos, sensações, motivações e razões que irão descobrir o caminho em determinado tempo, local e cultura, procurando explicações para os fenômenos, e não obtendo respostas significativas.

REFERÊNCIAS

RÁDIO CIDADE. SAMAE. Disponível em: https://rc.am.br/homes/page_noticia/id_49552/. Acesso em: 10 out. 2021.

RPPN CATARINENSES. **Foto da RPPN Chácara Edith**. Disponível: <http://rppncatarinense.org.br/?rppns=rppn-chacara-edith>. Acesso em: 10 out. 2021.

SAMAE. Foto da SAMAE Brusque. Disponível em: <https://www.samaebru.com.br/web/>. Acesso em: 10 out. 2021.

VIVEIRO, Alessandra Aparecida; DINIZ, Renato Eugênio da Silva. Atividades de campo no ensino das ciências e na educação ambiental: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar. **Ciência em Tela**, v.2 n. 1, 2009.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Existem alguns locais que podem ser explorados no ensino de Ciências na cidade de Brusque, mas aqui serão descritos apenas dois: o SAMAE e a RPPN Chácara Edith.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque (SAMAE) Santa Catarina (Figura 1). De forma prática e observatório, as crianças irão perceber e analisar a teoria ensinada em sala de aula e envolvem o lúdico para o ensino-aprendizagem. Contudo, as crianças entenderão como é o processo de tratamento da água e como é importante cuidar da água, não poluir e utilizá-la de forma consciente.

A Fundação Parque Ecológico Zoo Botânico de Brusque está localizada em Brusque, Santa Catarina,. Neste lugar encontramos animais de várias espécies e plantas que encontramos na região da cidade. Com a ludicidade, a criança irá entender por meio da observação, como os animais vivem, sua alimentação, tempo de vida e comportamento e as plantas, seu tamanho, locais onde podem estar localizados, suas cores. Respeitando e protegendo cada animal e planta. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Chácara Edith (Figura 2), encontra-se em Brusque, Santa Catarina Por meio de trilhas, os alunos conheceram melhor este lugar. Conhecendo este lugar as crianças entenderão a importância dessa biodiversidade de plantas, árvores e animais e a preservação dos mesmos e as ameaças de desmatamentos e caça ilegal. Conhecer a fauna e flora do nosso ambiente em

que vivemos e manter a preservação dela. Promover práticas de sustentabilidade para ajudar o meio ambiente.

Figura 1 - SAMAE.

Figura 2 - RPPN Chácara Edith



Fonte: SAMAE (2021).



Fonte: RPPN Catarinenses (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a saída de campo é uma forma excelente de estimular nas crianças a capacidade de observação, disponibilizando experiências com a saída de campo para os estudantes. Proporcionar compreensão da preservação do meio ambiente e animais, principalmente da nossa região. Trazer interesse para proteger e promover mudanças ao cuidar da água, animais e fauna e flora. Percebe-se que não somente em sala de aula se aprende, e sim em outros estabelecimentos proporcionado por grandes momentos no qual teremos aprendizados significativos para deixar marcado, frente a professora e escola. Disponibilizando lugares essenciais para contribuir aos estudantes de Brusque-SC.

INTRODUÇÃO

A alfabetização e o letramento se fazem cada vez mais presentes nas práticas pedagógicas. A heterogeneidade de conhecimentos e experiências das crianças são uma constante nos espaços formais de salas de aula. Assim sendo, cabe ao professor mediar a construção do conhecimento, oportunizando aos alunos, o contato com diferentes práticas de letramento, com atividades diversificadas que induzam o aluno a refletir, questionar, criar hipóteses e participar ativamente de forma independente, compreendendo o funcionamento da escrita alfabética. As diferenças de aprendizagens entre alunos da mesma idade são uma constante e cabendo ao professor diversificar as atividades de forma que favoreça a aprendizagem de todos os alunos. As práticas do professor alfabetizador devem possibilitar que os alunos sejam protagonistas no processo de aprendizagem, pois a aprendizagem compreende a construção de conceitos por parte do sujeito que aprende e não por uma recepção passiva de informações. Um ambiente propício a alfabetização demanda também de materiais diversificados e de qualidade, para que de fato, ocorra uma aprendizagem significativa e prazerosa, onde o contato com a leitura e a escrita acontecerão de forma natural e com sentido. Para alfabetizar, as atividades devem ser desenvolvidas dentro de uma proposta lúdica, interessante e envolvente e não apenas com textos. O importante é promover atividades diversificadas, que atendam o interesse de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem (BRASIL, 2008).

OBJETIVO

Investigar a atuação do professor em sala de aula atendendo as diferenças de aprendizagem dos alunos em idade de alfabetização.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa tem como base a abordagem qualitativa que atende as características apontadas por Bogdan e Biklen (2002, apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11- 13). Segundo os referidos autores: - “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador seu principal instrumento. Os problemas são estudados no ambiente em que eles ocorrem naturalmente.” Na coleta de dados foram entrevistadas 3 professoras alfabetizadoras que atuam na rede pública de Brusque. Foi aplicada uma entrevista semiestruturada com 5 perguntas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As professoras alfabetizadoras entrevistadas atuam na rede pública de Brusque e são formadas em Pedagogia respectivamente. As perguntas abordaram os seguintes assuntos: O que é um aluno alfabetizado; quais metodologias para que se tenha sucesso na alfabetização; os diferentes tipos de aprendizagens; a organização do ambiente em classes alfabetizadoras e o papel do professor alfabetizador. Quanto às metodologias as professoras relataram que utilizam jogos, matérias lúdicos, textos interessantes, teatros e músicas. Para atender aos diferentes tipos de aprendizagens, são desenvolvidas

atividades com graus de dificuldade diferenciadas para atender os alunos com maior ou menor dificuldade e atividades individuais. Quanto a organização do ambiente, relatam que este deve ser acolhedor, as crianças organizadas em círculos para uma maior interação, cartazes com alfabeto, livros, propiciando manipulação com materiais interativos. Quanto a função do professor alfabetizador é mediar a aprendizagem dos alunos, criando ambientes propícios a aprendizagem. Cabe ao professor “o papel de mediador e motivador da aprendizagem, sempre atento às possibilidades e limitações no processo de apropriação do conhecimento pela criança” (ANTUNES, 1999 apud BRASIL, 2012, p. 22)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alfabetizar ultrapassa ensinar a ler e a escrever, exige do professor o comprometimento em possibilitar aos alunos vivências do mundo letrado, a fim de compreendam o que se lê e se escreve, e usem essas habilidades em seu cotidiano. O professor possui o papel de mediar o conhecimento nas pluralidades de seus alunos. Como agente transformador, o professor deverá adequar suas práticas a fim de atender as diferentes aprendizagens. Ao repensar sua ação docente, oferecendo materiais potencialmente significativos e mediar o aluno no processo de construção do conhecimento, o professor atinge seu objetivo com sucesso. A escola junto aos seus profissionais criaram um ambiente que permite ao estudante ser protagonista da sua própria aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 4 ed. Porto, Pt: Ed. Porto, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação/SEB. Pró-Letramento: **Programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental**: Alfabetização e Linguagem. – ed. rev e ampl. incluindo SAEB/Prova Brasil matriz de referência/Secretaria de Educação Básica - Brasília: 2008. BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional - Brasília: MEC, SEB, 2012.

INTRODUÇÃO

O projeto de curricularização da extensão do segundo semestre de 2021 desenvolvido pelo curso de Pedagogia da UNIFEBE, se inspira no projeto internacional “Dois mundos, e uma rosa para Anita” que está clonando e plantando rosas de origem italiana nos lugares onde Anita Garibaldi deixou sua marca: Itália, Uruguai e Brasil, com o objetivo de homenageá-la. Trata-se de uma mulher símbolo de força feminina catarinense, reconhecida mundialmente como Heroína de dois mundos. Para execução do projeto foram estabelecidos dez grupos com atividades distintas. Este relato apresenta o processo de trabalho do grupo “Teatro de Fantoches”. O teatro de fantoches atua como artefato educativo lúdico, que incentiva o aprendizado e provoca questionamentos, instiga e aproxima os alunos no que se refere aos conteúdos abordados. (SILVA, 2011).

OBJETIVO

Desenvolver um teatro de fantoches com o tema de uma das histórias de vida da Anita Garibaldi

MATERIAIS E MÉTODOS

É uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo. Segundo Creswell (2014), a pesquisa qualitativa é um conjunto de práticas e uma abordagem que pressupõe que o significado dado ao fenômeno é mais importante que sua quantificação. No que se refere às atividades desenvolvidas, iniciaram-se no dia

18/10/2021 (segunda-feira) e encerraram no dia 29/10/2021 (sexta-feira) no campus da UNIFEBE, em Brusque, Santa Catarina. O grupo foi formado por 7 acadêmicas de Pedagogia e 1 professora do curso. Para realização da peça teatral de fantoches utilizamos materiais escolares como: cartolina, cola, tesoura, palitos de churrasco, EVA, TNT, fantoches prontos e fitas adesivas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para iniciar o processo de criação da peça teatral com os fantoches, optamos por dividir em etapas, começando pela elaboração de um contexto da história. Logo após a escolha dos personagens começamos a montar nosso roteiro e história conciliada às vivências de Anita Garibaldi, durante a primeira guerra em alto mar (representando Farroupilhas) e a guerra em Curitiba. Depois de organizar todo o roteiro e consolidar a história, demos início a elaboração dos cenários e objetos necessários para a peça teatral. Em seguida iniciamos os ajustes nas vestimentas dos fantoches para se encaixarem melhor em seus respectivos papéis e os ensaios para nosso dia de apresentação. A apresentação do seminário dos resultados foi em novembro. Durante todo o processo de construção do teatro de fantoches tivemos a oportunidade de nos aproximarmos mais a fundo na história de vida de Anita Garibaldi uma mulher que leva o título de Heroína de Dois Mundos por ser um símbolo de força, coragem e determinação. Conhecemos, por meio de pesquisas bibliográficas e da

ludicidade, todo o valor histórico e influencia positiva que ela trouxe e continua trazendo em diversos locais o mundo, fortalecendo assim cada vez mais sua representatividade cultural e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi desenvolver um teatro de fantoches encenando duas histórias de guerras que Anita Garibaldi fez parte. Sobre a temática, ressaltamos que a história da catarinense exerce influência cultural e histórica, como um elemento de herança social significativo para a região de origem de Anita Garibaldi e também para outros contextos nacionais e internacionais. No sentido metodológico, durante nosso processo de pesquisa e elaboração do teatro de fantoches conseguimos entender o quão importante é esta ferramenta de trabalho que pode ser utilizada junto à educação infantil e os anos iniciais. Para além do conteúdo delimitado, contribui não apenas para com os ambientes escolares, mas também para o desenvolvimento de aptidões pessoais. Conforme a BNCC (2018), a experiência artística multissensorial proporciona o estreitamento da relação com o outro, o desenvolvimento da criatividade coletiva e colaborativa, improvisações, atuações e encenações que ocorrem tanto pela interação entre atores e espectadores. (BRASIL, 2018, p.198). Por fim, a atividade agregou em muitos aspectos de nossa trajetória formativa, um importante elemento da profissionalidade docente.

REFERÊNCIAS

SILVA, Maria de Nazaré Marques da. **Teatro de fantoches**: uma atividade cênica como estratégia para aprendizagem no ensino infantil. 2011. 38 f. Monografia (Licenciatura em Artes Cênicas)— Universidade de Brasília, Cruzeiro do Sul-AC, 2011.
CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa** - Escolhendo entre cinco abordagens. Trad. Sandra Mallmann da Rosa. Porto Alegre (RS): Penso, 2014.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão do curso de pedagogia trabalhou tendo como referência o projeto “Dois mundos e uma rosa para Anita”, que criou uma rosa em laboratório em homenagem aos 200 anos da grande heroína Anita Garibaldi. Entre diversos locais do mundo, uma rosa foi plantada na Unifebe. Anita foi grande heroína catarinense que marcou a história do Brasil, Uruguai e Itália. Um desses momentos foi a Batalha de Curitiba, escolhida por um dos grupos do curso de trabalho para ser encenada em forma de teatro. A BNCC (2017) postula que o teatro é uma criação coletiva e colaborativa, através de práticas artísticas que podem se desenvolver a partir de jogos, encenações, improvisações, entre outros. A interação favorece a multiplicação de diversas experiências, assim como o desenvolvimento dos aspectos emocionais, corroborando, dessa forma, para aprendizagens significativas para os sujeitos envolvidos.

OBJETIVO

Apresentar a história de Anita Garibaldi a partir de uma encenação teatral.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo. A dimensão da pesquisa qualitativa é uma mistura de orientação de escolhas metodológicas, pois envolve múltiplas interpretações de eventos humanos estudados, além da singularidade de variações de abordagens (YIN, 2016). O

interesse desta pesquisa é a descrição do processo de desenvolvimento da peça teatral. A atividade foi idealizada durante o mês de outubro de 2021, tendo início com a palestra sobre Anita Garibaldi, no dia 18, havendo continuidade até o dia 27. O grupo teatral foi organizado por oito acadêmicas do curso de Pedagogia, dispondo de um professor orientador. Para o desenvolvimento do cenário, os principais materiais utilizados foram TNT, tintas, arara e biombo, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente houve a escolha da atividade proposta, e logo depois, foi organizada a formação do grupo do teatro. Com o grupo formado, inicialmente houve o levantamento de ideais para estar fazendo a encenação e a escrita do enredo, baseado no objeto de estudo apresentado durante toda essa semana de curricularização. Na sequência, o planejamento de como decorreria todo processo. Foram feitas pesquisas e observações sobre características da cena, como vestimenta, personagens e objetos necessários. Com o planejamento em mãos, a atividade encaminhou-se para a ação, de modo que todas criaram o cenário com pinturas, desenhos e tecidos. Por fim, o último passo foi a realização dos ensaios de todas as cenas, a fim de obter o melhor resultado do teatro. O processo de criação teatral envolveu um conjunto de ensinamento sociais e culturais. Destaca-se que o conhecimento adquirido sobre foi importante para a formação das acadêmicas, na constituição de elementos da profissionalidade docente.

Imagem 1 – grupo de trabalho



Fonte: arquivo das autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar a história de Anita Garibaldi a partir de uma encenação teatral. A vivência do teatro carrega experiências de múltiplas sensações artísticas que abrangem vários espaços e performances de sujeitos diferentes, o que corrobora para com o desenvolvimento de habilidades e competências para atuação profissional. O estudo sobre Anita Garibaldi resgata o conhecimento cultural catarinense daquele momento, e usar o teatro é uma forma de expressar emoções verídicas, com um método de aprendizado que se relaciona com as emoções, e que portanto, o torna mais significativo. Percebeu-se por fim, que a atividade construída é uma abordagem adequada de estudo e aprendizado não apenas para a aprendizagem, mas também sobre Anita Garibaldi, a heroína de dois mundos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.
YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2016. 3 p. ISBN 978-85-8429-083-3.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa caracteriza-se como um relato do Projeto da Curricularização da Extensão, prevista pelo CNE/CES na Resolução de nº 7 de 18 de dezembro de 2018, realizada pelas 1ª, 2ª e 4ª fase do Curso de Pedagogia no segundo semestre de 2021, que teve como inspiração a história de Anita Garibaldi através do projeto “Dois mundos e uma rosa para Anita”, que homenageia a guerrelhista catarinense que participou da Revolução Farroupilha, a Batalha de Curitibanos e da Batalha de Gianicolo, na Itália, entre outras, no Brasil e Uruguai. Assim ficou conhecida como “Heroína de Dois Mundos”. Para celebrar os 200 anos que completaria no ano de 2021, nasceu o referido projeto, originado na Itália. Em laboratório foram produzidas 200 rosas para serem espalhadas em diversos lugares do mundo por onde ela passou. Institucionalmente, o projeto foi organizado por grupos, tendo cada equipe uma atividade para desenvolver a partir de diferentes estratégias de ensino. Este grupo abordou a realização de uma trilha formativa, que ficou com o intuito de apresentar o objetivo de cada grupo e apresentá-los. Trilhas de aprendizagem são caminhos alternativos e flexíveis para promover o desenvolvimento de pessoas (FREITAS, 2002) e podem corroborar para com processos formativos mais contextualizados frente aos interesses dos sujeitos envolvidos.

OBJETIVO

Apresentar uma trilha formativa que evidencie a história e a importância da catarinense Anita Garibaldi na história mundial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
FREITAS, Isa Aparecida. Trilhas de desenvolvimento profissional: da teoria à prática. In: **Anais do 26º ENANPAD**. Salvador: ANPAD, 2002.
MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho possui método qualitativo e caráter descritivo. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Trata-se de uma atividade desenvolvida por 6 acadêmicas e 1 orientadora nas salas de aula da Unifebe, durante duas semanas do mês de outubro de 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quanto às etapas de desenvolvimento do projeto, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre Anita Garibaldi, e na sequência, o reconhecimento das atividades que seriam realizadas por todos os grupos através de visitas em todos os grupos responsáveis, pois este trabalho sintetizou todas as atividades dos grupos envolvidos no projeto. A trilha formativa é um método que trás importância para o desenvolvimento de uma atividade, já que organiza os conteúdos a serem trabalhados e também introduz o que será apresentado, ao mesmo tempo em que constrói conhecimento os temas em questão. Na sequência, a trilha começou a ser formulada, desde à sequência de apresentação ao enredo primeiramente, foi elaborada uma sequência dos grupos para serem apresentados. Posteriormente, foi criado um enredo para a apresentação, a partir de uma introdução. Para cada apresentação dos grupos, foram salientadas também sua importância metodológica, bem como o que foi abordado por cada um deles.

Figura 1 – desenvolvimento dos trabalhos



Fonte: Arquivo das autoras

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar uma trilha formativa que evidenciasse a história e a importância de Anita Garibaldi. Anita foi uma revolucionária, e além de guerrelheira, foi mãe e heroína. Anita é inspiração para todas nós. Aprofundar conhecimentos sobre a sua história em solos catarinense e internacionais, de maneira sistematizada por meio de uma trilha formativa, possibilitou-nos acreditar que somos capazes de qualquer coisa. Para o curso de Pedagogia, foi inspirador. Quanto ao material desenvolvido, a construção dos métodos de aprendizagem apresentados pelos grupos poderão ser utilizados em sala de aula com os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, a fim de ressaltar a representatividade histórica feminina e catarinense. A trilha formativa, neste sentido, pode evidenciar a importância de organizar o trabalho pedagógico. Além disso, o estudo contribuiu para desenvolvermos habilidades e competências profissionais e pessoais, conforme sugeridas pela BNCC (2018).

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da Curricularização da Extensão 2021.2 do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE, inspirado no projeto internacional “Dois Mundos e uma Rosa para Anita”. O trabalho diz respeito a vida de Anita Garibaldi, os momentos marcantes e sua luta pelos povos, representado em um curta metragem. Ao desenvolver este trabalho, pode-se promover para as crianças o conhecimento das problemáticas históricas daquela época, despertando interesse nos aspectos atitudinais, na imaginação, criatividade, narrativa, trabalho em equipe, atenção e respeito às diferenças. Segundo Fresquet (2013), o aluno, por meio do curta metragem, desenvolve a aprendizagem da prática que vai de encontro com a teoria, a partir de formas criativas em que seu aprendizado e experiências podem refletir individualmente ou no coletivo. É uma ferramenta audiovisual que pode valorizar a cultura e a história e que complementa a proposta pedagógica do professor em sala de aula.

OBJETIVO

Contextualizar a vida da revolucionária Anita Garibaldi a partir de um curta metragem desenvolvido pelas acadêmicas.

MATERIAIS E MÉTODOS

É uma pesquisa qualitativa, interessada nos sentidos da ação humana, pois, para Yin (2016) qualquer acontecimento da vida

real pode ser objeto de estudo. Possui também caráter descritivo, com o intuito de descrever uma realidade. As atividades ocorreram no mês de outubro de 2021 e envolveram a participação de sete acadêmicas do curso de Pedagogia e uma docente orientadora. Para contribuir com a aquisição de saberes, as atividades realizadas se iniciaram com a visita das acadêmicas até a cidade de Laguna – SC, cidade natal de Anita, onde visitaram lugares marcantes na trajetória de sua vida. Durante duas semanas as acadêmicas prepararam-se para a gravação do curta-metragem que aconteceu nos dias 25 e 27 de outubro. Junto à professora orientadora, as acadêmicas contaram com o apoio de uma equipe de cabeleireiros e maquiadores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para elaborar o curta metragem, o grupo decidiu apresentar cada acadêmica do grupo como sendo diferentes versões de Anita. Dessa forma, caracterizadas da personagem, cada acadêmica gravou uma fala descrevendo uma parte de sua vida: sua infância, a morte de seu pai, seu primeiro casamento, seu relacionamento com Giuseppe Garibaldi, as batalhas que participou, sua ida à Itália, sua morte e seus sete sepultamentos. Além disso, também ocorreu um momento em que as acadêmicas proclamaram características que identificam Anita. Por fim, recitaram também um poema. O curta foi apresentado para toda a instituição no dia 03 de novembro, junto às demais atividades que compõem o projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de contextualizar a vida da revolucionária Anita Garibaldi a partir de um curta metragem desenvolvido pelas acadêmicas. Conforme discutido na introdução, o curta metragem é uma ferramenta pedagógica que proporciona o contato com narrativas, histórias, vivências e tempos históricos importantes em relação à conjunturas locais, nacionais e internacionais, desenvolvendo habilidades socioculturais para aqueles envolvidos pela trama. No que se refere à história de Anita evidenciou-se a luta pelos povos, pela família e o papel representativo de uma revolucionária feminina e catarinense. Quanto ao aspectos formativos da docência, segundo a BNC (2019) as competências específicas dos cursos de formação de professores devem perpassar pelas dimensões de conhecimento, prática e engajamento profissional, o que foi percebido no decorrer desta atividade. O curta se caracterizou como um método inovador para o desenvolvimento de diversas aptidões das acadêmicas, contribuindo consideravelmente no aprimoramento de conhecimentos sociais e culturais que fazem parte da história da guerreira Anita, bem como para a o aperfeiçoamento da oralidade e da desenvoltura. Além disso, foram duas semanas de muito aprendizado, e também, descontração.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Resolução n. 2/2019, de 20 de dezembro de 2019.
- FRESQUET, Adriana. Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2016. 3 p. ISBN 978-85-8429-083-3.

AS SAÍDAS A CAMPO COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

Daiana Regina Cavilha, Samanta Vieira, Tamilly Roedel

tamily.roedel@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

De acordo com Reis *et al.* (2017), as saídas de campo são estratégias de ensino importantes para a formação de estudantes dos diferentes níveis de ensino. Aguiar (2016) apresenta que esta estratégia ganha importância ao permitir a integração de saberes onde o aluno pode descobrir/aprender novos dados e relacionar com os conhecimentos já aprendidos. A sistematização também é importante, organizando as informações e registros que devem ser realizados. Também é importante ocorrer a divulgação dos dados coletados, fotos e anotações da saída a campo, podendo até acontecer por meio de apresentações ou painéis.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é conhecer e entender a importância da saída de campo para as crianças na disciplina de Ciências Naturais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo tem uma abordagem de natureza qualitativa, de método exploratório e descritivo, de tipo bibliográfico e estudo de caso, pois o intuito é descrever sobre as saídas a campo com foco na disciplina de Ciências Naturais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. D. B. **A pertinência da saída de campo no processo de aprendizagem de História e Geografia**. 2016. Acesso em: 26 set. 2021.
PORTAL BRUSQUE. Foto do Parque Zoobotânico. Disponível: <https://portal.brusque.sc.gov.br/fundacao/parque-zoobotanico/>. Acesso em: 10 out.2021.
REIS, E. F., *et al.* Saídas a Campo: Possibilidades de Ensino e Aprendizagem em Ambiente Não Formal. **Ciência em Tela**, n. 1, v. 10, 2017.
RPPN CATARINENSES. Foto da RPPN Chácara Edith. Disponível: <http://rppncatarinense.org.br/?rppns=rppn-chacara-edith>. Acesso em: 10 out.2021.
VIVEIRO, A. A.; DINIZ, R. E. S. Atividades de campo no ensino das ciências e na educação ambiental: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar. **Ciência em Tela**, n. 1, v. 2, 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Viveiro e Diniz (2009) apresentam que uma saída de campo proporciona além do ensino aprendizagem, uma relação entre o professor e o aluno, contribuindo um convívio decorrente da experiência em comum e da convivência agradável entre os dois. A cidade de Brusque - SC, possui alguns lugares onde é possível fazer uma saída a campo, são eles:

- Parque Zoobotânico: localizado no bairro Centro, mas em meio a mata nativa, estão inseridos recintos de exposição de fauna, expondo desde répteis, aves e mamíferos naturais desta região (Figura 1).

Figura 1 - Zoobotânico.



Fonte: Portal Brusque (2021).

- Chácara Edith: Reserva Particular do Patrimônio Natural de Brusque. Está localizada bem no centro da cidade. O espaço recebe semanalmente a visita de estudantes e pesquisadores

que podem conferir a diversidade da fauna e da flora em uma ampla área de preservação da Mata Atlântica (Figura 2).

Figura 2 - RPPN Chácara Edith.



Fonte: RPPN Catarinenses (2021).

Compiani e Carneiro (1993 *apud* AGUIAR, 2016), ressaltam que as saídas de campo incentivam o espírito de colaboração e interajuda entre alunos e também é importante para a aprendizagem de novos conceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com todas as informações apresentadas acima, podemos perceber o quanto é importante, enriquecedor e valioso para a criança as saídas a campo, pois é através dela que a criança sai da teoria da sala de aula e parte para a prática, aprendendo de uma forma leve e eficaz.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta os resultados do Projeto de Curricularização da Extensão 2021.1. Participaram os Cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Educação Física e Pedagogia. A extensão tem por base a formação da missão e visão da UNIFEDE, desenvolver seres humanos comprometidos com a qualidade de vida e atuar na produção e difusão do conhecimento para o bem comum.

O projeto foi desenvolvido na Comunidade Bethânia em São João Batista, um recanto que tem como principal missão restaurar dependentes químicos, portadores do vírus HIV e demais pessoas marginalizadas pela sociedade. Em outubro de 1995, Pe. Léo Padre Léo Tarcísio Gonçalves Pereira fundou o 1º recanto na Comunidade Bethânia, em São João Batista. Hoje conta com oito casas espalhadas pelo Brasil. Integra a comunidade o Centro Educacional Juscélia (CEJU) que atende crianças da Educação Infantil ao 5º ano, para quem será feito o Jogo.

OBJETIVO

Criar Board Game, um jogo de tabuleiro, com ambientação desenhos, imagens e escrita da própria comunidade, contemplando ações do projeto de sustentabilidade para as crianças do Ensino fundamental, anos iniciais, do Centro Educacional CEJU.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Base Nacional Comum Curricular, MEC, Brasília, 2017.
MACEDO, Lino. **Jogos, Psicologia e Educação**, Casa do Psicólogo SP. 2009.
PEIXE, Marcia, Acolher é Nossa Missão **Revista Viver Bethânia**, Nº 29 Outubro/novembro 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

Board Game é um jogo de tabuleiro para Crianças do Centro Educacional CEJU. As acadêmicas primeiramente in loco conheceram a comunidade para utilizar imagens, desenhos e escrita que fazem parte do ambiente da comunidade e contemplam ações de sustentabilidade e valorização dos espaços, o jogo foi denominado Fazendinha.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os jogos de tabuleiro são sempre uma boa opção para diversão em grupo. Segundo a BNCC, os jogos além do caráter lúdico e divertido desenvolvem habilidades que vão além do entretenimento, envolvendo aspectos sociais, cognitivos e afetivos.

O Jogo é social por estimular os alunos a se relacionarem entre si durante a partida e evidenciar a importância das regras sociais. Na área afetiva se desenvolve no respeito a vez do colega jogar durante a partida, bem como no saber ganhar e saber perder, uma prática inerente ao jogo. Para o cognitivo desenvolvem-se nas habilidades de raciocínio, comunicação, liderança, concentração e negociação competências importantes para o sujeito em formação.

Eles devem ser escolhidos de acordo com os objetivos didáticos. Os jogos de tabuleiro trabalhados em sala podem despertar o interesse pelos desafios e curiosidades presentes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para trabalhar efetivamente com o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, é necessário ter critérios bem definidos na hora de escolher e selecionar os jogos para se trabalhar em sala de aula.

Para Macedo (2009) O jogo é completo no sentido de que ele implica disciplina, hábitos, valores, atitudes, domínio de habilidades, competências e principalmente implica que você seja protagonista e responsável pelas suas próprias ações.

Os Jogos além de serem divertidos, ajudam na comunicação, Interação social e, é um excelente exercício para fortalecer a paciência e o respeito.

INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização e letramento da EJA deve ser o principal objetivo da ação docente. Nesse processo o aluno precisa construir conhecimentos, ou seja, além de compreender a forma gráfica precisa também compreender os significados da escrita, o que ela representa socialmente, no caso o letramento. “Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno” (SOARES, 2003, *apud* MILITÃO, 2013, p.239). A proposta visa conhecer e desenvolver atividades para a Educação de Jovens e Adultos, modalidade que compreende esses sujeitos que não concluíram sua escolarização na idade adequada, com aporte na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Cabe destacar que essa modalidade de ensino tem como objetivo valorizar a bagagem desses sujeitos e as aprendizagens e experiências já vivenciadas durante sua trajetória de vida, avançando em novas formas de se relacionar com o mundo, numa possibilidade de novas construções e do pleno exercício da cidadania. Ressalta-se que cada atividade buscou proporcionar o estímulo, a criatividade, a imaginação, a autonomia e a interação com abordagem lúdica, apropriada à faixa etária. De acordo com MAUS (2010, p.10) [...] o lúdico possibilita: aprendermos mais efetivamente por meio de desafios, sendo uma maneira produtiva de se construir o

conhecimento, o desafio de se trabalhar através da cooperação e, o lúdico também como um instigador da interdisciplinaridade [...].

OBJETIVO

Conhecer e desenvolver propostas pedagógicas interdisciplinares, lúdicas e com base no contexto social do aluno para a Educação de Jovens e Adultos com ênfase nas áreas do conhecimento das Linguagens, mais especificamente em Língua Portuguesa e na área da Matemática.

MÉTODOS

Esta pesquisa é de caráter bibliográfico, bem como de campo. Foi desenvolvida uma apostila de atividades interdisciplinares, de base lúdica e contextual aplicadas de forma remota, devido a, por meio de vídeos tutoriais e outros recursos tecnológicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades foram construídas com base no componente curricular de Língua Portuguesa e na área da Matemática, nas elaboradas de modo interdisciplinar. Cada atividade buscou proporcionar o estímulo, a criatividade, a imaginação, a autonomia e a interação com abordagem lúdica, apropriada à faixa etária. Com isso, de seis alunos, recebeu-se a devolutiva somente de dois, o que dificulta uma análise total desse segmento educacional. Sendo assim, as alunas que realizaram as atividades, em uma delas destaca-se que fez

todas propostas com êxito, acertando todas as propostas de Matemática e Língua Portuguesa, organizadas de maneira interdisciplinar. Já da outra aluna, observou-se que realizou a atividade com autonomia, mas que teve dificuldade na proposta de matemática referente ao dobro, pois não a realizou. Observou-se que estas alunas realizaram com autonomia a proposta, um dos objetivos do Plano de Ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se a importância de uma prática pedagógica, em qualquer segmento educacional, pautada em planejamento abordado de forma interdisciplinar, lúdica e com base no contexto sociocultural dos alunos, e que venha ao encontro do documento normativo, BNCC (2017). Conclui-se que a EJA é de extrema importância para a sociedade brasileira, pois esse campo educacional possibilita que todos tenham acesso à educação, à cultura, a informações, ao exercício da cidadania, das quais foram privados, entre outras importantíssimas possibilidades. Ressalta-se a importância do docente neste processo, pois para que a aprendizagem desses jovens/adultos seja eficaz e de qualidade, os docentes devem ter uma concepção de educação que atenda esta modalidade e por isso a importância de conhecer a trajetória histórica da EJA, sua função social, e a formação docente deve ser constante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

MILITÃO, Giselda Moraes de Alencar. **Alfabetização e Letramento: As Práticas de Leitura com Recurso para a Alfabetização**. 2013. Disponível em:

http://www.uel.br/eventos/sepech/argtxt/ARTIGOSANAIS_SEPECH/giseldamamilitao.pdf Acesso em: 01 Set. 2021

MAUS, C.R. **O lúdico e a interdisciplinaridade em sala de aula**. 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35689/000815777.pdf?sequence=1>

Acesso em: 24 JUN. 2021

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino voltada para jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada e que oferece todos os níveis da Educação Básica para os mesmos.

Cavalcante e Alcântara (2009) citam que os alunos da EJA trazem consigo uma visão de mundo influenciada por seus traços culturais e por sua vivência social, familiar e profissional, trazendo experiências e vivências consigo. Logo, é importante que o professor leve em conta esta bagagem do aluno.

O EJA conta também com a BNCC (2017), onde juntamente com os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. 2017** p.35-42,
ALCÂNTARA, Dhierclay de Souza; CAVALCANTE, Ilare Ferreira. Formação de Leitores: O Ensino da Língua Portuguesa em Turmas de EJA. **Holos**. Natal. n. 1, v. 2, p. 136-142, 2009.

Com foco em valorizar as experiências de vida de cada aluno, é necessário buscar formas lúdicas e criativas para propiciar o aprendizado através de propostas com a temática do Sistema Monetário, envolvendo as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, despertando o interesse de todos os alunos que buscam a oportunidade de alfabetizar-se tornando-se um indivíduo atuante na sociedade.

OBJETIVO

Conhecer e valorizar as vivências de cada indivíduo, tendo em vista a contribuição para o desenvolvimento do aluno na EJA, explorando-as através das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo assume uma abordagem de natureza qualitativa pois o intuito é descrever a experiência dos alunos da EJA com atividades relacionadas ao Sistema Monetário, inserindo suas particularidades e vivências para contribuir em seu aprendizado.

As atividades foram aplicadas em sala de aula com a professora regente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da oportunidade de utilizar o tema Sistema Monetário, contextualizamos de maneira didática e autônoma as diversas formas de explorar o assunto, envolvendo ações praticadas pelos alunos no dia a dia, aproximando as vivências da sala de aula com a sua realidade..

Apesar de receber apenas devolutivas de uma aluna, pelo contexto da pandemia e a frequência de poucos alunos na escola, observamos que a aluna teve um ótimo aproveitamento, errando apenas uma questão,. Buscamos desenvolver atividades significativas para o aluno, que estivessem inseridas em seu cotidiano desenvolvendo então, sobre tudo, sua autonomia e resolução de problemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo era que o aluno aprendesse de forma prática, com situações simuladas do dia a dia e tivemos êxito.

Tivemos cuidado na escolha de cada plano de ensino, pois não queríamos algo sem sentido. Buscamos atividades que estivessem inseridas no contexto do cotidiano, onde o aluno pudesse aprender de maneira prática e associando as questões com situações que ocorrem no seu dia a dia, priorizando seu protagonismo durante esse processo.

INTRODUÇÃO

O Ensino Fundamental I é a segunda etapa da educação básica, organizado do 1º ao 5º ano, dado início aos seis anos de idade, estabelecido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases). Em janeiro de 2006, foi aprovada a lei nº 144/2005 pelo Senado Federal, que estabelecia a duração de 9 anos para o Ensino Fundamental, onde passava a ser obrigatória a matrícula a partir dos 6 anos de idade. O Plano Nacional da Educação (PNE) ressalta a importância da entrada da criança aos seis anos de idade no Ensino Fundamental, sendo capaz de ser incluída e ter maiores oportunidades no processo de aprendizagem e garantindo o progresso nos estudos, atingindo um maior nível de escolaridade. O ingresso no Ensino Fundamental deve ser uma continuidade do que foi aplicado na Educação Infantil. A LDB define como objetivo ao Ensino Fundamental a Formação Básica do Cidadão. Na área de Linguagens, no componente Língua Portuguesa, a BNCC apresenta quatro eixos temáticos, que são os conteúdos a serem aplicados no decorrer do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), auxiliando os professores nos planejamentos de suas aulas, sendo eles: Oralidade, Análise Linguística/Semiótica, Leitura/Escuta, Produção de Textos. No componente curricular Matemática, a BNCC (2017) nos apresenta cinco unidades temáticas, sendo elas: Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas, e

Probabilidade e Estatística. Cada uma dessas unidades tem por objetivo principal o total desenvolvimento dos alunos, pois as unidades estão relacionadas entre si, buscando garantir as habilidades que serão desenvolvidas ao longo do Ensino Fundamental.

OBJETIVO

Realizar o planejamento visando o desenvolvimento integral do aluno, como protagonista da sua aprendizagem, seguindo as normas apresentadas na Base Nacional Comum Curricular, no Currículo Base do Território Catarinense e na Proposta da Rede Municipal do Município de Brusque.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada no presente trabalho foi uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo. Afim de analisar os planos de ações desenvolvidos e aplicados em sala de aula, dos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática, aplicados de forma remota com a mediação da professora regente da turma.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os planos tinham como principal objetivo o desenvolvimento integral do aluno seguindo as normas da BNCC (2017). As atividades foram disponibilizadas de forma facilitadora que

não exigissem o que o aluno poderia não ter em casa, elas não necessitavam de recursos muito elaborados para produzi-las, foram disponibilizadas no grupo do Whatsapp, na plataforma Moodle e de forma impressa, sendo retiradas na escola. A sala do 5º ano A é composta por 20 alunos e a sala do 5º ano B por 21 alunos, de modo geral tivemos a devolutiva de 19 alunos no componente curricular Matemática e 07 alunos no componente curricular Língua Portuguesa. Todo o desenvolvimento e aplicação dos planos tiveram como norte a Base Nacional Comum Curricular. Analisando as devolutivas recebidas, podemos concluir que as metas e objetivos foram alcançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Planos de Ação foram elaborados de acordo com as Unidades Temáticas apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (2017) para os componentes Língua Portuguesa e Matemática e com o planejamento da professora regente das duas turmas. Outros documentos responsáveis por nortear o atual trabalho foram o Currículo Base do Território Catarinense e a Proposta da Rede Municipal do Município de Brusque, tais documentos nos proporcionam um entendimento mais claro sobre o que se deve aplicar e os objetivos que devemos alcançar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 25 de agosto de 2021.

BRASIL. Lei 144/2005, de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/5425-sp-1462309993>. Acesso em 8 de julho de 2021.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular o Ensino Fundamental é a etapa mais longa da Educação Básica. Nesta fase é vivida uma grande mudança na vida das crianças, quando falamos no processo de desenvolvimento, que reflete no relacionamento com ela própria e tudo que está ao seu redor.

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo [...] (BRASIL, 2017, p. 57).

Nosso foco é levar para os alunos e colocar em prática os objetivos e habilidades da BNCC de forma lúdica e compreensível

OBJETIVO

Desenvolver de forma lúdica a autonomia do aluno, através de teorias e práticas, a fim de que ele se torne protagonista do seu processo de ensino/aprendizagem. As atividades foram encaminhadas para as crianças através do WhatsApp e apresentadas por meio de vídeos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo assume uma abordagem de natureza qualitativa pois o intuito é descrever a experiência dos alunos do Ensino Fundamental com atividades de Língua Portuguesa e Matemática, utilizando os temas Grandezas e Medidas e Fábulas.

As atividades foram aplicadas em sala de aula pela professora regente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Contextualizamos de maneira didática e autônoma as diversas formas de explorar os temas Grandezas e Medidas e Fábulas, colocando a prática em diversas atividades para levar a ideia do aprender brincando. Observamos através das devolutivas que todos os alunos tiveram interesse e demonstraram empolgação e a grande maioria realizou com êxito as atividades propostas. Desenvolvendo sobre tudo, sua autonomia sem perder a ludicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivo era levar a ludicidade e o protagonismo para as crianças. Em Matemática, buscamos levar atividades práticas para que elas pudessem entender como funcionam as medidas fora do papel, tendo autonomia para realizar a atividade e aprender se divertindo. Em Língua Portuguesa, apesar de menos práticas, tivemos a oportunidade de levar para eles atividades lúdicas, proporcionando compreensão de temas comuns do dia a dia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.**, 2017, p.57.

HISTÓRIA EM QUADRINHOS DE ANITA GARIBALDI: uma heroína de todos os tempos

Hellen Andrietti Juncks, Leticia de Souza, Miriam Borges Alles, Cristiana do Nascimento Batista, Daiane Hasse da Luz, Sara Ketlen Fries Odorissi, Giselly C. M. Brandalise, Fernanda Germani de Oliveira Chiaratti, Eliane Kormann
pedagogia@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Esta atividade é parte do projeto da Curricularização da Extensão 2021.2 do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário de Brusque- UNIFEBE. O trabalho possui como tema o projeto internacional "Dois Mundos e uma Rosa para Anita", com o intuito de plantar em diversos locais do mundo rosas em homenagem à Anita Garibaldi, incluindo o Campus da UNIFEBE, uma ação que representa os 200 anos que completaria em 2021. Atribui importância à sua coragem nas batalhas em que participou para defender os ideais republicanos, na Itália, no Brasil e no Uruguai, eternizando-a como a heroína de dois mundos. Com isso, um dos grupos do projeto fez uma história em quadrinhos sobre sua vida. Trata-se de uma ferramenta pedagógica e interativa que tem atraído a atenção de crianças e jovens e tem sido ponto de partida para a formação de muitos leitores. É um material que possui circulação significativa social (MARTINS, 2004). A história em quadrinhos estimula visualmente o desenvolvimento de habilidades de leitura e promove imaginação e curiosidade nos leitores.

OBJETIVO

Desenvolver uma história em quadrinhos sobre as vivências de guerra da revolucionária Anita Garibaldi.

MATERIAIS E MÉTODOS

REFERÊNCIAS

MARTINS, Silvane Aparecida de Freitas. Histórias em Quadrinhos: Um convite Para a iniciação do leitor. In: I SIMPÓSIO CIENTÍFICO-CULTURAL, 2004. **Anais**. Paranaíba: UEMS, 2004.
GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995B.
SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2000.

Para esse trabalho foi realizado uma pesquisa do tipo qualitativa, de caráter descritivo. A pesquisa qualitativa está interessada no processo e no significado, ou seja, o principal objetivo é interpretar e elucidar o fenômeno relacionado ao objeto de estudo (GODOY, 1995B, SILVA; MENEZES, 2005). Segundo Silva e Menezes (2000, p.21), "a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis". Sobre a atividade, seis acadêmicas e uma professora orientadora se reuniram durante duas semanas do mês de outubro em 2021. Para o desenvolvimento da atividade, ocorreram pesquisas bibliográficas e a utilização dos aplicativos Word e Canva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para elaborar a história em quadrinho (HQ) as acadêmicas se reuniram para transcrever a história de Anita, que teve como referência fatos reconhecidos através de uma viagem até Laguna- SC, sua cidade natal. Assim, foi montado um livreto de história em quadrinhos sobre toda a sua vida por seis acadêmicas e uma docente do curso de Pedagogia. As acadêmicas se reuniram em grupos, dividindo algumas partes para a montagem, o layout e o desenvolvimento da história de Anita. A história foi apresentada a partir da narrativa de um menino e de seus amigos que contam as histórias de Anita para sua mãe.

Figura 1 e Imagem 1 – História em quadrinhos e equipe em desenvolvimento do trabalho



Fonte: Arquivo das autoras

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi desenvolver uma história em quadrinhos sobre as vivências de guerra da revolucionária Anita Garibaldi. As principais contribuições no desenvolvimento deste trabalho foram o reconhecimento da história de Anita Garibaldi, bem como o desenvolvimento de habilidades e competências de criatividade e computacionais para as acadêmicas em formação, contribuindo para com o processo formativo.

INTRODUÇÃO

Através do processo lúdico a criança aprende brincando, consultando, investigando, utilizando sua criatividade para solucionar suas dificuldades. A Base Nacional Comum Curricular - BNCC, documento norteador da educação infantil, afirma que a criança, por intermédio do brincar faz suas descobertas (BRASIL, 2018).

O brincar faz parte do desenvolvimento saudável da criança. Mostra a forma como a criança organiza sua realidade e lida com suas possibilidades, limitações e conflitos. Também introduz a criança de forma gradativa, prazerosa e eficiente no universo cultural.

OBJETIVO

O objetivo geral deste trabalho é apresentar um jogo sobre o oceano, e utilizá-lo como estratégia de ensino de Ciências da Natureza.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho tem uma abordagem qualitativa e método descritivo.

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

Para a construção do jogo, fez-se o uso de tampinhas de requeijão e fotos dos animais marinhos e dos poluentes do oceano, foi confeccionado o jogo da memória. Produzido de forma manual fazendo o uso de materiais recicláveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Jogo de memória sobre os Oceanos é apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Jogo de Memória



Fonte: As autoras (2021).

Estabelece-se a partir da ludicidade, uma conscientização necessária sobre o meio ambiente e sua importância, assim como, os perigos e os desastres que acontecem quando não há o devido cuidado com o ambiente no qual se vive. Os seres vivos fazem parte do planeta e constituem uma troca com o ambiente, faz-se o uso do ambiente, em relação aos animais marinhos, o mar é onde se vivem, onde fazem moradia e para que aconteça a evolução e crescimento das espécies marinhas é necessário preservar o mar, vale atitudes simples como o descarte correto do lixo, para que não chegue resíduos no oceano, ou seja, deve-se zelar e cuidar para que os animais e os seres humanos vivam em harmonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jogos permitem uma melhor interação entre as crianças e contribuem para a construção de novas relações sociais que zelam pelo respeito e atenção às necessidades e anseios do outro.

Ao utilizar as atividades lúdicas como instrumento facilitador no desenvolvimento e aprendizagem da criança, proporciona-se para as mesmas, um momento prazeroso e rico no decorrer do seu processo de desenvolvimento e da sua aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Utilizar os jogos e as brincadeiras na educação proporcionam à criança uma aproximação da realidade com a aprendizagem significativa, os quais a auxiliam nas relações cognitivas, afetivas, sociais e motoras. “Por meio de brincadeiras é que a criança estabelece relações entre o mundo e o mundo externo” (ORTEGA, SOUSA, JESUS, 2017, p. 65). O uso da ludicidade como instrumento pedagógico tem várias aplicabilidades, seja no âmbito socioemocional quanto cognitivo na construção de competências e habilidades de ambas as dimensões.

OBJETIVO

Vivenciar os jogos e brincadeiras nos Anos Iniciais na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como ferramentas na construção de competências e habilidades para uma aprendizagem significativa.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Quanto aos procedimentos e métodos caracteriza-se como bibliográfica e estudo de campo.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA; SANTOS. SOBRINHO. Jogos e brincadeiras: a importância do brincar e do jogar nos anos iniciais do ensino fundamental. Rio Grande do Norte, 2017.
- ORTEGA, L. V. N.; SOUSA, T. P.; JESUS, A. **Jogos e brincadeiras no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil**. 2017. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/jogos-e-brincadeiras-no-processo-de-ensino-aprendizagem-na-educacao-infantil--2>
- NOVAK, Joseph. D.; GOWIN, D. B. **Aprender a aprender**. Tradução para o português de Carla Valadares do original Learning how to learn. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 1996.
- SILVESTRE, F. M.; FERREIRA, R. V. J.; ARAÚJO, C. De A. **O papel da brincadeira no ensino fundamental pelo olhar das crianças**. 2010. Disponível em: https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2010/19_PEDAGOGIA_opapeldabrincadeira.pdf

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a aplicação de jogos e brincadeiras que proporcionassem autonomia, interesse, entretenimento, emoções, aprendizagem e o desenvolvimento de competências, é possível afirmar que são ferramentas pedagógicas que promovem a aprendizagem de maneira prazerosa, prática e eficaz. Os resultados foram positivos e desvelaram que os jogos e brincadeiras são de extrema importância para uma aprendizagem significativa.

[...] Os jogos e as brincadeiras tão presentes no ensino infantil tornam-se elementos poucos explorados no ensino fundamental. É necessário considerarmos que estes deixaram de ser um simples ato de brincar, mas uma ferramenta didática que possibilita trabalhar diversas competências, sendo elementos importantes para o ensino fundamental, especificamente para os anos iniciais (BARBOSA, SANTOS SOBRINHO, 2017, p. 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ludicidade deve fazer parte do processo de ensino-aprendizagem. Quando a consideramos uma ferramenta pedagógica, brincadeiras e jogos devem ser exploradas no ambiente escolar, pois proporcionam o aprendizado de

forma significativa possibilitando o protagonismo do aluno. A construção de competências e habilidades são inúmeras, como: a resolução dos problemas que o próprio jogo apresenta; o desenvolvimento o jogo simbólico na construção da criatividade e imaginação; o trabalho em equipe; a empatia; aspectos fundamentais para o desenvolvimento integral do educando.

Silvestre *et al.* (2010) defendem o uso da ludicidade nos anos iniciais, pois promove a inserção do indivíduo em um espaço no qual pode manifestar-se livremente, diversificando conhecimentos e situações vivenciadas por ele, experimentando e criando novas experiências, o que podemos definir como aprendizagem significativa. Nesse cenário, o aluno é o protagonista da sua aprendizagem, tendo o docente que oportunizar para que ele manifeste suas ideias, acolhendo o seu contexto e os seus saberes. Aprendizagem significativa é a interação entre o cognitivo e as novas informações, ou seja, são as conexões entre os saberes do aluno, seu processo cognoscente e o escolar. Para Novak e Gowin (1996, p.21), “a aprendizagem significativa subjaz à integração construtiva entre pensamento, sentimento e ação, que conduz ao engrandecimento humano”.

INTRODUÇÃO

O patrimônio histórico cultural representa a importância para o contexto histórico e cultural na sociedade. Sendo assim, conforme Melo e Cardozo (2015, p. 1063) pode-se compreender patrimônio histórico cultural os bens materiais ou imateriais que com o passar do tempo foram produzidos pela cultura de uma sociedade e relaciona-se significativamente com as relações sociais formadas durante a vida, bem como, com a ação das pessoas na sociedade. Além disso, destaca-se a importância de promover a Educação Patrimonial que direciona o processo de ensino aprendizagem para o patrimônio histórico como fonte de pesquisa, para que o aluno possa desenvolver o conhecimento, por meio de sua experiência, bem como, construa sentido para si e para o meio social em que está inserido, valorizando e apropriando-se de sua cultura,

OBJETIVO

Analisar os conteúdos do patrimônio histórico cultural, bem como, reconhecer sua importância social e cultural para a sociedade, incentivando a aprendizagem para valorizar e preservar o patrimônio histórico cultural.

MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto Laboratório do Patrimônio Histórico Cultural fundamenta-se em pesquisa e aplicação de questionário com dez perguntas de caráter qualitativo, sendo uma pergunta descritiva para que o aluno possa expressar seu entendimento sobre a importância do patrimônio histórico cultural para o

conhecimento e a sociedade. Sendo assim, o questionário foi aplicado para 20 alunos do ensino médio do Colégio UNIFEBE, bem como, a mediação realizou-se por meio da ferramenta online do google meet acompanhado pelo professor e alunos da turma.

O questionário foi elaborado por meio do google formulários que permite que ao aluno assinalar suas respostas e registrar seus comentários sem ser identificado. Além disso, destaca-se que o desenvolvimento de perguntas para aplicação de um questionário potencializa a fundamentação do nosso projeto, articulando e analisando os conhecimentos dos estudantes para corroborar com a temática referente ao patrimônio histórico cultural, relacionando ao contexto cultural de sua comunidade, reconhecendo a importância para a região e compreender os aspectos históricos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sendo assim, ao analisar as respostas obtidas no questionário aplicado, destaca-se que os alunos responderam de forma coerente e compreensível referente ao seu entendimento, nesse sentido, observa-se que as respostas demonstram dados que a maior porcentagem de acertos está realmente na alternativa correta, contudo, evidencia-se que alguns alunos também expressam que desconheçam a informação apresentada na formulação da pergunta, bem como, alguns alunos também assinalam outras alternativas. Entretanto, faz-se importante destacar que o questionário desenvolveu-se para agregar ao fundamento de nosso projeto Laboratório do Patrimônio Histórico Cultural e além disso, especialmente possibilitar

conhecimento para que o aluno possa refletir sobre a temática, incentivando a aprendizagem para valorizar e reconhecer a importância para a sociedade.

Demonstração dos dados obtidos no questionário da pergunta 2 “qual a importância de se preservar o patrimônio histórico?”.

2) Qual a importância de se preservar o patrimônio histórico?
20 respostas



Fonte: Pesquisa realizada no Google Formulários (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender o estudo ao Patrimônio Histórico Cultural considera-se a importância significativa para o contexto cultural presente na sociedade, para a valorização da identidade que expressa a cultura de um povo, bem como, reconhecer e valorizar a herança das gerações passadas que nos dias de hoje constituem os importantes fatos, transformações e evoluções, bem como, compreende-se a educação patrimonial como incentivo para o educando a conhecer os patrimônios históricos culturais como forma de valorizar sua cultura e especialmente sua região, assim como, que possam compreender os patrimônios histórico culturais como representação de outras sociedades e culturas, cuidando e preservando coletivamente de forma responsável.

REFERÊNCIAS

MELO, Alessandro. CARDOZO, Poliana F. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-01059.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma entrevista realizada pelos acadêmicos do curso de Pedagogia para a disciplina de Geografia, sobre metodologias, ferramentas e a didática utilizada pelos professores entrevistados dentro da sala de aula. Considerando que elas possuem grande influência sobre a aprendizagem dos docentes.

OBJETIVO

Analisar as metodologias e didáticas utilizadas e a importância dentro da sala de aula para uma aprendizagem significativa.

MATERIAIS E MÉTODOS

Usamos como instrumento de coleta de dados um questionário, com 8 perguntas. O mesmo foi aplicado com um professor que atua na cidade de Nova Trento com turmas do Ensino Fundamental. Após a coleta de dados, as respostas foram analisadas e fundamentadas a partir de pesquisas bibliográficas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
CASTOLDI, R.; POLINARSKI, C. A. **A utilização de Recursos didático pedagógicos na motivação da aprendizagem**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 1, Ponta Grossa, 2009. Anais do I SINECT. Disponível em: <http://www.quimica.ufpr.br/eduquim/eneq2008/resumos/R0519-1.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir disso, podemos concluir que a inovação dentro da sala de aula deve estar sempre presente, tanto nos recursos, ferramentas e metodologias, é importante que o professor observe as características da turma para desenvolver seu planejamento e estabelecer seus objetivos. [...] com a utilização de recursos didático-pedagógicos, pensa-se em preencher as lacunas que o ensino tradicional geralmente deixa, e com isso, além de expor o conteúdo de uma forma diferenciada, fazer dos alunos participantes do processo de aprendizagem (CASTOLDI; POLINARSKI 2009, p. 685).

Algo que influencia muito na metodologia do docente são as formações continuadas, que permitem que ele esteja sempre atualizado e capacitado para realizar uma qualidade de ensino. Esse fator aumenta a segurança do profissional dentro da sala de aula, demonstrando domínio do conteúdo e dos recursos utilizados, estando em constante evolução e mudanças para proporcionar o melhor aos seus alunos e sentir-se bem sucedido em sua profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões foram desenvolvidas com base nos assuntos tratados em sala de aula, sobre metodologia e didática. Na elaboração das perguntas, procuramos investigar na prática docente a utilização de diferentes metodologias e ferramentas no ensino de geografia.

A utilização de recursos didáticos permite que o aluno compreenda de uma forma mais simples o conteúdo, assim como a importância de recursos didáticos o professor precisa envolver o aluno no seu processo de ensino. Tornando-o protagonista, desenvolvendo senso crítico, a criatividade e a prática dos conteúdos e atividades aplicadas (BRASIL, 1998). Com as constantes mudanças ocorrentes no mundo, e a velocidade que as informações chegam a todos, inclusive alunos, é indispensável a inovação e adaptação aos novos fatores que estão presentes em nosso dia a dia.

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa buscamos compreender o ensino de geografia como também as práticas pedagógicas dos docentes, sendo uma disciplina fundamental, que norteia os discentes a desvendar o mundo e o espaço que estão inseridos, buscando formar cidadãos ativos, que consigam compreender a sociedade como um todo e o espaço inserido.

OBJETIVO

Investigar o ensino da geografia como também as suas práticas pedagógicas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa com abordagem bibliográfica e qualitativa de caráter descritivo, tendo como procedimentos um questionário, estruturado com 7 questões, na elaboração das perguntas abordamos a investigação do ensino da geografia, como também as práticas docentes. O instrumento foi aplicado com 2 professoras graduadas em geografia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os resultados apresentados na pesquisa observou-se que as docentes preparam suas aulas de acordo com a necessidade dos alunos e da escola na qual estão inseridos, buscando sempre se reinventar e ser o mediador dos seus ensinamentos, desenvolvendo seus planejamentos e os adaptando, conforme for surgindo necessidade. De acordo com Ferreira o professor deve inovar “[...] os métodos de trabalhar que ele não utilize apenas métodos tradicionais já conhecidos que ele venha propor uma dinâmica em suas aulas tornando-o mais criativa” ((FERREIRA et al., 2011, p.3).

Tabela 1 – Formação das docentes

Participante	Formação	Idade	Tempo de experiência
Professora A	Licenciatura em Estudos Sociais e Pedagogia Pós Graduação em Fundamentos da Educação Temas Transversais	55 anos	7 anos
Professora B	Licenciatura em Geografia e Sociologia	49 anos	25 anos

Fonte: Dados das professoras presentes na pesquisa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que ao ensino de geografia é de extrema importância para que os discentes possam desvendar o mundo, que consigam compreender a sociedade e o espaço no qual estão inseridos. De acordo com isso, as professoras entendem a importância de uma prática pedagógica diversificada, de acordo com cada turma, suas necessidades e especificidades.

REFERÊNCIAS

FERREIRA et al. **A importância da prática de ensino em geografia**. 2011. Disponível em: <http://cepedgoias.com.br/edipe/ivedipe/pdfs/geografia/co/114-187-1-SM.pdf> Acesso em: 05 MAIO. 2021

INTRODUÇÃO

Este trabalho irá abordar a estratégia de entrevista semiestruturada, que acontece através de perguntas básicas referente ao assunto a ser tratado. “Em se tratado da entrevista semi-estrurada, atenção tem sido dada a formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado” (TRIVINOS, 1987). A elaboração da entrevista semiestruturada pode vir a ser feita através de um roteiro contendo perguntas que irão ser utilizadas com as pessoas que serão entrevistadas.

OBJETIVO

O objetivo do presente trabalho é apresentar a sobre entrevista semiestruturada como uma estratégia de ensino de Ciências da Natureza, e mostrar uma aplicação em uma prática sustentável.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada é uma abordagem qualitativa, método exploratório, pesquisas bibliográfica e de levantamento de dados. Foi aplicado uma entrevista semiestruturada com três perguntas para uma pessoa, cujo foco é o sabão caseiro, para descobrir um pouco mais sobre como fazer uma prática sustentável com os alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira pergunta realizada com a entrevistada foi saber como é feito o sabão caseiro. A entrevistada respondeu que o sabão é feito com óleo usado, soda cáustica, álcool (etanol) e sebo animal. O processo começa desmanchando a soda cáustica em quatro litros de água e deixando de lado. Após isso, derreter o sebo animal juntamente com o óleo usado, e colocar no balde, misturando o etanol (álcool) e por último acrescentar a soda cáustica que foi desmanchada na água. Mexer até os ingredientes mudarem de cor, a cor fica parecida com guaraná e transparente, cria uma casquinha branca em cima se parar de mexer. Esse é o ponto do sabão, colocar em bandejas e deixar até endurecer para cortar em pedaços.

A segunda pergunta realizada foi descobrir quantos sabões são feitos em uma remessa. Ela respondeu que uma receita rende de 55 a 60 pedaços de sabão. Se for só para seu uso, dura mais de um ano, mas ela distribui para familiares e amigos. Faz de 3 a 4 vezes por ano.

Na terceira pergunta realizada foi saber se ela gosta de produzir os sabões. Ela respondeu que ama fazer os seus sabões.

Figura 1 - Sabão produzido.



Fonte: As autoras (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber que a entrevista semiestruturada é uma estratégia de ensino que proporciona chegar mais afundo no assunto que está sendo tratado por haver uma aproximação maior entre o entrevistador e o entrevistado. Conforme Laville e Dionne (1999) o recurso da entrevista semiestruturada proporciona uma flexibilidade à coleta de dados, assim como uma maior abertura ao entrevistado, tornando dessa forma as respostas mais fidedignas. A prática sustentável na educação é muito importante para o processo de aprendizagem dos estudantes, e pode ser realizado de diversas formas.

REFERÊNCIAS

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 339 p.
TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

INTRODUÇÃO

A alfabetização está presente em todo ambiente e dando direção, informação, conceitos, criatividade e estimulando ações, portanto, o processo de alfabetização é essencial para o viver na sociedade, pois vivemos num mundo letrado. O professor é o mediador do conhecimento e respeitará a bagagem trazida pelo aluno em suas vivências, adotando práticas que favoreçam aos aprendizes apropriação de habilidades e competências necessárias ao letramento. O ensino da alfabetização deve ser estimulador, prazeroso e prático. De acordo com Castanheira, Marciel e Martins, (2018, p.23) “O modo como o professor conduz seu trabalho é crucial para que a criança construa o conhecimento sobre o objeto escrito e adquira certas habilidades que lhe permitirão o uso efetivo do ler e do escrever em diferentes situações sociais”. Para Freire (2011, p. 10) “a alfabetização não é um jogo de palavras, é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos(...) A alfabetização, portanto é toda a pedagogia: aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra”. O compromisso do professor alfabetizador exige um comportamento ético, profissional e político que perpassa os conteúdos escolares e chega na experiência de cada um de seus alunos modificando suas vidas.

OBJETIVO

Compreender o processo de formação do professor alfabetizador e a construção de sua identidade docente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação. Brasília: MEC, SEB, 2012.
- CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MARCIEL, Francisca Izabel Pereira; MARTINS, Raquel Maria Fontes. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Ceale. UFMG. 2018.
- FERREIRO, E., TEBEROSKY, **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed. 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013.
- MATOS, K, S, L; VIERA, S, V. **Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2010.

MATERIAIS E MÉTODOS

Realizamos uma pesquisa qualitativa (LÜDKE, 2013) de caráter descritivo de campo (MATTOS, 2010). Como instrumento, utilizamos a técnica de entrevista semiestruturada. Os sujeitos entrevistados foram 6 professores do segmento de escolas públicas de Brusque. Na sequência, posterior as aplicações realizamos relatórios e as análises dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário enviado aos professores, apresentou questões relacionadas a aspectos profissionais focados na formação para o exercício de alfabetizadores, tais como: tempo no magistério voltado a alfabetização e letramento, cursos pedagógicos e de especialização e dificuldades encontradas. Os professores entrevistados possuem curso superior completo e consequentemente são efetivos na rede pública. Possuem de 6 a 22 anos de experiência com alfabetização e participam de Formações continuadas em Alfabetização e letramento. No relato dos professores consta ainda que o professor alfabetizador deve buscar sempre aprimorar a sua prática, planejar atividades que envolvam os alunos e refletir sempre sobre o que desenvolve. Acreditam que um professor comprometido e engajado com a formação do aluno se lança sempre em busca de estar continuamente se aperfeiçoando e melhorando sua prática. Algumas dificuldades relatadas referem-se a alguns alunos que podem até desenvolver-se de forma mais rápida que outros, mas é necessário considerar alguns aspectos desse processo como: o maior ou menor contato com a cultura letrada e as experiências socioculturais dos alunos com a língua escrita e falada. Fica evidente que o contexto social do aluno e seu contato com as práticas sociais de leitura e escrita são decisivos no seu processo

de alfabetização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Objetivo geral deste trabalho foi compreender o processo de formação do professor alfabetizador e a construção de sua identidade docente. Nos relatos dos professores percebemos que os mesmos possuem experiências significativas na área de Alfabetização e Letramento e que também participam de cursos de formação continuada voltadas a Alfabetização e letramento. Para Ferreiro (2010), a capacitação de professores permite o acompanhamento do profissional que atua em serviço para melhorias da educação, que seja capaz de discutir, refletir, compartilhar dúvidas e certezas. O processo de capacitação não trata simplesmente de somar informações novas, mas de mudar a realidade, o que ela chama de “experiências críticas”. Essas são o ponto de partida para novas descobertas e mudanças no trabalho do professor. As crianças nesse processo são de fundamental importância, pois essas “experiências” surgem através delas (Ferreiro, 2010, p. 50). A formação do professor não se encerra na conclusão do seu curso de graduação e uma das possibilidades de superação de dificuldades é a oportunidade de discutir com outros profissionais da educação, o que pode favorecer a troca de experiências e propiciar reflexões mais aprofundadas sobre a própria prática (BRASIL, 2012, p.27). Assim sendo, a formação continuada contribui para a elaboração de novas estratégias de ensino na prática dos professores e a partir dos cursos de formação continuada oferecidos aos professores alfabetizadores, são importantes para suas práticas, mostrando oportunidades de novos conhecimentos para a vida pessoal e profissional, transformando a sua forma de ensinar em sala de aula.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA TRAJETÓRIA DE UM COLETIVO DE EDUCADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Graciela Nunes Duarte, Lucas Vitor Baumgärtner, Jéssica Monique Buss

gdadv7@gmail.com

Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

INTRODUÇÃO

No mês de março de 2020, a pandemia da COVID-19 provocou algumas mudanças significativas no percurso da Educação Infantil e em outros setores do mundo. A suspensão temporária das atividades presenciais, por ordem governamental ocorreu como uma tentativa de reduzir o risco de contágio e disseminação do vírus Sars-Cov- 2, entre os alunos, profissionais da Educação e o restante da população. Neste sentido, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que dispôs sobre a substituição do ensino presencial por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação. As aulas, que sempre foram conhecidas como *face to face*, passaram a ser mediadas por tecnologias. No caso da creche (0 a 3 anos), onde consideramos a criança como um nativo digital, a família precisou atuar como os professores de seus filhos (apesar de já efetuarem parte da educação deles), realizando as atividades propostas pela equipe pedagógica que buscou manter o vínculo com as crianças por meio da interação on-line nos grupos de WhatsApp organizados para tal propósito.

OBJETIVO

Descrever a trajetória do coletivo de educadores de um Centro de Educação Infantil do município de Brusque - SC em tempos de pandemia COVID-19.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
NÓVOA, A. **Professores**: Imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa classifica-se em seu objetivo descritiva e realizada por meio de um relato de experiência. O contexto investigado e relatado é de um Centro de Educação Infantil localizado na cidade de Brusque – SC. Participaram deste relato de experiência 3 pesquisadores participantes: (a) a coordenadora pedagógica; (b) o professor de Educação Física e (c) a pedagoga. O relato dos profissionais foi descrito, abrangendo o período de março de 2020 a dezembro de 2021, abrangendo o ensino remoto e o presencial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola precisou se mover numa dinâmica que fosse melhor para a criança e sua família, tendo que se adaptar e se reinventar para levar o ensino até as casas dos educandos. Os professores planejaram atividades de acordo com o contexto da criança com a família, que fossem possíveis de ser realizadas em casa, com materiais de fácil acesso. As atividades foram elaboradas diversificando as possibilidades de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer (BRASIL, 2018). Na formação continuada docente, as *lives* e/ou reuniões organizadas semanalmente com a coordenação pedagógica ou com palestrantes convidados, auxiliaram na procura das respostas para as questões inéditas que surgiram nesta etapa. Destacamos o estudo de temas de interesse da equipe, especialmente voltados para a saúde e bem estar docente, pois “no ensino, as dimensões profissionais cruzam-

se sempre, inevitavelmente, com as dimensões pessoais”(NÓVOA, 2009, p. 31). O uso do portfólio para registro da prática profissional, foi um elemento fundamental para a avaliação da trajetória coletiva e individual proporcionando momentos de reflexão sobre a experiência “que são essenciais numa profissão que não se esgota em matrizes científicas ou mesmo pedagógicas” (NÓVOA, 2009, p. 40). Conforme a necessidade, coletivamente foram feitas as modificações que atenderam às peculiaridades da conjuntura pandêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do ano letivo as ações pedagógicas levaram em consideração além da Diretrizes da Educação Infantil, Proposta Municipal e Projeto Político Pedagógico, também o Plano de Contingência contra a Covid-19, priorizando os eixos das interações e brincadeiras, bem como o vínculo com as famílias. Foi preciso reaprender para poder trabalhar. A coordenação pedagógica organizou e conduziu um movimento de formação continuada e interação com os profissionais do CEI de modo on-line. Todo o processo foi registrado por meio de um portfólio com registros diários. Esse movimento proporcionou segurança para o grupo, que se sentiu amparado e acolhido num momento de incertezas e mudança da forma de trabalho. Gradativamente, o coletivo foi organizando o que fazer e como fazer, isso fortaleceu e ajudou a equipe a atravessar um ano tão atípico.

INTRODUÇÃO

O CEI Hilda Anna Eccel II (CEI HAE II) tem como um dos objetivos de seu plano de ação buscar formas de melhorar o acolhimento e parte estética, no que se refere ao espaço escolar. A Arte com intencionalidade, como forma de humanização, de promover o belo, agradável e relaxante nas instituições educacionais, corrobora na facilitação da aprendizagem, nos aspectos de exploração do mundo, linguagem visual e até mesmo verbal, visto que nosso público-alvo são bebês e crianças bem pequenas. As paredes e os ambientes na Educação Infantil promovem “[...] experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações” (BRASIL, 2017, p. 43). Os professores(as) iniciaram um processo de percepção da importância da fruição estética dentro da escola, algo que está sendo incentivado e estudado durante o ano letivo, conforme plano formativo.

OBJETIVO

Promover às crianças um ambiente com maior expressão de sensibilidade, afetividade e humanizador, potencializando as suas vivências e experiências, auxiliando consequentemente no desenvolvimento e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília – DF, 2017.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa classifica-se em seu objetivo descritiva, realizada por meio de um relato de experiência. O contexto investigado e relatado é o CEI HAE II localizado na cidade de Brusque – SC. Participaram deste relato de experiência 3 pesquisadores participantes: (a) a coordenadora pedagógica; (b) o professor de Educação Física (c) a diretora. O relato dos profissionais foi descrito, abrangendo o período de março de 2021 a outubro de 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As ações do plano de Fruição estética do CEI HAE II foram realizadas por meio do trabalho colaborativo e as seguintes metas planejadas já estão concluídas, são elas: (a) instalar redes nos parques da instituição escolar; (b) decorar de forma intencional outras paredes/ ambientes da escola, por meio da arte. Outras possibilidades descritas no plano de ação que estão em andamento, a saber: (d) decorar o canteiro central da rua em frente ao CEI HAE II; (e) pintar a calçada com amarelinha, palma dos pés, animais, números e letras; (f) conhecer projetos de paisagismos; (g) valorizar os pintores locais e catarinense, aproximando-os da equipe por meio de palestras, lives e divulgação de suas obras.

Imagem 1 – Revitalização dos espaços



Fonte: Arquivo do CEI HAE II (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, para que a revitalização dos espaços e ambientes se consolidasse na prática, foi preciso formação e a cooperação mútua dos professores e funcionários do CEI HAE II. Quando trabalhamos em uma escola que tem profissionais comprometidos com a Educação, o resultado é a concretização dos sonhos e projetos elaborados coletivamente. Esperamos que este relato de experiência inspire outras escolas a perceberem a importância de ambientes e espaços planejados, vislumbrando assim, possibilidades dentro de seus espaços educativos em prol do bem-estar de todos e especialmente do desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

INTRODUÇÃO

No segundo semestre do ano letivo de 2021, como projeto de Curricularização da Extensão da UNIFEBE as acadêmicas do curso de Pedagogia, inspiradas pelo projeto internacional “Dois mundos e uma rosa para Anita”, com o propósito de melhor conhecer a história de Anita Garibaldi, grande heroína catarinense que marcou gerações no Brasil, Uruguai e Itália. Foi uma vida intensamente circundada por guerrilhas, dentre elas, a ocasião em que ao final da Batalha de Curitibanos, Anita e seu esposo, e Giuseppe Garibaldi, partem para a Itália, ocasião esta escolhida por um dos grupos do curso de Pedagogia para que fosse encenada em forma de teatro. Segundo a BNCC (2017), o teatro é uma ferramenta de aprendizagem importante para a aprendizagem, pois envolve experiências com pessoas e espaços sociais diferentes. Também corrobora para com o desenvolvimento da criatividade, da fala, de gestos e de atitudes, bem como, o trabalho em equipe. Pode ocorrer por meio de jogos, improvisos e atuações, estimulando as mais diversas emoções do momento.

OBJETIVO

Apresentar momentos da história de Anita Garibaldi através do teatro, evidenciando elementos da cultura catarinense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2016. 3 p. ISBN 978-85-8429-083-3.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e descritiva, visto que eventos e ideias oriundos deste tipo de pesquisa podem melhor representar os fatos vivenciados por aqueles que os presenciaram (YIN, 2016). Destacam-se também que os elementos bibliográficos e o estudo de campo deste trabalho que fora realizado durante o mês de outubro, estruturado nas seguintes etapas: inicialmente, houve uma palestra para melhor conhecer a temática. Posteriormente, em um grupo composto por 7 acadêmicas e um professor, elaborou-se o enredo do teatro para representar momentos singulares na vida da personagem. Para a confecção do cenário foram utilizados materiais pedagógicos como: tecidos, tintas, bastão de alumínio e um biombo, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A estruturação do projeto de curricularização dispôs de um estudo aprofundado para que houvesse desenvolvimento das atividades contextualizadas ao objeto de pesquisa. Diante disso, no primeiro dia, as acadêmicas do grupo do teatro iniciaram a organização por meio de uma roda de conversa, na qual no decorrer de três dias debateram e criaram o enredo inicial da história da personagem. Com tudo devidamente definido, iniciou-se a montagem dos cenários. Feito isso, as acadêmicas deram sequência à encenação, treinando as falas, de acordo com o contexto idealizado para a apresentação de teatro. Foi uma criação que proporcionou o imaginar e sentir das emoções do momento em questão.

Imagem 1: grupo de trabalho



Fonte: arquivo pessoal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo apresentar momentos da história de Anita Garibaldi através do teatro, evidenciando elementos da cultura catarinense. Vivenciar a história por intervenção de ferramentas teatrais, corroborou para com o aprimoramento das sensações artísticas que circundam o processo formativo, tornando-se então, uma maneira efetiva para o desenvolvimento de habilidades e competências profissionais. Além disso, estudar sobre Anita Garibaldi diz respeito também ao resgate de elementos presentes há gerações na cultura catarinense. Destaca-se ainda, que o presente trabalho proporcionou a criação de um acervo de conhecimentos aplicáveis no campo de atuação profissional do pedagogo, visto que, a metodologia aplicada no decorrer desta atividade é uma maneira adequada de integrar teoria e prática, atestando significativo conhecimento acerca de Anita Garibaldi, “Heroína de dois mundos”.

INTRODUÇÃO

O presente relato refere-se à uma experiência pedagógica de uma professora com sua turma do 3º Ano do Ensino Fundamental no ano de 2021. A partir da cantiga “Sapo Cururu” surgiu a possibilidade de estudo de unidades temáticas e objetos de conhecimento estabelecidos pela BNCC (2018) para essas turmas.

A perspectiva construtivista da professora permitiu a exploração pedagógica dos diversos temas de modo espontâneo e lúdico. Diante disso, esse relato justifica-se pelo encorajamento que oferece aos professores quanto à utilização profícua de concepções abertas de ensino em suas práticas.

OBJETIVO

Demonstrar a possibilidade de concretização da concepção construtivista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esse estudo refere-se a uma pesquisa básica, com uma abordagem qualitativa. A técnica utilizada caracterizou-se como pesquisa-ação. O cenário foi a Escola de Ensino

Fundamental Angelo Dognini em Brusque/SC e os participantes foram os estudantes do 3º Ano (Anos Iniciais), juntamente com sua professora regente. Teve duração de uma semana letiva, na qual os objetos de conhecimento estudados foram relacionados e/ou decorrentes da música Sapo Cururu. Foram utilizados recursos e estratégias didáticas como: projetor multimídia, lousa, aula expositivo-dialogada, situações-problema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao apresentar, por meio de projetor multimídia, a cantiga “Sapo Cururu”, a professora explorou com os estudantes temas linguísticos como: interpretação de texto, consciência fonológica e ortografia. Percebendo a possibilidade de maior exploração pedagógica, questionou os estudantes - considerando seus conhecimentos a priori - sobre expressões contidas na letra da música. A partir de suas respostas e novos questionamentos que apresentou, mediou-lhes a construção de outros conhecimento. Foram realizadas votações para escolher data, hora, local, alimentação, convidados para o suposto casamento do sapo. Dessa forma foram estudados temas relacionados às Ciências Biológicas; Matemática; Geografia; História; Língua Portuguesa; Arte; Ética, dentre outros. Segundo a professora: “A cantiga nos

ofereceu uma semana intensa de atividades e mostrou que é possível, com mediação, a construção do conhecimento. Quando o aluno interage, a aula é mais prazerosa, dinâmica e os resultados são visíveis. Houve uma participação maciça e cada aluno pôde colaborar com o desenrolar das atividades, dentro de sua possibilidade, pois toda contribuição foi, é e sempre será bem-vinda”. Verifica-se que ela atuou pedagogicamente como propunha Piaget: os estudantes agindo ativamente, trabalhando em equipes e com autonomia (MACEDO; PETTY; PASSOS, 2000; MACEDO, 2002). Além disso, contemplou elementos essenciais apontados na BNCC (2018) como: o desenvolvimento de competências, a diversidade, a integralidade do estudante e seu protagonismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto acredita-se que o objetivo estabelecido para o estudo foi atingido satisfatoriamente. Os resultados demonstraram as potencialidades pedagógicas de uma cantiga tradicional, supostamente simples, quando explorada numa perspectiva construtivista piagetiana. Eles também destacaram a importância, a possibilidade e, provavelmente, a necessidade da aplicação de concepções abertas de ensino como o construtivismo, não somente nos Anos Iniciais, mas, em qualquer segmento educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

MACEDO, L. de. **Ensaio construtivistas**. São Paulo/SP: Casa do psicólogo, 2002.

MACEDO, L. de.; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. **Aprender com jogos e situações-problema**. Porto Alegre/RS: Artmed, 2000.

INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência refere-se a uma situação pedagógica inusitada, quando um cachorro adentrou à sala de aula da turma do 2º Ano do Ensino Fundamental no ano de 2021. A professora percebeu no ocorrido a possibilidade de estimular a prática gráfica dos estudantes, esses ainda em processo de alfabetização conforme indica a BNCC (2018).

Baseada numa perspectiva construtivista, ela aproveitou a possibilidade de explorar pedagogicamente um acontecimento espontâneo que mobilizou seus estudantes. Assim sendo, esse relato justifica-se pelo encorajamento que oferece aos professores, não somente alfabetizadores, à aplicação de concepções abertas de ensino em sua docência.

OBJETIVO

Demonstrar a possibilidade de aplicação do construtivismo piagetiano no processo de alfabetização, pelo aproveitamento de situações levadas da ação prática à representação mental.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esse estudo refere-se a uma pesquisa básica, com uma abordagem qualitativa. A técnica utilizada caracterizou-se como pesquisa-ação. O cenário foi a Escola de Ensino

Fundamental Angelo Dognini em Brusque/SC e os participantes foram os estudantes do 2º Ano (Anos Iniciais), juntamente com sua professora regente. Teve duração de um turno letivo, no qual os elementos da linguagem: escrita, desenho, leitura e oralidade foram privilegiados. Utilizou-se de recursos e estratégias didáticas como: lousa, aula expositivo-dialogada, situações-problema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao iniciarem sua aula, no período vespertino, os estudantes do 2º Ano foram surpreendidos por um cachorro bastante dócil que adentrou à sala. O animal havia acompanhado à escola o estudante de outra turma. Criou-se um alvoroço, pois ele aproximou-se das crianças, cheirando-as e esfregando-se nelas e essas encantaram-se com ele. Observando a situação sob um olhar construtivista, a professora decidiu propor aos estudantes uma situação-problema, a qual privilegiou o desenho sobre a experiência, com ênfase na escrita, na criatividade e na oralidade. Cada um de acordo com suas potencialidades elaborou sua representação. Encerrando a tarefa houve uma exposição das produções na sala, o que gerou grande satisfação na turma. A professora e sua auxiliar mediarão a construção desse conhecimento dos estudantes. Dessa forma, concretizou-se a passagem da ação prática à representação mental (gráfica). Por meio de

questionamentos, os estudantes foram estimulados a acessarem seus conhecimentos prévios, atuarem ativamente, trabalharem em equipe e de modo autônomo. Atendendo assim aos elementos indicados pela concepção construtivista (MACEDO; PETTY; PASSOS, 2000; MACEDO, 2002). De acordo com a professora: “[...] fica o aprendizado de uma vivência, que podemos aproveitá-la e aplicar as mais variadas atividades interdisciplinares, havendo adesão de todos. O episódio nos forneceu ferramentas para aplicação no ensino e na aprendizagem”. Verificou-se também, que a experiência pedagógica contemplou o desenvolvimento de competências apontadas pela BNCC (2018), a diversidade e, especialmente, o protagonismo dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto acredita-se que o objetivo estabelecido para o estudo foi atingido satisfatoriamente. Os resultados demonstraram as potencialidades da aplicação de concepções abertas de ensino, como o Construtivismo, no processo de alfabetização. Também evidencia-se a importância do preparo e flexibilidade didáticos da professora para aproveitar uma situação inusitada e transformá-la em uma experiência pedagogicamente significativa para seus estudantes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.
- MACEDO, L. de. **Ensaio construtivistas**. São Paulo/SP: Casa do psicólogo, 2002.
- MACEDO, L. de.; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. **Aprender com jogos e situações-problema**. Porto Alegre/RS: Artmed, 2000.

RESUMOS - PÔSTERES

PSICOLOGIA



INTRODUÇÃO

O Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O número de mortes pelo Covid no mundo supera 3 milhões, no Brasil já são mais de 500 mil mortes pelo Covid-19 (BRASIL, 2021). Devido ao risco, os velórios de pacientes confirmados ou suspeitos do Covid-19 não são recomendados, em razão da necessidade do isolamento social e dos novos protocolos de segurança e saúde. Em consequência da pandemia, familiares enlutados tiveram que se adaptar à impossibilidade de se despedir de seus entes queridos. A falta desses rituais de despedida ocasionam implicações sociais e psicológicas, no sentido de não proporcionar um funeral digno para seus familiares e uma possibilidade de demarcar o processo de elaboração do luto.

OBJETIVO

Analisar narrativas e histórias de sujeitos em processo de elaboração do luto em decorrência da pandemia Covid-19.

REFERÊNCIAS

KOVÁCS, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do psicólogo, 1992.
PARKES, Colin Murray. **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta**. Ed. Summus, 1998.
BRASIL. **Coronavírus**. Painel coronavírus. /2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 21 de junho de 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os rituais e as cerimônias fúnebres permitem à coletividade demarcadores sociais e auxiliares de elaboração frente a morte e ao sofrimento psíquico. Desta forma, a partir desse pressuposto os autores recorrem à literatura científica para problematizar e questionar o processo de luto em tempos de pandemia. Realiza-se uma investigação em bases de dados científicas em torno de novos parâmetros e diretrizes, assim como propõem-se uma discussão e entrelaçamento com os aportes teóricos clássicos da psicologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A morte sempre esteve presente na humanidade acompanhada por seus rituais. Há milênios que os mortos têm suas sepulturas. A morte é algo concreto e fundamental. Os grupos não abandonam seus mortos. Mesmo assim, a crença na imortalidade sempre acompanhou o homem. Faz parte do papel da religião, inserir na sociedade e guiar os ritos de morte, como forma de lidar com o terror (KOVÁCS, 1992).

O luto é um processo psicológico distinto, envolvendo cinco fases: negação, raiva, barganha, depressão e aceitação. Cada fase tem suas características, e cada pessoa passa por estas

fases de maneiras diferentes, tanto na duração do luto quanto na forma que passa por cada fase. O luto é uma reação à perda. A perda de uma pessoa amada, sem dúvida deixa um grande vazio, muitas lacunas, pesar e solidão (PARKES, 1998). Por não poderem despedir-se e prestar as últimas homenagens, os familiares enlutados pelo covid-19 enfrentam momentos difíceis com a perda do ente querido. A morte deixa um vazio que ninguém pode preencher. E por não permitir um adeus após a morte ou o contato durante a internação, a morte no covid-19 pode se tornar ainda mais dolorosa e traumática, diante do afastamento precoce e pela falta de despedida no último dia, surge desta forma a impossibilidade de adentrar ao processo de luto frente a inviabilidade de realização de rituais de passagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Despedir-se é uma etapa essencial para o processo de luto, na medida em que promove o contato com a realidade da perda e favorece a assimilação. Nesse sentido, o psicólogo atuará como um facilitador no processo do luto. Por meio da escuta ativa, proporcionando meios para o processo de despedida e ressignificação desses momentos. Neste contexto, destaca-se que as famílias podem precisar de intervenção social e redes de apoio por profissionais de saúde.

INTRODUÇÃO

Grandes impactos têm sido gerados na saúde pública por conta de um vírus de fácil e rápida propagação, que leva a diversas mudanças no serviços de saúde pelas intensificações de internações hospitalares (GALLASCH, 2020). Segundo o Guia de Vigilância epidemiológica da Secretaria da Saúde do Brasil, o novo Coronavírus, denominada de COVID-19 é uma infecção respiratória e aguda, e tem como origem o vírus SARS-CoV-2, a doença tem risco elevado e é de grande transmissão e distribuição global. Os profissionais de saúde estão ligados direta ou indiretamente ao enfrentamento do novo coronavírus e da pandemia que cerca o mundo. Segundo Teixeira et al (2020) deve-se também proteger a saúde mental dos profissionais de saúde, por conta do estresse diário que estão submetidos, tem se intensificado nos últimos meses relatos de profissionais da saúde com queixas de ansiedade, depressão, aumento do uso de drogas, perda da qualidade de sono e o medo constante de se infectar ou transmitir a doença aos membros familiares.

OBJETIVO

Promover conhecimento a cerca da exaustão do profissional da saúde diante da pandemia causada pelo COVID-19.

REFERÊNCIAS

GALLASCH, Cristiane Helena et al. Prevenção relacionada à exposição ocupacional do profissional de saúde no cenário de [Prevención relacionada cone la exposición ocupacional de profesionales de la salud en el escenario COVID-19]. **Revista Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 28, p. e49596, abr. 2020.

TEIXEIRA, Carmen Fontes de Souza et al. A saúde dos profissionais de saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3465-3474, 2020.

SCHMIDT, Beatriz et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 37, 2020.

MATERIAIS E MÉTODOS

O cotidiano dos profissionais de saúde diante do Coronavírus é marcado pelo excesso de trabalho, morte de profissionais e familiares, o risco da transmissão e da letalidade do vírus. Desta forma, a partir desse contexto pandêmico os autores recorrem à literatura científica para problematizar e questionar a saúde mental dos profissionais da saúde. Realiza-se uma investigação em bases de dados científicas e propõem-se uma discussão com os aportes teóricos clássicos da psicologia, assim como narrativas e relatos de profissionais de saúde são entrelaçados à pesquisa e sua análise.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O psicólogo pode contribuir à saúde mental dos trabalhadores da saúde em um contexto pandêmico ao propor uma escuta e análise dos fatores estressores e da criação e novas estratégias de elaboração psíquica frente às emergências, pois são eles que estão na linha de frente, que escutam as queixa, e o que precisam acolher as pessoas que testaram positivos e não compreendem as recomendações ou se recusam ao tratamento, como também é preciso lidar com a frustração de não salvar a todas as vidas.

O psicólogo auxilia esses profissionais a fortalecer a rede de apoio, incentivando o contato, mesmo que virtual, com seus familiares e amigos, para reduzirem as emoções negativas, sendo que essas intervenções podem ocorrer em plataformas virtuais e se necessário face a face a partir de materiais informativos (SCHMIDT, 2020). Desta forma, filmes, músicas, relacionamentos, happy hour, novas amizades, e outros tantos assuntos podem emergir e possibilitar novas e outras elaborações, a partir da coletividade e do diálogo. Destaca-se a importância da mediação de um profissional psicólogo para acolhimentos e intervenções em um contexto de completa exaustão e angústia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além do contexto teórico que orientou a discussão e a pesquisa, relatos de profissionais da saúde também nortearam discussões e a análise do contexto da pandemia, pois uma das grandes queixas foi a promoção de saúde mental dentro das instituição de saúde. Ressalta-se a importância e urgência de intervenções aos profissionais de saúde que trabalham incansavelmente desde o início da pandemia, enfrentando os seus temores e tendo que aprender lidar com o imprevisível numa situação nunca antes vista.

INTRODUÇÃO

A tomada de decisão envolve a escolha de atos ou opções e as possíveis consequências e resultados desses atos (TVERSKY; KAHNEMAN, 1981), já o julgamento é o processo de inferências quanto aos eventos possíveis de ocorrer (SOUZA, 2010). Frente a um contexto de incerteza quanto às probabilidades de resultados das ações, devido a pouco repertório de experiências nessas circunstâncias, as fontes de informação se tornam um dos meios que fundamentam as decisões das pessoas.

Compreende-se que um melhor entendimento dos fatores determinantes dos comportamentos de avaliar confiabilidade pode auxiliar em escolhas mais certeiras quanto à busca e consumo de informações úteis para a prevenção do Covid-19.

OBJETIVO

Compreender o papel dos vieses cognitivos na interpretação das fontes de informação a pandemia do Covid-19.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa se propôs a uma revisão de literatura sobre as características associadas a informações falsas (fake-news) e infodemia, para identificar os componentes dessas informações que se associam a vieses cognitivos levantados por Tversky e Kahneman (1981).

REFERÊNCIAS

TVERSKY, Amos, KAHNEMAN, Daniel. The Framing of Decisions and the Psychology of Choice. **Science**, New Series, v. 211, n. 4481, jan. 30, 1981, p. 453-458. Acesso em 20 jul 2021.

SOUZA, Altay Alves Lino de. A influência de atributos físicos na formação de primeiras impressões: Uso do TAT e impacto no processo decisório de profissionais de Recursos Humanos. Tese (Doutorado – Programa de Pós Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Orientador: Profa. Dra. Emma Otta. – São Paulo, 2010.

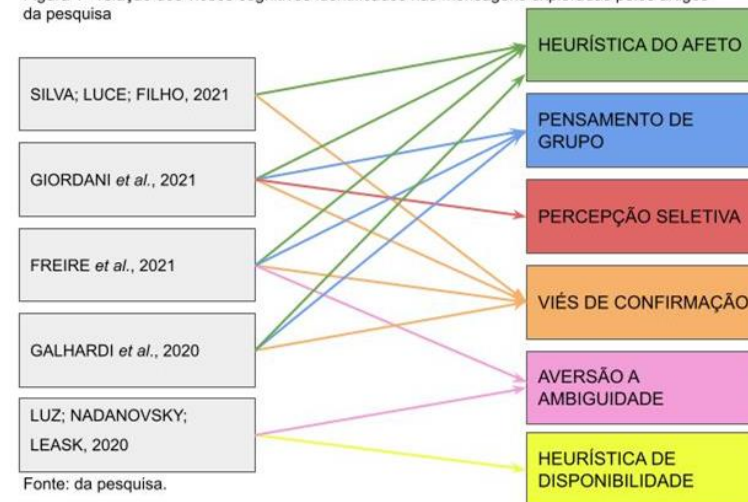
Os artigos foram levantados a partir dos termos ‘infodemia’, ‘pós-verdade’ e ‘vieses cognitivos’ AND ‘vacinação’, no Scielo. Foram recuperados 5 artigos. Eles foram analisados considerando as características das mensagens veiculadas, para identificar os vieses cognitivos compatíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do levantamento dos artigos, foi possível identificar os seguintes vieses:

- 1- Viés de confirmação: os pontos de vista iniciais influenciam em como uma informação recebida é interpretada.
- 2- Percepção seletiva: tendência a perceber com mais atenção eventos no ambiente que estejam de acordo com expectativas anteriores.
- 3- Heurística do afeto: tomadas de decisões baseadas em emoções.
- 4- Pensamento de grupo: tomadas de decisões que são influenciadas pelo grupo e para manter a coesão grupal.
- 5- Aversão a ambiguidade: preferência apresentada por probabilidades conhecidas ou certas em relação a probabilidades desconhecidas ou incertas.
- 6- Heurística de disponibilidade: realizar um julgamento a partir da facilidade com que os eventos vêm à mente.

Figura 1 - relação dos vieses cognitivos identificados nas mensagens exploradas pelos artigos da pesquisa



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que os vieses acima mencionados possuem um papel frente a interpretação de fontes de informações, principalmente na internet, na qual a chamada infodemia dificulta a avaliação da confiabilidade das informações. Esta revisão de literatura fortaleceu a hipótese inicial proposta. Com o fim de testá-la, será dada sequência nesta pesquisa com a formulação de um questionário com o fim de levantamento de dados para análise no que concerne ao papel dos vieses cognitivos na interpretação de fontes de informação e sua influência nos julgamentos e tomadas de decisão na pandemia do Covid-19.

INTRODUÇÃO

Este projeto tem como função analisar a importância dos sonhos e como suas interpretações podem contribuir com o paciente em seu processo de individuação, ou seja, do encontro com o Si mesmo. Por meio da análise e compreensão, entender como o terapeuta pode ajudar o paciente a se apropriar das mensagens trazidas à consciência, por meio das imagens oníricas oriundas do inconsciente.

OBJETIVO

Auxiliar o paciente a ter entendimento dos conteúdos do mundo onírico, e a interpretar as imagens oriundas do inconsciente, para assim integrá-las à consciência.

MATERIAIS E MÉTODOS

O tipo de pesquisa trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, visando um acesso mais próximo da situação investigada que é o valor do sonho no processo do encontro com o Si mesmo. Desta forma, o trabalho procura por meio da literatura científica, compreender por meio da visão da psicologia analítica, como o sonho pode ajudar no processo de individuação.

REFERÊNCIAS

- JUNG, Carl Gustav. **Fundamentos de Psicologia Analítica**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- JUNG, Carl Gustav. **A Prática da Psicoterapia**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HOLLIS, James. **Os Pantaneais da Alma**: Nova vida em lugares sombrios. São Paulo: Paulus, 1996.
- PEREIRA, Flávio. Pesadelo. Disponível em: <https://psicologoonline10.com.br/pesadelo/> Acesso em: 16 de outubro de 2021.
- STEIN, Murray. **No meio da vida**: Um perspectiva junguiana. São Paulo: Paulus, 2007.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Jung (2013), todo o ser humano tem necessidade de individuação. A mesma, se intensifica quando o indivíduo se aproxima da meia idade, ou passagem do meio.

Segundo Hollis (1996), a passagem do meio pouco tem a ver com a idade cronológica e sim com a idade psicológica. Geralmente, para a maioria dos estudiosos analíticos, essa idade é compreendida como sendo próximo ou depois dos 40 anos do indivíduo. Nessa fase, a participação consciente, em especial do ego, é de fundamental importância dentro desse processo. Segundo Jung (2008), não há individuação sem a participação do ego, uma vez que o mesmo auxilia na integração dos conteúdos vindos do inconsciente com a consciência. Sobre essa importância do ego no processo de encontro com o Si mesmo, Jung (2008, p. 17) diz: “Uma consideração importante sobre a consciência é que não pode haver elemento consciente que não tenha o ego como ponto de referência. Assim, o que não se relacionar com o ego não atingirá a consciência”.

Como é visto, a individuação implica em um relacionamento ego/Self, em que um não existente interdependente do outro, e após a meia idade torna-se ainda mais desejável.

Figura 1 - Imagem ilustrativa



Fonte: <https://psicologoonline10.com.br/pesadelo/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada pessoa tem o seu próprio jeito de ser e viver. A grande maioria dos seres humanos tem muita dificuldade de entrar no seu processo de individuação (STEIN, 2007). Por não ser uma tarefa fácil, devemos usar de todas as ferramentas disponíveis, sendo assim não podemos dispensar a interpretação dos sonhos da psicologia analítica. Observa-se nestes escritos, a importância que ela tem na busca do processo de individuação, que é quando o ser humano tornar-se único e singular. Essa necessidade, se intensifica nas proximidades da meia idade psicológica.

INTRODUÇÃO

As atividades realizadas durante o Estágio Supervisionado em Psicologia e Processos em Prevenção e Promoção da Saúde II, possibilitaram desenvolver habilidades necessárias na formação do psicólogo. Segundo Campos (2017) o estágio é uma forma de capacitar o aluno de forma ética, técnica e conceitual, oferecendo orientação supervisionada e preparando o mesmo para o mercado de trabalho. Este estágio também trouxe como contribuição o desenvolvimento teórico sendo que a intervenção exercida pelo acadêmico pode contribuir para o desenvolvimento da prática clínica.

Além da contribuição acadêmica, pode-se citar a contribuição social: a clínica escola visa oferecer prevenção e promoção de saúde para a comunidade. De acordo com Amaral et al. (2012), pode-se dizer que as clínicas-escola possuem duas demandas: a de alunos, com seus objetivos educacionais, desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes; e à sociedade em que se insere, também com suas necessidades e demandas específicas que precisam de atendimento e que contam com o serviço que as universidades podem proporcionar. O acolhimento psicológico é uma modalidade de atendimento que pode ser oferecido pelo serviço escola. É uma ferramenta de intervenção, uma tecnologia do encontro, onde vínculo e afeto são essenciais (QUADROS; CUNHA; UZIEL; 2020)

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Anna Elisa Villemor et al. Serviços de psicologia em clínicas-escola: revisão de literatura. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 62, n. 136, p. 37-52, jun. 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v62n136/v62n136a05.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Atuando em psicologia do trabalho, psicologia organizacional e recursos humanos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
- QUADROS; CUNHA; UZIEL. Acolhimento psicológico e afeto em tempos de pandemia: práticas políticas de afirmação de vida. **Psicologia & Sociedade**. 2020, v. 32. Acesso em: 26 out. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240322>>.
- WRIGHT, Jesse H.; Monica R., BASCO; Michael E., THASE. **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental**: um guia ilustrado. Porto Alegre: Artmed, 2008.

OBJETIVO

Realizar sessões de acolhimento psicológico com pacientes na Clínica Escola e Serviços de Psicologia com base na Terapia Cognitivo-Comportamental.

MATERIAIS E MÉTODOS

O Estágio Supervisionado em Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção da Saúde II foi realizado na Clínica Escola e Serviços em Psicologia (CESP), na qual a acadêmica teve cinco horas semanais para os atendimentos e uma hora de Supervisão com a professora orientadora. A abordagem escolhida para o estágio foi a Terapia Cognitivo-Comportamental, criada pelo psiquiatra americano Aaron Temkin Beck na década de 1960. A TCC é uma abordagem comum que se baseia em dois princípios centrais: nossas cognições têm uma influência controladora sobre nossas emoções e comportamento; e o modo como agimos ou nos comportamos pode afetar profundamente nossos padrões de pensamento e nossas emoções (WRIGHT; BASCO; THASE, 2008). No período de 02/08/21 a 26/10/21 foram acolhidos cinco pacientes em sessões com duração com média de 50 minutos. Cada paciente foi atendido em média 5 vezes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Algumas das demandas trazidas pelos pacientes foram: luto,

ansiedade, necessidade de controle, baixa autoestima e sentimento de impotência. Com o passar das sessões, os pacientes e a acadêmica construíram um vínculo terapêutico que possibilitou o avanço no processo de acolhimento psicológico. Orientações e garantia do espaço de escuta ativa foram oferecidos para valorização dos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi vivenciado pela acadêmica no estágio, foi possível desenvolver competências, tais como: relacionar-se apropriadamente com pacientes, usuários e outros; trabalhar respeitando a diversidade e mostrar competência cultural; atuar com base no conhecimento científico acumulado; refletir sobre o próprio trabalho; entre outros. Outro aspecto foram as orientações com a professora orientadora, que possibilitaram que a acadêmica aprimorasse sua percepção diante dos relatos trazidos pelos pacientes e pudesse entrelaçar a prática clínica com a teoria estudada em sala de aula. Em relação à dinâmica da clínica escola, pôde-se vivenciar acontecimentos próprios da vida profissional, como os atrasos, cancelamentos ou faltas sem justificativa nas sessões e as angústias diante de um sentimento de impotência em alguns momentos. Essas vivências foram essenciais para o processo de aprendizagem e transformação das competências profissionais.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 OMS (2020 apud COSTA, 2020), se caracteriza por um vírus de fácil transmissão e propagação, que é amplamente determinada pelo comportamento humano, comportamento esse que é influenciado por diversos fatores, entre eles: condições sociodemográficas. No início de 2021 o estudo publicado por Papageorge et. al. (2021) realizou uma pesquisa com amostragem de 6 países investigando as relações entre aspectos sociodemográficos e seus impactos nos comportamentos de proteção atrelados à pandemia. Demonstrando que as populações mais vulneráveis, ou seja, com as menores rendas, piores condições de moradia e de trabalho, apresentam menor mudança nos comportamentos de proteção, como lavar as mãos, distanciamento social e a evitação de aglomerações e convívio em locais fechados.

OBJETIVO

Verificar o impacto dos aspectos sociodemográficos na infecção e morte por Covid-19.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram utilizadas duas notas técnicas, a primeira da Fiocruz para identificar relações entre aspectos sociodemográficos e

REFERÊNCIAS

BATISTA, Amanda et al. **Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil. Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS)**, 2020.

COSTA, Marco Aurélio et al. **Apontamentos sobre a dimensão territorial da pandemia da Covid-19 e os fatores que contribuem para aumentar a vulnerabilidade socioespacial nas unidades de desenvolvimento humano de áreas metropolitanas brasileiras**. 2020.

PAPAGEORGE, Nicholas W. et al. Socio-demographic factors associated with self-protecting behavior during the Covid-19 pandemic. **Journal of Population Economics**, v. 34, n. 2, p. 691-738, 2021.

casos de Covid-19 (COSTA, 2020) e a segunda um levantamento de recorte racial e relação de mortes por Síndrome Respiratória Aguda Grave da PUC-Rio (BATISTA, 2020). Considerando que as pessoas que apresentam mais comportamentos de risco teriam mais chance de se contaminar e, que as notas técnicas não fizeram registro dos comportamentos seguros e inseguros dos diferentes grupos, assumiu o desfecho (contágio) como indicador de comportamentos de risco. As notas técnicas foram analisadas em seus indicativos, apresentando a relação de Índice de Desenvolvimento Social das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e a quantidade de casos confirmados por região. No segundo caso discute-se os achados relacionados aos recortes de raça apresentados, que, de maneira geral, indica diferentes níveis socioeconômicos a nível de população.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análises do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (Nois), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (BATISTA, 2020) têm apontado que a população mais vulnerável é a população mais pobre, de baixa escolaridade, pretos e pardos. Batista et. al. (2020) por exemplo, analisou os dados de notificações de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) confirmados para Covid-19 até 18/05/2020 e concluiu que a taxa de letalidade (óbitos como proporção de

casos registrados) é maior no Brasil, entre pretos e pardos e entre pessoas com baixo nível de escolaridade. Enquanto a taxa de mortalidade para brancos foi de 37,93%, para a população preta e parda a taxa é de 54,78% de óbitos. E que a escolaridade se torna uma variável importante nos níveis de mortalidade, independente do seu índice de desenvolvimento social, níveis mais elevados de escolaridade produzem uma menor taxa de óbitos, os levantamentos demonstram também que as chances de morte de um paciente preto ou pardo analfabeto (76%) são 3,8 vezes maiores que um paciente branco com nível superior (19,6%), confirmando as enormes disparidades no acesso e qualidade do tratamento no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise visa inicialmente identificar a problemática que temos no enfrentamento à pandemia, e seus impactos em diferentes grupos sociodemográficos. Informações de acompanhamento da pandemia como estas são necessárias para formuladores de políticas públicas abordarem as diferenças comportamentais e se prepararem para possíveis futuras pandemias e suas melhores formas de alcançarem diferentes populações. Assim a pesquisa científica, e sua abrangência no debate público faz um papel fundamental para estarmos preparados de forma igualitária e humanizada no enfrentamento de futuros desafios como sociedade.

INTRODUÇÃO

Para Romaro e Capitão (2003) tem sido demonstrado cada vez mais a inquietação dos serviços de saúde mental, especialmente os vinculados às clínicas escola e às universidades, na procura da identificação dos pacientes, buscando dirigir sua maneira de atendimento. Segundo os referidos autores, a clínica escola oferta atendimento gratuito para a população, sendo um lugar onde o acadêmico obtém preparação e instruções no formato de supervisões dos atendimentos clínicos, com o intuito de preparar estes acadêmicos para a aplicação e o ensaio do fazer profissional.

OBJETIVO

Desenvolver atendimento e acolhimento psicológico na Clínica Escola e Serviços de Psicologia – CESP UNIFEBC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os atendimentos psicológicos foram realizados na Clínica Escola e Serviços de Psicologia – CESP da Unifebe, durante os meses de fevereiro a junho de 2021. A paciente veio até a Clínica com a

queixa de que precisava de ajuda para lidar com seu filho que estava em depressão. As sessões aconteciam uma vez por semana, com a duração de 50 minutos. A teoria cognitivo comportamental é a abordagem psicológica na qual as sessões foram planejadas.

A pesquisa aplicada foi a escolhida como tipo de pesquisa. Os objetivos deste trabalho, se caracterizaram como exploratórios e descritivos.

O material de coleta de dados selecionado é a entrevista psicológica, pois esta descreve questões pessoais com o intuito de colocar em prática intervenções que leve melhorias ao entrevistado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A paciente trouxe como queixa principal a preocupação com o filho de 21 anos que estava em depressão e esta gostaria de fazer algo para ajuda-lo, visto que ele não aceitava fazer psicoterapia. Durante o processo terapêutico, foram encontradas outras queixas na fala da paciente, como falta de auxílio do marido e do filho nas tarefas domésticas, a dificuldade de dizer não para as pessoas e a culpa que sentia nos momentos de descanso.

Foi organizado com a paciente algumas atividades que ela poderia pedir ao filho. Foram pensadas algumas situações, e deixado como tarefa de casa incluir novas situações e atividades na rotina do filho. Para Dobson e Dobson (2010) a tarefa de casa é parte fundamental das ações cognitivo comportamentais.

Em outra sessão, foi pedido para a paciente fazer uma avaliação de como estava sendo o processo de terapia para ela, ao que ela respondeu: “tem me ajudado bastante, [...]eu não estava bem, e depois de ter falado, me senti melhor”. A paciente também comenta que “estou aprendendo a valorizar meu tempo e minhas vontades[...]”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos atendimentos prestados na CESP, verificou-se que a paciente se sentia melhor após poder contar o que estava sentindo, em um ambiente de acolhimento e sem julgamentos. Nisto se percebe a importância do vínculo terapêutico entre a paciente e a acadêmica que realizou os atendimentos.

Os atendimentos seguirão no próximo semestre, incluindo mais técnicas da Teoria Cognitivo Comportamental, visto que a paciente já foi instruída sobre os princípios da mesma,

REFERÊNCIAS

DOBSON, Deborah; DOBSON, Keith. A teoria cognitivo comportamental baseada em evidências. Porto Alegre: Artmed, 2010.
ROMARO, Rita Aparecida. CAPITÃO, Cláudio Garcia. Caracterização da clientela de clínica escola de Psicologia da Universidade São Francisco.
Revista Psicologia: Teoria e Prática. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 111-121, jun. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v5n1/v5n1a09.pdf>.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado na Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro Paquetá, em Brusque - SC. Com o intuito de praticar os conhecimentos aprendidos, por meio de estudos psicanalíticos, disponibilizando serviços para a sociedade, sendo também possível se inserir em contextos diferentes de atuação, ou seja, a demarcação da psicanálise para além do consultório particular. O objetivo foi criar uma relação transferencial com a equipe da Unidade Básica de Saúde e com os participantes do grupo de Hipertensão e Diabetes, com o manejo dos conhecimentos da psicanálise. A presença do trabalho psicanalítico na saúde pública é uma forma de reinventar essa prática, e de levá-la a diferentes contextos e espaços, abrangendo novas culturas. “Não se trata de “ser diferente de”, mas de produzir diferença” (TENÓRIO, 2000, p.170).

OBJETIVO

O objetivo do presente trabalho, foi compreender quais significados os usuários do serviço (UBS) dão ao diagnóstico de diabetes e hipertensão, possibilitando a partir da escuta, elaborar maneiras de expressão de acordo com as emoções que o diagnóstico representa para os sujeitos.

REFERÊNCIAS

TENÓRIO, Fernando. **Vastas confusões e atendimentos imperfeitos**. 2000.

CALLIGARIS, Contardo. **Cartas a um jovem terapeuta: reflexões para psicoterapeutas, aspirantes e curiosos**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

As intervenções foram feitas na sala de grupos da UBS-Paquetá, com a duração de aproximadamente 40 minutos. Promovemos uma roda de conversa sobre como era a vida antes do diagnóstico e como mudou depois da descoberta. Com papel e caneta os participantes puderam representar em palavras, frases ou desenhos, emoções que vivenciaram, podendo expressar aquilo que sentem falta, lembranças, deixando livre para que pudessem selecionar aquilo que quisessem compartilhar com as estagiárias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os usuários do serviço escreveram em um papel colorido, distribuído pelas estagiárias, sobre suas sensações, emoções e lembranças. Encontramos na literatura científica apontamentos dos desdobramentos do que foi possível escutar e acolher neste encontro. Os principais recortes teóricos clínicos foram: falta de comer doce, ansiedade e preocupação com o corpo e com a saúde, reconhecimento dos sintomas físicos diante do quadro clínico, desconforto, e por fim, destacamos como tema e eixo de discussão a necessidade constante da medicação.

Os conhecimentos da psicologia e a atuação profissional e acadêmica nesses contextos possibilitam levar amparo e acolhimento a sociedade, oferecendo suporte psicológico aos usuários do serviço. “Nenhuma terapia dinâmica pode alterar os fatos de uma vida, mas pode, isso sim, alterar a narrativa dos fatos - e isso talvez seja decisivo” (CALLIGARIS, 2019, p. 47). O processo de análise permite implicações e a construção de novos caminhos e elaborações diante do diagnóstico e dos cuidados necessários com a saúde, a escuta psicanalítica é compreendida como um dispositivo de saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante, a partir da experiência em campo e o entrelaçamento teórico, compreender a atuação do psicólogo na saúde pública, assim como ocupar contextos diferentes de atuação clássica e estereotipada do psicólogo clínico. As discussões realizadas no grupo de hipertensão e diabetes são de grande valia para a descoberta de novos caminhos e interpretações da participação da psicanálise na saúde pública. Destacamos também a contribuição da experiência do estágio permeado pela teoria psicanalítica no processo de aprendizagem e construção de um estilo e manejo clínico que envolve os contextos públicos de saúde/saúde mental.

COMPREENSÃO EMOCIONAL, UMA ANÁLISE DE RESPOSTAS DE CRIANÇAS NO PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO

Julia Lanusa Bitencourt, Milena Hostins, Thiago Iluar Grott Januário, Fernanda Chiaratti.

fernanda.chiaratti@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento infantil é carregado de grandes descobertas do indivíduo com o mundo a sua volta, logo, a vivência do mesmo acarretará experiências das quais atribuirá certas emoções. Portanto, a compreensão emocional é um instrumento importante, uma estrutura cognitiva mediadora que serve de elo entre estímulo emocional e a resposta emocional.

É nos primeiros anos de vida e no pré-escolar que as crianças tornam-se mais aptas a identificar expressões e situações emocionais, tornando-se assim, capazes de verbalizar de forma coerente acerca das causas de suas emoções (DENHAM ET AL., 1994). Estudos realizados por Pons et al., (2004) categorizam em fases o modo que ocorre a compreensão emocional em crianças, sendo estas: Fase Externa, Fase Mental e Fase Reflexiva.

OBJETIVO

A presente pesquisa tem como objetivo uma análise de respostas realizadas por crianças de diferentes faixas etárias. O foco principal das perguntas é a capacidade da compreensão emocional de acordo com sua idade e as respostas que estas atribuíram a cada pergunta.

REFERÊNCIAS

- PONS, Francisco., HARRIS, Paul. L., & DE ROSNAY, Marc. Emotion comprehension between 3 and 11 years: Developmental periods and hierarchical organization. **European Journal of Developmental Psychology**, v. 1 n. 2, p. 127–152, 2004.
- DENHAM, Susane A., ZOLLER, Daniel. & COUCHOUD Elizabeth A. Socialization of preschoolers' emotion understanding. **Developmental Psychology**, v. 30 n. 6, p. 928-936, 1994

MATERIAIS E MÉTODOS

Ao realizar uma entrevista com as crianças da faixa etária de 4 a 9 anos, na qual foram separadas em grupos de 4 e 5, 6 e 7, e por fim, 8 e 9 anos, em que foram escolhidos meninos e meninas para compor os grupos, totalizando 6 entrevistados (duas crianças para cada categoria). Foram realizadas perguntas com a utilização de um contexto apresentado por via de emojis, histórias e gifs animados. Os entrevistados foram questionados sobre o que os fazia se sentir de tal modo, qual emoção estava atribuída à cena e como a criança se sentiria em determinada situação.

Na primeira etapa foram apresentados emojis com as emoções de alegria, tristeza, nojo, medo e raiva, acompanhados de um gif animado para cada emoção, questionando assim o que fazia o entrevistado sentir aquilo. Já na segunda etapa da pesquisa, foi apresentada uma imagem dos personagens da Turma da Mônica de Mauricio de Souza, atribuídos a um contexto, no qual a criança fora questionada que emoção o personagem estava sentindo em cada cena e como a mesma agiria naquele cenário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através das fases agrupadas por Pons et al., (2004), de acordo com as faixas etárias, as crianças sim conseguem desde identificar os sentimentos e emoções por meio das expressões faciais que as imagens e o contexto remetem. Os entrevistados mais velhos conseguiram atribuir dois sentimentos a mesma situação, como proposto na Fase Reflexiva. Salientamos que as respostas podem ter influência no humor dos indivíduos no momento da entrevista, o que também faz parte da dinâmica, uma vez em que as emoções presentes resgatam memórias e desencadeiam perspectivas diferentes para as respostas no momento da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as crianças entrevistadas demonstram-se aptas a identificar as expressões e situações emocionais, como foi observado e destacado na entrevista. Sendo assim, os entrevistados conseguiram responder com sucesso a todas as perguntas utilizando suas capacidades de compreensão emocional. Ressaltamos então a necessidade do desenvolvimento da compreensão emocional em crianças na fase de desenvolvimento, logo que as mesmas necessitam entender aquilo que sentem para compreender futuramente questões de suas mediações e respostas com o meio.

COMPULSÃO ALIMENTAR NA INFÂNCIA: quando se torna um transtorno?

Geovana Nogueira Lopes, Poliana Caroline dos Santos, Talia Antunes de Souza, Gustavo Angeli.

gustavooangeli@gmail.com

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura esclarecer questões acerca do transtorno de compulsão alimentar, identificar sinais, sintomas e o contexto no qual o transtorno se inicia durante a infância. Como forma de elucidar melhor a temática, o trabalho discorre sobre a personagem “Magali” do desenho “Turma da Mônica”, uma caricatura da “criança comilona”, que é comumente associada ao transtorno de compulsão alimentar, a fim de discutir quando o comportamento alimentar de uma criança se torna um transtorno.

OBJETIVO

Debater possíveis relações do ambiente com a manifestação do transtorno de compulsão alimentar na infância.

MATERIAIS E MÉTODOS

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
TOURRETTE, Catherine; GUIDETTI, Michele. **Introdução a psicologia do desenvolvimento**: do nascimento à adolescência. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
GONÇALVES, Juliana de Abreu *et al.* Transtornos alimentares na infância e na adolescência. **Rev. Paul. Pediatr.** Florianópolis, v. 31, p. 96-103, 2013.
LATZER, Yael *et al.* Childhood maltreatment in patients with binge eating disorder with and without night eating syndrome vs. control. **Psychiatry Research** 293 (2020) 113451, Israel, p. 1-8, set. 2020.

Para o desenvolvimento do trabalho, realizamos uma consulta nas plataformas Scielo e Pubmed com as palavras-chaves “transtornos alimentares na infância”, “transtorno de compulsão alimentar”, “compulsão alimentar”, “binge eating disorder” e “binge eating”. Neste sentido, a partir da literatura entrelaçamos à compulsão alimentar à personagem Magali de Maurício de Sousa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Tourette e Guidetti (2008), desde suas primeiras refeições a criança já está imersa ao ambiente familiar, em especial, tendo contato direto com a mãe em suas refeições desde as primeiras horas de vida. A compulsão alimentar (CA), segundo o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (2014)*, é caracterizada por episódios de ingestão de uma quantidade excessiva de alimento e pela falta de controle, estando fortemente relacionado a eventos traumáticos. Um estudo realizado por Gonçalves *et al.* (2013) conclui que dentre os fatores de risco, destacam-se principalmente a mídia e os ambientes familiares. Latzer *et al.* (2020), comparou a prevalência de maus tratos na infância, incluindo abuso sexual, físico e emocional em um grupo de

transtorno alimentares. Sendo assim, a CA, por muitas vezes pode ser sinal de algum tipo de abuso ou negligência da criança. Comumente a personagem Magali da Turma da Mônica, é relacionada à CA, por ser uma criança que adora comer. Entretanto, Magali não apresenta sinais e sintomas relacionados ao diagnóstico, como por exemplo, a falta de controle da ingestão. Essa associação expõe a banalização dos transtornos alimentares e ressalta o padrão de beleza e corpo apresentados às crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos a importância de se ter um olhar mais atento às crianças. Na hipótese de a criança ser diagnosticada com algum transtorno alimentar, é essencial que ela receba todo apoio, sendo ele, familiar, escolar e de todos os profissionais que estarão a cargo de auxiliá-la. Torna-se fundamental que os profissionais fiquem atentos com o fato da criança estar passando por algum sofrimento que possa ter desencadeado e tem sustentado esse transtorno.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um recorte do Estágio Supervisionado Específico IV com Ênfase em Psicologia e Processo de Gestão desenvolvido no primeiro semestre de 2020 em uma organização do ramo metal mecânico da cidade de Brusque, Santa Catarina. O tema do referido estágio foi o desenvolvimento da comunicação organizacional para a integração dos colaboradores e para a eficácia e eficiência dos processos organizacionais. De acordo Barros e Matos (2015) toda atividade desenvolvida dentro de uma organização é mediada pela comunicação, portanto é necessário envolver toda a organização na construção de diálogos interativos que promovam a interação com consistência, relevância e coerência entre todos os níveis hierárquicos das organizações. A integração promovida pela comunicação interna oportuniza uma maior participação dos funcionários na construção de relacionamentos corporativos, pois quanto mais as pessoas planejam e executam atividades juntas por meio da comunicação constante tornam-se capazes de identificar formas de melhorar os processos organizacionais e individuais.

REFERÊNCIAS

BARROS, Daiane Monique Lima de; MATOS, Nailton Santos de. A importância da comunicação organizacional interna e dos feedbacks gerenciais. **Revista de Administração**, Frederico Westphalen v. 13, n. 23, p. 3-20, 2015.
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OBJETIVO

Desenvolver competência comportamental focado na comunicação organizacional

MATERIAIS E MÉTODOS

O princípio metodológico que orientou o presente trabalho foi o método qualitativo que, segundo Gil (2010), pode ser caracterizado como uma compreensão detalhada de determinados fenômenos sociais por focar nas características complexas e / ou singulares apresentadas pelos participantes no ambiente natural. O tipo de pesquisa utilizada foi pesquisa exploratório-descritiva. Quanto a construção da fundamentação teórica essa foi realizada com base em uma pesquisa bibliográfica. Inicialmente foi realizado um levantamento de necessidades com a direção da organização, posteriormente foi realizado um treinamento com dois encontros para os dozes profissionais que ocupam cargos de liderança na organização. Nesses encontros foram abordados a importância da comunicação para o trabalho em grupo e para o crescimento da organização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados evidenciaram que embora os líderes tenham ciência do quanto a comunicação é uma ferramenta fundamental para as organizações, a falha nesse processo ainda se constitui em um dos maiores problemas enfrentados pela empresa, pois os ruídos de comunicação muitas vezes fazem com que as mensagens transmitidas chegam aos seus destinatários de formas obscuras e distorcidas. Dessa forma, o treinamento desenvolvido, contribuiu para que os líderes pudessem ter uma melhor compressão sobre a comunicação organizacional, contribuindo assim para a melhoria da integração dos colaboradores e para a eficácia e eficiência dos processos organizacionais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho contribui para a capacitação dos funcionários da empresa, pois de acordo com os participantes as atividades realizadas ao longo do estágio proporcionaram a esses profissionais momentos de reflexões acerca dos papéis desempenhado na organização e suas contribuições individuais para a construção de uma comunicação mais assertiva e integrativa

INTRODUÇÃO

O Diabetes é identificado quando ocorre a destruição das células betas produtoras de insulina, isso acontece porque o organismo começa a identificá-las como corpos estranhos, tornando o Diabetes uma doença auto-imune. Com o foco em desenvolver a teoria psicanalítica e ter uma compreensão sobre a relação Diabetes e Psicanálise, este trabalho debate questões que envolvem a doença, a partir da participação dos familiares no processo de cuidado com o sujeito diabético, os quais também acompanham o processo de mudança que ocorre na vida de um sujeito diagnosticado com Diabetes Mellitus tipo 1, assim como as redes sociais como rede de apoio aos familiares e ao diabético, “troca de informações ajuda a reinventar o convívio com a doença” (CASTRO, 2015, p.1).

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo analisar relatos de mães com filhos diagnosticados com *Diabetes Mellitus* tipo 1 dentro da abordagem psicanalítica.

MATERIAIS E MÉTODOS

A análise da presente pesquisa será realizada através das mídias sociais, e contará com relatos de contas de mães com

filhos diagnosticados com Diabetes Mellitus tipo 1, denominadas ‘Mães Pâncreas’ que auxiliam umas às outras e buscam apoio através das experiências compartilhadas. Para realizar este trabalho, pretende-se buscar relatos em blogs e redes sociais como Instagram e Facebook, de mães com filhos DM1. A escolha deu-se em virtude da internet ser um ambiente que promove um espaço de acolhimento dessas situações e, muitas vezes, possibilitam com que a pessoa consiga falar ou perguntar sobre assuntos que com o médico não teria coragem ou até mesmo oportunidade

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar os relatos e cada uma das etapas que envolvem o diagnóstico podemos perceber fatores em comum e outros particulares, que falam a respeito apenas da vivência única do sujeito. No início do diagnóstico da doença é possível identificar sintomas comuns nos relatos, como por exemplo o medo das mães e as incertezas que sentem com o futuro do filho diabético. Isso ocorre porque muitas vezes quem faz o diagnóstico não são médicos endocrinologistas especialistas em *Diabetes*, e sendo assim, não passam informações corretas sobre como viver com o *Diabetes* no momento atual. Alguns profissionais da saúde falam à família que o sujeito não poderá comer carboidratos pelo resto da vida, como uma sentença, o que certamente ocasiona medo nas mães em um novo cardápio para a família sem os temidos carboidratos

inicialmente pode parecer difícil. Quando passam a utilizar a internet como um local para a troca de experiência entre essas mães, sabe-se que a realidade é outra, permitindo a elaboração da forma de viver com o *Diabetes* tipo 1, criando novas possibilidades de enfrentamento perante a ferida narcísica, medos, a negação, angústia, responsabilidades que são fases que englobam o luto vivenciado após o diagnóstico do *Diabetes*. Para Cavalcanti, Samczuk e Bonfim (2013, p.94) “o processo de luto é instalado para a elaboração de uma perda, consistindo no desligamento da libido a cada uma das lembranças e expectativas relacionadas ao objeto perdido, por isso, é considerado um processo lento e penoso”. Sobretudo destacamos o apoio de familiares na internet, como um local de acolhimento e escuta, como o da análise onde o sujeito consegue falar e, assim, ressignificar o seu sofrimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que as redes sociais são espaços onde o sujeito consegue compartilhar sua vivência e mostrar o quanto a vida pode seguir saudável depois de um diagnóstico, inspirando outras pessoas que foram diagnosticadas com *Diabetes* tipo 1. Assim como na análise, o sujeito pode se perguntar qual a participação dele naquilo que se queixa na medida que pode se implicar na própria história, transformar e escutar novos e outros caminhos para a sua história.

REFERÊNCIAS:

- CASTRO, C. Blogs de mães com filhos diabéticos ajudam a enfrentar doença em rede. **Fiocruz**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/blogs-de-maes-com-filhos-diabeticos-ajudam-enfrentar-doenca-em-rede>. Acesso em: 2 maio 2020.
- CAVALCANTI, A. K. S.; SAMCZUK, M. L.; BONFIM, T. E. O conceito psicanalítico do luto: uma perspectiva a partir de Freud e Klein. **Psicólogo Informação**, São Paulo, v. 17, n.17, p. 87-105, dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092013000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2020.

INTRODUÇÃO

O presente projeto tem por objetivo proporcionar reflexão aos discentes do Colégio UNIFEBE no que tange aos sujeitos que fogem às normas de gênero, de modo a oportunizar uma convivência salutar no contexto educacional por meio de diálogo esclarecedor no que diz respeito a normas de gênero, causas indenitárias LGBTQIA+ e as diversas dimensões de afetividade. Para tal, foi utilizada como metodologia uma roda de conversa com os discentes do ensino médio do Colégio da UNIFEBE, tendo como precedente uma reunião com os docentes em sua formação continuada, a fim de oportunizar esclarecimentos e reflexões sobre o tema.

OBJETIVO

Proporcionar reflexão aos discentes do colégio UNIFEBE no que tange aos sujeitos que fogem às normas de gênero de modo a oportunizar uma convivência salutar no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, n. 19, p. 548-559, 2011.
BONFIGLIO, Simoni Urnau; BAZZO, Walter Antonio. Sobre a educação: perspectivas, interfaces e desafios contemporâneos. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 142 p.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia, configura-se como uma pesquisa qualitativa, descritiva e participante por não empregar instrumentos estatísticos como base para análise do problema e por descrever características de um fenômeno em relação a diversas variáveis, na qual, a observação será analisada sem a interferência do pesquisador. Os encontros ocorreram com as turmas de 1º, 2º e 3º anos, separadamente, no mesmo dia em horários previamente estabelecidos no início do segundo semestre. Por meio de uma roda de conversa busca-se refletir e dialogar sobre o tema exposto. Ao final os discentes depositam perguntas, que podem ser realizadas de modo anônimo, em uma caixa ao centro da roda, e que no encontro posterior foram respondidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Se busca por meio da educação, uma forma de lidar com quem foge da norma, e para tal, este movimento dependerá de uma abertura de espaço tanto pessoal quanto laboral. Segundo Bento (2011) a escola muitas vezes se torna um local de terrorismo emocional para essas pessoas que 'fogem da norma', visto que não é

dado suporte específico para questões que permeiam essas vivências. É preciso buscar espaço para diálogo no que diz respeito a questões de gênero, afetividade e suas diversas dimensões e de que forma o ambiente educacional pode ser propositivo de desenvolvimento de uma relação inclusiva e acolhedora, afinal como afirma Bonfiglio e Bazzo (2020) se olharmos para educação contemporânea podemos nos deparar com uma realidade que tem muitos afazeres, mas estão distantes de um propósito,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, como a sociedade, exige saber (com)viver com as diferentes formas de afetividade, expressão e performatividade de gênero, pois essa é uma realidade presente no ambiente educacional. Prova disso é o teor das perguntas realizadas pelos discentes, que sempre permeia a busca por um entendimento de sua identidade no que diz respeito à sexualidade e afetividade, Portanto se fez necessário um segundo encontro com estas mesmas turmas no qual foram abordadas respostas das respectivas perguntas anteriores, o que evidencia a necessidade desta discussão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se refere a proposta de um projeto de extensão universitária a ser desenvolvido, intitulado Espaço Diálogos: Masculinidades. Este projeto foi concebido a partir do documentário “O silêncio dos homens” apresentado na disciplina de Psicologia do Desenvolvimento II, para a Atividade Prática Supervisionada (APS), que retrata questões que permeiam o silêncio do homem que comete a violência como linguagem, que tem sua subjetividade calada por um padrão cultural machista, colonial, misógino e patriarcal e por meio de normativas de gênero ocorre o silenciamento das subjetividades do homem. O referencial teórico adotado é a Teoria *Queer* e a pesquisa foi abordada de forma qualitativa. O projeto consiste em reunir pesquisadores, especialistas e a comunidade em uma roda de conversa online, em encontros semanais no período de um mês, visando maior alcance para discussão do assunto.

OBJETIVO

Oportunizar discussões e reflexões sobre a imposição dos estereótipos masculinos no homem visando a repercussão social e conscientização.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. 287 p. Tradução de Renato Aguiar.
O Silêncio dos Homens. Direção de Ian Leite e Luiza de Castro. Realização de Monstro Filmes. S.I: Papodehomem e Instituto Pdh, 2019. Son., P&B. Disponível em: <https://youtu.be/NRom49UVXCE>. Acesso em: 12 out. 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado será uma pesquisa de abordagem qualitativa, com objetivo descritivo e participante por não empregar instrumentos estatísticos como base para análise do problema. Por descrever características de um fenômeno relacionado à diversas variáveis, o recurso utilizado será uma roda de conversa online semanal, com duração média de uma hora durante 4 semanas, com dia e horário previamente marcados, e divulgados nas redes sociais dos organizadores e da instituição. As transmissões serão feitas pelo canal do Youtube da instituição. Para a participação é necessário dispor de aparelho celular ou computador com acesso à internet. A expectativa para realização do projeto é durante o primeiro semestre de 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio deste projeto buscamos alcançar a conscientização da comunidade à respeito das masculinidades e seus respectivos estereótipos. Ao abordar abertamente tais temas é esperado que ao longo das oficinas mais pessoas se sintam engajadas promovendo o debate fora dos momentos institucionais. No documentário O Silêncio dos Homens (2019), pode-se perceber a importância e urgência sobre o entendimento do masculino e sua representação. Segundo o documentário supracitado, 1 a cada 10 homens já conversou

com o pai sobre o que significa ser homem, 78% foi ensinado como não se comportar de modo que pareça feminino, 73% ser fisicamente forte, 60% não expressar suas emoções e 2 em cada 10 homens dizem ter tido exemplos práticos de como lidar com suas emoções. Tais dados são importantes ao pensarmos que para Butler (2021) a construção dos papéis de gênero perpassa pelos indivíduos antes de que eles sejam materializados, ela é pré-discursiva. Portanto seguindo deste pressuposto, podemos compreender que o homem se vê necessariamente impelido a performar um gênero que é o masculino, carregado por concepções construídas historicamente. O silêncio dos homens é na verdade o silenciamento das subjetividades, como meio de manutenção desse papel de gênero que precisa operar por meio de diferenças discursivas, materiais e sociais, e o que a teoria *Queer* nos aponta é que existe uma construção cultural de performatividade para que esse gênero masculino opere.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este projeto buscamos pensar nesse homem que é silenciado por uma série de normativas que acontecem antes mesmo do seu nascimento e ao abriremos espaços para discussões e reflexões em relação às masculinidades, dispomos de uma via de avanços diante a uma cultura cristalizada, longamente construída, pensada e arquitetada para a manutenção de um poder restrito e articulado.

INTRODUÇÃO

A compulsão alimentar (CA), segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (2014), é caracterizada por episódios de ingestão de uma quantidade excessiva de alimento e pela falta de controle, estando fortemente relacionado a eventos traumáticos. Violência física ou psicológica, negligência, abuso sexual são eventos mais comuns para o possível desenvolvimento de CA (LATZER et al., 2020). Para o presente trabalho nos debruçamos sobre pesquisas que expõe a relação entre violência e o desenvolvimento do transtorno alimentar e sobre o livro “Pais presentes, pais ausentes: regras e limites, da autora Paula Inez Cunha Gomide (2013), a fim de investigar a influência dos estilos parentais no desenvolvimento da CA. O trabalho faz parte do projeto PICPSI do curso de psicologia da UNIFEBE, e pretende-se continuar se desenvolvendo no próximo semestre, a fim de concluir-se como uma revisão sistemática expondo a relação entre violência e CA.

OBJETIVO

Comparar os aspectos de negligência familiar presente nos estilos parentais com o comportamento alimentar desenvolvido na infância e adolescência.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

LATZER, Yael et al. Childhood maltreatment in patients with binge eating disorder with and without night eating syndrome vs. control. **Psychiatry Research** 293 (2020) 113451, Israel, p. 1-8, set. 2020. DOI: 10.1016/j.psychres.2020.113451. Acesso em: 30 maio 2021.

GUIMARÃES, Tainá J. et al. Impacto de práticas parentais de peso e dieta na imagem corporal de adolescentes do sexo feminino. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria [online]**. 2020, v. 69, n. 1, pp. 31-37. DOI: <<https://doi.org/10.1590/0047-2085000000262>>.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. Pais Presentes Pais Ausentes: Regras e Limites. 12. ed. Petrópolis, RJ :Vozes, 2013.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é uma exploração inicial da literatura sobre transtornos alimentares e estilos parentais. Buscou-se na literatura identificar aspectos de práticas parentais em relação ao comportamento alimentar desenvolvido por pessoas na infância e adolescência. Essa exploração se deu por meio de revisão da literatura disponível e estabelecimento de classes de comparação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Latzer et al. (2020), comparou a prevalência de maus tratos na infância, incluindo abuso sexual, físico e emocional em um grupo de transtorno alimentares. Sendo assim, a CA, por muitas vezes pode ser sinal de algum tipo de abuso ou negligência da criança. No estudo realizado por Guimarães et al. (2020), destacou-se que os filhos que sofrem provocações em relação ao seu peso, incentivo à prática de dietas para perda de peso e fazem menos refeições em família tem maior insatisfação com o corpo, sendo esses comportamentos fatores de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares. Já as escolhas alimentares saudáveis dos pais, se apresentou como um fator de proteção (Tabela 1). No livro “Pais ausentes, pais presentes: regras e limites”, Gomide (2013, p.25) salienta

que “alimentar-se deve ser um ato prazeroso para a criança e não uma hora de estresse para, ambos, mãe e filho...”

Tabela 1: Fatores de risco e proteção listando comportamentos parentais em relação a alimentação.

Fatores de Risco	Fatores de Proteção
Mau Exemplo Alimentar	Bom Exemplo Alimentar
Provocações sobre o peso	Ambiente tranquilo na hora das refeições
Incentivo de dietas para perda de peso	Escolhas saudáveis de alimentos
Não fazer refeições em família	Fazer refeições em família
baixa autoestima	boa autoestima

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das classes estabelecidas, pode-se avaliar por meio de pesquisa empírica os comportamentos parentais percebidos pelos filhos durante o seu desenvolvimento para verificar a relação disso com seus comportamentos alimentares. É preciso dar continuidade no estudo avaliando cada classe comportamental e suas relações com a CA.

INTRODUÇÃO

Segundo Gasparin (2015) empresas familiares são o motor da economia no brasileira, pois elas representam 90% do mercado e movimentam todo o setor de produtos e serviços em uma imensa gama de atividades e representam 60% dos empregos formais do país. Quando se fala de empresa familiar, percebe-se que no vale do Itajaí a diversidade de crescente número de tais empresas, colaborando significativamente para o desenvolvimento econômico da região. Assim, este trabalho buscou compreender se existe uma competitividade interna ou externa, como enfrentam as mesmas diante de seus papéis.

OBJETIVO

Compreender a vivência dos papéis em uma empresa familiar e seu impacto na estrutura organizacional.

REFERÊNCIAS

GASPARIN, Mirian. Empresas Familiares Representam 60% Dos Empregos Formais No Brasil. (2015) Disponível em <https://miriangasparin.com.br/2015/04/empresas-familiares-representam-60-dos-empregos-formais-no-brasil/>.
FREITAS, E. C.; KRAI, L. C. **Gestão organizacional em empresas familiares no Vale do Rio dos Sinos**. 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/SEMINÁRIO/Downloads/2465-41460-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/SEMINÁRIO/Downloads/2465-41460-1-PB%20(1).pdf). Acesso dia 29 de set. de 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado será um questionário aberto aplicado em forma de entrevista presencial durante uma visita técnica a instituição. As perguntas foram pré estabelecidas pelos acadêmicos, sendo divididas em subcategorias de assuntos: primeira categoria questões voltadas à organização, sendo elas parte de documentação, hierarquia e histórico da empresa; segunda categoria voltada para práticas de gestão de pessoas, desde o processo de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, ações de endomarketing, aspectos relacionados à cultura e políticas da empresa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebe-se que a empresa necessita melhorar a sua estrutura organizacional em termos de gestão, pois não apresenta de maneira clara e objetiva, suas práticas de RH, parecem atender apenas os aspectos legais. Os proprietários embora apresentem competência administrativa, não apresentam com clareza suas competências técnicas para a gestão da empresa, fazendo

com que sobressaíam os aspectos operacionais. Os proprietários-fundadores possuem amplo conhecimento sobre a parte operacional do negócio, entretanto, precisa desenvolver os aspectos técnicos de gestão, pois, segundo Freitas e Krai (2010), a profissionalização é essencial para a gestão de empresas familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho, denominado: INFLUÊNCIAS FAMILIARES NO PROCESSO DE GESTÃO, contribui para o aprendizado dos acadêmicos, tanto por parte da teoria estudada em sala de aula, como também os estudos colocados em prática. Concluiu-se que, a gestão familiar na empresa, estava centralizada nos proprietários, mas estavam em desenvolvimento para melhorias no momento da pesquisa. Mesmo assim o contato com o os gestores de uma empresa familiar foi extremamente satisfatório e gratificante.

INTRODUÇÃO

O tema escolhido para este estágio foi a interação entre crianças e responsáveis em ambientes distintos, visando analisar se existem comportamentos diferentes das duas partes dependendo da situação que lhes é apresentada e se o meio pode ser influenciador. Moyles (2002) descreve o brincar como um meio utilizado pelos animais e pelos seres humanos para explorar várias experiências em diversas situações, com finalidades variadas. Assim, o brincar é essencialmente uma experimentação, sem a obrigatoriedade de um resultado e o instrumento da brincadeira pode ser tudo o que a criança utiliza (KISHIMOTO, 2003). Além disso, na grande maioria das vezes, proporciona divertimento e se torna um aliado para o desenvolvimento integral das crianças. Outra importância do brincar, segundo Moyles (2002) é que ele garante que o cérebro e o corpo fiquem estimulados e ativos, além de desenvolver a socialização. Ademais, quando o brincar é realizado com os responsáveis da criança, ele se torna ainda mais relevante, afinal a integração entre eles trazem grandes benefícios para a criança, criando importantes vínculos.

OBJETIVO

Averiguar a interação entre criança e responsáveis por meio do brincar na área recreativa em um shopping e em uma praça ao ar livre.

REFERÊNCIAS

MOYLES, Janet R. **Só brincar? O papel do brincar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MATERIAIS E MÉTODOS

Tipo de pesquisa: estudo qualitativo, descritivo e utiliza como estratégia de pesquisa a observação.

População: crianças entre 4 a 6 anos e seus respectivos responsáveis.

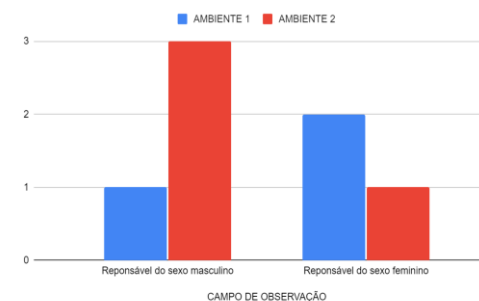
Métodos utilizados: observação direta juntamente com o registro cursivo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No ambiente 1, pudemos perceber que as crianças brincavam mais sozinhas, enquanto que seus responsáveis acompanhavam de uma certa distância, às vezes utilizando seu celular, havendo uma interação menor ou quase nula. Neste local, não observou-se interação entre as crianças ali presentes. Os brinquedos atraíam mais a atenção delas, e cada uma parecia estar imersa em sua própria brincadeira. No ambiente 2 (parque), testemunhamos melhores interações entre crianças e responsáveis. Entendemos que o fato de ser um local aberto exige um cuidado mais próximo e, isto deve influenciar também na interação. Notamos também que os brinquedos compartilhados provocaram uma natural comunicação entre as crianças ali presentes.

Além disso, podemos observar o sexo dos responsáveis, que foram na grande maioria do sexo masculino, conforme o gráfico a seguir.

Figura 1 - sexo dos responsáveis presentes nas observações.



Fonte: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que de fato o ambiente é influenciador do comportamento dos indivíduos, e de suas interações. Os dois locais que observamos possuem recursos para a exploração do brincar infantil. Não se pode afirmar que um é melhor que o outro, pois são modos distintos de influenciar tanto o brincar quanto o interagir. Brincar sozinho também é uma oportunidade de se divertir e contribuir para o desenvolvimento, enquanto que a relação entre responsáveis e crianças fortalece vínculos e estimula emoções e aprendizados. O importante é estabelecer um equilíbrio entre as vivências da criança, garantindo assim um desenvolvimento estimulado e saudável.

INTRODUÇÃO

Muitas pessoas encontram-se desempregadas no Brasil (IBGE, 2021) e parte dessa realidade muito provavelmente é composta por jovens. Como consequência do desemprego, impactos em diversas esferas da vida do jovem podem ocorrer: problemas na autoestima, possíveis sofrimentos mentais e o consumo e/ou dependências de drogas (PINHEIRO E MONTEIRO, 2007). Uma das formas de aumentar o grau de empregabilidade dos jovens, é por meio da orientação profissional, compreendida como um auxílio no processo de escolha profissional (COSTA, 2007). Com o objetivo de que seja realizada tendo como base a realidade dos jovens e, portanto, de torná-la mais efetiva, torna-se relevante caracterizar as dificuldades que tais jovens possuem na busca do emprego, que estratégias utilizam e quais outras experiências vivenciam.

OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa é caracterizar a produção de conhecimento sobre a experiência de jovens que estão em busca de emprego.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos, de trabalho de conclusão de curso, e de dissertações e teses, publicados nos últimos dez anos em quatro bases de dados, com as palavras-chave e operadores booleanos: jovem AND

emprego OR primeiro emprego OR desemprego. Os critérios de inclusão para análise dos materiais encontrados foram: (1) constar no título, pelo menos, uma das palavras-chave, (2) apresentar objetivo de pesquisa coerente com o tema “jovem e busca de emprego” e (3) referir-se à realidade brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Base de dados	Ocorrência	Fenômeno de pesquisa
Scielo	2	“Padrão de inserção do jovem no mercado de trabalho” e “Motivação dos jovens para começar a trabalhar em comparação com a motivação para permanecer no trabalho”.
Capes	2	“As causas que explicam o elevado índice de desemprego dos jovens de baixa renda, na região metropolitana de Goiânia e exigências dos empresários relacionadas às qualificações estabelecidas na oferta de novas vagas para empregos.” e “A situação de emprego e de desemprego entre jovens de Santa Cruz do Sul”.
Lilacs	0	-
Unifebe	0	-

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Essa investigação revelou que existem poucos estudos atualizados voltados para o fenômeno “jovem e busca de emprego”, o que demonstra uma lacuna de produção de conhecimento acerca desse fenômeno. Destaca-se que a busca de emprego e as estratégias utilizadas pelos jovens não foram foco dos estudos encontrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas descobertas fundamentam a relevância sobre a necessidade de se produzir conhecimento em relação à experiência do jovem que está em busca de emprego. Com fins de atender a esta lacuna da literatura, será desenvolvida a pesquisa “Experiências do jovem da cidade de Brusque que está em busca de emprego”, no Programa de Iniciação Científica da Psicologia (PIC-PSI) da UNIFEBE.

REFERÊNCIAS

COSTA, Janaina Moutinho. **Orientação profissional: um outro olhar.** *Psicologia USP*, 2007, v. 18, n. 4, pp. 79-87.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego.**: IBGE, 2021.

PINHEIRO, L.R.S.; MONTEIRO, J.K. 2007. Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental. *Cadernos de psicologia soc. trab.*,10(2):35-45.

INTRODUÇÃO

Esta discussão se desdobra da atividade de Curricularização da Extensão do curso de Psicologia – “População em Situação de Rua”, promovida com o segundo e quarto período, no ano de 2021.2, a qual realizou-se projetos de intervenção à casa de apoio para pessoas em situação de rua. Neste sentido, a partir da vivência da extensão, entrelaçamos conceitos como necropolítica (MBEMBE, 2011), biopoder/ micropolítica (FOUCAULT, 2012) e necrobiopoder (BENTO, 2018) à discussão e ao debate teórico, problematizando a população em situação de rua e a atuação do profissional psicólogo.

OBJETIVO

Discutir a partir dos conceitos necrobiopoder e necropolítica questões relativas à população em situação de rua.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento do presente trabalho realizamos uma pesquisa em bases de dados e a problematização das questões relativas à população em situação de rua a partir dos

conceitos de necrobiopoder e necropolítica. Desta forma, inspirados nos desdobramentos experienciados no projeto de Curricularização da Extensão do curso de Psicologia no Albergue e Centro POP de Brusque-SC, entrelaçamos a vivência da extensão às produções e ao debate teórico com base nos conceitos e teoria foucaultiana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estado atua decidindo lugares, espaços públicos e construções estruturais das cidades, perpetuando a segregação social, assim como a sociedade atua com uma dinâmica do não reconhecimento deste sujeito, desconsiderando a rua um lugar possível de se viver, tendo-a apenas como um espaço de circulação. Isso cria uma divisão entre as pessoas domiciliadas, nas quais não é negado o livre direito de permanência e circulação, e as não domiciliadas, que tem o direito à cidade negado em todos os âmbitos. Desta forma é legitimada a ação do estado como um exercício da tática de necropolítica, validado por setores da população que reproduzem políticas de higienismo. O estado tem seus mecanismos e jogos de poder, e como define Foucault (2017), o poder transita por um processo micropolítico, atravessa

organizações governamentais e estrutura-se nos discursos que legitimam tais ações. Bento (2018) conceitua o termo necrobiopoder que versa o olhar para ações estaduais em andamento contra populações em situação de rua, que desaparecem, e ao mesmo tempo, recomenda-se políticas de assistência à vida. Sendo este um conjunto de técnicas para promover a vida e a morte com base em atributos de qualificação e distribuição dos corpos em uma hierarquia que retira quem é reconhecido como humano e, portanto, deve ser eliminado, a produção da morte para corpos e sujeitos específicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos de pessoas em situação de rua, no final das contas falamos em um sujeito, uma subjetividade que tem uma história, necessidades e desejos, no entanto esse sujeito que é visto, mas desconsiderado, tem um lugar que é sempre desqualificado, uma política e dinâmica de invisibilização e morte. Nesse sentido, o olhar da psicologia pode ser propositivo de reflexões e ações na transformação social, estratégias de implicação da coletividade de modo a não desqualificar a vida destes sujeitos, ser capaz de enxergar e lidar com a diferença e o diferente.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.
FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25. ed. São Paulo: Edições Graal, 2012.
MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Espanha: Mesulina, 2011.

INTRODUÇÃO

Este trabalho refere-se ao Estágio Básico III da 4ª fase do curso de Psicologia, no qual é abordado o tema Envelhecimento e a Solidão: Uma Possibilidade de intervenção através da escrita e averiguar os fatores internos e externos que influenciam no desenvolvimento da solidão durante a velhice e a possível intervenção através da escrita.

OBJETIVO

Tem como objetivo, averiguar os fatores internos e externos que influenciam no desenvolvimento da solidão durante a velhice e a possível intervenção através da escrita, isto corresponde a identificar, nos indivíduos, suas relações nos diversos grupos em que pertencem, verificar a presença ou não da solidão e a respectiva preocupação em relação a isto. Também verificar como fazem para lidar com a solidão, quais os fatores que desencadeiam tal estado e ao que recorrem para evitar ou amenizar esse estado.

MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa de ordem qualitativa; Levantamento prévio de literatura buscando teorias que pudessem elucidar o assunto; Em campo, foram colhidas informações de cunho íntimo e pessoal; Realizado através de uma série de questionamentos e dinâmicas.

REFERÊNCIAS

- BENETTI, Idonézia Collodel; OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **O Poder Terapêutico da escrita**: Quando o silêncio fala alto. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, Florianópolis, v. 19, n. 8, p.67-77, 18 set. 2016. Mensal.
- CARVALHO, A. C. **Pulsão e simbolização: limites da escrita**. In: BARTUCCI, G. (Org.). Psicanálise, literatura e estéticas de subjetivação. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- MCGUIRE, K. M. B.; GREENBERG, M. A. GEVIRTZ, R. **Autonomic effects of expressive writing in individuals with elevated blood pressure**. Journal of Health Psychology, 10, 197-207, 2005
- SEXTON, J. D.; PENNEBAKER, J. W. **The healing powers of expressive writing**. In: S. B. Kaufman; J. C. Kaufman (Eds.) The psychology of creative writing, p. New York: Cambridge University Press, 2009.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com estes resultados, verificou-se que, escrever sobre experiências, sentimentos e pensamentos pode ter grande valor terapêutico, possivelmente porque isso auxilia a fazer reflexões. Segundo Benetti (2016 *apud* SEXTON; PENNEBAKER, 2009) por meio de reflexões é possível examinar cada experiência a partir de vários ângulos. Neste exercício reflexivo a pessoa pode identificar questões e situações que afetam suas vidas e entender o que elas estão fazendo e por quê. Fomenta-se, desta forma, o conhecimento sobre o significado pessoal de experiências estressantes, o que pode beneficiar a saúde.

Como mostra a escrita de uma idosa, onde escreveu “Respondendo este relatório vi que é muito importante termos amigos irmãos para poder nos ajudar uns aos outros para superar nossos medos e também compartilhar nossas felicidades e amizades” (CIC).

De acordo com Benetti (2016 *apud* MCGUIRE; GREENBERG; GEVIRTZ, 2005) também pode se verificar que como exposto acima, diferente da expressão verbal da emoção, a narrativa que emerge do uso da palavra escrita fornece esclarecimentos ou insights a partir de palavras cognitivamente encadeadas e associadas. E por fim, pode-se confirmar que conforme exposto acima, a escrita seria uma forma de sublimação que tem a capacidade de promover um abrandamento de conflito psíquico que gera sofrimento. Conforme Silva (2015 *apud* CARVALHO, 2011) a sublimação

promoveria uma espécie de inscrição subjetiva ao favorecer ao intenso sofrimento uma saída pela via da criação. E que a sublimação é algo que leva o sujeito a fazer laço social, a transformar algo que é particular em algo social ou geral. Identificamos o que o autor quis dizer na escrita de uma participante, “(...) foi muito bom poder relatar um pouco do que eu passei em desabafo (...) obrigada pela oportunidade que vocês me deram de eu poder pôr pra fora o que carrego a anos dentro de mim, foi muito bom” (CIC).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo averiguar os fatores internos e externos que influenciam no desenvolvimento da solidão durante a velhice e a possível intervenção através da escrita. Após as atividades serem realizadas verificou-se que a solidão está presente na vida de indivíduos, independente da idade, porém na velhice este sentimento pode ser mais recorrente devido fatores sociais e relacionais como aposentadoria, viuvez, independência socioeconômica dos filhos, bem como experiências de vida que antecedem esse período colaborando ou não para o surgimento do sentir-se só. As pesquisas bibliográficas mostraram que a solidão é um sentimento humano, muito marcante e presente no cotidiano de grande parte dos idosos. Isto foi evidenciado durante as atividades aplicadas em campo, onde diversas experiências e sensações foram expressas e acolhidas pelos estudantes e o grupo como um todo.

INTRODUÇÃO

Segundo Candau (2011), durante o processo de aprendizagem a criança recebe inúmeras informações acerca das diversidades culturais, injustiças, desigualdades, discriminações e preconceitos. Porém na visão da autora é possível observar uma certa fragilidade nos ambientes que a criança permeia, como o âmbito escolar, familiar, entre outros. Visto que a transmissão de informações claras relacionadas a esses temas têm afetado não apenas o plano de ensino dos pais e professores, mas também na construção da identidade social das crianças. Portanto, a partir da compreensão dessa realidade, o projeto de extensão, O meu mundo é colorido, e o seu?, buscou proporcionar o desenvolvimento de uma cultura de respeito entre as crianças de uma comunidade evangélica, por meio de atividades lúdicas que possibilitasse que as crianças se apropriem destes conhecimentos e desenvolvessem um olhar mais empático e tolerante com o próximo.

OBJETIVO

Promover uma cultura de respeito entre crianças de uma igreja evangélica da região de Brusque, visando contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais tolerante.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. Currículo sem fronteiras, 2011, 11.2: 240-255. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATERIAIS E MÉTODOS

O princípio metodológico que orientou o projeto foi o método qualitativo que, segundo Gil (2010), pode ser caracterizado como uma compreensão detalhada de determinados fenômenos sociais por focar nas características complexas e/ou singulares apresentadas pelos participantes no ambiente natural. O tipo de pesquisa utilizada foi pesquisa de campo. Quanto a construção da fundamentação teórica, essa foi realizada com base em uma pesquisa bibliográfica. Partindo destes conceitos as acadêmicas realizaram duas oficinas com os participantes do projeto, sendo 12 crianças e 1 adulto (professora da instituição), sendo utilizado como materiais: lápis de cores, frascos de perfume e pacotes de balas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados do presente trabalho demonstraram que é possível incentivar e estimular o respeito à diversidade, por meio de atividades lúdicas que favoreçam o fortalecimento de vínculos, a socialização e o convívio comunitário com diferentes grupos, políticos, econômicos, étnicos e religiosos. Tendo em vista como exemplo, a fala de um dos participantes

ao compartilhar no segundo dia de oficina uma experiência em ter uma colega de classe em sua escola, que veio de outro estado, e que verbaliza de forma diferente, possuindo sotaque e outras palavras da que a mesma utiliza. Esta verbalização da colega ocasionava risadas e estranheza para esta criança participante da oficina, e após a primeira dinâmica notou que este era um caso que embora possamos morar no mesmo país, cada região tem sua diversidade em vários contextos, incluindo a fala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho, denominado: O meu mundo é colorido, e o seu?, contribui para o aprendizado das acadêmicas tanto em questão teórica como na prática, pois em meio a esse percurso de aprendizado as acadêmicas puderam associar o conteúdo pesquisado durante o projeto, com a aplicação das oficinas vivenciadas em campo. Deste modo, a partir da experiência vivenciada, entende-se a importância do diálogo, sendo por meio dele o acesso a desconstrução de paradigmas e novos saberes.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido para bens facultativos da Atividade Prática Supervisionada (APS), orientado pela Me. Luzia Meurer, em conjunto com os alunos da segunda fase na disciplina Psicologia do Desenvolvimento II. Visa-se aplicar este projeto com alunos do ensino médio de uma instituição de ensino público, para que se distenda a visão dos participantes sobre o uso do gênero ou sexualidade como pejorativo

A rigidez conceitual do que é ser homem ou ser mulher foi se moldando com o passar dos anos, ou seja, faz-se presente a rotulação da insensibilidade no masculino, logo, o carinho, afeto e fragilidade estão ligados ao feminino. Por conseguinte, resulta-se a transferência da repressão cultural no indivíduo..

A literatura na qual se dispõe este trabalho, busca explicar os fenômenos dos eventos congruentes com a projeção destes sujeitos, no qual os conduz a repetição em apontar no outro aquilo que lhe é reprimido.

Refletir sobre este tema faz-se necessário, logo que dados levantados pela IBDFAM (2021), registram que em 2020, no Brasil, houveram 237 mortes violentas relacionadas à orientação sexual ou identidade de gênero, sendo estes 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%) da comunidade LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IBDFAM. Dia Internacional contra a Homofobia: Brasil registrou 237 mortes violentas de LGBTI em 2020. **IBDFAM**, 17 maio 2021. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/8488/>. Acesso em: 27 outubro 2021.

CASTRO, Aline L. P. de; GOUVEIA, Sérgio H. S.. **O gênero que nos contém: o olhar da psicoterapia analítica sobre a identidade de gênero**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Pernambucana de Saúde - FPS, Recife, 2018. Disponível em: <<http://tcc.fps.edu.br/jspui/handle/fpsrepo/385>>. Acesso em: 14 de out. de 2021.

OBJETIVO

Desenvolver uma reflexão histórico-social e produzir o compartilhamento de experiências, para que assim, se instaure outro olhar dos alunos quanto ao tema abordado.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de um debate com os adolescentes da instituição, utilizar-se-á de ferramentas digitais para o registro de palavras pejorativas que os alunos tenham conhecimento e experienciado em algum momento, para que dessa forma desenvolva-se uma reflexão da origem destas e o significado que carregam ao proferi-las.

Com a utilização de um projetor, apresentar-se-á em slides, ilustrações para a facilitação dos participantes em compreender os conceitos da teoria utilizada na fundamentação teórica e abordados pelo condutor do debate.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Têm-se como intenção resultados qualitativos, visto que buscar-se-á a ampliação do conhecimento dos estudantes quanto aos termos e o significado por trás dos pejorativos que circundam a cultura que sobrevaloriza o masculino.

Visa-se discussões sobre o dinamismo da alteridade e a aceitação de que o outro é diferente de si. bem como a contextualização de animus e anima que fazem participação da psique sexual-complementar e a imagem da alma (CASTRO; GOUVEIA. 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando o cenário atual, no qual a cultura patriarcal projeta sua repressão através da violência, faz-se necessária a discussão, que por conseguinte, busca amplificar o olhar dos participantes quanto as diferenças do eu com o outro.

Logo, o projeto torna-se importante, em vista de que este seja aplicado com adolescentes, nos quais as mediações das reflexões que neste são produzidas, possam assim, desenvolver uma reformulação do comportamento dos mesmos, sendo capaz de acarretar no rompimento do ciclo vicioso cultural, que por sua vez, reprime através do pejorativo.

INTRODUÇÃO

Diante da pandemia COVID-19 novos desafios começam a surgir na área da educação. Desafios estes, vivenciados desde o período de suspensão das aulas até as formas de enfrentamento para o retorno delas. Perante o contexto pandêmico, cabe realizar ações de prevenção e promoção da saúde mental no ambiente escolar.

O projeto foi desenvolvido em um Centro de Educação Infantil da região do Vale do Itajaí Mirim. Teve relevância de proporcionar acolhimento psicológico aos seus profissionais. A proposta de realizar uma oficina de artes, possibilitou aos participantes expressarem suas emoções por meio de atividades artísticas.

Nesse sentido a Abordagem Centrada na Pessoa oferece condições facilitadoras. Para Rogers (2003) as artes expressivas são como um meio para utilizar-se de várias formas da arte para que a pessoa possa expressar seus sentimentos, colocando-os para o meio externo. Utilizar a arte para propósitos terapêuticos é uma forma de se soltar, se expressar e libertar-se.

OBJETIVO

Promover um espaço de acolhimento psicológico visando a expressão das emoções dos profissionais do C.E.I.

REFERÊNCIAS

DEL PRETTE, Zilda A.P.; DEL PRETTE, Almir. **Psicologia das habilidades sociais na infância**: teoria e prática. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
ROGERS, N. **As artes expressivas centradas na pessoa**: Um caminho alternativo no aconselhamento e na educação. Revista Electrónica de Investigación Educativa. Baja California, v. 5, n. 2, 2003.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os recursos utilizados foram: áudio visual, papéis e lápis de cor. Os participantes foram educadores, gestores e auxiliares. Elaborou-se um cronograma de agendamento das atividades que foram desenvolvidas no período vespertino. Na oficina de artes expressivas aplicou-se dinâmicas que englobaram vivências sendo elas: a alma dançante, viagem ao futuro e as emoções falam e tem cores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Verificou-se que os participantes ao se expressarem, inicialmente sentiam-se receosos por não saberem nomear os sentimentos/emoções. Del Prette e Del Prette (2011) relatam que maioria das pessoas não sabe lidar bem com as emoções, e isto ocorre porque a educação não as preparou para o exercício da racionalidade, negligenciando os aspectos ligados ao sentimento. Participaram da oficina 30 pessoas que realizaram desenhos e falaram das suas emoções, expressando o significado deles, dando formas e cores. Ao final dessa atividade averiguou-se quais foram as cores atribuídas aos sentimentos que predominaram no grupo. Sendo as cores azul e verde que se sobressaíram. O grupo atribuiu os sentimentos de calma a cor azul e de fé e esperança a cor verde, vermelho ao amor e marrom ao conforto.

Gráfico 1 - Emoções em cores



Fonte: Elaborado pelas autoras, (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível proporcionar um espaço de acolhimento psicológico para os profissionais do C.E.I. Pode-se identificar que a comunicação não verbal também é uma expressão das emoções. No decorrer das atividades da oficina verificou-se que os participantes foram ficando mais a vontade e com liberdade de expor seus sentimentos e emoções de uma forma mais encorajadora. Portanto, a oficina de artes expressivas pode promover no campo das emoções um sentido positivo em relação aos desafios enfrentados.

INTRODUÇÃO

Santos (2005), traz que a adolescência é um estágio do ciclo de vida no qual o indivíduo passa por transições que acarretam grandes mudanças em sua vida. A escolha de uma profissão está ligada diretamente com seus interesses e habilidades. Sendo assim, o trabalho traz o propósito inicial de conhecer a rotina de adolescentes que vivem longe de suas famílias e o conforto de seus lares, por conta de um sonho, o futebol. Apesar de todos os membros ainda estarem na fase de treinamento, possuem a faixa etária entre 14 a 17 anos, momento da vida em que muitos pensam e se questionam sobre seu futuro profissional.

OBJETIVO

Refletir sobre o futuro profissional aumentando a pluralidade de possibilidades além do futebol.

MATERIAIS E MÉTODOS

Dividido em quatro etapas, sendo a primeira a dinâmica de quebra gelo a qual denominamos “Um Círculo”, a segunda “Bola da Frustração”, a terceira “Toca do Coelho” e última etapa “Em busca do olhar”. O presente estágio aconteceu

na escola de Futebol do Clube Santos Dumont, situada na rua de mesmo nome do Clube Santos Dumont, bairro Santa Terezinha, no município de Brusque, Santa Catarina. A escolinha de futebol tem cerca de 28 anos, e conta com cerca de 150 alunos entre 4 e 16 anos, comanda hoje pelo Sr Andreone.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados do presente trabalho demonstraram que é possível dialogar sobre futuras profissões por meio de atividades lúdicas, e com adolescente que já possuem em primeiro plano a escolha pelo futebol como ramo profissional. Muitos deles nasceram fora do estado de Santa Catarina, vieram para Brusque com o objetivo de ser jogador de futebol e com isso ganhar dinheiro para ajudar a família. Porém, quando o assunto se trata de outras profissões, relataram nunca ter escutado falar de algumas delas em que foram apresentadas,, como exemplo: biomédico, Todas as quatro dinâmicas foram bem sucedidas e com retorno positivo do grupo. Por meio delas pode-se perceber que algumas dúvidas dos adolescentes foram sanadas em relação às profissões que tinham interesse além do futebol. Por fim, foi realizado um

feedback da intervenção dos adolescentes para com o grupo, no qual os mesmos relataram que as atividades ultrapassaram suas expectativas, proporcionando conhecimento e diversão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho, denominado: Orientação profissional com adolescente em treinamento para área esportiva: o futebol, contribui para o aprendizado das acadêmicas, tanto por parte da teoria estudada em sala de aula, como também os estudos colocados em prática. O contato com o grupo de alunos da escola de futebol foi extremamente satisfatório e gratificante. Sendo assim, concluiu-se que, apesar das diversas dificuldades, distância dos familiares, dúvidas sobre o futuro e demais obstáculos que normalmente se vivencia ao desenvolver da vida, tanto o grupo de adolescentes, quanto o grupo das acadêmicas, iniciou as atividades com mero conhecimento e todos finalizaram satisfeitos e com a sensação de dever cumprido, pois ao epílogo a experiência é o que mais importa

REFERÊNCIAS

SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos. O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicologia em estudo**, v. 10, n. 1, p. 57-66, 2005

INTRODUÇÃO

O tema Padrão de Beleza e suas Consequências na Saúde Mental de Adolescentes foi escolhido devido ao modo que está atingindo a população nos últimos anos, principalmente aos adolescentes. Isso pode acarretar problemas na autoestima, autoimagem, autoaceitação e desenvolvimento de transtornos alimentares. Com o desenvolvimento da tecnologia se tornou muito mais fácil o acesso às mídias sociais e com isso aumentam as exposições à padrões estéticos inatingíveis (LIRA *et al.*, 2017). A necessidade de seguir um padrão de beleza traz muitos riscos aos adolescentes no qual se reflete em vários âmbitos de suas vidas como no âmbito educacional, por exemplo, podendo estar diretamente ligado ao fracasso escolar. A frustração por não estar dentro dos padrões gera angústias na qual prejudica a saúde mental do indivíduo e, portanto demanda uma atenção especial à esse assunto. O diálogo a fim de promover uma desconstrução desses ideais é de extrema importância para a prevenção de transtornos alimentares e outras doenças que afetam a saúde mental do indivíduo.

OBJETIVO

Promover reflexão sobre os padrões de beleza estabelecidos pela sociedade e seus riscos com os adolescentes de uma escola de Ensino Fundamental do município de Brusque (SC).

REFERÊNCIAS

LIRA, Ariana Galhardi et al. Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileiras. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. Rio de Janeiro, v. 66, n. 3, p. 164-171, Sept. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v66n3/0047-2085-jbpsiq-66-3-0164.pdf>>. Acesso em: 29 Ago. 2018.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os sujeitos abordados nesta pesquisa tem idade aproximadamente de 12 à 14 anos, sendo uma turma de sexto ano e uma de sétimo ano. Este estudo se classificou como qualitativo, descritivo e enquanto estratégia de pesquisa foi utilizada a intervenção. Primeiramente as acadêmicas entregaram um papel A4 em branco, cortado ao meio e solicitaram que os alunos desenhassem um corpo que os represente. Em seguida entregaram outro papel A4 em branco e neste momento pediram para que os alunos desenhem um corpo que represente como eles gostariam de ser. Posteriormente foram abordados os transtornos alimentares bulimia nervosa e anorexia nervosa como fatores de risco do padrão de beleza. Em seguida foi realizada uma reflexão sobre o que adolescentes desenharam relacionado com o conteúdo passado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira intervenção com a turma do sexto ano, os alunos ficaram em silêncio durante boa parte da palestra e esboçaram algumas reações de espanto ao ver imagens de indivíduos com distúrbios alimentares. Ao fim da apresentação as acadêmicas perguntaram se alguém tinha perguntas a fazer ou se gostaria de tirar alguma dúvida e um aluno perguntou se uma das imagens que foi apresentada sobre anorexia era real, sendo a única pergunta feita as acadêmicas. Quando foi solicitado para que os alunos falassem sobre seus próprios desenhos apenas um menino

quis relatar. Seu relato foi sobre não ter mudado nada no desenho, pois não ligava para a opinião dos colegas sobre o seu corpo, ele gostava de como era e não tinha o desejo de mudar para agradar ninguém. A segunda intervenção foi realizada com uma turma do sétimo ano foram raros os momentos em que os alunos ficaram em silêncio, tiveram que ser advertidos várias vezes pela professora e pelas acadêmicas, esboçando algumas reações variadas, como risos e espanto ao ver imagens de indivíduos com distúrbios alimentares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com as intervenções realizadas com o tema “Padrão de beleza e como afeta a saúde mental dos adolescentes” foi possível perceber a grande necessidade de proporcionar aos estudantes reflexões sobre a auto imagem e informar sobre os distúrbios alimentares como risco do padrão de beleza contemporâneo. A experiência de ir para campo e intervir com estudantes do ensino fundamental despertou interesse nas acadêmicas em explorar mais essa área de atuação e continuar um trabalho de extensão com o tema iniciado no estágio supervisionado básico II. Os desenhos recolhidos dos estudantes se tornaram em um material de qualidade para verificar a necessidade de continuar trabalhando o assunto e conhecer quais são os padrões que está se estabelecendo na maioria dos adolescentes.

INTRODUÇÃO

O âmbito hospitalar representa um ambiente de acolhimento e intervenções médicas e hospitalares para pessoas em adoecimento, que necessitam de cuidados especiais, sendo estes, realizados por profissionais das mais diversas especialidades. Este local é então contemplado por uma visão sólida e enriquecedora, que busca a cura e bem-estar biopsicossocial (CAMPOS, 1995).

No entanto, é percebido que houveram mudanças significativas na visão e na ênfase das instituições hospitalares. Diante disto, Simonetti (2004), relata que tais mudanças deram abertura para uma nova visão acerca do processo de adoecimento. Neste contexto, pode-se citar a inserção do profissional de psicologia, para abarcar demandas que vão além da dor física, estas dizem respeito as questões psíquicas e emocionais apresentadas. Eis que surge a proposta deste estudo, o trabalho da psicologia e o uso da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) no oferecimento de atendimentos psicológicos aos pacientes, tendo em vista o cuidado psicológico e emocional perante os processos de adoecimentos vivenciados no hospital.

OBJETIVO

Proporcionar atendimentos psicológicos a pacientes de uma clínica médica hospitalar, visando o cuidado psicológico e emocional.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, P. Manicômio e loucura no final do século e do milênio. In: FERNANDES, M. I. A.; SCARCELLI, R.; COSTA, E. S. (Org.). **Desinstitucionalização em Saúde Mental**: considerações sobre o paradigma emergente. Saúde em debate, Rio de Janeiro, v. 25, n. 58, p. 5-11, mai./ago. 1999.
- CAMPOS, T. C. **Psicologia hospitalar**: A atuação do psicólogo em hospitais. São Paulo: E.P.U, 1995.
- SIMONETTI, A. **Manual de psicologia hospitalar**: o mapa da doença. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem deste trabalho se tratou de uma pesquisa qualitativa, buscando analisar e estudar um determinado contexto. O tipo de pesquisa, exploratória, tendo como propósito explorar um determinado tema, para torná-lo assim mais conhecido.

Quanto ao método, fora realizado uma pesquisa de campo, a qual teve por objetivo observar, coletar, analisar e interpretar fenômenos em tal contexto. Sendo realizados na clínica médica de um hospital atendimentos psicológicos semanais, contemplando um carga horária de cinco horas, compreendendo um total de 25 horas no campo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram atendidos 12 pacientes acamados. Num posterior levantamento, indagando as pessoas de como se sentiram e o que acharam da escuta ao término do atendimento prestado, os relatos indicaram que os pacientes atendidos compreenderam como significativo os atendimentos. As falas basearam-se em como foi gratificante receber uma escuta sobre si, do seu estado de saúde e principalmente sobre sua vida, que não se teve julgamentos, críticas, outros abordaram que começaram a ter outro olhar de questões que nunca pararam para perceber em suas vidas, que tiveram um espaço para falar de si além da doença que portavam. Tais relatos trouxeram à tona a importância de um cuidado psicológico, uma escuta qualificada, demandada pelo campo em prol da saúde mental da pessoa hospitalizada.

Figura 1 – Psicologia e o âmbito hospitalar.



Fonte: <https://encenasaudemental.com/noticias/metodologia-ativa-e-utilizada-em-psicologia-da-saude/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, pode se considerar a relevância do trabalho da psicologia e da ACP no âmbito hospitalar. As intervenções puderam proporcionar ao paciente, um olhar que não enfoca somente a sua patologia, pois compreende que muito mais do que um corpo adoecido, existe uma pessoa para além da doença, na qual possui desejos, histórias, emoções, ou seja, almeja trabalhar o ser em sua totalidade (AMARANTE, 1999). Trata-se de um olhar que desloca a doença sem desprezá-la, e que pode ajudar na construção de recursos emocionais para lidar de uma forma ampla com seu processo de adoecimento, e esse olhar torna-se possível, a partir de uma escuta comprometida com a pessoa.

INTRODUÇÃO

O clima organizacional caracteriza-se como um composto de percepções que são compartilhadas pelos trabalhadores acerca de diferentes fatores do ambiente organizacional. (RICARDO, 2004). A pesquisa de clima organizacional é uma importante ferramenta que fornece dados seguros e objetivos, tornando-se valiosos instrumentos, pois por meio da análise dos dados obtidos é possível diagnosticar problemas reais na gestão da empresa e assim auxiliar no desenvolvimento de programas voltados para melhorias no ambiente de trabalho (BISPO, 2006).

OBJETIVO

Este trabalho objetivou-se compreender o clima organizacional e sua importância por meio de pesquisa realizada com colaboradores de uma empresa do ramo têxtil, na região do Vale do Itajaí.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa fez parte dos conhecimentos produzidos sobre clima organizacional no decorrer da disciplina de Comportamento Organizacional. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, considerada um estudo de campo, os sujeitos abordados nesta pesquisa são funcionários de uma empresa

REFERÊNCIAS

- BISPO, Carlos Alberto Ferreira. Um novo modelo de pesquisa de clima organizacional. **Produção**. São Paulo, v. 16, n.2, p. 258-273, ago. 2006.
- RICARDO, Wanderleia Abril Ramos. **Gestão do clima organizacional**. 2004, 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Pedagogia Empresarial. Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2004.
- VASCONCELOS, Kátia Jovelina de; ESTENDER, Antonio Carlos; BARBOSA, Lidiane. **A desmotivação e as causas da rotatividade dos colaboradores**. 2015.

do ramo têxtil da região do Vale de Itajaí, foi construído um questionário para levantamento de dados com base em 17 variáveis (Condições Física e Segurança no Trabalho, Ética e Responsabilidade Social, Integração entre os setores da empresa, Fatores Externos, Liderança, Supervisão e Gestão, Trabalho realizado pelos funcionários, Imagem da Empresa, Qualidade, Satisfação e Orientação para os Clientes, Reconhecimento e Valorização, Salários e Benefícios, Treinamento, desenvolvimento, carreira, progresso e realização profissional, Comunicação, Objetivos Organizacionais, Trabalho em equipe, Participação, Fatores Motivadores e Desmotivadores). O questionário foi composto por 50 questões objetivas e uma questão aberta. Realizou-se um estudo piloto com um colaborador, e posteriormente a pesquisa foi realizada com 8 funcionários.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De maneira geral todos tiveram um elevado índice de satisfação com as variáveis investigadas. As variáveis mais satisfatórias foram: Condições física e segurança no trabalho, ética e responsabilidade social, integração entre os setores da empresa, fatores externos.

Destaca-se os resultados referentes a três variáveis, que tiveram um índice maior de discordância em relação às outras: Comunicação, Trabalho em equipe, Participação que tiveram resultados de 25%, 16% e 19% respectivamente.

Torna-se importante destacar, que existem organizações que acabam não encontrando estratégias para atender as demandas de seus colaboradores e acabam sendo ultrapassados por não conseguirem identificar e atingir os desejos básicos que irão tornar-se fundamental para o empenho de seus funcionários. Desta forma acabam parando no tempo e aumentando os fatores desmotivadores, causando muitas vezes a rotatividade (VASCONCELOS; ESTENDER; BARBOSA, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo geral proposto de compreender como a pesquisa de clima organizacional pode ser uma ferramenta eficaz e vantajosa para o entendimento do clima organizacional. Às informações obtidas nas etapas realizadas na pesquisa permitiram identificar os fatores, com base nos resultados, que estão influenciando no clima dessa organização e assim, o surgimento de oportunidades de melhoria para empresa. Como sugestão à empresa foram indicadas: caixa de sugestão e mural participativo para melhorar a participação e comunicação dos colaboradores e dinâmicas de grupos para melhorar o trabalho em equipe. Por fim, destaca-se que, foi possível por meio deste trabalho adquirir muitas experiências, que foram enriquecedoras ao conhecimento das acadêmicas e que muito servirá de auxílio aos estudos futuros

INTRODUÇÃO

O Brasil é o segundo país com maior número de depressivos nas Américas, com 5,8% da população diagnosticada, ficando atrás somente dos Estados Unidos, com 5,9% de depressivos, segundo a Organização Mundial da Saúde –OMS (2017).

Monteiro (2012) sinaliza que se deve considerar importante o estudo da depressão em crianças e adolescentes, pois isto ajuda a evitar uma maior problemática posterior decorrente de sua manifestação. Os adolescentes são tão vulneráveis à depressão quanto os adultos, passam por pressão social e novas situações que podem cooperar para o desencadeamento da depressão. Eles podem demonstrar rebeldia, confusão, angústia e outros sinais depressivos, podendo se agravar e favorecer a prática do suicídio, em alguns casos. Observando o impacto e vulnerabilidade que tal doença perpassa neste estágio da vida, a iniciativa e importância abarcada por este trabalho é elucidar a depressão na adolescência, como ela pode ser possivelmente esclarecida e dialogada, indo ao encontro da prevenção e promoção da saúde mental diante deste fenômeno, tendo como público alvo adolescentes do Ensino Médio.

OBJETIVO

Elucidar a depressão na adolescência, e como ela pode ser possivelmente esclarecida e dialogada com adolescentes do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

MONTEIRO, João Pedro Nascimento. **Depressão e ideação suicida em adolescentes**: as várias faces da institucionalização. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 2012. Disponível: https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/2795/1/msc_jpnmonteiro.pdf Acesso em: 05 mar. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (OMS). **Depression and Other Common Mental Disorders**: Global Health Estimates. Geneva: 2017. *E-book*. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/management/depression/prevalence_global_health_estimates/en/ Acesso: 03 mar. 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

O tipo de pesquisa trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, visando um acesso mais próximo do problema investigado e oferecendo informações sobre a temática. Tendo como procedimento a realização de oficinas. Estas foram atribuídas individualmente em 04 turmas do I, II e III anos do ensino médio, num agrupamento total de 139 estudantes. Iniciando com a descrição de um questionamento inicial respondido anonimamente pelos estudantes, posteriormente, explicação e discussão do tema depressão na adolescência, com relato de uma vivência contada pelo acadêmico, finalizando com uma dinâmica e diálogo aberto entre a turma.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No contato com o campo por meio das oficinas realizadas, pode-se corroborar o impacto e vulnerabilidade que se estabelece diante dos estudantes do ensino médio. A comprovação emerge nas expressões dos alunos nas oficinas e principalmente em seus escritos coletados e discutidos. Angústias, dificuldades e tristezas, referentes à saúde mental, como exemplo: a baixa autoestima, oscilações de humor, ansiedade, insegurança, anseios sobre o coronavírus COVID-19; questões que envolvem as relações familiares conturbadas; problemas com amizades e socialização; pressão nos estudos e carreira; finanças; perdas e lutos; identidade de gênero; se apresentaram como as queixas mais pertinentes vivenciadas, que compreendem e refletem como se encontram possíveis situações de risco observadas, que

podem contribuir para desencadear a manifestação da depressão neste período da vida.

Figura 1 – Realização da oficina em uma das turmas.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a gravidade e proporção que esta doença vem trazendo e acometendo tantas pessoas, pode-se corroborar com este trabalho, a importância de elucidar a depressão na adolescência no ensino médio, em busca de promover diálogos, reflexões e intervenções sobre este tema, no intuito de promover práticas de prevenção e promoção de saúde mental diante deste fenômeno, auxiliando a evitar uma maior problemática e agravamento dos casos nos adolescentes.

INTRODUÇÃO

Este projeto surgiu a partir da Disciplina Psicologia Escolar e Educacional, a fim de se construir uma oficina que pudesse ser levada para as escolas, visando trabalhar com um fenômeno presente no contexto escolar. As acadêmicas identificaram que em suas vidas a leitura foi pouco incentivada, prevenir esta falha é algo que se almeja para as gerações futuras pois esta prática impulsiona atividades cerebrais como o uso da linguagem oral (GABRIEL, 2016). Por meio desse contexto do percurso escolar das acadêmicas surgiu o Projeto Descomplicando a Leitura, que visa levar a leitura para crianças de uma forma leve, a fim de que elas criem um apreço por ela desde a mais tenra idade, não apenas quando for necessário em suas vidas.

OBJETIVO

Desenvolver o apreço pela leitura entre os estudantes de um CEI da região do Vale do Itajaí Mirim, visando o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores alinhados à BNCC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Tipo de pesquisa: estudo qualitativo, descritivo e utiliza como estratégia de pesquisa a observação e intervenção por meio de uma oficina.

População: crianças entre 5 a 6 anos.

Métodos utilizados: observação direta com registro cursivo, atividades que envolvem livros e a imaginação.

REFERÊNCIAS

GABRIEL, Rosângela; MORAIS, José; KOLINSKY, Régine. A aprendizagem da leitura e suas implicações sobre a memória e a cognição. **Ilha Desterro**, Florianópolis, v.69, p. 61-78, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-80262016000100061&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 05 maio de 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No contato inicial com a escola, a diretoria mostrou interesse pelo projeto e frisou sua preocupação com a leitura no determinado CEI. No primeiro momento com as crianças, elas foram incentivadas a contar sobre o seu contato individual com a leitura, perguntou-se já tinham ouvido alguma história contada por outra pessoa e se gostaram, todas responderam que as professoras contavam para elas e que gostavam. Logo após, perguntou-se aos alunos se eles têm interesse em aprender a ler, sendo que apenas um deles respondeu negativamente. Ademais, a maioria ouviu histórias lidas pelos seus pais, sendo contos de animais as mais relatadas.

Durante a intervenção participaram, ao todo, 16 crianças, sendo 6 estudantes do pré I e 10 do pré II. Na turma, do pré I, averiguou-se que todos se mostraram atentos à leitura da história e fizeram a atividade proposta muito bem. Já na turma do pré II, os estudantes se dispersaram durante a atividade proposta, embora tenham concluído de maneira satisfatória, ademais, durante o momento de leitura todos permaneceram atentos. As crianças de ambas as turmas trouxeram ideias interessantes em suas atividades, focando na amizade e ajuda ao próximo.

Em decorrência da pandemia do Covid-19 o projeto foi interrompido, devido ao aumento do número de casos da variante delta, a fim de preservar a saúde das crianças, bem como dos funcionários da escola e das estudantes. Realizaram-se apenas uma intervenção com as crianças, além de um encontro inicial com a diretoria e professores do CEI.

Figura 1: Desenhos produzidos na primeira intervenção.



Fonte: Arquivo pessoal das acadêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que a forma que o CEI está apresentando e incentivando os estudantes a praticarem a leitura, está sendo positiva e trazendo resultados para as crianças. Apesar de ainda não estarem na faixa etária do aprendizado da leitura, somente uma delas não tem vontade de aprender a ler, enquanto as demais estão animadas e desejando este momento.

Houve um retorno positivo das professoras e da direção do CEI a respeito das atividades realizadas na oficina, além de um ótimo acolhimento aos estudantes da Unifebe. Deixamos aqui o nosso agradecimento por tamanho privilégio desta oportunidade, e pelo CEI ter recebido o projeto com carinho, sempre apoiando os estudantes.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema memória e lúdico na terceira idade surgiu com o propósito de estimular a memória, resgatando momentos que decorreram ao longo da vida dos idosos, colaborando com a autonomia do indivíduo utilizando como ferramentas a criatividade, o lúdico, a consciência e o diálogo.

OBJETIVO

Proporcionar a um grupo de idosos uma reflexão acerca das etapas do desenvolvimento humano, visando resgatar a trajetória de vida e a noção dos eventos passados por meio da memória, utilizando-se o lúdico como forma de expressão do seu fazer em toda a etapa do Desenvolvimento Humano; Resgatar a consciência histórica por meio de lembranças de cada etapa do Desenvolvimento Humano; Proporcionar momento de vivência e partilha das experiências de vida.

MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa de ordem qualitativa; Levantamento prévio de literatura buscando teorias que pudessem elucidar o assunto; Em campo, foram colhidas informações de cunho íntimo e pessoal; Realizado através de uma série de questionamentos e dinâmicas. As atividades a serem realizadas busca o entrosamento e participação dos idosos, para que venham a se expressarem de forma lúdica, por meio de desenhos, os momentos que marcaram sua vida, a fim de refletir, comparar e compartilhar suas experiências com o grupo.

REFERÊNCIAS

- PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12 ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
- PAÚL, Constança; RIBEIRO, Óscar. **Manual de Gerontologia: Aspetos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento**. Lisboa: Lidel, 2012.
- RIBEIRO, Leila Francielli. **Qualidade de vida na terceira idade**. Ágora: revista de divulgação científica, v. 17, n. 2, p. 75-80, 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Paúl e Ribeiro (2012), o envelhecimento é uma fase da vida caracterizada por transições, iniciando no componente biológico e finalizando no social. Neste ciclo da vida, as características pessoais do indivíduo vão se alterando para uma construção de uma imagem de si mesmo como “idoso”. Neste sentido é importante frisar o cuidado com a memória para que haja revisitação de sua trajetória sempre necessitar.

A perda da memória é a principal preocupação relatada por idosos em estudos feitos nesta área (PAPALIA; FELDMAN, 2013). As dificuldades na memória fazem parte do envelhecimento normal e é um dos indicadores de uma possível presença da doença de Alzheimer (PAÚL; RIBEIRO, 2012).

O envelhecimento ocorrerá a todos, portanto, é necessário agir contribuindo com ações eficazes para resguardar esta etapa da vida humana de forma segura, com maior dignidade, qualidade e respeito (RIBEIRO, 2010). Portanto, com as intervenções praticadas neste projeto, foi possível evidenciar a importância de visitar memórias e trajetórias que às vezes estavam guardadas a anos ou mesmo esquecidas. Para isso é necessário que o idoso tenha uma boa qualidade de vida.

Segundo Ribeiro (2010), qualidade de vida é a soma de vários fatores, principalmente a preservação do prazer de todos seus aspectos, de um corpo saudável, aceitar seus

limites, interagir em sociedade, compartilhar, aprender, manter-se em um eterno processo de aprendizagem. Sendo assim, um envelhecimento bem-sucedido (ou ideal) tornou-se possível devido ao crescente número de idosos ativos e saudáveis nesta nova geração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da explicação sobre memória, pode-se perceber que alguns questionamentos das idosas foram sanados, por já estarem vivenciando alguns sintomas sobre o envelhecimento. Ficou evidente o interesse das idosas no assunto abordado e também pode-se perceber um grande desconhecimento sobre o assunto no grupo. Para os acadêmicos(as) foi essencial a realização do estágio sobre memória, por terem que entender e estudar mais do assunto, assim saber a importância que a memória tem para a psicologia e para a aprendizagem.

O papel do psicólogo na fase do envelhecimento é muito importante porque proporciona, com sua formação e conhecimento científico, um conjunto diverso de papéis em diferentes contextos da vida dos idosos. Estudos indicam que a maioria dos idosos preferem intervenções psicológicas à medicação, pelo fato de já fazerem uso de muitos medicamentos para doenças físicas. Esse profissional pode rentabilizar o potencial e promover uma velhice ativa e saudável, com envolvimento social e com a comunidade.

INTRODUÇÃO

Sabemos que a institucionalização do idoso acaba sendo necessária por parte da família sob a justificativa seja de tempo, espaço ou dificuldade do idoso em realizar as atividades diárias, como ir ao banheiro, tomar banho, se alimentar ou até mesmo locomover. As instituições geriátricas, casas de longa permanência, por maior perfil assistencialista em atender os idosos, seu principal objetivo é prover alimentação e abrigo, tornando aos idosos um ambiente estressante, podendo desencadear nos idosos ali inseridos quadros de depressão, devido ao isolamento, perda de liberdade em que eles se encontram.

Em contrapartida, existe os idosos que são ativos, conseguem realizar suas atividades diárias com independência. Porém, se encontram em situações de recém entrada na aposentadoria, os deixando com o sentimento de desmoteados ou inutilizados. Uma saída plausível para auxiliá-los seria a inclusão desse idoso, em programas de promoção em saúde do idoso, seja para estimulação ou socialização. Com isso, faz-se necessário para a Psicologia compreender quais são as diferenças se tratando de fatores cognitivos como a Memória e a Atenção nos idosos incluídos nos diferentes ambientes, a Institucionalização e os Programas de Promoção em saúde do idoso. E prover aos idosos institucionalizados um momento de estimulação e socialização, visto o quão isolados e solitários se sentem.

REFERÊNCIAS

- FREITAS, Mariana Ayres Vihena de; SCHEICHER, Marcos Eduardo. Qualidade de vida de idosos institucionalizados. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, v.13, n. 3, p. 395-401, 2010. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/114406/S1809-98232010000300006.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 02 Mai. 2019.
- RIZZOLLI, Darlan; SURDI, Aguinaldo César. Percepção dos idosos sobre grupos de terceira idade. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, n. 13, v. 2, p. 225-233, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v13n2/a07v13n2.pdf>>. Acesso em: 17 Mai. 2019.

OBJETIVO

Averiguar as diferenças do desenvolvimento cognitivo entre os idosos institucionalizados no Lar de Idosos e os idosos participantes do programa de Grupo da Amizade de Brusque.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os sujeitos abordados nesta pesquisa tinham idade aproximadamente de 58 á 94 anos. A primeira intervenção foi realizada com um grupo de 30 mulheres, denominado grupo da “Amizade”. Na segunda intervenção foi realizada com 10 mulheres no Lar de Idosos.

A primeira dinâmica que foi aplicada é chamada “jogo da memória viva”. A segunda dinâmica aplicada era chamada “pássaros no ar”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os idosos se encontravam em períodos, nos quais havia socialização e prática de atividades para exercitar, portanto apresentaram bons resultados nas dinâmicas aplicadas, com uma participação ativa, havendo bastante comunicação com os acadêmicos e participação nas atividades realizadas. Segundo Rizzolli & Surdi (2010) o convívio de idosos em grupo de convivências é muito importante para o desenvolvimento do idoso tanto individual como em comunidade, os comportamentos desenvolvidos com essas atividades ajudam na socialização e enfrentamento dos

preconceitos na Terceira Idade, além de por em pratica suas habilidades cognitivas para a manutenção, sempre pondo em funcionamento sua memória e atenção para que possam ser preservadas, atingindo uma velhice mais saudável.

Os idosos institucionalizados eram mais calmos, demoravam mais para responder às atividades e apresentaram resultados inferiores. Alguns fatores pode ter influenciado nos resultados dos idosos institucionalizados. Como a maioria das instituições de longa permanência possuem um perfil assistencialista, o cuidado dos idosos se resumem apenas em oferecer abrigo e alimentação (FREITAS; SCHEICHER, 2010). Os idosos institucionalizados não possuem muita estimulação, portanto o seu processo cognitivo e repertório de comportamento é prejudicado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do projeto e realização das intenções do Estágio Básico III complementou o conhecimento dos acadêmicos sobre o desenvolvimento humano no estágio da velhice e proporcionou vivências importantes em suas formações no curso de Psicologia. Através dos dados apresentados pelas intervenções, pode-se ver diferenças importantes entre idosos institucionalizados e idosos não-institucionalizados que buscam ter uma vida mais ativa, salientando ainda mais a importância de se ter uma vida ativa para que possa haver uma prevenção de saúde mental e física.

INTRODUÇÃO

Os prejuízos causados pelos transtornos depressivos podem se estender até a total incapacidade, de modo que a pessoa deprimida, nos casos mais graves, é incapaz de dar atenção às necessidades básicas de cuidado consigo mesma. Também foi observado que possuem mais dor e doenças físicas, e maior redução no funcionamento físico, social e de papéis (DSM-V, 2014). Diante dos dados mencionados, pode-se perceber a importância de um acompanhamento profissional adequado, em conjunto com tratamento psiquiátrico e psicoterapêutico. Em relação ao tratamento proposto para os transtornos depressivos, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é considerada uma das principais abordagens cognitivas da atualidade, constituindo uma integração de conceitos e técnicas cognitivo-comportamentais e diferenciando-se umas das outras de acordo com o enfoque predominante, cognitivo ou comportamental, de acordo com Souza & Candido (2010 apud REYES; FERMANN, 2017). Knapp e Beck (2008 apud REYES; FERMANN, 2017) afirmam que a pesquisa e a prática clínica mostram que a TCC é efetiva na redução de sintomas e taxas de recorrência, com ou sem medicação, em uma ampla variedade de transtornos psiquiátricos, incluindo a depressão.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. **DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014. 5. ed. p. 155-188.
HOFMANN, Stefan G. **Introdução à terapia cognitivo-comportamental contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
REYES, Amanda Neumann; FERMANN, Ilana Luiz. Eficácia da terapia cognitivo-comportamental no transtorno de ansiedade generalizada. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 49-54, jun. 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtc/v13n1/v13n1a08.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2021.
WRIGHT, Jesse H.; Monica R., BASCO; Michael E., THASE. **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental**: um guia ilustrado. Porto Alegre: Artmed, 2008.

OBJETIVO

Identificar as técnicas da Terapia Cognitivo-Comportamental para o tratamento de transtornos depressivos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é de natureza qualitativa e quanto ao objetivo, é caracterizada como descritiva, já que esta é um tipo que se fundamenta em estudos e que se concentra na análise das publicações. Consiste em uma revisão sistemática de literatura, com a finalidade de reunir conhecimentos científicos já produzidos sobre o tema em investigação, por meio de artigos e livros. Sendo assim, objetivou-se buscar e sintetizar o material disponível, visando colaborar com o desenvolvimento do conhecimento sobre as contribuições da Terapia Cognitivo-Comportamental no tratamento dos Transtornos Depressivos. Foram consultados 2 (dois) livros reconhecidos na área por sua relevância científica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As principais técnicas identificadas foram: Registro de Pensamentos (consiste em registrar os pensamentos automáticos em uma tabela, juntamente com as situações emoções e consequências) (WRIGHT; BASCO; THASE, 2008);

ativação comportamental (o diário de atividades inclui horário e data, local, uma breve descrição da atividade e uma pontuação do quanto a atividade foi agradável. É altamente recomendada, sobretudo no início do tratamento, para elevar o nível de energia do paciente) (HOFMANN, 2014); Meditação e relaxamento (práticas de mindfulness podem encorajar o indivíduo a se concentrar no momento presente, à abertura, flexibilidade e curiosidade) (HOFMANN, 2014); Psicoeducação e reestruturação cognitiva (identificar, contestar e corrigir crenças e esquemas mal adaptativos, alterando a reação emocional associada) (HOFMANN, 2014); e modificação de situação (identificar e resolver alguns dos problemas cotidianos, podendo modificar efetivamente alguns dos desencadeadores da depressão) (HOFMANN, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acadêmica teve a oportunidade de ampliar seus conhecimentos dentro da abordagem Terapia Cognitivo-Comportamental, para poder exercer as técnicas quando fundamentais para o caso dentro da clínica. Além disso, pode ser observado quanto é de fundamental importância conhecer as técnicas cognitivas comportamentais e sua aplicação para auxiliar na eficiência do tratamento do paciente depressivo.

INTRODUÇÃO

No primeiro trimestre de 2020 a Organização Mundial da Saúde, classificou o coronavírus (Covid-19) como pandemia, iniciando assim, todo um movimento das instituições educacionais para dar continuidade ao plano de ensino. Pais e responsáveis acabaram, no entanto, recebendo a responsabilidade de auxiliar seus filhos a participarem dos métodos providos pelas instituições.

Richit (2004), que estuda Vygotsky, afirma que o autor traz em seus estudos que a mudança que ocorre no indivíduo, ao longo do seu desenvolvimento, está vinculada às interações entre o sujeito, sociedade, cultura e história de vida. As interações com o meio são além de necessárias fundamentais, pois através de signos, uso de diferentes instrumentos e influência dos itens citados, há uma influente proporção no desenvolvimento das funções mentais superiores.

OBJETIVO

Temos como objetivo a análise de respostas realizadas por crianças de diferentes faixas etárias, avaliando como base a teoria da aprendizagem de Vygotsky, sobre o uso de signos e instrumentos para a mediação que as crianças entrevistadas usam durante seu período de desenvolvimento perante ao quadro educacional em meio a pandemia.

REFERÊNCIAS

- RICHIT, Adriana. Implicações da teoria de Vygotsky aos processos de aprendizagem e desenvolvimento em ambientes mediados pelo computador. **Revista Perspectiva**, v. 28 n. 103. p. 21-32, 2004.
- MARTINS, Lígia Márcia; RABATINI, Vanessa Gertrudes. A concepção de cultura em Vigotski: contribuições para a educação escolar. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 345-358, dez. 2011.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma entrevista em quatro etapas com crianças da faixa etária de 4 a 9 anos, na qual foram separadas em grupos de 4 e 5, 6 e 7, e por fim, 8 e 9 anos, totalizando 6 entrevistados, dentre eles meninos e meninas.

A primeira etapa baseou-se em se as crianças sabiam o que era o Covid-19, o que o mesmo causava e quem havia lhes ensinado sobre. Na segunda etapa, focamos quanto à precaução do mesmo, perguntando se tinham conhecimento de como se precaver e se estavam tomando os devidos cuidados. A terceira e quarta etapa foram voltadas para a educação, questionando as crianças sobre sua rotina escolar em meio a pandemia, qual professor/matéria favorita e o porque, finalizando assim com as perguntas, questionamos se as crianças realizavam as tarefas passadas para fazer em casa e quando precisavam de ajuda, quem os auxiliava. Coletamos assim as respostas obtidas e analisamos com base nos estudos teóricos do processo de aprendizagem de Vygotsky.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebe-se que as crianças em suas respostas têm a responsabilidade e a consciência do quão letal o vírus pode ser. Relacionando-se com a ZDP, a criança assimilou os cuidados básicos de higiene com o vírus, explicitando em

suas respostas a mediação e os instrumentos que utilizam para aprender. A “doença” e “morte” aparecem então como signos, para as mesmas mediar os riscos e a necessidade do uso de instrumentos perante o cenário atual, assim prevenindo a si e aos outros de um possível contágio.

O desenvolvimento real, abordado pela teoria Vygotskiana, mostra-se presente nessas idades, pois elas têm a capacidade de responder as perguntas sozinhas, sendo assim, o processo comunicativo e interacional pode promover uma potencialização do desenvolvimento e da aprendizagem da criança pelo fato de ela já ter alcançado essa etapa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que por estarem em período de desenvolvimento, as crianças, deixam explícitos pontos das teorias abordadas na entrevista. Os mesmos demonstraram capacidade de não precisar da ajuda de um adulto para responder as perguntas. Como explicitado pela autora Martins (2011), os participantes demonstraram através de suas respostas o uso de símbolos e instrumentos para mediações, como também sobre a socialização da criança com o outro para estimulação do aprender perante a Zona de Desenvolvimento Proximal que estas demonstram em suas casas e em ambiente escolar.

RESUMOS – PÔSTERES PUBLICIDADE E PROPAGANDA



INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta o processo de elaboração de alternativas criativas para uma demanda específica da área de Publicidade e Propaganda, da qual os estudantes deveriam aplicar a técnica conhecida como sinética, para encontrar uma possível proposta de solução. O trabalho foi executado no componente curricular denominado Metodologia de Projeto, na segunda fase do curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário de Brusque e, recebeu o nome de Desafio Criativo.

Sabe-se que a fase criativa, dentro do processo projetual, tem o intuito de gerar soluções que sejam inovadoras (BAJA, 2012). Desta maneira, buscou-se na técnica denominada sinética, um resultado criativo e singular para a demanda que foi entregue pela docente. Tal demanda, que foi elaborada de forma hipotética, destinava-se a uma marca de achocolatado pronto, que desejava reestruturar a assinatura visual de sua rede social, por meio de uma campanha publicitária. Assim, foi estipulado que a intenção da marca de achocolatado pronto, era de basear-se em algum brinquedo do presente momento, visto que seu público principal é infantil.

Segundo Pazmino (2015, p. 204), a sinética visa combinar fatores que são distintos e assim, possibilitam ver a demanda por uma nova perspectiva. Portanto, faz uso de analogias e busca tornar o estranho em familiar e o familiar em estranho.

OBJETIVO

Elaborar uma solução criativa utilizando-se da sinética para reestruturar a assinatura visual de uma rede social de uma

REFERÊNCIAS

- BAJA, Jessica Zanon. **A importância da metodologia de projeto e do projeto criativo para o Design**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Design) - Curso de Design, Universidade Positivo. Curitiba, p. 115. 2012.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.
- PAZMINO, Ana Veronica. **Como se Cria: 40 métodos para design de produtos**. São Paulo: Blucher, 2015.

marca de achocolatado pronto.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é de abordagem qualitativa quanto ao problema, exploratória em relação ao objetivo e de natureza aplicada que, para Gil (2017), busca aprendizagem por meio da aplicação em circunstâncias específicas. Para tanto, a estrutura sequencial para a elaboração da pesquisa foi: a. Preparação da equipe em relação a aprendizagem da técnica sinética; b. Compreensão da demanda estabelecida no desafio; c. Desenvolvimento da alternativa criativa por meio da técnica sinética; d. Apresentação da solução criativa com demonstração do uso da técnica sinética.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após o sorteio da técnica e o recebimento da demanda, já com a equipe formada, iniciou-se as discussões de possíveis ideias, tendo em vista a aplicação da técnica sinética. Além do desafio proposto, havia também a questão do tempo, da qual deveria-se formular a proposta dentro do tempo máximo de três horas e trinta minutos. Ou seja, quatro períodos de aula. Assim, a alternativa escolhida como solução, buscou analogia com um jogo desenvolvido em plataforma de *game* 3D, comumente presente no contexto do público em questão. Desta maneira, se propôs que as caixas do achocolatado pronto, transformariam-se em partes do corpo de um boneco, semelhante ao *game* 3D mencionado, para

que as crianças pudessem juntar e formar um boneco. Após a sugestão da ação publicitária, com a inserção dos bonecos do dito jogo, buscou-se então estabelecer uma sugestão de assinatura visual para a rede social da marca de achocolatado pronto, conforme Figura 1.

Figura 1 – Proposta de assinatura visual para rede social da marca.



Fonte: Elaborado por (personagens meramente ilustrativos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se aplicar na prática uma técnica criativa, tornou-se evidente a relevância de estratégias e passos como estes, no decurso dos processos projetuais, visto a organização e sistematização das ideias e do pensamento criativo. Além disso, considera-se que o trabalho em equipe é fundamental para a elaboração de ideias inovadoras.

INTRODUÇÃO

De acordo com Baja (2012) o processo criativo conta com processos e operações mentais na busca por alternativas e soluções incomuns. Desta forma, a utilização de ferramentas que colaborem neste processo, são essenciais para um resultado satisfatório.

Tendo em vista o processo criativo, a docente propôs uma atividade, que foi elaborada por meio de uma demanda fictícia, porém a partir de uma marca real. A demanda consistiu na mudança de um comercial televisivo de um refrigerante que é reconhecido mundialmente. Embora muitas campanhas desta marca sejam globais, a empresa realiza alterações de acordo com as realidades culturais, sociais e étnicas. O problema apresentado compreendia a identificação e proposta de alterações de uma campanha veiculada na Índia para a realidade do Brasil, as demandas e realidades nacionais.

Para tanto, estipulou-se que deveria fazer uso da ferramenta criativa conhecida como SCAMPER, utilizando-se do tempo máximo de três horas e trinta minutos. O acrônimo SCAMPER é correspondente a: substituir, combinar, adaptar, modificar, pôr, eliminar e rearranjar. Com base em questionamentos voltados as colocações verbais mencionadas, busca-se respostas para um possível melhoramento da proposta em questão (PAZMINO, 2015).

Esta atividade foi desenvolvida em equipe na disciplina Metodologia de Projeto, na segunda fase do curso de Publicidade e Propaganda da UNIFEBE e foi chamado de

Desafio Criativo.

OBJETIVO

Elaborar uma solução criativa para a alteração de um comercial televisivo de um refrigerante que é reconhecido mundialmente, por meio da ferramenta SCAMPER.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo é qualitativo quanto ao problema, exploratório em relação ao objetivo e de natureza aplicada, pois este tipo de pesquisa visa solucionar problemas detectados no contexto da vida prática (GIL, 2017). Assim, a sequência para a elaboração da pesquisa foi: a. Preparação da equipe em relação a aprendizagem da ferramenta SCAMPER; b. Compreensão da demanda estabelecida no desafio; c. Desenvolvimento da alternativa criativa por meio da ferramenta SCAMPER no prazo máximo de três horas e trinta minutos; d. Apresentação da solução criativa com demonstração do uso da ferramenta proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisou-se a campanha e seguiu-se na realização da tabela com as letras que compõe o acrônimo de SCAMPER. Diante disso, a proposta conceitual elaborada para a demanda estabelecida, foi a seguinte: 1. O comercial iniciaria com uma

imagem focando no mar e com a artista saindo do mesmo; 2. A mesma se direcionaria ao hotel, que localiza-se a beira mar em Copacabana, colocaria seus fones de ouvido sem fio e, conectaria na música de sua autoria; 3. Ao adentrar o hotel, seus fãs a reconheceriam e buscariam sua atenção. Ela se dirigiria ao elevador para acessar seu quarto; 4. Dentro do elevador encontrasse um camareiro. Na subida, o ascensor para de funcionar e ambos ficariam presos. O ambiente começa a esquentar e os dois se abanam; 5. Ao notar a situação, o camareiro oferece o refrigerante em seu carrinho a artista. Ambos beberiam o refrigerante e demonstrariam entusiasmo; 6. Assim, a artista entregaria um dos fones ao camareiro ouviriam a música e fariam fotos com os celulares; 7. Os bombeiros chegariam para o resgate; 8. O camareiro visualizaria as fotos daquela momento, impressas em sua galeria; 9. O camareiro demonstraria decepção pois as foto não ficaram da forma como desejava, mas a sensação daquele momento retorna quando vê a garrafa do refrigerante; 10. O logotipo da marca do refrigerante surgiria e finalizaria o vídeo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se pensar na elaboração de adequações para uma campanha já existente, nota-se a importância dos elementos socioculturais. Consequentemente, ressalta-se que o SCAMPER auxiliou na organização do processo criativo e facilitou a geração de alternativas.

REFERÊNCIAS

- BAJA, Jessica Zanon. **A importância da metodologia de projeto e do projeto criativo para o Design**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Design) - Curso de Design, Universidade Positivo. Curitiba, p. 115. 2012.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.
- PAZMINO, Ana Veronica. **Como Se Cria**: 40 métodos para design de produtos. São Paulo: Blucher, 2015.

INTRODUÇÃO

O ambiente digital vem modificando o poder de estrutura de consumo, atingindo fatores econômicos, sociais e culturais. Esta realidade permite ações de marketing mais interativas, velozes e universais. Por isso, é fundamental pensar-se em estratégias adequadas à nova realidade de consumo, visto que os usuários são integrantes neste processo (KOTLER; KARTAJAYA; SETIANWAN, 2017). De acordo com pesquisa realizada pela *Webshoppers* 43, treze milhões de brasileiros realizaram compras pela internet durante o ano de 2020, gerando um crescimento de 29% em relação ao ano anterior (INGIZZA, 2021). A partir deste cenário, a pesquisa justifica-se pela relevância da presença digital no contexto universal de comportamento dos usuários.

Entretanto, para atingir os usuários do momento vigente, é imprescindível pensar em estratégias que estejam relacionadas aos conteúdos expostos no ambiente virtual, de especial modo, no espaço de redes sociais (FAUSTINO, 2019). Desta forma, conhecer o usuário e planejar a estratégia de marketing de acordo com o segmento da marca, é pré-requisito para o marketing digital e de conteúdo.

Portanto, a pesquisa ora exposta, embasou-se na problemática de desenvolver um plano estratégico de marketing, para rede social e blog de uma empresa de revestimentos cerâmicos, cuja proposta era atingir o segmento de sustentabilidade da marca com conteúdos digitais. A atividade foi proposta na disciplina de Marketing Digital I, no curso de Publicidade e Propaganda, do Centro Universitário de Brusque, no primeiro semestre de 2021.

OBJETIVO

Desenvolver um planejamento estratégico de marketing digital para

uma rede social e um blog de uma empresa de revestimento cerâmico com abordagem informativa sobre sustentabilidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa delimita-se como qualitativa, aplicada e exploratória em relação ao objetivo. Para tanto foi desenvolvida de acordo com as seguintes etapas: a. Conversa com integrantes da empresa, que atuam no âmbito de sustentabilidade e de marketing da marca, para reconhecimento de campo e cliente; b. Identificação e elaboração da persona por meio da técnica de observação, realizado em ambiente virtual; c. Formulação de proposta de documento estratégico de conteúdo para rede social e blog da empresa, visando o segmento de sustentabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As falas com os profissionais foram fundamentais para o reconhecimento da empresa, segmento de atuação e compreensão da atividade solicitada. Após isso, pode-se então, começar o processo de identificação da persona para a criação de conteúdos específicos para o segmento de revestimentos cerâmicos, com o intuito de despertar o público voltado a questões de sustentabilidade. O método estabelecido para identificar a persona deu-se através de observações no meio digital em nichos afins ao segmento. Tal observação seguiu um protocolo sequencial, que foi documentado para análise ao final. A realização do planejamento estratégico de conteúdo previu as seguintes categorias: 1. Assinatura Visual e

Branding Persona; 2. Guia estratégico para Blog. Tendo em vista isso, notou-se que temas como a sustentabilidade no cotidiano, decoração sustentável e depoimento de pessoas que seguem uma vida sustentável, são assuntos procurados e por isso, torna-se essencial abordá-los nas redes sociais e no blog da empresa. Além disso, constatou-se que a periodicidade na publicação de conteúdos também deve ser levada em conta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificou-se que é necessário que os profissionais responsáveis pelo planejamento de marketing estejam atentos às demandas da empresa, assim, pode-se apontar melhorias e oportunidades. A ferramenta conhecida como persona, é essencial para se criar conteúdos digitais pertinentes ao segmento que deseja-se atingir, pois permite aproximação com os usuários e norteammento de estratégias. Também percebeu-se que um documento estratégico, é fundamental para se gerar conteúdos alinhados as necessidades dos usuários e para a organização da equipe de marketing.

REFERÊNCIAS

FAUSTINO, Paulo. **Marketing Digital na Prática**: como criar uma estratégia de marketing digital para promover negócios ou produtos. São Paulo: DVS Editora, 2019.

INGIZZA, Carolina. Treze milhões de brasileiros fizeram a primeira compra pela internet em 2020. **Revista Exame**, 2021. Disponível em <<https://exame.com/pme/13-milhoes-de-brasileiros-fizeram-primeira-compra-pela-internet-em-2020/>>. Acesso em: 17 de out. de 2021.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIANWAN, Iwan. **Marketing 4.0**: do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

INTRODUÇÃO

Para que as organizações de ensino, principalmente as ligadas a educação superior, possam acompanhar as mudanças do mercado de trabalho é necessário que reformulem suas concepções de ensino e aprendizagem, proporcionando um espaço de mudança e divulgação do saber.

Uma das questões levantadas para estas mudanças está em estimular a criatividade do acadêmico. Neste processo é papel do professor proporcionar este estímulo em seu processo de ensino. Para isso, o docente pode fazer uso, de técnicas, procedimentos e habilidades práticas que estimulam a criatividade.

Uma área de ensino familiarizado e que prioriza a resolução de problemas, envolvendo a criatividade, é a do Design. De forma prática, as atividades do design aplicadas no processo de ensino implicam, entre outras, na capacidade criativa de imaginar, conceber e inventar soluções (FONTOURA, et.al. 2005). Contudo, isso não exclui a possibilidade uso destas atividades em outras áreas do com o intuito de estimular a criatividade de seus acadêmicos. Afinal, como afirma Robinson (2012, p. 243), “a criatividade não pode ser confinada a uma disciplina ou atividade em específico”.

OBJETIVO GERAL

Levantar as principais práticas para o estímulo da criatividade adotados por docentes do ensino superior dos cursos de graduação do Centro Universitário de Brusque (UNIFEFE).

REFERÊNCIAS

FONTOURA, A. M. et al. Pró-EdaDe - Programa de Educação através do Design. Anais do V Educere - III Congresso Nacional da Área de Educação "Episteme", Curitiba, 2005.
ROBINSON, K. Libertando o poder criativo: a chave para o crescimento pessoal e das organizações. São Paulo: HSM, 2012. 299 p.
SILVA, E. L. D.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.
OLISKOVICZ, K.; PIVA, C. D. As estratégias didáticas no ensino superior. Revista de Educação, v. 15, n. 19, p. 111-127, 2012.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo é classificado como aplicado, qualitativo e exploratório. E para os procedimentos técnicos, fez-se uso de pesquisa bibliográfica e levantamento (SILVA e MENEZES, 2005).

Foram identificadas como população os docentes dos cursos de graduação da UNIFEFE, sendo encaminhada (google formulários) a estes a questão: “Quais ferramenta/técnica para o estímulo da criatividade você utiliza em seu processo de ensino?”. Obteve-se um total de 20 respostas.

Para comparação dos resultados, optou-se por agregar os docentes em duas categorias segundo seus cursos de atuação: (a) **Design e correlatos** (Design Gráfico, Design de Moda e Publicidade e Propaganda); e (b) **não correlatos ao Design** (Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Telecomunicações, Psicologia, Medicina e Pedagogia).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

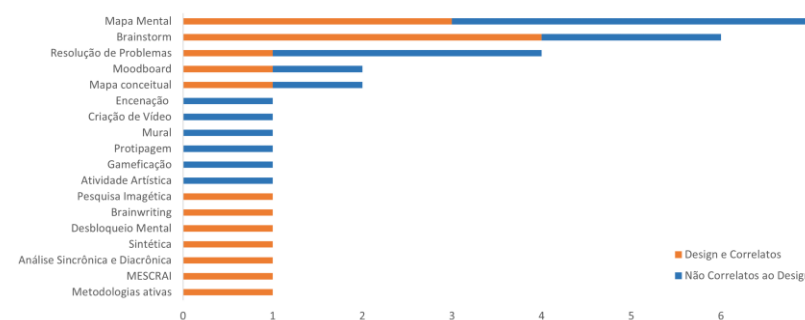
Quando indagados sobre que ferramentas ou técnicas utilizam em suas aulas, percebeu-se que 5 destas são compartilhadas tanto por docentes do Design e Correlatos como dos Não Correlatos (Fig.1).

Indiferente da técnica ou ferramenta utilizada, vale ressaltar que os professores não se limitam à aplicação de uma delas. Esta observação fica clara quando confrontamos o número de respostas apresentadas (17) em relação ao número de participantes envolvidos (20) (Fig.1). Oliskovicz e Piva (2012) lembram que

nenhum método isolado é a melhor forma de ensinar.

Contudo, a maior diversidade de técnicas/ferramentas foi apresentados pelos participantes dos curso de Design e Correlato (5 respondentes = 12 respostas) em relação aos professores dos não Correlatos ao Design (15 respondentes = 11 respostas) (Fig.1).

Figura 1. Técnicas/Ferramentas citas pelos docentes participantes.



Fonte: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica claro que as diversas técnicas criativas apresentadas possuem potencial para sua aplicação como ferramentas didáticas, inclusive em cursos de áreas distintas como as abordadas.

Com a continuidade do estudo será possível identificar mais detalhes a respeito das práticas adotadas pelos docentes para o estímulo da criatividade dos acadêmicos dos cursos de graduação da instituição UNIFEFE.

INTRODUÇÃO

De acordo com Detanico (2011), a criatividade no processo projetual é fundamental para se elaborar soluções que sejam inovadoras e autênticas. Tendo em vista esta afirmativa, o trabalho agora apresentado, baseia-se na demonstração do processo criativo que busca elaborar uma proposta de alternativa para uma problemática específica da área de Publicidade e Propaganda.

Para tanto, a equipe recebeu a seguinte demanda, que embora hipotética era baseada em uma marca real: produzir uma proposta de solução criativa, para a realização de um cartaz que buscava a divulgação da turnê de uma companhia circense, conhecida mundialmente. Tal turnê, deveria ocorrer no ano de 2022, no Brasil e apresentaria um espetáculo específico, que é respaldado pela trilha sonora de uma banda inglesa da década de 1960. O desafio proposto deveria ser realizado no tempo máximo de três horas e trinta minutos e a equipe deveria fazer uso da ferramenta Matriz Morfológica para encontrar uma proposta de solução criativa para a demanda.

Para compreender a Matriz Morfológica, apoia-se em Pazmino (2015) que menciona que esta ferramenta busca o cruzamento de componentes como: cores, formas, funções, entre outros, buscando inspiração para criar novas ideias.

Esta atividade foi desenvolvida em equipe, de sete integrantes e foi realizada no componente curricular denominado Metodologia de Projeto, na segunda fase do curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário de Brusque e recebeu o nome de Desafio Criativo.

OBJETIVO

Elaborar uma proposta de solução criativa para o desenvolvimento de um cartaz de divulgação de um espetáculo de companhia circense a partir da ferramenta conhecida como Matriz Morfológica.

REFERÊNCIAS

- DETANICO, Flora Bittencourt. **Sistematização de princípios de solução da natureza para aplicação no processo criativo do projeto de produtos**. Dissertação (Mestrado em Design) - Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 184. 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.
- PAZMINO, Ana Veronica. **Como se cria: 40 métodos para design de produtos**. São Paulo: Blucher, 2015.

MATERIAIS E MÉTODOS

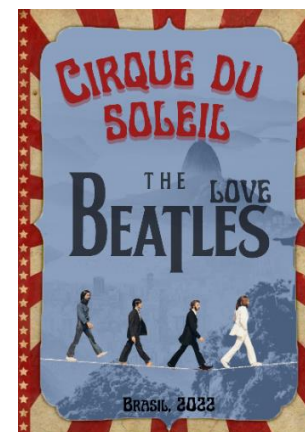
O estudo é de abordagem qualitativa, exploratório em relação ao objetivo e possui natureza aplicada pois visa a aprendizagem através da aplicação prática em determinada circunstância (GIL, 2017). Assim, a sequência estrutural utilizada para a elaboração da atividade foi: a. Preparação da equipe em relação a aprendizagem da ferramenta criativa conhecida como Matriz Morfológica; b. Compreensão da demanda estabelecida no desafio; c. Desenvolvimento da alternativa criativa por meio da ferramenta Matriz Morfológica; d. Apresentação da solução criativa com demonstração do uso da ferramenta Matriz Morfológica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a execução do projeto, a equipe elaborou uma matriz, com linhas e colunas, contendo componentes e soluções possíveis. Desta forma, se dispôs elementos relativos ao contexto estabelecido na problemática. A matriz foi alimentada pelos estudantes, que ali já buscavam alternativas possíveis, em cada proposta de componente.

Com a conclusão do preenchimento da Matriz Morfológica, buscou-se definir quais os elementos mais pertinentes à proposta. Para tanto, se combinou elementos característicos à companhia circense, ao espetáculo proposto e também ao Brasil, visto que a hipotética turnê seria no país. A alternativa final escolheu elementos que recordam as listras da lona do circo e também o logotipo, para representar a companhia. Para representar a banda, elegeu-se o logotipo da mesma e uma imagem dos integrantes caminhando em fila. E por fim, recordando o Brasil, elementos como a mata e o ponto turístico Pão de Açúcar, que fica no Rio de Janeiro (Figura 1).

Figura 1 – Proposta de cartaz realizado a partir da Matriz Morfológica



Fonte: elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificou-se no decorrer, que a Matriz Morfológica é uma ferramenta eficaz para a solução de problemas, tornando assim o processo criativo mais inteligível. No entanto, a realização da atividade foi considerada desafiadora, visto que havia notável variedade de elementos visuais com diferentes significados. Também é perceptível que a interação e o compartilhamento de ideias realizado em equipe, influência de forma positiva, na solução de problemas.

INTRODUÇÃO

O Marketing de Relacionamento é uma estratégia que auxilia a fidelização do público, pois procura estabelecer relacionamento por meio de ferramentas e estratégias individualizadas. Adotar o Marketing de Relacionamento significa, para a empresa, que ela se dedique ao estabelecimento, manutenção e constante melhora de seus relacionamentos com seus clientes – sejam os internos, sejam os externos (DA SILVA, 2014). O planejamento de marketing contribui para diminuir incertezas e melhorar o desempenho organizacional, especialmente em mercados competitivos. Entretanto, a literatura sobre o processo de Planejamento de Marketing, incluindo a esfera de Relacionamento passa a impressão de tratar-se de um conjunto de fases difíceis de serem implementadas, ainda não muito bem compreendido, especialmente no contexto da pequena empresa e do setor de varejo (SARQUIS, 2020). Contudo, a comunicação precisa também alimentar essa evolução e é com esse propósito que o plano de Marketing de Relacionamento e outras ciências, tornando-a também mais harmônica e versátil no uso dos meios de comunicação de que pode dispor (VERDIA, 2020).

REFERÊNCIAS

DA SILVA, André. Marketing de relacionamento: Uma ferramenta para o sucesso. 2014.
SARQUIS, Aléssio Bessa et al. PLANEJAMENTO DE MARKETING: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO MODELO DE PIZZINATTO E SILVA (2009) NO PEQUENO VAREJO. *Revista de Administração Unimep*, v. 18, n. 3, p. 27-58, 2020.
VERDIA, Luís Gustavo Santos. OK CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS: FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO PLANO DE COMUNICAÇÃO. *Publicidade e Propaganda-Pedra Branca*, 2020.

OBJETIVO

O objetivo do trabalho foi desenvolver um Plano de Marketing de Relacionamento com enfoque no campo institucional para uma empresa que atua no segmento de revestimentos cerâmicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais: (1) Levantamento de Dados – Entrevista com representantes da empresa e levantamento de cenários; (2) Análise da Situação – Desenvolvimento de Análise de Swot e Diagnóstico; (3) Estratégias – Desenvolvimento de estratégias de Marketing de Relacionamento para os públicos específicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi feito um levantamento de dados na qual descrevemos os ambientes: (1) Político-legal; (2) Econômico; (3) Sociocultural;

(4) Tecnológico; (5) Competitivo. Traçando um diagnóstico da empresa de revestimentos cerâmicos, na qual no setor de marketing teria como foco buscar ser referência em sustentabilidade, menos poluição no ambiente, ter boas avaliações como produtos certificados, alta variedade de produtos, colaboradores mais envolvidos com os projetos sustentáveis e o aumento de vendas por loja física. Já em comunicação foi detectada a falta de informações em estratégias de Marketing de Relacionamento para o público sobre os projetos desta empresa, como a diminuição de custos com o Gás Natural e divulgação de seus produtos e serviços para a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho foi possível verificar a importância do Marketing de Relacionamento e estudar e conhecer com profundidade o campo de atuação de uma empresa, podendo assim, avaliar as forças, fraquezas e ameaças que ela possui, como também as oportunidades de novas mudanças. O Marketing de Relacionamento é uma ferramenta muito importante para a manutenção e fidelização de clientes, mas também para que a empresa se mantenha conectada com seus públicos em suas diversas esferas de atuação.

INTRODUÇÃO

O Planejamento de Marketing é o esforço de pesquisar e definir quais devem ser as ações tomadas por uma empresa a fim de atingir um objetivo, seja ele relacionado a um produto ou serviço específico, ou a marca como um todo. Semenik e Bamossy (1995) apontam elementos na escolha de um modelo de Plano de Marketing, pois, acreditam que independente do formato adotado, é importante que um plano focalize os esforços de marketing da empresa em um mercado-alvo bem definido e que considere os efeitos do ambiente externo (TOLEDO, 2007).

Dentro da gama de estratégias a serem adotadas por uma empresa, um importante instrumento é o plano de comunicação e marketing, que busca organizar, direcionar e programar suas ações internas e externas. Um bom planejamento viabiliza a execução de um conjunto de ações coerentes e integradas, o que propicia a avaliação e mensuração dos resultados de maneira controlada (FERREIRA, 2020).

Segundo Sarquis (2020), há na literatura de marketing diversos modelos que descrevem o processo de planejamento de marketing no contexto das organizações. Alguns desses modelos foram projetados ou são mais indicados para determinado contexto, seja setor (ex: varejo)

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Marcela; DA COSTA NASCIMENTO, Daniela Viegas. Orientação para mercado: plano de comunicação e marketing como indutor da pequena empresa. **Caderno Profissional de Marketing-UNIMEP**, v. 8, n. 2, p. 209-225, 2020.
- SARQUIS, Aléssio Bessa et al. PLANEJAMENTO DE MARKETING: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO MODELO DE PIZZINATTO E SILVA (2009) NO PEQUENO VAREJO. **Revista de Administração Unimep**, v. 18, n. 3, p. 27-58, 2020.
- TOLEDO, Luciano Augusto; PRADO, Karen Perrotta Lopes de Almeida; PETRAGLIA, José. O plano de marketing: Um estudo discursivo. **Comportamento organizacional e gestão**, v. 13, n. 2, p. 285-300, 2007.

ou tipo de empresa (pequeno porte) (SARQUIS, 2020).

OBJETIVO

O objetivo do trabalho foi desenvolver um Plano de Marketing e Comunicação com enfoque no campo institucional para uma empresa que atua no segmento de revestimentos cerâmicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa, seguiu-se as seguintes etapas projetuais: (1) Levantamento de Dados – Entrevista com representantes da empresa e levantamento de cenários; (2) Análise da Situação – Desenvolvimento de Análise de Swot e Diagnóstico; (3) Estratégias – Desenvolvimento de Estratégias para os públicos específicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na parte de marketing foi analisado que o problema seria o pouco conhecimento do público-alvo sobre os projetos de

sustentabilidade desenvolvidos pela empresa e o objetivo então foi aumentar em porcentagem o conhecimento do público sobre as atividades que são realizadas. Já na comunicação, o problema encontrado foi que apesar da empresa possuir um manual de sustentabilidade, o público não tem informações sobre o que é feito. Desta forma o objetivo foi informar o público interno sobre as ações de sustentabilidade que são feitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por esta empresa estar muito engajada com a questão da sustentabilidade, decidiu-se reforçar o posicionamento de conscientizar o público sobre a importância da questão ambiental para que o público interno acabe percebendo as ações como algo natural, do dia a dia. Foi feita a proposta de realização de uma campanha publicitária institucional que contasse sobre as pequenas atitudes sustentáveis realizadas pela empresa diariamente e que fazem a diferença no futuro.